

Notícias

2012

2012

Janeiro

02/01/2012

Campanha para discutir o bem-estar animal na Rio+20 tem adesão de 10 mil brasileiros

por Alana Gandra, da Agência Brasil



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/01/rio.jpg?9d7bd4>

Rio de Janeiro – Dez mil brasileiros aderiram à campanha de mobilização global da Sociedade Mundial de Proteção Animal (WSPA, sigla em inglês) que irá pedir à Organização das Nações Unidas (ONU) a inclusão do tema bem-estar animal na agenda da Rio+20. O encontro – promovido pela ONU – ocorrerá em junho de 2012 no Rio de Janeiro e discutirá os avanços e retrocessos registrados desde a Conferência Mundial do Clima, conhecida como Rio 92, ocorrida há 20 anos.

O abaixo-assinado foi lançado em todo o mundo pela WSPA, em dezembro, na internet. A ação pretende conscientizar as pessoas sobre a relação entre o bem-estar dos animais, especialmente os usados em processos produtivos, e o desenvolvimento sustentável.

A mobilização faz parte da campanha internacional Pegada Animal, que a WSPA lançará no Brasil em março. A campanha se inspira no conceito da Pegada Ecológica, informou à Agência Brasil a gerente de Comunicação da WSPA Brasil, Flavia Ribeiro.

“Ela visa a informar e conscientizar as pessoas sobre como os hábitos alimentares da população influenciam a questão do desenvolvimento sustentável, da agropecuária sustentável.”

A campanha pretende esclarecer o consumidor final da origem do produto que ele consome. Por exemplo, se os eles são oriundos de uma criação intensiva ou extensiva, se a carne, os ovos, o leite vêm de uma indústria que tem preocupação com o bem-estar animal, se são produtos orgânicos. “A intenção da campanha no mundo todo é o consumo consciente, para que o consumidor entenda qual é a origem e o que, de fato, ele está adquirindo e o que pode ser feito para promover o bem-estar animal, focado nos animais de produção”, disse Flavia.

A ação online ainda continua e é a primeira iniciativa da campanha Pegada Animal. A carta com as assinaturas será encaminhada aos governantes e representantes da ONU em todos os países. “Não existe uma meta. Mas, a gente precisa de muito mais [assinaturas] para poder encaminhá-las à ONU.”

Segundo informação do Departamento de Ciência e Agropecuária Humanitária da organização, existem atualmente mais de 63 bilhões de animais que fazem parte da cadeia de produção em todo o mundo. Daí a importância de serem adotadas boas práticas na sua criação, transporte e abate. “O universo que a gente está falando impacta na vida de bilhões de animais.”

Flavia Ribeiro salientou que não só a indústria brasileira, mas também a adoção desses procedimentos, tem comprovado melhorias no processo de produção, com ganho econômico. “A indústria está percebendo que é vantagem econômica para ela inserir [a preocupação com o bem-estar animal no processo produtivo]. O

meio ambiente como um todo também é beneficiado, porque você está protegendo não só a natureza, mas também os animais que fazem parte do meio ambiente. E o ser humano também sai ganhando porque ele está consciente de que está consumindo um produto de origem animal de uma empresa que tem um cuidado com o animal desde a criação até o abate.”

** Edição: Talita Cavalcante*

*** Publicado originalmente no site da Agência Brasil(<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-01-02/campanha-para-discutir-bem-estar-animal-na-rio20-tem-adesao-de-10-mil-brasileiros>).*

Fonte: Agência Brasil/Envolverde(http://envolverde.com.br/noticias/campanha-para-discutir-o-bem-estar-animal-na-rio20-tem-adesao-de-10-mil-brasileiros-2/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=02)

06/01/2012

Rio+20 pode ser um novo caminho rumo ao desenvolvimento sustentável, afirma PNUMA

por Redação ONU Brasil



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/01/191.jpg?9d7bd4>

2012 marcará algumas etapas importantes na corrida em direção ao desenvolvimento sustentável enquanto as nações se encaminham para os momentos finais rumo à Rio+20, afirmou em comunicado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20), como é formalmente conhecida e agora agendada para o final de junho deste ano, irá abordar dois temas abrangentes: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e um quadro institucional para o desenvolvimento sustentável.

Prevista para ser uma reunião de cúpula envolvendo chefes de Estado, a Conferência vem 20 anos depois da Cúpula da Terra de 1992, que estabeleceu o caminho para o desenvolvimento sustentável contemporâneo, e 40 anos após a Conferência de Estocolmo, que levou à criação do PNUMA. 2012 marca, portanto, o 40º aniversário do programa ambiental da ONU.

2012 também foi designado como o Ano Internacional da Energia Sustentável para Todos pela Assembleia Geral da ONU. O ano tem o objetivo de criar um ambiente favorável para a promoção e o uso de novas e renováveis tecnologias energéticas, incluindo medidas para melhorar o acesso a elas.

Para ver algumas das principais atividades da primeira metade de 2012, clique [aqui](http://www.pnuma.org.br/comunicados_detalhar.php?id_comunicados=178) (http://www.pnuma.org.br/comunicados_detalhar.php?id_comunicados=178).

* Publicado originalmente no site da *Rádio ONU Brasil* (<http://www.onu.org.br/rio20-pode-ser-um-novo-caminho-rumo-ao-desenvolvimento-sustentavel-afirma-pnuma/>).

Fonte: ONU Brasil/Envolverde (http://envolverde.com.br/noticias/rio20-pode-ser-um-novo-caminho-rumo-ao-desenvolvimento-sustentavel-afirma-pnuma/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=06)

10/01/2012

Ambientalistas esperam pouco da Rio+20, mas defendem mobilização

por Maurício Thuswohl, IHU On-line



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/01/63.jpg?9d7bd4>

O ritmo em que os avanços diplomáticos acontecem ainda é considerado muito lento pela maioria dos cientistas e organizações do movimento socioambientalista.

Realizada no fim do ano passado na África do Sul, a mais recente conferência da ONU sobre mudanças climáticas (COP-17) deixou a porta entreaberta para um inédito acordo internacional que abranja todos os países na luta contra o aquecimento global, mas o ritmo em que os avanços diplomáticos acontecem ainda é considerado muito lento pela maioria dos cientistas e organizações do movimento socioambientalista. A necessidade de resolver essa contradição faz com que 2012 seja um ano fundamental para a definição dos rumos da política ambiental internacional, e o ponto alto do calendário de negociações acontecerá na conferência Rio+20, que será realizada em junho no Brasil. Entre o ceticismo e o chamado à mobilização, algumas lideranças socioambientais brasileiras revelam suas expectativas em relação ao evento.

Coordenadora de Políticas Públicas do Greenpeace Brasil, Renata Camargo diz não esperar muito da Rio+20: “Em termos de negociações internacionais, não há expectativa de nenhum novo acordo no que se refere aos temas principais dessa conferência, que são economia verde e governança ambiental para o desenvolvimento sustentável. O que se tem sinalizado é a tentativa de consolidar e reafirmar acordos já existentes para o desenvolvimento sustentável, como cumprir o que diz a Agenda 21, os Objetivos do Milênio, etc”, afirma, ressaltando que são esperados avanços no que diz respeito à proteção dos oceanos: “No encontro prep aratório da Rio+20 em Nova Iorque, vários países sinalizaram vontade política de adotar instrumentos legais que possam garantir mais proteção para as águas profundas”.

Um dos mais experimentados ambientalistas brasileiros, Rubens Born, que é dirigente do Instituto Vitae Civilis e membro da coordenação do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais pelo Meio Ambiente (FBOMS), também não nutre grandes ilusões com a Rio+20, mas afirma que a mobilização da sociedade civil pode ser determinante para seu sucesso: “Grandes conferências da ONU podem ter resultado de eficácia baixa ou de lento cumprimento quando se consideram também as políticas domésticas, a assimetria de poder dos interesses em conflito, a fragilidade de mecanismos institucionais de caráter nacional ou internacional, entre outros elementos. É certo também que o contexto atual global não inspira perspectivas de decisões e acordos relevantes na Rio+20. Mas isso não nos permite condutas de ingênua tolerância e omissão”.

A mobilização da sociedade, segundo Born, deve servir como base a um amplo processo de transformação: “O enfrentamento das crises financeira, ambiental e da pobreza requer rupturas com elementos sistêmicos subjacentes ao ideário desenvolvimentista e liberal que orientou o enfraquecimento dos Estados como meio de permitir maior presença global de conglomerados econômicos, por um lado, e a submissão de todos os aspectos da vida aos interesses comerciais e lucrativos, por outro. A gravidade da crise climática também aponta para a necessidade urgente de valorizar outras formas de se viabilizar energia, alimentos, mobilidade, habitação, saneamento, emprego”, enumera.

Um dos principais organizadores dos eventos políticos realizados há 20 anos no Rio de Janeiro pela sociedade civil durante o encontro de cúpula da ONU que passou à história como Rio-92, Rogério Rocco compara os dois momentos: “A Rio-92 trouxe avanços expressivos na configuração das políticas internacionais e na construção de um modelo de sustentabilidade socioambiental. Porém, os encontros que a sucederam tiveram, em geral, resultados decepcionantes. Isso vem acontecendo há duas décadas e aconteceu novamente na COP-17. Isto é, adiaram por mais uma vez a tomada de posições mais firmes

quanto à definição de padrões de emissão dos gases-estufa. Com esse histórico, associado às crises econômicas globais, não se pode esperar muito da Rio+20”, diz Rocco, que atualmente é analista ambiental do Instituto Chico Mendes.

“Nova fase”

Especialista em Responsabilidade Social e Sustentabilidade Socioambiental formado pela FGV e com atuação como consultor para diversas organizações do movimento socioambientalista brasileiro, Aron Belinky afirmou em entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos que a Rio+20 deve ser vista como o ponto de partida para uma nova fase na construção de uma sociedade sustentável: “O seu grande valor é reunir num mesmo tempo, lugar e agenda as múltiplas frentes e debates que enfrenta a humanidade, incluindo tanto seus movimentos e organizações como os bilhões de pessoas que, simplesmente, se sentem alijados dos processos que decidem os rumos e feitos em que se desenrolam suas vidas individuais e familiares”, analisa.

Belinky é outro que aposta na mobilização social para dar nova dinâmica às negociações diplomáticas: “A Rio+20 foi convocada pela ONU como uma reunião de caráter político, cujo produto final é uma declaração. Não se pode esperar dela, portanto, grandes tratados ou soluções definitivas. Mas podemos, sim, dar início a processos capazes de desencadear transformações que, em prazo relativamente curto, são capazes de fazer a diferença, contribuindo decisivamente para o futuro que desejamos. Identificar e nutrir as sementes desses processos é uma prioridade estratégica, que a sociedade brasileira e mundial precisa se colocar”.

“Definir posições”

Os ambientalistas ressaltam que a Rio+20 é um ótimo momento para o governo brasileiro rever alguns rumos em sua política ambiental: “Uma definição clara de posições por parte do governo brasileiro seria muito bem vinda. Especialmente porque o Brasil, que poderia exercer importante liderança global na construção de um modelo de desenvolvimento com sustentabilidade socioambiental, atualmente implementa políticas que vão de encontro aos conceitos mais básicos de sustentabilidade. A realidade atual nos faz pessimistas, o que demonstra um perigoso quadro para o futuro imediato do planeta, mas tudo ainda pode mudar e o Brasil pode cumprir um papel muito importante”, afirma Rogério Rocco.

Para Renata Camargo, a conferência internacional pode servir para o Brasil definir seu verdadeiro perfil ambiental: “A gente espera que, com a Rio+20, o governo possa internalizar mais concretamente em suas políticas públicas a questão ambiental. Mas, queremos que isso ocorra de forma prática e objetiva, não apenas em discursos e em programas que, muitas vezes, sequer saem do papel. Externamente, o Brasil tem publicizado que o país está fazendo seu dever de casa, especialmente em termos de redução de emissões. Mas, internamente, o que vemos é uma política ambiental fraca, com perdas de antigas conquistas e pouco avanço em termos de políticas ambientais”.

** Publicado originalmente no IHU On-line e retirado do site [CarbonoBrasil](http://www.institutocarbonobrasil.org.br/noticias6/noticia=729352)(<http://www.institutocarbonobrasil.org.br/noticias6/noticia=729352>).*

Fonte: CarbonoBrasil/Envolverde(http://envolverde.com.br/noticias/ambientalistas-esperam-pouco-da-rio20-mas-defendem-mobilizacao/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=10)

11/01/2012

Primeiro documento da RIO+20 traz objetivos ambiciosos

por Fabiano Ávila, do CarbonoBrasil

Os líderes mundiais que se reunirão no Rio de Janeiro em junho para a Conferência de Desenvolvimento Sustentável da ONU (RIO+20) deverão negociar um novo acordo para proteger os oceanos, aprovar a realização de um relatório anual sobre a situação do planeta, estabelecer uma agência ambiental mundial e apontar um comissário para as futuras gerações.



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/01/73.jpg?9d7bd4>

Além disso, o rascunho das intenções da conferência, publicado no site da RIO+20 nesta terça-feira (10), afirma que as nações serão convidadas a assinar uma declaração contendo dez objetivos de sustentabilidade e a prometer que facilitarão o fortalecimento da economia verde.

Os objetivos em questão ainda não estão detalhados e devem ser definidos no decorrer dos próximos meses. Espera-se que temas como alimentação, energia, recursos hídricos e consumismo sejam abordados.

Apesar de traçar um conjunto de medidas ambiciosas, a RIO+20 não deverá possuir um tratado com força de lei que obrigue os países a cumprirem suas promessas. Ao invés disso, os governos ficarão livres para criar suas próprias metas.

* Publicado originalmente no site do CarbonoBrasil(<http://www.institutocarbonobrasil.org.br/noticias6/noticia=729375>).

Fonte: CarbonoBrasil/[Envolverde\(http://envolverde.com.br/noticias/primeiro-documento-da-rio20-traz-objetivos-ambiciosos/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=11\)](http://envolverde.com.br/noticias/primeiro-documento-da-rio20-traz-objetivos-ambiciosos/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=11)

11/01/2012

Rio+20 divulga primeiro rascunho de texto-base da conferência

Documento vai nortear cúpula de desenvolvimento sustentável, em junho. Encontro no RJ deve contar com 120 chefes de estado, afirma Itamaraty.

por **Eduardo Carvalho** do Globo Natureza, em São Paulo

Itamaraty conta com até 120 chefes de Estado na Rio+20 Reunião preparatória analisa propostas para a Rio+20 A Organização da Rio+20, cúpula da Organização das Nações Unidas (ONU) que vai debater o desenvolvimento sustentável, divulgou nesta quarta-feira (11) o primeiro rascunho do texto-base que vai pautar o encontro, previsto para acontecer de 22 a 26 de junho no Rio de Janeiro.

Denominado “Draft Zero” (Rascunho Zero, na tradução do inglês), o material de 19 páginas aborda tópicos baseados nos três pilares do desenvolvimento sustentável (o econômico, o social e o ambiental) e convoca os países a criar soluções para erradicar a pobreza no mundo, reduzir o impacto na biodiversidade, além de resolver questões diplomáticas como a criação de uma “agência ambiental” independente, que seria sediada no Quênia.

A divulgação do texto é o primeiro passo para as negociações diplomáticas que ocorrerão na reunião, sediada no Brasil 20 anos após a Cúpula da Terra (Rio 92). O Ministério das Relações Exteriores contabiliza a presença de 100 a 120 chefes de estado.

O documento, que poderá ser modificado até o início da conferência, afirma que entre 2012 e 2015, as nações terão que criar metas para se chegar a uma economia verde, colocadas em prática em três anos e consolidadas até 2030.



Logomarca da Conferência Rio+20

Foto: Reprodução

Fonte: <http://s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2011/12/08/rio20.jpg>

Metas

Elaborado com ajuda de diversos países, o relatório aponta preocupação com a pobreza no mundo, “onde existem 1,4 bilhão de pessoas em situação de miséria, sob ameaça constante de pandemias e epidemias”, e reconhece a necessidade de “redobrar esforços” contra este problema, além de assegurar que as atividades humanas respeitem os ecossistemas da Terra.

No contexto da economia verde, as nações, baseadas nos “Princípios do Rio”, possível nome do documento resultante da conferência, o desenvolvimento sustentável só ocorreria com uma integração entre os países mais pobres e ricos.

Para isso, seria evitada a criação de barreiras comerciais, fomentado mecanismos de financiamentos e de transferência de tecnologia, além de incentivar a diminuição da dependência tecnológica dos países em desenvolvimento.

No tópico “Meios de implementação”, o documento faz um apelo aos países ricos para que, até 2015, repassem ao menos 0,27% de seu Produto Interno Bruto (PIB) às nações pobres e às em desenvolvimento como “assistência oficial”, o que pode ser contestado pelos envolvidos devido à crise econômica que atinge a Europa e os Estados Unidos.

Ambiental

O rascunho, que será apresentado à Secretaria-Geral da ONU, aborda ainda, de forma sintetizada, soluções para 15 temas-chave, entre eles a segurança alimentar, as florestas, as mudanças climáticas, os oceanos e mares.

No tópico energia, por exemplo, propõe a modernização dos serviços de energia e melhora na eficiência energética com a promoção do uso tecnologias limpas.

Segundo Renata Camargo, coordenadora de políticas públicas da organização ambiental Greenpeace, o documento é pouco ambicioso e “não levou em conta a urgência do tema, como a mudança climática”.

“A parte que interessa ao Brasil, como a questão das florestas, está fraca. Ele deveria sinalizar medidas efetivas para a redução do desmatamento, porque isso valeria não só para o país, mas para todas as nações com florestas tropicais, como a Indonésia ou o Congo”, disse.

Ainda de acordo com Renata, na parte da energia os termos utilizados no texto estão “pobres e vagos”, sem apontar para um instrumento que sinalizaria para algo mais concreto.

Porém, a representante do Greenpeace aponta um avanço na questão da proteção dos oceanos e mares. “É uma discussão que já ocorre nas Nações Unidas há alguns anos, sobre quais são os direitos dos países no uso dos mares”, disse. O texto pede uma solução imediata para conservação e uso sustentável da biodiversidade fora das jurisdições nacionais.

Fonte: [G1 > Natureza](http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/01/rio20-divulga-primeiro-rascunho-de-texto-base-da-conferencia.html)(<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/01/rio20-divulga-primeiro-rascunho-de-texto-base-da-conferencia.html>)

11/01/2012

Rio+20 oficial: não há consenso no “Futuro que queremos”



Fonte: http://ponto.outraspalavras.net/files/2012/01/global-warming_10.jpg

Publicada nessa semana, a primeira versão do principal documento da conferência em junho. Pauta é ampla, mas há muitas indefinições e contradições evidentes

por **Daniela Chiaretti**, no [Valor Econômico](http://www.valor.com.br)(<http://www.valor.com.br>)

Saiu ontem o primeiro rascunho do documento que será o resultado principal da Rio+20, a conferência sobre desenvolvimento sustentável das Nações Unidas, no Rio de Janeiro, em junho. Oceanos, segurança alimentar, agricultura, energia e cidades sustentáveis, acesso a água, empregos verdes, trabalho decente, inclusão social e redução de risco de desastres são as áreas sugeridas para que os países tenham metas a serem cumpridas a partir de 2015.

Batizado de “The Future We Want” (“O Futuro Que Queremos” – versão integral [aqui](http://www.uncsd2012.org/rio20/index.php?page=view&type=12&nr=324&menu=23)(<http://www.uncsd2012.org/rio20/index.php?page=view&type=12&nr=324&menu=23>), o documento de 19 páginas também dá a indicação financeira de como o mundo pode chegar ao cumprimento dessas metas: que sejam cumpridos os compromissos de países ricos de destinar 0,7% de seu Produto Interno Bruto (PIB) para a cooperação internacional às nações em desenvolvimento, assim como 0,15% a 0,20% do PIB para programas de assistência aos países mais pobres. Essa sugestão não é nova e resume decisões já tomadas em vários fóruns das Nações Unidas, mas que, nos últimos 20 anos, nem sempre decolaram.

Várias partes do texto estão entre colchetes, o que, no rito diplomático indica que são temas onde não há consenso. Tudo o que importa – finanças, energia, ciência e tecnologia, lixo, consumo e produção sustentável, educação, degradação da terra, mudança do clima, florestas e biodiversidade – aparecem entre colchetes. Na verdade, o processo de discussão do texto começa agora. Será a base da rodada informal de negociações em Nova York, no fim de janeiro. Acontecerão mais dois encontros nesse formato, onde representantes dos países discutem o documento, mas ainda não tomam decisões. No fim de março e em junho, pouco antes da cúpula da Rio+20, ocorrem duas reuniões preparatórias com poder de decisão.

O documento que saiu ontem, conhecido por “draft zero”, pretende ser um grande resumo de todas as sugestões que a ONU recebeu nos últimos meses do que deveria ser a Rio+20. Foram 6.000 páginas de contribuições vindas de governos, de ONGs, de empresas. “O documento final da Rio+20 deverá trazer aquele monte de tópicos sobre desenvolvimento sustentável, que já foram discutidos e decididos em um monte de fóruns diferentes, a um lugar único” opina Aron Belinky, coordenador de processos internacionais

do Instituto Vitae Civilis e participante do comitê facilitador da sociedade civil na conferência. “Eles devem ser traduzidos em uma declaração política”, prossegue, referindo-se ao documento final da cúpula.

O primeiro rascunho do texto da Rio+20 traz pontos interessantes, como o que sugere que as grandes empresas tenham relatórios de sustentabilidade. Mas não há metas no texto, em nenhuma área. O prazo também é genérico e apenas menciona o “pós-2015”.

Fonte: [OUTRASMÍDIAS](http://ponto.outraspalavras.net/2012/01/11/nao-ha-consenso-futuro-queremos/)(<http://ponto.outraspalavras.net/2012/01/11/nao-ha-consenso-futuro-queremos/>)

12/01/2012

Rio+20 abre credenciamento para sociedade civil e inscrições em eventos paralelos

por Redação ONU Brasil



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/01/4.png>

Organizações não-governamentais e outros [Major Groups](http://www.rio20.info/2012/major-groups-2) (<http://www.rio20.info/2012/major-groups-2>) com status consultivo no Conselho Social e Econômico das Nações Unidas (ECOSOC) já podem fazer o pré-credenciamento de seus representantes para a Rio+20. Instituições registradas na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável também estão habilitadas para dar início ao processo obrigatório a todos os interessados em participar da Conferência (20-22 de junho) ou da terceira sessão preparatória (13-15 de junho). O prazo termina no dia 20 de maio. [Clique aqui](http://esango.un.org/irene/index.html?page=viewContent&nr=14223&type=8&s=8) (<http://esango.un.org/irene/index.html?page=viewContent&nr=14223&type=8&s=8>) para realizar o pré-credenciamento.

ONG's e outros grupos da sociedade civil que não satisfazem esses requisitos também podem participar do evento. Mas para isso devem enviar, até o dia **20 de fevereiro**, um formulário que será avaliado pelo ECOSOC. É recomendado que as organizações se planejem com antecedência para enviar seus pedidos e providenciem desde já um cadastro no banco de dados do ECOSOC, para obter senha e login. Todos os cadastros passam por revisão e este processo pode levar até dois dias úteis.

* [Veja aqui](http://esango.un.org/civilsociety/displayAdvancedSearch.do?method=search&sessionCheck=false) (<http://esango.un.org/civilsociety/displayAdvancedSearch.do?method=search&sessionCheck=false>) se sua ONG já possui cadastro no banco de dados do ECOSOC.

* Para se cadastrar, [clique aqui](http://esango.un.org/civilsociety/showNewProfile.do?method=addNewProfile&sessionCheck=false) (<http://esango.un.org/civilsociety/showNewProfile.do?method=addNewProfile&sessionCheck=false>).

* Caso já tenha um perfil cadastrado, [clique aqui](http://esango.un.org/irene/?page=login&next=viewSurveyANDnr=382ANDsection=10) (<http://esango.un.org/irene/?page=login&next=viewSurveyANDnr=382ANDsection=10>) para preencher o formulário que será avaliado pelo ECOSOC.

Inscrição de eventos paralelos

As inscrições de propostas para eventos paralelos à Rio+20 também estão abertas na página da Conferência. O prazo termina no dia 30 de março.

Acontecerão eventos paralelos no Centro de Convenções Riocentro e fora dele. Os eventos paralelos que terão lugar no Riocentro, local em que ocorrerá a terceira reunião do Comitê Preparatório da Conferência e o Segmento de Alto Nível, chamados on-site side events, tem seus critérios de participação [especificados aqui](http://www.uncsd2012.org/rio20/index.php?menu=127) (<http://www.uncsd2012.org/rio20/index.php?menu=127>).

[Acesse aqui](http://www.uncsd2012.org/rio20/index.php?menu=126) (<http://www.uncsd2012.org/rio20/index.php?menu=126>) a página para inscrever suas atividades.

Em breve, também serão divulgados os prazos de inscrição para atividades fora do Riocentro (chamados off-site events).

Dúvidas sobre a realização de eventos paralelos podem ser encaminhadas (em inglês) para o e-mail side_events@uncsd2012.org

[Leia aqui](http://www.onu.org.br/rio20/info/) (<http://www.onu.org.br/rio20/info/>) o guia completo em português para os participantes da Rio+20.

* *Publicado originalmente no site da ONU Brasil* (<http://www.onu.org.br/rio20-abre-credenciamento-para-sociedade-civil-e-inscricoes-em-eventos-paralelos/>).

Fonte: ONU Brasil/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/rio20-abre-credenciamento-para-sociedade-civil-e-inscricoes-em-eventos-paralelos/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=12) (http://envolverde.com.br/noticias/rio20-abre-credenciamento-para-sociedade-civil-e-inscricoes-em-eventos-paralelos/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=12)

12/01/2012

Brasil busca reforçar diálogo com EUA sobre meio ambiente

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, se reuniu com a secretária americana de Defesa do Meio Ambiente, Lisa Jackson, para discutir projetos verdes

de Wilson Dias/ABr da AFP



Desta vez, o objetivo é negociar metas complementares aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Fonte: http://assets3.exame.abril.com.br/assets/pictures/38735/size_590_izabella-teixeira3.jpg?1315933156

Brasília – A ministra brasileira do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, iniciou nesta quarta-feira, em Nova York, uma visita aos Estados Unidos para reforçar o diálogo sobre desenvolvimento sustentável visando a Cúpula Rio+20 da ONU, prevista para junho.

Izabella Teixeira se reuniu com a secretária americana de Defesa do Meio Ambiente, Lisa Jackson, na segunda rodada de encontros sobre a Iniciativa Conjunta para a Sustentabilidade Urbana, lançada no ano passado, e ambas participaram de um debate sobre a Rio+20 na sede do Conselho das Américas.

"A Cúpula tem um processo preparatório que está ocorrendo. Vamos começar a fase de negociações", disse Izabella Teixeira, após a apresentação de um rascunho da ONU que reúne sugestões retiradas das 643 propostas enviadas por países e instituições.

"O que esperamos como herança da Rio+20 não são os acordos vinculantes, mas as discussões que levarão a uma declaração política sobre novas diretrizes", destacou Izabella Teixeira.

A Cúpula do Rio de Janeiro, prevista para entre 20 e 22 de junho próximo, ocorre 20 anos após a Rio-92, que reuniu mais de 100 líderes mundiais e terminou com um plano de ação para o desenvolvimento sustentável.

Desta vez, o objetivo é negociar metas complementares aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), fixados em 2000 por 192 países membros da ONU visando erradicar a pobreza extrema no planeta.

Líder na área de energia renovável, o Brasil tem ampliado sua cooperação com os Estados Unidos após o acordo sobre sustentabilidade urbana de 2010.

Neste sentido, Linda Jackson estimou que "Estados Unidos e Brasil podem mostrar ao mundo como reprogramar o desenvolvimento urbano", com eixos de "eficiência energética, preservação da água, habitação e novas oportunidades de negócios".

O objetivo de construir as "comunidades urbanas do século XXI é mais que um acordo entre dois governos", assinalou Jackson para destacar a "necessidade de participação do setor privado".

Fonte: [EXAME.COM > Economia](http://exame.abril.com.br/economia/noticias/brasil-busca-reforcar-dialogo-com-eua-sobre-meio-ambiente)(<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/brasil-busca-reforcar-dialogo-com-eua-sobre-meio-ambiente>)

13/01/2012

Mudar a governança mundial para salvar a Terra

por Stephen Leahy, da IPS



O gelo derrete no Pico de Orizaba, vulcão do México.

Foto: Mauricio Ramos/IPS

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/01/123.jpg?9d7bd4>

Uxbridge, Canadá, 13/01/2012 – A humanidade está levando o clima e os ecossistemas da Terra a um limite crítico, por isso são necessárias novas formas de cooperação internacional e governança, afirmam especialistas. “Enfrentamos uma emergência planetária”, alerta Owen Gaffney, do Programa Internacional de Geosfera-Biosfera, com sede em Estocolmo.

“Necessitamos um ‘momento constitucional’ na política mundial, semelhante à mudança de governança ocorrida a partir de 1945, que levou à criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e de numerosas outras organizações internacionais”, disse Frank Biermann, da Universidade Livre de Amsterdã e diretor do Projeto Sistemas de Governança da Terra. “A humanidade enfrenta grandes desafios. São necessárias ações urgentes” afirmou Biermann à IPS.

Alguns desses desafios são a crescente pobreza, a falta de alimentos, de água e de segurança energética, a crise financeira, a mudança climática, a acidificação dos oceanos e a perda de biodiversidade. Todos esses problemas e suas soluções estão interligados.

Normalmente, os sistemas da Terra, complexos e mutuamente dependentes, podem se autocorriger e conseguir estabilidade. Entretanto, podem chegar a pontos de quebra e depois mudar de maneira surpreendente e abrupta, disse Gaffney em uma entrevista. “Só podemos recordar como a crise do sistema hipotecário nos Estados Unidos quase causou o colapso do sistema financeiro mundial”, acrescentou.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20, que acontecerá entre 20 de junho e 22 de julho, deveria ser o momento na história em que as nações se uniriam e encontrariam caminhos para assegurar “a própria sobrevivência da humanidade”, afirmou Gaffney. Este encontro marca o vigésimo aniversário da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, e os dez anos da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, de Johannesburgo.

Aconteceram muitas mudanças desde a primeira reunião no Rio de Janeiro, em 1992, conhecida como Cúpula da Terra. Hoje, mais de 90% dos sete bilhões de habitantes do planeta têm acesso a telefone celular e um terço pode acessar a internet, disse Gaffney. Além disso, as organizações da sociedade civil se espalharam por todo o mundo e se converteram em uma força global. “Estas são diferenças muito profundas com relação a 1992. Hoje, mais e mais pessoas se sentem cidadãos globais ou planetárias”, afirmou.

Antes da Rio+20, a comunidade científica mundial apresentará um completo informe sobre o “estado da Terra” na conferência Planeta sob Pressão, que acontecerá em Londres, entre 26 e 29 de março. Quase três mil especialistas de todo o mundo apresentarão um informe transcendental sobre a saúde da terra e as ameaças que enfrenta. Além disso, pela primeira vez, serão apresentadas completas recomendações sobre o que se deve fazer para evitar um desastre.

Uma das primeiras coisas que uma comunidade humana madura teria que fazer é solucionar seus problemas de governança internacional. Quase 20 anos de negociações internacionais sobre a mudança climática não conseguiram reduções significativas das emissões de gases-estufa, causadores do fenômeno. Para prevenir o perigoso aquecimento global será necessária uma ação urgente nesta década, alertam os cientistas.

Porém, as negociações climáticas são um exemplo. Especialistas em governança internacional são unânimes em apontar também o fracasso dos esforços para conseguir a igualdade e o consenso dentro da ONU na hora de tomar decisões significativas, afirmou Biermann. “Um país pode manter todo o mundo como refém”, ressaltou.

O Protocolo de Montreal para proteger a camada de ozônio é considerado o tratado ambiental mundial de maior êxito, e não utiliza o sistema das Nações Unidas. As decisões são tomadas apenas quando coincidem uma maioria de nações industrializadas e uma maioria das nações do Sul em desenvolvimento.

As negociações climáticas precisam mudar para algum tipo de sistema majoritário baseado no “voto qualificado”, afirmou Biermann. “Minha sugestão é que as nações do G-20 (industrializadas e emergentes) recebam 50% dos votos, outros países 25% e as organizações da sociedade civil os 25% restantes”, acrescentou.

O clima é apenas uma das “fronteiras planetárias” que a humanidade está ignorando, segundo documentará a conferência Planeta sob Pressão. Outra é a contínua perda de biodiversidade, da qual a humanidade também depende para sobreviver. A água potável é outra. Trata-se de um recurso limitado, mas seu consumo aumentou seis vezes no último século. Em muitos lugares a qualidade da água sofreu degradação, embora sua demanda cresça junto com a expansão das economias e das populações.

Em 2010, o Conselho Internacional para a Ciência alertou que “o funcionamento do sistema da Terra tal como o conhecemos está em risco”. Este organismo foi criado em 1931 como uma coalizão de órgãos e associações de cientistas de 141 países. É o principal motor da conferência que terá lugar em Londres.

“As sociedades devem mudar o curso para se afastar das fronteiras críticas, que podem causar uma mudança rápida e irreversível. O sistema de governança internacional precisa mudar”, afirmou Biermann. Contudo, transformar a governança internacional será um enorme desafio, já que os países estão mais preocupados com seus interesses de curto prazo, reconheceu.

Fonte: [Envolverde\(http://envolverde.com.br/noticias/mudar-a-governanca-mundial-para-salvar-a-terra/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=13\)](http://envolverde.com.br/noticias/mudar-a-governanca-mundial-para-salvar-a-terra/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=13)

13/01/2012

Para ambientalista, Rio+20 deverá aproximar posição de países

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, deverá servir como um espaço para a "aproximação dos países", segundo o ambientalista argentino Bernardo Voloj. As informações são da agência *Ansa*.

Em entrevista à ANSA, Voloj, que coordenada o projeto de Mudança Global da Fundação Ambiente e Recursos Naturais (FARN), disse que a cúpula que ocorrerá entre 20 e 22 de junho no Rio de Janeiro já aparece "como um novo marco" do movimento ecológico.

Essa ideia, segundo ele, se deve à "necessidade de buscar remédios através deste tipo de convenções que aplaquem o fracasso de outras, como a de mudança climática", em referência à Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática ocorrida em Durban no ano passado.

Voloj também destacou que, além da questão ambiental, a Rio+20 também vai abordar a questão da pobreza e do desenvolvimento sustentável, "além de gerar um exercício interno de debate em cada um dos países", observou.

O ambientalista ainda comentou que, para a FARN, "o importante são os processos prévios, onde se discutiram as posições dos países e se abre a possibilidade aos cidadãos para que enviem opiniões à ONU".

Para ele, há uma tendência desta vez para que a América Latina tenha mais participação, uma vez que a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) tem realizado encontros e convocatórias sobre o tema à sociedade civil, envolvendo ambientalistas, povos originários, agricultores e empresários.

Ele também avaliou como importante a liderança do Brasil, que, em sua opinião, soube ser um grande negociador em convenções de mudança climática, ainda que recentemente tenha sido atingido pelo encaminhamento do novo Código Florestal, o que, para ele, retrocede nos avanços para frear o desmatamento da Amazônia.

Fonte: [Terra.com.br > Notícias > Ciência > Clima](http://noticias.terra.com.br/ciencia/noticias/0,,OI5557699-EI19408,00-Para+ambientalista+Rio+devera+aproximar+posicao+de+países.html)(<http://noticias.terra.com.br/ciencia/noticias/0,,OI5557699-EI19408,00-Para+ambientalista+Rio+devera+aproximar+posicao+de+países.html>)

16/01/2012

Brasil quer pessoas com deficiência na Rio+20

por Renata Giraldi, da Agência Brasil



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/01/106.jpg?9d7bd4>

Brasília – A menos de cinco meses da Conferência Rio+20, no Rio de Janeiro, que ocorrerá de 13 a 22 de junho, a presidenta Dilma Rousseff determinou que os debates garantam o acesso às pessoas com deficiência e aos representantes de entidades civis organizadas. A ideia é transformar a Rio+20 na maior conferência mundial sobre preservação ambiental, desenvolvimento sustentável e economia verde, definindo um novo padrão para o setor.

Pelo menos 100 presidentes da República e primeiros-ministros são esperados, além de 50 mil credenciados. Os demais números referentes às pessoas que trabalharão no evento – direta e indiretamente – e visitantes ainda estão sendo calculados.

Às voltas com a organização da conferência, o diplomata Laudemar Aguiar, secretário nacional do Comitê Nacional da Rio+20, finaliza os preparativos dos locais onde ocorrerão todos os eventos. Paralelamente, ele coordena o processo de licitações envolvendo todos os segmentos do encontro. Em entrevista à Agência Brasil, Aguiar disse que o desafio é correr contra o tempo e realizar tudo o que está planejado.

“Queremos assegurar que todos consigam se deslocar com o máximo de facilidade possível. Também vamos garantir que pessoas com deficiência e entidades civis participem dos debates. As discussões centrais ocorrerão no Riocentro [na Barra da Tijuca, zona oeste], mas há programações no centro do Rio e também no Flamengo [zona sul]”, disse Aguiar.

De acordo com o secretário nacional da Rio+20, o objetivo é fazer com que a conferência gaste o mínimo de papel, atuando de forma coerente com a chamada economia verde, e ao mesmo tempo garanta maior participação física e virtual dos interessados nos temas debatidos. “É um desafio. Mas estamos trabalhando incansavelmente para atingir essas metas”, acrescentou.

A Rio+20 ocorre duas décadas depois de outra conferência que marcou época, a Rio 92. O objetivo agora é definir um modelo internacional para os próximos 20 anos com base na preservação do meio ambiente, mas com foco na melhoria da qualidade de vida a partir da erradicação da pobreza, por meio de programas sociais, a economia verde e o desenvolvimento sustentável para uma governança mundial.

A conferência conta com o apoio e o comando da Organização das Nações Unidas (ONU). O secretário-geral do encontro é o diplomata chinês Sha Zukang. A presidenta da conferência é Dilma Rousseff.

* Edição: Graça Adjuto

** Publicado originalmente no site da Agência Brasil (<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-01-16/brasil-quer-que-pessoas-com-deficiencia-participem-dos-debates-da-rio20>)

Fonte: Agência Brasil/Envolverde > Notícias (http://envolverde.com.br/noticias/brasil-quer-que-pessoas-com-deficiencia-participem-dos-debates-da-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=16)

16/01/2012

Debates da Rio+20 devem destacar economia verde como alternativa mundial

por Renata Giraldi da Agência Brasil, em Brasília

O governo brasileiro pretende aproveitar os debates da Conferência Rio+20 para destacar, como alternativa mundial, o desenvolvimento da economia verde por meio de incentivos à melhoria da qualidade de vida das populações, erradicando a pobreza e estimulando a sustentabilidade. Essa alternativa deve ser associada aos programas de transferência de renda, como os adotados no país, e aos números positivos da economia nacional.

Uma das preocupações do governo brasileiro é incluir essa determinação no documento final, no qual estarão definidas as metas para o desenvolvimento sustentável nas próximas duas décadas e que serão adotadas por todos os participantes da Rio+20. A ideia é aprovar um documento como o definido pelas Nações Unidas, em 2000, quando foram estabelecidas as Metas do Milênio.

No documento Metas do Milênio, da Organização das Nações Unidas (ONU), os objetivos se concentraram nos seguintes pilares: combate à fome e à pobreza, educação básica de qualidade para todos, igualdade entre sexos e valorização da mulher, redução da mortalidade infantil, melhoria da saúde das grávidas, combate à aids e à malária, estímulo ao respeito ao meio ambiente e incentivo ao trabalho pelo desenvolvimento.

Os ex-presidentes da República Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Collor de Mello e José Sarney (PMDB-AP), presidente do Senado, foram convidados a participar das discussões na conferência, a exemplo do que ocorreu em março do ano passado, durante a visita do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama.

Fonte: [UOL > Notícias > Ciência e Saúde\(http://noticias.uol.com.br/ultnot/cienciaesaude/ultimas-noticias/2012/01/16/debates-da-rio20-devem-destacar-economia-verde-como-alternativa-mundial.jhtm\)](http://noticias.uol.com.br/ultnot/cienciaesaude/ultimas-noticias/2012/01/16/debates-da-rio20-devem-destacar-economia-verde-como-alternativa-mundial.jhtm)

17/01/2012

Uma economia democrática para o desenvolvimento sustentável

por Aron Belinky*



Fonte: <http://envolverde.com.br/porta1/wp-content/uploads/2012/01/papel-de-parede-com-natureza-1.jpg?9d7bd4>

À medida que se aproxima a Rio+20 e em que amadurecem os debates sobre suas possíveis conclusões, fica mais clara a grande polêmica em torno da dimensão econômica, em sua relação com as demais dimensões em pauta, e, finalmente, com o próprio desenvolvimento sustentável, enquanto estratégia ampla para se evitar o evidente desastre a que nos leva o modelo atual.

A Rio+20 – sendo um evento/processo complexo e multifacetado, onde se entrelaçam agendas e atividades de inúmeros atores, sem necessariamente uma conexão explícita entre si – é passível de vários enfoques e análises, conforme a perspectiva de quem a analisa, e do foco de sua atenção. Neste artigo, parto de uma rápida comparação entre diferentes perspectivas sobre um mesmo tema – a economia – o qual, em seguida, procuro analisar em detalhe. O objetivo é contribuir para uma compreensão mais clara sobre o que está em pauta, propiciando assim uma base para ações mais efetivas visando ao máximo proveito da Rio+20 enquanto oportunidade para avançarmos na construção de uma sociedade socialmente justa, economicamente viável e ambientalmente sustentável.

Os direitos no centro da agenda

Colocar os direitos no centro da agenda é um aspecto-chave na perspectiva inicial de muitos que, como nós, engajam-se nos processos sociopolíticos movidos pela convicção ética de que todos os seres vivos – e especialmente os seres humanos – têm direito a uma existência plena, saudável e feliz. Um desdobramento natural dessa perspectiva é buscar o reconhecimento explícito desses direitos nos debates em curso e nos compromissos deles resultantes. Se queremos – por exemplo – que os direitos à educação, à alimentação, à moradia, à saúde e à participação sociopolítica sejam garantidos e levados em conta nas decisões tomadas e nas políticas formuladas, é preciso mencioná-los de modo direto e claro. Isso foi, por exemplo, o que aconteceu em várias das conferências do ciclo social da ONU, em que direitos humanos de várias gerações, reconhecidos genericamente em vários instrumentos, foram detalhados e convertidos em recomendações concretas, propostas afirmativas e diretrizes políticas.

Vendo por essa perspectiva, o debate preparatório para a Rio+20 pode ser um tanto desapontador, na medida em que pouco trata desses temas e, quando trata, geralmente o faz sob a forma de referências genéricas ou menções esparsas. A afirmação de direitos certamente não é a tônica dos debates na Rio+20, cuja pauta explícita se foca em dois temas centrais: a “economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza” e o “quadro institucional para o desenvolvimento sustentável” ou, simplesmente, “governança global”.

Evidentemente, declarações genéricas reiterando compromissos antigos combinadas com propostas “simples e diretas” sobre aspectos práticos podem facilmente desandar para encaminhamentos que, ao fim e ao cabo, levam a caminhos bem diferentes dos declarados. Este, por exemplo, é o risco mais evidente das propostas relativas à utilização de instrumentos econômicos, como a criação de mercados, mas sem a necessária contrapartida em termos de controle social e outras medidas que garantam a saudável gestão dos mesmos, e o uso socialmente apropriado da riqueza gerada.

Mas é importante considerar, no entanto, que a simples reafirmação dos direitos – mesmo que explícita, detalhada e tangíveis na forma de propostas de ação concretas – pouco ou nada adiantaria, visto que estaria apenas repetindo o que já ocorreu nas duas últimas décadas, com resultados efetivos muito aquém do necessário e desejado. Nesse sentido, a abordagem mais pragmática da Rio+20 pode ter seu lado positivo, na medida em que encontre meios mais concretos e efetivos para cumprimento dos compromissos e objetivos assumidos e reiterados. Cabe então àqueles que desejam manter os direitos no centro da agenda encontrar maneiras para ir além da reafirmação de princípios e compromissos, explicitando e enfatizando suas demandas, mas combinando-as com propostas concretas e relacionadas aos objetivos da Conferência.

Há risco de que a Rio+20 se desvirtue, convertendo-se num evento de consolidação da agenda para predomínio da economia sobre a política e a ética. Mas ela é também uma oportunidade para que essa tendência seja revertida, e que sejam acordados os fundamentos de uma economia para o desenvolvimento sustentável, ou seja, um arranjo institucional e político que coloque as forças econômicas a serviço da sociedade, e não o contrário. A atual crise no sistema financeiro e na Europa, as movimentações por cidadania em todo o mundo e a eloquência dos problemas socioambientais demonstram que não se trata de uma questão de preferências ideológicas ou de teorias idealistas: a humanidade enfrenta o desafio concreto de viabilizar-se, e a Rio+20 apresenta-se como momento oportuno para isso. É preciso aproveitá-lo, de todas as formas.

A pauta da Rio+20 e o desafio central da economia verde(1)

Um grande consenso acerca da economia verde (EV) é que não será possível construir uma sociedade social e ambientalmente sustentável sem que ocorram profundas mudanças nos sistemas econômicos, que precisam modificar tanto seu objetivo último (colocando a melhoria das condições globais de vida e bem-estar no lugar do mero crescimento no fluxo de bens e serviços), quanto sua noção de custos (que precisa incorporar de modo mais completo o valor dos insumos utilizados no processo produtivo e os impactos de sua utilização).

A discussão sobre EV, assim, incorpora disputas estruturais que há muito dividem a humanidade, tanto em termos geopolíticos, econômicos e comerciais, quanto ideológicos, éticos e filosóficos. É evidente que tais disputas não se resolverão no curtíssimo prazo que a emergência socioambiental global e a presente combinação de crises do sistema hegemônico nos coloca. Não se trata apenas de uma disputa política ou acadêmica, mas da reconfiguração das aspirações e da visão de mundo que há muitas gerações condicionam bilhões de pessoas em todo o planeta, nas bases do consumismo da acumulação e da desigualdade. Outras formas de viver em sociedade existem ou são idealizadas, mas sua adoção ampla passa necessariamente por um processo de transição relativamente longo, e para o qual enormes forças sociais e institucionais precisam se mobilizadas.

Assim, vemos que o desafio central da EV é utilizar o poder da “linguagem econômica” para dar centralidade e força às propostas de sustentabilidade com justiça social e ambiental enquanto, ao mesmo tempo, evitem-se os riscos e “efeitos colaterais” da apropriação indevida ou distorcida dessas propostas pelo sistema hegemônico.

Partindo desse desafio central, e visando ao propósito imediato de acelerar a transição rumo à EV, propomos tomar os vários questionamentos envolvendo a EV não como obstáculos, mas sim como alertas a serem considerados na análise das propostas e estratégias em pauta, minimizando os riscos de que a urgência na ação leve ao agravamento de problemas que se deseja evitar. Reconhecemos que esta é uma abordagem limitada, porém a consideramos, neste momento, essencial para evitar a paralisia, ainda mais perigosa.

Democracia econômica e desenvolvimento sustentável

Concluindo, enfatizamos nosso entendimento de que a Rio+20 é – sem dúvida – uma oportunidade única para discussão do papel que o sistema econômico deve ter na construção de uma sociedade justa e sustentável. Em seu livro *Democracia Econômica – Alternativas de Gestão Social* (Ed. Vozes, 2008), o professor Ladislau Dowbor esmiúça as principais tendências hoje observadas sobre o papel da economia nessa construção, apontando importantes lacunas não cobertas pela teoria e prática econômicas em curso, e indicando possibilidades para superação desse desafio.

Em síntese, diz ele que “a democracia propriamente econômica se manifesta: (a) na qualidade da inserção no processo produtivo; (b) no acesso equilibrado aos resultados do esforço (social de construção de riqueza); e (c) no acesso à informação que assegure o direito às opções”. Cada um desses três eixos traz embutida uma perspectiva ética e democrática, e desdobra-se em propostas concretas para que o sistema econômico trabalhe a favor da construção de uma sociedade global como desejamos. É um exemplo prático

e inspirador de como fundamentos éticos podem ser convertidos em propostas concretas para mudança do sistema econômico. E demonstra como esta não é uma preocupação de poucos idealistas mas, cada vez mais, a convicção de pensadores que enfocam com seriedade e isenção os desafios que enfrentamos. Nunca a concentração de renda e o poder econômico foram tão grandes, em termos globais. É forçoso reconhecer que o capital financeiro declaradamente especulativo ou pseudoprodutivo domina o cenário não só econômico, como também político, exercendo grande influência nos governos dos Estados-Nacionais, e da própria ONU. Mas, por outro lado, nunca a sociedade civil global dispôs de tanta capacidade de conexão e potencial para mobilização. A força da opinião pública, nas redes sociais e nas ruas – e também nos corredores do poder –, é um fato real e incontestável.

Não mudaremos a realidade da noite para o dia, mas podemos, sim, fazer grande diferença, garantindo que as instituições deixem de servir apenas a uma minoria e, progressivamente, apoiem o fortalecimento de um sistema mais aberto, transparente, democrático e sustentável. A Rio+20 é uma excelente ocasião para isso.

Nota

(1) Utilizamos o termo Economia Verde (EV) – sem qualquer outro adjetivo – para nos referirmos ao conjunto de propostas voltadas ao desenvolvimento sustentável ou, mais especificamente, à transformação da economia global para padrões socialmente justos e ambientalmente sustentáveis, num marco ético e democrático. Para mais informações sobre este posicionamento, acesse <http://www.economiaverde.org.br> ou <http://www.greeneconomy.org.br>.

* **Aron Belinky** é coordenador de *Processos Internacionais do Vitae Civilis*. Texto publicado originalmente no *Boletim Rio+20 n.3, janeiro 2012, da Heinrich Böll Stiftung*.

** Publicado originalmente no site *Mercado Ético*(<http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/uma-economia-democratica-para-o-desenvolvimento-sustentavel/>).

Fonte: Mercado Ético/Envolverde > Economia > Rio+20(http://envolverde.com.br/economia/rio20/uma-economia-democratica-para-o-desenvolvimento-sustentavel/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=17)

17/01/2012

Debates da Rio+20 devem destacar economia verde como alternativa mundial

por Redação da Agência Brasil



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/01/58.jpg?9d7bd4>

O governo brasileiro pretende aproveitar os debates da Conferência Rio+20 para destacar, como alternativa mundial, o desenvolvimento da economia verde por meio de incentivos à melhoria da qualidade de vida das populações, erradicando a pobreza e estimulando a sustentabilidade. Essa alternativa deve ser associada aos programas de transferência de renda, como os adotados no país, e aos números positivos da economia nacional.

Uma das preocupações do governo brasileiro é incluir essa determinação no documento final, no qual estarão definidas as metas para o desenvolvimento sustentável nas próximas duas décadas e que serão adotadas por todos os participantes da Rio+20. A ideia é aprovar um documento como o definido pelas Nações Unidas, em 2000, quando foram estabelecidas as Metas do Milênio.

No documento Metas do Milênio, da Organização das Nações Unidas (ONU), os objetivos se concentraram nos seguintes pilares: combate à fome e à pobreza, educação básica de qualidade para todos, igualdade entre sexos e valorização da mulher, redução da mortalidade infantil, melhoria da saúde das grávidas, combate à aids e à malária, estímulo ao respeito ao meio ambiente e incentivo ao trabalho pelo desenvolvimento.

Os ex-presidentes da República Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Collor de Mello e José Sarney (PMDB-AP), presidente do Senado, foram convidados a participar das discussões na conferência, a exemplo do que ocorreu em março do ano passado, durante a visita do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama.

* Publicado originalmente no site da Agência Brasil e retirado CarbonoBrasil(<http://www.institutocarbonobrasil.org.br/noticias6/noticia=729411>).

Fonte: CarbonoBrasil/Envolverde(http://envolverde.com.br/noticias/debates-da-rio20-devem-destacar-economia-verde-como-alternativa-mundial/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=17)

18/01/2012

Rio+20 será marco na história, diz diretora-geral da Unesco

Brasília – A diretora-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Irina Bokova, disse hoje (18) que a Conferência Rio+20, programada para ocorrer entre 13 e 22 de junho, no Rio de Janeiro, será um marco histórico mundial. A diretora-geral acrescentou ainda que o resultado da Rio+20 será de grande "importância" para o meio ambiente global nos próximos dez anos. As informações são da Unesco.

"Rio+20 deve ser lembrada como um marco [histórico]. É o início de uma transição global verde. Essa é a visão da Unesco que orienta nosso trabalho no desenvolvimento de ações nas áreas de educação, ciências, cultura, informação e comunicação para um futuro mais sustentável", disse Bokova.

Segundo a diretora-geral, a conferência oferecerá ao mundo a "oportunidade única" de avançar na construção de uma agenda global para o desenvolvimento sustentável. De acordo com Irina Bokova, todos devem se esforçar na elaboração das propostas e na execução das ações – países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Bokova disse ainda que a falta de diálogo entre os líderes políticos e gestores contribui para acentuar a "grave degradação dos recursos naturais do mundo".

Pelo menos cem presidentes da República e primeiros-ministros são esperados na Rio+20, além de 50 mil credenciados. Os demais números referentes às pessoas que trabalharão no evento – direta e indiretamente – e visitantes ainda estão sendo calculados.

A Rio+20 ocorre duas décadas depois de outra conferência que marcou época, a Rio 92. O objetivo agora é definir um modelo internacional para os próximos 20 anos com base na preservação do meio ambiente, mas com o foco na melhoria da condição de vida a partir da erradicação da pobreza, por meio de programas sociais, da economia verde e do desenvolvimento sustentável para uma governança mundial.

A conferência conta com o apoio e o comando da Organização das Nações Unidas (ONU). O secretário-geral do encontro é o diplomata chinês Sha Zukang. Porém, a presidenta da conferência é Dilma Rousseff.

Fonte: [Jornal do Brasil > Notícias > Ciência e Tecnologia](http://www.jb.com.br/ciencia-e-tecnologia/noticias/2012/01/18/rio20-sera-marco-na-historia-diz-diretora-geral-da-unesco-2/)(<http://www.jb.com.br/ciencia-e-tecnologia/noticias/2012/01/18/rio20-sera-marco-na-historia-diz-diretora-geral-da-unesco-2/>)

19/01/2012

Senadores querem mobilizar sociedade para Rio+20



Fonte: <http://www.circuitomt.com.br/files/2012/Janeiro/19-01-12/rio+20-495x278.jpg>

O Senado Federal vai participar das discussões da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20, que acontece no Rio de Janeiro de 20 a 22 de junho deste ano.

O encontro, com a presença de representantes de países do mundo inteiro, marcará o 20º aniversário da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), realizada em 1992 também no Rio de Janeiro, e o 10º aniversário da Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2002, em Joanesburgo, na África do Sul.

Na edição de 2012, a conferência terá dois temas centrais: economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza; e a estrutura de governança internacional para o desenvolvimento sustentável em seus três pilares: social, econômico e ambiental. Os dois assuntos já fazem parte da pauta de debates do Senado desde o ano passado, quando uma subcomissão temporária para tratar do encontro foi criada.

No âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável promoveu quase 20 audiências públicas em 2011.

Este ano, está prevista mais uma série de encontros. Segundo o presidente da subcomissão, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), a intenção principal é mobilizar a sociedade sobre o tema para que, em junho, o debate tenha frutos positivos. Para o presidente da CMA, senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), as audiências públicas servirão também para acompanhar os preparativos do governo federal para a conferência, cobrando ações efetivas.

Preocupação

Cristovam, Rollemberg e o presidente da CRE, senador Fernando Collor (PTB-AL), representam o Senado na Comissão Nacional Preparatória para a Rio+20. A comissão foi formada para articular as ações entre o governo federal, órgãos estaduais e municipais e a sociedade civil a serem adotadas na Rio+20. Os parlamentares, no entanto, estão apreensivos com o resultado da conferência. Temem que, do encontro, acabe saindo apenas um protocolo de intenções, sem avanços significativos em relação à conferência anterior em 1992.

Dois pontos têm incomodado os senadores. O primeiro é a falta de representantes de peso no encontro, uma vez que poucos chefes de Estado confirmaram presença no Rio de Janeiro. Alegam que é preciso ficar em seus países para cuidar da crise econômica mundial. O segundo problema é a limitação do tema em discussão na conferência.

Preocupado, Cristovam Buarque apresentou à comissão nacional, composta pelos ministros das Relações Exteriores, Antônio Patriota, e de Meio Ambiente, Izabella Teixeira, entre outros, o documento que fundamentou as audiências públicas sobre a Rio+20 no Senado. O relatório aborda 12 temas, divididos em 60 itens, com 250 perguntas importantes para nortear o desenvolvimento sustentável no planeta.

As questões - que tratam de meio ambiente a cidadania e filosofia - alertam para a necessidade de se ampliar as discussões na Rio+20 e se avançar ao que já foi definido na Eco 92 como forma de promover o desenvolvimento sustentável no planeta. O senador se diz frustrado por perceber que os chefes de Estado não enxergam o desenvolvimento sustentável como saída para a atual crise mundial.

- Estou com duas propostas para ampliarmos essa discussão. A primeira é de criar, na Universidade das Nações Unidas, um novo instituto, no Rio de Janeiro, para acompanhar a conferência e, depois, manter o debate sobre desenvolvimento sustentável. A outra proposta é de criarmos um conselho de notáveis, com nomes de legitimidade mundial (como o arcebispo africano Desmond Tutu, vencedor do prêmio Nobel da Paz) para opinar sobre ações que afetem a população em todo o mundo. O conselho seria apenas opinativo, mas poderia contar com instrumentos interativos para que todos pudessem opinar sobre os temas - explicou.

Experiência

Anfitrião do encontro de 1992, realizado quando era presidente da República, o senador Fernando Collor tem sido um dos principais críticos dos preparativos para a conferência. O senador tem cobrado da presidente Dilma Rousseff que dê ao evento a mesma importância do encontro de 92.

Um sinal seria o empenho para assegurar que o evento conte com a presença de chefes de Estado, e não somente de representações diplomáticas, para suas decisões terem caráter mais definitivo.

Collor defende uma ação mais firme do Brasil para que a conferência não se limite a discutir apenas os temas escolhidos pelas Nações Unidas, mas que trate, por exemplo, de mudanças climáticas e da necessidade de se avançar nas decisões tomadas à época da Eco 92. Segundo o senador, nos últimos 20 anos, a preocupação com o aquecimento global caiu, apesar de o problema ter apenas aumentado.

Rodrigo Rollemberg diz também estar preocupado. O presidente da CMA admite não ver a possibilidade de uma decisão concreta sair da conferência, que pode se restringir a cartas e protocolos de intenção.

- Já será um avanço se conseguirmos transformar o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em agência especializada, como a Organização Mundial de Saúde (OMS) ou a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), que poderia dar maior legitimidade a sua atuação - afirmou.

A elevação do PNUMA a agência especializada, com recursos humanos financeiros próprios, é uma das propostas na pauta da Rio+20. O objetivo é criar uma organização que zele pelo cumprimento dos acordos internacionais, julgando e punindo quem infringi-los. O formato para atuação desta agência, no entanto, ainda não é consenso entre os países envolvidos.

A Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Rio+20 retomará os trabalhos a partir de fevereiro, quando tiver início a sessão legislativa de 2012.

de Paola Lima / Agência Senado

Fonte: [CIRCUITOMATOGROSSO > Editorias](http://www.circuitomt.com.br/editorias/geral/10274-senadores-querem-mobilizar-sociedade-para-rio20.html)(<http://www.circuitomt.com.br/editorias/geral/10274-senadores-querem-mobilizar-sociedade-para-rio20.html>)

19/01/2012

Rio+20 inicia contagem regressiva em busca de economia verde

A Cúpula de Desenvolvimento Sustentável Rio+20, que a ONU realizará em junho no Brasil, começou a contagem regressiva para conduzir o mundo em direção a uma nova economia verde e social. O primeiro esboço do documento da conferência, intitulado "O Futuro que Queremos", divulgado há uma semana, é, por enquanto, uma vaga declaração de princípios, embora indique o caminho: o compromisso para que o mundo faça uma transição em direção a uma "Economia Verde" que integre a luta contra a pobreza e o respeito ao meio ambiente.

"A grande oportunidade da cúpula Rio+20 será a de assentar as bases para uma maneira diferente de conceber e medir nossa economia: o que precisamos é de uma economia que seja medida pelo bem-estar que produz", disse à AFP o diretor da ONG Amigos da Terra, Roberto Smeraldi, que na Cúpula da Terra, realizada há 20 anos, liderou o comitê da sociedade civil.

A crise econômica no mundo e o esgotamento dos recursos alimentaram um "desencanto geral com o paradigma econômico dominante" e o que o mundo precisa é de outro "paradigma no qual a riqueza material não tenha que ser obtida às custas da escassez ecológica e de disparidades sociais", afirma o documento da agência da ONU para o Meio Ambiente (PNUMA). O documento base para a Rio+20 reconhece as "limitações" do PIB como sistema único para medir a riqueza dos países e propõe criar "indicadores complementares que integrem as dimensões econômica, social e ambiental".

Uma das grandes propostas é que sejam definidos objetivos do desenvolvimento sustentável que obriguem os países a assumir metas de segurança alimentar, acesso à água, empregos verdes e até mesmo "padrões de produção e consumo sustentável", entre outros. Em 2000, 192 países assinaram os objetivos de Desenvolvimento do Milênio, destinados a erradicar a pobreza. Os do Desenvolvimento Sustentável seriam complementares, embora, por enquanto, não esteja prevista sua adoção em junho, mas uma definição, já que esta não será uma cúpula de "acordos vinculantes", afirmou na semana passada a ministra brasileira do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

A abordagem de "objetivos como segurança alimentar, acesso à energia renovável ou cidades sustentáveis (entre outros), significa uma atualização de quais são as necessidades do desenvolvimento sustentável", explica Jacob Werksman, diretor do programa de governança da organização de especialistas americanos World Resources Institute (WRI), para quem o texto divulgado, no entanto, é vago e carece da força de uma declaração final. "Esta primeira versão do documento da Conferência está no rumo certo, mas com a magnitude equivocada", avaliou o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), que considera que os compromissos dos governantes esperados na Cúpula Rio+20 em junho precisarão ser muito maiores.

Esta será a quarta cúpula mundial vinculada ao meio ambiente depois de Estocolmo, em 1972, Rio, em 1992, e Johannesburgo, em 2002. Além de governantes, participam milhares de representantes da sociedade civil e empresarial.

Há 20 anos, a Cúpula da Terra Eco 92 reuniu mais de 100 governantes do planeta. Mas a menos de seis meses desta Rio+20 e em meio à atual crise econômica, não se sabe se os líderes mundiais comparecerão em massa, como fizeram na anterior, e nem qual será o grau de compromisso que estarão dispostos a assumir. Uma questão, por exemplo, é se o presidente da maior economia do planeta, Barack Obama, se aventurará em plena campanha eleitoral a um tema antipático aos hostis concorrentes republicanos.

"Queremos uma conferência que seja um sucesso. Isso exigirá uma participação intensa - ao mais alto nível de chefes de Estado - e um resultado forte" que leve a "um documento político relevante com ações concretas, (...) um documento cheio de generalidades não nos serve", expressou à AFP o diretor do Centro de Informação da ONU no Brasil, Giancarlo Summa.



AFP - Todos os direitos de reprodução e representação reservados. [Clique aqui](http://noticias.terra.com.br/aviso_afp.html) para limitações e restrições ao uso.

Fonte: [Terra.com.br > Ciência > Clima](http://noticias.terra.com.br/ciencia/noticias/0,,OI5566197-EI19408,00-Rio+inicia+contagem+regressiva+em+busca+de+economia+verde.html)

21/01/2011

Parlamentares de subcomissões da Rio+20 dizem temer 'fracasso'

Para eles, dificuldade em trazer líderes mundiais prejudicará a cúpula. Expectativa no governo é atrair grande número de chefes de Estado.

por Sandro Lima do G1, em Brasília

Parlamentares de subcomissões do Congresso criadas para acompanhar a organização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, dizem temer o fracasso do encontro devido, segundo eles, à possibilidade de ausência dos principais líderes mundiais. A conferência está prevista para o período entre 20 e 22 de junho, no Rio de Janeiro.

Para esses senadores e deputados, o foco da agenda internacional estará voltado para a crise econômica e para as eleições em países como Estados Unidos e França, o que dificultaria a presença de líderes mundiais em um evento internacional voltado para o desenvolvimento sustentável.

“Creio que o encontro caminha para ser um grande fracasso. Não está havendo interesse dos grandes países em enviar os grandes líderes mundiais. Estou em contato com muitas pessoas no exterior e percebo que a reunião não está sendo levada a sério”, disse o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que preside duas subcomissões no Senado sobre a conferência.

Para o senador, “o governo está trabalhando bem nas instalações [da Rio+20], mas não vejo envolvimento e esforço do governo brasileiro para trazer os líderes estrangeiros - me parece que o governo não se atentou para esta situação”.

Estou em contato com muitas pessoas no exterior e percebo que a reunião não está sendo levada a sério”
Senador Cristovam Buarque

O deputado Sarney Filho (PV-MA), que preside na Câmara uma subcomissão destinada a acompanhar os trabalhos da Rio+20, disse que “tem procedência essa preocupação” do senador Cristovam Buarque. “Enfraquece muito se os líderes não vierem”, afirmou.

Para o deputado, 2012 é um ano “difícil”, com uma conjuntura internacional complicada por causa da crise europeia e das eleições nos Estados Unidos. Segundo ele, esses fatores podem tirar o foco da Rio+20.

“Falta visão do governo brasileiro de mostrar que este é o grande encontro para discutir uma nova forma de desenvolvimento para o mundo”, disse Sarney Filho.

Para evitar o esvaziamento da conferência, o deputado disse esperar que a presidente Dilma Rousseff faça um “corpo-a-corpo” para trazer os líderes internacionais.

De acordo com o deputado Eduardo Azeredo (PSDB-MG), relator da Subcomissão Especial Rio+20 na Câmara, “a grande dúvida é se haverá a presença dos grandes líderes mundiais e isso depende de um trabalho pessoal da presidente Dilma”.

Segundo ele, “a crise econômica mundial acaba tendo um peso” em relação à presença de líderes internacionais no Brasil durante a conferência.

Expectativa

Segundo a assessoria do Palácio do Planalto, a preocupação dos parlamentares é prematura. A assessoria afirma que a presidente Dilma tem feito convites a líderes estrangeiros, reiterado a importância do evento durante as viagens ao exterior e que por isso não faz sentido afirmar que o governo não está empenhado em trazer líderes estrangeiros para a cúpula.

De acordo com a assessoria, a expectativa do governo brasileiro é alta e espera-se um grande número de chefes de Estado na Rio+20, embora no momento ainda não seja possível determinar esse número. A assessoria afirma que é do maior interesse da presidente que os líderes estrangeiros compareçam.

O Ministério de Relações Exteriores conta com a [presença de 100 a 120 chefes de Estado](http://g1.globo.com/natureza/noticia/2011/12/itamaraty-conta-com-ate-120-chefes-de-estado-na-rio20.html) (<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2011/12/itamaraty-conta-com-ate-120-chefes-de-estado-na-rio20.html>) para a Rio+20.

“Não sabemos se virão, mas estamos nos preparando para recebê-los”, disse o secretário José Solla, do Itamaraty, que trabalha na logística da reunião sobre desenvolvimento sustentável das Nações Unidas. Ele deu a declaração durante a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 17), em Durban, na África do Sul, em dezembro de 2011.

Comparação

O deputado federal Alfredo Sirkis (PV-RJ), que preside a Subcomissão Especial Rio+20, disse que o encontro não terá a mesma relevância da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Eco 92, também realizada no Rio há 20 anos.

“De fato existe o recall da Eco 92, que foi um evento espetacular. Estiveram presentes o [presidente dos Estados Unidos] George Bush, o Mikhail Gorbatchev, o [então presidente de Cuba] Fidel Castro. Os olhos do mundo estavam voltados para o Rio. Foi um evento global. Hoje, a situação é diferente. É um desafio fazer com que a Rio+20 faça jus ao legado da Eco 92”, afirmou Sirkis.

É um desafio fazer com que a Rio+20 faça jus ao legado da Eco 92”
Deputado federal Alfredo Sirkis

Sirkis destacou a provável ausência do presidente dos Estados Unidos na Rio+20. “O Barack Obama não vem. É ano eleitoral nos Estados Unidos e qualquer coisa que ele faça por aqui será utilizada pelos republicanos. E os líderes na Europa estão voltados para a crise”, disse Sirkis.

“Há a possibilidade de ser um evento significativo, mas vai depender da capacidade do governo”, afirmou. Para Sirkis, os avanços obtidos na conferência devem ser limitados. “Não vai ter nada de muito espetacular, pode ser um sucesso como fator de mobilização”, afirmou.

Sirkis disse que está em estudo a criação de eventos paralelos à conferência, com a presença de personalidades internacionais para dar uma “turbinada” na Rio+20. Entre as opções, está a proposta de um evento com a presença de Gilberto Gil, Sting e Bono Vox, entre outros artistas.

Código Florestal

Os parlamentares que acompanham a organização da Rio+20 também consideram a aprovação do Código Florestal um sinal negativo para o mundo meses antes da realização da conferência.

“O que o Senado aprovou, com pequenas modificações, foi um retrocesso. Se a presidente Dilma não vetar determinados artigos, vai comprometer a posição de liderança do Brasil [na Rio+20]”, disse Sarney Filho.

A votação do Código Florestal na Câmara está marcada para 6 e 7 de março. O relatório do ex-deputado e atual ministro do Esporte, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), foi aprovado na Casa e sofreu alterações no Senado. Por isso, a proposta voltará a ser apreciada pelos deputados, que já anunciaram a intenção de fazer “pequenas alterações” no texto.

O deputado federal Ricardo Tripoli (PSDB-SP), relator de uma das subcomissões de acompanhamento da Rio+20, afirmou que a aprovação do Código Florestal compromete a posição brasileira na conferência. “[O Brasil] vai para uma conferência onde os países vão cobrar isso”, disse. “Isso é uma cobrança certa”, completou.

Em relação ao eventual êxito da conferência, Tripoli disse que o veto da presidente a alguns pontos do Código Florestal “ajudaria bastante” a melhorar a posição brasileira no encontro.

Segundo Cristovam Buarque, a “aprovação do Código Florestal é um sinal negativo para o mundo. Ficamos muito atrás do que era necessário ao tentar conciliar interesses. O texto é um Frankenstein que buscou atender a todos e não atende a ninguém”.

Para Eduardo Azeredo, o Código Florestal não prejudica a imagem do Brasil. “Não chega a esse ponto. Não é uma polêmica que vai atrapalhar a participação do Brasil”, afirmou.

Fonte: [G1 > Natureza](http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/01/parlamentares-de-subcomissoes-da-rio20-dizem-temer-fracasso.html)(<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/01/parlamentares-de-subcomissoes-da-rio20-dizem-temer-fracasso.html>)

23/01/2012

TERRAMÉRICA – Sociedade civil busca salvar a Rio+20

por Mario Osava*



Porto Alegre concentra este mês os olhares da sociedade civil mundial.

Foto: Clarinha Glock/IPS

Fonte: http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/01/PortoAlegreRioGuaiba_Clarin.jpg?9d7bd4

Porto Alegre se prepara para receber milhares de ativistas do Fórum Social Temático, que discutirão o modo de impedir que a reunião ambiental de junho no Rio de Janeiro seja uma nova decepção mundial.

Rio de Janeiro, Brasil, 23 de janeiro de 2012 (Terramérica) – Uma ampla mobilização social, com manifestações de rua e atividades paralelas, é o único fator que pode evitar uma nova frustração na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), alertam ativistas e analistas. Parece inevitável a repetição do fracasso que pautou os últimos encontros anuais, nos quais se negociou um acordo para mitigar a mudança climática, disse ao Terramérica o diretor-geral do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Cândido Grzybowski, um dos fundadores do Fórum Social Mundial, o maior encontro mundial da sociedade civil.

Cândido fundamentou sua postura negativa na crise econômico-financeira do mundo rico, neste que é um ano de muitas eleições, inclusive na França e nos Estados Unidos, o que afasta os governantes influentes dos compromissos internacionais, e também no fraco poder de convocação da presidente Dilma Rousseff, especialmente em questões ambientais. Apenas uma forte pressão da sociedade civil, como “uma expressão unitária” nos eventos paralelos à Rio+20, poderá “arrancar compromissos mais claros” dos governos contra os desequilíbrios globais, que começam pela “hegemonia financeira”, acrescentou.

O Fórum Social Temático, que reunirá, entre os dias 24 e 29 deste mês, representantes de movimentos e organizações sociais na cidade de Porto Alegre, preparará a participação de seus ativistas para a conferência mundial climática que acontecerá de 20 a 22 de junho no Rio de Janeiro. O encontro na capital gaúcha é um dos muitos encontros locais ou sobre temas específicos que acontece nos anos pares, vinculados ao Fórum Social Mundial (FSM), que agora tem sua edição global a cada dois anos.

Contudo, as referências do FSM “perderam força” e não conseguiriam convocar uma marcha tão maciça como a que é necessária para fazer com que a Rio+20 não seja apenas “um megaencontro declaratório” e tenha “um impacto importante no Brasil” em termos de consciência ambiental, afirmou Eduardo Viola, professor da Universidade de Brasília que analisa as consequências da mudança climática nas relações internacionais.

Juntar “um milhão de manifestantes nas ruas, uma façanha pouco provável, mas não impossível”, renovaria os efeitos da Cúpula da Terra de 1992 (Rio 92), a primeira reunião que fez com que a sociedade brasileira tivesse um alto nível de adesão aos assuntos ambientais, disse Eduardo ao Terramérica. Este catedrático descartou que a Rio+20 terá um impacto mundial relevante. Será uma conferência “reiterativa” de objetivos “difusos” em um momento de “gigantescos impasses internacionais”, ponderou.

No entanto, os atos populares não devem se limitar ao Rio de Janeiro. O Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) pensa em impulsionar manifestações em muitas outras cidades do mundo, para isto utilizando a internet e as redes sociais. “A Rio+20 tem um significado global” e já se acumulou experiência de sucesso em mobilizações via redes sociais, afirmou Rubens Born, do FBOMS.

O Fórum Social Temático de Porto Alegre ajudará a articular essas iniciativas, com a presença de representantes de movimentos civis, como os indignados da Espanha e os Ocupe dos Estados Unidos, contou ao Terramérica. A presença da sociedade civil na Rio+20 deve se beneficiar das facilidades que o governo brasileiro pretende oferecer, interessado em contar pelo menos com uma forte participação popular diante da provável ausência de chefes de governo e de Estado nas atividades oficiais da conferência.

A Cúpula dos Povos, nome dado ao encontro paralelo que acontecerá de 15 a 23 de junho, convocará o triplo de participantes da conferência intergovernamental, estimam observadores. O lema é “Justiça social e ambiental”, a mesma do Fórum Social Temático deste mês. “Propor uma nova forma de viver, em solidariedade, contra a mercantilização da natureza e em defesa dos bens comuns” é o objetivo, segundo o Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20, que organiza esse grande encontro.

O encontro, que terá como fórum central uma Assembleia Permanente dos Povos, busca “reinventar o mundo” com convergência de diversificadas lutas contra o capitalismo, a divisão de classes, o racismo, o patriarcalismo e a homofobia. Por isso, considera “insatisfatória” a agenda da conferência oficial, concentrada na economia verde e na institucionalidade global. Entretanto, este discurso não obtém consenso.

Rubens, fundador do Vitae Civilis, uma organização não governamental ativa na questão climática, se queixa de divisões ideológicas com os que consideram “soluções falsas” as ações ambientais que não contemplam primeiro a derrubada do capitalismo. Cândido identifica enfoques divergentes entre os que priorizam a justiça ambiental ou social, situando sua organização, Ibase, entre os segundos.

Chico Whitaker, outro fundador do Fórum Social Mundial e radical defensor de seus princípios igualitários e participativos, se preocupa com o nome. “Cúpula dos Povos” mantém a visão hierarquizada, negando a horizontalidade defendida desde o começo pelo FSM”, criticou. Porém, todos coincidem em rechaçar a ordem mundial atual, que é o “modelo industrial de grande produção” para Chico, que é o capitalismo para os membros do Comitê Facilitador, e que é a hegemonia financeira para Cândido, que lhe acrescenta “desordens” acumuladas, como transportar milhões de toneladas de minério de ferro brasileiro para a Ásia e trazê-los de volta em forma de aço.

Todos também concordam em criticar a Rio+20 oficial e seu “rascunho zero”, divulgado recentemente como ponto de partida para o documento final, porque entendem que evita os verdadeiros desafios. O formato das grandes cúpulas da Organização das Nações Unidas (ONU) “está esgotado”, defendeu Eduardo. É impossível que mais de 190 países que têm “diferentes percepções da vulnerabilidade” e interesses diversos cheguem a um consenso em relação ao tema climático, explicou.

Em outra vertente, os indígenas se propõem a expressar sua identidade cultural e ética na Rio+20 com a convocação de representantes de todo o mundo, no que chama de Aldeia Carioca, a ser instalada no Rio de Janeiro. Nela se concentrarão cerca de 350 aborígenes procedentes de diferentes regiões do país e 700 do exterior, em quatro ocas, uma delas servindo para reuniões plenárias e outra com equipamentos eletrônicos que permitirão videoconferências com indígenas em outros países ou continentes, informou ao Terramérica Marcos Terena, um dos organizadores da participação indígena na Rio+20, repetindo o papel de 20 anos atrás.

** O autor é colaborador da IPS.*

LINKS

[Sociedade civil deve assumir as rédeas da Rio+20](http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=port&idnews=3947)(<http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=port&idnews=3947>)

[Ambientalistas reclamam sistema multilateral poderoso](http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=port&idnews=3414)(<http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=port&idnews=3414>)
[Sociedade civil, a nova superpotência – Cobertura especial da IPS, em espanhol](http://www.ipsnoticias.net/focus/scivil/index.asp)(<http://www.ipsnoticias.net/focus/scivil/index.asp>)
[ONGs brasileiras criticam indefinição de proposta para a Rio+20](http://envolverde.com.br/noticias/ongs-brasileiras-criticam-indefinicao-de-proposta-para-a-rio20/)(<http://envolverde.com.br/noticias/ongs-brasileiras-criticam-indefinicao-de-proposta-para-a-rio20/>)
[“Rio+20 deve dar um impulso sustentado”](http://envolverde.com.br/noticias/%E2%80%99Crio20-deve-dar-um-impulso-sustentado%E2%80%9D/)(<http://envolverde.com.br/noticias/%E2%80%99Crio20-deve-dar-um-impulso-sustentado%E2%80%9D/>)
[Conferência Rio+20, em inglês e português](http://www.uncsd2012.org/)(<http://www.uncsd2012.org/>)
[Cúpula dos Povos, em português, inglês, espanhol e francês](http://rio20.net/pt-br/)(<http://rio20.net/pt-br/>)
[Fórum Social Temático](http://www.fstematico2012.org.br/)(<http://www.fstematico2012.org.br/>)
[Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, em português, inglês e espanhol](http://www.ibase.br/es/)(<http://www.ibase.br/es/>)
[Fórum Brasileiro de ONG e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em português e inglês](http://www.fboms.org.br/)(<http://www.fboms.org.br/>)
[Vitae Civilis](http://www.vitaecivilis.org.br/)(<http://www.vitaecivilis.org.br/>)

Artigo produzido para o Terramérica, projeto de comunicação dos Programas das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e para o Desenvolvimento (Pnud), realizado pela Inter Press Service (IPS) e distribuído pela Agência Envolverde.

Fonte: Terramérica/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ambiente/rio20-ambiente/sociedade-civil-busca-salvar-a-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=23)(http://envolverde.com.br/ambiente/rio20-ambiente/sociedade-civil-busca-salvar-a-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=23)

23/01/2012

Fórum Social Temático vai discutir crise financeira e preparação para a Rio+20

por Redação da Agência Brasil



Participação cidadã é característica marcante do FSM.

Foto: Jefferson Bernardes

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/01/612.jpg?9d7bd4>

A mobilização por “um outro mundo possível” será retomada a partir de terça-feira, 24 de janeiro, em Porto Alegre, com o início do Fórum Social Temático (FST), ligado ao Fórum Social Mundial. Com o tema Crise Capitalista, Justiça Social e Ambiental, o FST deverá ser uma prévia da Cúpula dos Povos, encontro de movimentos sociais paralelo à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que será realizada em junho.

A capital gaúcha, berço do processo do Fórum Social Mundial, deve receber cerca de 30 mil pessoas até o próximo domingo (29), segundo estimativas da organização. Desde 2010, as atividades do FSM são promovidas de forma descentralizada nos anos pares e centralizadas em anos ímpares. Além do FST em Porto Alegre, mais 25 eventos devem compor a agenda do fórum em 2012, de acordo com o coordenador do comitê organizador do FST, Mauri Cruz.

“Serão atividades espalhadas pelo mundo, em todos os continentes. E a expectativa é que a edição centralizada de 2013 seja em um país da Europa, que sempre teve participação ativa no processo, mas nunca sediou um fórum”, adiantou Cruz.

Organizado por movimentos sociais e organizações da sociedade civil, o FST deverá ser palco de discussões sobre a crise financeira e do atual modelo de desenvolvimento econômico em contraponto a alternativas de crescimento mais sustentável. O foco será a Rio+20, na tentativa de influenciar os resultados da conferência, com a apresentação de propostas alternativas às que serão levadas pelos governos.

“Nossa preocupação é que a chamada economia verde [proposta central da Rio+20] seja apenas um novo rótulo para um mesmo modelo de desenvolvimento, com concentração de riqueza, centrado no consumo, que não distribui renda. Para nós, debater a Rio+20, é debater a crise capitalista”, avaliou Cruz.

Apesar do caráter “não governamental e não partidário” dos eventos ligados ao FSM, definido em sua Carta de Princípios, a reunião também deve atrair políticos. Além do governo estadual, comandado por Tarso Genro, velho conhecido do Fórum, o governo federal terá participação significativa. A presidente Dilma Rousseff deve ir a Porto Alegre na quinta-feira (26) para um diálogo com a sociedade civil e pelo menos sete ministros do governo estarão em eventos do FST ao longo da semana.

Atividades diversificadas

Com cerca de mil atividades em Porto Alegre e em mais três cidades da região metropolitana, a extensa programação do FST inclui debates, oficinas, exposições e apresentações culturais, na maioria atividades autogestionadas, organizadas por movimentos sociais, centrais sindicais e organizações não

governamentais. Eclético, o menu inclui desde debates sobre a crise do capitalismo a oficinas de biodança e teatro de bonecos.

Entre os nomes confirmados para o megaevento, estão figuras conhecidas do FSM, como o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos e o jornalista e escritor espanhol Ignacio Ramonet. Também devem marcar presença ativistas que foram protagonistas de movimentos como a Primavera Árabe, as manifestações estudantis chilenas, o Occupy Wall Street e os indignados da Espanha.

O FST começa oficialmente na tarde de terça-feira (24), com a tradicional marcha de abertura, que repetirá o trajeto feito pelas ruas de Porto Alegre em edições anteriores do fórum. A passeata passará pela Avenida Borges de Medeiros e seguirá, em um trajeto de cerca de cinco quilômetros, até a Usina do Gasômetro, às margens do Rio Guaíba.

** Publicado originalmente no site da Agência Brasil e retirado do EcoD(<http://www.ecodesenvolvimento.org.br/posts/2012/janeiro/forum-social-tematico-vai-discutir-crise>).*

Fonte: Agência Brasil/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/forum-social-tematico-vai-discutir-crise-financeira-e-preparacao-para-a-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=23)(http://envolverde.com.br/noticias/forum-social-tematico-vai-discutir-crise-financeira-e-preparacao-para-a-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=23)

24/01/2012

Agricultura tem que se comprometer com o planeta na Rio+20, diz FAO

Setor contribui com 30% das emissões mundiais, afirma diretor do órgão. José Graziano esteve nesta terça no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre

A agricultura tem que se comprometer com o planeta e participar ativamente da próxima Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que vai acontecer em junho, disse nesta terça-feira (24) o diretor-geral do setor da ONU voltado para Alimentação e Agricultura (FAO), José Graziano.

Ele, que participa do Fórum Social Mundial, que teve início em Porto Alegre (RS), afirmou que todos os ministros da agricultura, "do mundo todo", têm que estar presentes na conferência para que a produção se comprometa de forma efetiva a limpar o planeta.

"A agricultura não é só parte do problema, também é parte da solução da questão ambiental, tem muito que contribuir no desenvolvimento sustentável do planeta, encontrando técnicas menos agressivas com o meio ambiente, ajudando com a energia limpa e redistribuindo melhor a produção", disse.

Segundo Graziano, o setor contribui com 30% das emissões de gases de efeito estufa, que provocam o aquecimento global, e que é necessário conscientizar os agricultores. O brasileiro assumiu a FAO em 2011.

Rio+20

De acordo com a organização da conferência da ONU, o encontro estará dividido em três fases. De 13 a 15 de junho está prevista a 3ª Reunião do Comitê Preparatório, que deverá acertar os últimos detalhes da negociação diplomática baseada nos três pilares do desenvolvimento sustentável (o econômico, o social e o ambiental).

De 16 a 19 de junho serão programados eventos com a sociedade civil e de 20 a 22 do mesmo mês acontece o encontro com a presença dos chefes de estado. A conferência que o Rio de Janeiro sediará é de uma modalidade de "uma por geração", realizada a cada 20 anos. Portanto, deve definir objetivos políticos mais amplos.

No último dia 11, foi divulgado o primeiro rascunho do texto-base que vai pautar o encontro. Denominado "Draft Zero" (Rascunho Zero, na tradução do inglês), o material de 19 páginas convoca os países a criar soluções para erradicar a pobreza no mundo, reduzir o impacto na biodiversidade, além de resolver questões diplomáticas como a criação de uma "agência ambiental" independente, que seria sediada no Quênia.

O documento, que poderá ser modificado até o início da conferência, afirma que entre 2012 e 2015, as nações terão que criar metas para se chegar a uma economia verde, colocadas em prática em três anos e consolidadas até 2030. Apesar do apelo, organizações ambientais consideram o texto pouco ambicioso, principalmente nas questões sobre mudança climática.

Fonte: [VNews > Editoriais > Meio Ambiente](http://www.vnews.com.br/noticia.php?id=112749)(<http://www.vnews.com.br/noticia.php?id=112749>)

24/01/2012

Governo brasileiro não quer ligar Rio+20 às negociações climáticas

A conferência não pretende estipular regras ou negociar cortes de emissões de carbono para não se tornar "problemática"

de Carolina Cimenti, de Nova York, especial para o iG

O governo brasileiro não quer ligar a conferência ambiental Rio+20, que acontecerá em junho no País, às negociações sobre emissões de carbono e aquecimento global, pois teme que se esse for o tema principal, a conferência já começa seriamente problemática.

Por outro lado, se a conferência não tratar de temas ambientais delicados e não criar pressão para que países como os Estados Unidos e a China façam mais pelo ambiente, inclusive reduzindo emissões de gás carbono, teme-se em Nova York que ela possa acabar sendo irrelevante.

A Rio+20, que tem o apoio das Nações Unidas (ONU), não pretende estipular regras ou negociar cortes de emissões de carbono. O documento final do evento não pretende ser um tratado, apenas um diálogo entre nações.

O esboço inicial do documento, que está sendo elaborado em Nova York essa semana, está publicado no site do evento em português como "esboço zero".

"A Rio+20 faz parte da família das conferências que nos fazem parar para pensar. Você para tudo, olha para a agenda atual e reflete sobre o caminho a ser tomado", explicou o embaixador André Corrêa do Lago, diretor do Departamento de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, que se encontra em Nova York para participar de reuniões preparatórias para o evento na ONU.

O que o governo brasileiro mais quer desta conferência é que ela obtenha um tipo de consenso e resultado, segundo o embaixador Corrêa do Lago.

"Mas é preciso ter cuidado porque para obter consenso temos que fazer concessões, e também não podemos aguar e diluir todas as discussões, é preciso que haja um balanço e que se avance na agenda ambiental e de desenvolvimento sustentável", disse ele ao iG em Nova York.

Por isso, em vez de tratar agressivamente do aquecimento climático, a estratégia do governo brasileiro será discutir o desenvolvimento sustentável como uma possível e ecológica saída da crise econômica mundial. "A discussão ambiental não pode caminhar sozinha, ela tem que ser feita juntamente com a discussão econômica. Só assim ela pode funcionar", diz Corrêa do Lago.

Segundo ele, os temas principais da Rio+20 serão transporte, energia, a criação e eliminação de lixo e a necessidade de mudar os padrões de consumo do mundo, ou seja, fazer com que as pessoas comprem menos.

"O maior desafio para o Brasil será o de convencer países ricos e pobres que o desenvolvimento sustentável é uma questão econômica, e não ambiental, e que existem milhares de oportunidades e empregos a serem criados com ele, e não o contrário", disse o embaixador.

A Rio+20 pretende discutir metas para o desenvolvimento sustentável, assim como a ONU criou metas para combater a pobreza 12 anos atrás, os chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Os diplomatas envolvidos nessas discussões falam abertamente da possibilidade dessas metas, porém afirmam que politicamente ainda não seja possível coloca-las em prática.

Na conferência, haverá discussão sobre temas a serem seguidos, mas provavelmente ainda não se tratará das metas propriamente ditas que possam impulsionar e medir o desenvolvimento sustentável no mundo.

Fonte: [iG > Último Segundo > Ciência > Meio Ambiente](http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/governo-brasileiro-nao-quer-ligar-rio20-as-negociacoes-climatica/n1597596770581.html) (<http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/governo-brasileiro-nao-quer-ligar-rio20-as-negociacoes-climatica/n1597596770581.html>)

24/01/2012

Crise econômica, Código Florestal e Rio+20 marcam os protestos da marcha de abertura do Fórum Social Temático



Fonte:

http://agenciabrasil.ebc.com.br/sites/_agenciabrasil/files/imagecache/300x225/gallery_assist/26/gallery_assist687512/prev/AgenciaBrasil24012012VC6067.jpg

de Luana Lourenço - Enviada especial

Porto Alegre – O calor de 35 graus Celsius e um temporal não desanimaram os ativistas que participaram hoje (24) da marcha de abertura do Fórum Social Temático (FST) pelas ruas de Porto Alegre. Com a chuva, o trânsito ficou caótico na capital gaúcha, desde as proximidades da Avenida Borges de Medeiros, na região central, até a Usina do Gasômetro, onde terminou a passeata por volta das 20h.

Com público eclético, a marcha refletiu a diversidade dos debates que vão acontecer ao longo da semana, focados principalmente na crise econômica internacional e na preparação para a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, marcada para junho.

Entre sindicalistas, estudantes, movimentos sociais, aposentados, feministas, um grupo de ativistas da comunidade alternativa Aldeia da Paz chamava a atenção com cartazes que traziam frases pacifistas e lemas como “Só o amor transforma”.



Fonte:

http://agenciabrasil.ebc.com.br/sites/_agenciabrasil/files/imagecache/300x225/gallery_assist/26/gallery_assist687512/prev/AgenciaBrasil24012012VC6112.jpg

Logo na abertura do cortejo, ambientalistas declaravam a morte das florestas brasileiras por causa das mudanças no Código Florestal. Caixões com mudas de plantas foram levados pelo grupo durante o trajeto. O diretor de Políticas Públicas da organização não governamental SOS Mata Atlântica, Mario Mantovani, disse que, diante da aprovação do texto pelo Congresso Nacional, a sociedade civil não pode se calar e deve cobrar o veto da presidenta Dilma Rousseff.

“Cada vez agregamos mais segmentos nessa briga, outros movimentos sociais, inclusive os trabalhadores da agricultura familiar. Chega de hipocrisia, vamos denunciar toda essa chantagem que vem sendo feita pelos ruralistas contra o governo e contra a sociedade”, disse.

A marcha seguiu pelas ruas da capital gaúcha ao som de música tão eclética quanto o público. A seleção musical ia desde o fandango gaúcho a um samba-enredo dos trabalhadores puxado por uma central sindical. Na metade do percurso, um temporal surpreendeu os ativistas, mas a maioria manteve a mobilização e completou o percurso até as margens do Rio Guaíba.



Fonte:

http://agenciabrasil.ebc.com.br/sites/_agenciabrasil/files/imagecache/300x225/gallery_assist/26/gallery_assist687512/prev/AgenciaBrasil24012012VC6328.jpg

Vestidas de lilás e com faixas pedindo a descriminalização do aborto, um grupo de militantes da Marcha Mundial das Mulheres se destacava na romaria. Além de causas tradicionais do movimento feminista, a ativista Cláudia Prates disse que é preciso levantar outras bandeiras de defesa das mulheres.

“Temos que estar presentes, porque a que a crise afeta primeiro as mulheres e não fomos nós que criamos a crise. Na Rio+20, por exemplo, queremos discutir o debate da terra, da crise climática que se estabelece e empobrece cada vez mais as mulheres. São as mulheres que mais passam sede, que passam fome no mundo, por isso estamos aqui”.

A marcha também foi espaço para a crítica e oposição ao governo, como o grupo do PSTU que levava uma grande bandeira com palavras de ordem contra o governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, e a presidenta Dilma Rousseff.

A desocupação, considerada pelos movimentos sociais violenta, da comunidade do Pinheirinho, em São José dos Campos (SP), também foi lembrada pelos manifestantes na abertura do FST. O militante do PSTU, Manoel Fernandes, ajudava a carregar uma imensa faixa de solidariedade aos moradores expulsos. Adesivos com o *slogan* “Somos todos Pinheirinho” também fizeram sucesso entre os caminhantes. “A luta do Pinheirinho é uma luta da classe trabalhadora. É preciso ter repercussão nacional. Foram cometidos crimes contra o povo pobre que não tem onde morar. Queremos chamar a atenção para o quanto é difícil morar no Brasil”, argumentou.

Professores gaúchos caminharam vestidos de preto, em protesto contra a política salarial do governo do estado. O governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, que se juntou à passeata em alguns trechos, disse que a manifestação dos docentes é corporativista, mas que faz parte da democracia.

A marcha abriu oficialmente a programação do FST, que, até domingo (29), deve reunir cerca de 30 mil pessoas em quase mil atividades em Porto Alegre e em mais três cidades da região metropolitana da capital gaúcha.

Acompanhe a cobertura completa do FST no [site](http://fst2012.ebc.com.br/) (<http://fst2012.ebc.com.br/>) multimídia da **Empresa Brasil de Comunicação (EBC)**.

Edição: Lana Cristina

Fonte: [EBC - Agência Brasil de Comunicação](http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-01-24/crise-economica-codigo-florestal-e-rio20-marcam-os-protestos-da-marcha-de-abertura-do-forum-social-te)(<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-01-24/crise-economica-codigo-florestal-e-rio20-marcam-os-protestos-da-marcha-de-abertura-do-forum-social-te>)

25/01/2012

Agricultura deve se comprometer com o planeta na Rio+20, diz Graziano

de Yana Marull (AFP)

PORTO ALEGRE — A agricultura tem que se comprometer com o planeta e participar ativamente da próxima cúpula de Desenvolvimento Sustentável 'Rio+20', que será celebrada em junho no Rio de Janeiro, afirmou nesta terça-feira o diretor-geral da FAO, José Graziano, durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre.



José Graziano, diretor-geral da FAO, discursando na sede da organização, em Roma, 27 de junho de 2012

Foto: 11AFP/Arquivo, Alessia Pierdomenico

Fonte: http://www.google.com/hostednews/afp/media/ALeqM5iv3agS9Xfg6Sw-B2f0CgaEZb5Z_w?docId=photo_1327441164435-1-0&size=1

"Os ministros da Agricultura - de todo o mundo - têm que estar presentes na Rio+20 para que efetivamente a produção se comprometa a limpar o planeta", disse o chefe da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO).

"A agricultura não é só parte do problema, como também é parte da solução da questão ambiental, tem muito a aportar para o desenvolvimento sustentável do planeta, encontrando técnicas menos agressivas ao meio ambiente, ajudando com energia limpa, redistribuindo melhor a produção", afirmou.

"A agricultura contribui com 30% dos gases de efeito estufa - que causam o aquecimento global - e é necessário conscientizar nossos agricultores", lembrou.

Mas nas mãos da agricultura também está a solução para a grande prioridade do planeta, que é erradicar a fome.

A Rio+20, quarta grande cúpula de desenvolvimento sustentável da história desde 1972, deve reunir em junho, no Rio de Janeiro, os chefes de Estado de todo o mundo, convidados a se comprometer com uma "economia verde" e social, dando prioridade à erradicação da fome.

O Fórum Social Mundial, maior evento antineoliberal do planeta que reúne milhares de ativistas do mundo todo, foi convocado precisamente para definir as posições dos movimentos e organizações sociais ante a Rio+20.

Graziano, que assumiu o comando da FAO no começo de janeiro e participava do primeiro evento em seu país, falou durante um evento organizado pelo governo local, horas antes da marcha que dará início às atividades do Fórum Social, que se estenderá até o domingo.

O diretor da organização se comprometeu no Fórum a abrir a FAO à participação da sociedade civil.

"A FAO tem que abrir as portas para a sociedade. Estamos tentando criar espaços de interlocução com a sociedade para quebrar o monopólio de interlocução com os governos, de alguns governos específicos, como acontecia nos últimos anos", afirmou.

Os movimentos sociais não buscam a utopia, mas a realidade, afirmou: "utopia é pensar que existe solução à margem da sociedade, que existe desenvolvimento sustentável sem segurança alimentar, que podemos viver em paz com quase 1 bilhão de famintos no mundo", advertiu.

Graziano criticou "a roleta" das cotações das commodities internacionais.

"A produção agrícola" no mundo terá que "quintuplicar", disse, embora 90% deste aumento de produção possa ser alcançado com melhor produtividade e não às custas do meio ambiente, afirmou. Graziano também criticou "um padrão de consumo que desperdiça um terço dos alimentos produzidos todos os anos".

Graziano, que no passado participou ativamente dos programas de luta contra a fome do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), convocou o país, hoje a sexta economia do planeta, a "assumir a responsabilidade internacional" na luta contra a fome com uma "nova forma de cooperação internacional", mais respeitosa com o sul.

Copyright © 2012 AFP. Todos os direitos reservados.

Fonte:

[AFP\(http://www.google.com/hostednews/afp/article/ALeqM5jyUXeq9gTyzO3hOadkq3WxUZCOyQ?docId=CNd4019881adc9fc5fe7e406a60bf57b16.c1\)](http://www.google.com/hostednews/afp/article/ALeqM5jyUXeq9gTyzO3hOadkq3WxUZCOyQ?docId=CNd4019881adc9fc5fe7e406a60bf57b16.c1)

25/01/2012

Indústrias e setor privado financiam projeto que vai reunir representantes de cidades do mundo todo na Rio+20

A Rio+20 está marcada para ocorrer em junho, na capital fluminense, e deve reunir mais de 150 chefes de Estado para discutir formas de promover o desenvolvimento sustentável

por **Flávia Villela**, *Agência Brasil*(<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-01-25/industrias-e-setor-privado-financiam-projeto-que-vai-reunir-representantes-de-cidades-do-mundo-todo-n>)

As federações de indústrias do Rio de Janeiro e São Paulo e a iniciativa privada vão financiar um megaprojeto para promover projetos sustentáveis de cidades do mundo todo durante a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, Rio +20, que acontece em junho na capital fluminense. A ideia é que representantes municipais do planeta apresentem suas inovações tecnológicas e troquem experiências para alavancar um desenvolvimento que respeite o meio ambiente.

A reunião para tratar dos últimos detalhes da iniciativa foi fechada para a imprensa e ocorreu no Palácio do Itamaraty, Centro, na presença do ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, com representantes da prefeitura do Rio, da Fundação Roberto Marinho e dos presidentes da Federação das Indústrias do Rio e de São Paulo (Firjan e Fiesp), Paulo Skaf e Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira.

De acordo com Patriota, o local servirá de convergência para os diferentes setores da sociedade debaterem formas de conciliar o desenvolvimento social, com o econômico e o ambiental.

"Nosso lema é desenvolver, incluir e conservar, e o Brasil tem muito a oferecer nessas três áreas. E esse espaço pode ser um local privilegiado para ilustrarmos o que está sendo feito, levantarmos questões para o futuro, além de ser uma construção provisória que coloca em evidência a beleza do Rio de Janeiro", declarou o ministro.

O Forte de Copacabana foi o local escolhido para abrigar o projeto que está sendo mantido em sigilo até seu lançamento em março. A maquete do enorme edifício que foi apresentada no encontro deve começar a sair do papel em meados de março.

O presidente da Firjan explicou que a contribuição das indústrias para o evento será a de demonstrar ao mundo a competência brasileira de pensar o futuro.

"Precisamos trabalhar para o desenvolvimento sustentável e isso não é incompatível com a produção. É preciso estimular práticas de produção antenadas com o novo mundo", declarou Eduardo Eugenio.

Após a reunião, o ministro Patriota viajou para a Suíça onde participará do Fórum Econômico Mundial, iniciado hoje (25), em Davos. De acordo com o ministro, a Rio+20 será o tema central a ser abordado pelo Brasil no Fórum.

A Rio+20 está marcada para ocorrer em junho, na capital fluminense, e deve reunir mais de 150 chefes de Estado para discutir formas de promover o desenvolvimento sustentável. A reunião acontece exatamente 20 anos depois da conferência Eco92, também promovida pela ONU, no Rio, para debater meios de desenvolvimento sem degradar o meio ambiente.

Curta o Administradores no [Facebook](http://www.facebook.com/portalandministradores)(<http://www.facebook.com/portalandministradores>) e siga os nossos posts no [@admnews](http://www.twitter.com/admnews)(<http://www.twitter.com/admnews>).

Fonte: [Administradores.com.br](http://www.administradores.com.br) > [Informe-se](http://www.administradores.com.br/informe-se) > [Economia e Finanças](http://www.administradores.com.br/informe-se/economia-e-financas)(<http://www.administradores.com.br/informe-se/economia-e-financas/industrias-e-setor-privado-financiam-projeto-que-vai-reunir-representantes-de-cidades-do-mundo-todo-na-rio-20/51759/>)

26/01/2012

Dilma vai ao Fórum Social defender medidas anticrise, programas sociais e Rio+20

por Luana Lourenço, da Agência Brasil



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/01/714.jpg?9d7bd4>

Porto Alegre – A presidenta Dilma Rousseff participa hoje (26) de uma sessão especial do Fórum Social Temático (FST), em Porto Alegre. No evento Diálogos entre sociedade civil e governos, Dilma deve tratar de temas como a crise financeira, políticas públicas de combate à pobreza e diretrizes brasileiras para a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, marcada para junho no Rio de Janeiro.

Dilma está em Porto Alegre desde o fim da tarde de ontem (25). A agenda da presidenta na capital gaúcha começa oficialmente com uma cerimônia no Palácio Piratini, sede do governo do estado. Em seguida, Dilma recebe representantes do Comitê Internacional do Fórum Social Mundial. O ponto alto da participação da presidenta no FST será o encontro com a sociedade civil no Ginásio Gigantinho, marcado para as 19h.

Será a primeira vez de Dilma como chefe de Estado em um evento ligado ao FSM. A vinda a Porto Alegre dá continuidade ao histórico de participação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que esteve presente em todas as edições do Fórum no Brasil e em algumas no exterior. Em 2011, Dilma foi representada pelo ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, no FSM em Dacar, no Senegal.

Dilma não irá ao Fórum Econômico Mundial, em Davos, antagônico histórico do FSM. A presidenta deverá ser representada pelos ministros das Relações Exteriores, Antonio Patriota, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel.

A presidenta deverá receber da sociedade civil cobranças para que o Brasil, como anfitrião da Rio+20, trabalhe para que a conferência tenha resultados efetivos. Movimentos sociais e ambientalistas têm se mostrado preocupados com a possibilidade de esvaziamento da reunião da ONU, sem a adoção de compromissos que levem a mudanças no atual padrão de desenvolvimento. Os movimentos sociais também deverão aproveitar a oportunidade para pedir à presidenta que vete o novo Código Florestal, aprovado no Senado, caso não haja melhorias no texto que na passagem pela Câmara dos Deputados.

* Publicado originalmente no site da [Agência Brasil](http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-01-26/dilma-vai-ao-forum-social-defender-medidas-anticrise-programas-sociais-e-rio20)(<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-01-26/dilma-vai-ao-forum-social-defender-medidas-anticrise-programas-sociais-e-rio20>).

Fonte: Agência Brasil/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/dilma-vai-ao-forum-social-defender-medidas-anticrise-programas-sociais-e-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=26)(http://envolverde.com.br/noticias/dilma-vai-ao-forum-social-defender-medidas-anticrise-programas-sociais-e-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=26)

26/01/2012

ONU pede que empresas pressionem por acordo climático

Para a organização, há poucas possibilidades de um acordo para reduzir as emissões, a menos que as empresas pressionem os governos

por Alexander Joe/AFP



A diretora da Convenção sobre o Clima da ONU, Christiana Figueres nas negociações de Durban: "só acontecerá se for de baixo para cima, se o setor privado participar"

Fonte: http://assets2.exame.abril.com.br/assets/pictures/49042/size_590_onu-clima.jpg?1327601357

Davos - Há poucas possibilidades de um acordo para reduzir as emissões de gases que provocam o **aquecimento global** (<http://exame.abril.com.br/topicos/aquecimento-global>), a menos que as empresas pressionem os governos, alertou nesta quinta-feira, no Fórum Econômico Mundial de Davos, a diretora da Convenção sobre o Clima das Nações Unidas, a costa-riquense Christiana Figueres.

"Apesar de os governos terem dito em Durban 'sim, vamos dedicar os próximos três anos para negociar e estabelecer para 2015 um acordo legalmente vinculante', sejamos claros: isso não vai acontecer", disse Figueres.

"Isso não vai acontecer da perspectiva de cima para baixo. Só acontecerá se for de baixo para cima, se o setor privado participar".

"A menos que se faça isso de baixo, a menos que haja uma forte pressão dos consumidores, do setor privado, da sociedade civil aos governos para que digam sim, é isso que queremos, como seres humanos é o que queremos, não vai acontecer, porque é grande demais", alertou.

A maratona de negociações de dezembro desembocou em um amplo consenso para selar um novo acordo para 2015 a fim de reduzir as emissões de gases de efeito estufa, que causam o aquecimento do planeta.

As empresas não se livrarão do aquecimento global e de seus efeitos sobre o clima, advertiu Figueres, lembrando que as recentes inundações em Bangcoc causaram "a redução de 25% da produção mundial de componentes de computadores".

"Se isso não é um exemplo do quanto estamos interconectados, como os governos e o setor privado precisam trabalhar juntos, não há nenhum outro exemplo mais convincente", disse.

Fonte: [EXAME.com > Economia > Meio Ambiente e Energia](http://exame.abril.com.br/economia/meio-ambiente-e-energia/noticias/onu-pede-que-empresas-pressionem-por-acordo-climatico)(<http://exame.abril.com.br/economia/meio-ambiente-e-energia/noticias/onu-pede-que-empresas-pressionem-por-acordo-climatico>)

27/01/2012

Rio+20 deve ter metas centradas no combate à pobreza, defende Dilma

por Redação EcoD



Presidente Dilma participa do Fórum Social temático no Ginásio Gigantinho.

Foto: Valter Campanato/Abr

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/01/715.jpg?9d7bd4>

Ao fazer referência aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), a presidente Dilma Rousseff defendeu na quinta-feira, 26 de janeiro, a criação de metas de desenvolvimento sustentável durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), marcada para junho, no Rio de Janeiro.

Ao participar do Fórum Social Temático (FST) 2012, ela avaliou que tais metas devem estar centradas no combate à pobreza e à desigualdade. “Assumimos que é possível crescer e incluir, proteger e conservar”, explicou a presidente.

Dilma relatou ser uma grande alegria poder voltar a Porto Alegre e lembrou sua participação no Fórum Social Mundial em 2001 (primeira edição do evento), quando ainda era secretária de Energia do governo do Rio Grande do Sul. “Desde então, essa cidade transformou-se em referência para todos que buscavam criar uma alternativa ao desequilíbrio da situação econômica e política global. Aqui, se firmou a ideia de que um outro mundo é possível”, destacou.

Durante o discurso, a presidente ressaltou que muita coisa aconteceu nos últimos 11 anos e que a crise que vinha latente transformou-se em uma crise real desde 2008. Segundo ela, as incertezas financeiras que pairam sobre o futuro mundial dão um significado especial para a Rio+20.

“Deve ser um momento importante de um processo de renovação de ideias, diferentemente das COP [Conferências das Partes]”, comparou Dilma. “Queremos que a palavra desenvolvimento apareça, de agora em diante, sempre associada à [palavra] sustentável”, completou.

De acordo com Dilma, o que estará em jogo na Rio+20 é um modelo capaz de articular o crescimento e o aumento de empregos, a participação social e a ampliação de direitos, o uso sustentável e a preservação de recursos ambientais. “A tarefa que nos impõe esse fórum e a Rio+20 é desencadear o desenvolvimento, a renovação de ideias e de novos progressos absolutamente necessários para enfrentar os dias difíceis que hoje vive ampla parte da humanidade.”

Por fim, a presidente avaliou que a sociedade civil e os governos progressistas, cada um em sua dimensão, podem fazer dos primeiros anos do novo milênio o anúncio de uma nova era. Para isso, segundo ela, é decisivo o fortalecimento dos laços de solidariedade e da cooperação Sul-Sul.

“É essa esperança que nos une e nos mobiliza para a Rio+20 e que deve sempre nos guiar na busca de um novo modo de vida, inclusivo e sustentável, sabendo que o papel da sociedade civil será determinante para o êxito da conferência. “Tenho certeza: um outro mundo é possível. Até o Rio de Janeiro”, concluiu Dilma.

Movimentos sociais criticam

A presidente foi cobrada por representantes de movimentos sociais sobre questões ambientais e sociais, principalmente sobre o conceito de economia verde, tema central da Rio+20. A ideia do FST era promover um diálogo, mas o encontro acabou sendo uma sucessão de discursos, dois de representantes da sociedade civil e o de Dilma, que durou cerca de 20 minutos.

O ambientalista boliviano Pablo Solon fez duras críticas ao conceito de economia verde, e alertou que o novo modelo de desenvolvimento não pode repetir padrões tradicionais, que estão levando ao esgotamento do planeta.

Solon convocou a sociedade civil a fazer uma grande mobilização contra a economia verde. “Assim como vencemos a Alca (Área de Livre Comércio das Américas), venceremos essa tentativa de mercantilizar e privatizar a natureza”.

A sindicalista Carmem Foro, que começou o discurso elogiando o governo da presidente Dilma, cobrou demandas antigas dos movimentos sociais brasileiros, como a redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais, o endurecimento da legislação sobre o trabalho escravo e a ampliação da reforma agrária.

Carmem também criticou o conceito de economia verde e sugeriu que a sociedade tem que se mobilizar para que a Rio+20 tenha resultados efetivos na mudança para um novo padrão de desenvolvimento. “Não vamos aceitar termos uma economia rotulada de verde, como estão pensando os capitalistas que não têm responsabilidade nenhuma com a sustentabilidade. Vamos fazer a nossa parte, e fazer isso é fazer a crítica e uma grande mobilização, durante a Rio+20, para questionar o modelo, questionar o que vai ser essa economia verde. Nossa tarefa é de articulação, mobilização do conjunto da classe trabalhadora, vamos globalizar essa luta global”.

Durante o evento, grupos ambientalistas na plateia tentaram interromper os discursos com palavras de ordem pedindo o veto da presidenta ao texto do novo Código Florestal, que tramita no Congresso Nacional.

* Publicado originalmente no site do [EcoD](http://www.ecodesenvolvimento.org.br/posts/2012/janeiro/rio-20-deve-ter-metas-centradas-no-combate-a)(<http://www.ecodesenvolvimento.org.br/posts/2012/janeiro/rio-20-deve-ter-metas-centradas-no-combate-a>).

Fonte: EcoD/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/rio20-deve-ter-metas-centradas-no-combate-a-pobreza-defende-dilma/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=27)(http://envolverde.com.br/noticias/rio20-deve-ter-metas-centradas-no-combate-a-pobreza-defende-dilma/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=27)

27/01/2012

Participantes do Fórum Social criticam Davos e Rio+20

por Redação Estadão



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/01/516.jpg?9d7bd4>

Intelectuais criticaram Davos por não prever uma crise econômica tão longa e afirmaram que o novo erro do Fórum Econômico Mundial é não debater sobre a falta de sustentabilidade global

Críticos do capitalismo e da globalização se reuniram em diferentes encontros nesta quarta-feira, 25, em Porto Alegre e cidades da região. O evento, chamado Fórum Social Mundial, foi criado em 2011 e tem como argumento a contrariedade ao encontro econômico anual de Davos.

Os participantes criticaram Davos por não prever uma crise econômica tão longa e afirmaram que o novo erro do Fórum Econômico Mundial é não debater sobre a falta de sustentabilidade global. De acordo com um dos idealizadores do encontro, Oded Grajew, a Davos está sempre atrasada: “Faz a velha filantropia” disse.

Segundo os membros do evento realizado em Porto Alegre, apesar de o Fórum Econômico Mundial ter anunciado o interesse em discutir diferentes caminhos para o crescimento e desenvolvimento, as grandes potências econômicas não tomam providências para acabar com as causas dos problemas, como, por exemplo, a desigualdade social.

Mesmo com o anúncio do Fórum Econômico Mundial de que quer debater neste ano caminhos diferentes para o crescimento e desenvolvimento, a crítica vinda de Porto Alegre é de que as grandes economias não agem para resolver as causas – como a desigualdade social

A presidente Dilma Rousseff participa nesta quinta-feira, 26, de dois eventos do Fórum Social Temático. O primeiro com a coordenação do encontro e logo depois com movimentos sociais. Em Canoas, o Seminário Internacional de Cidades de Periferia teve a participação do vice-presidente da organização Plaine Commune, o francês Jean Paul Le Glou, e do sociólogo português, Boaventura de Sousa Santos.

Segundo Le Glou, não é possível falar de sustentabilidade se as pessoas não têm consciência da importância do tema. Já Sousa criticou a demora da Europa em encontrar uma solução para a crise econômica da zona do euro: “A Europa ditou o que o mundo fazia por cinco séculos. De tanto querer ensinar, esqueceu de aprender. Só se fala em crescimento, mas um crescimento insustentável”, afirmou o sociólogo.

Rio+20

A expectativa para a conferência Rio+20, que irá reunir líderes mundiais em junho para debater sobre o futuro do planeta, é baixa entre os intelectuais de esquerda e ambientalistas que participam do Fórum Social Mundial.

Críticas foram feitas ao documento divulgado pelas Nações Unidas que esboça a resolução que será votada na conferência. Oded Grajew afirmou que a proposta não prevê ações concretas para a redução de emissão de gases poluentes. Segundo oólogo Leonardo Boff, que participa do evento, o documento já nasceu velho: “Como está, não leva a nenhuma conclusão. São só conclamações idealistas, sem mostrar a sociedade que queremos”, declarou.

Outros participantes do encontro disseram que há o risco de países desenvolvidos usarem o discurso do meio ambiente para frear o crescimento de nações emergentes como o Brasil, a China e a Índia.

A ex-senadora Marina Silva cobrou da presidente Dilma o veto as mudanças no Código Florestal aprovadas pelo Congresso. Dilma prometeu em sua campanha eleitoral em 2010, vetar projetos que aumentassem o desmatamento no país.

* *Publicado originalmente no Estadão e retirado do site [Opinião e Notícia](http://opinioenoticia.com.br/brasil/participantes-do-forum-social-criticam-davos-e-rio20/?ga=dptf2)(<http://opinioenoticia.com.br/brasil/participantes-do-forum-social-criticam-davos-e-rio20/?ga=dptf2>).*

Fonte: Opinião e Notícia/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/participantes-do-forum-social-criticam-davos-e-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=27)(http://envolverde.com.br/noticias/participantes-do-forum-social-criticam-davos-e-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=27)

27/01/2012

Começam negociações sobre documento que vai pautar a Rio+20

Lançado dia 11 de janeiro, o rascunho está sendo debatido em Nova York. Secretário-geral da conferência pediu uma conclusão ambiciosa e prática.

do Globo Natureza, em São Paulo

O primeiro rascunho do documento que vai pautar a Rio+20, a cúpula das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, começou a ser debatido na quarta-feira (25), em Nova York. Sha Zukang, secretário-geral da conferência, avaliou que esta primeira rodada de negociações precisa chegar a um resultado prático, o que aumentaria as chances de sucesso do evento. A Rio+20 está prevista para ocorrer de 22 a 26 de junho no [Rio de Janeiro](#), 20 anos após a Cúpula da Terra (Rio 92).

"Quando os líderes mundiais se reunirem no Rio daqui a cinco meses, precisaremos apresentar a eles um resultado ambicioso e prático, que equivalha à magnitude dos desafios da atualidade", disse Zukang, segundo a Agência ONU. "Precisamos de um resultado robusto da Rio+20, com compromissos políticos revigorados por todos os países".

Chamado de "Rascunho Zero", o documento foi divulgado em 11 de janeiro. Com 19 páginas, ele foi elaborado a partir de mais de 6 mil páginas de propostas submetidas por países, organizações internacionais e sociedade civil.

O rascunho convoca os países a criar soluções para erradicar a pobreza no mundo, reduzir o impacto na biodiversidade, além de resolver questões diplomáticas como a criação de uma "agência ambiental" independente, que seria sediada no Quênia. O documento também afirma que, entre 2012 e 2015, as nações terão que criar metas para se chegar a uma economia verde.

Zukang ainda recomendou que governantes e sociedade civil se concentrem em discutir objetivos claros para atingir um desenvolvimento sustentável. Outras rodadas de negociações estão previstas a partir de março.

Críticas

A Rio+20 tem enfrentado críticas sobre sua efetividade para firmar acordos globais. Na semana passada, parlamentares de subcomissões do Congresso criadas para acompanhar a organização da Rio+20 disseram temer que evento não tenha sucesso.

"Creio que o encontro caminha para ser um grande fracasso. Não está havendo interesse dos grandes países em enviar os grandes líderes mundiais. Estou em contato com muitas pessoas no exterior e percebo que a reunião não está sendo levada a sério", avaliou o senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

O rascunho zero também foi alvo de polêmica. Renata Camargo, coordenadora de políticas públicas da organização ambiental Greenpeace, avaliou que o documento é pouco ambicioso e "não levou em conta a urgência do tema, como a mudança climática".

Fonte: [G1 > Natureza](http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/01/comecam-negociacoes-sobre-documento-que-vai-pautar-rio20.html)(<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/01/comecam-negociacoes-sobre-documento-que-vai-pautar-rio20.html>)

27/01/2012

Dilma defende metas de desenvolvimento sustentável e combate à pobreza para Rio+20

De acordo com Dilma, o que estará em jogo na Rio+20 é um modelo capaz de articular o crescimento, o aumento de empregos e a preservação de recursos ambientais

por Paula Laboissière, da Agência Brasil e Valter Campanato/Abr



Porto Alegre – Presidenta Dilma participa do Fórum Social temático no Ginásio Gigantinho

Fonte: http://assets1.exame.abril.com.br/assets/pictures/49076/size_590_Dilma.jpg?1327663415

Porto Alegre – Ao fazer referência aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), a presidenta Dilma Rousseff defendeu nesta quinta (26) a criação de metas de [desenvolvimento sustentável](http://exame.abril.com.br/topicos/sustentabilidade) durante a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), marcada para junho no Rio de Janeiro.

Ao participar do Fórum Social Temático (FST) 2012, ela avaliou que tais metas devem estar centradas no combate à pobreza e à desigualdade. “Assumimos que é possível crescer e incluir, proteger e conservar”, explicou.

Dilma disse ser uma grande alegria poder voltar a Porto Alegre e lembrou sua participação no Fórum Social Mundial em 2001, quando ainda era secretária de Energia do governo do Rio Grande do Sul. “Desde então, essa cidade transformou-se em referência para todos que buscavam criar uma alternativa ao desequilíbrio da situação econômica e política global. Aqui, se firmou a ideia de que um outro mundo é possível.”

Durante o discurso, a presidenta destacou que muita coisa aconteceu nos últimos 11 anos e que a crise que vinha latente transformou-se em uma crise real desde 2008. Segundo ela, as incertezas financeiras que pairam sobre o futuro mundial dão um significado especial para a Rio+20.

“Deve ser um momento importante de um processo de renovação de ideias, diferentemente das COP [Conferências das Partes]”, disse. “Queremos que a palavra desenvolvimento apareça, de agora em diante, sempre associada à [palavra] sustentável”, completou.

De acordo com Dilma, o que estará em jogo na Rio+20 é um modelo capaz de articular o crescimento e o aumento de empregos, a participação social e a ampliação de direitos, o uso sustentável e a preservação de recursos ambientais.

“A tarefa que nos impõe esse fórum e a Rio+20 é desencadear o desenvolvimento, a renovação de ideias e de novos progressos absolutamente necessários para enfrentar os dias difíceis que hoje vive ampla parte da humanidade.”

Por fim, a presidenta avaliou que a sociedade civil e os governos progressistas, cada um em sua dimensão, podem fazer dos primeiros anos do novo milênio o anúncio de uma nova era. Para isso, segundo ela, é decisivo o fortalecimento dos laços de solidariedade e de cooperação Sul-Sul.

“É essa esperança que nos une e nos mobiliza para a Rio+20 e que deve sempre nos guiar na busca de um novo modo de vida, inclusivo e sustentável, sabendo que o papel da sociedade civil será determinante para o êxito da conferência”, disse. “Tenho certeza: um outro mundo é possível. Até o Rio de Janeiro”, concluiu Dilma.

Fonte: [EXAME.com > Economia > Meio Ambiente e Energia](http://exame.abril.com.br/economia/meio-ambiente-e-energia/noticias/dilma-defende-que-rio-20-tenha-metas-de-desenvolvimento-sustentavel-no-combate-a-pobreza)(<http://exame.abril.com.br/economia/meio-ambiente-e-energia/noticias/dilma-defende-que-rio-20-tenha-metas-de-desenvolvimento-sustentavel-no-combate-a-pobreza>)

28/01/2012

EXCLUSIVA: Izabella Teixeira: Rio+20 é grande oportunidade de combater crise

de Yana Marull (AFP)



A ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira durante entrevista para a AFP no Fórum Social Mundial.

Foto: AFP, Christophe Simon

Fonte:

http://www.google.com/hostednews/afp/slideshow/ALeqM5hGfmjCRmGrMH9e3VHi6vKgdCJcqw?docId=CN_G.83db7ab5b449ebd239c73dbaacb454c2.01&index=0

PORTO ALEGRE, Brasil – A cúpula Rio+20 que a ONU realizará em junho no Brasil é a grande oportunidade de responder à urgência da crise e alcançar um resultado "amplo e robusto", pelo qual se espera uma participação de governantes semelhante à da Rio-92, disse à AFP a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

"A Rio+20 é uma excepcional oportunidade em um mundo em que as pessoas estão procurando novas ideias e novos processos (...) para aplicar um novo paradigma do desenvolvimento", disse Teixeira em uma entrevista exclusiva.

"A crise econômica, ética, cultural, ambiental que o planeta vive nos mostra a urgência do presente", acrescentou.

O Brasil e a ONU pretendem contar com a presença de governantes "comparável" à da Cúpula da Terra em 1992, quando mais de 100 chefes de Estado e de governo compareceram ao evento, disse a ministra.

"É importante que os chefes de Estado estejam presentes, eles estarão lá. É importante que também estejam a sociedade civil e o setor privado" para haver um compromisso completo, afirmou.

A Rio+20 é a quarta cúpula deste tipo convocada pela ONU, depois da de Estocolmo, em 1972, do Rio de Janeiro, em 1992, e de Joanesburgo, em 2002.

"Há 20 anos se falava do futuro (...) agora temos a emergência do presente", disse Teixeira. "Em 1992 não tínhamos crise, o paradigma era que o neoliberalismo tinha solução para tudo. Agora (...) a crise econômica está aí", disse.

A conferência da ONU estimulará os governantes promoverem uma economia verde e social para o planeta. Ou seja, uma economia que não se baseie somente no cálculo de riquezas do PIB, mas também que inclua indicadores sociais e ambientais que levem em conta a luta contra a pobreza e a limitação dos recursos ecológicos.

"Não podemos falar de sustentabilidade se continuarmos tendo miséria, desigualdade, desemprego, se não tivermos uma nova visão para os ativos ambientais", alertou a ministra.

"A economia verde" que a cúpula propõe "terá que trazer inclusão social, geração de empregos dignos, uso sustentável dos recursos naturais, inovação tecnológica", acrescentou Teixeira.

Analistas e organizações ambientais criticaram o documento base que está sendo negociado pelos países, que consideram pouco comprometido e ambíguo.

Mas o objetivo do Brasil é conseguir um compromisso "amplo e robusto", afirmou Teixeira.

Um dos pontos fortes da cúpula é a definição dos 'Objetivos do Desenvolvimento Sustentável' que obriguem os países a assumir metas de segurança alimentar, acesso à água, empregos verdes e até "padrões de produção e consumo sustentável", entre outros, que já constam no texto base.

Em 2000, 192 países se comprometeram com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, destinados a erradicar a pobreza e aplicados nos países em desenvolvimento. As novas metas de Desenvolvimento sustentável seriam aplicadas a partir de 2015 a todos os países e seriam complementares, destacou a ministra.

Teixeira participou do Fórum Social em Porto Alegre, o maior evento dos movimentos sociais anticapitalistas do planeta, realizado em uma edição menor destinada a debater a posição da sociedade civil diante da Rio+20.

A presidente Dilma Rousseff defendeu na quinta-feira à noite no Fórum Social um novo modelo de desenvolvimento diante "dos dias difíceis que grande parte da humanidade vive hoje" e convidou a sociedade civil a participar intensamente na Rio+20.

"O que estará em debate na Rio+20 é um modelo de desenvolvimento que articule crescimento e geração de emprego, combate à pobreza e redução das desigualdades, (...) uso sustentável e preservação dos recursos naturais", disse Rousseff.

Os movimentos sociais no Fórum criticam o conceito de Economia Verde, que consideram uma "mercantilização" dos recursos naturais, e pedem uma verdadeira mudança fora do sistema capitalista que leve em conta o bem-estar das pessoas e do planeta.

Copyright © 2012 AFP. Todos os direitos reservados.

Fonte:

[AFP\(http://www.google.com/hostednews/afp/article/ALeqM5hGfmjCRmGrMH9e3VHi6vKgdCJcqw?docId=CN83db7ab5b449ebd239c73dbaacb454c2.01\)](http://www.google.com/hostednews/afp/article/ALeqM5hGfmjCRmGrMH9e3VHi6vKgdCJcqw?docId=CN83db7ab5b449ebd239c73dbaacb454c2.01)

28/01/2012

Sociedade civil pode se inscrever para uso de espaço na Rio+20

por clipping

O governo brasileiro coloca à disposição da sociedade civil locais para realização de debates, encontros, seminários, exposições, atividades culturais, entre outros eventos paralelos relacionados à conferência. Conheça os espaços

As entidades que desejarem organizar evento em um desses locais poderão pleitear espaços por meio do Formulário de Intenção de uso dos espaços, disponíveis no site oficial do governo brasileiro para a Rio+20.

Os formulários devem ser enviados até o dia 17 de fevereiro de 2012 para o e-mail: rio20.sociedade@itamaraty.gov.br

Vale ressaltar que a manifestação de interesse não assegura o direito de uso desses espaços e que será levado em consideração o critério de ordem cronológica de recebimento dos pedidos.

A partir de março, será divulgado o plano de uso dos espaços em questão.

Informações pelos telefones no Comitê Nacional de Organização da Rio+20 (61) 3313 2028 / 7816 3091 / 8415 5425 ou no site: www.rio20.gov.br

Fonte: MMA/[AmbienteBrasil](http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2012/01/28/79538-sociedade-civil-pode-se-inscrever-para-uso-de-espaco-na-rio20.html)(<http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2012/01/28/79538-sociedade-civil-pode-se-inscrever-para-uso-de-espaco-na-rio20.html>)

28/12/2011

Rio+20 deve discutir redução da pobreza e da fome e promoção da economia sustentável, diz ministra

da Redação do DIARIODEPERNAMBUCO.COM.BR

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, disse hoje (28), que os principais desafios da Rio+20 vão envolver questões sobre como reduzir a pobreza e a desigualdade no mundo, a promoção do desenvolvimento com bases mais sustentáveis e como coordenar as políticas públicas do setor. A Rio+20, conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre desenvolvimento sustentável, ocorrerá no Rio de Janeiro a partir do dia 20 de junho do próximo ano.

“Há uma expectativa muito grande de que os eventos (da Rio+20) não permaneçam somente enquanto eventos, mas tenham um dia seguinte e que aconteçam em bases que melhorem a qualidade de vida, da infraestrutura urbana e da vida nas cidades e de cada cidadão brasileiro”, disse a ministra.

Segundo ela, os “desafios são enormes”, mas há, “uma sensação internacional de que é possível sim explorar esse caminho e termos na conferência um êxito em relação ao desenvolvimento sustentável”.

A ministra disse esperar que a Rio+20 traga resultados e “que o planeta inteiro assuma objetivos sobre desenvolvimento sustentável, estabelecendo metas mensuráveis”. De acordo com Izabella isso está dentro da proposta que foi apresentada pelo Brasil para a Rio+20. “Esperamos ser exitosos na questão da governança e evoluirmos com a proposta de criação de um Conselho sobre Desenvolvimento Sustentável nas Nações Unidas”. Segundo ela, atualmente existe apenas uma comissão, criada em 1992, que não tem a representatividade de um conselho.

Izabella disse que as propostas que foram enviadas por vários países para uma primeira conferência, que vai ocorrer em janeiro, mostram caminhos convergentes. “É absolutamente convergente a discussão sobre inclusão social e sobre a erradicação de pobreza e da fome”. Outro tema comum, que deve ser apresentado na Rio+20, é a discussão sobre geração de energia. “Certamente as energias renováveis e a inovação tecnológica são temas estratégicos”.

Hoje a ministra se reuniu com João Carlos Martins, regente da Orquestra Bachianas, na casa do maestro, em São Paulo. No encontro, a ministra solicitou ao maestro para que ele componha um tema para a conferência que aborde a “riqueza do planeta e os desafios”. O maestro disse que o tema está sendo criado e será inspirado na 6ª Sinfonia de Beethoven.

A ministra também convidou Martins para fazer parte da equipe brasileira que está preparando a Rio+20. “Criei uma categoria que chamei de embaixadores ou amigos da Rio+20 (da qual o maestro fará parte), que são pessoas que, por intermédio da cultura, vão ajudar o governo e a sociedade para desenvolver o maior encontro de desenvolvimento sustentável desse século”. O maestro também foi convidado para fazer a contagem regressiva para a conferência, que terá início em 5 de junho, dia mundial do meio ambiente.

O encontro contou também com a participação de Denise Hamú, chefe do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) no Brasil.

Fonte: [Pernambuco.com](http://www.pernambuco.com/ultimas/nota.asp?materia=20111228165537&assunto=84&onde=Brasil) > [Notícias](#) > [Meio Ambiente](#) (<http://www.pernambuco.com/ultimas/nota.asp?materia=20111228165537&assunto=84&onde=Brasil>)

29/01/2012

Fórum Social Temático termina com propostas alternativas à Rio+20

Evento aconteceu em Porto Alegre neste fim de semana e teve presença de Dilma

da Agência Brasil

De olho na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que ocorre em junho, no Rio de Janeiro, o FST (Fórum Social Temático) termina neste domingo (29), em Porto Alegre (RS), com uma agenda de propostas alternativas à negociação formal que será conduzida pelos governos na conferência.

Com o tema Crise Capitalista, Justiça Social e Ambiental, o FST foi a primeira etapa da Cúpula dos Povos, reunião que deverá acontecer paralelamente à Rio+20, como contraponto às negociações formais, em um espaço de manifestação da sociedade civil organizada.

A principal crítica levantada durante os debates do FST foi, justamente, em relação ao conceito de economia verde, tema central da conferência. As organizações argumentam que o modelo vai apenas repetir a "lógica do capitalismo", com a "mercantilização da natureza" e a manutenção das desigualdades. O líder do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), João Pedro Stédile, chegou a dizer que a Rio+20 será apenas "um teatro governamental".

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, que aproveitou o FST para tentar articular as posições do governo com as da sociedade civil para a Rio+20, rebateu as críticas e disse que confia na força da sociedade civil brasileira e mundial para que o evento no Rio tenha êxito.

A Rio+20 também foi lembrada no discurso da presidenta Dilma Rousseff, que esteve no FST na quinta-feira (26) para um diálogo com representantes da sociedade civil. Dilma defendeu a criação de metas de desenvolvimento sustentável na conferência e articulação direta entre medidas ambientais e de combate à pobreza.

Apesar de bem-recebida pelos movimentos sociais na primeira participação dela em um evento do Fórum Social Mundial como chefe de Estado, Dilma não escapou das críticas. Ativistas cobraram propostas alternativas à economia verde e de mais diálogo da presidente com os movimentos sociais.

Pauta

As questões ambientais e a Rio+20 dividiram espaço com debates de temas tradicionais do Fórum Social Mundial, como a crítica ao neoliberalismo, a defesa de causas sindicais e o fortalecimento da educação.

O direito à memória foi tema de um dos eventos mais concorridos da semana, em que o sociólogo e jornalista Ignacio Ramonet defendeu a instalação de comissões da verdade e o direito coletivo de acesso a memórias de ditaduras para que as violações de direitos humanos nesses períodos não sejam esquecidos nem repetidos.

No Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, o tema também virou assunto no FST, com um evento que lembrou os oito anos do assassinato de três fiscais do trabalho, no episódio conhecido como Chacina de Unaí. Procuradores cobraram respostas do Poder Judiciário, que ainda não levou a julgamento os nove indiciados pelos crimes, entre eles, o prefeito da cidade mineira de Unaí, Antério Mânica, e o irmão dele, Norberto Mânica, acusados de serem os mandantes.

A ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário, disse que a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 438/2001, conhecida como PEC do Trabalho Escravo, [será a prioridade legislativa da secretaria este ano](http://noticias.r7.com/brasil/noticias/maria-do-rosario-diz-que-pec-do-trabalho-escravo-e-prioridade-20120129.html)(<http://noticias.r7.com/brasil/noticias/maria-do-rosario-diz-que-pec-do-trabalho-escravo-e-prioridade-20120129.html>).

Além do FST, em Porto Alegre, mais 25 eventos devem compor a agenda do Fórum Social Mundial em 2012, entre eles o Fórum Social Palestina Livre, marcado para o fim de novembro, também na capital gaúcha.

Fonte: [R7 Notícias > Brasil > Notícias](http://noticias.r7.com/brasil/noticias/forum-social-tematico-termina-com-propostas-alternativas-a-rio-20-20120129.html)(<http://noticias.r7.com/brasil/noticias/forum-social-tematico-termina-com-propostas-alternativas-a-rio-20-20120129.html>)

30/01/2012

Desenvolvimento sustentável: crítica ao modelo padrão

por Leonardo Boff*



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/01/desenvsustentavel.jpg?9d7bd4>

Os documentos oficiais da ONU e também o atual borrador para a Rio+20 encampam o modelo padrão de desenvolvimento sustentável: deve ser economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto. É o famoso tripé chamado de Triple Bottom Line (a linha das três pilastras), criado em 1990 pelo britânico John Elkington, fundador da ONG SustainAbility. Esse modelo não resiste a uma crítica séria.

Desenvolvimento economicamente viável: Na linguagem política dos governos e das empresas, desenvolvimento equivale ao Produto Interno Bruto (PIB). Ai da empresa e do país que não ostentem taxas positivas de crescimento anuais! Entram em crise ou em recessão com conseqüente diminuição do consumo e geração de desemprego: no mundo dos negócios, o negócio é ganhar dinheiro, com o menor investimento possível, com a máxima rentabilidade possível, com a concorrência mais forte possível e no menor tempo possível.

Quando falamos aqui de desenvolvimento não é qualquer um, mas o realmente existente que é aquele industrialista/capitalista/consumista. Este é antropocêntrico, contraditório e equivocado. Explico-me.

É antropocêntrico pois está centrado somente no ser humano, como se não existisse a comunidade de vida (flora e fauna e outros organismos vivos) que também precisa da biosfera e demanda igualmente sustentabilidade. É contraditório, pois, desenvolvimento e sustentabilidade obedecem a lógicas que se contrapõem. O desenvolvimento realmente existente é linear, crescente, explora a natureza e privilegia a acumulação privada. É a economia política de viés capitalista. A categoria sustentabilidade, ao contrário, provém das ciências da vida e da ecologia, cuja lógica é circular e incluyente. Representa a tendência dos ecossistemas ao equilíbrio dinâmico, à interdependência e à cooperação de todos com todos. Como se depende: são lógicas que se auto-negam: uma privilegia o indivíduo, a outra o coletivo, uma enfatiza a competição, a outra a cooperação, uma a evolução do mais apto, a outra a co-evolução de todos interconectados.

É equivocado, porque alega que a pobreza é causa da degradação ecológica. Portanto: quanto menos pobreza, mais desenvolvimento sustentável haveria e menos degradação, o que é equivocado. Analisando, porém, criticamente, as causas reais da pobreza e da degradação da natureza, vê-se que resultam, não exclusiva, mas principalmente, do tipo de desenvolvimento praticado. É ele que produz degradação, pois delapida a natureza, paga baixos salários e gera assim pobreza.

A expressão desenvolvimento sustentável representa uma armadilha do sistema imperante: assume os termos da ecologia (sustentabilidade) para esvaziá-los. Assume o ideal da economia (crescimento) mascarando, a pobreza que ele mesmo produz.

Socialmente justo: se há uma coisa que o atual desenvolvimento industrial/capitalista não pode dizer de si mesmo é que seja socialmente justo. Se assim fosse não haveria 1,4 bilhões de famintos no mundo e a maioria das nações na pobreza. Fiquemos apenas com o caso do Brasil. O Atlas Social do Brasil de 2010 (IPEA) refere que cinco mil famílias controlam 46% do PIB. O governo repassa anualmente 125 bilhões de reais ao sistema financeiro para pagar com juros os empréstimos feitos e aplica apenas 40 bilhões para os programas sociais que beneficiam as grandes maiorias pobres. Tudo isso denuncia a falsidade da retórica de um desenvolvimento socialmente justo, impossível dentro do atual paradigma econômico.

Ambientalmente correto: O atual tipo de desenvolvimento se faz movendo uma guerra irrefreável contra Gaia, arrancando dela tudo o que lhe for útil e objeto de lucro, especialmente, para aquelas minorias que controlam o processo. Em menos de quarenta anos, segundo o Índice Planeta Vivo da ONU (2010) a biodiversidade global sofreu uma queda de 30%. Apenas de 1998 para cá houve um salto de 35% nas emissões de gases de efeito estufa. Ao invés de falarmos nos limites do crescimento melhor faríamos falar nos limites da agressão à Terra.

Em conclusão, o modelo padrão de desenvolvimento que se quer sustentável, é retórico. Aqui e acolá se verificam avanços na produção de baixo carbono, na utilização de energias alternativas, no reflorestamento de regiões degradadas e na criação de melhores sumidouros de dejetos. Mas reparemos bem: tudo é realizado desde que não se afetem os lucros, nem se enfraqueça a competição. Aqui a utilização da expressão “desenvolvimento sustentável” possui uma significação política importante: representa uma maneira hábil de desviar a atenção para a mudança necessária de paradigma econômico se quisermos uma real sustentabilidade. Dentro do atual, a sustentabilidade é ou localizada ou inexistente.

* **Leonardo Boff** é autor do livro *Sustentabilidade: o que é e o que não é, a sair em fins de janeiro de 2012* pela Editora Vozes.

Fonte: O autor/[Envolverde > Ambiente > Artigo](http://envolverde.com.br/ambiente/artigo/desenvolvimento-sustentavelcritica-ao-modelo-padrao/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=30)(http://envolverde.com.br/ambiente/artigo/desenvolvimento-sustentavelcritica-ao-modelo-padrao/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=30)

30/01/2012

TERRAMÉRICA – De olho no Rio de Janeiro

por Ede Ijjasz-Vásquez*



Foto: Claudius/IPS

Fonte: http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/01/Rio+20IlustrClaudiusIPS_PT.jpg?9d7bd4

A Conferência do Rio+20 será a oportunidade para chegar a acordos que evitem passar o limite, sem volta, do uso sustentável dos recursos naturais.

Washington, Estados Unidos, 30 de janeiro de 2012 (Terramérica).- Após as negociações de dezembro sobre mudança climática em Durban, na África do Sul, há espaço para seguir avançando no curto e médio prazos. Agora, a atenção da América Latina e do mundo está voltada para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em junho, no Rio de Janeiro. Em Durban os delegados de 194 países assentaram as bases para desenvolver um compromisso global para 2015, com validade jurídica em 2020.

Durban também deu origem a acordos substanciais em outras duas áreas críticas para o progresso na luta contra a mudança climática: um novo período de compromisso de execução do Protocolo de Kyoto e passos específicos para a formação do Fundo Verde do Clima. Naquela ocasião houve maior atenção para as medidas combinadas de mitigação e adaptação à mudança climática na agricultura, bem como progresso nas discussões técnicas sobre programas de proteção de florestas no contexto do clima.

A comunidade internacional também reconheceu na África do Sul a urgente necessidade de fazer mais para reduzir as emissões de gases-estufa, manter o aumento da temperatura média abaixo dos dois graus e ajudar os países em desenvolvimento a adaptarem-se aos efeitos inevitáveis da mudança climática.

Em junho, no Rio de Janeiro, será analisada a proteção do meio ambiente como parte do processo de desenvolvimento. Esta cúpula acontecerá duas décadas depois que, em uma reunião semelhante, os países se comprometeram com o conceito de desenvolvimento sustentável como a única maneira para construir uma humanidade mais justa e viável. Isto inclui as dimensões relacionadas com saúde, moradia, contaminação do ar, gestão dos mares, florestas e montanhas, desertificação, gestão dos recursos hídricos e saneamento, e a gestão de resíduos.

O mundo aproxima-se de maneira perigosa do limite do uso de recursos naturais de maneira sustentável e podemos chegar a um ponto a partir do qual não haja retorno. Estes temas têm impacto na qualidade de vida e na luta que ainda se deve travar contra a pobreza e a desigualdade, sobretudo na América Latina e no Caribe. Apesar de a América Latina produzir energia de maneira relativamente limpa na maioria de seus países, e proporcionalmente contribuir substancialmente menos do que outras regiões para a mudança climática, é uma das zonas mais afetadas por suas consequências.

Nesse sentido, vários países da região demonstraram, com o exemplo próprio, grande liderança para ser parte da solução global que deve levar o mundo para um caminho de desenvolvimento com baixa emissão de carbono. O Brasil já se comprometeu por si só com alguns ambiciosos objetivos voluntários para reduzir suas emissões em 39% até 2020. Outros países latino-americanos também assumiram promessas voluntárias, entre eles, Chile, Colômbia, Costa Rica e México.

Em nível mundial, 90 países registraram seus planos de mitigação até 2020 com a Convenção Marco das Nações Unidas sobre a Mudança Climática, 78 dos quais em vias de desenvolvimento. Segundo o estudo do Banco Mundial "Desenvolvimento com menos carbono: respostas latino-americanas ao desafio da mudança climática", a América Latina produz apenas 6% das emissões mundiais de gases-estufa no setor energético, e 13% se forem considerados o desmatamento e a agricultura.

Entretanto, se prevê que esta situação mude nos próximos 25 anos na medida em que se expandam os setores de transporte e indústria. Por exemplo, mantidas as tendências atuais, projeta-se que as emissões de dióxido de carbono (CO₂), derivadas do consumo de energia, aumentarão na região, até 2030, em 33% por pessoa, superior à média mundial de 24%. Estas tendências representam um desafio para a América Latina, em sua busca por um desenvolvimento sustentável de crescimento mais verde e equitativo.

Muitas das medidas que podem ser consideradas no caminho para o crescimento econômico verde têm importantes benefícios ambientais e sociais locais. Maior eficiência energética frequentemente economiza dinheiro; menor desmatamento e melhor manejo dos recursos florestais têm benefícios sociais e ambientais; melhor transporte público pode reduzir o congestionamento e a contaminação local, e ter um efeito benéfico para a saúde, a produtividade e a qualidade de vida.

A próxima década trará grandes oportunidades para a sinergia entre sustentabilidade ambiental e econômica. Por exemplo, os países em desenvolvimento podem adotar uma atitude "verde" em seus novos investimentos em infraestrutura e, ainda, podem desenvolver a agricultura e outros recursos naturais para melhorar os meios de subsistência, gerar empregos e reduzir a pobreza.

O acordo de Durban representa um passo adiante, mas estão previstas duras negociações nos próximos anos para alcançar um acordo global. Contudo, deve-se avançar na execução de programas com benefícios locais e globais, projetos que demonstrem a melhor maneira de se adaptar às mudanças climáticas do futuro e aos desastres climáticos de hoje, e nas inovações tanto tecnológicas quanto institucionais que permitem um crescimento verde e inclusivo.

* *Ede Ijjasz-Vásquez é diretor de desenvolvimento sustentável para América Latina e Caribe do Banco Mundial.*

Artigo produzido para o Terramérica, projeto de comunicação dos Programas das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e para o Desenvolvimento (Pnud), realizado pela Inter Press Service (IPS) e distribuído pela Agência Envolverde.

Fonte: [Terramérica/Envolverde > Ambiente > Rio+20](http://envolverde.com.br/ambiente/rio20-ambiente/terramerica-de-olho-no-rio-de-janeiro/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=30)(http://envolverde.com.br/ambiente/rio20-ambiente/terramerica-de-olho-no-rio-de-janeiro/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=30)

30/01/2012

TERRAMÉRICA- Chovem críticas à economia verde

por Clarinha Glock, da Terramérica



As ruas de Porto Alegre ocupadas pelos protestos ambientalistas de sindicatos e outros ativistas.

Foto: Clarinha Glock/IPS

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/01/SindicalismoForumSocialTema.jpg?9d7bd4>

Ativistas que chegaram ao Brasil de diferentes partes do mundo, para participar do Fórum Social Temático, não creem na vontade dos governos de atacar a crise ambiental e exigem uma mudança drástica do sistema de produção e consumo.

Porto Alegre, Brasil, 30 de janeiro de 2012 (Terramérica) – As vozes contra o que chamam “discurso salvador do capitalismo verde” ressoam em cada debate e manifestação de rua do Fórum Social Temático, que reuniu milhares de ativistas na capital do Rio Grande do Sul. Com a crise econômico-financeira global como motor, participantes desta edição temática do Fórum Social Mundial, que aconteceu entre os dias 24 e 29, cobraram dos governos mudanças no sistema de produção e consumo, embora não acreditem que um compromisso desse tipo venha a ser obtido na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), no mês de junho no Rio de Janeiro.

O professor Edgardo Lander, da Universidade Central da Venezuela e integrante do Fórum Social desse país, disse que há “uma espécie de tentativa de recomposição do capitalismo com uma nova fachada: a do capitalismo verde”. Neste contexto, o “capitalismo verde” busca uma saída para a grave situação, fundamentalmente do setor financeiro, pelo caminho da crescente mercantilização de tudo, como educação, saúde, conhecimento dos povos tradicionais, acrescentou Edgardo. E lembrou que é necessário avançar para a ruptura deste modelo.

Reunidos na mesma mesa de debates no Salão de Atos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, um integrante do movimento Ocupe Londres, outro do Fórum Social do norte da África, um líder da Via Camponesa e ativistas brasileiros, franceses, tailandeses e venezuelanos simbolizaram este novo período histórico marcado por levantes populares, como a Primavera Árabe, e por uma das mais graves crises do sistema capitalista.

A situação pela qual passa o mundo industrializado pode ser comparada com a debacle de 1929, ressaltou João Pedro Stédile, fundador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e membro da organização social Via Camponesa. “Contudo, a diferença é que pela primeira vez envolve de fato todos os países”, destacou. Stédile entende que o capital internacional não respeita mais as decisões dos governos. “Ninguém dá importância às resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU) e por isso a Rio+20 será uma piada de mau gosto”, afirmou.

Uma parte do problema está nas “ânsias do grande capital internacional de se proteger para o próximo período de acúmulo”, assegurou Stédile. Existe uma ofensiva desmedida neste âmbito para apoderar-se das matérias-primas, terra, água, petróleo e outros, advertiu. “Eles sabem que os recursos naturais têm um extraordinário potencial lucrativo”, afirmou.

Por sua vez, o economista Marcos Arruda entende que é preciso pensar saídas de médio, curto e longo prazos. Por isto, espera ampliar redes como a de 24 mil empreendimentos de economia solidária no Brasil, que atualmente envolvem pelo menos 1,5 milhão de pessoas, segundo um primeiro mapeamento. “A

economia solidária muda aqui e agora, no espaço vital das famílias e das comunidades, e também em nível governamental, criando novas legislações que facilitam e promovem cooperativas e associações”, disse ao Terramérica.

“O direito à propriedade é dado pelo trabalho, não pelo capital”, afirmou Marcos, coordenador do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul, membro do comitê facilitador da sociedade brasileira para a Rio+20 e um dos fundadores da Rede Global de Socioeconomia Solidária. Entretanto, este especialista teme que os grandes desastres ambientais sejam mais rápidos do que a capacidade de organização da população. Sua experiência lhe diz que as mudanças necessárias não virão da parte dos governos na Rio+20.

“Nossa impressão é que eles (governos) virão a esse encontro novamente sem nenhuma vontade política de assumir compromissos com as metas de emissão de carbono, de gases-estufa, de desmatamento, tudo o que implicar obrigação de produzir resultados concretos”, destacou Marcos, que usou os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) para mostrar, em nível geral, como o sistema global do capital tem a capacidade de concentrar riqueza.

Citou como exemplo que na Rio 92 (Cúpula da Terra realizada em 1992 no Rio de Janeiro) apareceram os dados que graficamente ganharam a forma de uma “taça de champanhe”. Nessa época, 20% da população mundial mais rica controlavam 82,7% do total da renda global, mas 20 anos de liberalismo posteriores fizeram com que chegassem a ter em mãos 91,5%. Já os 20% mais pobres do mundo, que em 1992 tinham 1,4% de toda a renda, passou a ter atualmente apenas 0,07%, acrescentou o economista.

O enriquecimento de uma minoria cada vez mais reduzida é uma das duas consequências do capitalismo globalizado. A segunda é a crescente destruição do meio ambiente para obter um crescimento econômico ilimitado, fingindo que não há limites na natureza e na terra, e que se pode explorar sempre o que elas nos oferecem, ressaltou Marcos.

“Então, uma economia solidária chega e diz: não pode ser!, este é um mundo suicida. Temos que pôr freio ao crescimento, planejar para que se consiga responder às necessidades e criar o bem viver e a felicidade para todo o mundo, considerando as gerações futuras e a importância de continuar respondendo a estas necessidades”, concluiu Marcos.

** A autora é colaboradora da IPS.*

LINKS

Sociedade civil busca salvar a Rio+20(<http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=port&idnews=3999>)

Sociedade civil deve assumir as rédeas da Rio+20(<http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=port&idnews=3947>)

“O Brasil não precisa de venenos para sustentar a produção alimentar”(<http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=port&idnews=3785>)

Sociedade civil, a nova superpotência – Cobertura especial da IPS, em espanhol(http://www.ipsnoticias.net/_focus/scivil/index.asp)

Rio+20(<http://www.rio20.info/2012/>)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em português, espanhol, francês, alemão e inglês(<http://paginas.ufrgs.br/reinter/portugues>)

Via Campesina, em espanhol, francês e inglês(<http://viacampesina.org/sp/>)

Universidade Central da Venezuela, em espanhol(<http://www.ucv.ve/>)

Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul, em português, espanhol e inglês(<http://www.pacs.org.br/index.php?lang=pt>)

Artigo produzido para o Terramérica, projeto de comunicação dos Programas das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e para o Desenvolvimento (Pnud), realizado pela Inter Press Service (IPS) e distribuído pela Agência Envolverde.

Fonte: Terramérica/Envolverde > Ambiente > Rio+20(http://envolverde.com.br/ambiente/rio20-ambiente/tierramerica-chovem-criticas-a-economia-verde/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=30)

30/01/2012

Países latinos vão definir posturas comuns para a cúpula da Rio+20

*Encontro no Equador deve reunir 32 nações nesta semana.
Foco do debate será no combate à desigualdade e pobreza.*

da EFE

Tendo o combate à desigualdade e à pobreza como bandeira, ministros e delegados de 32 países da América Latina e do Caribe definirão nesta semana, em Quito, no Equador, posições comuns para a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20, que será realizada no [Rio de Janeiro](http://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/cidade/rio-de-janeiro.html) (<http://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/cidade/rio-de-janeiro.html>) em junho.

Segundo a ministra coordenadora de Patrimônio do Equador, María Fernanda Espinosa, a reunião prévia buscará uma "voz comum" em temas como o fortalecimento da boa governança em matéria de desenvolvimento sustentável na região.

"A ideia é ter compromissos que nos vinculem, nos obriguem, ter uma visão regional porque compartilhamos muitos dos problemas", disse a ministra, ao considerar que a região também tem "ideias inovadoras" para ajudar o meio ambiente.

O encontro em Quito, do qual participarão delegados de 32 nações, consistirá em reuniões de especialistas na terça (31) e na quarta-feira (1), seguidas por encontros entre cerca de 20 ministros na quinta (2) e na sexta-feira (3), explicou Espinosa.



Logomarca da Rio+20

Foto: Reprodução

Fonte: <http://s.glbimg.com/fo/g1/f/original/2011/12/08/rio20.jpg>

Temas delicados

A ministra classificou o evento como "complicado, mas interessante" e expressou sua esperança de que na sexta-feira, no encerramento do encontro, se consiga uma declaração final da primeira reunião regional para a Rio+20.

"A ideia é construir esses denominadores, esse discurso comum", declarou Espinosa, que reconheceu, no entanto, haver temas em que não há acordo interno entre as nações latino-americanas.

A Cúpula de Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro, que ocorrerá de 20 a 22 de junho, duas décadas depois da Rio-92, prevê a participação dos chefes de Estado ou de governo da maior parte dos países-membros da ONU, assim como ministros de Economia e Desenvolvimento.

Além disso, também haverá vários participantes ligados à indústria, negócios, agricultura e ao meio acadêmico, assim como representantes indígenas, prefeitos, ONGs e sindicatos.

Fonte: [G1 > Natureza](http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/01/paises-latinos-vaio-definir-posturas-comuns-para-cupula-da-rio20.html) (<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/01/paises-latinos-vaio-definir-posturas-comuns-para-cupula-da-rio20.html>)

30/01/2012

ONU diz que é preciso adotar nova economia para salvar o planeta

Painel de especialistas divulgou nesta segunda relatório sobre o tema. Documento pretende ser ferramenta de trabalho na Rio+20, em junho.

*do Globo Natureza, com agências internacionais**

Um grupo de especialistas e políticos de alto nível formado pela Organização das Nações Unidas (ONU) ressaltou nesta segunda-feira (30) a urgência de adotar novas vias de desenvolvimento para salvar o mundo de uma crise econômica até mais grave que a vivida atualmente e para assegurar sua sustentabilidade.

O Painel sobre Sustentabilidade Global, formado por 22 membros e que foi estabelecido pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, em agosto de 2010, apresentou seu primeiro relatório, que contém 56 recomendações para realizar uma mudança no modelo econômico atual.

O documento pretende ser uma das principais ferramentas de trabalho na Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, que será realizada no Rio de Janeiro, de 20 a 22 de junho.

Nova economia

Com o título "Pessoas resilientes, planeta resiliente: um futuro que vale escolher", o relatório aponta um roteiro que ajudará aos governos, o setor privado e outros atores a atingir o desenvolvimento sustentável.

Além disso, resalta a importância de outorgar mais poder à mulher e assegurar que ela desempenha um papel importante para alcançar um sistema sustentável.

O texto sugere um novo desenho da economia mundial e apresenta um maior comprometimento com o equilíbrio sustentável da Terra. Segundo o documento, antes de 2030, o mundo deveria dobrar sua produtividade, porém, reduzindo o consumo de recursos naturais.



Documento elaborado por especialistas da ONU afirma que capacidade dos recursos naturais da Terra já está se excedendo.

Foto: NASA/NOAA/GSFC/Suomi NPP/VIIRS/Norman Kuring

Fonte: <http://s.glbimg.com/fo/g1f/original/2012/01/25/tag-reuters.jpg>

O relatório afirma ainda que, apesar de já estarmos excedendo a capacidade da Terra, vamos precisar de 50% a mais de comida, 45% de energia e 30% de água já no ano de 2030. Para isso, os governos deveriam implementar políticas fiscais de estímulo das energias renováveis e suprimir os subsídios às energias fósseis, entre outras medidas.

Outro ponto abordado é que o número de pessoas vivendo na pobreza está em queda, mas o número de famintos tem crescido. O documento comenta ainda que a desigualdade na distribuição dos serviços de saúde está crescendo e que o acesso à água potável vem aumentando, mas 2,6 bilhões de pessoas não têm acesso a saneamento básico

"Trata-se de uma proposta concreta e com visão de futuro para conseguir um desenvolvimento sustentável", afirmou o presidente da África do Sul, Jacob Zuma, co-presidente do painel, durante a apresentação do documento no Centro de Convenções da ONU em Adis-Abeba. "Os modelos econômicos do passado perderam fôlego e esgotou o tempo para deles", acrescentou Zuma.

"Tanto a ciência como a economia nos dizem que as vias atuais são insustentáveis" disse Ban Ki-moon, presente durante o ato de apresentação do documento elaborado pelo Painel.

Divisão

Além de apresentar suas recomendações, o Painel pediu à ONU que forme vários organismos novos que atendam às necessidades de futuras vias de desenvolvimento, entre eles uma força conjunta que desenhe um plano para o período posterior a 2015, quando chegam ao fim os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

O Painel pede a instauração de novos indicadores do desenvolvimento, além do Produto Interno Bruto (PIB), e sugere que sejam utilizados fundos públicos para impulsionar o setor privado em direção a uma economia sustentável.

*Com informações da EFE

Fonte: [G1 > Natureza\(http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/01/onu-diz-que-e-preciso-adotar-nova-economia-para-salvar-o-planeta.html\)](http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/01/onu-diz-que-e-preciso-adotar-nova-economia-para-salvar-o-planeta.html)

2012

Fevereiro

01/02/2012

ONU: Rio+20 vai precisar criar estrutura institucional forte

Na terça-feira, o presidente da Assembleia Geral da ONU, Nassir Abdulaziz Al-Nasser, disse que a reforma das instituições ambientais é necessária para que os países possam atingir o desenvolvimento sustentável. Ele ressaltou que os Estados devem se preparar e contribuir para essa mudança rumo à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que ocorre em junho.

"De nossas preparações até o momento, uma única mensagem emerge: o resultado da Rio+20 vai precisar dar luz a uma estrutura institucional forte", declarou Al-Nasser. "Uma estrutura que promova uma melhor integração das três dimensões - econômica, social e de proteção ambiental - do desenvolvimento sustentável e enfrente os novos e emergentes problemas", completou.

Al-Nasser disse na conferência "Em direção a uma nova governança global para o meio ambiente", em Paris, que "a realidade mostra que o desenvolvimento sustentável depende de uma estrutura eficaz de instituições e de processos de decisões locais, nacionais, regionais e a nível global, que trabalhem juntos".

Fonte: Terra > Notícias > Ciência > Clima(<http://noticias.terra.com.br/ciencia/noticias/0,,OI5588998-EI19408,00-ONU+Rio+vai+precisar+criar+estrutura+institucional+forte.html>)

02/02/2012

Criação de nova agência ambiental global ganha força

por Fernanda B. Müller, do CarbonoBrasil



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/02/06-300x211.jpg?9d7bd4>

Ministra de Ecologia da França afirma que a proposta de estabelecer uma Organização Mundial para o Meio Ambiente durante a Conferência Rio +20 já tem o apoio de uma centena de países e de diversas organizações

A possibilidade de a Organização Mundial para o Meio Ambiente virar uma realidade ainda este ano é cada vez maior, com mais de 100 países já apoiando a iniciativa, afirmou nesta semana Nathalie Kosciusko-Morizet, ministra de Ecologia da França. Entre as nações que já se manifestaram a favor da iniciativa estão os componentes da União Europeia e da União Africana (54 membros), Tailândia, Malásia, Nepal, Chile e Uruguai. Estados Unidos e China ainda não se posicionaram.

A ministra fez essa declaração durante um discurso na conferência internacional sobre a preparação para a Rio +20 no âmbito do Conselho Econômico e Social, em Paris, contando com a presença de representantes do Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA), da OECD e de mais de vinte países, além de empresários, ONGs, sindicatos e outras organizações.

“A Rio +20 não será um sucesso se não propusermos uma reforma da governança mundial e o reforço do seu pilar ambiental”, enfatizou Nathalie. “Os vinte anos que seguiram após a Eco 92 não apresentaram avanços significativos em direção à sustentabilidade do modelo atual de desenvolvimento.”

O PNUMA é criticado por não ter força suficiente para lidar com os desafios atuais, sendo apenas um braço das Nações Unidas (não possuindo o escopo de uma agência) e contar somente com uma equipe de 58 membros eleitos pela Assembleia Geral das Nações Unidas e um orçamento voluntário.

“Há uma dispersão generalizada de todos os esforços, nacionais e internacionais, na luta contra a degradação da biosfera, tudo está separado, compartimentado”, resumiu Edgar Morin, sociólogo francês.

Sediado em Nairóbi, o PNUMA foi estabelecido em 1972, atendendo a proposta da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada naquele ano em Estocolmo, na Suécia.

Nova abordagem

Segundo a proposta atual, a nova agência auxiliaria na implementação de padrões ambientais globais, incluindo nas discussões e ações os movimentos sociais e as empresas.

“O novo capitalismo que emergir da crise precisa ser ambiental, ou não será novo”, disse Nathalie, completando que as questões ambientais e sociais devem estar integradas com a busca pelo lucro.

A ministra enxerga que a princípio a agência deva ser um “local de acolhimento de todos os secretariados dos acordos multilaterais sobre o meio ambiente”. Após esta primeira fase, ela disse, em entrevista ao jornal Metro France, que apoia o estabelecimento de um órgão institucionalmente mais poderoso, “que lute contra o dumping ecológico e possa impor sanções”.

A França já havia encabeçado uma iniciativa similar em 2007, quando o presidente Jacques Chirac lançou a primeira ideia com o apoio de cerca de 60 países. Na época, a proposta era criar um sistema ao modelo da Organização Mundial do Comércio, com o poder até de impor sanções. Porém, Nathalie ponderou que não seria possível obter maioria com tal sistema.

Rio +20

Pelo menos cem presidentes e primeiros-ministros são esperados na Rio+20, além de 50 mil credenciados.

A Conferência ocorre duas décadas depois de outra que marcou época, a Rio 92. O objetivo agora é definir um modelo internacional para os próximos 20 anos com base na preservação do meio ambiente, mas com o foco na melhoria da condição de vida a partir da erradicação da pobreza, por meio de programas sociais, da economia verde e do desenvolvimento sustentável para uma governança mundial.

A conferência conta com o apoio e o comando da Organização das Nações Unidas (ONU). O secretário-geral do encontro é o diplomata chinês Sha Zukang. Porém, a presidente da conferência é Dilma Rousseff.

*

Publicado

originalmente

no

[CarbonoBrasil](http://www.institutocarbonobrasil.org.br/reportagens_carbonobrasil/noticia=729568)(http://www.institutocarbonobrasil.org.br/reportagens_carbonobrasil/noticia=729568)

Fonte: CarbonoBrasil/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/criacao-de-nova-agencia-ambiental-global-ganha-forca/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=02)(http://envolverde.com.br/noticias/criacao-de-nova-agencia-ambiental-global-ganha-forca/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=02)

02/02/2012

Ministros iniciam debate sobre desenvolvimento para Rio+20

Os ministros do Meio Ambiente da América Latina e do Caribe se reuniram nesta quinta-feira em Quito para debater questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável e também definir uma postura em comum visando a cúpula Rio+20 de Desenvolvimento Sustentável da ONU, que acontecerá em junho no Rio de Janeiro.

Trata-se do XVIII Fórum de Ministros do Meio Ambiente da América Latina e do Caribe, que começou na última terça-feira com reuniões de analistas e será concluído nesta sexta-feira com a apresentação dos resultados do encontro.

Além de realizar um balanço com a troca de experiências, o Fórum também busca soluções viáveis para contornar os problemas da região relacionados com temas ambientais. Achim Steiner, diretor-executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), destacou os esforços da região na recuperação do meio ambiente, como a redução no desmatamento em regiões amazônicas, mas também fez um alerta sobre os desafios que ainda estão pendentes.

Segundo Steiner, um dos principais desafios é fazer com que a economia cresça sem prejudicar o meio ambiente, ou seja, como se desenvolver em harmonia com a natureza. Para o diretor-executivo da Pnuma, a reunião de Desenvolvimento Sustentável da ONU, que será realizada entre 20 e 22 de junho, no Rio de Janeiro, deve ser "mais reflexiva" na busca de ações concretas, algo que também foi mencionado pelo chanceler equatoriano, Ricardo Patiño.

"Os latino-americanos e caribenhos não podem mais perder tempo e também não pode se limitar à determinadas convenções", afirmou Patiño, que exigiu maiores compromissos dos países desenvolvidos nos aspectos relacionados com o financiamento para respaldar a mudança climática na região.

EFE - Agência EFE - Todos os direitos reservados. É proibido todo tipo de reprodução sem autorização escrita da Agência EFE S/A.

Fonte: [Terra > Notícias > Ciência > Clima](http://noticias.terra.com.br/ciencia/noticias/0,,OI5591575-EI19408,00-Ministros+iniciam+debate+sobre+desenvolvimento+para+Rio.html)(<http://noticias.terra.com.br/ciencia/noticias/0,,OI5591575-EI19408,00-Ministros+iniciam+debate+sobre+desenvolvimento+para+Rio.html>)

02/02/2012

Ministro: Rio+20 tem importância extrema

Gilberto Carvalho considera a participação da sociedade, na questão da sustentabilidade, tão importante quanto a do governo



Ministro Gilberto Carvalho, chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, considera o Fórum Social Temático uma preparação para a Rio+20

Foto: Antônio Cruz/Abr

Fonte: http://imagem.band.com.br/zoom/f_83222.jpg

da Agência Brasil noticias@band.com.br

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, disse nesta quinta-feira que o FST (Fórum Social Temático) 2012, realizado em Porto Alegre (RS) na semana passada, preparou a sociedade civil para intervenções durante a Rio+20 (Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável), agendada para junho, no Rio de Janeiro.

“Entendemos hoje que, tão importante quanto a participação do governo é a pressão e a participação da sociedade na discussão sobre o tipo de desenvolvimento que vamos ter no mundo”, disse. “Se é um desenvolvimento consumista, que acaba com a natureza, que explora, que não prepara o amanhã, ou um desenvolvimento que cuida da natureza e que também faz inclusão social e debate as desigualdades. São modelos que serão discutidos na Rio+20 e que se discutiu intensamente nessa grande reunião de Porto Alegre”, completou.

Ao participar do programa Bom Dia, Ministro, Carvalho avaliou que a Rio+20 será uma reunião de extrema importância para a vida do planeta. Não será, segundo ele, apenas mais uma conferência climática ou ambiental, mas um grande debate sobre o desenvolvimento sustentável.

“Estamos dando grande importância para a realização da Cúpula dos Povos [reunião que deverá ocorrer paralelamente à Rio+20, como contraponto às negociações formais]. A participação dos povos não é a cereja do bolo, é a essência da democracia”, ressaltou.

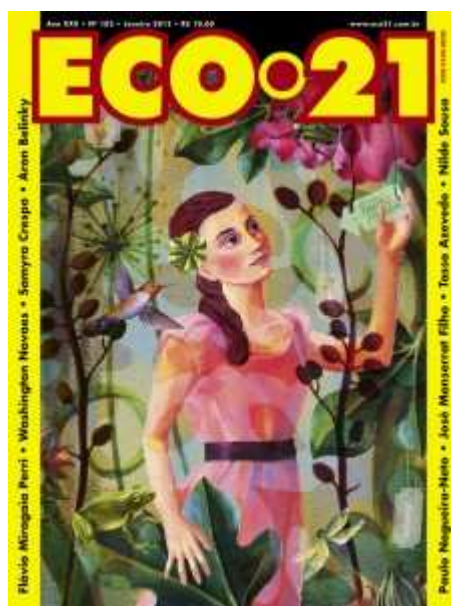
Sobre a participação da presidente Dilma Rousseff no FST 2012, o ministro disse que a decisão de ir a Porto Alegre foi “muito significativa e importante”. Segundo ele, a presidente não evitou responder a temas polêmicos – que ele classificou de “perguntas incômodas” – como a aprovação do novo Código Florestal e a operação de reintegração de posse de Pinheirinho, em São José dos Campos (SP). “A vida é assim, a democracia é assim. Dá trabalho, exige desprendimento, mas é a única saída para a gente não ir para a violência e para o autoritarismo.”

Fonte: [BAND.com.br > Notícias > Brasil](http://www.band.com.br/noticias/brasil/noticia/?id=10000483441)(<http://www.band.com.br/noticias/brasil/noticia/?id=10000483441>)

06/02/2012

A RIO+20 começou com o Rascunho Zero

por Lúcia Chayb e René Capriles, da Eco21



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/02/ECO-21-182-capinha.jpg?9d7bd4>

Já está circulando a revista ECO 21 de janeiro de 2012. Uma das principais publicações sobre meio ambiente e sustentabilidade no Brasil, a ECO 21 deste mês traz excelentes textos. Veja abaixo do editorial o índice da edição.

Editorial

O Segundo Encontro Intersessional da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD) culminou com o lançamento do chamado “Rascunho Zero” (Zero Draft) que poderá se transformar no Documento Final da RIO+20. Esse rascunho denominado “O Futuro que Queremos”, é o resumo das 6 mil páginas enviadas pelos 192 países-membros da ONU – e por diversas instituições tanto oficiais quanto da sociedade civil – combina sugestões, ideias e comentários das 643 propostas enviadas por esses países e instituições e será o principal texto a ser discutido pelos líderes mundiais na Conferência para, segundo Sha Zukang, Secretário-Geral da Conferência, “garantir um compromisso político renovado para o desenvolvimento sustentável”. O “Rascunho Zero” analisado pela antropóloga Iara Pietricovsky, “ficou limitado a 19 páginas no qual se contam 133 repetições da palavra sustentável e 39 do adjetivo verde”. Para Aron Belinky “É uma peça de grande importância, que focalizará as negociações nos próximos meses e que, após aprovada, deverá se tornar – para bem ou mal – uma referência para as políticas e práticas de sustentabilidade nos próximos anos”. Ambos foram representantes do Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a RIO+20, presentes ao evento. Organizado por movimentos sociais e organizações da sociedade civil, o Fórum Social Temático (FST) deverá ser palco de discussões sobre a crise financeira e do atual modelo de desenvolvimento econômico em contraponto a alternativas de crescimento mais sustentável. O foco do FST será a RIO+20, e terá como objetivo influenciar os resultados da Conferência, com a apresentação de propostas alternativas para serem encaminhadas pelos Governos. “Nossa preocupação é que a chamada Economia Verde seja apenas um novo rótulo para o mesmo modelo de desenvolvimento com concentração de riqueza, centrado no consumo, sem distribuição renda. Debater a RIO+20 é debater a crise capitalista”, afirma Mauri Cruz, Coordenador do Comitê Organizador do FST. Já o diplomata Laudemar Aguiar, Secretário-Geral do Comitê Nacional de Organização da RIO+20 afirma que esta será “a maior Conferência da história da ONU”, com um orçamento de R\$ 430 milhões. Segundo Sha Zukang, Secretário-Geral da Conferência, a RIO+20 deve integrar os três pilares do desenvolvimento sustentável: social, ambiental e econômico. “Uma das lições mais importantes aprendidas desde a RIO-92 é que o progresso não será sustentável se for apoiado em apenas um desses pilares”. Em resumo, o “Rascunho Zero” da RIO+20 revela que a manutenção do atual modelo de produção e de consumo tornará o futuro inviável.

Gaia Viverá.

Índice

- 4 Flávio Miragaia Perri – O que se espera da RIO+20 é uma nova rota
6 Nilde Sousa – Mulheres debaterão a RIO+20 no Fórum Social
8 Aron Belinky – Uma economia para o desenvolvimento sustentável
11 Tasso Azevedo – Limites do Planeta
12 José Monserrat Filho – Uma agenda espacial para a RIO+20
14 Mário Teixeira – Regiões Unidas participará da Conferência RIO+20
16 Washington Novaes – Agora é um bom momento para tomar juízo
18 Mario Osava – [A insustentável deficiência política do ambientalismo](http://envolverde.com.br/noticias/a-insustentavel-deficiencia-politica-do-ambientalismo/)
20 Gersa Barbosa – ONU nomeia Bráulio Dias do MMA para a CDB
22 Alejandro Nadal – Economia verde, novo disfarce do neoliberalismo
23 Heitor Scalabrini Costa – Pernambuco: polo de energia limpa?
24 Célio Pezza – O Diesel do inferno
25 Eloy Casagrande Jr. – O Brasil sem proteção ambiental
28 Larissa do Amaral – Projeto Mamirauá preserva jacarés e tartarugas
31 Fernanda Farias – Nova espécie de anfíbio corre risco de ser extinta
32 Verónica Moreno Riofrío – Outro passo para o Barômetro da Vida
38 Sílvio Anunciação – Entrevista com Paulo Nogueira-Neto
41 Vandilson Júnior – Museu Goeldi: símbolo da modernidade na Amazônia
42 Caio Albuquerque – Conhecimento sobre madeira é fraco entre engenheiros
44 Samyra Crespo – O sentido de urgência segundo um homem comprometido
46 Alicia N. Aguiar – Alternativa para resíduos de arborização urbana
47 Amélia F. Gonzalez – Eco-barreira de garrafas pet barra o lixo em canais
48 Carlos Emmiliano – Casa Viva será centro de sustentabilidade na PUC-RIO
50 Leonardo Boff – Sustentabilidade: tentativa de definição

* Para assinar clique [aqui](http://www.eco21.com.br/assinaturas/assinaturas.asp).

Fonte: Eco21/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/a-rio20-comecou-com-o-rascunho-zero/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=06)

08/02/2012

Ministros brasileiros consideram insatisfatórias sugestões de países para a declaração final da Rio+20

por Danilo Macedo - Repórter da Agência Brasil

Brasília – Os ministros das Relações Exteriores, Antonio Patriota, e do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, disseram hoje (8) que há insuficiências no Draft Zero, um rascunho de 19 páginas preparado pela Organização das Nações Unidas (ONU), com sugestões de vários países visando à declaração final da Rio+20, a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável.



Fonte:

http://agenciabrasil.ebc.com.br/sites/_agenciabrasil/files/imagecache/300x225/gallery_assist/23/gallery_assist688586/prev/AgenciaBrasil080212FP2496.jpg

Segundo Patriota, há o que se melhorar no tocante a assuntos como direitos humanos, agenda social, gestão governamental e florestas. “Há um sentimento de que devemos ser ambiciosos e de que o Brasil tem uma liderança a se exercer, pelo exemplo, pelas conquistas até aqui”, disse o ministro, após reunião de quatro horas da Comissão Nacional para a Rio+20.

Patriota e Izabella Teixeira enfatizaram que a conferência, que ocorrerá em junho no Rio de Janeiro, deve apresentar uma declaração com objetivos claros de desenvolvimento sustentável aos países.

Essa foi a quarta reunião da comissão nacional, que conta com representantes da sociedade civil e do governo. Hoje, mais de 20 ministros estiveram no encontro, chefiado pela ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, Patriota e Izabella Teixeira. Outra reunião já foi marcada para março, para afinar o posicionamento da comissão.

A ministra do Meio Ambiente disse que, ao mesmo tempo que o Brasil sabe da sua liderança mundial no desenvolvimento sustentável, tem consciência de que “ainda há muito o que fazer”. Ela explicou que a agenda em torno da conferência se divide agora em “duas facetas”: uma internacional, visando ao aperfeiçoamento da declaração que resultará da Rio+20 e outra interna, de mobilização nacional de todos os segmentos para trabalhar o legado do grande encontro para o Brasil.

Edição: Lana Cristina

Fonte: [EBC - Empresa Brasileira de Comunicação > Notícias > Meio Ambiente \(http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-02-08/ministros-brasileiros-consideram-insatisfatorias-sugestoes-de-paises-para-declaracao-final-da-rio20\)](http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-02-08/ministros-brasileiros-consideram-insatisfatorias-sugestoes-de-paises-para-declaracao-final-da-rio20)

10/02/2012

FAPESP realiza evento preparativo para a RIO+20

A FAPESP realizará, nos dias 6 e 7 de março, o “[BIOTA-BIOEN-Climate Change Joint Workshop](http://www.fapesp.br/rio20) (<http://www.fapesp.br/rio20>): Science and Policy for a Greener Economy in the context of RIO+20”. O evento ocorrerá no Espaço Apas, em São Paulo. O workshop é preparativo para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD), também chamada de RIO+20, que será realizada no Rio de Janeiro de 20 a 22 de junho.

O objetivo do workshop é contribuir para as discussões sobre tópicos que estarão em pauta durante a RIO+20 a partir das pesquisas mais avançadas realizadas no Brasil sobre clima, biodiversidade, meio ambiente e energia, entre outros temas. Para tanto, estarão reunidos no encontro pesquisadores de todos os projetos apoiados pela FAPESP relacionados à temática da RIO+20.

Serão apresentados temas como a produção de bioenergia, mecanismos de mitigação das mudanças climáticas e conservação da biodiversidade, ecossistemas, economia verde e economia criativa, políticas públicas, entre outros, sempre no contexto da RIO+20.

A meta da conferência climática mundial é assegurar o comprometimento político dos países para o desenvolvimento sustentável, além de avaliar o progresso feito até o momento e as necessidades de implantar as resoluções dos principais encontros sobre desenvolvimento sustentável realizados nos últimos anos.

Com a presença de chefes de estado e de governo, a expectativa é que a RIO+20 – que marca o 20º aniversário da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), que também ocorreu no Rio de Janeiro, em 1992, e o 10º aniversário da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (WSSD), ocorrida em Joanesburgo (África do Sul), em 2002 – resulte em um documento político focado também nos novos desafios que se impõem a todos os países.

Por isso, os temas em foco na RIO+20 – economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, e o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável – estarão presentes também no evento promovido pela FAPESP.

Entre os pesquisadores e especialistas que integram a programação do “BIOTA-BIOEN-Climate Change Joint Workshop” estão José Goldemberg, professor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo (USP), o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado e Carlos Joly, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), titular da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (Seped) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e coordenador do Programa BIOTA-FAPESP.

Thomas Lovejoy, da Universidade George Mason e do Wilson Center, nos Estados Unidos, falará sobre “Ciência da biodiversidade no contexto da RIO+20”. Edward Wilson, da Universidade Harvard, abordará por videoconferência o tema “O que esperar da conferência RIO+20”.

Jacques Marcovitch (USP), Israel Klabin (FBD), Rubens Ricupero (Instituto Fernand Braudel), José Eli da Veiga (USP), Fábio Feldman (FF Consultores), José Pedro de Oliveira Costa (Comissão Paulista de Biodiversidade), Fernando Rei (Cetesb) e Paulo Moutinho (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) também realizarão apresentações no evento.

O workshop será realizado no Espaço Apas (Associação Paulista de Supermercados), localizado na R. Pio XI, nº 1200, no Alto da Lapa, em São Paulo (SP).

Mais informações e inscrições: www.fapesp.br/rio20

Fonte: Agência FAPESP/Planeta Universitário.com > Cursos e Palestras (<http://www.planetauniversitario.com/index.php/cursos-e-palestras-mainmenu-63/conferencias-mainmenu-66/26043-fapesp-realiza-evento-preparativo-para-a-rio20>)

13/02/2012

Documento base da Rio+20 não leva em conta limites do planeta

Autor: Agência Fapesp



Planeta Terra

Foto: NASA

Fonte: http://360graus.terra.com.br/montanhismo/images/w_h/w_h_20070213091556.jpg

Em janeiro, a Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou o primeiro esboço da declaração final da Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO+20), que será realizada no Brasil em junho.

O documento, no entanto, deveria destacar de forma mais clara e objetiva o princípio de que há um limite natural para o planeta – um conceito central para o desenvolvimento sustentável. A opinião é de Carlos Alfredo Joly, titular do Departamento de Políticas e Programas Temáticos (DEPPT), a Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (Seped) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e coordenador do programa BIOTA-FAPESP.

“O principal problema com o documento é o fato de não partir do princípio de que há um limite natural para o planeta, e que inevitavelmente teremos que nos adaptar à sua capacidade de suporte. Este é um conceito chave do desenvolvimento sustentável, que não está posto de forma clara e objetiva em parte alguma do documento. Partir desse princípio pode ser a única chance para que a RIO+20 alcance objetivos palpáveis”, disse Joly à Agência FAPESP.

De acordo com Joly, que é professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o tema da capacidade de suporte da Terra, longe de ser uma “discussão puramente filosófica”, é justamente a maior promessa de resultados concretos para a conferência.

Se os chefes de Estado reunidos no Rio de Janeiro em junho de 2012 aprovarem o princípio dos limites na capacidade de suporte da Terra, segundo Joly, isso levará a uma mudança de paradigmas que definirá uma nova trajetória para o planeta.

“Trata-se de uma questão extremamente concreta. Se esse princípio constar no intróito do documento, a discussão já se desenvolverá com um sentido completamente diferente. Se todos os países endossarem a posição de que temos um limite de esgotamento do planeta, as convenções terão que trabalhar necessariamente nessa base. Isso determinará a agenda de como vamos modificar nossos padrões de destruição dos habitats, da biodiversidade, dos serviços ecológicos, de emissão de gases de efeito estufa e assim por diante”, explicou.

“Por enquanto, o texto está muito parecido com o do documento final da RIO+10, realizada na África do Sul em 2002, que teve impacto muito baixo fora dos meios diplomáticos e frustrou as expectativas de todos. Na RIO+20 não teremos a assinatura de nenhuma nova convenção, portanto o mínimo que precisamos fazer é propor uma agenda muito clara. É isso que vamos discutir intensamente no workshop da FAPESP, em março”, destacou.

Fonte: [Terra.com](http://360graus.terra.com.br/ecologia/default.asp?did=33063&action=news) [360Graus.com.br](http://360graus.com.br) >
[Ecologia\(http://360graus.terra.com.br/ecologia/default.asp?did=33063&action=news\)](http://360graus.terra.com.br/ecologia/default.asp?did=33063&action=news)

13/02/2012

Documento base da Rio+20 precisa levar em conta limites do planeta

Em janeiro, a Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou o primeiro esboço da declaração final da Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que será realizada no Brasil em junho. O documento, no entanto, deveria destacar de forma mais clara e objetiva o princípio de que há um limite natural para o planeta - um conceito central para o desenvolvimento sustentável. A opinião é de Carlos Alfredo Joly, titular do Departamento de Políticas e Programas Temáticos (DEPPT), da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (Seped) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e coordenador do programa Biota-Fapesp. As informações são da *Agência Fapesp*.

"O principal problema com o documento é o fato de não partir do princípio de que há um limite natural para o planeta, e que inevitavelmente teremos que nos adaptar à sua capacidade de suporte. Este é um conceito chave do desenvolvimento sustentável, que não está posto de forma clara e objetiva em parte alguma do documento. Partir desse princípio pode ser a única chance para que a Rio+20 alcance objetivos palpáveis", disse Joly à *Agência Fapesp*.

Outras autoridades e especialistas ambientais também criticaram o documento. O ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, contou à *Folha de S. Paulo*, em reportagem publicada em 8 de fevereiro, que os membros da comissão nacional que discute a Rio+20 pediram maior detalhamento dos objetivos de desenvolvimento sustentável no texto do esboço, além da inclusão de menção a padrões insustentáveis de produção e consumo.

Produzido por uma comissão da ONU envolvendo estados membros, agências internacionais, organizações não governamentais e grupos políticos, o documento, intitulado Zero Draft ("Esboço Zero"), também foi criticado publicamente por autoridades ambientais da Europa, mas em sentido oposto: elas atribuem "falta de foco" ao texto, já que ele estabelece como prioridades da conferência temas como economia verde e desenvolvimento sustentável.

Segundo os europeus, a conferência deveria ter mais foco na questão ambiental propriamente dita e na reorganização institucional dos órgãos internacionais voltados ao tema. A ministra francesa do Meio Ambiente, Nathalie Morizet, disse ao jornal *O Estado de S. Paulo*, em reportagem publicada no dia 1º de fevereiro, que "quanto mais falamos sobre crescimento verde e menos sobre governança, mais estamos perdendo o foco". Jean Jouzel, vice-presidente do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), também afirmou que a Rio+20 precisa ser "mais conclusiva e menos filosófica".

A divergência de pontos de vista, segundo Joly, confere ainda mais importância ao evento que será realizado conjuntamente pelo Biota, pelo Programa Fapesp de Pesquisa em Bioenergia e pelo Programa Fapesp de Pesquisa sobre Mudanças Climáticas Globais nos dias 6 e 7 de março. Segundo Joly, a conferência foi planejada para que a comunidade científica possa discutir os temas da Rio+20.

No dia 8 de março, a comissão brasileira que discute as sugestões para o documento final da Rio+20 se reunirá novamente. As sugestões da reunião serão compiladas pela secretaria executiva brasileira, que condensará um novo texto para encaminhar à ONU.

"O workshop trará algumas lideranças internacionais centrais para esse processo de discussão e será uma grande oportunidade para avançar. De agora em diante, as delegações vão trabalhar no Zero Draft até a 3ª Conferência Preparatória da Rio+20, que será realizada entre 13 e 15 de junho no Rio de Janeiro. Uma vez que se chegue a um acordo, o documento será aprovado pelos chefes de Estado na conferência, de 20 a 22 de junho", disse Joly.

Capacidade de suporte

De acordo com Joly, que é professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o tema da capacidade de suporte da Terra, longe de ser uma "discussão puramente filosófica", é justamente a maior promessa de resultados concretos para a conferência. Se os chefes de estado reunidos no Rio de Janeiro em junho de 2012 aprovarem o princípio dos limites na capacidade de suporte da Terra, segundo Joly, isso levará a uma mudança de paradigmas que definirá uma nova trajetória para o planeta.

"Concretamente, esse me parece o único objetivo palpável que a Rio+20 poderá alcançar. Sem o reconhecimento desses novos conceitos, como economia verde, a criação de novas estruturas, assim como a reorganização institucional da área ambiental das Nações Unidas, na melhor das hipóteses, apenas retardarão o colapso ambiental", afirmou.

Segundo ele, o Zero Draft deveria ter já em seu preâmbulo do documento, cujos tópicos descrevem o cenário no qual ocorre o debate, uma menção clara ao limite natural da capacidade de suporte do planeta. "Trata-se de uma questão extremamente concreta. Se esse princípio constar na introdução do documento, a discussão já se desenvolverá com um sentido completamente diferente. Se todos os países endossarem a posição de que temos um limite de esgotamento do planeta, as convenções terão que trabalhar necessariamente nessa base. Isso determinará a agenda de como vamos modificar nossos padrões de destruição dos habitats, da biodiversidade, dos serviços ecológicos, de emissão de gases de efeito estufa e assim por diante", explicou.

Apesar das limitações, o Zero Draft também tem pontos positivos, na avaliação de Joly, que elogiou o documento por fazer significativas referências ao avanço científico e tecnológico na promoção do desenvolvimento sustentável. "O texto reafirma a importância da transferência de tecnologia para que todos os países possam avançar mais rapidamente nessa direção. Reforça também a necessidade da colaboração científica entre países, sem perder o foco nas soluções e inovações locais", disse.

Outro aspecto positivo é que o esboço aponta para a necessidade de ampliação do relacionamento entre a comunidade científica e os formuladores de políticas e tomadores de decisão. "Ele reconhece que as decisões governamentais na área ambiental devem, cada vez mais, basear-se no resultado de pesquisas científicas", afirmou. A participação da comunidade científica será determinante para o aprimoramento do documento, que será objeto de intenso debate nos próximos meses.

Segundo Joly, para ser endossado por mais de 190 países, o documento final terá que conciliar posições amplamente divergentes. Mas discutir a questão de governança e a reformulação dos órgãos da ONU será tão importante como priorizar os temas do desenvolvimento sustentável e da economia verde.

"Por enquanto, o texto está muito parecido com o do documento final da Rio+10, realizada na África do Sul em 2002, que teve impacto muito baixo fora dos meios diplomáticos e frustrou as expectativas de todos. Na Rio+20 não teremos a assinatura de nenhuma nova convenção, portanto o mínimo que precisamos fazer é propor uma agenda muito clara. É isso que vamos discutir intensamente no workshop da Fapesp, em março", destacou.

Fonte: [Terra.com > Ciência > Clima](http://noticias.terra.com.br/ciencia/noticias/0,,OI5610651-EI19408,00-Documento+base+da+Rio+precisa+levar+em+conta+limites+do+planeta.html)(<http://noticias.terra.com.br/ciencia/noticias/0,,OI5610651-EI19408,00-Documento+base+da+Rio+precisa+levar+em+conta+limites+do+planeta.html>)

14/02/2012

Rio+20 terá aldeia para discutir questões indígenas

Na aldeia haverá duas ocas com redes para abrigar 80 pessoas, uma "oca eletrônica" e uma grande oca com capacidade para 500 pessoas, onde serão feitas as discussões

Por **Vitor Abdala**, *Agência Brasil*(<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-02-14/rio20-tera-aldeia-para-discutir-questoes-indigenas>)

Uma aldeia com pelo menos quatro ocas será montada no Rio de Janeiro para discutir questões ligadas aos indígenas durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), marcada na cidade para o final de junho. Segundo o articulador indígena para a conferência, Marcos Terena, o espaço deverá se chamar Kari-oca 2, nome que remete aos moradores da cidade do Rio de Janeiro, os cariocas, e cujo significado original, na língua indígena tupi, é "casa do homem branco".

Na aldeia haverá duas ocas com redes para abrigar 80 pessoas, uma "oca eletrônica" e uma grande oca com capacidade para 500 pessoas, onde serão feitas as discussões. Terena e um grupo de indígenas estiveram no Rio de Janeiro para definir a área exata onde a aldeia será montada. A ideia é que o espaço ocupe o Autódromo de Jacarepaguá, próximo aos locais onde ocorrerão as conferências oficiais das Nações Unidas.

"É uma iniciativa para abrigar povos indígenas do mundo inteiro aqui no Rio de Janeiro durante a Conferência Rio+20 e para que a gente possa ter um lugar para debater a economia verde e o desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo vai servir para que a gente possa mostrar a força cultural dos povos indígenas do Brasil. O projeto é uma iniciativa indígena brasileira, que é conectada com os índios da África, das Américas, da Ásia", afirmou Terena.

Segundo Terena, a montagem da "oca eletrônica" será uma das grandes novidades. "Essa oca, que foi uma sugestão dos índios navajos, dos Estados Unidos, é uma inovação, já que mistura uma oca tipicamente brasileira com conteúdo eletrônico. Ali haverá iniciativas voltadas à tecnologia da informação e também terá o objetivo de fazer a transmissão online da conferência aqui do Rio de Janeiro", disse.

Na aldeia, haverá ainda profissionais indígenas, como enfermeiros e advogados, para atender os participantes da conferência, caso haja necessidade. Além disso, estão programadas cerimônias espirituais tradicionais, durante todos os dias da Rio+20.

Fonte: [Administradores.com > Cotidiano](http://www.administradores.com.br/informe-se/cotidiano/rio-20-tera-aldeia-para-discutir-questoes-indigenas/52391/)(<http://www.administradores.com.br/informe-se/cotidiano/rio-20-tera-aldeia-para-discutir-questoes-indigenas/52391/>)

15/02/2012

A Copa de 2014 e a Rio+20 na Ilha de Páscoa

por Ronaldo Gusmão*



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/02/Ilha-de-pascoa-14-292x300.jpg?9d7bd4>

A história da Ilha de Páscoa é um dos exemplos mais intrigantes de como a ação humana pode extinguir a vida em uma ilha de aproximadamente 380 quilômetros quadrados. A ilha é mundialmente conhecida pelas suas 600 estátuas de pedra com aproximadamente seis metros de altura e dezenas de toneladas de peso, que foram esculpidas ao longo de centenas de anos. Quando os europeus lá chegaram pela primeira vez, em 1722, a ilha era ocupada por aproximadamente três mil nativos. Hoje ela está praticamente sem nenhuma alma. Já em 1877 a população não tinha como se manter, pois haviam devastado toda a ilha para esculpir seus moais.

A ilha começou a ser habitada no Século 5. Por volta de 1500, a população teria atingido sete mil pessoas e já havia centenas de estátuas. Seus habitantes devastaram toda a ilha na construção dessas estátuas gigantes – que eram símbolo de status e poder dos 12 clãs que governaram a ilha –, na alimentação da população, na construção de canoas e casas. Certamente, os habitantes tinham noção do tamanho do estrago que estavam fazendo, mas não foram capazes de modificar seus hábitos e encontrar uma forma de viver em equilíbrio com o meio ambiente. Mesmo com o fim iminente, a disputa continuou até a última árvore ser derrubada, visto que ainda há estátuas inacabadas. Mas o que a história da Ilha de Páscoa pode nos ensinar. Mais ainda. O que tem a ver com a Copa de 2014 e a Rio+20?

O Brasil e o mundo, totalizando mais de 600 milhões de pessoas, assistiram ao sorteio das Eliminatórias da Copa do Mundo de 2014. Todos os dias, em praticamente todos os noticiários, fala-se da realização da Copa, dos 12 estádios em construção e das inúmeras outras obras de infraestrutura necessárias para receber nossos ilustres turistas. Será que estamos construindo nossos moais?

A conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992, mais conhecida como Rio 92, foi a maior e mais importante conferência sobre meio ambiente já realizada no planeta e teve a participação de mais de 170 nações. Nesta conferência foram aprovadas a Declaração do Rio (equivalente à Declaração Universal dos Direitos Humanos para o meio ambiente); a agenda 21; os princípios das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, princípio da precaução e princípio do poluidor pagador, a Convenção do Clima e a Convenção da Diversidade Biológica entre outros.

Depois da Rio 92 outras conferências foram realizadas – a mais recente foi a 17ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP-17), na África do Sul, em dezembro – com o mesmo intuito: debater as consequências da ação do homem no meio ambiente. O documento mais importante foi o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática da ONU (IPCC) divulgado em 2007, que afirma que as

mudanças climáticas ocorrem devido às ações do homem na Terra com o lançamento na atmosfera dos gases causadores do efeito estufa.

A cidade do Rio de Janeiro será novamente a sede da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que será realizada em junho de 2012. A conferência visa engajar os líderes mundiais em questões de vital importância para a sobrevivência do ser humano, como as mudanças climáticas, a erradicação da miséria, economia verde, biodiversidade e a governança internacional para sustentabilidade do planeta.

Enquanto provavelmente todos os brasileiros sabem tudo sobre o andamento das obras dos estádios/moais para a Copa, somente 11% sabem da realização da Rio+20, evento que diz respeito diretamente às nossas vidas. O mais importante não é a realização da Rio+20 em si, mas o desequilíbrio ambiental na nossa "ilha" chamada Terra.

Atualmente consumimos 30% a mais do que o planeta é capaz de regenerar. Como será o amanhã? Acabamos de celebrar o nascimento do 7º bilionésimo habitante. São sete bilhões de pessoas para alimentar, tomar água potável, dar moradia e vestimentas necessárias para sua sobrevivência. Como diria Drummond, "E agora, José?"

Paradoxalmente sabemos que estamos fazendo mal ao planeta, mas como isso "não" afeta em quase nada nossa vida atualmente, não fazemos nada a respeito. Quando as mudanças climáticas afetarem nossas vidas não haverá nada a fazer. Já vimos essa história antes?

Precisamos nos engajar em algo maior: defender a Nossa Casa, a casa de nossos antepassados, mas também a casa de nossos filhos e dos filhos de nossos filhos.

O desenvolvimento sustentável não é um fim em si, mas um meio para se chegar a uma sociedade solidária. Infelizmente isso não aconteceu com a ilha de Páscoa, onde não poderemos realizar a Copa de 2014, muito menos a Rio+20.(O autor)

** Ronaldo Gusmão é engenheiro e presidente do IETEC(O autor).*

Fonte: [Envolverde\(http://envolverde.com.br/sociedade/artigo-sociedade/a-copa-de-2014-e-a-rio20-na-ilha-de-pascoa/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=15\)](http://envolverde.com.br/sociedade/artigo-sociedade/a-copa-de-2014-e-a-rio20-na-ilha-de-pascoa/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=15)

15/02/2012

Atuação da sociedade na Rio+20 dará mais densidade ao conceito de desenvolvimento sustentável, diz Carvalho

ppr Redação, com ABr - do Rio de Janeiro



Segundo o Ministro-Chefe da República, Gilberto Carvalho, a atuação forte da sociedade é decisiva na elaboração da agenda da Rio+20

Fonte: http://correiodobrasil.com.br/wp-content/uploads/2012/02/125723PM_foto_RIO+20-REUNIAO.jpg

O governo brasileiro está consciente de que o crescente engajamento da sociedade civil nas discussões a serem apresentadas no fórum ambiental Rio+20, que ocorrerá em julho, no Rio de Janeiro, “é fundamental para que o próprio conceito de desenvolvimento sustentável ganhe mais densidade”.

A avaliação foi feita pelo ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, ao instalar nesta quarta-feira o encontro Diálogos Sociais rumo à Rio+20, organizado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES/PR), no auditório do Palácio do Planalto. Foi o primeiro de quatro encontros mensais, até o fórum internacional.

– A atuação forte e decisiva da sociedade na elaboração da agenda da Rio+20 é parte constitutiva do desenvolvimento, que, para nós [governo], implica em eliminar as desigualdades, mais justiça social e uso responsável dos recursos naturais, segundo Carvalho. “Estamos de braços dados, governo e sociedade, no esforço para que a Rio+20 seja bem sucedida”, acrescentou.

Na mesma oportunidade, o ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Moreira Franco, destacou que crescer, incluir e preservar são ações que qualificam o desenvolvimento com qualidade de vida. É preciso entender, segundo ele, que “os recursos naturais são finitos, e temos que preservá-los, e a inclusão é fundamental”.

Ele destacou os avanços obtidos pelo país nos últimos anos, principalmente no que diz respeito à questão econômica, com ascensão social em que mais pessoas são incorporadas ao mercado consumidor. Mas é preciso pensar também “que tipo de qualidade de desenvolvimento queremos; que valores construir na sociedade para que haja igualdade de oportunidades”.

É necessário, ainda, segundo ele, que se aplique mais a meritocracia dentre os critérios de seleção das diferentes atividades, porque “a nova classe média não tem pai juiz, político, médico, jornalista. Cada jovem da nova classe média depende do próprio esforço, trabalho e dedicação, e a meritocracia é fundamental para reconhecer os melhores valores”.

Fonte: [Correio do Brasil](http://correiodobrasil.com.br/atuacao-da-sociedade-na-rio20-dara-mais-densidade-ao-conceito-de-desenvolvimento-sustentavel-diz-carvalho-2/380548/)(<http://correiodobrasil.com.br/atuacao-da-sociedade-na-rio20-dara-mais-densidade-ao-conceito-de-desenvolvimento-sustentavel-diz-carvalho-2/380548/>)

22/02/2012

Rio+20 não pode permitir fracasso, diz ministra da Colômbia

A vice-ministra do Meio Ambiente da Colômbia, Adriana Soto, afirmou nesta quarta-feira que a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que acontecerá no Brasil em junho, "não pode permitir um fracasso". "Nem a Rio+20 pode permitir ser um fracasso nem nós podemos deixar que isso aconteça", declarou Soto em Nairóbi.

A vice-ministra fez essa declaração no terceiro e último dia da XII Reunião Especial do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e do Fórum Global de ministros do Meio Ambiente.

Representantes de 140 países - entre eles, 80 ministros - se reuniram na sede do Pnuma, na capital queniana, para fixar posições para a Rio+20, que será realizada no Rio de Janeiro. Os dois assuntos fundamentais da Rio+20 são a economia verde em um contexto de desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza e a governança ambiental internacional, dentro da qual é incluída a possível conversão do PNUMA em uma agência da ONU.

Segundo Soto, a Colômbia buscará no Rio de Janeiro "conseguir ações concretas posteriores por parte da comunidade internacional, e ter um esquema de governança forte em nível multilateral para que esta estratégia de ações concretas possa ser implementada".

"A Colômbia - acrescentou - chama a esta estratégia os objetivos de desenvolvimento sustentável. Estes objetivos partem da necessidade de conseguir avanços muito mais rápidos e concretos em temas cruciais como a segurança alimentar, as cidades sustentáveis e os oceanos".

A vice-ministra defendeu "definir metas concretas e indicadores para que depois cada país possa definir quais adotará e quais condicionará, segundo suas características de desenvolvimento e suas necessidades".

Com relação a uma possível transformação do PNUMA em uma agência da ONU com maior poder executivo, como propõe a União Europeia (UE) e a União Africana (UA), a responsável do Meio ambiente disse que seu país está avaliando essa ideia. "Com relação à criação de uma agência nova - disse -, a Colômbia ainda está tendo discussões internas".

No entanto, acrescentou, "achamos que uma instituição forte é capaz de administrar, coordenar e gerar melhores resultados nas discussões. O fortalecimento do PNUMA é necessário". Perguntada se considera a Colômbia como economia verde, Soto respondeu que se trata da "ferramenta para conseguir os objetivos de desenvolvimento sustentável".

Soto considerou também que a Rio+20 deve oferecer resultados porque há, de alguma maneira, uma decepção por parte das pessoas a respeito do processo de negociação multilateral. "A Rio+20 tem que mostrar ao mundo, aos cidadãos, às pessoas, que é possível chegar a resultados concretos que se traduzam em um bem-estar maior para eles".

Rio+20 acontecerá no Rio de Janeiro 20 anos depois da Cúpula da Terra, convocada na mesma cidade em 1992, que fixou as bases do desenvolvimento sustentável contemporâneo. A reunião de Nairóbi foi a última realizada pelos ministros do Meio Ambiente antes da Rio+20.

EFE - Agência EFE - Todos os direitos reservados. É proibido todo tipo de reprodução sem autorização escrita da Agência EFE S/A.

Fonte: [Terra > Notícias > Ciência > Clima](http://noticias.terra.com.br/ciencia/noticias/0,,OI5627176-EI19408,00-Rio+nao+pode+permitir+fracasso+diz+ministra+da+Colombia.html)(<http://noticias.terra.com.br/ciencia/noticias/0,,OI5627176-EI19408,00-Rio+nao+pode+permitir+fracasso+diz+ministra+da+Colombia.html>)

22/02/2012

Cúpula ambiental tem de ter economia como foco, diz embaixador americano

da Folha.com - Enviar por e-mailComenteLUCIANA COELHO DE WASHINGTON

Os EUA não veem a Rio+20, que ocorre em junho, como uma cúpula cuja prioridade seja tratar de ambiente, mas sim de crescimento econômico e empregos, afirmou em entrevista a correspondentes brasileiros em Washington o embaixador americano em Brasília, Thomas Shannon.

"Essa conferência é sobre criação de empregos e crescimento. É isso que a fará diferente, porque vamos incorporar questões e padrões ambientais, mas o faremos em termos mais amplos, [ao falar] de como você permite que as economias cresçam", disse o diplomata americano.

Shannon, que participou de um fórum no Departamento de Estado com empresários de mais de cem países, enfatizou que, embora a preocupação ambiental esteja no arcabouço do evento (a Rio+ 20 nasceu como um desdobramento da Eco 92), seu objetivo principal é, para os americanos, fomentar a combatida economia global.

Para o diplomata, que já respondeu pela política externa americana para as Américas, a Rio+20 pode criar um "novo espaço de negociação" entre países em desenvolvimento e desenvolvidos, em falta sobretudo depois que a Rodada Doha para liberalização do comércio global entrou em coma.

Embora tenha citado as negociações comerciais falidas, porém, ele nega que o novo fórum seja um substituto direto para elas.

"De muitas formas, a Rio+20 cria um novo espaço para esses países dialogarem, com uma óbvia preocupação com ambiente, incorporada a um diálogo mais amplo sobre como você fomenta o crescimento econômico no longo prazo e como cria empregos", analisou.

"Sem isso, no cenário econômico que enfrentamos, a agenda ambiental falhará."

A presidente Dilma Rousseff tem a expectativa de fazer da Rio+20 um fórum de referência, mas sua ênfase tem estado no investimento público e no combate à pobreza, prioridades de seu governo. Os dois países parecem concordar, porém, que ambiente é tema secundário.

VISITA PRESIDENCIAL

Sobre a visita da presidente a seu colega Barack Obama em abril, Shannon afirmou que o debate deve ser dominado pelas possibilidades de investimento e comércio, e que as prioridades devem ser energia e educação.

O programa Ciência sem Fronteiras, que leva pesquisadores, universitários e pós-graduandos brasileiros a universidades dos EUA e outros países, é a menina-dos-olhos de Dilma em política externa.

Segurança energética, por outro lado, é um dos principais temas de debate nos EUA, que há anos tentam reduzir sua dependência do petróleo do Oriente Médio e acompanha os desdobramentos no Brasil com bons olhos, sobretudo a produção de etanol e o Pré-Sal.

"Acabamos de ver no acordo [de energia] com o México e na Colômbia provas de que o hemisfério Ocidental [Américas] pode ser um grande produtor de energia para o mundo", disse. "Os principais atores regionais precisam se unir em um diálogo [sobre o tema]."

Questões políticas globais e regionais também devem estar na agenda, e o embaixador vê Irã e Síria como "temas naturais". Ele evitou, porém, entrar em detalhes sobre uma possível nova atuação do Brasil após a rejeição de um acordo mediado com Ancara em 2010.

Disse apenas que a posição de Dilma em política externa, mais discreta, é bem-vinda, elogiou seus dois antecessores e afirmou que, a seu ver, os dois países concordam que o Irã deve levar em conta "a preocupação da comunidade internacional com seu programa nuclear".

Teerã, que vem aumentando o ritmo do enriquecimento de urânio, matéria prima para a produção de energia atômica, mas ainda não chegou aos níveis necessários para uma bomba, afirma que sua intenção é só produzir energia, o que os EUA e potências europeias contestam.

Fonte: [BOL > Notícias > Internacional](http://noticias.bol.uol.com.br/internacional/2012/02/22/cupula-ambiental-tem-de-ter-economia-como-foco-diz-embaxador-americano.jhtm)(<http://noticias.bol.uol.com.br/internacional/2012/02/22/cupula-ambiental-tem-de-ter-economia-como-foco-diz-embaxador-americano.jhtm>)

22/02/2012

Divergências entre países refletem árduo caminho rumo à Rio+20

As diferenças entre a União Europeia (UE) e países como Estados Unidos e Brasil sobre como fortalecer o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) marcaram nesta quarta-feira em Nairóbi um árduo caminho rumo à Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que será realizada em junho, no Rio de Janeiro.

Representantes de aproximadamente 140 países - entre eles, cerca de 80 ministros - encerraram nesta quarta-feira a 12ª Reunião Especial do Conselho de Administração do Pnuma e do Fórum Global de Ministros do Meio Ambiente, um encontro de três dias realizado na sede do Pnuma, na capital queniana, para estabelecer posturas para a Rio+20.

Os dois assuntos fundamentais que serão tratados na Rio+20 são a economia verde em um contexto de desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza, e a governança ambiental internacional, dentro da qual figura a possível transformação do Pnuma em uma agência especializada da ONU, o que daria mais poderes à entidade.

Como nota final da reunião de Nairóbi, os ministros concordaram em fortalecer o Pnuma "como autoridade ambiental global" e reforçar a luta contra a degradação ambiental. Os responsáveis do Meio Ambiente também expressaram seu compromisso para conseguir o êxito da Rio+20, evento que descreveram como "uma oportunidade única para enfrentar os desafios econômicos, sociais e ambientais no contexto do desenvolvimento sustentável".

Assim consta da declaração ministerial conjunta divulgada ao término do encontro de Nairóbi, acertada "de última hora" em prol do "espírito construtivo" entre União Europeia, Estados Unidos e G-77 (grupo de países emergentes e em desenvolvimento), confirmaram fontes ligadas à delegação da presidência do Conselho de Administração do Pnuma.

No entanto, o consenso do texto contrastou com as diferenças manifestadas publicamente sobre o futuro do programa. A necessidade de fortalecê-lo conta com um apoio "arrasador" - tal como confirmou nesta quarta-feira o diretor-executivo do organismo, Achim Steiner -, mas a via para atingir esse objetivo foi alvo de nítidas divergências em Nairóbi.

Cerca de 100 países, inclusive os membros da União Europeia e a União Africana (UA), apoiam o plano para elevar o status do Pnuma ao de agência especializada da ONU, com maior poder de decisão. Atualmente, o programa carece de capacidade executiva e de orçamento independente, e suas decisões são levadas à Assembleia Geral da ONU, que pode aprová-las ou rejeitá-las.

No entanto, a ministra do Meio Ambiente do Brasil, Izabella Teixeira, afirmou nesta quarta-feira que o país, anfitrião da Rio+20, não compartilha da proposta da UE. "O Brasil não apoia o plano. O Brasil apoia a negociação e o fortalecimento do Pnuma", disse. Ela precisou que o processo negociador "não só inclui a proposta da União Europeia, contempla outras propostas".

A ideia europeia colidiu com a oposição dos Estados Unidos: "Apoiamos o fortalecimento do Pnuma (...). No entanto, neste momento não apoiamos que se transforme em uma agência especializada", declarou a chefe da delegação americano, Kerri-Ann Jones. No terreno da economia ecológica, o secretário de Meio Ambiente da Espanha, Federico Ramos, presidente do Conselho de Administração do Pnuma, constatou que a maioria dos ministros entendem esse conceito como "um caminho para conseguir um desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza e a criação de emprego".

Ramos, contudo, advertiu sobre os desafios - especialmente nos países pobres - oferecidos pelo trânsito rumo à economia verde, como o financiamento e o acesso à tecnologia necessária. "O tempo não está de nossa parte. A Rio+20 deve adotar ações rápidas e imediatas para responder à atual crise ambiental", asseverou o secretário espanhol.

A vice-ministra do Meio Ambiente da Colômbia, Adriana Soto, defendeu "resultados concretos que se traduzam em um melhor bem-estar" para os cidadãos, e ressaltou que a Rio+20 não pode fracassar.

A Rio+20 será realizada no Rio de Janeiro 20 anos depois da chamada Eco-92, ocorrida também na capital fluminense em 1992, evento que estabeleceu as bases do desenvolvimento sustentável contemporâneo.

EFE - Agência EFE - Todos os direitos reservados. É proibido todo tipo de reprodução sem autorização escrita da Agência EFE S/A.

Fonte: [Terra > Notícias > Ciência > Clima](http://noticias.terra.com.br/ciencia/noticias/0,,OI5627438-EI19408,00-Divergencias+entre+países+refletem+arduo+caminho+rumo+a+Rio.html)(<http://noticias.terra.com.br/ciencia/noticias/0,,OI5627438-EI19408,00-Divergencias+entre+países+refletem+arduo+caminho+rumo+a+Rio.html>)

23/02/2012

Rio+20 não pode permitir fracasso, diz ministra da Colômbia

CLIPPING

A vice-ministra do Meio Ambiente da Colômbia, Adriana Soto, afirmou nesta quarta-feira (22) que a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que acontecerá no Brasil em junho, “não pode permitir um fracasso”. “Nem a Rio+20 pode permitir ser um fracasso nem nós podemos deixar que isso aconteça”, declarou Soto em Nairóbi.

A vice-ministra fez essa declaração no terceiro e último dia da XII Reunião Especial do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e do Fórum Global de ministros do Meio Ambiente.

Representantes de 140 países – entre eles, 80 ministros – se reuniram na sede do Pnuma, na capital queniana, para fixar posições para a Rio+20, que será realizada no Rio de Janeiro. Os dois assuntos fundamentais da Rio+20 são a economia verde em um contexto de desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza e a governança ambiental internacional, dentro da qual é incluída a possível conversão do PNUMA em uma agência da ONU.

Segundo Soto, a Colômbia buscará no Rio de Janeiro “conseguir ações concretas posteriores por parte da comunidade internacional, e ter um esquema de governança forte em nível multilateral para que esta estratégia de ações concretas possa ser implementada”.

“A Colômbia – acrescentou – chama a esta estratégia os objetivos de desenvolvimento sustentável. Estes objetivos partem da necessidade de conseguir avanços muito mais rápidos e concretos em temas cruciais como a segurança alimentar, as cidades sustentáveis e os oceanos”.

A vice-ministra defendeu “definir metas concretas e indicadores para que depois cada país possa definir quais adotará e quais condicionará, segundo suas características de desenvolvimento e suas necessidades”.

Com relação a uma possível transformação do PNUMA em uma agência da ONU com maior poder executivo, como propõe a União Europeia (UE) e a União Africana (UA), a responsável do Meio ambiente disse que seu país está avaliando essa ideia. “Com relação à criação de uma agência nova – disse -, a Colômbia ainda está tendo discussões internas”.

No entanto, acrescentou, “achamos que uma instituição forte é capaz de administrar, coordenar e gerar melhores resultados nas discussões. O fortalecimento do PNUMA é necessário”. Perguntada se considera a Colômbia como economia verde, Soto respondeu que se trata da “ferramenta para conseguir os objetivos de desenvolvimento sustentável”.

Soto considerou também que a Rio+20 deve oferecer resultados porque há, de alguma maneira, uma decepção por parte das pessoas a respeito do processo de negociação multilateral. “A Rio+20 tem que mostrar ao mundo, aos cidadãos, às pessoas, que é possível chegar a resultados concretos que se traduzam em um bem-estar maior para eles”.

Rio+20 acontecerá no Rio de Janeiro 20 anos depois da Cúpula da Terra, convocada na mesma cidade em 1992, que fixou as bases do desenvolvimento sustentável contemporâneo. A reunião de Nairóbi foi a última realizada pelos ministros do Meio Ambiente antes da Rio+20.
(Fonte: Portal Terra)

23/02/2012

Diferenças sobre reforço do Pnuma refletem árduo caminho rumo à Rio+20

CLIPPING

As diferenças entre a União Europeia (UE) e países como Estados Unidos e Brasil sobre como fortalecer o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) marcaram nesta quarta-feira (22) em Nairóbi um árduo caminho rumo à Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que será realizada em junho, no Rio de Janeiro.

Representantes de aproximadamente 140 países – entre eles, cerca de 80 ministros – encerraram nesta quarta-feira a 12ª Reunião Especial do Conselho de Administração do Pnuma e do Fórum Global de Ministros do Meio Ambiente, um encontro de três dias realizado na sede do Pnuma, na capital queniana, para estabelecer posturas para a Rio+20.

Os dois assuntos fundamentais que serão tratados na Rio+20 são a economia verde em um contexto de desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza, e a governança ambiental internacional, dentro da qual figura a possível transformação do Pnuma em uma agência especializada da ONU, o que daria mais poderes à entidade.

Como nota final da reunião de Nairóbi, os ministros concordaram em fortalecer o Pnuma “como autoridade ambiental global” e reforçar a luta contra a degradação ambiental. Os responsáveis do Meio Ambiente também expressaram seu compromisso para conseguir o êxito da Rio+20, evento que descreveram como “uma oportunidade única para enfrentar os desafios econômicos, sociais e ambientais no contexto do desenvolvimento sustentável”.

Assim consta da declaração ministerial conjunta divulgada ao término do encontro de Nairóbi, acertada “de última hora” em prol do “espírito construtivo” entre UE, EUA e G-77 (grupo de países emergentes e em desenvolvimento), confirmaram à Agência Efe fontes ligadas à delegação da Presidência do Conselho de Administração do Pnuma. No entanto, o consenso do texto contrastou com as diferenças manifestadas publicamente sobre o futuro do programa.

A necessidade de fortalecê-lo conta com um apoio “arrasador” – tal como confirmou nesta quarta-feira o diretor-executivo do organismo, Achim Steiner -, mas a via para atingir esse objetivo foi alvo de nítidas divergências em Nairóbi. Cerca de 100 países, inclusive os membros da União Europeia (UE) e a União Africana (UA), apoiam o plano promovido pela UE para elevar o status do Pnuma ao de agência especializada da ONU, com maior poder de decisão.

Atualmente, o programa carece de capacidade executiva e de orçamento independente, e suas decisões são levadas à Assembleia Geral da ONU, que pode aprová-las ou rejeitá-las.

No entanto, a ministra do Meio Ambiente do Brasil, Izabella Teixeira, afirmou nesta quarta-feira que seu país, anfitrião da Rio+20, não compartilha da proposta da UE. “O Brasil não apoia o plano. O Brasil apoia a negociação e o fortalecimento do Pnuma”, disse Izabella. Ela precisou que o processo negociador “não só inclui a proposta da União Europeia, contempla outras propostas”.

A ideia europeia colidiu com a oposição dos EUA: “Apoiamos o fortalecimento do Pnuma (...). No entanto, neste momento não apoiamos que se transforme em uma agência especializada”, declarou à Efe a chefe da delegação americano, Kerri-Ann Jones.

No terreno da economia ecológica, o secretário de Meio Ambiente da Espanha, Federico Ramos, presidente do Conselho de Administração do Pnuma, constatou que a maioria dos ministros entendem esse conceito como “um caminho para conseguir um desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza e a criação de emprego”.

Ramos, contudo, advertiu sobre os desafios – especialmente nos países pobres – oferecidos pelo trânsito rumo à economia verde, como o financiamento e o acesso à tecnologia necessária. “O tempo não está de nossa parte. A Rio+20 deve adotar ações rápidas e imediatas para responder à atual crise ambiental”, asseverou o secretário espanhol.

A vice-ministra do Meio Ambiente da Colômbia, Adriana Soto, defendeu “resultados concretos que se traduzam em um melhor bem-estar” para os cidadãos, e ressaltou que a Rio+20 não pode fracassar. A Rio+20 será realizada no Rio de Janeiro 20 anos depois da chamada Eco-92, ocorrida também na capital fluminense em 1992, evento que estabeleceu as bases do desenvolvimento sustentável contemporâneo.

(Fonte: Portal iG)

24/02/2012

Rio+20 vai tentar obrigar países a criar mais empregos verdes, diz ONU

*Crise econômica mundial não é desculpa para fugir do tema, afirma a OIT.
Brasil tem hoje cerca de 2,9 milhões de postos de trabalho sustentáveis.*

por **Eduardo Carvalho** do *Globo Natureza*, em São Paulo

A Organização das Nações Unidas (ONU) quer tentar colocar mais peso nas negociações da Rio+20, Cúpula de Desenvolvimento Sustentável que acontece em junho no Brasil, sobre a criação de empregos verdes – postos de trabalho que ajudam a proteger e restaurar ecossistemas e a biodiversidade.

Uma negociação já existe por meio de sua agência multilateral, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), com o governo brasileiro, responsável pela elaboração do texto-base para a negociação diplomática, para que os pontos presentes no documento chamado “Rascunho Zero” não fiquem apenas “nas intenções”.

O documento, que vai nortear a conferência do Rio de Janeiro, afirma que os países reconhecem a necessidade de criar essas vagas em obras públicas para restauração e valorização do capital natural, uso racional da biodiversidade, além de novos mercados vinculados às fontes de energias renováveis. Outro ponto importante é sobre o incentivo ao comércio e indústria para contribuir com a geração de trabalhos sustentáveis.

Porém, segundo Paulo Sérgio Muçouçah, coordenador do programa de empregos verdes e trabalho decente do escritório brasileiro da OIT, os pontos colocados até então são apenas promessas. “As coisas estão no nível de intenções, estão cruas”, disse Muçouçah ao *Globo Natureza*.

O que são empregos verdes?

Segundo a OIT, são postos de trabalho em diversos setores que ajudam a proteger e restaurar ecossistemas e a biodiversidade; reduzem o consumo de energia, de materiais e água, além de diminuir a emissão de CO₂.

Instrumento legal

De acordo com ele, é necessário articular durante a Rio+20 um instrumento que obrigue as nações a adotar algo mais concreto sobre o tema. “Isto depende de regulação e estímulos financeiros. Sabemos que não dá para obrigar todo mundo, mas é possível adotarmos medidas em determinados setores”, disse.

Ele cita a criação de políticas pontuais, como, por exemplo, determinar o aumento da eficiência energética em automóveis e criar novos padrões de emissões de gases. “Temos estudos feitos nos Estados Unidos que mostram uma possibilidade de vagas nessa área”.

Para o coordenador da OIT, a crise econômica que afeta países da Europa e os Estados Unidos não é desculpa para evitar o tema. “O que a OIT tem mostrado é que a melhor maneira de combater a crise é fazer a economia girar. Os empregos verdes têm um duplo objetivo, que é combater a crise imediata e deixar a economia mais sustentável”, complementa.

No Brasil e no mundo

Levantamento feito pela ONU em 2009, e atualizado em 2010, mostra que o Brasil gerou 2,9 milhões de empregos verdes no ano retrasado, o equivalente a 6,6% do total de postos de trabalho criados no período.

A maior parte da mão de obra foi empregada na área de transportes coletivos e alternativos ao rodoviário e aeroviário (ferrovias e meios marítimos). Em seguida, vem a geração e distribuição de energias renováveis (cultivo da cana de açúcar, fabricação do etanol e geração de energia elétrica). Segundo Muçouçah, este setor é o que mais vai receber trabalhadores nos próximos anos.

Pesquisa mais recente sobre o tema realizada pela OIT em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) em 2008 aponta que o número de trabalhadores nesta área será de 20 milhões até 2030. Isto devido aos investimentos maciços em energias renováveis.



Usinas eólicas instaladas no Rio Grande do Sul

Foto: Divulgação/ABEEólica

Fonte: <http://s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2011/07/11/usinas-eolicas-de-osorio-s.jpg>

Uma demonstração sobre o aumento desta velocidade são os últimos números referentes ao crescimento da capacidade mundial de geração de eletricidade por meio dos ventos (eólica).

Estatísticas apresentadas no início de fevereiro pelo Conselho Global de Energia Eólica apontam elevação de 21% na geração em 2011, passando de 197 GW para 238 GW (o equivalente a 17 vezes a potência instalada da usina de Itaipu).

Em relação à última década, houve alta de quase sete vezes. Mais de 40% do aumento total ocorreu na China, cuja capacidade instalada saltou para 62 GW. No Brasil, o crescimento foi de 62%.

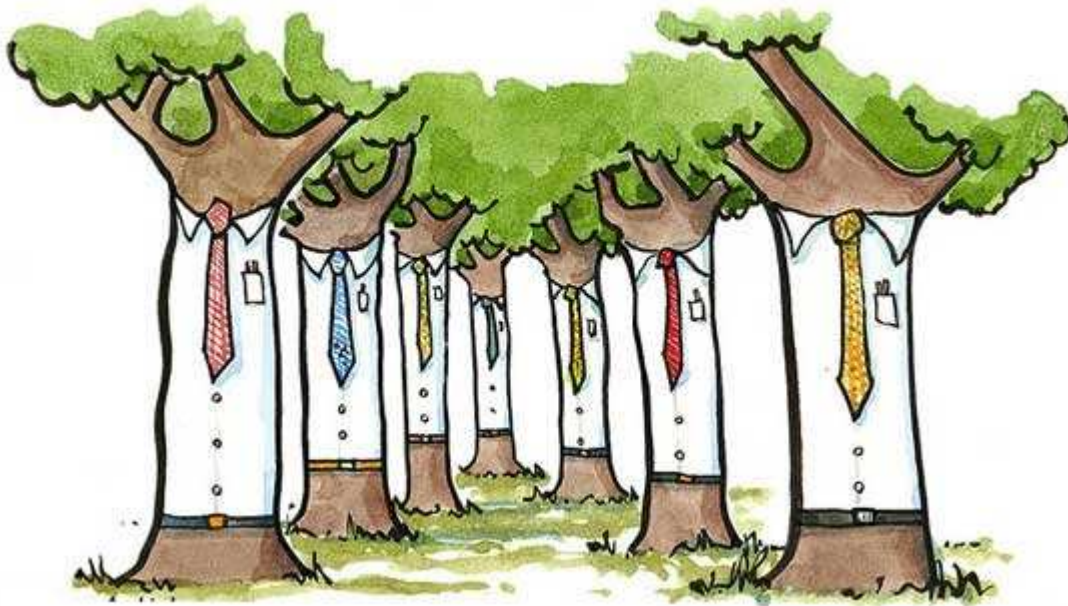
"Os Estados Unidos e a China têm aplicado tecnologias para substituir o uso do carvão na geração de eletricidade. Além disso, edifícios também estão sendo reformados na Europa para aumentar a eficiência energética. Tudo isso tem efeito na mudança da matriz energética. A recomendação da OIT é que haja uma atenção especial para a adoção dessas tecnologias", disse.

Fonte: [G1 Natureza \(http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/02/rio20-vai-tentar-obrigar-paises-criar-mais-empregos-verdes-diz-onu.html\)](http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/02/rio20-vai-tentar-obrigar-paises-criar-mais-empregos-verdes-diz-onu.html)

28/02/2012

A “economia verde” na Rio+20

por Mário Ramos Ribeiro*



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/02/porque-economia-verde-Blog-550px-300x172.jpg?9d7bd4>

“Em economia não existe almoço grátis. Alguém sempre está pagando. É um equívoco cruel pretender convencer os países emergentes de que não existem elevados custos de transição, para sairmos da ‘economia marrom’ e atingirmos a condição de ‘economia verde’”.

Em junho, no Rio de Janeiro, ocorrerá a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Um dos eixos temáticos da Conferência – seguramente o mais importante – será a “economia verde”. Trata-se da primeira tentativa concreta de se discutir uma agenda econômica positiva para o planeta de modo a evitar a mudança climática e de pôr os olhos em cima do mais importante estrangulamento das ações das políticas públicas que rondam o assunto: a questão da diminuição dos elevados custos de adaptação e de transição, que economias emergentes como a nossa exigem, com o fim de evitar o “desemprego verde”.

Os dados sobre os “custos da mudança climática” – a agenda negativa – existem para qualquer tipo de imaginação; já os dados sobre os “custos de se evitar” a mudança climática – a agenda positiva – ainda carecem de bom juízo. Assim, é bem recebido o esforço do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) de lançar o Relatório Economia Verde (REV) com o objetivo de suprir exatamente esta inaceitável deficiência. Ora, será que o REV consegue dar conta da missão, e finalmente nos dizer quão turbulenta pode ser a nossa viagem? Aparentemente não. Digo “aparentemente” porque o alentado REV tem mais de 400 páginas (pode ser baixada a versão completa em inglês do sítio do Pnuma) e, embora bem organizado, às vezes confunde alhos com bugalhos.

Sugiro quatro reflexões:

a) o REV é extremamente otimista quanto à possibilidade de conciliar crescimento + sustentabilidade + inclusão social. Aliás, o Relatório – infelizmente – é mais apologético do que analítico. Boa parte desta deficiência decorre dos reducionismos metodológicos adotados pela equipe técnica que divide o mundo em países “desenvolvidos”, “em desenvolvimento” e “menos desenvolvidos”. Neste tipo de corte algumas barbaridades, tipo colocar na mesma frigideira a região amazônica e o Estado de São Paulo, aparecem por inferência uma vez que o Brasil está entre os países “em desenvolvimento”. Tudo é muito homogêneo. Parece que para o Pnuma a capital do Brasil continua sendo Buenos Aires;

b) o REV não apresenta nenhuma estimativa para os custos de inclusão social embora a expressão se apresente diversas vezes ao longo do Relatório. Aliás – aqui é necessário fazer justiça ao Pnuma –, o REV

defende, desde o seu início, que a “green economy” será puxada pelo desenvolvimento. Mas não dá a receita do pudim;

c) o Relatório começa a ficar assustador quando se debruça sobre a agricultura e defende a retirada imediata de todos os subsídios fiscais concedidos a energia de combustível fóssil, do setor pesqueiro e diversos subsetores da agricultura. Um período de transição e adaptação, nem pensar;

d) o REV confunde fluxo e estoque no esforço de persuadir que a “economia verde” opera com mais eficiência do que a economia atual (“business as usual”– BAU, no jargão da ONU). Um erro primário em teoria econômica. Afirma que “a escala de financiamento requerido para a transição rumo à economia verde é substancial, mas em ordem e magnitude bem menor do que o investimento global” (sic), e prossegue “... neste sentido é importante notar que os 2% de investimento em relação ao Produto Interno Bruto (outra linearização!) global é uma fração da formação de capital bruta total, cerca de 22% do PIB mundial em 2009”(sic). É simplesmente inacreditável! A formação de capital bruta é saldo final de investimentos acumulados (estoque). É elementar que o investimento inicial (os 2%) seja uma fração do saldo que ele ajudará a formar ao longo do tempo. Trata-se de um truísmo. Não tem como ser diferente.

Em economia não existe almoço grátis. Alguém sempre está pagando. É um equívoco cruel pretender convencer os países emergentes de que não existem elevados custos de transição, para sairmos da “economia marrom” e atingirmos a condição de “economia verde”. Sem transferência de recursos financeiros e tecnologia para o lado de baixo do Equador, o “desemprego verde” virá. Infelizmente.

** Mário Ramos Ribeiro é doutor em economia pela Universidade de São Paulo, docente da Universidade Federal do Pará, presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará (Fapespa).*

** Publicado originalmente no site
[EcoAgência\(http://www.ecoagencia.com.br/?open=artigo&id===AUUJIVVtGZHNIraNVTWJVU\)](http://www.ecoagencia.com.br/?open=artigo&id===AUUJIVVtGZHNIraNVTWJVU).

Fonte: [EcoAgência/Envolverde > Economia > Economia Verde\(http://envolverde.com.br/economia/economia-verde-economia/a-economia-verde-na-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=28\)](http://envolverde.com.br/economia/economia-verde-economia/a-economia-verde-na-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=28)

28/02/2012

Rio+20 não deve ser apenas páginas com boas intenções, diz comissária da União Europeia

por Agência Brasil



Connie Hedegaard fica no Brasil até quarta-feira (29/2) e participará de reuniões com ministros

Fonte: <http://revistagloborural.globo.com/Revista/GloboRural/foto/0,,66012472,00.jpg>

A **comissária da União Europeia para o Clima**, Connie Hedegaard, declarou durante entrevista coletiva em Brasília nesta terça-feira (28/2) que a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a **Rio+20**, deverá trazer resultados concretos, não sendo apenas “muitas páginas com boas intenções”.

A dinamarquesa disse que as negociações na **conferência** só funcionarão se os países trouxerem em sua bagagem a vontade de assumir **compromissos** significativos. Ela se referiu principalmente às discussões sobre **desenvolvimento sustentável** e uso de **combustíveis renováveis**. “Está claro que muito trabalho tem de ser feito para que as coisas tangíveis sejam alcançadas no Rio. O desafio em hospedar essa conferência é que os países-membros terão de fazer a parte deles e ainda que o Brasil tenha diplomatas habilidosos - e o Brasil é conhecido por ter diplomatas muito habilidosos -, terá de fazer com que isso vire algo ao final”, reforçou.

A comissária europeia lembrou que é preciso eliminar progressivamente o uso de **combustíveis fósseis**. “É preciso que as pessoas possam ver, depois do Rio, que [a conferência] levou a algo concreto, como o acesso à **energia sustentável** para todos até 2030, a adoção de **energia renovável** e a eficiência energética”, disse.

Ela acrescentou que é necessário que os **países em desenvolvimento** também possam ver que a conferência pode garantir seu desenvolvimento sustentável em um futuro próximo. Segundo Connie, é preciso, também, haver uma mudança de paradigma na adoção de uma economia verde, com baixa emissão de dióxido de carbono, que seja socialmente inclusiva.

Para a comissária, as ações que vêm sendo tomadas pelo Brasil em favor da redução do **aquecimento global** e da redução da emissão de **dióxido de carbono** são fundamentais. “Existem coisas muito específicas que podemos fazer, incluindo as ações que o governo brasileiro vem fazendo”, disse.

Connie Hedegaard fica no Brasil até esta quarta-feira (29/2). Durante a visita, estão previstos encontros com os **ministros** das **Relações Exteriores**, Antonio Patriota, e do **Meio Ambiente**, Izabella Teixeira. Nas reuniões, haverá discussões sobre **mudanças climáticas** e a Rio+20.

Fonte: [GloboRural > Notícias > Meio Ambiente > Sustentabilidade\(http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI296761-18095,00-RIO+NAO+DEVE+SER+APENAS+PAGINAS+COM+BOAS+INTENCOES+DIZ+COMISSARIA+DA+UNIAO+.html\)](http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI296761-18095,00-RIO+NAO+DEVE+SER+APENAS+PAGINAS+COM+BOAS+INTENCOES+DIZ+COMISSARIA+DA+UNIAO+.html)

29/02/2012

Ministra defende sustentabilidade com erradicação da pobreza



Em audiência pública no Senado, Izabella Teixeira esclareceu as principais posições do Brasil para a Rio+20. Ela defendeu o crescimento econômico com sustentabilidade, inclusão social e erradicação da pobreza.

Foto: Pedro França/ASenado

Fonte: <http://www.mma.gov.br/img/ascom/fotos/riomais20senado.jpg>

Em pronunciamento nesta quarta-feira (29/02) na Comissão de Meio Ambiente do Senado, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, defendeu a posição brasileira na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, que acontece em junho na cidade do Rio de Janeiro. Para ela, a crise econômica mundial não deve afetar o debate sobre a inclusão com sustentabilidade na Rio+20.

Segundo ela, o Governo trabalha para que o encontro seja uma conferência de cúpula, que reúna um número expressivo de líderes mundiais. Disse que a presidente Dilma Rousseff está pessoalmente empenhada em assegurar o sucesso do encontro. Além disso, salientou que "vamos reunir no Brasil lideranças de vários segmentos da sociedade em todo o mundo, e não só líderes de governos", salientou.

A ministra lembrou que a Rio+20 não será uma conferência temática sobre meio ambiente, mas que abordará principalmente questões ligadas ao desenvolvimento. "Nosso desafio é trazer a questão ambiental para o centro das discussões sobre as estratégias de desenvolvimento dos países", lembrou. Ela acredita que o encontro será um marco para a discussão de um novo modelo econômico, com preservação ambiental, sustentabilidade e inclusão social e vai contribuir para fortalecer o protagonismo brasileiro nas questões ambientais.

A expectativa do governo brasileiro é de que as lideranças reunidas possam encontrar pontos de convergência, respeitando as diferenças e o estágio de desenvolvimento de cada um dos países participantes. Para Izabella, como nenhum país do mundo aceitaria abrir mão do crescimento econômico, o que se espera é que a Rio+20 possa definir compromissos multilaterais fortes rumo à economia verde e o desenvolvimento com inclusão social adaptados às diferentes realidades.

As mudanças econômicas, os programas sociais e modelo de geração de energia limpa do país serão destacados na Conferência. "Temos que valorizar os nossos esforços", defendeu Izabella, lembrando que o Brasil é o único país no mundo com mais de 75% de sua matriz energética limpa. Lembrou que desde a realização da Rio-92, o país foi um dos que mais avançou rumo a sustentabilidade. "A economia verde para nós já é uma realidade", destacou. A relevância e reconhecimento internacional conquistado pelo Brasil nas questões ambientais foram destacados pela ministra. Segundo ela, esse papel terá peso nas negociações da Conferência. "Queremos debater a economia verde, mas com inclusão social e busca da erradicação da pobreza", concluiu.

Fonte: [MMA > Assessoria de Comunicação- ASCON \(http://www.meioambiente.gov.br/sitio/index.php?ido=ascom.noticiaMMA&idEstrutura=8&codigo=7175\)](http://www.meioambiente.gov.br/sitio/index.php?ido=ascom.noticiaMMA&idEstrutura=8&codigo=7175)

2012

Março

05/03/2012

Ministra do Meio Ambiente avisa que Rio+20 não será uma revisão da Eco 92

por Redação Agência Brasil



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/03/c31.jpg?9d7bd4>

Para a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, não deve ser vista como uma revisão da conferência que o Rio sediou há 20 anos, a Eco 92. “Não se trata de voltar ao passado, de rever documentos acordados. A Rio+20 não está modelada na Eco 92, mas no desenvolvimento sustentável a partir de duas mensagens-chave: economia verde e governança de modo sustentável”, disse a ministra ao participar hoje (29) de audiência pública no Senado.

Izabella Teixeira ressaltou que é preciso definir os termos de aplicação da economia verde. “Falta discutir se a economia verde leva à inclusão social, se realmente permite a geração de empregos. Não se coloca com clareza, também, se os países desenvolvidos estão, de fato, dispostos a transferir tecnologia”.

Para a ministra, as ações do Brasil em favor da preservação do meio ambiente, nas definições de metas de emissão de gás carbônico (um dos gases de efeito estufa) e na erradicação da pobreza, fazem com que o país seja visto como estratégico na construção de soluções a partir da conferência.

“A leitura dos países é que o Brasil evoluiu muito nos últimos 20 anos, desde a Eco 92, mas que ainda tem os seus problemas e desafios imensos pela frente”, disse. “Esse reconhecimento dá ao Brasil as condições de ser o país anfitrião, facilitador, negociador e de aproximação dos vários povos do planeta. É isso que se espera do país. Não é só uma agenda ambiental, é uma agenda de sustentabilidade e desenvolvimento”, completou.

Um dos pontos sobre o qual ainda não há consenso, segundo a ministra, é quanto ao formato de reestruturação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), criado há 40 anos. “O que se discute é o fortalecimento do Pnuma, com uma leitura de que esse fortalecimento pode ser feito passo a passo, tendo uma visão de gestão. O programa ganharia contornos de uma agência internacional, mas ainda não há consenso quanto a isso”.

* Publicado originalmente na Agência Brasil e retirado do Mercado Ético(<http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/ministra-do-meio-ambiente-avisa-que-rio20-nao-sera-uma-revisao-da-eco-92/>)

Fonte: Mercado Ético/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/ministra-do-meio-ambiente-avisa-que-rio20-nao-sera-uma-revisao-da-eco-92/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=05)(http://envolverde.com.br/noticias/ministra-do-meio-ambiente-avisa-que-rio20-nao-sera-uma-revisao-da-eco-92/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=05)

05/03/2012

Missão da ONU visita o Brasil para preparar a Rio+20

As reuniões de trabalho, fechadas à imprensa, ocorreram no Hotel Golden Tulip, na praia de Copacabana por Alana Gandra, da Agência Brasil



Na sexta-feira (9), Sha Zukang e os integrantes da missão têm reunião com os ministros das Relações Exteriores, Antonio Patriota, e do Meio Ambiente, Izabella Teixeira

Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/ABr

Fonte: http://assets0.exame.abril.com.br/assets/pictures/51644/size_590_rio+20.jpg?1330982989

Rio de Janeiro – Uma missão da [Organização das Nações Unidas](http://exame.abril.com.br/topicos/onu) (ONU) começou hoje (5) visita oficial ao Brasil para discutir detalhes da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que ocorrerá no Rio de Janeiro, em junho. A missão de 20 pessoas é liderada pelo secretário-geral da Rio+20, Sha Zukang.

Os representantes da ONU reuniram-se com integrantes do Comitê Nacional de Organização (CNO) da Rio+20. O CNO é chefiado pelo ministro Laudemar Aguiar, do Itamaraty. As reuniões de trabalho, fechadas à imprensa, ocorreram no Hotel Golden Tulip, na praia de Copacabana.

Segundo a assessoria do CNO, estão sendo discutidos os detalhes logísticos da organização do evento, que envolvem desde temas como segurança, trânsito, hospedagem, montagem de auditórios, até questões como instalações e serviços para atendimento à imprensa internacional e brasileira.

Amanhã (6), está prevista visita da missão ao Centro de Convenções Riocentro, na zona oeste da capital fluminense, escolhido para sediar a conferência oficial. Sha Zukang deverá encontrar-se também amanhã com o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes.

No dia 7, a missão deverá deslocar-se para Brasília, onde se reunirá no dia seguinte com parlamentares brasileiros do Comitê de Relações Exteriores do Senado. Durante o encontro, serão abordados os preparativos políticos e logísticos para a conferência e os caminhos para o desenvolvimento sustentável.

Na sexta-feira (9), Sha Zukang e os integrantes da missão têm reunião com os ministros das Relações Exteriores, Antonio Patriota, e do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Fonte: [EXAME.COM > Notícias > Economia > Meio Ambiente e Energia > Sustentabilidade](#)(<http://exame.abril.com.br/economia/meio-ambiente-e-energia/sustentabilidade/noticias/missao-da-onu-visita-o-brasil-para-preparar-a-rio-20>)

06/03/2012

Brasil quer fixar objetivos de desenvolvimento sustentável

DENISE MENCHEN e SABINE RIGHETTI DE SÃO PAULO

Em encontro realizado nesta terça-feira na Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo), o secretário executivo da Comissão Nacional para a Rio+20, embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, disse ser possível que o documento final da conferência da ONU estabeleça oito objetivos de desenvolvimento sustentável.

Seguindo o modelo dos Objetivos do Milênio, esses oito pontos correspondem a metas que, neste caso, devem ser perseguidas pelos países no sentido de minimizar os impactos ambientais e promover o desenvolvimento social e econômico. Um desses objetivos, por exemplo, seria a redução das emissões de CO₂ em 50% até 2050.

"Não é bom termos um número muito grande de objetivos", disse o embaixador.

Devem fazer parte dos objetivos os temas da energia, da água, da erradicação da pobreza e da segurança alimentar.

O Brasil apoiará na Rio+20 o fortalecimento da área de meio ambiente nas Nações Unidas, mas não firmará posição sobre se isso deve ser feito por meio de mudanças no Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) ou com a criação de uma nova agência internacional para tratar do assunto.

"O Brasil tem uma postura completamente flexível nessa situação", disse.

A alguns meses da conferência da ONU, que acontecerá no Rio de Janeiro de 20 a 22 de junho, os líderes estão divididos quanto ao papel que o Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) deve ganhar após a Rio+20.

Europeus e africanos sugerem a criação de uma nova pasta internacional voltada a questões ambientais. Já os norte-americanos preferem que o Pnuma seja mantido. A decisão tem que ser consensual.

"A criação de mais empregos para diplomatas não é exatamente o que queremos como resultado, mas por outro lado facilitaria a atuação", disse Figueiredo Machado, exemplificando alguns argumentos pró e contra a nova agência.

CÓDIGO FLORESTAL

Questionado sobre debates atuais sobre ambiente que estão tramitando e criando polêmica no Brasil, como o novo Código Florestal que se refere ao manejo florestal brasileiro, Machado disse que não é possível agradar a maioria.

"O Código Florestal é um exemplo do que acontece em uma democracia", disse.

Fonte: [FOLHA.COM > Notícias > Ambiente](http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1058115-brasil-quer-fixar-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel.shtml)(<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1058115-brasil-quer-fixar-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel.shtml>)

06/03/2012

Secretário da ONU pede mais ação e menos conversa na Rio+20

LUCAS VETTORAZZO DO RIO

O secretário-geral da ONU para a Rio+20, o chinês Sha Zukang, afirmou que o grande desafio da conferência para o desenvolvimento sustentável, a ser realizada no Rio de Janeiro de 20 a 22 junho, é colocar em prática as questões levantadas no evento. Em sua avaliação, muito já foi discutido em conferências anteriores, mas pouco realmente saiu do papel.

Para que as resoluções da Rio+20 sejam, de fato, postas em prática, Zukang defende a participação ativa da sociedade civil.

Segundo ele, é preciso que a população dos países cobre de seus governos o cumprimento dessas resoluções.

"Nosso trabalho não é conversar, é fazer. Já conversamos o suficiente. Não percam mais nenhum minuto discutindo, produzindo papéis apenas. É claro que precisamos produzir algum papel, mas eles devem ser seguidos de implementação", afirmou Zukang, em entrevista coletiva nesta tarde no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro.

"Gritem, falem alto, conversem, certifiquem-se de que o governo irá ouvir vocês".

Zukang está em sua terceira e última visita ao Rio de Janeiro antes da conferência. O secretário ficará até o próximo dia 10 no Brasil para acertar os detalhes finais de logística do evento. Sua agenda inclui reuniões no Rio e em Brasília.

A ONU prevê a visita de 60 mil pessoas à cidade, assim como 120 chefes de Estado. A conferência acontece 20 anos após a realização da Rio 92, que reuniu 108 chefes de Estado e levou ao Rio cerca de 30 mil pessoas.

A grande dúvida da edição atual é com relação aos chefes de Estado. Crise internacional e eleições presidenciais em países como Estados Unidos e França podem fazer com que a conferência seja menos prestigiada do que a histórica Rio 92.

Zukang ressaltou que a Rio+20 discutirá como colocar em prática a chamada "economia verde". O próprio secretário afirma que a definição do termo varia muito de país para país --e que isso poderia ser mais uma justificativa para falta de ações.

O secretário explicou que a "economia verde" está baseada em três pilares: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ao meio ambiente. Zukang afirmou que muito se avançou nos dois primeiros pilares, porém, no último, ainda há um caminho longo a ser percorrido.

"Nos últimos 20 anos o que vimos? Vimos desenvolvimento econômico, mas ao mesmo tempo vimos o mundo ficando cada vez mais insustentável. Falta integração dos três pilares da sustentabilidade", afirmou, lembrando que a ONU recomenda aos países o investimento de 2% do PIB mundial em meio ambiente.

Questionado sobre a iminente votação do Código Florestal, Zukang afirmou que a ONU não opina sobre questões de política interna dos países. Mas aproveitou para dar recado: "A floresta é do Brasil, mas o país tem de entender que a maneira como ele trata seu meio ambiente e seus recursos naturais pode ter reflexo no restante do mundo", disse.

Fonte: [FOLHA.COM > Notícias > Ambiente](http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1058117-secretario-da-onu-pede-mais-acao-e-menos-conversa-na-rio20.shtml)(<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1058117-secretario-da-onu-pede-mais-acao-e-menos-conversa-na-rio20.shtml>)

07/03/2012

Para ecologista, Rio+20 não dará receita, mas poderá estimular ações ambientais

por Alana Gandra, da Agência Brasil



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/03/c63.jpg?9d7bd4>

O presidente do grupo de trabalho da prefeitura do Rio para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, Sergio Besserman, disse que o evento não dará a receita para o desenvolvimento sustentável, mas será uma oportunidade significativa para que as ações nessa área ganhem impulso.

A Conferência Rio+20 foi convocada, de acordo com Besserman, para discutir o desenvolvimento sustentável com foco na economia verde e no combate à pobreza. “É preciso saber até onde irão a profundidade e a coragem de enfrentamento dos grandes problemas da crise ambiental”, disse.

Para ele, a economia verde não pode restringir-se à questão das inovações tecnológicas que poupem os recursos naturais. “E o combate à pobreza não pode esquecer os que mais sofrem nas várias dimensões da crise ambiental – aquecimento global, desertificação -, que são as populações pobres do planeta”.

É preciso, destacou, “enfrentar de frente e com coragem” o fato de que o atual modo de produzir e de consumir não é sustentável. Segundo Besserman, esse deve ser o significado da Rio+20: discutir os modelos de economia de produção e de consumo que permitem a manutenção do processo de inclusão social, “sem ameaçar a civilização nos seus custos e perdas, no horizonte que já é visto”.

A conferência da ONU vai discutir também a questão da governança global. O economista e ambientalista disse que hoje em dia há uma deficiência na área da governança que se manifesta, inclusive, no âmbito das Nações Unidas quando se obtém um acordo. Ele citou o caso do Acordo de Biodiversidade, firmado em Nagoia, no Japão, no fim de 2010, em que o Brasil teve papel de liderança. Esse novo tratado garante a soberania dos países sobre os recursos da biodiversidade.

Besserman observou que apesar de o acordo ter sido ratificado, “isso, no mundo de hoje, não se transforma em ação. As metas não são cumpridas. Não há qualquer penalidade para os atores que não cumpram essas metas”. Esse é um problema que evidencia a falta de governança no mundo, reforçou.

Ele lembrou que não há a expectativa de que a conferência vá resolver todos esses problemas, mas admitiu que ela pode oferecer uma sinalização positiva. “Pode dizer ao mundo que é necessário começar a avançar mais rapidamente, que é necessário que passem a ocorrer as ações que permitirão evitar os piores cenários de toda essa situação de crise ecológica”.

Na opinião do ambientalista, este é um momento singular da história, uma vez que os países têm que enfrentar uma crise econômica e, ao mesmo tempo, não perder de vista os limites do planeta.

Na Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente de 1992, a Rio 92, havia, argumentou Besserman, um “otimismo ingênuo de que nunca mais ocorreriam grandes crises e, identificados os problemas que a ciência apontava, nós nos reuniríamos e encontraríamos as soluções. Em 2012, sabemos que há um processo muito mais profundo e mais complexo, assim como as imensas transformações que a economia e a política global terão que passar”. Por isso, assegurou que não há nenhuma razão para esperar que a Rio+20 seja uma cartilha ou mapa do caminho, ou que apresente soluções para um problema da magnitude que é o desenvolvimento sustentável.

O ecologista lembrou ainda que na Rio+20, chefes de Estado estarão fazendo uma declaração política e discutindo a governança global. “Essa declaração política, se for fraca, representará um retrocesso nas discussões. Mas, se for forte, pode significar um impulso para que se acelerem as negociações do clima, da biodiversidade e os meios para torná-las realidade”.

* Publicado originalmente no site da Agência Brasil e retirado do [Mercado Ético](http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/para-ecologista-rio20-nao-dara-receita-mas-podera-estimular-aco-es-ambientais/)(<http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/para-ecologista-rio20-nao-dara-receita-mas-podera-estimular-aco-es-ambientais/>).

Fonte: Agência Brasil/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/para-ecologista-rio20-nao-dara-receita-mas-podera-estimular-aco-es-ambientais/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=07)(http://envolverde.com.br/noticias/para-ecologista-rio20-nao-dara-receita-mas-podera-estimular-aco-es-ambientais/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=07)

07/03/2012

Rio+20 deverá ter foco em economia verde inclusiva

Para ter impacto comparável à ECO-92, conferência precisará integrar as dimensões ambiental, econômica e social, segundo secretário-executivo da comissão brasileira

por Fábio de Castro, da Agência FAPESP



A RIO+20 poderá alcançar um impacto planetário de magnitude semelhante ao da ECO-92

Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Abr

Fonte: http://assets0.exame.abril.com.br/assets/pictures/51644/size_590_rio+20.jpg?1330982989

São Paulo – A Conferência das [Nações Unidas](http://exame.com/topicos/onu) (<http://exame.com/topicos/onu>) sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que será realizada no Brasil em junho, não terá o caráter legislativo da ECO-92, cujo legado transformou para sempre a perspectiva mundial sobre o tema do meio ambiente.

No entanto, a Rio+20 poderá alcançar um impacto planetário de magnitude semelhante ao da ECO-92, contanto que consiga superar o desafio de integrar de forma equânime os três pilares do desenvolvimento sustentável: as dimensões ambiental, econômica e social.

A defesa dessa integração é o cerne da posição brasileira na conferência, de acordo com o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, subsecretário-geral de Meio Ambiente, Energia e Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores (MRE), que participou nesta terça-feira (06/03) do BIOTA-BIOEN-Climata Change Joint Workshop: Science & policy for a greener economy in the context of Rio+20. Machado é o secretário-executivo para a comissão brasileira da Rio+20.

Planejado para que a comunidade científica possa discutir os temas da Rio+20, o evento, que terá continuidade nesta quarta-feira (07/03), foi realizado conjuntamente pelo Programa BIOTA-FAPESP, pelo Programa FAPESP de Pesquisa em Bioenergia (BIOEN) e pelo Programa FAPESP de Pesquisa sobre Mudanças Climáticas Globais (PFPMCG).

“A Rio+20 é uma conferência sobre desenvolvimento sustentável e não apenas um debate sobre meio ambiente. A intenção da presidência da conferência é que as dimensões ambiental, social e econômica

tenham o mesmo peso no debate. O governo brasileiro, por sua vez, entende que, se os desafios do século 21 não forem vistos de maneira integrada, jamais conseguiremos atingir níveis de sustentabilidade”, disse Machado.

De acordo com o embaixador, o mundo atravessa uma época de crise internacional e os atuais modelos de desenvolvimento demonstram uma erosão em sua capacidade de dar respostas aos novos desafios.

“Os modelos atuais produzem crises em todos os pilares do desenvolvimento sustentável: a crise climática, a perda acelerada da biodiversidade, a degradação social e a crise energética demonstram isso. Estamos fazendo algo errado”, disse.

Na época da ECO-92, segundo Machado, os países desenvolvidos acreditavam que haviam resolvido suas questões econômicas e sociais e dirigiam o foco das discussões para os temas exclusivamente ambientais. Enquanto isso, os países em desenvolvimento tinham o foco no desenvolvimento econômico apoiado no contexto da sustentabilidade.

“Vinte anos depois, o mundo virou de cabeça para baixo: os países desenvolvidos estão lidando com uma profunda crise econômica e social, enquanto os países como o Brasil são líderes na área em tecnologias verdes, em investimentos em energia limpa e avançaram na inclusão social”, disse.

Nesse novo contexto, segundo Machado, a Rio+20 não tem mais uma agenda que olha o econômico, o ambiental e o social separadamente. Por isso, a comissão brasileira da conferência tem utilizado o termo “economia verde inclusiva”, a fim de remeter ao trinômio “crescimento”, “inclusão social” e “proteção da natureza”.

“A decisão política do século 21 é a de integrar essas três dimensões. Esse é um desafio para todos os países e para a Rio+20. Se conseguirmos essa integração, finalmente poderemos, depois de duas décadas, realizar as promessas da ECO-92”, afirmou Machado.

Na abertura do evento, o presidente da FAPESP, Celso Lafer, destacou o protagonismo do Brasil e a importância central da ciência no contexto da Rio+20. Segundo ele, o Brasil é uma grande potência no tema do meio ambiente e nenhum dos grandes problemas dessa agenda pode ser encaminhado sem ativa participação brasileira.

“A liderança brasileira tem legitimidade internacional. É preciso ressaltar também a relevância do conhecimento no processo da Rio+20. A conferência envolve problemas de natureza complexa para os quais uma adensada pesquisa fornece indicações imprescindíveis”, disse Lafer.

“Esse workshop proposto pela FAPESP, com participação dos pesquisadores que vêm alargando o horizonte do conhecimento sobre mudanças climáticas, bioenergia e biodiversidade, contribuirá para a preparação das negociações, integrando nosso discurso”, disse.

Questão energética

Durante o evento, a palestra “A produção de bioenergia no contexto da Rio+20” foi apresentada pelo físico José Goldemberg, professor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo (USP) que era secretário do Meio Ambiente do Brasil durante a ECO-92.

De acordo com Goldemberg, o documento preparado pelo secretariado da ONU com contribuições dos países participantes da Rio+20, incluindo o Brasil, contém 128 parágrafos, sendo que dois deles são dedicados ao problema da energia. Um dos principais objetivos estabelecidos pelo documento é o acesso básico universal a um mínimo de energia moderna, até 2030, com o dobro da eficiência energética atual.

“O significado dessas considerações é muito profundo, se observarmos os dados de que dispomos. Atualmente, mais de 80% da energia consumida no mundo provém de fontes fósseis: petróleo (34,6%), gás (22,1%) e carvão (28,4%). As energias renováveis correspondem a 12,9% do total”, afirmou Goldemberg.

A extrema dependência do petróleo impõe uma limitação física insustentável: o esgotamento das reservas. Por maiores que sejam as reservas descobertas no pré-sal brasileiro, segundo Goldemberg, elas são uma contribuição modesta para as fontes de energia de petróleo do mundo.

“Além da limitação física, o petróleo tem um grave problema de acesso, já que as fontes estão distribuídas de forma errática no mundo. Em seguida, temos o problema mais grave que é o impacto ambiental das emissões de gases de efeito estufa, que contribuem para o aquecimento global. Os combustíveis fósseis

são responsáveis por boa parte da prosperidade e conforto que a humanidade conseguiu, mas lamentavelmente essa situação não pode durar”, disse.

Parte significativa do consumo de combustíveis fósseis, segundo Goldemberg, é proveniente do transporte individual. E a tendência é que o número de carros aumente expressivamente nos próximos anos, alavancando o consumo de gasolina. Entre 1980 e 2010, a demanda mundial por gasolina subiu de 0,8 trilhão de litros por ano para quase 1,3 trilhão de litros.

São 30 milhões de barris diários, correspondendo a um terço do consumo mundial de petróleo. Essa situação não vai melhorar. Nos Estados Unidos há quase 800 automóveis por mil pessoas. Outros países industrializados têm 500 automóveis por mil habitantes – que é aproximadamente a escala na cidade de São Paulo. Os países menos desenvolvidos estão seguindo essa trajetória. A previsão é que em 2050, em vez dos atuais 750 milhões de automóveis, tenhamos 2,25 bilhões”, disse.

Para reduzir a magnitude do problema, segundo Goldemberg, é preciso que o mundo busque um modelo semelhante ao brasileiro: expandir a matriz hidrelétrica onde for possível e investir em outros componentes renováveis. Um dos caminhos do desenvolvimento sustentável na área de energia, de acordo com ele, é a substituição da gasolina por um combustível produzido a partir de biomassa.

“O único combustível que vem fazendo isso de maneira eficiente e em escala comercial até agora é o etanol de cana-de-açúcar. Se conseguirmos desenvolver o etanol de segunda geração, poderemos aumentar a produção sem aumentar a área plantada. Para isso é preciso investir em pesquisa. No contexto da Rio+20, acredito que a contribuição do etanol de cana-de-açúcar originário de países tropicais deverá ser uma das cartas importantes na discussão”, disse.

Clima, bioenergia e biodiversidade

Durante o evento, o diretor científico da FAPESP, Carlos Henrique de Brito Cruz, fez uma apresentação sobre os programas BIOTA-FAPESP, BIOEN e PPFMCG. De acordo com ele, o BIOTA tem como objetivo não apenas caracterizar a biodiversidade do Estado de São Paulo, como definir mecanismos para sua conservação e uso sustentável.

“O BIOTA-FAPESP já teve 915 projetos de pesquisa e bolsas aprovados. Foram cerca de R\$ 100 milhões investidos em 12 anos. Em 2011, o programa cresceu muito, com renovado interesse da comunidade científica paulista, e o valor concedido apenas naquele ano foi de R\$ 22 milhões. Um dos impactos importantes do programa, além de fazer ciência de boa qualidade, foi que ele gerou vários decretos, leis e resoluções sobre conservação da biodiversidade”, afirmou.

Na área de bioenergia, segundo ele, a FAPESP teve uma primeira iniciativa em 1999, com a criação do projeto Sucest, que avaliou o transcriptoma da cana-de-açúcar. O BIOEN foi criado em 2008.

“O programa BIOEN envolve 314 cientistas, sendo 229 de São Paulo, 33 de outros estados e 52 de outros países. Os recursos investidos já se aproximam de R\$ 100 milhões, em 55 projetos. O programa tem inúmeras colaborações com empresas, que cofinanciam pesquisas”, disse Brito Cruz.

O PPFMCG também agrega colaborações internacionais com instituições como o Natural Environment Research Council (Nerc), do Reino Unido, um dos organismos que compõem os Research Councils UK – que mantêm acordo com a FAPESP desde setembro de 2009 –, Agence Nationale de La Recherche (ANR), da França, e Interamerican Institute for Global Change Research (IAI), organização intergovernamental apoiada por nove países nas Américas.

Fonte: [EXAME.COM > Notícias > Economia > Meio Ambiente](http://exame.abril.com.br/economia/meio-ambiente-e-energia/noticias/rio-20-devera-ter-foco-em-economia-verde-inclusiva)(<http://exame.abril.com.br/economia/meio-ambiente-e-energia/noticias/rio-20-devera-ter-foco-em-economia-verde-inclusiva>)

07/03/2012

Associação defende importância de governos locais para desenvolvimento sustentável

por Alana Gandra da Agência Brasil, no Rio de Janeiro

A associação internacional Governos Locais pela Sustentabilidade (Iclei) pretende levar à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, em junho próximo no Rio, pelo menos 600 autoridades locais que assumiram compromisso com o desenvolvimento sustentável.

Esse é também o número de representantes de governos locais que deverão participar do 2º Congresso Mundial do Iclei, que ocorre a cada três anos e que será realizado pela primeira vez na América Latina - em Belo Horizonte - entre os dias 14 e 17 de junho. Com o apoio do governo federal, o encontro é preparatório às reuniões de alto nível da Rio+20, programada para o período de 20 a 22 desse mês.

A diretora do Iclei Brasil, Florence Laloe, disse à Agência Brasil que o congresso será um momento de mobilização dos governos e autoridades locais, de discussão e construção de uma mensagem específica desse segmento para a Rio+20.

O Iclei é um dos nove grupos parceiros da Rio+20. Ele lidera a organização das autoridades locais na conferência oficial. A meta, disse Florence, é que as autoridades locais, municipais, possam mostrar soluções.

“A gente está preparando um Global Town Hall, espaço destinado às autoridades locais dentro da conferência, para que esses governos do mundo todo possam mostrar soluções, o que vêm fazendo e avançando em termos de sustentabilidade. O porquê dessas autoridades locais serem tão importantes na implementação de acordos internacionais”.

A experiência dos governos locais no campo do desenvolvimento sustentável afeta diretamente os cidadãos do mundo inteiro, acrescentou Florence Laloe. “O governo local é um nível de governança mais próximo do cidadão. É onde a implantação dessas ações, desses acordos internacionais, ocorre de fato”.

Ele destacou que dois grandes temas serão discutidos durante a Rio+20: Economia Verde e Erradicação da Pobreza e Governança para o Desenvolvimento Sustentável Global. Estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU) mostram que mais de dois terços da população mundial vão ser urbanas até 2030. “No Brasil, isso já é fato. Nós somos mais de 85% de população urbana”, disse.

De acordo com definição do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), economia verde é a “que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica”.

O estudo da ONU diz que mais de 75% da energia são consumidos hoje em centros urbanos e que o Produto Interno Bruto (PIB), a soma dos bens e serviços produzidos em um país, está concentrado em nível local. No caso dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), 83% do PIB estão concentrados em áreas urbanas.

“Não dá para falar em economia verde e erradicação da pobreza sem pensar em economia urbana verde”. A questão da urbanização e os impactos dela decorrentes constituem o grande desafio do século. Com isso, as cidades se tornam o ponto central para fazer com que a economia verde se transforme em realidade, declarou.

A diretora do Iclei disse que a expectativa é que assim como foram estabelecidos pela ONU os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, a serem cumpridos por todos os países do mundo, a Rio+20 resulte também em objetivos concretos para o desenvolvimento sustentável.

“Se forem adotados de fato objetivos claros e quantificáveis de desenvolvimento sustentável em que os governos locais e as cidades sustentáveis sejam mencionados, nós estaríamos relativamente felizes. Porque, havendo objetivos claros e o reconhecimento do poder local, as chances de uma implementação efetiva nas próximas décadas fica maior”.

O mais importante, segundo Florence, é o que vai ser adotado pelos países a partir da Rio+20. Mesmo no momento atual de crise econômica nos países desenvolvidos, ele disse que “quanto mais objetivo for o resultado da conferência, melhor”. Ele se tornará mais efetivo se houver reconhecimento da importância das

autoridades locais, sustentou. O crescimento urbano, a construção de infraestrutura nas próximas décadas reforçam a questão das cidades sustentáveis como um dos pontos essenciais da economia verde, acrescentou.

No próximo mês, o Iclei divulgará estudo sobre os avanços obtidos nos últimos 20 anos em âmbito local e o que falta para os próximos 20 ou 30 anos em termos de sustentabilidade.

No Brasil, as principais capitais são associadas ao Iclei, além de estados como São Paulo e Minas Gerais e cidades de porte médio e pequeno. Mais de 1.200 cidades, condados e estados de todo o mundo são filiados à entidade, que desenvolve o papel de agência ambiental e de desenvolvimento sustentável internacional.

Fonte: [UOL > Notícias > Ciência e Saúde](http://noticias.uol.com.br/ultnot/cienciaesaude/ultimas-noticias/2012/03/07/associacao-defende-importancia-de-governos-locais-para-desenvolvimento-sustentavel.jhtm)(<http://noticias.uol.com.br/ultnot/cienciaesaude/ultimas-noticias/2012/03/07/associacao-defende-importancia-de-governos-locais-para-desenvolvimento-sustentavel.jhtm>)

07/03/2012

Pesquisador critica esboço de documento da Rio+20

por **DENISE MENCHEN** ENVIADA A SÃO PAULO e **SABINE RIGHETTI** DE SÃO PAULO

O pesquisador José Eli da Veiga, do Instituto de Relações Internacionais da USP, criticou nesta quarta-feira um trecho do chamado "rascunho zero" da Rio+20: o esboço do documento principal que possivelmente vai ser um dos resultados da conferência. O trecho criticado trata das limitações do PIB (Produto Interno Bruto) como um indicador de bem-estar dos países.

Ele classificou o texto, que servirá de base para o documento final da conferência sobre desenvolvimento sustentável, de "inepto".

Para Eli da Veiga, o rascunho falha ao propor "indicadores complementares ao PIB que integrem as dimensões econômica, social e ambiental de um modo balanceado".

"Não se trata de complementar, se trata de se livrar do PIB", disse o pesquisador. "Já quando ele foi concebido se dizia que não poderia ser um indicador de bem-estar."

Muitos cientistas consideram que, no contexto atual de mudanças climáticas e perda acelerada da biodiversidade, é preciso que governos e empresas levem em conta outros fatores além da riqueza econômica produzida. Com isso, o PIB foi colocado em xeque.

Eli da Veiga defende que as discussões na Rio+20 levem em consideração o trabalho desenvolvido pela Comissão para Mensuração da Performance Econômica e do Progresso Social, criada em 2008 por iniciativa do governo francês.

Conhecido por "comissão Stiglitz-Sen-Fitoussi" devido ao nome de seus coordenadores, esse grupo propôs outras formas de medir o desenvolvimento das nações que não o PIB.

Entrariam na conta a renda líquida disponível em cada domicílio; um índice de desenvolvimento humano mais amplo do que o atual IDH, incorporando também questões como segurança pública e segurança econômica; e um indicador que medisse os impactos ambientais, como por exemplo as emissões de carbono e o consumo de água.

Isso permitiria aos países avaliar de forma mais completa as consequências dos seus padrões de consumo e produção sobre suas populações e sobre o planeta.

SEM CONSENSO

A posição de um indicador único, porém, não é consensual. O professor Jacques Marcovitch, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, defendeu ontem que a avaliação do desempenho dos países seja feita por meio da agregação de um novo indicador a outros já existentes, como o IDH e o PIB per capita.

Para ele, esse novo mecanismo deve ser capaz de avaliar a sustentabilidade ambiental de países e setores econômicos com base em dados como eficiência energética, uso da água, cobertura vegetal, emissões de gases do efeito estufa, gestão de resíduos etc..

"É melhor fazer isso do que jogar fora tudo o que já foi construído", disse. "O IDH, por exemplo, já é um conceito bem entendido pelos prefeitos."

Marcovitch, porém, afirmou ter dúvidas de que o desenvolvimento desse novo indicador ocorra no âmbito das Nações Unidas. "A sociedade civil e a academia precisam se unir para responder a esse desafio", disse.

Fonte: [FOLHA.COM > Notícias > Ambiente](http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1058706-pesquisador-critica-esboco-de-documento-da-rio20.shtml)(<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1058706-pesquisador-critica-esboco-de-documento-da-rio20.shtml>)

08-03-2012

I Encontro de Comunicação Socioambiental do Amazonas debate sobre a Rio+20



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/03/logo-rio-201-300x155.jpg?9d7bd4>

O Dia Mundial da Floresta, comemorado em 21 de março, será celebrado no Amazonas com uma programação diferenciada. Neste dia, o Governo do Amazonas por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), vai reunir especialistas na área ambiental, profissionais da mídia local e nacional e sociedade civil, para discutir os temas da Rio + 20, no I Encontro de Comunicação Socioambiental do Amazonas (I ECSA). O evento será realizado no Hotel Caesar Business, localizado na Avenida Darcy Vargas, 654, bairro Chapada, das 8h às 18h.

As inscrições podem ser feitas no site www.sds.am.gov.br, em que os interessados devem preencher um formulário e aguardar um email confirmando a inscrição. Estão disponíveis 200 vagas.

O I Encontro é uma realização da SDS em parceria com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Agência de Comunicação do Estado (Agecom), Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) e Fundação Amazonas Sustentável (FAS). Conta, ainda, com o apoio institucional do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Amazonas (SJPAM), Rede Brasileira de Informação Ambiental (Rebia), Associação das Mídias Ambientais (Ecomídias) e Instituto Envolverde.

Com o tema “O Amazonas na Rio +20: Economia Verde, Combate à Pobreza e Governança”, o I ECSA pretende, entre outras coisas, contribuir como um foro preparatório para as questões que estarão em debates durante a RIO+20 e os desafios dos profissionais da comunicação em conseguir traduzir os temas para a linguagem acessível ao público, não só com a informação que esclarece, mas também com a que encanta e sensibiliza.

Para tanto, o evento visa aproximar os diferentes setores envolvidos no processo técnico e de divulgação, para criar um canal de aperfeiçoamento dos instrumentos no exercício da comunicação ambiental, especialmente com foco na realidade Amazônica, no sentido de expandir suas boas práticas para que sirvam de exemplos para a promoção da sustentabilidade, a ser discutida na Rio + 20.

Nádia Ferreira, titular da SDS, ressalta a iniciativa do Governo do Amazonas na realização do evento. “Nossa motivação para organizar esse debate será discutir o tema Economia Verde junto à sociedade, certamente um conceito ainda pouco difundido, mas que propõe uma transição para uma economia menos intensiva em carbono e mais respeitosa com o meio ambiente e com as pessoas”, afirma Nádia Ferreira.

Dividido em dois painéis: “A economia verde e a comunicação socioambiental no Amazonas” e “A Governança e a comunicação socioambiental no Amazonas”, o I Encontro traz um tema transversal que é o meio ambiente, e por conta disso, está aberto a toda a sociedade, como representantes de órgãos públicos, privados, Ongs, universitários, profissionais da área de comunicação, e demais áreas de interesse.

Dal Marcondes, um dos moderadores de painel, explica que é importante contextualizar o papel da comunicação na construção de relações mais sustentáveis nas cadeias de valor da economia. “Vamos trabalhar de forma que seja apresentado à plateia um mosaico de ideias coerentes e não como uma colcha de retalhos”, explica Marcondes, que é jornalista, membro da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental (RBJA), da Associação Brasileira de Mídias Ambientais (ECOMÍDIAS) e diretor de redação da Envolverde.

O outro moderador de painel, Vilmar Berna, ressalta que o evento é de extrema importância para o Brasil e para o mundo, “neste momento em que o agravamento das mudanças climáticas e seu impacto na saúde

humana exigem metodologias e capacitações para levar a informação que esclarece as populações mais vulneráveis”. Ele é jornalista e ganhador do Prêmio Global 500 da ONU Para o Meio Ambiente e do Prêmio Verde das Américas.

Dentre os palestrantes já confirmados, estão: Nádia Ferreira (SDS), Virgílio Viana (FAS), Odenildo Sena (Sect), Carlos Bueno (Inpa), Dener Giovanini (Estadão), Cláudio Ângelo (Folha de São Paulo), Amélia Gonzalez (O Globo), Gerson Severo (A Crítica), Daniela Assayag (TV Amazonas), Vilmar Berna (RBJA e Ecomídias), Dal Marcondes (Envolverde), Leonardo Sakamoto (Professor da PUC), Max Fercondini (apresentador do Globo Ecologia). A equipe de organização aguarda a confirmação de outros palestrantes em nível local e nacional.

A Conferência Rio + 20 será realizada no período de 20 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, e tem como tema: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e na erradicação da pobreza e o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável. O Estado do Amazonas está se preparando para o evento, trazendo a pauta para ser discutida junto à sociedade amazonense.

Fonte: Assessoria de Imprensa/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/i-encontro-de-comunicacao-socioambiental-do-amazonas-debate-sobre-a-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=08)(http://envolverde.com.br/noticias/i-encontro-de-comunicacao-socioambiental-do-amazonas-debate-sobre-a-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=08)

13/03/2012

Rio+20 pode ficar em segundo plano, receia secretário-geral

por Redação EcoD



A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e o secretário-geral da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), Sha Zukang, falam sobre o evento, marcado para junho na capital fluminense.

Foto: Wilson Dias/ABr

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/03/c18.jpg?9d7bd4>

A crise internacional pode atrasar a implementação de uma economia verde em alguns países. A opinião é de Sha Zukang, secretário-geral da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que visitou o Brasil na última semana para tratar de assuntos como a logística da cúpula marcada para junho.

“Ainda não conseguimos nos livrar da sombra das crises financeiras. A transição para uma economia verde, principalmente para os países em dificuldade, vai precisar de um compromisso maior, muito forte, e mais ajuda dos desenvolvidos. É uma questão internacional que pode criar, talvez, um atraso na implementação da economia verde”, alertou Zukang em entrevista coletiva no Ministério do Meio Ambiente.

Para o secretário-geral, a conferência pode ficar em segundo plano para líderes de alguns países devido a assuntos internos. Ele citou, como exemplo, o período eleitoral nos Estados Unidos. “Em ano de eleições, as grandes figuras políticas estão muito preocupadas com o pleito para tratar de outros assuntos. Mas digo a eles que não se preocupem. Sustentabilidade é uma questão que deve unir oposição e situação. O desenvolvimento sustentável é o futuro que queremos”, comentou.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, ponderou que as eleições em outros países não devem atrapalhar a presença de chefes de estado na Rio+20. Até o momento, 79 delegações confirmaram presença. Entretanto, o objetivo é que a conferência seja de decisões concretas e não apenas de debate. “Não é uma conferência para carimbar documentos e dizer que aprovamos. Queremos caminhos concretos, de resultados”, destacou.

O secretário ainda comentou a declaração do secretário-geral da Federação Internacional de Futebol (Fifa), Jerome Valcke, de que o Brasil precisaria de um “chute no traseiro” para agilizar as obras da Copa de 2014.

“Quando se tem um país que organiza três grandes eventos: Rio+20, Copa do Mundo e Olimpíadas, as críticas são naturais. Não é nada de anormal”, ponderou Zukang, ao lembrar que quando o seu país, a China, sediou as Olimpíadas (2008), recebeu diversas delegações que também criticaram as obras. “É o trabalho deles”, acrescentou.

* Publicado originalmente no [EcoD](http://www.ecodesenvolvimento.org.br/posts/2012/marco/rio-20-pode-ficar-em-segundo-plano-receia)(<http://www.ecodesenvolvimento.org.br/posts/2012/marco/rio-20-pode-ficar-em-segundo-plano-receia>).

Fonte: EcoD/Envolverde(http://envolverde.com.br/noticias/rio20-pode-ficar-em-segundo-plano-receia-secretario-geral/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=13)

13/03/2012

Paralela à Rio+20, Cúpula dos Povos vai debater causas estruturais da crise ambiental | Agência Brasil

por Alana Gandra Repórter da Agência Brasil

Rio de Janeiro - Causas estruturais da crise ambiental, falsas soluções, a economia verde e as propostas vindas dos povos do mundo inteiro constituem os principais debates da Cúpula dos Povos, que ocorrerá no Rio de Janeiro, paralelamente à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

Atividades autogestionadas, isto é, livres, marcarão os dias 15 e 16 de junho, precedendo a marcha que abrirá oficialmente, no dia 17, os trabalhos da Cúpula dos Povos.

Nos dias 18 e 19 de manhã, continuarão sendo realizadas atividades autogestionadas. À tarde, o Comitê Facilitador da Sociedade Civil para a Rio+20 vai realizar a Assembleia Permanente dos Povos, onde serão discutidos temas como as causas estruturais da crise ambiental e ecológica e as soluções indicadas pelas Nações Unidas (ONU) para resolver o problema, entre elas a economia verde.

O diretor da Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais (Abong), Ivo Lesbaupin, disse que tanto a economia verde quanto os créditos de carbono são soluções que 'não mexem no fundamental'. Ou seja, não alteram o modelo de produção e de consumo atual. Para ele, o programa da ONU sobre economia verde inclui uma série de propostas interessantes, mas que não mexem no essencial. A Abong faz parte do grupo de articulação do Comitê Facilitador da Sociedade Civil para a Rio+20.

Um exemplo são os combustíveis fósseis na matriz energética. Outro é a questão da mudança do modelo produtivo e consumista, 'a causa principal da destruição da natureza'. De acordo com Lesbaupin, a ONU considera que existe um desperdício de certos serviços ambientais que a natureza presta pelo fato de eles não terem preço. A Abong discorda e diz que esse é um caminho para a mercantilização e conseqüente privatização desses serviços.

As ONGs prometem apresentar na assembleia projetos para resolver os problemas na área ecológica. 'A ideia é fazer a proposta de uma nova forma de organização econômica, de produção, e continuar vivendo em uma relação harmoniosa com os bens naturais'.

Serão apresentadas experiências práticas de todo o mundo. Entre elas, o diretor da Abong destacou a economia solidária. Outras são a agroecologia e a produção de alimentos orgânicos, que vêm sendo feitas no Brasil e em outros países sem o uso de agrotóxicos, que mostram que 'é produtiva essa atividade, atende às necessidades das populações do entorno e garante alimentos saudáveis'.

A Assembleia Permanente dos Povos voltará a ocorrer no dia 21 de junho, quando será definida uma programação de lutas e atividades que deverão ter continuidade após a Cúpula dos Povos.

O dia 20 será o de Mobilização Global. Nessa data, estão previstas manifestações no Rio de Janeiro e em várias cidades do mundo em torno de projetos que ataquem as causas estruturais da crise, combatam a mercantilização da natureza e defendam os bens comuns.

Lesbaupin insistiu que os povos querem uma mudança radical nos modelos de produção e de consumo. 'Não se pode mais produzir ilimitadamente, que é a perspectiva atual, porque alguns desses bens não são renováveis e são finitos, como o petróleo'. Ele lembrou também o caso da água doce, cuja utilização vem sendo feita em quantidade excessiva, impedindo a capacidade de regeneração desse bem. O diretor disse que o Brasil, que detém 13,7% da água doce do mundo, parece não se preocupar muito com o problema.

Outra questão é que 70% da água doce estão sendo usados para a irrigação. Segundo o diretor da Abong, é preciso rever o modelo e escolher técnicas de irrigação relacionadas às necessidades das populações, para poupar esse bem.

A Cúpula dos Povos será encerrada um dia após a conferência oficial Rio+20, que se estenderá de 20 a 22 de junho. No dia 23, a cúpula pretende apresentar uma declaração final, com propostas consensuais no que se refere às soluções, 'a partir de uma construção coletiva que está sendo feita'.

Edição: Graça Adjuto

Agência Brasil - Todos os direitos reservados

Fonte: [MSN > Notícias > Economia](http://noticias.br.msn.com/artigo.aspx?cp-documentid=32834846)(<http://noticias.br.msn.com/artigo.aspx?cp-documentid=32834846>)

19/03/2012

O que o milênio nos reserva a partir da Conferência Rio+20

por Flávio Miragaia Perri, da Eco21



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/03/images1.jpg?9d7bd4>

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, acontece em junho próximo no cenário já consagrado do Rio de Janeiro para negociações intergovernamentais que fazem história. São 20 anos passados da Conferência do Rio, conhecida como Rio92, ou Cúpula da Terra, entre tantos outros nomes sonoros que procuraram fazer lembrar o magnífico momento vivido pela cidade e pelo mundo, quando o primor organizacional culminou com decisões cruciais para o futuro da humanidade.

Evoluiu o mundo em 20 anos: o Brasil firmou sua vocação como uma das grandes economias do planeta, apesar dos desequilíbrios sociais e regionais de sua sociedade; a comunidade internacional sofreu transformações importantes e por vezes com resultados contrastantes no período, quando o crescimento da economia mundial conviveu com a agudização da pobreza e do flagelo da fome; o processo acelerado de expansão do comércio internacional e a mundialização das finanças esbarraram, em momentos distintos e muito recentes, em crises de grandes instituições bancárias e empresas tradicionais nos Estados Unidos, reduzindo o ímpeto da ainda grande economia central e a importância de sua moeda; criou-se a moeda europeia, o euro, como a promessa talvez alternativa ao dólar, mas que nesse mesmo tempo enfrenta o risco de colapso, diante dos desequilíbrios orçamentários e fiscais das economias europeias consorciadas; economicamente aflora a China, segunda economia mundial, com designios próprios e métodos agressivos de crescimento capitalista em sociedade coletivista; o crescimento das Nações Unidas, em número de Estados-membros e temáticas tratadas, produziu grandes conferências internacionais, mas seu processo de democratização confronta-se com o predomínio político de uma elite de antanho, num Conselho de Segurança vinculado aos resultados da Segunda Grande Guerra, onde cinco membros permanentes tampouco são ainda idealmente iguais.

O mundo mudou, mas como o de Maysa de saudosa memória, não caiu. É exuberante a demonstração de vitalidade do ser humano que encontra razões, entre sete bilhões, para pensar no futuro e continuar a batalha para obter sua sobrevivência digna. É esta capacidade visionária que nos aquieta a angústia de viver.

A Rio+20 é uma dessas oportunidades que não se pode perder. Nela, nem se trata de afirmar solenemente, numa declaração final, princípios novos para balizar a vida no planeta. Eles existem e, alguns centrais, datam de 1992. Estão na Declaração do Rio, de qual vale recordar alguns traços a que atribuo maior significado:

- A centralidade do ser humano no processo de desenvolvimento sustentável e seu direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza (Princípio 1);
- A tarefa inadiável da erradicação da pobreza como requisito essencial para o desenvolvimento sustentável (Princípio 5);
- A reforma dos perversos sistemas de produção e consumo não sustentáveis (Princípio 8) como requisito, assinalo eu, para garantir séculos saudáveis a um planeta em busca também da sustentabilidade demográfica;
- O apoio decisivo de todas as partes a esforços de criação de capacidades endógenas, com a ampliação do saber pelo intercâmbio, sem limitações, de conhecimentos científicos e tecnológicos, pela transferência de tecnologias instrumentais na promoção do desenvolvimento sustentável. A inovação joga nesse ponto papel decisivo (Princípio 9);

- A promoção de um sistema econômico internacional mais aberto, favorável ao desenvolvimento sustentável universal (Princípio 12).

Por sua vez, a Declaração do Milênio das Nações Unidas busca sintetizar, em oito princípios, os desafios que a humanidade enfrenta no limiar do ano 2000. É documento histórico para o novo século. Aprovada pela Cúpula do Milênio – realizada de 6 a 8 de setembro de 2000, em Nova York – reflete as preocupações de 147 chefes de Estado e de governo e de 191 países, que participaram da maior reunião desde sempre de dirigentes mundiais.

Sem prejuízo do conteúdo de todo o texto, dele recolhi, como o fiz também na leitura da Declaração do Rio, de 1992, valores que considero pertinentes e centrais nas deliberações da Rio+20:

- Homens e mulheres têm o direito de viver com dignidade, livres da fome, do medo da violência, da opressão e da injustiça (liberdade);
- Nenhum indivíduo ou nação deve ser privado da possibilidade de beneficiar-se do desenvolvimento (igualdade);
- É necessário prudência na gestão de todas as espécies e recursos naturais, de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável, para assegurar a nossos descendentes as riquezas da natureza. Para isto, é preciso alterar os atuais padrões insustentáveis de produção e consumo, no interesse do nosso bem-estar futuro e no das futuras gerações (respeito pela natureza);
- A responsabilidade pela gestão do desenvolvimento econômico e social no mundo e por enfrentar as ameaças à paz e à segurança internacionais deve ser partilhada por todos os Estados do mundo e ser exercida multilateralmente (responsabilidade comum).

Será apenas natural que o documento final que resultar da Conferência Rio+20 recorde ambas as declarações, mas será excepcionalmente bem recebido que exija o cumprimento de tais princípios e valores por medidas concretas em instituições internacionais, governos em todos os níveis, de todos e de cada cidadão do planeta.

O tema que dá nome à Conferência é o desenvolvimento sustentável e, dele, chefes de Estado e de governo presentes deverão tratar. O conceito foi inicialmente estabelecido entre Estados em 1992, embora venha enunciado no Relatório Brundtland, de 1987, intitulado “Nosso Futuro Comum”. Naquele momento histórico, a questão do meio ambiente era posta diante de responsáveis pela condução dos negócios mundiais como um imperativo presente a ilustrar a consciência de que o modelo de desenvolvimento até então adotado não havia internalizado os custos do desgaste dos bens da natureza utilizados como insumos à produção; por sua vez indutora do consumo sem freio por sociedades que detinham os meios de buscar, adquirir e consumir, em diferentes estágios de seu ciclo de vida, esses mesmos bens.

A ideia de sustentabilidade aplicada como qualificativo do substantivo desenvolvimento veio inovar conceitualmente o processo de desenvolvimento, tornando-o todo inclusivo. É bem por isto que, passados 20 anos da primeira conferência, a Rio+20 não é uma conferência sobre meio ambiente, mas um foro de discussões da problemática permanente do desenvolvimento. Trata-se de torná-lo holisticamente sustentável em benefício desta e de futuras gerações. O que a comunidade internacional deverá buscará, reunida no Rio em junho, será definir medidas concretas que devam ser tomadas, imediatamente e no futuro próximo, para adequar todas as ações humanas, de maneira interdependente, em todos os tempos e quadrantes, a um novo modelo que nos garanta como seres humanos (e a nossos descendentes) atingir dignamente o quarto milênio neste mesmo planeta.

* Publicado originalmente no site [Eco21](http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=2645) (<http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=2645>).

Fonte: Eco21/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ambiente/artigo/o-que-o-milenio-nos-reserva-a-partir-da-conferencia-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=19) (http://envolverde.com.br/ambiente/artigo/o-que-o-milenio-nos-reserva-a-partir-da-conferencia-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=19)

19/03/2012

Rascunho do texto-base da Rio+20 volta a ser discutido na ONU

Lançado em 11 de janeiro, documento voltou a ser debatido em Nova York. Ministério do Desenvolvimento Social participa das discussões.

do Globo Natureza, em São Paulo

O primeiro rascunho do texto-base da Rio+20, cúpula da Organização das Nações Unidas (ONU(<http://g1.globo.com/topico/onu/>)) que vai debater o desenvolvimento sustentável, voltou a ser negociado informalmente nesta segunda-feira (19), em Nova York. Lançado em 11 de janeiro, o documento passou por uma primeira rodada de discussões em 25 de janeiro. A conferência está prevista para acontecer de 22 a 26 de junho, no Rio de Janeiro(<http://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/cidade/rio-de-janeiro.html>).

Chamado de "Rascunho Zero", o texto-base tem 19 páginas e foi elaborado a partir de mais de 6 mil páginas de propostas submetidas por países, organizações internacionais e sociedade civil.

Ele aborda diferentes vertentes do desenvolvimento sustentável, como a social e a econômica, e convoca os países a criar soluções para erradicar a pobreza no mundo e reduzir o impacto na biodiversidade, além de resolver questões diplomáticas como a criação de uma "agência ambiental" independente, que seria sediada no Quênia. O documento também afirma que, entre 2012 e 2015, as nações terão que criar metas para se chegar a uma economia verde.

Ações concretas

A nova rodada "informal" de discussões vai até 23 de março e deve reunir representantes de governos, empresas e agências da ONU. Na abertura do evento, o secretário-geral da Rio+20, Sha Zukang, chamou os países a consolidarem um texto "focado, ambicioso e centrado em ações concretas". O mesmo apelo foi feito durante a primeira etapa de discussões, no final de janeiro.



Logomarca Rio+20

Foto: Reprodução

Fonte: <http://s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2011/12/08/rio20.jpg>

"Todos sabemos que existem desafios novos e emergentes, que não eram tão urgentes em 1992 (na Rio92) como são hoje. Alguns desses desafios são o resultado da falta de vontade política para superá-los", disse Zukang nesta segunda-feira. "Agora, a população mundial confia em vocês - e no trabalho que vocês terão no texto-base - para mostrar o caminho para o futuro", continuou.

No primeiro dia da nova rodada de discussões, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) liderou um dos debates e defendeu a criação de um piso de proteção socioambiental para comunidades vulneráveis, segundo a pasta.

Uma última rodada de negociações antes da Rio+20 está prevista para 23 de abril, em [Nova York](http://g1.globo.com/mundo/estados-unidos/cidade/nova-york.html)(<http://g1.globo.com/mundo/estados-unidos/cidade/nova-york.html>).

Fonte: [G1 > Natureza](http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/03/rascunho-do-texto-base-da-rio20-volta-ser-discutido-na-onu.html)(<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/03/rascunho-do-texto-base-da-rio20-volta-ser-discutido-na-onu.html>)

19/03/2012

Direitos humanos e dos territórios e soberania alimentar são temas prioritários para a Cúpula dos Povos, na Rio+20

por Alana Gandra - Repórter da Agência Brasil

Rio de Janeiro - O Comitê Facilitador da Cúpula dos Povos definiu hoje (19) as principais questões que serão abordadas no evento paralelo à Conferência das Nações Unidas (ONU) sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, em junho próximo, após rodada de encontros de trabalho nesse fim de semana, no Rio de Janeiro, da qual participaram cerca de 60 pessoas de 20 países.

Graciela Rodrigues, do Comitê Facilitador, destacou os direitos humanos, das populações e dos territórios, além do mundo do trabalho em suas diversas formas e dimensões. A agricultura familiar, a soberania alimentar e a produção dos alimentos também terão prioridade no evento. "Nós queremos discutir as soluções que os povos têm para viver de forma harmoniosa com a natureza e entre as próprias populações".

No seminário internacional, que prossegue amanhã (20) e reúne organizações sociais do Brasil e do exterior, os participantes estão concluindo os temas de discussão e a forma como serão feitos os debates durante a Rio+20. "Nós queremos pensar nas questões que fazem a sustentabilidade da vida no planeta, a extrema mercantilização dos bens, a financeirização – tudo passa pelos bancos, pelos grandes capitais, não temos mais oportunidade, inclusive, de políticas nacionais com certa autonomia", disse Graciela.

Ela também destacou a necessidade de os debates envolverem temas considerados fundamentais pelas organizações para a sustentabilidade no planeta, que tratam dos direitos humanos, das mulheres, das populações negras, ribeirinhas, quilombolas, povos tradicionais e indígenas, população das cidades e do campo. "Ou seja, o conjunto da população do mundo que está sendo ameaçada por um capital sem nenhum controle ou limite e que está contaminando e colocando nas costas dos trabalhadores a perspectiva de lucro sem medida".

Graciela Rodrigues considerou que o grau de concentração da riqueza é insustentável para uma vida digna dos povos do mundo. "Esse modelo produtivo, que chamam de desenvolvimento, não nos serve. Nós queremos outras formas mais ligadas com respeito à natureza e aos seres humanos, um modelo que não envenene a terra e que não dê falsas soluções, que estão sendo discutidas no processo das Nações Unidas".

A Cúpula dos Povos pretende mostrar soluções que vêm sendo dadas pelas populações por meio da economia solidária, da agricultura familiar, das cooperativas e pequenas empresas. "Enfim, formas que dão emprego, produtos que criam bem-estar e não uma produção que tem a perspectiva do lucro e a concentração da riqueza".

Graciela denunciou que o modelo capitalista está procurando a revitalização após a crise que vem sofrendo desde 2008, "à custa da população mais pobre, dos trabalhadores, dos direitos adquiridos, como está ocorrendo na Europa". Ela analisou que a economia verde, um dos temas centrais da agenda oficial da Rio+20, é apenas uma "maquiagem" do sistema capitalista, para tentar encontrar uma forma de ganhar ainda mais com o sistema produtivo, ao mesmo tempo que busca saídas para a crise energética que o mundo vive. Os beneficiados com isso seriam, segundo Graciela, são as multinacionais que vendem serviços ambientais.

Sobre outro tema da conferência da ONU, que é a governança global, a representante do Comitê Facilitador externou a preocupação do comitê em relação aos acordos ambientais, que "já não vêm sendo cumpridos desde a Rio 92, podem ser renovados agora e voltarão a ter um novo formato de governança global".

Ela denunciou, ainda, que a governança global está concentrada, no momento, na mão de poucos países que integram o grupo das 20 nações mais ricas do planeta, que "não têm legitimidade para governar o mundo, porque não têm o conjunto das opiniões".

Edição: *Aécio Amado*

Fonte: [EBC > Meio Ambiente](http://agenciabrasil.abc.com.br/noticia/2012-03-19/direitos-humanos-e-dos-territorios-e-soberania-alimentar-sao-temas-prioritarios-para-cupula-dos-povos)(<http://agenciabrasil.abc.com.br/noticia/2012-03-19/direitos-humanos-e-dos-territorios-e-soberania-alimentar-sao-temas-prioritarios-para-cupula-dos-povos>)

19/03/2012

Metas do fórum da água serão levadas para conferência Rio+20

por **SABINE RIGHETTI** - ENVIADA ESPECIAL A MARSELHA

Na prática, não é lei e não há nenhuma obrigatoriedade. Mesmo assim, 140 países se comprometeram na última sexta-feira a aumentar o acesso à água potável, ao tratamento de esgoto e a promover o uso inteligente da água na conclusão do Fórum Mundial da Água.

O evento, coordenado por um engenheiro da USP, Benedito Braga, reuniu 20 mil pessoas na semana passada em Marselha, na França.

Mesmo em crise econômica, a França abriu a carteira e doou € 600 milhões para iniciativas de água na África --uma das regiões que mais sofrem no mundo por falta de saneamento básico.

Os acordos tomados em Marselha não têm caráter vinculante. Isso significa que ninguém vai cobrar quem disse que ia fazer e não fez.

A ideia, no entanto, é levar o documento de Marselha para a Rio+20, conferência da ONU para o desenvolvimento sustentável que acontecerá em junho no Brasil.

O tema "água" ficou praticamente de fora do rascunho zero da Rio+20, de onde partem as discussões.

Isso incomodou o Brasil. Ministérios como o do Meio Ambiente e das Relações Exteriores e a ANA (Agência Nacional de Águas) propuseram durante o encontro de Marselha a criação de um Conselho de Desenvolvimento Sustentável na ONU para tratar de temas como a água.

Essa ideia será levada pelos brasileiros para a Rio+20, de acordo com o presidente da ANA, Vicente Andreu.

"Não adianta criarmos uma agência para tratar de ambiente na ONU [que é a proposta dos europeus para a Rio+20]. Precisamos deixar os assuntos como a água mais focados e menos transversais", disse à **Folha**.

Hoje cerca de 28 agências ligadas à ONU lidam com água sob várias abordagens, como produção de energia e agricultura. Mas a água, por si só, não é o foco do trabalho de nenhuma delas.

O governo brasileiro havia sugerido a criação de uma aliança para a gestão global da água, mas a ideia ficou de fora do rascunho zero.

Para Andreu, o encontro em Marselha serviu para fortalecer a entrada da água na agenda nacional e para melhorar a imagem do Brasil como um produtor de tecnologias sustentáveis.

A delegação do Brasil foi a maior de todas, de acordo com a organização do evento. Eram 250 pessoas --ongueiros, políticos, cientistas e empresários. Todas as hidrelétricas do país estavam representadas no fórum.

O estande do Brasil era o mais frequentado pelos estrangeiros --não se sabe se por causa das iniciativas sobre água ou devido à caipirinha, que era de graça em alguns momentos do dia, acompanhada de samba.

"Somos o país da água. Temos 12% da água doce do mundo", analisa Braga.

Mas há problemas: 70% dela está na bacia amazônica, longe dos maiores centros urbanos. E só 45% dos brasileiros têm água tratada.

A jornalista Sabine Righetti viajou a Marselha (França) a convite do Fórum Mundial da Água

Fonte: [FOLHA.COM > Notícias > Ambiente](http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1063797-metas-do-forum-da-agua-serao-levadas-para-conferencia-rio20.shtml)(<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1063797-metas-do-forum-da-agua-serao-levadas-para-conferencia-rio20.shtml>)

19/03/2012

Cúpula dos Povos será no Parque do Flamengo

Prefeitura cede às ONGs e dispõe-se a buscar alojamento para dez mil participantes, em locais próximos à área onde se concentrarão os eventos paralelos à conferência

por Luis Bulcão, do Rio de Janeiro



O Parque do Flamengo, no Rio de Janeiro

Foto: Fernando Lemos

Fonte: <http://veja.abril.com.br/assets/pictures/71513/parque-do-flamengo-size-598.jpg?1332202525>

Agora é oficial. A Cúpula dos Povos, reunião de ONGs e representantes da sociedade civil que ocorrerá entre os dias 13 e 22 de junho, paralelamente à conferência da ONU na Rio+20, vai ser mesmo no Parque do Flamengo. A prefeitura havia proposto a transferência do evento, que deve reunir 20 mil pessoas, para a Quinta da Boa Vista, na zona Norte da cidade, movida fundamentalmente pela preocupação com o alojamento dos participantes e o impacto que um acampamento de grandes proporções teria sobre o parque, que é tombado. Mas os organizadores queriam concentrar as atividades no Flamengo para manter a conexão histórica do movimento com a Rio 92, quando o parque tornou-se o símbolo da conferência. Nesta segunda-feira, o prefeito Eduardo Paes se dispôs a procurar alojamentos em prédios públicos próximos à área para abrigar dez mil participantes. Outras dez mil pessoas ficarão em hotéis ou serão hospedadas em casa de voluntários.

De acordo com Fátima Mello, representante do Comitê Facilitador da Sociedade Civil para a Rio+20, a solução é ideal para evitar transtornos para a cidade durante a realização do evento. "Receberemos diversos grupos de indígenas, camponeses, quilombolas. É importante que fiquem alojados em um local próximo às atividades para evitar deslocamentos pela cidade", afirma.

Sem acampamento – O secretário de obras e conservação da prefeitura do Rio, Carlos Roberto Osório, descartou a possibilidade de acampamento no Parque do Flamengo. Segundo ele, a prefeitura tomou a decisão em concordância com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e com os responsáveis pela segurança da conferência. "É um parque tombado, que não comporta esse tipo de ocupação. Além disso, tem duas pistas de alta velocidade que cortam o parque, com alta ocorrência de acidentes. Não seria prudente a circulação de pessoas ali à noite", afirma.

Osório informou que o mapeamento de edificações públicas que possam abrigar os visitantes será entregue aos organizadores da cúpula na quarta-feira. Além de locações da prefeitura, existem outros pontos que poderiam receber os acampamentos. Osório cita o campus da UFRJ, na Urca, e armazéns do Cais do

Porto. O secretário confirmou também que as atividades da Cúpula dos Povos serão realizadas no Parque do Flamengo, mas que áreas com gramado e vegetação serão poupadas. As atividades deverão ficar concentradas entre aeroporto Santos Dumont e a Marina da Glória, na área onde ficam o Monumento aos Pracinhas, o Vivo Rio e o Museu de Arte Moderna.

Segundo Fátima Mello, o número de participantes deve aumentar durante as mobilizações dos grupos. Os organizadores também esperam receber muitos visitantes, como alunos de escolas da região. "Vai ter muita coisa acontecendo. Estamos programando um espaço que vai se chamar território do futuro, onde vamos desenvolver atividades com energia solar, com agroecologia e economia solidária que deve atrair muita gente", afirma a organizadora.

Fonte: [VEJA.COM > Notícias > Brasil](http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/cupula-dos-povos-sera-no-parque-do-flamengo)(<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/cupula-dos-povos-sera-no-parque-do-flamengo>)

20/03/2012

Recomeçam as negociações para Rio+20

por Redação ONU Brasil



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/03/c211.jpg?9d7bd4>

As negociações sobre o documento final da Rio+20 foram retomadas hoje, com países apresentando muitas novas propostas que direcionarão como o mundo dará prosseguimento à agenda do desenvolvimento sustentável.

Países submeteram comentários adicionais desde a rodada inicial de negociações para o documento final da Rio+20 em janeiro. O “rascunho zero” do documento final, intitulado “O Futuro que Queremos”, é baseado em mais de 6.000 páginas de submissões dos Estados-Membros da ONU, grupos da sociedade civil, empresas e outros. Esta rodada de negociações continua até 27 de março e espera-se aprimorar o documento.

Além das propostas dos países, o Painel de Alto Nível sobre Sustentabilidade Global do Secretário-Geral das Nações Unidas, fez 56 recomendações para avançar na sustentabilidade, incluindo uma recomendação no sentido de uma “nova economia política”, que mudaria a forma como o mundo mede o progresso econômico para incluir questões sociais e ambientais.

“A razão pela qual estamos reunidos aqui é porque na Rio+20 devemos concordar com soluções para os grandes desafios globais pelo bem de todos, com um olhar para as próximas gerações”, disse o Secretário-Geral da Rio+20, Sha Zukang. “A Rio+20 pode ser o momento no qual determinaremos o futuro que queremos. Peço a todos que percebam as oportunidades oferecidas na Rio+20 e as aproveitarem agora.”

Mais de cem presidentes e primeiros-ministros, juntamente com milhares de CEOs, parlamentares, prefeitos, funcionários da ONU, líderes de ONGs, acadêmicos, artistas renomados e representantes de muitos outros grupos se reunirão na Rio+20 – a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – que acontecerá de 20 a 22 de junho. Cerca de 50 mil pessoas são esperadas para participar da Conferência, e outras milhares esperadas no Rio de Janeiro para a preparação e para o momento da Conferência.

As negociações para a Rio+20 levarão as principais decisões de líderes governamentais e outros que definirão a agenda global para redução da pobreza, avanço da igualdade social e garantia da proteção ambiental. A Rio+20 oferece a oportunidade de avançar com soluções urgentes para os desafios globais, como a falta de acesso a energia e água, desemprego, as crescentes desigualdades, lacunas tecnológicas, rápida urbanização, insegurança alimentar, pesca predatória e oceanos poluídos, e para impulsionar as inovações científicas e financeiras, responsabilidade corporativa e mercados econômicos.

Ajudar países e comunidades a avançar para uma economia verde enquanto aceleram esforços para erradicar a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável será a chave das discussões na Rio+20. Países também vão considerar medidas para melhorar a efetividade das instituições globais que apoiam o desenvolvimento sustentável – desenvolvimento que simultaneamente promove prosperidade, melhora a qualidade de vida e protege o meio ambiente.

Um processo para lançar um conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável tem sido uma prioridade nas negociações preliminares. Os objetivos propostos, que precisariam de finalização futura, agiriam como uma série de padrões para os países seguirem e alcançarem resultados direcionados para avançar no desenvolvimento sustentável num período de tempo específico.

“Para um futuro sustentável, precisamos de ações robustas e transformadoras em todos os níveis e estes passos na negociação para a Rio+20 são vitais para garantir que tenhamos resultados e compromissos na Rio+20 para o benefício de todos e do nosso planeta”, disse Sha.

As negociações são divididas numa rodada de negociações “informais”, de 19 a 23 de março, e reuniões intersessionais, em 26 e 27 de março. Além das negociações-chave, o período também oferece a oportunidade para uma ampla série de eventos paralelos organizados por diferentes grupos para apresentar tópicos relacionados à Rio+20.

Os próximos passos para concluir o documento final da Rio+20 ocorrerão durante uma sessão de negociação que acontecerá em Nova York de 23 de abril a 4 de maio, com a última rodada no Rio, de 13 a 15 de junho.

Para mais informações sobre a sessão e a Rio+20, visite www.uncsd2012.org(<http://www.uncsd2012.org>).

** Publicado originalmente no site da ONU Brasil e retirado do [Mercado Ético](http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/recomecam-as-negociacoes-para-rio20-e-novas-propostas-sao-colocadas-na-mesa/)(<http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/recomecam-as-negociacoes-para-rio20-e-novas-propostas-sao-colocadas-na-mesa/>).*

Fonte: Mercado Ético/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/recomecam-as-negociacoes-para-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=20)(http://envolverde.com.br/noticias/recomecam-as-negociacoes-para-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=20)

20/03/2012

Emissões podem aumentar 50% até 2050, afirma OCDE

por Jéssica Lipinski, do CarbonoBrasil



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/03/c311-300x259.jpg?9d7bd4>

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico alerta que inação climática poderá fazer com que consumo de energia cresça 80% em quarenta anos, o que pode levar a uma elevação na temperatura de até 6°C

Na última semana, um novo relatório publicado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) confirmou mais uma vez as estimativas pessimistas sobre o clima do planeta: caso não haja uma mudança nas políticas ambientais e energéticas mundiais, correremos o risco de sofrer com um grande aumento nas emissões e, conseqüentemente, com uma elevação da temperatura maior do que o esperado.

O documento, intitulado Panorama ambiental da OCDE para 2050: as conseqüências da inação, relewa que “a menos que o mix global de energia mude, os combustíveis fósseis fornecerão cerca de 85% da demanda de energia em 2050, implicando em um aumento de 50% nas emissões de gases do efeito estufa e piorando a poluição urbana do ar”.

De acordo com a análise, a economia global deve quadruplicar até 2050, o que pode ocasionar um aumento de 80% no consumo global de energia em relação aos níveis atuais. No entanto, se não houver grandes alterações nas políticas energéticas de hoje, o mix de energia deve mudar pouco, continuando a depender primordialmente das fontes fósseis.

Esse aumento no consumo de energia afetará, conseqüentemente, as emissões, o que levará a uma elevação na temperatura global maior do que os dois graus Celsius previstos pelos cientistas como sendo o limite para evitar os impactos mais catastróficos das mudanças climáticas. Segundo a OCDE, com a atual tendência no consumo energético e nas emissões, a elevação nas temperaturas deve ficar entre os três e os seis graus Celsius até 2100.

Mas não é apenas o clima que será afetado. O relatório indica que a inação pode causar uma perda de 10% na biodiversidade mundial. Além disso, com um aumento na demanda hídrica de 55% para suprir uma população que deve atingir nove bilhões em 2050, o documento calcula que cerca de 40% das pessoas devem passar a viver em áreas de estresse hídrico, ou seja, em que a demanda de água é maior do que a oferta.

E essas não são as únicas más notícias da análise. A OCDE aponta ainda que com o aumento das emissões, as mortes prematuras por exposição à poluição devem dobrar para 3,6 milhões por ano e os custos para mitigar os riscos climáticos devem aumentar em 50%.

“A mensagem chave é que os governos não podem escolher partes [para resolver]. Faça um trabalho ruim na energia e isso atingirá você na água ou na biodiversidade”, observou Simon Upton, diretor ambiental da OCDE.

Para tentar combater essas tristes previsões, o relatório sugere que as ações climáticas devam começar já em 2013, com a implementação de mercados globais de carbono, substituição das fontes fósseis de energia por alternativas mais limpas, estímulo ao desenvolvimento de tecnologias para redução das emissões como a captura e o armazenamento de carbono (CCS), imposição de taxas às emissões, extinção dos subsídios aos combustíveis fósseis etc.

O documento aconselha também a criação de padrões e regulamentações mais eficientes com o intuito de promover as inovações verdes. “Os governos têm que mandar sinais que afetem os investimentos em longo prazo. Sem um sinal de preço de longo prazo que suba constantemente, você não vai ter investidores seguindo o caminho certo. Para além de 2020 podemos fazer uma diferença real, mas precisamos investir agora”, comentou Upton.

E segundo o relatório, agir agora em relação às políticas climáticas causará, por exemplo, muito menos impacto financeiro: atualmente, uma precificação global do carbono para reduzir as emissões em cerca de 70% até 2050 diminuiria o crescimento econômico em apenas 0,2% por ano, custando somente 5,5% do PIB global.

Por fim, a OCDE recomenda que se façam parcerias público-privadas para desenvolver ações climáticas, e que o setor privado inclua os riscos climáticos em suas estratégias de longo prazo. “Se [as empresas] não estão pensando na eficiência de recursos, e se elas não estão pensando em como elas vão fazer negócios em um mundo com recursos muito mais escassos, elas podem ficar fora dos negócios. A primeira vantagem vai ser das indústrias que lerem estes sinais e tomarem atitudes para se colocarem na linha de frente”, alertou o diretor ambiental.

No entanto, as esperanças, por enquanto, não são muitas: um novo acordo climático internacional é improvável pelo menos até 2020 e as medidas existentes não estão conseguindo sequer manter as emissões estáveis, o que coloca em risco o êxito das atuais promessas no corte de carbono.

* *Publicado originalmente no*
[CarbonoBrasil](http://www.institutocarbonobrasil.org.br/reportagens_carbonobrasil/noticia=729977)(http://www.institutocarbonobrasil.org.br/reportagens_carbonobrasil/noticia=729977).

Fonte: CarbonoBrasil/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/emissoes-podem-aumentar-50-ate-2050-afirma-ocde/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=20)(http://envolverde.com.br/noticias/emissoes-podem-aumentar-50-ate-2050-afirma-ocde/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=20)

20/03/2012

Pesquisadores: Brasil não quer debater meio ambiente na Rio+20

por Angela Chagas Direto de Porto Alegre



Físico e professor da USP, Goldemberg é um dos que acredita que o meio ambiente ocupará um papel secundário na conferência

Foto: Cecília Bastos/Jornal da USP/Divulgação

Fonte: <http://p2.trrsf.com.br/image/fget/cf/619/464/img.terra.com.br//2012/03/20/2270467-3048-rec.jpeg>

Vinte anos após a Eco-92, a maior conferência já promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Rio de Janeiro será novamente palco das discussões sobre sustentabilidade, com a realização da Rio+20. Enquanto no primeiro evento chefes de Estado do mundo inteiro se reuniram para assinar documentos com foco na preservação do ambiente, pesquisadores ouvidos pelo **Terra** criticam a falta de empenho do governo brasileiro para propor uma pauta ambiental para a conferência que ocorrerá em três meses, nos dias 20, 21 e 22 de junho.

Para José Goldemberg, físico e professor da Universidade de São Paulo (USP), o meio ambiente ocupa um papel secundário na conferência. "O esboço do que será discutido na Rio+20 mostra claramente a linguagem da conferência, muito mais focada no desenvolvimento social. O governo brasileiro tem grande responsabilidade sobre isso, à medida que quer dar destaque aos programas sociais de Lula e Dilma", afirma o pesquisador. Segundo ele, é fundamental garantir avanços para a população mais pobre, mas essa mudança precisa estar associada a uma reformulação do modelo produtivo e na forma de consumo.

O professor Elimar Nascimento, do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB), concorda que o foco predominante da Rio+20 é o social, e não o ambiente. "O governo brasileiro é absolutamente desenvolvimentista, não tem uma preocupação preponderante com as questões ambientais. Mas isso é uma pena, pois teremos uma conferência esvaziada, sem discutir os desastres naturais que cada vez mais afetam a população", afirma. Segundo Nascimento, a inclusão social é um fenômeno mundial que precisa vir acompanhado da consciência sobre a necessidade de se reduzir os gases do efeito estufa e de uma política que mude a forma de consumo.

"Precisamos integrar as pessoas, mudando suas formas de vida, sem incentivar o consumo como é feito hoje". Ele acredita que a proposta de uma economia verde não responde a essa necessidade. "Ela não contempla a consciência sobre o limite dos recursos naturais. Não adianta reduzir a quantidade de matéria-prima usada para criar um produto se o consumo daquele produto só aumenta. Os recursos naturais são finitos e o desenvolvimento sustentável deve partir desse princípio", diz o professor da UnB.

Segundo Goldemberg, as outras conferências sobre o clima não conseguiram avançar no estabelecimento de metas para a redução dos gases do efeito estufa, e a Rio+20, que deveria propor isso, esvaziou debate. "Os cientistas apontam para este problema há pelo menos 40 anos e o debate ainda não avançou. Precisamos levar em conta que se medidas urgentes não forem tomadas, a situação do planeta vai ser cada vez pior. Quem vive na Grécia hoje está preocupado com a crise econômica, mas quem está na Tailândia está morrendo em baixo da água por causa das enchentes. Por isso a nossa preocupação de que esse importante espaço para o debate e estabelecimento de metas concretas não se torne apenas um lugar para tirar fotos", completa.

Apesar do descontentamento com a pauta da conferência, Goldemberg acredita que ainda há tempo para mudar os rumos do evento. Com cientistas de todo o mundo, ele elaborou um documento que será entregue à ONU com o objetivo de defender que a Rio+20 seja uma conferência ambiental, já que as condições que dão suporte à economia e o desenvolvimento social estão se deteriorando. "O aumento previsto de 3°C na temperatura da Terra vai provocar mudanças significativas no nosso modo de vida e nós estamos caminhando em direção contrária ao objetivo de minimizar isso. Ainda dá tempo de fazer alguma coisa", diz. O manifesto dos cientistas será entregue durante uma reunião preparatória para a conferência, no fim deste mês, em Nova York.

'Rio+20 é tão importante quanto a Eco-92'

Yana Dumaresq Sobral, assessora para a Rio+20 do Ministério do Meio Ambiente (MMA), não concorda que a pauta de discussões para o evento esteja esvaziada das discussões ambientais. "A Rio+20 é uma conferência tão importante quanto foi a Rio92 (*também chamada de Eco-92*), embora seja possível listar várias diferenças em termos de mandato e objetivos esperados para cada uma delas. Por um lado, a Rio92 foi um marco na conclusão de processos; ela trouxe inovação para a ordem jurídica internacional com a assinatura das três convenções sobre clima, biodiversidade e desertificação. Por outro lado, a Rio+20, tem um caráter político e se espera que ela possa iniciar uma nova etapa na agenda internacional para o desenvolvimento sustentável. Não reabriremos a discussão sobre o que já se acordou, mas a partir do que já está sedimentado, avançaremos", afirma.

Ela ainda acredita que o evento será muito importante para definir metas globais para o meio ambiente. "A Rio+20 tem potencial para o fortalecimento do multilateralismo, que tem estado abalado em nossos dias. Em 1992, o mundo enfrentava uma crescente euforia pelo multilateralismo. A marca desse momento histórico foi a queda do muro de Berlim e o consequente fim de uma era bipolar. Hoje, o mundo carece desse mesmo espírito de união da comunidade internacional, apostando no multilateralismo como forma ideal para solução dos principais desafios globais", defende.

Fonte: [Terra.com > Ciência > Rio+20](http://noticias.terra.com.br/ciencia/noticias/0,,OI5675008-EI19851,00-Pesquisadores+Brasil+nao+quer+debater+meio+ambiente+na+Rio.html)(<http://noticias.terra.com.br/ciencia/noticias/0,,OI5675008-EI19851,00-Pesquisadores+Brasil+nao+quer+debater+meio+ambiente+na+Rio.html>)

21/03/2012

Sociedade civil terá voz na Rio+20

por [asin](http://hotsite.mma.gov.br/rio20/author/asin/)(<http://hotsite.mma.gov.br/rio20/author/asin/>)

Representantes do governo, empresariado e sociedade civil participaram, na manhã desta quarta-feira (21/03) do terceiro debate temático promovido pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) para Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. “Nossa ambição é que esta seja a conferência das Nações Unidas com maior participação da sociedade civil”, afirmou o ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, durante a abertura do evento. O ministro destacou, ainda, que a presidenta Dilma Rousseff tem se envolvido pessoalmente nos preparativos do evento.

Sob o tema “Educação para mudanças no padrão de produção, distribuição e consumo” esta edição dos Diálogos Sociais contou com a presença de representantes das áreas de educação, meio ambiente e do setor empresarial. Para a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, o tema é muito importante, principalmente possibilitar a aproximação do debate com o cidadão. “Esta discussão trata de escolhas individuais”, disse. “O apelo da inclusão social é feito pelo consumo, mas é importante lembrar que consumo não é consumismo: temos que possibilitar que as pessoas consumam com qualidade, com sustentabilidade”.

Também participaram do evento como painelistas o coordenador geral da Ação Educativa e membro do Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira a Rio+20, Sérgio Haddad; a presidenta do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e membro da Comissão Nacional da Rio +20, Marina Grossi; a secretária de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, Jussara Cony, e o presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas, Manoel Cunha.

O papel da educação e das empresas tem tido destaque nos debates para a Rio+20, no que se refere à educação ambiental na compreensão da responsabilidade de disseminação de direitos e deveres individuais para a viabilização do desenvolvimento sustentável. O governo brasileiro, juntamente com a sociedade civil, está construindo a proposta de um novo modelo de desenvolvimento sustentável que será apresentada na Rio+20. O lema “crescer, incluir e cuidar” deverá ser o centro da proposição que contemplará os três pilares do desenvolvimento sustentável: econômico, social e ambiental.

Fonte: [MMA](http://hotsite.mma.gov.br/rio20/sociedade-civil-tera-voz-na-rio20/)(<http://hotsite.mma.gov.br/rio20/sociedade-civil-tera-voz-na-rio20/>)

22/03/2012

Apesar da crise global, Dilma defenderá na Índia presença do Brics na Rio+20

por Roberta Lopes da Repórter da Agência Brasil

Brasília – A presidenta Dilma Rousseff vai à Índia na próxima quarta-feira (28) para participar da 4ª Reunião de Cúpula do Brics – bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. A reunião está marcada para o dia 29 e, entre os assuntos que serão tratados pela presidenta, está a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que o Brasil sedia em junho.

Segundo a subsecretária-geral de Política do Ministério de Relações Exteriores, embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, um dos temas da cúpula do Brics é, justamente, o desenvolvimento sustentável. “Certamente vamos focar no desenvolvimento sustentável, tema da conferência, nas suas três vertentes: social, ambiental e econômica. Além de uma abordagem sobre economia verde ligada à erradicação da pobreza”.

Segundo a diplomata, a cúpula ocorre em um “momento delicado” para a economia mundial, outro tema que será debatido na Índia. Também serão tratadas questões relativas ao Oriente Médio e à África e avaliadas as atuações dos representantes do bloco de países emergentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas. O Brics conta com dois membros permanentes no conselho, Rússia e China.

Outro assunto a ser tratado é a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). A Rússia foi admitida no ano passado como membro da organização que regula o comércio mundial. Para a embaixadora, isso abre uma nova perspectiva para os países do Brics em relação à Rodada Doha, parada desde 2008 por causa de impasses em relação aos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos e as barreiras impostas pelos emergentes a serviços e produtos industrializados dos países ricos.

Paralelamente à reunião de cúpula, está programado um fórum financeiro, no qual devem participar os presidentes dos bancos centrais dos países que fazem parte do Brics. Haverá ainda um encontro de empresários. Só do Brasil, são esperados 60 altos executivos de empresas.

Edição: Vinicius Doria

Fonte: [EBC > Economia > Internacional > Meio Ambiente](http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-03-22/apesar-da-crise-global-dilma-defendera-na-india-presenca-do-brics-na-rio20)(<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-03-22/apesar-da-crise-global-dilma-defendera-na-india-presenca-do-brics-na-rio20>)

22/03/2012

Pnuma: Rio+20 não deve resultar em ações concretas para água

Segundo presidente do programa, o pré-documento da ONU para a conferência aborda apenas “intenções”
por Vitor Abdala, da Agência Brasil



Lemos lembrou que um dos Objetivos do Milênio é reduzir pela metade o número de pessoas sem acesso à água potável e ao esgotamento sanitário

Foto: Mohamed Dahir/AFP

Fonte: http://assets3.exame.abril.com.br/assets/pictures/52117/size_590_agua.jpg?1331555129

Rio de Janeiro – A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que será realizada em junho deste ano na capital fluminense, não deverá resultar em ações concretas que permitam avanços nas políticas globais sobre o uso da [água](http://exame.abril.com.br/topicos/agua) (<http://exame.abril.com.br/topicos/agua>). A declaração é do presidente do Comitê Brasileiro do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Brasil Pnuma), Haroldo Mattos de Lemos.

Segundo ele, o pré-documento da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Rio+20 aborda apenas “intenções”. Para Lemos, se a Rio+20 não discutir ações mais concretas, será uma “oportunidade perdida” para avançar em temas como o acesso da população à água potável e ao esgotamento sanitário.

“Os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio têm prazo até 2015. É possível que se faça ainda, até 2015, uma outra reunião para definir metas, mas lamento que não tivéssemos tido tempo, ou que os governos preocupados com as crises econômicas que estamos vendo na Europa já há algum tempo e nos Estados Unidos não tenham tido espaço para poder aprovar metas mais concretas [para a Rio+20]”, disse.

Lemos lembrou que um dos Objetivos do Milênio, documento aprovado pela ONU em 2000 que prevê metas para melhorar o mundo no prazo de 15 anos, é reduzir pela metade o número de pessoas sem acesso à água potável e ao esgotamento sanitário.

“Vários países melhoraram bastante no que diz respeito ao abastecimento de água, mas muitos países não vão alcançar essa meta. E, na parte de esgotamento sanitário, a maioria dos países não vai alcançar essa

meta. A meta de esgotamento sanitário não vai ser atingida pelo Brasil. É lamentável porque o saneamento é fundamental para reduzir gastos com saúde. Grande parte das internações hospitalares é provocada por doenças devido à água contaminada e coisas desse tipo”, ressaltou.

Lemos participou hoje (22) de um seminário na Associação Comercial do Rio de Janeiro para comemorar o Dia Mundial da Água.

Fonte: [EXAME.COM > Economia > Meio Ambiente e Energia](http://exame.abril.com.br/economia/meio-ambiente-e-energia/noticias/pnuma-rio-20-nao-deve-resultar-em-aco-es-concretas-para-agua)(<http://exame.abril.com.br/economia/meio-ambiente-e-energia/noticias/pnuma-rio-20-nao-deve-resultar-em-aco-es-concretas-para-agua>)

23/03/2012

Brasil será líder e descarta baixa adesão, diz diretor da Rio+20

Ainda segundo afirmações dele, a Amazônia não terá foco especial nas discussões do fórum



Diretor da Rio+20 diz que Brasil será líder e descarta baixa adesão

Fonte: http://www.cdn2.180graus.com/imagem_c1a42eb567.jpg

O diretor executivo da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, Brince Lalonde, participou, nesta quinta-feira (22/03), do primeiro dia do III Fórum Mundial de Sustentabilidade, em Manaus. O ex-ministro de Meio Ambiente da França descartou o possível esvaziamento da Rio+20, previsto por diversos ambientalistas, e afirmou acreditar que o Brasil se destacará durante a conferência. "O Brasil será o principal líder da Rio+20", afirmou.

Para Lalonde, a Rio+20 vai resultar em ações mais práticas de combate à maneira predatória de desenvolvimento utilizada atualmente. "Muitos políticos discutem de forma acadêmica, nos últimos 30 anos, como sair de um modelo de desenvolvimento que não seja medido pelo PIB [Produto Interno Bruto]. Nos próximos três anos, queremos uma solução acessível e simples para trabalhar. Isto é o que vai resultar da Rio+20", declarou.

Em meio a diversas críticas de apresentar programação sem foco, consideradas pouco relevantes em um período de crise econômica como o atual cenário europeu, Brice Lalonde declarou não acreditar no possível esvaziamento da conferência Rio+20. "Eu acho que empresas e governos locais vão estar mais presentes na Rio+20 do que estavam na Rio-92. Os líderes do governo deverão estar lá, eles não têm outra opção. Existe uma pressão muito grande exercida pela população que força os líderes a se reunirem para discutir este assunto", destacou.

O diretor da Rio+20 destacou que é impossível traçar planos de desenvolvimento sustentável em governos corruptos. "Isto não é possível. O item governança será um dos temas discutidos na Rio+20 e, por isso, vamos procurar debater maneiras práticas de combater a corrupção".

Questionado sobre como a conferência pretende ajudar a Amazônia, Lalonde rebateu dizendo que a região não terá foco especial nos debates. "Relembro que Kennedy fez um discurso certa vez. Ele disse: Não pergunte o que você pode fazer pela América, pergunte o que a América pode fazer por você. Todo mundo quer ajudar a Amazônia. Temos dificuldades para manter a floresta em pé.

Precisamos ter tudo bem estabelecido. Se não houver uma lei mais rígida, você não consegue impedir o desmatamento. As emissões de CO₂ estão crescendo, precisamos fazer cortes profundos. Vocês já começaram a fazer coisas por si mesmos. Se continuarem assim, vocês já tem a resposta", afirmou.

Fonte: [Piauí - 180º > Política > RIO+20\(http://180graus.com/politica/brasil-sera-lider-e-descarta-baixa-adesao-diz-diretor-da-rio20-508063.html\)](http://180graus.com/politica/brasil-sera-lider-e-descarta-baixa-adesao-diz-diretor-da-rio20-508063.html)

23/3/2012

ONU alerta Brasil: sem carta-compromisso não há Rio+20

por Leandro Mazzini*



Brice Lalonde

Foto: Reprodução/AE

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/03/timthumb10.jpg?9d7bd4>

Revelação foi feita pelo diretor executivo da Rio+20 pela ONU, Brice Lalonde.

Os comitês de representação dos países que pretendem participar da Conferência Internacional sobre o Clima Rio+20 pressionam a Organização das Nações Unidas (ONU) a pedir garantias ao governo brasileiro de que haverá carta-compromisso após o debate. Temem que a conferência se esvazie sem isso e que repita o fracasso de Copenhague, a COP15, há dois anos. A revelação foi feita ontem, em Manaus, pelo diretor executivo da Rio+20 pela ONU, Brice Lalonde: “No âmbito político, quantas ações não foram seguidas? Temos que ter responsabilidade”.

Recado dado

Brice Lalonde é quem organiza a Rio+20 junto ao Brasil e avaliza oficialmente o encontro. Deu o recado no III Fórum Mundial de Sustentabilidade, do LIDE.

Ecos

A mais interessada no assunto não compareceu ontem em Manaus. A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, tinha agenda em Brasília. Mas o eco chegou ao gabinete.

Bênção pro PMDB

O governador do Rio, Sergio Cabral, e o prefeito carioca, Eduardo Paes, vão se encontrar com o Papa Bento XVI, Domingo, em Roma. A dupla, respectivas senhoras e comitiva vão à missa na Catedral São Pedro que marca a abertura da Semana Santa e conversar com autoridades do Vaticano sobre a Jornada Mundial da Juventude, em 2013.

Menino da porteira

O líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), avisou na quarta à noite aos descontentes: a presidente Dilma Rousseff poderá renovar o decreto que leva para frente a polêmica em torno do novo Código Florestal.

Soberania & democracia

Resposta do deputado Roberto Freire (PPS-PE), sobre a queda de braço para tirar do governo a exclusividade na demarcação de terras indígenas: “Quem disse que Dilma é mais democrática que o Congresso?”.

Ressurreição

Gro Harlem Brundtland, a ex-primeira ministra da Noruega que passou por Manaus ontem, escapou daquele atentado do carro bomba em Estocolmo.

Ativista

Veja como é a vida de ativista ambiental norueguesa: chegou ontem em Manaus e saiu logo depois do almoço, foi para os EUA hoje e de lá vai para a Índia.

Medo no canteiro

Por medida de segurança, o consórcio responsável pelas obras da Usina de Santo Antônio decidiu suspender os trabalhos. Teme que a greve que atinge os canteiros da Usina Jirau se propague por ordem dos mesmos grupos sindicais.

Pelos autistas

O deputado federal Osmar Junior (PCdoB-PI) encaminhou pedido à Diretoria Geral da Câmara para que no dia 2 de Abril as luzes noturnas da Casa sejam azuis. É para lembrar o Dia Internacional da Pessoa Portadora de Autismo. A cor é a marca.

Renovando

Com presença de Otávio Leite, candidato à Prefeitura do Rio, do cacique Marcello Alencar e outros, a Juventude do PSDB, liderada por Vinicius Suliano, realiza sábado o primeiro encontro com seus 110 novos filiados. Tema: PSDB, partido da esperança.

Maratona

O APO Marcio Fortes e comitiva foram recebidos ontem, em Londres, pelo grupo executivo de Governo voltado para a realização das Olimpíadas. Trataram de legado, infraestrutura, segurança e estratégia de comunicação.

Festa comunista

O PCdoB comemora 90 anos em ato público e show de Martinho da Vila, militante comunista, no Espaço Cultural Vivo no Parque do Flamengo, no sábado à noite.

Já em Brasília..

O MPF abrirá inquérito para investigar por que os ingressos para shows populares pagos pelo governo do DF são 'distribuídos' apenas na sede da Secretaria de Cultura.

Ponto Final

Com o Congresso em chamadas, o líder do Governo no Senado, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), baixou em Manaus ontem para assistir ao show de Roberto Carlos.

* Publicado originalmente na Coluna da Esplanada e retirado do Opinião e Notícia.

Fonte: Opinião e Notícia/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/onu-alerta-brasil-sem-carta-compromisso-nao-ha-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=23)(http://envolverde.com.br/noticias/onu-alerta-brasil-sem-carta-compromisso-nao-ha-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=23)

23/03/2012

Rio+20 deve apresentar alternativa ao PIB, diz embaixador francês

por **CLAUDIO ANGELO** - ENVIADO ESPECIAL A MANAUS

O secretário-executivo da Rio+20, o embaixador francês Brice Lalonde, afirmou na quinta-feira que a conferência deve produzir um mandado para que a ONU apresente, em um prazo de três anos, um indicador alternativo ao PIB, criticado por não contabilizar os impactos ambientais da produção de riqueza. A reforma da medida da riqueza das nações tem sido uma das principais pautas da conferência mundial para o desenvolvimento sustentável, que será realizada em junho no Rio de Janeiro.

Falando a jornalistas durante o Fórum Mundial de Sustentabilidade, em Manaus, Lalonde disse duvidar que do Rio já possa sair o novo indicador.

"Não tenho certeza de que conseguiremos criar em três meses, porque já houve muita discussão em 30 anos", afirmou ele, que é responsável por toda a parte logística da conferência.

O secretário-executivo também mandou um recado aos líderes dos países que se preparam para vir à cúpula: "Não venham ao Rio se vocês não tiverem compromissos."

Ele disse esperar que a conferência produza um "compêndio de compromissos", entre os quais objetivos de desenvolvimento sustentável nas áreas de água, energia, comida, oceanos e "solidariedade social" (algo como a disseminação de programas de transferência de renda como o Bolsa Família).

"Espero que a declaração final da conferência seja seguida de um anexo, que contenha um plano de ação", disse Lalonde.

A exemplo do que [ex-premiê norueguesa Gro Brundtland](http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1065497-ha-abuso-no-uso-de-sustentabilidade-diz-criadora-do-termo.shtml) (<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1065497-ha-abuso-no-uso-de-sustentabilidade-diz-criadora-do-termo.shtml>) afirmou à **Folha**, Lalonde disse crer que as ações na área de eficiência energética, capazes de ajudar a reduzir emissões, possam ser um dos resultados mais promissores da conferência.

Fonte: [Folha.com > Notícias > Ambiente](http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1066157-rio20-deve-apresentar-alternativa-ao-pib-diz-embaixador-frances.shtml) (<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1066157-rio20-deve-apresentar-alternativa-ao-pib-diz-embaixador-frances.shtml>)

24/03/2012

Rascunho Zero da Rio+20 deveria ser Rascunho -5', diz Greenpeace

Por clipping

Em visita a Manaus para participar do Fórum Mundial de Sustentabilidade, nesta quinta-feira (22), o diretor internacional do Greenpeace, Kumi Naidoo, falou ao G1 sobre a preparação do país e da ONG para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que ocorre em junho no Rio de Janeiro.

O sul-africano, que comanda a organização há três anos, criticou a falta de agilidade nas negociações ambientais. Ele também apontou falhas no 'Rascunho Zero', documento que noteará as discussões na Rio+20.

Para Kumi Naidoo, o 'Rascunho Zero' é vago. "Eu acho que este 'Rascunho Zero' deveria ser chamado de 'Rascunho Menos Cinco'. Faltam muitos pontos, como abordagem maior sobre a Amazônia, e o documento não reflete o nível de urgência para atender às ameaças que os cientistas identificam", disse.

Negociações – O diretor do Greenpeace criticou ainda os responsáveis pelas negociações ambientais. "Infelizmente, os negociadores, tanto do documento da Rio+20 quanto das discussões de mudanças climáticas em geral, sofrem de uma doença com dois aspectos: parece que todos têm um problema de audição, e eu não estou falando sobre ouvir o que organizações como o Greenpeace dizem, mas sobre o que os cientistas dizem", afirmou.

"Nós já seguimos a ciência com tantas coisas – como se deve usar um cinto de segurança, quanto se pode beber antes de dirigir, ter que usar preservativo antes de relações sexuais para prevenção de Aids. Ninguém duvida do que os estudos dizem sobre isso, mas na ciência climática tudo isso é negado. Outro problema que os negociadores apresentam é de dissonância cognitiva, ou seja, as informações estão lá, os passos estão lá, mas eles não conseguem internalizar isso e responder a esta necessidade", completou Naidoo.

Rio+20 – Ainda sobre a Rio+20, Naidoo pediu agilidade para adaptações à proposta de discussão apresentada. "Ainda temos mais alguns meses antes da Rio+20 e eu peço aos representantes de governo que estão negociando o 'Rascunho Zero' que internalizem no documento o nível de urgência e a ambição que os desafios planetários apresentam para a sociedade".

Sobre o acordo realizado em 2011 em Durban, na África do Sul, que prevê a assinatura de documentos propondo a redução da emissão de CO₂ em 2015 e que deve entrar em vigor a partir de 2020, Kumi Naidoo afirmou que falta urgência nos processos.

"Não temos tempo para esperar este prazo. (...) Eles têm todos os fatos em mãos, mas o tempo está acabando e eles continuam a acreditar que nós temos um tempo que não temos, e isto já está afetando a realidade de moradores de pequenas ilhas em lugares como Bangladesh (...). Eu classificaria estas datas como uma irresponsabilidade da parte de líderes políticos", ressaltou.

De acordo com o diretor do Greenpeace, a mensagem mais importante que ele pretende levar aos empresários presentes no Fórum Mundial de Sustentabilidade é a urgência. "Eles não podem pensar só no hoje e esquecer do amanhã. Vou falar sobre isso", concluiu.

Fonte: Marina Souza/G1/[AmbienteBrasil](http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2012/03/24/81477-rascunho-zero-da-rio20-deveria-ser-rascunho-5-diz-greenpeace.html)(<http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2012/03/24/81477-rascunho-zero-da-rio20-deveria-ser-rascunho-5-diz-greenpeace.html>)

26/03/2012

Cientistas têm última chance de mudar rumos da Rio+20

Apesar da proximidade da Rio+20, ainda é possível que os pesquisadores e especialistas reunidos no "Planet Under Pressure" possam influenciar a agenda

por Elton Alisson, da [Agência FAPESP](http://www.agencia.fapesp.br/)(<http://www.agencia.fapesp.br/>)



A expectativa é que encontro em Londres resulte em um documento que possa ser encaminhado por intermédio do ICSU à Rio+20

Foto: Valter Campanato/ABr

Fonte: http://assets2.exame.abril.com.br/assets/pictures/52500/size_590_rio+20.jpg?1331847969

São Paulo – Cientistas de diversos países que realizam pesquisas na área ambiental terão, esta semana, a última oportunidade de manifestar seus pontos de vista e questionamentos e tentar influenciar a agenda de discussões e as decisões que deverão ser tomadas durante a Rio+20.

Eles estarão reunidos em Londres em um grande evento da comunidade científica internacional em meio ambiente que antecede a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que será realizada no Rio de Janeiro nos dias 20 a 22 de junho.

Intitulado "Planet Under Pressure" ("planeta sob pressão"), o evento foi organizado pelos quatro programas da Organização das Nações Unidas (ONU) voltados para a área ambiental: International Programme of Biodiversity Science (Diversitas), International Human Dimensions Programme on Global Environment Change (IHDP), World Climate Research Programme (WCRP) e International Council of Scientific Unions (ICSU).

A expectativa dos pesquisadores é que as discussões que serão realizadas durante o encontro em Londres resultem em um documento que possa ser encaminhado por intermédio do ICSU à Rio+20, com um posicionamento em relação à temática da conferência.

“Será a última oportunidade de manifestar nossos pontos de vista e questionamentos e destacar que a ciência já avançou o conhecimento e tem contribuições significativas para dar às discussões ambientais e para tentar evitar que a Rio+20 se torne um evento puramente político”, disse Carlos Joly, coordenador do programa BIOTA-FAPESP e diretor do Departamento de Políticas e Programas Temáticos da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Na avaliação de Joly, apesar da proximidade da Rio+20, ainda é possível que os pesquisadores e especialistas reunidos no encontro em Londres possam influenciar a agenda e balizar as discussões que ocorrerão na conferência no Rio de Janeiro. Isso porque o ICSU, apesar de não poder votar, tem direito a voz e assento nas reuniões da ONU.

“Mesmo estando em cima da hora, a posição do ICSU poderá ser apresentada durante as discussões na Rio+20 e certamente antes da conferência o documento resultado do encontro em Londres será distribuído para as delegações dos países”, disse Joly.

“O encontro em Londres está sendo realizado em um momento bastante oportuno, escolhido especialmente pelos organismos internacionais da área ambiental. Se ocorresse duas semanas depois, dificilmente alguma coisa poderia sair dele. Ainda estamos dentro do limite de tempo”, disse.

De acordo com Joly, as discussões durante o “Planet Under Pressure” serão influenciadas, mas não pautadas, pelo documento preparatório da Rio+20. Conhecido como Zero Draft, o documento foi considerado excessivamente genérico pelos pesquisadores da área ambiental.

Como contraponto ao Zero Draft, um comitê composto por pesquisadores e especialistas na área ambiental de diversos países, designado por Ban Ki-moon, secretário-geral da ONU, elaborou outro documento, o Resilient people, resilient planet: a future worth choosing.

Publicado em fevereiro, o relatório aponta os principais problemas ambientais mundiais e quais as alternativas para solucioná-los ou, ao menos, minimizá-los.

“O documento é mais objetivo e não se prende a questões geográficas e econômicas como o Zero Draft, que, para ser aprovado por 193 países, logicamente teve que ter uma retórica e abordagem mais genérica”, disse Joly.

Durante o encontro em Londres, Joly participará na segunda-feira (26/03) de um dos principais painéis de discussão que serão realizados durante o evento, sobre o atual estado do planeta e os desafios econômicos e políticos que terão de ser enfrentados e superados nas próximas décadas. O painel é coordenado por John Beddington, conselheiro científico chefe do Reino Unido.

No mesmo dia, Joly também participará de outro painel sobre contribuições à Rio+20, coordenado pelo presidente do ICSU, Yuan-Tseh Lee. Na ocasião, Joly apresentará os resultados do BIOTA-BIOEN-Climate Change Joint Workshop: Science and Policy for a Greener Economy in the context of Rio+20, promovido em conjunto pelos programas BIOTA, BIOEN e Programa FAPESP de Pesquisa sobre Mudanças Climáticas Globais (PFPMCG). Realizado no início de março, o objetivo do evento foi contribuir para as discussões sobre os tópicos que estarão em pauta na Rio+20.

Belmont Forum

Gláucia Mendes de Souza, professora do Instituto de Química da Universidade de São Paulo (USP) e membro da coordenação do Programa FAPESP de Pesquisa em Bioenergia (BIOEN), apresentará durante o “Planet Under Pressure” um pôster explicativo do programa BIOEN.

“Fiquei um pouco surpresa porque a conferência não tem muitas sessões voltadas para a questão da energia, que permeia toda a discussão sobre a pressão sobre o planeta e é responsável, em parte, pelas medidas emergenciais que estão sendo tomadas para controlar as mudanças climáticas”, disse.

Além dos programas de pesquisa da FAPESP, também serão apresentados durante o evento em Londres resultados de outros projetos apoiados pela Fundação, como os do Temático “Urban growth, vulnerability and adaptation: social and ecological dimensions of climate change on the coast of São Paulo”, que teve cinco trabalhos selecionados para exibição.

“Isso mostra que estamos realizando pesquisas de alta qualidade no Brasil, em uma realidade na qual praticamente só nós, brasileiros, trabalhamos, com uma grande diversidade de ambientes, pressões e o maior remanescente de floresta tropical do mundo”, disse Joly.

Na quarta-feira (28/03), também será lançado durante o encontro na capital inglesa a primeira chamada de propostas do Belmont Forum.

Criado em 2009, o grupo, integrado pela FAPESP, é formado pelas principais agências financiadoras de projetos de pesquisa sobre mudanças climáticas globais. Entre elas estão a National Science Foundation (NSF), dos Estados Unidos, e o Natural Environment Research Council (Nerc), do Reino Unido. O objetivo do grupo é tentar promover uma nova maneira de se realizar colaboração internacional em pesquisas na área ambiental.

A chamada de propostas de pesquisa envolve duas áreas: segurança hídrica, com coordenação da Agence Nationale de la Recherche (ANR), da França; e vulnerabilidade costeira, que será liderada pela NSF.

Na ocasião, Carlos Henrique de Brito Cruz, diretor científico da FAPESP, fará uma apresentação sobre os futuros projetos do Belmont Forum. Entre eles está o lançamento de uma chamada de propostas em 2013 sobre segurança alimentar e bioenergia, que deverá ser liderado pela FAPESP.

“A FAPESP está se propondo a organizar um workshop para formatar uma proposta para que possa gerenciar a chamada internacional sobre esses temas”, disse Reynaldo Victoria, coordenador do Programa FAPESP de Pesquisa sobre Mudanças Climáticas Globais (PFPMCG) e representante da FAPESP no Belmont Forum.

Fonte: [EXAME.COM > Economia > Meio Ambiente e Energia](http://exame.abril.com.br/economia/meio-ambiente-e-energia/noticias/cientistas-tem-ultima-chance-de-mudar-rumos-da-rio-20)(<http://exame.abril.com.br/economia/meio-ambiente-e-energia/noticias/cientistas-tem-ultima-chance-de-mudar-rumos-da-rio-20>)

29/03/2012

Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas apresenta proposta sobre a Rio+20 para Dilma

Luiz Pinguelli Rosa, secretário executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, acredita que a pauta da Rio+20 está muito vaga

da Agência Brasil



Foto: Agência Brasil

Fonte:

<http://jconlineimagem.ne10.uol.com.br/imagem/noticia/2012/03/29/normal/6f4c8e6823d3cac8589cade53fc2f16d.jpg>

RIO DE JANEIRO – O secretário executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Luiz Pinguelli Rosa, vai levar à presidenta da República, Dilma Rousseff, na próxima quarta-feira (4) o posicionamento do organismo em relação à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que ocorrerá em junho, no Rio de Janeiro.

Pinguelli disse nesta quinta-feira (29) à Agência Brasil que a conferência, tanto do ponto de vista do Brasil quanto internacional, não está bem equacionada. “Ela está com a pauta muito vaga”. Ele acredita, contudo, que ainda há tempo para modificar e enriquecer as questões que serão propostas no evento. “Acho que a maneira como a coisa está pode ser modificada de uma forma mais eficaz”.

O objetivo do fórum não é modificar o documento preparatório da Rio+20, conhecido como draft zero, mas aplicá-lo de outra forma. “Levar em conta, por exemplo, a questão do clima nessa reunião, de maneira que ela seja mais transparente, mais clara”.

Dos temas propostos no rascunho da Rio+20, Pinguelli questionou, por exemplo, a economia verde. “Não se sabe o que é economia verde. É um nome sem definição. Há uma ideia de que é uma coisa boa. Mas a economia (enquanto ciência) é boa também”.

O secretário executivo do fórum definiu economia verde como uma coisa própria das Nações Unidas. “É ambíguo, uma coisa para todos concordarem, cada um interpreta de um jeito”.

Em relação ao combate à pobreza, outro tema de debate previsto para a Rio+20, Pinguelli ressaltou ser um ponto muito importante e concreto. Declarou, entretanto, que “o capitalismo é um elemento perverso”. Daí ele não acreditar que será fácil a Rio+20 atingir o objetivo de erradicar a miséria do mundo.

Fonte: [Jornal do Comércio > Cidades > Ciência/Meio Ambiente](http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/cienciamambiente/noticia/2012/03/29/forum-brasileiro-de-mudancas-climaticas-apresenta-proposta-sobre-a-rio20-para-dilma-37578.php)(<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/cienciamambiente/noticia/2012/03/29/forum-brasileiro-de-mudancas-climaticas-apresenta-proposta-sobre-a-rio20-para-dilma-37578.php>)

29/03/2012

USP contribui para discussões na Rio+20

Universidade lançará livro, edição especial de revista e site com trabalhos de mestrado e doutorado sobre temas vinculados à Conferência da ONU

por Elton Alisson, da Agência FAPESP (<http://www.agencia.fapesp.br/>)



Praça do relógio na USP

Foto: Marcos Santos/Divulgação/USP

Fonte: http://assets3.exame.abril.com.br/assets/pictures/43293/size_590_praca-do-relogio-da-usp.jpg?1320748583

Praça do relógio na USP: no início de abril o IEA lançará as edições impressa e eletrônica da revista Estudos Avançados com um dossiê sobre sustentabilidade

São Paulo – A Universidade de São Paulo ([USP \(http://exame.abril.com.br/topicos/usp\)](http://exame.abril.com.br/topicos/usp)) planeja dar nas próximas semanas contribuições importantes aos temas que estarão em discussão na Conferência das Nações sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que será realizada nos dias 20 a 22 de junho no Rio de Janeiro.

Em abril, o Grupo de Pesquisa em Ciências Ambientais do Instituto de Estudos Avançados (IEA) lançará o livro Governança da ordem ambiental internacional e inclusão social.

De acordo com Wagner Costa Ribeiro, professor do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e organizador do livro, a publicação não representa uma posição institucional da USP.

Trata-se, antes, de uma análise de destacados pesquisadores de diversas áreas que integram o Grupo de Pesquisa em Ciências Ambientais do IEA sobre o que se pode esperar da Rio+20. Traz também um

balanço da RIO92 (ou ECO-92), identificando as lacunas e os avanços no período entre as duas grandes conferências.

“O livro tem o objetivo de dar uma contribuição para os temas que estarão em discussão na Rio+20, relacionados à governança, inclusão social e economia verde, que são bastante abrangentes, mas que não tratam de questões como a biodiversidade, as mudanças climáticas e os recursos hídricos”, disse Ribeiro à Agência FAPESP.

A publicação é dividida em duas partes. A primeira, intitulada “Ordem ambiental internacional, governança e inclusão social”, é composta por seis artigos de autoria dos professores Jacques Marcovitch, José Eli da Veiga, Pedro Jacobi, Oswaldo Lucon e José Goldemberg, Célio Berman, Fernanda Mello Sant’Anna e o próprio Ribeiro, sobre as propostas de revisão da gestão ambiental internacional. Entre elas estão a criação de uma nova agência ambiental global, fortalecer o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) ou levar a discussão das questões ambientais ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A parte do livro “Saúde, pobreza e mudanças climáticas” reúne reflexões sobre as relações entre economia verde, inclusão social e saúde, formas de combate à pobreza por meio do uso do patrimônio cultural, análise de políticas territoriais associadas à inclusão social, o papel dos catadores no processo de gestão dos resíduos sólidos e avanços nas pesquisas climáticas.

“O conjunto de artigos reunidos no livro oferece uma ampla gama de perspectivas para assuntos centrais no mundo atual. O resultado pode contribuir para a busca de alternativas de inclusão social que associem a erradicação da pobreza com os padrões de produção econômicos e que considerem a capacidade de reprodução da natureza em suas múltiplas formas de expressão”, avaliou Ribeiro.

No início de abril o IEA também lançará as edições impressa e eletrônica da revista Estudos Avançados com um dossiê sobre sustentabilidade.

De acordo com Alfredo Bosi, professor da USP e editor da revista, o número especial da publicação sobre sustentabilidade também visa contribuir para as discussões do conceito e dos temas que serão abordados durante a Rio+20.

“Hoje, é consenso entre os cientistas, economistas e políticos bem informados a necessidade urgente de combinar crescimento econômico e respeito às reservas naturais. E estamos às vésperas da Rio+20, que discutirá as diretrizes a serem retomadas em face de problemas candentes, como o da poluição provocada pelos combustíveis fósseis. A revista pretende dar subsídios à discussão desses temas durante o evento”, disse Bosi.

O primeiro artigo da revista é do economista polonês Ignacy Sachs, autor do conceito de ecodesenvolvimento. “A Cúpula da Rio+20 terá pela frente dois grandes desafios intimamente interligados: conter a mudança climática, que cada vez mais resulta de fontes antropogênicas (do próprio homem), e pôr fim ao escândalo da desigualdade abissal nas condições e na qualidade de vida existentes hoje em cada nação e entre elas”, apontou Sachs.

A edição também apresenta diversos outros artigos sobre a Rio+20, como uma série de análises pontuais realizadas por um grupo de trabalho criado pela USP para organizar a contribuição da universidade paulista ao evento.

Coordenado por Ribeiro, o grupo de trabalho fez um levantamento e análise de teses e dissertações de mestrado e doutorado defendidas na USP entre 1992 e 2011 sobre temas vinculados à Rio+20.

A seleção, com cerca de 1,3 mil trabalhos, será reunida em uma página eletrônica que deverá ser lançada em abril e permitirá ao usuário realizar buscas por autor, resumo e palavras-chave, além de fazer o download da pesquisa completa.

No fim de abril, o Grupo de Pesquisa de Ciências Ambientais do IEA e o Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (Procam) da USP também realizarão um evento no IEA para discutir inclusão social associada à economia verde e à governança da ordem ambiental internacional.

Na ocasião, será lançado o livro Governança da ordem ambiental internacional e inclusão social, publicado pela editora Annablume. “Pretendemos realizar todas essas ações em conjunto. Isso mostra que a USP está atenta à Rio+20”, disse Ribeiro.

O livro poderá ser adquirido após o lançamento por meio da loja virtual da editora. Já a edição eletrônica da revista do IEA sobre sustentabilidade poderá ser acessada nos sites da SciELO e da Scopus.

Fonte: [EXAME.COM > Notícias > Economia > Meio Ambiente e Energia](http://exame.abril.com.br/economia/meio-ambiente-e-energia/noticias/usp-contribui-para-discussoes-na-rio-20)(<http://exame.abril.com.br/economia/meio-ambiente-e-energia/noticias/usp-contribui-para-discussoes-na-rio-20>)

30/03/2012

Cientistas cobram em declaração atenção à pauta ambiental na Rio+20

*'Mudança climática e perda da biodiversidade não são combatidas'.
Manifesto foi divulgado ao final de conferência realizada em Londres.*

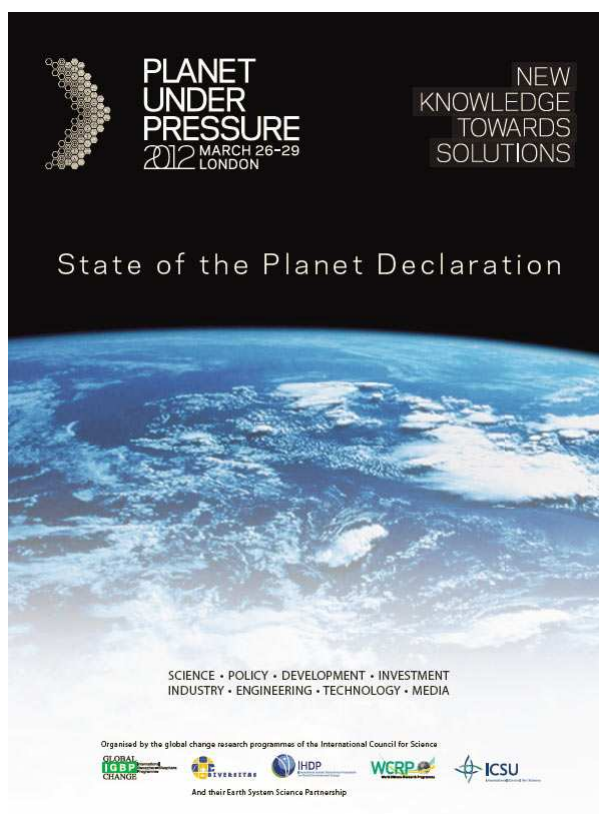
por Eduardo Carvalho do Globo Natureza, em São Paulo

Entraves no novo rascunho da Rio+20 são por dinheiro, diz negociador Brics apoiam 'economia verde' que não afete crescimento de emergentes Expansão urbana ocupará área igual a de três países até 2030, diz estudo Cientistas que participaram da conferência "Planeta sob pressão", realizada em Londres, assinaram ao final do encontro, nesta quinta-feira (29), declaração que cobra de governos mais atenção à ciência e pede que a sociedade assuma os riscos caso nada seja feito pelo desenvolvimento sustentável do mundo.

Com o título "Declaração do Estado do Planeta: novos conhecimentos em direção a uma solução", cerca de 3 mil especialistas querem levar à mesa de negociações da Rio+20, conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, soluções para reduzir os impactos do crescimento e a cobrança de participação da ciência na formulação de políticas públicas.

De acordo com a declaração, os atuais mecanismos de governança e acordos internacionais existentes não funcionam com rapidez para atender os desafios globais, como as mudanças climáticas e a perda da biodiversidade.

Os cientistas pedem mais investimentos em pesquisa voltadas à área – financiamentos de governos e da iniciativa privada – e sugerem a criação de Metas de Sustentabilidade para vários temas. Eles querem ainda uma melhor cooperação entre instituições do planeta (cooperação Norte-Sul).



Reprodução da capa da "Declaração do Estado do Planeta", lançado na conferência "Planeta sob pressão"

Foto: Reprodução

Fonte: <http://s.glbimg.com/fo/g1/f/original/2012/03/30/pressao.jpg>

Cúpula da ONU

Sobre a Rio+20, a declaração afirma que é uma oportunidade em um momento crucial para o mundo.

"Os países precisam superar as barreiras do progresso e se deslocarem para um sistema de governança global eficaz, com uma política eficaz nos pilares social, ambiental e econômico", diz o documento.

De acordo com o professor Carlos Joly, que coordena o programa Biota da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e participou da conferência, a declaração será encaminhada à comissão das Nações Unidas que negocia os temas da Rio+20.

O trâmite será feito pelo Conselho Internacional para a Ciência (ICSU, na sigla em inglês), considerado representante da comunidade científica na ONU.

"O documento será levado para aqueles que trabalham na segunda versão do 'Rascunho Zero', bem como será encaminhado à mesa da reunião do Rio de Janeiro", disse.

Em andamento

As negociações da segunda versão do "Rascunho Zero" da Rio+20 se encerraram nesta semana, em Nova York, nos Estados Unidos. De acordo com o assessor do Ministério do Meio Ambiente para a Rio+20, Fernando Lyrio, o documento final da conferência "avançou", mas ainda existem entraves quando o dinheiro se torna o principal ponto do debate.

Em entrevista ao Globo Natureza, ele afirma que já existe consenso entre países sobre a necessidade de mais ambição no documento, porém, divergências continuam quando o dinheiro – de onde virá e onde será aplicado – se torna o tema principal.

A Rio+20 será realizada em duas etapas em junho, no Brasil. De 13 a 15, ocorre a última rodada de negociações informais, enquanto que de 20 a 22 acontece o Segmento de Alto Nível, que deve reunir chefes de estado para assinar o acordo final da conferência.

Fonte: [G1 > Natureza](http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/03/cientistas-cobram-em-declaracao-atencao-pauta-ambiental-na-rio20.html)(<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/03/cientistas-cobram-em-declaracao-atencao-pauta-ambiental-na-rio20.html>)

2012

Abril

03/04/2012

A 70 dias da Rio+20, autoridades fazem últimos ajustes para debates



Fonte: <http://www.circuitomt.com.br/circuitomt01/2012/Abril/03-04-12/rio+20.jpg>

Brasília – A 70 dias da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, as autoridades fazem os ajustes finais para a cúpula que promete ser a maior sobre preservação ambiental, desenvolvimento sustentável e economia verde. A finalidade é definir um novo padrão para o setor. Participarão das discussões presidentes da República e primeiros-ministros, especialistas, integrantes da sociedade civil e pesquisadores.

De 13 a 22 de junho, o Rio de Janeiro será a sede mundial das discussões sobre a economia verde, desenvolvimento sustentável, erradicação da pobreza, inclusão social, produção e consumo de recursos naturais. Pelos dados dos organizadores, mais de 90 presidentes e primeiros-ministros confirmaram presença. A expectativa é que mais de 50 mil pessoas participem das discussões.

Os debates na Rio+20 ocorrerão em três momentos distintos. Nos primeiros dias, de 13 a 15 de junho, ocorrerá a 3ª Reunião do Comitê Preparatório. Nesse encontro, técnicos de todos os países estarão reunidos nos comitês preparatórios para elaboração dos esboços dos documentos que serão examinados pelos presidentes e primeiros-ministros.

De 16 a 19 de junho, os integrantes da sociedade civil, como organizações não governamentais e universidades, debaterão temas ligados ao meio ambiente em 18 mesas de discussões. A ideia é buscar alternativas sobre políticas sociais associadas à economia verde e ao desenvolvimento sustentável. As propostas apresentadas durante esses debates serão encaminhadas aos presidentes e primeiros-ministros.

Na última etapa da conferência, de 20 a 22 de junho, ocorrerão as reuniões dos presidentes da República e primeiros-ministros, além dos dirigentes da Organização das Nações Unidas (ONU). As autoridades vão analisar todos os documentos elaborados ao longo da conferência e definir um texto para a declaração final.

As discussões globais são coordenadas pelo subsecretário-geral da ONU para Assuntos Econômicos e Sociais e secretário-geral da Rio+20, o embaixador chinês Sha Zukang, pelos coordenadores executivos do evento, Elizabeth Thompson (ex-ministra de Energia e Meio Ambiente de Barbados) e Brice Lalonde (ex-ministro do Meio Ambiente da França).

Edição: Talita Cavalcante

por Renata Giraldi, Repórter da Agência Brasil

Fonte: [CIRCUITOMATOGROSSO > Editorias](http://www.circuitomt.com.br/editorias/brasil/13134-a-70-dias-da-rio20-autoridades-fazem-ultimos-ajustes-para-debates.html)(<http://www.circuitomt.com.br/editorias/brasil/13134-a-70-dias-da-rio20-autoridades-fazem-ultimos-ajustes-para-debates.html>)

03/04/2012

Na Rio+20, Brasil quer modelo global de desenvolvimento sustentável

Segundo o embaixador Figueiredo, é preciso buscar objetivos claros. Ele é um dos encarregados brasileiros na conferência

da France Presse



Rio+20

Foto: Reprodução

Fonte: <http://gazetaweb.globo.com/v2/miniatura.php?v22=1&foto=%2FFotos%2FNoticias%2F020412bra.jpg>

O Brasil quer que a Rio+20, conferência climática da ONU, ajude a impor o desenvolvimento sustentável como modelo mundial de crescimento, afirmou nesta terça-feira (3) o embaixador Luiz Alberto Figueiredo, um dos encarregados brasileiros da conferência. A Rio+20 vai ocorrer entre 20 e 22 de junho, no Rio de Janeiro.

"Estamos em uma época em que as crises se multiplicam: crise política, crise do clima (...) A Rio+20 será a oportunidade de examinar estas crises provocadas pelo modelo atual de desenvolvimento", disse o embaixador Luiz Alberto Figueiredo à imprensa estrangeira no Rio.

Segundo Figueiredo, "esta cúpula será um êxito se adotar objetivos claros" de desenvolvimento sustentável para os próximos 20 anos, que permitam um equilíbrio entre crescimento econômico, erradicação da pobreza e proteção do meio ambiente.

Ao contrário da cúpula anterior, em 1992, também realizada no Rio de Janeiro, que "consagrou o desenvolvimento sustentável com a adoção de convenções diversas sobre a biodiversidade e o clima, a Rio+20 não pretende gerar leis: será um debate forte sobre a forma como queremos nos desenvolver, sobre o futuro que queremos", explicou.

Sanções

Consultado sobre a falta de sanções caso os países não respeitem os objetivos estabelecidos, Figueiredo respondeu: "quando fixamos as Metas de Desenvolvimento do Milênio (...) não pensamos em termos de sanções".

"A Rio+20 estabelecerá pontes entre as diferentes percepções e posições sobre a economia verde. Alguns países temem, por exemplo, que esta economia verde possa ser utilizada como barreira comercial", disse.

O embaixador considerou "infundadas" as críticas de 39 organizações da sociedade civil que afirmaram na semana passada que o Brasil teria dado "um passo atrás" no tema da proteção do meio ambiente durante o governo de Dilma Rousseff.

"O Brasil chega com resultados impecáveis: é um país cuja economia progrediu, que praticou a inclusão social e que reduziu como nunca suas taxas de desmatamento", afirmou.

Fonte: gazetaweb.com > Geral(<http://gazetaweb.globo.com/noticia.php?c=310236>)

04/04/2012

Rio+20 terá debates entre cientistas, ONGs e celebridades engajadas

Governo brasileiro programa nove painéis com especialistas na cúpula. Grupos se reúnem entre dias de negociação e do segmento de alto nível.

do Globo Natureza, no Rio de Janeiro

A Rio+20, conferência sobre desenvolvimento sustentável das Nações Unidas que ocorre no [Rio de Janeiro](http://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/cidade/rio-de-janeiro.html) (<http://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/cidade/rio-de-janeiro.html>) em junho, terá nove debates com membros da sociedade civil no intervalo entre as negociações e a cúpula com chefes de estado, informa o embaixador Luiz Alberto Figueiredo, secretário executivo do Brasil na cúpula.

As nove reuniões terão especialistas que vão desde ganhadores do Nobel a presidentes de empresas e celebridades engajadas. Cada encontro vai formular três recomendações, que serão apresentadas aos chefes de estado, ao final da conferência.

De acordo com Figueiredo, a ideia é "dar voz ao conhecimento da sociedade civil" e levá-lo aos chefes de estado", além de estimular o debate.

A Rio+20 é considerada uma das principais reuniões de cúpula de toda a Organização das Nações Unidas (ONU). O nome se refere ao aniversário de 20 anos da Rio 92.



Fonte: http://s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/04/04/logos_rio20-03.jpg

O evento completo transcorre de 13 a 22 de junho. Nos primeiros três dias, de 13 a 15, ocorrerão as negociações finais sobre o documento que será encaminhado para discussão dos chefes de estado no chamado "segmento de alto nível", que ocorre de 20 a 22.

As discussões da sociedade civil ocorrem no intervalo, entre 16 e 19 de junho. A iniciativa, inédita, é do governo brasileiro, que reúne as responsabilidades de país-sede e de presidência do encontro.

Em foco

Nove temas terão foco durante os diálogos: água e florestas, energia sustentável para todos e inovação; cidades sustentáveis; oceanos; desemprego, trabalho decente e migrações; crise econômica e financeira; economia do desenvolvimento sustentável e padrões de produção e consumo; erradicação da pobreza; e segurança alimentar e nutricional.

Os convites para os debatedores estão sendo enviados pela organização da Rio+20 e até agora não há nomes confirmados. A plateia de duas mil pessoas também será formada por convidados, seguindo indicações de organizações não-governamentais, organismos internacionais, agências da ONU e do governo e empresas. As reuniões acontecerão na plenária da conferência.

A discussão deve começar em cima de doze recomendações iniciais, que serão formuladas e votadas pela internet. Dessas, sairão três recomendações finais a partir de voto dos debatedores e também do público convidado.

As 27 recomendações finais (três por tema) serão apresentadas para os chefes de estado, quando eles se reunirem para negociar o texto final da conferência. Eles não terão obrigação de levar as ideias

apresentadas em suas decisões, mas a organização do evento quer que elas façam parte dos debates pós-Rio+20, na aplicação dos resultados da conferência.

Fonte: [G1 > Natureza](http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/04/sociedade-civil-e-chefes-de-estado-va-debater-recomendacoes-na-rio20.html)(<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/04/sociedade-civil-e-chefes-de-estado-va-debater-recomendacoes-na-rio20.html>)

04/04/2012

Dilma diz que não há espaço para "fantasias" na Rio + 20

BRASÍLIA – Segundo presidente o Brasil tem a missão de propor novos paradigmas de crescimento...

da Agência Brasil



Foto: Wilson Dias/Abr

Fonte: <http://www.dci.com.br/imagens/fotos/2012/4/Dilma-Rousseff-Medidas-Industria-p901y314718-f3.jpg>

Ao participar, nesta quarta-feira (4), da reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, no Palácio do Planalto, a presidente Dilma Rousseff rebateu críticas de ambientalistas em relação aos projetos de desenvolvimento do governo

BRASÍLIA – Ao articipar, nesta quarta-feira (4), da reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, no Palácio do Planalto, a presidente Dilma Rousseff rebateu críticas de ambientalistas em relação aos projetos de desenvolvimento do governo. Dilma citou a conferência como a Rio + 20, que ocorrerá em junho no Brasil, como um forum para discussões dos temas ambientais relevantes, sem necessidade de recorrer a "fantasias".

Segundo a presidente Dilma Rousseff, o Brasil tem a missão de propor novos paradigmas de crescimento, que não pareçam "etéreos ou fantasiosos". Segundo ela, numa conferência como a Rio + 20, a fantasia "não tem espaço".

Em seguida, ao se referir aos projetos do governo, Dilma afirmou: "Tenho de explicar para pessoas como é que elas vão comer, ter acesso à água e energia. Não faço proposta olhando só para o próprio umbigo. Vamos ter de ser capazes de fazer a junção do social, econômico e o ambiental, incluir, proteger e conservar".

Antes do discurso de Dilma, Sílvia Alcântara, representante da Federação Brasileira de Ongs (Fbongs), fez duras críticas aos planos desenvolvidos pelo governo na áreas ambiental, especialmente os relacionados à geração de energia e à infraestrutura.

Sílvia criticou o plano de geração de energia, que se baseia em grande parte na exploração de petróleo na área do pré-sal brasileiro. Para ela, se as previsões de investimentos do governo se confirmarem, "o Brasil estará, até 2020, entre os três maiores emissores mundiais de gás carbônico, causador do efeito estufa".

Dilma também mandou um recado aos defensores da energia eólica, apontada pelos ambientalistas como uma matriz confiável de energia renovável. "Para garantir energia de base renovável que não seja hídrica, fica difícil, porque eólica não segura. E todo mundo sabe disso", afirmou.

Ao explicar por que é necessário usar outros tipos de energia, e não apenas a eólica, Dilma comentou: "Não venta o tempo todo e não tem como estocar vento." E disse: "Não posso dizer que só com eólica é possível iluminar o planeta".

Dilma também afirmou que os projetos de saneamento desenvolvidos pelo governo devem ser considerados como formas de proteção ambiental. "O saneamento é fundamental para preservar toda água das cidades e não há cidades sem água", acrescentou. A presidenta destacou ainda a agricultura familiar como alternativa para produção de alimentos orgânicos.

Fonte: [DCI - Diário Comércio Indústria & Serviços > Política](http://www.dci.com.br/dilma-diz-que-nao-ha-espaco-para-fantasias-na-rio-+-20-id288906.html)(<http://www.dci.com.br/dilma-diz-que-nao-ha-espaco-para-fantasias-na-rio-+-20-id288906.html>)

05/04/2012

Governo brasileiro defende suas credenciais para organizar Rio+20

por Fabiana Frayssinet, da IPS



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/04/e23.jpg?9d7bd4>

Rio de Janeiro, Brasil, 05/04/2012 – O governo brasileiro, que será anfitrião em junho da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, passou a rebater duras críticas dos ecologistas e assegurou que o país tem “as melhores credenciais” em matéria ambiental. “Não há país com melhores credenciais para organizar essa conferência”, disse à imprensa estrangeira, no dia 3, Luiz Alberto Figueiredo Machado, subsecretário-geral de Meio Ambiente, Energia e Ciência e Tecnologia, do Ministério das Relações Exteriores.

Dessa forma, Machado respondeu às fortes críticas expostas por 39 organizações ambientalistas do Brasil perante a Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o que consideram um “retrocesso” da agenda socioambiental no governo de Dilma Rousseff. As críticas ecologistas se referem, entre outros pontos, à reforma do Código Florestal, em discussão no Poder Legislativo, que estabelece uma anistia para os desmatamentos rurais, imposta pelo poderoso setor agropecuário e que, segundo as organizações não governamentais, o governo não se “esforça” muito em combater.

Também é questionada a suposta redução do poder das instituições estatais de controle ambiental e a escolha de um modelo econômico que prioriza a exploração ao máximo dos recursos naturais sem medir suas consequências ambientais. “O Brasil chega à Rio+20 com credenciais impecáveis, por ser um dos poucos países que conseguiram crescimento econômico com inclusão social e redução do desmatamento como nunca em sua história”, rebateu Machado. Ele se referia aos êxitos dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e de Dilma Rousseff, ambos dos esquerdista Partido dos Trabalhadores.

Machado explicou as principais linhas de ação do encontro que acontecerá no Rio de Janeiro, entre 13 e 22 de junho, contando as reuniões preparatórias da cúpula e o fórum não governamental. Segundo ele, a cúpula vai proporcionar uma significativa participação à sociedade civil – na qual se incluem organizações ambientalistas, empresariais e científicas – no debate sobre seus três temas centrais: ambiental, econômico e social. A conferência é chamada Rio+20 por acontecer duas décadas após a segunda Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, também no Rio de Janeiro, em 1992, e que foi um momento de inflexão da arquitetura do direito ambiental internacional.

O subsecretário reiterou o lema da ONU, ao dizer que a cúpula buscará definir “o futuro que queremos” nos próximos 20 anos: um modelo de desenvolvimento com crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental conjugados de “forma harmônica”. A cúpula terá dois eixos centrais que discutirão o conceito de “economia verde” e as mudanças nas instituições internacionais de desenvolvimento sustentável. Porém, Machado destacou que, ao contrário da Rio 92, da qual surgiram grandes compromissos como os convênios sobre mudança climática e biodiversidade e também a Agenda 21, neste encontro “não se pretende legislar”.

Machado também contestou organizações que alertam que a Rio+20 não definirá metas. O que se busca, afirmou, não é estabelecer objetivos nem sancionar os países que não os cumprem, mas “ajudá-los” a alcançá-los e “consolidar os conceitos até agora definidos”. “Que sanções podemos aplicar, por exemplo, a

um país pobre por não cumprir suas metas ambientais se está em situação tão difícil que não pode cumpri-las?”, perguntou. “Devemos ajudar os países que não cumprem”, acrescentou. Nos acordos internacionais “não há obrigatoriedade sem lei”, explicou.

Em sua opinião, a Rio+20 trará “um novo olhar” à crise financeira, econômica e social internacional, que atribui a um modelo de desenvolvimento “inadequado”, que “não responde mais aos novos desafios”. Esse modelo se baseia em uma forma de produção “insustentável, que já não tinha lugar no final do Século 19, nem no 20 e, certamente, tampouco neste Século 21”, afirmou Machado.

Como exemplo desse modelo “esgotado” mencionou os combustíveis fósseis (petróleo, gás, carvão) e se referiu à necessidade de buscar novas fontes de energia, limpas e renováveis, tocando outro ponto sensível para o Brasil. Com a descoberta de novas e enormes reservas de petróleo no pré-sal do Atlântico, o país busca se converter em uma das potências energéticas deste século, consolidando sua exportação de petróleo.

O Brasil também é questionado pelo planejamento de grandes centrais hidrelétricas em áreas frágeis como a Amazônia. Entretanto, Machado considerou que são críticas infundadas. “O Brasil é o único país do mundo que circula com pelo menos 20% de biocombustível em seu tanque”, disse a respeito da proporção de combustíveis de origem vegetal, como o etanol, que os veículos utilizam no país.

Machado citou outros pontos de discussão da Rio+20, como a necessidade de fortalecer o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e outros organismos, e de criar novos. Embora não tenha dado importância aos “atritos” por posturas diferentes dos governos, acrescentou que o desejável é definir objetivos de desenvolvimento sustentável “não apenas orientados aos países em desenvolvimento, mas a todos os países”.

Fonte: IPS - Inter Press Service/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/governo-brasileiro-defende-suas-credenciais-para-organizar-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=05)(http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/governo-brasileiro-defende-suas-credenciais-para-organizar-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=05)

05/04/2012

Dilma quer apoio de Obama para a Rio 20 e Ciência sem Fronteiras

Redação do DIARIODEPERNAMBUCO.COM.BR

da Agência Brasil

Brasília – A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio 20, que será realizada de 13 a 22 de junho, no Rio de Janeiro, será tema central de uma das reuniões da presidenta Dilma Rousseff com o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, e ministros, na próxima semana. Dilma vai pedir a Obama o empenho para que os norte-americanos participem de forma atuante do evento.

No que depender das autoridades brasileiras, a conferência vai se transformar em referência mundial na defesa do meio ambiente com desenvolvimento sustentável e inclusão social. A expectativa é que mais de 100 presidentes e primeiros-ministros participem do evento, nos dias 20 a 22. Antes ocorrerão reuniões técnicas e discussões entre integrantes da sociedade civil.

Ao participar da 4ª Cúpula do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), em Nova Delhi, na Índia, Dilma convidou todos os presentes para a Rio 20. Na semana passada, autoridades que participavam, na Argentina, de uma conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) destacaram a necessidade de todos comparecerem ao evento no Rio.

Nas conversas com Obama, Dilma ressaltará a importância das políticas de incentivo dos Estados Unidos para a ciência, tecnologia e inovação. Na ocasião, ela pretende citar o programa Ciência sem Fronteiras cuja meta é enviar 100 mil pesquisadores brasileiros para o exterior até 2014. A presidenta quer ampliar as parcerias com os Estados Unidos para o envio de pesquisadores para universidades norte-americanas.

Durante a visita à Índia, a presidenta fechou acordos para aumentar a cooperação entre universidades indianas e brasileiras para o envio de bolsistas do programa Ciência sem Fronteiras. No caso dos indianos, as pesquisas se destacam nas áreas de tecnologia de ponta e indústria farmacêutica.

Fonte: [Diário de Pernambuco.com > Notícias](http://www.pernambuco.com/ultimas/nota.asp?materia=20120405091708&assunto=27&onde=Politica)(<http://www.pernambuco.com/ultimas/nota.asp?materia=20120405091708&assunto=27&onde=Politica>)

05/04/2012

Pessoas contrárias a hidrelétricas na Amazônia vivem 'fantasia', diz Dilma

Presidente adverte que não mudará os planos de desenvolvimento para a região

de João Domingos e Rafael Moraes Moura - O Estado de São Paulo

BRASÍLIA – A presidente Dilma Rousseff (PT) aproveitou uma reunião com os integrantes do Fórum do Clima, no Palácio do Planalto, para avisar de vez aos grupos ambientalistas que lutam contra a construção de usinas hidrelétricas na Amazônia que o governo não mudará seu projeto de aumento da oferta de energia e de desenvolvimento da região. Ela chegou a dizer que essas pessoas contrárias à construção das hidrelétricas vivem num estado de "fantasia".



Gleisi Hoffmann, Dilma Rousseff, Luiz Pinguelli Rosa e a ministra Izabella Teixeira, na reunião

Foto: Dida Sampaio/AE

Fonte: http://www.estadao.com.br/fotos/dilma_dida_sampaio_ae_288.jpg

Ao se referir à participação do Brasil na Rio+20, a conferência das Nações Unidas que será realizada em junho, na capital do Rio de Janeiro, a presidente lembrou aos que estavam na reunião que o mundo real não trata de tema "absurdamente etéreo ou fantasioso". "Ninguém numa conferência dessas também aceita, me desculpem, discutir a fantasia. Ela não tem espaço para a fantasia. Não estou falando da utopia, essa pode ter, estou falando da fantasia", afirmou Dilma.

Dilma disse que o Brasil vai trabalhar pelo desenvolvimento sustentável, para tirar as pessoas da pobreza e para encontrar formas de conciliar o progresso com o respeito ao meio ambiente.

Pouco antes, ao se pronunciar no Fórum do Clima, a representante das ONGs, Sílvia Alcântara, acusara o governo de promover um retrocesso na questão ambiental e de, com o pré-sal, levar o Brasil a ocupar o terceiro lugar entre os países que mais emitem gases de efeito estufa já em 2020. Num pequeno pedaço de papel, Dilma anotou tudo o que a ambientalista falou.

Sem se referir diretamente ao que Sílvia havia dito, Dilma defendeu a energia de fontes hidráulicas e desdenhou da energia eólica e solar, ambas defendidas pelos grupos mais radicais como alternativa às hidrelétricas. Disse que, como presidente, tem de explicar como as pessoas vão comer, ter acesso à água e energia. "Eu não posso falar: 'Olha, é possível só com eólica iluminar o planeta.' Não é. Só com solar? De maneira nenhuma."

A presidente disse que foi à Espanha, país citado sempre como referência no aproveitamento da energia eólica, e viu que há oito meses as pás de vento não funcionavam. "Não havia vento", afirmou. "Eu, quando comecei a mexer com esse negócio de energia, cheguei a contar vento. Isso foi no Rio Grande do Sul", disse a presidente.

Para Dilma, a energia eólica deve servir como uma espécie de reservatório alternativo para a energia de fonte hidráulica, quando houver escassez de chuvas. "Reservatório de água a gente faz. Mas não faz reservatório de vento", disse a presidente.

"Deus nos ouça que a eólica consiga ser reservatório de hidrelétrica no Brasil. Deus nos ouça. Vamos ter de suar a camiseta tecnicamente. Não é falta de vontade política, é tecnicamente."

Na Rio+20. A respeito da participação do Brasil na Rio+20, a presidente afirmou que o País pretende exercer um papel de líder na conferência.

"Encontrar um caminho comum é um processo difícil. Desta vez, eu acho que temos uma missão até mais difícil, que é propor um novo paradigma de crescimento", afirmou.

Para Dilma, na Rio+20 todos os temas vão se encontrar: "Mudança de clima, biodiversidade, redução da pobreza, direito a energia, melhores condições de vida. Enfim, como é o futuro do mundo, é isso que vamos discutir na Rio+20. É um ponto de partida, mais que ponto de chegada. Desta vez temos de mudar o patamar da discussão. Nós acumulamos muitas coisas, acumulamos em todas as conferências do clima, em todas as discussões sobre florestas, água. Agora vamos ter de discutir isso na ótica das populações, dos governos, das comunidades científicas, dos organismos da sociedade civil, organizados ou não."

Fonte: [ESTADÃO.COM.BR > Notícias > Brasil](http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,pessoas-contrarias-a-hidreletricas-na-amazonia-vivem-fantasia-diz-dilma,857484,0.htm)(<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,pessoas-contrarias-a-hidreletricas-na-amazonia-vivem-fantasia-diz-dilma,857484,0.htm>)

09/04/2012

O caminho para a Rio+20 está errado

por Sérgio Abranches, do Ecopolítica



Fonte: <http://envolverde.com.br/porta1/wp-content/uploads/2012/04/Rio+20-300x213.png?9d7bd4>

A agenda da Rio+20 está indo no caminho errado. Quer discutir o pilar econômico, dar prioridade à questão social e tentar conciliá-los com a sustentabilidade ambiental. Ora, o pilar fraco, hoje, é o ambiental. É no clima e na biodiversidade que temos tido as maiores perdas, em todo o mundo, não no crescimento econômico ou no desenvolvimento social.

Não são poucas as vozes sensatas alertando para os danos de esvaziar o tema ambiental na Rio+20, de construir uma agenda alienada das evidências científicas, de querer revestir a visão convencional de crescimento econômico com uma capa social envolta por uma faixa ambiental decorativa. Mas, como Barbara Tuchman mostrou já faz algum tempo, os governos são capazes de liderar a marcha da insensatez, querendo persuadir os cidadãos de que estão no caminho certo. O desafio que temos pela frente e deveria ser intensamente discutido na Rio+20 é tão claro, que só muita falta de visão pode apequenar a Cúpula da Terra.

Há crises econômicas? Há. Na grande maioria determinadas por má gestão macro e microeconômica, regulação fraca, visões de curtíssimo prazo do processo econômico. Há crises sociais? Há. Na grande maioria, hoje, causadas por má governança e pelo impacto de eventos climáticos e naturais extremos sobre as populações mais despossuídas. Como está acontecendo, agora, na região do Sahel. Há desigualdades? Há. Na sua grande maioria determinadas pela discriminação de gênero, etnias e persuasões religiosas. Hoje, no mundo mais pobre, o maior vetor de desigualdade é o rebaixamento social das mulheres, o analfabetismo feminino e o abuso de adultas, jovens e crianças. Há desigualdades sociais clássicas, em todos os países, mas as classes médias crescem em todos eles, principalmente nos países em desenvolvimento e nas economias emergentes. A África, que até pouco tempo atrás era o continente esquecido, tem um grupo de mais de 20 países crescendo a taxas mais elevadas que as da Ásia. Mas é, na maioria dos casos, o mesmo crescimento predatório que marcou o crescimento econômico do Século 20.

Se examinarmos o desenvolvimento no Século 20, em escala global, faremos uma constatação que beira a obviedade: houve ganhos econômicos, científicos e tecnológicos extraordinários. Houve ganhos sociais expressivos. Mas só houve perdas ambientais gigantescas. Os ganhos econômicos e sociais se fizeram com perdas ambientais

Portanto, nessa tese dos “três pilares” – o econômico, o social e o ambiental –, com a qual se quer estruturar o processo de negociação e decisão da Rio+20, o único pilar que tem sinal negativo é o ambiental. É claro que precisamos ganhos sociais. Ainda não erradicamos a pobreza nem local, nem globalmente. Mas ela diminuiu consideravelmente.

É preciso uma transformação estrutural das economias para que se inverta o sinal do processo ambiental. Não é apenas uma questão de “conciliar” ou “equilibrar” os pilares. É uma questão de reorientar o padrão econômico e o processo de desenvolvimento humano, para que ambos avancem promovendo ganhos ambientais. Trata-se de mudar o sinal de um dos termos da equação do desenvolvimento, ao mesmo tempo em que se procede à exponenciação do termo social.

Significa colocar o pilar ambiental como o vetor principal do processo de desenvolvimento orientado para o máximo ganho social possível. Este é, também, o novo conceito de competitividade. Como Miriam Leitão mostrou em coluna recente, o maior especialista em competitividade, Michael Porter, em artigo recente escrito com Jan Rivkin para edição especial da Harvard Business Review, redefiniu o conceito, que antes identificava um processo de agressiva busca de vantagens, em um jogo de soma zero. Ou seja, as empresas se tornavam “saradas” (magras) e “más”, buscando conquistar doméstica e globalmente espaço cada vez maior na sua cadeia de produção e no mercado. Para tanto, desempregavam, terceirizavam e davam maior poder ao CFO, ao gestor financeiro. Agora, competitividade é vista como “a habilidade de as empresas competirem com sucesso na economia global, ao mesmo tempo em que criam as condições para um alto – e crescente – nível de vida para a média da população”. Neste conceito, Porter articula corretamente o econômico ao social, mas deixa inexplicavelmente de lado a sustentabilidade. Não haverá competitividade em cadeias não sustentáveis.

Mas Porter sabe disso. É que ele inclui a questão ambiental no conjunto de “necessidades sociais” que a competitividade tem que satisfazer. Não gosto da solução, mas pelo menos o “social”, em Porter, absorve o “ambiental”, não o exclui. Em outro artigo, também na Harvard Business Review, escrito com Mark Kramer, ele diz que uma grande parte do problema está nas próprias empresas, prisioneiras de uma perspectiva ultrapassada e estreita de criação de valor, que “otimiza o desempenho financeiro de curto prazo”, desprezando as necessidades do consumidor e ignorando as influências mais amplas que determinam o sucesso de longo prazo. “De que outra maneira poderiam desconsiderar o bem-estar de seus clientes, o esgotamento dos recursos naturais, a viabilidade de fornecedores-chave ou as dificuldades econômicas das comunidades nas quais produzem e vendem?”

As necessidades sociais, argumentam Porter e Kramer, são enormes: saúde, moradia de melhor qualidade, boa nutrição, auxílio para a velhice, segurança financeira, menor dano ambiental. E estão entre as maiores necessidades ainda não satisfeitas na economia global. Sem contribuir para a satisfação dessas necessidades “socioambientais”, não há produtividade ou competitividade duráveis. É o mesmo que dizer que não há mais possibilidade de ganhar mais competitividade e produtividade sem ganhos sociais e ambientais. E explicam por que: “a cadeia de valor de uma empresa afeta inevitavelmente – e é afetada – por várias questões sociais, como o uso de recursos naturais e água, saúde e segurança, condições de trabalho e tratamento igualitário no local de trabalho. Surgem oportunidades para gerar valor compartilhado porque os problemas sociais podem criar custos econômicos na cadeia de valor das empresas. Muitas dessas chamadas externalidades de fato infligem custos internos às empresas, mesmo na ausência de regulação ou taxa de recursos”.

O mesmo pode ser dito dos governos que buscam ganhos macroeconômicos de curto prazo e não têm visão de longo prazo. Mas nem a produtividade, nem a competitividade, nem o crescimento podem ser sustentados a longo prazo, se não houver investimento significativo em sustentabilidade ambiental e no bem-estar durável da população. Sustentabilidade implica gestão responsável dos recursos naturais, redução drástica das emissões de gases-estufa, mudança do padrão energético, gestão integral de resíduos, mudanças estruturais nos padrões de produção, preservação integral do patrimônio natural remanescente, recuperação da cobertura vegetal e da qualidade dos mananciais, aquíferos e cursos de água. Bem-estar durável pressupõe melhoras significativas em educação, saúde e nutrição.

O que se precisa não é uma adequação da tese dos três pilares à visão convencional de desenvolvimento econômico, como querem os formuladores da agenda da Rio+20. Trata-se de inverter a equação, buscando mudanças estruturais que gerem ganhos ambientais e sociais. Esse processo de geração de valor ambiental e social promove ganhos econômicos, de competitividade e produtividade, tanto para os países, como para as empresas. A nova teoria da competitividade abandona a visão da competição como soma zero e passa a ver a competitividade como um processo de ganhos recíprocos: quanto mais os países e as pessoas melhoram em educação, renda e sustentabilidade, maiores as oportunidades de trocas econômicas com vantagens para todos e maior prosperidade. Significa que a noção de competitividade está sendo reconciliada a visões de desenvolvimento sustentável e economia verde. Falta pôr em prática essa visão no macro e no micro.

Não há outro caminho. O modelo convencional, mesmo melhorado, levará ao colapso econômico e social no médio para longo prazo, com perdas muito mais severas para os mais pobres, porque nos levará aos

limites extremos do esgotamento dos recursos naturais e de mudança climática. Mas este não é um destino apocalíptico inexorável, porque temos escolha. Existe um modelo alternativo que permite realizar em simultâneo necessidades econômicas, sociais e ambientais. Viveremos a tragédia somente se escolhermos a tragédia. E escolher a tragédia é fazer o que estão fazendo nas negociações da agenda da Rio+20 e nas negociações sobre mudança climática.

Meu comentário na CBN está [aqui](http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/sergio-abranches/SERGIO-ABRANCHES.htm)(<http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/sergio-abranches/SERGIO-ABRANCHES.htm>).

* Publicado originalmente no site [Ecopolítica](http://www.ecopolitica.com.br/2012/03/27/o-caminho-para-a-rio20-esta-errado/)(<http://www.ecopolitica.com.br/2012/03/27/o-caminho-para-a-rio20-esta-errado/>).

Fonte: [Ecopolítica/Envolverde](http://envolverde.com.br/ambiente/rio20-ambiente/o-caminho-para-a-rio20-esta-errado/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=09)(http://envolverde.com.br/ambiente/rio20-ambiente/o-caminho-para-a-rio20-esta-errado/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=09)

09/04/2012

Ambientalistas acusam EUA de tentar enfraquecer a Rio+20

por Redação EcoD



Jorge Abrahão, do Instituto Ethos, criticou tom genérico que norte-americanos querem dar ao texto da Rio+20.

Foto: João Alvarez/Fieb

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/04/c44.jpg?9d7bd4>

Ambientalistas acusam os Estados Unidos de liderar uma espécie de movimento para enfraquecer a pauta da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), aponta matéria do jornal Valor Econômico publicada em 30 de março.

O calendário eleitoral e a crise econômica estariam fazendo com que a agenda de longo prazo do evento perca para a urgência de soluções no presente, segundo a matéria assinada por Daniela Chiaretti. A conferência está marcada para o mês de junho, no Rio de Janeiro, duas décadas após a Rio-92 – também conhecida como ECO-92 ou Cúpula da Terra.

“O que dá para observar é que a Rio+20 é uma conferência bastante importante, que pode ter relevância, mas as negociações têm a tendência de postergar decisões mais fortes”, ponderou ao Valor Jorge Abrahão, presidente do Instituto Ethos. “Pelos observações dos delegados dos EUA, o documento final da Rio+20 seria algo de cinco páginas, muito reduzido e de tom bem genérico”, exemplifica ele, que esteve nos EUA na última semana, quando ocorreu outra rodada de negociações sobre o principal documento da Rio+20, o chamado “O Futuro que Queremos”.

Em janeiro, em sua primeira versão, o texto tinha 19 páginas. Agora, tem 128. Recebeu um grande número de comentários e centenas de colchetes – a indicação dos diplomatas para dizer que não há consenso entre os países e, por isso, o texto não pode ser aprovado daquela forma. “Essa grande quantidade de emendas revelou uma tendência muito preocupante, a da exclusão sistemática de uma linguagem que favorecia direitos humanos para outra, que favorece os mercados”, apontou Aron Belinky, coordenador de processos internacionais do Instituto Vitae Civilis. “Por exemplo, a questão da água como direito humano foi alterada para o direito ao acesso à água”, citou.

“A sociedade civil está questionando fortemente o conceito de economia verde”, observou a deputada Aspásia Camargo (PV-RJ), também presente à rodada de negociações. “Fico até aborrecida, porque sou verde e há 20 anos discuto isso. Agora deu um pavor geral”, concluiu a parlamentar.

Governo brasileiro tenta mobilização

Na última semana, a presidente Dilma Rousseff determinou a todos no governo que se empenhem na divulgação e organização da Rio+20. O assunto é tema principal em todas as discussões de ministros e secretários no Brasil e no exterior. A proposta é transformar o evento em referência mundial na defesa do meio ambiente com desenvolvimento sustentável e inclusão social.

Durante a quarta Cúpula do Brics (grupo formado pelo Brasil, a Rússia, Índia, China e África do Sul), realizada na Índia, Dilma aproveitou para convidar todos os presentes para a Rio+20. Paralelamente, autoridades que participavam, na Argentina, de uma conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) destacaram a necessidade de todos comparecerem ao evento no Rio.

Os temas centrais da Rio+20 são a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. Os organizadores esperam que todos os 193 países que integram a Organização das Nações Unidas (ONU) enviem participantes.

* Publicado originalmente no *EcoD*(<http://www.ecodesenvolvimento.org.br/posts/2012/abril/ambientalistas-acusam-eua-de-tentar-enfraquecer-a-1>).

Fonte: EcoD/*Envolverde*(http://envolverde.com.br/noticias/ambientalistas-acusam-eua-de-tentar-enfraquecer-a-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=09)

09/04/2012

ONU se apoia no Brasil para ajuda humanitária

por Fabíola Ortiz, da IPS



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/04/e14.jpg?9d7bd4>

Rio de Janeiro, Brasil, 09/04/2012 – Em sua primeira visita ao Brasil, a secretária-geral adjunta de Assuntos Humanitários da Organização das Nações Unidas (ONU), Valerie Amos, destacou a necessidade de o fórum aproveitar a experiência brasileira na resposta a desastres em áreas urbanas e inundações e na luta contra a pobreza. “O Brasil é conhecido por sua atuação no cenário internacional e, especialmente, na prevenção de desastres, por isso estou interessada em estreitar mais as relações da ONU com o Brasil e fazer um intercâmbio para apoiar ações em países como Haiti, nações africanas e no Oriente Médio”, disse Amos.

A funcionária, de origem britânica, também coordenadora do Socorro de Emergência, se encontrou no dia 2 com os ministros Antonio Patriota, das Relações Exteriores, Celso Amorim, da Defesa, e Fernando Bezerra, de Integração Nacional. Depois viajou para o Rio de Janeiro para conversar com outros funcionários e representantes do setor privado e de organizações não governamentais, para analisar como as ações humanitárias são articuladas.

A esse respeito, Conor Foley, consultor em ajuda e direitos humanos, ressaltou o papel do Brasil no mundo, ao afirmar que, como potência econômica em ascensão, conseguiu uma crescente influência nos debates internacionais e nos programas internacionais de assistência. Na África, por exemplo, há atualmente mais diplomatas brasileiros do que britânicos, indicou este especialista irlandês radicado em Brasília.

O Brasil triplicou sua ajuda financeira nos últimos sete anos, chegando a 65 países, disse Foley à IPS, acrescentando que o país também acumula uma experiência considerável no desenho de projetos de assistência humanitária e sabe lidar com inundações e outros desastres naturais, além de ter um quadro de médicos e especialistas em tratar ferimentos causados por armas de guerra.

Por sua vez, Williams Gonçalves, especialista em relações internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, disse que o Brasil tem know how para dar assistência humanitária em casos extremos, como demonstrou no Haiti. “O trabalho realizado pelos brasileiros nesse país do Caribe e na África chamou a atenção de todos, o que lhe dá as credenciais para realizar um bom trabalho de assistência humanitária desinteressada”, explicou à IPS.

Quanto à segurança alimentar, o Brasil apoia atualmente países africanos no desenvolvimento de sua agricultura e também em projetos para a redução da pobreza, com base em suas experiências domésticas como o Bolsa Família, implantado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011). Foley observou que “as experiências internas do Brasil são a implantação em grande escala de programas para transferência de renda e nas últimas ações de pacificação de favelas no Rio de Janeiro, que também são um exemplo para o mundo”.

Nesse sentido, o governo brasileiro propôs, para fortalecer os mecanismos de ajuda humanitária internacional, a criação de uma ferramenta virtual, um software para administrar informações e conectar países que necessitam dessa assistência e para os doadores. Na V Reunião Regional sobre Mecanismos Internacionais de Assistência Humanitária, realizada no dia 30 de março, no Panamá, a representação brasileira propôs desenvolver este programa pela internet.

Esta iniciativa poderá contribuir para a gestão de grandes planos internacionais de emergência. O chefe para a América Latina e o Caribe do Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários da ONU (Ocha), Gerard Gómez, que acompanhou a delegação de Amos, confirmou que o Brasil tem um grande desenvolvimento na matéria. “A comunicação entre o que é preciso e o que se recebe é muito importante quando falamos de ajuda humanitária internacional”, ressaltou Gómez.

Para Gonçalves, essa iniciativa não constitui uma “mera sugestão”, mas uma contribuição concreta, considerando que “o Brasil se destaca desde o governo Lula como importante ator no campo da cooperação”, e que “diversos organismos do Estado atuam no exterior, o que significa que técnicos brasileiros acumularam experiência neste campo e estão aptos a propor novos métodos de ação e abordagem dos problemas em diversas áreas”.

No contexto da assistência humanitária que a ONU realiza, a Síria aparece como uma das prioridades. Sobre isto Amos afirmou que atualmente há cerca de um milhão de pessoas nesse país que esperam receber esse auxílio. “A situação está confusa. Estamos preocupados em garantir o tratamento médico à população e o apoio às crianças”, destacou.

O escritório da Ocha conta com a atuação de dez mil voluntários por meio da Cruz Vermelha, mas o grande desafio, segundo Amos, é “ser capaz de reunir mais pessoas para proporcionar ajuda e também dialogar com o governo da Síria o mais rápido possível”, enfatizou. Os especialistas ouvidos pela IPS coincidiram em afirmar que o Brasil pode ter um papel importante nesta crise síria para uma solução pacífica.

Gonçalves analisou o fato de o Brasil defender o respeito à soberania dos Estados e uma solução de paz para as controvérsias. “O Brasil tem bons antecedentes de participação em missões de paz da ONU, o que lhe dá credibilidade para suas manifestações a favor de um diálogo entre as partes em conflito e mostrar que é capaz de obter consensos”, acrescentou.

O acadêmico carioca recordou que o “Brasil já atua neste cenário junto a Índia e África do Sul, implantando importantes programas de ajuda humanitária”. Também disse que, “como não tem um passado socialista, não é uma potência militar com ambições expansionistas e tem uma tradição cultural de inclusão e tolerância religiosa, o país mantém uma imagem positiva na região”.

Precisamente por essa história é que Foley também concorda que o Brasil, embora não tenha um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, poderia desenvolver esforços diplomáticos para levar mais coerência às intervenções humanitárias na Síria, bem como em qualquer outra parte do mundo.

Fonte: [IPS/Envolverde\(http://envolverde.com.br/noticias/onu-se-apoia-no-brasil-para-ajuda-humanitaria/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=09\)](http://envolverde.com.br/noticias/onu-se-apoia-no-brasil-para-ajuda-humanitaria/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=09)

09/04/2012

Dilma e Obama defendem 'ampla participação' na Rio+20

Evento é oportunidade para promover desenvolvimento sustentável, avaliaram. Líderes também assinaram memorando de cooperação na área ambiental.

Do Globo Natureza, em São Paulo



Dilma e Obama durante encontro na Casa Branca

Foto: Reuters

Fonte: <http://s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/04/09/dilmaobamarostos300x225.jpg>

Reunidos nesta segunda-feira (9) na Casa Branca, em Washington, a presidente Dilma Rousseff e o presidente Barack Obama defenderam uma "ampla participação" na Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que vai ocorrer em junho no Rio de Janeiro.

"[A Rio+20 é] oportunidade para promover o desenvolvimento sustentável por meio da inovação e do amplo engajamento das partes interessadas", afirma comunicado conjunto dos dois presidentes, divulgado nesta segunda-feira pelo Itamaraty.

Dilma e Obama também "ênfzaram a importância da ampla participação no Segmento de Alto Nível da Conferência, de 20 a 22 de junho de 2012", para a qual é esperada a presença de chefes de Estado de países-membros das Nações Unidas.

A Rio+20 tem sido alvo de críticas que apontam uma possível ausência de importantes chefes de Estado. No fim de janeiro, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que preside duas subcomissões no Senado sobre a conferência, [afirmou que a cúpula poderia ser um fracasso porque "não está havendo interesse dos grandes países em enviar os grandes líderes mundiais"](http://em%20declara%20a7%20para%20a%20imprensa%20ap%20b3s%20a%20reuni%20bilateral%20com%20obama,%20a/) (<http://em%20declara%20a7%20para%20a%20imprensa%20ap%20b3s%20a%20reuni%20bilateral%20com%20obama,%20a/>).

Em declaração para a imprensa após a reunião bilateral com Obama, a presidente Dilma afirmou que convidou Obama para a Rio+20. Ela também declarou que a parceria entre Brasil e Estados Unidos é importante para conquistar um desenvolvimento sustentável, "que é crescer, incluir e sermos capazes de conservar e proteger o meio ambiente".

Acordo

Dilma e Obama também assinaram um Memorando de Entendimento entre a Agência de Proteção Ambiental dos [Estados Unidos](http://g1.globo.com/topico/estados-unidos/) (EPA, na sigla em inglês) e o Ministério do Meio Ambiente, com foco em avaliação de impacto ambiental, análise de risco, inclusão social e justiça ambiental. O Ministério do Meio Ambiente não soube informar mais detalhes sobre o acordo.

Os dois líderes também saudaram resultados da COP 17, a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas realizada em Durban, África do Sul, em dezembro de 2011. Segundo o comunicado conjunto, a COP 17 "alcançou um resultado abrangente e equilibrado".

Etanol

Na declaração para a imprensa após o encontro, a presidente Dilma também realçou a parceria entre Brasil e EUA na área de biocombustíveis.

"Queria destacar também em grande espaço de cooperação na área de eficiência energética, que é tão cara ao presidente Obama. E em energias renováveis. E também na evolução tecnológica nessa área, quando se trata de redes inteligentes", afirmou a presidente.

Fonte: [G1 > Natureza](http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/04/dilma-e-obama-defendem-ampla-participacao-na-rio20.html)(<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/04/dilma-e-obama-defendem-ampla-participacao-na-rio20.html>)

10/04/2012

Rio+20 busca compromisso de países e do FMI com nova economia

O êxito da cúpula de desenvolvimento sustentável da ONU Rio+20, que reunirá em junho cerca de 100 governantes, depende do compromisso de países e instituições, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, para colocar a economia mundial no caminho do respeito ao meio ambiente e do combate à pobreza, afirmou o chefe negociador do Brasil, o país anfitrião do evento, André Corrêa do Lago.

"Acredito que a Rio+20 fornecerá os instrumentos para que o desenvolvimento sustentável seja um paradigma da economia. Que seja estabelecido que a economia e a luta contra a pobreza, com o meio ambiente", são os pilares do desenvolvimento sustentável, disse Corrêa do Lago. "Acredito que pode haver uma convergência entre a agenda dos países emergentes, os mais pobres e os desenvolvidos" em favor deste objetivo, afirmou o negociador e diretor de Meio Ambiente da Chancelaria do Brasil, cuja presidente, Dilma Rousseff, presidirá a cúpula de 20 a 22 de junho no Rio de Janeiro.

O grande mandato da cúpula Rio+20, a pedido da ONU, é que o mundo defina uma trajetória em direção a uma economia verde e social que coloque em sintonia o desenvolvimento com as necessidades do meio ambiente e da luta contra a pobreza. Os negociadores buscam para isso o apoio das grandes instituições econômicas.

A próxima reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM) neste mês em Washington debaterá a cúpula Rio+20 em um encontro promovido pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, pelo chefe do BM, Robert Zoellick, e pelo ministro da Fazenda brasileiro, Guido Mantega. Além disso, a Rio+20 reunirá os ministros da Fazenda do mundo e acolherá um grande fórum de empresários e líderes da economia mundial.

"Não serve de nada" se empenhar em levar a economia mundial em direção ao desenvolvimento sustentável "sem envolver estas entidades, que são as que as áreas econômicas dos países levam a sério", ressaltou Corrêa do Lago. "A mudança dos padrões de produção e consumo é absolutamente vital", advertiu, sobretudo porque "desde 1992 (ano da Cúpula da Terra no Rio) centenas de milhares de pessoas entraram na classe média" no mundo, somando-se ao consumo de bens de um planeta com recursos limitados e onde problemas como o aquecimento global são prementes.

O rascunho de declaração que os governos negociam arduamente contempla a adoção de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável que obriguem os países a assumir metas como segurança alimentar, acesso à água, empregos verdes e padrões de produção e consumo sustentáveis, entre outros. Os países em desenvolvimento defendem que estes compromissos sejam aplicados às nações ricas e não apenas ao mundo em desenvolvimento, como as Metas do Milênio da ONU. Outra proposta é conseguir que os países se comprometam a medir seu crescimento não apenas pelo avanço da economia (o PIB), mas também por indicadores sociais e ambientais.

Ambientalistas e ONGs alertam para o perigo de uma declaração final muito vaga, na qual os compromissos não passem de declarações de intenções. Corrêa não esconde que o fantasma da crise internacional paira sobre as negociações. Mas advertiu que "a crise demonstra que o que ocorre está equivocado e deve ser uma oportunidade para repensar a economia".

Até o momento, a ONU espera na cúpula cerca de 100 governantes e chefes de Estado, explicou o responsável. Esta será a quarta cúpula do desenvolvimento sustentável convocada na história, depois de Estocolmo, em 1972, Rio de Janeiro, em 1992, e Johannesburgo, em 2002.

AFP - Todos os direitos de reprodução e representação reservados. [Clique aqui](http://noticias.terra.com.br/aviso_afp.html) para limitações e restrições ao uso.

Fonte: [Terra.com > Ciência > Rio+20](http://noticias.terra.com.br/ciencia/rio20/noticias/0,,OI5711178-EI19851,00-Rio+busca+compromisso+de+países+e+do+FMI+com+nova+economia.html)

12/04/2012

“A crise ajuda a pensar em alternativas”, pondera negociador-chefe do Brasil

por Redação EcoD



Cúpula do G-20 reunida em Toronto (Canadá), em 2010. Crise pode dificultar negociações na Rio+20.

Foto: Mark Garten/UN

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/04/c66.jpg?9d7bd4>

Considerada por muitos especialistas como um dos principais entraves às discussões da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), a atual crise econômica que assola países da Europa e os Estados Unidos também pode ter aspectos positivos, segundo opinião do embaixador André Correa do Lago, negociador-chefe do Brasil para a cúpula que será realizada em junho, no Rio de Janeiro.

Segundo ele, a crise pode ter impacto negativo sobre a Rio+20, mas não será suficiente para esvaziar a conferência das Nações Unidas. “É evidente que num período em que os países mais ricos estão precisando de dinheiro para resolver seus problemas fica muito difícil que eles assumam compromissos de transferência de recursos para países em desenvolvimento”, observou Lago à Agência Brasil.

Por outro lado, Correa do Lago acredita que a crise social e econômica cria um ambiente mais favorável para se questionar o modelo atual de produção e consumo. “Se a ideia é ter um mundo diferente, sob novos paradigmas, o efeito da crise contribui para a discussão de mudanças significativas. A crise ajuda a pensar em alternativas”, acrescentou.

O negociador-chefe do Brasil na Rio+20 ressaltou ainda que a conferência vai tratar de questões a serem resolvidas em longo prazo, que vão além da duração da crise econômica.

Em entrevista recente concedida ao EcoD, o teólogo e escritor Leonardo Boff mencionou o fato de que o atual momento da economia mundial possa vir a enfraquecer a Rio+20. “No que diz respeito aos chefes de Estado eu não espero nada. Os países centrais estão em profunda crise econômico-financeira e então protelarão as decisões, como as que já foram anunciadas em Cancún [COP-16] para 2020”, projetou.

“Ocorre que a situação global pode se deteriorar de tal forma, especialmente, se ocorrer o temido aquecimento abrupto anunciado por inteiras comunidades científicas, como a norte-americana, segundo a qual a temperatura da Terra, nos próximos decênios, poderá se elevar 4 graus Celsius. Se isso ocorrer, advertem, grande parte da vida como a que conhecemos não vai subsistir e porções imensas da humanidade poderão desaparecer”, completou Boff.

* Publicado originalmente no site do EcoD(<http://www.ecodesenvolvimento.org.br/posts/2012/abril/a-crise-ajuda-a-pensar-em-alternativas-pondera>).

Fonte: EcoD/Envolverde(http://envolverde.com.br/noticias/a-crise-ajuda-a-pensar-em-alternativas-pondera-negociador-chefe-do-brasil/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=12)

16/04/2012

Para coordenador da Rio 92, modelo de negociação sobre clima gera impasse

Embaixador aposentado Marcos Azambuja diz que debate multilateral e consensual dificulta fechamento de acordo entre países

por Raphael Gomide, iG Rio de Janeiro

O embaixador aposentado Marcos Azambuja, coordenador das posições brasileiras na Rio 92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento), afirmou que o modelo escolhido de negociação sobre as mudanças climáticas, implantado desde a Rio 92, é o responsável por impasse quase insolúvel e gera atrito e “exasperação” entre os atores. O modelo – de negociação global multilateral por consenso – será o mesmo usado pela Rio+20.

“Quando a humanidade quis fazer coisas radicais, usou métodos radicais, as revoluções. Para mudar dramaticamente as coisas, há instrumentos dramáticos de ação. A negociação lenta, paritária e consensual não é instrumento que leve a isso. Então estamos com um problema que é o impasse entre metodologia e objetivo”, disse Azambuja, em palestra no evento “No Caminho da Rio+20”, promovido pela Fundação Konrad Adenauer.

Ele relatou um episódio ocorrido na Conferência do Clima de Copenhague que ilustraria o “desespero” dos líderes em obter um acordo. “Na última grande reunião (Copenhague) chegamos ao extremo de os presidentes dos EUA, do Brasil, da Rússia e da China começarem, eles próprios a redigir um texto, coisa inteiramente absurda para chefes de Estado”, disse.

Azambuja criticou ainda o grande número de rodadas de negociação, o que, afirma, não faz o assunto progredir e “cristaliza” posições antagônicas, além de gerar “exasperação” entre os negociadores. “Noto uma irritabilidade a priori, fator complicador. Nesses casos, é como um pneu que gera fricção, mas não tração”, disse.

Para o embaixador aposentado, a discussão sobre o clima assume, em alguns casos, um tratamento quase “religioso”, no que diz respeito a acreditar ou não.

“A China vê o debate como uma tentativa final de atingi-la e impedi-la de ser a principal potência mundial. Nos EUA, um dos grandes partidos, o Republicano, simplesmente não acredita no aquecimento global causado pelo homem, descrê de mudanças climáticas. Tende a ter um certo absolutismo de religião e uma certa rejeição à crítica. Para quem acredita, criticar é quase uma ‘heresia’”, afirmou Azambuja.

Fonte: [iG > Último Segundo > Ciência](http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/2012-04-16/para-coordenador-da-rio-92-modelo-de-negociacao-sobre-clima-gera.html)(<http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/2012-04-16/para-coordenador-da-rio-92-modelo-de-negociacao-sobre-clima-gera.html>)

16/04/2012

Diretor quer que programa ambiental da ONU ganhe peso na Rio+20

Para diretor-executivo, Pnuma deveria ter status de agência, como a OMS. Achim Steiner está no Brasil para encontro com ministra do Meio Ambiente.

por Eduardo Carvalho do Globo Natureza, no Rio de Janeiro

O diretor-executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), Achim Steiner, disse nesta segunda-feira (16), no Rio de Janeiro, que acredita na diplomacia do Brasil para “quebrar” o status de acordo da Rio+20, a fim de evitar o fracasso da cúpula de desenvolvimento sustentável. Segundo ele, o momento é de implementar o que já foi acordado pelos países em conferências anteriores e evitar uma redução nas expectativas para o encontro neste ano.

“Minha esperança é que o Brasil, em relação à governança ambiental global, vai motivar os países a conseguir uma pauta que retrate o ‘futuro que queremos’”, disse, parafraseando o slogan da conferência que acontece em junho no Brasil, e deve reunir cerca de 190 países.

Steiner explicou a necessidade de se criar uma plataforma global de decisões ambientais, uma agência da ONU para tais questões nos mesmos moldes das instituições criadas para regular o comércio e a saúde no planeta – OMC e OMS, respectivamente.

“Não estamos falando em criar um secretariado maior ou mais bonitinho, Na ONU, a maneira de governança acontece de acordo com o status da instituição. Hoje, 58 países fazem parte do Pnuma, mas podem apenas discutir os temas. Não podemos ser apenas um clube de discussão”, disse. As agências especializadas, como a OMC e a OMS, têm poder de decisão aprovado em assembleia das Nações Unidas

Ele afirma que já existem centenas de acordos diplomáticos voltados para a questão ambiental, e que levaram muito tempo para serem concluídos. “O fato é que os especialistas não podem perder tempo discutindo apenas, mas devem agir na implementação”, opinou o diretor.

“A Rio +20 é o momento de implementar tudo que foi negociado, mas tudo depende de uma escolha política. Existe uma insatisfação geral e a maior parte dos países membros quer uma proposta ambiciosa”, explicou.

Steiner está reunido com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, em encontro que debate a cúpula da ONU com a sociedade civil.

Fonte: [G1 > Natureza](http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/04/diretor-do-programa-ambiental-da-onu-pede-acordos-efetivos-na-rio20.html)(<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/04/diretor-do-programa-ambiental-da-onu-pede-acordos-efetivos-na-rio20.html>)

16/04/2012

'Mundo terá taxa sobre emissões de carbono em dez anos', diz primeiro-ministro de Québec

por ANDREA VIALLI COM COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Em um prazo de dez anos o mundo terá uma taxa sobre as emissões de carbono, o que vai transformar os negócios e fortalecer a discussão sobre a economia verde, tema central da Rio+20, conferência da ONU sobre desenvolvimento sustentável, que será realizada em junho.

A avaliação não parte de nenhum ambientalista, e sim do primeiro-ministro da província de Québec, no Canadá, Jean Charest. Em 1992, quando era ministro do Meio Ambiente, ele chefiou a delegação canadense na Eco-92.

"Estamos no momento de reorganizar a economia mundial, e a questão ambiental vai se impor pelo próprio mercado. Nos próximos dez anos, será inevitável a criação de um imposto sobre as emissões", diz Charest, que esteve no Brasil nesta semana para compromissos com ministros e empresários. Segundo ele, já existe uma corrida tecnológica rumo à economia de baixo carbono.



Jean Charest, primeiro ministro da província de Québec (Canadá), fala a um grupo de 100 empresários em São Paulo

Foto: Divulgação

Fonte: <http://f.i.uol.com.br/folha/ambiente/images/12107167.jpeg>

Em junho, ele volta ao Brasil para participar da Rio+20. Vai apresentar na cúpula o "Plano Norte", estratégia de desenvolvimento para a província de Québec que prevê, para os próximos 25 anos, investimentos pesados em energias renováveis e incentivos para manter 50% do território coberto por florestas.

"Em Québec temos uma meta própria de redução das emissões de gases de efeito estufa, por isso as fontes renováveis estão no centro do nosso planejamento."

A província de Québec tem o objetivo de cortar 20% das emissões de gases de efeito estufa até 2020, com base nos índices de 1990. Para isso, explica Charest, o plano é investir, nos próximos 25 anos, US\$ 47 bilhões em energias renováveis -eólica, hidrelétrica e outras fontes alternativas que estão em estudos.

"Também estamos fazendo a eletrificação do sistema de transporte público. Outra estratégia é manter 50% do território da província de Québec ocupado por florestas, que naturalmente absorvem o carbono da atmosfera", afirma Charest.

AMAZÔNIA CANADENSE

O primeiro-ministro de Québec acredita que existem muitas similaridades entre a província de Québec e a Amazônia brasileira. Localizada no norte do Canadá, Québec é rica em recursos naturais e possui vasto território com uma pequena população (7,7 milhões de pessoas, a maioria concentrada em Montréal, maior cidade da província).

Há pelo menos quatro tribos de povos nativos, como os inuits, e muitas florestas. O subsolo possui minérios como níquel, cobalto, zinco e minério de ferro.

"Essa riqueza precisa ser explorada de modo sustentável, por isso trabalhamos durante mais de dois anos para desenvolver o plano de desenvolvimento para a província", diz o primeiro ministro, que acredita que existem boas chances de parceria com o Brasil, tanto em termos de troca de tecnologia quanto na atração de investimentos, já que o país vive um bom momento econômico.

Uma das principais áreas de cooperação entre os dois países é justamente na área de energias limpas, especialmente eólica. "Todo o mundo está batendo na porta do Brasil, o que seria impensável há vinte anos atrás. É outro país, comparado com o que visitei, há 20 anos", diz.

Fonte: [Folha.com > Notícias > Ambiente > Rio+20](http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1076689-mundo-tera-taxa-sobre-emissoes-de-carbono-em-dez-anos-diz-primeiro-ministro-de-quebec.shtml)(<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1076689-mundo-tera-taxa-sobre-emissoes-de-carbono-em-dez-anos-diz-primeiro-ministro-de-quebec.shtml>)

16/04/2012

Governos podem ser obrigados a apresentar plano de metas sustentáveis logo após posse

da Agência Brasil, em Brasília

Presidentes da República, governadores e prefeitos podem ser obrigados a apresentar um plano de metas sustentáveis, noventa dias depois de tomar posse. A obrigatoriedade está prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 52, de 2011, que começa a ser debatida esta semana.

Na próxima quarta-feira (18), será formada uma comissão da Câmara dos Deputados, para analisar o texto que foi elaborado por várias organizações não governamentais, como a Rede Nossa São Paulo e o Instituto Ethos. O empresário Oded Grajew, um dos colaboradores da proposta, acredita que a PEC pode ser apresentada na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, em junho, no Rio.



Fonte:

http://www.administradores.com.br/resources/files/modules/files/files_4842_201203011207097ff5.jpg

“Seria uma grande contribuição do Congresso Nacional para a Rio +20. A ONU [Organização das Nações Unidas] tem feito muito pouco para o desenvolvimento sustentável e para combater crises econômicas, sociais e ambientais. A ONU depende do posicionamento de muitos países, mas o Brasil pode mostrar que é possível seguir esse modelo”, disse o empresário.

Para Grajew, as metas são essenciais para uma gestão de qualidade e a definição dessas metas pode driblar a falta de informação dos gestores públicos para aplicação de medidas sustentáveis no governo. Esse despreparo vem sendo considerado um gargalo na implementação e evolução de projetos “verdes” na administração pública, como o das compras sustentáveis.

Desde o ano passado, com a revisão de um dos artigos da Lei de Licitações, a sustentabilidade passou a ser um dos critérios para a seleção de compras dos governos, ao lado dos baixos preços e da isonomia. Fernanda Daltro, gerente de Consumo Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, considera a mudança uma revolução, mas reconhece que é preciso preparar os gestores.

“Estamos modificando uma cultura de 20 anos, mas ainda estamos engatinhando. Poucos editais observam critérios de sustentabilidade. Temos um pequeno nicho de compradores que já pensa assim”, disse a gerente. Segundo ela, a maior parte dos gestores de compras públicas ainda não sabe como definir e cobrar esses novos critérios nos editais e na seleção.

Fernanda Daltro lembra que o Poder Público é o maior comprador em qualquer país. No Brasil, as compras públicas representam entre 15% e 20% do Produto Interno Bruto [PIB], índice que reflete uma significativa capacidade de indução do mercado.

“Se o governo está sinalizando que só compra sustentáveis, o mercado vai se movimentar. A gente pode demandar e a indústria correr atrás para atender, ou a indústria pode se adiantar e conseguir alguma vantagem quando sinalizarmos o interesse”, explicou a gerente.

Fonte: [UOL > Notícias > Cotidiano](http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/04/16/governos-podem-ser-obrigados-a-apresentar-plano-de-metas-sustentaveis-logo-apos-posse.htm)(<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/04/16/governos-podem-ser-obrigados-a-apresentar-plano-de-metas-sustentaveis-logo-apos-posse.htm>)

16/04/2012

Presença de Angela Merkel na Rio+20 é incerta, diz embaixador

Wilfried Grolig defendeu, no Rio, a criação de uma agência mundial para o meio ambiente



Inflação na Alemanha, comandada por Angela Merkel, reduz espaço para corte de juros

Foto: Ralph Orłowski/Reuters

Fonte: <http://veja.abril.com.br/assets/images/2011/9/50711/Angela-Merkel-discursa-na-Corte-Constitucional-Federal-Alema-size-598.jpg?1317216768>

A presença da chanceler alemã Angela Merkel na [Rio+20](http://veja.abril.com.br/tema/rio-20) (<http://veja.abril.com.br/tema/rio-20>) ainda é incerta, afirmou, na segunda-feira, o embaixador da Alemanha no Brasil, Wilfried Grolig. A afirmação foi feita durante o seminário 'No Caminho da Rio+20', promovido pela fundação alemã Konrad Adenauer em parceria com o Grupo Estado. Grolig defendeu no evento a posição europeia de criação de uma agência ambiental global, algo que o Brasil vê com restrições. Segundo o embaixador, Angela Merkel ainda não definiu se virá para a reunião de cúpula da conferência, em junho. Até então, a presença da chanceler alemã era tida como certa pela organização do evento no Brasil.

O embaixador citou como possível obstáculo para as negociações o contexto político internacional e disse que a Alemanha espera resultados concretos. "Essa conferência não acontece no vácuo, não é isolada da conjuntura mundial", declarou Grolig, citando o nível de consciência em relação ao tema ambiental como outro possível obstáculo. "O importante é que não estamos falando sobre o futuro, estamos falando sobre hoje. As expectativas e aspirações são muito altas. Não temos tempo sobrando".

O embaixador disse que, em uma posição unificada com outros países da União Europeia, a Alemanha trabalha para a criação de uma entidade mais forte na área ambiental, com a elevação do status do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), que hoje depende de contribuições voluntárias. "Precisamos criar estruturas relevantes para expressar o nível de importância dos assuntos tratados", declarou. "Temos por exemplo a Organização Mundial do Comércio (OMC), porque o comércio é importante, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Unesco. Acreditamos que o Desenvolvimento Sustentável é um tema tão importante quanto a igualdade das mulheres".

Apesar de o Brasil não defender a criação de uma agência ambiental da ONU, o embaixador disse que seria prematuro falar de divergências entre países europeus e o governo brasileiro. Grolig é embaixador no Brasil desde 2010. Antes, serviu nas embaixadas da República do Congo, de Marrocos e da Indonésia, e foi embaixador da Alemanha na Finlândia.

O representante da Fundação Konrad Adenauer no Brasil, Thomas Knirsch, também defendeu a criação de uma agência especializada para o meio ambiente. "A ONU precisa de um fortalecimento". Em palestra no seminário, o embaixador aposentado Marcos Azambuja, que coordenou a delegação brasileira na Rio-92, alertou para a gravidade das mudanças climáticas como problema central hoje e avaliou que o modelo de negociações no âmbito da ONU é insuficiente.

"Quando a humanidade quis fazer coisas radicais, ela usou métodos radicais, que são as revoluções. Para mudar dramaticamente as coisas, há instrumentos dramáticos de ação. A negociação lenta, paritária e consensual não é um instrumento que leve a isso. Então estamos com um problema, que é um impasse, entre metodologia e objetivo". Azambuja avaliou que a discussão de mudanças climáticas tende a ser carregada de um "absolutismo quase religioso" e citou o caso do Partido Republicano, nos EUA, que "simplesmente não acredita no aquecimento global causado pelo homem". O diretor da sucursal do Estado no Rio, Marcelo Beraba, representou o jornal na abertura do evento.

Fonte: [veja > Notícias > Meio Ambiente](http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/presenca-de-merkel-na-rio-20-e-incerta-diz-diplomata)(<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/presenca-de-merkel-na-rio-20-e-incerta-diz-diplomata>)

16/04/2012

Rio+20 deve apoiar fontes renováveis, diz Ban Ki-moon



O Secretário-geral da Organização das Nações Unidas Ban Ki-moon

Fonte: <http://www.abola.pt/img/fotos/mundos/ap/politicos/bankimoon3.jpg>

O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, declarou nesta segunda-feira que a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20 "será a ocasião para mobilizar o apoio a fontes renováveis". As informações são da agência Ansa.

Ele acredita que, até 2030, será possível dispor o acesso às energias renováveis para todos. "O primeiro objetivo é dar acesso universal até 2030, pois há o dobro de fontes renováveis no mix energético e da eficiência energética sobre o planeta até 2030", afirmou.

Ban Ki-moon argumentou que "a energia é um instrumento importante para os desafios globais, da segurança alimentar às mudanças climáticas e à saúde" e um ponto crucial que "é transversal a todas as outras questões".

Ele observou ainda que a proposta de disponibilizar o acesso às energias renováveis "não se trata de caridade, mas de solidariedade", e destacou que o encontro de 20 a 22 de junho "será uma oportunidade em nível geracional".

Fonte: [Terra.com](http://www.terra.com.br) > [Notícias](#) > [Ciência](#) > [Rio+20\(http://noticias.terra.com.br/ciencia/rio20/noticias/0,,OI5722796-EI19851,00-Rio+deve+apoiar+fontes+renovaveis+diz+Ban+Kymoon.html\)](http://noticias.terra.com.br/ciencia/rio20/noticias/0,,OI5722796-EI19851,00-Rio+deve+apoiar+fontes+renovaveis+diz+Ban+Kymoon.html)/[abola.pt](http://www.abola.pt) > [Notícias](#) > [Outros Mundos\(http://www.abola.pt/mundos/ver.aspx?id=326212\)](#)

17/04/2012

Meio ambiente deve ter mais peso dentro da ONU, defende chefe do Pnuma

por Redação EcoD



Steiner acredita que a Rio+20 apresentará resultados concretos.

Foto: José Cruz/ABr

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/04/c26.jpg?9d7bd4>

O meio ambiente precisa ter relevância similar a de outros temas no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). Esta é a opinião de Achim Steiner, diretor-executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), que participou na segunda-feira, 16 de abril, de um encontro com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, a fim de debater o tema governança ambiental na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

Steiner informou que cerca de 140 países já reivindicam a transformação do órgão em agência especializada da ONU, assim como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) – ambas com poder de decisão. O Pnuma, que conta com 58 países, apenas discute as temáticas ambientais. O novo status, segundo ele, significaria orçamento mais robusto, maior representatividade dos países e maior poder de decisão política dentro das Nações Unidas.

“A maioria dos países deu sinal de que a criação de uma agência especializada para o meio ambiente é justificável e é por isso que acredito que essa discussão é legítima e séria. Por que não dar para a agenda ambiental a mesma autoridade de governança que é dada para as agências de turismo, navegação, saúde e cultura, por exemplo?”, questionou o diretor-executivo do Pnuma.

No entanto, Steiner destacou não acreditar que essa seja a única alternativa para o Pnuma, que hoje conta com um orçamento pequeno, cujo financiamento é voluntário (aproximadamente US\$ 80 milhões). Nesse sentido, preferiu não se posicionar a respeito da forma de fortalecimento da agência, que será debatido na Rio+20, marcada para junho na capital fluminense. “Esta é uma decisão política. É necessária uma ambiciosa reforma do Pnuma e acredito que, ao final da Rio+20, o mais importante será ter fortalecido a plataforma ambiental”.

Izabella Teixeira informou que o ministério não tem posição sobre de que forma o Pnuma deve ser fortalecido, mas que sua importância é indiscutível. “Defendemos o fortalecimento da plataforma ambiental. Não há como avançar em uma agenda de desenvolvimento sustentável sem fortalecer o pilar ambiental”, ressaltou a ministra.

As agências especializadas da ONU têm estrutura de governança própria, enquanto o Pnuma está subordinado à Assembleia Geral, em Nova York. Com sede em Nairóbi, Quênia, o órgão ambiental possui cerca de 840 funcionários espalhados pelo mundo, entre biólogos, químicos e especialistas em meio ambiente e desenvolvimento sustentável que trabalham para a instituição, além de voluntários.

Teoria x Prática

Para Achim Steiner, a Rio+20 deve fugir dos debates teóricos e buscar metas concretas se não quiser fracassar em seu objetivo. “Não precisamos de uma conferência para apenas reafirmar o que foi acordado na Rio-92. Isso representaria um fracasso para a geração de 1992 e para as gerações futuras. Continuamos a falar de desenvolvimento sustentável e das mudanças que devemos fazer como se fossem para o futuro e isso tem custado muito ao planeta. O futuro já chegou”, observou o funcionário da ONU.

Entretanto, apesar de todo o ceticismo de especialistas a respeito da capacidade da Rio+20 de provocar mudanças, o evento é uma “oportunidade extraordinária para a história do multilateralismo e para o desenvolvimento sustentável”, na concepção de Steiner, que aposta na diplomacia e na influência mundial do Brasil para ajudar os demais países a adotar metas mais ambiciosas, que nem sempre são fáceis de ser acordadas em um momento de crise econômica.

“Trata-se de um momento difícil para uma conferência sobre desenvolvimento sustentável. Mas acredito que o Brasil irá inspirar e motivar os demais [países] na construção de uma agenda que realmente traduza o futuro que queremos”, projetou o diretor-executivo do Pnuma.

* Publicado originalmente no [EcoD](http://www.ecodesenvolvimento.org.br/posts/2012/abril/meio-ambiente-deve-ter-mais-peso-dentro-da-onu)(<http://www.ecodesenvolvimento.org.br/posts/2012/abril/meio-ambiente-deve-ter-mais-peso-dentro-da-onu>).

Fonte: EcoD/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/meio-ambiente-deve-ter-mais-peso-dentro-da-onu-defende-chefe-do-pnuma/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=17)(http://envolverde.com.br/noticias/meio-ambiente-deve-ter-mais-peso-dentro-da-onu-defende-chefe-do-pnuma/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=17)

17/04/2012

Primeira operação da Bolsa Verde do Rio será negociar crédito de carbono emitido durante Rio+20

por Vitor Abdala, da Agência Brasil



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/04/c37.jpg?9d7bd4>

Rio de Janeiro – A Bolsa Verde do Rio de Janeiro (BVRio), criada para negociar créditos de ativos ambientais, terá sua primeira operação durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Segundo o secretário estadual do Ambiente, Carlos Minc, a primeira transação será a negociação de créditos de carbono emitidos durante o encontro internacional, que ocorrerá em junho deste ano.

“Já está sendo feito o cálculo e a primeira operação será na Rio+20, com empresas que vão comprar ações que comprovadamente abatem a totalidade das emissões geradas pela conferência, inclusive o transporte das delegações estrangeiras e todas as atividades”, disse Minc, em evento sobre a Rio+20 na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj).

Além de créditos sobre a emissão de gases de efeito estufa (créditos de carbono), a BVRio também negociará créditos para outros problemas ambientais, como o desmatamento e a emissão de poluição em corpos hídricos. A bolsa, criada no fim do ano passado, é uma entidade sem fins lucrativos que funcionará com o apoio da prefeitura do Rio e do governo fluminense.

“A bolsa vai permitir que setores da economia que tenham custo mais alto para a redução das emissões comprem créditos de setores que tenham custos mais baixos”, disse Minc.

O mercado de crédito de carbono foi proposto pelo Protocolo de Quioto, que previu metas de redução da emissão de gases de efeito estufa para empresas e governos. O mercado permite que empresas que não emitem ou emitem menos gases de efeito estufa coloquem à venda ações na bolsa de valores.

Cada ação corresponde a um determinado volume de gases de efeito estufa que deixou de ser emitido. Empresas que emitem muitos gases de efeito estufa podem comprar essas ações para atingir as metas propostas, como se elas próprias estivessem cortando suas emissões.

Segundo o secretário, durante a Rio+20, também será inaugurado o primeiro dos dois distritos verdes que serão criados no estado. O Distrito Verde tecnológico funcionará na Ilha de Bom Jesus, ao lado da Cidade Universitária do Rio, e terá espaço para a instalação de dez centros de pesquisas em tecnologia limpa. As duas primeiras empresas a se instalarem nesse distrito serão a L’Oreal e a GE.

O segundo Distrito Verde – industrial – só será inaugurado depois da Rio+20 e funcionará na cidade de Itaguaí, na região metropolitana do Rio. “Serão empresas também ligadas à tecnologia limpa. Nesse caso, já estão interessadas [em se instalar] uma empresa chinesa ligada à energia eólica e uma espanhola que vai fazer equipamentos para energia solar, como painéis e conversores”, disse.

* Publicado originalmente na [Agência Brasil](http://agenciabrasil.abc.com.br/noticia/2012-04-17/primeira-operacao-da-bolsa-verde-do-rio-sera-negociar-credito-de-carbono-emitido-durante-rio20)(<http://agenciabrasil.abc.com.br/noticia/2012-04-17/primeira-operacao-da-bolsa-verde-do-rio-sera-negociar-credito-de-carbono-emitido-durante-rio20>).

Fonte: Agência Brasil/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/primeira-operacao-da-bolsa-verde-do-rio-sera-negociar-credito-de-carbono-emitido-durante-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=17)(http://envolverde.com.br/noticias/primeira-operacao-da-bolsa-verde-do-rio-sera-negociar-credito-de-carbono-emitido-durante-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=17)

17/04/2012

ONU testa metodologia da Rio+20 para uso eficiente de papel

por Redação EcoD



Realizada recentemente, a Conferência Mundial de Radiocomunicações poupou a impressão de cerca de 98 milhões de páginas, evitando a emissão de 960 toneladas de CO₂.

Foto: dantaylr

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/04/c75.jpg?9d7bd4>

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) adotará dispositivos inteligentes e um sistema on-line de participação a distância para usar o mínimo de papel durante as reuniões. Esse dispositivo está sendo desenvolvido pela União Internacional de Telecomunicações (ITU) e já foi testado como projeto piloto na reunião do Conselho dos Chefes Executivos das Nações Unidas e suas organizações, realizada na sexta-feira, 13 de abril, em Genebra (Suíça).

Um sistema semelhante já havia sido testado na última Conferência Mundial de Radiocomunicações, que contou com a participação de mais de três mil delegados. O evento foi realizado quase 100% sem papel e poupou a impressão de cerca de 98 milhões de páginas, evitando a emissão de 960 toneladas de CO₂.

O objetivo da ONU é circular o máximo possível a informação através de redes sociais privadas e outras Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Dessa forma, espera-se não só melhorar a produtividade dos encontros como reduzir os impactos ambientais. Além da Rio+20, também está previsto o uso dessas ferramentas durante a 67ª Assembleia Geral da ONU, em setembro, na sede da organização, em Nova York.

Seminário sobre a Rio+20

A Rio+20 será tema do seminário No Caminho da Rio+20, que vai discutir temas como economia verde e inclusão social. O evento é organizado pela Fundação Konrad Adenauer e contará com a participação de especialistas e diplomatas do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri).

Além da economia verde e da inclusão social, estão na pauta do evento as mudanças climáticas, a sustentabilidade, o fornecimento de recursos, o papel do Estado e as relações internacionais. O seminário é promovido nesta segunda-feira, 16 de abril, e na terça-feira (17), no Hotel Caesar Park, em Ipanema.

A Rio+20 reunirá representantes de cerca de 150 países no Rio de Janeiro, no final de junho deste ano, com o objetivo de discutir a economia verde e a criação de uma instituição internacional voltada para o desenvolvimento sustentável ou o fortalecimento das estruturas já existentes.

Até o momento, cerca de 100 chefes de Estado e governo confirmaram participação na cúpula.

* Publicado originalmente no [EcoD](http://www.ecodesenvolvimento.org.br/conexao-onu/onu-testa-metodologia-da-rio-20-para-uso-eficiente)(<http://www.ecodesenvolvimento.org.br/conexao-onu/onu-testa-metodologia-da-rio-20-para-uso-eficiente>).

Fonte: EcoD/Envolverde(http://envolverde.com.br/noticias/onu-testa-metodologia-da-rio20-para-uso-eficiente-de-papel/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=17)

18/04/2012

Rio+20 – a ausência de uma agenda positiva

por José Goldemberg*



Fonte: http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/04/noticia_252-300x225.jpg?9d7bd4

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992 (Rio-92) mobilizou governos e organizações da sociedade civil de uma forma extraordinária: mais de cem chefes de Estado participaram e cerca de cem mil pessoas compareceram aos eventos que se desenvolveram na ocasião em torno dela. Essa Conferência – também chamada Cúpula da Terra – foi preparada por personalidades carismáticas, como Maurice Strong, e contou com o apoio entusiástico do governo federal. Havia na época um senso de urgência quanto à necessidade de agir diante dos problemas ambientais que ameaçam o bem-estar da humanidade, como o aquecimento da Terra e as consequentes mudanças climáticas.

Como resultado, a Rio-92 adotou documentos importantes, como a Convenção do Clima, a Convenção da Biodiversidade e a Agenda 21, um roteiro bastante detalhado para um desenvolvimento sustentável. A palavra-chave que entrou no vocabulário de todos desde então foi sustentabilidade, que significa crescimento econômico de um tipo que não comprometa o futuro.

Sucedem que “futuro” pode ter significados diferentes: para um político eleito, futuro significa quatro ou talvez oito anos, que dificilmente podem ser prorrogados, e preocupações imediatistas têm prioridade nas suas ações. Não são comuns os dirigentes que apresentam nos seus quatro ou oito anos de exercício no cargo visões de longo prazo. No caso brasileiro, talvez o presidente Juscelino Kubitschek seja o exemplo mais favorável que tivemos, com a criação de Brasília e a implantação da indústria automobilística no país, por mais controversas que fossem.

Em 1992, os chefes de Estado presentes no Rio concordaram que o aquecimento global e a perda da biodiversidade – que tem origem na ação do homem – representavam uma séria ameaça à humanidade e providências urgentes tinham de ser tomadas para enfrentá-las. Esse senso de urgência, porém, se perdeu ao longo dos últimos anos por causa das guerras no Oriente Médio, das crises econômicas e da falta de liderança.

Por essas razões a Rio+20, convocada pela Organização das Nações Unidas, corre o risco de ser um evento sem maior significado histórico, diferentemente do que foi a Rio-92, e não atrair um número significativo de chefes de Estado. Para ser realista, é o caso de perguntar: por que razão chefes de Estado, enfrentando as turbulências da crise econômica nos seus países, se deslocariam para o Rio de Janeiro? Para tirar belas fotografias do Pão de Açúcar e não adotar resoluções que sejam relevantes para a população dos seus países?

Os problemas imediatos que esses governantes enfrentam ocupam suas agendas e prioridades. E preocupações com mudanças climáticas podem parecer menos urgentes. Esta visão, contudo, é completamente equivocada e se não for alterada a tempo vai transformar a Rio+20 num evento medíocre e possivelmente embaraçoso para o governo brasileiro.

A verdade é que as ameaças à sustentabilidade do desenvolvimento, que foram reconhecidas em 1992, não só não desapareceram, como se tornaram ainda maiores. É esta realidade que acaba de ser lembrada por um eminente grupo de laureados com o Prêmio Planeta Azul – considerado por muitos o Prêmio Nobel da área ambiental –, que se reuniu recentemente em Londres. Só para dar um exemplo, os cientistas dizem claramente em sua análise ser inevitável o aumento da temperatura do planeta em mais de 3 graus Celsius até 2050, superando o limite até agora aceito de 2 graus, com todas as suas graves consequências.

No caso do Brasil, esse aumento de temperatura vai implicar maior precipitação de chuvas na Região Sudeste e menor na Amazônia, que ficará mais seca. Mais ainda, a precipitação será mais intensa em períodos de tempo menores, o que já está acontecendo em São Paulo, com as chuvas torrenciais todas as tardes no verão. Vale a pena mencionar também o aumento dos eventos climáticos e hidrológicos extremos, como enchentes, secas, temperaturas extremas, cuja frequência anual era de 400 em 1980 e dobrou nos últimos 30 anos.

O grupo reunido em Londres identificou também uma série de medidas que precisam ser implementadas com urgência, mas não estão contempladas no documento preparado pelas Nações Unidas e que será a base das discussões na Rio+20. A ideia central constante nesse importante documento é a de que a linguagem prevalente nas empresas – para as quais o desenvolvimento sustentável tem três pilares: econômico, social e ambiental – não se aplica a governos, para os quais o pilar ambiental é o essencial. Isto porque, se esgotarmos os recursos naturais com a exploração predatória, não haverá desenvolvimento econômico e muito menos justiça social. Daí a ideia de uma transição para uma “economia verde”, que foi proposta como caminho a seguir, no qual as causas do aumento de temperatura da Terra seriam removidas.

A posição do governo brasileiro nessa questão é ambígua, reformulando a ideia da economia verde para uma “economia verde abrangente”, com o objetivo de incluir suas atividades na área social como “bolsa-família”.

Finalmente, aqueles mesmos cientistas apontam para o fato de que promover o desenvolvimento sustentável não pode ser apenas tarefa dos ministérios do meio ambiente, mas dos governos como um todo, os quais precisam entender que não existe conflito fundamental entre crescimento econômico e preservação ambiental.

A proposta atual em discussão para a Rio+20 apenas reafirma as decisões do passado, principalmente as tomadas em 1992, mas não avança nem olha para o futuro. É preciso incluir nessa proposta uma agenda positiva, que o Brasil poderia liderar.

** José Goldemberg, professor emérito da Universidade de São Paulo, é um dos laureados com o prêmio Planeta Azul.*

Fonte: [Envolverde](http://envolverde.com.br/sociedade/artigo-sociedade/rio20-a-ausencia-de-uma-agenda-positiva/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=18)(http://envolverde.com.br/sociedade/artigo-sociedade/rio20-a-ausencia-de-uma-agenda-positiva/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=18)

18/04/2012

Fiocruz lança documento para inserir a saúde na pauta da Rio+20

por Marina Lemle, da EcoAgência

O texto foi produzido pelo Grupo de Trabalho da Saúde para a Rio+20 e está disponível para download no site www.sauderio20.fiocruz.br, onde também podem ser feitas contribuições ao documento.



Paulo Gadelha

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/04/c58.jpg?9d7bd4>

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) divulgou e abriu para contribuições um documento que defende a centralidade das questões de saúde humana nos debates sobre economia verde, sustentabilidade e governança da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, a Rio+20, em junho, no Rio de Janeiro. Lançado durante o Seminário de Mobilização da Fiocruz para a Rio+20, realizado no Salão Internacional da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp/Fiocruz), em 12 de abril, o documento é dividido em três temas: economia verde e saúde; sustentabilidade e saúde; e governança e saúde. O texto foi produzido pelo Grupo de Trabalho da Saúde para a Rio+20 e está disponível para download no site www.sauderio20.fiocruz.br, onde também podem ser feitas contribuições ao documento.

Presente ao seminário, o presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha (foto), explicou que o documento reúne visões acumuladas pela expertise da Fiocruz na área de saúde e ambiente e contribui para projetar desdobramentos à conferência, incluindo a revisão dos Objetivos do Milênio (ODM), firmados na Cúpula do Milênio, em 2000. Ele acrescentou que o fato de o Brasil sediar o evento gera responsabilidades imensas em relação à realidade nacional e destacou o papel da Fiocruz, como instituição de referência na área, no aprofundamento do processo crítico e na identificação de formas de intervir de maneira mais consequente.

“Ambiente e saúde são quase simbióticos. A Fiocruz está se antecipando, por exemplo, ao estudar os impactos de grandes empreendimentos e formas de intervenção, para gerar modificações nos quadros, inclusive da governabilidade”, disse. Para ele, a própria Organização Mundial de Saúde (OMS, órgão das Nações Unidas) está muito aquém da expectativa no seu papel de governança em saúde e necessita de uma reforma.

O vice-presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fiocruz, Valcler Rangel, ressaltou a importância de se dar foco aos determinantes sociais da saúde e às discussões sobre o processo de desenvolvimento e a inclusão social, tendo a questão ambiental como pilar fundamental. “O documento é uma das iniciativas que a Fiocruz está promovendo para dar centralidade ao tema. A outra é a mobilização, tanto nos espaços governamentais como da sociedade, na Cúpula dos Povos. Precisamos discutir o atual modo de produção e de consumo e trabalhar contrariamente ao processo de desigualdade social. Queremos cutucar as agendas formais da Rio + 20”, enfatizou.

À frente do Grupo de Trabalho que deu origem ao documento, o coordenador do Centro de Relações Internacionais (Cris) da Fiocruz, Paulo Buss, contou que o texto foi construído a partir do estudo de diversos documentos elaborados nos últimos anos no campo do desenvolvimento, ambiente e saúde, e ressaltou que o documento ainda não está concluído. “Estamos seguros que ainda há muitas lacunas. O lançamento do documento no site para contribuições é o primeiro passo para a correção de imperfeições analíticas e metodológicas. Precisamos de debate para a transformação. É juntando evidências que podemos ajudar a construir a política”, disse.

Ele alertou para o risco de que a Rio+20 seja reduzida a um cumprimento de tabela, se não houver um posicionamento firme da sociedade civil, da academia e dos governos, e denunciou as controvérsias da

economia verde: “É preciso evitar um simples esverdeamento do capital. A Fiocruz está preocupada em questionar o atual modo de produção e de consumo”. Convidada a participar da mesa, a presidente do Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (Cebes), Ana Costa, colocou a instituição como parceira da Fiocruz “na tentativa de denunciar o caráter periférico que a economia verde traz para a situação de degradação ambiental”.

“O foco na economia verde tira a oportunidade de se discutir a realidade concreta e buscar propostas de novos caminhos. Não podemos despolitizar a situação do meio ambiente. As respostas governamentais estão cada vez mais frágeis em termos de compromissos sérios”, disse. Ela contou que o Cebes também está produzindo um documento a ser compartilhado na Rio + 20 e na Cúpula dos Povos, além de uma edição da revista Saúde em Debate.

Pesquisadores altamente qualificados da Fiocruz participaram do debate sobre o documento. O professor e pesquisador Silvio Valle, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), especialista em Biossegurança, disse que sentiu falta de menções aos protocolos de Cartagena (Convenção da Biossegurança), de Nagoia, que trata da repartição dos benefícios da exploração da biodiversidade (protocolo ABS) e de Nagoia-Kuala Lumpur, que aborda a questão dos transgênicos. Ele alertou que não existe mais indústria de sementes nacionais no Brasil. “A sugestão é que Fiocruz entre no debate polêmico dos transgênicos sem maniqueísmos”, frisou.

O pesquisador Marcelo Firpo, do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh/Ensp) disse ter sentido falta da questão da democracia, das relações de poder e dos direitos humanos no texto. “O documento não entra nas questões dos conflitos ambientais – morte, sofrimento, doença, injustiça -, da mercantilização da natureza e da vida e das relações de subordinação aos interesses de mercado. Precisamos abordar o dilema do modelo de desenvolvimento brasileiro, concentrado em commodities rurais e metálicas, agronegócios, siderúrgicas e suas tragédias. Devemos buscar a articulação com movimentos sociais e a sociedade civil nas relações entre o global e o local”, enfatizou Firpo.

Professor da EPSJV/Fiocruz, Alexandre Pessoa também defendeu o processo de construção coletiva. “O documento vai poder dialogar com documentos da cúpula dos povos, como as críticas à Economia Verde e outras falsas questões”, disse. Ele sugere que as contribuições apareçam no site junto com seus autores à medida que forem sendo feitas. Sandra Hacon, pesquisadora da Ensp, preocupa-se em como transformar o documento em ação a tempo da conferência, “para não morrer na praia”. “Não está clara a estratégia da Fiocruz para colocar a Saúde na agenda”, observou.

Cristina Araripe, da Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação (VPEIC) e professora da EPSJV, destacou a necessidade de se colocar a questão da educação e da mobilização dos jovens, discutindo a saúde ligada à justiça ambiental. “Quando se trabalha com jovens, vemos que não há clareza sobre isso. É estratégico e vital ampliar desafios com dimensões políticas para interferir nas práticas, inclusive de educação”, disse. Para Leticia Kraus, do Departamento de Administração e Planejamento em Saúde da Ensp, a ponte entre saúde e ambiente não está clara até para muitos colegas. “Precisamos fazer um esforço para trazer gente de saúde mental, câncer, avaliação tecnológica, engenharia genética, entre outras áreas, para mostrar exemplos objetivos de como a saúde é atingida pelas questões ambientais e políticas”, sugeriu.

O assessor da Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS), Annibal Amorim, recomendou a realização de debates com a participação de uma rede de parceiros da sociedade civil, como o Coep, além da produção de vídeos, para garantir o legado da conferência. “É a Rio + Sempre que devemos definir”, resumiu. A pesquisadora Marcia Chame, da Ensp, lembrou que, nos processos licitatórios, os indicadores da saúde não são previstos por lei, quando deveriam nortear as políticas do país. “É um ponto crucial para mudar a governança no país”, enfatizou.

Para José Noronha, do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica (Icict), “economia verde” é uma agenda dos EUA, que não assinou os protocolos internacionais, o que o faz crer que a conferência esteja fadada ao fracasso: “Economia verde é a extinção da Agenda 21, e é hora de reforçar os compromissos dela. A saúde é o centro da agenda pela sobrevivência planetária.”

*

Publicado

originalmente

na

[EcoAgência](http://ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRIVONVTVFzMX1GeWJFbKVVVB1TP) (<http://ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRIVONVTVFzMX1GeWJFbKVVVB1TP>).

Fonte: EcoAgência/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/fiocruz-lanca-documento-para-inserir-a-saude-na-pauta-da-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=18) (http://envolverde.com.br/noticias/fiocruz-lanca-documento-para-inserir-a-saude-na-pauta-da-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=18)

18/04/2012

Basta vontade política para atingir 100% de energia renovável até 2050, diz estudo

por Redação EcoD



O estudo excluiu a biomassa e a energia nuclear das alternativas.

Foto: Muffet

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/04/c610.jpg?9d7bd4>

Caso haja vontade política, até 2050 toda a energia consumida no planeta poderá ser originada de fontes renováveis, segundo estima um estudo norte-americano, publicado no Energy Policy. Segundo os autores, toda geração de energia poderia ser suprida por energias renováveis até 2030 e, vinte anos depois, todo o consumo pré-existente também. A conclusão é mais otimista do que a divulgada em 2011 em um relatório da WWF, que estimou o atendimento de 95% da demanda por essas fontes de energia em 2050, meta já considerada ambiciosa à época.

Para tanto, seriam necessários a construção de cerca de quatro milhões de turbinas eólicas de 5 MW, 1,7 bilhão de sistemas solares fotovoltaicos, e 90 mil plantas solares de 300 MW. Para se ter ideia, existe atualmente apenas 1% da energia eólica que a demanda pede e um pouco menos do que isso em energia solar.

O estudo objetiva demonstrar, segundo um dos autores, Mark Delucchi, que viver em um mundo movido a energia renovável é possível, sendo que esta supriria a demanda indefinidamente a partir de 2050.

Delucchi, da Universidade de Stanford, e seu colega Mark Jacobson, da Universidade da Califórnia-Davis, deram ênfase em fontes eólica, solar, ondas do mar e geotérmicas de energia. Os pesquisadores não incluíram no estudo a biomassa, devido à poluição e questões de uso da terra, nem a energia nuclear, responsável por 6% da energia planetária no momento.

Eles deixaram de lado também os combustíveis fósseis, que representam, atualmente, 80% do fornecimento mundial de energia. Segundo eles, os veículos automotivos, por exemplo, podem ser movidos a eletricidade ou hidrogênio.

Concretização

Mais do que vontade política, a realização do cenário construído pelos norte-americanos são os investimentos. Embora já tenham sido construídas turbinas eólicas com potência de 5MW na Alemanha e na China, a maioria das turbinas atuais tem de duas a três vezes menos capacidade que a necessária.

As plantas solares também são parcamente utilizadas – existem menos de dez com as características propostas pelos autores (misto de fotovoltaicas e de energia solar concentrada).

Os pesquisadores garantem que os principais recursos (dinheiro e tecnologia) estão disponíveis, e que o único gargalo está na obtenção de materiais de terras raras, como o neodímio, usado frequentemente na fabricação de magnetos.

O problema seria superado caso a mineração fosse ampliada em cerca de cinco vezes, houvesse processos de reciclagem destes materiais, ou fossem criadas novas tecnologias que evitassem o uso de terras raras. “Nós realmente precisamos decidir coletivamente qual a direção que a nossa sociedade quer seguir”, enfatizou Jacobson a Stanford.

* Publicado originalmente no [EcoD](http://www.ecodesenvolvimento.org.br/posts/2012/abril/basta-vontade-politica-para-atingir-100-de-energia)(<http://www.ecodesenvolvimento.org.br/posts/2012/abril/basta-vontade-politica-para-atingir-100-de-energia>).

Fonte: EcoD/Envolverde(http://envolverde.com.br/noticias/basta-vontade-politica-para-atingir-100-de-energia-renovavel-ate-2050-diz-estudo/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=18)

18/04/2012

Ex-ministros dizem que ambiente foi 'exilado' na negociação da Rio+20

Manifesto lançado nesta quarta cobra pressão do Brasil na pauta ambiental. Para negociador na Rio 92, há tempo de mudar agenda da cúpula da ONU.

por Eduardo Carvalho do Globo Natureza, em São Paulo

Um grupo de ex-ministros do Meio Ambiente do Brasil, especialistas e políticos, divulgou nesta quarta-feira (18), em São Paulo, manifesto que pede ao governo brasileiro mais atenção à pauta ambiental nas negociações da Rio+20.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, será realizada em junho, no Rio de Janeiro, e deve reunir cerca de cem chefes de Estado, segundo o Itamaraty.

Chamado de “Rio mais ou menos 20”, o documento, assinado pelos ex-ministros Marina Silva, José Goldenberg, José Carlos de Carvalho, o embaixador e ex-negociador da ONU, Rubens Ricupero, além de outros nomes, ressalta a urgência de incluir a agenda climática e ambiental nas negociações, para evitar o risco de que o encontro se torne irrelevante e configure em um “retrocesso”.

As contribuições, que serão enviadas à presidência da República, responsável pela organização e condução das negociações da cúpula, ressaltam que o país “praticamente ignorou” a dimensão climática.

O documento informa ainda que o país “deve se engajar claramente, por meio de políticas públicas, na agenda de transição para uma economia de baixo carbono”, com a criação de planos para reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa.

“Há uma preocupação com a agenda histórica de 1992, com o exílio da problemática ambiental na Rio+20. O tema não precisa ser colocado em oposição ao desenvolvimento sustentável (...). Não há como discutir crise econômica sem discutir a crise ambiental”, disse a ex-ministra e ex-senadora Marina Silva, em evento realizado em São Paulo.



Da esquerda para a direita, os ex-ministros do Meio Ambiente José Carlos de Carvalho, José Goldenberg, Marina Silva, além do embaixador e negociador brasileiro na Rio92, Rubens Ricupero, durante debate realizado na FAAP, em São Paulo.

Foto: Eduardo Carvalho/Globo Natureza

Fonte: <http://s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/04/18/ministros.jpg>

Sem avanços

Para Marina, a sociedade civil não pode ficar “refém da baixa expectativa” para a cúpula e o governo não pode “enterrar” o tema ecologia do debate. “Caso contrário, a Rio+20 será como as conferências anteriores à Rio 92, onde se debatia desenvolvimento sem o tema ambiental”.

O físico nuclear, José Goldemberg, disse que o argumento brasileiro de que o encontro não é uma conferência ambiental representa um “atraso”. Segundo ele, se não der atenção ao pilar ambiental, os demais pilares que compõem o “tripé” que norteia a conferência, o social e o econômico, deixam de existir.

O embaixador Rubens Ricupero, que foi um dos principais negociadores da Rio 92, disse que o Brasil não está assumindo seu papel de anfitrião na conferência ao limitar suas opiniões no debate com as nações em desenvolvimento, que compõem o G77 e China.

“O país tem que posicionar melhor sua opinião e não se juntar ao grupo. Não é mais um debate Norte e Sul”, disse referindo-se ao embate entre países ricos do Hemisfério Norte contra os pobres do lado de baixo da Linha do Equador.

Reversão

Para os ex-ministros, há tempo de reverter a agenda da Rio+20, já que deve ocorrer mais duas rodadas de negociação – uma ainda este mês, em Nova York, e em junho, no Brasil, uma semana antes do encontro com os chefes de Estado. “Há muita coisa para fazer e dá para negociar sim, desde que haja vontade e um trabalho conjunto”, explica Ricupero.

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/04/ex-ministros-dizem-que-ambiente-foi-exilado-na-negociacao-da-rio20.html)(<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/04/ex-ministros-dizem-que-ambiente-foi-exilado-na-negociacao-da-rio20.html>)

19/04/2012

Grupo pede que governo evite retrocesso na Rio+20

Por Agência Brasil



Foto: Wikimedia Commons

Fonte: <http://info.abril.com.br/images/materias/2012/04/rio-20120419090231.jpg>

São Paulo – Um grupo de acadêmicos, ambientalistas, parlamentares e ex-ocupantes de cargos públicos defendeu nesta quarta-feira (18), em São Paulo, que o governo adote uma ação mais atuante na definição de políticas públicas a serem apresentadas na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, em junho próximo.

Em documento apresentado na Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap), os 17 integrantes do grupo alertaram que “há um elevado risco de que a Rio+20 seja não apenas irrelevante, mas configure um retrocesso”.

Entre as propostas, está a de que o país deve adotar um conjunto coordenado de políticas públicas, na agenda de transição para a chamada economia verde ou de baixo carbono. Para isso, o grupo sugere a adoção de um sistema de vantagens competitivas associadas a esse processo, ao mesmo tempo em que sejam desencorajadas iniciativas que caminhem em direção oposta.

“A prioridade à transição para uma economia de baixo carbono deve se traduzir em medidas de políticas industriais, de transportes, energética, agropecuárias, comerciais e de inovação e em instrumentos de política que favoreçam investimentos sustentáveis”, assinala o grupo no documento sob o título “Rio Mais ou Menos 20?”.

À frente desse movimento, Rubens Ricupero, ex-ministro da Fazenda e do Meio Ambiente e ex-secretário geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), observou que “o Brasil foi o autor do primeiro grande projeto de economia verde, o etanol, mas ficou só nisso”. Para ele, há falhas no Código Florestal em discussão no Congresso Nacional como, por exemplo, a ausência de medidas de estímulo ao plantio de florestas.

Segundo Ricupero, o grupo vai buscar adeptos e interessados em propor sugestões a serem adotadas pelo governo na conferência, por meio da internet. Cópias do documento também estão sendo encaminhadas às autoridades públicas.

Na avaliação da ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, essa é uma oportunidade de o Brasil dar o exemplo de condutas para permitir o crescimento econômico sem comprometer o ecossistema. Para ela, como anfitrião, o país deveria liderar um movimento de criação de um organismo no âmbito das Nações Unidas (ONU) especialmente voltado para as questões ambientais, à semelhança das organizações mundiais na área de comércio e saúde.

A ex-senadora Marina Silva, que assina o documento, o Brasil “não pode sair dessa conferência menor do que [saiu] na Rio 92”, disse, ressaltando alguns avanços que resultaram daquela conferência, realizada também no Rio de Janeiro, há 20 anos, tais como o das metas estabelecidas para a redução das emissões de gás carbônico e o de medidas que levaram a uma redução de 80% no desmatamento.

Já o físico José Goldemberg, ex-ministro da Educação e ex-secretário de Meio Ambiente e de Ciência e Tecnologia do governo federal, criticou o encaminhamento das discussões em torno da Rio+20, dizendo que elas estão deixando de lado as mudanças climáticas.

Para ele, ao ignorar os efeitos de uma economia fundamentada na depredação dos recursos naturais, a sociedade está contribuindo para aumentar os riscos da vida na terra. Segundo o físico, nos últimos 30 anos, subiu de 400 para 600, por ano, o número de eventos associados ao “pouco caso com o meio ambiente”, entre eles os deslizamentos de terra de Teresópolis, no Rio de Janeiro, a seca e as inundações em países asiáticos.

Fonte: [INFO > Notícias > Tecnologias Verdes](http://info.abril.com.br/noticias/tecnologias-verdes/ambientalistas-pedem-que-governo-evite-retrocesso-na-rio20-19042012-11.shl)(<http://info.abril.com.br/noticias/tecnologias-verdes/ambientalistas-pedem-que-governo-evite-retrocesso-na-rio20-19042012-11.shl>)

19/04/2012

'Economia verde' divide negociações na Rio+20, diz embaixador

*Países não querem imposições de medidas que reduzam crescimento.
Próxima rodada de negociações ocorre em Nova York.*

por Felipe Néri do G1, em Brasília

O secretário-executivo da Comissão Nacional para a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio +20), embaixador Luiz Alberto Figueiredo, disse na tarde desta quinta-feira (18) que as negociações finais para o encontro esbarram nas definições sobre o que é e como implantar a chamada "economia verde". Segundo ele, há países receosos de que a imposição da economia verde limite o desenvolvimento.

De acordo com o embaixador, entre os 190 países negociadores do documento final que será concluído após a conferência, alguns temem a imposição de padrões tecnológicos, a criação de barreiras comerciais e de condicionalidades à ajuda internacional.

Essa preocupação já havia sido [apresentada no final de março durante a IV Reunião de Cúpula](http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/03/brics-apoiam-economia-verde-que-nao-afete-crescimento-de-emergentes.html) (<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/03/brics-apoiam-economia-verde-que-nao-afete-crescimento-de-emergentes.html>) dos países que integram os "Brics" -- Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Na ocasião, a declaração final do encontro afirmou que o grupo se opõe à introdução de barreiras ao comércio e ao investimento como justificativa para desenvolver a economia verde.

Figueiredo reforçou essa posição brasileira nesta quinta. "Nós queremos mostrar que cada país encontrará a sua via no caminho do desenvolvimento sustentável. A economia verde é um instrumento para se chegar ao desenvolvimento", declarou Figueiredo.



O secretário executivo da Comissão Nacional para a Rio+20, embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, detalha os preparativos da Rio+20

Foto: Elza Fiúza/ABr

Fonte: <http://s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/04/19/figueiredo.jpg>

Além de ser o país-sede da Rio+20, o Brasil é o responsável por presidir as negociações em torno do documento final da conferência.

Na próxima segunda-feira (23), será iniciada em Nova York a última rodada de discussões entre delegados dos países sobre o acordo antes da chegada ao Brasil.

Termos

O Ministério das Relações Exteriores também informou que o conceito de "crescimento verde", sugerido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), não deverá substituir o de "economia verde" no documento final da Rio +20. De acordo com Ministério, o termo usado atualmente pela ONU nas negociações da conferência é mais universal por incluir, além do fator econômico, os âmbitos social e ambiental.

O Ministério também confirmou que está incluído no documento de negociação uma sugestão brasileira de criação de um piso social ambiental global no acordo da Rio+20. Apesar de não detalhar como o programa funcionará, o Ministério informou que ele incluirá conceitos sociais, econômicos e ambientais e estaria sendo "bem acolhido" nas discussões com outros países.

Manifesto

O Ministério das Relações Exteriores não se posicionou sobre o Manifesto que foi divulgado nesta quarta-feira (17) por um grupo de ex-ministros do Meio Ambiente pedindo ao governo brasileiro mais atenção à pauta ambiental nas negociações da Rio+20. No entanto, o órgão informou que não tem expectativas de que o evento seja um fracasso no que diz respeito à tomada de decisões.

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20\(http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/04/economia-verde-divide-negociacoes-na-rio20-diz-embaixador.html\)](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/04/economia-verde-divide-negociacoes-na-rio20-diz-embaixador.html)

20/04/2012

Regras e padrões para economia verde devem ficar fora do documento da conferência

por *CLAUDIO ANGELO DE BRASÍLIA*

As divergências entre países desenvolvidos e em desenvolvimento já fizeram sua primeira vítima na Rio+20: a economia verde.

Por pressão das nações pobres, o texto da conferência deve tratar a questão, que refere-se a práticas que conservem recursos naturais, sem propor regras e padrões, como alguns países desejavam.

"Há países que temem a imposição de padrões tecnológicos e de condicionantes à ajuda financeira ao desenvolvimento e ao comércio internacional", disse ontem o embaixador Luiz Alberto Figueiredo, secretário-executivo da Comissão Nacional para a Rio+20.

O G77, bloco composto por 130 países em desenvolvimento, teme que regras e padrões de economia verde sejam usados por nações ricas para impor barreiras não tarifárias a produtos agrícolas.

O Brasil, como membro do bloco, subscreve essa posição, embora o próprio Itamaraty já tenha dito que o país não teme (e pode até se beneficiar de) tais padrões.

O texto original da conferência, o "Rascunho Zero", fala da criação de uma plataforma para facilitar políticas de implementação da economia verde. Ela incluiria "um conjunto de indicadores para medir o progresso".

No chamado "Rascunho Um", texto que será negociado em Nova York na semana que vem, a menção a indicadores é substituída por "modelos ou bons exemplos" e "metodologias para avaliar políticas", formulações que amarram menos os países.

Segundo o Itamaraty, há um consenso crescente de que a economia verde não é uma fórmula única.

A diplomacia brasileira explicou que o progresso do planeta na transição para uma economia verde seria medido pela consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que deverão ser acordados na Rio +20.

Um órgão da ONU, o Conselho de Desenvolvimento Sustentável, a ser criado na conferência, vai acompanhar o cumprimento dos objetivos.

Fonte: [FOLHA.COM > Notícias > Meio Ambiente > Rio+20](http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1078900-regras-e-padroes-para-economia-verde-devem-ficar-fora-do-documento-da-conferencia.shtml)(<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1078900-regras-e-padroes-para-economia-verde-devem-ficar-fora-do-documento-da-conferencia.shtml>)

20/04/2012

Organizador do Fórum Global de conferência em 1992 é pessimista sobre a Rio+20**Comente Alana Gandra**

da Agência Brasil, no Rio de Janeiro

Comunicar erro Imprimir Um dos organizadores do Fórum Global, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), Liszt Vieira, atual presidente do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, não tem muitas expectativas para a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, programada para junho, no Rio de Janeiro.

“As diferenças são muito grandes. Não dá para comparar”, disse ele à Agência Brasil. Segundo ele, a Rio+20 não terá caráter resolutivo. “Vai ser um balanço dos últimos 20 anos, com algumas recomendações”, disse Vieira, ao acrescentar que não haverá decisões que obriguem os países a executá-las.

Apesar de não ter grandes esperanças em torno da Rio+20, Vieira considerou que o balanço que será feito no encontro é um ponto positivo. “As recomendações também, de certa maneira, serão bem-vindas.”

Ele lembrou que a Rio 92, apesar das dificuldades enfrentadas, resultou em convenções que foram aprovadas pelos governos. Entre elas, as que tratam de clima e da biodiversidade, além de um plano de ação conhecido como Agenda 21. Para Vieira, no caso da Rio+20, ainda há uma grande indecisão. “Ninguém sabe direito o que vai sair”.

Na Rio 92, foi aprovada ainda a criação da primeira Comissão de Desenvolvimento Sustentável, “que acabou sendo esvaziada ao longo do tempo”. Ele também lembrou que, nestes 20 anos, ocorreram conferências anuais do clima e da biodiversidade promovidas pela ONU, que, entretanto, nunca dialogaram entre si, embora tenham aprofundado o debate. “Se nestes 20 anos não foi possível alcançar acordos nessas conferências das partes, dificilmente vai ser alcançado um acordo nesta reunião [Rio+20], que é mais abrangente.”

Segundo Vieira, é o momento de se ter uma visão de conjunto sobre a situação do planeta e a destruição dos recursos naturais. Apesar de não ser otimista sobre a Rio+20, ele admite a possibilidade de que ocorra algum avanço no que se refere à governança ambiental que resulte no fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), sediado em Nairóbi, no Quênia, ou na criação de uma nova agência global.

Em relação ao Fórum Global da Rio 92 e à Cúpula dos Povos, evento paralelo à Rio+20, Vieira disse que houve progressos em termos da participação da sociedade civil no processo. “No Fórum Global, isso era novidade”, lembrou.

“A partir da Rio 92, viu-se que a questão socioambiental era inseparável do desenvolvimento. Os impactos sociais estão ligados à questão ambiental e vice-versa. As questões econômicas e sociais têm impactos ambientais”, completou.

Fonte: [UOL > Notícias > Rio+20](http://noticias.uol.com.br/ciencia/ultimas-noticias/redacao/2012/04/20/organizador-do-forum-global-de-conferencia-em-1992-e-pessimista-sobre-a-rio20.htm)(<http://noticias.uol.com.br/ciencia/ultimas-noticias/redacao/2012/04/20/organizador-do-forum-global-de-conferencia-em-1992-e-pessimista-sobre-a-rio20.htm>)

21/04/2012

La ciudad sede del V Encuentro latinoamericano de Gobiernos Regionales

Mar del Plata será sede el lunes y martes próximos del “V Encuentro latinoamericano de Gobiernos Regionales” preparatorio de la conferencia Río+20 de la ONU que se realizará en junio en Brasil, con el objetivo de fijar metas en pos de un desarrollo sostenible. El gobierno de la provincia de Buenos Aires, a través del Organismo Provincial para el Desarrollo Sostenible (OPDS), será anfitrión de este encuentro que se realizará en esta ciudad balnearia. El cónclave brindará “un espacio de trabajo y de interacción centrado en la contribución política y técnica de los gobiernos regionales al proceso hasta junio y a la etapa post-Río+20 alrededor de iniciativas específicas”, explicaron los organizadores. La reunión contará con la presencia de representantes de la Organización de Naciones Unidas, de gobernadores y representantes de los gobiernos de Brasil, Paraguay, Venezuela, Uruguay, Nicaragua, Cuba, México y Ecuador, y de otras redes internacionales de gobiernos regionales. Serán parte del encuentro el titular del OPDS, José Molina; el secretario de Espacio Público, Eduardo Aparicio; el intendente de Mar del Plata, Gustavo Pulti, y el secretario de Gobierno local, Marcelo Artime. También participarán la Red de Gobiernos Regionales por el Desarrollo Sostenible (nrg4SD por sus siglas en inglés); la Organización Latinoamericana de Gobiernos Intermedios (OLAGI), el Consejo Federal de Ambiente (COFEMA), representantes de: Brasil, Ecuador, Chile, Paraguay, Nicaragua, México, Venezuela y Colombia; Secretarios y Ministros de Ambiente de las provincias argentina. A su vez, mediante videoconferencia, participarán representantes de la ONU, gobiernos nacionales y otras redes internacionales de gobiernos nacionales. El encuentro se enmarca en los trabajos de la red de gobierno regionales en el proceso preparatorio de la Conferencia Río +20 de las Naciones Unidas de los próximos 20-22 de junio de 2012 en Río de Janeiro, Brasil. El objetivo de esa cumbre es elaborar, a través de los aportes y conclusiones de cada uno de los gobiernos participantes, una relatoría con los pasos a seguir en pos de un desarrollo sostenible. La Red de Gobiernos Regionales por un Desarrollo Sostenible (nrg4SD, por sus siglas en Inglés) es una organización internacional sin fines de lucro, que representa a gobiernos regionales y asociaciones de los gobiernos regionales y promueve el desarrollo sostenible a nivel regional en el Mundo. Creada en 2002 durante la Cumbre Mundial de Johannesburgo hoy incluye unos 50 gobiernos regionales de 30 países y siete organizaciones de gobiernos regionales. Buenos Aires participó en diciembre pasado de la “17 Conferencia de las Partes de la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre Cambio Climático (COP 17)” y de la séptima Reunión de Partes del Protocolo de Kyoto (CMP 7) que se realizó Durban, Sudáfrica.

Más información: <http://www.0223.com.ar/general/59112-la-ciudad-sede-del-v-encuentro-latinoamericano-de-gobiernos-regionales/>

Fonte: (<http://www.0223.com.ar>)

21/04/2012

Mar Del Plata sera sede del “V encuentro latinoamericano de Gobiernos Regionales”

Mar del Plata, 21 de abril (Télam). La ciudad de Mar del Plata será sede el lunes y martes próximos del “V Encuentro latinoamericano de Gobiernos Regionales” preparatorio de la conferencia Río+20 de la ONU que se realizará en junio en Brasil, con el objetivo de fijar metas en pos de un desarrollo sostenible.

El gobierno de la provincia de Buenos Aires, a través del Organismo Provincial para el Desarrollo Sostenible (OPDS), será anfitrión de este encuentro que se realizará en el Hotel NH Provincial de esta ciudad balnearia.

El cónclave brindará "un espacio de trabajo y de interacción centrado en la contribución política y técnica de los gobiernos regionales al proceso hasta junio y a la etapa post-Río+20 alrededor de iniciativas específicas", explicaron los organizadores.

La reunión contará con la presencia de representantes de la Organización de Naciones Unidas, de gobernadores y representantes de los gobiernos de Brasil, Paraguay, Venezuela, Uruguay, Nicaragua, Cuba, México y Ecuador, y de otras redes internacionales de gobiernos regionales.

Serán parte del encuentro el titular del OPDS, José Molina; el secretario de Espacio Público, Eduardo Aparicio; el intendente de Mar del Plata, Gustavo Pulti, y el secretario de Gobierno local, Marcelo Artime.

También participarán la Red de Gobiernos Regionales por el Desarrollo Sostenible (nrg4SD por sus siglas en inglés); la Organización Latinoamericana de Gobiernos Intermedios (OLAGI), el Consejo Federal de Ambiente (COFEMA), representantes de: Brasil, Ecuador, Chile, Paraguay, Nicaragua, México, Venezuela y Colombia; Secretarios y Ministros de Ambiente de las provincias argentina.

A su vez, mediante videoconferencia, participarán representantes de la ONU, gobiernos nacionales y otras redes internacionales de gobiernos nacionales. El encuentro se enmarca en los trabajos de la red de gobierno regionales en el proceso preparatorio de la Conferencia Río +20 de las Naciones Unidas de los próximos 20-22 de junio de 2012 en Río de Janeiro, Brasil.

El objetivo de esa cumbre es elaborar, a través de los aportes y conclusiones de cada uno de los gobiernos participantes, una relatoría con los pasos a seguir en pos de un desarrollo sostenible.

La Red de Gobiernos Regionales por un Desarrollo Sostenible (nrg4SD, por sus siglas en Inglés) es una organización internacional sin fines de lucro, que representa a gobiernos regionales y asociaciones de los gobiernos regionales y promueve el desarrollo sostenible a nivel regional en el Mundo.

Creada en 2002 durante la Cumbre Mundial de Johannesburgo hoy incluye unos 50 gobiernos regionales de 30 países y siete organizaciones de gobiernos regionales. Buenos Aires participó en diciembre pasado de la “17 Conferencia de las Partes de la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre Cambio Climático (COP 17)” y de la séptima Reunión de Partes del Protocolo de Kyoto (CMP 7) que se realizó Durban, Sudáfrica.(Télam)

Fonte: (http://www.elcomercial.com.ar/index.php?option=com_telam&view=deano&idnota=179846&Itemid=116)

22/04/2012

Especialistas cobram cálculo do impacto ambiental da cúpula

por DENISE MENCHEN DO RIO

Organizada para obter avanços em direção ao desenvolvimento sustentável, a Rio+20 traz em si uma amostra do desafio que os países têm pela frente.

Apesar das iniciativas para tornar a conferência da ONU mais sustentável, os impactos ambientais serão grandes – e o fato de o comitê organizador ainda não ter divulgado uma estimativa deles preocupa especialistas.

"Uma conferência como essa tem milhões de impactos, a começar pelas emissões [de gases-estufa], passando pela questão da mobilidade urbana, do uso de energia e da água", diz Marco Fujihara, diretor do Instituto Totum, que presta consultoria na área. "Isso já deveria estar quantificado."

Para Fujihara, a divulgação dessas informações mostraria aos governos que há um "vácuo" na adoção de ações rumo a uma economia de baixo carbono. Na avaliação dele, porém, não há interesse em fazer essa conta "porque vai ficar ruim para os governos, principalmente o brasileiro".

O comitê nacional de organização da Rio+20, no entanto, diz que fará o cálculo da chamada "pegada de carbono" – a quantidade de gases-estufa que o evento vai emitir. Segundo o órgão, técnicos trabalham na definição do método a ser usado.

O comitê afirma ainda que está adotando medidas para tornar o encontro mais sustentável. As providências vão desde o uso de veículos com biocombustível até a inclusão de critérios de sustentabilidade nas licitações.

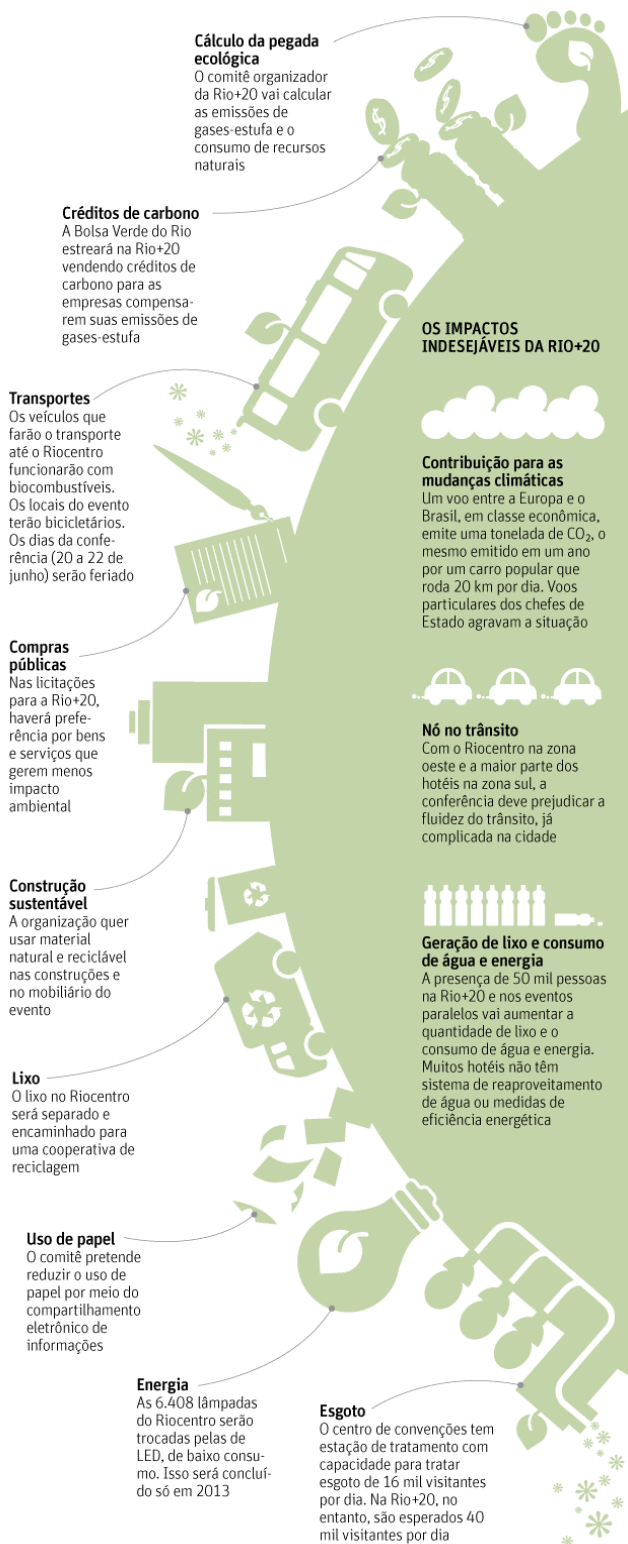
O Riocentro, sede da conferência, também investe na melhoria da sua estrutura. As 6.408 lâmpadas estão sendo substituídas pela tecnologia LED, que consome menos energia. A troca, porém, só será concluída em 2013.

O telhado de amianto, que na Eco-92 deixou ambientalistas chocados – a substância é proibida em dezenas de países porque a inalação de suas fibras traz risco de câncer –, foi substituído em 2006.

BALANÇO ECOLÓGICO

Os impactos negativos gerados pela realização da Rio+20 e as tentativas para amenizá-los

INICIATIVAS PARA TORNAR O EVENTO MAIS SUSTENTÁVEL



Fonte: Comitê Nacional de Organização da Rio+20, GL events, Secretaria de Estado do Ambiente, Prefeitura do Rio, Tasso Azevedo e Marco Fujihara

Foto: Lydia Megumi/Editoria de Arte/Folhapress

Fonte: <http://f.i.uol.com.br/folha/ciencia/images/121125.gif>

CRÉDITOS DE CARBONO

O secretário estadual do Ambiente, Carlos Minc, anunciou a entrada em operação da BVRio (Bolsa Verde do Rio). Segundo ele, empresas que participarão da Rio+20 já mostraram interesse em comprar créditos de

carbono para compensar suas atividades. Com isso, vão gerar recursos para projetos de redução das emissões.

Ex-diretor do Serviço Florestal Brasileiro, Tasso Azevedo diz que as viagens aéreas dos participantes devem responder pela maioria das emissões de gases-estufa no evento. Segundo ele, uma viagem de ida entre Europa e Brasil emite uma tonelada de CO₂ equivalente (unidade de medida desses gases).

Essa é a quantidade máxima que, em 2050, cada um dos estimados 9 bilhões de habitantes deverá emitir em um ano inteiro para evitar que o aquecimento da Terra se agrave. Hoje, segundo Azevedo, a emissão per capita é de 7 toneladas de CO₂.

"Transformar essa realidade vai exigir formas novas de fazer as coisas", diz, citando até o uso de hologramas (como o do rapper Tupac Shakur, morto em 1996, usado para fazer um "show" neste mês nos EUA) para substituir deslocamentos. Iniciativas como essa, diz Azevedo, podem contribuir para que conferências sobre sustentabilidade sejam de fato sustentáveis.

Fonte: [FOLHA.COM > Notícias > Meio Ambiente > Rio+20](http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1079446-especialistas-cobram-calculo-do-impacto-ambiental-da-cupula.shtml)(<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1079446-especialistas-cobram-calculo-do-impacto-ambiental-da-cupula.shtml>)

22/04/2012

Los gobiernos regionales rumbo a Río + 20

El gobierno de la provincia de Buenos Aires, a través del Organismo Provincial para el Desarrollo Sostenible (OPDS) será anfitrión del **V Encuentro latinoamericano - Los Gobiernos Regionales rumbo a Río + 20** que se realizará el lunes y martes próximos en **Mar del Plata**.

El cónclave, que se realizará en el Hotel NH Provincial, será un espacio de trabajo y de interacción centrado en la contribución política y técnica de los gobiernos regionales, previo al Encuentro de junio en Brasil.

La reunión contará con la presencia de representantes de la Organización de Naciones Unidas, de Gobernadores y representantes de los gobiernos de Brasil, Paraguay, Venezuela, Uruguay, Nicaragua, Cuba, México y Ecuador, y de otras redes internacionales de gobiernos regionales.

También participarán la Red de Gobiernos Regionales por el Desarrollo Sostenible (nrg4SD por sus siglas en inglés); la Organización Latinoamericana de Gobiernos Intermedios (OLAGI), el Consejo Federal de Ambiente (COFEMA), representantes de: Brasil, Ecuador, Chile, Paraguay, Nicaragua, México, Venezuela y Colombia; Secretarios y Ministros de Ambiente de las provincias argentinas.

El encuentro se enmarca en los trabajos de "nrg4SD" en el proceso preparatorio de la Conferencia Río +20 de las Naciones Unidas de los próximos 20-22 de junio de 2012 en Río de Janeiro, Brasil.

Este encuentro permitirá a través de los aportes y conclusiones de cada uno de los gobiernos participantes elaborar una relatoría con los pasos a seguir en pos de un desarrollo sostenible.(Télam)

Fonte: (http://www.puntomardelplata.com/ver_noticia_de_mar_del_plata.asp?noticia-de-mar-del-plata=Los-Gobiernos-Regionales-rumbo-a-R%EDo-+-20&codigo=5572)

23/04/2012

Se realiza desde hoy el V Encuentro Latinoamericano Gobiernos regionales rumbo a Río+20

El Gobierno de la Provincia de Buenos Aires, a través del Organismo Provincial para el Desarrollo Sostenible (OPDS) será anfitrión del “V Encuentro latinoamericano- Los Gobiernos Regionales rumbo a Río + 20” que se realizará este lunes y martes en el Hotel Provincial. Este cónclave brindará un espacio de trabajo y de interacción centrado en la contribución política y técnica de los gobiernos regionales al proceso hasta junio y a la etapa post-Río+20 alrededor de iniciativas específicas.

La reunión contará con la presencia de representantes de la Organización de Naciones Unidas, de Gobernadores y representantes de los gobiernos de Brasil, Paraguay, Venezuela, Uruguay, Nicaragua, Cuba, México y Ecuador, y de otras redes internacionales de gobiernos regionales.

Serán parte del encuentro el Titular del OPDS José Molina, el Secretario de Espacio Público Eduardo Aparicio, el intendente Gustavo Pulti y el Secretario de Gobierno, Marcelo Artime.

También participarán la Red de Gobiernos Regionales por el Desarrollo Sostenible (nrg4SD por sus siglas en inglés); la Organización Latinoamericana de Gobiernos Intermedios (OLAGI), el Consejo Federal de Ambiente (COFEMA), representantes de: Brasil, Ecuador, Chile, Paraguay, Nicaragua, México, Venezuela y Colombia; Secretarios y Ministros de Ambiente de las provincias argentinas.

A su vez, mediante videoconferencia, participarán la ONU, gobiernos nacionales y otras redes internacionales de gobiernos nacionales.

El encuentro se enmarca en los trabajos de nrg4SD en el proceso preparatorio de la Conferencia Río +20 de las Naciones Unidas de los próximos 20-22 de junio de 2012 en Río de Janeiro, Brasil.

Este encuentro permitirá a través de los aportes y conclusiones de cada uno de los gobiernos participantes elaborar una relatoría con los pasos a seguir en pos de un desarrollo sostenible.

La Red de Gobiernos Regionales por un Desarrollo Sostenible (nrg4SD, por sus siglas en Inglés) es una organización internacional sin ánimo de lucro que representa a gobiernos regionales y asociaciones de los gobiernos regionales y promueve el desarrollo sostenible a nivel regional en el Mundo. Creada en 2002 durante la Cumbre Mundial de Johannesburgo hoy incluye unos 50 gobiernos regionales de 30 países y 7 organizaciones de gobiernos regionales.

Cabe destacar que Buenos Aires participó en Diciembre pasado de la “17 Conferencia de las Partes de la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre Cambio Climático (COP 17)” y de la séptima Reunión de Partes del Protocolo de Kyoto (CMP 7) que se realizó Durban, Sudáfrica.

De esta manera, la provincia se transformó en la primera del país en estar presente en un espacio formal y con stand de exposición; y el único gobierno regional en la COP 17 (el side event con funcionarios nacionales, provinciales e invitados especialistas del exterior).

Fonte: (<http://www.loquepasa.net/diario/vernota.asp?idProduct=21618>)

23/04/2012

“V Encuentro Latinoamericano - Gobiernos Regionales Rumbo a RIO+20”



Fonte: <http://www.opds.gba.gov.ar/uploaded/Image/prensa/fotomardelch.jpg>

Preparatorio a la Conferencia Río+20

“V ENCUESTRO LATINOAMERICANO - GOBIERNOS REGIONALES RUMBO A RIO+20”

El Gobierno de la Provincia de Buenos Aires, a través del Organismo Provincial para el Desarrollo Sostenible es anfitrión del “ V Encuentro latinoamericano- Los Gobiernos Regionales rumbo a Río + 20” que se realiza los días 23 y 24 de Abril en el Hotel NH Provincial de la ciudad de Mar del Plata.

Este cónclave brinda un espacio de trabajo y de interacción centrado en la contribución política y técnica de los gobiernos regionales al proceso hasta junio y a la etapa post-Río+20 alrededor de iniciativas específicas.

Forman parte del encuentro el Titular del OPDS José Molina, el Secretario de Espacio Público Eduardo Aparicio, el intendente de Mar del Plata, Gustavo Pulti, el Secretario de Gobierno local Marcelo Artime y el asesor en Medio Ambiente del gobierno provincial y representante de la Fundación R21, Charly Alberti.

“La idea es reunirnos y seguir trabajando, porque todo el mundo habla ahora de cambio climático y el cambio climático empieza cuando uno está en la casa y no sabe qué hacer con la basura, o cuando tira el aceite de la comida y va a parar a la cloaca, por ejemplo. Por eso seguimos concientizando sobre estos aspectos en la Provincia de Buenos Aires”, sostuvo el titular de la cartera ambiental provincial, José Molina. “Este encuentro sirve para elaborar un documento para que los gobiernos nacionales tengan voz y representación regional”, añadió.

A su turno, Gustavo Pulti agradeció “las gestiones que el OPDS realiza a diario” para ayudar a concientizar en materia ambiental y sobre temáticas de Cambio Climático.

Por su parte, Charly Alberti, aseguró que “la defensa del medioambiente es totalmente compatible con el desarrollo social e industrial. De nosotros depende tomar las decisiones correctas. Es hora que los latinoamericanos trabajemos juntos para lograr una posición común en la que valoricemos nuestros ecosistemas como tales y comencemos el cambio hacia una economía sustentable”.

La reunión cuenta con la participación de representantes de la Organización de Naciones Unidas, de Gobernadores y representantes de los gobiernos de Brasil, Paraguay, Venezuela, Uruguay, Nicaragua, Cuba, México y Ecuador, y de otras redes internacionales de gobiernos regionales.

Se destacan las presencias de Nelson Bugalho, Director Vicepresidente de la CETESB del Estado de Sao Pablo y Co presidente para el Sur de Energy Ford; y de Walter Figueiredo De Simoni, Superintendente de Economía Verde del Estado de Rio de Janeiro.

También participan la Red de Gobiernos Regionales por el Desarrollo Sostenible (nrg4SD por sus siglas en inglés); la Organización Latinoamericana de Gobiernos Intermedios (OLAGI), el Consejo Federal de Ambiente (COFEMA), representantes de: Brasil, Ecuador, Chile, Paraguay, Nicaragua, México, Venezuela y Colombia; Secretarios y Ministros de Ambiente de las provincias argentina.

A su vez, mediante videoconferencia, participn la ONU, gobiernos nacionales y otras redes internacionales de gobiernos nacionales.

El encuentro se enmarca en los trabajos de nrg4SD en el proceso preparatorio de la Conferencia Rio +20 de las Naciones Unidas de los próximos 20-22 de junio de 2012 en Rio de Janeiro, Brasil.

Este encuentro permite a través de los aportes y conclusiones de cada uno de los gobiernos participantes elaborar una relatoría con los pasos a seguir en pos de un desarrollo sostenible.

La Red de Gobiernos Regionales por un Desarrollo Sostenible (nrg4SD, por sus siglas en Inglés) es una organización internacional sin ánimo de lucro que representa a gobiernos regionales y asociaciones de los gobiernos regionales y promueve el desarrollo sostenible a nivel regional en el Mundo. Creada en 2002 durante la Cumbre Mundial de Johannesburgo hoy incluye unos 50 gobiernos regionales de 30 países y 7 organizaciones de gobiernos regionales.

Cabe destacar que Buenos Aires participó en Diciembre pasado de la "17 Conferencia de las Partes de la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre Cambio Climático (COP 17)" y de la séptima Reunión de Partes del Protocolo de Kyoto (CMP 7) que se realizó Durban, Sudáfrica.

De esta manera, la provincia se transformó en la primera del país en estar presente en un espacio formal y con stand de exposición; y el único gobierno regional en la COP 17 (el Side Event con funcionarios nacionales, provinciales e invitados especialistas del exterior).

Fonte: [Organismo Provincial para el Desarrollo Sostenible\(http://www.opds.gba.gov.ar/index.php/articulos/ver/662\)](http://www.opds.gba.gov.ar/index.php/articulos/ver/662)

23/04/2012

ONU confirma a presença de 135 chefes de Estado na Rio+20

*Representantes dos países vão discursar durante segmento de Alto Nível.
Penúltima negociação do documento começou nesta 2ª feira, nos EUA.*

do Globo Natureza, em São Paulo

A Organização das Nações Unidas (ONU) confirmou nesta segunda-feira (23) que a Rio+20 contará com a presença de ao menos 135 chefes de Estado durante o Segmento de Alto Nível da conferência sobre Desenvolvimento Sustentável.

A cúpula do [Rio de Janeiro](http://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/cidade/rio-de-janeiro.html) (<http://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/cidade/rio-de-janeiro.html>) será realizada de 13 a 22 de junho, mas o encontro com chefes de Estado vai ocorrer de 20 a 22 de junho.

Em comunicado à imprensa, as Nações Unidas informaram que ao menos 135 presidentes e chefes de Estado, vice-presidentes, chefes de governo e vice primeiros-ministros se inscreveram na lista de oradores que vão discursar na plenária da cúpula, que tem início no dia 13 de junho. Até a última semana, o Itamaraty estimava a presença de cem representantes de Alto Nível.

Nesta segunda, durante a abertura das negociações informais do documento que vai nortear a Rio+20, em Nova York, o secretário-geral da conferência, Sha Zukang, disse que “existe um delicado equilíbrio que precisa ser alcançado nas negociações que considere as necessidades e interesses de todas as pessoas”. Sha Zukang afirmou também que está otimista com as negociações e que a Rio+20 “será um sucesso”.

Entraves

Diplomatas vão discutir o texto-base da Rio+20 até 4 de maio, durante a penúltima rodada de negociações informais. Segundo a ONU, o documento revisado identificou 26 áreas estratégicas de ação, incluindo água, energia, alimentos, empregos, cidades, oceanos, preparação para desastres, erradicação da pobreza e consumo e produção sustentáveis.

Desde que foi lançado em janeiro, novos pontos foram acrescentados. Um deles é a criação de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, compromissos criados para melhorar os índices de desenvolvimento humano de países pobres e emergentes.

Porém, o documento atual afirma que tais metas, que seguiriam o modelo dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, seriam definidas até 2015 – reduzindo a expectativa de que esse assunto seria resolvido na Rio+20.

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/04/onu-confirma-presenca-de-135-chefes-de-estado-na-rio20.html) (<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/04/onu-confirma-presenca-de-135-chefes-de-estado-na-rio20.html>)

23/04/2012

União Europeia anunciará plano energético durante Rio+20

por [ANSA](http://n.i.uol.com.br/ultnot/ansa/ansa.gif)(<http://n.i.uol.com.br/ultnot/ansa/ansa.gif>)

BRUXELAS, 23 ABR (ANSA) – A União Europeia (UE) deve aproveitar a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20, que será realizada em junho no Brasil, para anunciar seu objetivo de fornecer acesso a energia a meio bilhão de pessoas até 2030.

No âmbito do projeto, painéis solares e de acesso à eletricidade serão instalados na África a fim de melhorar as condições de vida de famílias e empresas da região.

O fundo pela energia da UE, que é a maior doadora mundial no que diz respeito a desenvolvimento energético, destinou quase 50% dos 11,5 bilhões de euros (cerca de R\$ 28,5 bilhões) doados entre 2003 e 2011 a iniciativas relacionadas à energia renovável.

Entre 2005 e 2011, Bruxelas forneceu 1 bilhão de euros (cerca de R\$ 2,4 bilhões) em doações para programas dedicados à energia em países em desenvolvimento localizados na África, no Caribe e no Oceano Pacífico.

Fonte: [UOL > Notícias](http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2012/04/23/uniao-europeia-anunciara-plano-energetico-durante-rio20.htm#)(<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2012/04/23/uniao-europeia-anunciara-plano-energetico-durante-rio20.htm#>)

23/04/2012

Mar del Plata, sede del “V Encuentro Latinoamericano de Gobiernos Regionales Rumbo a Río +20”
Mar del Plata, sede del “V Encuentro Latinoamericano de Gobiernos Regionales Rumbo a Río +20”

“Es un encuentro muy importante, relacionado con el cuidado del medio ambiente y con lo que son sus desafíos en esta época...”, declaró el Jefe Comunal. Con la presencia del intendente Gustavo Pulti, este lunes se inauguró el V Encuentro Latinoamericano “Los Gobiernos Regionales Rumbo a Río+20”, actividad que se desarrollará en nuestra ciudad hasta mañana. Dicho conclave, es un espacio de trabajo y de interacción centrado en la contribución política y técnica de los gobiernos regionales, previo al Encuentro que se llevará a cabo en junio en Brasil.

La reunión cuenta con la presencia de representantes de la Organización de Naciones Unidas, de Gobernadores y representantes de los gobiernos de Brasil, Paraguay, Venezuela, Uruguay, Nicaragua, Cuba, México y Ecuador, y de otras redes internacionales de gobiernos regionales. También participan la Red de Gobiernos Regionales por el Desarrollo Sostenible (nrg4SD, por sus siglas en inglés); la Organización Latinoamericana de Gobiernos Intermedios (OLAGI), el Consejo Federal de Ambiente (COFEMA) y Secretarios y Ministros de Ambiente de las provincias argentinas.

Al respecto, el Jefe Comunal declaró: “Es un encuentro muy importante, relacionado con el cuidado del medio ambiente y con lo que son sus desafíos en esta época, donde varias cosas nos imponen una nueva agenda, tanto con el cambio climático –que ya no es una expectativa de futuro incierto sino que es una realidad en nuestros días- como con el avance del mar sobre la costa. Y también con lo que son los temporales: ya se está empezando a hablar de la tropicalización de Buenos Aires, emergiendo datos nuevos del cambio climático que afecta a nuestras comunidades”, explicó.

En ese sentido, Pulti remarcó que “otro aspecto también radica en el crecimiento de la capacidad de consumo y lo que trae aparejado, que también afecta al medioambiente. Recordemos que Mar del Plata tiene 70 mil autos y 36 mil motos más que hace unos años. Y esto tiene un impacto en el medioambiente, más allá del que tiene en el espacio público. Esta temática, más todo lo relacionado con la industria se tratará en este foro, que marcará la agenda del encuentro en Río. Y con experiencias que abarcarán distintos gobiernos, como el de San Pablo, el de Río y gobiernos locales y municipales”, aseguró el Intendente.

Cabe señalar que el encuentro se enmarca en los trabajos de “nrg4SD” en el proceso preparatorio de la Conferencia Río +20 de las Naciones Unidas de los próximos 20-22 de junio de 2012 en Río de Janeiro, Brasil. Esta actividad permitirá -a través de los aportes y conclusiones de cada uno de los gobiernos participantes- elaborar una relatoría con los pasos a seguir en pos de un desarrollo sostenible. Además del intendente Pulti, también participaron el Secretario de Gobierno de la comuna Marcelo Artime, el Secretario de Espacio Público de la provincia Eduardo Aparicio, el director ejecutivo del Organismo Provincial de Desarrollo Sostenible (OPDS) José Molina y el fundador de R21 y asesor de la gobernación Charly Alberti, además del Superintendente de Economía Verde de Río de Janeiro Walter Figueiredo y el director de la CETEP, Nelson Bugalu.

Fonte: [CAZADOR DE NOTICIAS](http://www.cazadordenoticias.com.ar/secciones/sociedad/23/04/2012/nota/00039387/) >
NOTA(<http://www.cazadordenoticias.com.ar/secciones/sociedad/23/04/2012/nota/00039387/>)

24/04/2012

Encuentro Latinoamericano de Gobiernos Regionales Rumbo a Río +20

El lunes comenzó este importante evento en Mar del Plata.

Ayer se inauguró el V Encuentro Latinoamericano Los Gobiernos Regionales Rumbo a Río+20, actividad que se desarrollará en nuestra ciudad hasta mañana. Dicho cónclave, es un espacio de trabajo y de interacción centrado en la contribución política y técnica de los gobiernos regionales, previo al Encuentro que se llevará a cabo en junio en Brasil.

La reunión cuenta con la presencia de representantes de la Organización de Naciones Unidas, de Gobernadores y representantes de los gobiernos de Brasil, Paraguay, Venezuela, Uruguay, Nicaragua, Cuba, México y Ecuador, y de otras redes internacionales de gobiernos regionales. También participan la Red de Gobiernos Regionales por el Desarrollo Sostenible (nrg4SD, por sus siglas en inglés); la Organización Latinoamericana de Gobiernos Intermedios (OLAGI), el Consejo Federal de Ambiente (COFEMA) y Secretarios y Ministros de Ambiente de las provincias argentinas.

Al respecto, el Jefe Comunal declaró: "Es un encuentro muy importante, relacionado con el cuidado del medio ambiente y con lo que son sus desafíos en esta época, donde varias cosas nos imponen una nueva agenda, tanto con el cambio climático –que ya no es una expectativa de futuro incierto sino que es una realidad en nuestros días- como con en el avance del mar sobre la costa. Y también con lo que son los temporales: ya se está empezando a hablar de la tropicalización de Buenos Aires, emergiendo datos nuevos del cambio climático que afecta a nuestras comunidades", explicó.

En ese sentido, Pulti remarcó que "otro aspecto también radica en el crecimiento de la capacidad de consumo y lo que trae aparejado, que también afecta al medioambiente. Recordemos que Mar del Plata tiene 70 mil autos y 36 mil motos más que hace unos años. Y esto tiene un impacto en el medioambiente, más allá del que tiene en el espacio público. Esta temática, más todo lo relacionado con la industria se tratará en este foro, que marcará la agenda del encuentro en Río. Y con experiencias que abarcarán distintos gobiernos, como el de San Pablo, el de Río y gobiernos locales y municipales", aseguró el Intendente.

Cabe señalar que el encuentro se enmarca en los trabajos de "nrg4SD" en el proceso preparatorio de la Conferencia Río +20 de las Naciones Unidas de los próximos 20-22 de junio de 2012 en Río de Janeiro, Brasil. Esta actividad permitirá -a través de los aportes y conclusiones de cada uno de los gobiernos participantes- elaborar una relatoría con los pasos a seguir en pos de un desarrollo sostenible. Además del intendente Pulti, también participaron el Secretario de Gobierno de la comuna Marcelo Artime, el Secretario de Espacio Público de la provincia Eduardo Aparicio, el director ejecutivo del Organismo Provincial de Desarrollo Sostenible (OPDS) José Molina y el fundador de R21 y asesor de la gobernación Charly Alberti, además del Superintendente de Economía Verde de Río de Janeiro Walter Figueiredo y el director de la CETEP, Nelson Bugalu.

Fonte: [PUNTOMARDELPLATA.COM > NOTICIAS DE MAR DEL PLATA](http://www.puntomardelplata.com/ver_noticia_de_mar_del_plata.asp?noticia-de-mar-del-plata=Encuentro-Latinoamericano-de-Gobiernos-Regionales-Rumbo-a-R%EDo-+20&codigo=5574)(http://www.puntomardelplata.com/ver_noticia_de_mar_del_plata.asp?noticia-de-mar-del-plata=Encuentro-Latinoamericano-de-Gobiernos-Regionales-Rumbo-a-R%EDo-+20&codigo=5574)

24/04/2012

Começa segunda rodada de negociações sobre texto-base da Rio+20

por Redação EcoD



Sede da ONU, em Nova York.

Foto: [deinestimmegegenarmut](http://www.deinestimmegegenarmut.com)

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/04/c413.jpg?9d7bd4>

O rascunho zero da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) passa por uma segunda rodada de negociação informal, em Nova York (EUA). Até o dia 4 de maio, os representantes dos países que participarão do evento devem dar contribuições aos grupos de negociação.

As discussões deverão envolver desenvolvimento sustentável para o combate à pobreza, energia e economia sustentáveis, além de temas como água e segurança alimentar e nutricional.

O rascunho zero começou com 17 páginas e hoje está com mais de 170. O documento será traduzido para o idioma de todos os países participantes da Rio+20, conferência marcada para os dias 13 a 22 de junho, no Rio de Janeiro.

A primeira reunião informal para discutir o documento foi realizada no dia 12 de abril, no Rio de Janeiro, onde estiveram representantes de 40 países que integram o G-77, grupo formado por nações em desenvolvimento.

* Publicado originalmente no *EcoD* (<http://www.ecodesenvolvimento.org.br/posts/2012/abril/comeca-segunda-rodada-de-negociacoes-sobre-texto>).

Fonte: EcoD/*Envolverde* (http://envolverde.com.br/noticias/comeca-segunda-rodada-de-negociacoes-sobre-texto-base-da-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=24)

24/04/2012

Brasil impõe condições para discutir economia verde

por Agência Brasil



Foto: Philippe Put/Flickr

Fonte: <http://info.abril.com.br/images/materias/2012/04/economiaverde-20120424135332.jpg>

São Paulo – O governo brasileiro só admite discutir o conceito de economia verde na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, se envolver sustentabilidade e desenvolvimento social.

A declaração foi feita hoje (24) pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas. Ele reflete a preocupação brasileira de que o tema seja usado pelos países desenvolvidos para impor medidas protecionistas.

“Não há problema em discutir o conceito, desde que signifique uma economia que vise às atividades econômicas e à inclusão social em primeiro lugar. Atividades econômicas que visem à inclusão social, redução de emissão de carbono, preservação dos recursos naturais estratégicos”, disse. “Se for dentro desses termos, não teremos problemas em discutir. Se for para justificar outras coisas, não queremos discutir a economia verde”, completou.

A economia verde é um dos principais temas a serem discutidos na Rio+20. Entretanto, ainda não há consenso sobre o assunto. Segundo negociadores brasileiros, a dificuldade está na desconfiança de países em desenvolvimento de que o instrumento crie brechas para, no futuro, justificar medidas protecionistas, como barreiras comerciais, imposição de padrões tecnológicos e pré-condições para receber ajuda externa.

Fonte: EXAME.COM > [Notícias > Tecnologias Verdes](http://info.abril.com.br/noticias/tecnologias-verdes/brasil-impoe-condicoes-para-discutir-economia-verde-24042012-27.shl)(<http://info.abril.com.br/noticias/tecnologias-verdes/brasil-impoe-condicoes-para-discutir-economia-verde-24042012-27.shl>)

26/04/2012

Estratégia dos Brics é criticada por especialistas

por DENISE MENCHEN DO RIO

A decisão dos principais Brics de negociar suas posições para a Rio+20 em conjunto com o G77, grupo que reúne 132 países em desenvolvimento, foi alvo de críticas de especialistas reunidos ontem no seminário "Desenvolvimento Sustentável e a Agenda Social dos Brics", no Palácio da Cidade, no Rio.

A avaliação é que Brasil, China e Índia usam o grupo como um "biombo" para se esconder de responsabilidades maiores em relação ao desenvolvimento sustentável.

Na conferência da ONU que acontece em junho, no Rio, a posição do G77 será apresentada de forma conjunta pela presidência do grupo, atualmente nas mãos da Argélia.

"O G77 é uma amálgama muito heterogênea e desigual, que jamais vai dizer alguma coisa que comprometa os interesses desses países maiores. Então eles se escondem atrás do G77 para adiar decisões que sabem que terão que tomar com mais responsabilidade do que a maioria do G77", afirma o sociólogo e analista político Sérgio Abranches.

Ele diz que, no passado, a mesma estratégia já foi usada em conferências sobre mudanças climáticas, mas que, com o tempo, países mais vulneráveis passaram a cobrar compromissos mais firmes dos Brics, forçando-os a assumir um protagonismo maior nas negociações.

Abranches avalia, porém, que esse protagonismo dos Brics não será visto na Rio+20 porque "nenhum deles têm noção ainda dos compromissos que podem assumir internacionalmente sem fragilizar sua posição".

O professor José Eli da Veiga, do Instituto de Relações Internacionais da USP, também considera problemática a atuação dos Brics no G77.

"O grande problema é que a realidade dos Brics é muito diferente da dos mais de cem países que integram o bloco, alguns dos quais sequer começaram a sociedade de consumo", diz.

"Os Brics hoje já respondem pela maior parte das emissões de gases de efeito estufa. Eles não podem adotar o mesmo discurso que eventualmente poderia ser a defesa de um país que mal decolou para o crescimento."

Para Sérgio Abranches, esse contexto coloca o Brasil numa situação delicada como presidente da conferência. "Como liderar na direção de um resultado ousado se o país está na defensiva?", questionou.

ECONOMIA VERDE

No evento, o economista Sérgio Besserman também se mostrou cético em relação às discussões sobre a chamada economia verde, um dos temas centrais da Rio+20.

"Se por economia verde entendermos apenas alguns avanços tecnológicos em direção a uma economia com menor consumo de recursos naturais, isso é uma bobagem", disse ele, lembrando que a tecnologia também pode ser usada para baratear os combustíveis fósseis.

Para o economista, que já foi diretor do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), a única maneira de forçar a transição para uma economia de baixo carbono é por meio da "precificação" dos danos causados ao planeta.

"O preço de aquecer o planeta tem que ser embutido no preço dos combustíveis fósseis. Quando isso for feito, as fontes renováveis de energia poderão assumir um papel essencial na economia", defendeu.

OUTRO LADO

Negociador-chefe da delegação brasileira para a Rio+20, o embaixador André Corrêa do Lago rebate as críticas. "Não há nenhum motivo para que o Brasil não esteja nesse grupo de países, com os quais temos grande identidade e uma agenda muito próxima", diz.

O embaixador afirma que, uma vez que se obtém consenso no G77 acerca de um ponto, ele ganha um peso muito maior do que se fosse apresentado por um país individualmente.

Corrêa do Lago ressalta ainda que a opção pela negociação no G77 não impede que seus integrantes defendam posições na conferência que não tenham sido alvo de consenso no grupo. "Mas seria uma questão política, de marcar posição, porque sem o apoio do G77 a ideia não vai ser aprovada", diz.

Fonte: [FOLHA.COM > Notícias > Ambiente > Rio+20](http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1081479-estrategia-dos-brics-e-criticada-por-especialistas.shtml)(<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1081479-estrategia-dos-brics-e-criticada-por-especialistas.shtml>)

26/04/2012

Estados da Amazônia preparam carta para a Rio+20

por RAQUEL BOCATO COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Enquanto diversos países debatem o esboço de um documento sobre desenvolvimento sustentável que deve ser apresentado na Rio+20, os Estados da Amazônia já têm um.

Governadores e técnicos de nove Estados (AC, AM, AP, MA, MT, PA, RO, RR e TO) trabalham há dois meses em uma carta de propostas e compromissos que deve ser apresentada no evento.

A versão preliminar está pronta. Agora cada Estado começa a ouvir representantes da sociedade para incluir propostas ou fazer mudanças.

Todos têm até o dia 15 de maio para entregar as novas versões.

Um site para votação de propostas deve estar no ar ainda nesta semana, segundo a secretária de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, Nádia Ferreira, uma das idealizadoras da carta.

Chegar a um consenso, diz ela, foi o que demandou mais esforços para chegar às 24 páginas. "Querem nos rotular como iguais, mas não somos."

Em Mato Grosso, exemplifica Ferreira, o agronegócio é um dos temas de maior destaque. No Amazonas, esse papel cabe à política de incentivo industrial.

Entre os 145 tópicos apresentados no documento, estão a demanda da repartição dos royalties do pré-sal e a implementação de políticas de incentivo para aumentar o consumo de produtos sustentáveis.

A carta também sugere a criação do Conselho de Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia Legal até 2013.

"Esperamos que [a união dos Estados em torno de mesmos objetivos] influencie a negociação."

Por enquanto, a maioria dos pontos está sendo validada pela população no Amazonas, adianta o coordenador do Centro Estadual de Mudanças Climáticas, João Talocchi. A contribuição da sociedade civil tem vindo em forma de adição de propostas, como educação, em encontros organizados pelo Estado.

EXPOSIÇÃO

Representantes dos nove Estados da Amazônia Legal também decidiram fazer uma exposição conjunta na Rio+20.

O estande de 600 m² terá exposição de produtos da região e espaço para que Estados com mais biomas, como o Pantanal, o cerrado e a caatinga, exponham suas particularidades. Também haverá espaço comum para eventos.

Fonte: [FOLHA.COM](http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/1081826-estados-da-amazonia-preparam-carta-para-a-rio20.shtml) > [Notícias](#) > [Empreendedor Social](#) (<http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/1081826-estados-da-amazonia-preparam-carta-para-a-rio20.shtml>)

26/04/2012

Câmara aprova acordo entre Brasil e ONU para realização da Rio+20

Brasil deverá repassar US\$ 7,2 milhões à Organização das Nações Unidas. Aprovado após acordo entre partidos, texto agora será votado no Senado.



Plenário da Câmara durante votação de acordo entre Brasil e ONU para realização do Rio+20

Foto: Agência Câmara

Fonte: <http://www.expressomt.com.br/upload/2012/04/26/plenarioagcamara620300.jpg>

A Câmara dos Deputados aprovou na manhã desta quinta-feira (26) o acordo sobre a Conferência da Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, assinado entre Brasil e Organização das Nações Unidas (ONU) no último dia 5 em Nova York .

Com a aprovação, o texto é transformado em projeto de decreto legislativo e segue para votação no Senado. A matéria chegou à Câmara por meio de mensagem da Presidência da República e foi aprovado após acordo em votação simbólica, quando não há necessidade de cada parlamentar manifestar seu voto.

A Rio+20 ocorre no Rio de Janeiro, no Centro de Convenções Riocentro, entre os dias 13 e 22 de junho, período em que a sede da ONU será transferida para o Brasil.

O acordo aprovado pela Câmara trata das questões estruturais do evento, incluindo financiamento, aspectos de acomodação dos chefes de estado e membros da ONU, condições de segurança, local do evento e acessibilidade.

Gastos

O acordo prevê o corte temporário de taxas e impostos de importação de equipamentos necessários à realização da conferência, incluindo o equipamento técnico usado pela imprensa. O Brasil também deverá arcar com custos adicionais envolvidos direta ou indiretamente na realização da Rio+20, como deslocamentos a serem pagas aos funcionários das Nações Unidas nas visitas preparatórias.

Segundo o acordo, estimativas apontam um repasse de US\$ 7,2 milhões do governo brasileiro à ONU para atender os custos reais adicionais do Secretariado das Nações Unidas direta ou indiretamente envolvidos com a realização da Rio+20. A organização se compromete a prestar contas ao final da conferência.

Só em 2011, o governo brasileiro ofereceu à ONU contribuição de US\$ 1,1 milhão com o custeio de despesas da conferência. O valor inclui o financiamento das missões de planejamento do Secretariado ao Brasil.

De acordo com deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), relator da texto na Comissão de Fiscalização Financeira, o país tem condições de arcar com o custo financeiro acordado com a ONU. Ele estimou um gasto total de R\$ 430,1 milhões com o evento.

"Há uma previsão orçamentária de R\$ 430,1 milhões para a cobertura da Rio+20. O acordo está redigido nos termos que sempre o Itamaraty nos garante como algo que nós podemos entender como obra de boa qualidade", afirmou Miro Teixeira.

Fonte: [EXPRESSOMT > Notícias](http://www.expressomt.com.br/politica/camara-aprova-acordo-entre-brasil-e-onu-para-realizacao-da-rio-20-11234.html)(<http://www.expressomt.com.br/politica/camara-aprova-acordo-entre-brasil-e-onu-para-realizacao-da-rio-20-11234.html>)

26/04/2012

USP discute desafios da Rio+20 e lança site com contribuições ao evento

por [Denis Pacheco](http://www5.usp.br/author/denis-pachecousp-br/) (<http://www5.usp.br/author/denis-pachecousp-br/>)



Cientistas da USP colaboram com estudos que nortearão as discussões da Rio+20

Foto: Luciana H. Y. Silveira/IAG-USP

Fonte: http://www5.usp.br/wp-content/uploads/20120426_1.jpg

Com o objetivo de debaterem os desafios da Rio+20 e a contribuição da USP para a formulação de propostas e soluções para os problemas socioambientais, pesquisadores se reuniram na tarde da quarta-feira (26) no Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG). A Rio+20, que acontecerá nos dias 20 a 22 de junho no Rio de Janeiro, marca os vinte anos de realização da Conferência das ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) e deve contribuir para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas.

O evento, iniciado em uma mesa-redonda, também contou com o lançamento da coletânea *Governança e inclusão social: desafios centrais da Rio+20* (Editora Annablume, 2012) organizada pelo professor Wagner Costa Ribeiro, coordenador do Grupo de Pesquisa de Ciências Ambientais do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP. “Converger iniciativas e buscar o conhecimento das diversas unidades para trazer soluções”, apontou Ildo Sauer, diretor do Instituto de Eletrotécnica e Energia (IEE), destacando o foco do encontro durante a abertura.

Contribuição



Nuvem de tags de pesquisas da USP
abordando a temática | Imagem:
Estudos Avançados - A USP e a Rio+20

Fonte: http://www5.usp.br/wp-content/uploads/20120426_d1.jpg

Após o debate, foi lançado o site [USP Rio+20](http://www.prg.usp.br/usprio+20) (<http://www.prg.usp.br/usprio+20>), que reúne contribuições da Universidade para a conferência Rio+20. O portal é uma iniciativa da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da

USP e é organizado também pelos professores Wagner Costa Ribeiro, Edmilson Dias de Freitas (IAG) e Arlindo Philippi Jr. (FSP).

A página eletrônica reúne um conjunto de teses e dissertações que tratam dos temas vinculados à Rio+20, defendidas na USP entre junho de 1992 e setembro de 2011. Além disso, o site oferece uma análise desse material por especialistas da USP, que pretendem indicar os avanços e desafios das pesquisas em seus respectivos campos de estudo.

Energia e economia verde

Com um balanço dos últimos 20 anos de produção científica voltada para sustentabilidade ambiental e inclusão social, a discussão procurou não apenas reconhecer o esforço empreendido por parte dos pesquisadores. Fez também a crítica frente aos tópicos principais do evento que segue na trilha da conferência realizada no início dos anos 1990.

Com foco na chamada questão energética, o pesquisador Célio Berman (IEE) reforçou a crítica de que, apesar de ser uma pauta central, “existe um ambiente de indefinição ao redor da ideia de que a atividade antrópica [*dos seres humanos*] seja a responsável pelo processo conhecido como aquecimento global”.

Em sua contribuição ao livro lançado no mesmo evento, Célio debateu a dependência de combustível que assola o planeta. “Utilizamos no mundo 86,7% de fontes não renováveis, sendo 61,7% a gasolina e o diesel somente para transporte”, declarou, citando dados da Agência Internacional de Energia. Resultado inevitável do processo de globalização, o uso excessivo de recursos que podem contribuir para a degradação ambiental deve ser o estopim para que “os fluxos de mercadorias sejam revistos”.



Foto: Divulgação

Fonte: <http://www5.usp.br/wp-content/uploads/livro.jpg>

Sugerindo o biodiesel como alternativa ao uso de combustíveis fósseis, Célio compreende que o objetivo final para se obter tecnologias limpas e sustentáveis deve ser atingido via investimento em inovações ainda inexploradas, como a produção deste mesmo combustível por meio de algas marinhas, sem a utilização da terra no processo.

Na tentativa de compreender o relacionamento dos seres humanos com o consumo excessivo tanto de bens, quanto de combustíveis e geração de energia, Helena Ribeiro, professora do Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da USP, reforçou o conceito de “economia verde” como uma das possíveis soluções. “A economia verde é uma proposta de enfrentamento da crise atual, baseada sobretudo na baixa emissão do carbono e na diminuição da pobreza”, explica.

Helena defende que a mudança de enfoque seria suficiente para diminuir custos, melhorar o meio ambiente e dinamizar a economia com a criação de novos postos de trabalho. Tendo como base a proposta do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) de uso de 2% do PIB global em 10 setores-chave (agricultura, edificações, energia, pesca, silvicultura, indústria, turismo, transporte, água e gestão de resíduos), a ideia é investir U\$ 1,3 trilhões de dólares até 2050 para a solução dos diversos problemas globais.

Patrimônio e governança ambiental

Para promover a inclusão social especificamente no Brasil, é necessário compreender o fenômeno da pobreza. Sivia Zanirato, professora do Curso de Gestão Ambiental da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) e do Programa de pós-graduação em Mudança Social e Participação Política da USP, aponta que a melhoria da qualidade de vida da população pode ser implementada com o uso consciente do patrimônio cultural edificado. “Precisamos promover um melhor aproveitamento do estoque imobiliário vazio nos centros urbanos”, reitera.

Com 10 a 15 milhões de famílias latino-americanas vivendo em moradias inadequadas e 62% em imóveis degradados nas regiões centrais das cidades brasileiras, dados do IPEA e do IBGE, respectivamente, torna-se urgente recuperar a noção constitucional de que a moradia é um direito social. Para a pesquisadora, as noções de “reabilitar, revitalizar e incluir” devem fazer parte de uma compreensão holística de patrimônio, para que a sustentabilidade social possa efetivamente ser uma realidade.

“A palavra certa hoje é o consenso” – Pedro Jacobi.

O professor Pedro Jacobi, coordenador do Grupo de Pesquisa GovAmb USP e membro do Grupo de Estudos de Ciências Ambientais do IEA, introduziu o tema da governança e da participação popular. “Entender o conceito (de governança) é absolutamente essencial para se pensar uma sociedade democrática”, afirma Jacobi, reforçando que a premissa da própria Rio+20 é a da negociação.

Construir públicos participativos ao redor dos temas de meio ambiente e inclusão, debatidos durante a mesa-redonda, é também fortalecer o papel da sociedade civil frente aos desafios enfrentados globalmente. “A palavra certa hoje é o consenso”, encerra o professor.

Fonte: [USP - Universidade de São Paulo > Notícias > Meio Ambiente](http://www5.usp.br/9894/usp-discute-desafios-da-rio20-e-lanca-site-com-contribuicoes-ao-evento/)(<http://www5.usp.br/9894/usp-discute-desafios-da-rio20-e-lanca-site-com-contribuicoes-ao-evento/>)

28/04/2012

USP reúne pesquisas sobre sustentabilidade

A **Universidade de São Paulo** lançou nesta semana uma página na internet com todas as pesquisas produzidas na instituição nos últimos 20 anos sobre temas que serão debatidos na **Rio+20**, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. São 1.502 dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas na USP entre junho de 1992 (data da primeira conferência) e setembro de 2011.

"Não é pouca coisa", disse o pró-reitor adjunto de Pós-Graduação da USP, **Arlindo Philippi Jr.**, um dos organizadores do site com **Wagner Ribeiro**, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, e **Edmilson Dias de Freitas**, do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas.

Os trabalhos estão organizados em quatro grandes temas: Agenda 21 e governança, biodiversidade, economia verde e mudanças climáticas.

A informação é do jornal **O Estado de S. Paulo**, 28-04-2012.

O site foi apresentado como uma das principais contribuições da USP para a **Rio+20**. "É uma resposta à sociedade, mostrando o que estamos fazendo, o que estamos produzindo", disse o pró-reitor de Pós-Graduação, **Vahan Agopian**. "A universidade tem de estar junto da sociedade nesse debate. A sustentabilidade é uma parte importante das nossas pesquisas, que consideramos essencial para o desenvolvimento sadio da sociedade."

Além do site, foi lançado um livro, **Governança da Ordem Ambiental Internacional e Inclusão Social**, com vários artigos relacionados à **Rio+20**, e a nova edição da revista **Estudos Avançados**, com o título **Dossiê Sustentabilidade**. Em um dos artigos, pesquisadores mostram como evoluiu a produção de pesquisas sobre mudanças climáticas na USP desde 1992. O ano mais produtivo foi 2010, com 34 teses e dissertações defendidas sobre o tema.

O site que reúne os 20 anos de pesquisa pode ser acessado no link prpg.usp.br/usprio+20.

Fonte: (<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/508983-uspreunepesquisassobresustentabilidade>)

30/04/2012

As mais diferentes expectativas para a Rio+20

por J. B. Libanio*

Os ares se agitam em torno da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no mês de junho. Brotam as mais diferentes expectativas. O divisor de águas se fará entre a opção por encontrar soluções, mesmo que boas, dentro do atual modelo de desenvolvimento e de produção que o Ocidente vem pilotando há séculos, ou iniciar processo radical de mudança.



Fonte: http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/04/2012-01-26_rio-20-devera-ter-seu-foco-na-economia-verde_gg-300x188.jpg?9d7bd4

Os termos “ecologia”, “verde”, “cuidado com a Terra” soarão, sem dúvida, de todos os lados. Ninguém ousará discursar a favor da selvagem destruição do ambiente em curso. Ela poderá continuar, mas velada e camuflada sob nomes de defesa do meio ambiente. Nenhuma mineradora, nem montadora de automóveis, nem agrobusiness terão coragem de prosseguir, sem mais, no mesmo tipo de agressão ao ambiente.

Mas a pergunta vai mais fundo. O que está em jogo quando se fala de sustentabilidade? Há dois pressupostos bem diferentes. Um implica o próprio sistema capitalista. Querem mantê-lo sustentável com o mínimo de destruição da natureza. Mas ele mesmo não está em questão. Buscam-se outras formas de diminuir-lhe o potencial destrutivo. No entanto, esquece-se que a lógica do capital não para diante de nenhum adversário. Ela pensa a curto prazo. A roda simples, mas fatal, do sistema funciona à base da produção para vender e acumular lucro. Não interessa se o produto pertence ao mundo da necessidade ou simplesmente pretende atrair as pessoas até ao mais despuadorado supérfluo. Importa seduzir o comprador, vender, acumular capital, investir. A outra linha pensa diferente. Entra em questão a sustentabilidade do planeta. E o atual sistema, ao retirar da Terra 30% a mais do que ela pode repor, levá-la-á à exaustão. Portanto, absolutamente insustentável, se pensamos em termos de vida humana. O planeta continuará a girar em torno do Sol, só que sem nós. Ou mesmo sem qualquer tipo de vida à espera de bilhões ou milhões de anos até que surja outra vida, fruto do quase infinito jogo de probabilidades. E ser humano: nem falar!

O verde desejado pelo sistema não significa o verde do bem viver. O primeiro engana os olhos. Pois deixa a máquina destruidora a funcionar. Só o verde, que acontece nas pequenas dimensões da existência humana, que evita as devastações das mineradoras e do agrobusiness, que poupa longos transportes de alimento com produção local, que incentiva a pequena propriedade, que controla os agrotóxicos e que toma outras medidas do mesmo jaez, salva o planeta.

Não há verdadeiro verde sem justiça social, sem reforma agrária, sem deixar de medir um país pelo crescimento do PIB em vez do bem viver de seu povo, sem buscar alternativas para a produção de energia, abandonando definitivamente a originada do petróleo, barata, desperdiçada e poluente.

A questão do desenvolvimento sustentável não se separa da ética, da justiça, da cultura, além naturalmente da economia. Esta não merece o primado absoluto que o sistema capitalista lhe atribui, mas cabe-lhe servir às outras dimensões do ser humano. Eis a grande inversão!

** J. B. Libanio é padre jesuíta, escritor e teólogo. Ensina na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (Faje), em Belo Horizonte, e é vice-pároco em Vespasiano, Minas Gerais.*

*** Publicado originalmente no site [Adital](http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=66334)(<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=66334>).*

Fonte: Adital/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ambiente/artigo/as-mais-diferentes-expectativas-para-a-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=30)(http://envolverde.com.br/ambiente/artigo/as-mais-diferentes-expectativas-para-a-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=30)

30/04/2012

Rio+20 terá apoio da Finep

por Alana Gandra, Repórter da Agência Brasil

Rio de Janeiro – A Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Finep) vai patrocinar com R\$ 3 milhões a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que ocorrerá em junho próximo, no Rio de Janeiro.

Acordo com esse objetivo deverá ser assinado no dia 7 deste mês pelo presidente da Finep, Glauco Arbix, e o secretário executivo do Comitê Nacional de Organização da Rio+20 (CNO), Laudemar Aguiar.

O patrocínio da Finep se somará ao de outras empresas, com a finalidade de ajudar o Comitê Nacional de Organização a criar a infraestrutura necessária à realização do evento.

“Empresas públicas e privadas, além do governo federal, estão apoiando o evento, por meio de uma contribuição financeira, que viabilizará ações destinadas a hospedar 140 delegações e Chefes de Estado que participarão da conferência”, disse à Agência Brasil a chefe da Coordenação de Cooperação Internacional da Finep, Alice Abreu. Destacou que 50 mil delegados estão sendo esperados para a Rio+20.

Em contrapartida, a Finep receberá espaços em dois armazéns situados no Píer Mauá, para organização de eventos paralelos à conferência oficial. “Além de ser parceira do CNO na Rio+20, a Finep está organizando no Píer Mauá uma exposição, cujo foco é a inovação para o desenvolvimento sustentável. A Finep está selecionando uma série de empresas que tenham importantes produtos, processos, experiências em inovação para o desenvolvimento sustentável”, relatou Alice.

A exposição Inovação para o Desenvolvimento Sustentável será montada no Armazém 3 do píer. Alice enfatizou a importância para o governo federal de mostrar ao mundo que, a partir da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, o Brasil evoluiu. “E isso se dá a partir de processos novos que incorporam a preocupação com a questão verde e o desenvolvimento sustentável”.

Disse, ainda, que acordo assinado com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) permitirá à Finep organizar a cada dois anos eventos internacionais ligados à inovação para a sustentabilidade. O acordo tem a Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores, como instituição interveniente.

As empresas que apresentam uma atuação mais forte em tecnologias verdes voltadas à sustentabilidade nos campos econômico, social e ambiental serão apresentadas pela Finep a potenciais investidores no Venture Forum Brasil Sustentável, na Bolsa de Valores do Rio, em 15 de junho. O evento é paralelo à Rio+20. A seleção das empresas está em curso.

O analista da área de investimentos da Finep, Eduardo Lopes, coordenador do evento, disse

que a meta é mostrar que a sustentabilidade pode gerar resultados financeiros. “A gente quer passar a mensagem de que inovação e sustentabilidade são atividades que têm grande potencial de retorno, de lucro”, assegurou.

Edição: José Romildo

Fonte: [EBC - Empresa Brasileira de Comunicação > Notícias > Cidadania > Meio Ambiente](http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-04-30/rio20-tera-apoio-da-finep) (<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-04-30/rio20-tera-apoio-da-finep>)

2012

Maio

02/05/2012

Brasil quer metas de sustentabilidade no encontro da ONU

por CLAUDIO ANGELO ENVIADO ESPECIAL A NOVA YORK

O Brasil está fazendo um esforço de lobby para dar metas à Rio+20. Numa reunião preparatória em Nova York, o país tentará resgatar os chamados ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), um dos resultados esperados da cúpula do Rio.

O texto da conferência que está sendo negociado na sede da ONU, chamado de "Rascunho Um", enfraqueceu os objetivos ao propor que eles sejam estabelecidos apenas a partir de 2015. O texto também não diz quantos serão os ODS.

O anfitrião da conferência do Rio e vários outros países querem que os objetivos, oito ou dez, sejam lançados já na Rio+20 e adotados em 2015.

A reunião de Nova York está esvaziada, reflexo do desânimo com a Rio+20 e, segundo diplomatas, tem avançado lentamente.

Fonte: [FOLHA.COM > Notícias > Ambiente > Rio+20](http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1084274-brasil-quer-metas-de-sustentabilidade-no-encontro-da-onu.shtml)(<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1084274-brasil-quer-metas-de-sustentabilidade-no-encontro-da-onu.shtml>)

02/05/2012

Comitê da Rio+20 descarta participação nos DDS(Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável)

Grupo descartou o convite formulado pelo governo federal para participação nos Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável, durante o próprio evento

por Alana Gandra, da Agência Brasil



Reunião de Comissão Rio 20

Foto: Divulgação

Fonte: http://exame1.abrilm.com.br/assets/pictures/53595/size_590_?1333205462

O Comitê Facilitador considera que o método estabelecido pelos DDS “não recolhe esta dinâmica de diálogo que temos tentado fazer avançar”

Rio de Janeiro - O Comitê Facilitador da Sociedade Civil na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) descartou o convite formulado pelo governo federal para participação nos Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável (DDS), que serão promovidos durante o encontro.

Em nota divulgada hoje (2), no Rio de Janeiro, o comitê esclareceu que sempre foi uma característica das redes de organizações e movimentos que preparam a Cúpula dos Povos, que ocorrerá paralelamente à Rio+20, a “abertura de espaços de participação e diálogo visando a conquista de políticas públicas que façam avançar a democratização no âmbito dos Estados, a justiça social e ambiental e a distribuição da renda e riqueza”.

O Comitê Facilitador considera que o método estabelecido pelos DDS “não recolhe esta dinâmica de diálogo que temos tentado fazer avançar”. De acordo com avaliação das redes que integram o comitê, a proposta do governo “foi estabelecida de cima para baixo”.

Os movimentos sociais denunciam que o governo brasileiro definiu previamente os temas que serão abordados, bem como os participantes e facilitadores. A nota diz que essa atitude indica, “de forma inequívoca, que os diálogos e seus resultados serão controlados pelo governo”.

O comitê sinaliza, ainda, que a definição de três recomendações por tema, que seriam escolhidos de “forma fechada”, eliminará a possibilidade de que as redes possam influenciar no processo de decisão e reafirmou que pretende tornar a Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental em um espaço autônomo, onde serão efetuadas análises críticas sobre a conferência oficial e suas propostas.

A intenção é divulgar para a sociedade, de maneira abrangente, as visões das redes e movimentos sobre os variados temas que serão debatidos na Rio+20, utilizando todos os meios de comunicação disponíveis.

“Esperamos assim que as vozes e propostas dos povos que estarão representados na Cúpula dos Povos possam ser ouvidas pela sociedade e pelos chefes de Estado presentes na Rio+20”, afiança a nota de esclarecimento.

Fonte: [EXAME.COM > Notícias > Economia > Meio Ambiente e Energia](http://exame.abril.com.br/economia/meio-ambiente-e-energia/noticias/comite-da-rio-20-descarta-participacao-nos-dialogos-para-o-desenvolvimento-sustentavel)(<http://exame.abril.com.br/economia/meio-ambiente-e-energia/noticias/comite-da-rio-20-descarta-participacao-nos-dialogos-para-o-desenvolvimento-sustentavel>)

02/05/2012

Combate à pobreza será prioridade entre os países do Brics na Rio+20

por Redação Agência Brasil



Encontro dos presidentes do Brics, em março, em Nova Delhi

Foto: Roberto Stuckert Filho/Presidência da República

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/05/c31.jpg?9d7bd4>

O combate à pobreza será uma das grandes prioridades da cooperação entre os países que integram o Brics (grupo de nações emergentes formado por Brasil, Índia, China, Rússia e África do Sul), a ser levada à Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que será realizada no Rio de Janeiro entre os dias 13 e 22 de junho.

A afirmação foi feita à Agência Brasil pela professora do Instituto de Relações Internacionais da PUC/RJ e coordenadora-geral do centro de estudos e pesquisa Brics (Brics Policy Center), Adriana Abdenur, ao participar, nesta capital, do Seminário sobre o Desenvolvimento Sustentável e a Agenda Social dos Brics.

Segundo Adriana, debater conjuntamente o desenvolvimento econômico, o social e também o ambiental é o que interessa diretamente os países em desenvolvimento. “Do contrário, teremos na Rio+20 apenas uma agenda de interesses dos países mais ricos, onde predominará o tema da sustentabilidade”, observou.

Na avaliação da professora da PUC, é possível que os países em desenvolvimento aproveitem o encontro para anunciar a criação de um fundo ou instituição nos moldes do Banco Mundial (Bird) ou do Fundo Monetário Internacional (FMI) para atender especificamente aos países subdesenvolvidos.

A professora admitiu que “há riscos de que a Rio+20 se torne um festival”, em vez de uma conferência internacional com resultados concretos. “Há muita coisa acontecendo no plano da retórica, mas eu ainda não vejo propostas muito sólidas e realistas sobre novos mecanismos para a governança e a sustentabilidade”.

* Publicado originalmente na Agência Brasil e retirado do EcoD(<http://www.ecodesenvolvimento.org.br/posts/2012/maio/combate-a-pobreza-sera-prioridade-entre-os-paises>).

Fonte: EcoD/Envolverde(<http://envolverde.com.br/noticias/combate-a-pobreza-sera-prioridade-entre-os-paises-do-brics-na-rio20/>)

03/05/2012

Senado aprova acordo para a realização da Rio+20

O Plenário do Senado aprovou nesta quinta-feira o texto do acordo entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas (ONU) para a realização da Rio+20. A conferência ocorre no Rio de Janeiro de 20 a 22 de junho. O projeto de decreto legislativo contendo o acordo vai à promulgação.

O acordo prevê as necessidades de equipamento, suprimentos e material de consumo para a Rio+20; adequada utilização dos locais do evento; instalações médicas; hospedagem; transporte; proteção policial e segurança; financiamento; responsabilidades civis; privilégios, imunidades e questões relacionadas a impostos e taxas para importação temporária de equipamentos técnicos, entre outros.

Fonte: [Terra.com > Notícias > Ciência > Rio+20](http://noticias.terra.com.br/ciencia/rio20/noticias/0,,OI5753213-EI19851,00-Senado+aprova+acordo+para+a+realizacao+da+Rio.html)(<http://noticias.terra.com.br/ciencia/rio20/noticias/0,,OI5753213-EI19851,00-Senado+aprova+acordo+para+a+realizacao+da+Rio.html>)

03/05/2012

Brasil e G77 pedem mais tempo para negociar texto-base da Rio+20

por CLAUDIO ANGELO ENVIADO ESPECIAL A NOVA YORK

O Brasil e outros países em desenvolvimento estão pedindo mais uma semana para negociar o texto-base da Rio +20, diante da falta de avanço na sessão que acontece até esta sexta-feira na sede da ONU, em Nova York.

Segundo diplomatas do G77, o bloco que inclui 130 países pobres e emergentes, o texto, chamado "O Futuro que Queremos", está longe de ter sido reduzido a um tamanho que possa ser formalmente negociado no Rio, em junho. E as principais polêmicas permanecem.

Uma delas é a chamada reforma nas instituições da ONU para que o desenvolvimento sustentável possa ser tratado como um tema específico e o fortalecimento do Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). O chamado "Rascunho Um" do "Futuro que Queremos" ainda não formulou uma proposta, apesar de o México ter tentado resolver o impasse nesta quarta-feira.

Outra questão pendente é o formato dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que o Brasil enxerga como o principal resultado palpável da Rio +20. Os ODS foram derrubados da versão do texto em discussão em Nova York. "Temos confiança de que vão entrar adequadamente", disse à Folha o embaixador Luiz Figueiredo, chefe da delegação brasileira. "O nível de detalhamento dependerá da negociação."

Figueiredo tem se reunido com vários países pedindo mais uma semana para negociar o texto. A UE já deu sinais de que poderia apoiar a proposta, desde que as discussões sejam "objetivas".

Nas últimas duas semanas em Nova York o que se tem visto é uma espécie de edição coletiva de texto, na qual uma proposta de texto é projetada num telão e dezenas de países dão sugestões de mudança. A reportagem da Folha acompanhou na manhã desta quinta-feira um debate de 40 minutos sobre a formulação de um único parágrafo.

Fonte: [FOLHA.COM > Notícias > Ambiente](http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1085002-brasil-e-g77-pedem-mais-tempo-para-negociar-texto-base-da-rio20.shtml)(<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1085002-brasil-e-g77-pedem-mais-tempo-para-negociar-texto-base-da-rio20.shtml>)

04/05/2012

ONU convoca reunião extraordinária para debater texto da Rio+20

por CLAUDIO ANGELO ENVIADO ESPECIAL A NOVA YORK

Diante do impasse nas negociações da Rio +20, a ONU decidiu nesta sexta-feira convocar uma rodada extraordinária de conversas diplomáticas sobre o texto da conferência, a partir de 29 de maio, em Nova York.

A reunião de duas semanas encerrada na tarde de sexta na sede da organização conseguiu reduzir o rascunho do documento, batizado "O Futuro que Queremos", de 278 para 150 páginas. O número de temas a serem tratados, porém, cresceu de 15 para 27, e o nível de detalhe diminuiu, devido à resistência dos países em fazer concessões que permitissem objetivos mais ambiciosos.

O Brasil não descarta a necessidade da intervenção de chefes de Estado nas próximas semanas para tentar colocar as negociações de volta nos trilhos.

"Após quatro meses de conversas sobre o chamado 'Rascunho Zero' do documento, as negociações da Rio +20 estão no zero a zero. Pouco ou nada apareceu que possa entregar o que os governos concordaram que era necessário cumprir 20 anos atrás, na Cúpula da Terra", disse Antonio Hill, da ONG Oxfam.

O próprio G77, o grupo dos países em desenvolvimento, rachou na noite de quinta-feira sobre a principal controvérsia da Rio +20, a reforma das instituições de desenvolvimento sustentável da ONU. Os países africanos resolveram manter sua posição de exigir que o Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) seja transformado numa agência independente.

Também causou cisão entre os países em desenvolvimento a proposta do estabelecimento, no Rio, do embrião de uma convenção mundial para a proteção dos oceanos. O Brasil tinha interesse na ideia, que poderia ser facilmente vendida à sociedade como um resultado concreto da Rio +20. Mas a Venezuela não aceitou.

Fonte: [FOLHA.COM > Notícias > Ambiente > Rio+20\(http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1085725-onu-convoca-reuniao-extraordinaria-para-debater-texto-da-rio20.shtml\)](http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1085725-onu-convoca-reuniao-extraordinaria-para-debater-texto-da-rio20.shtml)

05/05/2012

Brasil tem carta na manga para tentar sair da Rio+20 como líder verde

por clipping

Às vésperas da conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, o Brasil possui um trunfo nas mãos: uma proposta para criação de piso mundial de proteção socioambiental.

Discutida ainda discretamente nas negociações que envolvem 193 países, o projeto apresenta-se como uma espécie de Bolsa-Família, com elementos do programa Bolsa Verde, que remunera famílias que vivem em unidades de conservação na Amazônia e adotam práticas ambientais sustentáveis.

Além de garantir uma renda mínima para combater a extrema pobreza, a proposta do piso de proteção socioambiental proporcionaria uma remuneração extra às famílias cadastradas pela proteção de florestas e recuperação de áreas degradadas.

Contudo, os negociadores lidam com resistências grandes de países em desenvolvimento reunidos no Grupo dos 77, do qual o Brasil faz parte, a restrições que venham a ser impostas por compromissos com a economia verde à comercialização de produtos desses países. O temor é de que a defesa da economia verde sirva à imposição de barreiras comerciais.

A expectativa é de que o projeto socioambiental conste na declaração final da Rio+20. O documento vem sendo negociado oficialmente desde novembro do ano passado, quando cada um dos países apresentou suas propostas. Até o momento, os rascunhos produzidos foram criticados pela falta de avanços esperados para a conferência que se realiza 40 anos depois de a Organização das Nações Unidas (ONU) adotar formalmente a defesa do desenvolvimento sustentável, em que o crescimento econômico reconhece os limites dos recursos naturais e considera o combate à exclusão social como um de seus objetivos.

O receio de fracasso da cúpula da ONU, agravado no momento com o embate da sociedade com a presidente Dilma Rousseff, em relação ao Novo Código Florestal, fez com que os negociadores do piso socioambiental prometessem resultados ambiciosos. O compromisso é uma forma de tentar driblar a expectativa de a conferência falhar e, sobretudo, garantir a presença de líderes mundiais importantes, essencial para que o Brasil avance no projeto de consolidar sua própria liderança no debate mundial do desenvolvimento sustentável.

Fonte: Amda/[AmbienteBrasil](http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2012/05/05/82913-brasil-tem-carta-na-manga-para-tentar-sair-da-rio20-como-lider-verde.html)(<http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2012/05/05/82913-brasil-tem-carta-na-manga-para-tentar-sair-da-rio20-como-lider-verde.html>)

06/05/2012

Rio+20: Desperdício de água só vai acabar com punição, diz biólogo

por André Naddeo, Direto do Rio de Janeiro

Há pouco mais de dois meses, na ocasião da abertura do Fórum Mundial da Água, em Marselha, na França, o primeiro-ministro Francês François Fillon declarou que chegou o momento do planeta aplicar "velocidade de cruzeiro" para o que chamou de "nova revolução industrial".

Às vésperas de receber a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, o Rio de Janeiro, bem como diversas outras cidades brasileiras, ainda sofre com o desperdício e a falta de consciência acerca do bem natural indispensável à vida humana. E, de acordo com o biólogo marinho Marcelo Szpilman, autor de diversos livros da área e diretor do Instituto Ecológico Aqualung, além de membro de grupo de trabalho da conferência que ocorrerá em junho na capital fluminense, somente com punições severas é que a ordem coletiva se estabelecerá no País que concentra 12% da água potável do planeta.

"Existe uma verdade: você não vai conseguir que todas as pessoas tenham consciência ecológica. Para você colocar a pessoa nessa trilha, é punição. Desembolsar é punição. Na Alemanha, a água é cara. A pessoa urina e só vai puxar a descarga na terceira ou quarta vez. Para isso, eles têm uma substância que quebra o cheiro desagradável da ureia. Porque é caro. Esse é o caminho", explica Szpilman, em entrevista exclusiva ao Terra.

"Outro exemplo que eu te dou: se você andar nas ruas dos Estados Unidos, é tudo limpo, ninguém joga lixo na rua. Se jogar o lixo na rua, será multado. Se você entra no cinema, vai ver que é a coisa mais suja do mundo, já que alguém vai limpar aquilo. Eles têm consciência? Não. Eles fazem (manter as ruas limpas) porque são punidos. Não adianta ser romântico. Muita coisa mudou em função de uma série de circunstâncias. Mas o uso racional da água, não", complementa.

Seguindo a linha do uso indiscriminado da água por parte da população brasileira, outro ponto chama a atenção do biólogo: por que, assim como já é feito com a luz, os prédios domiciliares do País não contam com relógios exclusivos para cada residência? "O Brasil tem tanta água, que e o sistema é meio perverso nesse sentido, pois a menos que você more em casa, a cobrança da água é no condomínio, você não tem a mínima noção de quanto você está gastando. Fica sempre a sensação de que não sai do bolso dele", pondera.

"Muitos apartamentos no Brasil todo ainda contam com aquela válvula antiga de descarga, que você fica apertando e gasta uma água incrível. Não custa muito se mudar isso. Nos Estados Unidos e Europa, as descargas têm dois botões, um para urina e outro para fezes. Isso já é um uso muito mais racional", exemplifica novamente.

No último Fórum Mundial da Água, evento prévio do Rio+20 em questões de sustentabilidade, a ONU apontou em relatório que a demanda mundial por água, até 2050, crescerá em torno de 55%. Tendo em vista que a população mundial atual está na ordem dos 7 bilhões de habitantes, e que até o referido ano, pela mesma projeção, terá 2,3 bilhões de pessoas suplementares, estima-se que 40% da população não terá acesso à água se medidas de controle e educação para uso racional não forem colocadas em prática já.

"Você já tem vários países em guerra pela água (principalmente na África e no Oriente Médio). Esse é um problema que só vai se agravar", conclui Szpilman, lembrando ainda de outro dado alarmante: de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), sete pessoas morrem por minuto, em todo mundo, por ingerir água insalubre.

Fonte: [TERRA.COM](http://noticias.terra.com.br/ciencia/rio20/noticias/0,,OI5755077-EI19851,00-Rio+Desperdicio+de+agua+so+vai+acabar+com+punicao+diz+biologo.html) > [Notícias](#) > [Ciência](#) > [Rio+20\(http://noticias.terra.com.br/ciencia/rio20/noticias/0,,OI5755077-EI19851,00-Rio+Desperdicio+de+agua+so+vai+acabar+com+punicao+diz+biologo.html\)](http://noticias.terra.com.br/ciencia/rio20/noticias/0,,OI5755077-EI19851,00-Rio+Desperdicio+de+agua+so+vai+acabar+com+punicao+diz+biologo.html)

07/05/2012

População e meio ambiente seguem lado a lado

por Thalif Deen, da IPS



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/05/e13.jpg?9d7bd4>

Nações Unidas, 07/05/2012 – As mudanças demográficas que ocorrem no mundo e o consumo sem precedentes que as acompanha colocam o planeta em perigo, alerta um novo estudo divulgado às vésperas da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Pouco antes da Cúpula da Terra, realizada em 1992 no Rio de Janeiro, algumas nações industrializadas, e especificamente os Estados Unidos, foram criticadas por consumirem em um nível obsceno os recursos finitos do planeta, entre eles alimentos, água e energia. O consumo insustentável destrói gradualmente o mundo, alertavam ambientalistas naquela ocasião.

O então presidente dos Estados Unidos, George Bush (1989-1993), respondeu a esses argumentos com uma famosa declaração: “O estilo de vida norte-americano não se negocia. Ponto”. A mensagem, um ataque diplomático preventivo por parte de Washington, ecoou por toda a cúpula de líderes mundiais, cujo plano de ação para o Século 21 praticamente evitou este candente assunto político.

Agora, 20 anos depois, a Organização das Nações Unidas (ONU) voltará a centrar-se na população, no consumo e no meio ambiente na Rio+20, que acontecerá de 20 a 22 de junho no Brasil. A previsão é que deste encontro surja um novo plano de ação para uma economia mais verde e um futuro sustentável. Agora, o estudo *People and the Planet (As Pessoas e o Planeta)*, destaca as mudanças rápidas e generalizadas na população mundial e o consumo sem precedentes que ameaça o bem-estar do planeta.

Elaborado pela britânica Royal Society, instituição científica com 352 anos de história, o informe diz que a capacidade da Terra para atender as necessidades humanas é finita. Contudo, como serão focados os limites depende das opções sobre estilos de vida e o consumo associado. E isto, por sua vez, depende do que se usa e como, e do que se considera essencial para o bem-estar humano. Isaac Newton, Charles Darwin, James Watson e Albert Einstein foram alguns dos prestigiosos nomes que fizeram parte da Royal Society.

Ao apresentar o estudo, no dia 2, em nome dessa entidade, o Nobel de Medicina 2002, John Sulston, afirmou aos jornalistas que existe um forte vínculo entre população, consumo e meio ambiente. As economias industrializadas e as emergentes devem reduzir com urgência o consumo insustentável dos recursos, alertou. Uma criança nascida no mundo rico consome entre 30 e 50 vezes mais água do que uma nascida no mundo pobre, exemplificou. O aumento do “consumo material” envolve alimentos, água, energia e minerais, explicou.

Como diz o informe, estes recursos respondem às necessidades mais básicas de sobrevivência, que algumas pessoas não têm atendidas em várias partes do mundo. Em contraste, o alto consumo material que se vê em muitas áreas “pode acabar levando à perda de bem-estar para o consumidor e, em um mundo desigual com recursos finitos, também causar privações a outros”.

O Século 21 é um período crucial para a população e para o planeta, afirma o estudo, destacando que a população mundial, que em 2011 chegou aos sete bilhões de pessoas, alcançará entre oito bilhões e 11 bilhões até 2050. O excessivo consumo entre os mais ricos contrasta com o que acontece com o 1,3 bilhão de pessoas mais pobres do mundo, que necessitam consumir mais para poderem sair da indigência.

O estudo propõe que a combinação entre maior população mundial e maior consumo material generalizado tem implicações para um planeta finito. Como ambos seguem aumentando, os sinais de impactos não desejados (como a mudança climática que reduz os rendimentos dos cultivos em algumas áreas) e de modificações irreversíveis (como uma extinção maior de espécies) se multiplicam “de modo alarmante”.

A mudança demográfica está pautada pelo desenvolvimento econômico e por fatores sociais e culturais, bem como pelas alterações ambientais. Em vários contextos socioeconômicos muito diferentes, se produziu uma transição de alta para baixa natalidade e mortalidade, aponta o estudo. E países como Irã e Coreia do Norte atravessaram as fases desta transição muito mais rapidamente do que a Europa ou América do Norte.

Até 2050, os países em desenvolvimento estarão construindo o equivalente a uma cidade com um milhão de habitantes a cada cinco dias, prevê o estudo. E o crescimento rápido e contínuo da população urbana tem uma acentuada influência em estilos de vida e condutas: como e o que consomem, quantos filhos têm, que tipo de trabalho desempenham. O planejamento urbano é essencial para evitar a propagação de favelas, altamente nocivas para o bem-estar de indivíduos e sociedades, indica a pesquisa.

Entre uma série de recomendações, o estudo exorta a comunidade internacional a tirar da indigência o 1,3 bilhão de pessoas que vivem com menos de US\$ 1,25 por dia, e também a reduzir a desigualdade que persiste no mundo. Além disso, as economias industrializadas e as emergentes devem se estabilizar e depois reduzir o consumo material mediante drásticas melhorias na eficiência do uso de seus recursos.

Isto inclui produzir menos lixo, investir em recursos sustentáveis, tecnologias e infraestrutura e também desvincular sistematicamente a atividade econômica do impacto ambiental. Os programas de saúde reprodutiva e planejamento familiar voluntário também exigem com urgência uma liderança política e um compromisso financeiro, tanto no plano nacional quanto no internacional. A população e o meio ambiente não deveriam ser considerados dois assuntos separados, destacam os especialistas.

“As mudanças demográficas, e as influências que operam sobre eles, deveriam, ser consideradas no debate e no planejamento econômico e ambiental nas reuniões internacionais, como a Rio+20 e outras posteriores”, acrescentam. Os governos também deveriam se dar conta do potencial da urbanização para reduzir o consumo material e o impacto ambiental por meio de medidas de eficiência.

Para cumprir os objetivos acordados sobre educação universal, os políticos de países com baixa assistência às escolas têm que trabalhar com financiadores e entidades internacionais, como Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, o Fundo de População das Nações Unidas e o Fundo das Nações Unidas para a Infância, além do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, conclui o estudo.

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/populacao-e-meio-ambiente-seguem-lado-a-lado/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=07)(http://envolverde.com.br/noticias/populacao-e-meio-ambiente-seguem-lado-a-lado/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=07)

07/05/2012

Sociedade civil critica segunda rodada de negociação do documento final da Rio+20

por Redação ONU Brasil



Marcelo Furtado (à esq.), do Greenpeace, afirmou que há uma "lavagem cerebral"

Foto: Lunaé Parracho/Greenpeace

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/05/c82.jpg?9d7bd4>

Representantes do setor privado e de organizações não governamentais contestaram na sexta-feira, 4 de maio, em Nova York, o processo de negociação e o conteúdo do documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). As reclamações foram apresentadas a jornalistas em entrevista coletiva organizada pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (Desa) da ONU.

A segunda rodada de negociações informais acabou na sexta-feira e os governos solicitaram mais um debate informal. O Secretariado da Rio+20 anunciou que esse diálogo será realizado de 29 de maio a 2 de junho, também em Nova York.

Segundo o diretor executivo do Greenpeace no Brasil, Marcelo Furtado, está havendo uma "lavagem cerebral". O ambientalista considera "inaceitável (admitir) compromissos voluntários". Furtado defende que, para atingir o futuro que a sociedade deseja, todos os governos assumam as mesmas responsabilidades.

Na opinião do Greenpeace, negociadores avaliaram o que foi feito nos últimos 20 anos e, em vez de propor soluções imediatas, estão pedindo mais 20 anos para agir. "O documento precisa receber um tratamento político", afirma Furtado, ao enfatizar a necessidade de abordar transferência de tecnologia para transformações reais. "Minha maior preocupação é a falta de prioridade e de liderança."

Para Adrian Fernandez, da Earth in Brackets Youth, as negociações estão muito lentas, sem concessões e os países só defendem os próprios interesses. "Eles dizem que não há dinheiro. Dizemos que há, mas está no lugar errado." O boliviano pede que os governos considerem o impacto no mercado de trabalho para jovens ao elaborar suas políticas.

Fernandez critica ainda os rumos das discussões sobre a Rio+20. "Parece que mudamos para economia verde e que o desenvolvimento sustentável tornou-se secundário."

Já a presidente da força tarefa de economia verde da Câmara Internacional do Comércio, Martina Bianchini, afirma que o setor privado "não diferencia investimentos em verde e marrom nem há coluna para economia verde, mas que sabe aonde tem de chegar". Segundo Bianchini, as prioridades para a Rio+20 são: inovação, cooperação e governança.

O setor privado reclama da falta de espaço para negociar pontos do documento final da Rio+20: "Somos um dos nove Major Groups e nossa condição de fazer parte do processo não é tão grande como achamos que deveria ser", aponta Bianchini. "Estamos fora da mesa de negociações."

Representante da Ibon International, baseada nas Filipinas, Paul Quintos observa que o conceito de economia verde é “profundamente preocupante, especialmente para as ONGs que vão participar da Cúpula dos Povos” e que o ideal seria promover a economia sustentável. Para ele, há muita ênfase no papel do setor privado, mas governos também devem assumir responsabilidades.

* *Publicado originalmente na ONU Brasil e retirado do EcoD(<http://www.ecodesenvolvimento.org.br/conexao-onu/sociedade-civil-critica-segunda-rodada-de>).*

Fonte: EcoD/Envolverde(http://envolverde.com.br/noticias/sociedade-civil-critica-segunda-rodada-de-negociacao-do-documento-final-da-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=07)

08/05/2012

Cálculo de pegada ecológica em São Paulo ajudará na gestão pública

por Redação EcoD



A Pegada Ecológica é usada para medir rastros de hábitos deixados pelos seres humanos no planeta.

Foto: sxc

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/05/ok2.jpg?9d7bd4>

A cidade de São Paulo será a terceira do país a fazer o cálculo de Pegada Ecológica, uma importante ferramenta de gestão ambiental, proposta pela ONG WWF, e que é usada para medir os impactos das atividades humanas no meio ambiente.

Segundo a Agência Fapesp, o acordo foi assinado pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo com a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo e com o WWF.

Para realizar o estudo, serão capacitados seis técnicos de cada uma das duas secretarias. De acordo com as instituições participantes do projeto, o resultado do trabalho servirá para ajudar no planejamento e na gestão pública, mobilizar a população para rever seus hábitos de consumo, além de estimular empresas a melhorarem suas cadeias produtivas.

A expectativa do WWF-Brasil e dos parceiros é conseguir o cálculo o quanto antes para ser apresentado na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que será realizada de 13 a 22 junho no Rio de Janeiro.

De acordo com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, a Pegada Ecológica de um país, estado, cidade ou pessoa corresponde ao tamanho das áreas produtivas terrestres e marinhas necessárias para sustentar determinado estilo de vida. É uma forma de traduzir, em hectares, a extensão de território que uma pessoa ou sociedade utiliza para morar, se alimentar, se locomover, se vestir e consumir bens de modo geral.

* Publicado originalmente no [EcoD](http://www.ecodesenvolvimento.org.br/posts/2012/maio/calculo-de-pegada-ecologica-em-sao-paulo-ajudara)(<http://www.ecodesenvolvimento.org.br/posts/2012/maio/calculo-de-pegada-ecologica-em-sao-paulo-ajudara>).

Fonte: EcoD/Envolverde > Notícias > Economia(http://envolverde.com.br/economia/calculo-de-pegada-ecologica-em-sao-paulo-ajudara-na-gestao-publica/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=08)

08/05/2012

ONU marca negociação extra para debater documento da Rio+20

Discussão deve acontecer entre os dias 28 de maio a 2 de junho, nos EUA. Rodada diplomática tentará sanar indefinições existentes no Rascunho Um.

do Globo Natureza, em São Paulo

A Organização das Nações Unidas ([ONU](http://g1.globo.com/topico/onu/)) marcou uma nova rodada de negociação do documento final da Rio+20 com objetivo de reduzir indefinições do chamado Rascunho Um, que será o resultado da conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, que acontece em junho, no Rio de Janeiro.

A nova discussão vai ocorrer de 28 de maio a 2 de junho, na sede da ONU, em Nova York, nos Estados Unidos. A decisão foi tomada na última sexta-feira (4), no encerramento da segunda rodada informal, que havia iniciado em 23 de abril.

Antes, uma rodada estava prevista apenas entre os dias 13 e 15 de junho, já dentro dos eventos oficiais da Rio+20 – antes do chamado segmento de alto nível, que deve reunir cerca de cem chefes de Estado entre 20 e 22 de junho.

A cúpula da ONU recebe este nome por ocorrer vinte anos depois da Rio 92 (também conhecida como Eco 92), considerada a maior conferência sobre meio ambiente já realizada, que popularizou o conceito de "desenvolvimento sustentável".

Prioridades

Segundo Aron Belinky, coordenador de processos internacionais do Instituto Vitae Civilis e que esteve envolvido na última discussão representando a sociedade civil, o número de parágrafos do documento aumentou de 128 para 420.

São consideradas prioridades do documento a definição de economia verde, mecanismos de financiamento, decisão de tornar o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) em uma agência ambiental e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O Itamaraty, principal responsável pela organização da Rio+20, não divulgou detalhes sobre o novo rascunho, nem sua nova quantidade de páginas (antes o documento tinha 278 páginas).

Apenas informou que o Rascunho Um, que segue em negociação, está sendo condensado e vem diminuindo paulatinamente para que se chegue a um "formato legível" para as negociações entre os chefes de Estado.

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/05/onu-marca-negociacao-extra-para-debater-documento-da-rio20.html)(<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/05/onu-marca-negociacao-extra-para-debater-documento-da-rio20.html>)

08/05/2012

Oceanos e responsabilidade social podem ser temas de convenções na ONU

por ANDREA VIALLI, COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

A Rio+20 deve abrir caminho para o lançamento de pelo menos duas novas convenções no âmbito da ONU: uma sobre proteção dos oceanos e a outra sobre responsabilidade social empresarial e transparência.

Os dois temas estão presentes no "Rascunho Um", o esboço do documento final da conferência, foco das negociações que ocorreram em Nova York até semana passada.

Embora o texto, de pouco mais de 150 páginas, não mencione diretamente a criação das convenções, os temas foram recorrentes nas conversas dos diplomatas e podem ser embriões de novas convenções nas Nações Unidas.

"A proteção aos oceanos tem sido muito discutida nas reuniões preparatórias e acredito que uma 'COP' dos Oceanos pode ser um resultado efetivo da Rio+20", afirma Aron Belinky, coordenador do Instituto Vitae Civilis, ONG que acompanha as negociações.

Segundo ele, na última reunião em Nova York, o estabelecimento do embrião dessa nova convenção, defendida pela União Europeia, não foi consenso. Isso porque já existe uma convenção na ONU sobre Direito do Mar, cujo tratado passou a vigorar em 1994.

A nova convenção trataria da proteção dos oceanos, o que pode contrariar interesses de países com grande atividade pesqueira ou petrolífera.

As convenções são instrumentos legais, sob forma de tratados internacionais, conduzidos pela ONU, onde os países signatários concordam em empreender esforços para alcançar objetivos definidos previamente. Existem convenções sobre mudanças climáticas; biodiversidade e tabagismo, entre outras.

O termo 'COP' se refere à conferências das partes, encontros periódicos (geralmente anuais ou bianuais) nos quais os países se reúnem para discutir o tema central das convenções.

A criação de uma convenção sobre responsabilidade social e transparência, outra proposta que está na mesa, teria o objetivo de colocar as empresas no centro do debate sobre desenvolvimento sustentável.

As companhias passariam a seguir normas definidas na convenção para relatar suas ações nessa área e prestar contas. Hoje já existem iniciativas voluntárias com padrões de prestação de contas, mas as empresas não são fiscalizadas: podem publicar o que querem, o que dá margem ao chamado greenwashing, ou maquiagem verde.

CÚPULA DOS POVOS

O governo brasileiro destinou R\$ 11 milhões para a realização da Cúpula dos Povos, evento paralelo à Rio+20 que reunirá ONGs e movimentos sociais no Aterro do Flamengo, entre os dias 13 e 22 de junho. São esperados mais de 30 mil participantes durante esse encontro, mas ainda não se sabe onde os ativistas ficarão alojados.

A prefeitura do Rio chegou a oferecer a Quinta da Boa Vista para abrigar os acampamentos dos movimentos sociais, mas os organizadores não aceitaram.

"O espaço fica distante do Aterro do Flamengo e também do RioCentro, onde será realizada a conferência dos chefes de Estado", disse Pedro Ivo, um dos coordenadores da Cúpula dos Povos.

Segundo Ivo, só a Via Campesina deve trazer 5.000 pessoas para a cúpula. Outros 4.000 jovens são esperados. "Ainda não se sabe onde eles ficarão", lamenta.

Fonte: [FOLHA.COM > Notícias > Ambiente > Rio+20](http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1087459-oceanos-e-responsabilidade-social-podem-ser-temas-de-convencoes-na-onu.shtml)(<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1087459-oceanos-e-responsabilidade-social-podem-ser-temas-de-convencoes-na-onu.shtml>)

09/05/2012

Pequenos Estados insulares unem forças rumo à Rio+20

por Peter Richards, da IPS



A República de Nauru é o menor Estado insular do mundo e, como os demais, é particularmente vulnerável à mudança climática.

Foto: Tatiana Gerus/ CC by 2.0

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/05/e35-300x198.jpg?9d7bd4>

Bridgetown, Barbados, 09/05/2012 – Os governos das pequenas ilhas do Caribe, do Oceano Pacífico e da costa africana trabalham duramente para chegar à conferência de junho no Brasil com uma mensagem única que sensibilize o resto do mundo sobre a importância do desenvolvimento sustentável. Em um encontro de dois dias, encerrado ontem, em Barbados, as autoridades desses países desenharam uma estratégia para evitar que suas necessidades sejam vistas de relance na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que acontecerá entre 20 e 22 de junho no Rio de Janeiro.

O primeiro-ministro de Barbados, Freundel Stuart, declarou que seu país considera crucial que a Rio+20 não só reconheça as vulnerabilidades estruturais dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento. Também deve “oferecer um modelo que nos ajude a concretizar nossas aspirações de desenvolvimento sustentável e a criar a plataforma institucional que nos permita participar deste processo em associações inovadoras, tanto regionais quanto internacionais”, afirmou.

As ilhas da África, do Caribe e do Pacífico devem pressionar a comunidade internacional para que cumpra os compromissos assumidos com elas, ressaltou Stuart. “Também é essencial que os pequenos Estados insulares em desenvolvimento obtenham os recursos necessários para deixarem acessíveis e a baixo custo as energias renováveis”, disse aos delegados presentes na conferência patrocinada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Stuart observou que a Rio+20 será uma oportunidade de ouro para que os pequenos Estados insulares falem com voz única e transmitam a urgência de abraçar plenamente o desenvolvimento sustentável, unidos em torno de uma agenda comum para garantir seu cumprimento. “Devemos usar estas reuniões em Barbados para nos preparar para o que será uma batalha para articular, promover e defender nossos interesses, para benefício de nossa população e, de fato, do planeta. O tempo de falar acabou. Temos diante de nós o tempo de uma ação concreta e concertada”, destacou o primeiro-ministro.

A Rio+20 acontece 20 anos depois da histórica Cúpula da Terra, realizada em 1992 no Rio de Janeiro. Já na conferência de Barbados – que aconteceu pela primeira vez neste país em 1994 –, os participantes debateram várias iniciativas, entre elas a que busca garantir um acesso barato e confiável a modernos serviços energéticos até 2030 nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento. Outras são sobre governança e o papel do acesso a energia em relação ao desenvolvimento econômico.

O primeiro-ministro de Barbados explicou aos delegados de várias dessas nações, incluindo Ilhas Cook, Tuvalu e Nauru, que o proposto documento resultante da reunião abordará suas preocupações fundamentais em matéria de conservação e sustentabilidade, ou “economia azul”, embora atualmente não constem do rascunho. “Estão sendo desenvolvidos planos para um enfoque coordenado para a energia renovável” no Caribe mais amplo, destacou.

Stuart alertou que uma avaliação honesta dos antecedentes da comunidade internacional a propósito do desenvolvimento sustentável leva à conclusão de que, embora o conceito seja parte do vocabulário mundial, continua sendo muito amorfo para ser adequadamente implantado. “O desenvolvimento sustentável ainda é visto fundamentalmente como uma questão ambiental, enquanto o desenvolvimento, como crescimento econômico, continua sendo o modelo dominante”, explicou.

Assim, “não foi possível encontrar os pontos com benefícios políticos para se conseguir um avanço real”, acrescentou. Portanto, é necessário incorporar este conceito aos debates dominantes, tanto nacionais como internacionais, sobre política econômica, enfatizou o primeiro-ministro.

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, declarou em uma mensagem enviada à reunião que o diverso grupo de países está unido por vulnerabilidades especiais, que vão da mudança climática e maior risco de desastres até os mercados restritos e os altos custos da energia convencional, que podem ser obstáculo para o desenvolvimento.

Os pequenos Estados insulares em desenvolvimento têm que deixar de depender das importações de combustíveis fósseis e se transformar para proporcionar fontes energéticas modernas, eficientes, limpas e renováveis”, afirmou Ban. “O desenvolvimento sustentável não é possível sem uma energia sustentável. Esta pode tirar as pessoas da pobreza, fortalecer a igualdade social e proteger nosso meio ambiente”, ressaltou o secretário-geral, acrescentando que “a energia sustentável deve figurar de modo destacado no resultado da Rio+20”.

A coordenadora-residente da ONU e representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em Barbados, Michelle Gyles-McDonnough, concorda. Chegou o momento de haver energia sustentável para todos, afirmou, destacando que o debate que acontecerá na Rio+20 tem a capacidade de dar à luz “um novo modelo energético que impulse o processo de desenvolvimento” nos pequenos Estados insulares e no resto do mundo pobre, e que consiga “a plena concretização” do Programa de Ação de Barbados em favor destas ilhas, e que foi o resultado da conferência de 1994.

Segundo Stuart, uma boa quantidade das obras prometidas não foram executadas, “especialmente no tocante à integração dos princípios de sustentabilidade nas políticas econômicas dominantes”. O primeiro-ministro reconheceu que a crise econômico-financeira do mundo industrializado e a volatilidade e carestia do petróleo nos últimos três anos “debilitaram seriamente os três pilares do desenvolvimento sustentável: a sociedade, a economia e o meio ambiente”.

Entretanto, Stuart contrapôs essas desvantagens assinalando que, “ao mesmo tempo, os avanços em tecnologias para aproveitar a energia renovável, e a capacidade de aumentar as intensidades energéticas, tornam possível que creiamos em um futuro para o mundo além do uso de combustíveis fósseis”

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/pequenos-estados-insulares-unem-forcas-rumo-a-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=09)(http://envolverde.com.br/noticias/pequenos-estados-insulares-unem-forcas-rumo-a-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=09)

10/05/2012

Hollande e Putin vão participar da Rio+20

Governo brasileiro aguarda mais de 80 chefes de Estado na conferência mundial do clima



Francois Hollande confirmou presença em conversa telefônica com Dilma

Foto: Pierre Andrieu/AFP

Fonte: http://imagem.band.com.br/f_97832.jpg

Em conversa telefônica com a presidente Dilma Rousseff, o presidente eleito da França, François Hollande, e o recém-empossado da Rússia, Vladimir Putin, informaram que virão ao Brasil no próximo mês para a conferência climática Rio+20.

Dilma conversou com Putin na manhã de ontem e o felicitou pela posse, realizada na última segunda-feira. Segundo o porta-voz, a conversa durou cerca de 15 minutos. Os dois combinaram uma nova conversa antes do encontro do G-20, no México, para estabelecer uma posição comum entre os Brics, que incluem ainda a Índia, China e África do Sul.

No início da tarde, Dilma conversou com o presidente-eleito da França, a quem parabenizou pela vitória no segundo turno das eleições. Ela afirmou que deve enviar um representante brasileiro para a posse, na próxima semana. Os dois devem se reunir pela primeira vez no México, no próximo mês, também no encontro do G-20.

A reunião do G-20 ocorre dias antes da Rio+20, a conferência do clima que será realizada no Rio de Janeiro em junho. Segundo o governo brasileiro, são aguardados mais de 80 chefes de Estado e de governo para discutir a agenda do desenvolvimento sustentável.

Fonte: [BAND.COM.BR](http://www.band.com.br) > [Notícias](#) >
[Mundo\(http://www.band.com.br/noticias/mundo/noticia/?id=100000502690\)](http://www.band.com.br/noticias/mundo/noticia/?id=100000502690)

10/05/2012

ANÁLISE-Guinada na geopolítica mundial afeta negociações da Rio+20

por VALERIE VOLCOVICI E NINA CHESTNEY - REUTERS

As areias movediças da geopolítica -marcadas pelo rápido crescimento das grandes economias emergentes, como Brasil e China, enquanto os países tradicionalmente ricos ficam para trás- poderão minar o avanço para definir metas de desenvolvimento sustentável da conferência da ONU no Rio, no mês que vem.

Novas divisões entre velhos aliados estão se somando às disputas antigas sobre finança e responsabilidade, enquanto as conversações preparatórias em Nova York na semana passada não conseguiram chegar a um consenso, levando a ONU a acrescentar uma rodada adicional de negociações ainda este mês.

A cúpula Rio+20 no Brasil, de 20 a 22 de junho, deve atrair mais de 50 mil participantes de governos, empresas e grupos ambientalistas e de lobistas.

O evento tentará produzir metas de desenvolvimento sustentável na esfera das aspirações (e não mandatórias) para sete temas básicos -incluindo segurança alimentar, água e energia-, mas não buscará repetir o resultado da Cúpula da Terra no Rio, há 20 anos, que produziu o Protocolo de Kyoto para a limitação das emissões de gás-estufa e um tratado sobre biodiversidade.

Uma razão para a mudança de objetivos é a guinada na geopolítica global ocorrida na esteira da força crescente de países como Brasil, África do Sul, Índia e China - classificados como países em "desenvolvimento", apesar do rápido crescimento, enquanto nações "desenvolvidas" como as da Europa, os EUA e o Japão enfrentam dificuldades com um crescimento mais lento.

"O mundo de 1992 não é o mesmo de 2012. Cada país agora terá de assumir a responsabilidade por garantir a sustentabilidade", disse à Reuters o comissário europeu para o Ambiente, Janez Potocnik.

"As negociações...estão preocupantes no atual estágio. O ritmo é relativamente lento e há uma certa falta de foco."

A guinada na geopolítica fortaleceu alguns países em desenvolvimento e mudou a forma como os países abordam determinadas questões, disse Samantha Smith, líder de iniciativas sobre o clima global e energia para o grupo ambiental WWF.

Criaram-se novas alianças entre os países e divisões recentes foram abertas, prejudicando o avanço em várias questões, especialmente no financiamento das metas de desenvolvimento.

"O que está acontecendo nas negociações reflete o que ocorre na geopolítica em geral", afirmou Smith.

Em um sinal do desafio enfrentado pelas autoridades governamentais, a ONU acrescentou cinco dias a mais de negociações em Nova York, entre 29 de maio a 2 de junho, a fim de salvar um texto em negociação que teve o tamanho multiplicado, mas foi diluído, depois do fracasso da rodada de negociações da semana passada.

NOVA FORÇA

Embora as rixas tradicionais entre os países ricos e pobres persistam em questões como finanças, grupos estabelecidos de aliados estão se ramificando ou se separando como um reflexo de seu status de economia emergente.

O chamado G77 +China de países em desenvolvimento começou a se dividir em grupos ou em países individuais. O grupo que inclui Brasil, África do Sul, Índia e China (Basic) tem ganhado força e preparou um texto paralelo de negociação para ser circulado no mês que vem, afirmaram fontes.

A questão da arrecadação de fundos é um obstáculo importante, ecoando desacordos antigos em diferentes negociações da ONU para um pacto para a redução das emissões globais.

Nessa arena, os países industrializados são acusados há muito tempo de não arrecadar dinheiro rápido o bastante para ajudar os países mais vulneráveis a se adaptar à mudança climática, e um fundo destinado a ajudar a captar 100 bilhões de dólares por ano para assistência ainda está sem nada.

Países tradicionalmente mais ricos, como os da União Europeia, os EUA e o Japão, têm enfrentado tempos econômicos mais duros. Muitos países têm imposto medidas de austeridade aos seus cidadãos e cortado os gastos de forma drástica.

Alguns países em desenvolvimento estão preocupados de que a crise econômica forneça uma desculpa para as nações mais ricas se desvencilharem de antigos compromissos financeiros e evitem novos.

"Esperamos que a crise financeira, que atingiu tanto o mundo desenvolvido como o em desenvolvimento, não nos leve a termos uma visão estreita com relação ao resultado do Rio", disse Marlene Moses, presidente do bloco de negociação da Aliança dos Pequenos Estados Insulares.

Fonte: [ESTADÃO.COM.BR > Notícias > Planeta](http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,analise-guinada-na-geopolitica-mundial-afeta-negociacoes-da-rio20,871296,0.htm)(<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,analise-guinada-na-geopolitica-mundial-afeta-negociacoes-da-rio20,871296,0.htm>)

11/05/2012

USP lança dois livros com temas da Rio+20

Títulos sobre governança ambiental internacional, inclusão social, sustentabilidade socioambiental e diversidade serão lançados em 16/5.



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/05/Sustentabilidade-socioambiental-194x300.jpg?9d7bd4>

O Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo (Procam/IEE-USP), o Grupo de Pesquisa em Ciências Ambientais do Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP) e a Editora Annablume convidam para o lançamento de dois títulos que tratam de temas a serem discutidos durante a Rio+20.

Trata-se dos livros Governança da Ordem Ambiental Internacional e Inclusão Social, organizado por Wagner Costa Ribeiro, e A Sustentabilidade Socioambiental: Diversidade e Cooperação, organizado por Sônia Maria Flores Ganesella e Pedro Roberto Jacobi.

Os lançamentos vão ocorrer no dia 16 de maio de 2012, das 18h30 às 21h30, na Livraria da Vila da Fradique Coutinho, em Pinheiros, na capital paulista.

A obra Governança da Ordem Ambiental Internacional e Inclusão Social está organizada em duas partes. Na primeira, cujo título dá nome ao livro, estão textos que abordam a governança ambiental internacional, o papel da economia nesse contexto, os impasses da ordem ambiental internacional, o modo como a governança ambiental institucionalizou-se no Brasil e as questões energéticas.

Na segunda parte do livro, intitulada "Saúde, Pobreza e Mudanças Climáticas", encontram-se contribuições que discutem as relações entre a economia verde, inclusão social e saúde, formas de combate à pobreza por meio do uso do patrimônio cultural edificado, análise de políticas territoriais associadas à inclusão social, o papel dos catadores no processo da gestão dos resíduos sólidos e os avanços da ciência do clima, bem como as relações entre clima e estoques hídricos.

O conjunto de textos apresentados nessa obra oferece ao leitor uma ampla gama de possibilidades para assuntos centrais no mundo atual.

O livro A Sustentabilidade Socioambiental: Diversidade e Cooperação é o sétimo volume da coletânea de dissertações e teses do Procam/IEE-USP. Seus catorze textos estabelecem um diálogo com a contemporaneidade.

Destaca-se nessa obra a gestão socioambiental participativa, transformações nas lógicas agrícolas e impactos nos ecossistemas, medidas judiciais e controle de áreas contaminadas, questões de direitos do

cidadão, negociação, questões de empoderamento, respeito à diversidade e cooperação e educação para a sustentabilidade.

Os temas abordados indicam o desenvolvimento socioambiental como um caminho para atingir a sustentabilidade, caracterizando um retrato da evolução da discussão ambiental.

Serviço

O quê: Lançamento dos livros Governança da Ordem Ambiental Internacional e Inclusão Social e A Sustentabilidade Socioambiental: Diversidade e Cooperação;

Quando: 16 de maio de 2012, das 18h30 às 21h30;

Local: Livraria da Vila da Fradique;

Endereço: Rua Fradique Coutinho, 915, Pinheiros – São Paulo (SP).

* *Publicado originalmente no site [Instituto Ethos](http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/6803/servicos_do_portal/noticias/itens/usp_lanca_dois_livros_com_temas_da_rio+20.aspx)(http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/6803/servicos_do_portal/noticias/itens/usp_lanca_dois_livros_com_temas_da_rio+20.aspx).*

Fonte: Instituto Ethos/[Envolverde](http://envolverde.com.br/educacao/literatura/usp-lanca-dois-livros-com-temas-da-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=11)(http://envolverde.com.br/educacao/literatura/usp-lanca-dois-livros-com-temas-da-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=11)

11/05/2012

Alteração dos padrões de produção e consumo é essencial para sustentabilidade

O embaixador Figueiredo defende a busca por uma convergência entre os dois modelos extremos de consumo...

por Agência Brasil

RIO DE JANEIRO – Sem uma alteração muito clara em padrões de produção e consumo, não se conseguirá a sustentabilidade. A opinião é do secretário executivo da Comissão Nacional para a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), embaixador Luiz Alberto Figueiredo. Para ele, quem tem que liderar essas mudanças são os países ricos, que possuem padrões de produções e consumo insustentáveis.

Segundo Figueiredo, que participou nesta sexta-feira (11), no Rio de Janeiro, de debate com profissionais da mídia sobre a Rio+20, essas mudanças de padrões envolvem, pelo lado da produção, o uso mais racional e eficiente de recursos naturais e de energia, além do aprimoramento de processos produtivos e, pela área do consumo, maior educação e alterações culturais que levem as populações a “não testarem os limites do planeta”.

“Quando se fala em padrões de produção e consumo, quem tem que liderar [essa mudanças] são os países ricos, que têm claramente os padrões mais insustentáveis. Não é possível achar razoável exigir que a nova classe média da Índia ande de bicicleta para salvar o planeta, se a classe média nos países desenvolvidos tem dois carrões na garagem”, disse.

O embaixador Figueiredo defende a busca por uma convergência entre os dois modelos extremos de consumo.

“Temos que buscar uma contração dos que estão abusando e um aperfeiçoamento dos que não têm nada para que cheguemos a um padrão que o planeta aguente, que o planeta sustente”, acrescentou.

Fonte: [DCI - Diário Comércio Indústria e Serviços > Notícias > Política](http://www.dci.com.br/alteracao-dos-padroes-de-producao-e-consumo-e-essencial-para-sustentabilidade-id293679.html)(<http://www.dci.com.br/alteracao-dos-padroes-de-producao-e-consumo-e-essencial-para-sustentabilidade-id293679.html>)

11/05/2012

Documento da Rio+20 será resumido, diz embaixador Figueiredo

*Negociadores devem apresentar 'novo texto de síntese' até dia 22.
Texto de conferência vem sendo negociado em Nova York.*

por Dennis Barbosa do Globo Natureza, no Rio de Janeiro

O embaixador Luiz Alberto Figueiredo, secretário-executivo da Comissão Nacional para a Rio+20, disse nesta sexta-feira (11) que os negociadores do rascunho que será debatido na conferência estão preparando até dia 22 de maio uma síntese que seja "mais próxima" do que efetivamente será o resultado da reunião, que acontece em junho.

Esse rascunho, sobre o qual haverá nova rodada de negociações a partir do dia 28 de maio, na sede da ONU, em Nova York, chegou a ter 278 páginas, com texto em boa parte ainda entre colchetes, ou seja, passível de mudanças durante as negociações.

A Rio+20 recebe este nome por ocorrer vinte anos depois da Rio 92 (também conhecida como Eco 92), considerada a maior conferência sobre meio ambiente já realizada, que popularizou o conceito de "desenvolvimento sustentável". A cúpula da ONU ocorre de 13 a 22 de junho, no Rio de Janeiro.

"Agora ele [o rascunho] não tem necessariamente um número específico de páginas porque os copresidentes do processo estão preparando um novo texto de síntese com base nos debates", disse o diplomata. "O texto que se manejará na rodada que começa no dia 28 [de maio] será um texto bastante enxuto e muito mais próximo daquele que deverá ser finalmente adotado durante a conferência", acrescentou.



O secretário executivo da Comissão Nacional para a Rio+20, embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, em evento realizado nesta sexta-feira (11) no Rio de Janeiro.

Foto: Dennis Barbosa/Globo Natureza

Fonte: http://s2.glbimg.com/GnXadhuTCgoMVQjaNfqF2Q2Nehf-CvE-A3PvIW9r9wtloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/05/11/figueiredo.jpg

Ausências não impactam

De acordo com Figueiredo, essa etapa de síntese não se trata de um recomeço, mas de um desenrolar do processo negociatório. O embaixador falou a jornalistas junto com a Ministra do Meio ambiente, Izabella Teixeira(<http://g1.globo.com/topico/izabella-teixeira/>), no Rio de Janeiro(<http://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/cidade/rio-de-janeiro.html>). A titular da pasta ambiental reforçou a importância da conferência, minimizando a eventual ausência de alguns líderes.

"Os países emergentes em peso estarão no Brasil", disse. E acrescentou: "[O presidente americano George] Bush veio à Eco 92 e não assinou [o documento daquela conferência] até hoje". Mais de 180 dos 193 países que integram a ONU já confirmaram que mandarão delegações.

A União Europeia também está confirmada, apesar da polêmica relacionada à decisão do Parlamento Europeu de cancelar a vinda de 11 parlamentares por considerar os custos de hospedagem no Rio muito elevados.

O presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, viajará ao Brasil com os comissários Janez Potocnik (Meio Ambiente), Connie Hedegaard (Clima), Andris Piebalgs (Desenvolvimento), Maria Damanaki (Pesca) e Dacian Ciolos (Agricultura).



A ministra do Meio Ambiente minimizou a ausência de alguns chefes de Estado na Rio+20.

Foto: Dennis Barbosa/Globo Natureza

Fonte: http://s2.glbimg.com/vesye8bLctX2dHkJ3ETUk7xHjqvBpn-2KKcjt6Wn8WBloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/05/11/izabella---11.05.jpg

Objetivos

Figueiredo apontou que o Brasil quer que da Rio+20 saia um compromisso de criação de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ou seja, do desenvolvimento que contemple as esferas ambiental, social e econômica de forma concomitante.

Esses objetivos seriam delineados de forma mais específica num processo de negociação que ocorreria até 2015, quando vencem os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio adotados pela ONU em 2000.

Oceanos

O Brasil espera ainda elevar o debate sobre os oceanos a um novo patamar. Um exemplo dado por Figueiredo é o desejo brasileiro de se criar alguma regulamentação sobre o patrimônio genético dos seres vivos que habitam águas internacionais, algo até hoje sem qualquer regra.

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/05/documento-da-rio20-sera-resumido-diz-embaxador-figueiredo.html)(<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/05/documento-da-rio20-sera-resumido-diz-embaxador-figueiredo.html>)

11/05/2012

Apesar de ausências ilustres, Brasil e ONU acreditam em Rio+20 'histórica'

por Paula Adamo Idoeta da BBC Brasil em Londres



Preços de hotéis reduziram delegações europeias, mas organização descarta esvaziamento da Rio+20

Fonte: http://wscdn.bbc.co.uk/worldservice/assets/images/2012/05/11/120511145348_rio_304x171_afp.jpg

Em meio à ausência de alguns líderes globais ilustres e de entraves na negociação, a ONU e o governo brasileiro ainda apostam no potencial da Rio+20 de ser "a maior conferência climática da história das Nações Unidas".

Ambientalistas, porém, têm expectativas divergentes quanto à força das decisões que serão tomadas no evento, marcado para 13 a 22 de junho, no Rio de Janeiro.

Temores sobre o esvaziamento da Rio+20 vieram à tona, nesta semana, quando uma comitiva de deputados do Parlamento Europeu cancelou sua ida ao Rio, criticando os altos preços dos hotéis na cidade. O mesmo motivo já havia feito com que as delegações europeias que vão à conferência encolhessem em média 30%.

As embaixadas da Grã-Bretanha e da Alemanha também afirmaram à agência France Presse que os premiês David Cameron e Angela Merkel não deverão comparecer à Rio+20. Eles serão representados, respectivamente, pelo vice-premiê britânico Nick Clegg e pelos ministros alemães de Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Até agora, não há uma confirmação oficial quanto à ida de Barack Obama, mas é improvável que ele compareça, por estar focado na campanha pela reeleição.

Em contrapartida, confirmaram a presença, entre outros, os líderes dos Brics e de países sul-americanos e nomes como François Hollande (presidente eleito da França) e José Manuel Barroso, presidente da Comissão Europeia.

'Números animadores'

"Até agora, os números são animadores", disse à BBC Brasil Giancarlo Summa, vice-porta-voz da ONU para a Rio+20. "Temos a confirmação de delegações de 183 países, sendo 135 delas lideradas por chefes de Estado ou de governo ou seus vices."

Um público total de 50 mil pessoas é esperado no evento, entre políticos, membros de ONGs e da sociedade civil e empresários.

Com isso, diz Summa, "temos condições de ser a maior conferência da história da ONU".



Até agora, há mais chefes de Estado confirmados para a Rio+20 do que os que foram à Eco-92 (logo acima)

Fonte:

http://wscdn.bbc.co.uk/worldservice/assets/images/2012/05/11/120511144832_logo_eco_92_304x171_bbc_nocredit.jpg

Em comparação, a Eco-92, principal antecessora da Rio+20, teve a presença de 108 líderes, segundo a Folha de S. Paulo.

A Rio+20 tem como missão definir os rumos do desenvolvimento sustentável nas próximas décadas – em temas como segurança alimentar, economia verde, acesso à água, uso de energia – e dar continuidade à agenda ambiental iniciada na Eco-92, há 20 anos.

Do lado do governo brasileiro, a assessoria do Itamaraty afirma que "não há nenhum medo de esvaziamento" e atribui as ausências à conjuntura interna de alguns países – seja por causa de eleições, crise econômica ou questões políticas.

Segundo a assessoria, essas ausências não afetarão o poder decisório da cúpula, já que a maioria dos países mandará "enviados de altíssimo nível".

O Itamaraty diz também que reservou 5 mil quartos de hotéis no Rio e em cidades próximas, para hospedar as delegações estrangeiras (quartos de chefes de Estado e seus seguranças serão custeados pelo Brasil, como país-anfitrião). Mas "controlar o preço dos hotéis foge do escopo, é uma questão de oferta e demanda".

Documento final

Ao mesmo tempo, outro desafio da Rio+20 é produzir um documento final com metas concretas e compromissos dos países com o desenvolvimento sustentável.

Comunicado da ONU de segunda-feira anunciou mais cinco dias de negociação prévios à cúpula, em Nova York, para que delegações internacionais "superem suas diferenças".

O mesmo comunicado cita a "decepção e a frustração com a falta de progresso" nas negociações.



Merkel e Obama não devem participar de evento no Rio

Fonte:

http://wscdn.bbc.co.uk/worldservice/assets/images/2011/11/03/111103114509_jp_euro304x171_afp.jpg

Isso porque muitos países industrializados relutam em assumir compromissos em temas como cortes nas emissões de gases-estufa e uso de energia limpa. Os EUA, por exemplo, ficaram de fora do Protocolo de Kyoto, criado justamente para conter emissões.

"A negociação está correndo mais lentamente do que gostaríamos", admite Summa. "A maioria do texto (do documento da Rio+20) ainda está entre colchetes, ou seja, em debate."

"Um documento fraco levará a um acordo mais fraco ainda", adverte o representante do Greenpeace Nilo Davila.

Papel de emergentes

Para Mario Mantovani, representante da SOS Mata Atlântica, as expectativas quanto ao evento são decepcionantes.

Citando a aprovação do Código Florestal no Congresso, ele diz que o Brasil "retrocedeu" e "não fez a lição de casa" para se gabaritar como líder ambiental global, papel que poderia encampar na Rio+20.

"A sociedade civil vai fazer seu debate na Rio+20, mas já ninguém esperava nada da conferência, com ou sem líderes ilustres", diz.

Já para Pedro Telles, da organização ambiental Vitae Civilis, a eventual ausência de líderes graúdos é "uma pena", mas pode abrir espaço para um maior protagonismo dos países emergentes.

"Existe ceticismo quanto à Rio+20, mas não diria que será um fracasso", afirma.

Sua expectativa é de que a conferência ao menos abra caminho para a criação de um conselho internacional de defesa do meio ambiente, sob a tutela da ONU, e para a adoção de metas de desenvolvimento sustentável para a partir de 2015.

Fonte: [BBC Brasil >](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/05/120511_rio20_presencas_pai.shtml)
[Notícias\(http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/05/120511_rio20_presencas_pai.shtml\)](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/05/120511_rio20_presencas_pai.shtml)

11/05/2012

União Europeia enviará delegação para a Rio+20, mas controla despesas

Comissários para o Meio Ambiente, Clima e Desenvolvimento virão ao país. Membros do parlamento europeu cancelaram viagem devido ao alto custo.

da France Presse

O braço executivo da União Europeia enviará seis alto representantes, além de um número não determinado de assessores para a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que acontece em junho no Rio de Janeiro, mas planeja controlar as despesas, informou uma porta-voz da Comissão Europeia.

O presidente da Comissão, José Manuel Durão Barroso, viajará ao Brasil com os comissários Janez Potocnik (Meio Ambiente), Connie Hedegaard (Clima), Andris Piebalgs (Desenvolvimento), Maria Damanaki (Pesca) e Dacian Ciolos (Agricultura), disse a porta-voz, Pia Ahrenkilde Hansen.

Em um anúncio que se seguiu ao cancelamento da participação do Parlamento europeu na conferência devido a preocupações sobre os custos, a porta-voz disse que os comissários "seriam acompanhados de colaboradores, mas a formação das delegações não foi finalizada".

"Somos muito sensíveis aos custos e estamos tentando reduzir nossas despesas o máximo possível em todos os campos, inclusive em viagem e acomodação", explicou. "Somente colaboradores que tiverem um papel preciso" a desempenhar irão ao Rio, acrescentou.

Custo alto

Uma fonte que falou sob a condição do anonimato disse, no entanto, que a delegação de cada comissão deve ter 20 pessoas. Na noite de quarta-feira, o Parlamento europeu suspendeu os planos de enviar uma delegação de 11 parlamentares à Rio+20, alegando os elevados custos de hotéis, em particular.

"O enorme crescimento do custo estimado para participar da conferência simplesmente é injustificável, especialmente em um momento em que muitos europeus enfrentam privação econômica", afirmou o presidente do Comitê do Meio Ambiente, Matthias Groote.

Ele pediu que o Parlamento registre formalmente uma queixa junto aos organizadores da conferência.

"O governo brasileiro deveria tomar medidas para evitar o abuso dos hotéis. Isso também faz parte da responsabilidade de sediar uma conferência desse porte", criticou o relator de biodiversidade e eficiência energética do Parlamento europeu, Gerben-Jan Gerbrandy, que deveria presidir a delegação.

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20\(http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/05/uniao-europeia-enviara-delegacao-para-rio20-mas-controla-despesas.html\)](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/05/uniao-europeia-enviara-delegacao-para-rio20-mas-controla-despesas.html)

12/05/2012

Notícias» Tecnologias verdesRio+20: 183 países-membros da ONU confirmam presença

por Agência Brasil



Foto: Wikimedia Commons

Fonte: <http://info.abril.com.br/images/materias/2012/05/riomais20-20120512125433.jpg>

Rio de Janeiro – O diretor do Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil no Rio de Janeiro (Unic Rio), Giancarlo Summa, informou hoje (11) que dos 193 países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), 183 já confirmaram presença na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

Summa, que participou nesta sexta-feira, no Rio de Janeiro, de um debate com profissionais da mídia sobre a Rio+20, acrescentou que 135 presidentes, vice-presidentes ou primeiros-ministros dessas nações se inscreveram para discursar durante a reunião.

Também presente ao debate, o secretário executivo da Comissão Nacional para a Rio+20, embaixador Luiz Alberto Figueiredo, classificou o número de participantes como “expressivo”, principalmente se comparado aos presentes à Rio 92, que foi pouco superior a 100.

“Há um grande interesse internacional, o tema de fato é fundamental. Países com saldo devedor talvez não venham, mas os que estão crescendo, se desenvolvendo bastante virão”, disse.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, enfatizou durante o debate, que mesmo os países que não participarem da Conferência das Nações Unidas terão que discutir os assuntos tratados no evento, e que integrarão o documento final, em outros fóruns regionais realizados após a Rio+20.

“Estaremos com economias expressivas e os países que deixarem de vir vão lamentar”, disse. A expectativa, segundo a ONU, é que jornalistas de várias partes do mundo trabalhem na cobertura da Rio+20, que deve reunir milhares de participantes dos mais variados setores da sociedade civil no Rio de Janeiro durante os dias 20, 21 e 22 de junho.

Fonte: INFO > Notícias > Tecnologias Verdes(<http://info.abril.com.br/noticias/tecnologias-verdes/rio20-183-paises-membros-da-onu-confirmam-presenca-12052012-8.shl>)

12/05/2012

Brasil quer acordo para manejo da vida marinha

por DENISE MENCHEN DO RIO

O Brasil quer que a Rio+20 termine com um acordo para a regulamentação da exploração da biodiversidade dos oceanos. Segundo a ministra Izabella Teixeira (Meio Ambiente), o governo espera que esse seja um dos legados da conferência da ONU sobre desenvolvimento sustentável, que ocorre no Rio em junho.

De acordo com Teixeira, que participou ontem no Rio de um encontro sobre a conferência, a ideia é abrir um "processo de negociação de um novo acordo em relação à proteção dos oceanos".

Secretário-executivo da Comissão Nacional para a Rio+20, o embaixador Luiz Alberto Figueiredo explicou que a chamada Convenção dos Mares da ONU reconhece o fundo marinho como patrimônio comum da humanidade e estabelece regras para a exploração de seus recursos minerais. A exceção são as faixas de até 350 milhas a partir do litoral, de soberania dos países com litoral.

O acordo, porém, não prevê regras para o uso da biodiversidade dos oceanos.

"A convenção não fala em exploração de recursos genéticos. É uma lacuna que precisará ser preenchida" disse.

Fonte: [FOLHA.COM > Notícias > Ambiente > Rio+20](http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1089470-brasil-quer-acordo-para-manejo-da-vida-marinha.shtml)(<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1089470-brasil-quer-acordo-para-manejo-da-vida-marinha.shtml>)

13/05/2012

Pesquisa confirma que aumento de CO₂ inicia aquecimento

por REINALDO JOSÉ LOPES, EDITOR DE "CIÊNCIA+SAÚDE"

Caiu um dos últimos bastiões dos que argumentam que a queima de combustíveis fósseis não aquece a Terra.

O problema, diziam os céticos, é que o CO₂ liberado por essa queima não parecia ser o causador de mais calor no planeta em épocas geológicas anteriores. A ordem parecia ser inversa: primeiro a Terra esquentava e só depois a atmosfera recebia mais CO₂.

"A aparente contradição tem a ver com a maneira como a neve se deposita", afirma o paleoclimatólogo Cristiano Chiessi, da USP.

Explica-se: os principais registros sobre o clima do passado vêm de cilindros de gelo obtidos na Antártida. Em lugares de neves eternas, essa "biblioteca" gelada alcança centenas de milênios.

A composição do gelo dá pistas sobre a temperatura na época em que a neve caiu, enquanto bolhas de ar presas na massa gelada indicam quanto CO₂ havia no ar.

"O problema é que essas coisas acontecem em ritmo diferente. Quando a neve cai, ela fica muito tempo permeável ao ar acima dela. Demora para as bolhas se formarem", diz Chiessi.

Resultado: os modelos indicavam que o ar preso nas bolhas sempre é mais "novo" que o gelo ao lado. Assim, não dava para saber qual tinha sido a ordem dos acontecimentos, num verdadeiro problema de ovo e galinha.

Um artigo na revista "Nature" do mês passado, assinado por Jeremy Shakun, da Universidade Harvard, contornou isso unindo os dados da Antártida a outros registros pelo mundo. A pesquisa mostra que, no fim da última era glacial, a ordem foi mesmo mais CO₂ primeiro e temperatura aumentada depois.

Detalhe importante: em cem anos, os níveis de CO₂ atmosféricos aumentaram na mesma proporção que todo o incremento em 10 mil anos no fim da última fase glacial.

O que uma mudança dessas pode causar além de mais calor? Uma pista está num estudo coordenado por Maria Assunção da Silva Dias, também da USP, que viu um aumento de um terço na chuva da Grande São Paulo em menos de um século.

Boa parte disso tem a ver com fatores naturais e com o excesso de prédios da metrópole. "Mas a mudança lembra um ensaio do que se espera que venha no futuro, com mais eventos extremos", diz Silva Dias -como tempestades na estação seca, antes inexistentes, e mais temporais como um todo.

Fonte: [FOLHA.COM > Notícias > Ciência > Rio+20](http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/1089705-pesquisa-confirma-que-aumento-de-c02-inicia-aquecimento.shtml)(<http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/1089705-pesquisa-confirma-que-aumento-de-c02-inicia-aquecimento.shtml>)

14/05/2012

Rio+20 pode perder substância política

por Sérgio Abranches, do *Ecopolítica*



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/05/Índios-do-Brasil-discordam-sobre-a-Eco-92.jpg?9d7bd4>

As preliminares da Rio+20 mostram uma feira de impasses e dificuldades e justificam o temor de que a reunião fracasse. O sucesso seria, hoje, uma surpresa inesperada. A conjuntura mundial é desfavorável. Há risco de esvaziamento político da cúpula.

Ontem (8/5), o Parlamento Europeu disse que não enviará delegação por causa do preço dos hotéis. Não tem muita importância. Mas soma-se à onda de ceticismo sobre a possibilidade de se ter um bom resultado, que leve a ações concretas para a transição para uma sociedade sustentável.

A consequência mais direta dessa decisão do Parlamento Europeu é sobre as expectativas em torno da cúpula e negatividade para a imagem do Rio e da Rio+20. O problema de hospedagem é grave mesmo e as explicações oficiais não convencem. Tenho conversado com delegados de outros países que não conseguem, por exemplo, encontrar informações confiáveis sobre ofertas de quartos e apartamentos fora da rede hoteleira. O governo reservou quartos suficientes para os principais chefes de Estado ou governo que virão. Mas a oferta de quartos não é suficiente para atender a todas as delegações, aos ambientalistas e aos cientistas. Uma cientista importante das Academias Nacionais de Ciências dos Estados Unidos, com pesquisa de longo prazo no Brasil, me disse que ela e seus colegas estão com dificuldades para encontrar alojamento.

No plano político, a reunião de Nova York terminou em impasse e novo encontro foi convocado para o final do mês e princípio de junho. O objetivo é conseguir retirar um documento de no máximo 50 páginas, que reflita um consenso de substância, de mais de duzentas páginas, com quase todos os pontos relevantes entre colchetes, isto é, a discutir ou sem consenso. Para chegar a esse documento há dois caminhos. O mais difícil, é escolher alguns temas centrais, pôr o foco neles e lutar arduamente pelo consenso para obter uma resolução ambiciosa, que defina um caminho pelo qual negociadores com mandato concreto e explícito desenhem um sistema de metas de desenvolvimento sustentável e de governança global da sustentabilidade em um prazo curto de tempo. O mais fácil, negociar um mínimo denominador comum e escrever uma resolução sem substância, apenas para constar.

A Rio+20 está claramente ameaçada de esvaziamento político. Pode acabar se transformando em uma reunião do primeiro escalão dos países em desenvolvimento e das potências emergentes, assistida pelo segundo escalão dos países desenvolvidos.

Angela Merkel confirmou, por meio de sua assessoria, que não virá. Está mergulhada na crise europeia e perdendo todas as eleições estaduais importantes. Está balançando no cargo. A Social Democracia e os Verdes estão avançando eleitoralmente e é provável que venham a governar a Alemanha em coalizão no futuro. Deve vir no lugar da chanceler, como chefe de delegação, o ministro do Meio Ambiente, Norbert

Höttingen, que deve ser candidato – provavelmente perdedor – nas eleições para ministro-presidente da Renânia do Norte-Vestfália. Está com a cabeça mais nesta eleição, em princípio perdida, do que na Rio+20.

David Cameron, primeiro-ministro do Reino Unido, já havia dito que não viria. Também balança no cargo e está ameaçado de perder as eleições nacionais para os trabalhistas. Sofre oposição dentro do próprio partido Conservador, onde parlamentares pedem que ele deixe o cargo, para que outro primeiro-ministro tente salvar o partido de uma derrota eleitoral.

Obama, em campanha para a reeleição, nunca disse que viria e é pouco provável que venha. Em Copenhague, no seu primeiro ano de mandato, fez forfait até a última hora. Foi o último a chegar, ficou pouco, mas acabou tendo um papel importante nas negociações que levaram ao Acordo de Copenhague que, apesar de muito aquém das expectativas, terminou sendo um divisor de águas no rumo das COPs do clima, interrompendo décadas de impasses sucessivos. Agora, em campanha, é menos provável ainda que deixe o palanque para vir ao Rio.

François Hollande, recém-eleito presidente da França, tem agenda muito cheia. É pouco provável que consiga encaixar a Rio+20 nela. Toma posse no dia 15, logo em seguida tem reunião do G8, na sequência reunião da Otan e foi convidado pela chanceler alemã para ir à Alemanha, assim que tomar posse. Em junho, serão as eleições parlamentares francesas começam no dia 10 e terminam no dia 17, na véspera da Rio+20. Hollande já está em campanha em busca da maioria ou, pelo menos, da possibilidade de uma coalizão programaticamente coerente e que possa ter estabilidade. Conhecidos os resultados, começam as negociações para escolha do primeiro-ministro e formação do governo. Afinal a França é um regime híbrido, parlamentarista, com primeiro-ministro como chefe de governo, e presidente forte, como chefe de estado e a cargo das relações internacionais.

A China, vive um momento difícil de sucessão na sua cúpula dirigente – o Politburo do Comitê Central do Partido. Embora a escolha dos sucessores de Hu Jintao e Wen Jiabao já pareça decidida, há grande conflito no Comitê Central, para definição dos nove membros do Politburo. Ontem (8/5), começaram a circular rumores de que os dirigentes estão pensando em adiar o 18º Congresso do Partido por alguns meses. Alguns analistas dizem que essas dificuldades são ainda repercussão da queda de Bo Xilai, um influente e tradicionalista dirigente, demitido recentemente em um escândalo que envolve corrupção, sequestro e assassinato.

Parte dos problemas da Rio+20 tem a ver com a conjuntura. Em muitos países, há preocupações sérias e mais urgentes. Os países da União Europeia estão todos atolados na crise que começou nos Estados Unidos, mas atingiu duramente o equilíbrio fiscal e financeiro da Europa. Ironicamente, os Estados Unidos já estão se recuperando, mas o fallout da crise da subprime continua produzindo efeitos desastrosos na economia mundial, especialmente na europeia. Na maioria dos países mais importantes há problemas políticos domésticos ou estão em pleno processo sucessório.

Nessa conjuntura econômica e política difícil, com líderes enfrentando eleições ou sucessões difíceis e outros balançando no poder, só muito empenho e muita habilidade conseguirão fazer da Rio+20 um item importante da agenda global e levá-la a um final de sucesso.

* *Publicado originalmente no site [Ecopolítica](http://www.ecopolitica.com.br/2012/05/09/rio20-sucesso-so-se-o-inesperado-acontecer/)(<http://www.ecopolitica.com.br/2012/05/09/rio20-sucesso-so-se-o-inesperado-acontecer/>).*

Fonte: [Ecopolítica/Envolverde](http://envolverde.com.br/ambiente/rio20-ambiente/rio20-pode-perder-substancia-politica/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=13)(http://envolverde.com.br/ambiente/rio20-ambiente/rio20-pode-perder-substancia-politica/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=13)

14/05/2012

ONU no Brasil lança campanha para a Rio+20

por Leda Letra, da Rádio ONU



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/05/c87.jpg?9d7bd4>

O Centro de Informação das Nações Unidas no Brasil (Unic Rio) lança nesta segunda-feira, 14 de maio, duas ações para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). A primeira é a campanha intitulada “Eu sou Nós”, que incentiva os brasileiros a participar da cúpula, marcada para os dias 13 a 22 de junho, no Rio de Janeiro.

Poderão ser enviados vídeos, textos e fotos para o site “O Futuro que Queremos” – página oficial da Rio+20 em português; ou para o endereço: Centro de Informação das Nações Unidas – Unic Rio, Palácio Itamaraty. Av. Marechal Floriano, 196 – CEP 20080-002 | Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Segundo a Unic Rio, o material recebido será usado na divulgação do projeto durante o evento.

Plataforma digital

A outra ação lançada é a Agenda Total, uma ferramenta de comunicação inédita de interação entre a ONU e a sociedade civil brasileira durante a Rio+20.

A ideia, segundo o Unic Rio, é criar uma plataforma de colaboração de conteúdo on-line sobre a programação e eventos planejados para a Rio+20.

* Publicado originalmente no site da Rádio ONU e retirado do EcoD(<http://www.ecodesenvolvimento.org.br/posts/2012/maio/onu-no-brasil-lanca-campanha-para-a-rio-20>).

Fonte: EcoD/Envolverde(http://envolverde.com.br/noticias/onu-no-brasil-lanca-campanha-para-a-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=13)

14/05/2012

ONU lança campanha de discussão global na internet para Rio+20

Ação convida população a compartilhar ideias para um futuro melhor. ONU também lançou agenda que visa reunir eventos da conferência.

por Rodrigo Vianna do G1 RJ



ONU lança campanha para discussão da Rio+20 na internet

Foto: Reprodução/internet

Fonte: http://s2.glbimg.com/wj_AQOMqaRxYZDpRaNPiSM2cJnBPNGltco_4mAx_vRBloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/05/14/campanha-onu.jpg

A quase um mês da Rio+20, a Organização das Nações Unidas (ONU(<http://g1.globo.com/topico/onu/>)) lançou, nesta segunda-feira (14), a campanha “O futuro que queremos”, que convida a população mundial a compartilhar suas ideias na internet. Segundo a ONU, somente em abril, a campanha global teve mais de 85 milhões de visualizações no Twitter, por meio de mais de 13 mil postagens.

A campanha, que tem a parceria do Comitê Nacional Organizador da Rio+20, começa a partir de terça-feira (15). O site para participar é o www.ofuturoquenosqueremos.org.br.

De acordo com Giancarlo Summa, diretor do Centro de Informação das Nações Unidas, a campanha inclui ações como a tradução e adaptação do site da conversa mundial para o português, a criação e produção de vídeos para a TV, e uma série de anúncios que serão espalhados pela cidade, explicando como participar desse evento.

“Milhões de pessoas vão poder participar e se interar do que acontece na Rio+20. A grande diferença com relação a 20 anos atrás é que ou você estava lá ou você acompanhava pelo jornal, rádio e TV, não havia nenhuma possibilidade de acompanhar em tempo real, e é isso que o ‘O futuro que queremos’ propõe, uma conversa global, pedindo que os cidadãos ajam em nome da coletividade”, explicou Giancarlo.

Participe da maior conversa sobre o futuro:
ofuturoquequ岸emos.org.br



Ronaldo estampa um dos cartazes da campanha

Foto: Divulgação/ONU

Fonte: http://s2.glbimg.com/FZ7wuorQSTav3XcgW4UYMdPBx49Y0K36mUUF2gCloANloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/05/14/rio20ronaldo.jpg

A Conferência da Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável acontece entre os dias 20 e 22 de junho deste ano, no [Rio de Janeiro](http://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/cidade/rio-de-janeiro.html) (<http://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/cidade/rio-de-janeiro.html>), 20 anos após a Cúpula da Terra de 1992 - a Eco 92. Para a ONU, essa será uma oportunidade para definir os caminhos para um mundo mais seguro, igualitário, limpo e verde para todos.

No Brasil, haverá, ainda, uma campanha exclusiva chamada de “Eu sou nós”. A ação visa convidar os brasileiros a participarem dessa conversa global. O vídeo conta com participações de famosos como o escritor Paulo Coelho e o rapper MV Bill.

“O que a gente quer é ouvir as pessoas. É uma campanha de discussão global. Aqui no Brasil acreditamos que é onde teremos mais impacto. ‘Eu sou nós’ é uma forma de chamar as pessoas para participar, para chamar atenção para a conversa global”, completou Giancarlo.

Agenda total

Além de “O futuro que queremos”, a ONU também lançou nesta segunda-feira a “Agenda total”, uma plataforma que visa reunir todos os eventos que acontecerão simultaneamente durante a Rio+20. De acordo com Silvana Di Matos, coordenadora do “Agenda total”, a ferramenta reúne datas e horários de eventos, fóruns, enquetes, postagens de documentos, vídeos, fotos, videoconferências e reuniões online.

“Essa iniciativa pretende integrar todas as agendas da Rio+20. Como são milhares de eventos que vão acontecer na cidade, nós precisávamos ter um ponto de encontro da Rio+20 na internet. Serão distribuídas senhas para que as pessoas que tenham eventos, elas divulguem as suas agendas e ao mesmo tempo elas façam upload de conteúdo”, disse.

Silvana explicou que o projeto também foi pensado para servir à imprensa, que receberá logins e senhas e poderá utilizar as imagens e vídeos, e ainda ter acesso aos participantes da rede para entrevistas e interação direta. O público pode acessar o “Agenda total” através do endereço www.agendatotal.org.

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/05/onu-lanca-campanha-de-discussao-global-na-internet-para-rio20.html) (<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/05/onu-lanca-campanha-de-discussao-global-na-internet-para-rio20.html>)

15/05/2012

USP lança dois livros com temas da Rio+20



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/05/Sustentabilidade-socioambiental-194x300.jpg?9d7bd4>

Títulos sobre governança ambiental internacional, inclusão social, sustentabilidade socioambiental e diversidade serão lançados em 16/5.

O Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo (Procam/IEE-USP), o Grupo de Pesquisa em Ciências Ambientais do Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP) e a Editora Annablume convidam para o lançamento de dois títulos que tratam de temas a serem discutidos durante a Rio+20.

Trata-se dos livros Governança da Ordem Ambiental Internacional e Inclusão Social, organizado por Wagner Costa Ribeiro, e A Sustentabilidade Socioambiental: Diversidade e Cooperação, organizado por Sônia Maria Flores Ganesella e Pedro Roberto Jacobi.

Os lançamentos vão ocorrer no dia 16 de maio de 2012, das 18h30 às 21h30, na Livraria da Vila da Fradique Coutinho, em Pinheiros, na capital paulista.

A obra Governança da Ordem Ambiental Internacional e Inclusão Social está organizada em duas partes. Na primeira, cujo título dá nome ao livro, estão textos que abordam a governança ambiental internacional, o papel da economia nesse contexto, os impasses da ordem ambiental internacional, o modo como a governança ambiental institucionalizou-se no Brasil e as questões energéticas.

Na segunda parte do livro, intitulada "Saúde, Pobreza e Mudanças Climáticas", encontram-se contribuições que discutem as relações entre a economia verde, inclusão social e saúde, formas de combate à pobreza por meio do uso do patrimônio cultural edificado, análise de políticas territoriais associadas à inclusão social, o papel dos catadores no processo da gestão dos resíduos sólidos e os avanços da ciência do clima, bem como as relações entre clima e estoques hídricos.

O conjunto de textos apresentados nessa obra oferece ao leitor uma ampla gama de possibilidades para assuntos centrais no mundo atual.

O livro A Sustentabilidade Socioambiental: Diversidade e Cooperação é o sétimo volume da coletânea de dissertações e teses do Procam/IEE-USP. Seus catorze textos estabelecem um diálogo com a contemporaneidade.

Destaca-se nessa obra a gestão socioambiental participativa, transformações nas lógicas agrícolas e impactos nos ecossistemas, medidas judiciais e controle de áreas contaminadas, questões de direitos do

cidadão, negociação, questões de empoderamento, respeito à diversidade e cooperação e educação para a sustentabilidade.

Os temas abordados indicam o desenvolvimento socioambiental como um caminho para atingir a sustentabilidade, caracterizando um retrato da evolução da discussão ambiental.

Serviço

O quê: Lançamento dos livros Governança da Ordem Ambiental Internacional e Inclusão Social e A Sustentabilidade Socioambiental: Diversidade e Cooperação;

Quando: 16 de maio de 2012, das 18h30 às 21h30;

Local: Livraria da Vila da Fradique;

Endereço: Rua Fradique Coutinho, 915, Pinheiros – São Paulo (SP).

* *Publicado originalmente no site [Instituto Ethos](http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/6803/servicos_do_portal/noticias/itens/usp_lanca_dois_livros_com_temas_da_rio+20.aspx)(http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/6803/servicos_do_portal/noticias/itens/usp_lanca_dois_livros_com_temas_da_rio+20.aspx).*

Fonte: Instituto Ethos/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/usp-lanca-dois-livros-com-temas-da-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=15)(http://envolverde.com.br/noticias/usp-lanca-dois-livros-com-temas-da-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=15)

15/05/2012

Brasileiros podem debater tema da Rio+20 em site lançado pela ONU

por Thais Leitão, da Agência Brasil



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/05/c68.jpg?9d7bd4>

Rio de Janeiro – Os brasileiros que desejem contribuir com as discussões sobre desenvolvimento sustentável, tema da conferência Rio+20, que a Organização das Nações Unidas (ONU) realiza no Rio de Janeiro em junho, pode enviar textos, fotos ou vídeos para o site <http://www.ofuturoquenosqueremos.org.br>.

A iniciativa, apresentada hoje (14) no Rio, faz parte de uma campanha de conversa global lançada mundialmente pela ONU, com versões para o árabe, chinês, espanhol, inglês, francês e russo, línguas oficiais das Nações Unidas.

De acordo com o diretor do Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (Unic Rio) e porta-voz adjunto da Rio+20, Giancarlo Summa, a criação do site pretende mobilizar os brasileiros para que manifestem seu pensamento sobre como seria o futuro num mundo mais sustentável, apresentando problemas e sugestões.

“A discussão sobre desenvolvimento sustentável só será um sucesso se a opinião pública em cada país se envolver e fizer pressão sobre governos e empresas, com contribuições envolvendo o tripé economia, ambiente e social. A nossa proposta aqui no Brasil é envolver a sociedade civil nessa discussão, para que se manifeste sobre o que queremos para daqui a 20 anos”, explicou.

Summa ressaltou que parte do conteúdo postado será apresentada em telões de led no Riocentro, onde chefes de Governo e de Estado se reunirão durante a conferência. “Também estamos pensando em outras formas de fazer chegar diretamente ao governo brasileiro e a outros governos as propostas dessa conversa global, com formas mais inovadoras, com muita internet e pouco papel”, disse.

Ele explicou que o site estará no ar a partir de hoje e que vai receber as contribuições até o fim do ano. “O Brasil é um país muito conectado, onde a internet faz parte da vida de milhões de pessoas. Usando a rede, achamos que vamos influenciar as conversas sobre desenvolvimento sustentável”, destacou.

Para convocar a população a contribuir, foi produzida uma campanha multimídia exclusiva para o público brasileiro, intitulada Eu Sou Nós. Com depoimentos de pessoas famosas e brasileiros comuns, as peças serão veiculadas em televisão, rádio, jornais, revistas e internet. Além disso, uma série de anúncios será exposta em lugares públicos explicando como participar da mobilização.

Outra iniciativa, também lançada hoje (14) pela ONU no Rio de Janeiro é a Agenda Total (AT), uma plataforma de conversação na internet que vai reunir todas as agendas da Rio+20, incluindo os eventos oficiais da ONU e os paralelos, promovidos pela prefeitura e pelo governo do estado, além da programação da Cúpula dos Povos e da sociedade civil.

Segundo Silvana de Matos, coordenadora da AT, o instrumento será a principal forma de interação da ONU com a sociedade brasileira durante a conferência. “São milhares de agendas e precisávamos integrá-las. Ao mesmo tempo, essa ferramenta vai ser o centro de documentação de todo o evento. As pessoas que estão ligadas às instituições [que vão participar da Rio+20] receberão login e senha e poderão publicar data e horário de seus eventos, além de disponibilizar vídeos e imagens em alta resolução”, explicou.

Silvana acrescentou que o projeto vai ajudar aos profissionais da imprensa na organização da cobertura dos eventos e também ao público em geral, que vai ficar sabendo o que vai acontecer na cidade durante a Rio+20. “O público em geral vai ver o que foi publicado, os eventos que acontecerão, os locais e como chegar a eles. Poderá também assistir a palestras e até fazer perguntas por chats”, enfatizou.

O serviço estará disponível no site www.agendatotal.org a partir de 8 de junho.

O debate online Rio+20, o Futuro Que Queremos lançado pela ONU servirá para promover o evento no Brasil e torná-lo mais popular. No Rio de Janeiro, por exemplo, enquanto a cidade se prepara para receber a conferência, nas ruas muitos cariocas ainda desconhecem o que será tratado durante a conferência.

A estudante Tatiana Cerqueira, de 17 anos, sabe apenas que não vai ter aula nos dias do evento. “Não estou sabendo de absolutamente nada. Só sei que não vai ter aula, porque os professores já comentaram, mas o que é o evento, eu não sei”, afirmou. O contador Marciele de Souza, de 49 anos, também disse não ter ideia do que se trata. “Não sei nada de Rio+20. Já ouvi falar, mas não sei o que é nem quando vai acontecer”, contou.

A auxiliar de escritório Cirlane de Jesus Santos, de 32 anos, disse ter “um pouco de conhecimento sobre o assunto”, mas não sabe como se envolver ou como participar. “Eu sei que é um projeto que aconteceu há vinte anos e que vai acontecer de novo esse ano e que vem muita gente de vários lugares. Mas não sei como participar ou o que eles vão discutir”, garantiu.

A Rio+20 acontece de 20 a 22 de junho, no Rio de Janeiro, e deve reunir milhares de pessoas, entre políticos, membros de organizações não governamentais (ONGs), representantes da sociedade civil e empresários, além dos chefes de Estado e de Governo. De acordo com a ONU, dos seus 193 países-membros, 183 já confirmaram presença.

** Edição: Davi Oliveira*

*** Publicado originalmente na [Agência Brasil](http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-05-14/brasileiros-podem-debater-tema-da-rio20-em-site-lancado-pela-onu)(<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-05-14/brasileiros-podem-debater-tema-da-rio20-em-site-lancado-pela-onu>).*

Fonte: Agência Brasil/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/brasileiros-podem-debater-tema-da-rio20-em-site-lancado-pela-onu/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=15)(http://envolverde.com.br/noticias/brasileiros-podem-debater-tema-da-rio20-em-site-lancado-pela-onu/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=15)

15/05/2012

Alteração dos padrões de produção e consumo é essencial para sustentabilidade, diz secretário executivo da Rio+20

por *Thais Leitão**



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/05/c79.jpg?9d7bd4>

Sem uma alteração muito clara em padrões de produção e consumo, não se conseguirá a sustentabilidade. A opinião é do secretário executivo da Comissão Nacional para a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), embaixador Luiz Alberto Figueiredo. Para ele, quem tem que liderar essas mudanças são os países ricos, que possuem padrões de produções e consumo insustentáveis.

Segundo Figueiredo, que participou na sexta-feira passada (11), no Rio de Janeiro, de debate com profissionais da mídia sobre a Rio+20, essas mudanças de padrões envolvem, pelo lado da produção, o uso mais racional e eficiente de recursos naturais e de energia, além do aprimoramento de processos produtivos e, pela área do consumo, maior educação e alterações culturais que levem as populações a “não testarem os limites do planeta”.

“Quando se fala em padrões de produção e consumo, quem tem que liderar [essa mudanças] são os países ricos, que têm claramente os padrões mais insustentáveis. Não é possível achar razoável exigir que a nova classe média da Índia ande de bicicleta para salvar o planeta, se a classe média nos países desenvolvidos tem dois carrões na garagem”, disse.

O embaixador Figueiredo defende a busca por uma convergência entre os dois modelos extremos de consumo.

“Temos que buscar uma contração dos que estão abusando e um aperfeiçoamento dos que não têm nada para que cheguemos a um padrão que o planeta aguente, que o planeta sustente”, acrescentou.

* Publicado originalmente no *Mercado Ético* (<http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/alteracao-dos-padroes-de-producao-e-consumo-e-essencial-para-sustentabilidade-diz-secretario-executivo-da-rio20/>).

Fonte: Mercado Ético/Envolverde (http://envolverde.com.br/noticias/alteracao-dos-padroes-de-producao-e-consumo-e-essencial-para-sustentabilidade-diz-secretario-executivo-da-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=15)

15/05/2012

Rio+20: com Ronaldo e Bündchen, ONU pede participação da sociedade

A Organização das Nações Unidas (ONU) lançou na segunda-feira uma campanha que convida os brasileiros a participarem da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, e conta com a presença de anônimos e famosos, como Gisele Bündchen, Ronaldo, Paulo Coelho, Vik Muniz, MV Bill e Oscar Niemeyer. O evento ocorrerá nos dias 20, 21 e 22 de junho, no Rio de Janeiro.

Com o nome "Eu Sou Nós", a versão local da campanha global The Future We Want (O Futuro que Queremos) incentiva a população a participar das discussões sobre o meio ambiente e buscar o pensamento coletivo enviando textos, fotos ou vídeos através da internet.

Segundo o site oficial da ONU, o material foi desenvolvido pelo Grupo Ogilvy, e a campanha terá veiculação nas rádios, canais de televisão, revistas e jornais de forma voluntária.

As contribuições podem ser publicadas no site www.ofuturoquequeremos.org.br.

Fonte: [TERRA.COM](http://www.terra.com) > [Notícias](#) > [Ciência](#) >
[Rio+20\(http://noticias.terra.com.br/ciencia/rio20/noticias/0,,OI5774324-EI19851,00-Rio+com+Ronaldo+e+Bundchen+ONU+pede+participacao+da+sociedade.html\)](http://noticias.terra.com.br/ciencia/rio20/noticias/0,,OI5774324-EI19851,00-Rio+com+Ronaldo+e+Bundchen+ONU+pede+participacao+da+sociedade.html)

16/05/2012

Monopolização de terras não consta da Rio+20

por Stephen Leahy, da IPS



Ter um terreno fez a diferença para a viúva paquistanesa Zar Bibi, de 60 anos (centro).

Foto: Zofeen Ebrahim/IPS

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/05/e28-300x203.jpg?9d7bd4>

Uxbridge, Canadá, 16/05/2012 – A propriedade agrária e os direitos comunitários à terra não estão contemplados nos debates da próxima Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que acontecerá entre 20 e 22 de junho no Rio de Janeiro. Os governos parecem ignorar que estão sendo revertidas décadas de reformas sobre a concentração da terra em mãos de especuladores, bancos de investimento, fundos de pensão e outros poderosos interesses financeiros, que nos últimos anos assumiram o controle de pelo menos 200 milhões de hectares pertencentes a agricultores pobres da África, América Latina e Ásia.

Os especuladores sabem que a terra é fundamental para cobrir três necessidades vitais: alimento, água e energia. Contudo, esta temática não aparece na agenda da Rio+20. “Os camponeses perdem o controle da terra e da água pela concentração mundial da propriedade”, lamentou o hondurenho Rafael Alegria, dirigente do movimento internacional Via Campesina. Entre 80 milhões e 227 milhões de hectares, frequentemente de terras cultiváveis, acabaram em mãos privadas e corporativas nos últimos anos, segundo um estudo divulgado em abril pela Amigos da Terra Internacional.

Muitos pequenos agricultores são deslocados na América Central e cerca de 40% dos hondurenhos vivem em extrema pobreza, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), afirmou Alegria à IPS. Os acordos comerciais bilaterais permitem que os Estados Unidos vendam no mercado de Honduras, entre outros, seu milho e seu arroz altamente subsidiados, o que joga para baixo os preços e devasta a competição local, destacou.

Incapazes de subsistir, os agricultores pobres vendem suas terras, ou abandonam o campo ou, ainda, se tornam trabalhadores rurais assalariados. A resistência a este fenômeno é combatida com violência e os moradores locais são expulsos, detidos ou assassinados pela polícia e pelas forças de segurança em Honduras e em outros lugares. “As corporações controlam grandes extensões de terra onde plantam açúcar e palma para exportação”, apontou Alegria. “Para a imprensa hondurenha, sou um terrorista. Ignoram a difícil situação dos camponeses”, acrescentou.

“A monopolização de terras foi um fator essencial das guerras civis no Sudão, na Libéria e em Serra Leoa”, explicou Jeffrey Hatcher, diretor de programas globais da Iniciativa para os Direitos e Recursos (RRI), organização com sede na Grã-Bretanha. “Os direitos das populações locais são ignorados repetidas vezes e de forma trágica no que se converteu em uma expedição de compra à África”, escreveu em um comunicado à imprensa. A RRI e outras organizações têm documentados centenas de acordos pelos quais o governo entrega a investidores terras que, na realidade, pertencem às comunidades locais.

Na verdade, mais de 1,4 bilhão de hectares, incluídas selvas da África, são comunitários, mas reclamados pelas autoridades de forma arbitrária. Raramente as comunidades locais são incluídas nas negociações de compra ou arrendamento, mesmo em países onde suas terras são consideradas por lei propriedade privada, afirmaram investigadores da RRI. De fato, muitas delas ignoram a venda até que chegam as

escavadeiras. John Muiyisha, agricultor de Kalangala, em Uganda, se levantou certa manhã e viu como as escavadeiras destruíam seus cultivos.

Quase dez mil dos 40 mil hectares florestados nas ilhas do Lago Victoria em frente a essa localidade foram plantados com palma, segundo estudo divulgado em abril pelo capítulo local da Amigos da Terra. O Banco Mundial forneceu milhões de dólares e ajuda técnica para lançar o projeto. “O direito à propriedade da terra é socavado apesar de sua proteção estar garantida pela Constituição ugandesa”, denunciou David Kureeba, da Amigos da Terra de Uganda.

Testemunhos da população local confirmam que perderam seu sustento e têm dificuldades para sobreviver, apesar das promessas de emprego. As terras utilizadas para a pequena agricultura e a silvicultura que protegem a vida silvestre, o patrimônio e o alimento de Uganda se converteram em monótona paisagem de palma para produção de óleo, alerta um comunicado de Kureeba.

A maioria dessas situações são apresentadas como a nova economia verde que promete alimentar as pessoas e aliviar a pobreza, destacou Devlin Kuyek, da Grain, uma organização internacional dedicada à agricultura sustentável. “Como se paliará a fome e a pobreza tirando das pessoas a terra e a água que necessitam para sobreviver?”, questionou. O Banco Mundial, a Corporação Financeira Internacional e a Organização Mundial do Comércio facilitam a concentração de terras porque lhes convém pensar que assim resolvem os problemas de desenvolvimento no sul, explicou Kuyek. “Sim, algumas pessoas conseguem emprego. Porém, perguntem aos trabalhadores rurais o que pensam de seu trabalho”, indicou.

Os documentos da Rio+20 reconhecem a necessidade de grandes mudanças no sistema mundial de produção de alimentos. Entretanto, os governos não analisam seriamente as verdadeiras alternativas ao modelo industrial vigente. No máximo, os delegados aprovarão um código de conduta voluntário como os “Princípios para o Investimento Agrícola Responsável”, do Banco Mundial. Está claro que esse tipo de medida voluntária nunca funciona em grande escala, advertiu Kuyek. “A monopolização de terras é uma injustiça fundamental. São os ricos do mundo tirando dos mais pobres”, ressaltou.

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/monopolizacao-de-terras-nao-consta-da-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=16)(http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/monopolizacao-de-terras-nao-consta-da-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=16)

16/05/2012

Governo define parâmetros de êxito da Rio+20

por Fabiana Frayssinet, da IPS



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/05/e18-300x202.jpg?9d7bd4>

Rio de Janeiro, Brasil, 16/05/2012 – Como anfitrião, o governo brasileiro definiu as diretrizes para conseguir bons resultados na próxima cúpula mundial que se propõe avaliar e aprofundar o que foi feito desde a conferência que assumiu o primeiro compromisso mundial com o desenvolvimento sustentável. O rascunho do documento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) ainda não foi definido por consenso, mas a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, se atreve a prever resultados positivos.

“Quem deixar de vir lamentará. Teremos aqui economias expressivas”, disse a ministra, ao se referir aos países que já confirmaram presença, entre eles “os emergentes que vêm com peso próprio” ao encontro, que acontecerá de 20 a 22 do próximo mês. A participação de muitos chefes de Estado e de governo já é considerado um primeiro passo para o êxito da conferência, porque revela “o grande interesse internacional pelo tema”, disse o secretário-executivo da Comissão Nacional para a Rio+20, Luiz Alberto Figueiredo.

Giancarlo Summa, coordenador do Centro de Informação da Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil, informou que até agora oficializaram presença 135 governantes, entre presidentes, vice-presidentes e primeiros-ministros, como parte das 183 delegações de países confirmadas entre os 193 Estados-membros da ONU. Para a ministra o êxito seria “excepcional” se a conferência terminasse com “uma obrigação para todos” no cumprimento de compromissos de produção e consumo sustentáveis. Um tipo de consumo em que estejam estabelecidos “direitos e obrigações de todos”, destacou Izabella Teixeira no Encontro Sustentável 2012, organizado pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável.

Junto a Figueiredo, que também participou de um debate com jornalistas que cobrirão a Rio+20, a ministra apresentou outros resultados esperados, como acordar uma “plataforma empresarial que assuma um compromisso com a economia verde”. Izabella Teixeira disse que o setor privado teve “um papel muito tímido” 20 anos atrás na Cúpula da Terra, também conhecida como Eco 92. Por sua parte, Figueiredo estabeleceu uma lista de assuntos que o governo brasileiro “gostaria” de ver plasmados no documento final para que a reunião não seja rotulada pela imprensa como um fracasso.

O diplomata mencionou entre eles a necessidade de a conferência deixar “um legado” para o futuro, como fez a Eco 92, que teve um papel “fundamental” para que depois “gerações inteiras se preocupassem com a sustentabilidade”. Também disse esperar que se defina “o que queremos como economia verde” e que sejam estabelecidos “objetivos de desenvolvimento sustentável”. Sobre a polêmica ideia de uma nova agência ambiental das Nações Unidas, Figueiredo disse que Brasília defende o fortalecimento do já existente Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). “Deve-se fortalecer o Pnuma como pilar ambiental, pois, na situação em que está, não tem condições de desempenhar bem seu papel”, afirmou.

As organizações ambientalistas brasileiras criticam o que consideram falta de protagonismo do governo de Dilma Rousseff, bem como o nível geral de abstração do documento negociado até agora entre os membros da ONU. A secretária-executiva adjunta do Instituto Socioambiental, Adriana Ramos, declarou à IPS que, do

ponto de vista das discussões formais, “é muito difícil considerar que a conferência será um êxito, porque não existem, de fato, propostas muito objetivas para gerar um compromisso no documento final”.

Considerando esse limite, espera concretamente que a Rio+20 “sirva para chamar a atenção da população para as dificuldades e as mudanças necessárias para garantir a sustentabilidade futura do planeta”, ressaltou Adriana. Para ela, faltam acordos que seriam “positivos”, como a modificação dos sistemas de avaliação de desenvolvimento que considerem as variáveis ambientais, ou compromissos para limitar a exploração de recursos naturais nos oceanos.

A ativista também considera que no setor energético falta a retomada dos compromissos estabelecidos na convenção climática para controlar as emissões contaminantes. Embora entenda que serão difíceis de cumprir, em particular pelo governo do Brasil, diante do entusiasmo generalizado pela descoberta de importantes reservas de petróleo perto da costa e no subsolo do Oceano Atlântico. Adriana não concorda com a posição de fortalecer o Pnuma como órgão de governança ambiental e opta pela criação de uma nova estrutura dentro das Nações Unidas “para garantir o cumprimento dos acordos ambientais, necessitamos uma agência que tenha de fato capacidade de sanção”, ressaltou.

Por sua vez, Nilo Dávila, do Greenpeace, disse que o sucesso do documento final dependerá de refletir não só o que se deve fazer, mas também “o caminho” para sua concretização. Nesse contexto, falou à IPS sobre as necessidades pontuais, como preservação dos oceanos e das florestas, regulamentação do consumo e extinção dos combustíveis fósseis. Dávila afirmou que a Rio+20 deve voltar a pactuar compromissos estabelecidos na Eco 92 que não são cumpridos, como a Agenda 21 ou a convenção do clima e da biodiversidade, além de estabelecer novas metas a partir dos atuais conhecimentos e avanços tecnológicos.

“A Rio+20 pode ser o início desse caminho. O que não podemos é perder uma nova oportunidade”, concluiu Dávila. No encontro do Rio de Janeiro os líderes mundiais e representantes da sociedade civil buscarão tomar decisões sobre como reduzir a pobreza e a desigualdade, e assegurar, também, a proteção ambiental em um planeta cada vez mais habitado.

As discussões contribuirão para definir a agenda de sustentabilidade para os próximos 20 anos, bem como identificar metas e soluções para enfrentar desafios globais urgentes, entre eles a falta de acesso a energia e água potável, os oceanos esgotados, a insegurança alimentar, as desigualdades crescentes e as cidades em rápida expansão. Também, segundo o Centro de Informação da ONU, se tentará definir formas para impulsionar a sustentabilidade corporativa, a geração de empregos verdes, avançar no papel da ciência e na inovação, ou gerar financiamento para melhorar os mecanismos da cooperação internacional.

Fonte: IPS/Envolverde(http://envolverde.com.br/sociedade/governo-define-parametros-de-exito-da-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=16)

16/05/2012

Especialistas conseguem manter desertificação no documento que servirá de base para discussões da Rio+20

por Carolina Gonçalves, Repórter da Agência Brasil

Brasília – Depois de 20 anos de tentativas, desde a Rio 92, o grupo de especialistas que tenta incluir o problema da desertificação na agenda de desenvolvimento mundial, conseguiu manter o tema no documento que servirá de base para as negociações da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, evento que a capital fluminense sedia em junho.

A desertificação é um fenômeno caracterizado por intensa degradação do ecossistema, com perda da capacidade de produção, devido a atividades humanas. De acordo com a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, a desertificação é "a degradação da terra nas regiões áridas, semiáridas e subúmidas secas, resultante de vários fatores, entre eles as variações climáticas e as atividades humanas".

O diretor do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), Antônio Magalhães, disse que o texto de recomendação para a Rio+20 foi resumido pelos negociadores da conferência. "Mas o importante são os desdobramentos. Se os países se comprometerem com o fortalecimento de políticas públicas para estas regiões [desertificadas], e o governo brasileiro reconhecer que precisa organizar melhor as políticas para essas áreas, como o Semiárido nordestino, já teremos um bom resultado", avaliou.

O grupo, que reúne especialistas de vários países, vai apresentar propostas durante os eventos preparatórios da Rio+20. A desertificação ameaça 40% da superfície terrestre do mundo, onde vivem mais de 2,6 bilhões de pessoas, de acordo com estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU).

Apesar dos números representarem um universo onde vivem 42% da população mundial, Magalhães alerta que o problema nunca foi uma prioridade dos governos. "As regiões secas não são estratégicas para o abastecimento global, produzindo muitas vezes para o consumo local", explicou o diretor do CGEE.

Economista da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), César Morales acrescentou que o processo de desertificação, geralmente, ultrapassa o tempo dos mandatos governamentais e, por isso, deixa de estar no topo das prioridades de investimento dos países. Segundo ele, as mudanças climáticas, o desmatamento e o manejo inadequado do solo pela agricultura são as principais causas do fenômeno que torna os solos improdutivos no futuro.

Morales diz que recuperação da cobertura vegetal permitiria que a captação de carbono nas áreas fosse retomada. "Mas é preciso adotar tecnologias que tornem as práticas agrícolas menos intensivas na emissão de carbono. Hoje, a agricultura orgânica é solução e não mais uma atividade elitizada. O investimento tecnológico que ainda encarece a atividade também encareceu por um tempo a agricultura convencional", observou.

Além do investimento em pesquisas e tecnologias, a diretora do Instituto Argentino de Investigação das Zonas Áridas, Elena Abraham, acredita que o reconhecimento do potencial das regiões pode mudar o espectro dos governantes. "Temos que mostrar o valor desses ecossistemas que guardam variedades de culturas e de potenciais produtivos, como criação de animais como camelos e cabras, e cultivos não irrigados, entre vários outros. Aliado a isso, precisamos de decisões políticas e de um parque tecnológico que valorize os conhecimentos tradicionais", defendeu a especialista.

Edição: Lana Cristina

Fonte: [EBC - Empresa Brasil de Comunicação > Notícias > Meio Ambiente](http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-05-16/especialistas-conseguem-manter-desertificacao-no-documento-que-servira-de-base-para-discussoes-da-rio) (<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-05-16/especialistas-conseguem-manter-desertificacao-no-documento-que-servira-de-base-para-discussoes-da-rio>)

16/05/2012

Menos de um quarto dos brasileiros sabe o que é a Rio+20, diz pesquisa

Estudo feito em oito países entrevistou 8 mil pessoas sobre sustentabilidade. Interesse sobre a conferência da ONU é ainda mais baixo em outras nações.

por Eduardo Carvalho do Globo Natureza, em São Paulo

Pesquisa realizada pela associação internacional União para BioComércio Ético (UEBT, na sigla em inglês), que ouviu mil brasileiros entre fevereiro e março, diz que menos de um quarto dos entrevistados (24%) sabe o que é a Rio+20 e que 60% já escutou algo a respeito.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, recebe este nome por ocorrer vinte anos depois da Rio 92 (também conhecida como Eco 92), considerada a maior conferência sobre meio ambiente já realizada, que popularizou o conceito de "desenvolvimento sustentável". A cúpula da ONU ocorre de 13 a 22 de junho, no Rio de Janeiro.

Barômetro da Biodiversidade 2012		
Países	Pessoas que ouviram falar sobre a Rio+20	Pessoas que sabem o que é a Rio+20
Brasil	59%	24%
Peru	4%	1%
Índia	10%	4%
Reino Unido	11%	3%
Estados Unidos	11%	2%
Alemanha	13%	3%
França	20%	5%
Suíça	27%	6%

Fonte: União para BioComércio Ético

Já os questionamentos fizeram parte do "Barômetro da Biodiversidade", ferramenta criada para medir o nível de consciência do consumidor e que avalia sua percepção sobre os setores de cosmético e alimentos.

As informações são repassadas posteriormente para empresas desses setores e ajudam na preparação de planos para gestão de insumos extraídos da biodiversidade. Ao menos seis grandes grupos brasileiros utilizam os dados, de acordo com a associação.

Falta de informação

Além do Brasil, o levantamento foi feito ainda na França, Alemanha, Reino Unido, Suíça, Estados Unidos, Peru e Índia, e mostra que para a maioria dos entrevistados a Cúpula da ONU deve passar despercebida.

Nos EUA, por exemplo, apenas 11% dos entrevistados ouviram falar do encontro do Rio de Janeiro, mas somente 2% souberam explicar seu motivo. Na Alemanha, França, Peru, Índia, Suíça e Reino Unido, entre 1% e 6% souberam definir o objetivo da conferência sobre desenvolvimento sustentável.

Para Cristiane de Moraes, representante da UEBT no Brasil, apesar da falta de interesse sobre o encontro, a pesquisa mostra que as pessoas estão mais informadas sobre o consumo sustentável, um dos principais debates entre países.

Segundo o barômetro, 76% dos 8 mil entrevistados já ouviram falar sobre o tema e 80% dos consumidores afirmam que já deixaram de comprar uma marca se ela não respeitasse o meio ambiente e as práticas éticas de abastecimento.

"[Com o estudo] vemos que há um público interessado na questão da economia sustentável, sobre como as empresas agregam este tema nos seus negócios. Mas considero o mais importante é que os entrevistados se preocupam com a forma que os governos enxergam a sustentabilidade", explica Cristiane.

De acordo com a UEBT, 75% das pessoas entrevistadas em 2012 conferem ao setor privado um papel importante no desenvolvimento sustentável, o que destaca a necessidade de um maior engajamento deste setor nas ações da Rio+20.

Fonte: G1 > Natureza > Rio+20(<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/05/menos-de-um-quarto-dos-brasileiros-sabe-o-que-e-rio20-diz-pesquisa.html>)

16/05/2012

Emergentes vão dominar diálogo na conferência

por *CLAUDIO ANGELO DE BRASÍLIA*

Os Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável, ideia do governo brasileiro para ampliar a participação da sociedade civil na Rio+20, terão presença maciça de países em desenvolvimento. Dos 74 conferencistas confirmados até agora, apenas 27 vêm de países ricos.

A lista de presença aponta o caráter que a conferência do Rio vem ganhando, de encontro dominado por emergentes.

Os diálogos ocorrerão de 16 a 19 de junho, entre o fim das negociações diplomáticas formais e a reunião de chefes de Estado, de 20 a 22. Consistirão de dez painéis, formados por acadêmicos e empresários, entre outros.

Eles discutirão uma dezena de temas: oceanos, segurança alimentar, desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza, desenvolvimento sustentável e as crises econômicas, energia, água, padrões de produção e consumo, cidades sustentáveis, emprego e florestas.

Cada painel levará três recomendações de ação em cada uma dessas áreas aos chefes de Estado.

Se a ideia funcionar, o Brasil espera que ela seja adotada em futuras conferências da ONU, como forma de usar as intervenções da sociedade civil para romper impasses em negociações difíceis.

SEM BILL E ANGELINA

A lista inicial de convidados incluía supercelebridades como Angelina Jolie e Bill Gates. No entanto, devido ao tempo escasso -os convites só foram enviados a partir de março deste ano-, o governo precisou se contentar com um grupo menos estrelado.

Entre os confirmados estão o economista americano Jeffrey Sachs, da Universidade Columbia; a oceanógrafa Sylvia Earle; o ex-presidente do BID Enrique Iglesias; a "mãe" do conceito de desenvolvimento sustentável, Gro Brundtland; e o criador da ideia de pegada ecológica, o suíço Mathis Wackernagel.

Cada painel terá pelo menos um brasileiro. Entre os confirmados, a economista Maria da Conceição Tavares, o ex-ministro Rubens Ricupero e a geógrafa Bertha Becker.

O coordenador dos diálogos, o ministro Julio Bitelli, do Itamaraty, disse que "acaba tendo mais" representantes de países emergentes porque a resposta deles foi maior.

"A qualidade dos convidados é excelente", disse à Folha Langston Goree, diretor do Instituto Internacional de Desenvolvimento Sustentável.

Dois terços dos palestrantes estão confirmados.

Fonte: [FOLHA.COM > Notícias > Ambiente > Rio+20](http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1091065-emergentes-vaio-dominar-dialogo-na-conferencia.shtml)(<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1091065-emergentes-vaio-dominar-dialogo-na-conferencia.shtml>)

17/05/2012

Para Brasil, Rio+20 será sucesso se estabelecer objetivos até 2030

por Damaris Giuliana, da Rádio ONU



Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/05/c610.jpg?9d7bd4>

Afirmção é do diretor de Meio Ambiente do Itamaraty, Luiz Alberto Figueiredo; ele defende metas de desenvolvimento sustentável para as próximas décadas.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, será um sucesso se conseguir estabelecer os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a serem cumpridos de 2015 a 2030. A opinião é do diretor do Departamento de Meio Ambiente do Itamaraty, embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado.

Figueiredo se diz confiante com a nova rodada de negociação do documento final, que acontecerá de 29 de maio a 2 de junho em Nova York. Ele reafirma a posição brasileira, que é contra transformar o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Pnuma, em agência. Segundo o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, autonomia não é o mais importante.

“O Pnuma precisa, do nosso ponto de vista, de um orçamento estável, de contribuições orçamentárias feitas pelos países de modo previsível. E precisa fortalecer sua ação no campo, a sua ação de ajudar os países a cumprirem suas políticas ambientais, suas políticas internas ambientais, ajudar os países na capacitação e ajudar os países no cumprimento de suas obrigações perante as convenções internacionais.”

Já a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, afirma que o Brasil tem grande preocupação com as águas internacionais.

“Nós temos uma Convenção de Mar. Nós queremos ampliar a proteção das águas internacionais e ampliar a proteção da biodiversidade em águas internacionais. Há um debate nas Nações Unidas e podemos ter uma mudança de patamar na Convenção e ter o que a gente chama de aditivo, na realidade, um contrato, um processo de negociação de um novo acordo em relação à proteção dos oceanos do planeta.” Os representantes do governo brasileiro participaram do evento “Rio + 20: Debate com a Mídia”, organizado no Rio de Janeiro pelo Ministério do Meio Ambiente.

* Publicado originalmente no site da Rádio ONU Brasil e retirado do site [EcoAgência](http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRIVONVTVFzMjdEeWJFbKVVVB1TP) (<http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRIVONVTVFzMjdEeWJFbKVVVB1TP>)

Fonte: Rádio ONU/Envolverde (http://envolverde.com.br/noticias/para-brasil-rio20-sera-sucesso-se-estabelecer-objetivos-ate-2030/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=17)

17/05/2012

Itamaraty divulga nomes que vão participar de 'Diálogos' na Rio+20

Lista parcial tem 78 nomes de especialistas que vão discutir dez temas. Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável ocorrem de 16 a 19 de junho.

por Eduardo Carvalho do Globo Natureza, em São Paulo

ONGs prometem boicotar 'Diálogos' organizados pelo governo na Rio+20 ONU cria fórum virtual que vai nortear discussão da Rio+20 O Ministério das Relações Exteriores divulgou no início da tarde desta quinta-feira (17) a lista de debatedores dos "Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável", evento que deve ocorrer entre 16 e 19 de junho durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, no Rio de Janeiro.

Ao todo foram divulgados 78 nomes de várias partes do mundo, inclusive do Brasil, que foram convidadas pelo governo e se dividirão entre dez mesas. Entretanto, o Itamaraty informa que a listagem é parcial, já que a intenção é que cada mesa tenha dez convidados.

A Rio+20 recebe este nome por ocorrer vinte anos depois da Rio 92 (também conhecida como Eco 92), considerada a maior conferência sobre meio ambiente já realizada, que popularizou o conceito de "desenvolvimento sustentável".

Eles vão debater temas relacionados ao combate à pobreza, desemprego e migrações, resposta às crises econômicas, mudança no padrão do consumo, florestas, segurança alimentar e nutricional, energia sustentável, água, cidades sustentáveis e inovação e oceanos.

Estão entre os participantes a ex-primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, considerada a mãe do conceito de "desenvolvimento sustentável", o uruguaio Enrique Iglesias, ex-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o suíço Mathis Wackernagel, criador do conceito de "pegada ecológica", e o norte-americano Jeffrey Sachs, economista e autor do livro "O fim da pobreza", onde apresenta algumas ideias sobre desenvolvimento.

Entre os brasileiros convidados estão o embaixador Rubens Ricupero, ex-secretário-geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e Luiz Pinguelli Rosa, secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas

Objetivo

Os "Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável" são uma iniciativa do governo brasileiro colocada entre a última fase de negociações diplomáticas sobre a Rio+20 e o segmento de alto nível, onde um documento final deve ser assinado.

Poderão participar apenas pessoas previamente selecionadas, sendo 750 da sociedade civil. Entretanto, de acordo com o governo, as reuniões serão transmitidas pela internet.

A coordenação da Cúpula dos Povos, evento crítico à Rio+20, afirmou que não deverá participar do evento pois acha que foi perdido seu foco principal, que é o debate com a sociedade civil.

Confira a lista com os participantes:



James Galbraith, dos EUA

Foto: Divulgação

Fonte:

http://s2.glbimg.com/aOYQV_61pJLjhieJ9r4OWISgYLtuL7jhSkk1TFOW6hFIoz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/05/17/1_13.jpg



Jeffrey Sachs, dos EUA

Foto: Divulgação

Fonte:

http://s2.glbimg.com/xBhAbzB8CS0XOy4Sh592K6Q_LXR0Ij8JeITx93G79GZloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/05/17/sachs.jpg



Pavan Sukhdev, da Índia

Foto: Divulgação

Fonte:

http://s2.glbimg.com/ZOVTZ3Nu0LApwGBrM-rqNQL4eZZ8pLneEP7IqL1SJBloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/05/17/3.jpg

Dia 16 de junho, 10h

Tema: desemprego, trabalho decente e migrações

Roger Omaar (Nigéria) - jornalista da Al Jazeera

Sharan Burrow (Austrália) - Secretária-geral da Confederação Sindical Internacional

Wang Shi (China) - Diretor do China Vanke Co. Ltd.

Deborah Wince Smith (EUA) - Presidente do Conselho de Competitividade

Nana- Fosu Randall (Gana) - Fundadora e presidente da ONG Vozes das Mães Africanas

James Galbraith (EUA) - Economista e professor da Universidade do Texas

Lu Huilin (China) - Sociólogo e professor da Universidade de Beijing

Carmen Helena Foro (Brasil) - Secretária de Meio Ambiente da CUT

14h30

Tema: desenvolvimento sustentável como resposta às crises econômicas e financeiras

Jeffrey Sachs - economista e professor da Universidade Columbia

Enrique Iglesias (Uruguai) - Ex-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Caio Koch-Weser (Alemanha) - Do banco Deutsche Bank

Kate Raworth (Reino Unido) - Pesquisadora da Oxfam (ligada a Universidade de Oxford)

Maria da Conceição Tavares (Brasil) - Economista e professora da Universidade de Campinas

Yilmaz Akyuz (Turquia) - Ex-membro da Conferência da ONU para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)

18h30

Tema: desenvolvimento sustentável para o combate à pobreza

Fred de Sam Lazaro (Índia) - âncora da Rede Pública de televisão dos EUA (PBS)

Márcia Lopes (Brasil) - Universidade de Londrina

Yang Tuan (China) - Academia Chinesa de Ciências Sociais

Pavan Sukhdev (Índia) - Assessor do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma)

Boaventura Santos (Portugal) - Sociólogo da Universidade de Coimbra

Judith Sutz (Uruguai) - Professora de Ciência e Tecnologia da Universidade da República

Lourdes Atencio (Peru) - Federação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Peru



Gro Harlem Brundtland, da Noruega

Foto: Divulgação

Fonte:

http://s2.qlbimg.com/ZXmq_hTQXOD6Wi1rKG7Wsb79amFGZ8kafGAYD9TsEu5loz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.qlbimg.com/io/q1/f/original/2012/05/17/4.jpg



Yolanda Kakabadse, do Equador

Foto: Divulgação

Fonte:

http://s2.qlbimg.com/EbY4uYkDBtgMM7Ba0YRB46G1SNdo62vo0vel8Qeli3ploz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.qlbimg.com/io/q1/f/original/2012/05/17/5.jpg



Mary Robinson, da Irlanda

Foto: Divulgação

Dia 17 de junho, 10h

Tema: economia do desenvolvimento sustentável, incluindo padrões sustentáveis de produção e consumo

Gro Harlem Brundtland (Noruega) - Ex-primeira ministra da Noruega e "mãe" do conceito de desenvolvimento sustentável

Rubens Ricupero (Brasil) - diplomata e ex-secretário-geral da UNCTAD

Juan Carlos Castilla-Rubio - diretor do instituto de pesquisa Planetary Skin Institute

Mathis Wackernagel (Suíça) - criador do conceito de "pegada ecológica"

Helio Mattar (Brasil) - Presidente do Instituto Akatu

Ignacy Sachs (França) - Fundador do Centro Internacional de Pesquisas em Meio Ambiente

Elisabeth Laville (França) - Especialista em políticas empresariais de sustentabilidade ambiental

14h30

Tema: florestas

Bertha Becker (Brasil) - geógrafa e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Yolanda Kakabadse (Equador) - ex-ministra do Meio Ambiente do Equador

Lu Zhi (China) - Diretora do Centro para Natureza e Sociedade da Universidade de Beijing

Estebancio Dias (Panamá) - Aliança dos Povos Indígenas e tribais das florestas tropicais

André Freitas (Brasil) - Diretor do Conselho de Manejo das Florestas

Julia Marton (França) - diretora da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN, na sigla em inglês)

18h30

Tema: segurança alimentar e nutricional

Amrita Cheema (Índia) - âncora da Deutsche Welle TV

Mary Robinson (Irlanda) - diretora do Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (IIED)

Martin Khor (Malásia) - diretor-executivo do South Centre

Hortensia Hidalgo (Chile) - Rede de Mulheres Indígenas sobre Biodiversidade da América Latina

Josette Sheeran (EUA) - Vice-presidente designada do Fórum Econômico Mundial

Carlo Petrini (Itália) - Fundador do movimento Slow Food

Lúisa Dias Diogo (Moçambique) - Ex-primeira ministra do Moçambique

Vanda Shiva (Índia) - Diretora da Fundação de pesquisa para Ciência, Tecnologia e Ecologia

Fonte: http://s2.glbimg.com/449gJHBcH4bKVJWprY-jouhUFUg3aew6qm5b5t6KvZNIoz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/q1/f/original/2012/05/17/6.jpg



Kornelis Blok, dos Países Baixos

Foto: Divulgação

Fonte: http://s2.glbimg.com/0reX-jnpqFQyBBpAfNPxLlr17Xkoz_m_3t9x0dt-iJ9Vloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/q1/f/original/2012/05/17/7.jpg



Shanta Sheila Nair, da Índia

Foto: Divulgação

Fonte: http://s2.glbimg.com/R5VUVWbzjNoh_YtJ1onPS-D80iFKIAsA0Un-Ola--iBl0z-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/q1/f/original/2012/05/17/8.jpg

Renato Maluf (Brasil) - Centro de Referência em segurança alimentar da UFRRJ

Maria Estrella Penunia (Filipinas) - Associação Agrícola Asiática para o Desenvolvimento Sustentável Rural

Marco Marzano (Itália) - diretor Organização Mundial de Agricultores

Dia 18 de junho, 10h

Tema: energia sustentável para todos

James Astill (Reino Unido) - jornalista da "The Economist"

Christine Lins (França) - secretária-executiva REM 21

Changhua Wu (China) - diretora do Greater China - The Climate Group

Kornelis Blok (Países Baixos) - Físico, membro do IPCC e professor da Universidade de Utrecht

Luiz Pinguelli Rosa (Brasil) - Físico e secretário do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas

José Antonio Vargas (Colômbia) - Conselho Mundial de Energia

14h30

Tema: água

Lucia Newman (Reino Unido) - jornalista da Al Jazeera

Loic Fauchon (França) - Presidente da ONG Trans-sahara

Shanta Sheila Nair (Índia) - Ex-secretária do Depto. de Provisão de Água Potável do governo da Índia

Ania Grobicki (Suécia) - Secretária-executiva do Global Water Partnership (GWP)

Albert Butare (Ruanda) - ex-ministro de Água e Energia de Ruanda

Benedito Braga (Brasil) - membro da Agência Nacional de Águas (ANA)

Dyborn Chibonga (Malawi) - Associação dos minifundiários nacionais do Malawi

Myrna Cunningham Kain (Nicarágua) - Fórum Permanente da ONU para Assuntos Indígenas



Janice Perlman, dos EUA

Foto: Divulgação

Fonte:

http://s2.glbimg.com/Fb9zvpvJpHp897PVMcctB75Oix0vwmLhkOSRcPiJxMtl-oz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/fo/q1/f/original/2012/05/17/9.jpg



Sylvia Earle, dos EUA

Foto: Divulgação

Fonte:

http://s2.glbimg.com/h3Psei-jJgdhl00WVfngLiVjcFnKKUTfa6BoVihrfXRloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/fo/q1/f/original/2012/05/17/10.jpg

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/05/itamaraty-divulga-nomes-que-va-participar-de-dialogos-na-rio20.html)(<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/05/itamaraty-divulga-nomes-que-va-participar-de-dialogos-na-rio20.html>)

18h30

Tema: cidades sustentáveis e inovação

André Trigueiro (Brasil) - jornalista da TV Globo

Jaime Lerner (Brasil) - arquiteto e ex-prefeito de Curitiba

Shigeru Ban (Japão) - arquiteto e especialista em soluções para construção fácil

Nawal Al-Hosany (Emirados Árabes) - diretora de sustentabilidade da iniciativa de Abu Dhabi para o desenvolvimento (Masdar)

David Cadman (Canadá) - Conselho Internacional para Iniciativas ambientais locais

Enrique Ortiz (México) - Arquiteto e urbanista

Janice Perlman (EUA) - presidente Projeto Mega Cidades

Oded Grajew (Brasil) - Instituto Ethos

Alejandro Aravena (Chile) - Arquiteto e professor da Universidade Católica do Chile

Dia 19 de junho, 9h

Tema: água

Sylvia Earle (EUA) - oceanógrafa

Ussif Rashid Sumaila (Nigéria) - Unversidade Columbia Britânica

Shaj Thayil (Cingapura) - Vice-presidente Gerenciamento Internacional de Navios

Margareth Nakato (Uganda) - Fórum Mundial de Pescadores

Robin Mahon (Canadá) - Centro para gerenciamento de recursos e meio ambiente

Biliana Cicin-Sain (Itália) - Universidade de Delaware

Segen Farid Estefen (Brasil) - Professor de estruturas oceânicas UFRJ

Arthur Bogason (Islândia) - presidente da Associação nacional de proprietários de pequenos botes

Asha de Vos (Sri Lanka) - bióloga marinha

17/05/2012

Brasil precisa avançar em sustentabilidade, diz presidente de conselho

Segundo Marina Grossi, presidente do CEBDS, atualmente no Brasil apenas 168 companhias apresentam relatórios de sustentabilidade voluntariamente...

por Agência Brasil

RIO DE JANEIRO – O Brasil tem papel de liderança na agenda mundial da sustentabilidade, mas se não avançar com consistência, superando a fase do voluntarismo, pode perder essa condição, disse a presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Marina Grossi. A entidade, com sede no Rio de Janeiro, reúne 74 grandes companhias nacionais e tem o objetivo de fomentar o desenvolvimento de práticas sustentáveis no mundo empresarial.

Marina Grossi destacou que outros países emergentes, como a China, têm investido na corrida verde. “A corrida verde já começou e se o Brasil se não se apropriar das conquistas que já teve, pode perder a competitividade. Vários países como a China, a África do Sul e Índia têm investido pesadamente nisso”, argumentou ao participar nesta quinta-feira (17) do Encontro de Secretários de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras, que ocorre até a próxima sexta-feira (18) no Rio.

Durante o evento, será elaborada a carta “Rio pela Sustentabilidade”, com metas e propostas das secretarias para o futuro. O documento será apresentado na cúpula do C-40, grupo que reúne os prefeitos das maiores cidade do mundo, no Forte de Copacabana, durante a Rio+20, em junho.

“O Brasil tem 48% de sua matriz energética limpa, mas ainda perde muito em assuntos como saneamento, educação e passivo social”, acrescentou. Marina Grossi defendeu que os relatórios de sustentabilidade passem a ser obrigatórios tanto em empresas privadas quanto em públicas. De acordo com a presidente do CEBDS, atualmente no Brasil apenas 168 companhias apresentam relatórios de sustentabilidade voluntariamente.

“Esses relatórios hoje não são peças importantes para investidores, nem para acionistas. O voluntarismo já não tem respondido tão bem, é preciso avançar. Se não sairmos das iniciativas de pequena escala para as de grande dimensão, não vamos conseguir a transformação que queremos”, ressaltou.

Fonte: [DCI - Diário Comércio Indústria & Serviços > Notícias > Política Econômica](http://www.dci.com.br/brasil-precisa-avancar-em-sustentabilidade,-diz-presidente-de-conselho-id294493.html)(<http://www.dci.com.br/brasil-precisa-avancar-em-sustentabilidade,-diz-presidente-de-conselho-id294493.html>)

18/05/2012

A União Europeia confirma sua ajuda ao desenvolvimento

por Daan Bauwens, da IPS



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/05/e112.jpg?9d7bd4>

Bruxelas, Bélgica, 18/05/2012 – Além de ratificar a assistência ao Sul pobre apesar da crise financeira que enfrenta, o Conselho de Ministros de Desenvolvimento da União Europeia (UE) deu luz verde para uma iniciativa inovadora para evitar futuras crises humanitárias no Chifre da África. No contexto da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que acontecerá no Brasil de 20 a 22 de junho, a modalidade de ajuda acordada pelos 27 ministros de Desenvolvimento da UE permite conceder aos governos beneficiários dinheiro de forma direta.

Todos os membros do bloco se comprometeram a “usar a ajuda orçamentária de forma efetiva para contribuir com a redução da pobreza, fazer essa ajuda mais previsível e incentivar os beneficiários a criar políticas de desenvolvimento e reformas”. A Oxfam, entre várias organizações não governamentais que defendem a ajuda orçamentária, aplaudiu a decisão do Conselho. “É a primeira vez que os Estados-membros reconhecem os benefícios da ajuda orçamentária”, disse à IPS a especialista da Oxfam, Catherine Olier.

A decisão do Conselho concorda com estudos que mostram a efetividade dessa modalidade de assistência para reduzir a pobreza. Em dezembro, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou um informe mostrando os efeitos positivos da ajuda orçamentária para Zâmbia, Tunísia e Mali. Nos três países foram alcançados importantes êxitos na universalização da educação, no aumento da participação das meninas e o acesso de estudantes de zonas pobres. Em Zâmbia, o melhor serviço de saúde fez diminuir a incidência de tuberculose, malária e diarreia. Também reduziu a mortalidade materna e a infantil.

“Com a ajuda orçamentária se delega ao país beneficiário a responsabilidade de gerir os fundos de acordo com suas necessidades. Assim, pode financiar custos vitais e recorrentes”, explicou Catherine. “Permite pagar médicos e professores ao longo de vários anos. Pode cobrir os custos de remédios e tratar doenças. A ajuda com base no financiamento de projetos é menor no tempo e, portanto, menos previsível. Não pode cobrir o custo de médicos e professores no longo prazo, que é exatamente o que precisa um país em desenvolvimento”, destacou.

A decisão da UE foi uma surpresa, pois era uma modalidade de ajuda muito questionada porque, segundo numerosos críticos, favorecia o aumento da corrupção no país beneficiário. “Não há método de assistência sem risco”, reconheceu Olier. “Contudo, neste caso há muito medo sem justificativa. De fato, ocorre o contrário. Vários estudos demonstram que a ajuda orçamentária é uma boa forma de combater a corrupção de maneira efetiva. Não é um cheque em branco. Implica um diálogo sobre políticas. Os doadores se relacionam com os governos beneficiados. Estes se tornam responsáveis perante seus cidadãos, o parlamento e a sociedade civil”, acrescentou.

Segundo as conclusões do estudo de 2011 da OCDE na Tunísia, Zâmbia e Mali, “a ajuda orçamentária contribui para melhorar a responsabilidade e a transparência dos processos orçamentários e é uma assistência válida para a implantação de reformas, quando governos e cidadãos estão ativamente comprometidos com isso”.

Os ministros de Desenvolvimento da UE aprovaram, na mesma reunião, realizada no dia 14, um novo plano para estimular a prevenção da fome no Chifre da África. Desde julho de 2011, mais de 13 milhões de pessoas sofrem as consequências de uma grave seca. Para evitar uma nova crise, a UE lançou o projeto conhecido como Share (Apoio à Resistência no Chifre da África). Com esta iniciativa, o bloco espera melhorar a transição de uma ajuda de emergência para uma assistência ao desenvolvimento de longo prazo.

“Mais de 400 mil membros assinaram nossa petição que pede urgência aos líderes no sentido de romperem o círculo de fome e a agir no Chifre da África. Esperamos que a UE possa oferecer mais fundos para esta importante iniciativa. Os Estados-membros também devem dar um passo à frente”, afirma um comunicado de Eloise Todd, diretora da organização internacional ONE.

“Este projeto é inovador”, afirmou à IPS a diretora do escritório da Oxfam Internacional para a UE, em Bruxelas, Natalia Alonso. “Até agora, a resposta de emergência às crises humanitárias só serviu para cobrir as necessidades mais urgentes. Com o novo plano, os esforços não serão gastos apenas em alimentação complementar para crianças desnutridas, mas também para animais de criação comunitária. Assim, quando acabar a crise a comunidade continuará tendo os meios para ganhar a vida. Isto significa construir resiliência: adaptar-se à situação, mas com perspectiva de futuro”, ressaltou.

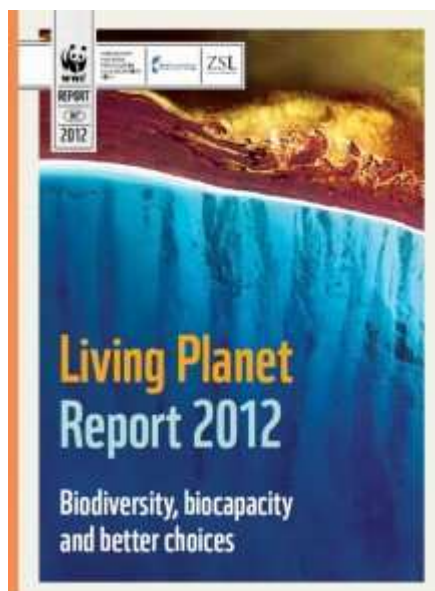
Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/a-uniao-europeia-confirma-sua-ajuda-ao-desenvolvimento/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=18)(http://envolverde.com.br/noticias/a-uniao-europeia-confirma-sua-ajuda-ao-desenvolvimento/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=18)

18/05/2012

Consumo cada vez maior e utilização de mais recursos por população crescente aumenta a pressão sobre o planeta

por Redação do WWF Brasil

A demanda cada vez maior por recursos por uma população crescente está causando uma enorme pressão sobre a biodiversidade do planeta e ameaça nosso futuro em termos de segurança, saúde e bem-estar. É o que revela a edição de 2012 do Relatório Planeta Vivo da Rede WWF, principal pesquisa bianual sobre a saúde do planeta.



Fonte: <http://envolverde.com.br/porta1/wp-content/uploads/2012/05/WWFcapa-218x300.jpg?9d7bd4>

Produzido em colaboração com a Sociedade Zoológica de Londres e a Global Footprint Network (Rede da Pegada Mundial), o relatório deste ano foi lançado nesta terça-feira (15 de maio) na Estação Espacial Internacional pelo astronauta holandês André Kuipers, que apresentou uma perspectiva única da situação do planeta em sua missão na Agência Espacial Europeia.

“Temos apenas um planeta. Daqui de cima, posso ver a pegada da humanidade, inclusive os incêndios florestais, a poluição do ar e a erosão – são desafios que se refletem nesta edição do Relatório do Planeta Vivo”, afirmou Kuipers, ao apresentar o relatório durante sua segunda missão espacial. “Embora o planeta sofra pressões insustentáveis, nós temos a capacidade de salvar o nosso lar, não apenas em nosso próprio benefício mas, sobretudo, para as próximas gerações”, completou Kuipers.

A versão completa do relatório está disponível apenas em inglês, mas o WWF-Brasil lançou nesta terça-feira, em Brasília, a versão reduzida do estudo, o Sumário Relatório Planeta Vivo, a Caminho da Rio+20. A publicação traz os principais resultados do relatório e uma análise da situação ambiental do planeta nestes últimos 20 anos, desde a Rio 92 até a Rio+20.

O Relatório do Planeta Vivo utiliza o Índice Planeta Vivo, mundial, para medir as mudanças na saúde dos ecossistemas do planeta, por meio do rastreamento de 9 mil populações de mais de 2.600 espécies. Esse índice global mostra uma diminuição de quase 30%, desde 1970, que é mais acentuada nos trópicos – onde foi constatado um declínio de 60% em menos de 40 anos. Assim como a biodiversidade se encontra numa tendência descendente, a Pegada Ecológica do Planeta Terra – que é outro indicador chave utilizado nesse relatório – ilustra como a nossa demanda por recursos naturais se tornou insustentável.

“Vivemos como se tivéssemos um planeta extra à nossa disposição. Utilizamos 50% mais recursos do que o planeta Terra pode produzir de forma sustentável. A menos que a gente altere esse rumo, esse número vai aumentar rapidamente – até 2030, até mesmo dois planetas não serão suficientes”, afirma Jim Leape, Diretor Geral da Rede WWF.

O relatório destaca o impacto do crescimento da população humana e o consumo excessivo como sendo as forças que causam maior pressão sobre o meio ambiente. “Esse relatório é como um check-up do planeta e os resultados indicam que ele está muito doente”, explicou Jonathan Baillie, Diretor do Programa de Conservação da Sociedade Zoológica de Londres. “Se ignorarmos este diagnóstico, isso terá implicações importantes para a humanidade. Nós podemos restaurar a saúde do planeta, mas somente iremos conseguir isso se abordarmos as raízes das causas, que são o crescimento populacional e o consumo excessivo.”

O relatório também destaca o impacto da urbanização como uma dinâmica crescente. Até 2050, duas em cada três pessoas viverão em uma cidade; e a humanidade precisará desenvolver formas novas e aperfeiçoadas de gestão e manejo dos recursos naturais.

A diferença entre os países ricos e pobres também foi destacada neste relatório. Países com renda elevada têm uma Pegada Ecológica que é, em média, cinco vezes a dos países de baixa renda.

Os 10 países com a maior Pegada Ecológica por pessoa são: Catar, Kuwait, Emirados Árabes Unidos, Dinamarca, Estados Unidos da América, Bélgica, Austrália, Canadá, Holanda e Irlanda.

No entanto, de acordo com o Índice Planeta Vivo, o declínio da biodiversidade desde 1970 tem sido mais rápido nos países de baixa renda – o que demonstra como as nações mais pobres e mais vulneráveis subsidiam o estilo de vida dos países mais ricos. A decrescente capacidade biológica (que é a capacidade de uma região de regenerar recursos) exigirá que um país importe recursos essenciais de ecossistemas estrangeiros – o que, potencialmente e em longo prazo, será em detrimento desses países.

“A dependência crescente de recursos externos coloca os países em significativo risco. A crise ecológica torna-se uma causa de nossas crescentes dores econômicas”, afirma Mathis Wackernagel, presidente da Global Footprint Network. “Usar cada vez mais de uma natureza que é cada vez menor é uma estratégia perigosa. No entanto, a maior parte dos países continua nesse caminho. Com isso, eles colocam em risco não apenas o planeta mas – o que é ainda mais importante -, colocam a si próprios em risco.”

O Relatório Planeta Vivo apresenta diversas soluções necessárias para reverter o declínio apresentado pelo Índice Planeta Vivo e para diminuir a Pegada Ecológica para um limite compatível com o planeta. Essas soluções são colocadas como 16 ações prioritárias e incluem uma melhoria nos padrões de consumo, com a atribuição de valor econômico ao capital natural, e a criação de marcos legais e políticos para uma gestão equitativa de alimentos, água e energia.

Rio+20

O lançamento do relatório acontece cinco semanas antes que as nações, empresas e sociedade civil se reúnam no Rio de Janeiro para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20. Passados 20 anos desde a última cúpula mundial sobre o planeta, essa reunião agora constitui uma oportunidade chave para que as lideranças mundiais reconfirmem seus compromissos com a criação de um futuro sustentável.

“O Brasil, que abriga uma de uma das maiores biodiversidades do mundo, tem um papel fundamental nesse processo de mudança, que deve ocorrer não apenas no discurso mas, principalmente, com ações práticas”, afirma Maria Cecília Wey de Brito, Secretária-Geral do WWF-Brasil. E para ela, esse compromisso deve ser de todos: dos governos, dos cidadãos e das organizações da sociedade.

“Os governos devem assumir o compromisso com a conservação ambiental e adotar ações que garantam a proteção dos ecossistemas, como, por exemplo, o incentivo à criação e à implementação de áreas protegidas, o combate ao desmatamento, o incentivo ao consumo responsável e o estímulo a boas práticas produtivas”, ressalta.

De acordo com Maria Cecília, no que se refere às cidades, é fundamental que elas usem mecanismos de avaliação de impactos, como a Pegada Ecológica e adotem políticas públicas de mitigação que ajudem a reduzir os impactos. Ela também destaca o papel do cidadão nesse processo. “Os cidadãos precisam repensar o seu consumo, avaliar até que ponto seus hábitos cotidianos estão impactando o meio ambiente e fazer escolhas mais sustentáveis”.

O lançamento do relatório pelo WWF-Brasil, em Brasília, contou com a presença de Marcos Pontes, primeiro astronauta brasileiro a ver o planeta do espaço. Ele falou sobre a experiência de ver a terra de longe. “Eu gostaria que todas as pessoas tivessem a oportunidade de ver o planeta do alto. A essa distância, é possível ver o quanto ele está sendo degradado”. De acordo com Pontes, é muito bom ter o

conforto que a cidade oferece mas isso não pode ser feito a custa de destruir nossos recursos naturais, o que vem acontecendo em um ritmo acelerado. “As cidades, vistas do espaço, são como cicatrizes no planeta. O ideal é que elas fossem tatuagens e não cicatrizes”, comparou.

* *Publicado originalmente no site [WWF Brasil](http://www.wwf.org.br/informacoes/noticias_meio_ambiente_e_natureza/?31304)(http://www.wwf.org.br/informacoes/noticias_meio_ambiente_e_natureza/?31304).*

Fonte: WWF Brasil/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/consumo-cada-vez-maior-e-utilizacao-de-mais-recursos-por-populacao-crescente-aumenta-a-pressao-sobre-o-planeta/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=18)(http://envolverde.com.br/noticias/consumo-cada-vez-maior-e-utilizacao-de-mais-recursos-por-populacao-crescente-aumenta-a-pressao-sobre-o-planeta/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=18)

18/05/2012

Quando os biocombustíveis roubam a comida

por Emilio Godoy, da IPS



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/05/e311.jpg?9d7bd4>

Cidade do México, México, 18/05/2012 – A crise alimentar, agravada pelo uso do milho e de outros grãos na produção de etanol, é um dos assuntos centrais abordados ontem e hoje na capital mexicana pelos vice-ministros de Agricultura do Grupo dos 20 países industriais e emergentes. Este bloco reúne os países industrializados do Grupo dos Oito (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Japão, Itália e Rússia), a União Europeia e economias emergentes como Brasil, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, China, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, México, África do Sul e Turquia.

O impacto dessa questão na humanidade é analisado pela pesquisa Agrocombustíveis: alimentadores da fome. Com as políticas dos Estados Unidos para o etanol de milho aumentam o preço dos alimentos no México, apresentada no dia 16, patrocinada pelo escritório norte-americano da organização não governamental ActionAid International.

“Vemos altas de preços muito fortes nos alimentos desde o final de 2000, depois se repetiram em 2007 e voltaram em 2010 e 2011”, disse à IPS o norte-americano Timothy Wise, diretor do Programa de Pesquisa e Política do Instituto de Desenvolvimento Global e Meio Ambiente da Universidade de Tufts. “Isto coincide com a expansão do etanol nos Estados Unidos”, indicou o diretor, coautor do informe. “O que se vê no México é o aumento do preço da tortilha de milho”, o alimento tradicional deste país e cujo preço aumentou 60% desde 2005, afirmou.

Wise e a também coautora do estudo Marie Brill, diretora de políticas da Actionaid, asseguraram que o México perdeu, desde 2005, entre US\$ 250 milhões e US\$ 500 milhões por ano por precisar importar o grão, devido às altas cotações internacionais. “A expansão dos agrocombustíveis contribui para a insegurança alimentar no México. As altas de preços associadas ao etanol afetam negativamente os consumidores, especialmente os que carecem de segurança alimentar e não são produtores”, afirma o estudo de 24 páginas.

Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, no ano passado foram consumidos nesse país 53,302 bilhões de litros de etanol feito do milho, para cuja produção foi destinada 40% da colheita do grão. Nesse país, maior produtor e exportador de milho do mundo, aplica-se uma política de proteção alfandegária a favor do biocombustível local, pagamento de subsídios aos produtores e um mandato de mescla de gasolina com até 10% de etanol.

“O G-20 tem que resolver a crise alimentar. A cúpula de 2011 abordou a situação, mas é preciso assegurar os motores primários. O México é um exemplo do que ocorre em outros países”, observou Brill. Os mandatários do G-20, cuja presidência temporária está com o México, se reunirão nos dias 18 e 19 de junho na cidade de Los Cabos, para tratar de políticas contra a crise econômico-financeira que afeta o Norte, a segurança alimentar, o crescimento verde e o combate à mudança climática, entre outros assuntos.

“O governo mexicano tem que determinar que está ao lado do produtor e não em benefício das empresas. Temos que trabalhar por uma reserva de alimentos, para não depender do estrangeiro”, afirmou à IPS a ativista Olga Alcaraz, dirigente da Rede de Empresas Comerciantes Camponesas do Estado de Michoacán. As plantações destinadas aos agrocombustíveis começaram na região na metade do século passado e atingiram seu auge na década de 70, quando os países latino-americanos despontaram como provedores

de matérias-primas para os mercados das nações industrializadas e diante da primeira grande crise do petróleo.

Nos últimos anos, o desenvolvimento de algumas monoculturas mudaram para o fornecimento de matéria-prima para a elaboração de combustíveis, como o etanol procedente da cana-de-açúcar e o biodiesel obtido a partir do óleo de palma africana. A expansão de produtos agrícolas para fabricar combustível também se deve ao esgotamento do petróleo como fonte de energia e ao fato de a produção e uso de hidrocarbonos representar a emissão de gases contaminantes, como o dióxido de carbono, responsável pela elevação da temperatura do planeta.

O milho carrega uma força simbólica do México até a Nicarágua. “O aumento da destinação desse grão para etanol é fortíssimo, empurrado pelos altos preços do petróleo”, destacou Wise. “Esta situação cria problemas para países importadores como o México”, explicou este especialista que estudou os efeitos do aumento dos preços dos alimentos em nações em desenvolvimento.

No México, são produzidos 22 milhões de toneladas de milho por ano em uma área de 7,5 milhões de hectares, dos quais vivem cerca de 2,5 milhões de produtores de pequena e média escalas, e são importados dez milhões de toneladas. O déficit da balança comercial agrícola mexicana ficou no ano passado em US\$ 2,5 bilhões, enquanto as compras agrícolas dos Estados Unidos subiram até US\$ 18,4 bilhões.

A Lei de Promoção e Desenvolvimento dos Bioenergéticos de 2008 proíbe que terras aptas para cultivos de alimentos sejam usadas para plantar vegetais destinados a produzir agrocombustível. As organizações da sociedade civil recomendam ao G-20 anular subsídios e mandatos para consumo de agrocombustíveis, a regulamentação e transparência dos mercados, e o financiamento da agricultura familiar.

Os autores do estudo estimam que o custo financeiro anual das importações mexicanas dariam para produzir 70 mil toneladas de milho. “É necessário investir em programas de produtores que não receberam apoio em 30 anos. Este é o setor que pode ser beneficiado com um investimento moderado. Ficou demonstrada a viabilidade dessa expansão”, apontou Wise.

O assunto também constará dos debates da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que acontecerá de 20 a 22 de junho no Brasil. “Esperamos ver um enfoque que integre energia, sustentabilidade e segurança alimentar”, ressaltou Brill. Por sua vez, Alcaraz enfatizou que é preciso “inovação tecnológica para economizar na produção, e termos nossa própria semente, porque dependemos das multinacionais”.

Fonte: IPS/Envolverde(http://envolverde.com.br/noticias/quando-os-biocombustiveis-roubam-a-comida/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=18)

18/05/2012

Ausências não diminuem importância da Rio+20, diz embaixador brasileiro

André Corrêa do Lago confirmou presença de cem chefes de Estado. ONU lançou relatório no Rio de Janeiro sobre desenvolvimento sustentável.

por Rodrigo Vianna do G1 RJ

O embaixador André Corrêa do Lago, negociador-chefe da delegação brasileira na Rio+20, disse nesta sexta-feira (18) que a ausência de chefes de Estado, como o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, não vai diminuir a importância da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Segundo ele, mais de cem líderes já confirmaram presença no evento.

A Rio+20 recebe este nome por ocorrer vinte anos depois da Rio 92 (também conhecida como Eco 92), considerada a maior conferência sobre meio ambiente já realizada, que popularizou o conceito de "desenvolvimento sustentável". Ela ocorre de 13 a 22 de junho, no Rio de Janeiro.

No entanto, o embaixador ressalta que ainda não houve um anúncio oficial da não participação do presidente americano. A chanceler da Alemanha, Angela Merkel, e o primeiro-ministro britânico, David Cameron, já anunciaram oficialmente que não virão ao Brasil para o encontro.

Corrêa do Lago confirmou que ao menos cem líderes de Estado participarão do encontro. "A presença dos chefes de Estado é algo que tem um simbolismo muito grande, mas vocês viram que o número de chefes que já confirmaram é muito alto. Do nosso ponto de vista é um grande sucesso. Há ações dentro dos próprios países para tentar convencê-los. No Reino Unido, por exemplo, tem tido um grande esforço para que o Cameron reverta a sua posição, mas isso são questões internas dos países", disse.



Coletiva realizada no Rio de Janeiro pela ONU contou com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e com Janos Pasztor (segundo da esquerda para a direita), secretário das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global.

Foto: Rodrigo Vianna/G1

Fonte: http://s2.glbimg.com/BSdkJnxyTcwj2nER2EEJCODfQS0Z2HtsunEHaZzmZUVloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/05/18/relatorio-onu-620.jpg

Relatório

O embaixador falou durante o lançamento do relatório da ONU em português com 56 recomendações para colocar em prática o desenvolvimento sustentável. O “Relatório do Painel de Alto Nível do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global” foi composto por 22 membros e criado em agosto de 2010.

Intitulado “Pessoas Resilientes, Planeta Resiliente: um futuro digno de escolha”, o documento é, segundo a ONU, uma importante contribuição à agenda de desenvolvimento sustentável para o futuro e uma colaboração para as discussões da Rio+20.

“O secretário-geral [da ONU, Ban Ki-moon] sentiu que nós precisamos ter uma liderança intelectual. Ele queria ter um painel que pudesse trazer recomendações para as sociedades. Foi um processo de aprendizado para os membros. O grosso desse relatório está ligado a questões econômicas. Esperamos que esse relatório ajude a trazer resultados na Rio+20”, disse Janos Pasztor, secretário executivo da ONU sobre Sustentabilidade Global.

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20\(http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/05/ausencias-nao-diminuem-importancia-da-rio20-diz-embaixador-brasileiro.html\)](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/05/ausencias-nao-diminuem-importancia-da-rio20-diz-embaixador-brasileiro.html)

1905/2012

ONU lista 56 recomendações para um mundo sustentável

por DENISE MENCHEN DO RIO

A ONU lançou na sexta (18), no Rio, a versão em português de um relatório com 56 recomendações para que o mundo avance em direção ao desenvolvimento sustentável.

O documento, elaborado por 22 especialistas ao longo de um ano e meio, traz sugestões mais ousadas do que aquelas que devem ser acordadas na Rio+20, a conferência da ONU sobre o tema que ocorre em junho na cidade.

Entre as propostas estão o fim dos subsídios aos combustíveis fósseis e a precificação do carbono, com a cobrança, por exemplo, de impostos sobre as emissões de gases do efeito estufa.

Espera-se assim estimular a disseminação de tecnologias verdes. "É um relatório com frases e recomendações muito diretas", diz o embaixador André Corrêa do Lago, negociador-chefe do Brasil para a Rio+20.

Para ele, o documento final do encontro de cúpula da ONU deverá trazer formulações "mais sóbrias".

Outras medidas sugeridas são a criação de um fundo apoiado por governos, ONGs e empresas para garantir acesso universal à educação primária até 2015 e a inclusão dos temas consumo e desenvolvimento sustentáveis nos currículos escolares.

As recomendações são divididas em três grupos, de acordo com seus objetivos principais. O primeiro visa a capacitar as pessoas a fazerem escolhas sustentáveis; o segundo, a tornar a economia sustentável; e o terceiro, a fortalecer a governança institucional para o desenvolvimento sustentável.

"As pessoas participaram desse painel a título pessoal, ou seja, elas não estavam representando governos. Isso dá mais força [ao documento], porque o painel pode dizer certas coisas que não são consenso [entre os mais de 190 países da ONU]", diz Corrêa do Lago.

O coordenador do relatório, porém, disse esperar que as recomendações sejam levadas em consideração pelos negociadores da Rio+20.

Janos Pásztor citou o estabelecimento de metas numéricas para o desenvolvimento sustentável como uma sugestão que pode ser adotada no curto prazo. O tema está em discussão na Rio+20.

A ex-primeira-ministra da Noruega Gro Brundtland, considerada "mãe" do conceito de desenvolvimento sustentável, participou da elaboração do relatório.

O documento completo pode ser acessado pelo site <http://www.onu.org.br/docs/gsp-integra.pdf>.

Fonte: [FOLHA.COM > Notícias > Ambiente > Rio+20](http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1092678-onu-lista-56-recomendacoes-para-um-mundo-sustentavel.shtml)(<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1092678-onu-lista-56-recomendacoes-para-um-mundo-sustentavel.shtml>)

21/05/2012

Evento paralelo à Rio+20 vai propor soluções para aquecimento global

*“Rio Clima” será realizado entre os dias 13 e 21 de junho.
Objetivo é simular acordo internacional para controlar emissão de gases.*

por Rodrigo Vianna do G1 RJ



Autoridades se reúnem no Palácio da Cidade no anúncio do Rio Clima

Foto: Rodrigo Vianna/G1

Fonte: http://s2.glbimg.com/3VnmH36q9oGkjYicMONmbEn8uFO1mkenTy8Sdopsu-Rloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/05/21/rio-clima-620-x-465.jpg

O Congresso Nacional vai promover um evento paralelo à Rio+20, conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) que será realizada em junho, no Rio de Janeiro, para discutir soluções para o aquecimento global. A iniciativa “Rio Clima” (The Rio Climate Challenge) foi anunciada nesta segunda-feira (21), no Palácio da Cidade, na Zona Sul da cidade.

A Rio+20 recebe este nome por ocorrer 20 anos depois da Rio 92 (também conhecida como Eco 92), considerada a maior conferência sobre meio ambiente já realizada, que popularizou o conceito de “desenvolvimento sustentável”. Ela ocorre de 13 a 22 de junho, no Rio de Janeiro.

De acordo com o deputado federal Alfredo Sirkis (PV-RJ), um dos idealizadores da iniciativa, a ideia do Rio Clima é construir um “cenário factível” e uma simulação daquilo que seria um acordo entre países considerados como grandes emissores, para tentar limitar a emissão de gases e controlar o efeito estufa.

“A Rio+20 não vai tratar do clima diretamente, mas o tema deve rondá-la como um espectro. Como discutir economia verde e governança sem tratar de economia de baixo carbono, energias limpas e como financiá-las? Por essa razão, os presidentes das comissões da Rio+20 do Congresso Nacional tomaram a iniciativa de fazer esse evento”, disse.

O Rio Clima vai acontecer entre os dias 13 e 21 de junho, no auditório da Firjan e no Forte de Copacabana. Entre os convidados estão os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Fernando Collor, o ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga, e o diretor-executivo da Climate Policy Initiative, Thomas C. Heller.

"Queremos provocar um encontro entre chefes de estado"

Eduardo Paes
Prefeito do Rio

O prefeito Eduardo Paes disse, ainda, que a Rio Clima vai manter status do Rio de Janeiro de cidade de referência internacional nas questões ambientais globais conquistados, segundo ele, na Eco 92, quando foi assinada a Convenção do Clima. "O que a gente quer é que essa cidade seja de fato o centro de debates tão relevantes para a sociedade. Queremos provocar um encontro entre chefes de estado para que eles tomem atitudes parecidas também", completou Paes.

Ciclo

Para o cantor e compositor Gilberto Gil, ex-ministro da Cultura, a Rio+20 fecha um ciclo que foi aberto na Eco 92. Segundo ele, a Rio Clima é uma forma de o Brasil dizer ao mundo que está fazendo a sua parte, e forçar a sociedade a pensar em soluções para ajudar a evitar o aquecimento global.

"Essa iniciativa, que de certa forma resgata o sentido mais fundo da Eco 92, num momento que o Rio recepcionava gente do mundo inteiro. Voltamos a viver o espírito de toda aquela mobilização em prol do meio ambiente. Chegamos com o mesmo espírito, de contribuição, participação, em nome dessa coletividade cada vez mais aflita com os problemas que devemos enfrentar no futuro", disse o cantor, que fará um show no dia 21 de junho, no Forte de Copacabana.

Fonte: [G1 > Notícias > Rio de Janeiro](http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/05/evento-paralelo-rio20-vai-propor-solucoes-para-aquecimento-global.html)(<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/05/evento-paralelo-rio20-vai-propor-solucoes-para-aquecimento-global.html>)

21/05/2012

Brasil sediará órgão da ONU

por Isabela Vieira/Agência Brasil



Carlos Minc, Secretário Estadual do Ambiente/RJ

Foto: Antonio Cruz/ABr

Fonte: <http://odiariodemogi.inf.br/images/stories/ministro%20carlos%20minc%20-%20antonio%20cruz-abr.jpg>

O Brasil sediará um órgão das Nações Unidas (ONU) para pesquisa em tecnologia verde. Segundo o secretário estadual do Ambiente, Carlos Minc, a iniciativa deve ser anunciada pela presidenta Dilma Rousseff em 5 de junho, Dia do Mundial do Meio Ambiente, às vésperas da Rio+20. O órgão deve ser instalado na cidade do Rio de Janeiro.

"É um órgão da ONU ligado à pesquisa em tecnologia limpa, economia verde, de baixo carbono", declarou Minc à Agência Brasil.

Segundo ele, que já foi ministro do Meio Ambiente, a presidenta também lançará um pacote de medidas para alavancar o desenvolvimento sustentável no país. Entre elas, a criação de unidades de conservação e a divisão de metas de redução das emissões de gases do efeito estufa entre os setores da economia.

Em relação ao novo órgão da ONU, Minc disse que a estrutura será composta por pesquisadores brasileiros e estrangeiros e será vinculada ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). "Um dos pontos da Rio+20 é a discussão da governança ambiental global e nossa ideia é fortalecer o Pnuma. Não tem sentido o problema ser tão grave e o Pnuma tão fraco", disse Minc durante entrevista no lançamento do Rio Clima, evento que ocorrerá paralelamente à Rio+20.

O novo órgão poderá ser instalado no campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) na Ilha do Fundão, onde está um dos principais centros de pesquisa em tecnologia no país, o Coope (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia). O atual secretário do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Luiz Pinguelli Rosa, é um dos principais pesquisadores do instituto.

Na semana passada, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, sinalizou a criação, pelo Brasil, de uma instituição focada "nos três pilares do desenvolvimento sustentável" (ambiental, econômico e social) e que colocaria o país na vanguarda. Na ocasião, ela disse que "o Brasil pode tratar de uma estrutura de governança sustentável. Aguardem [cenas] dos próximos capítulos".

O Rio Clima (Rio Climate Challenge) será realizado entre os dias 13 e 21 de junho e discutirá formas de enfrentar as mudanças no clima no planeta e preparar propostas para a Conferência das Partes (COP) 18, em dezembro, no Catar.

Fonte: [O Diário > Notícias > Panorama > Geral](http://odiariodemogi.inf.br/panorama/geral/1492-brasil-sediara-orgao-da-onu.html)(<http://odiariodemogi.inf.br/panorama/geral/1492-brasil-sediara-orgao-da-onu.html>)

21/05/2012

Teremos que esperar a Rio 2032?

por Pedro Venceslau, da Revista Fórum



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/05/c12.jpg?9d7bd4>

Às vésperas da Rio+20, Brasil tenta atrair líderes mundiais para a Conferência e evitar a implosão de seu discurso sustentável

No último dia 20 de março, um imenso veleiro com bandeira holandesa, dois mastros de 55 metros, tripulação de 32 pessoas e heliponto estacionou no porto de Manaus, no Rio Negro. Entre os tradicionais barcos de madeira que compõem o cenário, aquele colosso chamava a atenção de quem passava. No seguinte, um bote de ação com motores potentes estacionou na proa com um grupo de jornalistas brasileiros e internacionais, entre eles este repórter. A comitiva foi recebida pela cúpula mundial e brasileira da ONG Greenpeace.

Depois de algumas doses de suco feito com frutas locais, o número 1 da organização, o sul-africano Kumi Naidoo, o diretor executivo no Brasil, Marcelo Furtado, e o coordenador na Amazônia, Paulo Adário, conduziram os profissionais da imprensa e mais duas dezenas de líderes ambientais para uma excursão pelo navio Rainbow Warrior. Joia da coroa do Greenpeace, o barco, inaugurado no fim do ano passado, foi o primeiro feito sob medida para os ativistas. Um assessor da ONG conta que o primeiro navio do grupo foi adquirido em 1977 e explodido pelo serviço secreto francês em 1985, quando se preparava para impedir testes nucleares franceses. A missão que começou ali vai terminar em junho, no Rio de Janeiro, durante o maior evento sobre meio ambiente do planeta, a Rio+20.

Quando desembarcarem na capital fluminense, os 32 tripulantes se unirão aos representantes de outras ONGs no evento paralelo ao encontro dos chefes de Estado, a Cúpula dos Povos. Quando isso acontecer, eles terão na bagagem uma poderosa ferramenta de constrangimento para o governo brasileiro. Foi no porão do Rainbow Warrior que o motivo da visita foi revelado: coletar 1,4 milhão de assinaturas e levar ao Congresso uma proposta de lei de iniciativa popular, nos moldes da Ficha Limpa, para colocar a taxa de desmatamento no Brasil no único nível em que pode ser considerada aceitável: o zero. A ideia é apresentar um contraponto ao projeto elaborado pelo ex-deputado federal e hoje ministro do Esporte, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), que modificou drasticamente o Código Florestal Brasileiro.

Ao fazer isso em pleno Rio de Janeiro durante a Rio+20, o Greenpeace vai criar mais um elemento de pressão sobre a anfitriã da Conferência da ONU, a presidenta Dilma Rousseff. Antes que alguém tivesse tempo de questionar o alcance da iniciativa, diversos vídeos foram apresentados com depoimentos de celebridades, como Camila Pitanga e Marcos Palmeira. Com assinatura da badalada produtora Conspiração Filmes, as vinhetas tinham qualidade visual e conteúdo impecáveis. A produção e os cachês dos comerciais não custaram nada à ONG e serão exibidos em rede nacional de televisão. “Estive com Dilma antes da eleição e faço um apelo do fundo do meu coração: que ela veto o projeto do Código Florestal. A escolha dela é simples: permitir lucros de curto prazo para pouca gente ou tomar medidas de sustentabilidade que beneficiem o povo brasileiro”, disse Kumi Naidoo. “Infelizmente, no debate do Código Florestal, os políticos ignoraram os alertas dos cientistas e os anseios da população. Escreveram um texto que vai contra a preservação florestal. A lei do Desmatamento Zero é a resposta da sociedade civil a esse atropelo”, completou Paulo Adário, diretor da campanha Amazônia do Greenpeace.

Quase simultaneamente à apresentação do projeto pela ONG, em outro extremo de Manaus, no lendário Hotel Tropical, líderes políticos, celebridades e empresários de todo o mundo faziam a abertura do 3º Fórum

Mundial de Sustentabilidade. Entre os convidados, estava o ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso. Um dia antes do fim do encontro, Kumi Naidoo, Paulo Adário e Marcelo Furtado subiram discretamente até a suíte presidencial, onde foram recebidos por FHC. Sem a presença da imprensa, o ex-presidente sentou-se com o grupo em uma mesa redonda e, depois de alguns minutos de conversa, colocou seu nome no topo do abaixo-assinado que vai se tornar projeto de lei. No dia seguinte, o Rainbow Warrior deixou Manaus e seguiu seu trajeto, que inclui Santarém, Belém, São Luís, Recife, Salvador e Santos.

A iniciativa do Greenpeace exemplifica o dilema vivido pelo governo brasileiro às vésperas da Rio+20. Enquanto luta contra o esvaziamento do evento, a presidenta Dilma enfrenta uma mobilização intensa do lobby do agronegócio pelo recrudescimento do projeto do Código Florestal. Some-se a esse quadro a insatisfação da base aliada, e temos um perigoso cenário para as pretensões brasileiras de emergir como liderança global da sustentabilidade. Por ora, a palavra de ordem do governo é otimismo. “O Brasil chegará à Rio+20 podendo anunciar a criação de 1 milhão de novos empregos. Depois da frustração de Copenhague, estamos otimistas que a Rio+20 trará resultados. E o Brasil será protagonista”, disse à Fórum o senador Eduardo Braga (PMDB-AM), líder do governo no Senado. A pretensão do Palácio do Planalto tem lastro histórico. Na Conferência de 1992, eram os países desenvolvidos os donos da pauta. Passadas duas décadas, os Brics ganharam força.

“Rascunho Zero”. Presença idem?

Vinte anos depois de Fernando Collor de Mello transformar a Conferência da ONU do Rio, em 1992, na vitrine de sua rápida passagem pelo governo, Dilma luta contra o tempo para evitar o esvaziamento da Rio+20. Com a crise europeia dominando a agenda e os Estados Unidos em aquecimento para as eleições presidenciais, teme-se no Palácio do Planalto que os principais chefes de Estado enviem representantes do segundo ou terceiro escalão e que o evento termine sem nenhuma articulação concreta – ou seja, prazos e metas. Dilma convidou pessoalmente vários chefes de Estado para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que ocorrerá em 20, 21 e 22 de junho no Rio de Janeiro. Ligou para Vladimir Putin, primeiro-ministro russo; para o rei Juan Carlos, da Espanha, e falou pessoalmente com a chanceler alemã, Angela Merkel, em Hannover. Não adiantou. Nenhum dos três confirmou presença, embora o rei tenha garantido a participação de seu primeiro-ministro no evento.

Em visita ao Brasil no final de março, quando estive no Fórum Mundial de Sustentabilidade, em Manaus, o ex-primeiro ministro da França, Dominique de Villepin, se mostrou cético. “Em meio à crise, vamos enfrentar dificuldades em chegar a decisões comuns. Nas eleições da Europa, a pauta ambiental ficou fora dos debates. Foi assim na França, Espanha e Alemanha.” Até o fechamento dessa reportagem, 80 chefes de Estado haviam confirmado participação no evento. O número é alto, mas não constam da lista os pesos pesados. Segundo o embaixador Luis Alberto Figueiredo, secretário executivo da Comissão Nacional para Rio+20, a presença de Barack Obama “pode acontecer”, mas ela ainda é uma incógnita.

Sem a presença dos líderes, a Rio+20 corre o risco de produzir apenas uma carta de intenções. Esse seria o pior cenário para o Brasil, que defende aprovação de metas de desenvolvimento sustentável aplicadas a todos os países, não só aos em desenvolvimento. Em mais de uma ocasião, o secretário-geral da Rio+20, Sha Zukang, mostrou-se preocupado que a crise econômica internacional e as eleições em países como os EUA comprometam as negociações.

O ponto de partida dos debates será um documento elaborado pela ONU chamado “Rascunho Zero”, que tem sido duramente criticado pela superficialidade. No Fórum de Manaus, o coordenador executivo da Rio+20, o francês Brice Lalonde, explicou que o “Rascunho” foi elaborado com sugestões enviadas pelos 193 Estados-membros da ONU. “Se os países não estão felizes com esse documento, deveriam ter enviado sugestões melhores.” Questionado sobre o fantasma do esvaziamento do evento, Lalonde se diz otimista. “A presença de chefes de Estado na Rio+20 vai superar a Rio +92. Seria difícil para os líderes mundiais não comparecerem ao evento.”

Para a alegria dos parlamentares presentes, entre eles, o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), Lalonde afirmou que a Rio+20 será a consagração definitiva do “Bolsa Família”. “O mundo precisa assumir programas concretos para a erradicação da pobreza e adotar o exemplo do Bolsa Família.” Mais tarde, em conversas com jornalistas, FHC se esquivou. “O combate à pobreza é outra coisa. O foco tem que ser o meio ambiente.” O sul-africano Kumi Naidoo se mostrou cético em relação ao sucesso da Rio+20. “Se formos brutalmente honestos, diremos que nossos líderes foram sonâmbulos. Vemos 350 mil vítimas por ano por causa das mudanças climáticas. A Rio+20 tem poucas chances de reverter esse quadro.” Entre os organizadores da Conferência, já existe uma espécie de plano B. Se nada de concreto for definido, os chefes de Estado serão pressionados a pelo menos fortalecer o combalido Programa das

Nações Unidas para Meio Ambiente (Pnuma). Sucateado, o organismo ganharia mais recursos e status político mundial. Se isso acontecer, restaria esperar pela Conferência Rio 2032.

“O Brasil vive um retrocesso na questão indígena e ambiental“, diz cacique Suruí

Em 2007, o líder indígena Almir Suruí ganhou os holofotes mundiais ao fechar uma parceria inédita com o Google, que levou a tecnologia às tribos. Dessa forma, os índios puderam guardar em vídeos e fotos a história da aldeia. Mas a parceria foi além: com smartphones e aparelhos GPS, os índios aprenderam a delimitar suas terras para denunciar desmatamentos ilegais. No ano passado, Suruí foi escolhido pela revista americana Fast Company um dos cem líderes mais criativos do mundo nos negócios. “A esperança do mundo na Rio+20 está na ação do Brasil. O país precisa se preparar não apenas logisticamente, mas também com propostas para o futuro” disse o cacique à Fórum.

Durante o evento, seu discurso será duro com o governo brasileiro. “O papel de Dilma em relação aos povos indígenas é péssimo. Belo Monte foi feita de qualquer jeito. Para presidir o Brasil é preciso respeitar as diferenças.” Para Suruí, o novo Código Florestal brasileiro representa uma ameaça às tribos. “O Código Florestal vai dar incentivo ao desmatamento. E as terras indígenas estão nas regiões que serão mais afetadas.”

“Projeto Desmatamento Zero é resposta ao Código Florestal”

Fórum – Seria melhor adiar a votação do Código Florestal?

Marcelo Furtado, diretor executivo do Greenpeace no Brasil – O adiamento é apenas um indicativo de que a proposta não fala de floresta, e sim do agronegócio. Pior que isso. O Código Florestal não fala de um agronegócio moderno, que concilia sustentabilidade com produção de alimentos, mas sim de um agronegócio retrógrado. A nossa resposta é essa lei de iniciativa popular, a Lei do Desmatamento Zero.

Fórum – Se ficar para junho, o debate sobre o Código não corre risco de cair no esquecimento?

Furtado – A sociedade brasileira vai usar no futuro o Código como um ícone sobre o que vai acontecer com a sustentabilidade no Brasil. A presidenta Dilma tem no colo um dilema indicativo claro do que a sociedade brasileira quer: 80% do país disse que não concorda com o desmatamento

Fórum – O autor do projeto, ex-deputado e ministro Aldo Rebelo (PCdoB-SP) costuma criticar organizações estrangeiras que atuam no Brasil, como o Greenpeace. O que diria a ele?

Furtado – Nós comemoramos 20 anos no Brasil defendendo um país verde limpo. Aldo Rebelo, que gosta muito de História, devia estudar mais. A sociedade brasileira é interligada com os desafios mundiais. O Brasil pode liderar esse debate ou se juntar ao atraso.

Fonte: Revista Fórum/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ambiente/teremos-que-esperar-a-rio-2032/)(<http://envolverde.com.br/ambiente/teremos-que-esperar-a-rio-2032/>)

22/05/2012

Rio+20: o roteiro de Ladislau Dowbor

por Ladislau Dowbor*



Um guia de leituras para compreender os encontros, seu contexto e os caminhos para a sustentabilidade sócio-ambiental – inclusive no Brasil

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/05/c37-300x152.jpg?9d7bd4>

Pontos de referência

Primeiro, se você se sente confuso relativamente à Rio+20, bem vindo ao clube. O desafio, no entanto, é simples. Por um lado, agravam-se os dramas do aquecimento global, da liquidação das florestas originais, da destruição da vida nos mares, da perda de solo agrícola, da redução da biodiversidade, do esgotamento de recursos naturais críticos. Por outro lado, temos um bilhão de pessoas que passam fome, destas 180 milhões são crianças, e destas entre 10 e 11 milhões morrem de inanição ou de não acesso a uma coisa tão prosaica como água limpa, ou seja, 30 mil por dia, dez torres gêmeas em termos de mortes por dia. Morrem no silêncio da pobreza, não rendem o mesmo espetáculo para a mídia. Não estamos matando, deixamos morrer. Um terço da humanidade ainda cozinha com lenha. Já morreram 25 milhões de Aids, enquanto discutimos o valor das patentes. Isto num planeta que graças a tantas tecnologias é simplesmente farto. Produzimos no mundo 2 bilhões de toneladas só de grãos, o que equivale a 800 gramas por pessoa e por dia, sem falar de outros alimentos. Se dividirmos os 63 trilhões de dólares do PIB mundial pelos 7 bilhões de habitantes, são 5400 reais por mês por família de quatro pessoas. Com o que produzimos poderíamos todos viver com paz e dignidade. E temos 737 grupos corporativos mundiais, 75% deles de intermediação financeira, que controlam 80% do sistema corporativo mundial, o que explica o número de bilionários. No conjunto, buscam maximizar os lucros, ainda que o planeta entre em crise financeira e produtiva generalizada. A simplicidade do desafio, é que estamos acabando com o planeta para o benefício de uma minoria. Houston, we have a problem.

Em outros termos, há uma convergência de processos críticos, o ambiental, o social e o econômico. E o denominador comum dos três processos é o problema da governança, de gestão da sociedade no sentido amplo. Sabemos administrar unidades, uma empresa, uma repartição pública, uma organização da sociedade civil. Estamos apenas aprendendo a articular o conjunto para o bem comum, e isto, gostemos ou não, é política. Enfrentamos problemas globais quando as estruturas políticas realmente existentes estão fragmentadas em 194 estados-nação. Ao tripé que aparentemente recolhe a nossa unanimidade – uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável – precisamos portanto hoje acrescentar o pilar da governança, os desagradáveis assuntos políticos, saber quem tomará as decisões, de onde virá o financiamento, como será realizado o seguimento e o controle. A Rio-92 desenhou os desafios do tripé de maneira competente, com a Agenda 21 e as grandes convenções do clima e da biodiversidade. Sabemos sim para onde ir. A Rio+20 terá o desafios mais espinhoso de enfrentar o dilema da governança, da criação de estruturas político-institucionais que façam acontecer. Não é uma opção, é uma necessidade. Com o agravamento dos processos planetários, estamos, como diz Ignacy Sachs, condenados a inovar.

Não tenho na presente nota nenhuma pretensão de apresentar respostas para dilemas deste porte. Mas pareceu-me útil fazer uma pequena resenha de documentos que me têm passado pelas mãos, uma forma prática de facilitar a vida de quem está buscando boas leituras.

Sistematização dos desafios

No geral mesmo, a leitura básica me parece ser o curiosamente chamado Plano B 4.0 de Lester Brown, disponível online e gratuitamente, em português. Trata-se essencialmente de um roteiro que apresenta de

maneira simples cada um dos principais desafios, as medidas necessárias, os seus custos e factibilidade. O subtítulo do livro diz a que vem: Mobilização para salvar a civilização. Como Lester Brown atualiza constantemente os seus textos, estamos na crista da onda. Para quem maneja o inglês, aliás, vale a pena ler o seu pequeno estudo chamado *World on the Edge: how to prevent environmental and economic collapse*, leitura curta e genial que caracteriza a nossa crise civilizatória.

Na linha ainda das visões gerais, uma belíssima consulta online é o *Keeping Track of our Changing Environment: from Rio to Rio+20 (1992-2012)*, também chamado *Geo-5*, publicado pelo PNUMA, que apresenta em gráficos muito didáticos, com curtos comentários, tudo que há de novo desde 1992: população, urbanização, alimentos, gênero, PIB, extração de recursos naturais, emissões, mudança climática, florestas, água, governança, agricultura, pesca, energia, indústria, tecnologia. Um instrumento de trabalho realmente de primeira linha em termos de dados básicos de como tem evoluído a situação do planeta nos últimos 20 anos. www.unep.org/geo/pdfs/keeping_track.pdf.

No plano da análise em profundidade dos mecanismos, uma excelente leitura me parece ser o relatório encomendado pelas Nações Unidas, *Building a Sustainable and Desirable Economy-in-society-in-nature*, estudo que reuniu vários dos melhores especialistas do mundo, como Gar Alperovitz, Herman Daly, Juliet Schor, Tim Jackson e outros. O estudo encara efetivamente os principais mecanismos econômicos que temos de transformar: “Vamos precisar de uma ciência econômica que respeite os limites do planeta, que reconheça a dependência do bem estar do ser humano das relações e correção sociais, e que reconheça que o objetivo final é um bem estar humano real e sustentável, não apenas o crescimento do consumo material. Esta nova ciência econômica reconhece que a economia está situada numa sociedade e cultura que estão elas mesmas situadas no sistema ecológico de suporte da vida, e que a economia não pode crescer para sempre neste planeta limitado.” (iv) <http://bit.ly/ICWaf9>.

Documentos oficiais básicos

Há naturalmente também os documentos oficiais. Podem deixar-nos irritados pelas insuficiências ou timidez, mas de toda forma são leituras necessárias. No plano geral, está o documento base a ser discutido no Rio+20, o chamado [The Future we Want](http://www.uncsd2012.org/rio20/index.php?page=view&type=12&nr=324&menu=23) (<http://www.uncsd2012.org/rio20/index.php?page=view&type=12&nr=324&menu=23>). Está centrado, como se sabe, “na busca da economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza.” Afirma também “a nossa decisão de fortalecer o marco institucional do desenvolvimento sustentável”, e apresenta 15 grandes desafios (segurança alimentar, água, energia, cidades etc.) Trata-se de um documento de 20 páginas, nada que ultrapasse o tempo que ficamos parados na Marginal Tieté. É um importante instrumento de construção de consensos.

Como há fortes debates sobre o que significa “economia verde”, é útil lembrar a definição do PNUMA: trata-se de um desenvolvimento que resulta em “improved human well-being and social equity, while significantly reducing environmental risks and ecological scarcities”, portanto bem-estar humano, equidade social, redução dos riscos ambientais e da escassez ecológica. Como a definição é abrangente, aqui também me parece que o problema não está no ‘verde’, e sim no ‘como’ se atinge os objetivos, na linha da cosmética corporativa ou das mudanças substantivas. As questões relevantes não são semânticas.

O documento brasileiro, “minuta para consultas”, apresenta os desafios do desenvolvimento sustentável, em 24 pontos, que envolvem tanto a erradicação da pobreza extrema e segurança alimentar, como equidade, papel do Estado, produção e consumo sustentáveis, até os temas tradicionais ambientais como água, energia, cidades e semelhantes. O conceito de economia verde é incluído como “economia verde inclusiva”. Segundo os autores, “com este importante ajuste conceitual, seria dado foco num ciclo de desenvolvimento sustentável com a incorporação de bilhões de pessoas à economia com consumo de bens e serviços em padrões sustentáveis e viáveis.”(p.26) O capítulo III apresenta propostas importantes no plano institucional, e o IV resume as “propostas do Brasil para a Rio+20”.No total são 37 páginas, ainda um elenco tentativo de propostas, mas que dá uma boa ideia do que está na mesa de discussões. O link é www.rio20.gov.br/documentos/contribuicao-brasileira-a-conferencia-rio-20/at_download/file.

Os dois documentos acima se apoiaram bastante no texto elaborado pelo painel convocado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, o GSP (Global Sustainability Panel), chamado na versão em espanhol *Gente resiliente em um planeta resiliente: un futuro que vale la pena elegir*. Em 14 páginas, este documento dá conta do recado no sentido de valorizar os pontos chaves dos nossos desafios. Envolve a criação de um conselho global de desenvolvimento sustentável como marco institucional internacional, e dá particular importância à dimensão político-institucional: “O certo é que o desenvolvimento sustentável consiste fundamentalmente em que as pessoas tenham oportunidades para influir no seu futuro, exigir os seus direitos e expressar as suas preocupações. A governança democrática e o pleno respeito dos direitos humanos são requisitos indispensáveis para empoderar as pessoas e conseguir que façam opções

sustentáveis. Os povos do mundo já não tolerarão que se continue a devastar o meio ambiente nem que persistam as desigualdades que ofendam o profundamente arraigado princípio universal da justiça social...Ao mesmo tempo, há que alentar as comunidades locais para que participem ativamente e de forma coerente na conceituação, planejamento e aplicação de políticas de sustentabilidade. Para isto é fundamental incluir os jovens na sociedade, na política e na economia". O resumo executivo em espanhol está em <http://www.un.org/gsp/sites/default/files/attachments/Overview%20-%20Spanish.pdf>.

Os manifestos

Em outro plano de documentos, há o que poderíamos chamar de manifestos éticos. Particularmente interessante é o manifesto de março 2012, assinado por 2800 cientistas reunidos em Londres, no quadro da conferência Planet Under Pressure: new knowledge towards solutions. O documento de 4 páginas apenas, State of the Planet Declaration, é duro e direto: "As pesquisas agora demonstram que o funcionamento contínuo do sistema Terra tal como tem dado suporte ao bem estar da civilização humana nos séculos recentes está em risco. Na ausência de ação urgente, poderemos fazer face a ameaças à água, alimento, biodiversidade e outros recursos críticos. Estas ameaças colocam o risco de crises econômicas, ecológicas e sociais cada vez mais intensas, criando o potencial para uma emergência humanitária em escala global." Segundo os autores, "o desafio que define a nossa era é a salvaguarda dos processos naturais da Terra para assegurar o bem estar da civilização com erradicação da pobreza, redução de conflitos por recursos, e suporte à saúde humana e do ecossistema. Com o consumo se acelerando por toda parte e o aumento da população mundial, já não é suficiente trabalhar com um ideal distante de desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade global tem de tornar-se o fundamento da sociedade." Trata-se aqui de um grito de urgência, que aponta para o que é talvez o nosso maior drama: o hiato entre a compreensão científica dos desafios que vivemos, e o pouco que é apreendido pelas populações em geral, submetidas a informações banais e a um martelar publicitário sem sentido. "Porque a vida é agora", repete a propaganda de um grupo financeiro, como se não houvesse amanhã. <http://dowbor.org/2012/04/declaracao-de-2800-cientistas-sobre-a-situacao-do-planeta.html/>.

Neste campo das tomadas de posição ética, é preciso mencionar também um folheto publicado por Stéphane Hessel, francês de 93 anos, intitulado Indignez-vous, indignai-vos (publicado em inglês como A Time for Outrage). Um herói da resistência ao nazismo, traz com força a denúncia dos absurdos das corporações financeiras, dos sistemas fiscais que privilegiam os ricos, e trazendo apoio a todas as manifestações atuais de indignação, seja nos países árabes ou na Europa e nos Estados Unidos. Texto simples e eloquente, uma denúncia dos absurdos, e um apelo ao bom senso e à revolta. O folheto vendeu em poucos meses mais de 4 milhões de exemplares, e apesar da visão parcialmente centrada na França, tem um apelo universal. A notar também um livrinho de 60 páginas de Stéphane Hessel e de Edgar Morin, Le chemin de l'espérance, (o caminho da esperança), clamando por uma "consciência do momento dramático que vivemos para a espécie humana, dos seus ricos e perigos, mas também das suas chances". As propostas são "por uma política de civilização". Os dois textos mencionados são de 2011, e poderíamos ainda acrescentar o recente livro La Voie (o caminho) de Edgar Morin.

Como apelo universal à ética da sustentabilidade, podemos também incluir o "Chamado aos governos", uma convocação para se elaborar uma Carta de Responsabilidades Universais na Rio+20, como complemento à Declaração Universal dos Direitos Humanos. É apresentado no Fórum Internacional da Ética e Responsabilidade, www.ethica-respons.net, vejam em particular a proposta em português em www.ethica-respons.net/IMG/doc/proposta-para-uma-carta-das-responsabilidades-universais.doc. O chamado, de 5 páginas, é assinado por inúmeras instituições e personalidades. O contato para apoio é edith.sizoo@lc-ingeniris.com. E incluiria também neste grupo o excelente ensaio de Leonardo Boff, Sustentabilidade: o que é – o que não é, publicado em fins de 2011 pela editora Vozes. É uma visão fortemente centrada em valores humanos, a busca do que Paulo Freire chamava de uma "sociedade menos malvada". "O pior que podemos fazer é não fazer nada e deixar que as coisas prolonguem seu curso perigoso. As transformações necessárias devem apontar para outro paradigma de relação para com a Terra e a natureza e para a invenção de modos de produção e consumo mais benignos. Isso implica inaugurar um novo patamar de civilização, mais amante da vida, mais ecoamigável e mais respeitoso, dos ritmos, das capacidades e dos limites da natureza. Não dispomos de muito tempo para agir. Nem muita sabedoria e vontade de articulação entre todos para enfrentar o risco comum". www.leonardoboff.com ou <http://vozes.com.br>.

A questão chave do poder financeiro

Aparentemente sem conexão com a Rio+20, mas que a meu ver tem muito a ver, é a pesquisa do Instituto Federal Suíço de Pesquisa Tecnológica – ETH na sigla em alemão – sobre o poder global de controle das corporações. No essencial, como mencionamos acima, a pesquisa do ETH mostrou que 737 corporações, controlam 80% do sistema corporativo mundial, e nestas um núcleo duro de 147 controla 40% do total, 75% delas corporações financeiras. Na sua quase totalidade são americanas e europeias. Temos por tanto uma visão radicalmente nova do poder corporativo mundial. Note-se que o PIB mundial é da ordem de 63 trilhões

de dólares, enquanto os derivativos emitidos (outstanding derivatives), papéis que dão direito a outros papéis, juros sobre juros – na prática especulação financeira – atingem 600 trilhões de dólares segundo o BIS de Basileia. São papéis com pouco lastro, a procura de liquidez, o que gerou as imensas transferências de governos para bancos privados, o que por sua vez gera grande parte dos cortes em políticas sociais e ambientais do mundo rico. Para facilitar a vida de não-economistas, fizemos uma resenha com as principais conclusões, veja em <http://dowbor.org/2012/02/a-rede-do-poder-corporativo-mundial-7.html/>, são 10 páginas. A pesquisa do ETH foi publicada em outubro de 2011. É importante entender em que contexto econômico e financeiro mundial se dá a Rio+20. Um planeta sustentável com paraísos fiscais e com sistemas especulativos descontrolados sobre commodities, além dos financiamentos irresponsáveis que inundam o mundo de armas sem controle, francamente...

Neste plano, e entrando em defensiva, um conjunto de corporações financeiras lançou a The Natural Capital Declaration, na linha de “finanças inovadoras para a sustentabilidade”. O documento, de 3 páginas, constitui uma importante declaração de princípios “demonstrando nosso compromisso na Rio+20 de trabalharmos para integrar considerações sobre o capital natural nos nossos produtos e serviços financeiros para o século 21”. Comove sem dúvida, e naturalmente esqueceram a dimensão social, e o fato de estarem servindo mais especulação e apropriação de recursos públicos do que fomento produtivo, mas é uma tendência interessante. Está disponível online em <http://bit.ly/Ju2j2j>.

No mesmo plano, e já com iniciativas realmente sérias, Hazel Henderson conduz há tempos um exercício importante de seguimento e avaliação do comportamento ‘verde’ das instituições financeiras, em particular de investidores institucionais como os fundos de pensão. Trata-se de imensos recursos. O sistema de seguimento do Green Transition Scoreboard 2012 mostra que nos últimos cinco anos estes fundos investiram 3,3 trilhões de dólares em energia renovável, tecnologias sustentáveis e semelhantes, com forte aumento de recursos a cada ano. Uma coisa são as motivações: claramente, estes fundos não estão sentindo pânico pela situação do planeta e dos pobres, e sim pela fragilidade dos papéis podres (junk) onde tradicionalmente realizavam aplicações. Financiar atividades ligadas à sustentabilidade aparece como uma alternativa cada vez mais viável em termos estritamente econômicos. Moralismos a parte, a reorientação de fundos especulativos para financiar sustentabilidade é sim absolutamente indispensável para fechar a conta das transformações necessárias. De certa forma, o capitalismo controlado pelo mundo financeiro é extremamente poderoso, mas na medida em que se transformou em cassino instável e improdutivo, de grande visibilidade e rejeição planetária, pode ter nesta dimensão financeira o seu lado mais vulnerável. A realidade é que esses imensos recursos são necessários para uso adequado nas reconversões sociais, ambientais e econômicas que temos pela frente. O Green Transition Scoreboard, que faz o seguimento destas mudanças, é neste sentido muito útil, e o trabalho de Hazel Henderson sempre inspira confiança. O documento está disponível em <http://bit.ly/IGJMGU> ou colocando o nome no Google.

Textos propositivos

No plano mais diretamente propositivo para a Rio+20, temos de dar destaque aos trabalhos de Ignacy Sachs, em particular ao artigo Os desafios da segunda Cúpula da Terra do Rio de Janeiro, publicado no encarte de janeiro 2012 do Le Monde Diplomatique Brasil, <http://dowbor.org/2012/04/sustentabilidade-e-desenvolvimento-o-que-esperar-da-rio20.html>. Sachs, veterano de Estocolmo 1972 e da Rio92, tem os pés bem firmes no chão. Considerando a fragilidade do sistema multilateral de decisões, dá uma importância central a que se aproveite a Rio+20 para traçar um roteiro concreto de planos nacionais de desenvolvimento sustentável, de fontes de financiamento (em particular a taxa Tobin), de sistemas de cooperação técnica por biomas (os semiáridos planetários, por exemplo, que enfrentam desafios muito semelhantes). Ou seja, a Conferência seria um ponto de partida para a construção de políticas nacionais, com sistemas diferenciados de cooperação e articulação com uma nova função das Nações Unidas. O texto de Sachs é o primeiro deste encarte, que apresenta 8 artigos de excelente qualidade, e dá uma visão geral dos desafios. O título geral do encarte é Sustentabilidade e Desenvolvimento: o que esperar da Rio+20.

Na mesma linha, um texto mais antigo nosso de 2010 continua plenamente atual, Crises e Oportunidades em Tempos de Mudança, de 21 páginas, fortemente centrado na convergência das crises, no resgate da dimensão pública do Estado e na capacidade de gestão pública. A parte propositiva, em 12 pontos, envolve o que nos pareceu como um programa mínimo para o resgate da racionalidade e equilíbrio do nosso desenvolvimento. É assinado conjuntamente por Ignacy Sachs, Carlos Lopes e Ladislau Dowbor. Uma versão bem humorada da parte propositiva pode ser encontrada no artigo “Os Dez Mandamentos – Edição Revista e Atualizada”, que traz mandamentos como Não Reduzirás o teu próximo à miséria e semelhantes. O artigo principal está em <http://dowbor.org/2010/01/crises-e-oportunidades-em-tempos-de-mudanca-jan-2.html> e os dez mandamentos em <http://dowbor.org/2010/04/os-dez-mandamentos-edicao-revista-e-atualizada-abr.html>, textos publicados também pelo Instituto Paulo Freire e no Le Monde Diplomatique Brasil.

Para o caso específico do Brasil, um excelente pequeno documento é o “Acordo para o Desenvolvimento Sustentável”, elaborado no quadro do CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e social), como contribuição para a Rio+20. Este pequeno documento sistematiza uma série de propostas de membros do Conselho, de numerosas organizações da sociedade civil, de acadêmicos, de especialistas como Ignacy Sachs, bem como de vários ministérios. É um documento particularmente equilibrado, centrado em grande parte na governança do processo. Acesse em <http://www.cdes.gov.br/documento/3169562/acordo-para-o-desenvolvimento-sustentavel-rio-20-102011.html>.

Cumpra também mencionar o importante documento Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2010 elaborado pelo IBGE. Este balanço estatístico e analítico apresenta uma visão geral dos desafios, em quatro grandes capítulos, que focam a dimensão econômica, social, ambiental e institucional. Este último ponto é importante, pois sem a parte institucional, que envolve as políticas destinadas a tomar as decisões na direção do desenvolvimento sustentável, pouca coisa pode acontecer. De certa forma, trata-se de trabalhar com os quatro pilares, e não mais apenas com o tripé, o que envolve mudanças no processo decisório concreto. No conjunto são 55 grupos de indicadores, com breve análise. Na Rio+20 será apresentado o IDS-2012, com 62 grupos de indicadores e um avanço significativo na parte ainda relativamente mais fraca que é a institucional. Queria aqui reforçar a importância de se recorrer a este documento, que nos traz os dados primários concretos, quando a discussão frequentemente tende a se referir a dados afetados por visões ideológicas. http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default_2010.shtm.

Evidentemente não é o lugar aqui de entrar no conjunto das propostas setoriais, referentes ao clima, água, florestas, saúde, educação e assim por diante. Há aqui inúmeras contribuições brasileiras acessíveis online, por exemplo de Ricardo Abramovay, de José Eli da Veiga e tantos outros. Há também a bela contribuição Os 50 + Importantes Livros em Sustentabilidade, da Universidade de Cambridge, publicado pela Editora Peirópolis em 2012. Leituras não faltam. Os textos que apresentamos acima ajudam sim na formação de uma visão de conjunto dos desafios e de a que vem a Rio+20 nas suas dimensões essenciais.

Um complemento apenas relativamente ao que me parece ainda as áreas mais fracas: neste mundo urbanizado, independentemente das grandes políticas planetárias e nacionais, há um imenso espaço para que cidades, individualmente ou em rede, façam a lição de casa. Esta é uma dinâmica em curso, envolvendo milhares de cidades pelo mundo afora, criando uma construção sustentável pela base. Não é suficiente, sem dúvida, mas cria gradualmente novas dinâmicas ao demonstrar de forma prática que um outro desenvolvimento é possível e funciona.

Igualmente frágil é a área de contas que façam sentido. O PIB não só é tecnicamente frágil, como induz a uma visão deformada do progresso. Temos de contabilizar o que realmente conta. Lembro-me de ter visto em Johannesburgo na África do Sul, painéis em lugares públicos que em vez de veicularem mensagens publicitárias informavam a população local sobre a evolução de indicadores essenciais como a mortalidade infantil, conexões de esgotos, acesso à água e assim por diante. Precisamos passar a medir o que realmente importa.

Outro eixo a ser fortemente expandido, o da participação política, está bem resumido na nota de Laura Rival, da Universidade de Oxford, para o UNRISD: “Para que as pessoas possam exercer as suas capacidades políticas, precisam antes reconhecer-se como cidadãos, mais do que como beneficiários ou clientes. Adquirir os meios de participar demanda também processos de educação popular e de mobilização que possa reforçar as habilidades e a confiança de grupos marginalizados e excluídos, dando-lhes meios para se engajarem em arenas participativas.” <http://bit.ly/K6sAtw>. Não há “bala de prata” para assegurar a cidadania: envolve educação, inclusão produtiva, mídias democratizadas, acesso às tecnologias, segurança pessoal e assim por diante. É o desafio maior.

* **Ladislau Dowbor**, é doutor em Ciências Econômicas pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, professor titular da PUC de São Paulo e da UMESP, e consultor de diversas agências das Nações Unidas. É autor de “Democracia Econômica”, “A Reprodução Social”, “O Mosaico Partido”, pela editora Vozes, além de “O que Acontece com o Trabalho?” (Ed. Senac) e co-organizador da coletânea “Economia Social no Brasil” (ed. Senac) Seus numerosos trabalhos sobre planejamento econômico e social estão disponíveis no site <http://dowbor.org>.

** *Publicado originalmente no site do Mercado Ético*(<http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/entender-a-rio20-leituras-sobre-os-desafios/>).

Fonte: Mercado Ético/[Envolverde](http://envolverde.com.br/economia/artigo-economia/entender-a-rio20-leituras-sobre-os-desafios/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=22)(http://envolverde.com.br/economia/artigo-economia/entender-a-rio20-leituras-sobre-os-desafios/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=22)

22/05/2012

O poder do agronegócio sobre os Estados na Rio+20

Economista aponta agroecologia como via para superar o superpoder das transnacionais da agricultura

por Eduardo Sá, do Brasil de Fato



O aumento das informações sobre impactos ambientais resultam no aumento das críticas aos modelos de desenvolvimento.

Foto: João Zinclar

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/05/c5.gif?9d7bd4>

Com vasta experiência na área agroecológica no Brasil, o economista Jean Marc Von Der Weid participou junto à sociedade civil da ECO 92 e vem acompanhando desde a década de 1980 os movimentos ambientais no Brasil. Atualmente é coordenador de Políticas Públicas da ONG Agricultura Familiar e Agroecologia (AS-PTA) e membro da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Nesta entrevista ele fala sobre a perspectiva de fracasso da Rio+20, as forças políticas e interesses que estão em xeque, a falsa visão ambiental da economia verde e aponta a agroecologia como solução para muitos problemas climáticos e energéticos no planeta. Segundo o estudioso e militante, a tendência é uma regionalização da cadeia produtiva alimentar e a potencialização da agricultura familiar para garantir a alimentação dos povos.

Você pode primeiro contextualizar o evento que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992 e os compromissos que foram cumpridos ou não nestes 20 anos? As diferenças entre 1992 e a Rio+20 são radicais e contraditórias. Porque hoje você tem muito mais crítica sobre o modelo de desenvolvimento e o sistema capitalista no mundo, e muito mais informação dos impactos ambientais. No entanto, naquela altura havia mais interesse dos governos em discutir esses problemas e enfrentar as questões. É paradoxal, mas é assim. Hoje as multinacionais e grandes empresas estão atuando a fundo tanto nos espaços nacionais para definir as políticas e programas de seus governos na Rio+20, como participando das delegações oficiais e criando espaços paralelos de debate. Houve uma série de resoluções importantes do ponto de vista do meio ambiente e do desenvolvimento em 92, que hoje em dia não tem nada similar sendo discutido: a Convenção da Biodiversidade e a do Clima, a própria Agenda 21, etc..

De lá para cá existe, tanto na questão climática, quanto na biodiversidade, um processo de erosão das decisões que foram tomadas, as resoluções foram esvaziadas paulatinamente. A questão do clima se transformou depois na reunião de Copenhague, que rigorosamente não tem mais nenhum tipo de compromisso internacional que seja levado a sério. E o governo estadunidense nunca entrou nos compromissos internacionais sobre a questão climática. O resultado é uma porcaria, e sequer envolve o compromisso dos estadunidenses em aplicar as tais resoluções.

A construção da questão ambiental está muito mais enfraquecida. A fórmula da Rio+20 tem evitado fazer um balanço do que aconteceu nos últimos 20 anos, e o balanço é lamentável. Você tem algo oficioso pela ONU que pega todos os acordos feitos de 1992 para cá e sucessivas reuniões daquelas decisões. Mas não tem nenhuma situação de progresso internacional do ponto de vista objetivo, e nem do arcabouço jurídico institucional que deveria reger essas mudanças. Pelo contrário, e o resultado é que houve uma aceleração do processo de aquecimento global. Na questão da biodiversidade, estamos perdendo espécies mais

rapidamente, sobretudo porque entrou em jogo a produção transgênica, que foi um arraso em relação à variedade genética. E várias outras coisas, como perdas de solo e água.

Até que ponto vai a influência da participação corporativa nas negociações?

A iniciativa empresarial apagou o que estava acontecendo e simplesmente começou tudo de novo. Em 1992 instituiu-se a ideia de desenvolvimento sustentável, que sempre foi complicada. O princípio era interessante, mas quando se define sustentabilidade cada um dá a sua definição. A Monsanto e a Coca Cola dizem que o que elas fazem é sustentável, por exemplo. Quando você não tem um critério estabelecendo um conceito universal, cada um faz e fala o que bem entende. Atualmente está sendo lançado um novo conceito de economia verde que, na prática, é mais do mesmo pintado de verde. Transgênicos e agrotóxicos são apresentados como economia verde.

Estamos num momento muito ruim do ponto de vista do destino da humanidade, porque os governos estão extremamente enfraquecidos. Essa é outra grande diferença de 92, quando havia uma expansão da economia internacional que praticamente só fez acelerar até 2008. Se você descontar a economia da China e da Índia, que ainda se mantêm em expansão acelerada, embora o ritmo tenha diminuído, o resto do mundo está paralisado. Não é um bom momento para você falar em reformar o sistema e aplicar recursos para mudar a base produtiva, porque os governos não vão mudar. Eles querem manter as coisas como estão, e rezar para que o meio ambiente não reclame.

A tendência é que não ocorram avanços na Rio+20?

Os organizadores acham que não vai ter avanço. O francês Brice Lalonde, que é secretário da Rio+20, disse em público que confiava na sociedade civil para agitar a Conferência. Mas a sociedade civil não está imune aos problemas que o conjunto da economia mundial está passando. Muitas organizações sociais estão na defensiva tentando segurar os direitos conquistados ao longo de 50 anos, porque a contraofensiva patronal hoje na crise financeira é para derrubar os direitos dos trabalhadores. A receita aplicada na Grécia é a ameaça para todo mundo. E ao mesmo tempo as empresas não perdem nada, pelo contrário, com a ameaça de quebra o Estado sai bancando o prejuízo. Os bancos são os primeiros beneficiários, os grandes gerentes do sistema financeiro internacional continuam ganhando uma baba sem restrição nenhuma. Por outro lado, você tem muito mais capital de conhecimento acumulado pela sociedade civil, principalmente científico, nos temas chave de 92 e hoje. A agroecologia ainda não tinha a segurança que tem para dizer que não é uma aposta, e sim alternativa clara para o desenvolvimento. Experiências apontam saídas e soluções para a nossa crise sócio- econômica-ambiental.

Você falou que a gente vive uma crise ambiental sem precedentes. Quais são as questões mais graves que a humanidade enfrenta hoje?

Você tem dois tipos de riscos, um ambiental e outro econômico energético. A questão ambiental mais grave, nos próximos 50 anos, é o aquecimento global, cujos efeitos são devastadores e em múltiplas direções. Começando por desestabilizar o sistema produtivo agrícola de forma brutal, e tudo com consequência direta na segurança da humanidade. O aquecimento global pega pesadamente na qualidade da água e quantidade e qualidade de alimentos. A agricultura está no coração dos problemas energéticos e do aquecimento global, mas ninguém está discutindo o que vai acontecer do ponto de vista energético nos próximos tempos.

Uma das propostas da economia verde na energia é você substituir combustíveis fósseis por eólico, hidroelétrico, hidráulico, etc. Mas não é discutido a fundo o quanto precisa fazer e em que velocidade para responder os problemas de queda na oferta de energia nos próximos 30 anos. Há uma avaliação cada vez mais generalizada de que a era do petróleo e gás está acabando, e as implicações são absolutamente colossais para a humanidade. Não há ainda nenhuma alternativa verde que dê conta dessa perda. Os custos vão ser muito mais altos, e a dificuldade de implantação vai exigir um tempo de transição muito grande. A crise vai pegar mesmo no fígado.

E o Brasil está vindo com o pré-sal na contra mão da história...

Nós estamos achando petróleo numa quantidade razoável porque as descobertas no mundo são cada vez menores e o consumo vem crescendo muito rápido. A tendência geral é de queda e custos mais altos com impacto enorme na economia. Isso vai desorganizar a economia do mundo como um todo. O sistema alimentar mundial, hoje, tem um custo energético monstruoso para produzir, processar, transportar e uma perda colossal no consumo. Tem desperdício ao longo da cadeia, mas o desperdício final, sobretudo nos países mais desenvolvidos, vai além de 30%. Dados apontam para um desperdício de alimentos nos Estados Unidos é dez vezes superior ao da África subsaariana. O sistema mundial foi bolado num período de baixíssimo custo de transporte, com petróleo a preço de banana. O custo médio nos Estados Unidos de um alimento normal no prato de um americano é de 5 mil milhas de viagem. No Canadá são 12 mil em média, então esse tipo de situação vai ser completamente desarticulada e desorganizada. E se fizer

biodiesel e álcool combustíveis, vai pegar na cadeia alimentar pesadamente. O Fidel Castro fez uma comparação dizendo que o álcool combustível, com esse negócio do biodiesel, é botar em concorrência a alimentação do pobre com o carro do rico.

Você falou da crise climática e uma crise energética, e as duas estão associadas...

Enquanto você não tem uma solução energética de combustíveis fósseis, a tendência é o mundo usar até o limite. Na medida em que o petróleo está ficando caro, por exemplo, está voltando a se utilizar o carvão que é o maior emissor de gases de efeito estufa. É um círculo vicioso. A aceleração do processo de substituição não pode vir simplesmente pela extinção do que existe, você tem que antecipar com alguma solução que evite uma situação dramática. Os recursos naturais renováveis têm a ver, por exemplo, com as estruturas: água, solo, biodiversidade, que são altamente ameaçadas. Nos anos 90 já tinha perda de aproximadamente 46% de toda a área cultivada em culturas anuais. São em torno de 2 bilhões de hectares de área de cultivo, e em torno de 12% já está inviabilizado para produção. Os índices mais pesados são os da agricultura convencional, o agronegócio, até porque são os que ocupam as melhores terras do mundo. E a água está acabando por várias razões, entre elas o aquecimento global, que está interferindo, por exemplo, nos sistemas de irrigação na Índia e em todos os países dos Andes. Estes dependem desde o tempo dos incas do derretimento da neve na estação do verão para alimentar os rios e córregos para fazer irrigação. O problema é que atualmente você tem invernos em que não neva. Na Índia é pior ainda, porque os glaciários do Himalaia estão derretendo e quando acabar o Ganges seca.

Quais experiências propõem uma alternativa para essa crise energética e climática que você está desenhando?

Na verdade não há nenhuma solução elaborada que permita você dizer que tem um modelo econômico macro, em grande escala, que responda a essas questões mundialmente. Uma coisa fundamental que já vem sendo batida desde o relatório de 1972 é a necessidade de alterar o modelo de consumo do mundo. A começar pelo consumo energético como, por exemplo, a civilização do automóvel individual que está condenada. Você tem que criar uma sociedade que funcione com o transporte público e circuitos mais econômicos. Porque o automóvel, em particular o dirigido por uma pessoa, é uma das coisas de pior eficiência energética que você pode achar no mundo. E outras coisas, como no consumo alimentar esse negócio da milhagem. A pessoa vai ter que se alimentar de acordo com o que é possível produzir com a menor distância possível para ela consumir. Então você vai alterar os regimes alimentares mundo afora, realocar o sistema alimentar e, inclusive, mudar as dietas.

Do ponto de vista da produção, na agricultura o futuro é claramente a agroecologia. É um sistema de balanço energético positivo. Nos Estados Unidos, para cada caloria servida ao freguês você investe 10. Com o sistema agroecológico você vai reduzir a emissão de gases de efeito estufa, segurar as questões de destruição de solo e a economia no uso de água, além da conservação de biodiversidade. A agroecologia pode ser operada em níveis muito variados. É um sistema múltiplo de cultivos e criações intercalados com vegetação nativa manejado de uma forma sistêmica. A estratégia da agroecologia é mimetizar os sistemas naturais, você se aproxima da diversidade natural para usar o seu sistema produtivo. É a melhor produtividade possível por área, mas tem uma série de restrições. Para você manejar um sistema altamente diversificado e complexo, você vai precisar de mão de obra qualificada. E vai ter um limite da quantidade de área por mão de obra utilizada, pois são sistemas em que o nível de mecanização é baixo. Uma proposta agroecológica no limite de seu potencial de diversidade é, por exemplo, o sistema de Fukuoka, no Japão, cujo cultivo é misturado dentro do mato. Tudo é essencialmente manual, não tem absolutamente nenhuma operação mecanizada. Mas você pode fazer coisas intermediárias, não deixa de ser agroecológico, mas certamente o nível de eficiência é menor pois o ideal é o máximo de diversidade de sistema.

Para você fazer um sistema altamente produtivo de agroecologia vai precisar de agricultores familiares, que são os que têm interesse e conhecimento. Não é um sistema que opere bem com mão de obra assalariada, pois esta só funciona com tarefas simples como cortar cana, colher maçã, conduzir o gado, etc. Se você vai pedir uma tarefa extremamente complexa ele não tem interesse, porque vai ganhar igual por hora de trabalho. E é o trabalho não alienado, com interesse direto de quem vive daquilo e de tudo que ele acumulou de conhecimento para fazer aquele negócio. Há uma simbiose perfeita entre a agroecologia levada a seu limite máximo e a agricultura familiar. Isso significa que no futuro precisa de muito mais agricultura familiar do que você tem hoje.

Isso é uma solução para o inchaço das cidades?

Com certeza, mas a questão dos Estados Unidos, por exemplo, é que eles têm 2 milhões de agricultores e precisariam botar 38 milhões no campo. Não é uma coisa que você faça de uma hora para outra, nem que faça bem. Quando a crise se colocar, eles vão precisar de gente para produzir alimentos e não vão ter, pois os desempregados nas cidades não têm conhecimento. Cuba é um bom exemplo de crise energética, pois viveu numa porrada só o que o mundo está vivendo aos pouquinhos: a perda da energia fóssil. Eles

dependiam do petróleo russo para operar e de repente parou tudo do dia para noite, porque a agricultura era toda mecanizada. Eles tiveram que reformar o sistema produtivo de grandes fazendas mecanizadas em propriedades familiares cooperativas. O grande problema foi achar gente, é uma operação complicada porque se perdeu conhecimento. E a nossa situação dramática no Brasil é um processo de perda de conhecimento muito grande, porque a reforma agrária estancou. No período do Lula houve uma evasão violenta de juventude no campo, e quem é que vai herdar o conhecimento e continuar a tocar as coisas?

O agronegócio está bem estabelecido no campo brasileiro?

Ainda tem uma área grande na mão da agricultura familiar, mas a tendência, até por pressão do governo, é mecanizar isso também. Aquele programa “Mais alimentos”, que os movimentos chamam de “mais trator”, levou a mecanização pesada principalmente no sul. Mas em muitos lugares significou que o cara para mecanizar tem que fazer monocultura, imediatamente um puxa o outro. Nós temos um patrimônio cultural e um campesinato bastante rico, mas estamos vivenciando um processo de erosão de conhecimento e de abandono do campo. No meu cálculo, para o Brasil seriam necessárias 15 milhões de famílias para o desenvolvimento agroecológico, e atualmente a agricultura familiar deve ter 4,5 milhões. No governo Lula você tinha expectativa de fortalecer a agricultura familiar e apertar um pouco os impactos do agronegócio, mas não aconteceu. O agronegócio está nadando de braçada e ganhou força, e querem impor o Código Florestal. Vamos ver se a Dilma vai ter coragem de vetar.

Você pode fazer uma radiografia da agroecologia no Brasil?

A agroecologia deve ter cerca de 40 anos. O nosso programa foi um grande impulsionador da agroecologia no Brasil, quando começou em 1983 ainda era algo confinado a alguns profissionais das ciências agrárias isoladas. Uma garotada da Federação dos Estudantes de Agronomia, os grupos de agricultura ecológica, era um troço pequeno. Naquela altura você tinha a agricultura orgânica na direção da agroecologia com a biodinâmica. De lá para cá houve um avanço muito grande da agroecologia, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) é uma expressão de movimento agroecológico significativo que envolve tudo: conhecimento tradicional, indígena, inovações da agricultura familiar e científica, etc. Existem exemplos suficientes pelo país afora, não só em outros países do mundo, que mostram o sucesso da Agroecologia. São várias sistematizações que têm uma eficiência maior que o sistema tradicional. Existem óticas e interpretações variadas porque, por exemplo, tem áreas com uma influência maior do sistema de produção orgânico, que está mais preocupado em produzir para um nicho de mercado, pois paga mais caro, mas acho que limita um pouco o sistema de produção agroecológico: poucos agricultores para poucos consumidores.

O sistema de agricultura orgânica no mundo padece desse impasse, porque o sistema de regulação, de certificação, é um sistema de produção de mercado em muitos lugares. Eu vi isso na França. Quando teve a crise da vaca louca houve um hiperamento de demanda para produtos orgânicos. E o presidente da Federação de Produtores de Agricultura Orgânica disse que estavam cheios de agricultores, mas o sistema de certificação apertou os critérios de conversão. Freou a capacidade de novos orgânicos entrarem no mercado.

Quais as dificuldades da aproximação da agricultura familiar com a agroecologia?

O agricultor familiar enfrenta muitas barreiras com a legislação sanitária, porque é montada para beneficiar grandes extensões. E para conversão de um agricultor à agroecologia você precisa mostrar que o meio ambiente é importante para ele produzir para ganhar. Frequentemente você entra com diminuição de custo de produção, tirando o agrotóxico, produzindo com semente crioula e sem adubo químico. E a tendência desses insumos é aumentar a um ponto que o cara vai ver que esse sistema mais integrado não só vai reduzir os custos de produção, como aumentar a produtividade. E, sobretudo, diminuir o risco. Aos poucos ele começa a ver que os elementos ambientais jogam um papel no sistema agroecológico: primeiro deles é a conservação do solo.

Então o maior desafio da agroecologia é a capacitação?

Capacitação. E acho que tem uma questão pedagógica, uma abordagem correta é conseguir mostrar passo a passo que essas práticas têm um impacto importante no ponto de vista de custo, de risco, de benefício para saúde e econômico. Isso é uma questão fundamental.

** Jean Marc Von Der Weid é economista e participou da ECO 92. Atualmente é coordenador de Políticas Públicas da ONG Agricultura Familiar e Agroecologia (AS-PTA) e membro da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).*

*** Publicado originalmente no site do [Brasil de Fato](http://www.brasildefato.com.br/node/9444)(<http://www.brasildefato.com.br/node/9444>).*

Fonte: Brasil de Fato/[Envolverde](http://envolverde.com.br/economia/entrevista-economia/o-poder-do-agronegocio-sobre-os-estados-na-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=22)(http://envolverde.com.br/economia/entrevista-economia/o-poder-do-agronegocio-sobre-os-estados-na-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=22)

22/05/2012

Brasil vai apoiar fortalecimento do Pnuma na Rio+20, garante ministra

por Redação EcoD



Ministra Izabella Teixeira garantiu que o Brasil vai apoiar o fortalecimento da agência, durante lançamento de relatório da ONU.

Foto: Diego Blanco/Unic Rio

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/05/t15.jpg?9d7bd4>

Em vez de apoiar a criação de um novo órgão ambiental da ONU (Organização das Nações Unidas), o governo brasileiro vai defender na Rio+20 (Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável) o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). A garantia foi dada na sexta-feira, 18 de maio, pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, durante o lançamento do relatório Povos Resilientes, Planeta Resiliente – um futuro digno de escolha.

“Queremos o fortalecimento e uma discussão para o melhor formato do Pnuma. A criação de uma agência não significa o melhor formato. Entendemos que a proposta da criação de uma agência, como está formulada, é insuficiente para lidar com os desafios que estão sendo colocados no processo de negociação da Rio+20”, justificou a ministra.

Segundo Izabella, o Brasil apoia uma reforma pela qual todos os países do mundo façam parte do programa (hoje são 58), com contribuição compulsória (hoje são voluntárias). Além disso, afirmou a ministra, deverão ser discutidos modelos e instrumentos de governança do Pnuma e a forma de integrar todas as ações ambientais levadas adiante por todo o Sistema ONU, incluindo Pnud, Unesco, Unicef e demais órgãos.

“O Brasil quer estes temas na mesa, explícitos. Quando estas questões estiverem equacionadas devemos discutir o melhor formato. As amarras precisam estar claras para que a governança do Pnuma seja de fato real, o que ainda não está claro no processo de renovação”, observou a ministra.

* Publicado originalmente no site [EcoD](http://www.ecodesenvolvimento.org.br/posts/2012/maio/brasil-vai-apoiar-fortalecimento-do-pnuma-na-rio)(<http://www.ecodesenvolvimento.org.br/posts/2012/maio/brasil-vai-apoiar-fortalecimento-do-pnuma-na-rio>).

Fonte: EcoD/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/brasil-vai-apoiar-fortalecimento-do-pnuma-na-rio20-garante-ministra/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=22)(http://envolverde.com.br/noticias/brasil-vai-apoiar-fortalecimento-do-pnuma-na-rio20-garante-ministra/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=22)

22/05/2012

Ban Ki-moon quer que Rio+20 ajude a criar novo modelo econômico

Secretário-geral da ONU afirmou que é necessário apostar em novas políticas de economia verde da EFE



Ban Ki-moon defendeu um replanejamento profundo do atual modelo econômico. Foto de outubro de 2011

Foto: AP

Fonte: <http://i0.ig.com/bancodeimagens/ax/f1/si/axf1sij3x21bcbs99nvgkve8l.jpg>

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, pediu nesta terça-feira (22) que a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável ([Rio+20](http://ultimosegundo.ig.com.br/rio20/)) seja aproveitada para se criar um novo modelo econômico e incentivar a economia verde como ferramenta para a criação de empregos decentes em todo o mundo.

"Acima de tudo, temos que realizar um replanejamento profundo do atual modelo econômico e apostar em novas políticas de economia verde", disse Ban no início de um debate organizado na Assembleia Geral da ONU para discutir a realização da Rio+20.

Veja a cobertura completa sobre a conferência [Rio+20](http://ultimosegundo.ig.com.br/rio20/), que acontece em junho

Para o principal responsável da ONU, é primordial que na reunião, que será realizada entre 20 e 22 de junho no Rio de Janeiro, seja alcançado um consenso para tornar o desenvolvimento sustentável uma prioridade, o que proporcionará "um futuro de maior prosperidade e crescimento justo num planeta saudável para nós e as próximas gerações".

Ban encorajou todos os participantes a "conseguir acordos e impulsionar ações audazes" em diferentes assuntos, como segurança alimentar – é preciso defender o objetivo de "fome zero", disse –, energia limpa, acesso universal à água potável e criação de empregos.

"Dentro do contexto de desenvolvimento sustentável, a economia verde deve ajudar a gerar empregos decentes, especialmente para os quase 80 milhões de jovens que ingressam no mercado de trabalho a cada ano", afirmou o secretário-geral.

Ban defendeu que para incentivar o mercado de trabalho se deve defender "a importância da educação" e destacou que ela é "o pilar básico de qualquer sociedade", além de ser um ingrediente indispensável para conseguir "avanços sociais e criar emprego".

Ban reconheceu que as negociações para a redação do documento que será elaborado na cúpula estão confusas, mas pediu aos participantes um maior compromisso e uma "visão global", e não "o exame microscópico de um texto".

"Chegou a hora de uma liderança ambiciosa, de se concentrar no que realmente importa pelo bem do planeta", disse Ban.

O subsecretário-geral de Meio Ambiente, Energia e Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Alberto Figueiredo Machado, também participou da reunião na ONU.

"Temos que nos unir para decidir que futuro queremos para os próximos vinte anos", disse em seu discurso.

Oceanos

Ban Ki-moon também pediu aos participantes da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) que façam o máximo possível para que a cúpula resulte em um maior compromisso para conservar o "frágil" estado dos oceanos.

"A Rio+20 deve fomentar a melhora da gestão e conservação dos oceanos para frear a pesca excessiva, expandir as áreas marinhas protegidas e reduzir a poluição dos oceanos e o impacto da mudança climática", disse Ban em sua mensagem por ocasião do Dia Internacional da Diversidade Biológica.

Ban pediu assim aos governos que trabalhem unidos para conseguir compromissos no Brasil para cumprir em 2020 o objetivo de proteger 10% das áreas marítimas e litorâneas do mundo e proteger assim a biodiversidade marinha.

Fonte: [iG > último Segundo > Notícias > Ciência > Meio Ambiente > Especial Rio+20\(http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/2012-05-22/ban-kimoon-quer-que-rio20-ajude-a-criar-novo-modelo-economico.html\)](http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/2012-05-22/ban-kimoon-quer-que-rio20-ajude-a-criar-novo-modelo-economico.html)

22/05/2012

ONU pede que Rio+20 tenha mais discussão sobre preservação dos oceanos

Secretário-geral Ban Ki-Moon alerta para a necessidade de medidas de proteção para evitar extinção de espécies e para reverter o "frágil" estado atual dos mares

com EFE

Exposição 'Oceanos'

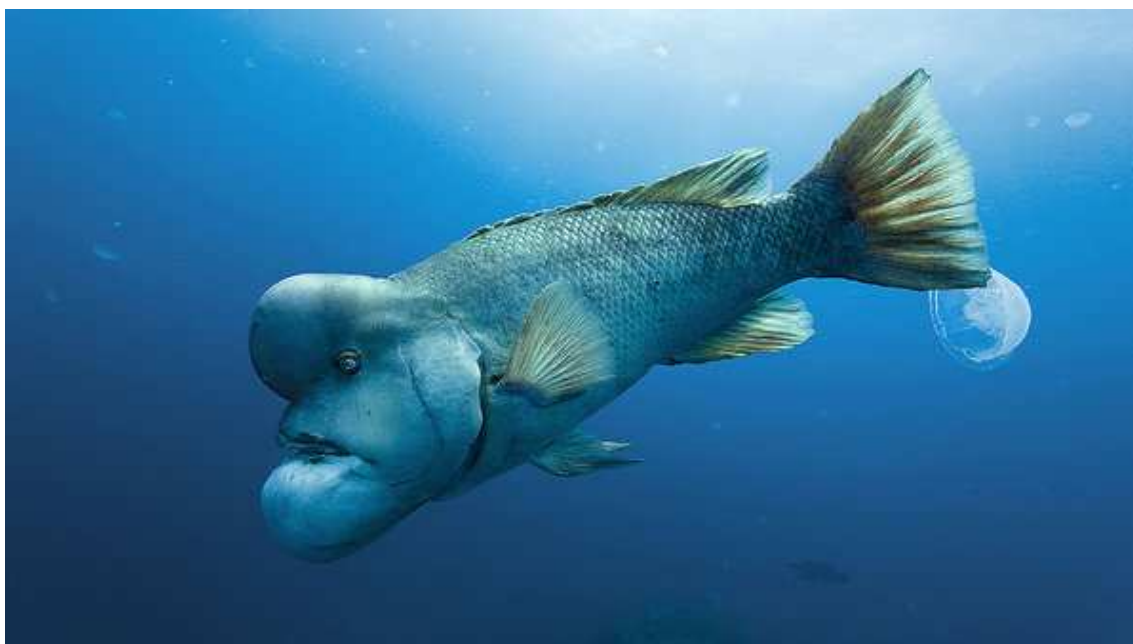
No Centro Cultural dos Correios, no Rio de Janeiro, mostra reúne 35 fotos inéditas do fundo do mar, feitas pela equipe do filme *Océans*, ganhador do prêmio César, uma espécie de Oscar da França, na categoria melhor documentário



Mergulhador no meio das medusas, *Chrysaora fuscescens*, Califórnia

Foto: Divulgação/Richard Herrmann

Fonte: <http://veja.abril.com.br/multimedia/galeria-fotos/slideshow/exposicao-oceanos>



Jamanta, *Manta birostris*, ilha Socorro

Foto: Divulgação/Richard Herrmann

Fonte: <http://veja.abril.com.br/multimedia/galeria-fotos/slideshow/exposicao-oceanos>



Iguana-marinha, *Amblyrhynchus cristatus*, Ilhas Galápagos

Foto: Divulgação/Pascal Kobeh

Fonte: <http://veja.abril.com.br/multimedia/galeria-fotos/slideshow/exposicao-oceanos>

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon (<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/secretario-geral-da-onu-critica-ritmo-lento-das-negociacoes-para-a-rio-20>), pediu nesta terça-feira que os participantes da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20 (<http://veja.abril.com.br/tema/rio-20>), façam o máximo possível para que a cúpula resulte em um maior compromisso para conservar o "frágil" estado dos oceanos. "A Rio+20 deve fomentar a melhora da gestão e conservação dos oceanos para frear a pesca excessiva, expandir as áreas marinhas protegidas e reduzir a poluição dos oceanos e o impacto da mudança climática", disse Ban Ki-Moon, em sua mensagem por ocasião do Dia Internacional da Diversidade Biológica.

Este ano a data é dedicada à biodiversidade marinha, o que certamente motivou as declarações do secretário-geral da ONU. Ki-Moon defendeu que o mundo tenha uma oportunidade idônea de salvaguardar as áreas marinhas e os litorais do mundo durante a Rio+20, que será realizada no Rio de Janeiro entre os dias 20 e 22 de junho. Ele pede que os governos trabalhem unidos para conseguir compromissos no Brasil para cumprir em 2020 o objetivo de proteger 10% das áreas marítimas e litorâneas do mundo e proteger assim a biodiversidade marinha.

Ban Ki-Moon afirmou também que o principal problema que a biodiversidade marinha enfrenta atualmente é, ao contrário do que ocorre com a terra, onde 15% da superfície está protegida, o fato de apenas 1% dos ambientes marítimos estarem preservados. "É preciso fazer mais nesse sentido", afirmou. Na manhã desta terça-feira, [Ban Ki-Moon fez críticas ao "ritmo lento" das negociações](http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/secretario-geral-da-onu-critica-ritmo-lento-das-negociacoes-para-a-rio-20) (<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/secretario-geral-da-onu-critica-ritmo-lento-das-negociacoes-para-a-rio-20>) para o documento principal da Rio+20.

"Tomando ações em nível nacional, regional e global, em 2020 poderemos ter conservado 10% das áreas marítimas e litorâneas do mundo, um passo crucial para proteger a biodiversidade marinha", defendeu o sul-coreano.

Apesar do que caracterizou como "frágil" estado dos oceanos em consequência do "impacto humano", Ban reconheceu que ainda 'há lugar para a esperança', pois ficou demonstrado que, no momento em que "as ameaças humanas se reduzem ou deixam de existir", os espaços marítimos se recuperam.

"Foram obtidos alguns avanços, particularmente com o estabelecimento de reservas marinhas em grande escala e de áreas de documentação ecológica e biológica em pleno oceano e nas profundezas marinhas, mas agora temos de avançar nessas conquistas", declarou o secretário-geral.

Em 2000, a Assembleia Geral da ONU proclamou 22 de maio como o Dia Internacional da Diversidade Biológica, como um modo de aumentar a compreensão e a consciência sobre as questões relativas a esse campo.

Fonte: [VEJA.COM > Notícias > Meio Ambiente](http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/onu-pede-mais-discussoes-sobre-protecao-dos-oceanos-na-rio-20)(<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/onu-pede-mais-discussoes-sobre-protecao-dos-oceanos-na-rio-20>)

23/05/2012

Ban destaca sete pontos importantes para o desenvolvimento sustentável

por Redação EcoD



Ban Ki-Moon comenta sobre assuntos em prol da sustentabilidade.

Foto: Eskinder Debebe

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/05/c413.jpg?9d7bd4>

“O ritmo atual das negociações está enviando todos os sinais errados”, analisou o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon. Segundo o líder, as organizações do mundo devem repensar o atual modelo econômico e criar novas estratégias e políticas de economia verde.

A análise foi realizada durante o debate “O Caminho para a Rio+20 e Além”, organizado pela Assembleia Geral, na terça-feira, 22 de maio, em Nova York. No discurso de abertura do evento, Ban lembrou que falta um mês para a Rio+20 e que as negociações para o documento final da cúpula não estão ocorrendo na velocidade prevista. Ele solicitou agilidades aos países.

Para o secretário-geral, questões menores estão atrapalhando o avanço. “Não podemos deixar que um exame minucioso do texto nos faça fechar os olhos para uma visão mais ampla da questão”, frisou.

Ban Ki-Moon destacou sete pontos fundamentais em que as resoluções devem se concentrar:

Emprego decente, especialmente para 80 milhões de jovens que ingressam na força de trabalho anualmente;

Segurança alimentar e agronomia sustentável. O objetivo deve ser “fome zero” e “segurança alimentar para todos”;

Apoio ao acesso universal de fontes limpas e eficientes de energia;

Acesso universal a água potável e saneamento, que caminham juntos com a redução de pobreza e metas de saúde;

Guia para as políticas de preservação e uso sustentável dos oceanos;

Fortalecer instituições que apoiem o desenvolvimento sustentável em todos os níveis (social, econômico e ambiental) e fortalecer o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), além de promover melhor governança interna para o desenvolvimento sustentável;

Avançar no processo de definição de metas para o desenvolvimento sustentável para o desenvolvimento global pós 2015.

O secretário-geral também comentou que os países não devem perder a oportunidade de criar consenso e englobar a sociedade civil, as autoridades locais e o setor privado para os problemas que o planeta vai enfrentar em conjunto.

** Com informações da Veja.*

*** Publicado originalmente no site [EcoD](http://www.ecodesenvolvimento.org.br/posts/2012/maio/ban-ki-moon-destaca-sete-pontos-importantes-para-o)(<http://www.ecodesenvolvimento.org.br/posts/2012/maio/ban-ki-moon-destaca-sete-pontos-importantes-para-o>).*

Fonte: EcoD/[Envolverde](http://envolverde.com.br/sociedade/mundo-sociedade/ban-destaca-sete-pontos-importantes-para-o-desenvolvimento-sustentvel/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=23)(http://envolverde.com.br/sociedade/mundo-sociedade/ban-destaca-sete-pontos-importantes-para-o-desenvolvimento-sustentvel/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=23)

23/05/2012

Bangladesh aspira ser protagonista na Rio+20

por Naimul Haq, da IPS



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/05/e214.jpg?9d7bd4>

Daca, Bangladesh, 23/05/2012 – Especialistas acreditam que Bangladesh pode desempenhar um importante papel na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que acontecerá de 20 a 22 de junho no Rio de Janeiro. Esse país da Ásia meridional, um dos mais afetados pela mudança climática, tem a vontade necessária para iniciar um diálogo pela ação, mas seu grande desafio no encontro no Brasil será fazer com que os líderes dos países ricos reconheçam seu potencial.

Em conversas com a IPS, políticos, funcionários governamentais, economistas e ambientalistas coincidem em que Bangladesh pode ter uma voz forte na mesa de negociações da Rio+20. Quando foi realizada a primeira Cúpula da Terra, em 1992, este país apenas começava a implantar certos programas para reduzir a pobreza e a mortalidade materna e infantil. Também começou a tomar medidas para garantir a segurança alimentar, reduzir a brecha de gênero no ensino primário e secundário, aumentar a cobertura de imunização para menores de cinco anos, preparar-se para desastres, garantir acesso a água potável e realizar projetos para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Há 20 anos, Bangladesh não estava suficientemente maduro, nem política nem economicamente, para fixar a agenda na conferência internacional. Agora, após dois anos de liderança entre os países menos desenvolvidos (PMA), apresenta um passo mais firme. “Apesar de ser um dos PMA, Bangladesh está em boa posição para alcançar alguns dos ODM”, afirmou à IPS seu ministro de Meio Ambiente e Florestas, Hasan Mahmud.

Por sua vez, o economista Abul Barakat afirmou à IPS que “Bangladesh deveria adotar um enfoque de diplomacia política e econômica”. Acrescentou que, apesar de os temas da agenda da Rio+20 serem fundamentalmente econômicos e ambientais, a solução sempre passa pelo âmbito político. Barakat, que escreveu para numerosas publicações internacionais durante sua carreira de 30 anos como professor, destacou que Bangladesh “pode emergir como o principal negociador dos PMA para exigir uma compensação pelos danos causados com as emissões de carbono. De fato, Bangladesh deveria abandonar sua estratégia de exigir tecnologias de mitigação e adaptação e passar a cobrar diretamente compensação (econômica) às nações mais ricas”.

Fahmida Khatun, chefe da unidade de pesquisa em Bangladesh do Centro para o Diálogo Político, declarou à IPS que a “Rio+20 é, sem dúvida alguma, uma oportunidade para que este país obtenha benefícios financeiros e tecnológicos”. Quanto à mudança climática, “Bangladesh tem o direito de cobrar uma compensação pelos grandes desastres, como as recorrentes inundações, a elevação do nível do mar, a salinidade, a seca e outros desastres naturais”, acrescentou.

Khatun sugeriu que o governo do país poderia aproveitar a plataforma da Rio+20 para compartilhar suas experiências com os ciclones Sidr, em 2007, e Aila, em 2009. Recordou que durante um ciclone anterior, em 1991, mais de um milhão de pessoas morreram. Após essa dura lição, Bangladesh adotou medidas efetivas para limitar a alguns milhares o número de mortos durante as posteriores tempestades Sidr e Aila, semelhantes em intensidade, algo que poderia servir de modelo ao mundo, destacou a especialista.

Bangladesh também é legitimado por seus extraordinários êxitos em redução da pobreza, firme aumento nas remessas estrangeiras e crescimento das exportações de confecções (de US\$ 17 bilhões no último ano

financeiro). Tudo isto, destacaram os especialistas, foi alcançado apesar de uma crise política e de um lento crescimento econômico. Bangladesh agora é um “fazedor”, e não deve mais ser considerado um simples “beneficiário” das nações ricas.

“Todo desenvolvimento sustentável deve ter a humanidade como centro, e necessitamos de apoio financeiro, científico e tecnológico. Precisamos de uma sólida associação, mas, lamentavelmente, nossos sócios não estão dando o que prometeram no passado”, disse à IPS o presidente da Fundação Palli Karma-Sahayak, Qazi Kholiquzzaman Ahamad, que chefiará a delegação de Bangladesh à Rio+20. “Dos US\$ 30 bilhões prometidos pelas nações ricas, para países vulneráveis perante o clima, pouco mais de US\$ 3,5 bilhões foram entregues em dois anos. Desta vez (na Rio+20) não devemos perder a oportunidade de cobrar o que necessitamos”, acrescentou.

Por sua vez, o diretor-executivo do Centro de Bangladesh para Estudos Avançados, Atiq Rahman, afirmou à IPS que, “naturalmente, temos que aproveitar oportunidades de transição para uma economia verde”. A Rio+20 poderia ser a plataforma para Bangladesh assumir um papel de liderança em outras conferências internacionais nas quais poderiam ser realizadas negociações mais focadas e cara a cara, observou. O coordenador-residente da ONU em Bangladesh, Neal Grant Walker, felicitou o país por sua postura proativa no processo preparatório da Conferência. “Bangladesh deixa rapidamente de ser um PMA para ser um país de renda média. Não deve haver dúvida de que tem muito em jogo no resultado da cúpula do Rio”, ressaltou.

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/bangladesh-aspira-ser-protagonista-na-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=23)(http://envolverde.com.br/noticias/bangladesh-aspira-ser-protagonista-na-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=23)

23/05/2012

Obama chamado a participar da Rio+20

por Carey L. Biron, da IPS



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/05/e315.jpg?9d7bd4>

Washington, Estados Unidos, 23/05/2012 – Faltando apenas um mês para o começo da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), numerosas organizações da sociedade civil exortam o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, a confirmar sua participação neste encontro.

“Sua presença será de crucial importância para todos os norte-americanos e demonstrará a profunda preocupação de nosso país com as questões globais urgentes que, inevitavelmente, afetarão nossa segurança e nosso bem-estar”, diz uma carta aberta assinada por várias associações ambientalistas. Também “destacará a determinação de nossa nação em ser participante da corrida para uma economia verde”, acrescenta. A Casa Branca negou-se a fazer comentários, dizendo que ainda não recebera a carta, que no dia 21 foi tornada pública.

Don Kraus, diretor-geral da organização Citizens for Global Solutions, com sede em Washington, afirmou que “a liderança dos Estados Unidos na Conferência é essencial”. A chefe de governo da Alemanha, Angela Merkel, e o primeiro-ministro da Grã-Bretanha, David Cameron, declinaram do convite para também participarem da Rio+20. “Difícilmente Merkel, Cameron e outros governantes não participarão caso Obama priorize a cúpula à frente de outras questões de política interna. Não vejo outro país que possa proporcionar o mesmo grau de liderança ao processo”, destacou Kraus à IPS.

A Rio+20 acontecerá de 20 a 22 de junho no Rio de Janeiro e marcará duas décadas desde a histórica Cúpula da Terra, como foi chamada a Conferência das Nações Unidas realizada também no Rio de Janeiro, em 1992. Naquela oportunidade, as negociações permitiram que em 1997 fosse aprovado o Protocolo de Kyoto, o acordo internacional mais significativo na luta contra a mudança climática, mas que os Estados Unidos resistem a assinar e ratificar, apesar de serem o país de maior economia do mundo, o maior consumidor de recursos e o mais contaminante.

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, declarou, no final de abril, que a participação de Obama na cúpula é “crucial”. Pelo menos 130 governantes já confirmaram presença na Rio+20, mas Obama permanece calado a respeito, apesar de repetir que o desenvolvimento sustentável é de primordial importância para seu governo.

Após a crise econômica e financeira, e pela impossibilidade de a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática, realizada em Copenhague em 2009, chegar a um acordo que substituísse o Protocolo de Kyoto, os governos não puderam promover iniciativas nessa área. “Depois de Copenhague ficou claro que havia muito trabalho a ser feito para se criar um clima político propício”, observou à IPS o ativista Kyle Ash, do Greenpeace.

“Em Copenhague, Obama não colocou suficiente peso na mudança climática, apenas passou o assunto para o Congresso e esperou sentado. Assim, os políticos não sentiram que houvesse suficiente pressão política”, explicou Ash. Desde então, os temas ambientais ficaram cada vez mais divisíveis. Os conservadores conseguiram vincular o assunto a uma reação maior contra o “desperdício” do gasto público. O ambiente político fez com que Obama retrocedesse sobre várias iniciativas importantes. Entretanto, uma pesquisa mostrou que 72% dos cidadãos norte-americanos entrevistados acreditam que o aquecimento

global deve ser uma prioridade “muito alta” ou “média” para os governos nacionais. Os resultados foram além das simpatias partidárias.

Em Copenhague, “primeiro se tentou chegar a um enfoque complicado e hierárquico que agradasse a todos”, apontou Jacob Scherr, da Onda Verde. “Quando ficou claro que era impossível, Obama sentou-se com as novas superpotências verdes (Brasil, China, Índia e África do Sul) e juntos elaboraram o Acordo de Copenhague”, disse à IPS. “Nos últimos 30 anos que tenho de experiência, buscamos que outros países assumissem a liderança, quando os Estados Unidos parecem não estar dispostos a fazê-lo, mas não apareceu” o candidato, lamentou.

Alguns observadores destacam o papel positivo da delegação norte-americana de tentar manter a agenda da cúpula curta, focada e centrada em resultados concretos, mais do que em novos planos e novas promessas. A agenda da Rio+20 passou das cinco páginas originais propostas pelos Estados Unidos para cerca de 140, e Scherr destacou que as prioridades do governo de Obama estão no caminho certo, embora possam diluir-se se o presidente não participar da reunião.

“Não precisamos de outro tratado nem de mais promessas, já temos muitos. Esta cúpula deve conseguir ações e responsabilidades”, ressaltou Scherr. “A Organização das Nações Unidas (ONU) e o Brasil deixaram claro que a cúpula não será o lugar para negociar, mas para que os governos se reúnam, anunciem o que estão fazendo e gerem vontade política para que os países assumam compromissos reais e de curto prazo”, enfatizou o representante da Onda Verde.

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/obama-chamado-participar-da-rio20/)(<http://envolverde.com.br/noticias/obama-chamado-participar-da-rio20/>)

23/05/2012

Prever para adaptar-se

por Patricia Grogg, da IPS



Elevação do nível do mar, um problema de um futuro não distante.

Foto: Jorge Luis Baños/IPS

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/05/e415-300x187.jpg?9d7bd4>

Havana, Cuba, 23/05/2012 – Cientistas cubanos que investigam o aquecimento global e suas consequências compartilham experiências há vários anos com o restante do Caribe insular, empenho no qual o uso do Precip (um modelo de prognóstico climático regional) é fundamental para avançar em políticas de adaptação. O Precip (Providing Regional Climates for Impacts Studies) é um sistema de modelagem climática regional, desenvolvido pelo Hadley Center, do Escritório de Meteorologia da Grã-Bretanha, cuja aplicação na área começou em 2003, explicou à IPS o diretor científico do Instituto de Meteorologia, Abel Centella. Em sua opinião, o prognóstico científico é fundamental para definir políticas de adaptação, mas um país não pode enfrentar apenas esse desafio. Portanto, Centella viajou à Nicarágua para treinar especialistas desse país no uso desse modelo.

IPS: Em que consiste este sistema e qual sua importância?

Abel Centella: Os modelos climáticos são a melhor ferramenta de que dispõe a ciência atualmente para explicar o que acontecerá com o clima no futuro. Falando resumidamente, um modelo climático é um programa de computador que representa tridimensionalmente tudo o que acontece na atmosfera, nos oceanos, na superfície terrestre e nas camadas cobertas por gelo.

IPS: Diria que a partir da capacitação e do uso regional deste modelo se fortaleceu a integração e o intercâmbio acadêmicos entre Cuba e o restante do Caribe?

AC: Desde o início fizemos com que o Precip chegasse a toda a região, não apenas a Cuba. Assim, com as relações que já começavam a se fortalecer muito no Centro Comunitário Caribenho de Mudança Climática (CCCCC, em espanhol) e com a Universidade das Índias Ocidentais, chegou-se a um acordo entre todos de que esta ilha seria a sede do escritório de capacitação para a aplicação do modelo climático. Vieram especialistas de países da região e até sul-americanos, como do Peru, por exemplo. No entanto, o suporte foi o CCCCC, criado por acordos dos chefes de Estado da Comunidade do Caribe (Caricom) para atender as pesquisas sobre mudança climática em toda a região. É um centro que não tem orçamento governamental, que se apoia em projetos. Cuba não pertence ao CCCCC porque não é membro do Caricom. Porém, temos um forte vínculo, o que permitiu nos agrupar e compartilhar experiências, resultados e até frustrações quando algo saiu ruim para alguém. É assim que temos avançado até hoje.

IPS: Podemos entender este esforço como parte de um sistema de alerta?

AC: Nem tanto, porque alerta tem uma escala temporária mais imediata. O que estamos fazendo é produzir informação para facilitar desde já a adoção de ações que reduzam os impactos no futuro e adaptar-se à mudança climática. Isto é, que toda esta informação possa permitir aos que tomam decisões começar desde agora a pensar e a implementar opções que impeçam ou minimizem os impactos do clima futuro. A análise de toda esta informação e as conclusões que a ciência pode propiciar desde já sem dúvida ajudarão nessa direção.

IPS: Quais países do Caribe insular podem ser mais vulneráveis do que outros à mudança climática?

AC: Bem, a vulnerabilidade tem variáveis que não são físicas, mas sociais e econômicas, porque dependem do nível de desenvolvimento. Por exemplo, a do Haiti é terrível. Também contam as dimensões. É difícil que

um único ciclone tropical tenha impacto em todo o território cubano, mas se passar por cima de qualquer das ilhas pequenas acaba com tudo. Às vezes este fenômeno é maior do que a própria ilha. Na questão física, observamos certas diferenças quanto ao futuro das precipitações. Há áreas do Caribe onde os modelos estão concluindo e coincidindo com muita força que as chuvas serão muito menores do que são hoje, ou seja, que haverá um grande impacto sobre os recursos hídricos, e há outras zonas em que não nos indicam isso com tanta intensidade. No caso do aumento da temperatura, não há basicamente diferença, ou seja, para todos subirá de maneira importante. Os resultados que vemos indicam que, para o final do Século 21, digamos em 2080, a temperatura poderá ser de até quatro graus mais elevada, e há estimativas de que até 2050 chegará a aproximadamente dois graus de aumento. Os modelos também indicam que em períodos mais próximos, como 2020 ou 2040, poderá haver aumentos de temperatura superiores a um ou dois graus nesta região.

IPS: Resumindo, para onde apontam os maiores desafios do Caribe insular em matéria de adaptação à mudança climática?

AC: Em minha opinião, a elevação do nível médio do mar é o maior desafio que se poderá enfrentar, seguido da seca.

IPS: Nesses casos, o que a comunidade científica recomenda?

AC: Primeiro, não esperar para começar a agir. Penso que Cuba é exemplo disso. Os que tomam as decisões criaram facilidades e fortalezas nos processos de pesquisa que podem fornecer informação, para indicar por onde vão as coisas e o que se pode fazer. O mais importante é que nos ouvem. Um exemplo recente disto é que o próprio presidente de Cuba, Raúl Castro, pediu que estudássemos os eventuais cenários, como, por exemplo, o que representaria para o país o nível do mar subir 50 centímetros ou um metro, o que aconteceria com os recursos naturais das zonas costeiras, as praias e com os assentamentos humanos. Também demonstrou preocupação com os recursos hídricos, o que aconteceria com os lugares da costa mais importantes do ponto de vista socioeconômico, porque, embora existam muitos assentamentos deste tipo, nem todos têm a mesma importância se estão habitados.

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/prever-para-adaptarse/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=23)(http://envolverde.com.br/noticias/prever-para-adaptarse/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=23)

23/05/2012

Energias renováveis despertam interesse do setor privado espanhol na Rio+20

Madri, 23 mai (EFE) – O investimento empresarial em energias renováveis como fonte de criação de emprego e uma rede de cidades inteligentes são algumas das propostas que o setor privado espanhol apresentará na Cúpula Rio+20, que será realizada entre 20 e 22 de junho no Rio de Janeiro.

Nesse sentido, o secretário espanhol de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, Gonzalo Robles, ressaltou nesta quarta-feira a importância de 'reafirmar' o compromisso da Espanha em um marco legislativo estável que planifique e minimize o risco dos investimentos em energias renováveis a longo prazo.

Robles fez essas declarações durante o seminário 'A contribuição do setor público-privado espanhol à agenda da Rio+20', que foi realizado hoje na capital espanhola.

Dentro deste seminário, diversas empresas espanholas líderes em energias renováveis apresentaram suas sugestões sobre o papel da Espanha na próxima Cúpula Rio+20. De acordo com os empresários espanhóis, o evento pode ser um catalisador para que o desenvolvimento sustentável se transforme em uma estratégia empresarial espanhola a longo prazo.

O diretor-geral da Aciona Energia, Alan Ripa, destacou que as energias renováveis são 'abundantes, limpas e autóctones', além de fazer parte da solução para o problema energético.

'Graças a estas características, as energias renováveis podem ajudar a superar os desafios energéticos e econômicos diante de uma possível queda da demanda energética', afirmou Ripa.

'Desta forma, a Espanha, como um país líder neste setor, deve aproveitar sua posição para expandir sua capacidade de exportação', completou o diretor de Energia da empresa.

Segundo Riba, o investimento em energia renovável foi prejudicado pela crise, mas, mesmo assim, em poucos anos veremos que a geração de eletricidade de origem eólica, por exemplo, pode ser mais barata que as fontes convencionais.

A diretora de Comunicação e Sustentabilidade da Gamesa, Susana Sanjuán, manifestou que as energias renováveis permitem a auto-suficiência, geram benefícios e conformam uma parte decisiva na proteção ambiental.

Além disso, 'a energia eólica evitou a emissão de 22,8 milhões de toneladas de CO₂ à atmosfera na Espanha. Entre o período de 2005 a 2010, 110 milhões de toneladas de CO₂ poderiam ser evitadas', afirmou Susana.

O responsável de Mudança Climática de Gás Natural da Fenosa, Amado Gil, insistiu em fomentar o emprego verde onde as renováveis têm um grande papel e apostou na 'coexistência' de empresas de energias renováveis e gasistas, ambas necessárias.

Para Amado, a estratégia na luta contra a mudança climática deve se materializar em três conceitos: reduzir o impacto ambiental, segurança na provisão de energia e competitividade. EFE

Copyright EFE – Todos os direitos de reprodução e representação são reservados para a Agência EFE.

Fonte: [VEJA.COM](http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/energias-renovaveis-despertam-interesse-do-setor-privado-espanhol-na-rio-20) > [Notícias](#) > [Internacional](#) > [Política](http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/energias-renovaveis-despertam-interesse-do-setor-privado-espanhol-na-rio-20)(<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/energias-renovaveis-despertam-interesse-do-setor-privado-espanhol-na-rio-20>)

23/05/2012

Inpe e Rede Clima lançam cartilha para a RIO+20

por Agência Fapesp

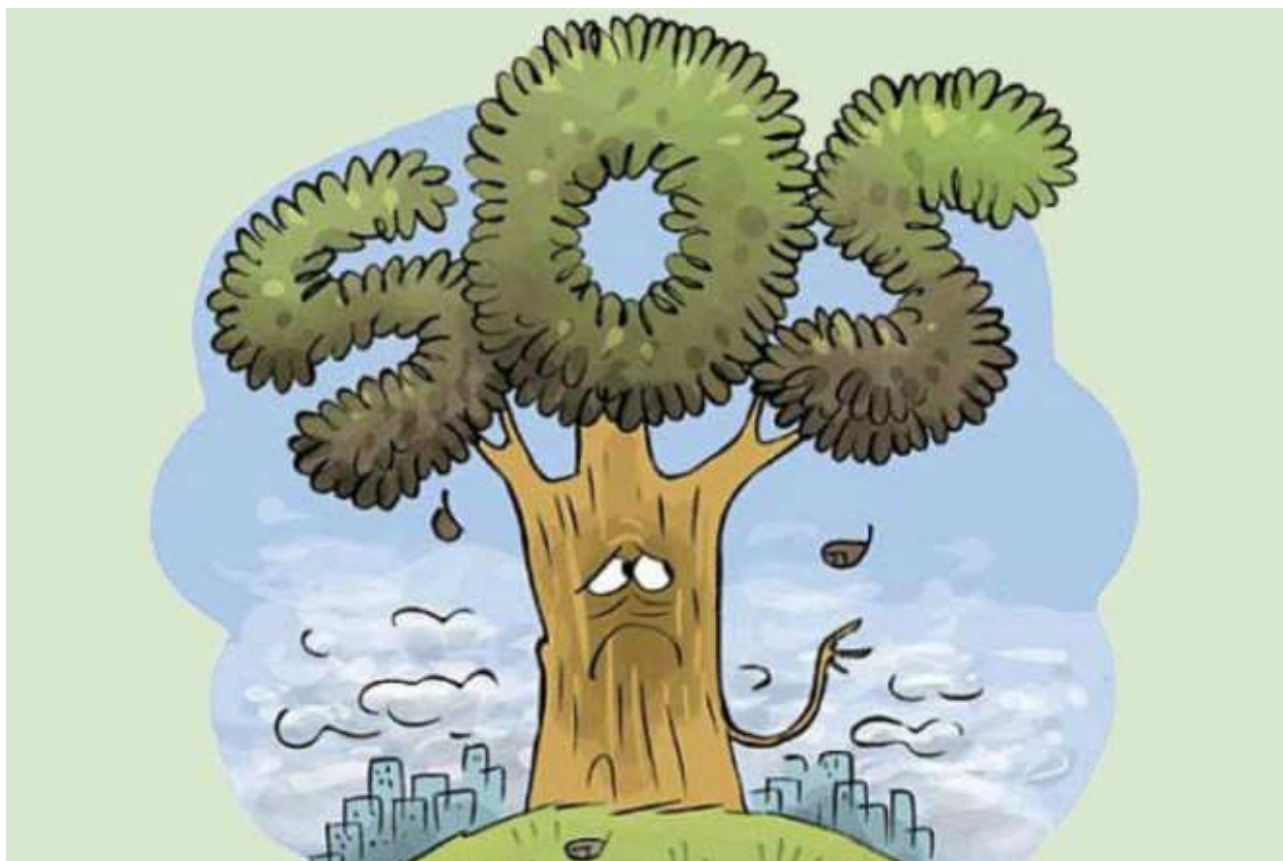


Foto: Divulgação

Fonte: <http://info.abril.com.br/images/materias/2012/05/sos-20120523114828.jpg>

São Paulo – O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e a Rede Brasileira de Pesquisa sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede Clima) produziram uma cartilha educativa, intitulada O futuro que queremos – economia verde, desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza.

Voltada ao público em geral, a publicação apresenta os conceitos de economia verde e sustentabilidade e a importância da erradicação da pobreza, que são temas que serão discutidos durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO+20), que será realizada de 13 a 22 de junho no Rio de Janeiro.

Ciência Pesquisas Meio ambiente

A cartilha também traz um histórico das conferências anteriores relacionadas ao meio ambiente e o conceito de “pegada ecológica” (metodologia usada para medir os rastros deixados pelos humanos no planeta a partir de seus hábitos).

A publicação apresenta ao leitor os cenários de mudanças climáticas projetadas para o Brasil para o século 21, as atividades do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) e outros projetos e programas nessas áreas, apoiados pelo Inpe.

A cartilha está disponível para [download em versão para internet](http://www.inpe.br/noticias/arquivos/pdf/RIO+20-web.pdf)(<http://www.inpe.br/noticias/arquivos/pdf/RIO+20-web.pdf>).

Fonte: [INFO.COM > Notícias > Tecnologias Verdes](http://info.abril.com.br/noticias/tecnologias-verdes/inpe-e-rede-clima-lancam-cartilha-para-a-rio20-23052012-15.shl)(<http://info.abril.com.br/noticias/tecnologias-verdes/inpe-e-rede-clima-lancam-cartilha-para-a-rio20-23052012-15.shl>)

24/05/2012

ONU pede compromisso concreto na Rio+20 e criação de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

por Redação ONU Brasil



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/05/c39.jpg?9d7bd4>

De 29 de maio a 02 de junho, negociadores terão uma rodada extra de discussões informais sobre o documento final 'O Futuro que Queremos'.

Funcionários veteranos das Nações Unidas pediram hoje (22/05) que os países assumam compromissos concretos na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que acontecerá de 20 a 22 de junho. E defenderam o estabelecimento de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que equilibrem os três pilares: econômico, social e ambiental. No Debate Temático Informal 'No Caminho para a Rio+20 e além', o Presidente da Assembleia Geral da ONU, Nassir Abdulaziz Al-Nasser lembrou que "ainda há decisões fundamentais a serem tomadas". De 29 de maio a 02 de junho, negociadores terão uma rodada extra de discussões informais sobre o documento final 'O Futuro que Queremos'.

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, reforçou a necessidade de progresso nas negociações. "O mundo está assistindo. Os meios de comunicação estão focados. As pessoas – jovens e velhos – estão exigindo ação. No entanto, o ritmo atual das negociações está enviando todos os sinais errados", afirmou. "Não podemos deixar que um exame minucioso do texto nos cegue de uma imagem grande. Nós não temos tempo a perder."

Para Ban, "os ODS dariam uma expressão concreta ao renovado compromisso político de alto nível para o desenvolvimento sustentável".

"A Rio+20 é a nossa chance de fazer progresso em todas estas áreas, enquanto revitalizam-se parcerias globais para o desenvolvimento sustentável – parcerias essenciais com a sociedade civil, autoridades locais e o setor privado", avaliou o Secretário-Geral.

Um dos negociadores do Brasil na Rio+20, embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, levou mensagem do Ministro das Relações Exteriores, Antonio Aguiar Patriota. No texto, o País pediu ambição dos Estados-Membros. "A Rio+20 deve ter grande impacto em como governos lidam com o desenvolvimento sustentável, mas, mais do que isso, nada será alcançado se não inspirarmos a sociedade civil", escreveu o Ministro. "Governos sozinhos podem fazer muito pouco. A sociedade é o ator principal. Temos de trabalhar juntos para assegurar a erradicação da pobreza e que as próximas gerações tenham um futuro sustentável", afirmou.

* Publicado originalmente no site da ONU Brasil e retirado do site EcoAgência (<http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRIVONIYHZFSjdEeWJFbKVVVB1TP>).

Fonte: EcoAgência/Envolverde (http://envolverde.com.br/noticias/onu-pede-compromisso-concreto-na-rio20-e-criacao-de-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=24)

24/05/2012

Suécia promove no Rio semana preparatória à Rio+20

por Alana Gandra, da Agência Brasil



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/05/c414.jpg?9d7bd4>

Rio de Janeiro – A Embaixada da Suécia promove a partir de segunda-feira (28), no Rio, a Semana da Inovação Brasil-Suécia: Inovação para o Desenvolvimento Sustentável. O evento é preparatório à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que ocorrerá em junho na capital fluminense.

O conselheiro de Assuntos Técnicos e Científicos da Embaixada da Suécia e chefe do escritório de Análise do Crescimento sobre Inovação do governo sueco, Mikael Román, disse que são necessárias mudanças profundas, em todos os sentidos, para chegar ao desenvolvimento sustentável. “Grandes mudanças tecnológicas e também mudanças de comportamento. É um sistema sociotecnológico inteiro que tem de ser mudado”, acrescentou. Para Román, essa mudança traz embutido o aspecto da inovação.

Ele lembrou que a mudança para um mundo sustentável exige não só o desenvolvimento tecnológico, obtido por meio das invenções, mas alterações comportamentais e da forma de fazer as coisas. “Aí entra toda a discussão da inovação”. A questão deve se basear nos pilares econômico, social e ambiental. “Essa é a mensagem fundamental nessa discussão, e deve ser continuada”, recomendou.

Román destacou que a questão foi levantada há 20 anos, durante a Conferência da ONU para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio92), e que agora é preciso incluir os aspectos social, “tão importante no Brasil”, e econômico, “porque o mundo está em crise”.

O conselheiro sugeriu também que, como a implementação das metas políticas traçadas na Rio92 não deu certo, deve ser colocada no debate uma questão complementar, referente à atuação das pessoas e aos incentivos necessários para uma ação voltada ao desenvolvimento sustentável. Segundo ele, o debate sobre inovação é essencial para isso.

A Semana da Inovação Brasil-Suécia inclui três eventos simultâneos. O primeiro é a conferência Inovação para o Desenvolvimento Sustentável, que reunirá no Planetário da Gávea, na zona sul do Rio, especialistas e autoridades dos dois países para debater modelos de inovação e como eles podem ser implantados para garantir às populações um futuro melhor.

Também no dia 28 será aberta no Centro Cultural Banco do Brasil, no centro da cidade, a exposição Suécia Inovadora, que já esteve nos Estados Unidos e no Canadá. A mostra, organizada pelo Instituto Sueco, ficará aberta ao público de 29 de maio a 8 de julho, seguindo depois para a China. A exposição apresenta problemas e soluções inovadoras nas áreas de tecnologia limpa, tecnologias da informação e da comunicação, além de ciências da vida. O foco é o desenvolvimento sustentável.

O terceiro evento é a competição Innovation Race (Corrida de Inovação), na qual dois times de estudantes brasileiros de nível superior – mestrandos e doutorandos – terão 72 horas para desenvolver processos, produtos e serviços. “Durante 72 horas, eles vão gerar o máximo possível de inovações que possam ser patenteadas. Ou seja, não basta fazer uma tecnologia interessante. É preciso ter um plano de comercialização, uma ideia de proteger isso como propriedade intelectual”.

Uma banca de especialistas selecionará os melhores projetos, que serão anunciados no dia 1º de junho. O objetivo “é mostrar que inovação é muito mais do que tecnologia. É um time de pessoas com várias formações e capacidade colaborativa. A colaboração é essencial”, disse Román.

Líder mundial em inovação, a Suécia teve a capital, Estocolmo, eleita pela União Europeia como a primeira capital verde do continente. Para chegar a esse estágio, Mikael Román disse que a Suécia contou com elementos favoráveis, que são a inovação, a cooperação e a abertura às mudanças internacionais. O país teve que modificar o foco da produção, voltada até a 1ª Guerra Mundial para as grandes empresas, e passou a investir nas pequenas e médias, com integração entre os setores acadêmico e empresarial. A construção de clusters (arranjos produtivos) e parques de ciências foi buscada como solução de mercado pelo governo sueco. O esforço integrado contou com financiamento público e privado para um objetivo comum, explicou.

O conselheiro lembrou ainda que o Brasil e a Suécia têm interesses comuns em várias áreas, como celulose, bioenergia, recursos florestais e recursos hídricos. A Suécia está mais avançada nas áreas de telecomunicações, informática, indústria farmacêutica e aviação. Román observou que o Brasil é um mercado atrativo para os suecos, que têm cerca de 200 empresas no país. As relações bilaterais começaram no século 19. “Já há uma ligação estabelecida”.

** Edição: Graça Adjuto*

*** Publicado originalmente no site da [Agência Brasil](http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-05-24/suecia-promove-no-rio-semana-preparatoria-rio20)(<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-05-24/suecia-promove-no-rio-semana-preparatoria-rio20>).*

Fonte: Agência Brasil/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/suecia-promove-no-rio-semana-preparatoria-a-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=24)(http://envolverde.com.br/noticias/suecia-promove-no-rio-semana-preparatoria-a-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=24)

24/05/2012

“Fracassar não é uma opção para a Rio+20”

por Redação IPS



Tommy Koh, presidente do Comitê Preparatório da Cúpula da Terra de 1992.

Foto: Cortesia de Tommy Koh

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/05/e316.jpg?9d7bd4>

Nova York, Estados Unidos, 24/05/2012 – A Cúpula da Terra, realizada em 1992 no Rio de Janeiro, foi descrita como uma das maiores conferências internacionais da história da Organização das Nações Unidas (ONU). Contudo, assim como os preparativos para a Rio+20, as negociações naquela época se sucederam até quase o início do encontro. Os 20 mil participantes da histórica cúpula, entre eles mais de cem governantes, reafirmaram de forma inequívoca que o meio ambiente faz parte integral do desenvolvimento, aprovaram a Agenda 21, um plano global de ação para o desenvolvimento sustentável, e a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Em 1992 também foi aprovada a Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudança Climática e o Convênio sobre Biodiversidade, e foi criada a Comissão das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. O embaixador Tommy Koh, presidente do Comitê Preparatório da Cúpula da Terra, reconheceu que as prolongadas negociações “foram muito difíceis”, e que se estenderam até o último segundo. Koh recordou que houve quatro sessões, duas em Genebra, uma em Nairóbi e outra em Nova York, e que para as últimas negociações já estavam com a água no pescoço, pois os líderes mundiais estavam para chegar ao Rio de Janeiro.

“No último dia, as negociações duraram toda a noite, até seis horas da manhã do dia seguinte”, contou, referindo-se às reuniões de junho de 1992. Na época, “não sabia se conseguiríamos ou não”, acrescentou. “Na qualidade de presidente das negociações no Rio de Janeiro, estava decidido a conseguir e a superar as divisões e outros obstáculos com paciência, determinação e uma forte liderança coletiva”, destacou.

Koh também foi embaixador de Cingapura nos Estados Unidos e presidente da Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, onde foi adotado um tratado internacional sobre os oceanos, na década de 1980. Agora, prepara-se a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), de 20 a 22 de junho, da qual participarão cerca de 70 mil pessoas, incluindo cem governantes, ou seja, mais do que o triplo de duas décadas atrás, segundo o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon.

IPS: Como caracterizaria os êxitos e os fracassos da Cúpula da Terra? Pode dizer que apresentou resultados duradouros e tangíveis?

Tommy Koh: Houve uma mudança de modelo no mundo. Graças a essa cúpula, os 193 Estados-membros da ONU têm um Ministério de Meio Ambiente ou agências de proteção ambiental. Em todos os países, o desenvolvimento sustentável é a norma.

IPS: Que impacto teve no Sul em desenvolvimento?

TK: No mundo em desenvolvimento não há lugar para quem acredita no desenvolvimento a qualquer preço ou em primeiro enriquecer e depois limpar. Creio que estes são êxitos tangíveis da Cúpula da Terra.

IPS: Duas décadas depois existem cétricos assinalando que o meio ambiente global foi de mal a pior pela contaminação de gases-estufa, a mudança climática, o desmatamento, o consumo ostentoso de alimentos, água e energia, o crescimento populacional, e a destruição gradual de ecossistemas marinhos. Qual sua opinião?

TK: É uma verdade lamentável que não conseguimos em escala global reduzir as emissões de gases contaminantes nem diminuir a perda de florestas, de habitats naturais e de biodiversidade, e nem conseguido uma boa gestão dos oceanos. Porém, em escala nacional e regional houve avanços significativos. Em Cingapura, por exemplo, o amor à natureza e o desejo de viver em harmonia com ela está crescendo. Apesar de nossa alta densidade populacional, 47% de nosso território tem uma exuberante vegetação. Cingapura também liderou uma iniciativa para conseguir apoio de todas as partes do Convênio sobre Biodiversidade para adotar o Índice de Biodiversidade da Cidade de Cingapura. Conseguimos um tremendo avanço no uso eficiente de água e na reciclagem de água residual. A opinião pública está totalmente a favor da tendência de se construir edifícios verdes, dispositivos de baixo consumo e tecnologias verdes.

IPS: O atual Comitê Preparatório continua dividido, também segundo a linha Norte-Sul, sobre o plano global de ação para um futuro sustentável que será adotado no mês que vem. O quanto foram difíceis as negociações para a Agenda 21? Algum conselho para os que estão realizando esse trabalho agora?

TK: O mundo se tornou mais interdependente, mas, ao mesmo tempo, mais dividido. Os Estados Unidos enfrentam uma recuperação fraca e uma eleição presidencial. A União Europeia (UE) busca restaurar a confiança do euro para reduzir sua dívida soberana e estimular o crescimento. São tempos difíceis para o Ocidente. Para eles, será custoso tomar decisões difíceis e assumir compromissos. Contudo, há muito em jogo. Fracassar não é uma opção. Confio que a Rio+20 será um êxito.

IPS: Como a Cúpula da Terra fez para cumprir as demandas de fundos dos países em desenvolvimento?

TK: As demandas foram atendidas de três formas: mediante a criação do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF), com o aumento da assistência oficial ao desenvolvimento e, especialmente, ao desenvolvimento sustentável, e com os compromissos com várias instituições internacionais financeiras e de desenvolvimento.

IPS: Que influência o informe da Comissão Brundtland sobre meio ambiente global teve na Cúpula da Terra?

TK: Foi uma inspiração para meus colegas.

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/fracassar-nao-e-uma-opcao-para-a-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=24)(http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/fracassar-nao-e-uma-opcao-para-a-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=24)

24/05/2012

Soluções conjuntas são a base para sucesso da Rio+20

por Fernanda B. Müller, do CarbonoBrasil



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/05/c26-300x225.jpg?9d7bd4>

A menos de um mês da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, as sugestões para retomar a confiança no processo multilateral passam por assuntos diversos, porém com interconexões claras e elementares

Nessa terça-feira (22), durante o debate 'O Caminho para a Rio+20 e Além', organizado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, criticou o ritmo atual das negociações e pediu agilidade no processo de discussão do texto final para a Rio +20.

Ele listou sete pontos importantes para o desenvolvimento sustentável: emprego decente, sendo que 80 milhões de jovens entram para a busca de trabalho anualmente; segurança alimentar e agricultura sustentável, visando zerar a fome; acesso universal a fontes limpas e eficientes de energia; acesso universal a água potável e saneamento; diretrizes para as políticas de preservação e uso sustentável dos oceanos.

Outro ponto citado por Ban foi o fortalecimento de instituições que apoiem o desenvolvimento sustentável em todos os níveis (social, econômico e ambiental) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Avançar no processo de definição de metas claras e mensuráveis para o desenvolvimento sustentável no período pós 2015, incluindo indicadores, foi o último ponto ressaltado por ele.

"A Rio+20 é a nossa chance de fazer progresso em todas estas áreas, enquanto revitalizam-se parcerias globais para o desenvolvimento sustentável – parcerias essenciais com a sociedade civil, autoridades locais e o setor privado", avaliou o secretário-geral.

"Acima de tudo, temos que realizar um replanejamento profundo do atual modelo econômico e apostar em novas políticas de economia verde", disse Ban.

Nassir Abdulaziz Al-Nasser, presidente da Assembleia Geral da ONU, na mesma linha que Ban, enfatizou que duas decisões cruciais estão no caminho para a conferência: metas, os chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e o enquadramento institucional para o desenvolvimento sustentável de forma que seja estruturado para integrar melhor as três dimensões do conceito (social, ambiental e econômica).

O negociador-chefe do Brasil na Rio+20, o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, levou uma mensagem do Ministro das Relações Exteriores, Antonio Aguiar Patriota. No texto, o país pediu ambição dos estados membros.

"Esta é uma oportunidade única para toda uma geração", enfatizou, citando também a necessidade de medidas em longo prazo, coordenação internacional e investimentos em inovação e educação.

“A Rio+20 deve ter grande impacto em como governos lidam com o desenvolvimento sustentável, mas, mais do que isso, nada será alcançado se não inspirarmos a sociedade civil”, escreveu o Ministro.

Desafios

O Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (IIED, em inglês) lançou um desafio aos líderes da Rio +20 com três pontos.

Fortalecer o controle local sobre os recursos naturais é o primeiro deles, sendo considerado pelo instituto como a melhor maneira de garantir investimentos robustos no uso sustentável das florestas, da água, dos solos e outros recursos, criando ao mesmo tempo empregos, lucros e modos de vida seguros tanto no campo quanto na cidade.

“Quando os governos reconhecem os direitos e organização das comunidades locais, eles incentivam tomadas de decisão em longo prazo e o manejo sustentável de ativos elementares. Esta também é uma opção melhor para investidores externos, já que os lucros precisam ser equilibrados para gerar resultados estáveis em longo prazo”, comentou a diretora do IIED, Camila Toulmin.

O segundo ponto colocado pelo IIED são investimentos na resiliência ambiental, econômica e social face aos dados que confirmam um crescimento em eventos como extremos climáticos, preços voláteis dos alimentos e combustíveis e instabilidade financeira.

A resiliência a tais choques pode ser construída pelos governos com políticas que priorizem a capacidade adaptativa em longo prazo, atividades econômicas mais diversificadas e um crescimento resiliente climaticamente.

“A oferta descentralizada de energia, novas abordagens para a densidade urbana, modelos de negócios inclusivos e maior rastreabilidade nas instituições globais estão entre os tijolos para a construção da resiliência aos choques, que tendem a atingir as comunidades mais pobres e vulneráveis com mais força”, explicou Toulmin.

Aplicar valores reais para o meio ambiente e bem-estar humano, visando colocar a sociedade em um caminho mais seguro, é o terceiro desafio lançado pelo IIED.

Assim como pesquisadores brasileiros alertaram durante o Viva a Mata, evento realizado em São Paulo no último final de semana, o IIED alerta que atualmente os verdadeiros custos e benefícios ambientais não aparecem nos balanços econômicos, e que usamos o PIB para mensurar o desenvolvimento apesar de saber que ele não reflete o bem-estar humano e pode mascarar os aspectos insustentáveis do crescimento.

“Precisamos mudar a forma de mensuração do progresso. O primeiro passo, e o mais urgente, é um preço significativo e crescente do carbono e o fim dos subsídios aos combustíveis fósseis”, ressaltou a diretora.

O artigo mostra como o encontro de junho no Rio é uma oportunidade para que os líderes cheguem a um acordo nestas três áreas abrangentes e interconectadas, cujas soluções também estão intimamente ligadas. O IIED fará a apresentação do artigo durante uma conferência no Rio de Janeiro em 16 e 17 de junho.

Na próxima semana será realizada em Nova York a última rodada de negociações para o rascunho da Rio+20, cujos documentos mais recentes podem ser lidos online.

* *Publicado originalmente no site do* [CarbonoBrasil](http://www.institutocarbonobrasil.org.br/reportagens_carbonobrasil/noticia=730595)(http://www.institutocarbonobrasil.org.br/reportagens_carbonobrasil/noticia=730595).

Fonte: CarbonoBrasil/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/solucoes-conjuntas-sao-a-base-para-sucesso-da-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=24)(http://envolverde.com.br/noticias/solucoes-conjuntas-sao-a-base-para-sucesso-da-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=24)

24/05/2012

Ativistas alertam para tese de negação da mudança climática

por Fabiana Frayssinet, da IPS



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/05/e416.jpg?9d7bd4>

Rio de Janeiro, Brasil, 24/05/2012 – Negar a mudança climática, como prega uma corrente científica mundial, é igual fazer o mesmo com o Holocausto do qual foram vítimas milhões de judeus, alertam os promotores de um encontro de legisladores, acadêmicos e ativistas, que acontecerá paralelamente à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). O deputado brasileiro Alfredo Sirkis, do Partido Verde (PV), expressou preocupação pelo que qualifica de uma “forte ofensiva” nessa linha de negação, que atribui a “uma visão lançada em Londres pela indústria do carvão e do petróleo” e por setores norte-americanos do opositor Partido Republicano ou vinculados ao movimento direitista Tea Party.

“A ‘negação climática’ é tão patética quanto a do Holocausto ou a dos médicos que, no passado, pagos pela indústria do tabaco, declaravam nos jornais e na televisão que não estava comprovado efetivamente que fumar causa câncer de pulmão”, disse Sirkis à IPS. Esta nova visão sobre a mudança climática não tem “nenhum respaldo científico sério”, alertou. Algumas dessas vozes argumentam que os ciclos de aumento e redução do gelo no mar Ártico demonstram que o aquecimento global é um mito e que, pelo contrário, haverá um esfriamento planetário até o final deste século.

Para o deputado, embora essa opinião represente uma “faixa totalmente marginalizada” da comunidade científica e relativamente pequena da opinião pública, “tem sua estridência e nunca é demais chamar a atenção para isso”. Sirkis falou à IPS por ocasião do lançamento, no dia 21, da Rio Clima (Rio Climate Challenge), reunião que acontecerá entre 14 e 17 de junho, no Rio de Janeiro, paralela à Rio+20, que será realizada de 20 a 22 do mesmo mês. Segundo explicou, com essa iniciativa se busca conseguir que um tema importante como a mudança climática “não passe em branco” na Rio+20, onde não será abordada de forma direta, mas que vai “pairar sobre ela como um fantasma”.

A Rio+20, que reunirá delegações dos 193 países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), tem como principais temas a economia verde e a governança mundial com relação à questão ambiental, com um enfoque não apenas ecológico mas também social e econômico. “Faltava na Rio+20 um momento em que se pudesse discutir o principal problema que a humanidade enfrenta, em médio e longo prazos, que é a questão climática”, destacou Sirkis, um dos organizadores da Rio Clima, que tem o apoio do governo de Dilma Rousseff.

“Como se pode tratar a economia verde ou as boas práticas de um governo se não vamos debater sobre o clima, ou abordar o modo como se chega a uma economia de baixo carbono, a energia limpa... E com financiar isso?”, Sirkis questionou durante a cerimônia de lançamento do encontro. O deputado chamou a atenção para os fatores de risco “catastrófico” do aquecimento global, que motivaram a necessidade da Rio Clima como a reunião paralela, que considerou “a mais importante” e cujos resultados serão apresentados na conferência das Nações Unidas.

O deputado recordou o consenso existente sobre o aumento da temperatura em três a seis graus até o final deste século, e das secas ou chuvas, entre outros eventos climáticos, que acontecerão cada vez mais fortes e frequentes, com suas consequências trágicas sobre as populações. Segundo disse, se não se reverter a atual curva de emissões de gases-estufa, corre-se o risco de chegarmos ao final deste século com uma elevação da temperatura de 4,5 graus, que derivará em outros efeitos, como liberação do gás metano do

Ártico e do fundo do mar e a perda de capacidade de absorção de carbono dos oceanos e das selvas tropicais.

“Se o aquecimento do planeta pode se retroalimentar como um círculo vicioso catastrófico, ainda não sabemos”, observou Sirkis, recordando a possibilidade de um “inferno na terra” com o colapso da agricultura, a extensão da fome, as migrações descontroladas, a escassez de recursos como água e terra fértil, e furacões e inundações. Nesta direção, segundo o deputado, a Rio Clima busca mostrar um caminho “ambicioso mas possível” para manter a concentração de gases-estufa na atmosfera abaixo dos 450 ppm (partes por milhão) e o aumento médio do aquecimento do planeta, este século, abaixo dos dois graus.

“A ideia é construir um cenário factível e um acordo simulado de clima” negociado por líderes e formuladores de políticas públicas dos países emissores de gases-estufa causadores do aquecimento global e de outras nações vulneráveis a isso, disseram os organizadores. “Temos uma janela de 20 a 30 anos para prevenir essa catástrofe anunciada e viabilizar uma economia de baixo carbono”, entre outras com energias limpas, advertiu Sirkis.

Os promotores da Rio Clima (as autoridades do Rio de Janeiro e de Pernambuco, o Congresso Nacional, setores empresariais e o não governamental centro de estudos do mar Onda Azul, entre outros) querem que a iniciativa seja como um grupo de estudos permanente com sede no Rio de Janeiro, destinado a interagir com fóruns existentes e futuros sobre mudança climática. Entre os convidados para o encontro está Maurice Strong, ex-secretário-geral das conferências das Nações Unidas sobre meio ambiente.

O mais importante dos dois encontros ambientais é que “aconteçam”, enfatizou à IPS o ex-ministro da Cultura, Gilberto Gil, que deverá encerrar a Rio Clima com um show. “O fato de estar juntos, preocupados com o futuro, é o que garante o êxito. As outras coisas, o que pode propriamente surgir como resultado, documentos, compromissos para o futuro, são produtos desejáveis, mas o sucesso em si mesmo é a reunião propriamente dita, que a façamos”, acrescentou.

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/ativistas-alertam-para-tese-de-negacao-da-mudanca-climatica/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=24)(http://envolverde.com.br/noticias/ativistas-alertam-para-tese-de-negacao-da-mudanca-climatica/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=24)

24/05/2012

Ban Ki-moon pede que líderes mundiais apoiem Rio+20

BRASÍLIA – O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, fez um apelo para que os líderes dos países compareçam ao Rio+20...

da Agência Brasil

BRASÍLIA – O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, fez um apelo para que os líderes dos países mais ricos do mundo compareçam à conferência Rio+20, que ocorre entre 13 e 22 de junho no Brasil.



O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon

Foto: Denis Balibouse/Reuters

Fonte: <http://veja.abril.com.br/assets/images/2012/4/74527/ban-ki-moon-siria-20120412-size-598.jpg?1334241732>

O evento visa elaborar um plano de ação para construir um mundo mais limpo e sustentável, compatível com o aumento populacional. Porém, ainda há muito desentendimento em relação a como balancear crescimento e sustentabilidade.

Ki-moon pediu que os líderes superem os interesses nacionais e aproveitem "a oportunidade de uma geração".

O presidente francês François Hollande já confirmou presença. Barack Obama, dos Estados Unidos, e chanceler da Alemanha, Angela Merkel, ainda não se comprometeram a comparecer à Rio+20.

Fonte: [DCI - Diário Comércio Indústria & Serviços > Notícias > Internacional\(http://www.dci.com.br/ban-kimoon-pede-que-lideres-mundiais-apoiem-rio+20-id295648.html\)](http://www.dci.com.br/ban-kimoon-pede-que-lideres-mundiais-apoiem-rio+20-id295648.html)

25/05/2012

Ban frustrado às vésperas da Rio+20

por Thalif Deen, da IPS



Ban Ki-moon.

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/05/e117.jpg?9d7bd4>

Nações Unidas, 25/05/2012 – O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, expressou sua frustração pela falta de progressos substanciais nas discussões sobre um plano de ação a ser aprovado na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). “Estou decepcionado com as negociações. Não estão avançando rápido o suficiente”, lamentou.

O secretário-geral acredita que a Rio+20, que acontecerá entre 20 e 22 de junho, no Rio de Janeiro, é o espaço ideal para tratar dos principais problemas econômicos e ambientais do planeta. “Temos um plano ambicioso para conseguir um progresso real. Contudo, necessitamos de um acordo nos temas mais difíceis”, afirmou. Este acordo, no entanto, continua difícil de ser alcançado, apesar das várias rodadas de negociações realizadas a portas fechadas.

“Parabenizamos Ban Ki-moon por colocar o desenvolvimento sustentável como tema central de seu segundo mandato”, declarou à IPS o diretor-político do Greenpeace Internacional, Daniel Mittler, que acompanha de perto as negociações. “Compartilhamos a decepção com o fato de os governos darem prioridade aos países que contaminam, flexibilizam seus compromissos e se perdem em centenas de colchetes (indicadores de desacordos), em lugar de trabalharem pelo futuro que queremos: com zero desmatamento, oceanos saudáveis e energia para todos”, acrescentou.

Ban deve continuar deixando claro que desta maneira não se chegará a nada, opinou Mittler. Consultado sobre as possibilidades de se concretizar um documento positivo antes de começar a cúpula, respondeu que “até agora, o que está sobre a mesa para a Rio+20 é vergonhosamente inadequado”. Ressaltou que os governos atendem aos interesses dos que contaminam e não do restante das pessoas, e acusou especificamente Canadá e Estados Unidos de “diluírem seus compromissos”.

Mittler contou que, em uma sessão das negociações, a delegação norte-americana alegou que tinha “um problema com a palavra ‘comprometer’”. Isto resume a situação em que nos encontramos hoje, com governos que vergonhosamente não estão dispostos a se comprometer, nem a fazer as transformações que precisamos”.

A Rio+20 fará uma revisão dos passos dados desde a Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro em 1992, que reafirmou a integração do meio ambiente à agenda de desenvolvimento das Nações Unidas. Depois de duas longas sessões, o Comitê Preparatório (Prepcom), integrado pelos 193 países-membros da ONU, continua fortemente dividido. Após uma reunião no mês passado, o PrepCom realizará nova sessão no dia 29 e outra, final, de três dias em meados de junho no Brasil, pouco antes de começar a Rio+20, para discutir o plano de ação proposto, chamado “rascunho zero”. As negociações também incluem cinco encontros regionais.

Antecipando-se a outro fracasso na próxima semana, o secretário-geral disse que solicitou aos governos que concluam o rascunho do plano de ação, intitulado O futuro que queremos, bem antes do início da Rio+20. “Não podemos esperar até que cheguem ao Rio”, advertiu Ban, acrescentando que “um êxito significa que haverá luz em lugares onde as pessoas antes viviam às escuras, e alimentos para as famílias que hoje estão famintas”. Um acordo no Rio de Janeiro também deve proteger os oceanos e melhorar a vida nas cidades, acrescentou, afirmando que “permitirá avanços em todo nosso planeta”.

Entretanto, o porta-voz do secretário-geral, Martin Nesirky, disse na semana passada aos jornalistas que ninguém deve se surpreender com a dificuldade desse processo. “É uma conferência grande e importante, e naturalmente seus objetivos também são muito importantes para toda a humanidade. Assim, deve-se

esperar que as negociações preliminares sejam complexas”, observou. Na semana passada, Ban Ki-moon afirmou que é esperada a participação de aproximadamente 70 mil pessoas na cúpula, incluindo mais de cem líderes mundiais, bem como representantes da sociedade civil, do setor privado e da mídia internacional.

Por seu lado, Mittler indicou à IPS que a Rio+20 deveria conseguir um acordo para deter o desmatamento e propiciar uma revolução energética baseada nas fontes renováveis e na eficiência. Também lembrou que há uma área em que os governos ainda não podem conseguir verdadeiros progressos: a proteção do mar. Atualmente, mais de 60% dos oceanos são explorados e não há forma legal de criar áreas protegidas em alto mar, que não se encontra sob nenhuma jurisdição nacional em particular.

Muitos governos, cientistas e organizações não governamentais pressionam para que, ao final da Rio+20, seja concretizado o Acordo sobre Biodiversidade em Alto Mar. No momento, segundo Mittler, este acordo ainda está sendo negociado. “Dependendo de os governos se comprometerem ou não, se verá claramente a quem estão ouvindo, se o povo ou os que contaminam”, ressaltou.

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/ban-frustrado-as-vesperas-da-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=25)(http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/ban-frustrado-as-vesperas-da-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=25)

26/05/2012

Pacote de estímulo ignora a economia verde, dizem críticos

por DENISE MENCHEN DO RIO

O pacote de estímulo à economia lançado pelo governo federal é alvo de críticas de economistas e empresários, que consideram que o país perdeu a oportunidade de colocar a indústria automobilística no rumo do desenvolvimento sustentável.

O setor foi beneficiado com redução de IPI, maior disponibilidade de crédito e juros menores nos financiamentos para o consumidor.

A avaliação é que, ao incentivar as vendas de automóveis, ônibus e caminhões, o governo deveria ter exigido dos fabricantes investimentos em eficiência energética, redução das emissões de gases do efeito estufa e uso de materiais reciclados em seu processo produtivo, com metas de médio e longo prazo.

As únicas contrapartidas acertadas, porém, foram a redução dos preços ao consumidor final e o compromisso de não demitir funcionários.

"A medida vai esvaziar os pátios das montadoras para encher as ruas das cidades", critica Ricardo Abramovay, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP.

"Enquanto o mundo discute a transição para a economia verde, o que o Brasil está fazendo é estimular a síntese da velha economia, e isso a um mês da Rio+20", diz, citando a conferência da ONU sobre desenvolvimento sustentável que ocorre de 20 a 22 de junho no Rio.

SEM BANHEIRAS

Ele lembra que, em 2009, o governo americano condicionou a ajuda a montadoras ao ganho de eficiência energética dos motores, com metas traçadas até 2020. Para ele, o pacote brasileiro poderia ter feito a mesma exigência, além de prever investimentos em infraestrutura para o transporte coletivo.

Para a presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, Marina Grossi, o país perdeu a oportunidade de consolidar uma posição de liderança no desenvolvimento sustentável, que ela diz ter sido conquistada "por acaso" – fruto da matriz energética limpa e da riqueza da biodiversidade nacional.

"Para caminharmos em direção a uma economia mais verde, um passo importante é redirecionar incentivos e subsídios", diz, destacando que o país manda sinais trocados com medidas como a anunciada nesta semana.

"Ao mesmo tempo em que tem um plano de mudanças climáticas, uma lei de resíduos sólidos e vai incluir critérios de sustentabilidade nas suas compras, o governo toma ações como essa", afirma.

Na avaliação da economista, isso acaba gerando um "sentimento de frustração" nos empresários que já incorporaram as preocupações com a sustentabilidade. Ela considera, porém, que esse sentimento é insuficiente para desencorajar as empresas com visão estratégica.

O presidente do Instituto Ethos, Jorge Abrahão, diz que as medidas de estímulo à economia são importantes, mas que é preciso pensar em seus impactos. "Os produtos brasileiros vão ser valorizados quando forem identificados como sustentáveis. O governo poderia ser um indutor desse processo."

Fonte: [FOLHA.COM > Notícias > Ambiente > Rio+20](http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1095987-pacote-de-estimulo-ignora-a-economia-verde-dizem-criticos.shtml)(<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1095987-pacote-de-estimulo-ignora-a-economia-verde-dizem-criticos.shtml>)

27/05/2012

Prefeitos das maiores cidades do planeta debaterão efeito estufa durante a Rio+20

por Isabela Vieira da Agência Brasil, no Rio

As 60 maiores cidades do planeta prometem estabelecer metas para redução da emissão de gases do efeito estufa em um encontro paralelo à Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). A informação foi passada pelo prefeito Eduardo Paes, que integra o C40 (organização que abrange as maiores cidades interessadas em desenvolver políticas sustentáveis e ações locais para enfrentar mudanças climáticas).

O C40 se reunirá no Rio entre os dias 17 e 19 de junho no Forte de Copacabana. O objetivo é compartilhar projetos e políticas públicas que possam ser replicados em outras localidades. Além disso, o grupo pretende estabelecer ações conjuntas "para influenciar chefes de Estado a tomar decisões parecidas", como redução da emissão de gases tóxicos, disse Paes, na semana passada.

Para o prefeito do Rio, a questão ambiental é central para a manutenção dos investimentos na capital fluminense, além do bem-estar da população. "É um ativo econômico aqui. As pessoas decidem morar e investir no Rio por suas qualidade ambientais, mas podem fazer o inverso", declarou, durante lançamento da conferência Rio Clima, que também ocorrerá em paralelo à Rio+20.

Atualmente, o C40 é formado por cerca de 60 cidades sob liderança do prefeito de Nova York, Michael Bloomberg. Ele deve vir ao Rio participar da cúpula de prefeitos e elencou quatro metas para o encontro. Entre elas, a padronização da mensuração da emissão de gases de efeito estufa e a criação de um fundo para financiar projetos em cidades em desenvolvimento.

Fonte: [UOL > Notícias > Cotidiano](http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/05/27/prefeitos-das-maiores-cidades-do-planeta-debaterao-efeito-estufa-durante-a-rio20.htm)(<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/05/27/prefeitos-das-maiores-cidades-do-planeta-debaterao-efeito-estufa-durante-a-rio20.htm>)

28/05/2012

Rio+20: ruptura ou ajuste?

por André Trigueiro*



Riocentro, onde ocorrerá a Rio+20.

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/05/c616.jpg?9d7bd4>

Se você entende que há alguma razão para a mudança, manifeste-se. A Rio+20 é uma obra em construção. Ainda há tempo.

Diante do risco de a mais importante conferência do ano se transformar em uma “terapia de grupo”, onde o falatório e a papelada possam resultar em um novo acordo político genérico, convém prestar atenção desde já no posicionamento dos diferentes segmentos que marcarão presença na Rio +20.

Reunidos na PUC-RJ durante a conferência, aproximadamente 500 cientistas deverão compartilhar novas avaliações sobre o estado de fragilidade e degradação dos ecossistemas que fornecem água, matéria-prima e energia à humanidade. De lá deverá surgir mais um grito de alerta em favor da vida sem nenhuma conotação política ou religiosa. Quem usa a ciência para medir os estragos causados pelo atual modelo de desenvolvimento é basicamente um cético: se orienta apenas e tão somente pelas evidências que a metodologia científica lhe revela.

Os povos indígenas causarão enormes constrangimentos aos organizadores da Rio+20. Representantes das etnias que sobreviveram a sucessivos massacres no Brasil e no exterior denunciarão o absurdo do uso insustentável da terra.

Os empresários engajados exibirão os resultados contábeis da ecoeficiência e assumirão novos compromissos em defesa da inovação tecnológica e da redução do desperdício. Haverá entre eles os que fazem maquiagem verde (falam de “sustentabilidade”, mas não praticam), os neo-convertidos, que ajustaram procedimentos mais por conveniência (do que por convicção) e os que, de fato, estão convencidos da necessidade de mudanças e conseguem enxergar mais além do lucro imediato.

A constelação das ONGs deverá confirmar o tamanho e a diversidade das múltiplas correntes de pensamento que não cabem na moldura da ONU, mas que emprestam densidade e legitimidade a uma das pautas mais importantes da Rio+20: governança. Os tomadores de decisão já reconhecem a força do terceiro setor num mundo onde as articulações em rede robustecem a democracia, oxigenam as instituições e promovem a transparência e a justiça.

Caberá às organizações civis e às mídias (todas as mídias, de todos os tamanhos) aquecer a panela de pressão onde os chefes de estado vão cozinhar o texto final da Conferência. Sem isso, será mais do mesmo. Obnubilados pelos afazeres e interesses mais imediatos, de curtíssimo prazo, os chefes de estado não conseguirão justificar mudanças estruturais de longo prazo sem que haja uma boa razão para isso. Se você entende que há alguma razão para a mudança, manifeste-se. A Rio+20 é uma obra em construção. Ainda há tempo.

* **André Trigueiro** é jornalista com pós-graduação em Gestão Ambiental pela Coppe/UFRJ onde hoje leciona a disciplina Geopolítica Ambiental, professor e criador do curso de Jornalismo Ambiental da PUC-RJ, autor do livro *Mundo Sustentável – Abrindo Espaço na Mídia para um Planeta em Transformação*, coordenador editorial e um dos autores do livro *Meio Ambiente no Século XXI, e Espiritismo e Ecologia*, lançado na Bienal Internacional do Livro, no Rio, pela Editora FEB, 2009. É apresentador do *Jornal das Dez* e editor-chefe do programa *Cidades e Soluções*, da Globo News. É também comentarista da Rádio CBN e colaborador voluntário da Rádio Rio de Janeiro.

** Publicado originalmente na edição de março 2012 da Revista GQ e retirado do site [Mundo Sustentável](http://www.mundosustentavel.com.br/2012/03/rio20-terapia-de-grupo-ou-%E2%80%9Cpanela-de-pressao%E2%80%9D/)(<http://www.mundosustentavel.com.br/2012/03/rio20-terapia-de-grupo-ou-%E2%80%9Cpanela-de-pressao%E2%80%9D/>).

Fonte: Mundo Sustentável/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ambiente/artigo/rio20-ruptura-ou-ajuste/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=28)(http://envolverde.com.br/ambiente/artigo/rio20-ruptura-ou-ajuste/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=28)

28/05/2012

Conferência Ethos: Mecanismos anticorrupção, um desafio para a Rio+20

por Denise Ribeiro, para o Instituto Ethos



Delia Rubio, da Transparência Internacional, teme que a falta de compromissos na Rio+20 se transforme em risco para as “finanças climáticas”.

Fonte: <http://envolverde.com.br/porta1/wp-content/uploads/2012/05/8.jpg?9d7bd4>

“A Rio+20 oferece uma oportunidade sem precedentes para definir a agenda para o desenvolvimento sustentável. No entanto, se essa agenda não incluir mecanismos de combate à corrupção, o grande volume de recursos financeiros canalizados no processo pode criar ainda mais incentivos para a corrupção e o esgotamento dos recursos.” O alerta é da advogada argentina Delia Ferreira Rubio, membro do Conselho Internacional da Transparência Internacional e uma das palestrantes da Conferência Ethos Internacional 2012, que ocorre em São Paulo, de 11 a 13 de junho, com o tema geral “A Empresa e a Nova Economia. O que muda com a Rio+20?”.

Doutora em direito e consultora de inúmeras instituições internacionais, como a Organização de Estados Americanos (OEA) – onde atua no Programa de Educação em Valores Democráticos e Formação de Lideranças –, Delia Rubio afirma que mecanismos de transparência e prestação de contas são vitais para o dinheiro chegar onde é mais necessário: “A corrupção é uma séria ameaça à sustentabilidade. Ela mina realizações voltadas à redução da pobreza e ao crescimento da economia verde e é um dos principais entraves ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Baixos níveis de transparência, responsabilidade e integridade estão empiricamente correlacionados com menor número de alunos alfabetizados, maiores índices de mortalidade materna e maior dificuldade no acesso à água potável”.

Segundo Delia, com o crescimento populacional e a expansão do consumo acelerando a competição pelos recursos escassos do planeta, aumentam as tensões sociais e também a probabilidade de corrupção. “Décadas de experiência colaborando com o desenvolvimento nos ensinaram que salvaguardas anticorrupção não devem se constituir numa reflexão tardia. Elas precisam ser inscritas no projeto de desenvolvimento e processos sustentáveis agora, enquanto esses mecanismos ainda estão tomando forma. É por isso que a prevenção da corrupção deve ser uma parte integrante da Rio+20”, argumenta.

Governança, questão central

Na visão da especialista, para assegurar que os resultados do desenvolvimento sustentável sejam alcançados, o acordo deve abordar explicitamente formas de fortalecer a governança em todos os níveis (local, nacional e global). Deve também consagrar mecanismos que promovam a transparência e a

responsabilidade, bem como a conduta ética, “na política e na prática”, por parte de todos os interessados (governos, empresas e sociedade civil).

Delia Rubio alerta para duas questões críticas ausentes do texto em negociação para o documento final da Rio+20: a prevenção à corrupção e o enfrentamento aos riscos associados ao que ela define como “finanças climáticas” – os fundos que serão criados para a adaptação às mudanças climáticas e sua mitigação.

“Se não trabalharmos a governança, não haverá desenvolvimento sustentável verdadeiro. Mecanismos de controle e de prestação de contas que permitam o acesso à informação e a participação da sociedade em relação ao uso racional dos recursos públicos são a única forma de conseguir garantir, desde o começo, que o dinheiro não vá parar nos bolsos de protegidos e chegue onde é mais necessário”, afirma.

A representante da Transparência Internacional ressalta a importância da Conferência Ethos, especialmente por reunir um número significativo de empresas e coligações do setor privado: “Dessa forma, aumentamos nosso poder coletivo e ganhamos voz para defender um futuro global justo e sustentável, que vá além do crescimento do PIB”.

Como resultado, ela espera um sólido conjunto de políticas e recomendações que possam ser inspiradoras para a Rio+20. Admite, no entanto, que suas expectativas são “mistas”: ao mesmo tempo que enxerga a Conferência Ethos como “um passo significativo”, não tem esperanças de grandes avanços na Rio+20. “Acho que a cúpula da ONU tende a produzir acordos com o menor denominador comum possível – o que geralmente significa compromissos fracos ou a falta de compromissos em termos de transparência e responsabilidade”, opina.

Vontade do cidadão

A advogada afirma que a luta anticorrupção leva muitos anos e que, embora o tema faça parte da agenda de muitos governos, a solução do problema depende da vontade do cidadão comum. “Ela virá apenas quando houver demanda por transparência da cidadania. Nosso grande desafio é incorporar o cidadão comum a essa luta”, ressalta.

Delia Rubio afirma que isso só vai acontecer quando a população entender que a corrupção não envolve só políticos, traficantes e maus empresários, mas afeta a saúde, a educação, os serviços públicos e a qualidade de vida. “Quando o cidadão comum conseguir fazer essa ligação, de que ele é a grande vítima, o maior afetado pelas consequências da corrupção – seja pelo medicamento falsificado ou vencido, seja pela parede da escola que desabou porque foi feita com material inadequado –, então teremos mais gente lutando contra isso”, explica.

Brasil exemplar

A demanda por transparência vem aumentando em todo o mundo, segundo a especialista, que cita o Brasil como exemplo de avanço nessa área: “A informação é insumo fundamental para a tarefa de um Congresso sério. Tanto para legislar como para controlar, é indispensável contar com informação suficiente, verdadeira e atualizada. Há uma tendência mundial de demanda por abertura e transparência, que vem sendo liderada pelo Brasil e pelos Estados Unidos. Estamos muito atentos à política da presidenta Dilma Rousseff, uma mulher com posição firme, cuja linha de conduta tem demonstrado que transparência e ética pública são princípios não negociáveis”, diz.

A iniciativa de governo aberto, copatrocinada por Brasil e Estados Unidos, com o lançamento de iniciativas que facilitam o acesso à informação pública, vem sendo seguida por outros países. “Ao contrário do que muitos governantes pensam, o controle do Estado não é feito para molestar os governos. A exigência de ética pública, de informes ao parlamento e de prestação de contas é uma forma de garantir os direitos das pessoas que os governantes representam. Nós, cidadãos, que demos a eles um contrato para que governem por nós durante um período, temos de saber quais são nossos direitos, quais as regras para chegar a determinado posto, obter um benefício ou entrar numa concorrência. Quando todos podem ler os requisitos, terminam as arbitrariedades na tomada de decisões”, argumenta.

De acordo com um ranking elaborado a cada dois anos pela Transparência Internacional – chamado Índice de Percepção de Corrupção –, El Salvador, Argentina, Venezuela, Guatemala e Paraguai são os países latinos com pior desempenho. Entre os 183 países pesquisados em 2011, o Brasil ocupava o posto 73, com 3,8 pontos. O primeiro colocado era a Nova Zelândia, seguida da Finlândia e da Dinamarca – as três com 9,5 de nota (o máximo é 10). Somália e Coreia do Norte, as últimas colocadas, tiveram 1 ponto.

“Creio que, na América Latina, nem todos os países estão no mesmo nível de avanço. Alguns avançaram na criação de institutos e colocaram em marcha políticas públicas, mas em outros fazem falta algumas leis que garantam maior transparência. O Brasil avançou em matéria de transparência no financiamento da política com a lei que obriga os candidatos a reportarem a origem dos fundos da campanha eleitoral”, analisa.

Falta dinamizar a justiça

Segundo ela, ainda há muito a fazer: “A justiça é lenta e não muito independente. As pessoas ficam desiludidas com isso, porque um escândalo é descoberto, os jornais dão visibilidade à história, mas um novo escândalo se sobrepõe a ele, passa o tempo, as causas prescrevem e nada acontece. Fazem falta códigos processuais adequados e uma justiça independente do poder político, com recursos orçamentários e humanos suficientes e capacidade de investigar”, esclarece. Informa ainda que, atualmente, o crime organizado é o grande desafio transnacional, “algo distinto do risco de corrupção, mas muito grave, porque vem comprando decisões e proteção. Seu combate requer trabalho coordenado entre inúmeros países”.

Delia Rubio afirma que a Transparência Internacional sempre acreditou na união de forças em torno de uma causa e por isso elogia a iniciativa do Instituto Ethos de promover “alianças de diferentes atores”. Ela qualifica a atuação conjunta “com uma abordagem integrada e construtiva” como “mais eficiente” no combate à corrupção: “É por isso que nós trabalhamos com parceiros nos negócios, no governo e na sociedade civil para o desenvolvimento e a implementação de medidas eficazes”.

Para que a corrupção não prejudique os objetivos de desenvolvimento sustentável, a advogada defende uma fiscalização construída com iniciativas inter-relacionadas. “Ter o setor privado como parte da solução é a única maneira de podermos avançar para a justiça social real”, conclui, convidando todos os interessados no tema a participar da 15ª Conferência Internacional de Combate à Corrupção, que acontecerá no Brasil, em novembro próximo: “Virão mais de 1.500 pessoas de vários países e setores para discutir, entre outros assuntos, os resultados de Rio+20”.

Para fazer sua inscrição na Conferência Ethos Internacional 2012, [clique aqui](http://www.ethos.org.br/ce2012/) (<http://www.ethos.org.br/ce2012/>).

* Publicado originalmente no site do [Instituto Ethos](http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/6845/servicos_do_portal/noticias/itens/conferencia_ethos_mecanismos_anticorruptao_um_desafio_para_a_rio+20.aspx) (http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/6845/servicos_do_portal/noticias/itens/conferencia_ethos_mecanismos_anticorruptao_um_desafio_para_a_rio+20.aspx).

Fonte: Instituto Ethos/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/conferencia-ethos-mecanismos-anticorruptao-um-desafio-para-a-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=28) (http://envolverde.com.br/noticias/conferencia-ethos-mecanismos-anticorruptao-um-desafio-para-a-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=28)

28/05/2012

ONU divulga lista completa de eventos paralelos da Rio+20

A partir do dia 13 de junho, Riocentro terá 20 debates diários sobre meio ambiente e sustentabilidade. Cidade terá feriado entre os dias 20 e 22 de junho



Estrutura metálica do Projeto Humanidades, no Forte de Copacabana: espaço para debates durante a Rio+20

Foto: Lucas Landau

Fonte: <http://veja.abril.com.br/assets/images/2012/5/80252/FORTE-COPACABANA-22-size-598.jpg?1337987118>

A agenda principal da Rio+20 ocorre entre os dias 20 e 22 de junho, no Rio de Janeiro. Mas a partir do dia 13, assuntos que vão da sustentabilidade nas empresas a questões relativas a tribos e manejos de florestas estarão sendo discutidos nos eventos paralelos da conferência. O secretariado da Rio+20 liberou a programação oficial de eventos paralelos. São eventos que obtiveram o aval da ONU através de projeto seletivo aberto em janeiro deste ano, e todos ocorrem dentro do território administrado pelas Nações Unidas no Centro de Convenções do Riocentro.

A grade é extensa e compreende um total de 20 eventos diários, de 9h30 às 21h00, no período de 13 a 22 de junho. Para participar, é preciso ter registro junto à ONU e apresentar as credenciais, que começarão a ser distribuídas aos participantes registrados previamente a partir de 9 de junho, no próprio Riocentro. [A lista completa está no site da ONU \(http://www.uncsd2012.org/rio20/meetings_sidevents.html\)](http://www.uncsd2012.org/rio20/meetings_sidevents.html).

[O Rio de Janeiro terá feriado municipal \(http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/no-feriado-da-rio-20-comercio-funcionara-normalmente\)](http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/no-feriado-da-rio-20-comercio-funcionara-normalmente), com ponto facultativo para os servidores federais, entre os dias 20 e 22 – datas oficiais da Rio+20. Nesta sexta-feira, o Exército apresentou a sala do Centro de Operações da Rio+20, de onde serão controladas todas as ações de segurança da conferência. Na sexta-feira foi apresentado o espaço no Forte de Copacabana que vai receber todos aqueles que quiserem entrar em contato com os temas da Rio+20, no projeto Humanidade 2012. É necessário cadastro prévio pela internet para ter acesso e participar do programa.

Onde e quando acontecerão os eventos da Rio+20

Os cerca de 50 mil participantes da conferência vão se reunir em espaços nas zonas sul e oeste, com destaque para as regiões próximas ao Parque do Flamengo e ao Riocentro

Parque do Flamengo



Vista aérea do Aterro do Flamengo.

Foto: Selmy Yassuda

Fonte: <http://veja.abril.com.br/assets/pictures/58475/aterro-do-flamengo-rio-de-janeiro-2009-size-620.jpg?1322832629>

Será a sede dos eventos de ONGs, instituições públicas e pequenas ou médias empresas. Estão previstos para o local a Cúpula dos Povos e a Marcha das ONGs. Os eventos começam no dia **13** e vão até **22** de junho, em uma extensão de área ainda a ser definida pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

Palácios Guanabara e Laranjeiras



Palácio Guanabara.

Foto: Divulgação/Governo do estado

Fonte: <http://veja.abril.com.br/assets/pictures/71013/palacio-guanabara-divulgacao-size-620.jpg?1331929468>

A sede do governo estadual e a residência oficial do governador vão receber reuniões preparatórias da Cúpula Mundial dos Governos Regionais e o coquetel de boas vindas para as autoridades. As atividades estão agendadas para os dias **17** e **18** de junho.

Favelas



Favela da Rocinha.

Foto: Christophe Simon/AFP

Fonte: <http://veja.abril.com.br/assets/pictures/59568/favela-rocinha-rio-de-janeiro-20110612-size-620.jpg?1323726160>

Ocupadas por policiais militares das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), algumas das favelas consideradas 'pacificadas' receberão visitas de delegações, empresários e jornalistas. Estão no roteiro o **Complexo do Alemão**, na zona norte; **Chapéu Mangueira**, **Babilônia**, **Pavão-Pavãozinho**, **Cantagalo** e **Rocinha**, na zona sul; e **Cidade de Deus**, na zona oeste.

Autódromo de Jacarepaguá



Vista aérea do Autódromo de Jacarepaguá.

Foto: Genilson Araujo/Agência O Globo

Fonte: <http://veja.abril.com.br/assets/pictures/71060/autodromo-jacarepagua-size-620.jpg?1331933527>

Será a área destinada a ONGs e empresas do estado do Rio, com eventos entre os dias **13** e **22** de junho.

Pavilhão do estado do Rio



Pavilhão do Estado do Rio

Foto: Divulgação

Fonte: <http://veja.abril.com.br/assets/pictures/71007/rio-20-pavilhao-do-estado-do-rio-2-size-620.jpg?1331928907>

Em uma área de cerca de 4 mil metros quadrados estão previstos diversos eventos e encontros, entre eles o lançamento de uma marca que visa a associar o estado do Rio ao conceito de sustentabilidade e o Megacidades, encontro nacional sobre políticas públicas voltadas para ações sustentáveis. No pavilhão será lançado o Clean Revolution, pelo Climate Group. Estão previstas também uma sessão da R20, iniciativa liderada pelo ex-governador da Califórnia, Arnold Schwarzenegger, e o World Green Summit, encontro empresarial sobre sustentabilidade. Os encontros vão de **13 a 22** de junho.

Riocentro



Riocentro

Foto: Divulgação/Comitê Nacional Organizador

Fonte: <http://veja.abril.com.br/assets/pictures/71005/RIOCENTRO-PARQUE-ATLETAS-RIO-size-620.jpg?1331928802>

Nas salas e auditórios do centro de convenções acontecerão as reuniões para negociações e acordos políticas da Rio+20, envolvendo as delegações dos países entre **13 e 22** de junho.

Também será o local da plenária da ONU onde estarão reunidos os chefes de estado nos dias **20, 21 e 22** de junho. Na área externa do centro de convenções uma infraestrutura especial abrigará os eventos paralelos da ONU, entre os quais os Diálogos Sustentáveis promovidos pelo governo brasileiro dias **16, 17, 18 e 19** de junho. Um estande de 50 metros quadrados será dedicado a atividades de promoção turística e divulgação do Rio.

Forte de Copacabana



Forte de Copacabana

Foto: Gabriel de Paiva/Agência O Globo

Fonte: <http://veja.abril.com.br/assets/pictures/71065/forte-copacabana-size-620.jpg?1331935290>

Será a área destinada aos governos de cidades reunidos na coalizão internacional C40, voltada para as questões ambientais das grandes cidades. As datas das atividades ainda não foram definidas pela organização.

Fonte: [VEJA.COM > Notícias > Brasil > Meio Ambiente > Rio+20](http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/onu-divulga-lista-completa-de-eventos-paralelos-da-rio-20)(<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/onu-divulga-lista-completa-de-eventos-paralelos-da-rio-20>)

28/05/2012

TERRAMÉRICA – Sobrevivência com créditos de carbono

por Fabíola Ortiz*



O cacique Almir Suruí (E) em sua aldeia.

Foto: Divulgação Povo Paiter-Suruí.

Fonte: <http://envolverde.com.br/porta1/wp-content/uploads/2012/05/c17-300x240.jpg?9d7bd4>

Os paiter-suruí, do Estado brasileiro de Rondônia, na Amazônia, preveem arrecadar pelo menos US\$ 40 milhões nos próximos 30 anos com o serviço ambiental de restaurar e fazer uso sustentável da selva.

Rio de Janeiro, Brasil, 28 de maio de 2012 (Terramérica).- O povo nativo paiter-suruí, no coração da Amazônia brasileira, não tinha contato com o mundo ocidental até 45 anos atrás. Hoje, aposta nos complexos mercados de carbono para garantir sua sobrevivência. Habitantes do território Sete de Setembro, quase 250 mil hectares localizados entre os Estados de Rondônia e Mato Grosso, perto da fronteira com a Bolívia, os paiter-suruí viveram uma história vertiginosa nas últimas décadas.

Apenas três anos depois de seu primeiro contato com o “homem branco”, em 1969, quase chegaram à extinção: a população de cinco mil pessoas caiu para apenas 300 devido à mortandade causada pelas doenças trazidas pelos invasores. Hoje são cerca de 1.350 e estão determinados a perdurar. Suruí é o nome que os antropólogos lhes deram. Porém, entre si, eles se chamam paiter, “o povo verdadeiro, nós mesmos” na língua tupi-mondé que falam.

O negócio que pretendem é parte do Projeto de Carbono da Floresta Suruí, aprovado em abril, que prevê mecanismos para neutralizar as emissões de dióxido de carbono, como evitar o desmatamento, mantendo esse elemento na massa florestal, e absorvendo-o da atmosfera, mediante o reflorestamento. Estas ações estão previstas no regime de Redução de Emissões provocadas pelo Desmatamento e pela Degradação das Florestas (REDD+), impulsionado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como instrumento para mitigar a mudança climática.

A compra e venda de direitos de emissão de carbono, ou certificados de carbono, está prevista nos sistemas de controle da mudança climática para que empresas ou países grandes emissores de gases-estufa paguem a outros que possuem mecanismos para reduzi-las. Após décadas resistindo ao embate dos madeireiros, caçadores e colonos, desde 2005 os paiter-suruí plantaram 14 mil exemplares de 17 espécies, entre elas cacau e café, árvores de madeira nobre como mogno, cerejeira e ipê, e frutíferas como açaí, pupunha e babaçu.

“Queremos beneficiar nosso povo e nos desenvolvermos de acordo com nossa necessidade da região, valorizando produtos florestais. Uma política econômica verde é justamente um planejamento de uso sustentável”, disse ao Terramérica o líder deste povo, Almir Suruí, que também integra a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. O cacique Almir, de 38 anos, sempre está com seu corpo pintado e usa colares de sementes nativas feitos pelas mulheres de seu povo. E também veste roupa ocidental quando tem compromissos fora de sua aldeia, mas que não escondem totalmente a pintura corporal.

Antes de ficar conhecido no Brasil, obteve reconhecimento internacional por denunciar na Organização dos Estados Americanos (OEA) a exploração ilegal de madeira nas terras de seu povo e por defender os direitos e a integridade dos grupos em isolamento voluntário, além de lutar contra a construção de represas hidrelétricas nos rios de Rondônia. Para conseguir seus objetivos de sustentabilidade, os paiteir-suruí trabalham associados com várias organizações não governamentais e instituições estatais, como o governamental Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), que facilita a criação de mecanismos financeiros e ferramentas que garantam renda para os paiteir-suruí.

O projeto Carbono Suruí tem duração de três décadas para a conservação de uma área com mais de 12 mil hectares, segundo Angelo dos Santos, um dos coordenadores da Funbio. “Todos os anos os paiteir-suruí asseguram um volume de carbono não emitido que será oferecido ao mercado”, explicou Angelo ao Terramérica. “Nos próximos 30 anos, a quantidade que o povo paiteir-suruí acumulará pelo desmatamento evitado será de oito milhões de toneladas de dióxido de carbono. E assim se pagará aos indígenas por não desmatarem”, acrescentou. As estimativas indicam que podem arrecadar US\$ 40 milhões pela cotação atual do mercado, que está em US\$ 5 para cada tonelada de carbono.

Segundo Angelo, há várias formas de comercializar os certificados de carbono. Uma delas é que sejam comprados por empresas interessadas em neutralizar ou compensar suas próprias emissões desse gás-estufa. “Isto é uma grande inovação”, ressaltou. Os recursos obtidos pela venda de certificados serão destinados ao Fundo de Gestão Paiteir-Suruí, oficializado no começo de maio para incentivar um plano de desenvolvimento e tornar viáveis formas de gerar renda sem destruir a selva.

Já são produzidas mais de quatro mil toneladas por ano de café orgânico e cerca de dez mil toneladas de castanha amazônica, contou o cacique. As duas produções já contam com planos de negócios. Enquanto isso, “o Fundo Paiteir-Suruí vai arrecadar recursos próprios com doações de bancos multilaterais e empresas, e pela venda de certificados de carbono”, detalhou Angelo. A meta é captar US\$ 6 milhões nos próximos três anos. E em seis anos o Fundo será completamente administrado pelos paiteir-suruí, que já estão se capacitando para isso.

É, sob todos os aspectos, um caso excepcional. Trata-se do primeiro mecanismo financeiro criado para um povo indígena que quer garantir sua sobrevivência e a de sua cultura. Estas iniciativas valeram ao cacique Almir o 53º lugar entre as cem pessoas mais criativas para negócios em 2011, um ranking preparado pela revista norte-americana Fast Company. Não por acaso, Almir foi convidado este mês para falar sobre inovação para dirigentes empresariais e pesquisadores, em um encontro organizado pela revista britânica The Economist.

* A autora é correspondente da IPS.

LINKS

[Florestas, a variável de ajuste da contaminação climática](http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=port&idnews=3820)(<http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=port&idnews=3820>)

[A população que vigia sua Amazônia](http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=port&idnews=3698)(<http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=port&idnews=3698>)

[Florestas na incerteza climática](http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=port&idnews=3446)(<http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=port&idnews=3446>)

[Florestas são muito mais que depósitos de carbono](http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=port&idnews=3303)(<http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=port&idnews=3303>)

[Florestas entram no comércio de carbono](http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=port&idnews=1477)(<http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=port&idnews=1477>)

[Indígenas pressionam por florestas e selvas, em espanhol](#)(

[Paiteir-Suruí](http://www.paiteir.org/)(<http://www.paiteir.org/>)

[Povo indígena suruí](http://www.surui.org/)(<http://www.surui.org/>)

[Carbono Suruí: Consentimento Livre, Prévio e Informado, pdf em português](http://www.forest-trends.org/documents/files/doc_2693.pdf)(http://www.forest-trends.org/documents/files/doc_2693.pdf)

[Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira](http://www.coiab.com.br/)(<http://www.coiab.com.br/>)

[Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, em português e inglês](http://www.funbio.org.br/)(<http://www.funbio.org.br/>)

[O cacique Almir Suruí segundo a revista Fast Company, em inglês](http://www.fastcompany.com/most-creative-people/2011/chief-almir-surui-amazon-tribe)(<http://www.fastcompany.com/most-creative-people/2011/chief-almir-surui-amazon-tribe>)

Artigo produzido para o Terramérica, projeto de comunicação dos Programas das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e para o Desenvolvimento (Pnud), realizado pela Inter Press Service (IPS) e distribuído pela Agência Envolverde.

Fonte: Terramérica/[Envolverde](http://envolverde.com.br/terramerica/terramerica-sobrevivencia-com-creditos-de-carbono/)(<http://envolverde.com.br/terramerica/terramerica-sobrevivencia-com-creditos-de-carbono/>)

29/05/2012

Rio+20: MMA promove ciclo de debates

Para reforçar as discussões sobre sustentabilidade que antecedem a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20), o Ministério do Meio Ambiente promove, de 11 a 14 de junho, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, o ciclo de debates Brasil sustentável – o caminho para todos. Estão programados oito painéis com apresentações e palestras sobre temas comuns à agenda ambiental, como economia, reciclagem, consumo e florestas.

Sociedade civil, governo e empresas públicas e privadas são parceiros na promoção do ciclo de debates. No painel agendado para o dia 13 de junho sobre Empreendedorismo Verde, representantes do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) promovem discussões sobre o papel do empreendedorismo na geração de emprego e renda e sua relação com a preservação ambiental. Além da busca por mercados que optam pela sustentabilidade como diferencial nos negócios.

No dia 14 de junho as atividades englobarão temas ligados à finanças sustentáveis, com a presença de representantes do Banco Central do Brasil. Os especialistas da área econômica irão mostrar como o desenvolvimento sustentável se relaciona com o sistema financeiro e de que forma as economias emergentes e o crescimento econômico são impulsionados pelas facilidades de crédito.

Biodiversidade – O papel das Unidades de Conservação na preservação da biodiversidade brasileira será destacado no painel previsto para a abertura do Ciclo de Debates, no dia 11 de junho, às 9h30. A diretora do Departamento de Áreas Protegidas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA, Ana Paula Prates, ressalta que o Brasil, potência nas questões que permeiam a biodiversidade, possui um dos maiores capitais naturais do mundo, o que representa fonte de crescimento econômico e potencial de tornar o país líder na oferta de serviços ecossistêmicos.

“Vamos mostrar alguns temas inovadores que dialogam com o formato social das unidades de conservação, como biotecnologia, mudanças climáticas, sociobiodiversidade e economia verde”, conta Ana Paula. Para ela, a discussão desses temas, de certa forma inovadores no contexto ambiental, garantirão o aprofundamento dos debates a cerca das unidades de conservação com a sociedade, técnicos e gestores do MMA.

Padrão – A necessidade de rever os atuais padrões de produção e consumo será abordada no painel Produção e Consumo Sustentáveis, agendado para o dia 12 de junho às 9h30. Hoje, o Brasil experimenta um crescimento inédito de sua classe média. Quase 3 milhões de brasileiros entraram para o mercado nos últimos anos. Isso exige mudanças de curto, médio e longo prazos, tanto na forma de produzir, quanto nos padrões de consumo.

“Representantes do governo brasileiro, PNUMA e sociedade civil irão apresentar os avanços em direção a padrões sustentáveis de produção e consumo e discutir a retomada e implementação do Projeto 10 Year Framework Programme on Sustainable Consumption and Production – 10YFP, decorrente do Processo de Marrakesh”, aponta a gerente de Consumo Sustentável da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do MMA, Fernanda Daltro.

Fonte: Sophia Gebrim/MMA/[AmbienteBrasil](http://ambientebrasil.com.br) > [Notícias](http://noticias.ambientebrasil.com.br/noticias/2012/05/29/83755-rio-20-mma-promove-ciclo-de-debates.html) > [Clipping \(http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2012/05/29/83755-rio-20-mma-promove-ciclo-de-debates.html\)](http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2012/05/29/83755-rio-20-mma-promove-ciclo-de-debates.html)

29/05/2012

Rio+20, somente semear para o futuro

por Stephen Leahy, da IPS



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/05/12.jpg?9d7bd4>

Uxbridge, Canadá, 29/05/2012 – A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) servirá apenas de terreno onde se tentará cultivar as ideias e os valores que a humanidade necessita para o Século 21. Contudo, ninguém espera, ou mesmo deseja, um grande tratado internacional sobre desenvolvimento sustentável, lamentou Manish Bapna, presidente interino da organização ambientalista internacional World Resources Institute, com sede em Washington.

“O importante acontecerá de forma paralela às negociações formais”, disse Bapna à IPS. Porém, “pode haver alguns esperançosos compromissos específicos” dos países na Rio+20, acrescentou. Talvez, seu resultado mais importante seja acabar com o errôneo conceito de que proteger o meio ambiente vai contra o crescimento econômico, quando, na realidade, ocorre o contrário, destacou Bapna. Sem um meio ambiente saudável e funcionando a humanidade perde os benefícios de “produtos gratuitos”: ar, água, terras de cultivo e clima estável.

Para Bapna, “um dos principais obstáculos para o futuro é que funcionários de muitos países acreditam que avançar em um caminho mais sustentável implica um custo demasiadamente alto”. Ele espera que a Rio+20 gere um “novo discurso”, com maior compreensão de que uma economia baixa em carbono e eficiente em termos de recursos pode também aliviar a pobreza e gerar empregos.

Espera-se que ao menos 50 mil pessoas participem de centenas de atividades na Rio+20, entre elas mais de 130 líderes mundiais, incluindo o presidente da Rússia, Vladimir Putin, e os primeiros-ministros Manmohan Singh, da Índia, e Wen Jiabao, da China. O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, não confirmou sua presença no encontro, que acontece 20 anos depois da Cúpula da Terra.

Aquela reunião, também no Rio de Janeiro, deu à luz três importantes tratados sobre meio ambiente, mudança climática, biodiversidade, degradação de terras e desertificação. Porém, em quase todas essas categorias a situação piorou desde 1992. Apenas poucos países, como a Alemanha, entendem a necessidade ambiental e econômica de optar por um caminho mais sustentável, afirmou Bapna. “Esse país realiza o esforço individual mais importante do mundo para combater a mudança climática e reduzir o carbono em sua economia”, ressaltou.

A Alemanha está comprometida em duplicar sua produtividade energética e de recursos até 2020, o que gerará novos empregos e fortalecerá sua competitividade em um mundo com cada vez menos e mais caros recursos. Aproximadamente 22% da energia da Alemanha procede de fontes renováveis, e sua meta é alcançar 35% até 2020, e 80% até 2050. Para isto, realiza grandes esforços na melhoria da eficiência energética

O consumo de água potável, petróleo e cobre caminha para ser triplicado até 2050, segundo informe da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2001. O problema é que não restam recursos suficientes no planeta para sustentar este ritmo. A Rio+20 precisa atrair as pessoas com uma nova “história” sobre o imperativo de viver de forma sustentável, com exemplos de como podem ser criados novos mercados e empregos verdes, apontou Bapna.

Enquanto isso, as negociações oficiais da Rio+20 vão tão mal que foram acrescentadas mais sessões. As delegações negociam o chamado “rascunho zero”, onde se procura estabelecer um mapa do caminho para o crescimento sustentável e no qual esteja previsto o estabelecimento de uma série de metas. Porém, como todos os acordos da ONU, cada palavra necessita de uma aprovação unânime de todas as nações, o que é extremamente difícil.

“Reconhecemos que não podemos continuar queimando e consumindo nossa forma de prosperidade. Entretanto, não adotamos a solução óbvia. A única solução possível, hoje como há 20 anos, é o desenvolvimento sustentável”, disse em uma declaração o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon. Também admitiu que as negociações seguem “dolorosamente lentas”, e interveio pessoalmente para acrescentar outra semana de conversações, exortando os países a olharem além de seus interesses nacionais. Segundo Ban Ki-moon, o Rio de Janeiro “oferece uma oportunidade geracional para acionar o botão de reinício, para fixar um novo curso rumo ao futuro que equilibre as dimensões econômica, social e ambiental da prosperidade e do bem-estar humanos”.

Faltando menos de 30 dias para o encontro de alto nível, ainda não “há uma definição acordada do que é economia verde”, alertou Craig Hanson, diretor do Programa de População e Ecossistemas do Instituto de Recursos Mundiais. Há um crescente consenso sobre a necessidade de um crescimento e um desenvolvimento verdes, mas a população em geral não sabe exatamente o que isto significa.

A Alemanha oferece um exemplo com seus esforços de energia limpa, que criaram 370 mil empregos, indicou Hanson à IPS. Outro exemplo é o êxito de Níger em reverter a desertificação na zona do Sahel, acrescentou. As negociações sobre como obter economias mais verdes são uma batalha, pois muitos países colocam seus interesses nacionais acima dos interesses do planeta e das futuras gerações, observou.

Reduzir gradualmente os milhões de dólares que os governos investem em subsídios anuais para combustíveis fósseis seria um caminho ideal, mas não está claro se as nações estão dispostas a isso, opinou Bapna. “Repetirão suas antigas promessas ou assumirão firmes compromissos no Rio? Simplesmente não sabemos”, afirmou. O mundo mudou desde 1992. As coisas são muito menos previsíveis. Não há uma visão ecológica única para todos os países. “O que sabemos é que esta é uma década crítica. O mundo necessita de compromissos no curto prazo para atuar”, concluiu.

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/rio20-somente-semear-para-o-futuro/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=29)(http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/rio20-somente-semear-para-o-futuro/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=29)

29/05/2012

FHC vê 'falta de urgência' em debates sobre a Rio+20

de SÃO PAULO

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso resolveu unir sua voz ao coro dos descontentes com as perspectivas pouco animadoras da Rio+20, a cúpula da ONU sobre desenvolvimento sustentável que acontece entre 13 e 22 de junho no Rio de Janeiro.

Em artigo no jornal britânico "Guardian", assinado em parceria com a ex-primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, considerada a criadora do conceito de desenvolvimento sustentável, o ex-presidente critica a falta de progresso das negociações até agora.

"Faz muito tempo que estamos envolvidos com a vida pública. Sabemos que a mudança precisa de tempo para acontecer. Mas até o nosso otimismo está sendo seriamente testado pela falta de urgência nos preparativos para a Rio+20", escreve a dupla.

"Essa situação nos preocupa profundamente. O sucesso –ou fracasso– no Rio terá enormes repercussões, definirá as aspirações de 3,5 bilhões de jovens e moldará o mundo que estamos deixando para futuras gerações", advertem FHC e Brundtland.

No artigo, os dois defendem o estabelecimento de metas claras na conferência e afirmam apoiar a criação de um conselho de desenvolvimento sustentável "forte" no âmbito da ONU para implementar essas metas.

FHC e Brundtland dizem também que é preciso enfrentar a pobreza para haver progresso ambiental.

Ambos são membros do grupo "Elders" ("Anciões", em inglês), formado por estadistas sêniores do mundo todo, como o ex-presidente americano Jimmy Carter e o arcebispo anglicano Desmond Tutu, da África do Sul.

Fonte: [FOLHA.COM > Notícias > Ambiente > Rio+20](http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1097178-fhc-ve-falta-de-urgencia-em-debates-sobre-a-rio20.shtml)(<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1097178-fhc-ve-falta-de-urgencia-em-debates-sobre-a-rio20.shtml>)

29/05/2012

ONU inicia nos EUA a última rodada de negociações antes da Rio+20

*Objetivo é definir temas do documento final que será assinado no Brasil.
Diplomatas estarão reunidos na sede das Nações Unidas até dia 2 de junho.*

do Globo Natureza, em São Paulo

A menos de um mês para o início da Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, começou nesta terça-feira (29) a terceira, e última, rodada de negociações informais entre representantes de governos para definir o documento final do encontro.

A discussão segue até o próximo dia 2 de junho, em Nova York, nos Estados Unidos. Chamado inicialmente de "Rascunho Zero", o documento será assinado pelos chefes de Estado, reunidos no Rio de Janeiro para a cúpula entre os dias 20 e 22 de junho, durante o segmento de alto nível.

A Rio+20 recebe este nome por ocorrer vinte anos depois da Rio 92 (também conhecida como Eco 92), considerada a maior conferência sobre meio ambiente já realizada, que popularizou o conceito de "desenvolvimento sustentável". A conferência ocorre de 13 a 22 de junho e está dividida em três partes.

De acordo com comunicado divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU), a última rodada é a "última oportunidade" dos negociadores para sintetizar as opiniões sobre como desenvolver uma "economia verde".

Para o Secretário-Geral da Rio+20, Sha Zukang, "a verdadeira medida de sucesso no Rio serão as ações que a Conferência vai inspirar". Sha espera que a Rio+20 resulte em um documento de ação política negociada por todos os Estados-Membros da ONU, bem como uma infinidade de compromissos por parte dos governos, empresas e sociedade civil.

Rascunho Zero

No início de maio, o embaixador Luiz Alberto Figueiredo, secretário-executivo da Comissão Nacional para a Rio+20, disse que existe a preparação de uma síntese que seja "mais próxima" do resultado final da reunião..

Esse rascunho, negociado a partir desta terça, chegou a ter 278 páginas, com texto em boa parte ainda entre colchetes, ou seja, passível de mudanças durante as discussões diplomáticas.

Rio + 20

Os locais da Conferência



Aterro do Flamengo

Abriga a Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental, evento paralelo e crítico à Rio+20

Barra da Tijuca



A) Riocentro

Sede da conferência, vai receber os diplomatas e chefes de Estado para as negociações e plenárias oficiais



B) Parque dos Atletas

Bem próximo ao Riocentro, o local terá exposições e tendas dos países participantes e do governo brasileiro



C) Arena da Barra

Receberá atividades da sociedade civil. Ali haverá telões transmitindo o que acontece no Riocentro

Centro



D) Museu de Arte Moderna
E) Espaço Vivo Rio

Abrigará exposições temáticas organizadas pelo governo brasileiro e pela sociedade civil, além de telões transmitindo o que acontece no Riocentro



F) Pier Mauá e Galpão da Cidadania

Terá exposições e tendas dos países participantes e do governo brasileiro



G) Quinta da Boa Vista

Terá atividades da sociedade civil e telões retransmitindo o Riocentro



Fonte: http://s2.glbimg.com/x7aW0VEvrlXiFu4EP504O-w1XuaFUeWar404kz6d99dloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/05/03/rio20mapa.jpg

Fonte: G1 > Natureza > Rio+20(<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/05/onu-inicia-nos-eua-ultima-rodada-de-negociacoes-antes-da-rio20.html>)

29/05/2012

Considerada fracasso na época, Rio 92 foi 'sucesso' para especialistas

Conferência da ONU tornou popular termo 'desenvolvimento sustentável'. Com ela, foram criados acordo para o clima, biodiversidade e a Agenda 21.

por Eduardo Carvalho do Globo Natureza, em São Paulo

Expectativa de fracasso, entraves nas negociações, duras críticas feitas por organizações da sociedade civil e provável ausência dos principais líderes mundiais. O clima às vésperas da Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, é o mesmo de duas décadas atrás, antes da Rio 92, conferência da ONU sobre "ambiente e desenvolvimento".

As críticas à Rio+20 são várias, segundo ONGs brasileiras e do exterior. A falta de entrosamento dos países na elaboração do "Rascunho Zero", documento que norteará o encontro e vai definir o que é uma "economia verde", aliada ao fato da conferência não resultar em obrigações com metas ambientais, sociais e econômicas, enfraquecem a Rio+20 e afastam grandes líderes – como os chanceleres David Cameron, do Reino Unido, e Angela Merkel, da Alemanha, que já informaram que não estarão no Brasil no próximo mês.

O encontro de duas décadas atrás, também chamado de "Cúpula da Terra" e de "Eco 92", popularizou a ideia de desenvolver a economia de olho nas questões sociais e ambientais – o conceito foi batizado de "desenvolvimento sustentável". Mais de cem chefes de Estado participaram e assinaram acordos considerados importantes e "de sucesso", de acordo com especialistas em negociações internacionais ouvidos pelo G1.

Entre os principais resultados da conferência estão o documento da Agenda 21, um roteiro para países, estados e cidades de como crescer e ao mesmo tempo resolver problemas ambientais e sociais; a criação da Convenção do Clima e da Convenção para a Biodiversidade, além do embrião da Convenção de Combate à Desertificação.

"Em 1992 havia um esforço enorme para que os chefes de Estado viessem. Ocorreram extensas rodadas de negociação que resultaram nos tratados internacionais. Antes da conferência acontecer, as pessoas não achavam que seria grande coisa. Mas ela deu certo", disse José Goldemberg, ministro da Ciência e Tecnologia da época, considerado uma das principais peças-chave da conferência e um dos interlocutores do então presidente Fernando Collor durante as negociações do segmento de alto nível (com chefes de Estado).

Rubens Ricupero, embaixador brasileiro e presidente da comissão de Finanças da Eco 92, fez a mesma avaliação. "Naquela época, o Brasil tinha uma atitude muito pró-ativa, de aproximar as posições e se empenhou em facilitar mais os acordos, como anfitrião. As condições naquela época [para acordos multilaterais] eram mais favoráveis que hoje. Era uma situação muito mais encorajadora e parecia haver uma convergência favorável à cooperação internacional", afirmou.



Durante junho de 1992, representantes de mais de 190 países vieram ao Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Eco 92

Foto: Luciana Whitaker/Folhapress

Fonte: http://s2.glbimg.com/vP430YgW2tTeLIGMMLRpT52KpWJXHM6fI2GuOqKIwnlloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/05/28/eco92.jpg

Choque de realidade

Um ano antes do encontro, em 1991, o embate estratégico e militar entre Estados Unidos e União Soviética havia acabado e resultado na extinção do bloco soviético. O Muro de Berlim, na Alemanha, símbolo de separação física e econômica entre o Ocidente e o Oriente desde a Segunda Guerra Mundial, caiu ainda antes, em 1989. Ainda assim, o cenário internacional é visto como mais tranquilo do que o atual.

“As coisas deram certo naquela época porque não havia uma crise econômica tão grave quanto à de agora”, disse Ricupero.

A principal preocupação ambiental na época era com o buraco na camada de ozônio, que crescia devido à alta emissão dos chamados gases CFC (clorofluorcarbonos) - uma substância usada em aerossóis e para refrigeração que destrói o ozônio da alta atmosfera, permitindo a passagem de raios ultravioletas danosos a pessoas e à biodiversidade.

No Brasil, o desmatamento da Amazônia estava acelerado (perda de uma área 77.366 km² em apenas cinco anos, equivalente ao tamanho de 50 cidades de São Paulo, de acordo com dados do governo), o que fez do país alvo intenso de críticas.

“[A Rio 92] foi o primeiro momento que o mundo se deu conta de que alguma coisa havia acontecido no clima”

Embaixador André Corrêa do Lago, negociador-chefe da Rio+20

De acordo com o embaixador André Corrêa do Lago, negociador-chefe da delegação brasileira na Rio+20, essa visão mundial foi um dos principais impulsionadores para que a conferência ocorresse por aqui.

“Em vez de ficar na defensiva, o Brasil se antecipou dentro dessa nova pauta. [A Rio 92] foi o primeiro momento que o mundo se deu conta de que alguma coisa havia acontecido no clima e ela trouxe o conceito de uma nova forma de desenvolvimento associado ao social e ao ambiental”, disse Corrêa do Lago.

Resultados

O conceito de desenvolvimento sustentável foi popularizado na Eco 92, mas foi usado pela primeira vez em 1987, em um relatório da ONU que criticava o modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento.

Chamado de “Nosso Futuro Comum” – mas popularmente conhecido por “Relatório Brundtland”, sobrenome da então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que chefiava a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - dele saíram as primeiras iniciativas da “Agenda 21”, adotada formalmente no Rio.

De acordo com José Goldemberg, a Agenda 21 era um roteiro para que os países agissem nacionalmente e localmente. O documento era um plano de ação que mostrava para prefeitos e governadores como seguir o caminho do desenvolvimento sustentável.

“Não era um documento obrigatório, mas foi seguido por grande parte dos países, principalmente pelo Brasil. Era um roteiro detalhado de como adotar decisões para conter a poluição de indústrias, para tratar a água (...) proporcionou progressos”, explicou Goldemberg.

Segundo Ricupero, as diretrizes da Agenda serviram de base para criar a comissão de Desenvolvimento Sustentável dentro da ONU.



Líderes reunidos para foto oficial da Eco 92. Ao menos cem chefes de Estado participaram da Cúpula da ONU há vinte anos.

Foto: Monica Zaratini/AE

Fonte: http://s2.glbimg.com/LY3As0eHowKV8jHYAd8GHkPxNSEI9QX8uWsg0_pX2Vtloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/05/28/eco92ae.jpg

Para Paulo Artaxo, especialista em mudanças climáticas e membro do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima, o IPCC, a partir da Agenda 21 é que aumentaram os investimentos no tratamento de resíduos sólidos, de esgoto, no aumento da reciclagem. Segundo ele, houve maior atenção para o impacto da indústria no ambiente e também propagação da educação sobre o tema.

“O fato de ver hoje empresas querendo se associar com a questão preservacionista é um reflexo da mudança que ocorreu em decorrência da Rio 92. Mudou o panorama do que vem a ser o desenvolvimento verde e sedimentou que é fundamental que as empresas e o governo tenham uma agenda positiva em relação ao meio ambiente”, disse.

Do lado das empresas, Marina Grossi, presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), afirmou que uma das bandeiras levantadas na época pelo setor foi a da ecoeficiência. A partir do encontro, foram criadas regras de eficiência na produção que evitariam o desperdício de materiais e energia.

“Houve, por exemplo, a implementação do [sistema] ISO voltado à sustentabilidade e a preocupação em reduzir as emissões de carbono com o uso de ferramentas que contribuem para reduzir o impacto no clima, como os inventários de emissões. (...) As empresas estão interessadas em participar”, disse ela.

Convenção do Clima

Um dos primeiros documentos assinados na Eco 92, a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC, na sigla em inglês), foi o principal motivo da vinda de governantes de grandes potências.

Apesar de ter entrado em vigor em 1994, foi nessa convenção que foi criado o princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, afirmando que todos os países devem reduzir suas emissões de gases de efeito estufa, porém o esforço daqueles que mais emitiram ao longo da história deve ser maior.

De acordo com José Goldemberg, houve um empenho para trazer grandes líderes, como o presidente dos Estados Unidos na época, George Bush pai. “Era uma decisão que afetava o país dele e todos os outros. Foi importante a criação [da convenção do clima], que foi precedida de longas negociações”, explicou Goldemberg.

Depois de criada a Convenção do Clima, passaram a acontecer reuniões anuais com o intuito de estabelecer uma política global para diminuir a emissão de gases causadores de efeito estufa: a Conferência das Partes, as COPs. Neste ano, deve ocorrer a 18ª edição, em Doha, no Qatar.

A partir desses encontros é que se obteve o Protocolo de Kyoto, criado em 1997 e único tratado global que obriga países desenvolvidos a reduzir suas emissões – em 5,2% entre 2008 e 2012. Os Estados Unidos, principal emissor de gases na época, assinaram, mas não ratificaram.

“Infelizmente, a criação de um programa eficaz de redução de CO2 não teve sucesso”, disse Paulo Artaxo.



Delegados participam da conferência das Nações Unidas sobre mudança climática em Kyoto, no Japão, em 1997. Foi lá que nasceu o protocolo que vigora até hoje.

Foto: Toru Yamanaka/AFP

Fonte: http://s2.glbimg.com/pvTMPsUeUsNV8y2ZAawYbgl2CvaaCTTv6toqXPL0AIJloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/fo/g1/f/original/2012/05/28/kyoto.jpg

Em 2009, na COP 15, realizada em Copenhague, na Dinamarca, havia uma expectativa de que fosse criado um novo plano, já que se aproximava o fim do prazo de Kyoto. O encontro reuniu centenas de chefes de Estado – o que nunca havia ocorrido, já que as COPs reúnem, no máximo, ministros do Meio Ambiente na tomada de decisões. Mesmo assim, foi considerada um fracasso.

Em 2011, na COP 17, realizada em Durban, na África do Sul, conseguiu-se protelar o Protocolo de Kyoto por mais um período, de 2013 até 2017 ou 2020 (o prazo final não foi definido).

Outras convenções

Durante a Eco 92, foi assinada também a Convenção sobre Diversidade Biológica ou "da Biodiversidade". O Brasil foi o primeiro país a assinar o tratado internacional, seguido por outros 174 países.

A convenção criou legislações voltadas à conservação de ecossistemas, ao seu uso sustentável e à repartição de benefícios derivados do uso de recursos genéticos."

Ainda na cúpula da ONU, os países assinaram o documento que criava a negociação para instalar a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD, na sigla em inglês).

Instituída oficialmente apenas em 1996, os trabalhos do grupo são voltados especificamente para zonas áridas e semiáridas, onde estão localizados ecossistemas e populações vulneráveis.

De acordo com a ONU, seu objetivo é "criar uma parceria global para reverter e prevenir a desertificação, degradação dos solos e reduzir os efeitos da seca nas áreas afetadas, com o intuito de apoiar a redução da pobreza e a sustentabilidade ambiental".

Segundo Heitor Matallo, brasileiro que é coordenador regional para a América Latina e Caribe da entidade, os trabalhos da UNCCD ainda não mostraram todo seu potencial. Segundo ele, o problema da desertificação "é grande, mas os países não prestam muita atenção nisso, talvez pelo fato de que o problema não é visível para as pessoas que vivem nas cidades".

Matallo comentou ainda que o termo "sucesso" não se deve aplicar a nenhuma convenção – Mudança Climática, Biodiversidade e Desertificação. "Apesar delas, os problemas avançam. Mas, talvez sem elas, as coisas estariam muito piores".

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20\(http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/05/considerada-fracasso-na-epoca-rio-92-foi-sucesso-para-especialistas.html\)](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/05/considerada-fracasso-na-epoca-rio-92-foi-sucesso-para-especialistas.html)

30/05/2012

Representante europeu critica falta de ambição do governo brasileiro na Rio+20

Representante dinamarquês disse que exagero de cautela brasileiro é uma das causas do atraso nas negociações do rascunho da conferência

por Carolina Cimenti, especial para o iG de Nova York

O atraso nas negociações para fechar o documento que será assinado ao final da Rio+20 é resultado da pouca ambição por parte do governo brasileiro e da cautela de vários governos em não aumentar demais as expectativas sobre o resultado da conferência. É o que disse em entrevista exclusiva ao iG Mikkel Aarohansen, vice-secretário do ministério do Meio Ambiente da Dinamarca, que está representando a presidência dinamarquesa da UE nas negociações em Nova York.

“Tanto o governo brasileiro quanto os líderes dos outros países não quiseram aumentar demais as expectativas sobre o que seria possível atingir na Rio+20. Eles temiam causar uma grande decepção internacional como a que tivemos durante a COP15, em Copenhague”, disse Hansen. “Mas o exagero de cautela por parte dos brasileiros acabou gerando um [documento pouco ambicioso](http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/divulgado-esboco-das-metas-da-rio20/n1597568831304.html)” (<http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/divulgado-esboco-das-metas-da-rio20/n1597568831304.html>), explicou ele.

Um membro da delegação brasileira em Nova York rebateu às críticas. “É importante lembrar que o Brasil não está presidindo a produção do documento final da Rio+20. Esse é um processo que está sendo administrado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova York, e o Brasil só vai assumir essa cadeira a partir do dia 15 de junho, no Rio de Janeiro”, disse um diplomata ao iG.

Após a falência do evento que discutiu o aquecimento global em Copenhague em 2009, o COP15, vários críticos disseram abertamente que o governo dinamarquês não havia sabido administrar as expectativas de que tipo de resultado o encontro poderia gerar.

Fortes divisões entre países desenvolvidos, países em desenvolvimento e os grupos que cada um representam forçaram a ONU a acrescentar [uma rodada adicional de negociações nesta semana](http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/2012-05-18/brasil-defende-dose-maior-de-ambicao-na-rio20.html) (<http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/2012-05-18/brasil-defende-dose-maior-de-ambicao-na-rio20.html>), para chegar a uma versão final do documento que será assinado na Rio+20 em junho. O secretário geral da ONU, Ban Ki-Moon, [deu um puxão de orelha nos negociadores presentes em Nova York](http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/2012-05-29/o-tempo-acabou-diz-ban-ki-moon-a-negociadores-de-documento-da-ri.html) (<http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/2012-05-29/o-tempo-acabou-diz-ban-ki-moon-a-negociadores-de-documento-da-ri.html>). “Todo mundo já examinou esse documento microscopicamente. Agora o tempo acabou”, disse Ki-Moon, solicitando que o documento seja encerrado nos próximos dias.

Como parte dos esforços para aumentar o grau de ambição do texto a ser apresentado no Brasil, a União Europeia está solicitando que os outros países considerem a inclusão de objetivos e metas em vários parágrafos que, por enquanto, estão “amplos e pouco focados”, segundo o diretor geral para o Meio Ambiente da Comissão Europeia (o braço executivo da União Europeia), Karl Falkenberg.

Ele apresentou cinco áreas que, segundo a UE, estão maduras o suficiente para serem melhor controladas ao redor do mundo: água, oceanos, recursos naturais, terras e energia. “Não queremos, nesse momento, criar limites para o uso desses recursos ou escrever regulamentações internacionais. Isso tem que ficar a cargo de cada país para fazer como preferir. Mas todos nós dividimos esses bens naturais, e todos nós sairemos perdendo se não cuidarmos deles”, afirmou Falkenberg.

A proposta da UE para o documento da Rio+20 é criar “metas abertas que possam inspirar os Estados a estipularem seus próprios limites”, segundo o diretor geral. Eles propõem, por exemplo, a criação de um parágrafo sobre a pesca nos oceanos que afirme: “até 2020, a pesca ilegal, desregulamentada ou secreta deverá ser eliminada através de instrumentos internacionais efetivos que já existem ou que virão a ser implementados”. Diversos países, como o Japão, o Canadá, a Noruega e metade do G77+China (o grupo dos países em desenvolvimento do qual o Brasil faz parte), discordam que esse parágrafo seja incluído no documento final.

“Simplesmente afirmar que a pesca irregular e ilegal tem que ser monitorada e diminuída não cria metas e torna o documento pouco ambicioso”, disse um diplomata europeu que acompanhava o vice-ministro dinamarquês.

Por outro lado, os diplomatas brasileiros, que passam quase todo o tempo das negociações realizando conversas bilaterais com outros países diretamente “para avançar as discussões mais rapidamente”, segundo um deles, se disseram otimistas quanto ao avanço do documento esta semana em Nova York. “Vai sair daqui um documento bem mais avançado, com menos colchetes”, afirmou o diplomata. As partes do texto de mais de quase 100 páginas que se encontram dentro de colchetes são as partes que ainda causam discórdia e que ainda deverão encontrar um consenso entre os países membros da ONU. Atualmente, a três semanas da Rio+20, pelo menos dois terços do texto inteiro estão dentro de colchetes.

Fonte: [iG > Notícias > Último Segundo > Ciência > Meio Ambiente > Especial Rio+20](http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/2012-05-30/politico-europeu-critica-falta-de-ambicao-do-governo-brasileiro.html)(<http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/2012-05-30/politico-europeu-critica-falta-de-ambicao-do-governo-brasileiro.html>)

30/05/2012

“Ainda há solução”

por Manipadma Jena, da IPS



“O balanço no meio ambiente continua negativo”, disse Steiner à IPS.

Foto: Manipadma Jena/IPS

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/05/IPS-1.jpg?9d7bd4>

Enquanto aproxima-se a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), entre 20 e 22 de junho no Rio de Janeiro, proliferam as dúvidas sobre a viabilidade de uma “economia verde”. Especialistas, ativistas e políticos estão divididos com relação ao que é necessário para tirar do ponto morto as negociações internacionais com vistas a uma redução nas emissões de carbono, causadoras da mudança climática.

Para enfrentar a crise, alguns acreditam ser necessária uma completa mudança de paradigma e um afastamento total da ideologia do livre mercado, enquanto outros consideram que esta ainda tem seus méritos. Para o diretor-executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), Achim Steiner, a chave do sucesso é uma postura intermediária entre estes dois enfoques.

Guru do meio ambiente cuja carreira literalmente cresceu junto com o conceito de desenvolvimento sustentável, concebido há 20 anos na Cúpula da Terra, também realizada no Rio de Janeiro, Steiner durante anos impulsionou negociações no tumultuado cenário da crise ecológica mundial. Por ocasião da Expo 2012, que acontece nesta cidade portuária sul-coreana, cujo tema principal é a proteção dos oceanos e recursos marinhos do planeta, a IPS conversou com Steiner sobre as possíveis soluções para a crise climática mundial.

IPS: Qual o estado do meio ambiente mundial desde a Cúpula da Terra de 1992?

Achim Steiner: O balanço em termos gerais continua negativo. Não conseguimos o que nos propusemos em 1992, que era introduzir um maior grau de sustentabilidade na economia mundial. Temos mais pessoas consumindo mais, há perda de biodiversidade, avança uma crise por causa da sobrepesca, as emissões continuam aumentando e a ideia de que de algum modo podemos desligar o consumo de recursos e a contaminação não teve êxito. Entretanto, ainda não nos deparamos com um dilema sem solução. Temos uma extraordinária gama de exemplos de como o desenvolvimento pode ser sustentável. Não é por acaso que entrou em cena o conceito de economia verde no contexto de desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza. O desafio que enfrentamos, e no qual reside a importância da Rio+20, é como aproveitamos essas boas lições, pois sabemos que podemos fazê-lo.

IPS: Seria mais fácil se a mudança viesse de cima?

AS: Seria bom se quem está acima não se interpusse no caminho. O que vemos hoje é que os arquitetos de nossas políticas econômicas às vezes participam do enfoque corporativo. Muitas vezes também são uma obstrução ou uma restrição à inovação, o que impede que venham à tona as tecnologias verdes, nem que sejam testadas novas políticas.

IPS: Na Rio+20, provavelmente, também se discutirá a expansão e o fortalecimento do mandato do Pnuma. Que papel acredita que esta agência deve cumprir nos próximos anos para manter a saúde dos oceanos e a subsistência das comunidades pesqueiras?

AS: É fundamental encararmos os três principais fatores que afetam o futuro de nossos oceanos. A contaminação é o primeiro, não só a gerada na terra como a derivada do comércio marítimo. Mais de 75% das viagens comerciais são feitas por mar. E a contaminação por novas formas de exploração de recursos, extração de petróleo, perfuração marítima e pesca em alto mar estão afetando a funcionalidade dos oceanos. O segundo tema é a pesca e a biodiversidade marinha. Estamos minando as reservas de proteínas disponíveis, a ponto de estarem entrando em colapso. Os subsídios governamentais à pesca somam US\$ 27 bilhões anuais, dos quais estimamos que US\$ 20 bilhões sejam usados em combustíveis. Assim, estão estimulando a superexploração. Temos que mudar esse regime de subvenções. Devemos reduzir a capacidade da pesca industrial e deter a ilegal. Temos que restituir os abastecimentos de peixes, particularmente para as comunidades pesqueiras tradicionais. É a única forma de podermos conseguir tanto o objetivo ambiental de manter as reservas como a meta social de preservar o sustento de milhões de pescadores. Também devemos entender como as áreas protegidas podem ser fundamentais para as nações. As zonas protegidas representam menos de 1% do total, e queremos chegar a 10%.

IPS: Os críticos do esquema de Compensação pelos Serviços do Ecossistema alertam que a avaliação econômica ou monetarização da natureza e das florestas podem fazer com que estas sejam usadas pelos países mais pobres como garantia para suas dívidas e acabem nas mãos de seus credores. Qual sua opinião?

AS: Sem dúvida, o risco existe, mas diminui conforme as florestas vão se convertendo em um tema público e as sociedades as considerem um bem nacional, tanto do ponto de vista econômico quanto ecológico. Em cada sociedade e em cada economia há uma tentação de explorar os recursos naturais por lucro no curto prazo. Porém, associar a ideia do pagamento dos serviços dos ecossistemas a algo que pode ameaçar as florestas é como dizer que não devemos usar dinheiro como meio de transação porque pode ser usado para fins de corrupção. É a mesma coisa avaliação econômica e monetarização? Não necessariamente. Nós, na maioria dos contextos, vendemos nosso trabalho por dinheiro. Esta é a forma como negociamos. Por que deveríamos traçar esta linha imaginária que separa os serviços dos ecossistemas e não considerá-los parte de nossa realidade atual?

IPS: Se o mundo fizer uma mudança de modelo e se afastar da atual base para calcular o produto interno bruto, quais componentes seriam ideais para serem usados nesse cálculo?

AS: Precisamos de um indicador mais sofisticado. A maioria das pessoas hoje reconheceria que o aumento do PIB é extremamente cru e não constitui um legítimo indicador do progresso econômico e de desenvolvimento, pois não reconhece que uma sociedade tem uma reserva natural de riqueza, junto aos serviços que a natureza nos oferece. Talvez, a atual forma de calcular o PIB não desapareça, mas não manterá seu monopólio para determinar o êxito ou o fracasso econômico de um país. Muitos governos, de fato, estão prestes a adotar um sistema mais amplo de cálculo.

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/ainda-ha-solucao/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=30)(http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/ainda-ha-solucao/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=30)

31/05/2012

'O tempo está acabando', diz Ban Ki-moon sobre negociações da Rio+20

por Redação UNIC Brazil



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/05/Capa11.jpg?9d7bd4>

Rodada de negociações dá aos países uma oportunidade para avançar no diálogo e finalizar o documento final da Conferência, que ocorrerá de 20 a 22 de junho no Rio de Janeiro.

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, ressaltou hoje (29) a importância deste momento para o sucesso dos objetivos da Rio+20. Seu discurso foi feito durante o início da terceira e última rodada de negociações informais entre os representantes de governos e os 'Major Groups' para definir o documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. O encontro de líderes globais está ocorrendo em Nova York de terça-feira (29/5) a sábado (2/6). "O tempo está acabando", disse Ban Ki-moon aos participantes da rodada informal. "Vocês ainda têm muito trabalho a fazer – talvez trabalho demais – mas vocês devem perseverar. Os riscos são muito, muito altos, para o povo e para o planeta, para a paz e a prosperidade."

Esta rodada de negociações, que foi acrescentada no início do mês, dá aos países uma oportunidade para avançar no diálogo e finalizar o documento final da Conferência, que ocorrerá de 20 a 22 de junho no Rio de Janeiro. O evento reunirá mais de 130 Chefes de Estado e de Governo, juntamente com milhares de parlamentares, prefeitos, funcionários da ONU, diretores executivos e líderes da sociedade civil. As negociações serão baseadas em um texto que foi encurtado e simplificado pelos copresidentes do processo de deliberação, o Embaixador John Ashe de Antígua e Barbuda e o Embaixador Kim Sook da República da Coreia.

"Quando nos encontrarmos no Rio, os Chefes de Estado e de Governo devem ter diante de si um documento final conciso que atenda às suas expectativas", disse Ban. Ele encorajou os delegados a serem ousados e trabalharem de forma construtiva com o documento simplificado ao longo dos próximos dias.

A questão-chave nas negociações tem sido o desenvolvimento dos chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – um conjunto de parâmetros de referência que orientem os países na obtenção de resultados específicos dentro de um período de tempo específico, como no acesso universal a energia sustentável e água limpa para todos, tendo como base os já conhecidos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), após o prazo final de 2015.

"Um processo que defina os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pode ser um dos resultados mais importantes da Rio+20", disse Ban. "Eles podem fornecer marcos concretos no caminho de realização da nossa visão, e podem ajudar a garantir a integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável: social, econômica e ambiental." Após a última rodada de negociações informais do documento final, as conversas serão retomadas durante a Terceira Reunião do Comitê Preparatório, que acontecerá no Rio de Janeiro, de 13 e 15 de junho.

Confira o discurso de Ban Ki-moon na íntegra: <http://www.un.org/sg/statements/index.asp?nid=6087>

Acesse o vídeo da participação do Secretário-Geral: <http://bit.ly/MWAWVy>

* Publicado originalmente no site da [EcoAgência](http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRIVONIUspFWjdEeWJFbKVVVB1TP) (<http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRIVONIUspFWjdEeWJFbKVVVB1TP>).

Fonte: EcoAgência/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/o-tempo-esta-acabando-diz-ban-ki-moon-sobre-negociacoes-da-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=31)(http://envolverde.com.br/noticias/o-tempo-esta-acabando-diz-ban-ki-moon-sobre-negociacoes-da-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=31)

31/05/2012

Negociações avançam, mas texto da Rio+20 não deverá ter metas

Embaixador brasileiro afirma que texto que será negociado na conferência ambiental da ONU está sendo bastante adiantado

por Carolina Cimenti, especial para o iG de Nova York

O embaixador Luiz Alberto Figueiredo, secretário-executivo da Comissão Nacional para a Rio+20, disse nesta quinta-feira (31) que as negociações adicionais que estão ocorrendo essa semana em Nova York, para produzir um documento final para a [Rio+20](http://ultimosegundo.ig.com.br/rio20/), “estão avançando bastante”.

Segundo o embaixador, os avanços são o resultado da nova dinâmica de negociação que foi adotada. “Os co-presidentes estão usando pequenas reuniões para temas específicos com apenas algumas delegações interessadas naquele tema”. Figueiredo também disse que praticamente todos os temas no documento já refletem certo consenso, exceto algumas “posições regionais”.

Veja a cobertura completa da [Rio+20](http://ultimosegundo.ig.com.br/rio20/)

Entre os temas sem consenso, o embaixador, que está liderando o grupo de negociadores brasileiros, mencionou três, dentre dezenas dos que continuam em discussão na sede das Nações Unidas, em Nova York: todas as metas ambientais específicas propostas pela União Europeia (UE), a discussão sobre o financiamento do desenvolvimento sustentável (para o qual se pretende criar um fundo internacional, mas para o qual ainda não se sabe quem vai injetar capital) e a exploração genética do fundo dos oceanos nas áreas de alto-mar, consideradas livres.

Figueiredo diz que o Brasil considera boa a ideia de criar metas para os objetivos sustentáveis, mas avisou que elas só serão discutidas a partir da Rio+20, não no evento em si. “Esse é um tema que terá dificuldade de passar (em Nova York essa semana) não porque as pessoas discordem da ideia, mas porque acham que não há tempo para se definir números já aqui”, disse ele. Além disso, para se estipular metas é necessária uma discussão entre técnicos e especialistas, não entre diplomatas e políticos.

“O texto (da Rio+20) vai determinar a decisão política de que o mundo vai passar a ter metas de desenvolvimento sustentável, mas só depois é que se poderá estipular as metas em si”, disse o embaixador, que também deu um exemplo prático (hipotético) de como isso tudo funcionará: os líderes, no Rio de Janeiro, poderão concordar que é necessário estipular metas para a reciclagem de água em centros urbanos. A partir dessa decisão política é que se criará um painel de discussão, formado por técnicos, para definir quanto por cento da água poderá e deverá ser reciclada nos centros urbanos até 2030. Como se cada tema específico do documento final da Rio+20 (no total são 28 temas) abrisse um novo protocolo a ser negociado no futuro.

Segundo Figueiredo, depois das decisões políticas da Rio+20, o prazo para que todas as metas sejam estipuladas será entre 2013 e 2015, coincidindo com o prazo para a renovação das discussões climáticas, que também ocorrerão naquele ano.

Georg Kell, diretor executivo da Global Compact, a iniciativa da ONU para sustentabilidade no setor privado, aponta que para as empresas do mundo todo, a espera para a criação das metas não é positiva. “Empresas precisam de certezas, elas planejam cinco, dez anos antecipadamente, por isso elas precisam saber agora que tipo de meta ambiental, social e econômica seus governos deverão assumir nos próximos anos”, explicou Kell.

A Global Compact conta atualmente com pouco mais de sete mil empresas membros (452 delas, brasileiras), todas de forma voluntária, que apresentam relatórios anuais de sustentabilidade. “Em termos de comprometimento, as empresas privadas estão muito mais à frente do que o setor público”, disse Kell.

O chefe da delegação francesa, Jean-Pierre Thébault, concorda com Figueiredo que não há tempo suficiente agora para que sejam realizadas imediatamente as negociações sobre as metas sustentáveis. “Se a Rio+20 fosse em um ano, talvez fosse tempo suficiente”, afirmou o francês ao iG. Para ele, o documento final só vai haver sucesso se apresentar uma agenda clara para as futuras negociações, possivelmente contendo inclusive com uma data para o próximo encontro internacional sobre desenvolvimento sustentável.

O líder de uma delegação asiática disse ao iG que o problema atualmente é “a falta de apetite, por parte de todos os governos do mundo, em avançar as discussões sobre ambiente e economia social”. Esse diplomata criticou o Brasil por, depois do ex-presidente Lula lançar a ideia da Rio+20 em 2008, iniciar as discussões para a criação do documento final do evento somente em janeiro deste ano.

Segundo o embaixador Figueiredo, essa crítica não faz sentido porque o conceito de objetivo de desenvolvimento sustentável só foi elaborado em meados do ano passado, a partir de um painel da ONU. “Foi uma ideia que só se tornou mais consensual no início desse ano. Portanto não houve como começar um processo de estabelecimento de metas por causa disso. Não tinha solidificado a ideia”, disse o chefe da comitiva brasileira.

Para ele, o documento final da Rio+20 terá de conter os seguintes acordos: a formalização dos objetivos de desenvolvimento sustentáveis; uma solução adequada para a governança para coordenar os três pilares do desenvolvimento sustentável combinados (ambiente, economia e social) e o encaminhamento de vários temas setoriais (como água, oceanos, e etc).

Depois do encerramento das negociações em Nova York no sábado, os co-presidentes das negociações irão trabalhar para produzir um novo texto, com todas as modificações feitas essa semana, que voltará a ser discutido entre 13 e 15 de junho no Brasil. Aquela será a última oportunidade para ajustar o comunicado antes que os chefes de Estado cheguem no Rio de Janeiro.

O documento foi criado em janeiro deste ano com 19 páginas. Conforme as negociações avançaram, chegou a ter mais de 200, e chegou às negociações adicionais em Nova York essa semana com 80. Figueiredo espera que o texto saia daqui com não mais de 70 páginas e acabe a Rio+20 como uma declaração de 30.

Fonte: [iG > Notícias > Último Segundo > Ciência > Meio Ambiente > Especial Rio+20](http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/2012-05-31/negociacoes-avancam-em-ny-mas-texto-final-da-rio20-nao-devera-te.html)(<http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/2012-05-31/negociacoes-avancam-em-ny-mas-texto-final-da-rio20-nao-devera-te.html>)

2012

Junho

01/06/2012

Divisão Norte-Sul paira sobre a Rio+20

por Thalif Deen, da IPS



Branislav Gosovic.

Foto: Cortesia Branislav Gosovic

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Slide2.jpg?9d7bd4>

Nova York, Estados Unidos, 01/06/2012 – A Cúpula da Terra de 1992 no Rio de Janeiro se viu em grande parte desbaratada pela divisão Norte-Sul: uma batalha entre uma coalizão de nações industrializadas ricas e o Grupo dos 77 (G-77), atualmente integrado por 134 países em desenvolvimento.

De certa forma, as atuais divisões são mais profundas do que por ocasião da Conferência sobre Ambiente Humano realizada em Estocolmo em 1972, a primeira cúpula ambiental, e do que a Cúpula da Terra, duas décadas depois, disse Branislav Gosovic, ex-integrante da Comissão Brundtland sobre Meio Ambiente e que integrou a delegação do Centro Sul na conferência de 1992.

“A divisão afetará o processo e o resultado da Rio+20”, afirmou Gosovic, referindo-se à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) no Rio de Janeiro, de 20 a 22 de junho. Branislav Gosovic é autor de *The Quest for World Environmental Cooperation: The Case of the U.N. Global Environment Monitoring System* (A busca da cooperação mundial para o meio ambiente: o caso do Sistema Mundial de Monitoramento Ambiental das Nações Unidas).

IPS: Como participante da Cúpula da Terra de 1992, tem alguma confiança ou está cético com relação ao resultado da Rio+20?

Branislav Gosovic: Não sou otimista quanto a êxitos ou grandes avanços. A reunião acontecerá em um momento difícil para a economia global e nacional e após 20 anos de predomínio de uma globalização neoliberal. No primeiro caso, os chefes de Estado estarão preocupados com a resposta à atual crise que não sabem como manejar nem superar. E o segundo prejudicou a agenda sobre desenvolvimento sustentável e paralisou, ou fez retroceder, alguma das políticas e dos avanços conceituais realizados no período anterior com vistas à (e na) cúpula do Rio de Janeiro.

IPS: Qual sua opinião sobre o documento da Rio+20 que é negociado?

BG: Mantém muitas ideias e muitos objetivos vivos. Entretanto, semanas antes do encontro, parágrafos entre parênteses (o que indica desacordos) e palavras ambíguas sobre questões muito importantes mostram a falta de consenso e que a comunidade internacional caminha para um período de seca. Porém, me atrevo a ser otimista quanto ao longo prazo e após um período de globalização neoliberal, dada a maturação de muitos temas e a preocupação e o agravamento dos problemas globais identificados em Estocolmo há 40 anos, que a Rio+20 possa marcar o começo de 20 anos mais promissores para a cooperação internacional rumo a “Estocolmo+60, isto é, Rio+40.

IPS: Qual a melhor forma de conseguir isso?

BG: É preciso muito trabalho, compromisso e liderança de alguns países que estão em posição de oferecerem e participação das forças sociais em um movimento global genuíno. E o mais importante, acarretará grandes mudanças estruturais e paradigmas sobre como a sociedade se organiza, em escala nacional e global, uma chave que abrirá a porta para cumprir muitos dos atuais objetivos esquivos ou inalcançáveis. Não há motivo de surpresa no fato de tais mudanças sofrerem resistência e serem combatidas com unhas e dentes e por todos os meios disponíveis pelos que se opõem a elas.

IPS: Acredita em uma repetição da divisão Norte-Sul de 1991 nas atuais negociações do plano de ação da Rio+20, intitulado O futuro que queremos?

BG: A divisão Norte-Sul existe há mais de 60 anos, desde os primeiros dias da Organização das Nações Unidas. Afetou e determinou o resultado de Conferência de Estocolmo e a forma como foi conceituada a agenda ambiental, como um plano de desenvolvimento sustentável. Esteve presente no informe e na primeira reunião da Comissão Brundtland, isto é, a Comissão sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, e depois na Rio 92 e em Johannesburgo 2002. E tal como mostra o atual rascunho do documento final, terá um papel central na Rio+20. Pode-se argumentar que as questões ambientais usufruíram a agenda internacional para o desenvolvimento e vice-versa. Os problemas ambientais globais não podem ser atendidos nem resolvidos sem a participação do Sul e dos países em desenvolvimento, e sendo sócios iguais na empresa. Não se pode fazer desaparecerem as cúpulas gêmeas sobre meio ambiente e desenvolvimento, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e a Chamada Cúpula da Terra, como fazem alguns países industrializados tentando encontrar divisões e diferenças no Sul. Continuarão fazendo isso até que o Norte mude sua política e assuma sua posição de solidariedade e tenha uma adesão genuína aos princípios do Rio, de “responsabilidades comuns e diferenciadas”. Por outro lado, observa-se os esforços para transformar a agenda ambiental em uma grande oportunidade empresarial e de criação de emprego, para projetar uma imagem de determinados países em desenvolvimento importantes como principal ameaça para o meio ambiente global. Também para enfrentar nas negociações sobre mudança climática pequenos grupos de Estados em desenvolvimento vulneráveis, em um esforço de nunca acabar tendente a dividir o Grupo dos 77. Definitivamente, o conflito Norte-Sul está vivo e se movendo, dirá presente na Rio+20 e se manterá no futuro imediato.

IPS: Como se compara a Agenda 21 e o documento da Rio+20 com o histórico informe da Comissão Brundtland de 1987? Houve avanços substanciais desde então e desde a Conferência de Estocolmo?

BG: O documento da Rio+20 é resultado de um processo de negociações. Nesse sentido, não se pode comparar com o Informe Brundtland nem com o da Cúpula da Terra, ambos elaborados por equipes dedicadas a essa tarefa durante um longo tempo. Por outro lado, a maioria dos temas presentes no Informe Brundtland e na Agenda 21 podem ser encontrados no documento da Rio+20, embora redigidos de tal forma que revela a falta de consenso e de compromisso para agir. Houve avanços em numerosas áreas, mas, nas questões cruciais e nos conflitos subjacentes, quase não existiu movimento. Isso continuará sendo de interesse e desempenhará um papel importante na Rio+20. Um desses conflitos tem a ver com as divisões Norte-Sul, a agenda internacional para o desenvolvimento, e a questão relacionada da ordem global e política existente, que está sendo questionada. O outro conflito, menos visível, tem a ver com a natureza da ordem socioeconômica dominante, ou o paradigma, que é questionado por não ser sustentável do ponto de vista social nem ambiental. Este conflito estará presente no Norte e no Sul. Houve poucos progressos na prática sobre questões fundamentais desse tipo.

Fonte: [IPS/Envolverde\(http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/divisao-norte-sul-paira-sobre-a-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=01\)](http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/divisao-norte-sul-paira-sobre-a-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=01)

01/06/2012

Sem desenvolvimento sustentável não há futuro

por Sabina Zaccaro, da IPS



Fonte: <http://envolverde.com.br/porta1/wp-content/uploads/2012/06/Chamada1.jpg?9d7bd4>

Roma, Itália, 01/06/2012 – A fome e a desnutrição devem ser abordadas de modo efetivo, pois estão tão intrinsecamente relacionadas ao desenvolvimento sustentável que deveriam fazer parte da agenda da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Houve avanços na produção de alimentos, mas há centenas de milhões de pessoas que passam fome por carecerem dos meios para produzir ou comprar a comida que precisam para terem uma vida saudável e produtiva, diz o estudo da FAO Para o futuro que queremos: erradicação da fome e transição para sistemas agrícolas e alimentares sustentáveis, divulgado no dia 30 de maio, antes da Rio+20, que acontecerá no Rio de Janeiro entre 20 e 22 deste mês.

A agricultura e a produção de alimentos consomem uma grande quantidade de recursos e mais de 30% da energia mundial, enquanto os cultivos e o gado utilizam 70% da água que se extrai, aponta o informe. A FAO estima que três entre quatro pessoas pobres vivem em áreas rurais e subsistem graças à agricultura, enquanto 40% das terras degradadas estão nas zonas mais pobres. “A fome coloca em marcha um círculo vicioso de menor produtividade, pobreza em crescimento, lento desenvolvimento econômico e degradação dos recursos”, segundo o documento.

“Não podemos chamar de sustentável o desenvolvimento enquanto persistir esta situação, enquanto quase um em cada sete homens, mulheres e crianças ficar para trás, vítima da subnutrição”, afirmou o diretor-geral da FAO, José Graziano da Silva, na apresentação do informe. “A busca pela segurança alimentar pode ser o elo comum que una os diferentes desafios que enfrentamos, e contribua para construir um futuro sustentável”, acrescentou.

Na cúpula do Rio, “teremos a oportunidade de ouro para explorar a convergência entre os programas de segurança alimentar e de sustentabilidade para tornar realidade esse futuro sustentável”, destacou Graziano. Na Rio+20, onde se buscará alcançar um acordo para uma transição para a economia verde, se discutirá o investimento em energias renováveis e o uso eficiente dos recursos naturais.

O informe da FAO pede urgência aos governos para criar e proteger os direitos sobre os recursos, em especial dos pobres, incorporar incentivos para o consumo sustentável e a produção de alimentos, promover mercados agrícolas e de alimentos justos que funcionem bem, reduzir os riscos e aumentar a resiliência dos mais vulneráveis, e investir em recursos públicos para bens essenciais, especialmente em inovação e infraestrutura.

“A transição para um futuro sustentável exige mudanças fundamentais na governança de alimentos e agricultura, e uma distribuição equitativa dos custos de transição para que os agricultores adotem métodos de cultivo mais sustentáveis”, disse Keith Wiebe, subdiretor da divisão de economia de desenvolvimento agrícola da FAO.

O acesso a recursos naturais como terra, água e florestas é essencial para os 2,5 bilhões de pessoas que produzem alimentos para seu próprio consumo e geram renda, segundo o informe. Os produtores que

manejam cerca de 500 milhões de pequenos estabelecimentos agrícolas nos países em desenvolvimento, na maioria mulheres, têm várias limitações para conseguir acesso a recursos como alimentos, terra e água.

No início de maio, a FAO adotou uma série de pautas sobre a posse da terra para ajudar os governos a melhorarem o acesso dos mais pobres a esta, bem como à pesca e às florestas. As pautas recomendam proteger os direitos de posse da terra das populações locais contra o risco de concentração em grande escala, e proteger os direitos humanos, o sustento, a segurança alimentar e o meio ambiente.

“Centenas de milhões de pessoas sofrem deficiências alimentares e nutricionais, e a maioria delas obtém renda com a agricultura”, observou Wiebe. “Estes agricultores pobres, junto com produtores mais comerciais, constituem o maior grupo de administradores de recursos naturais. Suas decisões cotidianas são chave para o ecossistema mundial”, acrescentou.

A adoção das pautas surgiu após três anos de um processo de negociações com o Comitê de Segurança Alimentar Mundial, que inclui governos, agências da Organização das Nações Unidas (ONU), sociedade civil, entidades internacionais e o setor privado, e que encabeça uma plataforma mundial de discussões sobre o assunto.

Organizações como a Via Campesina reconhecem que as pautas são uma importante ferramenta, apesar de a implantação real depender dos países que a aprovarem. Na Rio+20 deverá se discutir uma melhor governança dos sistemas de produção agrícola e de alimentos, além de se realizar um exame exaustivo de quem assumirá a carga financeira do desenvolvimento sustentável, aponta o informe da FAO.

A agência pediu aos governos e a outros atores que participarão da Rio+20 que reduzam a fome com rapidez, “e façam todo o possível para melhorar a forma como a produção agrícola e de alimentos é governada”, disse Wiebe à IPS. “Devem garantir que os custos e os benefícios da transição para uma agricultura sustentável sejam distribuídos de forma equitativa”, ressaltou.

Outras ações incluem apoiar a implantação de enfoques políticos e técnicos para o desenvolvimento agrícola, que integrem objetivos ambientais e de segurança. E, também, assegurar que os custos e os benefícios para um consumo e uma produção sustentáveis sejam compartilhados de forma igualitária, adotar enfoques integrados para conseguir a sustentabilidade na produção agrícola e alimentar, e implantar reformas em matéria de governança para garantir que sejam concretizadas as políticas e cumpridos os compromissos.

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/sem-desenvolvimento-sustentavel-nao-ha-futuro/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=01)(http://envolverde.com.br/noticias/sem-desenvolvimento-sustentavel-nao-ha-futuro/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=01)

01/06/2012

Rio+20: países não terão prazos de desenvolvimento sustentável

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, que ocorre de 13 a 22 de junho no Rio de Janeiro, não deverá definir prazos e metas de desenvolvimento sustentável para os países. Segundo o embaixador e secretário-executivo da Comissão Nacional do evento, Luiz Alberto Figueiredo Machado, a determinação das metas ocorrerá a partir de 2013 para que, em 2015, elas sejam postas em prática. As informações são do jornal Folha de S. Paulo.

Machado disse também que os emergentes não fogem da responsabilidade de ajudar outros países em desenvolvimento a financiar iniciativas sustentáveis, como a infraestrutura e pesquisa sobre energia renovável, por exemplo. Porém, os emergentes buscam engajamento mais forte dos países desenvolvidos para atingir este tipo de meta, afirma o negociador brasileiro.

Apesar de a União Europeia se dizer pronta para adotar metas concretas de desenvolvimento sustentável, o bloco não está disposto a dar verba para implementar tais ações.

Fonte: [VOX - a voz e as notícias do Brasil > Notícias > Ambiental](http://www.vox-brasil.com/noticia-detalle-media.asp?id=111175&t=Rio+20:-países-não-terão-prazos-de-desenvolvimento-sustentável)(<http://www.vox-brasil.com/noticia-detalle-media.asp?id=111175&t=Rio+20:-países-não-terão-prazos-de-desenvolvimento-sustentável>)

04/06/2012

Navios deixam cair mais de 600 contêineres no mar a cada ano

*Oceanos fazem parte dos debates da conferência Rio+20.
Falta de informação prejudica conservação, aponta oceanógrafo.*

por Dennis Barbosa do G1, em São Paulo

Rio+20

Série traz temas a serem debatidos na Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável

CAPÍTULO DE HOJE

→ OCEANOS



Programação

Data	Tema
1/6	Água
2/6	Alimentação
3/6	Florestas
→ 4/6	Oceanos
5/6	Trabalho sustentável
6/6	Urbanismo
7/6	Energia
8/6	Desastres naturais
9/6	Economia verde

G1.com.br

Fonte: http://s2.glbimg.com/UQJ0R-W7RL1k2fTF0ffTpThs_GiCgxeH0ieQ2Z2wTRloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/01/oceanos2.jpg

Quando o mar está muito agitado ou quando empresas declaram peso menor que o real para os contêineres que estão despachando, acidentes podem acontecer e essas grandes caixas de aço, usadas para transporte em navios em todo o mundo, podem se soltar e cair no mar.

De acordo com levantamento do World Shipping Council, grupo que congrega empresas de navegação que fazem mais de 90% do transporte de carga marítima internacional, em média 675 contêineres por ano acabam no fundo do oceano. Considerando que, em 2010, esse setor deslocou 100 milhões dessas unidades, o índice de perda parece pequeno.

Mas o fato é que, a cada ano, em centenas de pontos pelo mundo, o chão dos oceanos é “presenteado” com imensas caixas metálicas, às vezes com conteúdo poluente, e o efeito disso ainda é pouco conhecido.

“Os navios de contêineres normalmente não têm guindastes ou outros dispositivos que permitiriam recuperá-los do mar. Geralmente, eles descem até o fundo. Mas em casos em que as condições permitem, tentamos recuperar”, diz Anne Kappel, vice-presidente do WSC.

Os pesquisadores americanos Andrew DeVogelaere e Jim Barry coordenam um trabalho para entender melhor qual é o efeito dos contêineres sobre o ambiente marinho. Os cientistas enviaram um submarino robotizado até um deles, perdido a 1.281 metros de profundidade no Oceano Pacífico, a oeste da costa da Califórnia.

A pesquisa ainda não foi encerrada, mas eles já verificaram que o aparecimento do bloco metálico alterou a ecologia no local. Em volta do contêiner perdido, foram encontradas espécies diferentes das que normalmente habitam as imediações, já que ali há apenas um fundo arenoso. Os pesquisadores acreditam que, além dessa alteração, o contêiner ainda pode servir de “parada” para seres vivos que estão migrando para outros pontos, oferecendo um substrato sólido para se fixarem, o que, de outra forma, não aconteceria no chão de areia.

O levantamento ainda é preliminar, mas já está claro que esse tipo de acidente tem seus efeitos sobre a vida no mar.



Contêiner encontrado no fundo do Oceano Pacífico e analisado por pesquisadores americanos.

Foto: Divulgação

Fonte: http://s2.glbimg.com/HI56CaC-kSdTEGuKkfJPVD_jA8VCdLj7wj1ELgUXWe9Ioz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/01/conteniner.jpg

Poucos dados

A falta de informação sobre os oceanos é um dos principais problemas para que se possa tomar medidas para proteger esses importantes ecossistemas, aponta o oceanógrafo José Muelbert, da Universidade Federal do Rio Grande (Furg), que coordenou até o ano passado uma comissão para a implantação de um sistema de observação global de regiões costeiras.

Os oceanos são um dos temas a serem debatidos na Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, que acontece este mês, no Rio de Janeiro.

Para Muelbert, o rascunho do documento internacional que deve resultar da conferência contém avanços singificativos nessa área. “Os estados devem reconhecer que os oceanos são críticos para os sustentos vitais da terra. É algo que não tem tido muito reconhecimento”, observa.

“Outro aspecto importante é o reconhecimento de que se precisa implementar um processo regular, ou seja, um painel internacional para verificar regularmente a saúde dos oceanos”, acrescenta.

Acidificação

O professor chama atenção ainda para a intenção de se criar um sistema de observação da acidificação da água marinha. “Acho que é um ponto que é um pouco tímido. A acidificação é apenas um dos assuntos que mostram a agressão aos oceanos. Tinha que haver um sistema mais amplo, que incluísse, por exemplo, as chamadas 'zonas mortas', onde há falta de oxigênio na água”, defende.

Também a pesca é questão importante para ser discutida na Rio+20, já que em vários pontos pelo mundo as populações de determinadas espécies de peixes estão se esgotando. “Os estados devem ser instados a restaurá-las a níveis sustentáveis”, comenta Muelbert. A ONU estima que mais de 3 bilhões de pessoas dependam da biodiversidade marinha para viver.

“O importante é que exista uma conscientização da sociedade da importância dos oceanos. Eles são responsáveis pela vida e pelo clima que temos hoje. Se os alterarmos, nosso habitat terrestre vai ser afetado e isso vai afetar as gerações futuras”, conclui Muelbert.

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20\(http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/navios-deixam-cair-mais-de-600-conteineres-no-mar-cada-ano.html\)](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/navios-deixam-cair-mais-de-600-conteineres-no-mar-cada-ano.html)

04/06/2012

Ministra pede 'vontade política' e decisões na Rio+20

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, disse nesta segunda-feira que decisões sobre a sustentabilidade do planeta precisam ser tomadas e não podem mais ser adiadas. "É preciso vontade política imensa (...) precisamos traduzir em ações", disse a ministra a jornalistas às vésperas da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que acontece de 20 a 22 de junho no Rio de Janeiro.

A Rio+20, que ocorre 20 anos após a Rio 92, não focará apenas a mudança do clima, mas o desenvolvimento sustentável, para garantir que as economias possam crescer sem pôr em risco os recursos e o ambiente para as gerações futuras.

"A expectativa é que se tenha uma declaração em torno das Nações Unidas dessa nova agenda de como nós vamos agir daqui para frente concretamente em relação à sustentabilidade. Talvez um dos caminhos mais bem sucedidos que nós estamos buscando seja o do desenvolvimento sustentável e essa nova governança sobre o desenvolvimento sustentável nas Nações Unidas", afirmou a ministra.

As conferências da ONU realizadas na última década começaram com grande esperança de acordos que fizessem as nações reduzirem as emissões que produzem o aquecimento do clima e ajudassem na adaptação de um mundo mais quente, mas terminaram com resultados frustrantemente modestos.

"Temos que atuar imediatamente e acabar com essas reuniões em que se faz reuniões, reuniões e reuniões e as decisões são adiadas (...) esse é o apelo da Rio+20", acrescentou a ministra.

Reuters - Reuters Limited - todos os direitos reservados. Clique aqui para limitações e restrições ao uso.

Fonte: [TERRA.COM > Notícias > Economia > Sustentabilidade > Rio+20](http://invertia.terra.com.br/sustentabilidade/rio20/noticias/0,,O15813067-EI20323,00-Ministra+pede+vontade+politica+e+decisoes+na+Rio.html)(<http://invertia.terra.com.br/sustentabilidade/rio20/noticias/0,,O15813067-EI20323,00-Ministra+pede+vontade+politica+e+decisoes+na+Rio.html>)

04/06/2012

Rio ganha Instituto Global para tecnologias verdes

por DENISE LUNA DO RIO

A Coppe/UFRJ e a ONU inauguraram nesta segunda-feira o Instituto Global para Tecnologias Verdes e Emprego, que tem por objetivo integrar ações e atividades desenvolvidas pela universidade e voltadas para o desenvolvimento sustentável e inclusão social.

A Coppe/UFRJ desenvolve projetos como o uso de algas na produção do etanol, biodiesel produzido em esgotos sanitários, geração de energia com a força das ondas, produção de cimento com baixa emissão de carbono, entre outros, que visam proteger o planeta e gerar empregos ao mesmo tempo.

Segundo estudo da Organização Internacional do Trabalho e da Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), divulgado na semana passada, a chamada economia verde poderá gerar de 16 a 60 milhões de empregos no mundo.

Um dos temas centrais da Rio+20, a economia verde é um instrumento para se atingir a sustentabilidade, segundo a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, que participou da inauguração do Instituto.

"São empregos voltados para a energia renovável, novos modos de produção para consumo sustentável, para a agricultura sustentável, por exemplo. Você pode produzir sem desmatar, produzir protegendo o meio ambiente", explicou.

Segundo a ministra, chegou a hora dos países desenvolvidos terem obrigações em relação ao desenvolvimento sustentável para preservar o planeta.

"Está na hora de mudar o comportamento, é um momento de direito mas também de deveres, e não é perpetuando modelos não sustentáveis que você vai resolver a médio prazo a situação do planeta", criticou os países ricos, que não tem sido muito abertos à ideia.

De acordo com o diretor-executivo do Pnuma, Achim Steiner, também presente no evento, um relatório do órgão que será divulgado em dois dias mostrará que a economia verde pode melhorar tanto o emprego como a renda no mundo.

"Para isso temos que fazer investimentos nessa transição, e é nisso que a Rio +20 pode avançar", disse Steiner durante a inauguração do instituto.

Esses investimentos seriam principalmente em tecnologia, para que os modos de produção levem em conta um consumo menos agressivo ao meio ambiente, explicou.

De acordo com o chefe da divisão de política ambiental e desenvolvimento sustentável do Ministério das Relações Exteriores, André Corrêa do Lago, os países desenvolvidos resistem muito quando o tema é alterar o modo de produção visando um crescimento mais sustentável, principalmente em um momento de crise, como agora.

"Está sendo muito difícil os países em desenvolvimento avançarem em certas coisas, porque os países desenvolvidos não estão se mexendo para ter meios de implementação, que são recursos financeiros e tecnologia. Os países desenvolvidos estão muito duros nessa área", disse Lago.

Ele atenuou no entanto o problema, afirmando que o foco mundial na erradicação da pobreza vai mostrar aos países ricos que está se criando uma escala maior de consumidores no mundo.

"Não dá para 9 bilhões de pessoas em 2050 consumirem com a classe média atual consome, esse foco na erradicação da pobreza tem que acontecer em paralelo com essa mudança, e isso é que vai se discutir na Rio +20", explicou.

Lago informou que está otimista com o evento que começa no próximo dia 13, apesar do documento que será assinado por líderes mundiais durante a Rio +20 não ter chegado ainda a um consenso.

"Estamos muito próximos de ter um documento que realmente cria os instrumentos para nós podermos passar para uma fase muito mais efetiva de utilização do paradigma do desenvolvimento sustentável", disse Lagos.

"É um paradigma que se criou na reunião do Rio em 92 (Eco-92), mas que teve muita dificuldade de se implementar", admitiu.

Fonte: [BOL Notícias > Ciência](http://noticias.bol.uol.com.br/ciencia/2012/06/04/rio-ganha-instituto-global-para-tecnologias-verdes.jhtm)(<http://noticias.bol.uol.com.br/ciencia/2012/06/04/rio-ganha-instituto-global-para-tecnologias-verdes.jhtm>)

04/06/2012

Energia nuclear será tema de discussão na Rio+20, avisa diretor-geral da Aiea

Renata Giraldi da Agência Brasil, em Brasília

O desenvolvimento e uso adequados da energia nuclear serão discutidos durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, de 13 a 22 de junho, no Rio de Janeiro. O diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea), Yukiya Amano, ressaltou nesta segunda-feira (4) que o assunto está entre os temas a serem discutidos no encontro que começa em nove dias.

“A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20, que começa na próxima semana, debaterá sobre energia sustentável, água, alimentos e oceanos dentro de um conceito de planejamento energético”, destacou Amano.

O diretor mencionou a Rio+20 na abertura da segunda reunião de governadores (representantes de todos os países na agência). [O discurso completo está disponível na página da Aiea na internet](http://www.iaea.org/newscenter/statements/2012/amsp2012n009.html)(<http://www.iaea.org/newscenter/statements/2012/amsp2012n009.html>).

Para as autoridades brasileiras, a Rio+20 será a maior conferência mundial sobre preservação ambiental, desenvolvimento sustentável e economia verde definindo um novo padrão para o setor. A expectativa é que mais de 120 chefes de Estado e de Governo participem do evento. O presidente da França, François Hollande, e todos os líderes do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) confirmaram presenças.

No discurso de hoje, Amano fez um balanço sobre as atividades relacionadas às discussões para ampliar o desenvolvimento sustentável com base em energia nuclear. Segundo ele, é possível haver “boas práticas” e definir um planejamento a longo prazo. Para 2013, a Aiea organiza a Conferência Internacional Ministerial sobre Energia Nuclear do Século, que ocorrerá de 21 a 27 de junho, em São Petersburgo, na Rússia.

Fonte: [UOL Notícias > Meio Ambiente > Rio+20](http://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2012/06/04/energia-nuclear-sera-tema-de-discussao-na-rio20-avisa-diretor-geral-da-aiea.htm)(<http://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2012/06/04/energia-nuclear-sera-tema-de-discussao-na-rio20-avisa-diretor-geral-da-aiea.htm>)

04/06/2012

Brasil mostrará na Rio+20 ganhos ambientais de lei que revogou, diz Marina

por DENISE LUNA DO RIO

O veto da presidente Dilma Rousseff ao Código Florestal foi periférico e insuficiente, criticou a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva, que considera o texto que agora está sendo analisado pelo Congresso o maior retrocesso já visto na história do país.

Segundo a ex-senadora, cujo mandato terminou em dezembro passado, o Brasil, às vésperas da Rio+20, está passando uma péssima imagem para o mundo e para os próprios brasileiros.

Ela lembrou que o Brasil foi o primeiro país em desenvolvimento a assumir metas de redução de CO2 na reunião de Copenhague, em 2009, e que graças à redução do desmatamento para atingir as metas é que terá bons resultados para apresentar na Rio +20.

"Agora (o Brasil) vai apresentar esses bons resultados em cima de uma lei que eles acabam de revogar", criticou.

Ela destacou como maiores ameaças do novo Código Florestal, que segundo ela se tornou um "código agrário", a manutenção da anistia para os desmatadores e a redução da proteção das áreas que deveriam ser preservadas.

"Não tenho dúvida que depois da Rio +20 será a política da terra arrasada sobre a legislação ambiental brasileira", afirmou.

Marina criticou ainda uma aprovação de uma Medida Provisória ocorrida ontem, no Senado, que dá poderes à presidente Dilma para reduzir unidades de conservação já criadas por outros governos.

"Ela (Dilma) não criou nenhuma unidade de conservação no governo dela e ganhou poder para poder fazer as usinas (hidrelétricas) de Tapajós (PA) e Teles Pires (MT/PA)", lamentou.

Fonte: [FOLHA.COM > Notícias > Ambiente > Rio+20](http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1099073-brasil-mostrara-na-rio20-ganhos-ambientais-de-lei-que-revogou-diz-marina.shtml)(<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1099073-brasil-mostrara-na-rio20-ganhos-ambientais-de-lei-que-revogou-diz-marina.shtml>)

04/06/2012

Cidade de Tel Aviv, em Israel, tem 100% da água reaproveitada

Esgoto tratado é usado para irrigar plantações no deserto.

Acesso a recursos hídricos é uma das questões em discussão na Rio+20.

por Dennis Barbosa do G1, em São Paulo

Rio+20

Série traz temas a serem debatidos na Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável

CAPÍTULO DE HOJE

→ ÁGUA



Programação

Data	Tema
→ 1/6	Água
2/6	Alimentação
3/6	Florestas
4/6	Oceanos
5/6	Trabalho sustentável
6/6	Urbanismo
7/6	Energia
8/6	Desastres naturais
9/6	Economia verde

G1.com.br

Fonte: http://s2.glbimg.com/wTZdEMBI_Hzo3fbup1IK5Og5pYJLP011riYXvemz-mhloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/05/31/ficha-01.jpg

Existe no mundo alguma cidade que tenha 100% da água que usa reaproveitada? Existe. É Tel Aviv, em Israel. Toda vez que alguém toma banho ou puxa a descarga na maior área metropolitana daquele país, a água vai para um complexo de tratamento e é recuperada.

(A partir desta sexta- feira (1º), o G1 publica uma série de reportagens abordando os principais temas que serão discutidos na Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20.)

Para ser purificado, o esgoto é bombeado para dentro da terra e novamente retirado, passando por tratamentos físicos, químicos e biológicos na maior estação de tratamento do Oriente Médio, o Shafdan.

Depois, a água percorre cerca de 100 km por dutos até o deserto de Neguev, onde irriga variadas plantações.

O sistema começou a ser instalado há mais de 30 anos e permitiu “transferir grandes áreas agrícolas do congestionado centro do país para a amplidão do Neguev”, orgulha-se a Mekorot, a companhia nacional de água de Israel.

O Shafdan é um exemplo de como um país que enfrenta escassez de água pode fazer melhor uso desse recurso.

E contempla uma outra questão importante: o grande volume consumido pela agricultura - a ONU estima que 70% da água usada pelo ser humano vai para irrigação.

A água é apenas um dos temas a serem discutidos na Rio+20, que acontece de 13 a 22 de junho, no Rio de Janeiro.



Complexo de Shafdan, em Israel, atende os mais de 3 milhões de habitantes da área metropolitana de Tel Aviv.

Foto: Mekorot/Divulgação

Fonte: http://s2.glbimg.com/ZoFExM9BXWR_kg4Qa3aIPvZ5vhmzpe3abWw8WtcbKFtloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/05/30/shafdan.jpg

Um dos problemas sobre os quais os diplomatas devem se debruçar é como ampliar o acesso aos recursos hídricos. Desde 1990, segundo as Nações Unidas, cerca de 1,7 bilhão de pessoas passaram a desfrutar de água potável, mas ainda há mais de 880 milhões no planeta que não têm esse privilégio.

Para Paulo Canedo, professor do Laboratório de Hidrologia da Coppe-UFRJ, um ponto crítico a ser enfrentado nos próximos anos é o saneamento em países pobres. “O esgoto não tratado é o grande inimigo. Talvez seja preciso fazer um grande fundo de saneamento”, diz.



Pessoas se acotovela para receber água em Dacca, capital de Bangladesh.

Foto: Reuters

Fonte: http://s2.glbimg.com/fGji3LC_boLb_N-MCqCzyN9ghGidvRY87dJ1CNVUjzdloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/05/30/pessoas-se-acotovela-por-a.jpg

O professor aponta que as nações mais desenvolvidas são as que em média gastam mais água per capita, mas possuem recursos para tratá-la: “Os países ricos são perdulários. Mas eles podem, porque têm como sobreviver a esse modo de vida”.

	% da população mundial	% dos recursos hídricos do planeta Fonte: ONU
América do Sul	6%	26%
América do Norte	8%	15%
Oceania	<1%	5%
Europa	13%	8%
Ásia	60%	36%
África	13%	11%

Por outro lado, os países europeus, por exemplo, dependem de alimentos importados. Por isso, têm preocupação com a escassez de água em lugares como a África. “A Europa não tem capacidade de produzir todo seu alimento. Eles precisam do alimento do mundo. Se o mundo sucumbir [por falta de água], eles vão morrer de fome.”

Outra dificuldade apontada pelo especialista é o desequilíbrio regional dos recursos hídricos (veja na tabela ao lado). A Ásia, por exemplo, que concentra mais de metade da população mundial, detém pouco mais de um terço da água doce. A América do Sul, por sua vez, é a que tem maior folga, com 6% da população mundial e 26% da água.

Mortes

A ONU estima que, em média, 5 mil crianças morram por dia de doenças relacionadas à falta de água ou saneamento básico no mundo.

Ao lado de investimentos pesados, como os de Israel, que há mais de três décadas iniciou o projeto de reaproveitamento do esgoto de Tel Aviv, a tecnologia também pode criar alternativas para ampliar o acesso à água.

Um exemplo inusitado foi divulgado recentemente: é um gerador eólico capaz de “produzir” até 1.200 litros de água líqüida por dia, da empresa francesa Eolewater. Trata-se de um catavento que gera energia, acionando um sistema de refrigeração.

Resfriando o ar, o aparelho condensa a umidade presente na atmosfera. Assim, é possível retirar água do ar em áreas remotas, sem acesso a energia elétrica.

Um protótipo dessa máquina funciona atualmente em Abu Dabi, nos Emirados Árabes, desde outubro, e consegue retirar até 800 litros de água do ar por dia, mesmo estando numa região desértica.



Parece apenas um gerador eólico, mas trata-se de um equipamento capaz de produzir água a partir da umidade do ar

Foto: Reprodução

Fonte: http://s2.glbimg.com/iMUR9Hqw8SCqz73ggqMO-A4kE85chytj9Q2NrJ1OooNloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/05/31/eolewater.jpg

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20\(http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/cidade-de-tel-aviv-em-israel-tem-100-da-agua-reaproveitada.html\)](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/cidade-de-tel-aviv-em-israel-tem-100-da-agua-reaproveitada.html)

04/06/2012

Canadá muda postura sobre a água às vésperas da Rio+20

por Thalif Deen, da IPS



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Chamada-2.jpg?9d7bd4>

Nações Unidas, 04/06/2012 – Em uma drástica virada política antes da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, o Canadá anunciou sua disposição de reconhecer o acesso a água e saneamento como um direito humano básico. Trata-se da última deserção nas fileiras das poucas, mas poderosas, nações do Ocidente que se opõem à inclusão desse conceito no plano de ação da Rio+20, que acontece de 20 a 22 deste mês no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro.

Maude Barlow, a presidente do Conselho de Canadenses, uma das organizações defensoras da justiça social mais importantes do país, afirmou que foi necessária uma “pressão sem precedentes” para conseguir que Ottawa modificasse sua posição. “A mudança é boa, mas palavras não são suficientes. Precisamos de ações, e ações do governo contradizem diretamente o respeito ao direito humano à água”, afirmou Barlow, ex-conselheira do presidente da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

Consultada pela IPS sobre quais passos a seguir, respondeu dizendo que “é uma boa pergunta”. Afirmou que o governo do Canadá deverá preparar um informe a respeito e entregá-lo à ONU. “Pode estar certo de que estaremos acompanhando de perto”, ressaltou. Quando, em julho de 2010, foi proposto na Assembleia Geral das Nações Unidas uma resolução reconhecendo a água e o saneamento como um direito humano básico, 122 países votaram a favor e 41 se abstiveram, mas nenhum votou contra.

O Canadá foi um dos que se abstiveram, junto com África do Sul, Austrália, Áustria, Dinamarca, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Grécia, Holanda, Irlanda, Israel, Japão, Luxemburgo e Suécia, entre outros. Também se abstiveram muitas nações em desenvolvimento, como Botsuana, Etiópia, Guiana, Quênia, Lesoto, Trinidad e Tobago, e Zâmbia.

Nas negociações iniciais da Rio+20, no ano passado, várias organizações não governamentais alertaram que a água e o saneamento corriam risco de ficar fora do plano de ação, intitulado O futuro que queremos. Anil Naidoo, do Projeto Planeta Azul, comentou que, até o mês passado, o Canadá estava isolado nas negociações, sendo o único país que publicamente assinalava que não havia base legal para declarar esses serviços como um direito humano e propunha sua eliminação do plano de ação.

“De todo modo, essa posição era insustentável, quase dois anos depois de a Assembleia Geral ter aprovado uma resolução reconhecendo esse direito, e depois de três resoluções subsequentes do Conselho de Direitos Humanos ratificando-a”, acrescentou Naidoo. O Comitê Preparatório para a Rio+20, integrado pelos 193 Estados-membros da ONU, realiza desde 29 de maio outra intensa rodada de negociações destinada a concluir o texto do plano de ação, informalmente conhecido como rascunho zero.

Segundo Naidoo, a Grã-Bretanha, com apoio da União Europeia, propôs eliminar o Parágrafo 67 do rascunho zero, onde explicitamente se reconhece o acesso a água e saneamento como um direito humano. Após a pressão de várias organizações não governamentais e da relatora especial da ONU sobre a água, Catarina de Albuquerque, a UE se retratou, acrescentou. Contudo, o Canadá continuava pedindo a eliminação do Parágrafo 67, contando com apoio de Estados Unidos e Israel.

“Ao trabalhar com aliados dentro das negociações pudemos aumentar a pressão”, contou Naidoo, destacando o apoio do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. “Tem sido uma longa luta para nós no Canadá”, observou. “Estamos conscientes de que o reconhecimento é apenas o primeiro passo para nossas verdadeiras metas de implementação”, acrescentou. Também sabemos que os governos e as corporações que estão contra esse direito humano continuarão tentando por todos os meios limitar o alcance e o impacto desta vitória. No entanto, estamos conseguindo avanços”, ressaltou.

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/canada-muda-postura-sobre-a-agua-as-vesperas-da-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=04)(http://envolverde.com.br/noticias/canada-muda-postura-sobre-a-agua-as-vesperas-da-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=04)

04/06/2012

Cláudio Langone critica falta de ênfase à questão do clima na Rio+20

por Carolina Gonçalves, da Agência Brasil



Redução das emissões de gases do efeito estufa tem relação com a economia verde, na opinião do especialista.

Foto: Martini DK

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Chamada-6.jpg?9d7bd4>

Brasília – A falta de uma sinalização clara sobre a inclusão das questões climáticas nas discussões da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, é um elemento limitante para os resultados do evento. A crítica é do consultor em gestão ambiental e sustentabilidade Cláudio Langone.

O engenheiro, que foi secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente em 2003, afirma que, “sem avanço no estabelecimento de metas muito fortes para a redução da emissão de gases do efeito estufa, não vamos avançar na economia verde. Economia verde é sinônimo de economia de baixo carbono, que só pode ser obtida com mudanças na matriz de produção e consumo mundial.”

Já a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, faz questão de destacar que o objetivo da Rio+20 é discutir o desenvolvimento sustentável e a governança sobre o tema. Segundo ela, temas como as convenções do Clima, da Biodiversidade e da Desertificação – todos discutidos há 20 anos na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio92 – não serão negociados agora.

“Esses espaços foram instituídos na Rio92, que criou a Convenção das Partes do Clima, por exemplo. A Rio+20 vai discutir o desenvolvimento sustentável, a governança sobre o tema e os objetivos com seu instrumento de confecção, que é a economia verde”, disse. Izabella Teixeira explicou que os debates sobre segurança energética, hídrica, alimentar e a erradicação de pobreza, que estão na agenda do evento, vão tratar de outros temas como o do clima.

Langone, no entanto, não acredita que o alerta seja suficiente para colocar o clima como prioridade durante a conferência. Para ele, a Rio+20 vai terminar sem essas definições e o resultado dessa soma, de baixa expectativa com o contexto mundial de crise econômica, pode ser uma resolução final “sem sal”.

“Os países que mais poderiam puxar essa liderança são os europeus, que seriam os aliados preferenciais do Brasil nessa questão. Mas a comunidade europeia está limitada pelo contexto da crise. O cenário nublado para os próximos anos impede que os europeus assumam compromissos muito fortes”, avaliou.

Para o consultor, os países precisam buscar as brechas de oportunidades que apontem um processo de construção progressiva do desenvolvimento sustentável. Langone acredita que o Brasil deve assumir um papel de liderança nesse debate. “O Brasil tem coisas em escala para mostrar, como na área de energia. O grande avanço da [energia] eólica é um fenômeno mundial. A parte de construção sustentável é um setor muito consistente aqui, que está gerando oportunidades de negócios e um número significativo de empregos verdes. E ainda temos a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos”, enumerou.

* Edição: Lana Cristina

** Publicado originalmente no site da [Agência Brasil](http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-05-31/claudio-langone-critica-falta-de-enfase-questao-do-clima-na-rio20)(<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-05-31/claudio-langone-critica-falta-de-enfase-questao-do-clima-na-rio20>).

Fonte: Agência Estado/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/claudio-langone-critica-falta-de-enfase-a-questao-do-clima-na-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=04)(http://envolverde.com.br/noticias/claudio-langone-critica-falta-de-enfase-a-questao-do-clima-na-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=04)

04/06/2012

Rio+20: sucesso ou fiasco?

por Sergio C. Trindade*



Fonte: <http://envolverde.com.br/porta/wp-content/uploads/2012/06/a1-300x225.jpg?9d7bd4>

As expectativas sobre a Rio+20 necessitam ser avaliadas no contexto do ambiente em que a reunião vai transcorrer. Há 40 anos, em decorrência do nascente ativismo ambiental, a ONU realizou a primeira conferência global sobre o meio ambiente, em Estocolmo.

O foco era meio ambiente e não havia explicitamente a dimensão do desenvolvimento. Richard Nixon estava em vias de ser reeleito presidente dos Estados Unidos com estrondosa vitória contra o opositor democrata, para na sequência renunciar, sob a pressão de Watergate. A União Soviética existia e era um aparente monolito. A Guerra Fria definia o quadro de relações globais. A China estava saindo da Revolução Cultural e se preparando para o alucinante crescimento econômico que a colocou como a segunda maior economia do planeta, com todas as consequências, inclusive ambientais, que o processo gerou. E o Brasil vivia sob a ditadura militar e estava concluindo o “milagre econômico”.

A Rio-92 (ou Eco 92), na verdade a “Estocolmo+20”, foi presidida inclusive pelo mesmo Maurice Strong, homem de negócios canadense, que liderou a Conferência de 1972. A dimensão do desenvolvimento foi agregada ao título e à temática. A Conferência aprovou a Agenda 21 de Desenvolvimento Sustentável, e abriu para assinaturas a Convenção sobre o Clima, o Tratado sobre Florestas e a Convenção sobre a Biodiversidade. Quatro anos antes, o Brasil tinha aprovado mais uma Constituição. Collor era o presidente, Celso Láfer era o ministro das Relações Exteriores e Rubens Ricupero liderou o processo de negociações durante a Conferência. A economia chinesa já tinha decolado. A União Soviética tinha implodido e desaparecera o conceito de “Cortina de Ferro”. A primeira Guerra do Golfo tinha sido rápida e restaurado a soberania do Kuwait. E George Bush pai, que presidira a guerra vitoriosa, seria derrotado por Bill Clinton, tentando se reeleger presidente dos Estados Unidos.

Como consultor, passei duas semanas em Genebra, em outubro de 1991, com o Secretariado da Conferência e contribuí para os conceitos básicos dos Capítulos 34 (Transferência de Tecnologia) e 37 (Capacitação) da Agenda 21 Global. Havia dito a Maurice Strong que uma Agenda Global só tem efeito na medida em que é interpretada nacional, local e tematicamente e desemboca em ações concretas. E que a interpretação nesses espaços seria mais efetiva se resultasse de um diálogo entre as partes interessadas relevantes – os stakeholders. Tive a oportunidade de introduzir esse conceito no Capítulo 37, e notei que o menor Capítulo da Agenda 21, o de número 28, sobre as Autoridades Locais, absorveu as mesmas idéias que propus.

Mas, a pergunta do momento é: “o que se pode esperar da Rio+20?”. Eu responderia: depende. Há que se considerar opções e a capacidade de focalizar atenções e liderar. Deveríamos reforçar as temáticas clima, biodiversidade e florestas? Ou deveríamos ressaltar água e energia? Deveríamos concentrar atenções em um número limitado de questões abrangentes ou buscar uma grande lista de assuntos? E onde estão as lideranças que viabilizarão a nova visão do futuro que é tão necessária para a sustentabilidade do planeta?

A tradicional expectativa dos países em desenvolvimento de receberem apoio financeiro dos países da OCDE – os chamados países ricos – para responderem às necessidades do desenvolvimento sustentável

não é realista. O mundo da OCDE, que era a fonte usual de assistência ao desenvolvimento, está em crise, financeira, de emprego e outras.

Os fluxos privados hoje são mais importantes que os fluxos públicos usuais, mas mesmo os recursos privados estão em compasso de espera, aguardando que as finanças internacionais se estabilizem. Portanto, o paradigma tradicional não se aplica mais. Outras estruturas de cooperação são requeridas, que empenharão mais os países recipiendários e seus respectivos setores privados. Exemplos dessa flexibilização são a mudança de atitude de Brasil, China e Índia de aceitarem metas quantitativas de emissão de gases de efeito estufa na era pós-Kyoto. E a crescente publicação, por empresas, de relatórios de sustentabilidade juntamente com seus tradicionais relatórios anuais.

Entretanto, a preparação da Rio+20 seguiu o paradigma tradicional de decisões primordialmente por experts e de engajamento limitado de stakeholders, além da diplomacia. O que precisa ser estabelecido, com clareza, no debate das questões do desenvolvimento sustentável é que experts são importantes fornecedores de informação e análise, mas não deveriam ser os tomadores de decisão. E a triste realidade é que a maioria esmagadora dos países participantes não tem suficiente capacidade de contribuir para o debate. É preciso um esforço especial continuado para reverter esta situação.

Ao tentar vaticinar os resultados da Rio+20, cabe perguntar também que fim levou a Agenda 21 Nacional do Brasil. Em janeiro de 1995, tive oportunidade de conversar com o ministro do Meio Ambiente, Amazônia Legal e Recursos Hídricos, Gustavo Krause. Impertinente, disse-lhe que o Ministério tinha um título e responsabilidades muito complicadas, e sugeri que a Agenda 21 Nacional do Brasil poderia ser um conceito integrador que poderia ajudá-lo na gestão da pasta.

Krause foi receptivo à ideia e incumbiu Aspásia Camargo, secretária executiva do Ministério, de dar-lhe forma, o que foi feito competentemente, apesar de grandes dificuldades políticas e conceituais. Afinal, não há sentido em se ter uma Agenda 21 Nacional de Desenvolvimento Sustentável, que seja distinta do Plano Nacional de Desenvolvimento. Entretanto, com o passar dos anos, não se ouve mais falar da Agenda 21 do Brasil. Não houve a fusão desejável da Agenda com o Plano, e as ações e orçamentos, públicos e privados não se referem explicitamente à sustentabilidade, exceto em alguns poucos casos.

Talvez a Rio+20 pudesse conclamar os países participantes a reverem a Agenda 21 Global, afinal, ainda estamos no Século 21, para refletir as temáticas mais relevantes 20 anos depois, desde que sua implementação em níveis nacional, estadual, municipal, local e temático seja guiada pelo o consenso dos stakeholders relevantes em cada contexto.

Outra ideia, não mutuamente excludente, seria a identificação de situações críticas e a utilização do processo de Agenda 21 para focalizar atenções, mobilizar recursos e implementar soluções. A geração e execução da Agenda 21 da Grande Amazônia, reunindo os países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e mais a Guiana Francesa, seria um exemplo concreto de temática relevante 20 anos depois.

Entretanto, não se pode ignorar que sem lideranças políticas ativas e competentes, que formatem ações urgentes para responder aos desafios da sustentabilidade, começando pela ameaça catastrófica da mudança climática, não se pode esperar muito da Rio+20. Mas, as sugestões aqui apresentadas, se devidamente consideradas e praticadas, podem mudar o quadro do ceticismo prevalente.

** Sergio C. Trindade é PhD. ChE e MSc. em engenharia química pelo MIT e BSc pela UFRJ; ex-secretário-geral adjunto das Nações Unidas para Ciência e Tecnologia; co-laureado com o Prêmio Nobel da Paz, 2007, como membro do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC); autor dos Capítulos 34 e 37 da Agenda 21 aprovada na Rio-92; consultor internacional de negócios sustentáveis, baseado em Nova York.*

*** Publicado originalmente no site da revista [Eco 21](http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=2718) (<http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=2718>).*

Fonte: Eco 21/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ambiente/artigo/rio20-sucesso-ou-fiasco/)(<http://envolverde.com.br/ambiente/artigo/rio20-sucesso-ou-fiasco/>)

05/06/2012

Rio+20 tem que debater a questão econômica para que a questão ambiental avance, defende Izabella Teixeira

por Alana Gandra, da Agência Brasil



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Chamada11.jpg?9d7bd4>

Rio de Janeiro – A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, disse ontem (4) no Rio que a questão econômica tem que estar na pauta de debates da Rio+20 (Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável) porque, segundo ela, se isso não ocorrer a questão ambiental não avança. “Tem que ser envolvida a questão econômica, senão a questão do meio ambiente não avança”.

De acordo com Izabella Teixeira, nesse debate não se pode separar mais as áreas social, ambiental e econômica. “Em lugar nenhum. Não se pode mais dividir isso”, ressaltou. A ministra também quer uma presença mais atuante dos países desenvolvidos no debate ambiental. “Está na hora de os países desenvolvidos colocarem sobre a mesa seus projetos, e não só os países em desenvolvimento”.

Izabella Teixeira participou da solenidade de inauguração do Instituto Global para Tecnologias Verdes e Emprego, que vai articular pesquisas e estudos da Coordenação de Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ) sobre mudanças do clima.

O diretor da Coppe, Luiz Pinguelli Rosa, disse que o instituto “é um desdobramento de algo que a gente já vem desenvolvendo há muitos anos e, agora, com o governo do estado e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), nós demos esse caráter internacional”. A nova unidade da Coppe tem apoio da Secretaria Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro e do Pnuma.

Pinguelli ressaltou que o instituto não se limitará a ser uma fonte de subsídio técnico para o governo brasileiro e os programas da Organização das Nações Unidas (ONU). “Não é só para planejamento, não. A nossa ideia é atuar na formulação de novas soluções tecnológicas, como hidrogênio, por exemplo. A gente quer dar ênfase às novas tecnologias e também continuar fazendo desenvolvimento e gestão”.

A iniciativa contribuirá para tornar o Rio de Janeiro referência em pesquisas de tecnologias voltadas para a economia verde. “A gente quer isso como um legado da Rio+20. Um reconhecimento das coisas que a gente já faz e possibilidades de fazer outras”, acrescentou.

Para o secretário estadual do Ambiente do Rio, Carlos Minc, o novo instituto representa a confluência de dois temas que vão ser debatidos na Rio+20: governança global e economia verde. Minc declarou que o instituto fortalece a ideia de governança global dada à sua relação com o Pnuma.

Sobre a economia verde, o secretário disse ver esse conceito como “um conjunto de mecanismos econômicos, creditícios, fiscais, tecnológicos, entre outros, que alicerçam o desenvolvimento sustentável com vistas ao combate à fome e à exclusão, para promover uma economia de baixo carbono e a vida no planeta”.

O diretor executivo do Pnuma, Achim Steiner, presente à inauguração do novo instituto da Coppe, comentou que o relatório da ONU sobre empregos relacionados a tecnologias sustentáveis, lançado recentemente em Genebra, na Suíça, sugere que uma transformação para uma economia mais verde poderia gerar entre 15 milhões e 60 milhões de novos empregos em todo o mundo, “e tirar dezenas de milhões de trabalhadores da pobreza”.

Esses empregos, enfatizou Steiner, serão criados por aqueles países “cujos líderes tenham a visão de futuro para promover o crescimento e a melhoria da renda, sem destruir a fonte básica da nossa riqueza: o meio ambiente”.

* Edição: Aécio Amado

** Publicado originalmente no site da [Agência Brasil](http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-06-04/rio20-tem-que-debater-questao-economica-para-que-questao-ambiental-avance-defende-izabella-teixeira)(<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-06-04/rio20-tem-que-debater-questao-economica-para-que-questao-ambiental-avance-defende-izabella-teixeira>).

Fonte: Agência Brasil/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/rio20-tem-que-debater-a-questao-economica-para-que-a-questao-ambiental-avance-defende-izabella-teixeira/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=05)(http://envolverde.com.br/noticias/rio20-tem-que-debater-a-questao-economica-para-que-a-questao-ambiental-avance-defende-izabella-teixeira/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=05)

05/06/2012

Indicadores verdes são a próxima meta

Colaboração para a Folha

A CNI trabalha com Ministério do Meio Ambiente e associações dos vários setores na criação de indicadores verdes. A ideia é medir avanços em sustentabilidade.

"Precisamos montar um banco de dados para termos um inventário que retrate a realidade", diz Monica Messenberg, diretora de relações institucionais da CNI.

Os empresários que participarão da prévia da indústria na Rio+20 devem assumir lá o compromisso de criar indicadores confiáveis por setor produtivo. "Só então vamos começar a ter papo de gente grande, podendo mensurar se há ou não avanço em comparação à média internacional", diz a diretora da CNI.

A conferência é uma oportunidade para assumir compromissos. "A indústria vai fornecer dados e a participar da construção dessas métricas, fundamentais para se estabelecer metas futuras", afirma Messenberg.

"Por tudo isso, para nós, a Rio+20 já é um sucesso. Se não estivéssemos na eminência da conferência, provavelmente ainda estaríamos tentando aglutinar setores."

A CNI participa das discussões capitaneadas pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) para definir metodologias aceitas internacionalmente. A entidade que representa a indústria brasileira auxilia a pesquisa mundial Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade (TEEB, na sigla em inglês).

A estudo foi iniciado pelo grupo G8 e por cinco grandes economias em desenvolvimento. "A TEEB talvez seja o precursor da economia verde propriamente dita, que vai mensurar todas as variáveis ambientais", diz Messenberg.

Fonte: [GVces > Notícias](http://ces.fgvsp.br/index.php?r=noticias/view&id=239697)(<http://ces.fgvsp.br/index.php?r=noticias/view&id=239697>)

05/06/2012

Empresas se preparam para conferência

De São Paulo

Se há duas décadas as empresas eram o problema se o assunto era ambiente, hoje são vistas como parte da solução. Será intensa a movimentação das entidades empresariais na Rio+20.

O Instituto Ethos fará da Rio+20 o tema de sua conferência anual, entre 11 e 13 de junho, em São Paulo. Palestras do economista indiano Pavan Sukhdev e de Luciano Coutinho, presidente do BNDES, estão confirmadas.

Segundo Paulo Itacarambi, vice-presidente do Ethos, serão discutidos dez temas ligados à Rio+20. No último dia, os participantes vão escolher três propostas para cada tema. "O resultado será um documento ao governo brasileiro", diz Itacarambi.

Outro grupo que levará contribuições é a coalizão Basd 2012 (Ação das Empresas para o Desenvolvimento Sustentável, na sigla em inglês). Jorge Soto, diretor da Braskem e coordenador do Basd 2012, diz que as empresas querem propor soluções. "Não é propaganda 'verde'. Há oportunidades de negócios na nova economia."

O CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável), que reúne 72 grupos empresariais, lançará na Rio+20 o documento "Visão 2050: nova agenda para os negócios", conjunto de diretrizes para energia, mobilidade, gestão e desenvolvimento humano.

"Existem boas práticas de sustentabilidade nas empresas brasileiras, mas precisam agora ganhar escala, envolver toda a cadeia produtiva", explica Marina Grossi, presidente do CEBDS.

Fonte: [Radar Rio+20 > Notícias](http://radarrio20.org.br/index.php?r=site/view&id=239742)(<http://radarrio20.org.br/index.php?r=site/view&id=239742>)

05/06/2012

Construção civil precisa puxar a mudança

por Heloisa Medeiros Colaboração para a Folha

Empreendimentos imobiliários sustentáveis ainda são só 1% do mercado brasileiro, mas o setor começa a medir e reduzir suas altas emissões de carbono em todas as fases da cadeia

Construção civil é uma das atividades de maior pegada ecológica. Por isso mesmo, pretende liderar a mudança para a economia verde.

O setor gera um terço da emissão mundial de gases de efeito estufa. Claro, isso porque usa produtos e insumos responsáveis por emissões altas, como cimento e aço.

"O setor é crítico porque é a convergência de muitas atividades com impactos ambientais significativos", explica Arab Hoballah, chefe de Consumo e Produção Sustentáveis do Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente).

No Brasil, a siderurgia responde por 35% das emissões de carbono da indústria, enquanto o cimento responde por 19%. Some-se a isso o consumo de diesel no transporte dos materiais até os canteiros de obras.

"A construção tem potencial para liderar as transformações em direção à maior eficiência e à economia verde, capaz de criar muitos empregos", crê Hoballah.

No Brasil, então, onde empreendimentos sustentáveis representam 1% do mercado, o potencial é enorme – nos Estados Unidos, esse nicho representa 9% do total.

CICLO DE VIDA

O Conselho Brasileiro de Construção Sustentável levará à Rio+20 a proposta de criação de um painel internacional com empresas, governos, academia e ONGs para definir uma ferramenta capaz de agilizar a avaliação do ciclo de vida de produtos e serviços usados no setor.

A ferramenta (Plataforma Global de Avaliação do Ciclo de Vida Simplificado para Construção Sustentável) pretende universalizar dados sobre impactos ambientais de itens usados em obras.

"Isso talvez permita uma competição na cadeia da construção não só baseada em preço, mas em desempenho ambiental em escala planetária", afirma o engenheiro Vanderley John, professor da Escola Politécnica da USP.

"Precisamos mover indústria e consumidores para a economia verde. E informação é o caminho", diz. Hoje, a quantidade de informações sobre esse impacto é limitada, e o acesso é caro e difícil.

"Nos países em desenvolvimento, os dados sobre produtos locais são inexistentes. A carência elimina a chance de escolher fornecedores com base em critérios ambientais. A ausência de informação impede que o mercado promova a sustentabilidade", avalia Marcelo Takaoka, presidente do Conselho Brasileiro da Construção Sustentável.

A entidade propõe um sistema público, aberto e gratuito, que gerencie um conjunto mínimo de dados para ajudar nas decisões de compra.

Segundo Takaoka, isso é importante porque a previsão é que áreas urbanas consumam 80% da energia produzida no mundo em 2030.

O processo de construir, em si, é o que menos gera emissões. Grande parte ocorre nas fases de extração de matéria-prima, fabricação de produtos e transporte.

E, depois, na fase de uso, quando os moradores passam a consumir água e energia e a gerar lixo. "O impacto é como as pessoas viverão nesses edifícios durante sua vida útil, de cerca 80 anos."

Quase tudo o que é feito para melhorar o desempenho ambiental dos edifícios também traz vantagens econômicas para construtoras, empreendedores e moradores – que vão notar no bolso a redução de despesas de condomínio.

Takaoka diz que o dinheiro que será poupado pode financiar a sustentabilidade, tanto em edifícios novos como em usados. Ele dá o exemplo das empresas que fazem retrofit (reforma com modernização) e cobram honorários com base na economia gerada por redução de consumo. "É uma oportunidade para bancos e incorporadoras."

SOLUÇÕES COMBINADAS

Não dá mais para construir sem considerar a eficiência energética do imóvel, a redução do consumo de água, o uso de materiais reciclados e a minimização dos impactos ambientais durante a obra.

Mas sustentabilidade passa também pela avaliação das vantagens de reabilitar imóveis que já estão aí, lembra Joana Carla Soares Gonçalves, professora do Laboratório de Conforto Ambiental da FAU-USP e autora do capítulo de construção civil e arquitetura do relatório preparatório para a Rio+20 do Pnuma.

"Em países emergentes como o Brasil, a construção de novos edifícios tem peso significativo, por causa da alta demanda habitacional e de edifícios comerciais que acompanham o crescimento da economia", explica.

No entanto, segundo ela, é preciso considerar o que já foi feito nos últimos 50 anos.

"Já dispomos de um estoque significativo que precisa ser recuperado e reutilizado, a fim de diminuir o impacto ambiental. Esse ponto é bem reforçado no relatório."

Tudo pode ajudar no caminho em direção a um negócio mais limpo, mas uma análise que integre as soluções e leve em consideração o desempenho de cada produto e insumo usado na edificação ajudará mais ainda, segundo os empresários.

Para ter uma ideia, o orçamento para a construção de um edifício habitacional típico chega a 2.500 itens, empregados em grandes quantidades. A escolha de produtos e processos mais "limpos" faz uma grande diferença.

Embora ainda no início da mudança, as empresas do setor começam a identificar, medir, reduzir ou compensar suas emissões de carbono, muito em razão de exigências cada vez maiores das legislações de proteção no Brasil e no exterior.

E de olho, também, no interesse dos compradores de imóveis por opções verdes: pesquisa feita pelo Ibope e pela Confederação Nacional da Indústria em maio revelou que o percentual de pessoas preocupadas com o ambiente aumentou de 80%, em 2010, para 94%, em 2011.

4º LUGAR

é a posição ocupada pelo Brasil no ranking mundial de empreendimentos registrados para certificação ambiental, abaixo dos EUA, dos Emirados Árabes e da China.

PREVISÃO

Em um cenário de crescimento elevado, a pegada climática do setor de construção civil quase dobrará para 15,6 toneladas de CO₂ até 2030, segundo a estimativa do IPCC (o painel de cientistas da Organização das Nações Unidas sobre o clima).

Fonte: [GVces > Notícias](http://www.ghgprotocolbrasil.com.br/index.php?r=noticias/view&id=239717)(<http://www.ghgprotocolbrasil.com.br/index.php?r=noticias/view&id=239717>)

05/06/2012

Vamos ter comida para 9 bilhões?

Com a degradação dos recursos naturais não se sabe se o cultivo de alimentos acompanhará o crescimento populacional

Autor: BRUNA BORGES - Folha de S. Paulo - SÃO PAULO - (SP) - Especial

A ONU (Organização das Nações Unidas) estima que em 2050 o planeta chegue a 9 bilhões de pessoas e que seja necessário um aumento de 70% na produção de alimentos para suprir a população.

O desafio é ampliar a produtividade sem comprometer ainda mais as fontes de recursos naturais. Com as mudanças climáticas, a degradação dos rios e a disponibilidade de terra limitada, porém, não há segurança de que a meta seja alcançada.

Para o Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola), o que falta para atingir esse objetivo é a boa gestão dos recursos. Segundo a entidade, a produção do alimento é expressiva, mas parte dela é desperdiçada.

No cálculo da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação), 25% dos alimentos produzidos mundialmente são perdidos na cadeia produtiva durante a colheita, o armazenamento e a comercialização. A ineficiência da distribuição, concentrada em regiões mais ricas, também contribui para o desperdício e explica por que ainda existe fome no Brasil, país tido como celeiro do mundo.

"Produzimos mais do que necessitamos e, se mantivermos esse padrão de consumo, não alcançaremos a meta estabelecida pela ONU em 2050", afirma Maurício Lopes, diretor-executivo da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

MENOS IMPACTO

A produção está relacionada à disponibilidade e à qualidade da terra. Se as condições de clima, solo e água se degradam, a oferta de alimentos diminui.

Uma das maneiras de evitar a queda de produtividade é resgatar e manter o equilíbrio do ecossistema e aplicar técnicas com menos impactos nocivos ao ambiente.

Essas práticas garantem a melhor fertilização do solo e o aperfeiçoamento da gestão biológica das plantas.

O Brasil é referência mundial em técnicas agrícolas na zona tropical por evitar a degradação do solo e extrair mais produtividade dos recursos disponíveis.

Foi o que aconteceu com a Fazenda Santa Brígida, em Ipameri (GO), uma propriedade que tinha solo pouco fértil e só dava prejuízo. Com auxílio da Embrapa, técnicas economicamente viáveis e ambientalmente corretas foram aplicadas -hoje a área lucra e é modelo de produtividade no cerrado.

Um método utilizado na agricultura sustentável é integrar floresta, agricultura e pecuária na mesma área e aumentar a produção com a biodiversidade.

O governo estima que seja possível duplicar a produção de grãos e de produtos florestais e triplicar a de pecuária nos próximos 20 anos só com a recuperação de pastagens e a utilização dessa tecnologia.

A CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) prevê mostrar durante a Rio+20 exemplos de recuperação da terra.

"Teremos um túnel virtual para explicar à sociedade a importância de tirar uma fazenda de um solo fraco e maltratado e a melhora de tudo isso por meio de tecnologia e boas práticas", afirma a senadora Kátia Abreu, que comanda a entidade ruralista.

AGROTÓXICOS

Luis Fernando Guedes Pinto, gerente de certificação do Imaflora, ressalta que um dos entraves ao desenvolvimento sustentável no país é a visão atrasada de que agropecuária que desmata e degrada o ambiente produz mais.

Um exemplo disso é o uso indiscriminado de veneno contra as pragas para viabilizar a produção. A agricultura brasileira ainda é bastante dependente de agrotóxicos. Seu uso descuidado pode ser prejudicial à saúde do agricultor e degradar o ambiente, mas, ainda assim, o país é o maior consumidor do mundo desses defensivos.

"Falta investimento e assistência ao produtor. A principal 'escola' dos agricultores são os vendedores de agrotóxicos. Precisa haver mais orientação de cultivo sem o interesse econômico envolvido", afirma Guedes Pinto.

Como alternativa ao uso excessivo de agrotóxicos, há o controle biológico das pragas, como ocorre na Fazenda Nata do Vale, em Serra Negra (SP), onde eles foram substituídos por fungos para evitar a infestação de insetos.

O dono da fazenda, Ricardo Schiavinato, hoje cultiva alimentos orgânicos, mas reclama da falta de incentivos. "Essa produção só se sustenta no médio e longo prazos."

No Brasil, há cerca de 15 mil produtores de orgânicos. Em 2009, o país cultivava 6,18 milhões de hectares de terra com esse tipo de alimento -a Finlândia é o maior produtor (7,4 milhões de hectares).

70% da água doce consumida no mundo é usada na agricultura, que é responsável ainda por 13% das emissões de gases.

O AVANÇO DOS TRANSGÊNICOS

Em meio à discussão de como produzir mais alimentos, o cultivo de transgênicos cresceu 8% nos 29 países que adotam a tecnologia, segundo o ISAAA (instituto internacional que faz o acompanhamento do setor). O Brasil liderou esse avanço, pelo terceiro ano consecutivo, com uma expansão de 20% em 2011 em relação à produção do ano anterior.

MILAGRE DOS PEIXES

A aquicultura cresceu 260% desde 1992 em todo o mundo. No Brasil, a criação de peixes aumentou 122% entre 2007 e 2011; a pesca de captura subiu 12%.

MAIS CARNE NO PRATO

Em 2050, o consumo de carne deve ser 74% maior do que era em 2000 -serão 460 milhões de toneladas ou 50 quilos per capita por ano (hoje são 43 quilos), segundo dados da ONU. No caso de cereais, a expectativa é de um aumento de 43%.

70% da população mundial viverá em grandes centros urbanos em 2050, conforme estimativas das Nações Unidas; atualmente, pouco mais da metade mora em cidades, que já são responsáveis pelo consumo de 75% da energia e por 75% das emissões de carbono.

45% é o quanto aumentou a produção mundial de alimentos desde a Eco-92 -no mesmo período, o crescimento demográfico foi de 26%. A estimativa é que quase 1 bilhão de pessoas ainda passem fome.

Fonte: [MONSANTO > Sala de Imprensa > Notícias](http://www.monsanto.com.br/sala_imprensa/inclides/template_sala_imprensa.asp?noticiald=73343334324333233432334323334444333347D672724356415D1648D4624D9615D46241556BC3)(http://www.monsanto.com.br/sala_imprensa/inclides/template_sala_imprensa.asp?noticiald=73343334324333233432334323334444333347D672724356415D1648D4624D9615D46241556BC3)

05/06/2012

É muita água na cerveja

por VENCESLAU BORLINA FILHO DO RIO

Para cada litro produzido da bebida consome-se até 4 vezes mais água; empresas querem reduzir proporção

O uso da água é a maior pedra no sapato da indústrias de bebida. Segundo a **ANA (Agência Nacional de Águas)**, para produzir um litro de bebida, as empresas chegam a usar, em média, até quatro vezes mais água.

A Ambev, maior cervejaria da América Latina, consome atualmente 3,75 litros de água para fazer um litro de cerveja -em 2002, o índice era de 5,36 litros de água.

Para este ano, a meta da empresa é alcançar a proporção de 3,5 litros de água para um litro da bebida.

Já o grupo Petrópolis pretende usar 3,3 litros de água para cada litro de cerveja a ser produzido em 2013. Para isso, prevê investimento de cerca de R\$ 5 milhões.

Hoje, a empresa usa 3,96 litros de água para um litro produzido -há dez anos, eram oito litros de água.

Segundo o diretor de relações socioambientais da Ambev, Ricardo Rolim, as melhorias contínuas no processo de produção deverão garantir o alcance da meta. "A redução (250 ml) parece pequena, mas não é", disse ele. Os investimentos não foram divulgados pela empresa.

De acordo com Rolim, de 2010 para 2011, as 34 fábricas da cervejaria no Brasil deixaram de consumir água suficiente para abastecer por um mês uma cidade com 580 mil habitantes. "Seria suficiente para Florianópolis, por exemplo", afirmou.

A Coca-Cola reduziu em 23% nos últimos dez anos o volume de água utilizado em seu processo de fabricação. Em 2001, eram 2,54 litros para cada litro de bebida produzido - hoje, é 1,91 litro.

A produção total de cervejas no Brasil no ano passado atingiu 13,3 bilhões de litros -433 milhões a mais que os 12,8 bilhões de litros de 2010.

A ANA, em parceria com instituições da indústria, tem estudado formas de incentivar o uso racional. Uma delas, a Cobrança pelo uso da Água de rios, já foi instituída em 3 das 9 bacias interestaduais criadas.

A Ambev também tem investido no reuso da água, na reciclagem e na produção de biogás a partir dos resíduos gerados pela produção.

Na fábrica de vidro da companhia no Rio de Janeiro, a reciclagem responde por 65% da produção total. Neste ano, segundo a empresa, a unidade de seleção será ampliada, ao custo de R\$ 650 mil.

O produto chega à fábrica por meio da coleta realizada por 12 cooperativas de reciclagem no Estado do Rio. Segundo a empresa, 300 famílias vivem desse trabalho. A intenção é ampliar a cadeia para receber mais material.

Na unidade, o vidro coletado é fundido com outros componentes em um forno que utiliza 30% do biogás gerado na Etei (Estação de Tratamento de Efluentes Industriais) instalada na fábrica de bebidas que fica ao lado.

O sistema -uma miniusina- funciona desde setembro de 2011 e consumiu R\$ 1,87 milhão em investimentos.

Até o final deste ano, a cervejaria espera que 47% da energia utilizada na unidade venha do biogás produzido na estação de tratamento.

"Esse investimento foi importante porque impede o lançamento de poluentes e reduz os custos com gás natural", disse Fernando Teixeira, gerente da fábrica.

Segundo a cervejaria, atualmente 98% dos resíduos do seu processo de produção são reutilizados.

Texto:Folha de São Paulo

Fonte: [ANA](#) > [Imprensa](#) >
[Notícias\(http://www2.ana.gov.br/Paginas/imprensa/noticia.aspx?id_noticia=10756\)](http://www2.ana.gov.br/Paginas/imprensa/noticia.aspx?id_noticia=10756)

05/06/2012

Falta projeto para manter a floresta em pé

por Denise Menchen do Rio

Financiamento internacional de ações de conservação ambiental esbarra em burocracia, despreparo e falta de projetos

O fundo criado em 2008 para bancar ações de preservação ambiental na Amazônia vem esbarrando no alto nível de exigências do BNDES, no despreparo de organizações da sociedade civil e na falta de projetos do governo.

Somados, esses fatores dificultam o ganho de escala do Fundo Amazônia, considerado um trunfo brasileiro no esforço para que países desenvolvidos financiem ações de combate ao efeito estufa.

Os recursos doados por governos e empresas são repassados pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) a projetos de conservação da região e, em menor proporção, de outros biomas.

A criação do mecanismo foi proposta pelo Brasil na conferência do clima de Nairobi, em 2006. Mesmo com a promessa da Noruega de doar US\$ 1 bilhão (cerca de R\$ 2 bilhões) até 2015, o fundo tinha até o dia 15 do mês passado apenas 21 contratos firmados, totalizando R\$ 259,2 milhões. Os repasses são a fundo perdido, ou seja, sem reembolso ao banco.

Apesar do potencial dos projetos -dois deles ajudaram Alta Floresta (MT) a sair da lista dos principais desmatadores do país-, a avaliação do próprio BNDES é que os desafios de preservação da floresta "exigem a ampliação da escala das operações". O banco, porém, diz que o desempenho é "exitoso" e que o fundo apresenta os melhores resultados dentre outros instrumentos semelhantes.

Integrante do Comitê Orientador do Fundo Amazônia, Adriana Ramos considera que as exigências do BNDES e a falta de preparo de parte das organizações da sociedade civil acabam restringindo o acesso aos recursos a grandes instituições.

"Há uma dificuldade de apoiar comunidades e organizações locais, que muitas vezes são as que lidam com as situações de maior sensibilidade para a conservação da floresta", afirma.

Ela também critica o que classifica como falta de protagonismo do governo. Dos 21 projetos aprovados, só um é de um órgão federal, a Universidade Federal do Pará.

Para enfrentar o desmatamento, as iniciativas apoiadas costumam combinar uma série de ações. É o caso, por exemplo, do projeto elaborado pelo Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), que acaba de obter R\$ 24,9 milhões do fundo.

Nos próximos cinco anos, a instituição trabalhará em três assentamentos do oeste do Pará para desenvolver um modelo sustentável de desenvolvimento. As ações incluem regularização fundiária, capacitação em técnicas agropecuárias e pagamento por serviços ambientais.

Para Osvaldo Stella, do Ipam, o Fundo Amazônia é importante para permitir o desenho de modelos que poderão ser replicados em outras áreas. Ele diz, porém, que a burocracia dificulta o acesso aos recursos - no caso do Ipam, a aprovação dos R\$ 24,9 milhões levou 30 meses.

"O financiamento do nosso projeto passa pelos mesmos trâmites que o da usina de Belo Monte", compara, citando a hidrelétrica de R\$ 25 bilhões que alagará cerca de 500 km no Pará.

DINHEIRO DA NORUEGA

A lentidão na implementação do fundo também tem causado irritação na Noruega, seu principal doador.

Uma fonte do governo norueguês reclamou de ineficiência e pediu mais esforço brasileiro. Segundo essa fonte, o programa Bolsa Verde, uma espécie de braço ambiental do Brasil Sem Miséria, poderia ser financiado pelo Fundo Amazônia.

Em entrevista à Folha, o ministro do Meio Ambiente da Noruega evitou tecer críticas ao fundo. Baard Vegar Solhjell elogiou as iniciativas brasileiras de combate ao desmatamento -"provavelmente o maior esforço de redução de emissões de CO₂ do mundo" –, mas reconheceu que "há desafios".

Para o ministro, a possibilidade de o país alcançar a doação de US\$ 1 bilhão prometida é realista, "desde que o Brasil mostre resultados". Até o momento, a Noruega firmou em contrato que doará R\$ 798,9 milhões. Ingressaram de fato no banco R\$ 182,3 milhões (21,3% do total).

REDUÇÃO DO DESMATAMENTO

Com exceção de 2008, houve quedas sucessivas na destruição da Amazônia desde 2005. A área desmatada passou de 27.772 km² em 2004 para 6.238 km² em 2011 -queda de 77,5%.

Colaborou CLAUDIO ANGELO, de Brasília

Fonte: Folha de São Paulo/[GVces >](http://www.ghgprotocolbrasil.com.br/index.php?r=noticias/view&id=239682)
[Notícias \(http://www.ghgprotocolbrasil.com.br/index.php?r=noticias/view&id=239682\)](http://www.ghgprotocolbrasil.com.br/index.php?r=noticias/view&id=239682)

05/06/2012

Xingu aproveita Rio+20 E faz evento contra usina

Ativistas e moradores da região afetada pela [hidrelétrica de Belo Monte](#) (<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/510156-dom-erwin-kraeutler-lula-e-dilma-passarao-para-a-historia-como-predadores-da-amazonia->), no rio Xingu (PA), preparam um protesto paralelo à **Rio+20**.

A reportagem é de **Aguirre Talento** e publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo**, 05-06-2012.

O **Xingu+23** (<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/509498-attingidos-por-belo-monte-farao-encontro-paralelo-a-rio-20-em-altamira>) – alusão aos 23 anos do 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu - será entre 13 e 17 de junho em uma comunidade de **Vitória do Xingu** (945 km de Belém).

O primeiro encontro indígena levou à suspensão de um financiamento internacional à obra da hidrelétrica.

O **Movimento Xingu Vivo**, à frente da organização, espera atrair 400 pessoas.

A comunidade rural de **Santo Antônio**, em fase de desapropriação, vai ser a sede do protesto.

A empresa **Norte Energia**, responsável por Belo Monte, informa que 97% dos donos das 252 moradias negociaram a desapropriação.

O **Xingu Vivo** afirma que as famílias foram "expulsas" com baixas indenizações, mas a empresa diz em nota que "todas as famílias tiveram a opção pelo reassentamento, sendo que a maioria optou pela indenização em dinheiro, espontaneamente".

Fonte: [UNISINOS > Notícias](#) (<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/510178-xingu-aproveita-rio-20-e-faz-evento-contr-usina>)

05/06/2012

Opinião Cassio Leite Vieira: Questão do clima é vista como um dogma

por Cassio Leite Vieira

Às vésperas da Rio+20, talvez a história da ciência e a filosofia possam ensinar algo sobre o planeta e os humanos.

Se uma pesquisa tivesse sido feita no final do século 19 entre os grandes nomes da física, é bem provável que aqueles luminares aceitassem, como realidade incontroversa, a existência do éter (meio com propriedades tanto esquisitas quanto paradoxais que serviria de suporte para a propagação da luz).

Em 1905, Albert Einstein (1879-1955), com sua teoria da relatividade, descartaria essa "propriedade" do espaço. Cerca de 20 anos depois, porém, ainda havia cientista que acreditasse em tal suporte.

Conceitos científicos arraigados são difíceis de matar. O físico alemão Max Planck (1859-1947) dizia que uma verdade científica não triunfa pelo convencimento de seus oponentes, mas, sim, porque estes últimos acabam morrendo, e ela se torna familiar a uma nova geração.

O historiador marxista britânico Eric Hobsbawm põe a ciência como a forma de cultura mais influente do século 20. Para o bem e para o mal.

Ao longo da história, cientistas obtiveram resultados grandiosos –um deles é, sem dúvida, a teoria da relatividade, que permitiu o primeiro modelo cosmológico de base científica. Mas produziram fraudes e pseudociência -esta última quando o cientista crê que aquilo que obteve é verdadeiro.

Ciência está longe de ser pura, imaculada, como às vezes é vendida. Ciência tem muito de marketing.

Quando um novo campo científico nasce (por exemplo, engenharia genética e nanotecnologia), ele traz sua carga de promessas. Nessas horas, cientistas, incensados pela mídia, desfilam futurologias (do bem, obviamente), pois sabem que isso traz visibilidade (e financiamento) para os seus laboratórios ou os seus projetos.

A história da ciência, no entanto, ensina: o cemitério das promessas científicas está cheio de covas profundas e esquecidas –grande parte delas preenchidas com medicamentos e vacinas contra males ainda incuráveis.

RIO+20

Fraudes, pseudociência, aceitação forçada de paradigmas, medo da discordância e do debate franco... todas mazelas criadas em nome do prestígio, da vaidade, de egos exacerbados, da competição, do medo de macular a carreira, da pressa em publicar etc.

Mas o que tudo isso tem a ver com a Rio+20?

Vejamos.

O filósofo alemão Jürgen Habermas diz que um dos traços das democracias modernas é que o público tem que lidar com políticas como "pacotes fechados", dizendo apenas se é a favor ou contra eles, sem discussões mais aprofundadas.

Se pudermos estender essa característica política às tendências ambientalistas, então o caso emblemático de "pacote fechado" talvez seja a questão do aquecimento global ou das mudanças climáticas –a escolha vai depender dos interesses políticos e econômicos do sujeito, como já revelaram pesquisas.

O leitor acredita em qual pacote? Crê no aquecimento global ou é cético?

A impenetrabilidade de Habermas aponta um caminho perigoso: grandes teorias científicas, por sua complexidade, acabam sendo aceitas como dogma. Ou rejeitadas como um.

Na questão climática, o "sim" (aceitação) preponderou até agora -afinal, é difícil, mesmo para um cientista, levantar a voz contra um documento, o relatório do IPCC (sigla em inglês para Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), que traz a assinatura de mais ou menos 2.500 especialistas com doutorado.

CETICISMO

Mas, agora, parece brotar certo desconforto entre os próprios cientistas. Caso emblemático: 16 deles, todos renomados, publicaram manifesto nas páginas do "The Wall Street Journal" (26.jan.12) com o sugestivo título "Não é preciso se apavorar com o aquecimento global". Basicamente, dizem que não é necessário tomar medidas drásticas, no curto prazo, contra o aquecimento global, que o gás carbônico não é poluente e que as evidências do fenômeno não podem ser consideradas incontroversas (essas últimas são palavras de um Nobel de Física).

Respostas a esses céticos já são encontradas a granel na internet. Uma delas é a de William D. Nordhaus, professor de economia na Universidade Yale (EUA), "Por que os céticos do clima estão errados" ("New York Review of Books", 22.fev.12).

A mídia tem culpa na solidificação de paradigmas na ciência. Costuma -pela própria essência do jornalismo sobre ciência- privilegiar resultados e profecias em detrimento de dúvidas e reveses. Ciência, por sinal, nas palavras do filósofo britânico John Gray, é, hoje, o terreno das certezas; as dúvidas, diz ele, ficaram para a religião.

Nos jornais, há crítica de teatro, literatura, cinema, artes, música, gastronomia... E de ciência? Afinal, ela não é uma forma de cultura, a mais influente do século passado, segundo Hobsbawm?

Parte do esclarecimento (certezas e, principalmente, dúvidas) deveria vir dos próprios cientistas. Mas a verdade é que eles são resistentes em falar com um público que mal entende um fenômeno básico do cotidiano e titubeia perante matemática simples. O debate darwinismo versus criacionismo (e também ciência versus esoterismo) corrobora o dito acima.

À beira da Rio+20, o "Manifesto dos 16" foi pancada forte. Mas o que fraquejou pernas e esvaziou pulmões científicos foi a revelação, há poucos anos, de mensagens de um especialista da área em que estava confessa a manipulação de dados pró-aquecimento -é o lado humano (sem aspas) dessa atividade. O vazamento abalou profundamente a crença pública -e a de cientistas- em um conhecimento reunido arduamente nas últimas décadas.

É improvável que 2.500 especialistas estejam errados. Mas vale ter em mente o caso do éter, que abre este texto.

Para finalizar, retome-se Gray, com seu magistral e impressionante "Cachorros de Palha" (Record, 2005). O filósofo defende que o movimento verde sofre, nas origens, do mesmo mal do cristianismo e da própria ciência, a saber: o humanismo, este no sentido de que o homem é superior a outras espécies animais, é senhor de seu destino, pode controlar a tecnologia que cria e acredita na ilusão de progresso -algo que o britânico diz fazer sentido só no âmbito da ciência e não na ética, na política, nas artes, na literatura...

NATUREZA HUMANA

Gray defende que a espécie humana é dominadora e destrutiva. E não adianta tergiversar, diz ele: somos assim, é a nossa natureza humana, algo negado, na política, ao longo da história, pela direita e pela esquerda e que está, para ficar num só exemplo, na raiz de genocídios.

O alento em todo o pessimismo de Gray é que a Terra, como sistema robusto que é, resistirá à infecção por humanos. Mas a um preço: destruição da fauna e da flora.

Seguindo o pessimismo de Gray, é possível que tudo o que foi dito até aqui seja algo de menor importância. "A destruição do mundo natural não é o resultado do capitalismo global, da industrialização, da 'civilização ocidental' ou de qualquer falha nas instituições humanas. É consequência do sucesso evolucionário de um primata excepcionalmente rapinador. Ao longo de toda a história e pré-história, o avanço humano tem coincidido com devastação ecológica", escreve ele.

Neste momento de Rio+20, a reflexão mais profunda, talvez, não deva ser sobre essa ou aquela política, esse ou aquele dado científico, isso ou aquilo da economia. Mas, sim, sobre quem (realmente) somos, se valemos a pena.

E uma das análises mais profundas sobre essa questão está em "Cachorros de Palha". Vale ler, mesmo que seja para discordar.

A mídia que cobre ciência privilegia resultados e profecias em detrimento de dúvidas e reveses

A reflexão talvez não deva ser sobre esse ou aquele dado científico, mas sobre quem somos, se valemos a pena

CASSIO LEITE VIEIRA é jornalista do Instituto Ciência Hoje (RJ) e coautor de "A Revolução dos Q-Bits" (Zahar).

Fonte: [Radar Rio+20 > Notícias](http://www.radario20.org.br/index.php?r=site/view&id=239670)(<http://www.radario20.org.br/index.php?r=site/view&id=239670>)

05/06/2012

Raspas e restos me interessam

É bonito dizer que há oportunidades jogadas no lixo, mas o Brasil ainda tem um longo caminho até transformar o grande problema em bom negócio

A gestão do lixo é estratégica na transição da economia marrom à verde, frisa o relatório de referência que a ONU preparou para a Rio+20. É também um ramo de negócios com potencial no Brasil, que só recicla 13% de seus restos e ainda manda a lixões e aterros incorretos um terço do volume diário que gera.

No mundo, negócios do lixo movimentaram em 2011 US\$ 108 bilhões. Volume que chegará a US\$ 310 bilhões em 2050, com a adoção de novas tecnologias de tratamento do lixo, segundo previsões do Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente.

Mas para que se desenvolva no Brasil uma cadeia de negócios de resíduos é preciso que a nova lei "pegue". Nova é modo de dizer: após 19 anos de discussões, a Política Nacional de Resíduos Sólidos foi promulgada em agosto de 2010. Com ela, o país adotou a tal "logística reversa", segundo a qual cada um cuida do seu lixo.

É um conjunto de ações para viabilizar a coleta e a devolução à empresa do produto ou da embalagem descartados para que ela reaproveite esse lixo ou dê a ele um outro destino adequado.

Nenhuma novidade para a indústria de agrotóxicos, por exemplo, que recicla 100% do seu descarte por questão de sobrevivência. O setor teve de se organizar, dividir custos e responsabilidades para tirar do campo o lixo tóxico.

Outras indústrias que geram lixo perigoso seguiram a trilha. Agora, empresas acordam para a necessidade de retirar do ambiente rejeitos menos tóxicos, mas não menos poluentes: plásticos, vidros, metais, papéis. E de ganhar dinheiro com isso.

O problema é que o custo da reciclagem não fecha. Na maioria das indústrias, é mais barato usar matéria-prima virgem do que comprar, triar e transportar sucata. Daí os debates sobre a divisão da conta: incentivos do governo, contribuições de todos os elos da cadeia (indústria, atacado, varejo) e aumento de preço ao consumidor.

No Brasil, as dificuldades são maiores porque a coleta seletiva é exceção nas grandes cidades -sem falar no custo logístico de vencer distâncias continentais.

"A estratégia para a reciclagem acontecer é fazer as empresas reconhecerem o valor econômico do resíduo", diz Flavio Ribeiro, assessor da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, Estado que estuda criar incentivos.

"A cadeia da reciclagem deve substituir a extração de recursos naturais. Temos de passar de experiências isoladas para a política pública."

CELULARES TRITURADOS

Empreendedores com faro acham no lixo oportunidades para criar produtos de alto valor. Como a Wisewood, uma das maiores consumidoras de sucata plástica do país e pioneira da madeira ecológica. A empresa inventou um composto de plástico reciclado em escala industrial que substitui madeira de deques, vigas e dormentes.

Outra é a GM&C, que recolhe pilhas, celulares e eletroeletrônicos e lucra com a logística reversa. Exporta para o Japão e a Bélgica resíduos triturados (aqui não há recicladoras desse material).

Em 2011, as exportações da GM&C cresceram 20%: foram 15 toneladas de celulares. "Mas no país há 200 mil toneladas [são 200 milhões de aparelhos e cada um pesa 100 gramas], há muito espaço para a reciclagem", diz o presidente, Marcelo Oliveira. Segundo ele, esses volumes podem crescer se houver incentivo no pagamento de impostos e a empresa puder trabalhar com escalas maiores.

Para estimular a coleta desses produtos, a empresa lançou em parceria com Walmart e Carrefour a campanha "Recicla Mais". Até dezembro serão instalados mil pontos de coleta nas lojas das redes.

CATADORES UNIDOS

Além de tirar as ideias do papel, o desafio é aliar metas ambientais a sociais. Empresas de reciclagem vão disputar espaços com quem há anos trabalha no setor: catadores e cooperativas.

Exemplo que será apresentado na Rio+20, a Prefeitura de Natal se serviu da nova lei para contratar cooperativas de catadores e se responsabilizar por parte do serviço público de coleta de lixo.

Com know-how para reaproveitar o lixo, os catadores recebem da prefeitura para fazer a coleta seletiva, depois levam os descartes para unidades de triagem antes de seguir mais de 1.000 km até as indústrias de plástico, vidro, alumínio e metais no Sudeste do país. Do material coletado, só papelão ondulado é reciclado no Nordeste.

"O problema são os atravessadores, que prejudicam os catadores de cidades distantes das capitais. Há sucateiros que compram e vendem com lucro de 200%. Por isso, juntamos os catadores. Unidos vendemos direto para a indústria", disse Severino Lima Jr, presidente do Movimento Nacional dos Catadores de Rua.

Lima começou aos 12 anos no lixão de Natal. Hoje roda o mundo para falar da experiência brasileira. Em abril, deu workshop na Índia para ensinar catadores locais a se organizar e vender sucata.

Para Lucien Belmont, superintendente da Abividro (entidade nacional da indústria de vidro), a experiência dos catadores ajuda, mas o país não poderá depender apenas deles para implementar a coleta seletiva e a reciclagem de rejeitos sólidos.

A Abividro propõe que o país adote agências gerenciadoras de reciclagem, sem fins lucrativos, com a missão de coordenar as iniciativas de logística reversa das cadeias produtivas, como fez a Alemanha nos anos 90.

No caso da cadeia do vidro, a agência negociaria a compra e a venda de recicláveis com prefeituras, cooperativas de catadores, beneficiadoras, fabricantes e envasadoras. "Esse modelo gera inclusão social e renda para catadores e é atraente para a indústria. Para ser viável economicamente, é necessária a adesão de todos", disse Belmont.

Se as empresas já têm dificuldade logística para levar seus produtos e serviços até a casa do consumidor, terão agora de bolar uma boa engenharia para recolher e reaproveitar seus subprodutos.

5% das emissões de gases de efeito estufa são causadas por decomposição de matéria orgânica em lixões e aterros sanitários, segundo relatório do Pnuma (o programa da ONU para meio ambiente).

62 milhões de toneladas de resíduos foram geradas no Brasil em 2011; o volume cresceu 1,8%, o dobro do crescimento da população no período (0,9%).

12 milhões é o total de empregos ligados à reciclagem apenas em três países: Brasil, China e EUA, segundo a ONU. A separação e o processamento de itens recicláveis sustentam dez vezes mais empregos que aterros sanitários ou incineração.

Fonte: [GVces > Notícias](http://www.isebovespa.com.br/index.php?r=noticias/view&id=239727)(<http://www.isebovespa.com.br/index.php?r=noticias/view&id=239727>)

05/06/2012

A arte de afzer nada virar alguma coisa

Entrevista: Maria Cecília L. dos Santos

Mara Gama em Colaboração para a Folha

Dois dos pilares da transição para a economia verde estão no horizonte da filósofa Maria Cecília Loschiavo dos Santos: a gestão responsável do lixo e a inclusão social.

Autora de um dos mais importantes estudos de história do design do país –“Móvel Moderno no Brasil” (1995, Edusp)–, ela integra o Centro Multidisciplinar de Estudos em Resíduos Sólidos da Universidade de São Paulo.

Ao estudar o descarte e o reuso do mobiliário no ambiente urbano, ela entendeu que a cadeia da reciclagem no país extrapola o ciclo estritamente ambiental: é fundamental na inclusão social de um contingente de pessoas em situação de miséria nas grandes cidades.

Maria Cecília considera que a transformação do lixo em matéria, da desvantagem em vantagem, é parte da cultura do design brasileiro. Para ela, a nova política sobre resíduos é a "lei do design".

Folha - Como a sra. começou a estudar o lixo?

Maria Cecília Loschiavo dos Santos - Foi pelo mobiliário que cheguei ao amplo tema da sustentabilidade. Após terminar meu trabalho [que resultou no livro citado], em 1993, observei o mobiliário moderno sendo descartado no espaço urbano. Nas casinhas de guardas privados de bairros nobres de São Paulo via um assento de uma cadeira dinamarquesa encima de um caixote de frutas e tentava entender essa recolocação. Passei a prestar atenção nesse material junto das pessoas que viviam nas ruas. E o descarte do mobiliário me levou ao descarte de seres humanos. O que me cabia, diante desse intrigante fenômeno, era compreender o habitat desta população.

Por que a sra. Considera que a nova política de resíduos é a "lei do design"?

A política nacional não menciona a palavra design, mas ela trata do projeto, do consumo, do descarte, enfim, dos produtos que o design produz. A nova lei oferece uma oportunidade imensa para o design brasileiro. Em dezembro passado, ao apresentar a obra da Lina Bardi (1914-1992) numa palestra em Nova York, consegui evidenciar que essa filosofia da transformação da desvantagem em vantagem é parte da cultura vernacular brasileira, da cultura material, do nosso design, da capacidade de superação que se manifesta naqueles objetos que a Lina recolheu e que expôs. Isso está também na raiz da mentalidade dos catadores, a sabedoria dessa população que, numa situação de miséria absoluta, transforma nada em alguma coisa.

Como a universidade está contribuindo com esse assunto?

A universidade tem o que há de mais importante, que é a vontade dos alunos, o engajamento nos temas da sustentabilidade. Em 2011, a USP criou o primeiro Centro de Estudos Multidisciplinares em Resíduos Sólidos, que trará propostas e possibilidades tecnológicas na geração de patentes para trabalhar com esses materiais. Estamos compartilhando os resultados do nosso trabalho para criar bancos de dados sobre resíduos no Brasil.

Do ponto de vista político, o que falta?

Já temos massa crítica científica e tecnológica de altíssimo nível. Mas temos que gerar patentes e estabelecer um diálogo com os industriais. No setor farmacêutico, nós quebramos patentes importantes para a saúde da população. Acredito que, no setor dos resíduos, vamos conseguir criar esse diálogo com as decisões industriais, da universidade, da política. Só que, na base disso tudo está o cidadão, com seu comportamento diário. Do ato da compra ao ato do descarte. E, nessa cadeia, a dona de casa tem um papel fundamental.

Qual é melhor forma de tratar os resíduos?

Não há uma resolução única. Quando a gente pensa a reciclagem do resíduo, pensa também em um componente comportamental, psicológico, antropológico, da relação do ser humano com seus bens. É necessário o envolvimento de cada cidadão na valorização do resíduo, no reconhecimento de que ele tem valor econômico. Um outro ponto é a prevenção do resíduo na fonte. Você tem de começar a comprar produtos no supermercado que reduzam o resíduo na fonte.

É factível extinguir os lixões no Brasil até 2014?

O volume de recursos que os resíduos movimentam é muito grande. Há interesses enormes. No Brasil ainda há pessoas em situação de miséria obrigadas a recorrer aos lixões para alimentar suas famílias. A meta "sem lixões em 2014" é uma decisão correta do ponto de vista sanitário, ambiental e da dignidade humana. Vai colocar o Brasil em outro patamar sanitário. Mas não adianta só erradicar os lixões. É preciso que haja investimento em infraestrutura urbana nos mais de 5.000 municípios, para tratamento de seus resíduos.

A incineração deve ser adotada?

É um tema muito polêmico dentro da lei. Em alguns países, por causa do perfil energético, a incineração é necessária, como é o caso da Suécia, porque eles não têm outras fontes de energia. Mas há alternativas a ela. Há filtros, há uma série de tecnologias disponíveis hoje.

Como distinguir um projeto de design sustentável de um não sustentável?

Precisamos nos despojar da visão glamorizada, fetichizada dessas duas palavras. Há parâmetros. Existe a pegada ecológica, a hídrica, a energética. Há cálculos e teoria para isso. Mas tudo tem de estar associado a uma consciência, porque trabalhar com reciclagem e sustentabilidade tem a ver diretamente com uma reciclagem de nós mesmos.

13,1 bilhões de toneladas de lixo devem ser geradas no mundo em 2050, 20% a mais que em 2009.

30 anos é o tempo que o tecido de poliamida (náilon) leva para se decompor. O poliéster precisa de mais de cem anos.

Fonte: Folha de São Paulo/[GVces](http://www.ces.fgvsp.br/index.php?r=noticias/view&id=239728) >
[Notícias\(http://www.ces.fgvsp.br/index.php?r=noticias/view&id=239728\)](http://www.ces.fgvsp.br/index.php?r=noticias/view&id=239728)

05/06/2012

Rio+20 deve criar “paradigma internacional” de sustentabilidade, defende Figueiredo

por Redação EcoD



Embaixador Luiz Alberto Figueiredo defendeu um texto mais conciso para a cúpula.

Foto: Marcello Casal Jr./ABr

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Chamada31.jpg?9d7bd4>

“O paradigma do desenvolvimento sustentável tem que passar a ser, até como resultado da Rio+20, o paradigma internacional dentro da própria ONU, e na área de cooperação internacional”. A opinião é do embaixador Luiz Alberto Figueiredo, que também é negociador-chefe da delegação brasileira na conferência marcada para os dias 13 a 22 de junho, no Rio de Janeiro. Ele concedeu entrevista à Rádio ONU no sábado, 2 de junho, em Nova York, onde participou da penúltima reunião informal antes da cúpula.

Segundo Figueiredo, as três dimensões do desenvolvimento sustentável devem estar presentes na cooperação: os fatores econômico, social e ambiental. Ainda conforme o embaixador, a sustentabilidade exige um modelo de combate à pobreza em todo o mundo.

“Não existe desenvolvimento sustentável com fome, com estagnação econômica e com degradação ambiental. Está é a mensagem que vale para todos os países. E é com esta mensagem que nós temos que sair do Rio de Janeiro”, frisou Figueiredo.

O embaixador também defendeu “mais concisão” para o documento final da conferência, que ainda está sendo negociado pelos países participantes, a fim de ajudar na percepção das metas pela sociedade. O texto tem, atualmente, 80 páginas. “Esse tipo de texto precisa dar uma mensagem direta, clara e objetiva. Quanto maior for, menos legível será para a sociedade. Nós gostaríamos de ter um texto que seja de impacto e portanto um texto mais curto.”

Nos dias 13 a 15 de junho, negociadores dos países signatários da ONU, que participam do encontro, estarão reunidos no Rio de Janeiro para preparar a declaração final que será endossada, durante a cúpula (20 a 22), por dezenas de chefes de Estado e governo.

Fonte: [Envolverde\(http://envolverde.com.br/noticias/rio20-deve-criar-paradigma-internacional-de-sustentabilidade-defende-figueiredo/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=05\)](http://envolverde.com.br/noticias/rio20-deve-criar-paradigma-internacional-de-sustentabilidade-defende-figueiredo/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=05)

05/06/2012

RETALHO FASHION COMBATE IMPORTAÇÃO DE TRAPOS

O Brasil ainda tem de buscar lá fora o que há de sobra e vai parar no lixo por aqui: retalhos. Em 2011, o país importou 13.477 toneladas de trapos de tecidos, utilizados em indústrias de tecelagem, ao custo de US\$ 13,6 milhões.



Sofá, fogão e computador descartados na rua João Moura, zona oeste de SP

Fonte: <http://cache2->

thumb1.pressdisplay.com/pressdisplay/docserver/getimage.aspx?regionuid=44f8a36b-e47f-404d-9423-d78b69223958&scale=114&file=2011201206050000000001001®ionKey=BkaUkiJ%2bCL67bgVf%2fwm oeg%3d%3d

“O Brasil é o quarto maior produtor mundial de algodão. Não faz o menor sentido [importar retalhos]”, diz Alfredo Emilio Bonduki, presi-dente do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo. Um projeto que envolve confecções do Bom Retiro, na região central de São Paulo, a prefeitura e catadores quer mudar essa realidade.

Todos os dias ao menos 12 toneladas de restos de tecidos são ensacadas e colocadas nas calçadas do bairro por funcionários e comerciantes das 1.200 confecções que funcionam na área.

Pela lei, só os que produzem acima de 200 litros de lixo diário têm de contratar uma empresa para recolhê-lo. Como a maior parte é de pequenos negócios, são muitos os que descartam o lixo em frente ao seu comércio – e os retalhos vão parar nos aterros sanitários.

O projeto Retalho Fashion, que está em sua primeira etapa de instalação no Bom Retiro, pretende organizar o descarte e a coleta de resíduo têxtil para vendê-lo a indústrias recicladoras.

A sobra de tecido das confecções pode virar pluma e insumo para forração de automóveis e de colchões, fabricação de novos fios, tecidos, tapetes e carpetes, sacolas de supermercado, roupas e fabricação de feltros.

Instalada há 15 anos em Brusque (SC) e hoje uma das principais recicladoras do país, a Benetex compra retalhos de algodão ao custo de R\$1 a R\$2 o quilo (as cores mais claras, que necessitam ser tingidas, são menos valorizadas).

No ano passado, a empresa reciclou 33% a mais de retalhos que em 2010.

“Chegamos a comprar 40% de retalhos de países como Índia, Paquistão, Honduras, Portugal, Argentina e Chile. Há dois anos, montamos um centro de compras em São Paulo e hoje importamos cerca de 10%”, diz Márcio Adami, sócio- diretor da empresa.

Fonte: [PressDisplay.com > Notícias](http://www.pressdisplay.com/pressdisplay/viewer.aspx)(<http://www.pressdisplay.com/pressdisplay/viewer.aspx>)

05/06/2012

Proposta brasileira à Rio+20 alia proteção social à ambiental

por *Vitória Vélez*

O Brasil proporrá diante da Conferência da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável Rio+20 a elaboração de uma agenda de proteção socioambiental onde se conjugue o combate à pobreza ao cuidado ambiental, afirmou nesta segunda-feira a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello.

"O único caminho para se alcançar um desenvolvimento duradouro e sustentável é casar a agenda ambiental com a agenda social", afirmou a ministra durante entrevista coletiva com jornalistas estrangeiros.

A proposta brasileira, explicou, consiste na criação de um compromisso internacional em torno de um Piso de Proteção Socioambiental, que aliará medidas de redução da pobreza às de proteção ambiental.

A ideia, que tem despertado muito interesse internacional e já recebeu o apoio de países como Etiópia, Índia e África do Sul, foi incorporada ao texto que será debatido por chefes de Estado durante a Rio+20, entre 20 e 22 de junho. A expectativa é abrir a discussão sobre este conceito e vê-lo incorporado no texto final da conferência, que se inicia em 13 de junho com reuniões antes do encontro de líderes.

Segundo a ministra, uma agenda enfocada apenas em assuntos ambientais exclui aspectos sociais importantes, como o desemprego. "Ao mesmo tempo, eu posso fazer uma discussão social pura, onde eu resolva incluir milhões, distribuir renda e fazer isso destruindo mais e mais o meio ambiente. Nenhuma dessas duas vertentes se sustenta no tempo", acrescentou.

De acordo com Campello, a inspiração para o Piso Socioambiental foi o Bolsa Verde, programa do governo federal em vigor desde outubro de 2011, que visa a incentivar a preservação dos ecossistemas, com o repasse trimestral de R\$ 300 a famílias em situação de extrema pobreza que desenvolvam atividades de preservação.

Atualmente recebem o Bolsa Verde 23 mil famílias e o estado do Pará, em plena floresta amazônica, concentra os pagamentos. Mas a ideia, segundo Tereza Campello, é ampliá-lo para a todo o território nacional.

O programa faz parte do plano Brasil sem Miséria, vinculado ao Bolsa Família, e que visa a eliminar, até 2014, a extrema pobreza no país. O plano, que fez o primeiro aniversário no último dia 2, conta com orçamento de R\$ 20 bilhões ao ano.

Durante os oito anos de mandato de Lula, cerca de 30 milhões de pessoas saíram da pobreza, em um país com 191 milhões de habitantes.

©Copyright AFP - Todos os direitos de reprodução e representação reservados.

Fonte: AFP/[VEJA.COM](http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/proposta-brasileira-a-rio-20-alia-protECAo-social-a-ambiental) > [Notícias](#) > [Internacional](#) > [América Latina](#)(<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/proposta-brasileira-a-rio-20-alia-protECAo-social-a-ambiental>)

05/06/2012

Em crítica a governantes, WWF adverte para fracasso da Rio+20

A organização World Wildlife Fund (WWF) advertiu nesta terça-feira para o risco de fracasso da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20, devido à falta de compromisso e de liderança por parte dos governantes. O evento irá começar dentro de duas semanas.

"Neste momento estamos muito longe de onde deveríamos nas negociações", manifestou em comunicado o diretor-geral de WWF, Jim Leape, que considerou no entanto que "os líderes mundiais ainda têm uma oportunidade única no Rio para colocar o mundo no caminho do desenvolvimento sustentável".

Para isso, Leape afirmou que os dirigentes políticos têm que "dar um passo adiante de maneira drástica". Como estão as coisas, temos dois cenários possíveis: um acordo débil e insignificante ou um fracasso absoluto".

A WWF expressou sua preocupação pelo ocorrido neste fim de semana, quando as conversas entre os países se dividiram em 19 diálogos independentes, cada um deles com desacordos internos sobre a maneira e o processo a ser seguido na Rio+20.

"Os países ainda estão muito afastados uns dos outros para facilitar uma minuta de acordo significativo que possa ser aprovado pelos 120 chefes de Estado" na cúpula do Rio, afirmou a organização ambiental.

Para a WWF, o último texto sobre o qual se trabalha enfraquece o conteúdo das minutas anteriores, especialmente na área da valorização da riqueza natural e da proteção marinha e energética. O último relatório de WWF advertiu que seria necessário mais meio planeta para atender as atuais necessidades energéticas da população mundial.

A organização reconhece que as conversas da Rio+20 serão difíceis, mas considera que pelo menos os líderes devem conseguir um acordo "político claro que garanta a segurança alimentar, hídrica e energética para 2030".

EFE - Agência EFE - Todos os direitos reservados. É proibido todo tipo de reprodução sem autorização escrita da Agência EFE.

Fonte: [TERRA.COM > Notícias > Economia > Sustentabilidade > Rio+20](http://invernia.terra.com.br/sustentabilidade/rio20/noticias/0,,OI5814485-EI20323,00-Em+critica+a+governantes+WWF+adverte+para+fracasso+da+Rio.html)(<http://invernia.terra.com.br/sustentabilidade/rio20/noticias/0,,OI5814485-EI20323,00-Em+critica+a+governantes+WWF+adverte+para+fracasso+da+Rio.html>)

05/06/2012

Sem clima para utopia

ECO 92 X RIO+20

Há 20 anos, a retórica ambientalista seduzia com a promessa do novo; como repetir o êxito daquele encontro em um mundo em crise nada propenso a discutir o futuro?

por **ANDREA VIALLI**, COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Vinte anos depois da Eco-92, o Rio de Janeiro se prepara para ser palco de um novo encontro de líderes internacionais, que discutirão como conciliar preservação ambiental e desenvolvimento econômico.

A conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como Rio+20, é a quarta filha de uma série de cúpulas da ONU sobre ambiente iniciada em 1972, em Estocolmo, Suécia.

Depois, vieram a Eco-92, que resultou em vários acordos importantes, como as convenções sobre mudanças climáticas, biodiversidade e a Agenda 21.

Em 2002, foi realizada a Rio+10, em Johannesburgo, África do Sul, com o intuito de fazer um balanço dos avanços obtidos até então. Agora, a Rio+20 promete uma agenda ainda mais ampla -o que já vem sendo alvo de críticas.

O tema central da conferência é a transição para a economia verde, que propõe a adoção de um novo sistema produtivo, com base na baixa emissão de poluentes, na eficiência no uso dos recursos naturais e na erradicação da pobreza. O segundo tema que será discutido é governança global: como os países se organizarão, em termos de acordos, protocolos e instituições, para colocar esse novo modelo em prática.

O governo brasileiro e a ONU esperam repetir o sucesso da Eco-92, quando 108 chefes de Estado e 17 mil ativistas de ONGs colocaram o Rio de Janeiro sob os holofotes da mídia mundial. Segundo o Itamaraty, mais de 130 países confirmaram presença e o Rio se prepara para abrigar 50 mil visitantes.

As atividades paralelas à conferência começam no dia 13 de junho e estão espalhadas por uma dezena de locais, como Aterro do Flamengo, Forte de Copacabana e Píer Mauá. O Riocentro, mesmo local que abrigou a Eco-92, sediará a cúpula propriamente dita, com os chefes de Estado, de 20 a 22 de junho.

Apesar das ambições do governo de atrair o maior número de chefes de Estado para a Rio+20, é notório que a conferência ocorre em um momento geopolítico crítico. Com 7 bilhões de pessoas, nunca se falou tanto nos limites físicos do planeta. No entanto, falta vontade política para discutir o futuro.

"As lideranças dos países ricos estão mais preocupadas em resolver seus problemas econômicos deflagrados pela grave crise que teve início em 2008, no mercado imobiliário americano, com reflexos posteriores nos países europeus", afirma Maurice Strong, ex-secretário-geral da Eco-92 e hoje professor da Universidade de Pequim.

Ao mesmo tempo, potências emergentes, como Brasil, China, Rússia e Índia, saboreiam o crescimento e a nova importância que ganharam no contexto mundial.

Aos 83 anos e prestes a carimbar o passaporte rumo à Rio+20, Strong é enfático: a cúpula não produzirá tantos acordos relevantes como produziu a Eco-92.

"A Rio+20 atrairá muita gente e muita atenção, mas questões políticas e econômicas vão dificultar que obtenhamos progresso. Não será dessa vez que veremos nascer novos acordos", diz.

Em 1992, o cenário era bem diferente. O fim da Guerra Fria, cujo símbolo foi a queda do Muro de Berlim, em 1989, deixou o mundo menos polarizado e mais aberto a novas ideias. A retórica ambientalista ganhou força com a publicação do Relatório Brundtland, de 1987, que definiu o desenvolvimento sustentável como "aquele que atende as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras se desenvolverem".

PEGADA MAIOR

Hoje, mais do que em 1992, a ciência comprova o agravamento da crise ambiental. No campo das mudanças climáticas, já é dado como certo que a temperatura vai subir mais de 2 graus centígrados, por causa da concentração de CO₂ na atmosfera.

A demanda por recursos naturais dobrou desde a década de 1960 e a biodiversidade encolheu 30% em todo o mundo entre 1970 e 2008, vítima do avanço das atividades humanas, como agricultura, pesca e mineração, sobre florestas e oceanos.

"A ciência traz evidências de que não estamos em uma situação muito confortável. No entanto, é alto o risco de que a Rio+20 produza um documento final fraco, sem objetivos concretos", diz o ex-ministro do Meio Ambiente Rubens Ricúpero.

A percepção de que os resultados da conferência serão enfraquecidos vem da posição do governo, que tenta dar mesmo peso às questões sociais, ambientais e econômicas -o "tripé" da sustentabilidade.

Além disso, o "Rascunho Zero", esboço do documento final da cúpula, não se aprofunda em nenhum tema específico. Há muitos itens entre colchetes (o que indica falta de consenso) e poucas sugestões concretas.

Um dos poucos pontos próximos de um acordo global é a criação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, um conjunto de metas sociais e ambientais a serem perseguidas a partir de 2020.

O Brasil, anfitrião, defende que o mérito da Rio+20 será traçar um plano de ação rumo à economia verde para o próximos anos. "Teremos um documento político, reafirmando o compromisso dos países rumo a um desenvolvimento inclusivo e com tecnologias limpas", diz o embaixador André Corrêa do Lago, negociador-chefe do Brasil. "A Rio+20 vai marcar mais o início de processos do que a conclusão deles", diz.

Cr\$ 2.000

Para comemorar a Eco-92, o governo Collor lançou uma moeda de prata no valor de 2.000 cruzeiros; vendida hoje por R\$ 100 no site do Banco Central, tem na face a figura de um beija-flor e no verso a imagem do Pão de Açúcar.

5,5 bilhões

Em 1992, um relógio colocado na sede da cúpula no Riocentro contabilizava a população mundial e a quantidade de terra disponível no planeta para cultivo de alimentos.

Fonte: [Portal de Notícias - Senado Federal >](http://www.senado.gov.br/noticias/senadonamidia/noticia.asp?n=712055&t=1)
[Notícias\(http://www.senado.gov.br/noticias/senadonamidia/noticia.asp?n=712055&t=1\)](http://www.senado.gov.br/noticias/senadonamidia/noticia.asp?n=712055&t=1)

05/06/2012

ARTIGO - Fernando Rodrigues

Cúpula aconteceu sob telhas de amianto e ninguém sabia o que era ONG

A julgar pelos títulos de 20 anos atrás, os jornais de hoje correm grande risco de praticar autoplágio ao cobrir a Rio+20

O que mais me chamava a atenção no Rio há 20 anos eram algumas ruas limpas e esvaziadas para a passagem de comboios com autoridades estrangeiras. A prefeitura gastou US\$ 1 bilhão para embelezar a cidade, que teve 360 mil buracos tapados e 600 km de ruas recapeadas.

A pobreza ficou menos aparente. A média diária de mendigos recolhidos a abrigos pulou de 1.500 para 3.000. Era outro Rio de Janeiro, Estado governado por Leonel Brizola (1922-2004). Parece que faz um século.

A segurança era máxima. Em muitas esquinas havia soldados, portando metralhadoras. Nos entroncamentos mais importantes, tanques de guerra faziam parte da paisagem. No topo deles sempre havia um soldado só com a cabeça de fora, de capacete, como se esperasse um ataque a qualquer instante.

Esse grande aparato militar talvez seja a maior diferença imagética da Eco-92 para a Rio+20. Agora não haverá tanques nas ruas.

De maneira geral, houve inúmeros avanços tecnológicos (câmeras monitoram partes da cidade em tempo real). O Brasil e o Rio passam por um momento político-econômico mais confortável. O país já absorveu uma certa "cultura" sobre o ambiente.

Durante a Eco-92, o Brasil e os brasileiros eram neófitos quando o tema era a preservação do planeta. Algumas palavras começavam a ficar mais populares. Apareciam nos telejornais. Ganhavam sentidos diversos na bem-humorada gíria carioca. Biodiversidade, publicou a Folha, não era mais apenas a variedade dos seres vivos. A proprietária de uma loja de sucos no local do evento explicava assim seus produtos: "Queríamos fazer alguma coisa de biodiversidade, com grande variedade de frutas".

Jornais se referiam a ONGs por extenso: "organização não governamental". Havia até explicação sobre pronúncia: podia ser "ongue", ou soletrando, "ó-ene-gê".

Apesar de ser inverno, a temperatura na conferência era sempre alta por causa das telhas de amianto que cobriam o local.

Fernando Gabeira, ativista a favor do ambiente, repórter da Folha na Eco-92, notou como era "politicamente incorreto" fazer uma conferência sobre proteção do planeta num ambiente coberto por um material proibido em muitos países por ser considerado cancerígeno. Ainda assim, escreveu Gabeira, "a única preocupação era com o calor do inverno brasileiro, capaz de confirmar as projeções apocalípticas do efeito estufa".

COLLOR E CACHOEIRA

Essa preocupação com temas laterais ao evento continua a existir. Há 20 anos, na semana em que teve início a Eco-92 foi instalada a CPI do Collorgate, que resultou no impeachment do então presidente, Fernando Collor de Mello. Infeliz na política, mas craque no marketing, Collor transferiu seu governo, com ministros a tiracolo, para o Rio por alguns dias.

Agora, há outra rumorosa investigação sobre os negócios de Carlinhos Cachoeira com políticos de vários partidos, todos suspeitos de envolvimento com lavagem de dinheiro e jogo ilegal.

Outra similaridade inescapável era o ceticismo sobre resultados da Eco-92. Idêntico ao atual. Eis títulos de reportagens daquele ano: "Conflito sobre ecologia e recessão polariza debate no Rio", "Grupo dos ricos chega rachado aos debates da Cúpula da Terra" e "Governos ainda desprezam alerta de cientistas sobre o efeito estufa".

A julgar pelos títulos de 20 anos atrás, os jornais de hoje correm grande risco de praticar autoplágio ao publicar notícias sobre a Rio+20.

JURUNA E PAIAKAN

Havia também dificuldade para fazer com que o noticiário árido sobre os acordos negociados na Eco-92 vencesse a disputa por espaço com outros temas de apelo mais pop.

O dalai-lama veio ao pré-encontro, da sociedade civil, antes daquela conferência. Sua importância para salvar o planeta do aquecimento era perto de zero. Mas abriu-se uma pendenga diplomática.

A delegação da China só aceitava participar depois que o dalai-lama deixasse o solo brasileiro. O Itamaraty se esfalfou até conseguir sincronizar a saída de um para a chegada dos demais.

Quando se analisa esse episódio hoje, percebe-se que a importância era pequena. Mas exigiu muito suor da diplomacia local e ocupou espaço na mídia -em detrimento de assuntos diretamente relacionados aos acordos que eram negociados.

Para azar da depauperada imagem do país e do desespero dos organizadores brasileiros, estourou em 1992 um escândalo envolvendo o índio Paulinho Paiakan. Ele era acusado de estuprar e torturar uma estudante de 18 anos.

Enquanto isso, nos corredores do Riocentro apareceu outro índio, Mário Juruna, que antes havia sido deputado. Seu objetivo era um só: vender a pele de onça que levava para cima e para baixo.

Sob as telhas de amianto do Riocentro, tecnologia era algo ainda distante em 1992. A estatal de telefonia Telerj anunciou investimento de US\$ 15 milhões para melhorar as telecomunicações da cidade. Mas foram instaladas apenas 3.000 linhas fixas e 1.100 celulares. Para a empresa, tratava-se de "um serviço de Primeiro Mundo".

Não era de Primeiro Mundo. Ainda assim, a Eco-92 não foi um fracasso total, mas ficou longe de ser um sucesso. Mais ou menos como deve ocorrer com a Rio+20.

A CONFERÊNCIA NA WEB

Siga a cobertura da Rio+20 na página especial folha.com/riomais20 e no blog folha.com/entrecolchetes, de Claudio Angelo. O site traz reportagens sobre o encontro no Rio, a programação e a localização dos eventos oficiais e paralelos na cidade, fotos, teste de conhecimentos e a cronologia ilustrada das principais mudanças pelas quais o mundo passou de 1992 até hoje.

ACERVO FOLHA

Leia reportagens sobre a Eco-92, publicadas na em junho daquele ano, e a cobertura da Rio+10, realizada na África do Sul, em agosto de 2002.

<http://acervo.folha.com.br/>

FERNANDO RODRIGUES é repórter da Sucursal de Brasília e integrou a equipe que fez a cobertura da Eco-92.

Fonte: [Portal de Notícias - Senado Federal >](http://www.senado.gov.br/noticias/senadonamidia/noticia.asp?n=712074&t=1)
[Notícias](http://www.senado.gov.br/noticias/senadonamidia/noticia.asp?n=712074&t=1)(<http://www.senado.gov.br/noticias/senadonamidia/noticia.asp?n=712074&t=1>)

05/06/2012

Opinião - Fábio Feldmann

É hora de reconhecer a crise e dar respostas

As duas últimas décadas trouxeram grandes transformações. Nas comunicações houve praticamente uma revolução com a explosão da internet e da telefonia celular, bem como no desenho geopolítico do mundo.

O Muro de Berlim havia sido demolido há pouquíssimo tempo, os EUA saíam vitoriosos da primeira Guerra do Iraque, em 1991, e o mundo estava superando a Guerra Fria e a bipolaridade que a caracterizava. O movimento ambientalista, por sua vez, ganhava impulso e as suas bandeiras representavam, do seu modo, as novas utopias.

A mobilização da opinião pública em decorrência da divulgação da imagem de satélite sobre a Antártida havia comprovado que o impacto da humanidade sobre o planeta era incontestável, a ponto de a revista "Time" escolher como capa de janeiro de 1989 o "Planeta Ameaçado".

O relatório da Comissão Brundtland, cujo mandato era avaliar os resultados da primeira grande Conferência de Estocolmo, lançava a ideia do desenvolvimento sustentável e fazia o diagnóstico de problemas socioambientais.

Seu título foi tomado de empréstimo pela Eco-92, de modo que essa veio a se chamar "Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento".

O Brasil vivia o início da crise que levou ao impeachment do primeiro presidente eleito após a ditadura militar, Fernando Collor, e o combate à inflação galopante continuava o item prioritário na agenda econômica do país.

O desmatamento da Amazônia causava alto impacto na opinião pública internacional, ainda influenciada pela morte do primeiro grande mártir global da luta ambientalista, Chico Mendes.

Esse foi o contexto que levou o Brasil a sediar a Eco-92. Além do protagonismo brasileiro na Conferência de Estocolmo, defendendo que a pobreza seria a grande causa da poluição e que internalizar a dimensão ambiental somente seria possível após alcançarmos um outro patamar de crescimento econômico.

Assegurar, portanto, que o Brasil sediasse a conferência era uma maneira de persuadi-lo a compreender a importância da dimensão planetária inerente à questão ambiental. E, por parte do Brasil, no governo de José Sarney, demonstrar ao mundo que o país não era o vilão devorador da Amazônia e insensível em relação à consciência ambiental.

Vale lembrar que a própria expressão "biodiversidade" tinha surgido há poucos anos por iniciativa do ambientalista norte-americano Thomas Lovejoy e que aquecimento global era assunto exclusivo da comunidade científica.

O IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) havia sido criado em 1988 e o seu primeiro relatório, divulgado em 1990.

Às vésperas da Rio+20, a esperança de 1992 cedeu lugar ao mau humor desses tempos bicudos que marcam a crise econômica na Europa e nos Estados Unidos.

A Agenda 21, um dos principais resultados da Eco-92, reflete o otimismo de então, uma vez que a expectativa era que adentraríamos no século 21 na direção do desenvolvimento sustentável. Seria um movimento irreversível.

Em que pesem controvérsias marginais, a ciência tem demonstrado que os limites do planeta estão cada vez mais próximos.

Paradigmático é o estudo publicado na revista "Nature" por uma equipe de cientistas liderados por Johan Rockström, que indica nove limites planetários: mudança climática; taxa de perda da biodiversidade; ciclo do nitrogênio e ciclo do fósforo; destruição da camada estratosférica de ozônio; acidificação dos oceanos; uso global de água doce; mudança no uso da terra; concentração de aerossol atmosférico e poluição química.

Dentre os limites mencionados, o mais urgente é o relacionado à mudança do clima, que exige da humanidade uma redução dramática na emissão de gases efeito estufa, com objetivo de manter o aumento da temperatura média do planeta em até 2°C até o fim do século, como foi definido na COP-15, em Copenhague, em 2009.

A Rio+20, entretanto, traz uma agenda difusa que não enfrenta como deveria os desafios do planeta.

Seus temas principais são "A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável".

Equivocadamente separa o ambiental do social como se o primeiro não se refletisse dramaticamente no segundo. E continua com uma mentalidade do século 20 que não leva em consideração as mudanças dos últimos 20 anos.

Em última instância, isso decreta o fracasso dessa conferência diante da história.

O Brasil, por sua vez, não tem sido capaz de exercer uma liderança inovadora e progressista que supere essa mentalidade atrasada.

Na Eco-92, a liderança foi exercida pelo secretário-geral Maurice Strong, tirando a exclusividade das decisões do mundo da diplomacia.

Nesses poucos dias que antecedem a Rio+20, espera-se que ela alcance alguns resultados fundamentais. O primeiro é o reconhecimento da urgência que a crise planetária traz e a sinalização de que assumiremos as nossas responsabilidades diante dela.

E, como desdobramento, seremos capazes de dar respostas à altura, a exemplo da criação de um "IPCC do planeta" e metas mensuráveis e verificáveis a serem monitoradas nas próximas décadas.

Os novos tempos são de implementação. E o destino de cada um de nós está atrelado aos resultados da Rio+20.

FABIO FELDMANN é ambientalista. Foi deputado federal pelo PMDB e pelo PSDB e candidato a governador de SP pelo PV.

Fonte: Folha de São Paulo/[GVces - Inovação e Sustentabilidade na Cadeia de Valor > Notícias > Opinião](http://www.inovacaonacadeiadevalor.com.br/index.php?r=noticias/view&id=239698)(<http://www.inovacaonacadeiadevalor.com.br/index.php?r=noticias/view&id=239698>)

05/06/2012

A revolução silenciosa do vento

O primeiro gerador de **energia** eólica do Brasil foi instalado há duas décadas, em Fernando de Noronha, quando a Eco-92 discutia ambiente e desenvolvimento. Era menor e mais rudimentar que as turbinas de hoje, mas tirou da escuridão moradores das ilhas, que só contavam com um gerador a diesel.

A **energia** dos ventos tem presença tímida na matriz energética brasileira -1,26% do total-, mas vem conquistando território sem alarde. Até 2020, deve representar 7%, prevê a EPE (Empresa de Pesquisa Energética).

Uma combinação de subsídios, redução de impostos como ICMS e IPI, aumento da eficiência dos equipamentos e crise internacional (que trouxe investidores ávidos pelos ventos brasileiros) ajudam a explicar a revolução silenciosa da **energia** eólica.

O salto veio mesmo em 2011, quando o preço do MWh (megawatt/hora) da **energia** eólica alcançou R\$ 100 e se tornou paritário com o das grandes hidrelétricas (R\$ 91). Em 2004, produzir **energia** eólica custava R\$ 300 o MWh. Foi nessa época que o governo começou a subsidiar fontes alternativas, por meio do Proinfa, programa criado após o apagão de 2001.

"A eólica saiu de uma condição subsidiada para a de uma **energia** competitiva. Agora, é preciso fortalecer a indústria de equipamentos", diz Elbia Melo, presidente da Abeeólica (Associação Brasileira de Energia Eólica).

Pretensão

Hoje existem 71 parques eólicos instalados no Brasil. Eles produzem 1.400 MW de **energia**. Há mais 55 parques em construção, que devem fornecer mais 1.500 MW. Parece pouco, comparado ao que produz a hidrelétrica de Itaipu, que tem uma potência de 14 mil MW. Mas já supre as necessidades de 12 milhões de pessoas.

"A pretensão da eólica não é substituir os grandes projetos, e sim ser complementar. Uma alternativa às termelétricas, mais poluentes, que entram em operação nos horários de pico", diz Melo.

A espanhola Iberdrola é uma das empresas que investem no Nordeste, região promissora para a **energia** dos ventos. Está construindo dez parques na Bahia e no Rio Grande do Norte, em um investimento de R\$ 1,2 bilhão.

"A eólica permite conciliar boa rentabilidade, aumento de renda para a população local, empregos qualificados, capacitação e baixo impacto ambiental", diz Laura Porto, diretora de operações da Força Eólica do Brasil (parceria da Iberdrola com a brasileira Neoenergia).

Além das empresas, as universidades também se movimentam para dar sustentação técnica ao avanço dessa fonte. A Coppe, da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), está estruturando o Centro de Tecnologia em Energia Eólica, com um time de 20 pesquisadores.

Melhorou, mas ainda falta muito

Desde 2004, o investimento em **energias** renováveis subiu 540%, segundo as Nações Unidas. A produção de **energia** solar é hoje 300 vezes maior do que era há 20 anos -e a eólica, 60 vezes maior. Essas duas fontes de **energia**, porém, representam somente 0,3% da oferta mundial.

Fonte: [UDOP - União dos Produtores de Bioenergia > Notícias](http://www.udop.com.br/index.php?item=noticias&cod=1086885) (<http://www.udop.com.br/index.php?item=noticias&cod=1086885>)

05/06/2012

ESPECIAL: A indústria apresenta sua lição de casa

por ELIANE TRINDADE

A indústria brasileira não quer mais o papel de vilã. Vinte anos depois da Eco-92, o empresariado chega à Rio 20 com um balanço das principais mudanças rumo à sustentabilidade feitas em 16 setores que somam 90% do PIB.

O levantamento será apresentado no dia 14 em um evento pré-conferência promovido pela CNI (Confederação Nacional da Indústria).

"A indústria fez muito nesses 20 anos, mas não havia sistematizado", diz Monica Messenberg, diretora de relações institucionais da CNI.

Mudar a cultura e as formas de produção não são coisas que se façam do dia para a noite, explica ela.

"Desde a Eco-92, a indústria levou uma década para começar as mudanças. Por isso, não dá para adiar mais. Temos de começar agora, sair do discurso romântico e trabalhar a questão racional de que uma economia sustentável é viável. E fazer com que esse movimento não seja só um nicho, mas a base."

O documento é dividido em 16 fascículos setoriais e lista experiências de êxito. No texto, ao qual a Folha teve acesso, estão entre os destaques os setores de papel e celulose, sucroenergético e até alguns que historicamente lideram ranking de poluidores, como o automotivo e de mineração.

"Há empresas que advogam ser verdes e não o são. Por isso, estamos destacando aquelas que efetivamente estão avançando."

NOVA REVOLUÇÃO

"A palavra-chave é inovação. Vivemos uma nova revolução industrial que tem na sustentabilidade um dos motores", diz a diretora da CNI.

Os dados da indústria de papel e celulose, por exemplo, mostram que 100% da madeira usada hoje no seu processo de produção sai de florestas plantadas. "É um setor que está na vanguarda, assim como o sucroenergético", afirma Messenberg.

Tecnologias desenvolvidas a partir da década de 1980 aumentaram em 83% a produtividade por hectare de eucalipto plantado e em 100%, nas florestas de pinus.

O relatório da CNI ressalta ainda que o Brasil é campeão mundial na reciclagem de alumínio há dez anos, com um índice de 97,6% de reaproveitamento das embalagens de bebidas em lata.

Já a indústria sucroalcooleira tem mais a levar à Rio 20 do que o etanol, vedete verde-amarelo entre produtos verdes "made in" Brasil.

O relatório setorial bate bumbo para o fato de as usinas de açúcar e etanol serem hoje autossuficientes em energia. Elas usam o bagaço da cana como fonte de energia e também como adubo.

O aproveitamento de resíduos é um trunfo também na mineração, que sempre esteve na berlinda pelas crateras plantadas no solo país afora.

Segundo a bióloga Cláudia Salles, gerente de assuntos ambientais do Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração), a reutilização da água no processamento e na extração do minério de ferro no Brasil chega agora a 90%.

"A indústria de mineração é protagonista no desenvolvimento sustentável ao promover o uso eficiente e racional de recursos naturais", diz a gerente do Ibram.

As mineradoras também avançaram no reaproveitamento de resíduos sólidos. "Rejeito deixou de ser rejeito e virou minério", diz Salles.

O "milagre" se explica pela inovação e pelo próprio mercado. Além de novas tecnologias na exploração, passou a existir demanda para minérios de baixa qualidade, antes considerados restos.

CARRO DO FUTURO

O setor automotivo nacional vai mostrar na conferência que os veículos leves fabricados hoje no Brasil emitem 28 vezes menos poluentes do que na década de 1980.

"Reduzimos impactos ambientais com ações diretas do fabricante e em toda a cadeia produtiva, mas estamos longe de um produto totalmente compatível com a sustentabilidade", diz Henry Joseph Jr., presidente da Comissão de Energia e Meio Ambiente da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores).

Segundo ele, as montadoras têm consciência de que sustentabilidade não é só filosofia e marketing. "É questão de sobrevivência."

Joseph diz não ter dúvidas de que o carro do futuro terá motor elétrico. "Mas não temos ainda respostas satisfatórias de como a eletricidade será gerada e transportada."

O engenheiro estima que o veículo híbrido (parte do motor elétrico e outra de combustão) será comercialmente viável em cinco anos.

A etapa seguinte seria o veículo "plug in", ligado na tomada para carregar. O terceiro estágio é o carro com geração de eletricidade a bordo. "As outras etapas estão ligadas ao sucesso comercial da primeira", conclui.

CADÊ O CARRO ELÉTRICO?

A Itaipu Binacional mostra na Rio 20 seu 4º protótipo de veículo elétrico: o Marruá, da Agrale. Foram criadas desde 2009 versões elétricas para Iveco Daily, Fiat Palio Weekend e um micro-ônibus, todas sem produção comercial.

SEIS POR MEIA-DÚZIA

Carros elétricos não são a panaceia para o fim da poluição mundial, segundo o físico José Goldemberg. "Se a energia for produzida por queima de carvão, do ponto de vista ambiental é trocar seis por meia-dúzia", diz. Por mais que os motoristas não vejam a fumaça saindo do escapamento, ela estará sendo produzida na usina.

Fonte: [ABRADILAN - Associação Brasileira dos Distribuidores de Laboratórios Nacionais > Notícias](http://www.abradilan.com.br/noticias_detalhe.asp?noticia=10119)(http://www.abradilan.com.br/noticias_detalhe.asp?noticia=10119)

06/06/2012

Crise global não pode impedir acordos na Rio+20, diz Dilma

por Vinicius Mansur, da Carta Maior



Foto: Wilson Dias/ABr

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Chamada73-300x120.jpg?9d7bd4>

Governo Dilma aproveitou Dia Mundial do Meio Ambiente para divulgar redução do desmatamento na Amazônia, anunciar um pacote de medidas relacionadas à área ambiental, abrir oficialmente a Rio+20 e começar a apresentar seu discurso no evento. “Esperamos que a crise mundial gerada pelo excesso de ganância e pela falta de controle sobre os mercados não seja pretexto para uma vitória do excesso da ganância e da falta de controle sobre os recursos naturais”, disse a presidenta.

Brasília – O governo federal aproveitou a cerimônia do Dia Mundial do Meio Ambiente, realizada no Palácio do Planalto nesta terça-feira (5), para dar sua “carta de boas vindas” à Rio+20. Em discurso, a presidenta Dilma Rousseff fez questão de destacar que a conferência da ONU tratará de desenvolvimento sustentável – e não somente de meio ambiente – sendo o grande desafio “crescer, incluir, proteger”.

A presidenta afirmou que a crise econômica mundial não pode ser um argumento para que se interrompam as medidas de proteção ao meio ambiente e as políticas de inclusão social. “Nada adianta defender políticas de ajuste, e nós sabemos disso porque sofreremos isso na nossa própria pele, sem que o país cresça”, ressaltou.

Dilma defendeu a necessidade da Rio+20 formular objetivos de desenvolvimento sustentável e, sobretudo, cumpri-los ao longo dos próximos anos, ao invés de usar a crise econômica como argumento:

“Esperamos que a crise mundial gerada pelo excesso de ganância e pela falta de controle sobre os mercados não seja pretexto para uma vitória do excesso da ganância e da falta de controle sobre os recursos naturais (...) A crise mundial não pode ser impedimento para que avancemos na construção de acordos.”

No que tange ao Brasil, a presidenta garantiu o crescimento econômico nos próximos meses, a manutenção das políticas sociais e disse que lançará mão de medidas para expandir o investimento público, estimular investimento privado e consumo das famílias. “Por isso, quem aposta na crise, como alguns apostaram há quatro anos atrás, vai perder de novo”, desafiou.

Pacote ambiental

Antes do discurso da presidenta, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, anunciou a redução, qualificada por ela como histórica, na taxa de desmatamento na floresta Amazônica. Os dados do governo indicam que a Amazônia Legal teve 6,4 mil quilômetros quadrados de sua área desmatada entre agosto de 2010 e julho de 2011, a menor taxa registrada que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) começou a fazer a medição, em 1988. Segundo a ministra, o Brasil possui 81,2% da floresta Amazônica original conservada.

Teixeira ainda anunciou diversas medidas do governo para comemorar o dia mundial do meio ambiente, entre elas a criação de duas novas unidades de conservação – a Reserva Biológica Bom Jesus, numa região remanescente de Mata Atlântica no Paraná, e o Parque Nacional Furna Feia, no Rio Grande do Norte, região da Caatinga. Foram ampliados o Parque Nacional do Descobrimento, na Bahia (mais 1.549 hectares), a Floresta Nacional Araripe-Apodi, no Ceará (mais 706,77 hectares) e a Floresta Nacional de Goytacazes, no Espírito Santo (mais 74 hectares).

Também foi anunciada a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema, entre os estados do Paraná e de São Paulo, na qual incluem-se 347 municípios com 4,6 milhões de habitantes, sendo 85% de população urbana.

A presidenta Dilma também assinou a homologação de sete terras indígenas, sendo cinco no estado do Amazonas: Santa Cruz da Nova Aliança, Matintin, Tenharim Marmelos, Lago do Marinheiro e Porto Limoneiro. As outras duas são no Acre, Riozinho de Alto Envira, e no Pará, Xipáya.

Desde junho de 2011, a bancada indígena na Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) havia rompido as conversas com o Palácio do Planalto. O ato desta terça marcou a retomada da CNPI. Por meio de decreto, o governo ainda instituiu o Comitê Gestão Integrada das Ações de Atenção à Saúde e de Segurança Alimentar para a População Indígena e a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

Também foi anunciada a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema, entre os estados do Paraná e de São Paulo, na qual incluem-se 347 municípios com 4,6 milhões de habitantes, sendo 85% de população urbana.

O Executivo ainda encaminhou ao Congresso Nacional a mensagem de ratificação, pelo Brasil, do Protocolo de Nagoia, da ONU, que regulamenta o uso e garante os direitos aos benefícios produzidos a partir dos recursos genéticos. Outra mensagem enviada aos parlamentares trata da Convenção de Bonn sobre a conservação das espécies migratórias de animais silvestres. A expectativa do governo é que o Congresso ratifique os acordos internacionais durante a Rio+20.

Por fim, foi assinado o decreto que regulamenta critérios, práticas e diretrizes para as contratações realizadas pela administração pública federal, de modo a privilegiar empresas e serviços sustentáveis. O governo não forneceu detalhes.

Ao final da cerimônia, o centro de convenções Riocentro, sede da Rio+20, no Rio de Janeiro, foi considerado território da ONU durante a realização do evento.

* *Publicado originalmente no site da [Carta Maior](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20278)* (http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20278).

Fonte: Carta Maior/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/crise-global-nao-pode-impedir-acordos-na-rio20-diz-dilma/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=06) (http://envolverde.com.br/noticias/crise-global-nao-pode-impedir-acordos-na-rio20-diz-dilma/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=06)

06/06/2012

Degradação de terras, uma bola de neve de desastres

por Karina Boeckmann, da IPS



Fonte: <http://envolverde.com.br/porta1/wp-content/uploads/2012/06/Chamada13-300x213.jpg?9d7bd4>

Berlim, Alemanha, 06/06/2012 – A degradação da terra ameaça todos os seres vivos que povoam o planeta, incluídos os humanos. Para deter este fenômeno, a Convenção das Nações Unidas de Luta contra a Desertificação impulsiona um objetivo de desenvolvimento sustentável a ser adotado na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Trata-se da Degradação Terrestre Zero.

“Não deveríamos esgotar o futuro que queremos”, disse aos jornalistas, em Berlim, o secretário-executivo da Convenção, Luc Gnacadja, referindo-se ao tema central da Rio+20, “O futuro que queremos”. A Conferência acontece este mês no Rio de Janeiro, duas décadas depois da primeira Cúpula da Terra, também nesta cidade. Segundo Gnacadja, acordar um objetivo de desenvolvimento sustentável sobre o uso da terra na Rio+20 é um requisito para garantir a futura segurança hídrica, alimentar e energética.

Ao dirigir-se aos jornalistas na capital alemã, o ex-ministro do Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano de Benin apresentou um informe da Convenção que pede à Rio+20 a adoção de “um objetivo independente sobre uso sustentável da terra e da água para todos e por todos (na agricultura, reflorestamento, energia e urbanização) mediante o compromisso com um mundo neutro em matéria de degradação terrestre”.

“Precisamos nos concentrar em duas dimensões da terra: nas áreas degradadas e nas não degradadas”, diz o documento. Nas que ainda não foram afetadas, deve-se evitar a degradação, e “nas que já estão degradadas, é necessário restabelecer a fertilidade e a produtividade do solo. Em outras palavras, a Degradação Terrestre Zero pode ser conseguida quando, em um determinado período, a degradação da terra ou é evitada ou compensada pela restauração da terra”, acrescenta. “Devemos devolver à vida a terra produtiva. A terra é nossa aliada natural, porém a sua paciência não é eterna”, conclui o documento.

“Os seres humanos têm múltiplas demandas sobre a terra, e estão aumentando”, apontou Gnacadja. “Há necessidade de alimentos, forragens e combustíveis. Necessita-se de terras para assentamentos humanos e infraestrutura, para serviços ambientais, sequestro de carbono no solo, e vegetação, bem como para metais e minerais”, detalhou. Contudo, atualmente, perde-se 12 milhões de hectares por ano devido à degradação e à desertificação.

Segundo os especialistas, a produção alimentar é o fator individual decisivo na perda de terra. De fato, é provável que sejam necessários três planetas Terra para atender as demandas do consumo humano até 2050. Para 2030, nove bilhões de pessoas precisarão de 120 milhões de hectares a mais para produzir 50% mais alimentos, destacou Gnacadja. A demanda por energia e água para usos agrícolas aumentará 40% e 30%, respectivamente.

Alguns dos fatores que prejudicam os sistemas de terras, águas e nutrientes são o crescimento demográfico, a degradação e a desertificação, a mudança climática e o maior padrão de vida, a mudança de dieta, a urbanização, o desperdício e as perdas na cadeia de fornecimento, além de um comércio globalizado, indica o informe. O documento acrescenta que a cada minuto a população humana aumenta em 150 pessoas.

Entre 25 e dez hectares são perdidos por culpa do desmatamento tropical e da degradação dos solos, respectivamente, enquanto a urbanização consome outros 5,5 hectares por minuto. Em todo o mundo, 25% da terra já experimenta uma alta degradação, o que afeta 1,5 bilhão de pessoas. Esta degradação contribui para a insegurança alimentar, a fome, as migrações, o desmatamento, a instabilidade política e os conflitos civis. Também dá lugar ao fenômeno de investir em terras em outro país para produzir alimentos e biocombustíveis, advertiu Gnacadja.

Considerando que em 2050 os países asiáticos constituirão 60% da população mundial, não surpreende que Índia e China estejam investindo em terras africanas, alerta o documento da Convenção contra a Desertificação, segundo a qual chegou o momento de a comunidade internacional se comprometer com um mundo neutro em matéria de degradação da terra. O mundo deveria aspirar uma degradação zero até 2030 em matéria de terras e florestas, e implantar políticas de contingência para secas em todos os países propensos a este tipo de evento extremo, até 2020.

“É possível alcançar este objetivo, e sabemos como fazê-lo”, disse Gnacadja, que é arquiteto. O documento da Convenção apresenta números concretos: mais de dois bilhões de hectares em todo o mundo são adequados para a reabilitação. Destes, 1,5 bilhão seriam propícios para a “restauração em mosaico”, o que significa as florestas se combinando com outros usos, como agrossilvicultura e pequena agricultura.

Gnacadja também pede urgência na criação de um Painel Intergovernamental sobre Terras e Solos como uma autoridade mundial com conhecimentos científicos e técnicos nesse tipo de degradação. Os esforços mundiais para combater a degradação de terras darão seus frutos em vários setores, afirmou, lembrando um estudo feito pelo Instituto Internacional de Pesquisa sobre Políticas Alimentares.

O informe Economics of Land Degradation (Economia da Degradação da Terra) analisa os custos dos métodos de prevenção deste fenômeno em comparação com os que são previstos pela falta de ação em muitos países. Um antigo provérbio dos indígenas norte-americanos diz: “Não herdamos a terra de nossos ancestrais, as pedimos emprestada aos nossos filhos”. É com esta verdade em mente que a Convenção cobra urgência para uma ação imediata de combate à degradação.

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/degradacao-de-terras-uma-bola-de-neve-de-desastres/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=06)(http://envolverde.com.br/noticias/degradacao-de-terras-uma-bola-de-neve-de-desastres/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=06)

06/06/2012

O que se pode esperar da Rio+20

por Sérgio Abranches, do Ecopolítica



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/c5-300x200.jpg?9d7bd4>

O que se pode esperar da Rio+20 A Rio+20 pode dar bons resultados. Mas esses resultados não corresponderão às expectativas. O que ela pode fazer é criar uma base suficientemente sólida para que se construa no futuro a arquitetura desejada para o desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento baseado em uma economia de baixo carbono e com menor pegada ecológica.

Não existe a possibilidade de uma reunião como a Rio+20 adotar decisões que enquadrem os países, antes que eles estejam preparados para adotar as políticas correspondentes. O modelo de decisão “de cima para baixo” não funciona. Um marco global adequado para o desenvolvimento sustentável virá da consolidação das escolhas que os países farão internamente, “de baixo para cima”. Um fórum tão amplo, com grande número de temas e uma variedade enorme de países, desde produtores de petróleo a importadores de petróleo, de nações super-ricas a nações super-pobres, de potências maduras a potências emergentes produz uma rede complexa e densa de conflitos de visões, perspectivas e interesses. Alguns impasses são absolutamente insolúveis nesse modelo de decisão por consenso de uma assembleia geral de países.

O que se pode esperar, então, da Rio+20 que vá além de uma declaração vazia de intenções? Duas coisas. Primeiro, que ela não reabra questões já fechadas em outros fóruns. Segundo, que ela defina um piso mínimo a partir do qual se possa construir o edifício da sustentabilidade global, à medida que os países vão avançando em suas políticas próprias de sustentabilidade. Pressões internas e a dinâmica da economia verde emergente – que está ganhando escala em alguns países e gerando empregos – farão com que alguns países avancem mais rápido. Esses países de vanguarda terão benefícios competitivos mais adiante. Essas vantagens terminarão por convencer os demais a se atualizar.

A transição para uma economia de baixo carbono é inexorável, porque os custos da economia marrom serão crescentes e os rendimentos decrescentes nas próximas décadas. Os fragmentos de economia verde já existentes, principalmente no setor de energias renováveis não convencionais, de tecnologias limpas para a logística e agricultura sustentáveis, terão custos decrescentes e rendimentos crescentes. Mas isso não significa que a transição será automática, nem na velocidade necessária. Só a combinação de uma estrutura adequada de incentivos à economia verde e desincentivos à economia marrom, com regulação mais eficaz das emissões de gases estufa, dos resíduos sólidos, da poluição e dos danos ambientais, pode acelerar esse processo.

Uma revisão das discussões sobre o documento que contém as resoluções da Rio+20 o ‘Draft Zero’ (Rascunho Zero), que a essa altura já é, no mínimo, o ‘Draft 3’ (Rascunho 3), dá uma boa ideia da amplitude tratar de temas dessa reunião, que é a sua marca de singularidade. O primeiro tinha 19 páginas. O segundo inchou para quase 300 páginas. O atual emagreceu para 80 páginas, mas é praticamente só colchetes, isto é, frases não aprovadas e redações diferentes apoiadas por grupos distintos de países.

Ele trata de praticamente todos os temas econômicos, sociais, ambientais e climáticos que outros fóruns e outras reuniões da ONU vêm tratando há anos. Entre a Rio-92 e a Rio+20 houve um grande desenvolvimento de instituições tratando de temas significativos para o avanço civilizatório da humanidade e para a sustentabilidade do planeta. A começar pelas Convenções do Clima e da Biodiversidade, que

nasceram na Rio-92. Houve progresso, também, no conhecimento e na legislação a respeito de praticamente todos os tópicos que estão sendo discutidos no documento da Rio+20.

O documento em discussão refere-se a essas questões, para reafirmá-las como parte do conceito de 'desenvolvimento'. A confusão já se instala nessas preliminares. São muitos países, com modelos políticos e econômicos e níveis de desenvolvimento econômico, social, ambiental e político muito distintos. Há democracias, regimes autoritários e tiranias fechadas. Qualquer item da pauta gera diferentes visões, propostas mais ousadas e reações defensivas. Alguns países tentam reabrir questões que foram fechadas em outros fóruns, sob outro marco internacional de referência legal. Tudo dá divergência.

Por exemplo, a questão dos direitos humanos está regulada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, existem na ONU a Comissão sobre Direitos Humanos, o Alto Comissariado para Direitos Humanos e vários outros organismos criados sob o estatuto da ONU ou por várias convenções internacionais. O documento da Rio+20 reafirma a importância da liberdade, da paz, da segurança e do respeito a todos os direitos humanos. Parece uma questão evidente em si mesma e pacífica. Pois ela dá discussão. A China demandou que se cortasse a expressão 'adequada' da frase sobre o direito à alimentação. O EUA pediu que o documento falasse de 'direito a um padrão de vida adequado, inclusive alimentação'. Na frase que reafirma a 'igualdade entre os gêneros', a Santa Sé quer que se diga "igualdade entre homens e mulheres". E por aí a discussão vai se perdendo, antes de chegar nos temas que a Rio+20 deve resolver.

Essa necessidade de atender às preferências idiossincráticas de cada país ou interlocutor – como a Santa Sé – reflete, na verdade, questões políticas ou ideológicas associadas ao regime de governança de cada um. Ela impede que se chegue a um acordo com a amplitude e a profundidade que os tempos que vivemos e viveremos demandam. O máximo que dá para esperar é que os delegados cheguem a um acordo que defina um piso mínimo, uma base, a partir da qual, se evolua gradualmente para uma arquitetura mais sólida e mais adequada aos desafios do século. Não é o resultado necessário, dadas as urgências que vivemos. Mas é o resultado possível. Isso não significa que as demandas e as pressões devam ser pelo mínimo. Devem ser pelo máximo possível. Dessa forma, há uma chance de que o piso não seja tão baixo como está parecendo que será e se consiga elevá-lo um pouco mais.

Mas a pressão maior deve ser sobre os governos nacionais, para que avancem mais no entendimento e na regulação dos temas da sustentabilidade. Se olharmos para nossa própria casa, veremos que um governo que emite uma medida provisória como a do Código Florestal; que reduz áreas de reservas para fazer hidrelétricas discutíveis do ponto de vista econômico e energético; que incentiva o uso de combustíveis fósseis e o consumo de automóveis, sem qualquer exigência de aumento de eficiência energética; entre outras tantas medidas recentes pioram a insustentabilidade de nossa economia, não está preparado para ser avançado na transição para a economia verde.

O caso do estímulo recente à compra de automóveis é exemplar. Havia pelo menos uma condição lógica e evidente a fazer: exigir motores flex mais eficientes quando rodam com álcool, para eliminar a disparidade de custo/benefício entre álcool e gasolina (subsidiada), que faz com que a maioria dos carros flex rode com gasolina a maior parte do ano. Mas o governo jamais pensa em questões de sustentabilidade quanto toma suas decisões. Tem um quadro mental fixado no desenvolvimentismo dos anos 1950 e 1970. No entanto, a mídia e os políticos têm mais facilidade em criticar os países desenvolvidos e a China por seus erros no campo da sustentabilidade, do que o governo brasileiro.

Em resumo, há conflito em relação a menções introdutórias a temas já regulados por outras convenções, tratados, protocolos e resoluções. Duas questões são centrais para a Rio+20: a transição para a economia verde e o sistema de governança multilateral para a sustentabilidade. Discute-se tanto o acessório que não se consegue tempo e dedicação suficientes para discutir o que é central. Não é que as outras questões não sejam relevantes. Elas são de grande importância. Mas estão sendo tratadas em seus espaços próprios. O único caminho para o sucesso da Rio+20 é tomar como dadas essas questões e se concentrar nos dois temas principais. Nas metas de desenvolvimento sustentável, que indicarão o caminho para o início da transição para a economia verde. Na estrutura institucional de governança que permitirá a implementação das metas, o monitoramento e verificação do progresso dos países no alcance dessas metas no prazo determinado.

* Para ouvir o comentário do autor na rádio CBN clique [aqui](http://www.ecopolitica.com.br/2012/06/05/o-que-esperar-da-rio20/)(<http://www.ecopolitica.com.br/2012/06/05/o-que-esperar-da-rio20/>),

** Publicado originalmente no site [Ecopolítica](http://www.ecopolitica.com.br/2012/06/05/o-que-esperar-da-rio20/)(<http://www.ecopolitica.com.br/2012/06/05/o-que-esperar-da-rio20/>).

Fonte: Ecopolítica/Envolverde > [Artigo\(http://envolverde.com.br/sociedade/artigo-sociedade/o-que-se-pode-esperar-da-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=06\)](http://envolverde.com.br/sociedade/artigo-sociedade/o-que-se-pode-esperar-da-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=06)

06/06/2012

Um grande pântano bloqueia o caminho para o Rio

por Thalif Deen, da IPS



O secretário-geral da Rio+20, Sha Zukang, mantém o otimismo: “percebo um diálogo real”.

Foto: UN Photo/Rick Bajornas

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Slide13-199x300.jpg?9d7bd4>

Nações Unidas, 06/06/2012 – Após uma semana de intensas negociações, o Comitê Preparatório (PrepCom), que elabora o documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, não chegou a um acordo e adiou a decisão final para sua última sessão, no Brasil. E se essas gestões também terminarem sem êxito, como ocorreu com todas as anteriores, o texto poderá acabar sendo negociado diretamente pelos chefes de Estado e de governo presentes na Rio+20, que será realizada entre 20 e 22 deste mês no Rio de Janeiro.

Isto seria algo muito raro para este tipo de cúpula, onde os mandatários simplesmente comparecem para apoiar os planos cujos detalhes já foram negociados antes por suas delegações diplomáticas, comentou uma fonte da Organização das Nações Unidas (ONU). Além disso, a direta intervenção dos líderes no texto final é justamente o que tenta evitar o secretário-geral do fórum mundial, Ban Ki-moon.

“Devemos estar determinados a encarar os temas difíceis agora, que são 100% dos temas, em lugar de ficarmos patinando até o Rio”, alertou Ban no mês passado. Simplesmente, “precisamos de um documento final negociado antes que comece a Rio+20, para assegurar a participação de alto nível pela qual tanto trabalhamos”, acrescentou. Ban Ki-moon também exortou claramente os Estados-membros a “mostrarem a flexibilidade necessária para alcançar um acordo em todos os temas substanciais e concluírem o documento final antes da conferência no Rio”.

Entretanto, o chamado não foi ouvido. A sessão final de três dias do PrepCom, integrada pelos 193 Estados-membros da ONU, acontecerá entre os dias 13 e 15 deste mês. A cúpula oficial será precedida por reuniões da Cúpula dos Povos sobre a Rio+20 pela Justiça Social e Ambiental, que será realizada entre 15 e 23 deste mês, paralela à Conferência. Apesar da paralisação das negociações, a ONU expressou, no dia 4, sua confiança de que o documento final estará concluído antes de começar a cúpula. “Vejo um diálogo real, uma verdadeira disposição para encontrar um terreno comum”, declarou o secretário-geral da Rio+20, Sha Zukang. “Este espírito é esperançoso, e devemos levá-lo ao Rio”, destacou.

O embaixador da Coreia do Sul junto às Nações Unidas e copresidente do PrepCom, Kim Sook, também mostrou otimismo sobre as negociações. “Conseguimos muito”, afirmou em uma declaração divulgada no dia 4. Antes da última rodada de negociações, apenas 6% do texto estava aprovado, recordou. Agora, os parágrafos acordados representam mais de 20% do documento, e há muitos que estão perto de serem

acordados. Por sua vez, Patricia J. Lerner, conselheira política da organização Greenpeace Internacional, se mostrou cética, afirmando à IPS que a ONU parece mais preocupada com o número de parágrafos acordados do que com os conceitos.

De todo modo, Sha insiste em seu otimismo: “podemos dar ao mundo um documento final digno da assinatura de nossos chefes de Estado e de governo”. Sha também cobrou trabalho por “resultados concretos e dirigidos à ação, que consigam avanços em temas importantes, como segurança alimentar, agricultura sustentável, energia, oceanos, igualdade de gênero, empoderamento das mulheres e educação”. E deve haver avanços nas formas de implantação, como iniciativas para fortalecer o financiamento, a transferência de tecnologias e a construção de capacidades, apontou. Entretanto, segundo fontes diplomáticas, alguns destes temas continuam provocando divisões, particularmente entre o Sul em desenvolvimento e o Norte industrializado.

Ao falar no encerramento da PrepCom no dia 2, Sha assegurou que a ONU estaria em posição de lançar um processo no Rio de Janeiro para definir metas de desenvolvimento a partir de 2015. Admitiu apenas uns “poucos temas cruciais” não resolvidos, entre eles o processo para elaborar as Metas de Desenvolvimento Sustentável, como integrar nestas a dimensão ambiental, econômica e social, e, talvez o mais importante, as áreas prioritárias onde fixar objetivos. A Rio+20 também poderá fazer uma diferença se conseguir um acordo para troca de experiências e conhecimento em economia verde, bem como ferramentas para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza, concluiu Sha.

Fonte: IPS/Envolverde(http://envolverde.com.br/ips/um-grande-pantano-bloqueia-o-caminho-para-o-rio/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=06)

06/06/2012

Agricultura apresenta metas ambientais para discutir na Rio+20

por Tarso Veloso do [Valor](http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/valor)(<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/valor>)

Às vésperas da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, o Ministério da Agricultura apresentou nesta quarta-feira documento com metas ambientais e de produção agropecuária que serão discutidas a partir da próxima semana no evento, no Rio.

Muitas das ações listadas, porém, já foram iniciadas e o governo ainda não conseguiu medir sua evolução. São as iniciativas consolidadas no programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), lançado em 2010 para mitigar e reduzir, até 2020, a emissão dos principais gases de efeito estufa – dióxido de carbono, metano e óxido nitroso.

No novo documento, o Ministério da Agricultura defende que o principal objetivo é "fazer frente aos desafios trazidos pelas mudanças climáticas, com a meta de reduzir, até 2020, entre 125 e 156 milhões de toneladas a emissão de CO₂ equivalentes". Mas não apresenta levantamento sobre o cumprimento das metas do ABC. "É um plano novo e em termos de execução ele começou a rodar somente agora. Não temos essa medição neste momento", admitiu uma fonte do ministério.

Um sintoma da falta de medição é o baixo desembolso do ABC, considerado pelo governo uma "ferramenta de produção com preservação". Do orçamento total de R\$ 3,5 bilhões anunciado em junho de 2011, R\$ 840,9 milhões foram contratados até abril de 2012 no Banco do Brasil e por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O ABC dá prazo de 5 a 15 anos, financiamento de até R\$ 1 milhão a juros de 5,5% ao ano.

No novo documento, o Ministério da Agricultura lista prioridades gerais, como aumento da produção agrícola por meio de práticas sustentáveis, pesquisa agropecuária, ênfase no cooperativismo e associativismo, além de misturar a liberalização de mercados agrícolas ao fomento, à assistência técnica e extensão rural, à agricultura orgânica e à criação de programas e linhas de financiamento que obriguem o uso de boas práticas agrícolas e baixas emissões de carbono.

Até aqui, porém, não há um documento público de prestação de contas sobre as metas antigas. Em 2010, o ABC previa, por exemplo, ampliar o uso da técnica de plantio direto dos atuais 25 milhões para 33 milhões de hectares. Isso permitiria reduzir a emissão de 16 milhões a 20 milhões de toneladas de CO₂ equivalentes.

Outro ponto era a recuperação de 15 milhões de hectares de florestas para reduzir, segundo cálculos da pasta, a emissão de 83 milhões a 104 milhões de toneladas de CO₂ equivalentes.

A chamada integração lavoura-pecuária (ILP) deveria ser usada em 4 milhões de hectares, o que evitaria, segundo o governo, que 18 milhões a 22 milhões de toneladas de CO₂ equivalentes fossem liberadas na atmosfera. O plantio de pinus e eucalipto deveria crescer de 6 milhões para 9 milhões de hectares, o que diminuiria a concentração de CO₂.

Além disso, o governo queria incrementar o método de uso de bactérias que captam nitrogênio no ar e o fixam na terra. A técnica, além de melhorar a fertilidade do solo, poderia reduzir a emissão de 10 milhões de toneladas de CO₂ equivalentes, segundo cálculos do governo à época.

O ministro Mendes Ribeiro limitou-se a comentar: "Somos líderes na produção de alimentos, mas também somos líderes em áreas de preservação ambiental. Isso é possível porque estamos na dianteira da tecnologia de produção em áreas tropicais", disse.

Fonte: [UOL > Notícias > Economia](http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/valor/2012/06/06/agricultura-apresenta-metas-ambientais-para-discutir-na-rio20.jhtm)(<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/valor/2012/06/06/agricultura-apresenta-metas-ambientais-para-discutir-na-rio20.jhtm>)

06/06/2012

Secretário-geral da ONU 'luta' para evitar fracasso da conferência Rio+20

*Ban Ki-moon diz que a falta de acordo na reunião será 'trágica' para planeta.
Ao menos cem chefes de Estado participarão do encontro no Brasil.*

da France Presse

O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, luta para tentar evitar o fracasso da cúpula Rio+20, que em duas semanas reunirá líderes de mais de cem países, o que seria, segundo ele, "trágico" para o planeta.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável será realizada de 13 a 22 de junho, 20 anos depois da Cúpula da Terra que mudou o rumo das discussões sobre o clima e a biodiversidade no planeta.

A reunião deve promover a emergência de uma "economia verde" combinada ao desenvolvimento, à luta contra a pobreza e à proteção ambiental, e estabelecer uma nova governança internacional para o meio ambiente em um mundo de sete bilhões de habitantes, cujos recursos naturais se esgotam.

Apesar dos esforços de Ban Ki-moon, vários líderes mundiais estarão ausentes na Rio+20, como a chanceler da Alemanha, Angela Merkel, e o Primeiro-ministro do Reino Unido, David Cameron. O presidente Barack Obama, dos Estados Unidos, ainda não confirmou sua vinda.

Do lado europeu, o francês François Hollande e o presidente russo, Vladimir Putin, confirmaram presença, bem como o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, e o primeiro-ministro espanhol, Mariano Rajoy.

Decisões

"Temos que decidir se queremos a prosperidade comum ou caminhos de consequências muito negativas, trágicas, para a humanidade", advertiu Ban nesta semana durante uma visita à Arábia Saudita.

"As negociações foram lentas e difíceis", lamentou em uma recente coletiva de imprensa. "O planeta tem limites e nós devemos fazer algo para as gerações futuras", acrescentou, referindo-se às catástrofes naturais, à escassez de alimentos e à exploração descontrolada de recursos geológicos que existem em algumas partes do globo.

Ban Ki-moon pediu em diversas ocasiões flexibilidade aos participantes nas negociações e que as coloquem "acima dos interesses nacionais ou regionais". Mas as discordâncias entre países desenvolvidos e pobres continuam, principalmente sobre a "economia verde" e o plano de desenvolvimento.

De acordo com o embaixador sul-coreano Kim Sook, co-presidente da Comissão Preparatória, a sessão de negociação de Nova York fez progressos, mas resultou em apenas 20% do documento final. A última reunião preparatória será realizada no Rio nos dias 13, 14 e 15 de junho, pouco antes da cúpula.

Propostas

Milhares de páginas com propostas para este documento final foram reduzidas a 20 páginas após as discussões iniciais do ano passado. Mas, ao longo das revisões, o texto inchou para 275 páginas e ainda tem 80.

A cúpula também deve esclarecer "Objetivos do Desenvolvimento Sustentável", que pretendem conciliar o crescimento econômico e a preservação dos recursos do planeta. Eles respondem aos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de 2000 (incluindo a eliminação da pobreza extrema e a melhoria dos sistemas de saúde até 2015), que não serão cumpridos na data de vencimento.

Por enquanto ainda não há acordo sobre estas novas metas ou até mesmo sobre seu número. Segundo Ban, os 193 países membros das Nações Unidas propuseram 26 áreas em que os objetivos serão enquadrados, da saúde ao planejamento urbano, passando pela proteção dos oceanos.



Bandeiras da ONU e do Brasil são hasteadas no Riocentro nesta terça-feira

Foto: Alba Valéria/G1

Fonte: http://s2.glbimg.com/j9lsHs7kQMauDmePA23n90LZZrZHI662HpNA21q1clRloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/05/onu_s.jpg

A ideia, defendida pela Europa, de substituir o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), com base em Nairóbi, no Quênia, por uma grande Organização Mundial do Meio Ambiente, ainda enfrenta a oposição de vários países, incluindo os Estados Unidos e o Brasil.

"Se acreditarmos no que dizem os cientistas e a sociedade civil, precisaremos arrumar a casa significativamente", explica Antonio Hill, representante da organização Oxfam na cúpula.

"Grandes diferenças" persistem, reconhece Jeffrey Huffines, representante da Aliança Global das Nações Unidas para a Participação do Cidadão (CIVICUS), um movimento baseado na África do Sul e que reivindica membros e parceiros em mais de 100 países. Ele ressalta "a falta de confiança" entre países ricos e pobres e lamenta a falta de grandes líderes como Barack Obama.

Mas advertiu "que, mesmo com chefes de Estado de alguns dos países mais poderosos presentes ou não (no Rio), voltaremos para nossos respectivos países para cobrar de nossos governos o que foi concluído no Rio".

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/secretario-geral-da-onu-luta-para-evitar-fracasso-da-conferencia-rio20.html)(<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/secretario-geral-da-onu-luta-para-evitar-fracasso-da-conferencia-rio20.html>)

06/06/2012

Quem torna o imóvel 'inteligente' é o morador

Projeto e construção são meios para reduzir o impacto ambiental do imóvel. Mas quem faz a diferença, mesmo, é o morador ou usuário.

por Heloisa Medeiros

"Ele é o elemento-chave para que a sustentabilidade se consolide, pois é quem vai usar as soluções implantadas e investir na manutenção", observa Roberto de Souza, diretor do Centro de Tecnologia de Edificações, empresa de consultoria ambiental.

Grandes administradoras de condomínios estão atrás de certificação, de forma a reduzir custos para os moradores e implantar operações mais sustentáveis nos edifícios já existentes.

"Em edifícios comerciais isso já é regra. Nos habitacionais, a tendência vai se disseminar. Crianças e jovens questionam os pais sobre o condomínio não ter coleta seletiva e cobram medidas amigas do ambiente", diz Souza.

A prática de retrofit (reforma para modernizar o imóvel) é um caminho para introduzir sustentabilidade, diz Luiz Henrique Ferreira, diretor da Inovatech, empresa de consultoria especializada.

Entre as tecnologias usadas estão torneiras e descargas econômicas, energia solar e uso de chuva, que reduzem o valor do condomínio e o consumo de água.

A sustentabilidade vem assumindo importância estratégica, para Souza. "Há crescimento acentuado de empreendimentos certificados."

Os dois principais sistemas de certificação disponíveis no país, o Aqua (Alta Qualidade Ambiental) e o Leed (Leadership in Energy and Environmental Design), registram incremento.

A Fundação Vanzolini, detentora do Aqua, chegou ao fim de 2011 com 53 empreendimentos certificados. Em 2010, o selo passou a contemplar imóveis habitacionais, certificando 13 edifícios e um condomínio com quatro prédios e 80 casas, que ainda estão em construção.

Marcos Casado, gerente do GBC Brasil, diz que muitos empreendimentos que requisitaram o certificado Leed em 2004 estão ficando prontos agora. "Por isso o número de certificados ainda é baixo, mas os pedidos dispararam. Hoje, temos 500."

TEMPLO SUSTENTÁVEL

A iluminação natural é aproveitada ao máximo no Centro de Desenvolvimento Espiritual Sukyo Mahikari, inaugurado neste ano na Saúde, em São Paulo. O átrio tem plantas e brises de madeira nas janelas, que reduzem o calor. Certificado com o selo Aqua, o templo tem sistemas para uso de água de chuva e economia de energia. O projeto é do arquiteto Yoshihiro Chida.

HAJA ENERGIA

A construção civil consome 40% da energia produzida no mundo, extrai 30% dos materiais do meio natural, gera 25% de resíduos sólidos e consome 25% da água do globo, segundo a ONU.

A iluminação natural é aproveitada ao máximo no Centro de Desenvolvimento Espiritual Sukyo Mahikari, inaugurado neste ano na Saúde, em São Paulo. O átrio tem plantas e brises de madeira nas janelas, que reduzem o calor. Certificado com o selo Aqua, o templo tem sistemas para uso de água de chuva e economia de energia. O projeto é do arquiteto Yoshihiro Chida.

Fonte: Folha de São Paulo/CTE > Tendências na Construção > Notícias(http://www.cte.com.br/site/noticias_ler.php?id_noticia=6690)

06/06/2012

Governo de São Paulo lança pacote ambiental para apoiar economia verde

Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo 2020 estabelece metas pautadas na Rio 20



Governador Geraldo Alckmim divulga as metas da gestão ambiental para 2020

Foto: Pedro Calado/SMA/SP

Fonte: <http://myhabitat.me/wp-content/gallery/28366-878/governador-geraldo-alckmim.jpg>

A Semana do Meio Ambiente em São Paulo foi marcada pelo lançamento do pacote ambiental com uma série de ações focadas no desenvolvimento sustentável. A “Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo 2020” visa estabelecer metas setoriais para definir a ação do Governo do Estado até 2020. A Estratégia foi produzida no contexto da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio 20, a realizar-se na próxima semana no Rio de Janeiro, e foi pautada pelos principais temas desta Conferência: Economia Verde no contexto do Desenvolvimento Sustentável e Erradicação da Pobreza, e Governança.

As ações contemplam as áreas de resíduos sólidos, biodiversidade, gestão ambiental e Rio 20 para incentivar práticas sustentáveis. Algumas ações serão realizadas em parceria com a iniciativa privada.

"Estamos comemorando o Dia Mundial do Meio Ambiente por terra, mar e ar. São diversas iniciativas e muitas delas em parceria com a iniciativa privada. Um ganho para o meio ambiente e para todos nós. A obra-prima do estado é a felicidade das pessoas", destacou o governador Geraldo Alckmin, durante o anúncio das medidas no Palácio dos Bandeirantes, na capital paulista. O secretário estadual do meio ambiente, Bruno Covas, apresentou o pacote de ações ambientais com assinatura de termos de compromisso, protocolos e decretos que visam aprimorar a gestão ambiental e incentivar práticas sustentáveis. São projetos que reforçam políticas públicas para atender o compromisso público do estado com as metas de Aichi Nagoia, da Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC), Rio 20 e das políticas estadual e nacional de resíduos sólidos.

Resíduos sólidos: Neste seguimento foram assinados mais quatro Termos de Compromisso de responsabilidade pós-consumo com as empresas mais representativas dos setores de operadoras de telefonia celular (Oi, TIM, Claro, Vivo e Nextel), de pneus (Goodyear, Pirelli, Michelin, Bridgestone e

Continental), de óleo lubrificante (SINDOCOM, SIMEPETRO, SINDILUB, SINDIREPA e Sindirrefino) e de óleos comestíveis (CARGILL). Os acordos atendem à Resolução SMA 38/2011, que diz que fabricantes e importadores de produtos e embalagens devem apresentar uma proposta de implantação de Programa de Responsabilidade Pós-consumo que indique um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outro ciclo produtivo, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

Plano de Apoio aos Municípios para gestão de Resíduos Sólidos: O Projeto de Apoio à Gestão Municipal de Resíduos Sólidos está atrelado ao Programa Estadual de Implementação de Projetos de Resíduos Sólidos e, através da Resolução SMA, terá suas ações definidas e detalhadas para a consecução dos seus objetivos. As estratégias usadas serão o encaminhamento de questionário sobre o índice de gestão de resíduos (IGR), que resultará no diagnóstico da situação atual, e capacitações dos gestores e técnicos dos municípios. O Projeto é da Coordenadoria de Planejamento Ambiental (CPLA) e contará com a participação da Cetesb e da Assessoria do Município Verde Azul.

O estado de São Paulo ganhará mais áreas verdes preservadas: novas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) e ampliação de Parques Estaduais. São elas:

Ampliação dos Parques Estaduais "Morro do Diabo" e "Rio do Peixe" com ITESP- Áreas da Fundação Instituto de Terras de São Paulo (ITESP) serão incorporadas às Unidades de Conservação. São 1.284 hectares para o Morro do Diabo e 1.230 da Mata Maturi para o Rio do Peixe. O objetivo é incrementar a proteção sobre remanescentes florestais que contemplam atributos naturais importantes, imprescindíveis para a preservação da biodiversidade regional.

Parceria ITESP para recuperação Ecológica de Áreas Protegidas em Assentamentos. O ITESP terá autorização para fazer o cadastramento de projetos para recuperação de áreas degradadas de reserva legal e de preservação permanente. Os projetos deverão ser executados às expensas dos interessados pelo período mínimo de dois anos e com o envolvimento dos assentados. Os interessados deverão contemplar em seu objeto social atividades relacionadas ao meio ambiente e dispor de profissionais habilitados para a implantação de projetos de recomposição florestal.

Reserva Votorantim – Memorando de Intenções com Grupo Votorantim – São 35 mil hectares de área de preservação na região do Vale do Ribeira, em São Paulo. A Reserva é contígua ao Parque Estadual do Jurupará, e, juntas formam um corredor ecológico entre o interior e o litoral, equivalente a 70 mil campos de futebol, contribuindo para a conservação da biodiversidade local. A gestão compartilhada da propriedade privada, que representa um dos mais relevantes remanescentes de Mata Atlântica, permitirá avanços em estudos científicos, educação ambiental, ecoturismo, preservação de espécies ameaçadas de extinção e desenvolvimento socioeconômico da região.

Ampliação do Jardim Botânico – Aquisição de área contígua espólio de Bumaruf – 6,5 ha de remanescente de Mata Atlântica nativa serão reintegrados à área de visitação do Jardim Botânico de São Paulo, colaborando com a preservação da flora, dos sítios históricos e afluentes formadores do histórico Riacho do Ipiranga.

Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN SESC Bertioga – Com área de 60 ha na zona urbana de Bertioga, é a primeira RPPN do SESC no Estado de São Paulo dentro dos domínios de Mata Atlântica com predominância de Floresta Alta de Restinga.

Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN Hércule Florence, Bertioga – Reconhecimento da RPPN Hércules Florence, com 244,5 ha localizada no município de Bertioga, limítrofe com o PESM e P.E. Restinga de Bertioga. A área representa 50% da Fazenda Acaraú, recoberta integralmente por vegetação natural de Restinga em bom estado de conservação.

Resolução referente ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) para Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) – Novo projeto de PSA para as RPPNs. Os proprietários das reservas particulares cumprem um importante ato voluntário de conversação do meio ambiente. R\$ 4,5 milhões do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição (Fecop) para atender até 42 unidades, com repasses entre R\$ 1,5 mil e R\$ 60 mil por ano. Promover a conservação, restaurar processos ecossistêmicos e estimular a criação de novas reservas particulares.

Resolução conjunta com a secretaria de Recursos Hídricos para transferência da administração do centro de recuperação de animais silvestres do Parque Ecológico do Tietê do DAEE para a Fundação Zoológico. Constituição de Unidade de Conservação na área da Reserva Estadual do Morro (Caucaia do Alto).

Assinatura da Resolução referente ao carvão vegetal – A resolução destina-se a coibir o comércio ilegal de carvão vegetal, oriundo de florestas de espécies nativas, dentro dos limites territoriais do estado de São Paulo, principalmente no setor alimentício.

Protocolo ambiental com o Setor Florestal – Assinatura de Protocolo de Intenções entre a Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), Associação Paulista de Produtores de Florestas Plantadas e Bracelpa (Associação Brasileira de Celulose e Papel para Certificação Agroambiental do Setor da Silvicultura). A área ocupada por plantio de florestas no Brasil é de 6.510.693 hectares, 18,5% dos quais localizados em São Paulo. As culturas de eucaliptos e pinos ocupam cerca de 4% da área do estado e contribuem com grande parcela no PIB e geração de emprego. O protocolo visa estabelecer práticas ambientais no setor, promovendo a proteção e restauração do entorno das nascentes e cursos de água. Utilização de técnicas de conservação de solo e de combate a incêndios florestais, redução da emissão dos gases de efeito estufa e adoção de práticas que contribuam para a manutenção da qualidade e quantidade dos recursos hídricos. Aos moldes do que já existe para o setor da agroindústria, terá uma adesão voluntária e, a partir dela, as empresas apresentarão um plano de ação e cronograma de melhoria continuada no atendimento de compromissos preestabelecidos relacionados principalmente a recuperação de áreas ciliares e nascentes e utilização de práticas sustentáveis na produção.

Gestão Ambiental: Resolução conjunta SMA/Secretaria da Fazenda, referente às políticas tributárias de incentivo à gestão ambiental – A resolução conjunta institui um grupo de trabalho que terá como objetivo estudar adequações na legislação do estado de São Paulo, que possibilitem a implementação integral das Políticas Estaduais Ambientais de incentivo à gestão ambiental, como a de Resíduos Sólidos e de Mudanças Climáticas, do Plano de Controle de Poluição Veicular (PCPV), e de outros programas específicos da Secretaria do Meio Ambiente, bem como analisar propostas de alteração no ICMS Ecológico.

Protocolo FIESP/Governo do Estado de São Paulo/SMA referente ao estudo sobre a redução da emissão de Gases de Efeito Estufa – O objetivo é trabalhar em união para reduzir as emissões de dióxido de carbono no estado. A cooperação busca oportunidades de rotas de redução das emissões de gases nos setores industriais de maior emissão, que segundo o 1º Inventário de Emissões de Gases Efeito Estufa do Estado de São Paulo, são: cimento, siderurgia, celulose e papel, química, alumínio, geração e transformação de energia.

A Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC) estabelece diretrizes e objetivos para o setor industrial e firma o ano de 2020 como data final para diminuir 20% das emissões de CO₂ do estado, tendo como base o ano de 2005.

Protocolo SMA/POLI – O objetivo é a análise conjunta de projetos de geração de energia por fontes renováveis e de eficiência energética, com a utilização do excedente na rede de distribuição elétrica através do conceito de redes inteligentes.

Anteprojeto de lei do Programa Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo – O Zoneamento Ecológico Econômico é um instrumento básico e referencial para o planejamento territorial ambiental e a gestão do processo de desenvolvimento, capaz de identificar a vocação, a potencialidade e a vulnerabilidade de um território, tornando-o base para o desenvolvimento sustentável. De acordo com o Anteprojeto de Lei, o ZEE será elaborado e implementado pelo Estado, com a participação dos Municípios, da comunidade científica e da sociedade civil organizada, de modo a orientar as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais.

Assinatura da DCUA – Declaração de Conformidade Urbanística e Ambiental do Núcleo Parque Rodrigo Barreto, localizado no município de Arujá, que possibilitará a regularização de 5.392 lotes, beneficiando uma população de mais de 20 mil pessoas.

Entrega de veículos para fiscalização ambiental – O Governo do Estado de São Paulo adquiriu com recursos próprios e do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), 130 viaturas para auxiliar na fiscalização e educação ambiental, das quais 120 são destinadas à Polícia Militar Ambiental, e 10 à Fundação Florestal. O investimento da parceria totaliza R\$ 14.035.787,00.

Rio 20: Protocolo com a BM&F BOVESPA – Assinatura de Protocolo de Intenções com a SMA para desenvolvimento de procedimentos para comercialização de cotas de reserva legal na Bolsa de Valores de São Paulo. Essa iniciativa permitirá a comercialização, através da Bolsa, de reserva legal excedente (desde que aprovadas pela CBRN), com a finalidade de atingir as cotas de reserva legal exigidas na lei ambiental. Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo 2020 – A “Estratégia para o

Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo 2020" visa estabelecer metas setoriais para definir a ação do Governo do Estado até 2020. A Estratégia foi produzida no contexto da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio 20, a realizar-se no Rio de Janeiro, em junho de 2012 e foi pautada pelos principais temas desta Conferência: Economia Verde no contexto do Desenvolvimento Sustentável e Erradicação da Pobreza, e Governança.

Fonte: [Myhabitat.me > Notícias\(http://myhabitat.me/sustentabilidade/878/governo-de-sao-paulo-lanca-pacote-ambiental-para-apoiar-economia-verde/\)](http://myhabitat.me/sustentabilidade/878/governo-de-sao-paulo-lanca-pacote-ambiental-para-apoiar-economia-verde/)

08/06/2012

ONU quer felicidade interna bruta para todos

por HELOÍSA HELVÉCIA da EDITORA DE "EQUILÍBRIO"

A felicidade entrou no debate da Rio+20. A criação de uma alternativa ao PIB capaz de medir o bem-estar dos países é "o assunto da hora", segundo a antropóloga americana Susan Andrews, coordenadora aqui do projeto FIB (Felicidade Interna Bruta).

Da hora, mas não que seja novo: o conceito de um indicador baseado não só em crescimento econômico, mas em aspectos psicológicos, culturais, ambientais e espirituais foi criado em 1972 pelo então rei do Butão, país budista enfiado no Himalaia.

Sob patrocínio da ONU, o FIB butanês vem sendo recriado por um time de intelectuais, prêmios Nobel incluídos. O grupo fez um questionário que sonda padrão de vida, governança, educação, saúde, vitalidade comunitária, proteção ambiental, acesso à cultura, uso do tempo e bem-estar psicológico.

No Brasil, o FIB é mais do que um indicador, segundo Susan. "É um catalisador de mudança social que tem o potencial de unir poder público, empresas e cidadãos para a felicidade de todos. É pensamento sistêmico na prática", diz a antropóloga graduada em Harvard, que é também mestre em psicologia e sociologia. E monja.

A monja junta agora ao currículo o título de embaixadora do FIB no Brasil, país para o qual ela veio por ocasião da Eco-92 -e ficou.

Naquele ano, fundou o Parque Ecológico Visão Futuro em Porangaba, a duas horas de São Paulo. É uma das primeiras ecovilas do país.

Tudo ali segue a filosofia de uso de recursos naturais pregada pelo mestre indiano Prabhat Rainjan Sarkar.

Moram e trabalham naqueles 65 hectares de mata 55 pessoas. "Tivemos êxito até certo ponto em servir como um contramagneto para estancar a hemorragia de pessoas das áreas rurais às cidades, provendo emprego digno em uma economia que não danifica o planeta", ela diz.

O parque usa energia limpa, alimenta seus membros com agricultura orgânica, recicla seu lixo e parte da água do esgoto, oferece "educação holística" e mantém um centro de saúde ayurvédica. É um laboratório socioambiental, mas não se diz "sustentável".

"A sustentabilidade só acontece se for aplicada simultaneamente em diversas áreas; é uma enorme tarefa."

É lá no Visão Futuro, com ajuda da Unicamp, que se desenvolve uma adaptação do questionário FIB. Já foram ministrados projetos-piloto em Angatuba, Itapetininga, Campinas (SP), Bento Gonçalves (RS) e Brasília (DF).

"Quando apresentado aos resultados do questionário, o público fica fascinado com essa análise do seu próprio bem-estar e isso gera não apenas discussões, mas ações. Em Itapetininga, a população colaborou para melhorar sua assistência médica; em Brasília, a comunidade de Rajadinha está engajada para melhorar o suprimento de água, limpando o rio local e instalando biodigestores", conta.

Mas e a aplicação do indicador em escala nacional, global? Segundo disse Ban Ki-moon, o secretário-geral da ONU, ao abrir o último encontro sobre o tema, a conferência Rio+20 precisa gerar um "novo paradigma" que não dissocie bem-estar social, econômico e ambiental. Os três, para ele, definem a "felicidade global bruta".

Susan Andrews acha que a introdução de indicadores mais sistêmicos já é um movimento mundial. "É parte do espírito do tempo."

Fonte: [FOLHA.COM > Notícias > Ambiente > Rio+20](http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1101678-onu-quer-felicidade-interna-bruta-para-todos.shtml)(<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1101678-onu-quer-felicidade-interna-bruta-para-todos.shtml>)

11/06/2012

TERRAMÉRICA – Deixem tudo na Mãe Terra

por Stephen Leahy*



Moi Enomenga, antes de entrar no ônibus em Quito, Equador, ponto de partida da caravana até o Rio de Janeiro.

Foto: Cortesia Moi Enomenga.

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/t12.jpg?9d7bd4>

Uma caravana indígena levará à cúpula Rio+20 o “bem viver” – equilíbrio entre as comunidades humanas e a natureza – como remédio para as crises ambiental e econômica.

Uxbridge, Canadá, 11 de junho de 2012 (Terramérica).- Delegados indígenas da América do Sul se integram, a pé, em lanchas ou ônibus, à Caravana Kari-Oca, que os levará à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, onde esperam interpelar os governantes do mundo. “Representaremos milhares de comunidades aborígenes da América do Sul”, disse ao Terramérica o líder huaorani Moi Enomenga, momentos antes de tomar em Quito o ônibus que demorará nove dias para chegar ao Rio de Janeiro, sede da Rio+20.

Outros dirigentes indígenas se unirão a eles durante a viagem. Os huaoranis são um povo amazônico que habita o leste do Equador, em uma área de exploração petrolífera. A Rio+20 se apresenta como um espaço intergovernamental para adotar soluções para a crise mundial de sustentabilidade, que se manifesta no reiterado fracasso da economia globalizada, na carestia de alimentos, nos problemas energéticos e nos males ambientais globais, como a mudança climática e a perda de biodiversidade.

“Nós, indígenas, estivemos divididos durante anos. Agora vamos nos unir”, declarou Moi, que nasceu em uma comunidade sem contato com o mundo ocidental, ou em isolamento voluntário, e atualmente preside a Associação Quehueri’ono. “Nem todos podem ouvir a voz que chega da Mãe Terra vinda da selva, e queremos levar essa voz ao Rio”, acrescentou. De 14 a 22 deste mês acontecerá a Cúpula Mundial dos Povos Indígenas sobre Territórios, Direitos e Desenvolvimento Sustentável na aldeia Kari-Oca II, especialmente construída por indígenas brasileiros a cinco quilômetros da sede da conferência oficial.

“Kari-Oca” é uma palavra tupi-guarani que significa “casa de branco”. Assim se referiam os indígenas da região onde hoje se encontra a cidade do Rio de Janeiro às primeiras urbanizações dos colonizadores portugueses. Daí a palavra “carioca”, gentílico dos habitantes do Rio, onde há duas décadas aconteceu o encontro na primeira aldeia Kari-Oca, paralela à Cúpula da Terra de 1992. O Comitê Intertribal do Brasil, organizador do encontro, prevê a participação de aproximadamente 600 indígenas de todo o mundo, que prepararão uma mensagem e recomendações para o encontro de alto nível da Rio+20, que ocorrerá entre os dias 20 e 22.

“A situação dos povos indígenas no mundo me preocupa”, ressaltou Moi. Em todas as partes, os governos ignoram seus direitos. E em todas as partes, Índia, África, América do Sul, estão à caça do petróleo e de outros recursos, acrescentou. Hortencia Hidalgo Cáceres, uma aymara chilena que integra a Rede de Mulheres Indígenas sobre Biodiversidade da América Latina e do Caribe, afirmou ao Terramérica que “é

necessária uma mudança real. Queremos convidar o mundo para um futuro mais brilhante, baseado nos valores e princípios indígenas do bem viver”.

Oposto à ideia ocidental de “viver melhor” – o crescimento econômico traz consigo o progresso e este leva à eliminação da pobreza –, o bem viver propõe o equilíbrio e a cooperação entre as comunidades humanas e sua integração com a natureza, da qual se retira o necessário para uma vida digna, sem o afã de acumular. Por outro lado, a “economia verde”, que muitas nações querem plasmar no documento final da Rio+20, representa uma “falsa solução” para a crise de degradação ambiental e injustiça social, ponderou Hortencia.

Para Casey Box, coordenador de programas da organização não governamental Land is Life (Terra é Vida), “os povos indígenas têm muito a oferecer à comunidade internacional, que tenta abrir caminho para um desenvolvimento verdadeiramente sustentável”. A Land is Life, com sede nos Estados Unidos, é uma coalizão internacional de comunidades autóctones que arrecadou fundos e ajudou a coordenar a caravana e a cúpula. Segundo Casey, “será impossível alcançar os objetivos da Rio+20 sem os conhecimentos tradicionais e as práticas de manejo de recursos dos indígenas”.

Estima-se que da Rio+20 participarão cerca de 50 mil pessoas, entre elas 130 chefes de Estado e de governo. Da antecessora, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1992, também conhecida como Cúpula da Terra, surgiram os três dos principais tratados ambientais: as convenções sobre mudança climática, biodiversidade e desertificação. Mais de 700 povos indígenas participaram da primeira cúpula Kari-Oca, em 1992, que originou um movimento internacional pelos direitos dos povos indígenas e colocou em evidência o papel dessas comunidades na conservação e no desenvolvimento sustentável.

“Nos emociona ir ao Rio porque há um espaço para os povos indígenas, onde poderemos falar sobre nossas preocupações e compartilhar nossos conhecimentos e nossa experiência”, destacou Hortencia. Participantes procedentes da austral Patagônia chilena precisarão percorrer 60 horas de estrada até La Paz, na Bolívia, onde se reunirão com Moi e outros delegados que iniciaram a viagem no Equador, passando pelo Peru. A caravana Kari-Oca demorará cerca de cinco dias para percorrer o último trecho dos Andes e atravessar Bolívia, Paraguai e o sul do Brasil até chegar ao Rio de Janeiro, às margens do Oceano Atlântico.

Os indígenas estão ansiosos para participar porque somente nessas reuniões internacionais é que têm a oportunidade de serem ouvidos pelos governantes e pelo público em geral, explicou Hortencia. “Quando voltamos para casa, essas portas estão fechadas”. Moi e os demais equatorianos esperam que os governos respeitem mais os direitos e pontos de vista de suas comunidades. “Perto de onde vivo existem duas comunidades não contatadas, mas estão ameaçadas pela exploração petrolífera, eles não a querem. Para eles, tirar petróleo do solo é como tirar o sangue de seus corpos”, apontou. Os delegados também esperam denunciar iniciativas governamentais que consideram nocivas.

Gloria Ushigua, presidente da Associação de Mulheres Záparas, afirmou que o Programa Sócio Floresta, do Ministério do Meio Ambiente do Equador para combater o desmatamento, causa muitos problemas para as comunidades locais. A nação zápara habita o leste da província de Pastaza, no oriente amazônico equatoriano. “Tenho a esperança de compartilhar a história da minha comunidade e de debater sobre os direitos territoriais”, manifestou Gloria em um comunicado.

Na caravana também viaja Celso Aranda do povo kichwa de Sarayaku, outro território de Pastaza, que na cúpula apresentará a proposta “Kawsak Sacha” (Floresta Vivente). Esta será a resposta do Sarayaku à mudança climática e à destruição da natureza, e detalhará a forma como as comunidades nativas podem proteger os ecossistemas, mantendo práticas ancestrais de manejo da terra. “Vamos continuar trabalhando para fortalecer nossas culturas e resistir à exploração de nossos territórios. Temos uma mensagem muito clara. Deixem tudo sob a terra”, resumiu Moi.

* O autor é correspondente da IPS.

Fonte: [Envolverde](http://envolverde.com.br/ambiente/rio20-ambiente/terraamerica-deixem-tudo-na-mae-terra/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=11)(http://envolverde.com.br/ambiente/rio20-ambiente/terraamerica-deixem-tudo-na-mae-terra/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=11)

11/06/2012

Brasil entrará pela porta dos fundos na Rio+20, diz ambientalista

O ambientalista Mário Mantovani, diretor de políticas públicas da ONG S.O.S Mata Atlântica, afirmou em entrevista ao *Terra TV* que o Brasil entrará pela porta dos fundos na Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Segundo ele, o Código Ambiental significa que governo brasileiro não dá valor para questões ambientais e o País apresentará um pacote "pífio" na conferência.

Para Mantovani, as cidades brasileiras não são planejadas de acordo com o meio ambiente. Em São Paulo, por exemplo, existe uma diferença de 8°C de uma região para outra, e isso pode ser extremamente prejudicial para quem tem problemas respiratórios, conta o ambientalista. O maior problema ambiental brasileiro atualmente é a questão fundiária. "Nós voltamos às capitânicas hereditárias e é esse grupo que faz chantagem contra nós. A luta hoje em Brasília é para continuar rolando dívida do crédito agrícola (...) e hoje vemos muito pouco sendo desenvolvido para a sociedade", afirma.

Segundo ele, mais de 60% das terras da Mata Atlântica estão abandonadas, sem produção agrícola. "Isso é insustentável em qualquer lugar do mundo. Não tem sentido querer fazer uma economia com pouca biodiversidade", contesta Mantovani. "A economia verde é uma realidade, ela vai acontecer. Ela vai vir da produção mais limpa, da agricultura e economia de baixo carbono, (das pessoas) tratando lixo, cuidando das nossas águas, dando qualidade de vida a todos".

De acordo com Mantovani, o governo Dilma é o pior para o meio ambiente. "Se for pelo pacote ambiental apresentado atualmente, o governo está abaixo da crítica, não dá nem para dar nota no momento", diz. Segundo ele, o Brasil teve grandes avanços desde a Eco92, mas ainda tem muito a melhorar.

Apesar das críticas, o ambientalista acredita que é um bom momento para a sociedade agir e fazer a diferença. Com participação online durante a Rio+20, as pessoas poderão interagir com as novas tecnologias e trazer informação a todos em tempo real direto da conferência. "Será uma conferência onde a sociedade vai construir. Se cada um de nós tirar um momento nestas duas semanas para pedir um pouco pela qualidade de vida, coisas que não se dão valor e que a economia verde vai precisar alcançar, vamos realmente fazer a diferença. É o que eu chamo de economia planetária", afirma Mantovani. "Agora está nas nossas mãos", conclui.

Rio+20

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que será realizada na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 13 a 22 de junho de 2012, deverá contribuir para a definição da agenda de discussões e ações sobre o meio ambiente nas próximas décadas.

Com o objetivo de renovar o compromisso político com o desenvolvimento sustentável por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes, a Rio+20 terá como foco principal a economia verde e a erradicação da pobreza.

A Rio+20, que assim é chamada por marcar os 20 anos da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio92), será composta por três momentos. Nos primeiros dias, de 13 a 15 de junho, está prevista a 3ª Reunião do Comitê Preparatório, em que representantes governamentais discutirão os documentos que posteriormente serão convenionados na Conferência. Entre os dias 16 e 19 serão programados eventos com a sociedade civil. E de 20 a 22 ocorrerá o Segmento de Alto Nível da Conferência, para o qual é esperada a presença de diversos chefes de Estado e de governo dos países-membros das Nações Unidas.

No entanto, mesmo com toda a expectativa para acordos que possam mudar o futuro do planeta, a conferência é alvo de críticas e alguns chefes de Estados apontam, inclusive, para o "risco de fracasso" da Rio+20. O presidente francês, François Hollande, que deve estar presente no evento, **alertou para as dificuldades e riscos de que se pronunciem palavras que não serão cumpridas com atos**(<http://invernia.terra.com.br/sustentabilidade/rio20/noticias/0,,OI5823439-EI20323,00-Presidente+frances+adverte+para+risco+de+fracasso+da+Rio.html>).

A ex-ministra do Meio Ambiente do Brasil, Marina Silva, **também criticou a Rio+20**(<http://invernia.terra.com.br/sustentabilidade/rio20/noticias/0,,OI5824922-EI20323,00-Marina+Silva+diz+que+debate+na+Rio+ignorou+ONU+e+a+ciencia.html>). Para ela, os líderes políticos

"consequiram excluir a ciência do debate" e o documento que prepara para a Rio+20 "manteve o problema de separar ecologia e economia, quando é preciso integrá-las".

Além disso, apesar dos esforços do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, vários líderes mundiais estarão ausentes, incluindo o presidente americano Barack Obama. Do lado europeu, o presidente russo Vladimir Putin, o presidente da Comissão Europeia José Manuel Barroso e o primeiro-ministro espanhol Mariano Rajoy confirmaram presença. No entanto, nem a chanceler alemã Angela Merkel nem o primeiro ministro britânico David Cameron deverão participar. Para garantir a presença de países africanos e caribenhos, o Itamaraty, o Ministério da Defesa e a Embraer trarão as delegações de 10 deles.

Fonte: [TERRA.COM](#) > [Notícias](#) > [Economia](#) > [Sustentabilidade](#) > [Rio+20\(http://invernia.terra.com.br/sustentabilidade/rio20/noticias/0,,OI5829210-EI20323,00-Brasil+entrara+pela+porta+dos+fundos+na+Rio+diz+ambientalista.html\)](http://invernia.terra.com.br/sustentabilidade/rio20/noticias/0,,OI5829210-EI20323,00-Brasil+entrara+pela+porta+dos+fundos+na+Rio+diz+ambientalista.html)

11/06/2012

Cientistas entregarão documento com sugestões para a Rio+20

*Pesquisadores estão reunidos em fórum internacional na PUC-Rio.
Entre outros pontos, cientistas devem propor metas de sustentabilidade.*

por Tadeu Meniconi do G1, no Rio de Janeiro

A comunidade científica está preparando um documento oficial para entregar aos políticos que participarão da Rio+20, com sua visão sobre os rumos que o planeta precisa tomar para alcançar o desenvolvimento sustentável. O texto será o resultado dos debates promovidos ao longo da semana, no Fórum de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável, que acontece na Pontifícia Universidade Católica do [Rio de Janeiro](http://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/cidade/rio-de-janeiro.html) (<http://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/cidade/rio-de-janeiro.html>) (PUC-Rio).

A Rio+20 é uma conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, que acontece no Rio de Janeiro, entre os dias 13 e 22. Em sua fase final, o evento deve reunir mais de cem chefes de Estado para debater o tema.



O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, discursa durante evento nesta segunda

Foto: Tadeu Meniconi/G1

Fonte:

<http://s2.glbimg.com/zQHH39mCdS2UuoDKn6mC3PVGVPWMjIulBEX2748XNwwwcfxfacMy1ACpbpArAXXR/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/11/raupp.jpg>

Segundo Marco Antonio Raupp, ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, o texto publicado ao fim do Fórum, na sexta-feira (15), será um “aperfeiçoamento” dos resultados do último congresso científico voltado para o tema. Em março, o “Planet Under Pressure” (“Planeta sob pressão”, em inglês) foi realizado em Londres, na Inglaterra.

“Nós [cientistas] temos que encontrar soluções que são viáveis do ponto de vista tecnológico e do ponto de vista econômico, que a gente consiga dar as melhores soluções, as soluções do nosso interesse para essa questão”, afirmou o ministro.

“Não é só dizer que nós temos que seguir essa ou aquela meta, nós temos que começar a ter uma governança também, uma institucionalização da coisa, para que a gente possa acompanhar o que todos estão fazendo e podermos comparar”, completou.

O documento final do Fórum será entregue para os participantes da reunião da ONU, que levarão em conta vários outros aspectos – econômicos e políticos, por exemplo – na definição de novas políticas globais a partir da Rio+20.

“Eu sou ministro, eu tenho que fazer um pouco de política também”, disse Raupp, que integra a delegação brasileira na reunião, sobre como fazer valer os interesses dos cientistas.

‘Planet Under Pressure’

O texto de Londres sugere a formação de um grupo regular de análise de sustentabilidade, para melhorar a integração entre as instituições de pesquisa científica e os responsáveis pelas decisões políticas.

O encontro também pediu dos cientistas novos mecanismos para melhorar o diálogo com a sociedade em várias escalas, para que as políticas sustentáveis tenham maior entrada junto ao público. Além disso, o documento apontou a necessidade por novas abordagens de pesquisa, “mais integradas, internacionais e orientadas para soluções”.

Por outro lado, os cientistas reunidos em Londres também concluíram que os governos precisam investir mais em pesquisas, sobretudo nos países em desenvolvimento, e que é necessário continuar explorando novas áreas do conhecimento.

Para que esses objetivos sejam atingidos, o grupo vê a Rio+20 como uma boa oportunidade para o estabelecimento de novas políticas. Entre as medidas a serem tomadas, o documento sugere a criação de metas de desenvolvimento sustentável – e o cumprimento delas – e a reestruturação de instituições nacionais e internacionais em direção a uma política adequada aos objetivos.

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/cientistas-entregaram-documento-com-sugestoes-para-rio20.html)(<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/cientistas-entregaram-documento-com-sugestoes-para-rio20.html>)

11/06/2012

Rio+20 tentará por de volta a salvação do planeta na agenda mundial

de Christine Courcol (AFP)

PARIS – A cúpula das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável (Rio+20), que será realizada de 20 a 22 de junho no Rio de Janeiro, tentará reativar os debates e propor soluções diante da acelerada degradação do planeta, vinte anos depois da Cúpula da Terra, que fez soar o alerta.



Militares apresentam à imprensa Centro de Controle de Segurança para a cúpula Rio+20, no QG do Exército no Rio de Janeiro

Foto: AFP/Arquivo, Vanderlei Almeida

Fonte:

http://www.google.com/hostednews/afp/slideshow/ALeqM5iVFti2IOXF4mIWad23Sz_A_hyqRA?docId=CNG.9891b61d01a70793e1b411318f3415e4.51&index=0

O presidente francês, François Hollande – um dos poucos chefes de Estado de potências ocidentais que confirmou sua presença –, advertiu, no entanto, para o risco de "fracasso", pedindo uma conscientização para que a questão ecológica volte a ser colocada na agenda, depois de ter ficado relegada a segundo plano pela crise econômico-financeira mundial.

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) apresentará um relatório com constatações contundentes: aumento de emissões de gases causadores de efeito estufa, acúmulo de resíduos, diminuição rápida das reservas pesqueiras, ameaças à biodiversidade e falta de água potável para milhões de pessoas.

Cento e trinta chefes de Estado e de governo estarão no Rio, assim como dezenas de milhares de membros de ONGs, industriais, militantes e representantes de povos indígenas.

Esta será a quarta cúpula de desenvolvimento sustentável da história, depois das de Estocolmo em 1972, do Rio de Janeiro em 1992 e de Johannesburg em 2002.

Os debates se concentrarão na "economia verde" - energias renováveis, separação de resíduos, construções produtoras de energia -, no reforço de instâncias mundiais de decisão e no eventual estabelecimento de "metas de desenvolvimento sustentável" mensuráveis e ambiciosas. "Um verdadeiro programa de resgate mundial", resumiu o encarregado de uma ONG.

"Não há espaço para dúvida" nem para "a paralisia da indecisão", disse Achim Steiner, diretor-geral do Pnuma.

Mas a desconfiança impera. Nas negociações informais sobre o acordo que os participantes deverão assinar em 22 de junho, cada país e cada grupo de interesse defendeu suas posições com veemência.

Ao encerrar a última rodada, em 2 de junho, os delegados só tinham alcançado acordos sobre 70 dos 329 pontos de discussão (21% do total). E a maioria versava sobre generalidades certamente consensuais.

As divergências continuaram vivas, no entanto, sobre assuntos essenciais, como mudanças climáticas, oceanos, alimentação e agricultura, assim como na definição de metas, transferências de tecnologia e economia verde.

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, pediu na semana passada que os governos mostrassem mais flexibilidade, ao indicar que os problemas do futuro do planeta "devem se antepor aos interesses nacionais ou aos interesses de grupos".

Para o diretor-geral da ONG de defesa do meio ambiente Fundo Mundial para a Natureza (World Wild Fund, em inglês), Jim Leape, "há dois cenários possíveis: um acordo tão limitado que careceria de sentido ou um fracasso total".

Muitos participantes lembram com nostalgia do entusiasmo gerado pela Cúpula da Terra de duas décadas atrás e que hoje parece difícil ressuscitar.

"O mundo agora está centrado na crise econômica, na crise financeira, está preocupado com alguns conflitos, (como) o da Síria", afirmou o presidente francês na semana passada, na abertura de um fórum em Paris sobre meio ambiente.

Uma nova rodada de negociações será celebrada no Rio entre quarta e sexta-feira, mas as dificuldades são tantas que poderia prolongar-se até a inauguração da cúpula.

Nos dias anteriores à cúpula, entre 13 e 22 de junho, será realizada a Cúpula dos Povos, que espera reunir cerca de 20.000 participantes por dia no parque do Flamengo (zona sul), com a expectativa de conseguir com que a Rio+20 seja algo mais do que "um mero fantasma do passado".

"Vemos a Rio+20 sem esperanças, sem uma vontade política de mudar as coisas por parte dos países (participantes)", disse Bazileu Alves Margarido, da ONG Instituto Democracia e Desenvolvimento Sustentável.

Copyright © 2012 AFP. Todos os direitos reservados.
[Mais\(http://www.google.com/hostednews/afp/copyright?hl=pt-PT\)...](http://www.google.com/hostednews/afp/copyright?hl=pt-PT)

Fonte:

[Google\(http://www.google.com/hostednews/afp/article/ALeqM5iVFti2IOXF4mIWad23Sz_A_hyqRA?docId=CG.9891b61d01a70793e1b411318f3415e4.51\)](http://www.google.com/hostednews/afp/article/ALeqM5iVFti2IOXF4mIWad23Sz_A_hyqRA?docId=CG.9891b61d01a70793e1b411318f3415e4.51)

11/06/2012

Somos exterminadores do futuro, diz Marina Silva no TEDxRio+20

*Ex-ministra do Meio Ambiente disse que humanidade vive o 'mal do excesso'.
Painéis de discussão ocorrem no Forte de Copacabana, no Rio.*

por Lilian Quaino do G1 RJ

A ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, emocionou o público do TEDxRio+20 ao falar sobre seu passado nos seringais. Na tarde desta segunda-feira (11), no Forte de Copacabana, ela disse que é preciso separar ética de política e pôr fim ao projeto de poder pelo poder e do dinheiro pelo dinheiro. "Isso nos transforma em exterminadores do futuro", disse.

Durante o painel "Da ignorância à sabedoria", Marina afirmou que desenvolvimento sustentável não é apenas a criação de uma forma de energia mais limpa, mas sim, uma nova maneira de ser.

"É preciso valorizar o ser, e não o ter. Vivemos o mal do excesso, o que nos falta é 'a falta da falta'. Estamos consumindo nosso planeta. A humanidade tem de se reencontrar com sua infância civilizatória. O modelo sustentável é usar com sabedoria recursos de milhares de anos".

Marina disse que diante da crise que o mundo vive, econômica, social, ambiental e política não vale perguntar se estamos otimistas ou pessimistas. "Temos de ser persistentes. O ser humano tem a capacidade incrível de acreditar criando, não de forma ingênua, como num pensamento mágico, mas criando o futuro que queremos".



A ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, durante painel de discussão do TEDxRio+20, no Forte de Copacabana.

Foto: Lilian Quaino/G1

Fonte: http://s2.glbimg.com/QcwrKOJFH3-J0MrHX886KeBI89FsJutJHWRnfJ_cwmxloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/11/marina_silva.jpg

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20\(http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/somos-exterminadores-do-futuro-diz-marina-silva-no-tedxrio20.html\)](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/somos-exterminadores-do-futuro-diz-marina-silva-no-tedxrio20.html)

11/06/2012

Para secretário da ONU, Rio+20 terá mais impacto do que Rio-92

Sha Zukang se reuniu com prefeito Eduardo Paes nesta segunda. Conferência das Nações Unidas começa na cidade em dois dias.

por Carolina Lauriano do G1 RJ



O prefeito Eduardo Paes e o secretário-geral da ONU para a Rio+20 Sha Zukang

Foto: Carolina Lauriano/G1

Fonte: http://s2.glbimg.com/rdCoFQ4DgCUxd9ojO-921DAYC7nltH7tl-ZT2vPPktNloz-HdGixxa_8qQZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/11/paessha2_300x225.jpg

Para o secretário-geral da ONU para a Rio+20, [Sha Zukang](http://g1.globo.com/topico/sha-zukang.html) (<http://g1.globo.com/topico/sha-zukang.html>), a Conferência das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável não só será histórica, como também terá muito mais impacto do que a [Rio-92](http://g1.globo.com/topico/rio-92.html) (<http://g1.globo.com/topico/rio-92.html>).

Segundo ele, no entanto, a Rio+20 não é para mudar os princípios acertados na Eco-92, há 20 anos. "Todos eles ainda são igualmente relevantes e válidos", disse ele, nesta segunda-feira (11), a dois dias para a abertura do evento, em encontro com o prefeito do Rio, Eduardo Paes, no Palácio da Cidade, em Botafogo, na Zona Sul do Rio de Janeiro.

Mas Sha Zukang deixou escapar um alerta ao falar sobre os documentos que podem sair desse encontro com mais de cem chefes de estado e autoridades do mundo inteiro. "Infelizmente as pessoas mostram suas cartas no último minuto", disse ele, em tom de brincadeira.

Segundo Sha Zukang, a ausência do presidente dos EUA, Barack Obama, da chanceler da Alemanha, Ângela Merkel, e do primeiro-ministro da Grã-Bretanha, David Cameron, não enfraquecerá a Rio+20. "Eles estarão muito bem representados", afirmou.

O prefeito afirmou que a partir desta terça-feira (12) equipes da prefeitura, da [ONU](http://g1.globo.com/topico/onu/) (<http://g1.globo.com/topico/onu/>) e do Itamaraty se reunirão diariamente, às 9h, para discutir como foi o dia anterior e tomar decisões sobre a cidade.

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/para-secretario-geral-da-onu-rio20-tera-mais-impacto-do-que-rio-92.html) (<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/para-secretario-geral-da-onu-rio20-tera-mais-impacto-do-que-rio-92.html>)

11/06/2012

Organização fundada por Gorbachev busca compromisso político real na Rio+20

em Genebra

A Cruz Verde Internacional, organização fundada pelo ex-presidente da União Soviética Mikhail Gorbachev, pediu nesta segunda-feira (11) para os líderes que estarão na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20 apresentarem soluções concretas contra a mudança climática.

"O que queremos é liderança. A liderança não se expressa detectando os problemas, mas apresentando solução. Até o momento, nenhum dos mais de cem líderes que participarão da Rio+20 apresentou alguma ideia. Precisamos resolver esse problema agora", assinalou Alexander Likhotal, presidente da Cruz Verde.

"O desenvolvimento sustentável não será nunca alcançado se não lutarmos previamente contra a mudança climática", completou Adam Koniuszewki, diretor da comissão de alto nível sobre Mudança Climática estabelecida pela Cruz Verde.

O ex-presidente da União Soviética iniciou essa organização com a intenção de estimular "uma resposta internacional urgente" diante dos riscos da mudança climática.

No próximo dia 18 de junho, quatro dias antes do início da Rio+20, a Cruz Verde apresentará um documento contendo um resumo com as principais consequências da mudança climática, os benefícios da ação preventiva e o pedido de uma decisão política urgente.

"A mudança climática é só a ponta da crise sistêmica que afrontamos. Isso traz ameaças existenciais à estabilidade global e a segurança que podem sacudir os alicerces da civilização moderna", diz a declaração.

"É o maior desafio da próxima década. Portanto, deveríamos enfrentar esta crise sistêmica com soluções adequadas baseadas no conhecimento científico e centrado diretamente nas causas e no impacto da mudança climática", completa o texto.

Concretamente, essa declaração possui o objetivo de implementar medidas de redução na emissão de poluentes, de preservar o capital natural e recuperar ecossistemas e de empreender uma adaptação rápida ao impacto inevitável da mudança climática, além de reorientar a economia com um enfoque sustentável e mobilizar os recursos financeiros necessários para essas transformações.

Fonte: [UOL > Notícias > Ciência > Astronomia > Cérebro e Mente > Meio Ambiente > Rio+20](http://noticias.uol.com.br/ciencia/ultimas-noticias/afp/2012/06/11/organizacao-fundada-por-gorbachev-busca-compromisso-politico-real-na-rio20.htm)(<http://noticias.uol.com.br/ciencia/ultimas-noticias/afp/2012/06/11/organizacao-fundada-por-gorbachev-busca-compromisso-politico-real-na-rio20.htm>)

11/06/2012

Ciclistas de vários cantos do país vão de bicicleta para a Rio+20; veja vídeo

por LUIS CORVINI COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Férias negociadas no emprego, alforge, computador de bordo e diversos outros equipamentos já comprados e instalados na "magrela". Tudo pronto para o analista de sistemas Eriston Danilo Gomes dos Santos, 26, iniciar a "pedalada dos seus sonhos".

Eriston faz parte de um grupo de ciclistas que saiu de São Paulo no último domingo (10) e que irá pedalar até o Rio de Janeiro, para participar da conferência sobre desenvolvimento sustentável da ONU, a Rio+20.

"Já temos o trajeto, os lugares onde vamos parar e a questão de segurança já está bem resolvida. Vai ser uma forma de mostrar que o ciclista faz parte do trânsito", diz.



Eriston dos Santos, analista de sistemas que vai pedalar de São Paulo ao Rio de Janeiro, para a Rio+20

Foto: Diego Romero

Fonte: <http://f.i.uol.com.br/folha/ambiente/images/12158426.jpeg>

ENCONTRO DOS BONDES

No total, três grupos, chamados pelos participantes de bondes, vão sair em direção à conferência. O bonde Sul, com ciclistas de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, viaja pelos litorais paulista e carioca, em uma rota de 650 quilômetros de extensão.

O bonde Centro-Oeste, com 11 integrantes, incluindo até um deficiente visual, saiu de Brasília no último dia 3, em uma rota de 1.200 km.

No bonde Nordeste, apenas dois integrantes. Os ciclistas Maria Nascimento dos Santos, 50, e Lucivaldo Oliveira, 52, partiram de Maceió, Alagoas, no dia 20 de maio, para a mais longa das viagens, 2.200 km. A dupla vai atravessar quatro estados e mais de vinte cidades até o Rio.

Mesmo sendo atleta de provas de longa distância, Maria diz que uma pedalada dessas proporções foge dos padrões de treinamento.

"Preparação realmente não existe. Tem que ter cabeça, determinação. Não ter medo do que vai enfrentar, e amar o que faz", afirmou.

Ela só reclama da bagagem enxuta. "Tô revoltada. Não posso levar vestido nem salto agulha. E se tiver uma festa lá?", brinca.

BIKE IN RIO

João Paulo Amaral, 26, consultor de sustentabilidade e criador do site Bike Anjo, iniciativa que auxilia as pessoas a incluir a bicicleta no seu cotidiano, explica que mais do que uma grande aventura, a viagem é uma forma de educar a sociedade sobre o que será discutido na conferência.

"A 'bicicletada' nacional rumo à Rio+20 é uma proposta de convergir pessoas de diferentes cidades do país para irem pedalando e, nesse trajeto, passar em escolas, falar com os governos e divulgar as questões do desenvolvimento sustentável de forma global e da bicicleta como uma das soluções na questão de mobilidade", diz o consultor.

Sobre os assuntos a serem debatidos na reunião de cúpula da Rio+20, João Paulo lamenta pelos políticos já terem "soluções pré-definidas somente para longo prazo". Ainda assim, ele é otimista em relação à reunião.

"Infelizmente o que a gente vê é que isso tudo está sendo negociado para ter metas lá para 2020, 2025. Todas as datas parecem tão longe para questões que estão sendo emblemáticas hoje no mundo, como mudanças climáticas, erradicação da pobreza. Mas vão sair coisas boas sim. Minha opinião é que só é próspero esse evento."

No último dia da cúpula, os ciclistas irão se reunir para uma bicicletada na Cinelândia, no centro do Rio.

Fonte: [FOLHA.COM > Notícias > Ambiente > Rio+20\(http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1102037-ciclistas-de-varios-cantos-do-pais-vaio-de-bicicleta-para-a-rio20-veja-video.shtml\)](http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1102037-ciclistas-de-varios-cantos-do-pais-vaio-de-bicicleta-para-a-rio20-veja-video.shtml)

11/06/2012

Liderança “verde” do Brasil cética com a Rio+20

por Fabíola Ortiz, da IPS



Marina Silva.

Foto: Divulgação.

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/e11-300x225.jpg?9d7bd4>

Rio de Janeiro, Brasil, 11/06/2012 – A agenda para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que acontece este mês no Brasil, ainda carece de prioridades e seus resultados podem ficar sepultados diante das urgências da crise econômica global, afirmou a ex-ministra brasileira de Meio Ambiente (2003-2009), Marina Silva. O documento final da Rio+20 continua sendo “fraco e geral” e não contém contribuições que superem o que foi feito nos últimos 20 anos, desde a Cúpula da Terra de 1992, opinou Marina em entrevista a jornalistas de meios internacionais.

“A discussão sobre economia verde, desenvolvimento social e governança perdeu força, por isso qualquer acordo geral, que não tenha uma atitude crítica e não incorpore instrumentos para enfrentar a deterioração do planeta, atentar-se contra a memória da cúpula de 1992”, criticou a ex-ministra, que também foi candidata a presidente pelo Partido Verde. Após obter 20 milhões de votos nas eleições presidenciais de 2010, Marina criou o não governamental Instituto Democracia e Sustentabilidade, o qual representará na Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental, que acontecerá entre 15 e 23 deste mês, paralela à reunião oficial organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Para Marina, a linha de trabalho para a Rio+20, que em nível de chefes de Estado e de governo acontecerá entre os dias 20 e 22, continua com um grave problema de origem, que é aparecerem separadas ecologia e economia, quando deveriam estar integradas. “A União Europeia atende prioritariamente a crise econômica que a afeta, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, fracassou em sua tentativa de avançar em uma agenda de clima e biodiversidade, e a China não se mobiliza e não assume compromissos”, declarou.

Apesar de cientistas de todo o mundo alertarem para os graves problemas que a humanidade enfrentará se não for detida a deterioração ambiental, os governos não incorporam em suas agendas propostas de solução ou mudança de rumo, alertou Marina. “O mundo enfrenta uma crise dramática, que se constitui de múltiplas crises: econômica, política, ambiental e de valores”, ressaltou.

A última fase de negociação prévia à Rio+20 será completada no dia 13 no Rio de Janeiro. Perante esta instância, a atual ministra de Meio Ambiente, Izabella Teixeira, contrapôs o pessimismo de Marina Silva ao afirmar que as notícias “são bastante promissoras” para o documento base do encontro. Admitiu que se está diante de um desafio importante, que é obter um consenso que exige compromissos e convergências dos governos. “Temos que facilitar e permitir que todos façam sua parte e que se sintam comprometidos com as diretrizes e os resultados da Rio+20”, afirmou à IPS.

A ministra entende que as negociações iniciadas em Nova York tiveram “avanços importantes”, por isso acredita que o legado da Rio+20 será mais amplo do que o da cúpula de duas décadas atrás, a Eco 92, e refletirá plenamente o conceito de sustentabilidade. Contudo, também reconheceu que devem ser discutidos “novos modelos econômicos ou não conseguiremos fazer a mudança para um desenvolvimento sustentável”.

Por sua vez, Marina Silva afirmou que o Brasil, como anfitrião da Rio+20, reúne as condições para fazer esse rompimento do modelo do Século 20 e atuar como ponte negociadora na busca de compromissos. “É muito importante que o Brasil assuma um papel de liderança para mediar saídas com propostas efetivas para este encontro, sob pena de acabar com a memória da Eco 92”, alertou. Em tom de crítica sobre a gestão da presidente Dilma Rousseff, Marina destacou que espera que sejam corrigidos os rumos de seu governo, para encabeçar uma “nova agenda de economia e desenvolvimento sustentável”.

O Brasil ainda não pode se considerar uma potência socioambiental, apesar de possuir 11% das reservas de água doce do mundo, 20% das espécies vivas, 60% de seu território coberto por florestas, 280 povos autóctones que falam cerca de 120 línguas diferentes além do português, enfatizou Marina. “Isto não nos transforma em uma potência ambiental por natureza, é preciso consegui-lo com atitudes políticas eficazes. Nossa agricultura tem condições para ter uma base sustentável, e não podemos repetir os mesmos equívocos cometidos pelos países industrializados”, indicou.

A aprovação do polêmico Código Florestal mostrou um retrocesso na política ambiental brasileira e coloca em discussão a liderança do governo quanto a levar adiante uma economia sustentável, advertiu Marina. “Vivemos um momento de dúvidas. Parece que podemos retroceder para uma economia semelhante à do século passado. No entanto, é possível ainda reduzir a pobreza, ter crescimento econômico e diminuir as emissões com menos devastação”, apontou.

Às vésperas da Rio+20, o Brasil passa por um desmonte de sua legislação ambiental, especialmente do Código Florestal, que segue adiante apesar de 80% dos entrevistados em diferentes pesquisas afirmarem não concordar com as mudanças realizadas. “O Brasil não precisa desmatar para se manter como um grande produtor de grãos, pois podemos duplicar a produção agrícola sem derrubar uma só árvore”, esclareceu Marina. “Temos tecnologia e conhecimento sem que seja necessário expandir a fronteira agrícola. Podemos produzir alimentos preservando a base natural de nosso desenvolvimento”, concluiu.

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/lideranca-verde-do-brasil-cetica-com-a-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=11)(http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/lideranca-verde-do-brasil-cetica-com-a-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=11)

11/06/2012

O mundo joga seu futuro na Rio+20

por Isabella De Grave, da IPS



“Os governos enfrentarão níveis sem precedentes de dano e degradação”, alertou o secretário-geral adjunto da ONU e diretor-executivo do Pnuma, Achim Steiner.

Foto: UN Photo/Paulo Filgueiras

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/e2.jpg?9d7bd4>

Nações Unidas, 11/06/2012 – Danos ecológicos irreversíveis desestabilizarão os sistemas que sustentam a vida na Terra se não forem tomadas medidas urgentes, afirma o informe Perspectivas do Meio Ambiente Mundial (GEO 5). A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que acontece este mês no Rio de Janeiro, é uma oportunidade crucial para adotar medidas contra essa deterioração, segundo o estudo, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

O GEO 5 compila três anos de pesquisa sobre o estado do meio ambiente no planeta, e foi produzido com a colaboração de mais de 600 especialistas, instituições e outras agências da Organização das Nações Unidas (ONU). Documenta as grandes mudanças ecológicas na Terra, citando uma alarmante variedade de eventos climáticos sem precedentes na história humana, desde inundações e secas até extinção de espécies, elevações do nível do mar e das temperaturas, contaminação e doenças.

O informe do Pnuma pede uma ação urgente e decisiva, pouco antes de começar a Rio+20, quando se reunirão mais de 130 líderes mundiais para debater uma resposta aos desafios que o planeta enfrenta. “Se a atual tendência continuar, se prevalecerem os atuais padrões de produção e consumo, e não puderem ser revertidos, então os governos enfrentarão níveis sem precedentes de dano e degradação”, alertou o secretário-geral adjunto da ONU e diretor executivo do Pnuma, Achim Steiner.

O estudo demonstra o fracasso dos governos na hora de encarar os problemas ecológicos, mostrando que, das mais de 500 metas internacionais acordadas para proteger o meio ambiente, apenas quatro mostram sinais de progresso. Estas são o fim da produção e do uso de substâncias que esgotam a camada de ozônio, a eliminação do chumbo dos combustíveis, a melhoria no acesso ao fornecimento de água, e a redução da contaminação no ambiente marinho.

Com referência à mudança climática, o chefe da equipe do Pnuma que elaborou o GEO 5, Matthew Billot, considerou “improvável que o mundo cumpra sua meta” de impedir um aumento das temperaturas globais

superior a dois graus. “O ritmo da destruição simplesmente acelerou”, alertou, acrescentando que o planeta passará por um caminho insustentável, aproximando-se, e às vezes ultrapassando, os limites críticos. O consumo de água na Terra triplicou nos últimos 50 anos, e, portanto, deveríamos estar mais conscientes de sua importância, “não só nos países áridos e quentes, mas em todo o mundo”, advertiu à IPS.

A América do Norte emerge como a maior consumidora de água, com mais de 2.798 metros cúbicos por pessoa ao ano, o dobro da média mundial. Pelas tendências atuais, mais de uma em cada dez pessoas carecerão de água potável até 2015, e para o final do século a disponibilidade estará muito abaixo da demanda, indicou a diretora do Escritório Regional do Pnuma para a América do Norte, Amy Fraenkel. “Conforme cresce a população mundial (hoje na casa dos sete bilhões, com expectativa de chegar aos nove bilhões em 2050), a subsistência se torna mais problemática, considerando a escassez de recursos e os desafios ambientais.

“Este é um tema crucial”, disse Fraenkel à IPS. “As soluções que propomos são práticas, e nos levarão a uma economia mais verde”, acrescentou, referindo-se às políticas sugeridas pelo Pnuma, baseadas em casos de sucesso e adaptadas às necessidades ambientais particulares dos diferentes países. Um dos exemplos de êxito é a tendência ao investimento em energias renováveis. Destaca-se o caso da província canadense de Ontário, onde foi estabelecido que uma porcentagem da rede energética deve ser alimentada por fontes renováveis.

Em entrevista coletiva no dia 6 deste mês, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, destacou a energia como um pilar da economia verde, e a definiu como o “cordão de ouro que conecta o crescimento econômico, a igualdade social e a sustentabilidade ambiental”. Nesta frente ainda há muito por fazer. Na América do Norte as iniciativas de energia renovável são mais “exceções à regra”, destacou Fraenkel, acrescentando que a mudança para este tipo de fonte “é certamente mais lento” nessa região do que em qualquer outra. Em termos de mercado, os combustíveis fósseis continuam sendo a maior fonte de energia para a América do Norte, graças ao apoio de subvenções dos governos.

“Uma clara resposta é a eliminação dos perversos subsídios aos combustíveis fósseis, que estão criando um mercado no qual a energia renovável simplesmente não pode competir”, advertiu Fraenkel, que também exortou os políticos a repensarem a filosofia econômica de modo a se procurar um crescimento sustentável, integrando o meio ambiente às suas decisões. “A forma como temos tratado o meio ambiente é como se fosse um acréscimo, um luxo dos países ricos, algo que deve ser encarado apenas quando a economia se desenvolver. Esta é a filosofia de nossas economias ocidentais industrializadas”, apontou Fraenkel.

Em sua mensagem pelo Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado no dia 5, Ban Ki-moon afirmou que para haver uma efetiva transição rumo a uma economia verde “temos que refutar o mito de que existe um conflito entre a economia e a saúde ambiental”. O informe GEO 5 conclui que a passagem para a economia verde poderia gerar entre 15 milhões e 60 milhões de empregos em todo o mundo nas próximas duas décadas, e tirar dezenas de milhões de pessoas da pobreza.

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/o-mundo-joga-seu-futuro-na-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=11)(http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/o-mundo-joga-seu-futuro-na-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=11)

11/06/2012

20 anos depois, a “menina que calou o mundo” volta ao Brasil

por Redação do CicloVivo



Severn Cullis-Suzuki.

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/c43.jpg?9d7bd4>

Há duas décadas, uma garotinha canadense de 12 anos discursava perante autoridades mundiais, cobrando mudanças nas atitudes e maior cuidado com as causas ambientais. Essa era Severn Cullis-Suzuki, mais conhecida como “a garota que calou o mundo por cinco minutos”.

A participação de Severn na Eco 92 é lembrada até hoje e representa a preocupação das novas gerações com o futuro de todos. Neste ano, a canadense volta ao Brasil para participar da Rio+20 e dar continuidade ao trabalho que vem desenvolvendo na área ambiental desde que ainda era uma criança.

O jornal Folha de S.Paulo conseguiu uma entrevista exclusiva com Severn, que hoje é mãe de dois filhos, apresentadora de um programa canadense e educadora ambiental. Durante a conversa ela explicou que a oportunidade para discursar na Eco 92 surgiu após um esforço feito por ela e um grupo de amigas que formavam a ECO (Environmental Children’s Organization). Juntas as garotas conseguiram arrecadar fundos com a comunidade onde moravam, no Canadá, para que fosse possível viajar ao Rio e participar do Fórum Global, em que elas foram inscritas como ONG e aproveitaram a oportunidade para falar sobre meio ambiente com muitas pessoas.

Esta iniciativa fez com que a Unicef se interessasse pelo trabalho e oferecesse uma oportunidade para que uma delas representasse a ECO em um discurso para as autoridades. Severn foi escolhida e as suas palavras marcaram profundamente as pessoas presentes e ainda hoje emocionam quem a vê no vídeo disponível na internet.

Após 20 anos desde a preleção da canadense, muitas coisas mudaram. Segundo ela, na década de 1990, as questões ambientais foram deixadas de lado. Nos últimos anos, devido às crises econômicas e à mudança climática, o assunto voltou a ganhar espaço e a ser discutido. Além disso, ela acredita que a facilidade com que as informações são compartilhadas pela internet pode “inspirar a verdadeira mudança no Século 21”.

No entanto, os sistemas econômicos mundiais ainda não refletem este anseio por mudança. Severn ressalta o fato de que as economias são mensuradas a partir do índice do Produto Interno Bruto (PIB) e isto “pouco se reflete na qualidade de vida”.

Para a ativista, a chave para mudar este cenário é a mobilização. A mudança parte de uma transformação na sociedade e na política. As pessoas podem trabalhar individualmente para reduzir seus impactos na natureza e ainda podem se tornar mais ativas política e socialmente, cobrando ações, sabendo exercer os direitos e compartilhando conhecimento e informação, para que possam ser ouvidas.

A entrevista é finalizada com Severn falando sobre a esperança para o futuro. “Acredito que só o amor por nossos filhos possa virar a maré. A questão do ambiente é o futuro deles. Temos de fazer a conexão entre

nossa vida hoje as suas vidas no futuro. Se nós, politicamente, fizermos a conexão, mudaremos tudo. Eu tenho que acreditar nisso”, concluiu.

Fonte: [Envolverde\(http://envolverde.com.br/ambiente/rio20-ambiente/20-anos-depois-a-menina-que-calou-o-mundo-volta-ao-brasil/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=11\)](http://envolverde.com.br/ambiente/rio20-ambiente/20-anos-depois-a-menina-que-calou-o-mundo-volta-ao-brasil/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=11)

11/06/2012

Como não voltar a negociar o tamanho do zero

por Thalif Deen, da IPS



O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, exortou os governos a cumprirem as promessas assumidas em matéria de comércio, ajuda ao desenvolvimento, transferência de tecnologia e criação de infraestrutura.

Foto: Shari Nijman/IPS

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/e41-199x300.jpg?9d7bd4>

Nações Unidas, 11/06/2012 – A falta de firmes compromissos de contribuições econômicas para o desenvolvimento sustentável que caracterizou a Cúpula da Terra de 1992 se repetirá na Conferência Rio+20? A cúpula de 1992 terminou com a adoção da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, e com a histórica Agenda 21 para um futuro sustentável. Porém, houve uma decepção generalizada com o documento final desse encontro, principalmente porque as nações ricas não se comprometeram de maneira decisiva a entregar fundos.

Naquela oportunidade, ao ser consultado sobre as frustrações em matéria de financiamento, Gamani Corea, ex-secretário-geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) fez, talvez, a avaliação mais realista, quando formulou sua famosa declaração: "Negociamos o tamanho do zero".

Por acaso, a história se repetirá?

Esperava-se que o financiamento surgido na Cúpula da Terra ficasse coberto principalmente por três vias: a criação do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF), o aumento da assistência oficial ao desenvolvimento especificamente destinada ao desenvolvimento sustentável, e o compromisso por parte das várias instituições internacionais financeiras e de desenvolvimento. Contudo, nos últimos 20 anos aumentou a distância entre as promessas e os fatos.

Apesar de a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que acontecerá de 20 a 22 deste mês, não ser sob nenhum conceito uma instância para se realizar compromissos financeiros, existe o temor de que os planos melhor traçados possam fracassar se não houver dinheiro para implantá-los. Esta cúpula mundial ocorrerá em um contexto de crise econômica e creditícia generalizada na Europa, com consequências de longo alcance nos Estados Unidos e em

potências emergentes como China, Índia e Brasil. O Futuro que Queremos, lema da Rio+20, pode muito bem ser um plano para a busca desesperada de financiamento.

“A crise ambiental é um desafio tão grande quanto a crise financeira, e pode ser ainda maior e mais duradoura”, disse à IPS o embaixador Palitha Kohona, representante permanente do Sri Lanka na Organização das Nações Unidas (ONU). Ironicamente, destacou, as duas crises tiveram origem no mundo industrializado devido à busca ilimitada por bem-estar material. E, apesar de tudo, ao mundo rico nunca faltam receitas para sugerir aos outros como enfrentar estas crises, apontou o embaixador, que integrará a delegação do Sri Lanka que participará da Rio+20.

Em uma entrevista coletiva realizada no dia 6, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, disse que o êxito exige colaboração internacional, investimentos e que os países troquem experiências e tecnologia. “Precisamos avançar na implantação, e isto inclui reafirmar compromissos e iniciativas anteriores sobre comércio, financiamento para o desenvolvimento, transferência de tecnologia e criação de infraestrutura”, acrescentou.

Mas, esses compromissos se concretizarão?

O Fundo Verde para o Clima tem o objetivo de chegar a US\$ 100 bilhões anuais até 2020. Bjørn Lomborg, professor adjunto e presidente do Centro de Consenso de Copenhague na Escola de Negócios da capital dinamarquesa, declarou à IPS que a evidência dos compromissos prévios não é promissora.

Primeiro, a ambição do Fundo Verde de chegar a US 100 bilhões já é muito menor do que os números que falam a maioria dos atores. Segundo, isto foi prometido para muito depois: 2020. Terceiro, nunca foi financiado plenamente. Assumiu-se que boa parte viria de financiadores privados, que não pagaram de fato. Quarto, nem mesmo se aportou um décimo do prometido para o período 2010-2012. Quinto, boa parte desse dinheiro não era de fundos adicionais, e inclusive o que foi entregue é, majoritariamente, mal usado, opinou Lomborg.

Apenas 14% foram destinados a políticas de adaptação, que realmente ajudariam o mundo em desenvolvimento, enquanto a maior parte do dinheiro foi para realizar reduções de carbono que, além de ferramentas ineficientes, também ajudam as nações pobres de maneira ineficiente com vistas ao futuro distante. É por isto que parece improvável que os países pobres queiram ouvir na Rio+20 grandes promessas de dinheiro que depois resultem ser para dentro de muito tempo e não sejam novas nem estejam bem usadas, alertou Lomborg.

O embaixador Kohona relembrou que no passado os compromissos assumidos por países ricos para ajudar outros a escaparem da pobreza não foram genuinamente entusiastas. “O compromisso de transferir 0,7% do produto interno bruto aos países em desenvolvimento, os Acordos de Monterrey, os compromissos de cumprir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, tudo está sem ser cumprido, exceto no caso de pouquíssimos países industrializados”, ressaltou.

É necessário que os países ricos e os pobres trabalhem juntos para evitar uma catástrofe no futuro, observou Kohona. A maioria das nações em desenvolvimento, especialmente as menores, precisa de compromissos específicos para enfrentar e se adaptar à mudança climática e à degradação ambiental, explicou. Os milhares de milhões de dólares que da noite para o dia foram obtidos para resgate de bancos em crise devem ser mobilizados para salvar a humanidade, enfatizou o embaixador.

Lomborg, por sua vez, espera que os países em desenvolvimento insistam em que a Rio+20 se centre nos assuntos ambientais que mais importam à maioria das pessoas. Por exemplo, a contaminação do ar e da água, que provoca aproximadamente 13% de todas as mortes no mundo industrializado, junto com a pobreza, que causa 25% das mortes, além de uma profunda destruição ambiental.

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/como-nao-voltar-a-negociar-o-tamanho-do-zero/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=11)(http://envolverde.com.br/noticias/como-nao-voltar-a-negociar-o-tamanho-do-zero/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=11)

11/06/2012

“A economia já está se tornando verde”

por Sabina Zaccaro, da IPS



Corrado Clini, ministro de Meio Ambiente da Itália.

Foto: Ministério de Meio Ambiente da Itália.

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/e31.jpg?9d7bd4>

Roma, Itália, 11/06/2012 – Os governos fazem uma última e desesperada tentativa para chegarem a um acordo sobre o documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, mas a economia real já está se tornando verde, segundo o ministro do Meio Ambiente da Itália, Corrado Clini. Os divergentes interesses e prioridades dos países fazem com que seja difícil para os governos conseguir um acordo sobre um enfoque de desenvolvimento sustentável, o que derivou no lento avanço das negociações sobre o documento final, afirmou o ministro à IPS.

A reunião anterior do Comitê Preparatório para completar o plano de ação para a cúpula, que acontecerá entre os dias 20 e 22 deste mês, no Rio de Janeiro, não chegou a um consenso. O próximo e último encontro de três dias será entre os dias 13 e 15. Os políticos se esforçam em avançar para um novo modelo de desenvolvimento favorável ao meio ambiente e acordar uma agenda comum. Já estão em marcha e crescem com rapidez os investimentos nacionais na área de energias renováveis e de eficiência energética. Uma das expectativas mais realistas para a Rio+20 é que pelo menos “reconheça e reflita a tendência global que já está em andamento”, ressaltou Clini.

IPS: Como explica a discrepância entre ação política e progresso econômico?

Corrado Clini: Os governos chegarão a um acordo frágil, mas a sociedade civil e as empresas privadas avançam rapidamente para padrões mais sustentáveis. A qualidade de produtos como lâmpadas, automóveis, aquecedores e agora inclusive materiais de construção avança para padrões comuns mais respeitosos do meio ambiente. O mesmo ocorre com as economias emergentes, onde os padrões ambientais são mais altos. A maior expectativa, após a primeira conferência do Rio de Janeiro em 1992, foi que a economia incorporasse a sustentabilidade. Nos últimos 20 anos, vimos que de um ponto de vista político não se conseguiu, enquanto as tecnologias obtiveram muitos avanços. A política e a tecnologia são duas áreas paralelas que progridem em descompasso.

IPS: Vê alguma possibilidade de essas duas áreas convergirem?

CC: Há algumas combinações interessantes. Isto ocorre quando a política “absorve” um progresso existente. A política da União Europeia (UE) para sistemas de iluminação mais eficientes é um exemplo de absorção de uma evolução já consolidada da tecnologia. Esse fenômeno também ocorre na China, onde o governo obtém o máximo das tecnologias existentes. Há uma combinação do que já está maduro no mercado com as políticas nacionais que possibilitam o avanço. Esse deveria ser nosso objetivo, e isso é o que já procuramos fazer com os biocombustíveis em escala global. É um processo complexo, mas interessante.

IPS: A coalizão italiana Chamado de Ação Global Contra a Pobreza (GCAP), que reúne 70 organizações da sociedade civil, pede aos líderes mundiais que equiparem a economia verde com a igual distribuição da riqueza. Isto é possível?

CC: Esse é o ambicioso objetivo do chamado “crescimento verde inclusivo”. A UE se compromete com este enfoque que há muitos anos era chamado de “nova ordem mundial”. A resposta, naturalmente, não pode proceder da conferência do Rio de Janeiro. A Rio+20 nos oferecerá uma lista atualizada de temas, não a solução. A União Europeia tem suas propostas, mas nem todos os países membros necessariamente compartilham essa visão.

IPS: Quais expectativas tem sobre a Rio+20?

CC: Resultados políticos como o do frágil documento são previsíveis. Entretanto, há esperança de algo mais. A conferência do Rio de Janeiro pode ser importante para a Europa, que precisa construir uma nova associação com países emergentes como a China, na medida em que avança para uma economia com poucas emissões de dióxido de carbono. O Brasil, com seus recursos fósseis, também pode ser um aliado importante nos esforços para promover um crescimento que proteja os recursos naturais. O novo comissário de Meio Ambiente da UE, Janez Potočnik, lançou na semana passada a plataforma sobre eficiência no uso de recursos para oferecer assessoria sobre medidas políticas tendentes a impulsionar a economia para um crescimento mais sustentável. A principal tarefa da plataforma será determinar como conseguir os objetivos fixados pelo mapa da Comissão Europeia para que o continente faça um uso eficiente de seus recursos, incluída a questão de desvincular o uso de recursos de seus impactos sobre o crescimento econômico. O uso eficiente de recursos é uma questão fundamental para um crescimento sustentável e inclusivo. Creio que Rio+20 pode dar à União Europeia o valor que necessita para continuar por esse caminho. Por último, membros de importância estratégica da sociedade civil dos países em desenvolvimento podem emergir e ganhar visibilidade global. Creio que nos países emergentes esse setor se beneficiará enormemente disso.

Fonte: [IPS/Envolverde\(http://envolverde.com.br/noticias/a-economia-ja-esta-se-tornando-verde/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=11\)](http://envolverde.com.br/noticias/a-economia-ja-esta-se-tornando-verde/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=11)

11/06/2012

Cúpula mundial discutirá empregos e carreiras verdes durante Rio+20

por Alana Gandra, da Agência Brasil



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Capa3.jpg?9d7bd4>

Rio de Janeiro – A Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH) coordenará a Cúpula Mundial Green Jobs (empregos verdes) da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que começa no próximo dia 13. O evento é integrado à Agenda Rio+20 e ocorrerá no Planetário da Gávea, na zona sul da cidade, nos dias 14 e 15 deste mês. Para a realização da Cúpula Mundial Green Jobs, foi firmado memorando de cooperação com o Instituto Humanitare, responsável pela divulgação da agenda da ONU.

Serão discutidos no encontro os conceitos de emprego verde e carreira verde, ligados a áreas voltadas para a sustentabilidade do planeta e das pessoas, informou à Agência Brasil a presidenta da ABRH, Leyla Nascimento. “Não se trata mais de falar da engenharia ambiental, mas da engenharia que não só tem que se preocupar com a especialização do meio ambiente, mas também com que suas atividades não degradem o meio ambiente e tenham consciência em relação a isso”.

Esses diferenciais, disse, terão de ser acrescentados a todas as carreiras onde as pessoas passarão a desenvolver a sua profissão com outro olhar, o olhar da economia verde. “O que posso fazer que diminua a interferência que estamos fazendo no planeta, que diminua os riscos que o homem e a humanidade estão trazendo com suas ações?”. A cúpula fará uma discussão sobre os vários olhares, acrescentou.

A preocupação da ONU é que cada país implante a chamada carreira verde, dentro de políticas normatizadas, de um plano de carreiras reconhecido, e que as ocupações sejam renomeadas com esses novos atributos, esclareceu. Uma pesquisa a ser divulgada durante o evento mostrará como os países estão trabalhando dentro dessa linha. “O Brasil tem apresentado uma proatividade grande nessa área das carreiras verdes”, comentou.

A diretora da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, Laís Abramo, falará sobre as ocupações verdes e seus impactos nos trabalhadores e no mercado de trabalho – como a economia verde vai proporcionar melhor ambiente e melhores condições para o trabalhador de maneira geral. A Associação Mundial de Recursos Humanos abordará o cenário internacional relacionado aos empregos verdes. Serão temas de debate também o novo perfil dos executivos e lideranças exigido pela economia verde, a transição para essa nova economia e sua relação com a educação e a qualificação profissional. “Os currículos precisam receber um redimensionamento e uma mudança em cima disso”, disse Leyla.

Ela destacou a necessidade de as lideranças empresariais e governamentais entenderem que ao tratar de economia verde e trazerem isso para si, eles estão contribuindo para o resultado da empresa, mas também do país e do planeta. “Então, não é uma mobilização do governo. É uma mobilização da sociedade”. No caso dos recursos humanos, as transformações que ocorrem nos ambientes corporativos estão nas mãos dos líderes, lembrou. “A liderança é fundamental nesse momento, na economia verde, porque são eles [os líderes] que estarão diretamente com as pessoas. Eu costumo dizer que o líder é um educador da empresa”. Outro aspecto importante, quando se fala em lideranças, está relacionado às questões éticas e de conduta profissional, acrescentou a presidenta da ABRH.

A Cúpula Mundial Green Jobs será encerrada no dia 15 com a Arena Verde, cujo objetivo é a mobilização dos jovens pós-Rio+20. A arena vai explicar à juventude brasileira e internacional presente ao encontro o

que é economia verde, o que se espera das empresas, qual o papel hoje dessas organizações e qual o perfil de profissionais que elas precisarão absorver daqui para a frente.

“Os jovens precisam entender que há um adicional aí, que vai entrar no seu currículo acadêmico, de futuro profissional, que é o dos atributos da economia verde. A Rio+20 deverá aprofundar essa discussão”.

** Edição: Graça Adjuto*

*** Publicado originalmente no site da [Agência Brasil](http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-06-10/cupula-mundial-discutira-empregos-e-carreiras-verdes-durante-rio20)(<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-06-10/cupula-mundial-discutira-empregos-e-carreiras-verdes-durante-rio20>).*

Fonte: Agência Brasil/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/cupula-mundial-discutira-empregos-e-carreiras-verdes-durante-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=11)(http://envolverde.com.br/noticias/cupula-mundial-discutira-empregos-e-carreiras-verdes-durante-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=11)

11/06/2012

Programa de bioetanol brasileiro enfrenta sua maior crise

por Elton Alisson, da Agência Fapesp



Estagnação da produção do álcool é um dos principais problemas, avaliam representantes do setor sucroalcooleiro em evento que reuniu fundadores do Proálcool (Petrobras)

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Capa.jpg?9d7bd4>

Agência Fapesp – O Brasil precisa criar políticas públicas para assegurar a continuidade do programa de bioetanol brasileiro e evitar ou minimizar as sucessivas crises pelas quais tem passado desde que foi criado na década de 1970, sob a alcunha de Programa Nacional do Álcool (Proálcool), para enfrentar os choques de preço do petróleo.

A avaliação foi feita por representantes do governo, de instituições de pesquisa e das indústrias sucroalcooleira e automotiva, que participaram diretamente dos processos de planejamento, implantação e construção do Proálcool, durante o seminário “O renascimento do bioetanol brasileiro: os fundadores do Proálcool”, realizado pelo Instituto de Eletrotécnica e Energia (IEE) da Universidade de São Paulo (USP) no dia 4 de junho.

Na opinião de participantes do evento, de todas as crises pelas quais o programa de bioetanol brasileiro passou ao longo das últimas décadas, a que está vivendo hoje – caracterizada pela estagnação da produção do álcool no país e o elevado endividamento de diversas usinas – é a mais grave. Isso porque ela depende de uma intervenção do governo para ser solucionada, enquanto as crises anteriores foram sanadas por meio de soluções tecnológicas.

“A crise atual é a mais séria, porque depende de políticas públicas para corrigir a distorção do preço da gasolina, que está congelado, enquanto os custos de produção do álcool e da cana dobraram nos últimos oito anos”, disse Maurílio Biagi Filho, pertencente a uma tradicional família de usineiros do país que fundou a usina Santa Elisa e um dos primeiros signatários do Proálcool.

A opinião de Biagi Filho foi compartilhada por Cícero Junqueira Franco, fundador da Usina Vale do Rosário e um dos idealizadores do Proálcool juntamente com o engenheiro Lamartine Navarro Júnior (1932-2001).

“É preciso iniciar uma prática de política pública para o álcool. Até hoje estamos patinando nesse quesito, o que gera insegurança tanto para os produtores de álcool como para os consumidores”, avaliou Franco.

De acordo com os participantes do evento, a fase áurea do Proálcool teve início em 1979 – quando houve a segunda crise do petróleo e o álcool se tornou viável – e terminou em 1985.

Nesse período, em que houve um esforço governamental para tornar o álcool competitivo em relação ao petróleo, foram criadas mais de 200 destilarias autônomas – situadas principalmente no Estado de São Paulo – dedicadas a produzir exclusivamente álcool.

Além disso, algumas montadoras instaladas no Brasil, como a Fiat e a Volkswagen, iniciaram a produção de automóveis movidos a álcool, que chegaram a representar 90% da frota de veículos novos comercializados

no país. E instituições de pesquisa, como o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), reativaram seus programas de pesquisa e desenvolvimento de motores automotivos.

Porém, esse ciclo virtuoso do combustível no país começou a ser interrompido em 1985, quando o preço do petróleo voltou a cair e foram retirados os subsídios para a produção do álcool hidratado, que começou a faltar nas bombas dos postos de gasolina em 1989, abalando a credibilidade do programa.

“A falta de etanol nos postos foi um acontecimento dramático, porque eram veículos totalmente dedicados a esse tipo de combustível. Não tinha como abastecer os carros com gasolina”, lembrou Georg Pischinger, engenheiro austríaco, que desenvolveu o motor a álcool utilizado pela subsidiária brasileira da Volkswagen nos modelos de automóveis Kombi, Fusca, Passat e Brasília fabricados na época.

Uma das soluções desenvolvidas em instituições de pesquisa e montadoras para tentar salvar o programa foi uma mistura de etanol, metanol e gasolina. Conhecida como “mistura MEG”, o composto, formado por 60% de etanol hidratado, 34% de metanol e 6% de gasolina, possuía as mesmas características do etanol e dispensava a necessidade de serem feitas modificações nos veículos movidos a álcool.

Com essa e outras medidas, como a continuidade da adição de 25% de álcool anidro na gasolina, o Proálcool conseguiu sobreviver e as indústrias automotivas continuaram trabalhando no desenvolvimento de tecnologias, principalmente de injeção eletrônica, para automóveis movidos a álcool.

Isso tudo, segundo os pesquisadores presentes no evento, resultou na criação das bases para o desenvolvimento do sistema flex fuel no Brasil em 2003, que foi o grande responsável por recuperar a confiança do consumidor brasileiro no etanol.

“A tecnologia flex fuel já estava pronta. A inovação, nesse caso, não foi tecnológica, mas sim de marketing, que convenceu a população a voltar a utilizar o álcool combustível”, disse Francisco Nigro, pesquisador do IPT que participou do desenvolvimento de motores a álcool na instituição de pesquisa.

Lições do Proálcool

Nigro lembrou que, apesar de o preço do álcool estar em baixa no início dos anos 2000 – quando o preço do petróleo voltou novamente a subir –, e da mobilização do governo e de entidades setoriais para retomar a produção de veículos movidos ao combustível, o consumidor se mantinha indiferente, sinalizando que era o momento oportuno para o lançamento de veículos flex fuel para recuperar a credibilidade do combustível alternativo.

Entretanto, os próprios usineiros e as montadoras não eram favoráveis aos veículos flex fuel, os quais os últimos comparavam a um pato – que anda, nada e voa, mas que não desempenha nenhuma dessas funções direito.

“Era essa visão que se tinha dos carros flex fuel antes de serem lançados. E nós rebatíamos dizendo que o pato era um animal otimizado, que sobreviveu à evolução das espécies”, lembrou Nigro.

Em 2000, durante as comemorações do centenário do IPT, a instituição de pesquisa realizou um seminário sobre veículos bicompostíveis, que reuniu representantes de empresas que desenvolviam o sistema flex fuel e foram feitas demonstrações da tecnologia para a imprensa, contribuindo para sua divulgação e para convencer os integrantes da cadeia de bioetanol sobre sua viabilidade.

“Uma das lições que podemos tirar da história do Proálcool no Brasil nesses quase 40 anos é que, mesmo que não se beneficiem diretamente das patentes geradas pelo desenvolvimento de uma tecnologia, as instituições de pesquisa desempenham um papel importante de ajudar a convencer o conjunto do setor de que aquela tecnologia faz sentido”, disse Nigro.

De acordo com o pesquisador, outra conclusão do programa, reconhecido mundialmente como o de maior sucesso na inserção de fontes renováveis na matriz de combustíveis, é que ele necessita de ações coordenadas entre as várias esferas, incluindo governo, instituições de pesquisa, indústrias e sociedade.

“Essa mobilização em conjunto representa o principal desafio de um programa de energia. No caso do etanol, nós conseguimos e precisamos continuar a fazer isso”, destacou Nigro.

As experiências dos fundadores do Proálcool estão sendo registradas e reunidas por pesquisadores do IEE da USP em um projeto coordenado pelo professor Ildo Luís Sauer.

* Publicado originalmente no site da [Agência Fapesp](http://agencia.fapesp.br/15707)(<http://agencia.fapesp.br/15707>).

Fonte: Agência Fapesp/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/programa-de-bioetanol-brasileiro-enfrenta-sua-maior-crise/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=11)(http://envolverde.com.br/noticias/programa-de-bioetanol-brasileiro-enfrenta-sua-maior-crise/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=11)

11/06/2012

Rio+20: Só 4 de 90 metas ambientais têm avanço

por Redação Jornal da Ciência



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Capa5.jpg?9d7bd4>

Dado de relatório da ONU quantifica mudanças consideradas ‘significativas’ rumo ao desenvolvimento sustentável.

No momento em que o mundo negocia um novo acordo sobre desenvolvimento sustentável, a ser assinado na cúpula Rio+20, a ONU afirmou que apenas quatro dos 90 objetivos ambientais mais importantes acertados internacionalmente nos últimos 40 anos tiveram avanços significativos. O número é inferior ao de objetivos que tiveram retrocesso: oito no total. Outros 40 registraram poucos avanços e 24 praticamente não apresentaram nenhum progresso. Além disso, 14 não puderam ser avaliados devido à falta de dados mensuráveis.

As informações constam da quinta edição do relatório Panorama Ambiental Global, o GEO-5, divulgado no dia 6 de junho pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). Segundo o órgão, houve avanço significativo nos objetivos de erradicação do uso de substâncias nocivas à camada de ozônio, eliminação do uso de chumbo em combustíveis, ampliação do acesso a fontes de água potável e aumento das pesquisas sobre a poluição dos mares.

Mas os esforços para o combate às mudanças climáticas e para a preservação dos estoques pesqueiros, por exemplo, praticamente não deram resultado. E a proteção dos recifes de corais teve retrocesso – desde 1980, eles sofreram redução de 38%.

Mensagem – Para o diretor executivo do Pnuma, Achim Steiner, o relatório é uma mensagem direta para os líderes que se reunirão na Rio+20, conferência sobre desenvolvimento sustentável que começa na próxima semana na cidade. Segundo ele, é “chocante” que o mundo não tenha conseguido avançar na maioria dos acordos ambientais.

Steiner diz, porém, que o relatório não passa apenas uma “mensagem de fracasso”. A segunda parte do documento é voltada para a análise de políticas que contribuem para o desenvolvimento sustentável. Com a divulgação, o Pnuma espera que essas iniciativas possam ganhar escala.

Também presente ao lançamento do relatório, a coordenadora executiva da Rio+20 atribuiu a falta de implementação dos acordos já firmados ao fato de que os líderes políticos e empresariais ainda não incorporaram o desenvolvimento sustentável ao centro de suas políticas. Henrietta Elizabeth Thompson avalia que a conferência não está fadada a ver o mesmo acontecer com seus acordos porque o cenário atual é “diferente”. Como exemplo, ela citou o fato de que neste ano, pela primeira vez, o Banco Mundial reuniu ministros da Economia de todo o mundo para discutir o desenvolvimento sustentável.

Outros fatores que, segundo ela, terão impacto positivo sobre a Rio+20 são a existência de mais informações científicas sobre a necessidade de mudanças e a maior presença de líderes empresariais nas discussões.

De acordo com Fatoumata Keita-Ouane, do setor científico do Pnuma, a pesquisa mostrou que os objetivos são implementados com mais sucesso quando vinculados a metas numéricas e com prazos definidos. Uma

das discussões na Rio+20 é justamente o estabelecimento dos chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que poderiam englobar metas nas áreas de energia e erradicação da pobreza, por exemplo.

Inércia - Presente na divulgação do relatório do Pnuma, Carlos Nobre, secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) apontou a importância do relatório para a conscientização mundial e decorrente tomada de ações. “Temos que quebrar essa inércia e esperamos que a Rio+20 seja o momento de isso acontecer. Quando os fatos são embasados em ciência, no melhor da ciência, não adianta fazer de conta, no estilo ‘eu não acredito, não quero ouvir’. Se os fatos estão mostrando vários desequilíbrios importantes e poucos progressos, a ação tem que ser correspondente”, propôs.

Apesar de mostrar que os objetivos ambientais firmados na Rio 92 não foram cumpridos, o relatório do Pnuma ressalva que há esperança de melhoria do cenário global. Neste aspecto, o documento cita o Brasil como exemplo positivo, em decorrência da adoção de medidas preventivas, devido à implantação do sistema de monitoramento de desmatamento da Amazônia por satélites.

Nobre destacou que “o Brasil está na vanguarda mundial em vários pontos. É o único país em desenvolvimento que tem metas para a redução da emissão dos gases e que tem legitimidade para assumir posição de liderança na Rio+20”, ressaltou. Para ele, o conhecimento científico traduz com precisão o censo de urgência do cenário atual.

Em sua apresentação, Nobre alertou que “já passamos do ponto em que poderemos ter o futuro que queremos, e que estamos próximos do limite”. O secretário assinalou, ainda, que a diminuição da biodiversidade é um dos pontos mais alarmantes e disse que o desaparecimento do gelo no Polo Norte é praticamente irreversível, afetando não apenas o clima global, mas também a vida polar e marinha. Ele defendeu, também, a implantação de uma política pública mundial para evitar o aquecimento global, uma vez que estudos comprovam que a Floresta Amazônica não resistiria a uma elevação de quatro graus na temperatura.

América Latina – O capítulo ‘América Latina e Caribe’ do relatório divulgado pelo Pnuma levanta questões sobre a gestão ambiental na região. “Muitos países da região não têm leis ambientais robustas”, diz Keisha Garcia, pesquisadora de Trinidad e Tobago e uma das coordenadoras do capítulo. “No geral, o meio ambiente é visto como algo isolado e não está entre as preocupações políticas centrais dos países.”

Quase 80% da população dos 33 países da América Latina e Caribe vive em cidades, o que torna a região uma das mais urbanizadas do mundo. O aumento da população produz vários desafios. Embora a região seja rica em recursos hídricos, a expansão populacional, a urbanização e o mau gerenciamento tornam problemático o suprimento de água no futuro.

A região concentra cerca de 70% das espécies do mundo, mas registra grandes perdas de biodiversidade. As múltiplas ameaças abrangem desde a mudança climática, até pressão demográfica e práticas insustentáveis de manejo da terra. A conversão de ecossistemas naturais em sistemas produtivos é, atualmente, um dos maiores fatores de impacto sobre a biodiversidade. “Políticas que envolvam as comunidades locais são chave para encontrar soluções”, lembra a pesquisadora Keisha.

O uso da terra é um problema frequente na região. Em muitos lugares, a agricultura e a pecuária são produzidas de forma não sustentável, lembra o estudo. “Desde 1960, as terras agricultáveis aumentaram 86% na América Latina, 46% na África e 36% na Ásia, coincidindo com um grande desmatamento nas três regiões no período”, diz o estudo. Na América do Sul, a terra usada para agricultura aumentou 18% entre 1970 e 2009 e a pecuária, 31%. Práticas de integração pecuária e lavoura usadas em propriedades do cerrado brasileiro aumentam a produtividade e são citadas como bons exemplos.

O capítulo menciona os impactos que a região sofre com a mudança climática, e lista uma série de casos que merecem ser vistos com lupa. A construção de casas populares com critérios sustentáveis no Brasil é um dos exemplos, assim como o Bolsa Verde, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e que pretende beneficiar 73 mil pequenos agricultores e comunidades tradicionais.

* Com informações de Agência de Notícias.

** Publicado originalmente no site da [EcoAgência](http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRIVONIYHpkejUMWJFbKVVB1TP) (<http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRIVONIYHpkejUMWJFbKVVB1TP>).

Fonte: EcoAgência/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/rio20-so-4-de-90-metas-ambientais-tem-avanco/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=11) (http://envolverde.com.br/noticias/rio20-so-4-de-90-metas-ambientais-tem-avanco/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=11)

12/06/2012

Vexame ambiental

por Nico Graziano

Que Código Florestal, nada. O grande fiasco brasileiro na Rio+20 se esconde no etanol. O país que ensinou ao mundo como trocar a gasolina fóssil pelo álcool renovável engata marcha ré na utilização do combustível limpo. Um vexame ambiental.

Pode-se comprovar facilmente esse retrocesso na bioenergia. Em 2011, o consumo dos combustíveis derivados de petróleo - gasolina principalmente - cresceu 19%, enquanto o uso do etanol nos veículos despencou 29%. Não precisa dizer mais nada. Anda na contramão da história a matriz energética dos transportes no Brasil.

Aconteceu que os consumidores reagiram ao desequilíbrio de preços a favor da gasolina. Duas razões básicas explicam a mudança do mercado. Primeiro, o governo federal tem reduzido o encargo da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre a gasolina, taxa que nos últimos anos recuou de 14% para 2,6%. Em consequência, acabaram praticamente equiparados os custos tributários de ambos os combustíveis. Uma política moderna de sustentabilidade, como buscada em todo o mundo, procederia ao contrário, ou seja, reduziria a carga tributária sobre o biocombustível, não sobre o derivado de petróleo.

Trata-se, obviamente, de uma decisão política, arcada pelo governo federal desde 2002. Com a redução da referida taxa, a Petrobrás, que normalmente deveria ter elevado o preço dos derivados de petróleo para manter sua competitividade global, se compensa pela perda de rentabilidade recolhendo menos imposto ao governo. Tudo dissimulado. Conta paga pela sociedade.

Em segundo lugar, a gasolina barata segura, obviamente, o preço do etanol na bomba, roubando margem dos produtores. Pouco lucrativa, a atividade alcooleira vê sua matéria-prima se direcionar para a fabricação de açúcar, movimento que se observa há tempos nas usinas. Bastante rentável no mercado internacional, o açúcar estimula a pauta das exportações. Resultado: a oferta de etanol se retrai, tendendo a elevar seu preço no posto de combustível, espantando a freguesia. Elementar.

O Brasil produziu cerca de 28 bilhões de litros de etanol nesta última safra (2010/2011). Nos EUA o volume já ultrapassou 50 bilhões de litros. Incrível. O país que inventou o Proálcool, obtido a partir da cana-de-açúcar, está tomando poeira dos gringos, que destinam 40% de sua safra de milho para a fermentação alcoólica. Mais ainda. A necessidade de manutenção de estoques confiáveis começou a exigir volumosas importações de etanol. Sabem de quem? Dos norte-americanos, claro. No ano passado, o Brasil comprou acima de 1,1 bilhão de litros de etanol dos EUA. Acredite se quiser.

Não é à toa que paira desilusão no setor sucroalcooleiro. Estimulados pela agenda da economia verde, nos transportes viabilizada definitivamente com a geração dos motores flex fuel, inéditos e fortes grupos, nacionais e multinacionais, entraram na atividade. Anunciaram planos formidáveis que, após quatro anos, micaram, roubando o fôlego do parque alcooleiro. Notícia ruim chega dos canaviais. E quem pensa que é chororô de usineiro se engana feio. Corretores garantem que 20% das usinas do Centro-Sul estão à venda. Sem comprador. As chamadas greenfields, novas plantas a serem construídas, em vários Estados, ficaram no papel. O pouco dinamismo existente advém da ampliação e modernização de fábricas já instaladas. Passos de tartaruga no etanol.

Milhares de estudiosos, ambientalistas e jornalistas se encontrarão logo mais na Rio+20. O governo brasileiro fará ginástica para justificar o inexplicável. Enquanto as nações se debruçam para encontrar soluções capazes de esverdear sua (suja) matriz energética, por aqui se desperdiça uma oportunidade de ouro, retrocedendo no uso do combustível renovável.

Os produtores de cana-de-açúcar e os usineiros de etanol, por sua vez, lançaram por aqui o Movimento Mais Etanol, querendo influenciar a mídia e sensibilizar o governo para sua agenda. Eles se propõem a dobrar de tamanho até 2020 - o que, ademais, geraria 350 mil empregos diretos -, mas precisam viabilizar uma estratégia de política pública que devolva ao etanol a competitividade roubada pelo controle dos preços da gasolina. Basta, de cara, reduzir a carga tributária sobre o biocombustível.

Gasolina barata e etanol caro acabam criando um círculo vicioso contra o meio ambiente, prejudicando a saúde pública. Segundo a Agência de Proteção Ambiental norte-americana (EPA, na sigla em inglês), o

etanol derivado da cana-de-açúcar pode ajudar a reduzir até 91% o efeito estufa da Terra, quando comparado com as emissões advindas da queima de gasolina. Mas, curiosamente, o ambientalismo pouca bola dá para essa tragédia da poluição urbana. O foco de sua ferrenha atuação, conforme se verificou na questão do novo Código Florestal, mira no assunto da biodiversidade. Contra o desmatamento.

A intolerância dos ambientalistas agride os agricultores, como se do campo partisse todo o mal contra a natureza. Cidadinos, eles poupam as desgraças ecológicas provocadas pela urbanização, a começar pelos escapamentos veiculares. Novos estímulos públicos ao setor automobilístico favoreceram agora as montadoras. Nenhum compromisso ambiental se firmou. Pouco importa, tristemente, aos radicais verdes.

Tal miopia do movimento ambiental, infelizmente, ajudará o governo a esconder, na Rio+20, o retrocesso na agenda do etanol. Seria interessante, aliás, como subproduto da reunião, discutir para onde caminha o ambientalismo brasileiro.

A incrível capacidade fotossintética do Brasil garante enorme vantagem na produção de biocombustível, energia renovável misturada com geração de empregos. Desprezá-la significa maltratar o etanol, um filho da Pátria.

** Agrônomo, foi Secretário de Agricultura e Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. e-mail: xicograziano@terra.com.br*

Fonte: Estadao.com.br > [Notícias](#) > [Opinião](http://m.estadao.com.br/noticias/impreso,vexame-ambiental,885164.htm)(<http://m.estadao.com.br/noticias/impreso,vexame-ambiental,885164.htm>)

12/06/2012

Indústrias reafirmam responsabilidade dos países ricos na redução do efeito estufa

por VENCESLAU BORLINA FILHO DO RIO

A Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e a Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) reiteraram nesta terça-feira a responsabilidade dos países desenvolvidos para a redução dos gases que causam o efeito estufa (GEE).

Segundo a direção das duas instituições, é necessário que esses países revejam seus padrões de consumo e produção, e sua matriz energética, e assumam seus custos e sua responsabilidade com o futuro do planeta.

De acordo com documento publicado no Humanidade 2012, evento ambiental e empresarial paralelo à Rio +20 (conferência da ONU sobre desenvolvimento sustentável), Fiesp e Firjan acreditam no princípio das "responsabilidades comuns, porém diferenciadas" estabelecido pela Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima durante a Eco92, ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, para a mudança sobre as emissões de poluentes na atmosfera.

Para as federações da indústria, todas as nações têm responsabilidade em adotar ações efetivas para assegurar a redução das emissões, apesar de entender que "não basta apenas que as nações em desenvolvimento trilhem o caminho correto do desenvolvimento sustentável". Segundo o documento, o setor de energia é o que mais emite GEE no mundo: 66%. O setor da agricultura é responsável por 14% das emissões, seguido do uso do solo e florestas (13%), processos industriais (4%) e resíduos (3%).

Com isso, as instituições defendem novas formas de geração de energia, mais limpas, a segurança alimentar para acabar com a fome e a miséria no mundo, o uso racional da água, assim como o reuso e o tratamento de efluentes, e o desenvolvimento de novas tecnologias para melhorar os processos de produção. "Acreditamos no potencial das hidrelétricas para gerar a energia necessária para o Brasil e o mundo, inclusive nas hidrelétricas da região amazônica", disse o presidente da Fiesp, Paulo Skaf.

Fonte: [BOL Notícias > Ciência](http://noticias.bol.uol.com.br/ciencia/2012/06/12/industrias-reafirmam-responsabilidade-dos-paises-ricos-na-reducao-do-efeito-estufa.jhtm)(<http://noticias.bol.uol.com.br/ciencia/2012/06/12/industrias-reafirmam-responsabilidade-dos-paises-ricos-na-reducao-do-efeito-estufa.jhtm>)

12/06/2012

Árvores não são bem estudadas', critica jornalista americano

*Jim Robbins falou no segundo dia de palestras do TEDxRio+20.
Após 2 anos de expedição, biólogo montou banco de dados sobre plâncton.*

por Lillian Quaino Do G1 RJ



Jim Robbins falou no segundo dia de palestras do TEDxRio+20 (Foto: Lillian Quaino / G1) Jim Robbins falou no segundo dia de palestras do TEDxRio+20

Foto: Lillian Quaino/G1

Fonte: http://s2.glbimg.com/JF3X6BcEeg9sw0DvfxMWqWmat2Z_Xoo31szi1zMjRiJloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/12/jimrobbins300.jpg

“Por que se preocupar com a morte das árvores? Todo cientista a quem pergunto isso diz que não sabe”, disse o jornalista americano Jim Robbins, que ao falar na manhã desta terça-feira (12) no segundo e último dia das palestras do TEDxRio+20, mostrou slides de sua casa em Montana e disse que todas as árvores que apareciam na imagem estavam mortas, principalmente por causa da elevação de dois graus na temperatura nos últimos 20 anos.

O TEDxRio+20, que começou na segunda-feira (11), faz parte do projeto Humanidade 2012, que acontece no Forte de Copacabana, na Zona Sul do Rio, num evento paralelo à Rio+20. O TEDxRio+20 reúne profissionais de todas as áreas com ideias e projetos para um mundo melhor.

Para Robbins, as árvores não foram e ainda não são bem estudadas:

“Quase nada se sabe. Entendem de produção de madeira, mas fatos sobre a árvore viva não são conhecidos”, disse ele, contando que em todas as cidades americanas há campanhas para que se plantem e preservem as árvores.

O jornalista, que escreve sobre meio ambiente, disse que as árvores bloqueiam raios ultravioleta, que causam câncer, servem como escudo para o calor e purificam a água: “Na África, grandes áreas de terra desertificada foram recuperadas com o plantio de árvores”, disse.

O biólogo Colomban de Vargas falou na TEDxRio+20 sobre sua expedição de dois anos e meio por todos os mares do planeta pesquisando o plâncton. Colomban é formado na Universidade de Genebra e mestre de pesquisa no Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNRS), na estação biológica de Roscoff, na França. Segundo disse, ele e seus companheiros de expedição têm hoje o maior banco de dados sobre plâncton do mundo.

Colomban é um apaixonado pelo plâncton, que segundo explicou compões 98% do volume da biosfera. E é particularmente interessado em protistas, microorganismos encontrados nos plânctons que fabricam calcita e criam esqueletos, num processo em que, segundo o biólogo, inclui nanotecnologia.

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20\(http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/arvores-nao-sao-bem-estudadas-critica-jornalista-americano.html\)](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/arvores-nao-sao-bem-estudadas-critica-jornalista-americano.html)

12/06/2012

Para cientistas, medição da economia pelo PIB prejudica o meio ambiente

Conheça o *Butão*, país que adotou a *Felicidade Nacional Bruta* como critério. Questão foi posta em debate em fórum científico antes da Rio+20.

por Tadeu Meniconi do G1, no Rio de Janeiro

Existem dois tipos de países no mundo, segundo Ashok Khosla, um dos responsáveis pelo Painel Internacional de Recursos do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). De um lado, estão os Estados Unidos e todos os que querem copiá-los. Do outro, está o Butão, um país escondido nas montanhas do Himalaia, entre a Índia e a China, com cerca de 700 mil habitantes.

O especialista indiano, um dos mais respeitados do mundo sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável, está no Brasil para o Fórum de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável, que acontece na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) às vésperas da Rio+20.



Crianças butanesas mostram orgulho com a bandeira do país

Foto: Prakash Singh/AFP

Fonte: http://s2.glbimg.com/6FNXvkhBtLRFxoprVowikfliQb9Mzqw71g0CAVswRPZloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/11/butao2.jpg

“O Butão decidiu que fazer dinheiro não é a única coisa na vida”, definiu Khosla. O país tem políticas nacionais para aumentar a felicidade da população e desenvolveu uma forma de medir essa felicidade. O tempo disponível para brincadeiras ou para a meditação – o país tem maioria budista – está entre os fatores levados em consideração.

O resultado é um indicador conhecido como Felicidade Nacional Bruta. O nome é uma comparação com o Produto Interno Bruto, a soma dos bens e serviços produzidos por um país, conceito que geralmente é usado para avaliar a economia de cada nação.

“O PIB é o indicador mais estúpido. A Felicidade Nacional Bruta é dez vezes mais sensata”, comparou Khosla.

O pesquisador usou o exemplo do Butão para falar sobre a situação dos países em desenvolvimento em geral. “O Brasil e a Índia também podem fazer isso se disserem: ‘nossas vidas não estão à disposição’. Temos uma cultura de séculos – ou milênios, no caso da Índia – e não queremos destruir nossa própria cultura. Basicamente, fomos completamente seduzidos pelo modo de vida americano”, lamentou.



Governo do Butão mede a felicidade dos cidadãos

Foto: Ed Jones/AFP

Fonte: http://s2.glbimg.com/r73ii6toi9QJ7cXmKeevSpq0QQS9240UWpdRLUQMSpxloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/11/butao1.jpg

O PIB e o meio ambiente

Uma pesquisa apresentada no Fórum pelo cientista letão Janis Brizga, do projeto Green Liberty, comparou a situação econômica e a ambiental de países do antigo bloco soviético – hoje em desenvolvimento. O resultado mostrou “uma ligação clara entre os gastos domésticos e os impactos ambientais”.

O caso do Leste Europeu é mais um exemplo da relação entre o desenvolvimento econômico e os problemas ambientais. “A Índia já consome 50% mais recursos do que ela produz”, exemplificou Khosla. “Se você gasta mais do que recebe na conta bancária, vai falir rapidinho”.

A China é hoje o país que mais emite CO₂, um dos gases responsáveis pelo aquecimento global. Na conta por habitante, no entanto, a nação asiática, que tem a maior população do mundo, produz menos gases poluentes que os EUA e a Europa.

“Muitas vezes, se fazem acusações que são injustas contra determinados países”, afirmou Marco Antonio Raupp, ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil.

“São aqueles países que já estão desenvolvidos e têm um padrão de análise, e enxergam os países em desenvolvimento – como nós, a Índia, a China, os países da África – não sendo permitidos a desenvolver certo tipo de atividade”, completou.



Paisagem de Los Angeles; EUA servem de modelo de desenvolvimento econômico

Foto: Gabriel Bouys/AFP

Fonte: http://s2.glbimg.com/o-qU3Cq4E_o5dKPgh6VfxJ9JIA-8zx59T96cO4OTCFloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/fo/g1/f/original/2012/06/11/los-angeles.jpg

Mas Khosla considera esse raciocínio perigoso. “É o que todos estão pensando: ‘se eles [os países desenvolvidos] podem fazer, por que nós não?’”, disse o indiano. “Os Estados Unidos são um exemplo do que não fazer, porque isso é totalmente insustentável”.

“É só depois que você já tem dinheiro que dá mais valor à qualidade de vida do que a um carro novo”, afirmou o pesquisador, comparando a situação econômica dos países à vida pessoal.

“O que nós achamos, no que a economia verde e o desenvolvimento sustentável consistem, é começar a mudar desde o início. Não é preciso passar por todo o processo, dá para queimar etapas usando tecnologia mais limpa, métodos mais limpos, menos recursos e menos poluição”, explicou.

Apesar do alerta que deve ser emitido por um documento elaborado pelos cientistas, Khosla não espera grande evolução ambiental nas negociações da Rio+20. “A questão é que ninguém quer ouvir a mensagem, só vão ouvir depois de algumas catástrofes a mais”, previu. “Eu não acho que vá acontecer dentro dos próximos dez anos”.

Para o indiano, a economia verde só poderá prevalecer se a sociedade se mobilizar o suficiente para pressionar os políticos. “As pessoas da economia ‘marrom’ são muito poderosas. São eles que financiam governos, que conseguem votos, que gerenciam os partidos políticos, então não é fácil ignorá-los”, apontou.

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20\(http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/para-cientistas-medicao-da-economia-pelo-pib-prejudica-o-meio-ambiente.html\)](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/para-cientistas-medicao-da-economia-pelo-pib-prejudica-o-meio-ambiente.html)

12/06/2012

Filho de Jacques Cousteau pede proteção de 20% do oceano

do RIO

O ambientalista Jean-Michel Cousteau, filho do explorador Jacques Cousteau, pediu na manhã desta terça-feira que os chefes de Estado decidam na Rio+20 proteger ao menos 20% da área dos oceanos do planeta.

Segundo ele, que participa do TEDxRio+20 no Forte Copacabana, as águas internacionais não recebem atenção em razão do desconhecimento do impacto da poluição e das mudanças climáticas nos mares.

Cousteau afirmou que apenas 1% das águas internacionais está protegida, enquanto no continente a taxa sobe para 14%.

"Isso acontece por causa da ignorância sobre o impacto das mudanças no oceano", disse Cousteau.

Em sua palestra, ele defendeu que as mudanças só ocorrerão se os ambientalistas conseguirem "chegar ao coração dos tomadores de decisão".

"Meu pai disse uma vez que nós só protegemos o que amamos. Mas como podemos amar aquilo que a gente não conhece?".

Cousteau disse, por exemplo, que o ex-presidente norte-americano George W. Bush, após informado sobre o impacto da poluição sobre as baleias no Havaí, criou em 2006 a maior área protegida no mar do mundo.

O ambientalista defendeu também que rios, lagoas e mares sejam analisados como um sistema único, totalmente conectado. E os impactos gerados na água, disse ele, podem chegar a qualquer lugar no mundo.

"Está tudo conectado. Precisamos compreender o sistema. Quando vejo imagens da Terra do universo não vemos fronteiras", afirmou.

Fonte: [FOLHA.COM > Notícias > Ambiente > Rio+20](http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1103517-filho-de-jacques-cousteau-pede-protecao-de-20-do-oceano.shtml)(<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1103517-filho-de-jacques-cousteau-pede-protecao-de-20-do-oceano.shtml>)

12/06/2012

Amor por nossos filhos fará mudanças, diz Severn Suzuki

do RIO

Desapontada com os poucos avanços feitos nas conferências da ONU sobre sustentabilidade, a ativista Severn Suzuki afirmou na tarde desta terça-feira que a principal força que motivará a mudança será "o amor por nossos filhos". Ela participou por vídeo no TEDxRio+20.

Aos 12 anos, Suzuki participou da Eco-92 discursando para chefes de Estados, invocando por um acordo definitivo. Se tornou a principal fala numa conferência com poucos resultados.

Suzuki afirmou à plateia em Copacabana, desde o arquipélago Green Charlotte, no Canadá, que pouco deve se esperar dos chefes de Estado na Rio+20. Segundo ela, é a conexão "intergeracional" que pode mudar o panorama,

"A nossa maior motivação será o amor por nossos filhos", disse a ativista.

Para ela, o fato do vídeo de seu discurso ter sido sucesso de audiência anos após o encontro no Rio mostra o pouco avanço ocorrido nos últimos 20 anos.

"Seria fácil se sentir desencorajada. Mas tenho dois filhos e vou fazer tudo pelo futuro deles", disse ela.

Ela criticou chefes de Estado que, na sua avaliação, continuam tratando a economia "como o primeiro item da preocupação política" em detrimento da sustentabilidade.

"Ficou claro para mim que a estratégia global é focada em lucros, em orçamentos que fogem à nossa imaginação", disse ela.

Suzuki criticou o governo do Canadá por ter abandonado o Protocolo de Kyoto após não conseguir cumprir suas metas ambientais. Ela disse ter "vergonha" das decisões da administração do país.

Fonte: [FOLHA.COM > Notícias > Ambiente > Rio+20](http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1103598-amor-por-nossos-filhos-fara-mudancas-diz-severn-suzuki.shtml)(<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1103598-amor-por-nossos-filhos-fara-mudancas-diz-severn-suzuki.shtml>)

12/06/2012

Diretora do FMI diz que crises mundiais atrapalham a Rio+20

de SÃO PAULO

A diretora-geral do FMI (Fundo Monetário Internacional), Christine Lagarde, disse hoje que a conferência Rio+20 "tem as melhores intenções", mas o momento atual não é dos melhores, referindo-se às crises econômica, ambiental e social no mundo.

A participação de Lagarde está confirmada e, após a cúpula do G20 no México, ela deve ir à Rio+20, a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, que começa nesta quarta-feira (13) na capital fluminense e termina no próximo dia 22.

"Depois de 20 anos, vamos voltar ao Rio reafirmando nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável", disse, referindo-se à primeira participação de líderes mundiais na Eco-92, realizada também na cidade do Rio duas décadas atrás.

Sobre as três crises, a diretora lembrou que a economia global ainda está abalada e há um clima de incerteza sobre o crescimento futuro e a criação de empregos.

Ela acrescentou que o planeta está aquecendo rapidamente com consequências que ainda não foram totalmente dimensionadas e que há uma lacuna entre as pessoas pobres e as ricas, que está ficando cada vez maior e mais saliente.

As três crises estão interligadas e não poderiam ser tratadas de forma isolada. "Precisamos evitar um círculo vicioso", adicionou.

A número um do FMI completou que o mundo deve começar com o "básico". Isto seria feito com um plano de restauro da estabilidade e crescimento econômico.

A partir daí, disse, o mundo poderia chegar ao crescimento "verde" propriamente dito, com a construção de blocos de sustentabilidade dentro de uma economia mais equalitária.

Lagarde se referiu ao aquecimento global como "claramente um dos maiores desafios de nosso tempo, um dos grandes testes de nossa geração". No final do discurso, acrescentou que a mudança climática não é uma possibilidade distante. "É uma realidade atual."

Fonte: [FOLHA.COM > Notícias > Ambiente > Rio+20](http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1103477-diretora-do-fmi-diz-que-criises-mundiais-atrapalham-a-rio20.shtml)(<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1103477-diretora-do-fmi-diz-que-criises-mundiais-atrapalham-a-rio20.shtml>)

12/06/2012

Em evento no Forte, Firjan e Fiesp apontam 'desigualdade insustentável'

*Entidades divulgam documento apoiando as discussões da Rio+20.
'Quando se priva uma pessoa de comida não tem sustentabilidade', diz Skaf*

por Lillian Quaino Do G1 RJ



Eduardo Eugenio e Paulo Skaf (Foto: Lillian Quaino/G1) Eduardo Eugenio e Paulo Skaf

Foto: Lillian Quaino/G1

Fonte: http://s2.glbimg.com/fYqNnjJ56q8UORaXCSQKpdSUzZ4syBI22nfM0UGOIUplz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/12/skaf.jpg

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (<http://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/cidade/rio-de-janeiro.html>) (Firjan) declararam na manhã desta terça-feira (12) seu “forte engajamento para que a Rio+20 seja um marco para a sociedade”. O documento que as entidades divulgaram durante o evento Humanidade 2012, que acontece no Forte de Copacabana, na Zona Sul do Rio, tem como título “A desigualdade é insustentável”. O documento, segundo Paulo Skaf, presidente da Fiesp, está sendo encaminhado ao governo federal.

Sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável, as entidades opinam em favor da criação de instrumentos de mensuração e monitoramento dos avanços na conservação ambiental e nas conquistas sociais. As entidades de industriais também ratificam o princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, estabelecido na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança de Clima, para preservar a competitividade dos países em desenvolvimento.

O presidente da Firjan, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira disse que os industriais são parte da humanidade. “Estamos aqui para colaborar para que a discussão a nível governamental seja enriquecida”, disse ele.

Já Paulo Skaf, citando as rampas criadas para acesso às palestras e exposições que acontecem no Humanidade, no Forte de Copacabana, “cheiram a Brasil”.

Para ele, o foco tem que ser as pessoas:

“A união nesse espaço, juntando setores produtivos com poder público, representa a união das pessoas, cujo resultado só pode ser positivo. Afinal, quando se priva uma pessoa de um prato de comida não se tem sustentabilidade”, diz Skaf.

Sobre os combustíveis e a mudança de clima, Firjan e Fiesp concordam que é preciso investir em inovação tecnológica para viabilizar o uso de biocombustíveis em larga escala, principalmente nos transportes coletivos de passageiros e de cargas.

No item Diversidade e Igualdade de Direitos, as entidades são da opinião que é preciso garantir o amplo respeito à diversidade humana e assegurar por parte das nações direitos pelos a todos os agrupamentos sociais.

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20 \(http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/em-evento-no-forte-firjan-e-fiesp-apontam-desigualdade-insustentavel.html\)](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/em-evento-no-forte-firjan-e-fiesp-apontam-desigualdade-insustentavel.html)

12/06/2012

Fundo Clima: R\$ 564 milhões em caixa não atraem empresas

Às vésperas da Rio+20, linha de financiamento com os juros mais baixos do BNDES não decola e emperra discurso ambiental do governo

por **Nivaldo Souza**



Foto: Greenpeace/Rodrigo Baleia

Fonte: <http://i0.ig.com/bancodeimagens/11/1c/hw/111chwohz2pye7kifqn1ff22p.jpg>

Apenas R\$ 29,7 milhões foram concedidos pelo Ministério do Meio Ambiente para inovação ambiental

Apesar da disposição da presidenta Dilma Rousseff de colocar o desenvolvimento sustentável na pauta oficial do governo às vésperas da Rio+20 – a conferência mundial sobre o tema que começa nesta quarta-feira (13) na capital fluminense, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) ainda não decolou. Dos R\$ 238 milhões repassados ao fundo no início deste ano, apenas R\$ 29,7 milhões dos R\$ 34 milhões administrados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) foram concedidos a projetos de inovação ambiental de empresas privadas.

O restante do programa especial de financiamento (R\$ 204 milhões) administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para projetos nas áreas de energia renovável, transporte, máquinas e equipamentos, reaproveitamento de resíduos, eficiência em produção de carvão vegetal e combate à desertificação está encalhado.

Falta iniciativa das empresas em buscar a linha para inovação com crédito a juros anuais baixos. A taxa de juros varia de 2,5% a 6% (Taxa de Juros de Longo Prazo, a TJLP). É a menor operada pelo BNDES. “É muito impressionante que com essas condições de financiamento os projetos não estejam chegando”, afirma ao iG Economia o chefe do departamento de meio ambiente do BNDES, Marcio Macedo. “A gente oferece a linha, mas as empresas têm de apresentar projetos. Estamos insatisfeitos porque queríamos ver um número maior de projetos chegando”, diz, sem revelar a quantidade exata de propostas em avaliação no banco estatal de fomento.

O cenário de crise econômica é apontado como causador da demora nos recebimentos de pedidos de financiamento. “O número de projetos ainda é muito pequeno por causa do momento complicado da economia e o próprio desconhecimento do fundo”, observa.

Segundo semestre

Apesar de o fundo ter sido criado em 2009, como parte das propostas brasileiras na Conferência do Clima de Copenhague, na Dinamarca, e incluído no orçamento da União de 2011, o primeiro aporte da União ocorreu somente neste ano.

O BNDES se prepara, agora, para receber mais R\$ 360 milhões no segundo semestre para o Fundo Clima na expectativa de ver os projetos surgirem.

Os recursos virão dos 10% de tributos incidentes sobre a receita bruta de poços de petróleo e gás cuja produção seja em grande volume ou apresente rentabilidade maior. O MMA prevê destinação de 60% da arrecadação desses poços classificados como 'especiais' pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) para o Fundo Clima.

O repasse especial renderia hoje cerca de R\$ 750 milhões, conforme a cota definida pela Lei do Petróleo 9.478/1997 para o MMA mitigar impactos ambientais da exploração petrolífera. Seria. Mas não é devido à resistência da ANP em injetar dinheiro em um fundo ainda desconhecido.

Só para se ter uma ideia da dificuldade de captação do Fundo Clima, o iG Economia apurou que o MMA requisitou R\$ 400 milhões em 2011 e 2012 junto à ANP em cada ano – somente em 2010, ano-base para 2011, a ANP recolheu R\$ 1,167 bilhão com os 10% da receita especial destinada ao MMA, o que deveria ter rendido R\$ 700 milhões ao Fundo Clima já no orçamento de 2011. Mas só agora a agência deve somar R\$ 564 milhões repassados ao Fundo Clima, incluindo o reforço de caixa previsto para o segundo semestre.

O gestor de crédito para o meio ambiente do BNDES prefere não comentar a demora nos repasses, que deveriam ter ocorrido em 2011 e início de 2012. O fundo recebeu o aporte de 2011 apenas em fevereiro deste ano, enquanto o montante de 2012 só chegará no segundo semestre, o que pode ter ajudado para o desconhecimento da linha por parte das empresas.

Macedo aponta, contudo, a lentidão como parte do processo de dotação financeira da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). "Poderíamos estar recebendo R\$ 750 milhões por ano, mas precisamos ver como o fundo se executa", diz.

A aposta do BNDES é de que o Fundo Clima cresça nos próximos anos, ganhando importância a partir do aumento da produção do pré-sal - o que irá turbinar a parcela de 10% recebido dos royalties do petróleo extraído da camada de óleo submarina. "Daqui a cinco, dez anos esse fundo vai ser muito poderoso", confia Macedo.

Fonte: [iG > Notícias > Empresas > Especial Rio+20\(http://economia.ig.com.br/empresas/2012-06-12/fundo-clima-r-564-milhoes-em-caixa-nao-atraem-empresas.html\)](http://economia.ig.com.br/empresas/2012-06-12/fundo-clima-r-564-milhoes-em-caixa-nao-atraem-empresas.html)

12/06/2012

Adaptação, a melhor opção contra a mudança climática

por Desmond Brown, da IPS



Trabalhadores constroem um muro de contenção na costa sul de Dominica.

Foto: Desmond Brown/IPS

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Chamada23.jpg?9d7bd4>

Roseau, Dominica, 12/06/2012 – Conhecida como Ilha da Natureza do Caribe, a escarpada e densa selva de Dominica costuma ter uma névoa que revela o quanto podem ser baixas as temperaturas neste país. Porém, nos últimos tempos esta ilha localizada entre os departamentos franceses de Martinica e Guadalupe, nas Antilhas Menores, experimenta um calor sufocante de 31 graus, e até mais elevado em sua capital. As autoridades atribuem o fato à mudança climática e ao aquecimento global.

“Esse é, provavelmente, um dos efeitos mais óbvios da mudança climática que experimentamos diariamente”, disse à IPS o ministro do Meio Ambiente, Kenneth Darroux. “Ficaram para trás os dias em que pensávamos que a mudança climática era um produto da imaginação de uns poucos cientistas loucos. Começamos a sentir os efeitos agora, e a ciência demonstra que estava certa”, afirmou. A ilha registrou uma acentuada mudança nas temperaturas estacionais e no ciclo de chuvas. Darroux informou que a mudança climática já custa a Dominica milhões de dólares por ano em cultivos perdidos e em respostas aos desastres.

Os danos na América Latina e no Caribe chegarão a US\$ 100 bilhões anuais até 2050, por causa da menor produção agrícola, do constante derretimento das geleiras, por inundações, secas e outros eventos vinculados à temperatura global mais alta, segundo um estudo que será apresentado na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que será realizada entre 20 e 22 deste mês, no Rio de Janeiro.

O aspecto positivo é que o custo dos investimentos para adaptar-se a esses eventos é muito menor, da ordem de um em dez por danos físicos, diz a pesquisa preparada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF). Entretanto, também indica que são necessárias grandes reduções nas emissões de gases-estufa para evitar algumas das consequências possivelmente catastróficas da mudança climática no longo prazo.

Os governos deverão investir outros US\$ 110 bilhões por ano nas próximas quatro décadas para diminuir as emissões de dióxido de carbono, um dos mais importantes gases de efeito estufa, até níveis consistentes com os objetivos de estabilização do clima global, acrescenta o documento. Darroux declarou que Dominica pretende receber alguns dos milhões de dólares disponíveis para ajudar os países a lidarem com a mudança climática e seus efeitos.

Quando as autoridades se deram conta do impacto devastador que a mudança climática pode ter sobre o meio ambiente e do grande volume de fundos que haverá para mitigar a destruição, avançaram lentamente para a criação de um Ministério do Meio Ambiente, após as eleições gerais de 2009, contou Darroux. Em dezembro passado, o ministro anunciou que Dominica estava em processo de formular uma estratégia de

desenvolvimento resistente ao clima com poucas emissões de dióxido de carbono que, depois explicou, adotou um enfoque com dupla face.

“Enquanto trabalhamos para combater os impactos da mudança climática, também buscamos incorporar projetos que cubram todo o espectro do desenvolvimento nacional. Também serve para atrair investimentos. Ouvimos sobre milhares de milhões de dólares esquivos, por isso essa estratégia é uma forma de aproveitar os fundos”, indicou Darroux.

A estratégia incorpora múltiplos documentos de políticas nacionais, identifica áreas prioritárias com mais probabilidades de serem afetadas pelo aquecimento global, como agricultura, pesca, ecoturismo e energia verde, detalhou o ministro. “Nosso território nos torna muito vulneráveis”, acrescentou, lembrando que a infraestrutura do país está localizada na linha costeira. Além disso, é muito propenso à ocorrência de deslizamentos de terra.

América Latina e Caribe respondem por 11% das emissões contaminantes que causam o aquecimento global. Mas a região é particularmente vulnerável às consequências desse fenômeno devido à sua dependência dos recursos naturais e pela presença de áreas sensíveis como a bacia do Amazonas, o bioma coralino do Caribe, os mangues costeiros e os frágeis ecossistemas montanhosos, diz o estudo. As consequências serão sentidas na agricultura, na exposição a doenças tropicais e na mudança do padrão de chuvas, entre outros. Estima-se que a perda de exportação agrícola ficará entre US\$ 30 bilhões e US\$ 52 bilhões em 2050.

O estudo afirma que o custo da adaptação é uma simples fração do custo das consequências físicas reais, que, segundo uma estimativa conservadora, é de 0,2% do produto interno bruto para a região. Os esforços de adaptação também oferecerão significativos benefícios em matéria de desenvolvimento, desde melhor água e segurança alimentar, passando por melhor qualidade do ar, até menor congestionamento de veículos, reduzindo, assim, os custos.

A Unidade Coordenadora Ambiental faz o possível para sensibilizar a população sobre a mudança climática, disse à IPS seu diretor, Lloyd Pascal. Não se chegou a cada canto de Dominica, mas com base nos três eventos climáticos severos registrados no ano passado, “estamos seguros de que cada vez mais há mais pessoas conscientes das consequências da mudança climática do que em 1995, quando começamos”, destacou Pascal.

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/adaptacao-a-melhor-opcao-contra-a-mudanca-climatica/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=12)(http://envolverde.com.br/noticias/adaptacao-a-melhor-opcao-contra-a-mudanca-climatica/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=12)

12/06/2012

São Paulo anuncia estratégia para desenvolvimento sustentável

por Redação Agência Fapesp



A solenidade foi realizada no Palácio dos Bandeirantes e contou com a presença do governador Geraldo Alckmin, do secretário Bruno Covas (Meio Ambiente), entre outros.

Foto: Pedro Calado e José Jorge

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Chamada44.jpg?9d7bd4>

Agência Fapesp – O Governo do Estado de São Paulo divulgou no dia 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, um conjunto de ações em prol da conservação, preservação e desenvolvimento sustentável. As ações envolvem diversas áreas.

Na cerimônia, realizada no Palácio dos Bandeirantes, também foi assinado um protocolo, em conjunto com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), para reduzir as emissões de dióxido de carbono no Estado de São Paulo e outro, em parceria com a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, para analisar projetos de energias renováveis.

Na área de Biodiversidade, São Paulo ganhará mais áreas verdes preservadas: novas Reservas Particulares do Patrimônio Natural e ampliação de Parques Estaduais, como o do Morro do Diabo e do Rio do Peixe. O objetivo é incrementar a proteção sobre remanescentes florestais que contemplam atributos naturais importantes, imprescindíveis para a preservação da biodiversidade regional.

Também será feita a ampliação do Jardim Botânico de São Paulo, com a aquisição de uma área contígua de 6,5 hectares de remanescente de Mata Atlântica nativa, colaborando com a preservação da flora, dos sítios históricos e dos afluentes formadores do histórico Riacho do Ipiranga.

Na área de Gestão Ambiental as ações compreendem uma resolução conjunta das secretarias do Meio Ambiente e da Fazenda, que institui um grupo de trabalho que terá como objetivo estudar adequações na legislação do Estado de São Paulo que possibilitem a implementação integral das Políticas Estaduais Ambientais de incentivo à gestão ambiental, como a Política Estadual de Mudanças Climáticas e o Plano de Controle de Poluição Veicular.

Outra novidade é o lançamento da “Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo 2020”, que visa estabelecer metas setoriais para definir a ação do Governo do Estado até 2020.

A estratégia foi produzida no contexto da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO+20) e foi pautada pelos principais temas da conferência. A estratégia destaca o papel da FAPESP em diversas áreas.

“No Estado de São Paulo concentram-se boa parte dos esforços de Pesquisa e Desenvolvimento do país, em temas relacionados ao desenvolvimento sustentável. A FAPESP criou e financia três amplos programas de pesquisa, que se alinham aos temas principais da Conferência e a Economia Verde: Bioenergia (BIOEN),

Biodiversidade (BIOTA) e Mudanças Climáticas Globais (PFPMCG)", descreve o documento divulgado pelo governo paulista.

Outra iniciativa é a assinatura de um protocolo de intenções da Secretaria do Meio Ambiente com a BM&F Bovespa para o desenvolvimento de procedimentos para comercialização de cotas de reserva legal na Bolsa de Valores de São Paulo.

Em Resíduos Sólidos, foram assinados novos termos de compromisso de responsabilidade pós-consumo com empresas e associações mais representativas dos setores de operadoras de telefonia celular, de pneus, de óleo lubrificante e de óleos comestíveis.

Os acordos atendem à Resolução SMA 38/2011, que diz que fabricantes e importadores de produtos e embalagens devem apresentar uma proposta de implantação de Programa de Responsabilidade Pós-consumo que indique um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outro ciclo produtivo, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

"Estamos comemorando o Dia Mundial do Meio Ambiente por terra, mar e ar. São diversas iniciativas e muitas delas em parceria com a iniciativa privada. Um ganho para o meio ambiente e para todos nós. A obra-prima do estado é a felicidade das pessoas", destacou o governador Geraldo Alckmin.

Mais informações: www.ambiente.sp.gov.br/verNoticia.php?id=1403.

* Publicado originalmente no site da [Agência Fapesp](http://agencia.fapesp.br/15709)(<http://agencia.fapesp.br/15709>).

Fonte: Agência Fapesp/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/sao-paulo-anuncia-estrategia-para-desenvolvimento-sustentavel/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=12)(http://envolverde.com.br/noticias/sao-paulo-anuncia-estrategia-para-desenvolvimento-sustentavel/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=12)

12/06/2012

Para Dilma, Brasil vem crescendo na área ambiental

por Redação EcoD



Para a presidenta, ações governamentais estimularam a conservação da Amazônia.

Foto: Ag. Brasil

Fonte: <http://envolverde.com.br/porta1/wp-content/uploads/2012/06/Chamada64.jpg?9d7bd4>

A dois dias do início oficial da Rio+20 (Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável), na quarta-feira, 13 de junho, a presidenta Dilma Rousseff afirmou nesta segunda-feira (11) que o Brasil vem crescendo na área ambiental. Ela comemorou ainda, no programa de rádio Café com a Presidenta, a queda do desmatamento na Amazônia(<http://www.ecodesenvolvimento.org.br/posts/2012/junho/presidenta-anuncia-criacao-de-unidades-de>) e ressaltou as ações do governo para a conservação do bioma.

“Em 2011 registramos o menor desmatamento da história do país. Eu me orgulho de termos conseguido diminuir o desmatamento ilegal em 77% quando a gente compara com os índices de 2004, ano em que o Brasil lançou o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia”, afirmou Dilma, que classificou o índice como resultado “da forte ação do governo na fiscalização: punindo e impedindo o desmatamento ilegal”.

Durante o programa, a presidenta reiterou que o governo vem oferecendo alternativas para os habitantes das florestas, ajudando a preservar as árvores em pé. Dilma Rousseff exemplificou com o programa Bolsa Verde(<http://www.ecodesenvolvimento.org.br/posts/2011/setembro/presidenta-dilma-rousseff-lanca-o-programa-bolsa>), um benefício de R\$ 300, pagos a cada três meses, para as famílias extremamente vulneráveis que trabalham na coleta de frutos, na extração de látex ou na pesca artesanal, na Amazônia. Mais de 23 mil famílias já são beneficiárias do programa.

“A combinação de uma fiscalização forte com ações que permitem a exploração sustentável dos recursos naturais é o que ajuda a manter a floresta de pé. Hoje, mais de 80% da Floresta Amazônica está preservada, e isso não acontece em nenhuma parte do mundo”, observou Dilma.

* Publicado originalmente no site da EcoD(<http://www.ecodesenvolvimento.org.br/posts/2012/junho/para-dilma-brasil-vem-crescendo-na-area-ambiental>).

Fonte: EcoD/Envolverde(http://envolverde.com.br/noticias/para-dilma-brasil-vem-crescendo-na-area-ambiental/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=12)

12/06/2012

20 anos de Eco92: Conferência pauta uso sustentável da biodiversidade

por Viviane Monteiro, do Jornal da Ciência

O que existe hoje em termos de governança global de meio ambiente é fruto da Eco92.



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Chamada56.jpg?9d7bd4>

Embora a totalidade das metas estabelecidas na Eco92 – ciclo de conferências relacionadas sustentabilidade do planeta realizado em 1992 no Rio de Janeiro – não tenha sido cumprida, a secretária de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Samyra Crespo, considera positivo o fato de a conferência ter colocado em pauta nacional as discussões sobre a conservação e uso sustentável da biodiversidade e as mudanças climáticas nos últimos anos. Ela lembra que antes de 1992 nem ONGs e nem cidadãos comuns davam opinião sobre políticas públicas voltadas para o meio ambiente.

“Tudo o que existe hoje em termos de governança global de meio ambiente, como as Convenções do Clima e a da Biodiversidade, é fruto da Eco92”, disse ela, em entrevista ao Jornal da Ciência. Samyra acrescenta: “Além do mais, a ideia de que a comunidade e os stakeholders [atores relevantes] devem participar dos processos de pactuação em torno das soluções dos problemas ambientais trouxe inovações que seguem avançando”, defende.

Agenda 21 – Samyra destaca que a Agenda 21 é o principal documento aprovado na Eco92, por 175 países. Tal documento considera as especificidades e as características particulares de cada localidade, de cada cidade, para planejar o que deve ser desenvolvimento sustentável em cada uma delas. No caso do Brasil, segundo disse, a Agenda 21 forneceu um roteiro para os programas nacionais e locais de desenvolvimento sustentável; e insumos para as novas legislações. Como exemplo, ela cita as normas de crimes ambientais e a de proteção a recursos hídricos.

Samyra destaca que o governo tem cumprido, em grande parte, as ações da Agenda 21 que internamente foram subdivididas em Agenda Verde, que trata da conservação das florestas; Agenda Marrom, relativa à poluição urbana; e Agenda Azul, relacionada a mares e oceanos. Ela observa que as agendas Verde e Marrom foram as que mais avançaram. Já o avanço da Azul ela considerou pífio.

No caso das agendas Verde e Marrom, Samyra salienta que houve “notáveis” avanços no Brasil, como o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que regulamenta e dá as diretrizes para a criação e gestão das unidades de conservação no País; e o Estatuto da Cidade, que combate os assentamentos informais e o desmatamento nas cidades. “Temos hoje uma legislação avançada de proteção aos recursos hídricos”, disse ela para emendar: “Talvez a agenda que menos avançou tenha sido a dos oceanos”.

Samyra admite que o Brasil precisa avançar no conhecimento sobre a biodiversidade dos oceanos, sobre o manejo das atividades pesqueiras e na sua proteção, e criar mais unidades de conservação marinhas.

A secretária do MMA lamenta, porém, o fato de o Brasil não ter conseguido submeter os compromissos da Agenda 21 a um plano de ação, o que ela chamou de “concatenado”, com indicadores confiáveis para serem monitorados e avaliados com facilidade. Pelo que se observa, apenas a Costa Rica criou indicadores eficientes para mensurar suas metas. “Mas ninguém no mundo o fez. Então, a dificuldade não é só do Brasil. E não me venham falar da Costa Rica. Se o Brasil fosse do tamanho da Costa Rica todos os nossos problemas estavam resolvidos”, contesta Samyra.

Sustentabilidade no PPA – Para a secretária do MMA, o Plano Plurianual (PPA) poderia ser um bom indicador para acompanhar as estratégias de desenvolvimento sustentável estabelecidas internamente. “Mas infelizmente não é. A maioria das ações, dessa linha, não é verificável no PPA. A não ser o PPA que

irá valer entre 2012 e 2016”, complementa Samyra, ao destacar que o novo PPA já expressa a “intersectorialidade e a transversalidade” das ações ambientais e de desenvolvimento sustentável.

É consenso de especialistas em meio ambiente de que a Eco92 introduziu o tema biodiversidade nas agendas dos países e dos diversos setores da economia. A ambientalista Nurit Bensusan acrescenta que a Eco92 ampliou as formas aceitas de conservação da biodiversidade, reconhecendo o uso sustentável da diversidade biológica como uma estratégia de proteção. Segundo ela, a criação do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a discussão sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, estabelecido em 2000, estão relacionados com a Eco92 e seus desdobramentos.

Medidas insustentáveis – Mesmo representando um avanço, as unidades de conservação são insuficientes para assegurar a conservação e uso sustentável da biodiversidade brasileira. Elas são necessárias, mas quando se trata de conservar a integridades dos processos ecológicos e evolutivos que geram e mantêm a biodiversidade, as unidades de conservação não são suficientes. Outras estratégias de conservação deveriam ser adotadas no restante do território. O ideal, defende Nurit, seria pensar todo o território nacional de forma integrada, assim seria possível planejar estratégias e políticas eficientes para a conservação das espécies e dos processos ecológicos.

O geógrafo Aziz Ab´Saber, que faleceu no dia 16 de março de 2012, aos 88 anos, é uma das referências da comunidade científica na defesa de um Código Florestal amplo e capaz de proteger todos os biomas brasileiros. Outro aspecto, mencionado por Nurit, é o acesso aos recursos genéticos e a repartição de benefícios derivada do uso desses recursos. “Essa é uma ideia que vem da Convenção sobre Diversidade Biológica, mas que tem encontrado dificuldades para ser implementada”, disse. No Brasil, a Medida Provisória (MP) Nº 2.186- 16/2001, que regula o tema, ainda não avançou.

Nurit também critica o desmonte da política ambiental brasileira e cita como exemplo o refluxo no âmbito do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), que dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, regulamentada pelo Decreto 99.274/90. “Nos últimos dez anos o poder normativo e regulador do Conama está sendo colocado em xeque. Há um desmatamento da política ambiental brasileira, a exemplo do Código Florestal”.

Avaliação mundial – Ainda que reconheça avanços na governança ambiental nos últimos 20 anos, Achim Steiner, economista alemão nascido no Brasil e diretor-executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), disse que a escala e a velocidade da degradação ambiental superam as respostas dadas desde 1992.

Embasando sua opinião, ele demonstra preocupação com dados do relatório que o Pnuma publicou em novembro do ano passado, intitulado “De olho no meio ambiente em mutação: do Rio à Rio+20”, uma coleção de dados sobre a evolução dos indicadores ambientais e econômicos nas duas últimas décadas. Segundo o documento, desde o início da década de 1990, as emissões de carbono aumentaram 36%, o número de espécies declinou 30% nos trópicos, as florestas nativas perderam cerca de 300 milhões de hectares, a quantidade de megacidades (aglomerações urbanas com mais de 10 milhões de habitantes) subiu 110% e o uso de fertilizantes na agricultura cresceu 35%, dentre outros tantos indicadores desanimadores.

“Seria falso dizer que o mundo fracassou nestes últimos 20 anos. Mas seria fantasia afirmar que estamos implementando o desenvolvimento sustentável nos países e na economia”, admite o diretor do Pnuma, em entrevista à revista Planeta da edição de março. Ao mesmo tempo em que mostra os problemas ambientais mundiais, o relatório traça um panorama positivo na governança ambiental global de 1992 a 2009. Por exemplo, revela que, nesse período, as empresas eliminaram a geração de 93% dos gases poluidores responsáveis pelo buraco na camada de ozônio, cumprindo com as obrigações do Protocolo de Montreal. Hoje, o problema do buraco de ozônio está praticamente resolvido.

O relatório revela também que houve progresso na disseminação das energias renováveis, ainda que elas representem apenas 16% da matriz energética mundial. O consumo de energia eólica saltou 6.000%, a fonte solar cresceu 30.000%, o uso de biocombustíveis aumentou 3.500% e o de biodiesel, 300.000%. Outros avanços destacados pelo estudo: a área da agricultura orgânica cresce 13% ao ano e o público do ecoturismo aumenta a uma taxa de três vezes superior à do turismo de massa.

* Publicado originalmente no site da [EcoAgência](http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRIVONIUsR2MjdUMWJFbKVVVB1TP) (<http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRIVONIUsR2MjdUMWJFbKVVVB1TP>)

Fonte: EcoAgência/Envolverde(http://envolverde.com.br/noticias/20-anos-de-eco92-conferencia-pauta-uso-sustentavel-da-biodiversidade/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=12)

12/06/2012

Conferência Ethos: Evento discute o papel das empresas na economia verde

por Redação Mercado Ético



Luciano Coutinho, do BNDES, entre Sérgio Mindlin (esquerda) e Jorge Abrahão, ambos do Ethos.

Foto: Mercado Ético

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Chamada74.jpg?9d7bd4>

Começou nesta segunda-feira (11), em São Paulo, a Conferência Internacional Ethos 2012, que, desta vez, tem o tema “A empresa e a nova economia – o que muda com a Rio+20”. Este ano, o evento tem o objetivo de contribuir para o debate na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, com início na quarta-feira (13). Os organizadores do evento querem uma participação ativa das corporações na conferência da ONU, no Rio de Janeiro. “Não haverá economia verde se as empresas não estiverem envolvidas”, enfatiza Sérgio Mindlin, presidente do conselho deliberativo do Instituto Ethos. Assim, o encontro discute 10 grandes temas a serem tratados na Rio+20. “Queremos descobrir a essência de cada um deles”, continua.

Jorge Abrahão, presidente do Ethos, explica: “queremos dizer que vamos fazer tais e tais coisas para desenvolver a economia verde do Brasil, mas também queremos que o governo aprove ações que estão presentes no rascunho zero, para não perdermos oportunidades de negócio e competitividade.”

Algumas oportunidades relativas ao desenvolvimento sustentável fizeram parte da apresentação de Luciano Coutinho, presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Ele, que foi o palestrante da plenária de abertura da conferência, ressaltou a crescente importância do Brasil e dos grandes países emergentes no cenário mundial, principalmente depois do agravamento da crise na Europa e nos Estados Unidos. “Isso muda a perspectiva com relação ao que foi a Eco92. O Brasil pode e deve assumir um papel de liderança propositivo”, enfatiza.

Coutinho também acredita que os avanços realizados pelo setor privado na busca de modelos sustentáveis precisam de um impulso novo. “As lideranças amadureceram, mas é preciso um esforço para criarmos uma massa crítica capaz de levar a todas as cadeias da indústria o desenvolvimento de novos padrões tecnológicos que apontem para a eficiência dos processos”, conclui.

* Publicado originalmente no site do [Mercado Ético](http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/evento-discute-o-papel-das-empresas-na-economia-verde/) (<http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/evento-discute-o-papel-das-empresas-na-economia-verde/>).

Fonte: Mercado Ético/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/evento-discute-o-papel-das-empresas-na-economia-verde/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=12) (http://envolverde.com.br/noticias/evento-discute-o-papel-das-empresas-na-economia-verde/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=12)

12/06/2012

Conferência Ethos: Dow cria núcleo de formação em sustentabilidade

Companhia química considera que os negócios sustentáveis têm sido valorizados

por Redação Instituto Ethos



Christianne Canavero.

Foto: Adilson Ferreira

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Chamada83.jpg?9d7bd4>

O lançamento do Núcleo Dow de Formação em Sustentabilidade reuniu líderes do Instituto Ethos, do Uniethos e da multinacional Dow durante Conferência Ethos Internacional 2012, a fim de demonstrar um projeto inovador de educação sustentável para que empresas possam obter conhecimento e saber como atuar diante de um novo modelo de negócio.

Participaram do evento Lori Putt, diretora de compras da Dow na América Latina; Jorge Abrahão, presidente do Instituto Ethos; Christianne Canavero, diretora de sustentabilidade da Dow na América Latina; Paulo Itacarambi, vice-presidente do Instituto Ethos; Regi Magalhães, gerente-executivo do Programa Dow-Uniethos; e Pedro Suarez, presidente da Dow na América Latina. Foram expostas ideias, opiniões e resultados sobre sustentabilidade e a necessidade da formação adequada para implantar o conceito com metas verdes dentro das empresas. “Cada vez mais, os compromissos e negócios sustentáveis estão valorizados. Pode-se dizer que o mercado está sendo impulsionado pela sustentabilidade”, afirma Christianne Canavero.

Segundo o gerente-executivo do programa Dow-Uniethos, Regi Magalhães, a sustentabilidade tem sido vista como um diferencial para a manutenção no mercado. “O curso servirá para construir em conjunto o conceito de preservação e sustentabilidade”, complementa. Ele apresentou o “Programa Piloto Dow”, um método de educação, diagnóstico e apoio aos fornecedores da empresa, dividido em quatro módulos: sustentabilidade e responsabilidade social; indicadores Ethos e código de conduta da Dow; orientação para diagnóstico; e orientação para os planos de ação.

Suarez, presidente da Dow, expôs o lançamento da campanha do “solucionismo” que, de acordo com ele, visa resolver os problemas vigentes de responsabilidade social dentro das grandes empresas. “Estamos chegando a conclusões mais desafiadoras”, afirmou.

A escola Dow de sustentabilidade e os resultados e metas que a empresa vem mostrando revelam que é possível contar com a força do setor industrial para melhorar a relação entre empresas, o ambiente e a sociedade. “O impacto na indústria química é enorme. Se houver mudança nesse segmento, melhoram as condições finais”, diz Christianne Canavero.

* Publicado originalmente no site do [Instituto Ethos](http://siteuniethos.org.br/ci2012/?p=883) (<http://siteuniethos.org.br/ci2012/?p=883>).

Fonte: Instituto Ethos/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/dow-cria-nucleo-de-formacao-em-sustentabilidade/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=12) (http://envolverde.com.br/noticias/dow-cria-nucleo-de-formacao-em-sustentabilidade/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=12)

12/06/2012

Mudanças climáticas: cenário é catastrófico e soluções, incertas

por Giuliander Carpes, Direto do Rio de Janeiro

O painel sobre mudanças climáticas do Seminário de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável, evento paralelo à Rio+20, confirmou as previsões catastróficas sobre o aquecimento global. Os cientistas palestrantes falaram de estudos que reafirmam o aquecimento global e o degelo das calotas polares. No entanto, deram soluções incertas para os problemas.

Segundo a argentina Carolina Vera, diretora do Centro de Investigação do Mar e da Atmosfera do país, os desastres naturais tendem a aumentar no século 21 devido ao aquecimento global e as mudanças atmosféricas. A cientista afirma que está havendo aumento do número de dias quentes. "O dia mais quente, que costumava ocorrer uma vez a cada 20 anos, vai passar a ocorrer uma vez a cada dois anos no século 21", previu.

Carlos Nobre, secretário nacional para políticas e programas de pesquisa e desenvolvimento do ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil, mostrou dados que garantem que as calotas polares diminuirão 35% desde 1902. "Nesse ritmo, vai ser difícil mantê-las e a intensificação do fluxo d'água vai levar à ocorrência de mais enchentes e desastres naturais", afirmou.

Já o chefe do setor de Ciência Oceânica da Comissão Intergovernamental de Oceanografia da Unesco, Luis Valdés, ponderou que o consenso de aceitar um aumento da temperatura em dois graus Celsius pode ser o suficiente para os seres vivos terrestres, mas certamente trará efeitos nocivos ao mar. Ele ainda não soube precisar os efeitos do aquecimento das águas, mas explicou que há uma escassez de peixes no mundo todo e é cada vez mais difícil se achar peixes grandes, o que afeta de forma grave economias que dependem da pesca.

O professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Roberto Schaeffer, membro do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), foi um dos poucos a lembrar possíveis soluções para os problemas. "Nós temos que mudar a forma como se produz energia, passar a depender cada vez menos dos combustíveis fósseis antes que eles comecem a entrar em extinção. Mas os investimentos atualmente são insuficientes para se alterar a matriz energética dos países", lamentou.

Schaeffer pontuou também que a mudança das formas de energia depende, na maioria dos países, do estado da economia. "Num momento de crise, como o atual, o debate de políticas que diminuam a emissão de carbono ou a utilização de energia limpa fica infelizmente relegado ao segundo plano", explicou o professor, que frisou ainda a necessidade da mudança nos padrões de consumo.

No entanto, como o próprio professor da UFRJ admitiu, ainda há incertezas do quanto se pode permitir de emissão de carbono e se as taxas pedidas levarão um aumento de temperatura controlado de apenas dois graus Celsius, assim como se haverá tecnologia suficiente para mudar a matriz energética para combustíveis mais limpos na maior parte do mundo.

Rio+20

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável ocorre na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 13 a 22 de junho e deverá contribuir para a definição da agenda de discussões e ações sobre o meio ambiente nas próximas décadas, com foco principal na economia verde e na erradicação da pobreza.

Assim chamada por marcar os 20 anos da realização da Eco92, a Rio+20 é composta por três momentos. De 13 a 15 de junho, representantes governamentais discutirão os documentos que posteriormente serão convenionados na Conferência. Entre 16 e 19, serão programados eventos com a sociedade civil. Já de 20 a 22 ocorrerá o Segmento de Alto Nível da Conferência, para o qual é esperada a presença de diversos chefes de Estado e de governo dos países-membros das Nações Unidas.

Apesar dos esforços do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, vários líderes mundiais estarão ausentes, incluindo o presidente americano Barack Obama. Do lado europeu, ficam de fora a chanceler alemã Angela Merkel e o primeiro ministro britânico David Cameron. Para garantir a presença de países africanos e caribenhos, o Itamaraty, o Ministério da Defesa e a Embraer trarão as delegações de 10 deles.

Fonte: [TERRA.COM](#) > [Notícias](#) > [Economia](#) > [Sustentabilidade](#) > [Rio+20](#)(<http://invertia.terra.com.br/sustentabilidade/rio20/noticias/0,,OI5831416-EI20323,00-Mudancas+climaticas+cenario+e+catastrofico+e+solucoes+incertas.html>)

12/06/2012

Greenpeace duvida que Rio+20 chegue a acordos vinculativos

O Greenpeace afirmou nesta terça-feira que a Rio+20 não gerará grandes acordos vinculativos, apenas pequenos avanços em temas-chave como a proteção das águas internacionais e o crescimento estável dos investimentos nas energias renováveis.

"Existe um elevado grau de otimismo quanto a conseguir acordos em águas internacionais e oceanos", disse o coordenador de Biodiversidade da ONG, Miguel Ángel Soto. Para o ambientalista, as cúpulas devem englobar "detalhes" que não se sustentam sob um marco jurídico legal, mas que devem ser desenvolvidos.

Durante uma reunião informativa, Soto explicou que, frente à Rio+20, o Greenpeace propõe um plano de resgate dos oceanos que gere um acordo, nos moldes do Convênio das Nações Unidas sobre Direito do Mar (Unclos), que proteja as águas internacionais e proíba a prospecção petrolífera no Ártico.

O acordo garantiria a gestão dos recursos oceânicos de forma sustentável, a criação, por parte dos governos, de uma rede global de áreas marinhas protegidas e a modificação da atual gestão pesqueira para acabar com a superexploração e a pesca ilegal.

"Seria uma conquista chegar a esse acordo", continuou, "mas os interesses de muitos países interferem, entre eles os dos Estados Unidos. Como neste ano o país realiza eleições, não está se envolvendo em temas importantes frente a seu eleitorado".

Para a organização ambientalista, é prioritário que a Rio+20 associe o "desenvolvimento sustentável" aos Objetivos do Milênio da ONU. Neste ponto, o Greenpeace criticou a atuação de países poderosos que evitam resolver problemas derivados das "crises alimentícias" salvo em casos pontuais de "crises extremas de fome".

A sustentabilidade deve ser "um grito de guerra" pela transição a uma economia justa que leve ao maior desenvolvimento das energias renováveis e ao fim do subsídio às energias poluentes, defendeu Soto. O Greenpeace insistiu, ainda, que se estabeleça um "compromisso sério" que elimine o desmatamento em 2020, os subsídios às energias fósseis e a energia nuclear.

A ONG também defendeu a transformação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) em uma Agência da ONU com orçamento próprio. Paralelamente, os ecologistas reprovaram diversas decisões do primeiro-ministro espanhol, Mariano Rajoy, que disseram descumprir acordos internacionais em matéria ambiental, com a moratória às energias renováveis, a prorrogação da vida útil da usina nuclear Garoña e a autorização de prospecções petrolíferas em águas espanholas.

EFE - Agência EFE - Todos os direitos reservados. É proibido todo tipo de reprodução sem autorização escrita da Agência EFE S/A.

Fonte: [TERRA.COM > Notícias\(http://noticias.terra.com.br/noticias/0,,O15832249-EI188,00-Greenpeace+duvida+que+Rio+chegue+a+acordos+vinculativos.html\)](http://noticias.terra.com.br/noticias/0,,O15832249-EI188,00-Greenpeace+duvida+que+Rio+chegue+a+acordos+vinculativos.html)

13/06/2012

Rio+20 tem que garantir que o futuro seja sustentável e justo

por Redação WWF Brasil



O manejo florestal contribui para a conservação dos ecossistemas na Amazônia.

Foto: WWF-Brasil/Juvenal Pereira

Fonte: <http://envolverde.com.br/porta1/wp-content/uploads/2012/06/Chamada75.jpg?9d7bd4>

Rio de Janeiro – De 20 a 22 de junho os líderes mundiais se reunirã1 no Brasil para a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável; uma oportunidade única para desenvolver e planejar um futuro sustentável para todos. As decisões tomadas no Rio de Janeiro poderão definir a agenda global de desenvolvimento para muito além da próxima década. A Cúpula da Terra em 1992 resultou numa série de compromissos importantes, mas o que foi efetivamente conquistado desde então não é suficiente e os avanços ambientais têm sido muito lentos.

As crises financeiras mundiais já projetaram sua sombra sobre esta conferência, mas, mesmo assim, a Rio + 20 oferece uma chance para que os líderes se comprometam com um futuro sustentável para as futuras gerações; um futuro onde o bem estar dos humanos é colocado no coração da agenda.

Segurança alimentar, energética e de água

No Rio, a necessidade de abordar as conexões entre alimentos, água e energia deve estar no cerne das discussões. Por mais tenhamos conquistado algum progresso desde a Rio 92, hoje as ameaças ao meio ambiente ultrapassam cada vez mais as soluções. O Relatório Planeta Vivo 2012, do WWF, mostra que já estamos utilizando os recursos do planeta excessivamente e que as nações precisam reagir imediatamente para reduzir a pegada ecológica que está em constante expansão.

Os serviços mais básicos não são disponíveis para grande parte da população mundial. Em torno de 0,9 bilhão de pessoas não tem acesso à água para suas necessidades mais básicas; 2,56 bilhões carecem de acesso a saneamento seguro e água limpa; perto de 1 bilhão é subnutrido e 1,5 bilhão não tem acesso a formas modernas de energia. As demandas por alimentos, água e energia, continuam seu crescimento constante, enquanto as mudanças climáticas e o crescimento populacional infligem seus danos.

“Para enfrentar os desafios, nós temos que conservar o capital natural da Terra – sua riqueza de biodiversidade e de ecossistemas”, disse Lasse Gustavsson, diretor Executivo para Conservação do WWF Internacional. “Há anos, organizações, governos e corporações vêm abordando segurança alimentar, energética e hídrica como se fossem questões isoladas entre si. Mas se nós pretendemos, de fato, alcançar acesso à segurança nutricional, energética e hídrica adequada, precisamos adotar uma abordagem integrada.”

Os elos entre alimentos, água e energia são múltiplos. Cultivar as lavouras para prover alimentos para as pessoas vai demandar água e energia. A provisão de certas formas de energia requer água, e tornar a água

potável requer energia para torná-la limpa, assim como para distribuí-la. As mudanças climáticas, resultados de nosso consumo insustentável de combustíveis fósseis e de processos de desmatamento, afetam a produção de alimentos e a disponibilidade de água. O WWF está sinalizando a necessidade de um melhor gerenciamento dos recursos naturais do mundo, o qual tem que incluir a proteção aos sistemas de água doce, a redução de desperdício na produção e distribuição de alimentos, além de uma maneira mais racional de utilizar as águas, as terras e outros recursos. O compromisso político precisa ser muito mais forte e tem de haver um marco estabelecido para efetuar essa transformação toda.

O que tem que sair da Rio+20 é um acordo forte e ambicioso com metas e cronograma claramente definidas.

Valoração da Natureza

A conferência Rio+20 coloca os líderes globais diante de uma oportunidade única para reconhecer o valor do capital natural e incorporá-lo no nosso desenvolvimento econômico global. Precisamos medir aquilo que valorizamos:

A Rio+20 deve produzir um conjunto de indicadores claros, transparentes, e que permitam comparações, para a mensuração da qualidade do meio ambiente. No momento, existem indicadores para dois dos três aspectos do desenvolvimento (social e econômico) mas não para o meio ambiente.

As lideranças no Rio devem tornar o PIB mais 'verde', com a atribuição de valor econômico ao capital natural. As empresas e os governos devem ser chamados para demonstrar na sua contabilidade nacional e nas balanças financeiras das empresas os custos ambientais associados a suas atividades.

Metas de Desenvolvimento Sustentável

O WWF aplaude o conceito de Metas de Desenvolvimento Sustentável (MDS), vendo-o como um meio para fazer frente aos desafios críticos e interligados que se oponham à agenda de desenvolvimento até 2030. As novas metas precisam abordar áreas prioritárias tais como os oceanos, alimentos, água e energia, e devem ser aplicáveis a todos os países. Portanto, as metas devem ser projetadas para impulsionar a sustentabilidade e devem deixar claro como as três dimensões do desenvolvimento sustentável – econômica, social e ambiental – dependem umas das outras.

O ponto de partida das MDS seria as Metas de Desenvolvimento do Milênio, que estão prestes a expirar em 2015. Elas precisariam ter objetivos específicos de implementação atrelados a um cronograma, para poder enfrentar o desafio de alcançar a segurança nutricional, energética e de água no contexto de um meio ambiente global saudável – tem de ter indicadores que os países possam por em prática de acordo com as circunstâncias e especificidades nacionais.

Subsídios perversos

Todos os subsídios que levem a impactos negativos sobre o meio ambiente têm de ser eliminados, particularmente aqueles que estimulem a produção e uso de combustíveis fósseis e as práticas insustentáveis de agricultura e da pesca. O processo de eliminação deve ser transparente, incluir relatórios e avaliações anuais, e levar à eliminação total desses subsídios até, no mais tardar, o ano de 2020.

* Publicado originalmente no site [WWF Brasil](http://www.wwf.org.br/informacoes/?31584/Rio20-tem-que-garantir-que-o-futuro-seja-sustentavel-e-justo)(<http://www.wwf.org.br/informacoes/?31584/Rio20-tem-que-garantir-que-o-futuro-seja-sustentavel-e-justo>).

Fonte: WWF Brasil/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/rio20-tem-que-garantir-que-o-futuro-seja-sustentavel-e-justo/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=13)(http://envolverde.com.br/noticias/rio20-tem-que-garantir-que-o-futuro-seja-sustentavel-e-justo/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=13)

13/06/2012

Rio+20 vai definir metas para o 'mundo inteiro', diz embaixador

Luiz Alberto Figueiredo será negociador-chefe do Brasil na cúpula. Segundo ele, países ricos terão de adotar desenvolvimento sustentável.

do G1, no Rio



Fonte: <http://s02.video.glbimg.com/x240/1990301.jpg>

A Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que começa oficialmente nesta quarta-feira (13), no Rio de Janeiro, vai "definir metas para o mundo inteiro". É o que afirmou o embaixador Luiz Alberto Figueiredo, negociador-chefe do Brasil na cúpula, em entrevista ao [Bom Dia Brasil](http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/) (<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/>).

"Um dos principais resultados que nós já podemos prever será a adoção pela Rio+20, pelos chefes de Estado, de objetivos de desenvolvimento sustentável", disse. "Haverá uma coisa concreta, que será refinada por um processo de negociação imediatamente depois da Rio+20. Nós temos que definir metas para o mundo inteiro, não só para os países pobres, mas para os países ricos também, para que todos caminhemos no sentido da sustentabilidade."

O encontro, que ocorre 20 anos depois da [Rio 92](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/05/considerada-fracasso-na-epoca-rio-92-foi-sucesso-para-especialistas.html) (<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/05/considerada-fracasso-na-epoca-rio-92-foi-sucesso-para-especialistas.html>), deve reunir mais de 130 chefes de Estado em sua fase final, para debater propostas sobre como aliar o desenvolvimento econômico à proteção ao meio ambiente e à inclusão social.

O embaixador minimizou as ausências de Barack Obama (EUA), David Cameron (Grã-Bretanha) e Angela Merkel (Alemanha). "É impressionante o número de chefes de Estado que já confirmaram a sua vinda. Nós vamos ter mais chefes de Estado e de governo que tivemos na Rio 92. É natural que alguns chefes de Estado não possam vir por razões diferentes, mas seus países terão sempre uma voz muito ativa, porque eles serão representados também em bastante alto nível."

Desta quarta (13) até a sexta (15) ocorrem as últimas negociações sobre o documento que será levado aos chefes de governo. Trata-se da "Reunião do Comitê Preparatório da Rio+20".

Entre os dias 16 e 19, o governo brasileiro organiza mesas de debate sobre temas ligados à sustentabilidade com especialistas na área, nos "[Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/05/itamaraty-divulga-nomes-que-vaio-participar-de-dialogos-na-rio20.html)" (<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/05/itamaraty-divulga-nomes-que-vaio-participar-de-dialogos-na-rio20.html>). A fase final, chamada de "Segmento de Alto Nível", com presidentes e líderes de governos, vai de 20 a 22 de junho.



Soldados cuidam da segurança no Riocentro, sede da Rio+20, na terça (12).

Foto: Reuters

Fonte: http://s2.glbimg.com/rrzZHkmpK1ISnBxuD1SmdbMXZZwfJBDiYv_0MJVpfR1loz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/12/rio20treuters.jpg

Nesta quarta, as negociações começam às 10h e devem continuar até o início da noite. Na sessão de abertura, os “co-chairs” (pessoas que ajudam o secretário-geral da Rio+20, Sha Zukang, a comandar o encontro) vão divulgar a agenda das negociações e eleger aqueles que vão coordenar a redação dos capítulos do documento final.

Às 11h, a presidente Dilma Rousseff inaugura o “Pavilhão Brasil” no Parque dos Atletas, em frente ao Riocentro. No local, o governo brasileiro vai apresentar iniciativas e projetos ligados à temática ambiental.

Segundo o Comitê Nacional de Organização da Rio+20, ainda na quarta, às 18h30, haverá uma cerimônia oficial que deve contar com a presença dos ministros Antônio Patriota, das Relações Exteriores, e Izabella Teixeira, do Meio Ambiente.

Documento final

O texto final deve apresentar propostas para que os países sejam capazes de desenvolver sua economia sem impactar o meio ambiente e erradicando a pobreza extrema – os pilares da chamada “economia verde”.

Organizações não-governamentais e demais representantes da sociedade civil criticam a falta de acordo entre as nações e o próprio documento, designando-o como “fraco” e “sem metas obrigatórias”.

A falta de obrigações do documento para os países foi criticada por [especialistas ouvidos pelo G1](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/05/considerada-fracasso-na-epoca-rio-92-foi-sucesso-para-especialistas.html) (<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/05/considerada-fracasso-na-epoca-rio-92-foi-sucesso-para-especialistas.html>), já que a ausência de metas pode ter afastado importantes líderes como David Cameron, do Reino Unido; Angela Merkel, da Alemanha; e o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama.

Para o secretário da Rio+20, tais ausências não enfraquecerão o encontro.

Eventos paralelos

Fora do Riocentro, outros eventos e mesas de debates acontecem em diversos locais do [Rio de Janeiro](http://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/cidade/rio-de-janeiro.html)(<http://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/cidade/rio-de-janeiro.html>). O maior deles é a Cúpula dos Povos, organizada por entidades da sociedade civil críticas à agenda oficial da Rio+20.



Humanidade 2012 tem instalações, seminários e oficinas

Foto: Marcos de Paula/Agência Estado/AE

Fonte: http://s2.glbimg.com/rp1-VVWNbyjv1yPHS0H83ug4FftD9BF1pCI-MZMeZzploz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/11/age20120611337.jpg

No Forte de Copacabana, a Exposição Humanidade 2012 traz uma mostra gratuita e aberta ao público da diretora e cenógrafa Bia Lessa sobre os temas da Rio+20. O mesmo local recebe mesas de debate e, nos próximos dias, encontros de prefeitos e de empresários.

No hotel Windsor Barra, entre os dias 15 e 19, homens de negócios de todo o mundo se reúnem no "Forum sobre Sustentabilidade Global" para debater maneiras de impulsionar empresas levando em conta os quesitos de proteção ambiental.

Rio+20

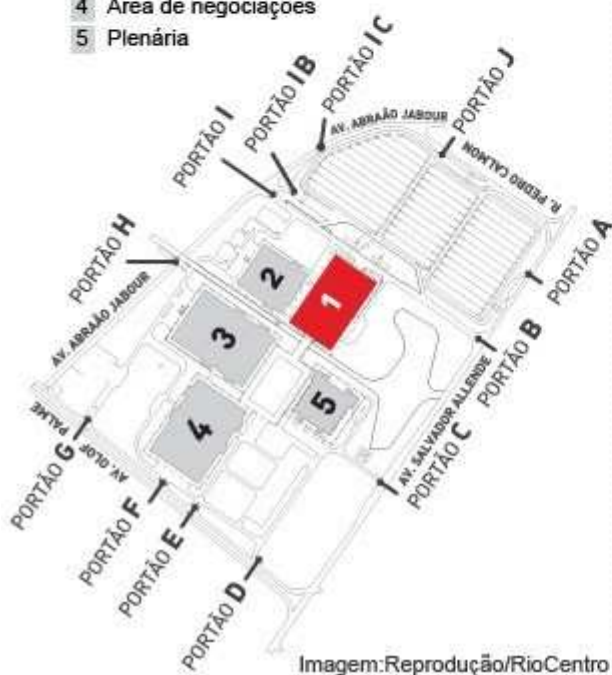
Os locais dos eventos oficiais e paralelos



- A RioCentro**
Sede oficial da Conferência Rio+20

PAVILHÕES

- 1 NÃO SERÁ UTILIZADO NA RIO+20**
2 Praça de alimentação
3 Sala de imprensa
4 Área de negociações
5 Plenária



- B Forte de Copacabana**
Abriga:
• Exposição Humanidade 2012
• TEDx
• C40 – Encontro de prefeitos das maiores cidades do mundo

- C Aterro do Flamengo**
Abriga a Cúpula dos Povos

- D Hotel Windsor Barra**
Abriga o Fórum de Sustentabilidade Empresarial

- E PUC Rio**
Abriga o Fórum de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável

G1.com.br

Fonte: <http://s2.glbimg.com/uehJwlhZs3FZ7GHezmeTINS->

[TtxVH40wwKI8FdN0pxcdOrWs68pbknXYR5Lw7e6r/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/13/mapario20.jpg](http://s2.glbimg.com/uehJwlhZs3FZ7GHezmeTINS-TtxVH40wwKI8FdN0pxcdOrWs68pbknXYR5Lw7e6r/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/13/mapario20.jpg)

Fonte: G1 > Natureza > Rio+20(<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/rio20-vai-definir-metas-para-o-mundo-inteiro-diz-embaixador.html>)

13/06/2012

Grupo do Brasil quer fundo de US\$ 30 bilhões ao ano para economia verde

G77+China apresentou solução para 'destravar' meios de implementação. Resultado do encontro será acordo político e compromissos voluntários.

por Eduardo Carvalho do G1, no Rio

O Brasil e os países membros do grupo G77+China apresentaram proposta de criação de um fundo de US\$ 30 bilhões por ano para fomentar o desenvolvimento sustentável no mundo, informou nesta quarta-feira (13) o negociador-chefe do Brasil na Rio+20, embaixador Luiz Alberto Figueiredo.

A proposta ainda deverá ser debatida durante as negociações.

De acordo com o brasileiro, a solução foi apresentada como forma de solucionar o tópico "meios de implementação" do documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que deve terminar no próximo dia 22, com a presença de chefes de Estado.

"O G77+China teve a ideia de criar um fundo para o desenvolvimento sustentável nos níveis de US\$ 30 bilhões e essa é uma proposta que conta com grande respaldo dentro do grupo e faz parte da negociação que é conduzida [no Riocentro]", disse Figueiredo.

Em entrevista coletiva realizada no Riocentro, o secretário-geral da ONU para a Rio+20, Sha Zukang, disse que os países sairão do Brasil com um acordo final de cunho político, mas de cumprimento não obrigatório, e com compromissos voluntários dos governos e organizações interessadas. Entretanto, ele não apresentou detalhes sobre o assunto.

Ele confirmou que cerca de 50 mil pessoas participarão da Cúpula da ONU, sendo que 20 mil são membros da sociedade civil. Zukang disse estar feliz pela importância que os brasileiros dão ao encontro do Rio de Janeiro, que acontece 20 anos depois da Rio 92, até então considerada a maior reunião das Nações Unidas.



O embaixador Luiz Alberto Figueiredo, negociador-chefe da delegação do Brasil, e o secretário da ONU para a Rio+20, Sha Zukang.

Foto: Giovana Sanchez/G1

Fonte: http://s2.glbimg.com/BeD6pnEhEM7IDesbuwxNCs36V9pEiXhNzCHCzBSwwAhloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/13/figueiredo_1.jpg

Negociações seguem no Riocentro

Após a abertura oficial da Rio+20, realizada pela manhã, grupos de trabalho foram divididos para conseguir "destravar" itens do documento final, que será assinado por governantes durante o "Segmento de Alto Nível", que ocorre de 20 a 22 de junho.

Mais cedo, em entrevista ao G1, o embaixador Luiz Alberto Figueiredo, disse que houve consenso entre os países em apenas 25% do texto final, mas, segundo ele, o número aparentemente baixo não dá a "ilusão" de que houve pouco andamento nas negociações.

Figueiredo explicou que os delegados presentes foram divididos em dez grupos de discussão, com o intuito de sintetizar as opiniões, liderados por co-presidentes designados pelo secretariado da Rio+20.

Rio+20

Os locais dos eventos oficiais e paralelos



A RioCentro

Sede oficial da Conferência Rio+20

PAVILHÕES

- 1 NÃO SERÁ UTILIZADO NA RIO+20
- 2 Praça de alimentação
- 3 Sala de imprensa
- 4 Área de negociações
- 5 Plenária

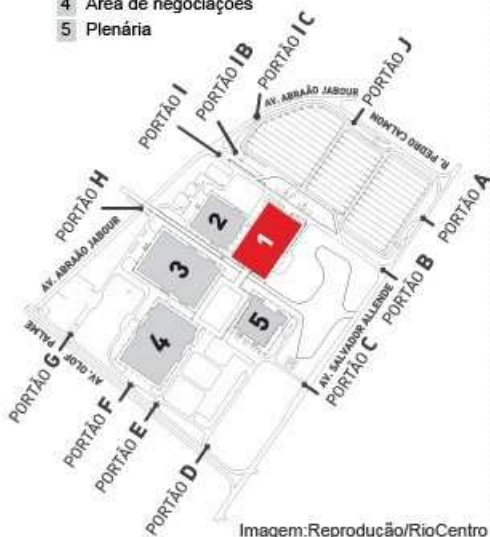


Imagem: Reprodução/RioCentro

B Forte de Copacabana

Abriga:

- Exposição Humanidade 2012
- TEDx
- C40 – Encontro de prefeitos das maiores cidades do mundo

C Aterro do Flamengo

Abriga a Cúpula dos Povos

D Hotel Windsor Barra

Abriga o Fórum de Sustentabilidade Empresarial

E PUC Rio

Abriga o Fórum de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável

G1.com.br

Fonte: http://s2.glbimg.com/iWre7SHOKqtKYURcIK4weXFZ0tkw53CI4oye6l1SvVloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/13/mapario20.jpg

Fonte: G1 > Natureza > Rio+20 (<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/grupo-do-brasil-quer-fundo-anual-de-us-30-bi-ao-ano-para-economia-verde.html>)

13/06/2012

Grupo de consumidores questiona conceito de 'economia verde'

*Rio+20, discute sobre forma de produção e consumo mais sustentável.
Economia deve ser forma de trazer bem-estar às pessoas, disse ativista.*

por Daniel Buarque do G1, no Rio

O conceito de "economia verde", um dos focos dos debates que tiveram início nesta quarta-feira (13) na Rio+20, é a principal preocupação de organizações internacionais de consumidores que fazem parte do debate de grupos da sociedade civil na conferência.

Em entrevista coletiva concedida nesta tarde no Riocentro, o diretor de políticas do grupo Consumers International, Luis Eduardo Flores Mimica, explicou que há uma divisão de opiniões sobre o conceito, e que há ONGs que rejeitam completamente a ideia, enquanto outros grupos acreditam que ela pode se encaixar à própria ideia de sustentabilidade.

"Para alguns grupos, o conceito está muito ligado à orientação de negócios", disse, explicando que há um interesse em voltar a ideia a todas as pessoas. Segundo ele, entretanto, há uma outra interpretação, que acredita de forma mais ampla que a economia verde é uma possibilidade de integrar negócios e fazer a economia trabalhar para o povo. "Essa é a nossa ideia de sustentabilidade. Significa que a economia é um instrumento de bem-estar", disse. "Nossa expectativa é começar um processo de fazer a economia trabalhar para o povo, em vez do contrário."

A definição de "economia verde" é um dos focos dos debates que acontecem durante a conferência de sustentabilidade no Rio de Janeiro. Ela gira em torno de oportunidades de negócios que levem em conta os conceitos do desenvolvimento sustentável.

Segundo Mimica, é a primeira vez que acontece um debate internacional sobre o conceito com participação de grupos de consumidores. Os debates vão ocorrer ao longo dos próximos dias, a fim de alcançar um acordo sobre a definição do conceito. "Nossa preocupação é saber o que vai ser esta 'economia verde' e isso gera muita discussão, mas precisamos prestar atenção e nos aprofundar no assunto."

A Consumers International é uma federação global de grupos de consumidores que reúne 220 organizações de 115 países com foco em consumo sustentável. O grupo faz parte dos debates de membros da sociedade que ocorrem durante todos os dias da Rio+20, e que deve incluir representantes de ONGs de defesa dos direitos humanos, de mulheres, de jovens, de grupos indígenas e dezenas de outros, além de atores econômicos, acadêmicos e pesquisadores que debatem sustentabilidade.

Além de enfatizar a importância dos debates, Mimica explicou que a federação que representa defende que os métodos para se calcular o Produto Interno Bruto (PIB) dos países seja repensado, assim como foi defendido por cientistas durante o Fórum de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável, que acontece na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Para alguns pesquisadores, a medição da economia apenas pelo PIB prejudica o meio ambiente. "O modelo atual nos faz caminhar para o desastre", disse Mimica.

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20\(http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/grupo-de-consumidores-questiona-conceito-de-economia-verde.html\)](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/grupo-de-consumidores-questiona-conceito-de-economia-verde.html)

13/06/2012

Rio+20 promoverá papel da mulher no desenvolvimento sustentável, diz Bachelet

Diretora-executiva da ONU Mulheres, vai pedir a governos e empresas apoio à igualdade de gênero e à capacitação da mulher

da EFE



Bachelet defende que mulher seja peça central para as políticas de desenvolvimento sustentável

Foto: EFE

Fonte: <http://i0.ig.com/bancodeimagens/a9/op/25/a9op259zhz169pvn9zkuroz9r.jpg>

A diretora-executiva da ONU Mulheres, a ex-presidenta chilena Michelle Bachelet, quer que os líderes mundiais presentes na Rio+20 reconheçam e promovam o papel da mulher para tornar realidade o desenvolvimento sustentável.

"Queremos gerar a maior quantidade de apoio à igualdade de gênero e à capacitação da mulher, porque a mulher é uma peça-chave para o desenvolvimento sustentável", disse Bachelet

Bachelet, que viajará ao Brasil na próxima semana, liderará os esforços da ONU Mulheres na chamada Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que acontecerá no Rio de Janeiro de 20 a 22 de junho, para que se reconheça "o papel vital da mulher" na busca por um futuro melhor para o planeta.

"Se conseguirmos avançar mais rapidamente em questões da igualdade de gênero, também vamos avançar mais rapidamente no desenvolvimento sustentável", ressaltou a responsável da ONU Mulheres.

A ideia de Bachelet é lançar uma chamada aos Governos do mundo, ao setor privado e à sociedade civil para que "deem prioridade à igualdade de gênero e à capacitação da mulher na agenda do desenvolvimento sustentável", mas também para que "acelerem o início de seus compromissos".

A diretora da ONU Mulheres quer o envolvimento da mulher em assuntos tão vitais para o desenvolvimento sustentável como o uso de energias renováveis e novas técnicas de pesca e coleta, porque, "primeiro de tudo, facilitaria sua vida, e, depois, porque teria um impacto muito propício sobre o planeta com esse tipo de decisões".

Para a cúpula da Rio+20, Bachelet previu celebrar um encontro com as mulheres chefes de Estado e de Governo presentes para lançar "uma chamada" que impulse o papel da mulher em todos os âmbitos.

Fonte: [iG](#) > [último](#) [Segundo](#) > [Notícias](#) > [Especial](#)
[Rio+20\(http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/2012-06-13/rio+20-deve-promover-papel-da-mulher-no-desenvolvimento-sustentavel-diz-bachelet.html\)](http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/2012-06-13/rio+20-deve-promover-papel-da-mulher-no-desenvolvimento-sustentavel-diz-bachelet.html)

13/06/2012

Mudança do clima e florestas: o papel das políticas e dos incentivos positivos

Em nome do Ministério do Meio Ambiente e do IPEA, gostaríamos de convidá-los para participar do painel "Mudança do clima e florestas: o papel das políticas e dos incentivos positivos". O evento se realizará dia 16 de junho de 2012, entre 11 às 13 horas, no Espaço do Comitê Nacional Organização (CNO), Auditório CNO 1, Parque dos Atletas, Avenida Salvador Allende s/n, Barra da Tijuca - Rio de Janeiro, RJ.

Pedimos confirmação de presença, através do correio eletrônico: reddbrazil@mma.gov.br Este endereço de e-mail está protegido contra spambots. Você deve habilitar o JavaScript para visualizá-lo. , ou pelos tels:(61) 2028-2166 ou 2275. Confira o convite e outros eventos da Rio +20 na nossa seção de Eventos.

Cordialmente,

Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental - Ministério do Meio Ambiente

Fonte: [MMA > Notícias](http://www.florestal.gov.br/redd/index.php/noticias/79-mudanca-do-clima-e-florestas-o-papel-das-politicas-e-dos-incentivos-positivos)(<http://www.florestal.gov.br/redd/index.php/noticias/79-mudanca-do-clima-e-florestas-o-papel-das-politicas-e-dos-incentivos-positivos>)

13/06/2012

Padrão mundial de preservação ambiental associado à qualidade de vida é meta da Rio+20

por Renata Giraldi, da Agência Brasil



Conferências prévias à Rio+20 começam com críticas ao consumismo.

Foto: Agência EFE

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Chamada45.jpg?9d7bd4>

Brasília – A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que começa hoje (13) e vai até o dia 22 no Rio de Janeiro, incluindo discussões sobre preservação ambiental, desenvolvimento sustentável e economia verde, quer estabelecer novo padrão internacional para o setor. Pelo menos 115 chefes de Estado e de Governo já confirmaram presença. A presidenta Dilma Rousseff está hoje no Rio para inaugurar o pavilhão do país no evento.

Para o Brasil, é fundamental enfatizar como alternativa mundial o desenvolvimento da economia verde por meio de incentivos à melhoria da qualidade de vida das populações, erradicando a pobreza e estimulando a sustentabilidade. A alternativa deve ser associada aos programas de transferência de renda, como os adotados no país.

Uma das preocupações do governo brasileiro é incluir essa determinação no documento final. No texto estarão definidas as metas de desenvolvimento sustentável para as próximas duas décadas e que deverão ser adotadas por todos os participantes da Rio+20. A ideia é aprovar um documento como o definido pelas Nações Unidas, em 2000, quando foram estabelecidas as Metas do Milênio.

No documento Metas do Milênio, da Organização das Nações Unidas (ONU), os objetivos se concentraram em acabar com a fome e a pobreza, garantir educação básica de qualidade para todos, assim como assegurar medidas de igualdade entre os sexos e a valorização da mulher.

Também está definido nas Metas do Milênio adotar alternativas para reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde das grávidas e combater a aids e a malária, assim como estimular o respeito ao meio ambiente e incentivar o trabalho pelo desenvolvimento.

A Rio+20 ocorre duas décadas depois de outra conferência que marcou época, a Rio92. O objetivo agora é definir um modelo internacional para os próximos 20 anos com base na preservação do meio ambiente, mas com foco na melhoria da qualidade de vida a partir da erradicação da pobreza, por meio de programas sociais, da economia verde e do desenvolvimento sustentável para uma governança mundial.

A conferência conta com o apoio e o comando da ONU. O secretário-geral do evento é o diplomata chinês Sha Zukang e a presidenta da conferência é Dilma Rousseff. Desde o ano passado, ela faz campanha para atrair os líderes políticos internacionais ao evento. Dessa forma, ela conseguiu fazer com que vários presidentes e primeiros-ministros compareçam à conferência.

* Colaborou Yara Aquino//Edição: Renata Giraldi

** Publicado originamente no site da [Agência Brasil](http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-06-13/padiao-mundial-de-preservacao-ambiental-associado-qualidade-de-vida-e-meta-da-rio20)(<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-06-13/padiao-mundial-de-preservacao-ambiental-associado-qualidade-de-vida-e-meta-da-rio20>).

Fonte: Agência Brasil/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/padiao-mundial-de-preservacao-ambiental-associado-a-qualidade-de-vida-e-meta-da-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=13)(http://envolverde.com.br/noticias/padiao-mundial-de-preservacao-ambiental-associado-a-qualidade-de-vida-e-meta-da-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=13)

13/06/2012

A água não pode faltar na Rio+20

por Thalif Deen, da IPS



No Cairo, nem todos têm acesso fácil a água.

Foto: Victoria Hazou/IPS

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Slide17.jpg?9d7bd4>

Nações Unidas, 13/06/2012 – A manchete de um jornal de Nova York, em março deste ano, capturou a essência de uma possível ameaça à estabilidade mundial: “Informe dos Estados Unidos prevê tensões pela água”. O estudo, uma somatória de relatórios da inteligência norte-americana, alerta que nos próximos dez anos muitos países “quase seguramente experimentarão problemas relacionados com a água, por escassez, má qualidade ou inundações, que poderiam gerar instabilidade e falhas nos Estados, aumentando as tensões regionais”.

Apesar destas advertências, há temores de que no plano de ação que se espera seja acordado na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que acontece de 20 a 22 deste mês no Rio de Janeiro, deixe fora o assunto fundamental da água e do saneamento. “Muitos estão perdendo sua fé no sistema das Nações Unidas, e um resultado fraco na Rio+20 contribuirá para essa desconfiança”, alertou Karin Lexen, do Instituto Internacional da Água de Estocolmo.

“Naturalmente, gostaríamos de ver um resultado contundente, com compromissos concretos e com visão de futuro”, disse Karin à IPS. Este especialista também afirmou que seria importante os líderes reunidos no Rio de Janeiro acordarem novas metas de desenvolvimento sustentável. Como elemento crucial da economia, a água claramente deve ser tema de uma das metas, e também deve estar incluída em outras referentes a setores como energia e alimentação, destacou.

A Rio+20, da qual participarão mais de 120 chefes de Estado e de governo, acontecerá 20 anos depois da Cúpula da Terra, também realizada no Rio de Janeiro. O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, afirmou que a cúpula deve obter progressos nos elementos fundamentais da sustentabilidade: energia, água, alimentação, cidades, oceanos, emprego e empoderamento das mulheres.

Por sua vez, a relatora especial da ONU sobre direito humano a água e saneamento, Catarina de Albuquerque, exortou os Estados-membros a contemplarem este tema na Rio+20.

Em carta aberta dirigida aos governos que discutem o documento final do encontro, Catarina expressa sua preocupação pela possibilidade de ser excluído do texto um exposto reconhecimento do direito humano a água e saneamento, após fracassarem neste aspecto três rodadas de negociações em Nova York. “Alguns países sugeriram uma linguagem alternativa que não faz menção explícita a esse direito. Outros tentaram reinterpretá-lo e inclusive diluir o conteúdo deste direito”, apontou.

A relatora destacou que o acesso a água já foi reconhecido, em 2010, como direito humano tanto pela Assembleia Geral da ONU como pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Quando fixarem metas sobre acesso a água potável, os líderes reunidos na Rio+20 deverão integrar o conceito desse recurso como direito humano, insistiu Catarina. A água deve estar disponível em quantidade suficiente para proteger a saúde e a dignidade humanas, especialmente para os mais marginalizados, ressaltou.

No entanto, Karin destacou que na Rio+20 será fundamental acordar “uma gestão sábia e sustentável da água”. Se tudo continuar como está, a demanda mundial poderá superar a oferta em 40% até 2030. Isto, advertiu, porá em risco também a energia e a alimentação, aumentará os custos da saúde pública, limitará o desenvolvimento econômico, desatará tensões sociais e geopolíticas e causará danos ambientais duradouros.

“Portanto, os fundamentos de uma economia verde eficiente devem ser construídos sobre água, energia e segurança alimentar, e esses temas precisam ser enfrentados de forma integrada e global, além de constarem” do documento final do Rio, acrescentou Karin. Este especialista opinou que as conferências internacionais ainda não dão à água o lugar de destaque que merece, considerando seu papel fundamental para a vida e o desenvolvimento, além de ser ferramenta para a cooperação e também possível motivo de conflitos.

Embora a água seja mencionada no rascunho da declaração final, está excluída quando se refere a outras áreas relacionadas. As delegações continuam debatendo sobre o conceito do acesso a água e saneamento como direito humano, quando faltam poucos dias para o início da reunião. “Temos muito trabalho na última semana que resta pela frente, e na própria cúpula, para garantir que haja compromissos concretos e um resultado contundente”, enfatizou Karin.

Fonte: IPS/Envolverde(http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/a-agua-nao-pode-faltar-na-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=13)

13/06/2012

Economia verde versus economia solidária

por Leonardo Boff*



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/c45.jpg?9d7bd4>

O Documento Zero da ONU para a Rio+20 é ainda refém do velho paradigma da dominação da natureza, para extrair dela os maiores benefícios possíveis para os negócios e para o mercado. Por meio dele e nele o ser humano deve buscar os meios de sua vida e subsistência. A economia verde radicaliza esta tendência, pois, como escreveu o diplomata e ecologista boliviano Pablo Solón, “ela busca não apenas mercantilizar a madeira das florestas, mas também sua capacidade de absorção de dióxido de carbono”. Tudo isso pode se transformar em bônus negociáveis pelo mercado e pelos bancos. Destarte, o texto se revela definitivamente antropocêntrico, como se tudo se destinasse ao uso exclusivo dos humanos e a Terra tivesse criado somente a eles e não a outros seres vivos que exigem também sustentabilidade das condições ecológicas para a sua permanência neste planeta.

Resumidamente: “O futuro que queremos”, lema central do documento da ONU, não é outra coisa que o prolongamento do presente. Este se apresenta ameaçador e nega um futuro de esperança. Num contexto destes, não avançar é retroceder e fechar as portas para o novo.

Há, outrossim, um agravante: todo o texto gira ao redor da economia. Por mais que a pintemos de marrom ou de verde, ela guarda sempre sua lógica interna que se formula nesta pergunta: quanto posso ganhar no tempo mais curto, com o investimento menor possível, mantendo forte a concorrência? Não sejamos ingênuos: o negócio da economia vigente é o negócio. Ela não propõe uma nova relação para com a natureza, sentindo-se parte dela e responsável por sua vitalidade e integridade. Antes, move-lhe uma guerra total, como denuncia o filósofo da ecologia Michel Serres. Nesta guerra não possuímos nenhuma chance de vitória. Ela ignora nossos intentos. Segue seu curso mesmo sem a nossa presença. Tarefa da inteligência é decifrar o que ela nos quer dizer (pelos eventos extremos, pelos tsunamis, etc.), defender-nos de efeitos maléficos e colocar suas energias a nosso favor. Ela nos oferece informações, mas não nos dita comportamentos. Estes devem se inventados por nós mesmos. Eles somente serão bons caso estejam em conformidade com seus ritmos e ciclos.

Como alternativa a esta economia de devastação, precisamos, se queremos ter futuro, opor-lhe outro paradigma de economia de preservação, conservação e sustentação de toda a vida. Precisamos produzir sim, mas a partir dos bens e serviços que a natureza nos oferece gratuitamente, respeitando o alcance e os limites de cada biorregião, distribuindo com equidade os frutos alcançados, pensando nos direitos das gerações futuras e nos demais seres da comunidade de vida. Ela ganha corpo hoje por meio da economia biocentrada, solidária, agroecológica, familiar e orgânica. Nela cada comunidade busca garantir sua soberania alimentar. Produz o que consome, articulando produtores e consumidores numa verdadeira democracia alimentar.

A Rio 92 consagrou o conceito antropocêntrico e reducionista de desenvolvimento sustentável, elaborado pelo Relatório Brundland de 1987 da ONU. Ele se transformou num dogma professado pelos documentos oficiais, pelos Estados e empresas sem nunca ser submetido a uma crítica séria. Ele sequestrou a sustentabilidade só para seu campo e assim distorceu as relações para com a natureza. Os desastres que causava nela eram vistos como externalidades que não cabia considerar. Ocorre que estas se tornaram ameaçadoras, capazes de destruir as bases físico-químicas que sustentam a vida humana e grande parte da biosfera. Isto não é superado pela economia verde. Ela configura uma armadilha dos países ricos, especialmente da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) que produziu o

texto teórico do Pnuma, “Iniciativa da Economia Verde”. Com isso, astutamente descartam a discussão sobre a sustentabilidade, a injustiça social e ecológica, o aquecimento global, o modelo econômico falido, e a mudança de olhar sobre o planeta que possa projetar um real futuro para a Humanidade e para a Terra.

Junto com a Rio+20 seria um ganho resgatar também a Estocolmo+40. Nesta primeira conferência mundial da ONU, de 5 a 15 de julho de 1972, em Estocolmo na Suécia, sobre o Ambiente Humano, o foco central não era o desenvolvimento, mas o cuidado e a responsabilidade coletiva por tudo o que nos cerca e que está em acelerado processo de degradação, afetando a todos e especialmente aos países pobres. Era uma perspectiva humanística e generosa. Ela se perdeu com a cartilha fechada do desenvolvimento sustentável e agora com a economia verde.

* *Leonardo Boff é teólogo, filósofo, escritor e autor de Sustentabilidade: o que é e o que não é, Vozes 2012.*
** *Publicado originalmente no site*
Adital(<http://www.adital.com.br/Site/noticia.asp?lang=PT&langref=PT&cod=67729>).

Fonte: Adital/[Envolverde](http://envolverde.com.br/sociedade/artigo-sociedade/economia-verde-versus-economia-solidaria/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=13) > [Artigo](http://envolverde.com.br/sociedade/artigo-sociedade/economia-verde-versus-economia-solidaria/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=13)(http://envolverde.com.br/sociedade/artigo-sociedade/economia-verde-versus-economia-solidaria/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=13)

13/06/2012

Ética para uma civilização ecológica

por Suvendrini Kakuchi, da IPS



Fonte: <http://envolverde.com.br/porta/wp-content/uploads/2012/06/Slide31.jpg?9d7bd4>

Tóquio, Japão, 13/06/2012 – Ecologistas japoneses promovem o conceito de ética como forma de exercer pressão na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que acontecerá na próxima semana no Rio de Janeiro. O enfoque tem o objetivo de promover a responsabilidade ambiental. “A ética ambiental se baseia no conceito de que as pessoas assumam sua responsabilidade na preservação dos recursos naturais e da biodiversidade. Ao destacar este aspecto, procuramos combater o lugar prioritário do crescimento econômico, que conspirou contra cúpulas anteriores”, afirmou Ryoichi Yamamoto, especialista em desenvolvimento e professor da Universidade de Tóquio.

Na Rio+20 será negociada a transição para uma economia verde como forma de preservar o ar, a terra e a biodiversidade do planeta. Os ativistas temem que o debate sobre o futuro do planeta volte a ter uma forte ênfase no uso de tecnologias para combater a contaminação e a exploração dos recursos naturais, e assim favorecer o crescimento econômico, como ocorreu desde que o desenvolvimento sustentável passou a ser um tema global, em 1992.

Esse enfoque não garantiu uma adequada proteção dos recursos naturais nem dos ecossistemas delicados, segundo ativistas. Por exemplo, mais de cem países entraram em acordo sobre o objetivo ambicioso de manter o aquecimento global abaixo de dois graus, colocando limites às emissões contaminantes de cem bilhões de toneladas de dióxido de carbono até 2050. Contudo, ao que parece, é impossível cumprir a meta.

Numerosos estudos indicam que já foi emitido um terço da cota permitida nos últimos nove anos no planeta, especialmente desde que grandes economias, como China e Índia, passaram a ser grandes contaminadoras. Além disso, apesar do crescimento econômico superior a 8% em países como estes dois, a brecha entre ricos e pobres aumenta. O Índice de Desenvolvimento Humano, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), diz que a expectativa de vida, o analfabetismo e a mortalidade infantil são quase sete vezes maiores nos pequenos povoados da China do que nas grandes cidades.

Para fazer frente a essa tendência alarmante, Yamamoto lidera uma campanha para criar o Grupo de Ética para uma Civilização Ecológica, como agência especial da Organização das Nações Unidas (ONU). A iniciativa busca fortalecer o contexto institucional do desenvolvimento sustentável mediante a colaboração entre ciência, cultura e religião. Excelentes pesquisas científicas, que avaliam desde a vulnerabilidade dos ecossistemas até o crescimento econômico, oferecem amplo conhecimento para incidir nas decisões políticas, destacou Yamamoto à IPS.

“Entretanto, o que falta é um desenvolvimento sustentável baseado na perspectiva de uma civilização ecológica, que possa existir em harmonia com os sistemas naturais”, acrescentou Yamamoto. A proposta de um enfoque ético para encontrar soluções na Rio+20 ganhou força no Japão depois da catástrofe nuclear de 2011. “O desastre levou à revisão do êxito econômico desse país. Apesar do grande crescimento do pós-guerra, o ocorrido foi uma dura lição sobre a vulnerabilidade dos materiais enriquecidos e convenceu a população de que a proteção do meio ambiente não pode ficar em segundo lugar”, ressaltou.

O apoio público à energia nuclear diminuiu drasticamente, e quase 70% da população se opõem a recuperar os reatores, apesar de até o desastre do ano passado ser considerada o eixo do desenvolvimento neste país de poucos recursos. As pesquisas de opinião indicam que nem mesmo a ameaça de escassez de energia durante o verão fez com que a população deixasse de ser contra a energia nuclear.

Há cinco anos, Teruyuki Matsushita inaugurou o Clube Donguri, uma pequena organização dedicada a conscientizar sobre o papel da floresta no município de Mihama, onde também há três reatores nucleares. “Meu trabalho contra a energia atômica traz um grande desafio, e para conseguir apoio público tive que demonstrar que a selva pode oferecer emprego que fomenta um desenvolvimento sustentável. Por isto, comecei o Clube Donguri, educamos as pessoas e ganhamos a vida com o corte e a venda de produtos como flores”, explicou Matsushita à IPS.

Como mais da metade da população mundial trabalha na agricultura, Takumo Yamada, da Oxfam Tóquio, destacou que a Rio+20 é uma plataforma crucial para discutir alternativas para um sistema no qual as corporações multinacionais fixam a agenda que afeta milhões de agricultores nos países em desenvolvimento. “O discurso no Rio de Janeiro não deverá estar dominado por empresas ricas que mostram produtos de alta tecnologia como solução para os governos que querem erradicar a pobreza e lidar com os problemas de energia”, afirmou à IPS. “Deve haver uma mudança de modelo na forma de pensar na Rio+20. Devemos trabalhar no âmbito global para conseguir justiça ambiental e objetivos de igualdade e sustentabilidade”, concluiu.

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/etica-para-uma-civilizacao-ecologica/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=13)(http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/etica-para-uma-civilizacao-ecologica/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=13)

13/06/2012

Rio+20: Descascando as histórias que as empresas contam

por Leonardo Sakamoto*



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/c14-300x200.jpg?9d7bd4>

Às portas da Rio+20, as empresas também esquentam seus motores deixando suas assessorias de comunicação malucas. É hora de mostrar que também estão juntas para garantir um mundo mais sustentável. Daí a dificuldade revelada por alguns colegas do jornalismo corporativo de fazerem um camelo passar pelo buraco da agulha.

Sou um dos raros seres humanos que leem com cuidado todo e qualquer release que me enviem sobre novas políticas de sustentabilidade das empresas, sem contar os relatórios que tratam do seu comportamento socioeconômico e ambiental encomendados por elas mesmas. Não porque seja fã dessa literatura, mas faz parte do ofício.

Particularmente, preferia ler o Chico Bento. Que, além de tudo, posicionou-se contra o novo Código Florestal. Coisa que muita empresa grande do agronegócio – que conta com relatórios lindíssimos, salpicados com uma profusão de imagens de onças com próteses dentárias e papagaios-do-piercing-roxo – não fez porque torcia pela flexibilização das leis ambientais.

Para produzir o modelo de relatório mais difundido hoje (Global Reporting Initiative), são envolvidos atores interessados nos impactos da empresa para discutir o comportamento das companhias. A ideia é boa mas, no final, ou questões colocadas não entram exatamente como deveriam ou, pior, a empresa diz uma coisa no relatório e age de forma diferente no mundo real.

Um caso clássico: empresas prometem deixar de comprar de fornecedores com problemas sociais e ambientais. Prometem isso em seu relatório de sustentabilidade, consolidando uma política e comunicando-a ao público. Ganham com esse anúncio, abraçam ministros, tiram fotos com indígenas. Anos depois, quando um importante fornecedor é flagrado fazendo besteira, a empresa ignora o que escreveu e diz que vai trabalhar em parceria com o fornecedor para que, juntos, possam caminhar em direção a um mundo mais sustentável. E que não poderia deixar o fornecedor na mão sob o risco de empregos serem fechados. Lembrando que o tráfico de drogas é também um grande empregador, mas defender serviço de aviãozinho ou fogueteiro pega mal, enquanto sair ao lado de desmatador ou escravista ainda é justificável desde que seja pelo progresso da nação. Já vi coisas assim em grandes mineradoras, indústrias automobilísticas, enfim, não é monopólio de determinado setor.

E o que estava escrito no relatório e que foi comunicado à sociedade? É o que se perguntam alguns amigos que estão diretamente envolvidos com produção de relatórios de sustentabilidade. Dia desses, um deles me confidenciou que, seguindo essa toada do “esqueçam o que escrevi”, ia oferecer seus préstimos como revisor de romances de ficção em alguma grande editora.

Dramas pessoais e literários à parte, ainda considero salutar o processo de produção desses relatórios nas empresas que levam isso a sério e convidam os interessados no comportamento da empresa para debates. É o momento de pressionar e constranger. Cobrar o que não foi feito, reconhecendo avanços, é claro. E, como ninguém é de ferro, comer pão de queijo, sanduíche de metro e tomar suco de laranja em salas de conferência de hotéis chiques.

Além de rir um pouco. Participei de um rosário de encontros visando à produção desses relatórios como parte interessada por conta do meu trabalho. Houve cenas memoráveis. Numa delas, anos atrás, um banco convidou para analisar seu relatório. Alguém levantou a mão em determinado momento e perguntou se ainda dava tempo de a empresa repensar um trecho que pegaria bem mal quando fosse divulgado. Nele, havia uma forma um tanto quanto inusitada de avaliar o impacto do aquecimento global no país e nos negócios:

“Do ponto de vista dos impactos diretos das mudanças climáticas, o estudo (conduzido pelo banco, sobre negócios e mudanças climáticas) aponta um risco reduzido na estrutura da Rede de Agências e na composição do faturamento da Organização, dado o horizonte de tempo em que a alteração do clima do planeta deve começar a afetar o Brasil com mais intensidade. À exceção das regiões litorâneas, as mais ameaçadas pelo aumento do nível do mar, o restante do território brasileiro não deve ser diretamente atingido.

A queda de oportunidades de trabalho no campo, o empobrecimento de faixas importantes da população e o consequente fluxo migratório para as grandes cidades poderão acarretar aumento do desemprego, gerando impactos sociais negativos como o crescimento da violência e da favelização e o fortalecimento da economia informal.

Nesse cenário, poderia-se observar uma diminuição da fidelização dos clientes aos bancos, diante do acirramento da concorrência, cada vez mais concentrada em regiões metropolitanas. A importância de se trabalhar melhor a rentabilidade do cliente aumenta. Tais fenômenos implicam a necessidade de cadastro de clientes mais flexível e rapidamente atualizável, uma vez que uma movimentação mais intensa das pessoas amplia as oportunidades de negócio, tanto pelo volume de recursos quanto pelas oportunidades de financiamento.”

Cadastro de clientes mais flexível? Ou seja, quem disse que não dá para ganhar dinheiro com mudanças climáticas? É a [economia verde](http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2012/06/05/dia-do-meio-ambiente-a-rio20-e-o-polemico-discurso-da-economia-verde/)(<http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2012/06/05/dia-do-meio-ambiente-a-rio20-e-o-polemico-discurso-da-economia-verde/>), minha gente.

Isso sem contar o texto. Após anos lendo releases e relatórios, tenho a certeza de que alguma coisa está errada. Tudo bem que cada grupo tenha palavras próprias para se expressar. Mas se o objetivo é comunicar à sociedade e não apenas a um grupo restrito (ó, vô! ó que lindo, fui eu quem escrevi!), seria importante tocar os dois pés no chão e falar português claro. E não “sustentabilês”. Até porque o uso exaustivo dessas expressões servem para encobrir a falta de conteúdo.

Vamos a uma breve experiência. Levantei com uma amiga jornalista que também trabalha na área dez termos usados com frequência nos relatórios.

Economia verde
Empoderamento
Globalizada
Operacionalização
Oportunizar
Panorama geral
Paradigma
Participativo
Sistêmico
Sustentabilidade

Disso, sem pensar, produzi um parágrafo:

“Devemos operacionalizar, de forma globalizada, o empoderamento sistêmico como um elo de ligação de uma sociedade participativa no panorama geral de um novo paradigma de uma economia verde, que visa a oportunizar a efetivação da sustentabilidade.”

Olha, não é por nada não, mas conseguiria encaixar esse texto em uma miríade de comunicações empresariais pré-Rio+20. É genérico, tipo uma pescada, uma virose, sempre presente no ambientalismo empresarial. Mas também em órgãos governamentais. Ou em organizações não governamentais...

Enfim, sou o discurso que, cotidianamente, construo sobre mim mesmo. Ou seja, sou o que a sociedade vê em mim. E considerando que a percepção do que seja realidade é algo construído, quanto mais recursos financeiros tenho, melhor a bricolagem.

Sou uma cebola de camadas sobrepostas que parece densa e cheia de conteúdo.

Mas que, ao ser descascada, oferece apenas vento.

* *Publicado originalmente no [Blog do Sakamoto](http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2012/06/10/rio20-descascando-as-historias-que-as-empresas-contam/)(<http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2012/06/10/rio20-descascando-as-historias-que-as-empresas-contam/>).*

Fonte: Blog do Sakamoto/[Envolverde](http://envolverde.com.br/sociedade/rio20-descascando-as-historias-que-as-empresas-contam/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=13)(http://envolverde.com.br/sociedade/rio20-descascando-as-historias-que-as-empresas-contam/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=13)

13/06/2012

A culpa por ser celeiro e mina do mundo

por Fabiana Frayssinet, da IPS



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Chamada15-300x199.jpg?9d7bd4>

Rio de Janeiro, Brasil, 13/06/2012 – O papel da América Latina como provedora mundial de matérias-primas, em expansão pela crescente demanda por alimentos e minerais, tem um alto custo ambiental. Ativistas e especialistas entendem que o dilema é buscar novas formas de produção ou substituir o atual modelo exportador. Ernesto Guhl Nannetti, diretor do colombiano Quinaxi Instituto para o Desenvolvimento Sustentável, lançou a primeira pedra.

“Com o processo de crescimento da China ou do sudeste asiático disparou a demanda por matérias-primas, e isto contribui para um forte aumento do processo de extração na América Latina, com os consequentes danos ambientais importantes, especialmente na mineração de ouro e de metais”, disse Nannetti em entrevista à IPS. Nannetti integrou o grupo internacional que elaborou o quinto informe sobre as Perspectivas do Meio Ambiente Mundial (GEO 5), apresentado este mês no Rio de Janeiro pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

O ambientalista alerta que se os governos latino-americanos não “colocarem limites claros” à exploração de recursos minerais, ou se não estabelecerem áreas específicas para fazê-la, “poderá haver efeitos muito graves no futuro”. Já em 2010 uma análise da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) dizia isso, ao alertar que as exportações da região “estão ancoradas” em seus recursos naturais. Em 2009, quase 40% das vendas eram de matérias-primas contra 26,7% em 1999. Nos países mineradores e especialmente petroleiros, a proporção foi maior.

Agora, o argumento se reforça ambientalmente a partir de informes como o GEO 5, que dedica um capítulo a esta região, que conta com 23% de todas as florestas do mundo e 31% de seus recursos de água doce. “Os ricos recursos naturais latino-americanos e caribenhos são fundamentais para a saúde ambiental do planeta, mas qualquer tentativa de protegê-los será insuficiente se seus governos não redobram esforços para criar novas políticas de proteção e aplicar as existentes”, afirma o Pnuma. O documento não responsabiliza diretamente o modelo exportador pela degradação de recursos, mas fornece dados chamativos a respeito.

“O crescimento da população e os padrões de consumo insustentáveis dizimam ambientes naturais em favor da agricultura e da extração de matérias-primas, com impactos sobre a biodiversidade da região”, destaca o estudo. Um dos exemplos citados é o aumento das terras cultiváveis em 83% desde 1960, coincidindo com um desmatamento expansivo. A região perdeu quatro milhões de hectares ao ano entre 2005 e 2010. O aumento da demanda mundial por carne bovina também contribuiu para esse dano.

O GEO 5 destaca que o aumento dos preços dos alimentos, bem como das misturas obrigatórias impostas aos biocombustíveis, por parte da Europa, por exemplo, estimularam o aumento das plantações de palma africana na Colômbia e na Guatemala, da cana-de-açúcar para produzir etanol no Brasil, e de soja no sul da América. A pecuária, que consome mundialmente 8% da água, também incidiu na redução da quantidade e qualidade dos recursos hídricos da região. E a biodiversidade dos trópicos caiu 30% desde 1992, por vários fatores ligados, entre outros, “às práticas insustentáveis do uso da terra”. Também afetada pela expansão da fronteira agrícola, a selva amazônica poderia perder um terço de seu bioma até 2100 devido à mudança climática.

N atual etapa de capitalismo se percebe uma “nova divisão internacional da produção”, afirmou João Pedro Stédile, dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e em nível internacional da Via Campesina. Nessa nova repartição, declarou à IPS que à América Latina cabe o papel de exportador de matérias-primas minerais e agropecuárias, à Ásia o das indústrias intensivas devido ao seu baixo custo salarial, e ao Hemisfério Norte o das indústrias de alta tecnologia e altos salários.

Como segunda causa, Stédile aponta a “ofensiva do capital financeiro”, em perigo no Norte após a crise surgida em 2008 nos Estados Unidos, que “correu para nossa região a fim de apoderar-se dos recursos naturais”. Os “povos locais são os que ficam com o passivo da contaminação e dos desequilíbrios climáticos que geram secas e inundações, entre outros desastres”, acrescentou. Um modelo que, segundo Stédile, apesar de se repetir em toda a região, no Brasil tem um exemplo “trágico”.

Um informe do Banco Nacional de Desenvolvimento quantifica os investimentos no Brasil para o período 2012-2015. Dos R\$ 534 bilhões previstos, 60% serão para petróleo e gás, 10% para exploração mineral, e 10% para a indústria de celulose. “Isto significa que 80% desses investimentos produtivos serão para a exportação de bens minerais e matérias-primas”, ressaltou. O Pnuma aponta experiências positivas como as que no Brasil ampliaram as áreas protegidas de florestas, ou condicionaram créditos rurais à proteção ambiental.

Outro colaborador desse informe, Carlos Klink, secretário de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente do Brasil, propõe soluções “científicas”, nas quais “os que tomam as decisões devem se basear”. O especialista estudou o Cerrado, segundo maior bioma brasileiro depois da Amazônia, mas que pela expansão agrícola registra os piores índices de desmatamento do país. O desafio era como “conciliar o uso da terra com a conservação” sem sacrificar o desenvolvimento agrícola que trouxe “benefícios socioeconômicos inegáveis. O que fazer com essas terras degradadas? Tivemos capacidade científica para melhorá-la mudando apenas o tipo de produção”, deu como exemplo.

Uma resposta para a qual também apontam organismos como o Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura: promover “um desenvolvimento da produção e do consumo mais sustentáveis. Uma revolução duplamente verde”, indicou em uma entrevista à IPS o seu diretor, José Graziano. Enquanto isso, a Cúpula dos Povos, paralela à Rio+20, questiona “soluções para os limites do planeta”, como os transgênicos, os agrocombustíveis, a nanotecnologia e a biologia sintética, e propõe enfrentar as verdadeiras causas da degradação ambiental, ou seja, “um falido modelo econômico agora disfarçado de verde”. Pelo menos, o sentido de urgência é unânime.

Fonte: [IPS/Envolverde\(http://envolverde.com.br/noticias/a-culpa-por-ser-celeiro-e-mina-do-mundo/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=13\)](http://envolverde.com.br/noticias/a-culpa-por-ser-celeiro-e-mina-do-mundo/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=13)

13/06/2012

A revolução energética alemã e seus altos e baixos

por Julio Godoy, da IPS



Mobilização em Berlim em apoio ao uso da energia solar.

Foto: Daan Bauwens/IPS

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Chamada24.jpg?9d7bd4>

Berlim, Alemanha, 13/06/2012 – Quando o governo da Alemanha decidiu, no ano passado, eliminar gradualmente sua energia nuclear até 2022, depois da catástrofe na central japonesa de Fukushima, todos sabiam que o processo exigiria um extraordinário esforço. Para isto era preciso não apenas desenvolver fontes alternativas, mas especialmente renováveis, além de atualizar a ampla rede elétrica do país. As usinas atômicas alemãs geraram de forma sustentada 20% da eletricidade total consumida no ano passado no país.

No entanto, as fontes renováveis, como a eólica ou a solar, especialmente utilizadas no norte, são mais propensas às flutuações e deverão ser administradas por meio de uma nova rede inteligente. Portanto, o governo alemão se propôs a instalar 1.800 quilômetros de novas linhas de alta voltagem em todo o país este ano, para melhorar a capacidade de armazenamento da atual rede. Porém, apesar da urgência, até o dia 7 deste mês foram estendidos apenas 214 quilômetros de linhas.

A Alemanha é um dos maiores países industrializados que renunciaram oficialmente à energia nuclear. Outras nações europeias menores, como Áustria, Bélgica e Itália, também prometeram eliminá-la gradualmente ou deixar de construir usinas. Contudo, para avançar verdadeiramente para as energias renováveis, a Alemanha necessitaria de, pelo menos, 3.800 quilômetros de novas linhas elétricas até 2020, segundo dados oficiais.

Esta nova rede é necessária para transportar a energia gerada pelos parques eólicos no mar, localizados no Atlântico norte, até as regiões altamente industrializadas do sul do país, especialmente os Estados da Baviera e Baden-Wurtemberg. Além disso, pelo menos 4.400 quilômetros das atuais linhas devem ser atualizadas nesse mesmo período. No total, a nova rede custará cerca de US\$ 40 bilhões. Resumindo, a atual rede constitui o gargalo da revolução energética alemã.

Em 28 de maio, um dia muito claro, os painéis solares da Alemanha geraram quase 75% da demanda elétrica diária nacional. “Diante dessa enorme quantidade de eletricidade gerada, a atual rede, que não tem capacidade de armazenamento suficiente e não pode transportar eficientemente a eletricidade, constitui nosso principal problema”, afirmou Helmut Jaeger, diretor-gerente da Solvis, importante fábrica de equipamentos para energia solar, durante uma conferência realizada no dia 6 deste mês, em Berlim.

Esta deficiência da rede também obriga os operadores das turbinas eólicas a fechá-las por longos períodos, quando a demanda imediata não é suficientemente alta para consumir a eletricidade gerada pelos moinhos. Para agravar a situação, a Alemanha esteve à beira de sofrer cortes de energia após fechar suas sete usinas nucleares mais antigas. No inverno passado, durante alguns períodos de alto consumo e baixa geração de energias eólica e solar, este país teve que importar eletricidade de nações vizinhas, especialmente da França. Jaeger afirmou que o risco continua e que pode se agravar caso os próximos invernos sejam mais frios e longos do que o de 2011-2012.

Operadores elétricos alemães já desenvolveram sistemas de pequena escala para tratar a eletricidade excedente gerada em dias ensolarados e de vento, bem como o déficit durante o inverno, quando o consumo é maior. Um destes sistemas é o chamado “mordomo energético”, um dispositivo eletrônico capaz de coordenar a demanda e a oferta elétrica, segundo os preços do momento, em pequenos bairros que já contam com instalações fotovoltaicas e turbinas eólicas, ou em estações locais combinadas de eletricidade e calor.

“A forma mais eficiente de usar a energia renovável é consumi-la em nível local e de imediato”, disse Thomas Wolski, gerente de uma pequena rede inteligente na cidade de Mannheim, 500 quilômetros a sudeste de Berlim. Nessa cidade, as casas que empregam painéis solares estão conectadas entre si, formando grupos de unidades urbanas com um uso eficiente da energia. “O mordomo energético analisa a atual oferta de eletricidade e seu preço, compara com a demanda potencial da unidade urbana e decide se é adequado começar a operar a máquina de lavar roupas ou temporariamente desligar refrigeradores e sistemas de calefação, a fim de otimizar o consumo segundo os preços e a oferta”, explicou à IPS.

Em outros sistemas, refrigeradores industriais podem ser empregados como lugares de armazenamento de energia nos períodos de muita oferta das fontes renováveis, quando os preços da eletricidade são altos. Este é o caso dos refrigeradores da indústria pesqueira na cidade de Cuxhaven, a apenas 20 quilômetros da costa no Atlântico norte. O provedor local de energia, a EWE, desenvolveu uma série de instalações de geração e reserva. Estas sustentam uma rede inteligente de pequena escala que inclui 650 casas, uma piscina comunitária, vários armazéns refrigerados e centrais combinadas de eletricidade e calor.

“Quando os parques eólicos no mar geram grande quantidade de eletricidade, esfriamos os armazéns a temperaturas extremas e os utilizamos como acumuladores” de energia, contou à IPS a diretora-gerente do projeto EWE, Tanja Schmedes. “Atualmente, precisamos de temperaturas de apenas 21 graus abaixo de zero nos armazéns”, afirmou Schmedes. “Quando a energia eólica é baixa, liberamos a que está armazenada nos refrigeradores da comunidade”.

Entretanto, estes modelos não são suficientes para administrar a enorme quantidade de eletricidade que a rede deve fornecer para o setor industrial alemão. Além disso, as linhas com as quais o país conta não podem transportar eletricidade de forma eficiente em distância superior a cem quilômetros, disse Stefan Kohler, diretor da Agência Alemã de Energia, escritório semigovernamental que coordena a exploração das fontes renováveis e as redes inteligentes.

“Necessitamos de uma rede mista, com linhas de 380 quilowatts capazes de transportar eletricidade alternada em distâncias relativamente curtas, e de alta tensão de corrente contínua, capazes de transportar grandes quantidades por longas distâncias”, explicou Kohler à IPS. E acrescentou que, no mais tardar até 2020, a Alemanha deveria utilizar pelo menos três linhas de alta tensão de corrente contínua, “do Estado de Schleswig-Holstein, no Mar Báltico, e do Atlântico norte até a Baviera”. Cada uma dessas linhas deveria ter 900 quilômetros de extensão.

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/a-revolucao-energetica-alema-e-seus-altos-e-baixos/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=13)(http://envolverde.com.br/noticias/a-revolucao-energetica-alema-e-seus-altos-e-baixos/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=13)

13/06/2012

Geradores de energia da Rio+20 poderão usar óleo diesel

A ANP autorizou o uso do Diesel B20 em todos os geradores que funcionarão nos principais locais do evento...

por Agência Brasil



A ANP autorizou o uso do Diesel B20 em todos os geradores que funcionarão nos principais locais do evento

Foto: ReproduçãoEnergia

Fonte: <http://www.dci.com.br/imagens/fotos/2012/4/Energia-0r69v2693255-f3.jpg>

BRASÍLIA – Os geradores de energia elétrica que estão sendo usados durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, poderão usar óleo diesel com 20% de biodiesel na mistura. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) autorizou o uso do Diesel B20 em todos os geradores que funcionarão nos principais locais do evento.

A estimativa da ANP é que sejam consumidos mais de 2 milhões de litros de B20 nos dez dias da conferência. Cerca de 1,7 milhão de litros serão consumidos no Riocentro, que, durante a Rio+20, é considerado perímetro das Nações Unidas.

Atualmente, o biodiesel vendido nos postos pelo Brasil possui 5% de biodiesel e 95% de diesel (B5). A utilização do B20 é feita pontualmente para casos específicos. O B20 já foi utilizado em geradores durante o Rock in Rio, em setembro do ano passado, e por trios elétricos em Salvador, no carnaval deste ano. A ANP também já autorizou o seu uso em frotas cativas, principalmente de ônibus urbanos.

Estudos mostram que o uso de biodiesel de soja, em um percentual de 20% em óleo diesel fóssil, pode proporcionar uma redução média de 10% na emissão de material particulado e de monóxido de carbono, e 20% de hidrocarbonetos.

Fonte: [DCI - Diário Comércio Indústria & Serviços > Notícias > Energia > Biodiesel > Rio+20](http://www.dci.com.br/geradores-de-energia-da-rio+20-poderao-usar-oleo-diesel-id298253.html)(<http://www.dci.com.br/geradores-de-energia-da-rio+20-poderao-usar-oleo-diesel-id298253.html>)

14/06/2012

Cientista apresenta ônibus movido a hidrogênio e bateria



Fonte: <http://www2.uol.com.br/JC/ne10/seloRioMais20.jpg>

O cientista Paulo Emilio de Miranda, do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ), lançou na quarta-feira a segunda versão do protótipo de um ônibus movido a hidrogênio e baterias elétricas, que só emite vapor de água e não polui. Desenvolvido pela equipe de Miranda, o veículo transporta até 70 passageiros e tem autonomia de 500 quilômetros. O projeto, apresentado na Rio + 20 e desenvolvido desde 2005, já recebeu investimento de R\$ 15 milhões.

"O grande diferencial do nosso ônibus em relação a outros desenvolvidos no mundo é que nosso sistema é híbrido. A tração é elétrica, mas quando ele está rodando tem mais duas fontes de energia: uma é a pilha combustível, que gera energia a bordo, e a outra é a regeneração da energia cinética do movimento em energia elétrica, quando freamos ou desaceleramos", diz o cientista, que acredita na possibilidade de as capitais brasileiras terem frotas desse modelo de ônibus até a Copa de 2014.

Fonte: [Agência](http://www2.uol.com.br/JC/ne10/seloRioMais20.jpg) [Estado/NE10](http://www2.uol.com.br/JC/ne10/seloRioMais20.jpg) [UOL](http://www2.uol.com.br/JC/ne10/seloRioMais20.jpg) > [Notícias](http://www2.uol.com.br/JC/ne10/seloRioMais20.jpg) >
[Cotidiano](http://ne10.uol.com.br/canal/cotidiano/rio20/noticia/2012/06/14/cientista-apresenta-onibus-movido-a-hidrogenio-e-bateria-348623.php)(<http://ne10.uol.com.br/canal/cotidiano/rio20/noticia/2012/06/14/cientista-apresenta-onibus-movido-a-hidrogenio-e-bateria-348623.php>)

14/06/2012

Putin cancela vinda para Rio+20

por Redação EcoD



Presidente russo enviará ao Brasil o primeiro-ministro Medvedev.

Foto: World Economic Forum

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Chamada76-300x185.jpg?9d7bd4>

Após a desistência oficial de Obama e o anúncio de que a China será representada pelo premiê Wen Jiabao, foi a vez de o presidente russo Vladimir Putin cancelar sua vinda para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). A delegação do país, de acordo com informações do jornal [Folha de São Paulo](http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1104338-presidente-da-russia-vladimir-putin-nao-participara-da-conferencia.shtml) (<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1104338-presidente-da-russia-vladimir-putin-nao-participara-da-conferencia.shtml>), será chefiada pelo primeiro-ministro, Dimitri Medvedev.

Putin era considerado uma das poucas presenças de peso na cúpula iniciada na quarta-feira, 13 de junho, na capital fluminense. A ausência do líder aumentou o temor do esvaziamento da conferência. A chanceler alemã, Angela Merkel, e o primeiro-ministro britânico, David Cameron, também não estarão presentes. O governo brasileiro já diminuiu a lista dos chefes de Estados com presença confirmada de 115 para 101, mas ainda não divulgou os nomes.

Em maio, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, chegou a fazer [um apelo para que os líderes dos países mais ricos do mundo comparecessem à Conferência](http://www.ecodesenvolvimento.org.br/posts/2012/maio/ban-ki-moon-pede-que-lideres-mundiais-comparecam-a) (<http://www.ecodesenvolvimento.org.br/posts/2012/maio/ban-ki-moon-pede-que-lideres-mundiais-comparecam-a>).

Agora, os nomes mais esperados são o do presidente francês, François Hollande, e do iraniano Mahmoud Ahmadinejad.

* Publicado originalmente no site da [EcoD](http://www.ecodesenvolvimento.org.br/posts/2012/junho/putin-cancela-vinda-para-rio-20) (<http://www.ecodesenvolvimento.org.br/posts/2012/junho/putin-cancela-vinda-para-rio-20>).

Fonte: EcoD/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/putin-cancela-vinda-para-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=14) (http://envolverde.com.br/noticias/putin-cancela-vinda-para-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=14)

14/06/2012

Elevação de status do Pnuma perde força diante de oposição dos ricos

por Raphael Gomide, iG Rio de Janeiro

Segundo negociador-chefe do Brasil, só há consenso para o fortalecimento do órgão, mas não para subida de nível de estrutura na ONU

A elevação do status do Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) ao nível de agência especializada perdeu força nas negociações da [Rio+20](http://ultimosegundo.ig.com.br/rio20/), apesar de este ser um tema caro aos países em desenvolvimento, em especial da África, que abriga o órgão, único no continente. Esse é um dos principais temas de entrave dos debates entre os representantes dos países e blocos para a finalização do documento principal da conferência.

[Veja a cobertura completa da Rio+20](http://ultimosegundo.ig.com.br/rio20/).

Diante da resistência dos países ricos em aumentar o poder e a estrutura do órgão, o Pnuma aparentemente deverá se contentar em subir apenas um degrau, passando a ter sua importância mais reconhecida efetivamente e menos negligenciada, embora ainda sem o status de agência.

"Nesta fase das negociações, estamos concentrados no fortalecimento e em encontrar medidas práticas para o Pnuma ter esse papel reforçado e os meios de exercer esse papel reforçado. A transformação ou não em agência especializada é posterior ao fortalecimento", afirmou o negociador-chefe do Brasil, Luiz Alberto Figueiredo Machado.

Para o diplomata brasileiro, que não revelou a posição do País quanto ao tema, essa possibilidade é remota. "Como as negociações se colocam hoje, não há consenso claro em se transformá-lo em agência especializada, mas sim no seu fortalecimento e em dar ao Pnuma meios de atuação", declarou.

Fonte: [Café das quatro - Informação de um jeito simples e objetivo > Notícias > Ciência e Saúde](http://www.cafedasquatro.com.br/materia/?cM=308140)

14/06/2012

Na véspera do fim das negociações, Brasil tenta salvar texto da Rio+20

*Primeira fase de negociações vai até esta sexta-feira.
Depois, chefes de Estado buscam acordo a partir do dia 20.*

por Eduardo Carvalho e Giovana Sanchez do G1, no Rio



Embaixador brasileiro Luiz Alberto Figueiredo, negociador-chefe da delegação brasileira

Foto: Alexandre Durão/G1

Fonte: http://s2.glbimg.com/qJwAHDd4HBQ0x1_85ayWvXcl1JGCyuDJHq5MMIJrwHdloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/14/figueiredo.jpg

O secretário-executivo da Comissão Nacional para a Rio+20, Luiz Alberto Figueiredo, disse que as negociações para a criação de meios de implementação para o desenvolvimento sustentável - que incluem formas de financiamento, tecnologia e capacitação de países -, ainda são alvo de divergências entre as delegações.

Em entrevista coletiva realizada no Riocentro nesta quinta-feira (14), o diplomata informou que houve avanços nas negociações sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis. Porém, a falta de consenso preocupa, já que se aproxima o prazo final das negociações do Comitê Preparatório da Rio+20.

"Nos interessa um documento forte e não um 'meio termo'," disse Figueiredo.

Após o fim da fase de negociações, o governo brasileiro organiza debates com especialistas, entre 16 e 19 de junho. Depois, os chefes de Estado e governo vão debater o texto no segmento de alto nível, dos dias 20 a 22.

Mais cedo, o diretor da ONU para o desenvolvimento sustentável, Nilchil Seth, disse que as negociações, previstas para acabar nesta sexta, [podem se estender pelo fim de semana](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/negociacoes-podem-se-estender-pelo-fim-de-semana-diz-diretor-da-onu.html) (<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/negociacoes-podem-se-estender-pelo-fim-de-semana-diz-diretor-da-onu.html>) a pedido dos diplomatas.

Figueiredo, no entanto, disse que o Brasil, enquanto país que preside a conferência, acredita que as negociações vão terminar na sexta. Se isso não acontecer, o governo vai agir para tentar fazer as nações entrarem em acordo.

“O Brasil vai buscar sugerir opções de solução (...). Como presidência, auxiliará assumindo as negociações e buscando pontos de convergências. É nossa função explorar vias de acordo com nossos parceiros, sem abandonar a postura como membro [da ONU]. Temos que vestir outro chapéu, que é o da presidência e que nos leva a busca do meio termo”, explicou.

O negociador-chefe da delegação brasileira negou a existência de um documento paralelo ao texto atualmente debatido entre as delegações.

“O Brasil não apresentará novos textos. É muito natural que surjam rumores de que o país-sede tenha um texto na manga e o apresente na última hora”.

Economia verde e Pnuma

Figueiredo disse não acreditar que saia mais caro para os países emergentes o gasto com a tecnologia verde, que integra a chamada “economia verde”.

“O mais importante é difundir e dar acesso a isso para que a sustentabilidade não seja privilégio de alguns. Tem que ser algo que todos os países possam abraçar,” disse.

Figueiredo também falou sobre o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), um dos pontos em debate na conferência.

“Não há um consenso claro em torno de transformar o Pnuma em uma agência especializada, mas há um consenso para fortalecer seu papel e dar os meios para sua atuação,” afirmou.

O embaixador informou que o Brasil e outros países insistem para que saia da Rio+20 um “processo negociador” que regulamenta o uso dos recursos naturais e da biodiversidade dos oceanos (alto mar).

“É uma lacuna da Convenção do Mar que deve ser preenchida e há um grande movimento de apoio a isso. Estamos muito confiantes que sairemos daqui com indicação clara de que vamos abrir um processo para negociar esse acordo”, explicou.

Fundo

Sobre a criação de um fundo anual de US\$ 30 bilhões, proposto pelo G77+China como forma de solucionar o financiamento do desenvolvimento sustentável no mundo, Figueiredo disse que todas as propostas estão sendo consideradas na negociação.

Mais cedo, o embaixador André Corrêa do Lago afirmou ao G1 que os países ricos receberam mal a proposta do grupo do Brasil.

“Quando se fala da questão de dinheiro, de recursos novos e financeiros, é um problema. Nesse caso, particularmente, por conta da crise”, disse Corrêa do Lago.

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20\(http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/negociacoes-avancaram-na-rio20-mas-ha-divergencias-diz-embaixador.html\)](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/negociacoes-avancaram-na-rio20-mas-ha-divergencias-diz-embaixador.html)

14/06/2012

Brasil não apresentará texto alternativo, mesmo sem documento consensual

por Renata Giraldi, Enviada especial

Rio de Janeiro – O secretário executivo da delegação brasileira na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, descartou hoje (14) a possibilidade de o Brasil apresentar um documento alternativo ao que está em negociação. A sugestão foi feita por alguns negociadores por causa das divergências em torno de temas essenciais, como a definição de metas conjuntas e financiamentos para o desenvolvimento sustentável.

“O Brasil não apresentará novos textos”, disse o embaixador. “O texto que existe é o que está sendo negociado. Não é o caso de apresentar novos textos. O texto que há [ainda em fase de articulação na conferência] foi aquele submetido a várias rodadas de negociações”, acrescentou. “[Mas é] natural que busque sugerir opções e soluções.”

No segundo dia de reuniões da Rio+20, persistem divergências sobre seis aspectos considerados fundamentais para o documento final. Os aspectos sem consenso são a definição de metas comuns, a transferência de tecnologias, os financiamentos, a capacitação de pessoas para execução de programas relacionados ao desenvolvimento sustentável, a compreensão sobre o significado de economia verde e a criação de novas instituições.

Até o começo desta tarde, apenas um quarto do documento foi aprovado de forma consensual, segundo os negociadores. Mas Figueiredo Machado evitou confirmar as divergências. Ele disse que prefere mencionar os avanços e buscar um acordo global. Para ele, o Brasil deve se empenhar na busca do entendimento.

“Vamos fazer tudo o que for necessário para ajudar essa negociação e levá-la a cabo. Há, sim, uma retração forte por parte de alguns países [desenvolvidos], devido à crise interna [os impactos causados pela crise econômica internacional]”, admitiu o secretário executivo da delegação brasileira. “Mas estamos aqui para pensar [alternativas] a longo prazo.”

Acompanhe a [cobertura multimídia](http://www.rio20.ebc.com.br/) (<http://www.rio20.ebc.com.br/>) da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) na Rio+20.

Edição: Nádia Franco

Fonte: [EBC - Empresa Brasileira de Comunicação > Notícias > Rio+20](http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-06-14/brasil-nao-apresentara-texto-alternativo-mesmo-sem-documento-consensual) (<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-06-14/brasil-nao-apresentara-texto-alternativo-mesmo-sem-documento-consensual>)

14/06/2012

Para Dilma, setor do etanol atingiu meta defendida pela Rio+20

Presidente disse que indústria da cana consegue crescer, incluir e proteger. Etanol é o diferencial da energia renovável brasileira, de acordo com Dilma.

do G1, em Brasília



Dilma, ao lado do senador José Sarney e do ministro Gilberto Carvalho, durante cerimônia de outorga de selo de boas práticas para empresas do setor de etanol

Foto: Roberto Stuckert Filho/PR

Fonte: http://s2.glbimg.com/4vDYYtM_8bHUKT62T-I0UzAX1egIYAqEfz8LKTeSzfJloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/14/dilma.jpg

A presidente Dilma Rousseff declarou que o setor da indústria do etanol consegue realizar uma das metas propostas pela Rio+20. A presidente deu a declaração em cerimônia de entrega de selo de boas práticas para empresas do segmento. "Nas vésperas da Rio+20, estamos mostrando que o tema da Rio+20 - crescer incluir e proteger - esta concretizado nesse setor".

Dilma outorgou o selo de boas práticas a 169 empresas da indústria da cana-de-açúcar que, na avaliação do governo, se destacaram ao garantir para seus funcionários condições de trabalho que levem em conta saúde, alimentação, transporte e segurança.

No discurso aos empresários e trabalhadores do setor, Dilma ressaltou a importância que o governo confere ao etanol brasileiro. "O Brasil hoje tem uma matriz energética das mais renováveis do mundo, porque tem na sua composição o etanol. É ele que explica o mundo se concentrar nos combustíveis fósseis e a gente, não. Enquanto 45% da matriz energética do Brasil vêm de fontes renováveis, a média mundial é de 11%", afirmou a presidente.

Dilma defendeu o modelo de produção aliada ao meio-ambiente e compromisso social. "Estamos dando um passo no sentido de cada vez mais mostrar que é possível produzir respeitando o meio ambiente e o social. Produzir energia limpa, além disso fazendo um processo de inclusão social no qual o direito dos trabalhadores assumam papel de destaque", afirmou.

Durante o discurso, a presidente aproveitou para rebater acusações de que a produção de cana-de-açúcar para o etanol ameaça a Amazônia. Ela defendeu que o etanol é produzido em regiões distantes da floresta. "Mesmo quando dizíamos que o etanol distava da Amazônia assim como Lisboa de Moscou, havia por parte de vários jornais da imprensa internacional uma tentativa de não entender essa distância", afirmou Dilma Rousseff.

A presidente lembrou que, na quarta-feira (14), ao chegar ao Rio de Janeiro para discursar na Rio+20, foi transportada por um carro movido a etanol de segunda geração. Trata-se de um experimento da Petrobrás que extari combustível a partir do bagaço da cana e que seria, portanto, mais ecológico. O exemplo, de acordo com a presidente, mostra o potencial do país na área do biocombustível.

"É muito relevante [o projeto]. Mostra que, do ponto de vista do uso de combustíveis renováveis, não há ninguém que dispute com o etanol brasileiro. Não só na área da produção da cana, como também na transformação", disse a presidente.

A presidente encerrou o discurso dizendo que o setor do etanol, depois de passar por expansão, viveu momento de acomodação. Para Dilma, a tendência agora é passar por nova expansão.

O Brasil já mostrou que pode conjugar momentos de expansão e momentos que pede uma acomodação. Nosso próximo encontro será de investimentos. O setor passou por acomodação. O setor respeita os trabalhadores; maturou no que se refere à sua regulação; e agora acho que uma nova etapa se aproxima."

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20\(http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/para-dilma-setor-do-etanol-atingiu-meta-defendida-pela-rio20.html\)](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/para-dilma-setor-do-etanol-atingiu-meta-defendida-pela-rio20.html)

14/06/2012

Governo lança plano para compensar emissões de gases da Rio+20

*Governo lançou estratégia nesta quinta, no Riocentro.
Emissões são medidas seguindo padrões internacionais.*

do G1, no Rio

O governo brasileiro divulgou nesta quinta-feira (14), no Riocentro, no Rio de Janeiro, um plano que vai compensar as emissões de gases de efeito estufa provenientes da Rio+20, como forma de reduzir o impacto ambiental da conferência, que teve início oficialmente nesta quarta-feira.

De acordo com o governo, a “Estratégia Nacional de compensação de emissões de gases de efeito estufa” englobará a realização de um inventário para mensurar os gases provenientes da Rio+20 e seguirá padrões internacionais. Além disso, todos os participantes poderão doar online o equivalente às suas emissões em deslocamentos na Conferência. O ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, fez a sua doação no Riocentro.



Ministro Antônio Patriota recebe certificado por ter compensado emissões de gases

Foto: Alexandre Durão/G1

Fonte: http://s2.glbimg.com/1rZi4nK9nYBg_39gZ7_O11IWQhIXv0olibUiuso-C7Zloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/14/alexandre-durao-bb.jpg

Para evitar uma quantidade maior de impacto ambiental, o Comitê Nacional de Organização da Rio+20 já seguiu a recomendação do decreto brasileiro que prevê compras públicas sustentáveis, assinado no último dia 5 de junho pela presidente Dilma Rousseff.

Ainda segundo o ministério das Relações Exteriores, gastos de recursos hídricos, produção de resíduos sólidos, energia e queima de combustível fóssil com transportes terrestres durante a conferência terão suas emissões compensadas por meio do mercado de crédito de carbono, inserido no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), instrumento do Protocolo de Kyoto.

Protocolo de Kyoto é um acordo global para reduzir a emissão de gases estufa, como o dióxido de carbono, com o objetivo de conter o avanço das mudanças climáticas. O mercado de créditos de carbono foi criado dentro de um instrumento do protocolo chamado "Mecanismo de Desenvolvimento Limpo" (MDL) e permite a países desenvolvidos (como os europeus) comprar toneladas de CO₂ que não foram emitidas por países em desenvolvimento (como o Brasil) graças à implantação de tecnologias limpas em diferentes áreas. Um crédito de carbono equivale a uma tonelada não-emitada.

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20\(http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/governo-lanca-plano-para-compensar-emissoes-de-gases-da-rio20.html\)](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/governo-lanca-plano-para-compensar-emissoes-de-gases-da-rio20.html)

14/06/2012

Curitiba apresenta primeiro ônibus movido a biodiesel e eletricidade na Rio+20

por Carolina Gonçalves, Enviada Especial da Agência Brasil

Rio de Janeiro – O ônibus movido a biodiesel e eletricidade que começa a rodar na capital paranaense a partir do segundo semestre deste ano foi um dos destaques do segundo dia da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. A questão da mobilidade urbana é um dos temas-chave do encontro, que busca soluções para problemas como a redução da emissão de gases de efeito estufa.

O Hibribus, como foi batizado, promete ruído zero e até 90% menos emissão desses gases. “A partir do dia 15 de agosto, já teremos 30 ônibus circulando na cidade. Ao longo do ano, serão 60 ônibus e, à medida que a frota for sendo renovada, será renovada com os ônibus movidos a energia e biodiesel”, garantiu o prefeito de Curitiba, Luciano Ducci.

De acordo com a Volvo, que está produzindo os motores, os chassis estarão prontos na semana que vem, para montagem de carroceria dos 30 primeiros veículos. Até agora, a prefeitura já investiu US\$ 20 milhões no projeto. No total, o sistema de transporte de Curitiba, com a frota de 60 veículos híbridos, vai custar R\$ 26 milhões aos cofres da prefeitura.

O ônibus opera com dois motores, um elétrico e outro a biodiesel, que funcionam em paralelo ou de forma independente. O motor elétrico é utilizado no arranque e na aceleração até a velocidade de 20 quilômetros por hora, momentos em que o uso de combustível é elevado.

Como o motor elétrico tem torque mais potente, isso faz com que o novo ônibus economize mais e polua menos. A partir dos 20 quilômetros por hora, entra em funcionamento o motor a biodiesel que, no caso de Curitiba, é à base de soja.

Segundo a prefeitura da capital paranaense, a rede de transporte de Curitiba conta com uma frota de 1915 ônibus, que responde por 60% dos deslocamentos feitos com veículos motorizados e 45% do total de deslocamentos na cidade. Por dia, o setor transporta mais de 2 milhões de passageiros em 21 mil viagens, que totalizam 490 mil quilômetros.

Acompanhe a [cobertura multimídia](http://www.rio20.ebc.com.br/) da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) na Rio+20.

Edição: Lana Cristina

Fonte: [EBC - Empresa Brasileira de Comunicação > Notícias > Rio+20](http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-06-14/curitiba-apresenta-primeiro-onibus-movido-biodiesel-e-eletricidade-na-rio20) (<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-06-14/curitiba-apresenta-primeiro-onibus-movido-biodiesel-e-eletricidade-na-rio20>)

14/06/2012

Rio+20 tem desafio de definir objetivos do desenvolvimento sustentável na área alimentar, energética e hídrica

por Fabíola Ortiz, da IPS



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/c16.jpg?9d7bd4>

Após 20 anos da Rio92, a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, começou nesta quarta-feira, dia 13 de Junho, no Rio de Janeiro com o desafio de discutir as lições aprendidas há duas décadas e as tarefas que vão orientar as negociações para se chegar a uma declaração em prol do desenvolvimento sustentável, com aplicações concretas.

Segundo disse a IPS, o coordenador da Iniciativa Amazônia Viva da Rede WWF, Claudio Maretti, em uma das primeiras atividades da Conferência, a grande expectativa é que a Rio+20 saia com os objetivos do desenvolvimento sustentável. “A grande esperança é que a gente tenha, pelo menos, os objetivos da segurança alimentar baseada numa agricultura sustentável, segurança hídrica e energética”, afirmou.

A governança dos oceanos, o melhor planejamento e gestão das cidades para menor consumo também são pontos que devem ser incluídos na lista de metas. “É fundamental diminuir a exploração de recursos naturais. Segurança alimentar é, por exemplo, garantir a produção de alimentos sem devastar o meio ambiente e manter o equilíbrio climático”, explicou Maretti.

A maior parte da população mundial de 7 bilhões de pessoas está concentrada nos centros urbanos. Os hábitos de consumo demandam um planeta e meio, se o consumismo continuar neste ritmo, em 2020, serão necessários dois planetas para dar conta da população de apenas um. “A gente está entrando numa dívida, isso não é sustentável”, admitiu Maretti.

Como uma das primeiras atividades da Conferência, a Rede WWF lançou a publicação trilingue – inglês, português e espanhol – do documento “Rio 92, para onde foi? Rio+20 para onde vai?”.

A Conferência de 92, para o cientista político Eduardo Viola, foi um momento de grande expectativa e uma cúpula marcante na humanidade, pois se tratava pela primeira vez de discutir os problemas globais. “Criou-se uma consciência dos problemas ambientais e definiram-se parâmetros normativos sobre como a humanidade poderia reagir. Os problemas da humanidade estão muito mais agravados e esta atual Conferência não tem como avançar além de declarações genéricas de boas intenções”, discutiu Viola.

Segundo o intelectual, “muito provavelmente” em termos intergovernamentais, a Rio+20 será um fracasso. Uma vez que as superpotências ambientais e econômicas não demonstram empenho. A União Europeia está imersa em sua crise econômica que ameaça a sua própria existência, enquanto um terço da população norte-americana é “radicalmente contra” mudança dos padrões e a China continua com emissões explosivas. Em 1992, o dragão oriental emitia 8% das emissões globais de carbono, atualmente a China representa 26% da fatia de emissões planetárias.

Já o embaixador Flavio Perri que, em 1992, foi secretário executivo do grupo de trabalho brasileiro, que organizou a conferência, defende um novo indicador para registrar o custo ambiental, uma espécie de PIB ambiental. “Um índice novo que nos dê transparência no processo produtivo, que envolvesse o PIB (Produto Interno Bruto), o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e um índice de desgaste ambiental”, afirmou.

Amazônia prestes a viver colapso ecológico

A publicação trilingue “Rio 92, para onde foi? Rio+20 para onde vai?” deu ênfase nas soluções para o futuro da Amazônia que corre sérios riscos de sofrer um colapso ecológico. Se mantida a tendência atual de desmatamento e incêndios florestais, a Amazônia terá cerca de um terço a menos de vegetação em 2030. Esse quadro pode ser ainda mais aprofundado em 50 anos, quando o maior bioma do planeta chegará em 2080 com menos de 10% da floresta original, segundo projeções da Perspectiva Mundial sobre Diversidade Biológica.

“O grande alerta da Amazônia está associado à utilização das riquezas de forma sustentável para evitar que entre em colapso”, disse Claudio Maretti. O coordenador da Iniciativa Amazônia Viva da Rede WWF afirma que a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) tem a missão de sair da Rio+20 com a definição de metas para o desenvolvimento sustentável para a Amazônia, como por exemplo, o desmatamento zero para 2020.

“Para 2020, desmatamento zero, para que a Amazônia possa continuar a ser um provedor de serviços para a humanidade. Ainda dá tempo”, destacou. A Amazônia possui a maior floresta tropical úmida, representa 6% da superfície terrestre e ocupa 40% do território da América Latina e Caribe. Lá vivem 38,7 milhões de habitantes, além de 40 povos indígenas que falam quase 90 línguas diferentes.

Fonte: IPS/TerraViva/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/rio20-tem-desafio-de-definir-objetivos-desenvolvimento-sustentavel-na-area-alimentar-energetica-e-hidrica/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=14)(http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/rio20-tem-desafio-de-definir-objetivos-desenvolvimento-sustentavel-na-area-alimentar-energetica-e-hidrica/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=14)

14/06/2012

Rio+20: sustentabilidade empresarial e qualidade de vida dominam debates no segundo dia

por Renata Giraldi e Carolina Gonçalves, da Agência Brasil



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Slide21.jpg?9d7bd4>

Rio de Janeiro – No segundo dia de debates, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, reúne hoje (14) uma série de atividades paralelas e definições no texto preliminar sobre os temas-chave que serão discutidos pelos chefes de Estado e de Governo do dia 20 ao dia 22. Organizações não governamentais (ONG) e integrantes da sociedade civil debatem alternativas para assegurar qualidade de vida no planeta.

A seis dias da cúpula, com a participação de pelo menos 115 chefes de Estado e de Governo, os ministros e especialistas de cada país se reúnem em busca de acordos sobre o conteúdo do documento preliminar que será definido pelos líderes políticos. O texto inclui temas como inclusão social, erradicação da fome e da pobreza, alternativas para a economia verde e sustentabilidade. Porém, as divergências persistem.

Ao longo desta quinta-feira, haverá ainda discussões sobre clima, desmatamento e tecnologias para garantir a sustentabilidade em negócios e melhorias para as populações nos próximos anos. A organização não governamental WWF apresenta as propostas Água Brasil e Família de Pegadas. O objetivo é alertar sobre a necessidade de agir e não deixar que as propostas fiquem apenas nas palavras.

A Fundo Vale (da Vale) e a Fundação Roberto Marinho, com o apoio do Serviço Florestal Brasileiro, lançam o projeto Florestabilidade. A ideia é mostrar a importância econômica, ambiental e social do manejo florestal no país, que tem a maior área de floresta contínua do mundo – a Amazônia.

O manejo florestal consiste em englobar técnicas que dão prioridade à sustentabilidade sem prejuízo aos ecossistemas. Na prática, as medidas permitem determinado uso dos recursos disponíveis com o mínimo de impacto ambiental. No setor empresarial, a questão da sustentabilidade é tema de uma discussão da secretária executiva da Rede Brasileira do Pacto Global, Yolanda Cerqueira Leite, e dos secretários do fórum (de mesmo nome) Tim Wall e Kristen Coco.

Paralelamente, no Parque dos Atletas, um pavilhão ao lado do Riocentro – onde serão concentrados os debates das autoridades –, ficarão em exposição projetos que destacam o desenvolvimento de propostas de tecnologia associada aos negócios. No Cais do Porto, uma apresentação artística fará lembrar a Europa dos anos 20 ao satirizar o consumo e os excessos.

No Parque do Flamengo, a defesa pela inclusão social como meta a ser ratificada por todos ganhará apresentação especial com a dança dos bailarinos em cadeiras de roda. O espetáculo mostra que não há limites para a expressão nem para a arte.

Acompanhe a cobertura multimídia da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) na Rio+20.

* Edição: Graça Adjuto

** Publicado originalmente no site da [Agência Brasil](http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-06-14/rio20-sustentabilidade-empresarial-e-qualidade-de-vida-dominam-debates-no-segundo-dia)(<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-06-14/rio20-sustentabilidade-empresarial-e-qualidade-de-vida-dominam-debates-no-segundo-dia>)

Fonte: Agência Brasil/Envolverde(http://envolverde.com.br/envolverde-rio-20/rio20-sustentabilidade-empresarial-e-qualidade-de-vida-dominam-debates-segundo-dia/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=14)

14/06/2012

Abramovay vê possibilidade de avanço na Rio+20

por Denise Ribeiro, para o Instituto Ethos



Ricardo Abramovay.

Foto: Divulgação.

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Ricardo.jpg?9d7bd4>

O professor da USP e palestrante da Conferência Ethos acredita na adoção de outros indicadores, além do PIB, para medir a riqueza das sociedades.

É imensa a mobilização social para que haja avanços na Rio+20, apesar do ceticismo decorrente da ausência de importantes atores econômicos na conferência, como a chanceler alemã Angela Merkel, o primeiro-ministro britânico David Cameron e o presidente americano Barack Obama. A reflexão é de Ricardo Abramovay, professor titular do Departamento de Economia da FEA e do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP) e também pesquisador da Fapesp e do CNPq.

Ele reconhece que a notícia de que líderes globais não virão ao Brasil “ofuscou não só o potencial, mas o que de fato vai acontecer no Rio, em junho de 2012”. Afirma, no entanto, que, apesar dos limites tanto do Rascunho Zero – que combina sugestões, ideias e comentários de 643 propostas enviadas à ONU por países e instituições – como do documento brasileiro produzido para a Rio+20, há dois pontos fundamentais em torno dos quais é provável obter “extraordinário” avanço: “O primeiro refere-se à adoção de metas para o desenvolvimento sustentável, que seriam o equivalente, no plano ambiental, ao que são os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU no plano social. O segundo é o reconhecimento cada vez maior do anacronismo do PIB como forma de se medir a riqueza das sociedades contemporâneas e o esforço para se criarem outros parâmetros”.

Questão contemporânea

O que está em jogo, segundo o pesquisador, não é só a medida da atividade econômica, mas seus objetivos. “A questão é saber se o que a economia oferece para a sociedade corresponde a reais utilidades. Num mundo com 7 bilhões de habitantes e que ruma para 10 bilhões, não há maior desafio social do que o de tornar compatível a satisfação das necessidades humanas com as fronteiras ecossistêmicas, algumas das quais já perigosamente ultrapassadas. A economia verde (a mudança na matriz energética mundial, a ecoeficiência e a exploração sustentável da biodiversidade) é apenas uma das bases dessa compatibilização”, argumenta.

O professor Abramovay tratará desse tema em sua palestra na Conferência Ethos Internacional 2012, que acontece entre os dias 11 e 13 de junho próximos, em São Paulo. “Essa questão não existia há 50 anos, num mundo com 3 bilhões de habitantes. Hoje, é em torno dela que se organizam as principais discussões sobre o que será o século XXI”, diz.

Ele vai discorrer, ainda, sobre a nova visão de crescimento econômico exigida pelo desenvolvimento sustentável. “Existe um amplo consenso de que os mecanismos financeiros que estão na raiz da imensa expansão econômica do século XXI contribuem para uma alocação inadequada de recursos sociais, materiais, energéticos e bióticos”, reflete, contrapondo, em seguida, a necessidade que as sociedades modernas têm de uma vida financeira dinâmica, “capaz de contribuir para o financiamento de atividades importantes para a produção de bem-estar, no respeito aos limites ecossistêmicos”. Por isso, antecipa que a

conferência vai procurar trazer à tona “propostas concretas de inovações financeiras capazes de reduzir a distância atual entre o mundo das finanças e as mais importantes necessidades das sociedades contemporâneas”.

Diálogos mobilizadores

Abramovay elogia a forma “criativa”, com que o Instituto Ethos decidiu tomar parte nos Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável – organizados pelo Itamaraty e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) –, mobilizando-se internamente para formular propostas para cada um dos dez itens selecionados pela ONU para discussão. “Essas propostas serão colocadas numa plataforma digital e é importante que todos os envolvidos com a conferência entrem nessa plataforma tanto para votar nas propostas que lhes parecerem as melhores quanto para aprimorar propostas já formuladas”, recomenda.

O professor esclarece que esse processo dos Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável padece de muitos limites, “em razão fundamentalmente de seu ineditismo e de seu lançamento poucas semanas antes da cúpula da ONU”. Mas ressalta a relevância de se abrir um caminho real para a formulação descentralizada de propostas a serem levadas aos chefes de Estado e de governo.

“É a primeira vez que isso acontece numa conferência internacional desse porte. O que o Ethos está fazendo não é simplesmente colocar sugestões, e sim mobilizar seus associados para que participem ativamente desse processo. Isso pode ter uma força imensa”, afirma.

Durante a Conferência Ethos, Ricardo Abramovay vai fazer o pré-lançamento de seu mais recente livro – Muito Além da Economia Verde (editora Planeta Sustentável), que preparou para a Rio+20. “O título pode parecer paradoxal: se estamos tão aquém da economia verde (usando cada vez mais recursos fósseis, aumentando o uso de materiais e de energia e ultrapassando as fronteiras ecossistêmicas), por que propor que se vá além da economia verde?”, pergunta.

A razão fundamental, segundo o autor, é que não é possível manter o mesmo ritmo de crescimento e o mesmo padrão de desigualdade que marca o mundo atual, compensando isso com avanços tecnológicos poupadores de materiais e de energia. “É necessário rever o próprio sentido, os objetivos da vida econômica e sua capacidade de oferecer reais utilidades para a sociedade, no respeito aos limites dos ecossistemas”, explica.

O livro não só mostra como esses limites estão sendo sistematicamente ultrapassados, mas discute duas vias para rever os caminhos atuais. “Por um lado, examina o que está acontecendo com as empresas e as possibilidades de ter objetivos socioambientais construtivos, numa sociedade em que mercados e empresas têm papel decisivo. Por outro, o livro mostra que a sociedade da informação em rede abre possibilidades de cooperação social que ampliam o horizonte de atuação do setor público, das empresas e da sociedade civil”, conclui o professor.

* Publicado originalmente no site do [Instituto Ethos](http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/6863/servicos_do_portal/noticias/itens/conferencia_ethos_abramovay_ve_possibilidade_de_avanco_na_rio+20.aspx)(http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/6863/servicos_do_portal/noticias/itens/conferencia_ethos_abramovay_ve_possibilidade_de_avanco_na_rio+20.aspx).

Fonte: Instituto Ethos/[Envolverde](http://envolverde.com.br/envolverde-rio-20/abramovay-ve-possibilidade-de-avanco-na-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=14)(http://envolverde.com.br/envolverde-rio-20/abramovay-ve-possibilidade-de-avanco-na-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=14)

14/06/2012

Desenvolvimento Sustentável: Estado Sólido, Líquido ou Gasoso?

por Patricia Almeida Ashley*



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/c27-300x260.jpg?9d7bd4>

Faço aqui uma reflexão sobre as discussões em andamento sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Sustainable Development Goals) para uma possível ação a ser acordada entre os países representados na Rio+20.

Percebo uma ansiedade por um “estado sólido”, paupável, mensurável, segurável, assegurado, verificável, comprovável, comparável, planejável, previsível, reproduzível, sempre que se fala em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como resultados e impactos a serem desdobrados em Indicadores e Metas para serem usados por todos os países e regiões no mundo. Haja números e estatísticas e equações!!!. Para mim, reflete uma racionalidade mecanicista, positivista, típica da abordagem científica hipotético-dedutiva e cartesiana, que pressupõe equações lineares, métodos estatísticos e métricas parametrizáveis para comparações, rankings, previsões. Típica de formação de engenharias e outras ciências que requerem, para a sua contribuição na formação do conhecimento humano, estruturas mensuráveis.

Quando passamos a conceber os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável como algo mais pertinente a processos e capacidades para que as sociedades renovem seus sistemas jurídicos, normativos, suas lógicas anacrônicas para a educação, reprodução, produção e consumo, estamos passando para um “estado líquido” de concepção de desenvolvimento sustentável, algo como a água que não se perde ao cruzar com as pedras, mas as contorna, sofre com contaminações, mas se evapora, se desmancha para um novo ciclo de vida. Ou seja, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável não passam mais a ser comparáveis em métricas entre países, pois somos águas e terrenos distintos, mas somos passíveis de trocas, intercâmbios, aprendizagens, intenções e ações para que nossas águas sempre se renovem e gerem vida.

E se caminharmos para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável como algo mais pertinente a princípios, valores, sensações, sentimentos, afetos, daí caminharemos para a qualidade espiritual da humanidade em harmonia com a Terra e com o Cosmos, passando a enxergar o quão grande é a família a que pertencemos e o que viemos fazer aqui e agora e com todos que percebemos estar e viver e morrer. Digo que é desenvolvimento sustentável como “estado gasoso” que trabalha pela inteligência espiritual, pela evolução de consciências, pelo desapego à limitação da expressão sólida apenas perceptível pelos cinco sentidos. Como medir em indicadores e metas o que atingimos e atuamos quando podemos nos abraçar profundamente e sem medo? Já experimentou algo assim? Percebe o que muda em sua hierarquia de valores? Entende por que podemos ser plenamente realizados sem ter que ter que ter, mas sendo o ser para ser o ser entre seres?

O artigo Why we need sustainable development goals?, que replico mais abaixo e originalmente publicado em [Why we need Sustainable Development Goals – SciDev.Net](http://redeeconsciencia.blogspot.com.br/2012/05/desenvolvimento-sustentavel-estado.html) (<http://redeeconsciencia.blogspot.com.br/2012/05/desenvolvimento-sustentavel-estado.html>), foi o que me provocou as reflexões que escrevi acima. Coloco, como contraposição, o excelente artigo

elaborado por Benedito Silva Neto e David Basso, publicado na Revista Ambiente e Sociedade, em 2010, sob título A ciência e o desenvolvimento sustentável: para além do positivismo e da pós-modernidade, que nos ajuda a sair do estado sólido, transitar pelo necessário estado líquido para atingir e recuperarmos o estado gasoso do desenvolvimento sustentável.

* Patricia Almeida Ashley é colunista de Plurale, professora e coordenadora da Rede EConsCiência e Ecocidades da Univesidade Federal Fluminense.

* *Publicado originalmente no site [Plurale](http://www.plurale.com.br/noticias-ler.php?orig=home&cod_noticia=12124&q=Desenvolvimento+Sustent%E1vel%3A+Estado+S%F3lido%2C+L%EDquido+ou+Gasoso%3F)(http://www.plurale.com.br/noticias-ler.php?orig=home&cod_noticia=12124&q=Desenvolvimento+Sustent%E1vel%3A+Estado+S%F3lido%2C+L%EDquido+ou+Gasoso%3F).*

Fonte: Plurale/[Envolverde](http://envolverde.com.br/envolverde-rio-20/desenvolvimento-sustentavel-estado-solido-liquido-ou-gasoso/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=14)(http://envolverde.com.br/envolverde-rio-20/desenvolvimento-sustentavel-estado-solido-liquido-ou-gasoso/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=14)

14/06/2012

Cadê Obama?

por Márcio Santilli, do SocioAmbiental.



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Chamada25.jpg?9d7bd4>

O governo dos EUA confirmou nessa terça-feira (12) que a sua delegação para a Rio+20, composta de doze pessoas, será chefiada pela secretária de Estado Hillary Clinton. E que, portanto, confirmando impressões anteriores, o presidente Barak Obama não se fará presente.

Já se sabia que ele não perderia, como não perderá, grandes coisas, pois a agenda da reunião já vinha sendo, há muito, esvaziada. Afinal, em tempos de crise econômica mundial, com centenas de bilhões de dólares voando dali para lá e de lá para ali, para tapar os rombos anônimos produzidos por nossa natureza financeira, os donos do mundo não consideram oportuno discutir o fim do mundo, ou as formas de evitá-lo.

Assim, a ausência do presidente Obama pode ser mais significativa do que a sua desejável presença. Já em plena campanha à reeleição (onde “o que importa é a economia, idiota!”), entre múltiplos pronunciamentos sobre dinheiro, não sobrou brecha para fazer um “h” (como dizemos por aqui), no Rio de Janeiro.

Não que a secretária Hillary não seja uma pessoa relevante, ou que sua presença não seja desejável, mas é que a economia norte-americana, mesmo em crise, é por demais relevante para a muito desejada e necessária solução da outra crise planetária, que depende diretamente da sua imediata (ainda que tardia) ação.

Muitos dirão que não haverá recursos disponíveis para enfrentar a crise climática se a economia permanecer em crise. Mas, ao que parece, mesmo em recessão, EUA e outros continuam aumentando as suas emissões de gases de efeito estufa. Pode ser até que seja o contrário, que a solução da primeira crise dependa do aprofundamento da segunda, com a economia eventualmente rateando ao ponto de reduzirem-se as emissões.

Nos anos dourados da era Clinton, os EUA (Congresso à frente) não lograram ratificar o Protocolo de Quioto (que definiu metas de redução de emissões para os países desenvolvidos), não toparam avançar na CDB (Convenção de Diversidade Biológica) e Clinton reeleger-se, apesar de escândalos moralistas e de outras peripécias. Obama levantou a bandeira da economia pós-carbono e dos empregos verdes na sua primeira campanha, de uma maneira suficientemente forte para que pudéssemos enxergá-la desde o sul do planeta. Alguém daqui do andar de baixo está conseguindo vê-la na sua segunda campanha?

Meninos e meninas, o tempo está passando, as melhores esperanças numa reação da nossa espécie estão se arrefecendo e quero saber o que Obama pretende dizer para as suas crianças quando elas lhe perguntarem porque perdeu a derradeira oportunidade.

Tomara que ele ainda mande uma mensagem pela senhora Hillary, congratulando-nos pelo sucesso da reunião.

* Publicado originalmente no site SocioAmbiental(http://www.socioambiental.org/nsa/direto/direto_html?codigo=2012-06-13-115723).

Fonte: SocioAmbiental/Envolverde(http://envolverde.com.br/noticias/cade-obama/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=14)

14/06/2012

A natureza não tem problema, nós temos, diz economista

por Maura Campanili*



Sérgio Besserman, em palestra no Forte de Copacabana.

Foto: Maura Campanili

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Chamada36-300x223.jpg?9d7bd4>

“Todos os desafios do século XX são pequenos diante do que teremos que enfrentar nos próximos anos e décadas. Estamos diante de um dos maiores desafios da humanidade, para o qual precisamos de criatividade, mas seria arriscado seguir alguma resposta fechada”, disse o economista Sérgio Besserman, nesta terça-feira (12/6), na palestra “O Homem e o desenvolvimento sustentável”, no Humanidade 2012, evento paralelo à Rio+20.

O economista ressaltou que não espera que a humanidade volte para trás. “Temos atualmente uma expectativa de vida de 80 anos e prefiro isto a uma expectativa de pouco mais de 30 anos de uma tribo coletora. Há não muitos anos, as mulheres tinham muitos filhos e viam vários deles morrer”, ressaltou. Segundo ele, essas mudanças começaram há apenas 300 anos e trouxeram muita coisa boa, mas também outros problemas. “O maior deles é que ‘não existe almoço grátis’. E funcionamos nos últimos 300 anos como se existisse. Isso significa que estamos esbarrando nos limites do planeta, que não pode continuar a oferecer os serviços necessários à nossa vida, como água, solo e clima. Estamos entrando no capital da nossa caderneta de poupança.”

Entre todos os problemas, como acidificação dos oceanos, desertificação, buraco na camada de ozônio, Besserman destacou três grandes desafios. O primeiro é que o planeta não está mais conseguindo reciclar o nitrogênio da revolução verde, modelo que já dá mostras de esgotamento. Isso significa que precisaremos de muita ciência e uma tecnologia diferente para alimentar 10 bilhões de pessoas nos próximos anos.

Além disso, citou a crise da biodiversidade. “Não temos a mínima ideia de quantas espécies existem nem como se relacionam. Há estimativas de que em 2050, estarão extintas de 30% a 40% das espécies. Não sabemos o que vai acontecer por conta disso”, disse. “Precisamos entender que o tempo da natureza é diferente do nosso, que é muito curto – estamos por aqui há cerca de 100 mil anos, enquanto a vida pluricelular no planeta tem 650 milhões de anos. Por isso precisamos agir imediatamente, não para salvar a Terra, mas por nossa causa. Temos a capacidade de estragar muito a natureza, mas para o planeta, o máximo que pode acontecer é uma grande extinção, o que já ocorreu outras tantas vezes. Em 5 a 10 milhões de anos, está tudo aí novamente, mas sem nós. A natureza não tem problema, nós temos”, disse.

O problema mais grave, urgente e profundo, porém, são as mudanças climáticas, já que são causadoras da maior parte dos outros problemas – falta d’água, desertificação, extinções etc. “Temos um risco real, embora possa não acontecer nada. No entanto, fazemos seguro de nossas casas contra raios, mesmo não conhecendo ninguém que teve esse tipo de problema”.

Conforme o economista, para resolver o problema, precisamos de ciência e tecnologia, mas não só. As mudanças climáticas são causadas por 1,5 bilhão de pessoas (norte-americanos, europeus, japoneses e classes média e rica do restante do mundo). Os demais 5,5 bilhões não têm como fazer isso. A solução

envolve política: “pela primeira vez, teremos que tomar uma decisão conjunta, de todos, mas não fomos selecionados para sermos todos. Vamos ter que fazer isso pela primeira vez. Pela primeira vez, ainda, teremos que tomar decisões para daqui a 100 anos ou mais”.

Segundo Besserman, na Rio-92, muitos documentos foram assinados – as convenções da Biodiversidade, do Clima e da Desertificação, além da Agenda 21 -, mas não adiantou nada. “Ninguém liga para acordos da ONU. A única coisa que avançou de lá para cá foi o combate à pobreza, por conta da economia global antes de 2008. Mesmo assim, achamos que a Conferência de 1992 foi boa, principalmente porque houve coragem para apresentar os problemas. Também a Rio+20 precisará de coragem para apresentar os problemas com a gravidade que têm. Se tentar passar ao longo dos problemas, será um fracasso”, completou.

** Maura Campanili é jornalista.*

Fonte: A autora/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/a-natureza-nao-tem-problema-nos-temos-diz-economista/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=14)(http://envolverde.com.br/noticias/a-natureza-nao-tem-problema-nos-temos-diz-economista/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=14)

14/06/2012

Cerca de 25% do documento final da Rio+20 estão fechados, diz diretor da ONU

por Isabela Vieira, da Agência Brasil



Como em eventos anteriores sobre a questão climática, o consenso entre os países que integram a ONU é difícil.

Foto: Eskinder Debebe.ONU

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Chamada66-300x199.jpg?9d7bd4>

Rio de Janeiro – O diretor do Centro de Informações da ONU para o Brasil, Giancarlo Summa, confirmou hoje (13), em entrevista à Agência Brasil, que cerca de 25% do documento final da Rio+20 estão fechados.

Segundo ele, alguns pontos podem ser concluídos até o dia 15, antes dos debates oficiais, mas outros dependerão de uma negociação mais complicada. “Tem pontos em que a pendência é acertar um adjetivo ou uma vírgula, mais simples, e outros, mais complicados porque têm questões políticas envolvidas”, afirmou, sem dar exemplos.

A primeira coletiva de imprensa sobre o documento final da Rio+20 é esperada para a tarde de hoje (13). O secretário-geral do evento, o diplomata chinês Sha Zukang, vai falar às 13h sobre a evolução das negociações do texto, que tem cerca de 400 pontos.

Também está prevista para hoje uma coletiva de imprensa sobre a logística da conferência, que se estenderá até o dia 22 de junho.

Sobre o documento final da ONU, os negociadores concluíram, no início do mês, a última rodada de conversas preparatórias, em Nova York. A reunião foi incluída no calendário para que os negociadores tivessem tempo de acertar divergências antes de chegar ao Rio de Janeiro.

São esperados para a conferência sobre o desenvolvimento sustentável representantes de mais de 180 países. Paralelamente, cerca de 2 mil eventos organizados pela sociedade civil, empresários, governos e especialistas ocorrem pela cidade.

Acompanhe a cobertura multimídia da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) sobre a Rio+20.

* Edição: Lílian Beraldo

** Publicado originalmente no site da [Agência Brasil](http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-06-13/cerca-de-25-do-documento-final-da-rio20-estao-fechados-diz-diretor-da-onu)(<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-06-13/cerca-de-25-do-documento-final-da-rio20-estao-fechados-diz-diretor-da-onu>).

Fonte: Agência Brasil/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/cerca-de-25-documento-final-da-rio20-estao-fechados-diz-diretor-da-onu/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=14)(http://envolverde.com.br/noticias/cerca-de-25-documento-final-da-rio20-estao-fechados-diz-diretor-da-onu/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=14)

14/06/2012

Marina Silva critica consumismo e posição do Brasil na Rio+20

por Redação CicloVivo



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Chamada58.jpg?9d7bd4>

Rio+20 ainda não começou oficialmente, mas os debates sobre um futuro mais sustentável já apresentam uma prévia do que devem ser as discussões entre as lideranças globais. Em palestra realizada durante a TEDxRio+20, na última segunda-feira (11), a ex-ministra do meio ambiente Marina Silva falou sobre a importância da mudança na mentalidade e no comportamento das autoridades e da própria sociedade.

Para ela, é preciso ir muito além dos ganhos econômicos para que as nações realmente alcancem o desenvolvimento sustentável. Marina também exaltou a necessidade de frear o consumismo exacerbado. “É preciso valorizar o ser, e não o ter. Vivemos o mal do excesso, o que nos falta é ‘a falta da falta’. Estamos consumindo o nosso planeta. A humanidade tem de se reencontrar com sua infância civilizatória. O modelo sustentável é usar com sabedoria recursos de milhares de anos”.

Durante a sua participação no evento de tecnologia, entretenimento e design que antecede a Rio+20, a ex-senadora ainda falou sobre as decisões tomadas pela presidente Dilma Rousseff. Marina foi indagada sobre a possibilidade de voltar a ser ministra do Meio Ambiente e a resposta foi uma condicional: “Se a presidente Dilma resolver corrigir os rumos do seu governo, e ainda há tempo, e refazer o caminho do retrocesso e assumir novos compromissos, pode ter certeza de que a minha posição será favorável”.

O ponto mais criticado pela ex-senadora foi em relação ao Código Florestal que, mesmo tendo vetos presidenciais, não agrada aos ambientalistas. Ainda assim, Marina deixou claro que não espera ser convidada para ocupar novamente o cargo e que agora pretende dar a sua contribuição através da sociedade.

As críticas se estenderam à posição do Brasil na Rio+20. Para Marina, o país não está tomando a frente do evento, como deveria ocorrer. Segundo ela, as autoridades nacionais estão ignorando temas importantes que devem ser debatidos. “Porque [o Brasil] reduziu o debate a uma discussão sobre economia, desenvolvimento social e governança separados de ecologia e subtraindo os temas ambientais.”

* Com informações do G1 e da Folha.

** Publicado originalmente no site do CicloVivo e retirado do site [Mercado Ético](http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/marina-silva-critica-consumismo-e-posicao-do-brasil-na-rio20/)(<http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/marina-silva-critica-consumismo-e-posicao-do-brasil-na-rio20/>).

Fonte: Mercado Ético/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/marina-silva-critica-consumismo-e-posicao-brasil-na-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=14)(http://envolverde.com.br/noticias/marina-silva-critica-consumismo-e-posicao-brasil-na-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=14)

15/06/2012

Definição de economia verde, uma pedra no sapato da Rio+20

por Thalif Deen, da IPS



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Slide18.jpg?9d7bd4>

Nova York, Estados Unidos, 15/06/2012 (IPS/TerraViva) – A discussão central da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que acontecerá na próxima semana no Rio de Janeiro, será em torno do conceito de “economia verde” e sobre a melhor forma de defini-la.

“Se a economia for definida claramente apontando para um desenvolvimento sustentável, sem recorrer a experimentos baseados no mercado ou em soluções técnicas, será um êxito”, disse Alex Scrivener, oficial de políticas do World Development Movement (WDM – Movimento Mundial de Desenvolvimento), com sede em Londres. O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, afirmou que a comunidade internacional deve chegar a um consenso sobre a economia verde inclusiva, “que tire as pessoas da pobreza e proteja o meio ambiente”. Isto, acrescentou, exige colaboração internacional. Contudo, também investimento, financiamento, experiências compartilhadas e transferência de tecnologia.

Um tema fundamental da Rio+20 será como integrar uma “economia verde” ao conceito mais amplo de desenvolvimento sustentável. Segundo o WDM, “uma verdadeira economia verde adotará a justiça econômica e o direito das comunidades pobres de definirem seu próprio caminho para sair da pobreza e acabar com as políticas perniciosas que priorizam o lucro em relação às pessoas e ao meio ambiente”. O WDM também diz que esta economia por fim “à nossa obsessão pelo crescimento econômico e um consumo não sustentável, os quais reorientará insistindo em como cobrir as necessidades de todo o mundo de maneira verdadeiramente sustentável”.

O rascunho do plano de ação, documento a ser discutido na Rio+20, divulgado em janeiro, era vago e deixava de fora muitos dos compromissos concretos, diz a organização, mas as negociações seguintes parecem tê-lo diluído ainda mais. Sem declarações específicas, como a disponibilidade de fundos para facilitar para os países em desenvolvimento a implantação de políticas verdes ou um cronograma concreto para o fim dos subsídios aos combustíveis fósseis, o documento final da conferência corre o risco de ser uma declaração insossa de generalidades, destaca o WDM.

Esta organização observa que as nações industrializadas, como a Grã-Bretanha, além dos bancos e das companhias multinacionais, utilizam o termo “economia verde” como cortina de fumaça para esconder seus planos de privatizar bens globais e criar novos mercados para os serviços que a natureza fornece gratuitamente. “Deste cavalo de Troia surgirão novos mecanismos de mercado que permitirão ao setor financeiro obter maior controle sobre a gestão dos bens globais”, alerta a organização.

Em lugar de contribuir para o desenvolvimento sustentável e a justiça econômica, esta “economia verde corporativa” levará à privatização da terra e da natureza, as quais passarão a ser controladas por multinacionais que as afastarão das comunidades que delas dependem, prevê o WDM. Scrivener não acredita que o Fundo Verde para o Clima alcance o objetivo de reunir US\$ 100 bilhões até 2020. “A falta de fundos públicos se tornou a desculpa dos países industrializados para justificar sua falta de colaboração econômica para o clima ou sua tentativa de utilizar fundos privados para cobrir o vazio”, afirmou.

“A realidade é que, apesar da crise de dívida soberana na Europa ter aumentando a pressão sobre a disponibilidade de fundos públicos, perdeu-se totalmente a oportunidade de explorar novas fontes”, apontou Scrivener. Como exemplo mencionou que a ideia de introduzir novos impostos em setores muito

contaminantes, como são a aviação e os transportes, citada na cúpula de Copenhague no final de 2009, caiu no esquecimento, apesar de esse tipo de medida ser suficiente para cobrir a falta de fundos públicos.

“Quando se fala de escassez de fundos não devemos esquecer a dívida climática que o mundo industrializado tem com as nações em desenvolvimento”, ressaltou Scrivener. Esse dinheiro, que representaria uma ínfima proporção dos orçamentos das nações ricas, “não deveria ser considerado um compromisso discricionário e sua concessão deveria ser vista como prioritária”, considerou.

“Infelizmente, é pouco provável que no Rio de Janeiro seja anunciado um pacote com fundos públicos, e o rascunho preliminar do documento final não estabelece nada significativo além da tradicional assistência oficial ao desenvolvimento, de 0,7% do produto interno bruto”, lamentou Scrivener. “É ruim, mas creio que a principal batalha na cúpula girará em torno dos princípios para definir uma nova economia verde”, acrescentou.

A atual crise econômica deveria servir de lição para os governos sobre a inerente instabilidade, a falta de sustentabilidade de nosso sistema econômico e as razões pelas quais deve ser substituído. No entanto, os governos se concentram em regressar a um crescimento econômico que não é sustentável, e inclusive estudam destinar um valor monetário à natureza, o que poderia estender a influência dos instáveis mercados financeiros sobre o meio ambiente.

A crise também faz os governos não darem importância aos grandes desafios que representam a mudança climática, a redução da pobreza e a degradação ambiental. “Vemos que isso acontece em diferentes âmbitos como a falta de ambição do rascunho do documento final da Rio+20”, acrescentou Scrivener. Quanto à mudança climática, essa mentalidade ficou demonstrada com a retirada de Canadá, Japão e Rússia do Protocolo de Kyoto, bem como pela tentativa de considerar o gás natural como uma fonte de energia barata que emite pouco dióxido de carbono.

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/definicao-de-economia-verde-uma-pedra-sapato-da-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=15)(http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/definicao-de-economia-verde-uma-pedra-sapato-da-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=15)

15/06/2012

Marina Silva e Kátia Abreu protagonizam embate ambientalista

por João Fellet da BBC Brasil

Em lados opostos nas discussões sobre preservação ambiental no Brasil, a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva e a senadora Kátia Abreu (PSD-TO) são as principais faces de grupos que pretendem usar a Rio+20 (Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável) para expor suas bandeiras e fortalecer-se na acirrada disputa que travam no Brasil.

Maior liderança política dos ambientalistas, Marina Silva, de 54 anos, ainda desfruta da popularidade experimentada na última disputa presidencial, em 2010. À época, após uma arrancada nas últimas semanas, ficou em terceiro lugar, com 20 milhões de votos, e teve seu apoio disputado pelos candidatos que se enfrentaram no segundo turno – o tucano José Serra e a petista Dilma Rousseff. Optou pela neutralidade.

O desempenho, atribuído ao crescente endosso às causas ambientais na sociedade brasileira, foi um dos pontos altos de uma carreira catapultada pelo período em que chefiou o Ministério do Meio Ambiente, entre 2003 e 2008, no governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Em entrevista à BBC Brasil, Marina diz que a gestão ambiental no Brasil vem se deteriorando de forma acelerada desde então. "A base legal que fez com que, desde 2004, se conseguisse reduzir a pobreza e o desmatamento agora está sendo abolida".

A ex-ministra critica a atuação do governo na reforma do Código Florestal e cita duas iniciativas que, segundo ela, ameaçam os avanços conquistados nos últimos governos: a Medida Provisória 558, que reduziu oito unidades de conservação na Amazônia; e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 213, que tramita no Congresso e busca transferir do Executivo para o Legislativo a responsabilidade de demarcar Terras Indígenas.

No outro lado do embate, a senadora e presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Kátia Abreu, representa um setor cujo apoio político tem crescido nos últimos anos, ancorado no sucesso econômico do agronegócio.

Hoje no controle de quase um quarto da Câmara e de 16% do Senado, a bancada ruralista foi responsável pelas maiores derrotas do governo no Congresso neste ano: além de fazer avançar a PEC 213, que dispõe sobre a demarcação de Terras Indígenas, impôs sua versão do Código Florestal, parcialmente vetada por Dilma nas semanas seguintes e que agora voltará à análise dos congressistas.

Ela própria uma pecuarista – em 1987, assumiu a fazenda do marido, morto em acidente de avião –, Abreu diz à BBC Brasil que o Código trouxe dois grandes benefícios ao setor: deu segurança jurídica aos produtores e "tirou a hegemonia das ONGs, que faziam mudanças (na legislação ambiental) através do Ministério do Meio Ambiente, via decretos."

Abreu e Marina devem continuar a se enfrentar nos próximos anos, mas despistam quando questionadas se a disputa também poderá se dar numa eventual corrida presidencial. Marina tem dito que não vai ficar na "cadeira cativa de candidata" e que não sabe se disputará o cargo outra vez.

Abreu, por sua vez, diz que "Presidência da República é destino, e não trajeto", e cita os "acazos" que levaram ao cargo os ex-presidentes Itamar Franco (o impeachment de Fernando Collor) e José Sarney (a morte de Tancredo Neves).

O próximo embate, no entanto, se dará já nas próximas semanas, quando o Congresso analisar o Código Florestal assinado por Dilma. Enquanto Abreu diz que trabalhará para aprimorar o texto, o que inclui artigo para transferir aos Estados a responsabilidade de estabelecer os critérios de recomposição de matas ciliares, Marina diz que as mudanças "piorarão o que já era impossível de ser piorado". "Será avassalador".

BBC Brasil - BBC BRASIL.com - Todos os direitos reservados. É proibido todo tipo de reprodução sem autorização escrita da [BBC BRASIL.com](http://www.bbc.co.uk/portuguese/index.shtml)(<http://www.bbc.co.uk/portuguese/index.shtml>).

Fonte: [TERRA.COM](#) > [Notícias](#) > [Economia](#) > [Sustentabilidade](#) > [Rio+20](#)(<http://invertia.terra.com.br/sustentabilidade/rio20/noticias/0,,OI5838046-EI20323,00-Marina+Silva+e+Katia+Abreu+protagonizam+embate+ambientalista.html>)

15/06/2012

ONU elabora índice para medir 'economia verde' de cada país

Primeiro Relatório de Riqueza Inclusiva será apresentado no domingo (17). PIB e IDH sofrem críticas de cientistas por excluírem capital natural.

por Tadeu Meniconi do G1, no Rio de Janeiro

A ONU elaborou um novo índice econômico com o objetivo de avaliar o desempenho de cada país de acordo com a "economia verde". O Índice de Riqueza Inclusiva é uma iniciativa conjunta do Programa Internacional de Dimensões Humanas da Universidade das Nações Unidas (UNU-IHDP, na sigla em inglês) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

O objetivo dos criadores é substituir os atuais medidores da economia de cada nação. O Produto Interno Bruto (PIB), que soma todos os bens e serviços produzidos por um país, e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que leva em conta aspectos econômicos e sociais, vêm sofrendo críticas da comunidade científica por não incluírem componentes ambientais.

"A principal falha dos atuais indicadores é a visão curta: em nenhum lugar do PIB ou do IDH estão incluídos padrões de sustentabilidade e crescimento de longo prazo", afirma o panfleto que apresenta o projeto. A criação do novo índice foi citada no Fórum de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável, no campus da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

O primeiro Relatório de Riqueza Inclusiva será apresentado no domingo (17), dentro da Rio+20. Os criadores mediram o índice em 20 países estrategicamente selecionados, que representaram 76% do PIB mundial e 56% da população total do planeta entre 1990 e 2008. A lista inclui países ricos como EUA, Canadá, Reino Unido, Alemanha, França, Japão e Austrália, e o bloco dos emergentes formado por Brasil, China, Índia, Rússia e África do Sul.

O Índice de Riqueza Inclusiva pretende conduzir "uma análise ampla dos vários componentes da riqueza por país e sua ligação ao desenvolvimento econômico, destacando, em particular, a importância do capital natural". Ao todo, o cálculo leva em conta 19 fatores diferentes, divididos em três categorias diferentes: capital humano, capital produzido e capital natural.

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20\(http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/onu-elabora-indice-para-medir-economia-verde-de-cada-pais.html\)](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/onu-elabora-indice-para-medir-economia-verde-de-cada-pais.html)

15/06/2012

Combate ao desmatamento é a melhor forma de reduzir a emissão de gases poluentes, diz Greenpeace

por Isabela Vieira da Agência Brasil, no Rio de Janeiro

O combate ao desmatamento é a forma mais rápida e barata de reduzir a emissão de gases de efeito estufa e combater a violência no campo. A avaliação é de um dos diretores da organização não governamental Greenpeace Paulo Adario que lançou hoje (15) a campanha pelo Desmatamento Zero, na Cúpula dos Povos. O evento ocorre paralelamente à Conferência das Nações Unidas (ONU) sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

Em entrevista à imprensa, Paulo Adario explicou que os efeitos da conversão de florestas em pastos ou plantações, somados às queimadas, são os principais responsáveis pela liberação de gás carbônico na atmosfera. “Sem a proteção das árvores, gás carbônico é liberado pelo solo e pelos restos de matéria orgânica”, afirmou.

Segundo o Greenpeace, dados do governo mostram que a conversão é responsável por 75% das emissões no Brasil.

“O desmatamento das florestas tropicais no mundo emitem mais gases do efeito estufa - como o mais tóxico dentre eles, o gás carbônico - do que toda a frota mundial de carros, aviões e navios juntos”, reforçou o diretor. “Isso não significa que o mundo deve aceitar o uso de fonte de energia poluente como o petróleo, para os combustíveis, mas que essa substituição [do petróleo por outra fonte] tende a ser cara e lenta. O fim do desmatamento, nesse sentido, é mais fácil”, avaliou.

Para atacar o problema, o Greenpeace cobra a otimização de áreas destinadas à pecuária, ou seja, quer que mais bois sejam criados em menos espaço. “Na Amazônia, por exemplo, tem mais boi, do que pessoas. São 80 milhões de animais para 25 milhões de pessoas. Uma pessoa não come quatro bois. Não tem sentido”, criticou. Ainda segundo Adario, cada animal é criado em cerca de 1 hectare de terra, considerado muito. “Nem nós, população brasileira, vivemos em um hectare.”

Na avaliação dos ambientalistas, outra vantagem do fim do desmatamento é a redução da violência no campo. Ao lado da Igreja Católica, o Greenpeace disse que a maioria dos homicídios no campo estão relacionados à briga por terra, assim como o trabalho escravo está relacionado ao desmatamento de áreas para a pecuária. “É um problema social gigantesco”, disse.

Para alavancar a campanha do Desmatamento Zero, que vai propor um projeto de lei de iniciativa popular ao Congresso Nacional, Adario pediu apoio da população. A representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) Marina Santos fez coro. “Sabemos que nossos parlamentares são igual a feijão duro. Só cozinham na pressão”, declarou.

Fonte: [UOL > Notícias Meio Ambiente > Rio+20\(http://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2012/06/15/combate-ao-desmatamento-e-a-melhor-forma-de-reduzir-a-emissao-de-gases-poluente-diz-greenpeace.htm\)](http://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2012/06/15/combate-ao-desmatamento-e-a-melhor-forma-de-reduzir-a-emissao-de-gases-poluente-diz-greenpeace.htm)

15/06/2012

Mudança climática ameaça potencial hidrelétrico brasileiro, diz cientista

Com redução das chuvas, produção de energia pode cair 30% até 2035. Saída seria investir em fontes alternativas e interligar o sistema.

por Tadeu Meniconi do G1, no Rio de Janeiro

A mudança climática pode representar uma ameaça ao desempenho das fontes renováveis de energia. Uma pesquisa de 2010 conduzida pela equipe de Roberto Schaeffer, pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mostra que o país pode perder 30% de sua produção de eletricidade até 2035, se as emissões globais de carbono mantiverem as atuais tendências de alta.



Usina Hidrelétrica de Mauá, no Paraná

Foto: AE Notícias/PR/arquivo

Fonte: http://s2.glbimg.com/mexHFgm5zCUn4uUzFVM3bWMrfdVW-A-o2LPBsmE4pAploz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2011/10/14/usina_maua.jpg

Com base nos dados disponíveis atualmente, o estudo projetou um cenário de mudança climática para os próximos anos. A pesquisa calculou o efeito que essas mudanças teriam sobre a geração de energia que usa o vento, o sol, a biomassa e, principalmente, a força dos rios, principal fonte do Brasil.

Na projeção, o sertão nordestino tende a se transformar em um deserto, a Amazônia perde espaço para o cerrado e as chuvas adquirem um novo ciclo em várias regiões do país.

“Esse novo padrão de chuva possível para o Brasil levaria a uma situação de escassez hídrica nos momentos mais secos”, explicou o pesquisador, que mostrou os resultados da pesquisa no Fórum de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável, realizado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

A queda se daria principalmente em relação à energia “firme”, que é a capacidade mínima que uma usina tem, mesmo no pior período hidrológico.

A solução para o problema seria investir em outras formas de geração e interligar os sistemas, para garantir a distribuição de energia ao longo do ano. “Isso significaria, grosso modo, de agora até 2035, investimentos adicionais da ordem de US\$ 50 bilhões só para preparar o sistema brasileiro para a mudança climática”, apontou Schaeffer.

A diversificação pode ser feita com outras fontes renováveis. O estudo também mostrou que, apesar de prejudicar as hidrelétricas, a mudança climática até favoreceria a geração eólica no Nordeste.

A produção de energia por fontes biológicas também seria afetada. A cana de açúcar teria uma produção superior à atual caso o planeta fosse “2 ou 3 graus” mais quente, segundo Schaeffer. Já a soja, muito utilizada nas usinas termoelétricas a biomassa, teria um desempenho pior.

Para a energia solar, o pesquisador não espera grandes alterações. “A mudança climática pode vir a afetar um pouco o padrão de nuvens, mas, dado que o potencial solar é tão grande, não é, eventualmente, alguma região mais nublada que vai inviabilizar a energia solar”, avaliou.

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/mudanca-climatica-ameaca-potencial-hidreletrico-brasileiro-diz-cientista.html)(<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/mudanca-climatica-ameaca-potencial-hidreletrico-brasileiro-diz-cientista.html>)

15/06/2012

Criação de fundo de desenvolvimento sustentável bem encaminhado

por Fabiana Frayssinet, da IPS



Foto: MundodaSustentabilidade

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Slide22.jpg?9d7bd4>

Rio de Janeiro, Brasil, 14/06/2012 (TerraViva) – A última etapa das negociações para elaborar o documento oficial da Rio+20 começou no dia 13 com um primeiro resultado: avanços na proposta dos países emergentes de criação de um fundo global de financiamento para o desenvolvimento sustentável de US\$ 30 bilhões anuais.

Luiz Figueiredo, negociador do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, informou que a proposta dos 130 países do Sul reunidos no G-77 mais a China agora é analisada pelos diversos grupos em sua terceira e última rodada de negociações preparatórias para a cúpula de chefes de Estado e de governo, que acontecerá na semana que vem no Rio de Janeiro.

Figueiredo disse que a proposta do fundo, que antecipa será incluída no documento final, será utilizado para ações que facilitem o desenvolvimento sustentável. O que agora está em discussão é quem fará aportes ao fundo e como implantá-lo. Um tema particularmente sensível em um momento em que os tradicionais doadores ricos sofrem uma grave crise econômica e financeira e resistem a assumir compromissos futuros, acrescentou.

“Estou entusiasmado” com o ritmo das negociações, porque se prevê que darão lugar a um documento “robusto e importante”, de ações para o futuro, destacou Figueiredo, ao falar com a imprensa junto com o secretário-geral da Rio+20, Sha Zukang, esclarecendo, assim, as informações de que pouquíssimos resultados estavam sendo obtidos. Também desconsiderou as diferenças de critério que considerou “normais” em uma conferência deste tipo.

“Haverá partes que exigirão mais esforços do que outras”, disse Figueiredo ao comparar a Rio+20 com a cúpula realizada há 20 anos, também no Rio de Janeiro, conhecida como Eco 92. “Todos os sonhos que tínhamos há duas décadas continuam vivos, mas temos mais informações do que naquela época pela prática e pela ciência e, portanto, estamos em melhores condições de reagir”, ressaltou.

Concordando com o delegado brasileiro, o porta-voz da cúpula, Giancarlo Summa, afirmou que um quarto do documento já está fechado. No entanto, fora dos canais diplomáticos e oficiais há pessimismo sobre os outros 75%, ainda abertos a tratativas. Faltam definições políticas substanciais em temas como economia verde, formas de governança internacional da questão ambiental e implantação de metas de desenvolvimento sustentável. “Essa discussão tem sido crucial em todas as conferências da Organização das Nações Unidas (ONU)”, lembrou Figueiredo.

Zukang considerou que o “ritmo das negociações tem que ser acelerado drasticamente”, além da declarada satisfação pelos resultados obtidos até agora. “Estamos no primeiro passo de uma longa maratona”, observou. Também admitiu que a declaração final não terá o poder de um “documento legal” que obrigue os países a cumprirem acordos, mas terá implicações políticas ao ser adotado no contexto das Nações Unidas. “Não creio que precisemos de novas legislações. O que temos de fazer é implantar o que acordamos em 1992”, completou Figueiredo.

Ao abrir oficialmente a última etapa de negociações da Rio+20, a presidente Dilma Rousseff exortou todos os países a assumirem esse compromisso pelo desenvolvimento sustentável, com uma mensagem dirigida especialmente ao mundo industrializado, diante dos problemas econômico-financeiros que atravessam. “Consideramos que o respeito ao meio ambiente não deve ocorrer apenas em tempos de expansão do ciclo econômico. Pelo contrário, uma postura em favor do crescimento, de preservar e conservar, é intrínseca à concepção de desenvolvimento, sobretudo diante da crise”, afirmou Dilma.

A ONU espera mais de 50 mil pessoas para a Rio+20 ao longo dos dez dias de eventos oficiais e paralelos, que incluem representantes dos governos e da sociedade civil, como organizações sociais, empresários e comunidade científica. “Com o mundo enfrentando muitos desafios, incluindo a crise econômica, o crescente abismo entre ricos e pobres, as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade e dos ecossistemas naturais, a Rio+20 é uma grande oportunidade para que a comunidade internacional oriente ações e políticas que promovem o meio ambiente”, afirmou a ONU.

Fonte: IPS/Envolverde(http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/criacao-de-fundo-de-desenvolvimento-sustentavel-bem-encaminhado/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=15)

15/06/2012

A Constituição mundial sobre o meio ambiente

por Luis Nassif*



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Slide4.jpg?9d7bd4>

A Conferência Rio +20, sobre meio ambiente, chegará a bom termo ou será um fracasso?

A julgar pelo histórico das discussões ambientais anteriores, a medida entre o sucesso e o fracasso será a questão da criação de uma constituição mundial para legislar sobre o meio ambiente.

As questões ambientais são intranacionais. Ações de determinado país podem interferir no meio-ambiente global, afetando outros países. Além disso, medidas de conservação e de sustentabilidade tendem a onerar economias nacionais, deixando em melhores condições de competitividade países predadores. Por outro lado, países desenvolvidos tem largo passivo de questões ambientais. Conquistaram posições hegemônicas sacando contra um bem universal: o meio ambiente. Como impedir que restrições de ordem ambiental atrapalhem o desenvolvimento e a inclusão social dos emergentes e dos atrasados?

Essas questões são pano de fundo para um dos temas cruciais a serem discutidos no âmbito da Rio+20: até que ponto o meio-ambiente é uma questão nacional ou deve ser submetido a uma organização supranacional, que possa impor regras a todos os países?

Um dos trabalhos polêmicos a serem apresentados na Conferência será o de cientista da Ucrânia, pós-Chernobyl, de constituição de uma Constituição do Meio Ambiente Mundial (de sigla WEC).

Essa constituição seria composta de um marco jurídico global, prescrevendo normas básicas de segurança ambiental e de incremento de uma economia verde sustentável; e de um sistema de governança controlado por uma Organização Mundial do Meio Ambiente (WEO).

Na verdade, essa ideia surgiu na Rio 92.

Na ocasião foi lançada a ideia da Cúpula da Terra Rio-92. Na sequência, houve uma infinidade de fóruns, a Rio +5, Rio +10, a Cúpula sobre Mudanças Climáticas. Mas a ideia não avançou.

Segundo estudos publicados no site do encontro, foi na conferência de Estocolmo-72 que desenvolveram-se os primeiros princípios da igualdade de direitos ambientais das gerações presentes e futuras. Mas nada foi implementado.

Nos últimos vinte anos, países variados, como Alemanha, Brasil, Cingapura, África do Sul, Ucrânia, França e outros, solicitaram das Nações Unidas sessões e assembleias de alto nível, para criar o WEO.

Essa a razão dos constantes conflitos entre o modelo atual de crescimento e as metas de sustentabilidade.

A WEC visaria desenvolver orientações políticas e jurídicas avançadas e um conjunto de incentivos e sanções para o comportamento ambiental de todos os países – respeitando sua soberania. Significa que cada país deveria soberanamente adaptar suas leis aos princípios dessa constituição.

Como explicado no trabalho sobre o tema, “o WEC é principalmente um novo conceito que vai definir o legal status de um ser humano, não apenas como um cidadão de um Estado, mas também como cidadão do planeta, com os direitos fundamentais do meio ambiente, privilégios e responsabilidades. Ele vai fechar as

lacunas na regulamentação internacional legislativo e irá representar uma política internacional ambiental abrangente de uma forma concentrada”.

* Luis Nassif é jornalista econômico e editor do site www.advivo.com.br/luisnassif - lnassif2011@bol.com.br.

** Publicado originalmente no site da [Carta Capital](http://www.cartacapital.com.br/carta-verde/a-constituicao-mundial-sobre-o-meio-ambiente/) (<http://www.cartacapital.com.br/carta-verde/a-constituicao-mundial-sobre-o-meio-ambiente/>).

Fonte: Carta Capital/[Envolverde](http://envolverde.com.br/envolverde-rio-20/a-constituicao-mundial-sobre-o-meio-ambiente/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=15) (http://envolverde.com.br/envolverde-rio-20/a-constituicao-mundial-sobre-o-meio-ambiente/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=15)

15/06/2012

“A batalha está longe de terminar”

por Rousbeh Legatis, da IPS



A Rio+20 deve colocar os direitos humanos no centro, disse Navanethem Pillay.

Foto: UNHCHR

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Slide33.jpg?9d7bd4>

Nações Unidas, 15/06/2012 (TerraViva) – Os direitos humanos devem ser explicitamente reconhecidos como ingrediente indispensável do desenvolvimento sustentável na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, afirmou a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Navanethem Pillay, em entrevista à IPS. Segundo Pillay, a ligação que existe entre os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável, bem como a importância nesse sentido da Rio+20, que acontecerá de 20 a 22 deste mês, no Rio de Janeiro.

IPS: Até que grau dependem entre si o desenvolvimento sustentável e os direitos humanos?

Navanethem Pillay: Estão indissoluvelmente unidos. Sem proteções aos direitos humanos, as políticas destinadas a melhorar o meio ambiente ou as metas de desenvolvimento podem ter impactos negativos muito sérios. Por exemplo, nos últimos anos, vimos que os esforços tecnocráticos para o desenvolvimento sustentável excluíram muitas comunidades dos processos de tomada de decisões, provocando uma exacerbação das desigualdades econômicas e sociais, bem como uma marginalização dos direitos humanos. Os povos indígenas viram ameaçadas suas terras e suas fontes de sustento devido aos mecanismos para a redução de emissões (de gases-estufa). As terras agrícolas são destinadas à produção de biocombustíveis e os grandes projetos de infraestrutura causaram a retirada e reassentamento de comunidades inteiras. É por isso que precisamos incluir referências específicas aos direitos humanos em todo o documento final da Rio+20. Quando se trata de direitos humanos, vimos uma e outra vez que, se não há uma referência explícita em importantes documentos políticos, estes tendem a ser ignorados e, às vezes, avanços anteriores sofrem retrocessos inadvertidos.

IPS: Organizações da sociedade civil expressam temores de que o plano final da Rio+20 deixe de lado os direitos humanos, incluindo os das mulheres e dos povos aborígenes. Esses temores são válidos?

NP: Compartilho deles. É por isso que estarei presente na Rio+20 e meu escritório trabalha duramente para destacar a necessidade de os direitos humanos estarem no resultado final. No final de março, escrevi uma carta aberta aos Estados-membros da ONU exortando-os a apoiarem considerações de direitos humanos em suas deliberações, exatamente quando começava a segunda rodada de negociações informais. As organizações não governamentais tomaram essa carta como ponto de partida e algumas delegações

governamentais a levaram em consideração. Em consequência, vimos que foram apresentadas propostas sobre direitos humanos nas negociações, mas a batalha está longe de acabar. A maioria das disposições seguem entre colchetes (sem acordo), e conceitos cruciais, como a coerência das políticas e seu impacto nos direitos humanos, ainda não foram introduzidos no documento.

IPS: Qual a amplitude do reconhecimento do conceito de direitos humanos pela Agenda 21 e pela Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, adotadas na Cúpula da Terra de 1992?

NP: Na verdade, tinham uma linguagem de direitos humanos mais clara do que se poderia imaginar, comparando com as atuais discussões. A Agenda 21 e a Declaração do Rio foram celebradas precisamente porque colocaram os direitos humanos à frente e no centro. Em minha carta aos governos, recordo que 27 princípios da Declaração do Rio de 1992 se baseiam firmemente nos direitos humanos. A Declaração do Rio especificamente invoca o direito ao desenvolvimento, chama por uma atuação para reduzir as disparidades nas condições de vida, afirma o papel das mulheres, dos povos indígenas e das comunidades locais no desenvolvimento sustentável, e chama pela proteção das pessoas que vivem sob repressão ou ocupação.

IPS: Analisando os progressos desde que foram incluídas as considerações de direitos humanos na histórica Declaração de duas décadas atrás, quais são as lições aprendidas quanto à implantação?

NP: Vinte anos depois, se esperaria que pudéssemos avançar em lugar de retroceder nestes compromissos essenciais. Devemos encarar a divisão Norte-Sul, avançar para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio a fim de assegurar que se considere uma adequada perspectiva de gênero, e devemos aprender com os movimentos da Primavera Árabe e Ocupe Wall Street que os direitos humanos devem estar no centro do desenvolvimento. Os governos terão que traduzir isto em ações, porque as mulheres e os homens nas ruas assim estão exigindo.

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/draft-created-june-15-2012-114-pm/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=15)(http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/draft-created-june-15-2012-114-pm/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=15)

15/06/2012

Rio+20 deve contribuir para que Sustentabilidade seja priorizada nas políticas públicas

por Neuza Árbocz, para o Instituto Ethos



Maria Helena Santana, presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Chamada26.jpg?9d7bd4>

Representantes da Apimec, CVM, FNQ e Instituto Arapyau destacam importância da Conferência Ethos 2012 como preparação para a Rio+20.

Aconteceu entre os dias 11 e 13 de junho a Conferência Ethos Internacional 2012, centrada no tema “A Empresa e a Nova Economia. O Que Muda com a Rio +20?”. Em sua preparação, associados e parceiros vêm debatendo as oportunidades e os desafios de ambos os encontros, o do Ethos e o da ONU.

“A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) é uma grande oportunidade para que os governos e a sociedade em geral possam avaliar os impactos do nosso atual modelo econômico e examinar os desafios que precisam ser enfrentados para possibilitar a transição para um novo modelo, em que o crescimento e a prosperidade econômica sejam conjugados a uma maior responsabilidade social e ambiental”, avalia Maria Helena Santana, presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

“O atual momento de crescimento da economia brasileira tem feito o país despontar como um importante player internacional, discutindo assuntos e participando de eventos extremamente relevantes no contexto global. Diante disso, sediar a Rio+20 será uma oportunidade de posicionar o Brasil como uma nação preocupada com a sustentabilidade mundial e a preservação do meio ambiente, bem como mostrar ao mundo que se pode crescer de forma sustentável”, comenta Jairo Martins, superintendente-geral da Fundação Nacional de Qualidade (FNQ).

Fabiana Toyama, do Instituto Arapyau de Educação e Desenvolvimento Sustentável, concorda que o Brasil, como anfitrião poderá dar seu tom ao evento. Ela complementa observando que “A Rio+20 tem duas dimensões de relevância equivalentes: a dimensão oficial, da conferência da ONU propriamente dita, e a da atuação da sociedade civil organizada”. Na primeira, ela percebe uma evolução no que diz respeito ao processo de preparação, com maior abertura à participação de organizações da sociedade civil – embora ainda exista um longo caminho a ser percorrido nesse quesito. Na segunda, ela enxerga a possibilidade de discussões mais aprofundadas e maduras.

Milton Luiz Milioni, do Comitê de Ética da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec Nacional), também espera que a Rio+20 contribua para a compreensão dos países sobre o tema sustentabilidade e que o assunto seja privilegiado nas suas decisões de políticas públicas.

Preparativos essenciais

Poder influir em um foro de líderes mundiais é uma ocasião rara, que demanda um excelente preparo. “Acreditamos que debater temas fundamentais para a nova economia e ter como base a opinião de

organizações brasileiras é uma importante forma de a Conferência Ethos mostrar sua relevância e ser decisória nas questões que serão tratadas pela ONU na Rio+20”, diz Jairo Martins.

“O Ethos tem um papel fundamental nessa articulação de diferentes atores para a Rio+20, pois consegue agregar sociedade civil e organizações privadas com uma legitimidade que poucas organizações no Brasil possuem, além de dialogar também com atores da esfera pública, formando pontes que são fundamentais para o sucesso da Rio+20 como um todo”, reforça Fabiana Toyama.

Para a presidente da CVM, ao possibilitar aos seus participantes tomar contato e refletir sobre os principais temas que serão discutidos na Rio+20, a Conferência Ethos auxiliará as empresas não somente a compreender suas possíveis implicações, mas também a avaliar como elas podem contribuir para a construção de uma economia mais sustentável. “Nesse sentido, pude identificar no programa preliminar da Conferência Ethos 2012 que alguns painéis, como os que abordarão as agências reguladoras ou o direcionamento de capitais para investimento na produção da nova economia, discutirão temas que poderão interessar especialmente aos participantes do mercado de capitais e à Comissão de Valores Mobiliários”, comenta Maria Helena.

Milioni recomenda a proposição de métricas na avaliação de investimentos que incluam a sustentabilidade como parâmetro. Ele tem como expectativa a participação de mais empresários e altos dirigentes no evento do Instituto Ethos. “O aprofundamento das discussões deve levar a soluções aplicáveis imediatamente, sem longos debates teóricos”, apoia Jairo Martins.

Divisor de águas

Isso também se aplica à própria Rio +20. “É importante que a conferência da ONU tenha resultados mais práticos do que as anteriores, principalmente levando-se em consideração a situação econômica dos países desenvolvidos e a maior importância dos países emergentes no crescimento mundial”, continua Milioni.

“Acreditamos também que a Rio+20 em especial será um divisor de águas e impulsionará a transição da economia para um modelo sustentável – o que pode ser feito ao repensarmos o cálculo do PIB e mensurarmos a riqueza dos países incluindo também a gestão dos recursos naturais e o bem-estar da sociedade. Isso levará as empresas a fabricar os mesmos produtos sem poluir e substituir seus materiais por outros, preocupando-se com a qualidade de vida das próximas gerações”, comenta Martins.

Fabiana Toyama ressalta a importância do engajamento voluntário nessas mudanças. “Riqueza, diversidade, maturidade e articulação entre diferentes atores é o que gostaríamos de ver na Rio+20, no que diz respeito à sociedade civil organizada. E, se as Nações Unidas ficarem aquém nos acordos necessários para tornarmos a sociedade atual mais justa e solidária, esperamos que a própria sociedade seja capaz de se articular e se organizar nesse sentido”, defende. “Se não conseguimos como nações que compartilham o mesmo planeta, cumprir os acordos feitos desde Estocolmo até hoje, pode ser uma ambição mais realista reafirmarmos os compromissos das demais conferências e convenções e termos objetivos voluntários”, afirma Toyama, referindo-se aos encontros das Nações Unidas. “Não podemos retroceder ou, o que seria pior ainda, ter avanços ilusórios”, conclui.

* Publicado originalmente no site do [Instituto Ethos](http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/6870/servicos_do_portal/noticias/itens/rio+20_deve_contribuir_para_que_sustentabilidade_seja_priorizada_nas_politicas_publicas.aspx)(http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/6870/servicos_do_portal/noticias/itens/rio+20_deve_contribuir_para_que_sustentabilidade_seja_priorizada_nas_politicas_publicas.aspx).

Fonte: Instituto Ethos/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/rio20-deve-contribuir-para-que-sustentabilidade-seja-priorizada-nas-politicas-publicas/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=15)(http://envolverde.com.br/noticias/rio20-deve-contribuir-para-que-sustentabilidade-seja-priorizada-nas-politicas-publicas/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=15)

15/06/2012

Empresários somam o ativo ambiental ao negócio

por Fabiana Frayssinet, da IPS



A mineração é uma das atividades empresariais mais contaminantes. Crianças brincam em depósito de resíduos de mineração de Morococha, Peru.

Foto: Milagros Salazar/IPS

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Chamada16.jpg?9d7bd4>

Rio de Janeiro, Brasil, 15/06/2012 (TerraViva) – Diante da exigência crescente dos consumidores e da necessidade de recursos naturais sustentáveis para seus próprios negócios, os empresários passam a incorporar cada vez mais o compromisso ambiental como um ativo.

Alguns exemplos: um consumidor adquire refrigerante de uma determinada marca, cujo fabricante necessita de um recurso que começa a escassear no planeta: água. Uma empresa hidrelétrica que desmata milhares de quilômetros quadrados para construir uma represa é pressionada pelos moradores das comunidades afetadas e pelas autoridades que as representam e deve conceder uma compensação social e econômica pelos danos.

Uma companhia de petróleo que explora um poço no fundo do mar recebe um multa multimilionária dos órgãos ambientais competentes por um vazamento que destruiu espécies e afetou a biodiversidade dos oceanos. Uma siderúrgica transnacional deve abandonar um país, após investir dezenas de milhões de dólares em uma fábrica, devido às demandas de uma comunidade pelo impacto contaminante de resíduos tóxicos.

São casos reais, que têm por trás nomes específicos de companhias do mundo inteiro que não incorporaram a variável ambiental aos seus negócios. E é uma lição aprendida e incorporada nos cursos de administração empresarial. “É um assunto de administração de risco no longo prazo. Questões como água,

energia, podem impactar a produção e os negócios. Todo empresário tem por obrigação administrar riscos”, resumiu ao TerraViva a secretária-executiva do Pacto Mundial Brasil, Yolanda Cerqueira.

Segundo disse, as companhias começam a se comprometer ambientalmente “por interesse de seus negócios, além do interesse para promover uma melhoria na qualidade de vida das pessoas e do planeta”. Lançado em 2000, o Pacto Mundial das Nações Unidas é uma plataforma à qual se somam voluntariamente companhias que devem assumir um compromisso com a sustentabilidade e as práticas de responsabilidade ambiental e social nos negócios.

Conta com corporações de 135 países e se apresenta como a maior iniciativa de cidadania corporativa do mundo. O Pacto organiza no Rio de Janeiro, entre os dias 15 e 18, o Fórum de Sustentabilidade Corporativa, que faz parte das reuniões paralelas à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que reunirá chefes de Estado e de governo do mundo todo, entre 20 e 22 deste mês.

“O processo de se comprometer ambientalmente dos empresários é fundamental, primeiro porque seus negócios podem desaparecer se não estiverem preparados. Em segundo lugar, porque são cada vez mais assediados pelos consumidores conscientes, um movimento em rápido crescimento no mundo”, explicou ao TerraViva o ex-deputado Fernando Gabeira, um dos fundadores do Partido Verde brasileiro.

Yolanda destacou que ao Pacto Mundial aderiram até agora sete mil empresas de todo o mundo. O objetivo é chegar a 20 mil em oito anos. São companhias que incorporam de maneira crescente o risco ambiental em seus cálculos e processos de negócio. “Há muitas firmas recuperando água ou reduzindo drasticamente seu consumo na produção, porque compreendem que é um recurso finito”, afirmou ao mencionar o exemplo de um dos “ativos ambientais” considerados.

O contraditório, reconheceu Yolanda, é o perfil de muitas das empresas supostamente comprometidas com o meio ambiente. Um alto número possui nos países onde atuam denúncias como as maiores contaminadoras e devastadoras dos recursos naturais. Trata-se, entre outras, das corporações petrolíferas e mineradoras. Gabeira disse compreender o argumento dessas companhias de que precisam de tempo para se adaptar às mudanças e, portanto, considerou essa contradição “como temporária”. Contudo, também destacou que “existe muita atitude de pura maquiagem, de pura imagem e marketing”.

Para Gabeira, a chave “é a pressão do consumidor”. Em casos como petróleo e mineração, nos quais o consumidor não é determinante na aquisição do produto, a alternativa é a “grande pressão internacional exercida, às vezes, a partir dos países compradores”. O ex-deputado considera que outro fator que “prejudica muito os empresários e que nos ajuda como consumidores é a competição. Os principais encarregados de denunciar seus erros ecológicos são seus competidores. Nesse processo, o comportamento ecológico passa a ser uma moeda de troca”.

Do Fórum de Sustentabilidade Corporativa sairá uma proposta para os chefes de Estado e de governo, que abordarão temas como água, alimentos, agricultura, padrões de consumo e produção.

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/empresarios-somam-o-ativo-ambiental-ao-negocio/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=15)(http://envolverde.com.br/noticias/empresarios-somam-o-ativo-ambiental-ao-negocio/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=15)

15/06/2012

Sem acordo, negociadores da Rio+20 devem anunciar que precisarão de mais tempo para buscar consenso

por Renata Girdali e Carolina Gonçalves, da Agência Brasil



Os Diálogos Federativos Rumo à Rio+20 visam a ampliar o debate com estados e municípios para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável.

Foto: Correio do Brasil.

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Chamada47.jpg?9d7bd4>

Rio de Janeiro – Sem acordo nos principais temas, os negociadores da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, deverão anunciar hoje (15) que as articulações em busca do consenso se ampliarão até as vésperas de o documento final a ser assinado pelos 115 chefes de Estado e de Governo, no dia 22. No total, são seis aspectos divergentes. Faltam acordos sobre a criação de um fundo para o desenvolvimento sustentável e as definições das metas conjuntas, por exemplo.

Mas, há ainda discordâncias sobre transferência de tecnologias, capacitação de profissionais para a execução de programas relacionados ao desenvolvimento sustentável, além da compreensão sobre o significado da expressão economia verde e a possibilidade de fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), tornando-o autônomo e com mais recursos.

Oficialmente, os negociadores tinham prazo até hoje para fechar o documento final e deixá-lo pronto para os líderes políticos. A tendência, de acordo com os negociadores, é que o texto conclusivo exclua vários aspectos considerados controvertidos e mantenha algumas dessas metas apenas como citações gerais, sem especificá-las.

Há representantes de 193 delegações, mas nem todos participam dos sete maiores grupos que discutem os principais temas-chave. As questões sociais, como o combate à fome e à pobreza são consensuais, mas não no que se referem às metas específicas e a curto prazo. Os países em desenvolvimento apontam algumas prioridades, enquanto os ricos insistem em outras. Todos defendem o tema como fundamental, no entanto.

Um das divergências é a criação de um fundo, proposta defendida pelo Brasil e por vários países de economias em desenvolvimento, como a China, de incentivo ao desenvolvimento sustentável. A ideia é que

todos colaborem com recursos para obtenção de US\$ 30 bilhões, a partir de 2013, até chegar a US\$ 100 bilhões em 2018. Mas o Canadá, os Estados Unidos e os europeus se opõem à ideia.

O secretário executivo da delegação brasileira na Rio+20, embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, alegou ontem que questões externas interferem diretamente nas negociações da conferência. Os impactos da crise econômica internacional nos países da zona do euro – principalmente Espanha, Itália, Portugal, Irlanda e Grécia – e a campanha presidencial nos Estados Unidos são algumas dessas questões.

Os norte-americanos e europeus resistem em quaisquer propostas que envolvam aumento de recursos, como a criação de um fundo para o desenvolvimento sustentável, e o fortalecimento do Pnuma, que indiretamente pressupõe mais dinheiro para o órgão.

As negociações no Riocentro, na Barra da Tijuca, ocorrem a portas fechadas no pavilhão 5 do centro de convenções. Nos bastidores, o Brasil insiste em informar que será possível um acordo geral e a ampliação do texto. A delegação brasileira nega a possibilidade de elaborar um documento alternativo em contrapartida à ausência de consenso no documento em discussão.

** Edição: Graça Adjuto*

*** Publicado originalmente no site da [Agência Brasil](http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-06-15/sem-acordo-negociadores-da-rio20-devem-anunciar-que-precisarao-de-mais-tempo-para-buscar-consenso)(<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-06-15/sem-acordo-negociadores-da-rio20-devem-anunciar-que-precisarao-de-mais-tempo-para-buscar-consenso>).*

Fonte: Agência Brasil/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/sem-acordo-negociadores-da-rio20-devem-anunciar-que-precisarao-de-mais-tempo-para-buscar-consenso/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=15)(http://envolverde.com.br/noticias/sem-acordo-negociadores-da-rio20-devem-anunciar-que-precisarao-de-mais-tempo-para-buscar-consenso/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=15)

15/06/2012

Brasil investe em Finanças Sustentáveis na Rio+20

por Isabel Gnaccarini, do Mercado Ético



Izabella Teixeira em ciclo de debates promovido pelo Ministério do Meio Ambiente, que é chefiado por ela.

Fotos: Isabel Gnaccarini.

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Chamada67.jpg?9d7bd4>

O ciclo de debates promovido pelo Ministério do Meio Ambiente, no Rio de Janeiro, abriu de maneira promissora as discussões da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Nessa quarta-feira (13), durante o terceiro dia do encontro, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, e a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, anunciaram que a parceria entre o meio ambiente e as finanças deu frutos: o BCB lançou uma política socioambiental para todo o sistema financeiro do País.



Roberto Smeraldi, da Amigos da Terra, e Mario Monzoni, do FGVCes.

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Chamada6b.jpg?9d7bd4>

Izabella Teixeira foi breve, mas enfática: “A parceria entre MMA e BCB (de 2010) vai ao encontro da sinalização concreta dada pela presidente Dilma para que a agenda ambiental não ficasse restrita ao MMA, mas fosse integrada por todo o governo rumo ao desenvolvimento do país.” Também lembrou que a nova cultura demanda novos quadros. E que o exemplo do Conselho Monetário Nacional de não dar crédito aos desmatadores foi um grande passo para a queda dos desmatamento na Amazônia.

“Importante anúncio esse do BC, que exige uma política de créditos para todo o sistema bancário, restringindo àqueles que desmatam a floresta, poluem o ambiente ou até usam mão de obra infantil em seus negócios”, disse Roberto Smeraldi, da Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, um dos convidados ao evento.

“A política define um perfil global para os bancos. Resta verificar sua implementação”, pontuou ainda Smeraldi, que 20 anos atrás presidiu o Comitê Internacional das ONGs para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92) e esteve à frente de mais de 1.400 instituições da sociedade. O ativista ainda moderou a mesa que reuniu o presidente da Frebaban, Murilo Portugal, e o coordenador do Centro de Estudos em Sustentabilidade – Gvces, Mario Monzoni, entre outros.

O Ministro Tombini anunciou em seu discurso que o BC irá submeter à audiência pública duas propostas regulatórias sobre a responsabilidade socioambiental nas instituições financeiras. A intenção é que, adicionalmente, a medida incentive o aumento de eficiência, a diminuição de custos e traga ganhos de produtividade, explicou.

A primeira norma torna obrigatória a adoção da política a todas as instituições financeiras, que deverão estar alinhadas à estratégia de modo compatível com o seu porte e com a complexidade de seus produtos e serviços. Será preciso mensurar os impactos dos créditos ofertados e gerenciar os riscos socioambientais. A segunda, obriga as instituições financeiras a divulgar relatório anual sobre as práticas adotadas no âmbito da política de responsabilidade socioambiental da instituição.

O ciclo de debates “Brasil Sustentável – O Caminho para Todos”, evento oficial da Rio+20, foi composto por oito debates sobre os temas da agenda ambiental: economia, reciclagem, consumo e florestas. Realizado no auditório Tom Jobim, no interior do Jardim Botânico, o evento encerrou-se ontem (14), com dois debates – o primeiro com início às 9h30 e o segundo às 14h30.

* Publicado originalmente no site do [Mercado Ético](http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/brasil-investe-em-financas-sustentaveis-na-rio20/)(<http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/brasil-investe-em-financas-sustentaveis-na-rio20/>).

Fonte: Mercado Ético/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/brasil-investe-em-financas-sustentaveis-na-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=15)(http://envolverde.com.br/noticias/brasil-investe-em-financas-sustentaveis-na-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=15)

15/06/2012

Empreendedorismo e governança abrem caminho para modelos sustentáveis

por Maura Campanili*



Municípios Verdes.

Foto: Divulgação

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Chamada77.jpg?9d7bd4>

Programa Municípios Verdes é exemplo de parceria entre setor público e sociedade civil para reduzir desmatamento e possibilitar meta de desmatamento zero no Pará em 2020.

Modelos sustentáveis, sobretudo em regiões de ecossistemas florestais, como a Amazônia, dependem de governança para terem sucesso. Mas para chegar a isso, o papel do empreendedorismo social é fundamental. Exemplo disso é o projeto implantado em Paragominas, no Pará, que serviu de inspiração para o programa Municípios Verdes, do governo paraense.

Com uma economia fortemente baseada em desmatamento, através da produção madeireira e da pecuária, Paragominas entrou na lista de Campeões do Desmatamento do governo federal, que limita o crédito dos municípios que mais desmatam. Com apoio da ONG Imazon, vontade política da prefeitura e parceria com empresários e agricultores, em dois anos o município saiu da lista e se tornou modelo de governança ambiental. Este caso, debatido nesta quarta-feira (14/6), durante evento do governo do Pará no espaço Humanidade 2012, no Forte de Copacabana, será apresentado por Beto Veríssimo, do Imazon, durante a oficina Governança de Ecossistemas na América Latina, que acontece dia 17 de junho, às 14 horas, dentro do Fórum de Empreendedorismo Social, no mesmo local.

O objetivo da oficina é trazer um panorama geral sobre os paradigmas de desenvolvimento em ecossistemas e o papel da governança para promover modelos sustentáveis. Serão apresentados exemplos efetivos de pactos de governança em biomas, suas complexidades e desafios para estabelecer esses pactos e a liderança necessária para consegui-los e mantê-los.

Criado em 2011, o programa Municípios Verdes está levando o modelo de Paragominas para os demais municípios do estado e é uma das bases que possibilitou ao governador Simão Jatene anunciar o compromisso, no evento paralelo à Rio+20, de que, a partir de 2020, o Pará terá desmatamento líquido zero. Com o anúncio, o estado torna-se o primeiro da Amazônia a ter metas que vão além da meta nacional

(80% até 2020). “É uma meta factível, que podemos claramente perseguir. Para isso, precisamos de uma revolução tripla: pelo conhecimento, pela produção e através de novas formas de gestão e governança”, disse.

Ao anunciar o compromisso, Jatene explicou que a redução do desmatamento no Pará se dará seguindo, primeiramente, o que já está oficialmente pactuado no programa Municípios Verdes. Para reduzir o desmate, o programa tem como linha de base a média anual de 6.255 km² de desmatamento (1996-2005), na mesma linha da meta federal, e deverá ser reduzido em etapas até chegar a cerca de 300 km² em 2020. A partir daí deverá vigorar o desmatamento líquido zero.

“Sabemos que é praticamente impossível zerar totalmente o desmatamento, pois sempre haverá alguns resquícios, seja uma usina, ou uma obra de infraestrutura. A diferença é que, a partir de 2020, qualquer desmatamento terá de ser obrigatoriamente compensado com a restauração (replanteio) do que foi derrubado em alguma outra área já alterada. E isso só será aceito com espécies nativas da região”, explicou o governador.

** Maura Campanili é jornalista.*

Fonte: A autora/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/empreendedorismo-e-governanca-abrem-caminho-para-modelos-sustentaveis/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=15)(http://envolverde.com.br/noticias/empreendedorismo-e-governanca-abrem-caminho-para-modelos-sustentaveis/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=15)

16/06/2012

Não gastem dinheiro com energia nuclear”

por Valmir Moratelli

A sugestão é de Eickeweber, diretor do Instituto Fraunhofer, de sistema de energia solar da Alemanha. O uso da energia solar entrou em debate na tarde dessa sexta-feira (15) no pavilhão do Estado do Rio, no Parque dos Atletas, dentro da programação da [Rio+20](http://ultimosegundo.ig.com.br/rio20/). Eickeweber, diretor do Instituto Fraunhofer, de sistema de energia solar da Alemanha, falou a respeito do uso da energia atômica. “Não é uma energia sustentável. É uma energia cada vez mais cara e que os resíduos precisam ser isolados por até 10 mil anos. Se eu pudesse dar um conselho ao Brasil, diria: não gastem dinheiro com plantas de energia nuclear”.

[Veja a cobertura completa da Rio+20](http://ultimosegundo.ig.com.br/rio20/)

Eickeweber falou ainda que o tipo de energia domiciliar no Brasil permite que se empregue mais o uso da energia solar. “Ar condicionado funciona muito bem com energia solar assim como geladeira. Na Alemanha cada vez mais se repensa esse tipo de produção energética focando no futuro ambiental sustentável”.

Weber foi bastante aplaudido pelo público presente.

Fonte: [Café das quatro - Informação de um jeito simples e objetivo > Notícias > Ciências e Saúde](http://www.cafedasquatro.com.br/materia/?cM=308457&title=%93nao-gastem-dinheiro-com-energia-nuclear%94)

16/06/2012

Cubatão participa da Rio+20 como exemplo de recuperação ambiental

Município é a única da região da Baixada Santista a participar do encontro. Evento terá outras nove cidades brasileiras e 193 países-membros da ONU.

do G1 Santos

A cidade de [Cubatão](http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/cidade/cubatao.html)(<http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/cidade/cubatao.html>), no litoral de São Paulo, participará da conferência Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. O município se juntará a nove cidades brasileiras e representantes dos 193 países-membros da Organização das Nações Unidas.

A Rio+20 recebe este nome por ocorrer vinte anos depois da Rio 92 (também conhecida como Eco 92), considerada a maior conferência sobre meio ambiente já realizada, que popularizou o conceito de "desenvolvimento sustentável".

Eles vão debater temas relacionados ao combate à pobreza, desemprego e migrações, resposta às crises econômicas, mudança no padrão do consumo, florestas, segurança alimentar e nutricional, energia sustentável, água, cidades sustentáveis e inovação e oceanos.

Por décadas, Cubatão foi considerada a cidade mais poluída do mundo. Agora, a cidade participará do encontro como um dos exemplos de recuperação ambiental aliada ao desenvolvimento econômico.

A prefeita de Cubatão, Marcia Rosa, comenta a recuperação do município. "Cubatão foi a primeira cidade do Brasil a se industrializar. Então, a cidade sentiu o que significa um crescimento econômico sem planejamento. A questão da sustentabilidade, ambiental e social está atrelada a Rio+20, que pensa um planeta para todos os países com uma melhor qualidade de vida".

Em 2005, o poder público, as indústrias e a população traçaram metas para os próximos anos. É a chamada Agenda 21, que tem mais de 80% dos projetos em execução. Os investimentos têm refletido positivamente na avaliação do desenvolvimento social de Cubatão. "Quando foi lançado, Cubatão tinha o pior Índice de Desenvolvimento Humano na Baixada Santista. Em uma pesquisa recente, a cidade já alcança o segundo lugar", conta Benito Gonzalez, secretário de Desenvolvimento da cidade.

Outro destaque está na qualidade do ar da cidade. A emissão de poluentes do Parque Industrial está sob controle. "Nós temos 100% de todas as fontes de poluição identificadas, com equipamentos de controle instalados e em monitoramento. A Cetesb mantém esse monitoramento rotineiro nessas fontes", explica Marcos Cipriano, gerente da Cetesb.



Cubatão participará da conferência Rio+20

Foto: Carlos Felipe/Prefeitura de Cubatão

Fonte: http://s2.glbimg.com/diL2emcTPOLIYy4n8WW2FE7ywEi_FGXZuyMRh0tBiXploz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/05/29/cubatao20.jpg

Fonte: [G1 > Santos e Região\(http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2012/05/cubatao-participa-da-rio20-como-exemplo-de-recuperacao-ambiental.html\)](http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2012/05/cubatao-participa-da-rio20-como-exemplo-de-recuperacao-ambiental.html)

17/06/2012

Maiores cidades do planeta anunciam terça-feira metas para reduzir emissão de gases

da *AGÊNCIA BRASIL*

O prefeito Eduardo Paes confirmou hoje (17) que as 60 maiores cidades do planeta, grupo conhecido como C40, anunciarão na próxima terça-feira (19) metas para redução da emissão de gases de efeito estufa. O comunicado será feito em evento paralelo à Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). “A tomada de decisão pelas maiores cidades do mundo [de redução das emissões] tem impacto efetivo e tem de acontecer. Não adianta só os chefes de Estado tomarem decisões e os prefeitos, a sociedade e a iniciativa privada, não. Cada um faz sua parte”, afirmou Paes, durante a reinauguração do Movimento à Paz, instalado no centro da cidade durante a Eco 92.

Sem antecipar a meta de redução, estimada em 20% da atual, Eduardo Paes informou que o anúncio será feito pelo prefeito de Nova York, Michael Bloomberg, em evento no Forte de Copacabana, na zona sul do Rio. Segundo Paes, a meta de redução dos gases tóxicos pelas grandes cidade se somará aos compromissos assumidos pelos chefes de Estado na conferência das Nações Unidas. Perguntado se o evento Humanidades 2012, organizado em uma estrutura montada especialmente para exposições e palestras no Forte de Copacabana, pode ser estendido, o prefeito sinalizou que sim: “se o prefeito gosta, tem chances”, disse Paes sobre a área, que é militar. “A Torre Eiffel também foi construída para uma exposição, em Paris”, completou.

Durante a reinauguração do Monumento à Paz, que contém pedaços de terra de cerca de 108 países, o secretário-geral da ONU para a Rio+20, Sha Zukang, disse que tanto a conferência de 1992 quanto a deste ano não aconteceriam sem a liderança do Brasil. “Agradeço também ao Rio pela quente acolhida”, disse ele ao prefeito. E completou: “a cidade será sempre identificada com os compromisso do Brasil para o desenvolvimento sustentável e do espírito de parceria global.”

Fonte: [Correio do Estado > Notícias](http://www.correiodoestado.com.br/noticias/maiores-cidades-do-planeta-anunciam-terca-feira-metas-para-r_152277/)(http://www.correiodoestado.com.br/noticias/maiores-cidades-do-planeta-anunciam-terca-feira-metas-para-r_152277/)

17/06/2012

Implementação de ações é maior desafio da Rio+20, diz embaixador

Segundo Luiz Alberto Figueiredo, negociação avançou neste domingo (17). Ele disse que países ricos não têm se comprometido com financiamento.

por Nathalia Passarinho e Daniel Buarque do G1, no Rio

O negociador-chefe da delegação brasileira, Luiz Alberto Figueiredo, disse em entrevista coletiva no fim da tarde deste domingo (17), que a maior dificuldade na negociação do texto é conseguir avançar em ações concretas voltadas à implementação dos objetivos assumidos na Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável.

"Tem várias áreas do texto que marcam avanços, não apenas conceituais. Claro que temos uma dificuldade de meios de implementação. Sempre se vai dizer: 'Como cumprir determinadas tarefas se os meios não são adequados?'. Estamos chegando lá. Estamos estudando maneiras de tornar o texto mais ambicioso", disse.

O negociador-chefe do Brasil disse que os países desenvolvidos não têm se comprometido de forma "concreta" com o financiamento das ações voltadas ao desenvolvimento sustentável.

"Fizemos consultas nesta manhã sobre meios de implementação. Está correndo bem, dentro daquele quadro de que os países doadores têm grande dificuldade de se comprometerem com cifras concretas e mesmo de reafirmarem os compromissos assumidos", afirmou.

Otimismo

Apesar das dificuldades, Figueiredo disse, entretanto, que está "muito otimista" em relação às negociações e que o trabalho das delegações deve ser encerrado na noite de segunda-feira (18). "A reação inicial [ao rascunho do texto final] foi muito positiva", disse Figueiredo, que explicou que não há novos pontos de conflito no texto negociado. O embaixador disse que há um "clima muito bom" nas negociações, que leva o governo brasileiro a crer que o texto final será concluído com sucesso.

Segundo ele, as delegações fecharão o texto antes da chegada dos chefes de Estado e Governo, e os líderes, portanto, não irão modificar a redação. "Não fica nada para os chefes de Estado debaterem [em relação ao texto]. O documento é para ser fechado antes do início da conferência. Os chefes de Estado vão debater os temas que os chefes de Estado debatem", afirmou.

O embaixador brasileiro disse que as reuniões deste domingo dos grupos de trabalho resultaram em avanços nas negociações sobre o texto. "Hoje nos reunimos em grupos de trabalho específico, todos coordenados por representantes da delegação brasileira, e foi possível na grande maioria dos casos limpar, no sentido de ter a anuência de todos com relação ao texto", disse.

Ele destacou que o Brasil está trabalhando "firme" para "conseguir um misto de concisão e abrangência porque ter um texto legível é importante, mas o fundamental é ter um texto abrangente".

"Tem sido um clima muito positivo, porque todos estão aqui para chegar a um resultado. Há um clima de apoio ao Brasil, clima de reconhecimento dos esforços brasileiros e um clima de genuína vontade de chegar a um consenso. Portanto, isso é uma das causas que me leva a estar muito otimista a encerrarmos essa negociação o mais rapidamente possível", afirmou.

De acordo com Figueiredo, o Brasil tentou ouvir ao máximo todas as delegações na busca por um entendimento. "É trabalho duro, empenho, busca de ouvir, busca de respeitar as opiniões e ter a consciência de que se nós não ouvirmos todos e não respeitarmos todas as opiniões nós não vamos ir para frente."

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20\(http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/estou-muito-otimista-diz-embaxador-brasileiro-na-rio20.html\)](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/estou-muito-otimista-diz-embaxador-brasileiro-na-rio20.html)

17/06/2012

Brasil está confiante que negociação acabe na segunda-feira

Expectativa é que negociação acabe na noite do dia 18. Elevação de Pnuma a agência está descartada e meios de implementação continuam em discussão

por Natasha Madov enviada ao Rio de Janeiro

O secretário-executivo da delegação brasileira na Rio+20, o embaixador Luiz Alberto Figueiredo, afirmou neste domingo (17) que a negociação do documento final da conferência da ONU, que será levada aos chefes de Estado a partir da quarta-feira (20), está próxima de seu final.

“Estamos refinando o documento, e queremos chegar num texto legível, porém abrangente”, disse Figueiredo durante coletiva de imprensa, que afirmou que as reações das delegações foram muito positivas. Figueiredo retificou o tamanho do documento final: de 56 páginas, como foi anunciado ontem, ele passou a 50. Figueiredo atribuiu o número menor de páginas a um erro na configuração da impressão.

O embaixador garantiu que o documento chegará pronto aos chefes de Estado, que iniciarão o segmento de alto nível da conferência na quarta-feira (20). “Eles vão debater temas que chefes de Estado debatem. A programação deles é intensa, com mesas-redondas, discursos e consultas bilaterais”, afirmou. “Chefes de estado não gostam de negociar textos que os burocratas prepararam. Eles não vêm ao Rio para isso”.

Ele, no entanto, afirmou que alguns pontos espinhosos continuam sob negociação. Os meios de implementação, por exemplo, ainda estão sendo discutidos, tanto em seus parágrafos específicos quanto em outras áreas afetadas por eles. “Os países ricos têm dificuldade em comprometer fundos e reafirmar compromissos anteriormente firmados”, afirmou.

A potencial elevação do Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) ao status de agência da ONU já foi descartado. Mas Figueiredo tentou amenizar afirmando que o texto relativo ao Pnuma pode ser aplicado a um eventual fortalecimento posterior da instituição: “O fato é que o Pnuma não sai da Rio+20 do jeito que entrou”.

ONGs estão insatisfeitas

Integrantes de organizações não-governamentais que participam da Rio+20 manifestaram contrariedade em relação ao documento apresentado pelo Brasil para a ser negociado antes da chegada dos chefes de Estado. A Anped (Aliança do Norte para Sustentabilidade) iniciou uma campanha com petição online com o nome “O Futuro que Não Queremos”, em oposição ao texto “O Futuro que Queremos”.

Veja a cobertura completa sobre a [conferência Rio+20](http://ultimosegundo.ig.com.br/rio20/), que acontece em junho

“Acreditamos que o atual estado de negociações ameaça fortemente o futuro de todas as pessoas e mina a relevância e a credibilidade da ONU. Depois de mais de dois anos de intensas negociações e milhões de dólares investidos na conferência, governos estão sendo incapazes e não têm vontade política de reafirmar os compromissos com os princípios fundamentais da Rio 92”, afirmou Leonardo Rocha, representante da ONG.

“Nossa avaliação inicial do documento brasileiro é de que vemos muito pouco em ações concretas. É a hora de pôr em prática o que vem sendo discutido, e não há um plano de ação no que diz respeito a medidas de proteção social e combate ao desemprego”, disse Judith Kirton-Darling, da Confederação Europeia de Sindicatos.

Colaborou Raphael Gomide, do iG Rio de Janeiro

Fonte: [iG > Último Segundo > Ciência > Meio Ambiente > Especial Rio+20](http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/2012-06-17/brasil-esta-confiante-que-negociacao-acabe-na-segunda-feira.html)(<http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/2012-06-17/brasil-esta-confiante-que-negociacao-acabe-na-segunda-feira.html>)

17/06/2012

Brasil é o quinto em novo índice de sustentabilidade criado pela ONU

Pnuma lançou na Rio+20 indicador para complementar cálculo do PIB. Foram analisados 20 países; China lidera e Brasil está à frente dos EUA.

por Eduardo Carvalho do G1, no Rio

Um novo indicador lançado neste domingo (17) pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) coloca o Brasil como a nação com o quinto maior crescimento sustentável anual per capita do mundo, à frente de potências como Estados Unidos e Canadá.

O indicador aplica informações referentes ao capital humano, natural e manufaturado de 20 países para mostrar um panorama mais amplo que o PIB (Produto Interno Bruto), que tem apenas um viés econômico.

Os primeiros lugares no novo índice ficaram, na ordem, com China, Alemanha, França e Chile.

País	Evolução anual do IRI (% per capita)
China	2,1
Alemanha	1,8
França	1,4
Chile	1,2
Brasil	0,9
Índia	0,9
Japão	0,9
Reino Unido	0,9
Noruega	0,7
EUA	0,7
Canadá	0,4
Equador	0,4
Austrália	0,1
Quênia	0,1
Colômbia	-0,1
África do Sul	-0,1
Rússia	-0,3
Venezuela	-0,3
Arábia Saudita	-1,1
Nigéria	-1,8

Chamado de Índice de Riqueza Inclusiva (IRI), o objetivo do indicador é incentivar a sustentabilidade dos governos e complementar o cálculo do PIB – ou mesmo substituir os atuais medidores da economia.

Desenvolvido por especialistas da Universidade das Nações Unidas, a ferramenta reúne informações referentes à educação e expectativa de vida, os recursos florestais, além da produção industrial. Na prática, um país com IRI alto representa que ele é mais sustentável.

Recurso natural em baixa

No relatório, que analisou o período entre 1990 e 2008, a China aparece como o país mais sustentável do mundo, com um índice de 2,1. A Alemanha vem em seguida, com 1,8.

O Brasil teve o IRI de 0,9 no período, o quinto no ranking da ONU, se igualando a Japão e Reino Unido. Nos 19 anos medidos, o PIB brasileiro cresceu 34%, o capital humano aumentou 48% e o capital manufaturado, 8%. Já o capital natural seguiu na contramão, caindo 25%. A justificativa do relatório é que a queda foi causada pelo avanço no desmatamento das florestas e ao aumento das atividades agropecuárias.

No período analisado, por exemplo, a Amazônia perdeu 331.290 km² de cobertura vegetal devido ao desmatamento ilegal – uma área equivalente a mais de sete vezes o tamanho do estado do Rio de Janeiro.

De acordo com Pablo Munhoz, diretor científico do relatório, a proposta é uma recomendação do programa ambiental da ONU aos países que participam da Rio+20 e está relacionada “ao bem-estar (...) e nos dá ideia em relação ao crescimento a longo prazo”, disse.

“É importante medir os ativos, mas também é importante ver sua modificação ao longo do tempo”, explica.

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/brasil-perdeu-25-dos-recursos-naturais-segundo-novo-indice-da-onu.html)(<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/brasil-perdeu-25-dos-recursos-naturais-segundo-novo-indice-da-onu.html>)

17/06/2012

Economia deve valorizar os recursos naturais, diz representante da ONU

A secretária executiva da Cúpula das Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas (ONU), Christiana Figueres, disse neste domingo (17) que o mundo não pode mais se dar ao luxo de ter um sistema econômico que não valorize os recursos naturais.

Figueres participou do Rio/Clima (Rio Climate Challenge), evento paralelo à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que busca soluções para as mudanças climáticas.

A proposta de dar um valor econômico aos “serviços prestados” pelos recursos naturais foi uma das sugestões do Rio/Clima, que será encaminhada aos chefes de Estado e de Governo que participarão da Rio+20 nesta semana.

“As ciências econômicas precisam mudar sua visão e passar a ver os recursos naturais como algo onde está o valor para os próximos 50 anos. Se não transformarmos isso no centro da nossa estrutura econômica, nós não vamos resolver o problema”, disse.

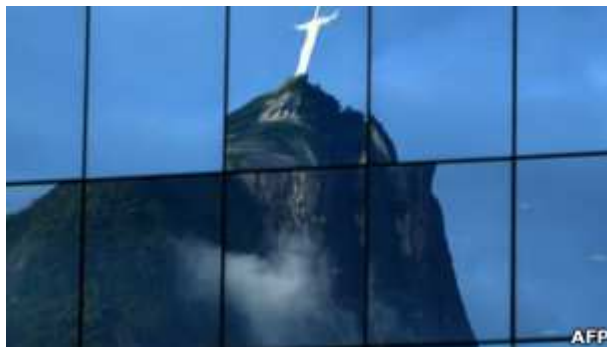
O Rio/Clima, que reuniu especialistas de 14 países, também propôs que o conceito de Produto Interno Bruto (PIB), que hoje mede a riqueza de uma nação com base apenas na soma de bens e de serviços produzidos, seja transformado para medir também o grau de sustentabilidade de um país.

Fonte: Agência Brasil/[NE10 > Notícias > Cotidiano](http://ne10.uol.com.br/canal/cotidiano/rio20/noticia/2012/06/17/economia-deve-valorizar-os-recursos-naturais-diz-representante-da-onu-349319.php)(<http://ne10.uol.com.br/canal/cotidiano/rio20/noticia/2012/06/17/economia-deve-valorizar-os-recursos-naturais-diz-representante-da-onu-349319.php>)

17/06/2012

Esboço de documento da Rio+20 tem promessas vagas sobre água e energia

por Richard Black, repórter de meio ambiente da BBC News, no Rio de Janeiro



Líderes internacionais chegam à Cúpula do Rio de Janeiro na quarta-feira

Foto: AFP

Fonte:

http://wscdn.bbc.co.uk/worldservice/assets/images/2012/06/17/120617153828_rio_de_janeiro_304x171_afp.jpg

Os governos reunidos para a Cúpula Rio+20, a Conferência da ONU sobre desenvolvimento sustentável, pretendem fazer promessas menos contundentes sobre a ampliação no acesso a água e energia, de acordo com um novo documento obtido pela BBC.

O texto está sendo costurado pelo governo brasileiro, que lidera as discussões do encontro no Rio de Janeiro. O Brasil quer que o documento seja assinado antes da chegada dos mais de 130 chefes de Estado, na quarta-feira.

O documento não foi distribuído oficialmente a jornalistas, apesar da promessa de que o evento no Rio seria "acessível" a todos.

O Brasil quer que os negociadores terminem de debater o texto até segunda-feira, o que permitiria um intervalo de um dia antes do começo das discussões envolvendo os chefes de Estado. Mas várias delegações – incluindo Estados Unidos, Canadá e o bloco G77, de países em desenvolvimento – já se opuseram a diversos elementos do texto.

Responsabilidades

As discussões preliminares estavam previstas para terminar na noite de sexta-feira, mas naquele momento apenas 37% do documento final havia sido acordado – o que levou o Brasil a refazer todo o texto.

O documento de 50 páginas obtido pela BBC concorda com a maioria dos princípios defendidos pelos países emergentes, mas não atende nenhuma das suas demandas por assistência financeira e tecnológica, que seria fornecida pelas nações ricas.

O texto é explícito ao acusar os países ricos de tentar diminuir seus compromissos com ajuda internacional: "Nós enfatizamos que é preciso progredir na implementação de compromissos prévios. É crítico que nós honremos todos os compromissos prévios, sem retrocessos".

A ONG ambientalista Amigos da Terra elogiou partes do documento, mas disse que ele ainda é insuficiente diante dos desafios globais.

"Diante dos esforços determinados de alguns países desenvolvidos, em particular dos Estados Unidos, de rasgar o acordo da Cúpula da Terra de 1992, esse texto parece impedir que andemos para trás", afirma Asad Rehman, da Amigos da Terra.

"Mas certamente ele não chega nem perto de abordar as preocupações das pessoas do nosso planeta. Diante de uma crise planetária tripla – catástrofe climática, aprofundamento na desigualdade global e consumo insustentável provocado por um sistema econômico quebrado – o texto não é nem ambicioso o suficiente, e nem fornece a vontade política necessária."

Energia

Outro trecho favorável aos emergentes afirma que países desenvolvidos e em desenvolvimento têm "responsabilidades comuns mas diferenciadas" no desenvolvimento sustentável.

O texto não faz nenhuma menção a números. Os países emergentes vêm pedindo investimentos de US\$ 30 bilhões a US\$ 100 bilhões para tornar as suas economias mais verdes.

A proposta do secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, de fazer com que todas as pessoas no planeta tenham acesso a energias modernas até 2030 – através do aumento de fontes de energia renováveis – é apenas citada no texto, mas não recebeu nenhum tipo de endosso.

Também não há nenhuma promessa de acabar com os subsídios a combustíveis fósseis, como alguns queriam.

O documento afirma que é necessário criar medidas estatísticas alternativas ao PIB – que além de medir apenas a produção de bens em serviços também leve em conta o impacto ambiental das atividades econômicas.

Para Erica Carroll, da ONG Christian Aid, é positivo que o documento reconheça que países ricos e pobres possuem responsabilidades diferentes, "mas nós gostaríamos de ver apoio mais forte para que todos no mundo tenham acesso a energia sustentável, e mais entusiasmo por alternativas ao PIB".

Água

Ativistas pedem que a Cúpula reconheça o direito de todos os seres humanos de ter acesso a comida e água. O direito à comida – que sofre resistência do governo americano – está no texto final, mas o trecho que fala sobre água é mais ambíguo.

"O direito à água e saneamento é essencial para que se possa aproveitar a vida e outros direitos humanos plenamente", afirma Farooq Ullah, do grupo Stakeholder Forum, que promove a participação de acionistas de empresas em iniciativas ambientais da ONU.

"Resoluções prévias da ONU faziam ressalvas; e um dos sucessos da Rio+20 é que o Canadá e a Grã-Bretanha reconheceram pela primeira vez o direito universal à água e saneamento – respectivamente. Então é um mistério como os brasileiros perderam esse acordo."

Fonte: [BBC Brasil >](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/06/120617_rio20_documento_dg.shtml)
[Notícias\(http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/06/120617_rio20_documento_dg.shtml\)](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/06/120617_rio20_documento_dg.shtml)

17/06/2012

Prefeito de "cidade verde" diz que a Rio+20 deveria focar em cidades

por *Giulianer Carpes*, direto do Rio de Janeiro

Se tem alguém que pode ensinar muito sobre sustentabilidade na Rio+20 é o prefeito de Vitória-Gasteiz, no País Basco, Javier Maroto. A cidade foi escolhida a "capital verde da Europa" em 2012. Para ele, o tema deve ser discutido a partir das cidades e não em âmbito supranacional como está ocorrendo na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável.

"É necessário que as cidades tenham uma papel muito mais protagonista. Uma das questões que mais devem mudar é que as decisões que se tomam em grandes órgãos supranacionais não sejam tomadas ali e levadas para as cidades", opinou Maroto. "As cidades é que tem de dizer que procedimentos precisam e podem tomar. É uma forma que poderia fazer a Rio+20 diferente e poderia ter transformado também o protocolo de Kyoto, que hoje não é cumprido por várias potências", acrescentou.

Ciente das cobranças dos países em desenvolvimento por comprometimento das nações ricas neste momento de crise econômica, o prefeito defende que sustentabilidade, na Europa, já é assunto obrigatório. "Não é uma opção, mas sim uma obrigação. Mais do que nunca é necessário fazer mais com menos. Não se pode fazer um planeta mais sustentável se as cidades não estão incluídas nisso. Mais de 80% das pessoas estão nas cidades hoje em dia", observou o prefeito.

No governo de Vitória-Gasteiz há um ano, Maroto divide os méritos do reconhecimento da cidade como exemplo de sustentabilidade com os próprios adversários políticos e demais prefeitos que passaram pelo poder. "Uma cidade não se faz sustentável em quatro ou oito anos. É um projeto a longo prazo. É muito importante que haja unidade política. Na minha cidade, todos os partidos políticos assinaram um acordo de intenções sustentáveis. Se não houvesse isso, não seria possível mudar. É uma trajetória de décadas."

Para Maroto, outro fator crucial é o comprometimento da sociedade. "É impossível uma cidade se tornar sustentável só com o prefeito e o governo. É necessário que os cidadãos queiram isso. Não se pode aplicar políticas de reciclagem por decreto, se os cidadãos não fizerem seu papel", explicou o prefeito. "No caso das cidades verdes, temos trabalhado por décadas para conscientizá-los. Hoje eles querem ser verdes", disse.

Vitória-Gasteiz tem pouco mais de 200 mil habitantes e 99% de seus habitantes moram numa distância de até 300 metros de equipamentos de saúde, educação e de áreas verdes. A cidade também tem feito muitos investimentos para tornar o uso da água mais eficiente e tem ambiciosa meta que o consumo caia para menos de 100 litros por habitante/dia. Há projetos eficazes de gestão de resíduos e de emissão de carbono através da utilização de transporte público e ciclovias. Os primeiros projetos sustentáveis da cidade tomaram forma em 1995, quando Vitória-Gasteiz assumiu compromisso com a agenda 21.

Fonte: [TERRA.COM > Notícias > Economia > Sustentabilidade > Rio+20](http://invernia.terra.com.br/sustentabilidade/rio20/noticias/0,,OI5842461-EI20323,00-Prefeito+de+cidade+verde+diz+que+a+Rio+deveria+focar+em+cidades.html)(<http://invernia.terra.com.br/sustentabilidade/rio20/noticias/0,,OI5842461-EI20323,00-Prefeito+de+cidade+verde+diz+que+a+Rio+deveria+focar+em+cidades.html>)

17/06/2012

No G20, Dilma vai 'preparar terreno' para avanços na Rio+20, diz ministro

*Países criticaram falta de ambição em documento apresentado.
O importante é que saia documento que amarre metas, diz Carvalho.*

por Darlan Alvarenga do G1, no Rio



Gilberto Carvalho, durante evento no Rio de Janeiro

Foto: Darlan Alvarenga/G1

Fonte: http://s2.glbimg.com/t4EK4FuRu8muHxBxeciDtej9IAiPGh2RARAa6aDgcYdloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/17/gilbertocarvalho.jpg

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, disse neste domingo (17) ao G1 que a presidente Dilma Rousseff participa do G20, no México, com o objetivo de “preparar terreno” para possíveis avanços no documento final da Rio+20. O G20 reúne as 20 maiores economias do mundo.

O encontro terá a participação de líderes que confirmaram presença no encontro do Rio de Janeiro, como o presidente francês François Hollande. Mas a cúpula também reunirá líderes que não estarão na Rio+20, como o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama e a chanceler da Alemanha, Angela Merkel.

"Ela [Dilma] vai com o intuito de preparar terreno lá. A presidente está em sintonia com os documentos daqui. Sabendo das dificuldades, ela pode discutir algumas destas dificuldades lá”, afirmou o ministro após participar de uma mesa de debates no Fórum de Sustentabilidade Empresarial da Rio+20, no Windsor Barra Hotel.

O rascunho do texto da Rio+20, apresentado pelo Brasil neste sábado (16), foi criticado pelas delegações dos quase 200 países presentes à conferência. A delegação da União Europeia e o G77, que reúne 77 países emergentes, reclamaram que falta “ambição” na proposta. Organizações não-governamentais criticaram a falta de “ações” concretas.

Segundo Gilberto Carvalho, o Planalto acredita que a proposta brasileira possa voltar fortalecida e “com avanços”, após as conversas da presidente com os chefes de Estado das 20 maiores economias do mundo.

“Nada é mágico. Mas soma, na medida em que junto com ela estarão os que mandam e a presidente tem tido uma performance muito importante nestes encontros,” avaliou.

“A mensagem fundamental que ela vai levar é que os processos de superação de crise não podem ser enfrentados apenas com a diminuição do estado, com diminuição de custos, sem se levar em conta o conjunto daquilo que nós conceituamos como desenvolvimento sustentável e sem uma retomada de um modelo de crescer, distribuindo,” completou.

Carvalho disse ainda que não cabe ao Brasil, como anfitrião, ousar demais na proposta do documento final em discussão na Rio+20. Em reunião fechada neste sábado, países criticaram falta de ambição em documento apresentado aos diplomatas pelo governo brasileiro.

“Somos anfitriões, não nos cabe avançar demais. Temos de ter um equilíbrio”, afirmou. “A rigor, o encontro de dirigentes nem começou ainda para se dizer que o documento está muito avançado ou muito atrasado”, acrescentou o ministro.

Segundo Carvalho, para o Planalto o mais importante é que haja um tipo de compromisso efetivo de todos os países. “Para nós não é importante estar na vanguarda. O importante é que saia um documento que amarre algumas metas. Isso é o essencial. Que pelo menos os objetivos do desenvolvimento sustentável sejam amarrados”, afirmou.

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/no-g20-dilma-vai-preparar-terreno-para-avancos-na-rio20-diz-ministro.html)(<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/no-g20-dilma-vai-preparar-terreno-para-avancos-na-rio20-diz-ministro.html>)

17/06/2012

China quer apresentar novo modelo de economia verde na Rio+20

por Fernanda Morena direto de Pequim

Maior poluidor do mundo, o país asiático quer agora é mudar seu modelo de crescimento, orientado até então pelas indústrias baratas e poluidoras, para produção de tecnologia de ponta que ajude no combate às emissões de gases causadores do efeito estufa. Desde 2006, a questão ambiental se tornou central para Pequim, que quer fazer da China de Xi Jinping, o possível próximo presidente, uma nova alternativa de crescimento ao modelo americano.

"É complicada a situação da China, quando você vê centenas de novos ricos dirigindo carros importados, enquanto tomam água contaminada", aponta Lo Sze Ping, diretor-geral da Greenovation Hub. A organização não-governamental é uma das organizadoras do China Going Green, um grupo de empresas de ONGs que participarão do Rio+20 para falar das iniciativas não-governamentais na China para a proteção do meio ambiente.

Especialistas estimam que o boom econômico chinês custe anualmente ao país entre 3,5% e 8% do Produto Interno Bruto (PIB) e 400 mil vidas. Estudo realizado pelo Banco Mundial em 2007 em 341 cidades, intitulado "Custos da Poluição na China" revela que o avanço tecnológico atingido pelo país foi relativamente positivo para o meio ambiente. A China é hoje três vezes mais eficaz no uso de energia em comparação ao início do processo de reforma. Os níveis de poluição, entretanto, seguem uma crescente: o consumo de energia subiu 70% entre 2000 e 2005, e o uso de carvão subiu 75% no período.

Para Ping, o sistema corrente de desenvolvimento chinês não é mais sustentável, e "é preciso que as pessoas, bem como as empresas consigam se engajar em ações ambientais, sem ficar esperando por leis e pelo governo".

"É preciso agora que as ONGs formem uma coalisão; ninguém mais pode bancar as iniciativas pessoais, com o avançado estado da situação."

Na coalisão China Going Green (CGG), exemplos de desenvolvimento dos negócios aliado à proteção ambiental ganham destaque. "A China tem o poder de tomar um papel mais central no desenvolvimento de tecnologia ambiental, pois já está produzindo para muitos países e para si própria", avalia Sze Ping.

Dentro das discussões da conferência, a CGG irá apresentar o caso de 14 empresas privadas, três ONGs e uma fundação para o meio ambiente. Os participantes esperam poder contar sobre as investidas em crescimento limpo pela China para além do governo central.

Um dos exemplos é a indústria de painéis solares. Cerca de 60% da produção mundial ocorre no país asiático, que agora sofre com as tarifas entre 30% e 250% impostas pelos EUA sobre seus produtos. "Mas imagine se a China conseguisse produzir painéis solares como um dia produziu DVD players, imagine o impacto que isso teria no mundo", questiona Sze Ping.

Além do controverso exemplo dos painéis, empresas chinesas estão conseguindo alcançar sucesso comercial com produtos e soluções mais ecológicas, como sistemas de tratamento de água desenvolvidos pela companhia; fabricação de aparelhos ar-condicionado movidos a gás natural ou calor industrial; construtoras investindo em cidades verdes.

Outro exemplo é a chamada "tecnologia do bambu", uma alternativa à madeira para a construção civil. Durante a visita da presidente Dilma Rousseff à China em abril do ano passado, um memorando de entendimento foi assinado para haver a transferência dessa tecnologia ao Brasil.

Sze Ping conta que muitas das alternativas que serão apresentadas pelo grupo durante a conferência no Rio de Janeiro não foram criadas com objetivos ambientais, e sim comerciais. "Mas independentemente da motivação, é verdade que as empresas podem fazer dinheiro apostando em materiais e soluções mais limpas", afirma Sze Ping.

"Muitas companhias chinesas estão renovando seu modelo de negócios, ainda que seja para escapar da dura realidade econômica. Mas elas estão criando soluções", diz Sze Ping.

Sobre a Rio+20

Vinte anos após a Eco92, o Rio de Janeiro volta a receber governantes e sociedade civil de diversos países para discutir planos e ações para o futuro do planeta. A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que ocorre até o dia 22 de junho na cidade, deverá contribuir para a definição de uma agenda comum sobre o meio ambiente nas próximas décadas, com foco principal na economia verde e na erradicação da pobreza.

Composta por três momentos, a Rio+20 vai até o dia 15 com foco principal na discussão entre representantes governamentais sobre os documentos que posteriormente serão convencionados na Conferência. A partir do dia 16 e até 19 de junho, serão programados eventos com a sociedade civil. Já de 20 a 22 ocorrerá o Segmento de Alto Nível, para o qual é esperada a presença de diversos chefes de Estado e de governo dos países-membros das Nações Unidas.

Apesar dos esforços do secretário-geral da ONU Ban Ki-moon, vários líderes mundiais não estarão presentes, como o presidente americano Barack Obama, a chanceler alemã Angela Merkel e o primeiro ministro britânico David Cameron. Ainda assim, o governo brasileiro aposta em uma agenda fortalecida após o encontro.

Fonte: [Especial para TERRA.COM > Economia > Sustentabilidade > Rio+20](http://invernia.terra.com.br/sustentabilidade/rio20/noticias/0,,OI5841327-EI20323,00-China+quer+apresentar+novo+modelo+de+economia+verde+na+Rio.html)(<http://invernia.terra.com.br/sustentabilidade/rio20/noticias/0,,OI5841327-EI20323,00-China+quer+apresentar+novo+modelo+de+economia+verde+na+Rio.html>)

18/06/2012

Países do Sul aceitam economia verde

por Diana Cariboni, da IPS



Claudia Salerno Caldera, chefe da delegação da Venezuela.

Foto: IISD

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/IPS14.jpg?9d7bd4>

Rio de Janeiro, Brasil, 18/06/2012 (TerraViva) – Não é certo que os países em desenvolvimento condicionaram a inclusão da economia verde no documento final da Rio+20 a definições sobre financiamento, disse ao TerraViva a chefe da delegação da Venezuela, Claudia Salerno Caldera. “Isto é um boato sem base”, afirmou.

No dia 14, o Grupo dos 77 (G-77) países em desenvolvimento mais a China se retirou da mesa que discutia economia verde, alegando que as nações ricas criavam obstáculos a qualquer avanço referente aos “meios de implantação”, isto é, à transferência de tecnologia e o financiamento para enfrentar a transformação dos padrões de produção e consumo. No dia seguinte as discussões caíram em ponto morto em vários outros temas e, no dia 16, o Brasil apresentou um documento consolidado em busca de consenso antes da chegada dos chefes de Estado e de governo para a cúpula da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que acontece entre 20 e 22 deste mês.

Os países em desenvolvimento “iniciaram a negociação sobre economia verde e sobre as mudanças necessárias”, e isso avançava “maravilhosamente bem” até que a discussão chegou aos meios de implementação, explicou Salerno. Como é possível “que nós, com as lutas contra a pobreza que temos, estejamos mais dispostos a essa transformação do que os que se supõem têm melhores condições?”, questionou.

As propostas para reverdecer a economia que o Norte industrializado havia colocado sobre a mesa em janeiro iam no sentido de criar novas barreiras ao comércio, “e lutamos desde então e conseguimos ajustá-las”, detalhou a representante venezuelana. O acordo “não podia destruir 20 anos de negociações na Organização Mundial do Comércio e tudo o que foi adotado em matéria ambiental” porque você tem uma crise, ressaltou, se referindo à União Europeia (UE). Entretanto, “o debate foi retomado” e o capítulo de economia verde “é hoje um dos que têm maior quantidade de textos já acordados”, contou Salerno. Por que não há um só parágrafo sobre meios de implantação? Porque os países ricos “não querem nada”, acrescentou.

Os Estados aceitaram “limitar a natureza prescritiva da ideia de economia verde e em seu lugar colocar políticas de economia verde”, reconhecendo que os países “devem manter a capacidade de definir como adaptá-lo às circunstâncias específicas”, afirmou Alex Rafalowicz, assessor legal da não governamental Rede do Terceiro Mundo, que acompanha de perto os debates.

Cabe aos governos decidir “se a crise e a conjuntura podem impedir o político de ter uma visão de 20 anos”, apontou Salerno. “Todo o mundo tem uma crise diferente. A Europa clama pela sua e vive colocando-a sobre a mesa como justificativa”, acrescentou. O anúncio, na semana passada, de um fundo de US\$ 30 bilhões “já é um acordo e não vamos revisá-lo. Se eles (Estados Unidos e UE) voltarem atrás no que os próprios países desenvolvidos colocaram como a grande bandeira política da cúpula sobre mudança climática de Copenhague, então estaremos muito mal. Contudo, inclusive isso já vimos”, enfatizou.

As delegações de Venezuela, Bolívia, Equador, Cuba e Nicarágua, que coordenam suas posturas na Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (Alba), no dia 16 falaram duramente sobre os

retrocessos em financiamento. De fato, “O G-77 se retirou dos debates sobre economia verde porque a Alba e a Bolívia observaram que os meios de implantação estão seguindo por um caminho tão equivocado e absurdo que aparece como fonte de financiamento a caridade privada”, afirmou ao TerraViva o chefe de negociações sobre mudança climática da Bolívia, René Orellana.

“Não sabemos se estão brincando com a gente ou se efetivamente querem dismantelar a cooperação internacional”, comentou Orellana. “Onde diz que as obrigações válidas em numerosos tratados internacionais ficam suspensas em tempos difíceis?”, questionou. Seu país “tem esperança no processo da Rio+20”, disse, mas “queremos ver um documento que expresse o direito ao desenvolvimento, os direitos da Mãe Terra, a harmonia com a natureza e um enfoque que resolva nossa pobreza”.

Bolívia, Venezuela e outros países latino-americanos produtores de hidrocarbonos estão diante do dilema de uma economia baseada em uma produção suja. “Temos uma dependência muito importante desses recursos não renováveis, e pela vulnerabilidade não podemos sair do dia para a noite dessa dependência, salvo se tivermos transferência de tecnologia, a condição para migrar de uma energia não renovável para uma renovável”, explicou Orellana.

Porém, “nossa contribuição para as emissões de gases-estufa é de 0,03%. E, de repente, querem que assumamos uma enorme responsabilidade na redução de emissões, nós, países que não somos os culpados pela mudança climática. Se o fizermos de uma dia para outro, deixaremos nossos Estados sem possibilidade de renda”, ressaltou Orellana.

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/paises-sul-aceitam-economia-verde/)(<http://envolverde.com.br/noticias/paises-sul-aceitam-economia-verde/>)

18/06/2012

Polícia determina medidas para preservação do meio ambiente no Rio

Delegados terão que reduzir em 10% o consumo de energia elétrica. Carros da corporação serão adesivados com a logo da campanha.

do G1 RJ



Acadepol afixou logomarca em apoio a campanha

Foto: Divulgação/Polícia Civil

Fonte: http://s2.glbimg.com/gAOrtFkMguWHGNEguZlc0jlgv5wrKv9DQ5eAlr3MUIhIoz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/18/escolhida.jpg

Em meio à Rio+20 – Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a chefe de Polícia Civil, delegada Martha Rocha, determinou à corporação uma série de medidas para conscientização da preservação do meio ambiente. As informações foram divulgadas pela assessoria da Polícia Civil nesta segunda-feira (18).

De acordo com a polícia, os delegados titulares terão que reduzir em 10% o consumo de energia elétrica nas delegacias, além de ter o maior controle do uso da água nas instalações da Polícia Civil, por parte do Departamento Geral de Administração e Finanças (DGAF) e também o controle de impressões e redução no consumo de papel.

Para dar visibilidade à iniciativa, Martha Rocha recomendou que todos os carros da instituição sejam adesivados com a logo da campanha. A Academia de Polícia Sylvio Terra (Acadepol), localizada no Centro do Rio, já afixou em sua fachada a logomarca em apoio a campanha.

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/policia-determina-medidas-para-preservacao-do-meio-ambiente-no-rio.html)(<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/policia-determina-medidas-para-preservacao-do-meio-ambiente-no-rio.html>)

18/06/2012

Adubo na cafeicultura é o que mais contribui para o efeito estufa, diz USP

Pesquisador do Cena, de Piracicaba, fará palestra na segunda na Rio+20. Análise quantificou emissão de gases em toda a cadeia produtiva do café.

do G1 Piracicaba e Região



Carlos Clemente Cerri, coordenador da pesquisa sobre a produção de café

Foto: Luiz Felipe Leite/G1

Fonte: http://s2.glbimg.com/c96kTn-kyKqMOw8d54KXtyVn97j2Z7cR2HFyWqNhJSdloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/18/cerri2.jpg

Os fertilizantes são os principais causadores do efeito estufa na cafeicultura. Essa é a conclusão da primeira fase da pesquisa coordenada pelo pesquisador Carlos Clemente Cerri, professor do Centro de Energia Nuclear na Agricultura (Cena), da Universidade de São Paulo (USP), em Piracicaba (SP). Segundo ele, a adubação com o gás óxido nitroso (N₂O) é a que mais contribui no plantio de café para agravar o aquecimento da Terra.

O estudo será apresentado nesta segunda-feira (18) na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, no Rio de Janeiro (RJ). Confira mais matérias sobre o evento no [site do G1](http://g1.globo.com/natureza/rio20/) (<http://g1.globo.com/natureza/rio20/>).

Ainda segundo os primeiros resultados da pesquisa, as principais fontes de emissão da cafeicultura, atualmente, estão concentradas no solo e nos resíduos decorrentes da atividade. Isso porque o “Inventário de emissão de gases do efeito estufa (GEE) na cafeicultura”, realizado entre setembro de 2009 e agosto de 2010, também levou em consideração a emissão que acontece ao longo de todo o processo produtivo do café: do plantio, passando pelo manejo, colheita, transporte até a secagem e beneficiamento.

Com a pesquisa, o estudioso acredita que é possível identificar os maiores problemas da cadeia produtiva do café, aplicar alternativas que não prejudiquem a produção nem a qualidade do produto e que, ao mesmo tempo, reduza a contribuição do setor no aquecimento global. Segundo Cerri, “um gás pode ser medido a partir da sua capacidade de reter a radiação solar que bate na superfície do planeta e volta na mesma direção.” Na indústria, este gás é utilizado ainda na fabricação de chantilly e em automóveis.

Realização da pesquisa

A pesquisa ainda está sendo desenvolvida em Minas Gerais, Estado que concentra dois terços da produção de café do país, com 23,7 milhões de sacas produzidas em 2010, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). As análises foram concentradas em três importantes regiões produtoras: Cerrado, município de Presidente Olegário; Matas de Minas, em São João de Manhuaçu; e Sul de Minas, em [Cabo Verde](http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/cidade/cabo-verde.html) (<http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/cidade/cabo-verde.html>).

Para quantificar o gás que mais prejudica o aquecimento global na cafeicultura, baseado na safra 2009/2010, foram utilizados os dados do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) e do The Greenhouse Gas Protocol – padrão internacional para quantificar os gases do efeito estufa –, além do

inventário brasileiro de emissões, chamado de “Comunicação Nacional Inicial do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática”.



Cromatógrafo é o equipamento utilizado para quantificar gases

Foto: Luiz Felipe Leite/G1

Fonte: http://s2.glbimg.com/6QaWw7xhtP4k1OLoJeB4PCPhh_mNQQYxeJimaNiC4dFl0z-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/18/cerri.jpg

O cálculo foi conduzido da seguinte maneira: as emissões de CO₂ (dióxido de carbono), N₂O e CH₄ (metano) – contabilizadas por hectare, saca e quilograma, provenientes dos fertilizantes sintéticos, orgânicos, do calcário, do combustível e da eletricidade – foram multiplicados pelo fator de emissão internacional (Emission Facto), já que o Brasil ainda não possui um índice nacional para as emissões. A pesquisa teve apoio da empresa illycaffè.

Na região mineira

Nas Matas de Minas, 78% do total de emissões analisadas são provenientes do uso de adubos que contêm nitrogênio em sua composição. No Cerrado, o número atinge 75%. No Sul de Minas, os fertilizantes nitrogenados respondem por 50% das emissões na produção do café, já que “a região apresenta maior uso de adubação organomineral”, lembra Cerri. Quanto ao uso do calcário, dos combustíveis fósseis e da eletricidade, a contribuição para o total de emissões é menor, quando comparada com a dos fertilizantes.

Levando em consideração a intensidade das emissões em CO₂ equivalente, o Cerrado lidera o ranking. Na região, são lançadas na atmosfera 4,95 toneladas de dióxido de carbono (CO₂ eq) por hectare. Na Zona da Mata são 2,83 toneladas. Já o Sul de Minas responde por 2,03 toneladas a cada hectare. “A cafeicultura não é um grande emissor de gases do efeito estufa, quando comparada a outras culturas”, conclui Cerri. Segundo ele, “outros grãos emitem de três a quatro vezes mais”.

Como diminuir a emissão

Para diminuir o impacto ambiental da produção do café, Cerri sugere algumas adequações no sistema produtivo apostando, por exemplo, no uso de fertilizantes com inibidores. Neste caso, poderiam ser adotados fertilizantes com inibidores de: uréase, enzima responsável pela decomposição da ureia em amônia; nitrificação, processo formador de nitrito no solo pela ação das bactérias; desnitrificação, formação de gás nitrogênio a partir de outras substâncias que também sofrem a ação de bactérias.

Além disso, o estudo aponta a necessidade e a importância de se adequar doses, fontes e o modo de aplicação dos fertilizantes na cafeicultura, assim como de adotar máquinas e formas de energia mais eficientes. A segunda fase do inventário irá incluir, para o cálculo do índice de emissões na cafeicultura, dois importantes dados quando o assunto é a geração de gases do efeito estufa. “Ainda precisamos contabilizar o carbono do solo e o carbono da biomassa para calcular não só quanto é emitido, mas o total de carbono fixado”, afirma Cerri.

Fonte: [G1 > Piracicaba e Região](http://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2012/06/adubo-na-cafeicultura-e-o-que-mais-contribui-para-o-efeito-estufa-diz-usp.html)(<http://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2012/06/adubo-na-cafeicultura-e-o-que-mais-contribui-para-o-efeito-estufa-diz-usp.html>)

18/06/2012

Debate sobre água reforça importância de saneamento básico na Rio+20

Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável são uma série de eventos onde especialistas debatem temas ligados ao meio ambiente

por Valmir Moratelli iG Rio de Janeiro

Água. Este foi o tema do segundo debate desta segunda-feira (18), dentro da série de Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável que promove recomendações que, após votadas pelo público presente, serão levadas aos Chefes de Estado e de Governo presentes na Cúpula da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável ([Rio+20\(http://ultimosegundo.ig.com.br/rio20/\)](http://ultimosegundo.ig.com.br/rio20/)), a realizada de 20 a 22 de junho.

[Veja a cobertura completa da Rio+20\(http://ultimosegundo.ig.com.br/rio20/\)](http://ultimosegundo.ig.com.br/rio20/)

O tema parece óbvio. Suas implicações sobre a vida humana, biodiversidade e ecossistemas também. Mais ainda a necessidade de se preservar este bem. Mas ainda assim gera discussões sobre as formas de se colocar em prática a utilização sustentável para todos.

A lista de dez recomendações acerca do uso consciente da água não tinha tantas variações. Myrna Cunningham Kaim, do Permanent Forum of the United Nations of Indigenous, criticou a má gestão do uso da água. “A principal forma de poluição vem de indústrias de extração, como a mineração, que joga mercúrio nos rios. Somos contra esta prática, assim como a privatização de recursos hídricos. Água tem importância política, social, cultural”, disse a ativista da Nicarágua.

Sensibilidade com a falta de saneamento

Albert Butare, do Africa Energy Services Group, deu o tom do debate. “Acho que não há muito o que se discutir. Todos sabemos do valor da água para a vida. A questão é como fazer a proteção a este bem”, declarou ele, natural de Ruanda. A Indiana Santha Sheela Nair, do Department of Fresh Water e ministra do desenvolvimento rural da Índia, acrescentou uma questão ao painel. “Água e saneamento têm que estar lado a lado. Dois bilhões de pessoas não têm acesso à água potável no planeta. Ficamos horrorizados com aids, com tráfico de pessoas, mas devemos igualmente nos sensibilizarmos para a falta de saneamento”, diss ela, tendo apoio dos colegas de debate.

O francês Loïc Fauchon, do World Water Council Board of Governors, lembrou a situação precária em países africanos. “Mais de sessenta por cento das escolas da África não têm banheiro. Não adianta gastar milhões com alimentação, se o povo não está bebendo água de qualidade. Comida é importante, mas a água é tão quanto”, disse Fauchon.

Entre as medidas que serão repassadas aos Chefes de Estado, assegurar o suprimento de água para a biodiversidade e ecossistemas (já anteriormente votada pela internet), implementar o direito à água (votada pelo público após o debate) e reforçar a importância de políticas de gerenciamento da água, de energia e do uso da terra (escolhida pelos palestrantes).

O teor de obviedades que girou o debate só foi quebrado pela presença do ex-presidente Fernando Collor, que foi [vaiado ao ser anunciado\(http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/2012-06-18/collor-e-vaiado-durante-debate-sobre-agua-no-riocentro.html\)](http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/2012-06-18/collor-e-vaiado-durante-debate-sobre-agua-no-riocentro.html) na plateia pela mediadora Lucia Newman. Também estavam na mesa: Benedito Braga (Brasil) - International Water Resources Association (IWRA); Ania Grobicki (Suécia) - Global Water Partnership (GWP); David Boys (Canadá) – Public Services International; Dyborn Chibonga (Malawi) - National Smallholder Farmer’s Association of Malawi (NASFAM); Jeff Seabright (EUA) - Environment and Water Resources - Coca-Cola Co. e Muhammed Yunus (Bangladesh) - Grameen Bank.

Fonte: [iG . Último Segundo > Notícias > Rio+20\(http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/2012-06-18/debate-sobre-agua-reforca-importancia-de-saneamento-basico-na-rio+20.html\)](http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/2012-06-18/debate-sobre-agua-reforca-importancia-de-saneamento-basico-na-rio+20.html)

18/06/2012

Braskem defende desoneração da economia verde

por DENISE LUNA DO RIO

O presidente da Braskem, Carlos Fadigas, defendeu nesta segunda-feira (18) que o governo faça sua parte e onere as fontes não renováveis de produção e, em contrapartida, desonere as fontes renováveis.

"Uma ação mais efetiva do governo de desonerar o produto verde é fundamental, depende dessa desoneração para deslançar (a economia verde)", disse Fadigas.

"O que cabe às empresas é assumir metas. A solução virá pela inovação e tecnologia", afirmou.

A Braskem e mais 225 empresas brasileiras assinaram hoje uma carta com dez compromissos para o desenvolvimento sustentável das suas operações, documento que ficará aberto para mais adesões.

A carta foi elaborada no âmbito da rede brasileira do PactoGlobal, ligada à entidade mundial Global Compact Corporate, que reúne cerca 7.000 empresas no mundo e foi criada pela ONU para mobilizar o empresariado mundial em torno da sustentabilidade.

No Brasil, o Pacto Global conta com 400 empresas.

Entre os compromissos assumidos pelas companhias estão a busca pelo resultado econômico sustentável; a definição de metas concretas, com posterior divulgação dessas metas; inclusão social; e a difusão do conhecimento, este último destacado como o mais importante pelo diretor de sustentabilidade da Braskem, Jorge Soto.

"Vamos levar essa prática para nossos fornecedores e estender o alcance da busca pela sustentabilidade", afirmou Soto.

Presente no evento, o representante da CPFL, Augusto Rodrigues, informou como exemplo que a empresa traçou como meta para este ano reduzir em 15% o uso de combustível fóssil nas suas operações e em 5% o uso de papel.

Fonte: [BOL Notícias > Economia](http://noticias.bol.uol.com.br/economia/2012/06/18/braskem-defende-desoneracao-da-economia-verde.jhtm)(<http://noticias.bol.uol.com.br/economia/2012/06/18/braskem-defende-desoneracao-da-economia-verde.jhtm>)

18/06/2012

Partidos verdes exigem engajamento de líderes mundiais na agenda sustentável

Os líderes mundiais devem se comprometer com uma agenda ambiental sustentável, sob pena de verem aumentar nas ruas a mobilização popular...

por Agência Brasil

RIO DE JANEIRO – Os líderes mundiais devem se comprometer com uma agenda ambiental sustentável, sob pena de verem aumentar nas ruas a mobilização popular. A advertência é de representantes de partidos verdes de 36 países, reunidos na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20.

O coordenador internacional da Federação Mundial dos Partidos Verdes, Jean Rossiaud, ressaltou que é hora dos governantes agirem. “Basta com esse modelo que vai nos levar à catástrofe e ao fracasso. Estamos convencidos que o problema é muito maior do que imaginávamos em 1992. Agora é o momento da ação”, enfatizou Rossiaud.

A senadora do Partido Verde da Austrália Larissa Waters lamentou as ausências de importantes líderes mundiais na Rio+20. “Eu estou muito desapontada que vários líderes não levaram a Rio+20 mais a sério, pois é uma conferência crucial. É uma vergonha que esses líderes não tenham vindo. Eu entendo que eles pudessem ter outros compromissos, mas nada é mais importante que o futuro deste planeta”, disse Larissa.

A ambientalista Pilar Barraqueta, integrante do partido espanhol Equo, que reúne cerca de 50 grupos verdes, criticou os avanços obtidos até o momento na Rio+20. “Estou vendo as negociações com desesperança. Viemos com muitas ilusões, porque pensamos que estávamos mais avançados e vimos que os governos e a indústria continuam com o poder de decidir.”

O presidente nacional do PV, deputado federal José Luiz Penna (PV-SP), disse que o sucesso da Rio+20 não deverá ser medido pelo documento final, mas pelo significado da mobilização popular. “Não vejo possibilidade de fracasso. O fato de estarmos juntos pensando no futuro é importante sempre. Aqui está fervilhando ideias e, certamente, sairão diretrizes importantes”, avaliou Penna.

Para a deputada estadual do PV do Rio de Janeiro Aspásia Camargo, seria importante a inclusão do conceito do Produto Interno Bruto (PIB) verde, no documento final da conferência. “Nós queremos a contabilidade ambiental, o PIB verde. Atualmente, o PIB mede a produção de um país, que pode ser a mais destrutiva possível. Se derrubarem uma floresta, isso conta como positivo. O que nós queremos é que o PIB inclua a preservação dos recursos naturais como um fator de riqueza. Porque se destruímos uma floresta hoje, pode ser que o PIB aumente. Mas daqui a dez anos, vamos estar com esse terreno desertificado e o PIB vai cair”, disse Aspásia.

Os representantes dos partidos verdes pretendem entregar aos líderes mundiais, que estarão reunidos a partir da próxima quarta-feira (20) no Riocentro, um documento intitulado Resolução a Respeito da Cúpula Rio+20. Entre outras recomendações, os verdes sugerem a transformação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) em uma Organização Mundial de Meio Ambiente, com orçamento próprio e maior poder de decisão.

Fonte: [DCI - Diário Comércio Indústria & Serviços > Notícias > Política > Meio Ambiente > Rio+20](http://www.dci.com.br/partidos-verdes-exigem-engajamento-de-lideres-mundiais-na-agenda-sustentavel-id298863.html)(<http://www.dci.com.br/partidos-verdes-exigem-engajamento-de-lideres-mundiais-na-agenda-sustentavel-id298863.html>)

18/06/2012

Uso de gases que destroem ozônio volta a subir após 2006, diz IBGE

Redução das emissões era o objetivo do Protocolo de Montreal. Dados foram apresentados em relatório nesta segunda-feira (18).

do G1, no Rio

A emissão de gases que destroem a camada de ozônio caiu 90% entre 1992 e 2010, segundo um relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgado nesta segunda-feira (18) durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. No entanto, mesmo após mais de uma década de queda, o uso dessas substâncias voltou a crescer após 2006.

O estudo “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2012” analisaram o país em quatro esferas: ambiental, social, econômica e institucional.

A camada de ozônio fica na alta atmosfera terrestre e protege o planeta da maior parte dos raios ultravioleta vindos do Sol, que podem causar câncer de pele e fazem mal à biodiversidade.

Em 1987, os países do mundo se comprometeram no Protocolo de Montreal a reduzir o uso de gases que afetam essa proteção – os principais são os CFCs, ou “clorofluorcarbonos”, usados em latas de spray e para refrigeração.

O Protocolo de Montreal é considerado um dos tratados internacionais de maior sucesso da história. Desde sua assinatura, o uso de CFCs caiu vertiginosamente no mundo. Com isso, o buraco na camada de ozônio começou a diminuir. Estudos indicam que a proteção pode se recuperar até o final do século.

No Brasil, essa redução é apresentada nos dados do IBGE. Em 2000, o país emitiu mais de 11 mil toneladas “PDO” – termo que significa “potencial de destruição de ozônio” – desses gases. Em 2010, esse número caiu para 1.200 toneladas PDO. A redução mais expressiva foi exatamente nos CFCs, que caíram de 9.278 toneladas PDO para “- 14” (o número negativo representa a quantidade que foi exportada ou destruída).

No entanto, enquanto o uso dos CFCs caiu, cresceram as emissões de outro tipo de gás, que tem a mesma função, mas causa menos mal à camada protetora. São os “HCFCs”, ou “hidroclorofluorcarbonos”). De 623 toneladas PDO em 2000, o número passou para 1.270 toneladas PDO.

Embora causem menos dano ao ozônio, os HCFCs são gases de efeito estufa extremamente potentes -- ou seja, eles aumentam o aquecimento global induzido pelo homem. Alguns deles chegam a ter um efeito até 10 mil vezes mais forte do que o dióxido de carbono, famoso como o grande vilão do aquecimento planetário.

O IBGE também avaliou as emissões de gases estufa, que continuam crescendo, mas de maneira mais lenta. Somente o desmatamento na Amazônia e as queimadas no Cerrado são responsáveis por mais de 50% das emissões brasileiras. É por causa delas que o Brasil se encontra na lista dos maiores emissores desse tipo de gás do mundo.

Fonte: [G1 > Rio+20\(http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/uso-de-gases-que-destroem-ozonio-volta-subir-apos-2006-diz-ibge.html\)](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/uso-de-gases-que-destroem-ozonio-volta-subir-apos-2006-diz-ibge.html)

18/06/2012

Quem paga a conta da economia verde?

por Fabíola Ortiz, da IPS



Especialistas debatem economia verde

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Fab%C3%ADolaOrtiz1.jpg?9d7bd4>

Rio de Janeiro, 17/06/2012 (TerraViva) – Quem pagará a conta da transição para uma economia verde em um momento em que o contexto de crise do cenário econômico mundial não favorece a tomada de nenhum compromisso financeiro e de aporte de recursos?

Os meios de financiar a passagem para um modelo econômico de baixo carbono tem sido tema de discussão dos inúmeros eventos paralelos à conferência Rio+20, como o Fair Ideas que decorre neste fim de semana na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Promovido pelo Instituto Internacional para o Desenvolvimento e Meio Ambiente (IIED), o evento reuniu especialistas para debater temas ligados à sustentabilidade no desenvolvimento dos países, nos negócios e nos centros urbanos.

“Nós ainda não vemos ação na escala necessária, a velocidade de mudança é muito abaixo do necessário. O que cabe à ONU é criar uma visão comum e estimular um compromisso político entorno de novos paradigmas que não são pequenos”, disse à IPS Virgílio Viana, fundador e superintendente-geral da Fundação Amazonas Sustentável (FAS).

Enquanto impera a divergência na elaboração do documento final da Rio+20 que, em nome de enxugar a declaração final, negociadores retiraram pontos polêmicos como a proposta feita pelo G-77 de criação de um Fundo de U\$S 30 bilhões para financiar as ações de transição dos países mais pobres para a chamada economia verde, ambientalistas e críticos ao processo de negociação defendem outras ferramentas.

“Precisamos pensar em outros mecanismos inovadores de financiamento”, argumenta Viana. A ideia do Fundo, ainda que importante, não se mostra viável no momento atual em que países deveriam se comprometer financeiramente.

O idealizador do FAS pondera que, mesmo que o Fundo fosse criado, sua burocracia emperraria a destinação de recursos e o tornaria ineficiente. Viana defende o estabelecimento de uma taxa para as transações financeiras a nível global como forma de arrecadar recursos.

Questionada por IPS, a ministra do meio ambiente da Dinamarca – país que assumiu em 2012 a presidência rotativa da União Europeia –, Ida Auken, recém chegada ao Rio de Janeiro para a Conferência, afirma estar otimista e que é possível ir além do que está sendo discutido pelos negociadores.

“A Conferência ainda não acabou, estamos engajados nessa discussão (da economia verde) em que nós, como políticos, podemos avançar para além dos negociadores. É nossa obrigação fazer isso. Sabemos que não é preciso tantos recursos para realizar ações efetivas. Podemos atrair investimentos privados e ter mais capacidade para investir no mundo em desenvolvimento. A economia verde não é apenas um caminho a seguir, é o único caminho a seguir”, afirmou Ida Auken.

Na declaração final da Rio+20, além de o fundo bilionário ter sido descartado, também foi adiada a definição dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (SDGs, em inglês, Sustainable Development Goals). O detalhamento de metas ficará para um processo de negociação pós-Rio+20.

A ministra dinamarquesa enfatizou o “dever de traçar metas e alvos ambiciosos”, mas reconhece que apenas será alcançado um consenso dos temas que deverão estabelecer os SDGs.

“Devemos falar dos principais pontos da nossa economia, como retirar as pessoas da pobreza, garantir água, preservar oceanos, florestas, segurança alimentar e energia que devem ser gerenciados de forma sustentável e devem ter seu acesso garantido para a população. São essas as áreas principais, além de cidades sustentáveis já que mais e mais pessoas vivem nos centros urbanos. A forma como as cidades se desenvolvem é extremamente importante”, concluiu.

Virgílio Viana da FAS vai além e discute a necessidade de estabelecimento de indicadores para medir o cumprimento dessas metas.

“É uma discussão técnica e científica, este não é papel dos chefes de Estado e de Governo que é o de elencar os temas”, destacou.

2% do PIB mundial para economia verde

O PNUMA estima que, para começarmos a transição rumo a uma economia verde, são necessários U\$S 1.3 bilhões.

Segundo o relatório da Coalizão pela Economia Verde (Green Economy Coalition no documento “The Green Economy Pocketbook”), se 2% do PIB mundial for investido em economia verde, serão criados cerca de 9,6 milhões de novos empregos por ano.

A pegada ecológica da humanidade já ultrapassa a 52% da capacidade de renovação e regeneração dos recursos naturais do planeta.

Florestas que são geridas por populações locais e tradicionais ocupam cerca de um quarto das florestas do planeta e provêm entre U\$S 75 e 100 bilhões por ano em bens e serviços florestais.

Só em 2007, o pagamento por serviços ambientais totalizaram U\$S 77 bilhões em todo o mundo e deve alcançar o patamar de U\$S 300 bilhões em 2020.

De acordo com o PNUMA, os ecossistemas fornecem serviços essenciais à humanidade na ordem de U\$S 72 trilhões por ano, comparável até mesmo à renda mundial bruta dos países.

Mesmo assim, aproximadamente dois terços dos ecossistemas globais são considerados degradados. Bens naturais protegidos fornecem à economia um retorno de até 100 vezes mais do que se gasta para mantê-los.

O grupo de trabalho sobre Economia da Adaptação Climática constatou que as ameaças climáticas podem custar às nações 19% do seu PIB até 2030, sendo que os países em desenvolvimento são os mais vulneráveis.

De acordo com avaliação da empresa Munich Re, uma das maiores companhias de resseguro do mundo, o ano de 2011 foi o mais custoso e bateu o record de catástrofes naturais, contabilizando U\$S 776 bilhões.

Fonte: IPS/TerraViva/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/quem-paga-conta-da-economia-verde/)(<http://envolverde.com.br/noticias/quem-paga-conta-da-economia-verde/>)

18/06/2012

Rio+20: As nações ricas esquecem seus compromissos

por Martin Khor*



Fonte: <http://envolverde.com.br/porta1/wp-content/uploads/2012/06/artigo1.jpg?9d7bd4>

Genebra, Suíça, junho/2012 (IPS/South Centre) – Faltando poucos dias para o começo da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, no Rio de Janeiro, há inquietantes sinais de que os países desenvolvidos querem desconhecer os compromissos sobre ajuda às nações em desenvolvimento que assumiram na Cúpula da Terra de 1992.

Também existem temores de que a Rio+20 possa não reafirmar completamente os compromissos políticos formulados há duas décadas.

Durante a reunião preparatória da Conferência que terminou no dia 2, em Nova York, foram obtidos alguns progressos na elaboração da declaração da Rio+20.

Na ocasião, houve acordo em apenas 70 parágrafos de um total de 329, o que dá aos negociadores uma tarefa gigantesca para chegar a um consenso sobre o texto que deverá ser apresentado aos líderes políticos quando estiverem reunidos no Rio de Janeiro, entre 20 e 22 deste mês.

A Cúpula Rio+20 enfrentará os mesmos problemas derivados da divergência Norte-Sul surgidos nas recentes negociações na Organização Mundial do Comércio, na Convenção sobre Mudança Climática e na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

As diferenças são evidentes nas novas questões que a Rio+20 debaterá: o conceito de economia verde e, em relação ao desenvolvimento sustentável, como definir seus objetivos e o novo contexto institucional para as futuras atividades.

Porém, mais preocupante ainda é a tentativa dos países desenvolvidos de diluir os princípios acordados no Rio há 20 anos e de dar marcha à ré nos compromissos de ajuda às nações em desenvolvimento.

Está claro que a divisão Norte-Sul não é apenas sobre questões específicas, mas também a respeito de conceitos fundamentais da cooperação internacional, particularmente o princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas (RCPD) e os compromissos sobre transferência de tecnologia e assistência financeira.

As RCPD são um dos Princípios do Rio, adotados em 1992. Ali acordou-se que todos os países têm uma responsabilidade comum na proteção do meio ambiente, mas também responsabilidades diferenciadas, pois os países ricos deveriam desempenhar o papel de líderes na concretização de ações ambientais devido às suas maiores responsabilidades na crise ecológica e aos seus superiores recursos econômicos.

Este princípio básico, que os países em desenvolvimento consideram muito importante, está sob ataque. Nas negociações preparatórias, os Estados Unidos deixaram claro que não aceitam referência às RCPD.

Quase todos os países desenvolvidos argumentam que nenhum princípio do Rio deveria ser ressaltado na declaração e que seria suficiente uma referência geral ao conjunto de princípios do Rio.

Isso causa grande preocupação nos países em desenvolvimento reunidos no Grupo dos 77 (G-77) mais a China. Para eles é muito importante uma clara reafirmação do princípio RCPD, em particular, e dos princípios do Rio, em geral. De outro modo, a Rio+20 se afastaria do acordado na Cúpula da Terra original.

Também preocupa o abandono por parte dos países desenvolvidos dos acordos sobre transferência de tecnologia às nações em desenvolvimento. Na sessão dedicada a este tema, Estados Unidos, União Europeia, Canadá e Austrália se opuseram ao uso na declaração do título Desenvolvimento e Transferência de Tecnologia.

Estes países desenvolvidos querem substituir as palavras “transferência de tecnologia” por “transferência voluntária em termos e condições mutuamente acordados”.

Seria um retrocesso nos acordos das cúpulas de 1992, no Rio de Janeiro, e de 2002, em Johannesburgo, África do Sul, sobre transferência de tecnologia às nações em desenvolvimento “com concessões e em condições preferenciais” ou em “justas e mais favoráveis condições”.

Os principais países desenvolvidos também querem eliminar os parágrafos que exigem tratamento equilibrado em relação aos direitos de propriedade intelectual. Os copresidentes propuseram o exame do impacto das patentes no acesso à tecnologia por parte dos países em desenvolvimento, mas a proposta foi rejeitada por quase todos os desenvolvidos.

Na questão financeira, os países desenvolvidos resistem à renovação do tradicional compromisso de proporcionar fundos novos e adicionais. O documento preparatório também exorta os países desenvolvidos a fazerem esforços adicionais para alcançar a meta de conceder fundos para a assistência equivalentes a 0,7% de seu produto interno bruto, que foi incluído no plano de ação original do Rio. Contudo, Canadá e Estados Unidos querem eliminar essa meta com a qual, dizem, nunca concordaram.

A China e o G-77, que hoje tem 132 Estados-membros, propuseram que os países desenvolvidos concedam recursos adicionais aos já acordados, no valor de US\$ 30 bilhões anuais entre 2013 e 2017, e de US\$ 100 bilhões de 2018 em diante, e que seja criado um fundo para o desenvolvimento sustentável.

No entanto, a maioria das nações desenvolvidas foi contra essa proposta.

Ao serem reiniciadas as negociações no Rio, é de se esperar que haja uma mudança de posição das nações desenvolvidas nestas questões. Isto é necessário para permitir progressos rápidos em outros temas e garantir um resultado positivo da Rio+20.

** Martin Khor é diretor-executivo do South Center, organização intergovernamental dos países em desenvolvimento, com sede em Genebra.*

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/rio20-as-nacoes-ricas-esquecem-seus-compromissos/)(<http://envolverde.com.br/noticias/rio20-as-nacoes-ricas-esquecem-seus-compromissos/>)

18/06/2012

Ativistas não lamentam ausência de Obama na Rio+20

por Thalif Deen, da IPS



Obama em seu avião presidencial, mas não com destino ao Rio de Janeiro.

Foto: Casa Branca/Pete Souza

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/IPS31-150x150.jpg?9d7bd4>

Rio de Janeiro, Brasil, 18/06/2012 (TerraViva) – Na Cúpula da Terra, realizada em 1992, o então presidente dos Estados Unidos, George H. W. Bush (1989-1993), respondeu duramente às acusações contra seu país, um dos maiores emissores de gases-estufa. Bush (pai do presidente de mesmo nome que governou entre 2001 e 2009) decidiu no último momento viajar ao Rio de Janeiro, onde aconteceria a cúpula, e em seu discurso mostrou-se na defensiva.

“Não vim aqui para me desculpar”, declarou Bush aos líderes mundiais em um desafiante discurso de sete minutos. O jornal TerraViva, da IPS, publicado durante a histórica conferência, deu a manchete “Presidente dos Estados Unidos despreza o resto do mundo”. Antes de deixar Washington em direção ao Rio, Bush disse aos jornalistas: “O tempo do cheque em branco acabou”, se referindo ao fato de que já não daria apoio financeiro ao Convênio sobre a Diversidade Biológica. “Às vezes, liderança significa ficar sozinho”, afirmou.

Naquele ano haveria eleições presidenciais nos Estados Unidos, e Bush praticamente se viu forçado a viajar para o Rio de Janeiro para não perder peso político diante de seu rival, que depois se converteu em presidente, Bill Clinton (1993-2001). Em uma entrevista coletiva em Washington, Clinton criticou a postura de Bush na Cúpula da Terra e o acusou de “atrasar o progresso do mundo rumo a um planeta mais próspero e rico”. Agora, 20 anos depois, o presidente Barack Obama, que como Bush em 1992 deseja disputar a reeleição, decepcionou a Organização das Nações Unidas (ONU) ao decidir não participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

Uma fonte da ONU informou à IPS que a lista de líderes que participarão da Rio+20 só estará definida esta semana, já que é atualizada quase diariamente. Contudo, segundo divulgou a Casa Branca, é certo que a delegação norte-americana não será encabeçada por Obama, mas pela secretária de Estado, Hillary Clinton. “Diante da postura tomada até agora pelos Estados Unidos nas negociações da Rio+20, e à que adotou nas negociações sobre mudança climática na cidade sul-africana de Durban, talvez seja até uma bênção Obama não participar”, disse à IPS a ativista Meena Raman, da Rede do Terceiro Mundo. Raman se referia à 17ª Conferência das Partes (COP 17) da Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudança Climática, realizada na África do Sul.

Da mesma forma que Bush em 1992 se negou a assumir mudanças nos sistemas de produção e consumo, dizendo que o estilo de vida norte-americano não era negociável, funcionários de Washington no processo da Rio+20 resistem a aceitar determinados princípios, especialmente o de responsabilidades comuns mas diferenciadas diante da mudança climática, apontou Raman. “Também estão retrocedendo em matéria de transferência de tecnologias, onde nem mesmo desejam usar a palavra transferência”, acrescentou.

O financiamento continua como ponto de discordância. No dia 14, delegados do G-77, bloco de nações em desenvolvimento, negou-se a continuar negociando sobre economia verde até que haja compromissos sobre os “meios de implantação”. Na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável realizada em 2002, também em Durban, Washington negou-se a reconhecer sua histórica responsabilidade como maior emissor de gases de efeito estufa, responsáveis pelo aquecimento global, lembrou Raman.

Washington “não está fazendo reduções ambiciosas. Não quis que houvesse em Durban nenhuma referência à igualdade nem à responsabilidade comum mas diferenciada, e quer que a maior carga fique com as nações em desenvolvimento”, apontou Raman. Devido à postura de Washington, “não queremos que Obama, nem nenhum outro líder desse país, venha ao Rio de Janeiro enterrar o que foi acordado em 1992. Não esperamos que os Estados Unidos mostrem alguma liderança para salvar o planeta e os pobres”, afirmou. “Assim, é melhor que o presidente Obama fique em sua casa”, opinou.

Por sua vez, Phil Kline, encarregado de campanhas do escritório norte-americano do Greenpeace, disse à IPS: “Estamos desiludidos porque Obama não mostrou liderança para vir ao Rio, mas muito pior do que isso é os Estados Unidos colocarem obstáculos pelo caminho”. O ativista afirmou que a maioria dos países deseja avançar e dar, no Rio de Janeiro, o pontapé inicial para um Acordo sobre a Biodiversidade em Alto Mar. “Se Obama quer demonstrar que se preocupa com o desenvolvimento sustentável, deve instruir seus negociadores a, finalmente, protegerem os mares abertos”, defendeu.

Para Tricia O'Rourke, da Oxfam International, “o mais importante é que os negociadores dos Estados Unidos cheguem ao Rio dispostos e interessados em mostrar verdadeira liderança, com compromissos substanciais para criar uma série de novas metas globais de desenvolvimento, que abordem tanto a pobreza quanto a sustentabilidade ambiental”.

Em 1992, Bush foi duramente criticado por organizações não governamentais. O Greenpeace o qualificou de “degenerado ambiental” e o responsabilizou pelo fracasso da cúpula. Agora, predomina o temor de que a história se repita, sobretudo considerando que o Comitê Preparatório que negocia o documento final da Rio+20 avança pouco devido à intransigência dos Estados Unidos e de outras nações ocidentais.

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/ativistas-nao-lamentam-ausencia-de-obama-na-rio20/)(<http://envolverde.com.br/noticias/ativistas-nao-lamentam-ausencia-de-obama-na-rio20/>)

18/06/2012

Eólica e biomassa são o futuro das energias no Brasil

por Fabíola Ortiz, da IPS



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/t81.jpg?9d7bd4>

Rio de Janeiro, Brasil, 18/06/2012 (TerraViva) – O futuro das fontes de energias alternativas no Brasil são eólica e biomassa, afirmam autoridades brasileiras do setor ao enfatizar que a predominância do país continuará com sua matriz hídrica. O Brasil poderá passar a ocupar, em 2013, a 10ª posição entre os maiores produtores de energia eólica do mundo.

A energia elétrica renovável no Brasil representa 13% da participação mundial renovável. Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a fonte de energia eólica já é a segunda mais competitiva no país, perdendo somente para a hidrelétrica.

O plano decenal de expansão de energia 2020 prevê que o consumo energético crescerá a uma média anual de 5% e requer investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão (US\$ 500 milhões). A geração oriunda de fontes alternativas irá dobrar em 10 anos, de 8% para 16%. Só a geração eólica aumentará de 1% para 7%.

Segundo o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, o país tem o maior percentual de energia renovável do mundo na sua matriz tanto elétrica quanto energética. “O Brasil assumiu compromissos voluntários em Copenhague que viraram lei em 2010 e vai continuar priorizando a matriz renovável, o nosso carro chefe é a hidroeletricidade. E ainda temos um potencial grande. Vamos desenvolvendo complementarmente a biomassa e a eólica, que estão dando sinais econômicos para se desenvolver”, admitiu Zimmermann.

Os sinais de que a energia eólica tem mostrado viabilidade vem do preço. Há seis anos o megawatt/hora custava R\$ 300 (US\$ 150) e, atualmente, chegou ao patamar de R\$ 100 (US\$ 50) sem necessitar de subsídios do governo. Segundo explicou à IPS o coordenador do grupo de estudos do setor elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Nivalde de Castro, o potencial eólico no Brasil cresceu em competitividade mediante a crise internacional que afetou as economias norte-americana e europeias.

“A crise mundial europeia fez com que a indústria eólica mundial viesse para o Brasil. As 11 maiores companhias no mundo estão se instalando no país. Das fontes alternativas hoje a mais importante é a eólica e, em segundo lugar a biomassa, que vem do bagaço da cana”, afirmou Nivalde.

Divergência sobre Hidrelétricas emergem na Rio+20

Mas quando o tema é hidroeletricidade, as opiniões entre políticos, especialistas e ambientalistas divergem radicalmente na conferência Rio+20 e na Cúpula dos Povos. Para uns, a construção de usinas hidrelétricas não tem uma pegada de carbono expressiva e resolve problemas sociais ao remanejar famílias para áreas com melhores condições de saneamento e acesso à água. Para outros, no entanto, as mega hidroelétricas não tem sustentabilidade e geram um grande impacto ambiental.

Na Amazônia, existem atualmente quatro usinas em construção: duas no rio Madeira, no estado de Rondônia, Santo Antônio e Jirau; Belo Monte no rio Xingu, no Pará; e Tapajós, no rio que leva o mesmo nome no Pará.

O diretor do Centro de Pesquisa de Energia (Cepel), Albert Melo, contrariou o pensamento de muitos ao apresentar o dado de que 0,2% do território da região amazônica está ocupado por hidrelétricas e que, segundo ele, nos próximos 10 anos, a previsão é de que esse número tenha um crescimento de 0,1%.

Segundo Nivalde de Castro, a construção Belo Monte é viável e sua pegada de carbono é baixa. O país hoje fornece energia a um custo mais baixo do mundo, U\$S 40 o megawatt.

“Ninguém constrói uma usina e gera energia mais barato que o Brasil. Nada está sendo feito ao arrepio da lei seguindo as exigências ambientais. O Brasil está fazendo a usina de fio d’água que segue o curso do rio e a turbina se move pelo fluxo da água. É uma forma que evita grandes lagos. Belo Monte originalmente teria um alagamento de 1.400 km², com essa solução de construir a fio d’água, o lago passou para 440 km²”, argumentou.

Questionado por IPS se Belo Monte é um empreendimento sustentavelmente viável, o pesquisador garante que sim. “É uma polêmica sem fundamento técnico. As usinas a fio d’água são um vetor de desenvolvimento para uma região pobre”, discutiu.

Como o que menos há na Conferência Rio+20 é consenso, lideranças comunitárias e ativistas se dizem radicalmente contra. O líder indígena do Acre, Sebastião Rodrigues Manchineri, quem preside a União das Nações Indígenas do Acre e, na Cúpula dos Povos, representa as organizações indígenas da bacia amazônica, é um forte crítico ao tema.

“As mega hidroelétricas não tem sustentabilidade. Em algum momento vão ter alguma pane y causar muitos danos ambientais. Optamos por uma energia mais renovável, como a eólica com a participação da natureza”, disse à IPS.

Já o coordenador geral da Organização Regional dos Povos Andinos, Miguel Palacios, indígena quechua do Peru, afirma que rejeita as usinas na floresta amazônica.

“Estes projetos que eram dos governos de direita agora estão sendo implementados pelos de esquerda. São as hidrelétricas, as rodovias, todos os empreendimentos a favor das corporações multinacionais que tem grande apoio do governo do Brasil com banco que financiam projetos a favor das corporações e não dos povos”, criticou.

Palacios defende um retorno a fontes de energia que restaurem a harmonia da terra e da natureza. “Não queremos fazer para alguns em detrimento de outros”.

Já o diretor da campanha da Amazônia do Greenpeace, Paulo Adario, afirma ser favorável à energia de fonte hídrica por ser renovável, porém não defende mega empreendimentos na Amazônia. “Há outras alternativas, não só nas fontes como eólica, mas também é possível melhorar a eficiência energética de algumas usinas que são antigas substituindo turbinas e geradores por mais modernos. As grandes hidroelétricas tem alto impacto social e ambiental. Temos que fazer a opção se queremos eletricidade com segurança energética com ou sem destruição”, ponderou Adario.

* Publicado originalmente no site [TerraViva](http://www.ips.org/TV/rio20/eolica-e-biomassa-sao-o-futuro-das-energias-no-brasil/)(<http://www.ips.org/TV/rio20/eolica-e-biomassa-sao-o-futuro-das-energias-no-brasil/>).

Fonte: IPS/TerraViva/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/eolica-e-biomassa-sao-o-futuro-das-energias-brasil/)(<http://envolverde.com.br/noticias/eolica-e-biomassa-sao-o-futuro-das-energias-brasil/>)

18/06/2012

Cidades terão metas para cortar emissão de poluentes

por *ITALO NOGUEIRA DO RIO* e *EDUARDO GERAQUE, ENVIADO ESPECIAL AO RIO*

A rede de prefeitos de grandes cidades (C-40) negocia o estabelecimento de metas de redução de emissão de poluentes. O objetivo é apresentar compromissos em contraposição à indefinição dos chefes de Estado na Rio+20.

O documento, a ser apresentado nesta terça-feira (19) pelos prefeitos de Nova York, Michael Bloomberg, e do Rio, Eduardo Paes (PMDB), terá também prestação de contas de iniciativas já em andamento e de seus impactos na redução. Já há mais de 4.000 experiências listadas, mas as metas estão em discussão.

A definição exige adaptação do C-40, orientado inicialmente para dilemas de cidades em países desenvolvidos, o que o leva a priorizar questões como a eficiência energética de edifícios e a otimização nos transportes.

Criada em 2005 pelo então prefeito de Londres, Ken Livingstone, o C-40 reúne 58 megalópoles, que concentram mais de 300 milhões de pessoas. Entre elas estão Rio, Pequim e Johannesburgo.

Com a inclusão de cidades de países em desenvolvimento, saneamento básico e replantio de florestas urbanas entraram na agenda da rede.

BEIRA-MAR

Motivos não faltam para que as cidades se mexam. Estima-se que as metrópoles sejam responsáveis por mais de dois terços das emissões.

Conforme o C-40, as grandes cidades respondem por 75% do gasto de energia do mundo. E 90% delas estão à beira-mar, vulneráveis à elevação do nível dos oceanos.

De acordo com o secretário de Meio Ambiente e vice-prefeito do Rio, Carlos Alberto Muniz, a cidade vai propor que o documento inclua uma meta única de redução dos gases de efeito estufa.

Essa meta é de 12% com relação aos índices de 2005, a ser atingida até 2016 --algo que nem sequer faz parte das discussões da Rio+20.

O prefeito do Rio, Eduardo Paes, diz que o objetivo não é rivalizar com a conferência. "Não há disputa de tomada de decisão. Não adianta só os chefes de Estado decidirem, e os prefeitos, a iniciativa privada e a sociedade, não."

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

De acordo com Sérgio Besserman, que comanda a Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável do Rio, o acordo vai prever também medidas de adaptação às mudanças climáticas.

"Como a discussão se concentrou no Hemisfério Norte, temas das cidades dos emergentes ficaram em segundo plano", disse Besserman.

Na opinião da socióloga indiana Payal Banerjee, da Universidade de Smith-Massachusetts, pesquisas nessas áreas não são preocupações dos centros urbanos dos desenvolvidos, e falta analisar o impacto das mudanças climáticas na vida dos mais pobres. "Há um tratamento tecnicista, que enfatiza a ciência ecológica e ambiental. É muito importante. Mas assuntos que interessam às pessoas mais pobres não ganham atenção, como o saneamento."

A diretora do programa Cidades Globais do C-40, Johanna Partin, disse que as cidades do sul estão criando hoje suas próprias soluções próprias, que muitas vezes são exportadas para as cidades do norte. Ela deu como exemplo os corredores de ônibus articulados de Curitiba.

Fonte: [FOLHA.COM > Notícias > Ambiente > Rio+20](http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1106301-cidades-terao-metas-para-cortar-emissao-de-poluente.shtm)(<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1106301-cidades-terao-metas-para-cortar-emissao-de-poluente.shtm>)

18/06/2012

ONU lança campanha sobre mobilidade urbana sustentável

por *Giulander Carpes, Direto do Rio de Janeiro*



A campanha, chamada I'm a City Changer, foi lançada pelo secretário-geral de ONU-Habitat, Joan Clos.

Foto: Giulander Carpes/Terra

Fonte: <http://p2.trrsf.com.br/image/fget/cf/619/464/img.terra.com.br//2012/06/18/2391671-8544-rec.JPG>

Os chefes de Estado talvez não cheguem a um acordo sobre seus compromissos a partir da Rio+20, mas o cidadão pode fazer a diferença. A ONU lançou hoje, no Forte de Copacabana, a campanha I'm a City Changer, para que a população se conscientize de que, com a mudança em pequenas ações rotineiras, é possível alcançar um padrão de vida mais sustentável.

"Precisamos mostrar que a mudança é possível por meio de criatividade e audácia das pessoas para tomarmos decisões mais inteligentes. Nas cidades estão as oportunidades para enfrentar os problemas globais", diz o secretário geral adjunto da ONU Joan Clos.

O foco da campanha no Brasil será a mobilidade urbana e as pessoas serão chamadas a escolher meios de transporte menos poluidores. "Queremos incentivar o uso de transporte não motorizado, seja a bicicleta ou qualquer outro. Se não for possível, que a pessoa possa usar o transporte público ou pegar carona com amigos. Cada um pode fazer sua parte por um mundo melhor", afirma Manuel Manrique, oficial de informação do programa ONU Habitat, idealizador da campanha.

Outras cidades do país também farão parte da campanha, como São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, entre outras. Elas receberão ações pontuais de marketing e haverá eventos e atividades para mobilizar as pessoas. A I'm a City Changer também será veiculada nos cinemas, na televisão, no rádio e em veículos impressos, e há um site (www.imacitychanger.org) e fan page no Facebook onde serão colocados exemplos das melhores práticas.

Rio+20

Vinte anos após a Eco92, o Rio de Janeiro volta a receber governantes e sociedade civil de diversos países para discutir planos e ações para o futuro do planeta. A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que ocorre até o dia 22 de junho na cidade, deverá contribuir para a definição de uma agenda comum sobre o meio ambiente nas próximas décadas, com foco principal na economia verde e na erradicação da pobreza.

Composta por três momentos, a Rio+20 vai até o dia 15 com foco principal na discussão entre representantes governamentais sobre os documentos que posteriormente serão convencionados na Conferência. A partir do dia 16 e até 19 de junho, serão programados eventos com a sociedade civil. Já de 20 a 22 ocorrerá o Segmento de Alto Nível, para o qual é esperada a presença de diversos chefes de Estado e de governo dos países-membros das Nações Unidas.

Apesar dos esforços do secretário-geral da ONU Ban Ki-moon, vários líderes mundiais não estarão presentes, como o presidente americano Barack Obama, a chanceler alemã Angela Merkel e o primeiro ministro britânico David Cameron. Ainda assim, o governo brasileiro aposta em uma agenda fortalecida após o encontro.

Fonte: [TERRA.COM > Notícias > Economia > Sustentabilidade > Rio+20](http://www.terra.com.br/noticias/economia/sustentabilidade/rio20/0,,OI5844496-EI20323,00-ONU+lanca+campanha+sobre+mobilidade+urbana+sustentavel.html)(<http://invertia.terra.com.br/sustentabilidade/rio20/noticias/0,,OI5844496-EI20323,00-ONU+lanca+campanha+sobre+mobilidade+urbana+sustentavel.html>)

18/06/2012

Furnas prevê que 20% do portfólio será de energia eólica e solar até 2022

Empresa acredita que governo fará leilão específico para energia solar. Furnas desenvolve projetos para diversificar sua matriz energética.

por Darlan Alvarenga Do G1, no Rio



Flávio Decat, presidente da estatal Furnas (Foto: Darlan Alvarenga/G1)Flávio Decat, presidente da estatal Furnas

Foto: Darlan Alvarenga/G1

Fonte: http://s2.glbimg.com/dzs_xHqvujzI5nakT_iJkG3pyJ3MMwLcXiacRIhXqF1loz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/18/furnas.jpg

O presidente da estatal Furnas, subsidiária da Eletrobras, Flávio Decat, afirmou nesta segunda-feira (18) que as energias eólica e solar deverão representar 20% do portfólio da empresa em 10 anos.

“Estamos entrando agora nessa vertente, mas vamos atingir 20% possivelmente. Depende do governo colocar e a gente ganhar os leilões de energia”, afirmou Decat em entrevista, após participação no Fórum de Sustentabilidade Empresarial da Rio+20, no Windsor Barra Hotel. Ele destacou que no país, essas energias representam atualmente cerca de apenas 2% da matriz energética.

Furnas, que atua nas áreas de geração e transmissão e tem na energia hidrelétrica a base da sua matriz energética, desenvolve diversos projetos com fontes renováveis e alternativas. A empresa trabalha atualmente na criação de 17 parques eólicos e desenvolve projetos de exploração de energia solar no Nordeste, além de protótipos para aproveitamento da energia das ondas do mar.

“A gente tem expectativa que o governo vá fazer leilões específicos para energia solar. Daí vamos disputar, porque essa é uma vertente importante, uma vez que o Brasil que é um país ensolarado por natureza”, disse o presidente de Furnas.

Segundo Ducat, a energia eólica tem se mostrado cada vez mais competitiva e o mesmo pode ocorrer com o tempo, com a energia solar. “Na medida que vai se explorando, as fábricas vão vindo para o Brasil, se tropicalizando e ficando com custo menor”, avaliou.

A expectativa de Furnas é que um leilão exclusivo para energia solar possa ocorrer ainda neste ano. “Tenho ouvido falar no âmbito que é ainda para esse ano, mas eu não sei”, disse Ducat.

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20\(http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/furnas-preve-que-20-do-portifolio-sera-de-energia-eolica-e-solar-ate-2022.html\)](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/furnas-preve-que-20-do-portifolio-sera-de-energia-eolica-e-solar-ate-2022.html)

18/06/2012

Semiárido brasileiro 'ganhará um Alagoas' até 2070, prevê Inpe

por Paulo Cabral, Enviado especial da BBC Brasil a Ouricuri (PE)



Segundo especialistas, desmatamento ilegal é um dos fatores que contribui para a desertificação.

Fonte:

http://wscdn.bbc.co.uk/worldservice/assets/images/2012/06/16/120616001039_sp_desertificacao_paulo_cabral_304x171_bbcbrasil.jpg

Projeções feitas por pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) com base em tendências climáticas apontam para uma acentuada "aridização" (aumento da aridez) no sertão brasileiro nas próximas décadas.

Se os cenários previstos pelos cientistas estiverem corretos, não só a região crescerá em extensão, como também se tornará cada vez mais árida.

"É importante notar que estas são apenas estimativas. Mas os dados sugerem que as áreas de semiárido podem se ampliar em até 12% até meados do século", diz José Marengo, pesquisador do Inpe.

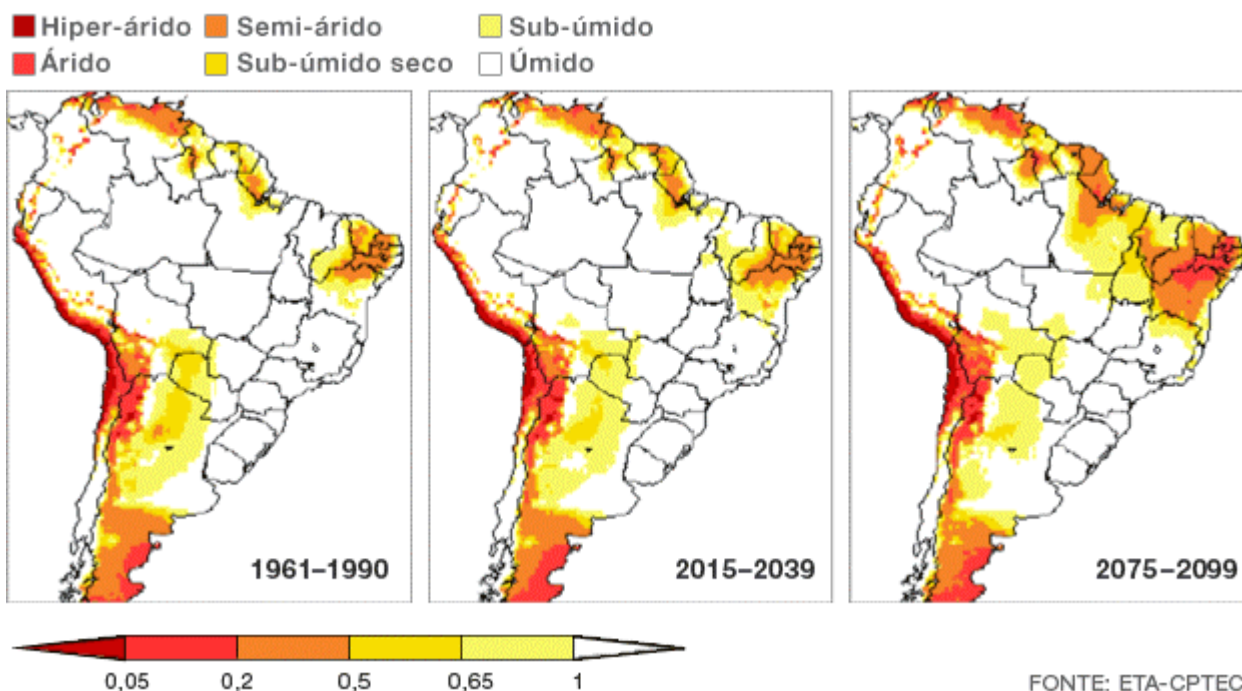
Isso equivaleria a um aumento de quase 29 mil quilômetros quadrados – área similar à do Estado de Alagoas – na região sujeita a secas, acrescenta o pesquisador.

Projeções elaboradas por Marengo e sua equipe mostram, no centro dessa vasta região semiárida, o crescimento de uma grande mancha de "hiperaridez". Em 2070, ela avançaria para o norte da Bahia, quase todo o interior de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, parte do sudeste do Piauí, além de alguns outros pontos isolados em outras partes do país.

"Essas regiões hiperáridas são as que podem, no longo prazo, se tornar desertos por uma combinação de condições climáticas e fatores antrópicos (relacionados à ação humana, como desmatamento)", diz Marengo.

"O processo de desertificação se comporta como um câncer, se ampliando quando não é combatido", acrescenta.

Veja abaixo mapas que ilustram as projeções do Inpe:



Fonte:

http://wscdn.bbc.co.uk/worldservice/assets/images/2012/06/18/120618145712_brasil_climate_change_624.gif

O grau de aridez é determinado pelo equilíbrio entre a quantidade de chuva que chega à terra e o volume de evaporação. Aridez significa ausência de água, e essa condição por um período prolongado pode levar à desertificação, à ausência de vida, diz Marengo.

Humberto Barbosa, coordenador do laboratório de meteorologia da Universidade Federal de Alagoas, observa que, nas áreas mais secas do Nordeste, chove em média 800 milímetros de água por ano, mas a "evapotranspiração" (perda de água dos solos por evaporação e perda de água das plantas por transpiração) passa dos 3 mil milímetros por ano.

Barbosa diz que secas como a deste ano aceleram o processo de desertificação, que já é causado pelo uso não sustentável do solo. "A agricultura de subsistência de milho e feijão feita pelo sertanejo demanda muito de um solo, que já é bastante pobre", avalia o pesquisador.

Atualmente, há quatro "núcleos de desertificação" formalmente identificados – e reconhecidos - pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em território brasileiro.

Todos eles estão no sertão nordestino: Seridó (RN), Irauçaba (CE), Gilbués (PI) e Cabrobó (PE). Juntos, somam mais de 18 mil quilômetros quadrados.

O coordenador-geral da ONG Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas (Caatinga), Paulo Pedro de Carvalho, observa que outro problema é a dependência do sertanejo da vegetação para geração de energia.

"Há estudos que mostram que 30% de toda a energia usada na caatinga (incluindo consumo doméstico) vem da lenha", diz Carvalho.

Risco ambiental

Dados históricos indicam que o semiárido já perdeu quase 50% de sua cobertura vegetal, a caatinga, bioma que especialistas costumam descrever como o mais típico do Brasil.

Além do desmatamento feito para abrir espaço para agricultura familiar ou para fornecer lenha à família, a devastação também ocorre para atender a setores como gesso e cerâmica, que usam a madeira em seus fornos.

Nas regiões de divisa entre Pernambuco e Ceará, é comum passar por campos devastados (com tocos espalhados pelas propriedades denunciando desmatamento recente) e por caminhões carregando enormes cargas de madeira, com aparência de torres mal equilibradas.



Carregamento ilegal de madeira

Foto: Paulo Cabral/BBC Brasil

Fonte:

http://wscdn.bbc.co.uk/worldservice/assets/images/2012/06/16/120616001450_sp_madeira_ilegal_304x171_bbcbrasil.jpg

Governo tem cobrado certificação do material usado por empresas para reduzir erosão do solo

O governo brasileiro tem um plano de combate à desertificação coordenado pelo MMA e há uma expectativa de que novas medidas sobre o assunto possam ser anunciadas durante a conferência Rio+20.

O diretor de combate à desertificação do Ministério do Meio Ambiente, Francisco Campelo, diz que a chave para retardar, pelo menos parcialmente, o processo é investir em estratégias de desenvolvimento sustentável.

"Já temos diversas empresas dos polos de gesso do Ceará e de cerâmica de Pernambuco que estão adotando práticas sustentáveis e usando madeiras certificadas", diz Campelo.

Mas ele observa que, em muitos casos, a estratégia será a de aceitar que o processo está acontecendo e se adaptar a ele. "Precisamos de uma ampla discussão com as populações e da implantação de tecnologias sociais que permitam a vida digna na seca", afirma.

Fonte: [BBC Brasil > Notícias > Brasil](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/06/120615_seca_projecoes_pc.shtml)(http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/06/120615_seca_projecoes_pc.shtml)

19/06/2012

Países aprovam rascunho da Rio+20 que vai para chefes de Estado

*Decisão foi tomada em plenária informal; negociação adentrou madrugada.
Reunião de líderes de governo começa na quarta-feira.*

por **Eduardo Carvalho, Giovana Sanchez e Tadeu Meniconi** do G1, no Rio

Our Common Vision

1. We, the heads of State and Government and high level representatives, having met at Rio de Janeiro, Brazil, from 20-22 June 2012, with full participation of civil society, renew our commitment to sustainable development, and to ensure the promotion of economically, socially and environmentally sustainable future for our planet and for present and future generations.

2. Eradicating poverty is the greatest global challenge facing the world today and an indispensable requirement for sustainable development. In this regard we are committed to free humanity from poverty and hunger as a matter of urgency.

3. We therefore acknowledge the need to further mainstream sustainable development at all levels integrating economic, social and environmental aspects and recognizing their interlinkages, so as to achieve sustainable development in all its dimensions.

4. We recognize that poverty eradication, changing unsustainable and promoting sustainable patterns of consumption and production, and protecting and managing the natural resource base of economic and social development are the overarching objectives of and essential requirements for sustainable development. We also reaffirm the need to achieve sustainable development by: promoting sustained, inclusive and equitable economic growth, creating greater opportunities for all, reducing inequalities, raising basic standards of living; fostering equitable social development and inclusion; and promoting integrated and sustainable management of natural resources and ecosystems that supports *inter alia* economic, social and human development while facilitating ecosystem conservation, regeneration and restoration and resilience in the face of new and emerging challenges.

5. We reaffirm our commitment to making every effort to accelerate the achievement of the

Rascunho enviado às delegações na Rio+20 às 7h30 desta terça (19)

Foto: Reprodução

Fonte: http://s2.glbimg.com/JFCZf6yS8_B2VsOrCXU_ISO1bko1WkW_bcGR4u3B0t ploz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/19/txt0.jpg

Em plenária informal no Riocentro, os países participantes da Rio+20 aprovaram o texto que será levado para negociação dos chefes de Estado a partir desta quarta.

"Os países estão revelando suas posições, grandes grupos [de países] já aprovaram o documento como está, como Estados Unidos, União Europeia e o G77+China. (...) Ao aceitar o documento, o país tem o direito de dizer em que ponto ele ficou decepcionado (...) Todo mundo está infeliz, mas isso é um bom sinal", disse o porta-voz do secretariado da ONU na conferência, Nikhil Chandavarkar.

Os chefes de Estado avaliam o documento de quarta a sexta-feira, também no Riocentro.

Após a reunião, o secretário-geral da ONU para a Rio+20, Sha Zukang, conversou com o **G1** a respeito da decisão. "Estou extremamente satisfeito. Todos concordaram. É um consenso."

Todo mundo está infeliz, mas isso é um bom sinal"

Nikhil Chandavarkar, porta-voz do secretariado da ONU na Rio+20.

Em coletiva após a decisão, o governo brasileiro considerou a aprovação "uma vitória".

Segundo Nikhil Chandavarkar, o texto liberado não sofreu alterações na plenária. Ele citou que o bloco europeu e os países africanos ficaram insatisfeitos pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente não ter virada uma agência, mas citou que o texto "fala de fortalecimento".

Os Estados Unidos também teceram comentários críticos em alguns pontos, disse o porta-voz, sem revelar detalhes.

Os tópicos sobre finanças (meios de implementação) e oceanos também foram aprovados "exatamente como está o texto", disse Chandavarkar. "Foi expressado um consenso. Há um acordo", complementa.

O ministro da Relações Exteriores Antonio Patriota comandou a reunião, que tem também a presença do secretário-geral da ONU para a Rio+20, Sha Zukang, da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e dos embaixadores André Corrêa do Lago e Luiz Alberto Figueiredo.

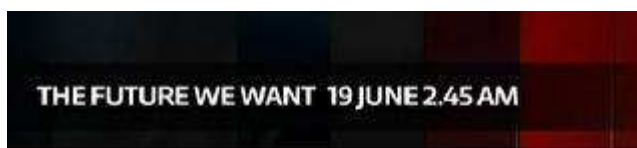
Estou extremamente satisfeito. Todos concordaram. É um consenso."
Sha Zukang, secretário-geral da ONU para a Rio+20

O encontro aconteceu no Riocentro em uma sala lotada, com diversos diplomatas acompanhando em pé a votação. De acordo com o comitê de organização da Rio+20, 850 delegados assistem à sessão.

O texto

O primeiro rascunho desta terça foi enviado às delegações por volta das 7h30 e sugere a criação de um fórum político de alto nível para o desenvolvimento sustentável dentro das Nações Unidas, reforçando que o tema deverá ser discutido com maior importância a partir da conferência do Rio de Janeiro.

Com 49 páginas, o texto tem 283 parágrafos -- quatro a menos do que o [rascunho anterior](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/segundo-rascunho-da-rio20-pnuma-nao-vira-agencia.html)(<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/segundo-rascunho-da-rio20-pnuma-nao-vira-agencia.html>). Nenhum deles possui a marcação "ad ref", que significa "provisoriamente aprovado", segundo explicação do negociador-chefe brasileiro, o embaixador Luiz Alberto Figueiredo, dada no sábado (16).



Our Common Vision

1. We, the heads of State and Government and high level representatives, having met at Rio de Janeiro, Brazil, from 20-22 June 2012, with full participation of civil society, renece our commitment to sustainable development, and to ensure the promotion of economically, socially and environmentally sustainable future for our planet and for present and future generations.
2. Eradicating poverty is the greatest global challenge facing the world today and an indispensable requirement for sustainable development. In this regard we are committed to free humanity from poverty and hunger as a matter of urgency.
3. We therefore acknowledge the need to further mainstream sustainable development at all levels, integrating economic, social and environmental aspects and recognizing their interlinkages, so as to achieve sustainable development in all its dimensions.
4. We recognize that poverty eradication, changing unsustainable and promoting sustainable patterns of

Fonte: <http://s01.video.glbimg.com/x240/2000236.jpg>

Entre outras coisas, o fórum proposto poderia "oferecer liderança política, orientação e recomendações para o desenvolvimento sustentável" e, acompanhar e rever o progresso na implementação de compromissos como os contidos na Agenda 21 e no Plano de Implementação de Johannesburgo.

"Decidimos estabelecer um fórum universal intergovernamental de alto nível político, contruído sob a força, experiência, recursos e modalidades de participação inclusivas da Comissão de Desenvolvimento Sustentável, e susequentemente substituindo a Comissão."

Na segunda-feira (18), o embaixador aposentado Flávio Perri, que escreve no blog do **G1** [Traduzindo a Rio+20](http://g1.globo.com/natureza/rio20/traduzindo-a-rio20/platb)(<http://g1.globo.com/natureza/rio20/traduzindo-a-rio20/platb>), afirmou que a criação do fórum seria "[a germinação de uma nova realidade](http://g1.globo.com/natureza/rio20/traduzindo-a-rio20/platb/2012/06/18/documento-negociado-na-rio20-germina-nova-realidade/)(<http://g1.globo.com/natureza/rio20/traduzindo-a-rio20/platb/2012/06/18/documento-negociado-na-rio20-germina-nova-realidade/>)".

Responsabilidades diferenciadas

O documento apresentado pelo Brasil, como presidente da Rio+20, reafirma um dos Princípios do Rio, criado em 92, sobre as "responsabilidades comuns, porém diferenciadas".

Esse era um ponto de conflito para os países desenvolvidos que defendiam a divisão igualitária da responsabilidade sobre o desenvolvimento sustentável.

Meios de implementação

Ao contrário do texto anterior, o atual reconhece necessidades diferenciadas para os países ricos e os em desenvolvimento.

"Reafirmamos que países em desenvolvimento precisam de recursos adicionais para o desenvolvimento sustentável", diz o texto.

Foi proposta a criação de um processo intergovernamental, sob a tutela da Assembleia Geral das Nações Unidas, para avaliar as necessidades financeiras de cada país e a eficácia de seus instrumentos, para preparar uma estratégia efetiva de financiamento do desenvolvimento sustentável, o que facilitaria a mobilização de recursos e seu uso para atingir as metas.

Erradicação da pobreza

Houve ainda uma alteração na parte do documento que estabelece a erradicação da pobreza como o maior desafio global do planeta hoje. O texto anterior incluía o termo “pobreza extrema”, que foi modificado para “pobreza”.

O documento recomenda ainda que “o Sistema da ONU, em cooperação com doadores relevantes e organizações internacionais”, facilite a transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento.

Esse sistema atuaria para facilitar o encontro entre países interessados e potenciais parceiros, ceder ferramentas para a aplicação de políticas de desenvolvimento sustentável, fornecer bons exemplos de políticas nessas áreas e informar sobre metodologias para avaliar essas políticas.

Pnuma

O documento diz que as nações signatárias estão comprometidas a fortalecer o papel do Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente (Pnuma) e consolidar de forma progressiva sua sede em Nairóbi (no Quênia). Como na [versão anterior do documento](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/onu-afirma-que-rascunho-do-texto-da-rio20-nao-esta-enfraquecido.html)(<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/onu-afirma-que-rascunho-do-texto-da-rio20-nao-esta-enfraquecido.html>), não está prevista a transformação do órgão em uma agência da ONU.

Uma das sugestões para ser aprovada pela Assembleia Geral da ONU em sua próxima sessão é adotar uma resolução que permita que o Pnuma aumente suas fontes financeiras e receber contribuições voluntárias para "preencher seu mandato".

Oceanos

O documento sugere o estabelecimento também de um mecanismo jurídico dentro da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Unclos, na sigla em inglês) que estabelece regras para conservação e uso sustentável dos oceanos, além de seus recursos.

Segundo o documento, os países reconhecem a importância dos mares para erradicação da pobreza, crescimento econômico sustentável e segurança alimentar, e se comprometem a proteger e restaurar “a saúde, resistência e a produtividade dos ecossistemas marinhos para manter sua biodiversidade”.

No trecho que trata sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o texto sugere a criação dessas metas durante o segmento de alto nível da Rio+20. Entretanto, apresenta mudanças quanto à versão do documento apresentado no sábado.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O documento anterior apontava que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) deveriam ser baseados na Agenda 21 e no Plano de Implementação de Joanesburgo, respeitando os Princípios do Rio, em particular as responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Agora, o novo documento fala que os ODS devem ser criados “levando em conta as diferentes circunstâncias, capacidades e prioridades nacionais”, ou seja, reconhece as particularidades de cada país.

Em seguida, o texto estabelece que, a partir da conferência, será criado um processo intergovernamental para desenvolver os objetivos globais. Com isso, seria criada uma comissão de coordenação para elaborar os objetivos até setembro de 2012, que terá um ano (até setembro de 2013) para apresentar uma proposta.

O prazo estipulado para que os Objetivos entrem em vigor é a partir de 2015.

O documento aponta ainda que os ODS devem levar em conta metas e indicadores para que cada país possa adaptá-los a sua realidade e níveis de desenvolvimento.

**Colaboraram Giovana Sanchez e Tadeu Meniconi*

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/paises-concordam-sobre-texto-da-rio20-que-sera-levado-chefes-de-estado.html)(<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/paises-concordam-sobre-texto-da-rio20-que-sera-levado-chefes-de-estado.html>)

19/06/2012

Rio+20: estado de são paulo terá primeira produção de remanufatura da caterpillar na américa do sul

Com o emprego de tecnologia sustentável, a empresa ampliará o ciclo de vida útil de componentes de motores

A Investe São Paulo e a Caterpillar assinaram nesta terça-feira, 19 de junho, um protocolo de intenções para produção futura de peças remanufaturadas no Estado de São Paulo. O acordo foi firmado em evento durante a Rio+20, com a presença do governador Geraldo Alckmin.

É a Caterpillar mostrando seu compromisso no pós-consumo, economizando energia, água e outros recursos naturais. É um compromisso com o meio ambiente e com as pessoas, ressaltou Alckmin.

O novo processo industrial será dedicado à remanufatura de componentes de motores. Esta é uma das mais importantes contribuições da Caterpillar ao [desenvolvimento](http://www.bolsavalores.net/mercado-de-acoas/desenvolvimento/) (<http://www.bolsavalores.net/mercado-de-acoas/desenvolvimento/>) sustentável, pois estenderemos a vida útil dos recursos não renováveis, afirmou o presidente da Caterpillar Brasil e Country Manager, Luiz Carlos Calil. Esta será a primeira operação de remanufatura da Caterpillar na América do Sul, que contará com a tecnologia denominada CAT Reman. O processo Reman é muito importante para o meio ambiente, pois devolve aos componentes usados a sua condição original, estando plenamente alinhado às políticas governamentais para a destinação de resíduos sólidos e a responsabilidade pós-consumo.

Para o presidente da Investe SP, Luciano Almeida, a posição de São Paulo no mercado de economia verde do Brasil credencia o Estado como principal destino para esse tipo de investimento. A remanufatura ainda é uma tecnologia nova no Brasil. São Paulo sai na frente e se consolida na busca por atrair esse setor, disse. É muito bom estar aqui na Rio+20 e poder anunciar esse investimento. Isso sim é desenvolvimento sustentável, concluiu.

O Estado possui o maior mercado de economia verde do País e também o mais diversificado. São 141 mil empresas que atuam no setor, empregando mais de 1 milhão dos empregos verdes do Brasil.

O processo de remanufatura consiste em retornar um componente que está no final de sua vida útil para a mesma condição de novo, em um ambiente de remanufatura. Isto significa que o componente usado será desmontado, passará por um processo de limpeza, inspeção, recuperação, adição de peças novas originais, montagem e testes, mantendo especificações, qualidade, processos e garantia do fabricante original.

Os produtos remanufaturados reduzem os custos de operação no campo, ao mesmo tempo em que aumentam a sua disponibilidade para o trabalho de equipamentos. Além disso, o componente remanufaturado chega a custar 40% menos que o novo, proporcionando a mesma confiabilidade, qualidade, desempenho. A vantagem para o meio ambiente é a redução no processo de produção de até 99% de energia, 90% de água, 85% de matéria-prima e 99% menos lixo.

Liderança em economia verde

O Estado de São Paulo foi o primeiro do Brasil a incorporar o tema da economia verde em sua agenda política e empresarial. Criando leis vanguardistas, o Estado foi pioneiro na regulamentação de questões como resíduos sólidos (Lei Estadual nº 12.300/2006) e mudanças climáticas (Lei Estadual nº 13.798/2009). Ambas abrem oportunidades para a prospecção de novos negócios, uma vez que criam demandas específicas como, por exemplo, a necessidade de se investir em transporte sustentável.

Com o perfil de uma economia de baixo carbono, é o Estado com a matriz energética mais limpa do Brasil, com 55% de participação de fontes renováveis. São Paulo é também o maior produtor mundial e o maior produtor nacional de etanol de [cana-de-açúcar](http://www.bolsavalores.net/mercado-de-acoas/cana-de-acucar/) (<http://www.bolsavalores.net/mercado-de-acoas/cana-de-acucar/>), respondendo por 56% da produção do País.

Em 5 de junho de 2012, foi lançada a Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo 2020 (Decreto nº 58.107), que visa estabelecer uma agenda para o desenvolvimento sustentável estadual, apresentando metas setoriais que definirão a ação do Governo do Estado até 2020.

Sobre a Caterpillar Brasil

Sediada em Piracicaba (SP), a Caterpillar Brasil celebra 58 anos de presença e liderança absoluta de mercado em seus segmentos de atuação, além de acumular as certificações em Excelência Operacional Classe A, ISO 9001 e ISO 14001.

A linha nacional de produtos é composta de 40 diferentes modelos de máquinas, entre escavadeiras hidráulicas, compactadores, carregadeiras de rodas, motoniveladoras, retroescavadeiras e tratores de esteiras. Produz também grupos geradores nas faixas de 32 a 750 kVA de 1360 ekW a 2250 ekW, ferramentas e acessórios especiais para seus equipamentos.

A empresa conta com seis mil funcionários, sendo reconhecida pela gestão de pessoas, suas ações de responsabilidade social e respeito ao meio ambiente. Em outubro de 2011, inaugurou uma nova unidade industrial, em Campo Largo (PR). A empresa é a principal exportadora de seu setor e foi a 19ª do país no primeiro semestre de 2011.

Desde 2004, é classificada como uma das melhores empresas para trabalhar no Brasil e na América Latina pelas pesquisas do Great Place to Work e Guia Você S/A-Exame. A Caterpillar é hoje a única empresa a figurar entre as cinco melhores empresas para trabalhar no Brasil, por cinco anos consecutivos. Mais informações estão disponíveis em: www.caterpillar.com.br

Sobre a Caterpillar

Há mais de 80 anos, a Caterpillar Inc. tem possibilitado o progresso e incentivado mudanças positivas e sustentáveis em todos os continentes. Com um faturamento de US\$ 60,13 bilhões, a Caterpillar é líder em tecnologia e a maior fabricante mundial de equipamentos de construção e mineração, motores limpos a diesel e gás natural e turbinas industriais a gás. Mais informações estão disponíveis em: <http://www.cat.com/>.

Sobre a Investe São Paulo

A Investe São Paulo – Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade é a porta de entrada das empresas que pretendem se instalar no Estado, além de estimular a expansão de empreendimentos que já estão em São Paulo. A agência fornece, gratuitamente, informações estratégicas que ajudam os investidores a encontrar os melhores locais para os seus negócios e facilita o contato das empresas com órgãos públicos e privados.

A agência possui neste momento 62 projetos em carteira, que contabilizam um potencial de investimento de R\$ 17 bilhões, com capacidade de gerar cerca de 40 mil empregos diretos. O trabalho da Investe SP contribuiu, até o momento, para que 27 empresas invistam R\$ 11,4 bilhões na construção de suas fábricas no Estado, empregando mais de 22,4 mil trabalhadores. Toyota, Hyundai, Chery, Vale, Gerdau, AGC são algumas das empresas que foram assessoradas pela agência na realização de seus empreendimentos em solo paulista.

Fonte: [Investe SP](http://www.investe.sp.gov.br/)(<http://www.investe.sp.gov.br/>)/[bolsa valores](http://www.bolsavalores.net/2012/06/19/rio20-estado-de-sao-paulo-tera-primeira-producao-de-remanufatura-da-caterpillar-na-america-do-sul/) > [Notícias](http://www.bolsavalores.net/2012/06/19/rio20-estado-de-sao-paulo-tera-primeira-producao-de-remanufatura-da-caterpillar-na-america-do-sul/) > [Outros](http://www.bolsavalores.net/2012/06/19/rio20-estado-de-sao-paulo-tera-primeira-producao-de-remanufatura-da-caterpillar-na-america-do-sul/)(<http://www.bolsavalores.net/2012/06/19/rio20-estado-de-sao-paulo-tera-primeira-producao-de-remanufatura-da-caterpillar-na-america-do-sul/>)

19/06/2012

Geraldo Alckmin oficializa Mosaico de Paranapiacaba

Área de conservação da Mata Atlântica é um dos mais importantes biomas do planeta

Durante a Rio+20, o governador Geraldo Alckmin oficializou a criação do Mosaico de Paranapiacaba, um dos principais corredores de Mata Atlântica do Brasil. A região está associada a dezenas de cavernas de alta importância para a conservação da geobiodiversidade, num total de aproximadamente 250 mil hectares de áreas protegidas.

São seis áreas, incluindo o novo parque ecológico em Capão Bonito, que formam o Mosaico. Essas áreas são: Parque Turístico Alto Ribeira (PETAR), Intervalos, Carlos Botelho, Estação Ecológica Xituê e APA Serra do Mar.

A criação do Mosaico de Unidades de Conservação de Paranapiacaba facilitará a gestão dessas áreas de conservação da Mata Atlântica, um dos mais importantes biomas do planeta, além de contribuir para o desenvolvimento regional, com ações de incentivo ao turismo sustentável e outras atividades de conservação da natureza.

Fonte: [Portal do Governo do Estado de São Paulo](http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220088&c=6&q=Geraldo+Alckmin+oficializa+Mosaico+de+Paranapiacaba)(<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220088&c=6&q=Geraldo+Alckmin+oficializa+Mosaico+de+Paranapiacaba>)

19/06/2012

Governador assina decreto para criar parque ecológico em SP

Parque, no município de Capão Bonito, terá 22 mil hectares de matas nativas

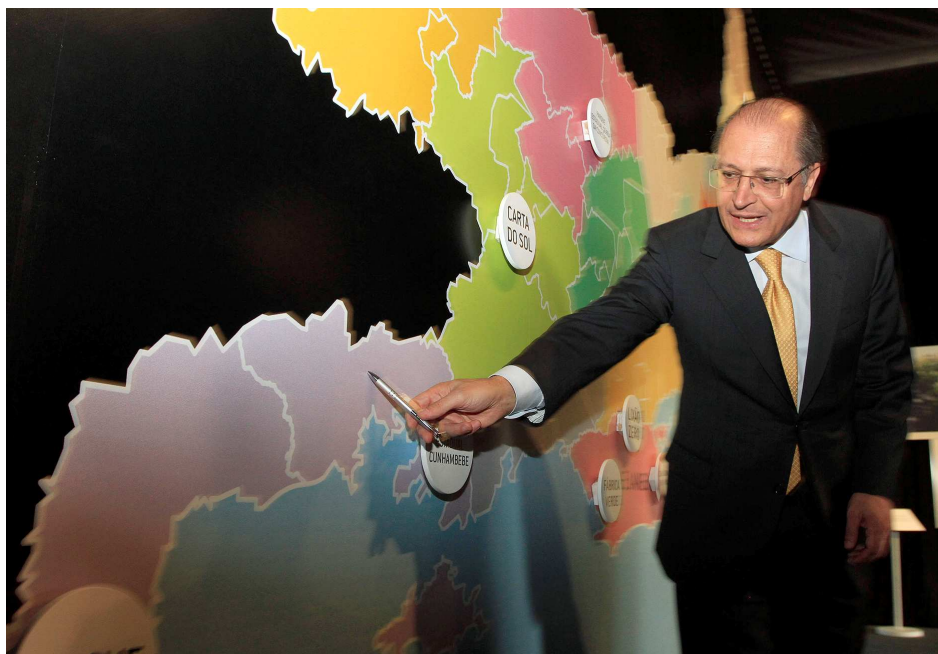


Governador assina decreto para criar parque ecológico em SP

Foto: Gilberto Marques

Fonte:

<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220079&c=6&q=Governador+assina+decreto+para+criar+parque+ecol%F3gico+em+SP#0>



Parque, no município de Capão Bonito, terá 22 mil hectares de matas nativas

Foto: Gilberto Marques

Fonte:

<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220079&c=6&q=Governador+assina+decreto+para+criar+parque+ecol%F3gico+em+SP#1>



Governador Geraldo Alckmin e Lu Alckmin na Rio+20

Foto: Gilberto Marques

Fonte:

<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220079&c=6&q=Governador+assina+decreto+para+criar+parque+ecol%F3gico+em+SP#2>



O governador ainda comparou o Estado de São Paulo da época da Eco 92, conferência internacional sobre meio ambiente que também aconteceu no Rio de Janeiro, com o cenário atual

Foto: Gilberto Marques

Fonte:

<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220079&c=6&q=Governador+assina+decreto+para+criar+parque+ecol%F3gico+em+SP#3>

AnteriorPosteriorO governador Geraldo Alckmin assinou nessa terça, 19, durante a Rio+20, um decreto para a criação do Parque Estadual Nascentes do Paranapanema (PENAP), no município de Capão Bonito, região sudoeste do Estado. "Esse parque, com mais de 22 mil hectares, é uma grande conquista para o meio ambiente", disse.

A proposta visa proteger as mil nascentes que compõem as cabeceiras do Rio Paranapanema, um dos principais rios do Estado em termos de abastecimento de água e geração de energia. Outro objetivo é aumentar a proteção a espécies ameaçadas de extinção, como o cachorro do mato vinagre, a onça-pintada, o mono-carvoeiro, o bagre-cego e o veado bororo - a espécie de cervídeo mais ameaçada do Brasil.

Além da preservação da vegetação nativa e das nascentes do rio, a criação do Parque Estadual desenvolverá o turismo ecológico e cultural na região, valorizando as comunidades locais e gerando alternativas sustentáveis de emprego e renda. Com a implantação do Parque, aumenta o repasse de recursos de ICMS Ecológico para os municípios envolvidos, contribuindo assim para o desenvolvimento sócio-econômico.

O governador ainda comparou o Estado de São Paulo da época da Eco 92, conferência internacional sobre meio ambiente que também aconteceu no Rio de Janeiro, com o cenário atual. "A cobertura vegetal, há 20 anos, era de 13,5%, e hoje nós temos 17,5% de cobertura vegetal. Nossa meta para 2020 é de 20% de cobertura vegetal. 2,5% a mais significam 400 milhões de árvores que vamos plantar no Estado de São Paulo."

Fonte: [Portal do Governo do Estado \(http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220079&c=6&q=Governador+assina+decreto+para+criar+parque+ecol%F3gico+em+SP#2\)](http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220079&c=6&q=Governador+assina+decreto+para+criar+parque+ecol%F3gico+em+SP#2)

19/06/2012

SP apresenta metas para o desenvolvimento sustentável do Estado

Ações, que serão executadas até 2020, refletem o compromisso do Estado com o meio ambiente



O governador Geraldo Alckmin apresentou nesta terça, 19, durante a Cúpula Mundial de Estados e Regiões da Rio+ 20, um documento com 40 metas para o desenvolvimento sustentável

Foto: Gilberto Marques

Fonte:

<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220067&c=6&q=SP+apresenta+metas+para+o+d+esenvolvimento+sustent%E1vel+do+Estado#0>



O governador também citou que a meta vale para o litoral até o ano de 2016 e para as regiões metropolitanas até 2020

Foto: Gilberto Marques

Fonte:

<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220067&c=6&q=SP+apresenta+metas+para+o+d+esenvolvimento+sustent%E1vel+do+Estado#1>



Chegaremos a 2014 com o interior de São Paulo com 300% – 100% de água tratada, 100% de esgoto coletado e 100% de esgoto tratado

Foto: Gilberto Marques

Fonte:

<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220067&c=6&q=SP+apresenta+metas+para+o+d+esenvolvimento+sustent%E1vel+do+Estado#2>



Uma das propostas é aumentar a participação de 55% para 69% de energias renováveis no consumo final de energia do Estado

Foto: Gilberto Marques

Fonte:

<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220067&c=6&q=SP+apresenta+metas+para+o+d+esenvolvimento+sustent%E1vel+do+Estado#3>



Outras propostas são: atingir 20% do território paulista com cobertura vegetal; e reduzir 20% da emissão de dióxido de carbono, tendo por base o ano de 2005

Foto: Gilberto Marques

Fonte:

<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220067&c=6&q=SP+apresenta+metas+para+o+d+esenvolvimento+sustent%E1vel+do+Estado#4>



A preservação da Mata Atlântica também é prioridade

Foto: José Luís da Conceição

Fonte:

<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220067&c=6&q=SP+apresenta+metas+para+o+d+esenvolvimento+sustent%E1vel+do+Estado#5>

O governador Geraldo Alckmin apresentou nesta terça, 19, durante a Cúpula Mundial de Estados e Regiões da Rio+ 20 – evento com a participação de 20 governos regionais para discutir desenvolvimento sustentável –, o documento "Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável do Estado", com metas a serem cumpridas até 2020. "Nesse esforço sub-regional, o primeiro compromisso de todos nós é combater a miséria. O outro é com saneamento básico. Chegaremos a 2014 com o interior de São Paulo com 300% – 100% de água tratada, 100% de esgoto coletado e 100% de esgoto tratado", disse Alckmin. O governador também citou que a meta vale para o litoral até o ano de 2016 e para as regiões metropolitanas até 2020.

Além das metas de erradicar a extrema pobreza até 2014 – para pessoas com renda familiar per capita de até R\$ 70 por mês – e de universalização do saneamento, outras propostas são: aumentar a participação de 55% para 69% de energias renováveis no consumo final de energia do Estado (hidráulica, biomassa, biogás, biodiesel, etanol, solar, eólica e resíduos sólidos); atingir 20% do território paulista com cobertura vegetal; e reduzir 20% da emissão de dióxido de carbono, tendo por base o ano de 2005.

A preservação da Mata Atlântica também é prioridade. "Em São Paulo, tínhamos 5.600 famílias em Cubatão em área de risco e vamos transferir todas. Temos até financiamento do BID num grande esforço de recuperação da Mata Atlântica, dando moradia segura e digna a essas famílias", disse, referindo-se ao programa estadual "Recuperação Socioambiental da Serra do Mar", o maior projeto de reassentamento habitacional por questões ambientais do mundo, de acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O documento destaca também os importantes avanços obtidos pelo governo do Estado desde a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 (Rio-92). Na ocasião, Alckmin saudou, dentre outras personalidades, o primeiro ministro de Quebec, Jean Charet, cuja comitiva esteve em abril no Palácio dos Bandeirantes para assinar diversos acordos de cooperação, inclusive nas áreas de meio ambiente e tecnologias limpas.

Fonte: [Portal do Governo do Estado](http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220067&c=6&q=SP+apresenta+metas+para+o+desenvolvimento+sustentavel+do+Estado)(<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220067&c=6&q=SP+apresenta+metas+para+o+desenvolvimento+sustentavel+do+Estado>)

19/06/2012

Fórum Paralelo discute deficiência e sustentabilidade na Rio+20

Evento idealizado pelo Governo do Estado chamou a atenção de integrantes da ONU

Durante a Rio+20 foi realizado o Fórum "Promovendo o Desenvolvimento Inclusivo para um Futuro Sustentável", proposto pelo Governo do Estado de São Paulo. O evento foi o único a tratar exclusivamente do tema deficiência e sustentabilidade.

O Comitê Nacional de Organização (CNO) criou uma Coordenação de Acessibilidade e Inclusão, formada por servidores do Itamaraty e consultores especialistas na área que resultou em uma conferência totalmente acessível, com arenas que disponibilizaram recursos de acessibilidade em seus auditórios; orientação acessível aos expositores e visitantes; material em braile; intérprete de Língua de Sinais - Brasileira e Internacional; pontos de informação com tablets acessíveis; e audiodescrição em três idiomas: inglês, espanhol e português, inédito em evento deste porte.

O Fórum já rendeu frutos positivos que podem ser explicitados na observação do diretor de logística das conferências da ONU, Magnus Olafsson: "a partir do projeto brasileiro de acessibilidade e de sua execução para a Rio+20, a ONU passará a adotar novos parâmetros de acessibilidade em suas conferências", afirmou.

Fonte: [Portal do Governo do Estado](http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220070&c=6&q=F%F3rum+Paralelo+discute+defici%EAncia+e+sustentabilidade+na+Rio+20)(<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220070&c=6&q=F%F3rum+Paralelo+discute+defici%EAncia+e+sustentabilidade+na+Rio+20>)

19/06/2012

Brasil reconhece que crise econômica prejudicou documento da Rio+20

Negociadores dizem estar felizes com o documento final, apesar de admitir que há discordâncias

por Natasha Madov enviada ao Rio de Janeiro

Apesar de classificar a declaração da Rio+20 aprovada na manhã de terça-feira como uma "vitória do multilateralismo", o Itamaraty admitiu que a crise econômica mundial prejudicou algumas das decisões, em especial à ligada a financiamento, no trecho que se refere a meios de implementação.

O embaixador Luiz Alberto Figueiredo, secretário-chefe da delegação brasileira, afirmou que a crise prejudicou as negociações em torno dos meios de implementação, que financiarão o desenvolvimento sustentável. O documento acabou com compromissos de acordos posteriores sobre como e quem daria recursos, com prazo para 2014. "A crise que se abate com força nos países do norte certamente influenciou a Rio+20", disse Figueiredo. "Houve uma retração dos países desenvolvidos em áreas importantes como solidariedade e cooperação internacional". O negociador-chefe do Brasil, André Correa do Lago, completou: "Os recursos não apareceram."

[Veja a cobertura completa da Rio+20](http://ultimosegundo.ig.com.br/rio20/)(<http://ultimosegundo.ig.com.br/rio20/>)

O Ministro das Relações Exteriores Antonio Patriota abriu a sessão à imprensa para falar da aprovação final do documento, às vésperas da chegada dos chefes de Estado à conferência de desenvolvimento sustentável da ONU. "Cumprimos o que nos propomos. O texto chegou ao Rio com 40% de acordo, e agora está 100% acordado", afirmou.

A Ministra de Meio Ambiente Izabella Teixeira, também saudou os esforços dos diplomatas brasileiros: "É a primeira vez que uma conferência desse tipo termina nos seus prazos", disse, se referindo às negociações das conferências de clima, sempre complicadas, mas aparentemente se esquecendo que o prazo final previsto para as negociações era de sexta-feira passada (15).

Patriota afirmou que entre as vitórias do documento estão o fato de que todos os princípios acordados em 1992 continuam reafirmados, em especial as responsabilidades comuns porém diferenciadas -- um ponto de discórdia entre países ricos e pobres.

O Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), afirmaram os diplomatas, não será elevado a agência, mas ganhou uma recomendação para maior intergração dentro do sistema ONU e um aumento em seu orçamento. Essa decisão ficará para o fim ainda de 2012, durante a Assembleia Geral da ONU.

Outras vitórias seriam o início de uma série de discussões: debate dos novos índices de riqueza que aposentassem o Produto Interno Bruto e levassem em conta fatores sociais e ambientais, a revisão dos Objetivos do Milênio (e um posterior estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) e um compromisso de se estabelecer, num prazo de dez anos, novos padrões sustentáveis de consumo. No entanto, o que se esperava do documento é que esses temas já saíssem do texto final com definições mais claras, e não compromissos para estudos posteriores.

Patriota disse que o texto refletia a posição brasileira em vários dos temas, mas admitiu depois que em alguns tópicos, como os direitos reprodutivos das mulheres, as obrigações do país como anfitrião da Rio+20 e a necessidade de atingir um consenso tiveram que ser mais fortes que suas posições enquanto estado-membro da ONU.

No fim, a delegação se disse satisfeita com os resultados: "Há divergências, mas estamos felizes", disse Figueiredo.

Fonte: [iG > Último Segundo > Notícias > Ciência > Meio Ambiente > Especial Rio+20](http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/2012-06-19/negociadores-dizem-estar-felizes-com-o-documento-final-apesar-de-admitir-que-ha-discordancias.html)(<http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/2012-06-19/negociadores-dizem-estar-felizes-com-o-documento-final-apesar-de-admitir-que-ha-discordancias.html>)

19/06/2012

ONGs de conservação marítima: faltou compromisso à Rio+20

Membros da High Seas Alliance, parceria de várias organizações que lutam pela conservação dos oceanos, ficaram profundamente desapontados com a decisão de se adiar ação para proteção do alto mar no rascunho do texto final da Rio+20 apresentado nesta terça-feira.

Segundo a High Seas Alliance, os negociadores adotaram texto mais fraco do que o que estava sendo discutido nas conferências paralelas entre pesquisadores. Em referência à parte do texto sobre oceanos que aborda uma estrutura de governança esperada há muito tempo, membros da HSA comentaram: "Os negociadores usaram 118 palavras, mas poderiam ter usado apenas quatro, com o mesmo sentido: 'Não estamos fazendo nada'", dizia nota.

A High Seas Alliance classificou a coalizão que reuniu Estados Unidos, Canadá, Japão, Venezuela e Rússia como "do contra". Foi este grupo que pressionou para a Rio+20 não definir sistemas de implantação de proteção marítima, postergando qualquer ação por mais três anos, acusou a organização.

"Não há compromisso. É como dizer para a sua namorada que em três anos você vai se decidir sobre se casar ou não. Não temos tempo para besteiras; os oceanos não têm tempo", disse Susanna Fuller, membro da organização.

O único motivo para otimismo, segundo a High Seas Alliance, é o tamanho do apoio dado por alguns governos à defesa dos oceanos, o que pode e que continuará após a Rio+20. "Há resultados importantes no texto em relação à pesca, pesca ilegal, subsídios nocivos. Líderes de governo deveriam usar seu espaço para discurso e intervenções aqui no Rio para assumir compromissos firmes de adotar estas decisões e se comprometer com ações urgentes pelos oceanos", afirmou Sue Lieberman, do Pew Environment Group.

Sobre a Rio+20

Vinte anos após a Eco92, o Rio de Janeiro volta a receber governantes e sociedade civil de diversos países para discutir planos e ações para o futuro do planeta. A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que ocorre até o dia 22 de junho na cidade, deverá contribuir para a definição de uma agenda comum sobre o meio ambiente nas próximas décadas, com foco principal na economia verde e na erradicação da pobreza.

Depois do período em que representantes de mais de 100 países discutiram detalhes do documento final da Conferência, o evento se prepara para ingressar na etapa definitiva. De quarta até sexta, ocorrerá o Segmento de Alto Nível da Rio+20 com a presença de diversos chefes de Estado e de governo de países-membros das Nações Unidas.

Apesar dos esforços do secretário-geral da ONU Ban Ki-moon, vários líderes mundiais não estarão presentes, como o presidente americano Barack Obama, a chanceler alemã Angela Merkel e o primeiro ministro britânico David Cameron. Além disso, houve impasse em relação ao texto do documento definitivo. Ainda assim, o governo brasileiro aposta em uma agenda fortalecida após o encontro.

Fonte: [TERRA.COM > Notícias > Economia > Sustentabilidade > Rio+20](http://invertia.terra.com.br/sustentabilidade/rio20/noticias/0,,OI5847049-EI20323,00-ONGs+de+conservacao+maritima+faltou+compromisso+a+Rio.html)(<http://invertia.terra.com.br/sustentabilidade/rio20/noticias/0,,OI5847049-EI20323,00-ONGs+de+conservacao+maritima+faltou+compromisso+a+Rio.html>)

19/06/2012

'Juntos somos uma voz alta demais para ser ignorada', diz canadense

*'Menina que calou o mundo' emociona plateia na Rio+Social.
Para Severn, construir um mundo melhor não é preciso muito dinheiro.*

por Lillian Quaino Do G1 RJ



A menina que calou o mundo (Foto: Lillian Quaino/G1) Severn Cullis-Suzuki, a menina que calou o mundo

Foto: Lillian Quaino/G1

Fonte: http://s2.glbimg.com/g5ajYE7Pkh9s2oP15euhkX_aE7qiFQlrryGJlFrjvZloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/19/canadenseeditada.jpg

A canadense Severn Cullis-Suzuki, que ficou conhecida como "a menina que silenciou o mundo por cinco minutos" por seu discurso feito para delegados e chefes de Estado na Rio-92, voltou a emocionar a plateia no evento Rio+Social, que acontece num hotel da Barra da Tijuca, na Zona Oeste do Rio, para discutir o uso da tecnologia, da mídia digital e das ações sociais para ajudar a desenvolver soluções sustentáveis para enfrentar os maiores problemas do planeta.

Na tarde desta terça-feira (19), ela disse que para construir um mundo melhor não é preciso muito dinheiro.

"Todos temos voz, vamos usá-la. Juntos seremos uma voz alta demais para ser ignorada", disse.

Ela lembrou que, quando tinha 12 anos, veio do Canadá para lembrar aos líderes do mundo do que estava em jogo: "o futuro da minha geração, o futuro de todas as gerações".

"Pedi a eles que não se esquecessem do motivo pelo qual estavam aqui. 'Somos seus filhos, vocês decidirão em que mundo viveremos', eu disse a eles", contou a jovem.

Para Severn, hoje os temas em debate na Rio+20 são mais sérios, relevantes e urgentes:

"A poluição mudou o clima, mais de um bilhão de pessoas vivem sem energia, crianças ainda morrem de desidratação e pessoas vivem na miséria, sem comida nem água. Mas 1% da população continua a enriquecer. Devemos fazer mais", pediu ela.

A canadense ressaltou ainda a importância das mídias sociais.

“Em 1992, eu era uma menina falando para um grupo. Hoje, graças à tecnologia, pelas mídias sociais temos um megafone que devemos usar para fazer as mudanças”.

O futuro que o mundo quer

Para ela, insistir em mudanças para um mundo melhor não é banalidade, é esperança para o futuro com base na expressão de pessoas ao redor de todo o mundo.

“Este é o futuro que o mundo quer: respirar ar e beber água fresca. Um mundo onde todos tenham direito a energia e aos benefícios da energia limpa do sol e dos ventos. Pobreza será problema do passado. Crianças terão o alimento de que precisam. Jovens terão direito ao trabalho, e as comunidades, o direito de progredir. Os problemas do ambiente pedem um entendimento do pensamento ecológico do planeta Terra e a Rio+20 é a oportunidade de mover para frente a agenda da sustentabilidade”, disse.

Severn lembrou que esta semana as Nações Unidas trouxeram à mesa governos, setor privado e sociedade civil para discutir a sustentabilidade.

“As nações têm que trabalhar umas com as outras. Os negócios têm que ter responsabilidade corporativa. As organizações da sociedade civil têm que ser as mais responsáveis possíveis”, pediu a jovem.

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20\(http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/juntos-somos-uma-voz-alta-demais-para-ser-ignorada-diz-canadense.html\)](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/juntos-somos-uma-voz-alta-demais-para-ser-ignorada-diz-canadense.html)

19/06/2012

Prefeitos anunciam meta de reduzir emissão de carbono em um bilhão de toneladas até 2030

Grupo C-40, composto por 59 grandes cidades, firma compromisso para adotar medidas locais de redução de emissões

por Cecília Ritto, do Rio de Janeiro

“Somos responsáveis pela maior parte da população da terra. Muito está sendo dito e pouco sendo feito. Temos ferramentas pragmáticas para atuar no sentido de acelerar o ritmo de implementação dessas medidas”, afirmou Bloomberg, em uma alfinetada à reunião dos chefes de estado no Riocentro

Se no Riocentro o documento final da [Rio+20](http://veja.abril.com.br/tema/rio-20) (<http://veja.abril.com.br/tema/rio-20>) recebe críticas pela falta de metas rígidas, prefeitos ou outras autoridades do Climate Leadership Group, conhecido como C-40, reuniram-se em evento paralelo à conferência com um objetivo claro e uma meta precisa – e ousada. A promessa é de reduzir, até 2030, as emissões em 1 bilhão de toneladas de gases-estufa. Em 2010, foram lançados na atmosfera 1,7 bilhão de toneladas pelas 59 cidades que compõem o grupo. A proposta foi anunciada pelo prefeito de Nova York e também presidente do C-40, Michael Bloomberg. Nesta terça-feira, os chefes das cidades que, juntas, respondem por 21% do PIB mundial e somam 544 milhões de habitantes, entraram no acordo para uma diminuição concreta dos poluidores. Estiveram presentes no forte 33 autoridades locais. No Brasil, fazem parte do grupo Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba.

As metrópoles do C-40 recorrerão a formas diferentes, adequadas às suas realidades, para alcançar o objetivo de reduzir a emissão. “Precisamos continuar o progresso mesmo em tempos difíceis. Temos futuro brilhante e temos o poder de realizar”, afirmou Bloomberg. “Cidades do C-40 têm imenso potencial de reduzir emissões de carbono. Até 2030 essa redução pode ser equivalente à emissão de todo um ano de México e Canadá combinados”, comparou.

O ex-presidente dos EUA Bill Clinton participou via satélite. “O mais importante que posso dizer nesta manhã é que há mais evidência hoje do que nunca de que o desenvolvimento sustentável é o único q faz sentido. Utilizamos progresso da cidade para obter eficiência energética. Los Angeles trabalha com o maior projeto de retroalimentação, substituindo lâmpadas comuns por lâmpadas de led, economizando 10 milhões de dólares por ano”, afirmou Clinton.

“Somos responsáveis pela maior parte da população da terra. Muito está sendo dito e pouco sendo feito. Temos ferramentas pragmáticas para atuar no sentido de acelerar o ritmo de implementação dessas medidas”, afirmou Bloomberg, em uma alfinetada à reunião dos chefes de estado no Riocentro.

O prefeito anfitrião, Eduardo Paes, do Rio de Janeiro, propôs a criação de metas parciais até 2030 como forma de vigiar se as cidades estão caminhando no rumo correto. A primeira data seria o ano de 2016, justamente quando o Rio recebe os Jogos Olímpicos. Um dos pontos defendidos pela cidade é a diminuição, para todos os integrantes do C-40, de 12% dos gases-estufa em quatro anos. Para o Rio, Paes alega que o objetivo pode ser alcançado sem maiores dificuldades com o fechamento de Gramacho - que reduziu as emissões em 8% - e pela instalação dos BRTS, os corredores exclusivos para ônibus articulados programados para estarem em funcionamento durante as Olimpíadas.

Acompanhe os trabalhos dos prefeitos do C-40:

Paes soube juntar dois cenários para fazer uma defesa de sua proposta: a lentidão e a burocracia oficial da conferência e a pressão sobre as cidades brasileiras, que sofrem com as chuvas. “Toda vez que emitimos gases de efeito estufa, estamos aquecendo a camada de ozônio, aumentando as temperaturas e o nível dos oceanos. No final do dia, são os prefeitos que sentem na pele. Cidades como o Rio e São Paulo têm chuvas cada vez mais intensas e problemáticas. Seria muito confortável esperar que chefes de estado fizessem tudo. Os prefeitos podem ir tomando atitudes independentemente dos grandes acordos”, pregou.

“Com os instrumentos de que dispomos, não é justo que aguardemos a tomada de decisões dos chefes de estado. A mensagem que os prefeitos querem passar é se que decisões e ações estão sendo tomadas e outra série de ações pode ser feita. Sair do discurso para a ação é objetivo do prefeito”, disse Paes.

Paes e Bloomberg traçaram como meta para o C-40 a redução de 400 milhões de toneladas de gases poluentes. Até 2030, a expectativa é de que se deixe de lançar o equivalente ao total de gases-estufa produzido pelo Brasil e México pelos próximos 18 anos. Participaram do evento de abertura do C-40 os prefeitos Michael R. Bloomberg, de Nova York, Eduardo Paes, do Rio, Gilberto Kassab, de São Paulo,

Mauricio Macri, de Buenos Aires, Eckart Wuerzner, de Heidelberg (Alemanha), Mpho Franklyn Tau, de Joanesburgo, Babatunde Fashola, de Lagos (Nigéria) e Won Soon Park, de Seul.

Fonte: [VEJA.COM > Notícias > Ciência > Meio Ambiente](http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/prefeitos-anunciam-meta-de-reduzir-emissao-de-carbono-em-um-bilhao-de-toneladas-ate-2030)(<http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/prefeitos-anunciam-meta-de-reduzir-emissao-de-carbono-em-um-bilhao-de-toneladas-ate-2030>)

19/06/2012

Acnur faz alerta na Rio+20 sobre necessidade de atender a populações obrigadas a deslocamentos forçados

por Alana Gandra, Repórter da Agência Brasil

Rio de Janeiro – O alto comissário das Nações Unidas para Refugiados, Antonio Guterres, chamou a atenção hoje (19) das lideranças mundiais para a necessidade de terem um olhar mais humanitário para as populações que se veem obrigadas a sair de suas regiões, seja por conflitos políticos, por crises econômicas e financeiras ou por desastres naturais. Guterres está no Rio de Janeiro para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

“Nós vivemos em um mundo em que não só assistimos a uma multiplicação de conflitos – nos últimos meses, Síria, Sudão – mas, também, ao fato de os velhos conflitos não terminarem, o que tem feito aumentar o número de refugiados e, cada vez mais, por períodos mais longos”, comentou o alto comissário da ONU. “Isso é dramático”.

De acordo com relatório divulgado ontem (18), pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), o ano passado registrou o recorde de 800 mil deslocamentos forçados entre fronteiras internacionais, ampliando o número de refugiados desde o ano 2000. Em todo o mundo, 42,5 milhões de pessoas chegaram ao final de 2011 em uma situação de deslocamento, dos quais 15,42 milhões como refugiados.

A esses se somam as pessoas que hoje são obrigadas a deixar suas comunidades e países porque já não há condições de vida. Segundo Guterres, isso ocorre devido à conjugação das condições climáticas com os desastres naturais, insegurança alimentar, escassez de água, desertificação em várias regiões. Ele observou ainda que, para essas pessoas, não existe um regime internacional de proteção, como há para os refugiados de guerras e perseguição.

O problema foi exposto às lideranças mundiais no ano passado, em conferência intergovernamental da ONU. “É necessário encontrar resposta para essa lacuna de proteção que existe na comunidade internacional”, apontou.

De acordo com o alto comissário, países como o México, a Costa Rica, Noruega, Alemanha e Suíça aceitaram liderar um debate mundial para encontrar novas formas de mobilização global para responder a esse novo desafio. Na falta de uma convenção tão forte como a dos refugiados, Guterres disse que gostaria de ver aprovadas, pelo menos, linhas que orientassem o comportamento dos países, ainda que de forma não obrigatória, como a ONU aprovou no caso dos deslocamentos internos.

Guterres citou como soluções possíveis o exemplo do visto humanitário, concedido pelo Brasil aos imigrantes do Haiti, ou regimes de proteção temporária, no caso de desastres naturais, adotados por alguns países. “Importaria, de alguma forma, criar um enquadramento de todas essas situações em um todo harmônico e colocá-lo como uma orientação geral dada aos estados para melhor proteger as pessoas”. Segundo ele, poderia ser um misto de reconhecimento de direitos e de ação humanitária para resolver as necessidades básicas dessas populações.

A Acnur pretende, na Rio+20, alertar os governos e a opinião pública que os problemas de sustentabilidade, se não forem resolvidos, levarão, cada vez mais, pessoas a fugirem em razão de conflitos por causa dos impactos das mudanças climáticas. “Fala-se pouco dos impactos das alterações climáticas no movimento forçado das pessoas”, observou.

Em visita na tarde desta terça-feira ao arcebispo do Rio de Janeiro, dom Orani João Tempesta, Guterres destacou o apoio que a Acnur recebe da organização Caritas no Brasil e de todo o conjunto de organizações da sociedade civil ligadas à Igreja. “São um pilar fundamental na proteção aos refugiados e na assistência a eles e na sua reintegração à sociedade brasileira. Sem esse trabalho, nós não poderíamos exercer o nosso mandato”.

Amanhã (20), Dia Mundial do Refugiado, Guterres e o diretor-geral da Organização Internacional para Migrações (OIM), William Swing, promovem, no Riocentro, o evento paralelo à Rio+20 Vulnerabilidade de Migrantes Urbanos: Desafios e Respostas.

Acompanhe a [cobertura multimídia](http://www.rio20.ebc.com.br/)(<http://www.rio20.ebc.com.br/>) da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) na Rio+20.

Edição: Lana Cristina

Fonte: [EBC - Empresa Brasileira de Comunicação > Notícias > Rio+20](http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-06-19/acnur-faz-alerta-na-rio20-sobre-necessidade-de-atender-populacoes-obrigadas-deslocamentos-forcados)(<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-06-19/acnur-faz-alerta-na-rio20-sobre-necessidade-de-atender-populacoes-obrigadas-deslocamentos-forcados>)

19/06/2012

Direitos da mulher foram moeda de troca no texto da Rio+20, diz feminista

*Termo 'direitos reprodutivos' foi retirado de rascunho por pressão de países.
Regra influencia em decisões sobre controle de natalidade no mundo.*

por Tadeu Meniconi Do G1, no Rio

Entidades de defesa dos direitos das mulheres expressaram sua decepção com o [rascunho final aprovado](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/paises-concordam-sobre-texto-da-rio20-que-sera-levado-chefes-de-estado.html) (<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/paises-concordam-sobre-texto-da-rio20-que-sera-levado-chefes-de-estado.html>) nesta terça-feira (19) pelos negociadores reunidos na Rio+20, após a exclusão da expressão "direitos reprodutivos" em um dos parágrafos do documento, que será apresentado aos chefes de Estado nesta quarta.

Segundo as organizações não-governamentais, o termo foi retirado por pressão de países muito religiosos e usado como moeda de troca na barganha por outros aspectos do texto.

“Basicamente, o que sentimos é que o direito das mulheres está sendo trocado, enquanto os diplomatas negociam o que eles pensam que seja um acordo sobre desenvolvimento sustentável”, afirmou Noelene Nabulivou, de Fiji, escolhida como representante dos movimentos femininos na Rio+20.

A Organização Mundial de Saúde define "direitos reprodutivos" como o reconhecimento do direito básico de casais e indivíduos de decidir "o número, o espaçamento e o momento de ter filhos e de ter a informação e os meios necessários para fazê-lo".

O termo também representa o direito de alcançar o padrão mais alto de saúde sexual e reprodutiva e de tomar decisões sobre a reprodução livre de discriminação, coerção e violência.

Apesar de não citar de forma direta, o texto defende “o acesso igual de mulheres e meninas a educação, serviços básicos, oportunidades econômicas e serviços de saúde”.

“São os nossos corpos. Não pertencem ao Estado, nem à Igreja, nem a ninguém mais”, reclamou a ativista fijiana. Na visão dela, o Vaticano, que participa da conferência como um observador, sem ser considerado um Estado, teve influência direta sobre o tema. “Eles mostraram claramente que isso é parte de um longo processo para regredir os direitos da mulher em todo o mundo”, acusou.

Aumento populacional

Mais do que uma questão de direito das mulheres, o controle de natalidade é importante para o desenvolvimento sustentável, já que o aumento da população acarreta diretamente na elevação do consumo no planeta. A expectativa das Nações Unidas é que em 2050 o mundo tenha 9 bilhões de pessoas, sendo que a maioria viverá nas áreas urbanas.

Quando o governo brasileiro apresentou os pontos do rascunho aprovado pelos negociadores, Antonio Patriota, ministro das Relações Exteriores, afirmou que o país era contrário à retirada do termo e reconheceu que esse foi um dos pontos em que o Brasil abriu mão de seus objetivos para não travar as negociações.

Apesar da polêmica, Nabulivou não considerou o documento um desastre e viu alguns avanços. “Mas também notamos que há partes positivas no texto em termos de retenção de responsabilidades comuns e diferenciadas. Particularmente para as mulheres no Sul, isso é muito importante”, avaliou.

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/direitos-da-mulher-foram-moeda-de-troca-no-texto-da-rio20-diz-feminista.html) (<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/direitos-da-mulher-foram-moeda-de-troca-no-texto-da-rio20-diz-feminista.html>)

19/06/2012

Bruno Covas abre assembléia geral da Rede de Governos Regionais

Rede de Governos tem três novos membros: Santa Catarina, Província Ocidental do Sri Lanka e Região de Rabat, no Marrocos



Secretário Bruno Covas é entrevistado após o encontro no Palácio da Guanabara

Foto: Pedro Calado

Fonte: <http://www.ambiente.sp.gov.br/uploads/noticias/galeria/tam2/20120619113410.jpg>



Bruno Covas na abertura da Assembleia Geral da Rede no Palácio da Guanabara

Foto: Pedro Calado

Fonte: <http://www.ambiente.sp.gov.br/uploads/noticias/galeria/tam2/20120619113451.jpg>



A Rede The Climate Group também se reuniu no Palácio da Guanabara

Foto: Pedro Calado

Fonte: <http://www.ambiente.sp.gov.br/uploads/noticias/galeria/tam2/20120619113558.jpg>

No dia 18, às 10 horas, durante os eventos paralelos da Rio+20, Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, Bruno Covas, secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e co-presidente da Sul da Rede de Governos Regionais para o Desenvolvimento Sustentável (nrg4SD), abriu a Assembleia Geral da Rede no Palácio da Guanabara, na capital carioca.

Em seu pronunciamento, Bruno Covas ressaltou a parceria entre as regiões no sentido de buscar soluções para o desenvolvimento sustentável e citou, no caso do estado de São Paulo, a meta obrigatória de reduzir emissões de dióxido de carbono em 20% até o ano de 2020, tendo como base o ano de 2005. São Paulo foi a primeira região entre os países em desenvolvimento a estabelecer uma meta de redução de carbono. “Ao fazer isso, induzimos o Governo Federal a adotar compromissos com a Convenção de Mudanças Climáticas, na Conferência das Partes (Cop -15), em Copenhague, em dezembro de 2009, e consequentemente, a promulgar uma Lei Climática no Congresso Nacional algumas semanas depois”, afirmou o secretário.

No encontro realizado durante a manhã, foram apresentados três novos membros da rede de Governos Regionais: Santa Catarina, Província Ocidental do Sri Lanka e Região de Rabat, no Marrocos. Ao todo fazem parte da rede, 53 estados parceiros na busca e sugestão de propostas que levem ao essencial e desejável desenvolvimento sustentável.

A nrg4SD agrega governos regionais e subnacionais e promove sua importância e reconhecimento junto a Organização das Nações Unidas.

Assembléia Geral do The Climate Group - No dia 18, às 15h30, no Palácio da Guanabara, a Rede The Climate Group (www.climategroup.org) promoveu a Assembléia Geral de Estados e Regiões.

Estavam presentes Ministros e Secretários de Meio Ambiente de regiões componentes da Aliança: São Paulo e Rio de Janeiro (Brasil), Quebec e Manitoba (Canadá), South Australia (Austrália), Bretanha, Rhone-Alpes, Poitou Charentes e La Reunion (França), Gales e Escócia (Reino Unido), Catalunha e País Basco (Espanha), Baviera e Renania do Norte-Westfalia e Poitou Charentes (Alemanha), Wallonia (Belgica), Quintana Roo (México) e KwaZulu Natal (África do Sul).

As autoridades anunciaram seus planos e políticas climáticas, cobrindo temas como mobilidade urbana e transportes, edificações, florestas, agricultura, produção de energia e indústria.

A ênfase tecnológica abordou veículos elétricos, financiamento à economia verde e às micro e pequenas empresas, tecnologia marítima e iluminação eficiente. Além da troca de experiências, a colaboração bilateral é particularmente incentivada pela Rede.

Estados e Regiões assinaram a Declaração do encontro, disponível na página do The Climate Group.

O Secretário Bruno Covas, em seu discurso, apresentou a meta para energias renováveis e o compromisso de recuperação vegetal no Estado de São Paulo, constantes da Estratégia de São Paulo 2020.

O compromisso com o plantio (equivalente de 200 milhões de árvores até 2015 e 400 milhões até 2020) virá da recuperação com matas nativas de 2,5% do território paulista.

Os demais compromissos até agora para 2020 são da Escócia (100 milhões), Aragão (0,9 milhão), South Austrália (1,2 milhão), Baviera (7,5 milhões), Catalunha (0,145 milhão), Gales (36 milhões), Quebec (100 milhões), Ontário (50 milhões), Manitoba (6 milhões), Renania do Norte Westfalia (3 milhões) e Poitou Charentes (1,8 milhões).

Ao final dos trabalhos, foi oferecido coquetel em comemoração aos 10 anos de atuação da Rede de Governos Regionais.

Fonte: [SMA - Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo > Notícias](http://www.ambiente.sp.gov.br/verNoticia.php?id=1413)(<http://www.ambiente.sp.gov.br/verNoticia.php?id=1413>)

19/06/2012

Exposição 'Humanidade 2012' é atração na Rio+20

Evento é aberto ao público até sexta-feira, dia 22

Ainda no dia 18, à noite, o secretário do Meio Ambiente Bruno Covas acompanhou o governador Geraldo Alckmin na exposição Humanidade 2012, promovida pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). A visita teve a presença do presidente da entidade, Paulo Skaf.



Bruno Covas e Geraldo Alckmin visitaram a exposição Humanidade 2012

Foto: Pedro Calado

Fonte: <http://www.ambiente.sp.gov.br/uploads/noticias/galeria/tam2/20120621120727.jpg>



Exposição Humanidade 2012

Foto: Pedro Calado

Fonte: <http://www.ambiente.sp.gov.br/uploads/noticias/galeria/tam2/20120621120813.jpg>

Montada no Forte de Copacabana, a iniciativa tem a assinatura da diretora e cenógrafa Bia Lessa e mescla tecnologia, educação e cultura com os temas da Rio+20. A exposição conta com diversas salas e espaços e traz atividades que dialogam entre si.

Lúdica e interativa, o destaque da exposição é na Capela, o centro do evento, onde há um pêndulo fora do eixo indicando que a terra está fora de si e que é preciso colocá-la no prumo. Para isso, 100 pessoas precisam fazer simultaneamente um mesmo movimento, simbolizando uma ação global. Há também a “biblioteca mãe”, com cerca de dez mil livros indicados por personalidades.

A sala Biodiversidade Brasileira é coberta de espelhos e fotografias impressas em tecido, o que cria uma infinidade de imagens de vegetação. Na sala Produções Humanas, há uma maquete de uma cidade fictícia que registra as linhas de abastecimento de energia, água, esgoto, entre outras. O Terraço do Olhar tem vista para a praia de Copacabana e será local de vigia: o visitante terá lentes de aumento para observar a vista com olhar para aspectos como o trânsito, a ciclovía e a sujeira deixada na praia.

“Trata-se de um espaço democrático, aberto, para que todos possam visitar. Estamos mostrando a sustentabilidade com foco no ser humano, por isso se chama Humanidade”, explica o presidente Fiesp, Paulo Skaf.

A exposição fica aberta ao público, gratuitamente, até o dia 22 de junho, de 9h às 18h, no Forte de Copacabana (Praça Cel. Eugênio Franco, Copacabana, Rio de Janeiro, RJ).

Conheça outros espaços da exposição:

- Sala Mundo em que Vivemos: o visitante é apresentado à ideia do Antropoceno e convidado a fazer uma viagem reflexiva com início no século XVIII, através de máquinas, desenhos, luz e som para mostrar a ação do homem no planeta.
- Sala Brasil Contemporâneo: dá sequência à sala “O Mundo Dividido”, formando uma espécie de tenda festiva, onde o mapa do Brasil é tecido a partir de fitas com o nome de cada país. Receberá um músico que vai tocar melodias brasileiras conhecidas do grande público.
- Recepção e apresentação do projeto: onde os visitantes terão acesso ao terreno do Forte de Copacabana e poderão passear em um jardim para aproveitar a natureza.
- Sala O Mundo Dividido: revestida externamente com fotografias de fome, pobreza, desastres e guerras. No interior, imagens de um mundo dividido em países separados, representados por suas respectivas moedas.
- Sala Homem e suas Conexões: tem o objetivo de estabelecer a ligação entre as necessidades e desejos humanos com os meios de produção industrial, educacional, tecnológico etc.
- Sala Diversidade Humana Brasileira: chão, teto e paredes também são de espelhos. Há 1800 fotografias de diversos brasileiros de diferentes raças e credos.
- Sala do Rio de Janeiro: voltada para a apresentação do Rio como uma cidade que está se preparando para o futuro. Os visitantes terão acesso ao COR (Centro de Operações Rio), espaço que monitora o Rio de Janeiro 24 horas por dia.
- Sala do Indivíduo e das Forças da Natureza: o visitante experimentará as forças da natureza e poderá deixar a sua mensagem para o futuro, que ficará exposta no Museu do Amanhã.
- Sala Museu do Amanhã: apresenta o projeto do museu de ciências voltado à exploração das possibilidades de construção de diferentes caminhos para o futuro a partir de escolhas realizadas hoje.
- Jardim dos Encontros: espaço de confluência das salas e de convivência dos visitantes coberto pelo céu de Copacabana e abraçado por uma vista privilegiada. Rodeado de bandeiras de todos os países, comemora a fraternidade entre os povos.
- Café Cultural: espaço de contemplação do mar, reflexão e shows abertos ao público.
- Auditório das Humanidades: espaço de conferências fechadas e de shows abertos ao público coberto por fotos que simbolizam diferentes grupos sociais através do mundo.

O [Humanidade 2012](http://www.humanidade2012.net/) (<http://www.humanidade2012.net/>) é uma iniciativa conjunta da Fiesp, Sistema Firjan, Fundação Roberto Marinho, Sesi-Rio, Sesi-SP, Senai-Rio, Senai-SP, com patrocínio da Prefeitura do Rio, do Sebrae e da Caixa Econômica Federal.

Fonte: [SMA - Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo > Notícias](http://www.ambiente.sp.gov.br/verNoticia.php?id=1418) (<http://www.ambiente.sp.gov.br/verNoticia.php?id=1418>)

20/06/2012

Dilma e secretário-geral da ONU alertam para 'agenda urgente' ao abrirem Rio+20



O chefe da ONU, Ban Ki-moon (esq.) e a presidente brasileira, Dilma Rousseff, abrem a Rio+20

Foto: Reuters

Fonte:

http://wscdn.bbc.co.uk/worldservice/assets/images/2012/06/20/120620160823_sp_dilma_ban_rio20_304x171_reuters.jpg

A presidente Dilma Rousseff alertou nesta quarta-feira a necessidade do mundo seguir uma "agenda urgente", ao declarar oficialmente aberta a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

A cúpula tem sido alvo de críticas por parte de ambientalistas, que consideraram tímido o texto-base da declaração final, aprovado na terça-feira.

Eleita pelos países que integram os debates como presidente da conferência, Dilma agradeceu os votos e transferiu a tarefa ao ministro brasileiro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, que assumiu os trabalhos como vice-presidente da conferência.

Dilma expressou ainda a satisfação de ver "a liderança mundial" para a qual "acorda hoje o Rio de Janeiro, para a complexa e urgente agenda do desenvolvimento sustentável".

"Não tenho dúvidas de que estaremos à altura dos desafios", acrescentou a líder brasileira, indicando que às 16h voltará a falar à plenária expondo a posição do Brasil sobre os temas que serão discutidos pelos chefes de Estado.

Já o secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, comentou diretamente o texto aprovado ontem ao manifestar descontentamento e afirmar que esperava algo mais "ambicioso".

O secretário-geral da ONU, por sua vez, deixou claro que caberá agora aos líderes mundiais, nos três próximos dias, dar a devida importância aos temas que afetam o planeta.

"A natureza não espera, a natureza não negocia com o ser humano. Temos recursos limitados na Terra, e portanto o que os países-membros acordarem aqui, agora, é importante e deve ter vontade política", disse.

Inspiração

Ele disse ainda que o Brasil tem potencial de servir como exemplo para outros países. "Na minha visão o Brasil tem muita chance de sucesso e podemos aprender e ter inspirações com os sucessos brasileiros".

Questionado sobre a expectativa de mudanças no texto aprovado, Ban disse que espera que os líderes tomem decisões cruciais tendo em vista o mundo como um todo.

"Eles são aqueles que podem tomar decisões políticas. A era em que cada chefe de Estado pensava apenas em seu próprio país já se acabou. Nosso mundo está interconectado e nossos líderes precisam pensar como cidadãos globais", indicou.

Rascunho

O primeiro dos três últimos dias da Rio+20, que agora conta com a presença de chefes de Estado e governo de todo o mundo, já começa com uma questão crucial: a timidez dos termos acordados no texto rascunho aprovado na terça-feira e a pressão para que as discussões entre os líderes resultem em mudanças para tornar a declaração final mais contundente.

O objetivo do texto é convencer a humanidade a seguir um caminho mais sustentável, reduzindo a pobreza e preservando o meio ambiente, informa o analista da BBC Richard Black.



Mais de cem líderes mundiais são aguardados para os três dias da conferência no Rio de Janeiro

Foto: Reuters

Fonte:

http://wscdn.bbc.co.uk/worldservice/assets/images/2012/06/19/120619174702_rio20_united_nations_304x171_reuters_nocredit.jpg

Fontes ligadas ao tema, entretanto, afirmaram que as discussões fomentaram uma polêmica em torno de uma série de pontos.

O documento, por exemplo, pede "uma ação urgente" contra a produção e o consumo insustentável, mas não dá detalhes nem estabelece um cronograma de como essa meta poderá ser atingida.

Por outro lado, o texto reafirma os compromissos que os países fizeram para encerrar os subsídios aos combustíveis fósseis "danosos e ineficientes".

Críticas

Entidades ligadas à defesa do meio ambiente afirmaram que o rascunho final carece de "conteúdo significativo".

Segundo o diretor de política e campanhas da organização Friends of the Earth, Craig Bennett, que acompanhou as negociações no Rio, "a minuta do texto revela que falta às negociações do Rio o poder de fogo necessário para solucionar o problema global que enfrentamos".

"Os países desenvolvidos têm falhado seguidamente em viver dentro dos limites do planeta - e agora eles precisam acordar para o fato de que, até a economia mundial se recuperar, estaremos pisando em rachaduras cada vez maiores", acrescentou Bennett.

Mais de cem chefes de Estado e governo são esperados no Rio de Janeiro para a aprovação do texto.

Entre os líderes, estará presente o recém-eleito presidente da França, François Hollande.

O primeiro-ministro inglês, David Cameron, e a chanceler alemã, Angela Merkel, não virão e serão substituídos por seus ministros.

O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, também não confirmou presença, ainda que especulações sobre sua eventual vinda tenham surgido recentemente.

A Rio+20 ocorre 20 anos depois da Eco-92, também chamada de Cúpula da Terra.

Fonte: [BBC Brasil > Notícias > Rio+20](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/06/120620_rio20_abertura_jp.shtml)(http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/06/120620_rio20_abertura_jp.shtml)

20/06/2012

São Paulo cria 250 mil hectares de área protegida na Mata Atlântica

Durante a Rio+20, governador assinou os decretos que criam Mosaicos de Paranapiacaba e Parque e Estadual Nascentes do Paranapanema (PENAP)



Geraldo Alckmin e Bruno Covas

Foto: Pedro Calado

Fonte: <http://www.ambiente.sp.gov.br/uploads/noticias/galeria/tam2/20120620194144.jpg>



Bruno Covas durante entrevista sobre a criação do PENAP

Foto: Pedro Calado

Fonte: <http://www.ambiente.sp.gov.br/uploads/noticias/galeria/tam2/20120620194303.jpg>

“O Estado de São Paulo está doando à população uma grande área de Unidades de Conservação. É um presente para as futuras gerações”, declarou o secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo Bruno Covas, durante a assinatura dos decretos que instituíram o Mosaico de Paranapiacaba e Parque Estadual Nascentes do Paranapanema (PENAP), totalizando 250 mil hectares de área preservada na Mata Atlântica, um dos biomas mais importantes em biodiversidade e também um dos mais ameaçados. A assinatura foi realizada durante o Rio+20, no dia 19, no estande de São Paulo, no Parque dos Atletas.

Secretários estaduais, deputados e ambientalistas participaram do evento, que lotou o estande do Governo de São Paulo na tarde da terça-feira. Segundo o Governador Geraldo Alckmin, “a cobertura de vegetação de São Paulo em 1992, na época da primeira Conferência das Nações Unidas no Rio de Janeiro, era de 13,5%, e agora, 20 anos depois, o estado tem 17% de áreas verdes. O estado continua criando Unidades de Conservação, como o mosaico, para chegar à sua meta de 20% de cobertura vegetal em 2020, o que representa 400 milhões de árvores que vamos plantar”, afirma.

O contínuo de Paranapiacaba – um dos principais corredores de Mata Atlântica do Brasil – está associado a dezenas de cavernas de grande importância para a conservação da geobiodiversidade e possui seis unidades de conservação, somando aproximadamente 250 mil ha. de áreas protegidas.

O PENAP, com 22mil há., compõe o grande mosaico de preservação que vai proteger cerca de mil nascentes do Paranapanema, colaborando também para a melhoria da qualidade de água e biodiversidade da região. O Mosaico é formado pelos parques estaduais Turístico Alto Ribeira (PETAR), Intervalles, Carlos Botelho, Estação Ecológica Xituê, APA Serra do Mar e o novo Parque Estadual Nascentes do Paranapanema.

Parque Nascentes do Paranapanema

O Parque Estadual Nascentes do Paranapanema (PENAP), no município de Capão Bonito, tem 22 mil hectares de matas nativas. A proposta visa proteger mil nascentes que compõe as cabeceiras do Rio Paranapanema, um dos principais do estado, em termos de abastecimento de água e geração de energia. Visa, também, aumentar a proteção de espécies extremamente ameaçadas e endêmicas, como por exemplo, o cachorro do mato vinagre (*Speothosvenaticus*); a onça-pintada (*Panthera onca*); o mono-carvoeiro (*Brachyteles arachnoides*); o bagre-cego (*Pimelodellakronei*); e o veado bororo (*Mazama bororo*) – a espécie de cervídeo mais ameaçada do Brasil.

Além da preservação da vegetação nativa e das nascentes do rio, a criação do Parque Estadual tem o objetivo de desenvolver o turismo ecológico e cultural na região, valorizando as comunidades locais e gerando alternativas sustentáveis de emprego e renda. Com a implantação do Parque, aumenta significativamente o repasse de recursos de ICMS Ecológico para os municípios envolvidos, contribuindo assim para o desenvolvimento sócioeconômico.

Homenagens

Na mesma ocasião, o governador entregou a medalha “João Pedro Cardoso” a personalidades que contribuíram para a proteção do meio ambiente. Maurice Strong, coordenador e articulador da Conferência de Estocolmo em 1972, Rio 92, e conselheiro do secretário geral da Rio+20, Maritta Weser, que foi líder do Programa de Meio Ambiente do Banco Mundial que promoveu financiamentos para proteção da Mata Atlântica, Marina Silva, ex-ministra do meio ambiente e grande lutadora das causas ambientais em nível mundial, representada por Jane Vilas Boas, Leopoldo da Silva Neves, um dos mais antigos e dedicados funcionários da Estação Ecológica Itatins, e Paulo Nogueira Neto, ambientalista do estado de São Paulo.

“O professor Paulo Nogueira Neto não ganha prestígio ao receber a medalha, ele dá prestígio a medalha. Saber que a medalha foi para no peito do professor dá mais importância a ela”, declarou o secretário do Meio Ambiente, Bruno Covas, que abriu a cerimônia.

A medalha é uma homenagem da Secretaria do Meio Ambiente, do Governo do Estado de São Paulo e da população paulista às pessoas fizeram a história do movimento ambientalista.

João Pedro Cardoso, patrono da medalha, foi engenheiro agrônomo que plantou a primeira árvore no dia que, desde então, ficou instituído como dia da árvore.

Fonte: [SMA - Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo > Notícias](http://www.ambiente.sp.gov.br/verNoticia.php?id=1415)(<http://www.ambiente.sp.gov.br/verNoticia.php?id=1415>)

20/06/2012

Secretário-geral da ONU admite que texto da Rio+20 não é ambicioso

por *Jornal do Brasil*

Em seu discurso na abertura da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, nesta quarta-feira, no Riocentro, o secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, admitiu que esperava que o rascunho final fosse mais ambicioso.

"Esperava que pudéssemos ter um documento mais ambicioso, mas as negociações são difíceis, com pontos de vista muito fortes de muitos países diferentes. Isso é o resultado de um longo e delicado processo de negociação. O documento serve para reafirmar as políticas dos líderes mundiais. O mais importante é que este documento tenha recomendações que sejam colocadas em prática pelos líderes mundiais", disse.

Ban Ki-moon destacou que agora os chefes de Estado terão três dias pela frente para entrarem em acordo e se comprometerem com políticas fortes. "Agora, essas ações devem ser apresentadas para a humanidade. Estas medidas tem de ser implantadas".



Ban Ki-moon reforçou a responsabilidade de líderes mundiais

Fonte: <http://www.jb.com.br/media/fotos/2012/06/20/300w/ban-ki-moon-reforcou-a-responsabilidade-de-lideres-mundiais.jpg>

O secretário-geral da ONU frisou ainda o exemplo que o Brasil dá para as demais nações. "O Brasil é um dos países que está despontando na economia, e tem potencial para enfrentar muitos desafios. Podemos aprender com o Brasil como enfrentar esses desafios."

Ban Ki-moon destacou ainda que, apesar do rascunho do texto estar pronto, a forma final do documento da Rio+20 está sob a responsabilidade dos líderes mundiais. "Eles é que podem fazer escolhas. Estamos contando com as lideranças. Estou pedindo a eles para atuarem como líderes mundiais. Para pensarem não apenas nos seus países, mas em todo o mundo", afirmou, destacando que os problemas ambientais no planeta estão conectados. "Se resolvermos os problemas energéticos, vão haver outros desafios pela frente. Tudo está conectado. Por isso espero que esta conferência mostre que é preciso olhar para todos os problemas de forma mais compreensiva. Queremos um pacto na Rio+20 para que possamos cumprir todos esses compromissos".

Moon parabenizou a presidência do Brasil pelos resultados das negociações. "Estamos diante de um acordo histórico, não vamos perder essa oportunidade. O mundo está nos observando para ver se seremos capazes de fazer as mudanças", disse. Ele também ressaltou que a Rio+20 não é o fim de um processo, mas apenas o começo. "Está na hora de pensarmos globalmente e localmente. Estamos lutando contra o relógio", alertou.

Fonte: [Jornal do Brasil > Notícias > Ambiental \(http://www.jb.com.br/ambiental/noticias/2012/06/20/secretario-geral-da-onu-admite-que-texto-da-rio20-nao-e-ambicioso/\)](http://www.jb.com.br/ambiental/noticias/2012/06/20/secretario-geral-da-onu-admite-que-texto-da-rio20-nao-e-ambicioso/)

20/06/2012

Alckmin participa da abertura oficial da Rio+20

Governador de São Paulo salienta importância dos governos locais



Geraldo Alckmin participa da abertura oficial da Rio+20
Foto: José Luís da Conceição



Geraldo Alckmin participa da abertura oficial da Rio+20
Foto: José Luís da Conceição



Geraldo Alckmin participa da abertura oficial da Rio+20

Foto: José Luís da Conceição

Fonte: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220117#2>

AnteriorPosteriorNesta quarta, 20, o governador Geraldo Alckmin participou da abertura da Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. "É importante participar, pois é um esforço mundial, unindo governos e sociedade civil para garantir avanços e sustentabilidade. Os governos locais têm um papel muito importante", disse.

"Estamos avançando e melhorando, é inegável em todos os indicadores. Agora, é evidente que a conferência ficou prejudicada na medida em que ela é feita num momento de grave crise internacional, onde há um grande estresse na economia mundial. Então, é o momento mais difícil, e é por isso que os estados e os governos locais podem ser mais ambiciosos e avançar mais."

A participação do governo de São Paulo no evento foi intensa, com diversos anúncios, como: apresentação de metas para o desenvolvimento sustentável do Estado; criação de um parque ecológico em São Paulo; oficialização do Mosaico de Paranapiacaba (área de preservação da Mata Atlântica); e a assinatura de um contrato de financiamento de R\$ 1,472 bilhão com o BNDES para o prolongamento da Linha 2-Verde do Metrô e modernização das estações da Linha 8-Diamante da CPTM.

Fonte: [Portal do Governo de São Paulo](http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220117#2)(<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220117#2>)

20/06/2012

São Paulo apresenta metas para o desenvolvimento sustentável na RIO+20

Preservação da Mata Atlântica e redução de 20% na emissão de CO₂ estão entre as quarenta metas da Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável do Estado

Agência FAPESP – O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, apresentou nesta terça-feira (19/06), durante a Cúpula Mundial de Estados e Regiões da RIO+20, o documento "Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável do Estado", com 40 metas a serem cumpridas até 2020.

"Nesse esforço sub-regional, o primeiro compromisso de todos nós é combater a miséria. O outro é com saneamento básico. Chegaremos a 2014 com o interior de São Paulo com 300% – 100% de água tratada, 100% de esgoto coletado e 100% de esgoto tratado", disse Alckmin.

O governador também citou que a meta vale para o litoral até o ano de 2016 e para as regiões metropolitanas até 2020.

Além das metas de erradicar a extrema pobreza até 2014 – para pessoas com renda familiar per capita de até R\$ 70 por mês – e de universalização do saneamento, outras propostas são: aumentar a participação de 55% para 69% de energias renováveis no consumo final de energia em São Paulo (hidráulica, biomassa, biogás, biodiesel, etanol, solar, eólica e resíduos sólidos); atingir 20% do território paulista com cobertura vegetal; e reduzir 20% da emissão de dióxido de carbono, tendo por base o ano de 2005.

A preservação da Mata Atlântica também é prioridade. "Em São Paulo, tínhamos 5.600 famílias em Cubatão em área de risco e vamos transferir todas. Temos até financiamento do BID em um grande esforço de recuperação da Mata Atlântica, dando moradia segura e digna a essas famílias", disse Alckmin, referindo-se ao programa estadual "Recuperação Socioambiental da Serra do Mar", o maior projeto de reassentamento habitacional por questões ambientais do mundo, de acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A estratégia destaca o papel da FAPESP em diversas áreas. "No Estado de São Paulo concentram-se boa parte dos esforços de Pesquisa e Desenvolvimento do país, em temas relacionados ao desenvolvimento sustentável. A FAPESP criou e financia três amplos programas de pesquisa, que se alinham aos temas principais da Conferência e a Economia Verde: Bioenergia (BIOEN), Biodiversidade (BIOTA) e Mudanças Climáticas Globais (PFPMCG)", descreve o documento.

Mais informações: <http://saopaulo.sp.gov.br/rio20>.

Fonte: Agência FAPESP/Radar Rio+20 >
[Notícias \(http://www.radario20.org.br/index.php?r=site/view&id=241054\)](http://www.radario20.org.br/index.php?r=site/view&id=241054)

20/06/2012

Documento final da Rio+20 privilegia a economia, diz Marina Silva

Ex-ministra do Meio Ambiente criticou o acordo firmado no evento. 'A crise econômica está sendo privilegiada [na negociação]', disse.

do G1 RJ

A ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva criticou nesta quarta-feira (20) o acordo firmado entre os 193 países que participam da Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Segundo ela, o documento proposto pelo Brasil e aceito pelos outros países privilegiou apenas a economia, e não a sustentabilidade.

"A crise econômica está sendo privilegiada [na negociação]. O documento é uma pá de cal na Rio+20", disse, em rápida entrevista concedida no fim da tarde, no Riocentro, onde ocorre o Segmento de Alto Nível da conferência, com chefes de Estado e governo dos países participantes. Em entrevistas anteriores, a ex-ministra havia usado a mesma expressão para dizer que a Rio+20 era uma "pá de cal na Rio92".



Fonte: <http://s04.video.glbimg.com/x240/2002115.jpg>

"O erro não é colocar 100 bilhões no FMI, é não colocar 100 bi em um fundo ambiental. Venceu a tese norte-americana. Prevaleceu a tese de que esforços são bilaterais. Que cada país tem que fazer as suas ações. Há um consenso de que o documento não é satisfatório", disse.

Reação das ONGs

Assim como Marina, organizações não-governamentais (ONGs), descontentes com os resultados da Rio+20 até agora, querem que a expressão "com plena participação da sociedade civil" seja removida do parágrafo introdutório do documento-base da conferência. "As ONGs não apoiam esse texto de maneira nenhuma", disse Wael Hmaidan, da Climate Action Network International, que discursou em nome do chamado "major group" de organizações sociais na abertura da sessão de alto nível da conferência, na manhã desta quarta.



Manifestantes tomam o Centro do Rio no começo desta noite (Foto: Fábio Motta/AE)Manifestantes tomam o Centro do Rio no começo desta noite

Foto: Fábio Motta/AE

Fonte: http://s2.glbimg.com/oAtoj5Bi0HE0xBrxXBEdJBYRMNvlz1-O0BTO5Li6cJloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/20/protesto4.jpg

Segundo Hmaidan, o documento aprovado pela diplomacia, intitulado "O Futuro que Queremos", está "totalmente fora de contato com a realidade". "Exigimos que as palavras 'com plena participação da sociedade civil' sejam removidas do texto", disse Hmaidan, para uma audiência que incluía vários ministros, presidentes e outros chefes de Estado. Uma petição online, até agora assinada por mais de 35 ONGs (incluindo duas brasileiras: Vitae Civilis e Idec), critica o processo de negociação da ONU e pede mais participação da sociedade civil nas decisões.

A frase que as ONGs querem alterar é o primeiro parágrafo do documento que descreverá os resultados da Rio+20, se aprovado formalmente pelos chefes de Estado ao final da conferência, nesta sexta-feira. O trecho diz: "Nós, chefes de Estado e de governos e representantes de alto escalão, tendo nos reunido no Rio de Janeiro, Brasil, de 20 a 22 de junho de 2012, com plena participação da sociedade civil, renovamos nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável e com assegurar a promoção de um futuro economicamente, socialmente e ambientalmente sustentável para o nosso planeta e para as gerações presentes e futuras".

Manifestação nas ruas

Milhares de pessoas ocuparam a Avenida Rio Branco, no Centro do Rio de Janeiro, na tarde desta quarta, em protesto coletivo realizado em função da Rio+20. Segundo estimativa da Polícia Militar divulgada às 18h30, cerca de 20 mil pessoas acompanhavam a passeata.

Carros de som, bandeiras, faixas, artistas e até uma escola de samba apoiavam as mais variadas causas, em um clima pacífico. Segundo o Centro de Operações Rio, devido aos protestos, a pista lateral da Avenida Presidente Vargas chegou a ter duas faixas interditadas, mas, às 16h35, foi liberada.

Ativistas de meio ambiente, trabalhadores rurais e urbanos, estudantes, professores e índios desfilavam pela avenida separados por espécies de alas, um grupo na frente do outro, lembrando, do alto, os desfiles carnavalescos na Marquês de Sapucaí.

Alguns cantavam em coro (com direito a coreografia), outros apitavam de cara pintada e líderes de movimentos comandavam os seus companheiros de ideais ao microfone.



Protesto toma a Avenida Rio Branco, no Centro do Rio, na tarde desta quarta

Foto: Rodrigo Gorosito/G1

Fonte: http://s2.glbimg.com/GhKGzouZeLnsUsuxF7IMgIMGmh3ciNuzrqdMM9kCH-Zloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/20/estamos-em-luto.jpg



Fonte: <http://s01.video.glbimg.com/x240/2003908.jpg>

Durante a interdição, o trânsito foi desviado pela CET-Rio para as ruas Carmo Neto, Benedito Hipólito e Marquês de Pombal.

No sentido oposto, na Praça da Bandeira, o desvio foi pela Avenida Marechal Floriano. A CET-Rio colocou 95 agentes para monitorar o trânsito no local.

A Avenida Rio Branco ficou interditada por mais de quatro horas, na altura da Avenida Presidente Vargas. A retenção chegou até a Avenida Francisco Bicalho e Rua Francisco Eugênio, na Zona Portuária da cidade.



Manifestação deixa o tráfego lento na Avenida Rio Branco, nesta quarta-feira (20)

Foto: Rodrigo Gorosito/G1

Fonte: http://s2.glbimg.com/DI0SICGhNHtXkS12LXs-eXOqGD0gYGJJ1bCU3uyL7ploz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/joyg1/f/original/2012/06/20/manifestacao.jpg

Outro protesto, que também aconteceu no Centro da cidade nesta tarde, reuniu [funcionários em greve da Cedae](http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/06/em-greve-funcionarios-da-cedae-fazem-apitaco-no-centro-do-rio.html) (<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/06/em-greve-funcionarios-da-cedae-fazem-apitaco-no-centro-do-rio.html>), concessionária pelo abastecimento de água. A categoria fechou uma faixa da Avenida Presidentes e realizou um "apitaco".

Também nesta tarde, [cerca de 100 jovens protestaram](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/jovens-protestam-no-centro-do-rio-contra-copa-e-favor-da-maconha.html) (<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/jovens-protestam-no-centro-do-rio-contra-copa-e-favor-da-maconha.html>) no Centro da cidade. Entre as reivindicações, os manifestantes reclamavam dos investimentos na Copa de 2014 e cobravam a legalização da maconha.

Samba

Até uma escola de samba participou da manifestação. Convidada pelo alemão Holgen Güssefeld, idealizador do [Bread Tank \(tanque de pães\)](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/morro-santa-marta-recebe-tanque-feito-de-paes.html) (<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/morro-santa-marta-recebe-tanque-feito-de-paes.html>), que faz sucesso na Rio+20, a Acadêmicos de Vigário Geral serviu como abre-alas da obra, com passistas, inclusive uma mirim, e ritmistas.

"O tanque é um exemplo de transformação de uma coisa ruim em uma boa. Se esta transformação se realizar no mundo, será razão de alegria, aqui representada pela escola de samba", explicou o colaborador do World Future Council.

Em meio a marcha, por volta das 16h, um grupo de 20 índios caminhou em sentido contrário à passeata, carregando um toco de madeira, em protesto contra o desmatamento. Algumas pessoas ficaram assustadas, mas não houve tumulto.



"Árvore" participa da Marcha Global da Rio+20

Foto: Vanderlei Almeida/AFP

Fonte: http://s2.glbimg.com/1-Xxft6Ly5u1hwbm9hMnp53lo5gzUvldgAWWOptCjFfIoz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/20/arvore-na-rio20.jpg

Crianças, como o pequeno João Guilherme, de 3 anos, também foram bem-vindas na marcha. Trazido pelo pai, o funcionário público, Paulo Nagae, o pequeno parecia se divertir em meio à barulheira. "Acho que um evento dessa magnitude, dessa nobreza, tem que ser prestigiado. É uma obrigação para nós estar aqui e acho importante trazer ele para dar o exemplo", disse o pai.

Para mais informações sobre o trânsito no Rio, você pode acompanhar as [câmeras do G1](http://radar.g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro) (<http://radar.g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro>) e consultar a tabela com as condições das principais vias.

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/documento-final-e-pa-de-cal-na-rio20-diz-marina-silva.html) (<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/documento-final-e-pa-de-cal-na-rio20-diz-marina-silva.html>)

20/06/2012

Sustentabilidade não é entrave para crescimento, diz Hollande

Presidente da França discursou na plenária da Rio+20.

'Desenvolvimento sustentável não é entrave, é oportunidade', disse.

do G1, no Rio

O presidente da França, François Hollande, afirmou nesta quarta-feira (20) na Rio+20 que o desenvolvimento sustentável deve ser uma causa planetária e não deve ser visto como um entrave para o crescimento econômico.



Fonte: <http://s03.video.glbimg.com/x240/2003846.jpg>

“O desenvolvimento sustentável não é um entrave, é uma oportunidade”, afirmou em sua fala oficial na plenária da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, acrescentando que o tema não pode ser utilizado para “fomentar a oposição entre norte e sul”.

“O desenvolvimento sustentável é uma causa planetária e uma questão vital para todo o mundo”, afirmou o presidente da França.



O presidente da França, François Hollande, durante entrevista na Rio+20

Foto: Alexandre Durão/G1

Fonte: http://s2.glbimg.com/T-JcYvjIW32qYtxdaCoXTE145yBS0x3JoMXSTA7ExFloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/20/hollande.jpg

Hollande congratulou o Brasil, destacando que o país é uma referência “tanto no norte quanto no sul” em questões de desenvolvimento.

“Eu gostaria também de adotar compromissos em nome do meu país”, afirmou. “Esses resultados significativos ainda estão aquém das nossas responsabilidades e das nossas expectativas”, continuou. “A luta contra a pobreza e a defesa do meio ambiente serão prioridades absolutas nos cinco anos que terei à frente da França”, acrescentou.

'Texto é objeto de compromisso e não pode ser mudado'

Durante entrevista coletiva concedida durante a tarde, Hollande disse que não pretende propor alterações ao texto aprovado pelas delegações ao longo da semana “pois é objeto de compromisso e não pode ser modificado”.

“Esse texto para mim é uma base, e trabalharei para a criação de um órgão verdadeiro para unir essas conferências, pois os temas acabam se evacuando. Se houvesse uma agência para os assuntos envolvendo meio ambiente e desenvolvimento sustentável poderiam ser debatidos ao mesmo tempo com mais eficiência”, disse ele, elogiando a proposta de fortalecimento do Pnuma (Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente), mas afirmando que é necessário haver um órgão com nível de agência dentro das Nações Unidas para aglutinar debates e formulação de políticas sobre o tema.

Hollande, que esteve ao longo do dia com a presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, disse que a crise econômica global existe e, enquanto muitos acham que neste momento a questão ambiental pode ser deixada de lado, ele acredita que o desenvolvimento sustentável e a economia verde são formas de sair da crise.

“Esse tema foi debatido no G-20. Há um temor por parte de países, mas quero discutir e lutar contra o protecionismo”, disse o presidente.

Hollande, que chegou a considerar risco de fracasso na Rio+20, disse que reviu sua opinião e hoje não vê mais riscos. “A presidente do Brasil fez com que fossem possíveis certos compromissos, principalmente quanto à organização do desenvolvimento. Algumas etapas foram conquistadas. Há quem veja o copo meio cheio e meio vazio, mas a ideia é sempre progredir e não ocultar o que não está no texto”, disse ele, insistindo na necessidade de criação de uma agência sobre o tema.

Imposto para ajudar no desenvolvimento sustentável

O presidente francês falou ainda sobre a pobreza no mundo e pediu mais recursos. “Temos um comprometimento no combate à pobreza. Lutei muito e hoje falo como presidente e me comprometi para que impostos sejam direcionados a investimentos sociais. Queria dar um exemplo de um novo conceito com a mobilização para a agricultura e conceitos de solidariedade e justiça social. Por isso vim aqui logo no início de meu mandato”, disse ele, lembrando que na Rio-92 o então presidente François Mitterrand se comprometeu com o desenvolvimento “e a continuidade ganhou um impulso aqui”.

Sobre os protestos de entidades civis em relação ao texto aprovado pelas delegações da Rio+20, Hollande disse que “alguns quiseram fazer esta conferência mais sobre economia, mais sobre economia verde, em vez de trabalhar a ecologia, que se deteriora, principalmente na biodiversidade e nos oceanos”.

Segundo disse, ecologia não é uma panaceia, mas um meio de desenvolvimento e criação de postos de trabalhos. E para alcançar metas, disse ele, é preciso taxar transações.

“Muitos países são contra essas taxas, mas dentro desse quadro de cooperação é preciso estabelecer que parte da receita de imposto seja direcionada ao desenvolvimento social. Vamos lutar contra a pobreza e fazer disso uma meta de desenvolvimento sustentável”, concluiu.

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20\(http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/sustentabilidade-nao-e-entrate-para-crescimento-diz-hollande.html\)](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/sustentabilidade-nao-e-entrate-para-crescimento-diz-hollande.html)

20/06/2012

China promete fundo ambiental em países em desenvolvimento

Na Rio+20, premiê Wen Jiabao assumiu compromisso de US\$ 6 milhões. Líder reforçou 'responsabilidades comuns, porém diferenciadas'.

por Tadeu Meniconi Do G1, no Rio



Wen Jiabao fala aos chefes de Estado e governo no Rio de Janeiro. (Foto: Reprodução) Wen Jiabao fala aos chefes de Estado e governo no Rio de Janeiro.

Foto: Reprodução

Fonte: http://s2.glbimg.com/bsYDJFpCCcZALc6PSkN4Y0uiAsubHzllhJaserO5Htloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/20/wen-jiabao-3.gif

A China anunciou nesta quarta-feira (20) a criação de um fundo internacional para auxiliar outros países em desenvolvimento em programas de proteção ao meio ambiente.

O primeiro-ministro Wen Jiabao afirmou em discurso na Rio+20, a conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, que seu país vai contribuir com US\$ 6 milhões para países mais pobres, sobretudo os africanos, e colaborar com tecnologia, com estações de previsão do tempo e investimentos na agroindústria, por exemplo.

(Correção: Ao ser publicada, esta reportagem informava que o fundo proposto pela China era de US\$ 6 bilhões. O valor correto é US\$ 6 milhões. A informação foi corrigida às 19h04.)

“A China é um país em desenvolvimento pronto para assumir suas responsabilidades em frente ao mundo”, afirmou Jiabao.

No discurso, o líder chinês foi enfático ao defender o princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, pelo qual os países mais ricos devem ter um maior compromisso em relação ao meio ambiente, já que estão poluindo há mais tempo.

“O processo global de desenvolvimento sustentável não é um processo equilibrado. A brecha entre Norte e Sul aumenta cada vez mais”, apontou. “Precisamos reconhecer que os países estão em fases de desenvolvimento diferentes”.

“Não há mais continentes a serem descobertos, preservar o desenvolvimento sustentável é a única escolha que temos”, completou Jiabao, em clara referência ao período do colonialismo.

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/china-promete-fundo-ambiental-em-paises-em-desenvolvimento.html)(<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/china-promete-fundo-ambiental-em-paises-em-desenvolvimento.html>)

20/06/2012

Greenpeace: discurso de Dilma mostra visão 'divorciada da realidade'

O Greenpeace criticou o discurso da presidente Dilma Rousseff durante a abertura da Cúpula de chefes de Estado e de governo da Rio+20. Para a organização ambiental, a fala de Dilma "reflete uma visão divorciada da realidade".

"Enquanto ela falava sobre 'coragem', 'ambição', 'responsabilidade' e 'urgência', o documento aprovado ontem pelos mais de 190 países representados na conferência está vazio de metas, compromissos e ações", diz a ONG em nota.

No final do discurso, Dilma diz que "as futuras gerações aguardam nossas decisões". Para o Greenpeace, após a conferência, "elas terão provavelmente de esperar ainda mais". "Esse processo foi criado para uma nova negociação começar em 2015 - e o planeta, que já vive consequências das mudanças climáticas, ameaça à biodiversidade e sob desigualdade crescente entre os povos, não pode esperar mais."

A ONG ainda criticou a fala de Dilma quando celebra a redução do desmatamento, mas esquece da aprovação do criticado Código Florestal. "Ela exaltou a matriz energética limpa do Brasil, enquanto o Plano Nacional de Energia direciona investimentos do setor para o pré-sal, carvão, nuclear e megahidrelétricas na Amazônia - a despeito do enorme potencial de vento e sol disponível no País."

Sobre a Rio+20

Vinte anos após a Eco92, o Rio de Janeiro volta a receber governantes e sociedade civil de diversos países para discutir planos e ações para o futuro do planeta. A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que ocorre até o dia 22 de junho na cidade, deverá contribuir para a definição de uma agenda comum sobre o meio ambiente nas próximas décadas, com foco principal na economia verde e na erradicação da pobreza.

Depois do período em que representantes de mais de 100 países discutiram detalhes do documento final da Conferência, o evento se prepara para ingressar na etapa definitiva. De hoje até sexta, ocorrerá o Segmento de Alto Nível da Rio+20 com a presença de diversos chefes de Estado e de governo de países-membros das Nações Unidas.

Apesar dos esforços do secretário-geral da ONU Ban Ki-moon, vários líderes mundiais não estarão presentes, como o presidente americano Barack Obama, a chanceler alemã Angela Merkel e o primeiro ministro britânico David Cameron. Além disso, houve impasse em relação ao texto do documento definitivo. Ainda assim, o governo brasileiro aposta em uma agenda fortalecida após o encontro.

Fonte: [TERRA.COM > Notícias > Economia > Sustentabilidade > Rio+20](http://invernia.terra.com.br/sustentabilidade/rio20/noticias/0,,O15849255-EI20323,00-Greenpeace+discurso+de+Dilma+mostra+visao+divorciada+da+realidade.html)(<http://invernia.terra.com.br/sustentabilidade/rio20/noticias/0,,O15849255-EI20323,00-Greenpeace+discurso+de+Dilma+mostra+visao+divorciada+da+realidade.html>)

20/06/2012

Izabella Teixeira defende texto final da Rio+20 mas admite dificuldade em convencer países ricos a colaborar

por Renata Girdali e Carolina Gonçalves, Enviadas Especiais da Agência Brasil

Rio de Janeiro – A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, defendeu hoje (20) o conteúdo do documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20. Segundo ela, houve avanços na proteção da biodiversidade, na revisão do modelo de riqueza, na regulação dos oceanos e na erradicação à pobreza. Mas a ministra reconheceu que a principal dificuldade foi convencer os países ricos a assumir compromissos para investir mais recursos nas propostas.

“Houve, sim, dificuldades para que países desenvolvidos alocassem mais recursos”, disse a ministra, referindo-se às dificuldades dos negociadores em fechar cifras no documento final devido às resistências dos representantes da União Europeia, dos Estados Unidos e do Japão principalmente. Os países ricos argumentaram dificuldades causadas pelos impactos da crise econômica internacional.

Izabella Teixeira acrescentou ainda que o Brasil insistiu na inclusão da expressão “direitos reprodutivos” em relação às mulheres e em definições específicas dos meios de implementação (metas, objetivos e financiamentos). Mas, segundo ela, a falta de acordo não permitiu a inclusão do tema no documento final.

Ao longo desta quarta-feira, líderes políticos estrangeiros, além de representantes de organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais e sociedade civil criticaram o conteúdo do documento. As ONGs pediram, inclusive, para serem excluídas das menções de apoio ao texto.

O secretário executivo da delegação do Brasil na Rio+20, embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, disse, no entanto, que tais resistências não foram apresentadas até ontem (19) quando houve a conclusão das negociações. “O nível de ambição do texto é de responsabilidade coletiva. Não é de um ou outro país apenas”, disse Figueiredo.

Acompanhe a cobertura multimídia da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) na Rio+20.

Edição: Lana Cristina

Fonte: [EBC - Empresa Brasileira de Comunicação > Notícias > Rio+20\(http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-06-20/izabella-teixeira-defende-texto-final-da-rio20-mas-admite-dificuldade-em-convencer-paises-ricos-colab\)](http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-06-20/izabella-teixeira-defende-texto-final-da-rio20-mas-admite-dificuldade-em-convencer-paises-ricos-colab)

20/06/2012

Durão Barroso diz que União Europeia está comprometida com programa ambicioso de desenvolvimento sustentável

por Vitor Abdala, Repórter da Agência Brasil

O presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, disse hoje (20), na Rio+20, que “o planeta e os países mais pobres não podem esperar mais”. Segundo ele, todos os países têm responsabilidades na busca pelo desenvolvimento sustentável e que a União Europeia está comprometida com um programa ambicioso.

POLÊMICAS DO TEXTO

- Dilma ressalta erradicação da pobreza como objetivo da Rio+20
- Negociador brasileiro critica países ricos e descarta alterações no texto-base
- Presidente francês defende criação de imposto para financiar desenvolvimento sustentável
- Em discurso rápido, Ahmadinejad fala em amor e compaixão
- Bastidores: plenário da ONU lembra bagunça na sala de aula

“O desenvolvimento sustentável é um programa de ação para que os sonhos dos nossos filhos sejam possíveis e que eles sejam felizes. Precisamos fechar as brechas entre as ambições e as necessidades futuras”, ressaltou.

Segundo Barroso, o documento final da conferência trouxe avanços como a criação do Fórum Político de Alto Nível e o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). Mas, segundo ele, para haver progresso no desenvolvimento sustentável é preciso haver instrumentos financeiros corretos.

O presidente da União Europeia disse que a Assistência Oficial de Desenvolvimento (ODA) será importante para esse avanço e que a União Europeia permanecerá o maior e principal doador de recursos. Segundo ele, de 2012 a 2015, os europeus devem investir 8 bilhões de euros nos três pilares do desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental) e 400 milhões de euros na eficiência energética.

Fonte: [UOL > Notícias > Rio+20](http://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2012/06/20/durao-barroso-diz-que-uniao-europeia-esta-comprometida-com-programa-ambicioso-de-desenvolvimento-sustentavel.htm)(<http://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2012/06/20/durao-barroso-diz-que-uniao-europeia-esta-comprometida-com-programa-ambicioso-de-desenvolvimento-sustentavel.htm>)

20/06/2012

Alckmin assina com BNDES empréstimo de R\$ 1,47 bi para mobilidade urbana

Financiamento é para o prolongamento da Linha 2-Verde do Metrô e modernização das Estações da Linha 8 da CPTM

por José Luís da Conceição



Governador Geraldo Alckmin assina contrato de financiamento com o BNDES para investimentos em mobilidade urbana

Fonte: http://saopaulo.sp.gov.br/bancolmagens/albums/9503/_c45881.jpg

O governador Geraldo Alckmin assinou nesta quarta, 20, no Rio de Janeiro, um contrato de financiamento de R\$ 1,472 bilhão com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o prolongamento da Linha 2-Verde do Metrô e modernização das estações da Linha 8-Diamante da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM).



Financiamento de R\$ 1,47 bi é destinado ao prolongamento da Linha 2-Verde do Metrô e modernização das estações da Linha 8-Diamante da CPTM

Fonte: http://saopaulo.sp.gov.br/bancolmagens/albums/9503/_c45882.jpg

Os recursos serão investidos em obras que facilitarão o dia-a-dia da população da capital e da Região Metropolitana de São Paulo. "O BNDES tem sido um grande parceiro em São Paulo para o desenvolvimento do Estado e hoje foram assinados dois contratos importantíssimos, quase R\$ 1,5 bilhão", destacou o governador.

Do total do financiamento, R\$ 922 milhões serão destinados ao prolongamento da Linha 2-Verde do Metrô, referente ao sistema de monotrilho, que até 2016 vai ligar Vila Prudente e Cidade Tiradentes. Com 24,5 km de vias elevadas, o monotrilho terá 17 estações e 54 trens serão comprados para toda a linha, atendendo 550 mil passageiros por dia. A extensão total está orçada em R\$ 4,9 bilhões. Em 2013, será inaugurado o primeiro trecho, entre Vila Prudente e Oratório. Até 2014, o segundo trecho, entre Oratório e São Mateus, entra em funcionamento.

O Governo do Estado usará R\$ 550 milhões do empréstimo firmado com o BNDES na modernização das estações da Linha 8-Diamante, da CPTM, que faz a ligação entre a estação Júlio Prestes e Itapevi, passando ainda por Osasco, Carapicuíba, Barueri e Jandira em 41 km de extensão. Hoje, a linha atende 440 mil passageiros por dia útil. Além dos recursos provenientes do BNDES, o governo estadual investirá mais R\$ 94,3 milhões nas estações da Linha 8-Diamante. "As estações da CPTM serão praticamente reconstruídas, com acessibilidade, modernidade, conforto e segurança", disse Alckmin.

Fonte: [Portal do Governo do Estado > SP Notícias](http://saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220100&c=6) (<http://saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220100&c=6>)

20/06/2012

Ações de São Paulo impressionam PNUMA

Reuniões foram realizadas pela rede ao longo do dia



Bruno Covas e Fred Ni

Foto: Pedro Calado

Fonte: <http://www.ambiente.sp.gov.br/uploads/noticias/galeria/tam2/20120620193406.jpg>



PNUMA se impressionou com as ações do estado de São Paulo

Foto: Pedro Calado

Fonte: <http://www.ambiente.sp.gov.br/uploads/noticias/galeria/tam2/20120620193454.jpg>

Durante o coquetel oferecido pela Rede de Governos Regionais (nrg4SD), na noite de segunda-feira, 18, o secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo Bruno Covas conversou com o presidente do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) Achim Steiner sobre o encontro. Presente nas reuniões realizadas pela rede ao longo do dia, o presidente Steiner confidenciou que ficou surpreso com as realizações e os números de São Paulo apresentados pelo secretário. "Fiquei realmente impressionado com o que São Paulo fez e vem fazendo. O estado é uma fonte de inspiração", ressaltou.

Frota Verde

Na mesma noite, Bruno Covas conversou também com Fred Ni, vice-presidente da BYD Motor INC (América do Sul), sobre o interesse da empresa em investir em ônibus movido a energia elétrica. São Paulo seria um dos estados que a empresa destaca e deseja iniciar conversações. Um novo encontro será marcado.

Fonte: [SMA - Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo > Notícias](http://www.ambiente.sp.gov.br/verNoticia.php?id=1414)(<http://www.ambiente.sp.gov.br/verNoticia.php?id=1414>)

21/06/2012

Quatro países bloquearam a proteção aos oceanos

por Julio Godoy, da IPS

Rio de Janeiro, Brasil, 19/6/2012 (TerraViva) – Três países industrializados – Estados Unidos, Canadá e Japão – e a Rússia bloquearam um avanço substancial na proteção dos oceanos na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, no Rio de Janeiro, de acordo com ativistas ambientais.

O projeto final da declaração conjunta a ser aprovada pela sessão plenária da Rio+20 expressa um compromisso geral para “proteger e restaurar a saúde, produtividade e resistência dos oceanos”, mas deixam de abordar diretamente as questões mais prementes da conservação marinha. Estas incluem um regime de governança eficiente para o alto mar, por meio da criação de áreas marinhas protegidas, da redução da pesca de espécies ameaçadas, e da proteção das de alto mar contra a chamada biofertilização, proposta por alguns cientistas como forma de impedir ou reduzir a acidificação da água do mar causada pela mudança climática.



Neste recife em Bonaire, o coral verde-oliva está vivo, mas o coral cinza malhado está morto.

Foto: Living Oceans Foundation/IPS

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Chamada512.jpg?9d7bd4>

Outra questão vital é a garantia de acesso e a distribuição dos benefícios dos recursos marinhos entre as nações. Os cientistas concordam que a biodiversidade marinha está severamente ameaçada devido à mudança climática, que está aumentando a acidificação da água do mar, a pesca predatória, principalmente pelos países industrializados, e a poluição em geral.

De acordo com Susan Brown, diretora de política global e regional do Fundo Mundial para a Natureza (WWF), “quatro países são culpados pelo mundo não avançar na proteção dos oceanos.” Estes quatro países – Estados Unidos, Canadá, Japão e Rússia – “bloquearam todas as tentativas para alcançar um acordo ambicioso em matéria de proteção dos oceanos. Estamos profundamente desapontados”, afirmou Brown ao TerraViva.

Outros especialistas concordam com as opiniões de Brown. Susan Lieberman, vice-diretora de política internacional do Pew Environment Group, disse que a declaração final da Rio+20 “reconhece que há inúmeras questões urgentes a resolver para garantir a saúde dos oceanos, (mas) ao mesmo tempo é pedido um par de anos para começar a fazer algo. É uma vergonha”, acrescentou.

Susanne Fuller, da Alliance High Seas, lamentou que “nenhum compromisso real foi assumido no Rio de Janeiro para proteger os oceanos”. O que a Rio+20 decidiu “é uma promessa de que vai esperar três anos para decidir se deve ou não agir. Nós não temos tempo para esse absurdo”, enfatizou.

Outros cientistas participantes na Rio +20 falaram sobre a situação preocupante dos oceanos. Axel Rogers, professor de biologia marinha na Universidade de Oxford, relatou ao TerraViva sobre sua pesquisa recente no sul do Pacífico. “Eu vi devastação além da imaginação. Arrastos de águas profundas com redes finas estão simplesmente destruindo toda a vida e o solo marinho. Existem grandes áreas do sul do Oceano Pacífico que já estão privadas de qualquer vida”, alertou.

Até mesmo os líderes de instituições internacionais expressaram seu desapontamento com o acordo alcançado no Rio de Janeiro, no que se relaciona com a proteção dos mares. Monique Barbut, ex-diretora-executiva da Global Environment Facility, maior instituição financeira pública para projetos ambientais, contou que tinha “reservas” sobre o acordo, especialmente em relação à proteção dos oceanos.

Em muitos casos, destacou, “só uma moratória imediata da pesca e embargo sobre o consumo” permitiria a recuperação de espécies marinhas ameaçadas, como o atum de barbatana azul do Mediterrâneo. E tal moratória imediata é simplesmente impossível – vários países-membros da União Europeia, em especial França e Espanha, nunca aprovariam essa ação.

* *Publicado originalmente no site [Terra Viva](http://www.ips.org/TV/rio20/quatro-paises-bloquearam-a-protecao-aos-oceanos/)(<http://www.ips.org/TV/rio20/quatro-paises-bloquearam-a-protecao-aos-oceanos/>).*

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/quatro-paises-bloquearam-protecao-aos-oceanos/)(<http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/quatro-paises-bloquearam-protecao-aos-oceanos/>)

21/06/2012

Energia Sustentável para Todos tem investimento de US\$ 50 bilhões

Diretor da ONU diz que governos e empresas se envolveram em iniciativa. 'Queremos acesso universal à energia até 2030', disse o diretor.

do G1, RJ



Kandeh Yumkella, o segundo à esquerda, fala sobre energia sustentável na Rio+20

Foto: Lilian Quaino/G1

Fonte: http://s2.glbimg.com/4OC9coW6aXIUK_GF2GPszceXH-nefeh8N4C0zl_7IkNloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/21/energiaeditada.jpg

Kandeh Yumkella, diretor das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Indústria, disse na tarde desta quinta-feira (25) que 800 empresas, além de governos, já investiram nos últimos dois meses US\$ 50 bilhões em programas dentro da iniciativa Energia Sustentável para Todos. O anúncio foi feito no Riocentro, onde acontecem as plenárias dos chefes de Estado para analisar o documento da Rio+20.

Ele disse ainda que mais de 50 governos da África, da Ásia e da América Latina assumiram compromissos para desenvolver projetos de energia sustentável.

“Queremos acesso universal à energia até 2030”, disse, explicando ainda que o programa prevê um aumento de eficiência em energia de 2% ao ano e que de 20% a 30% da energia usada venha de fontes renováveis.

O primeiro-ministro de Barbados, Freundel Stuart, um dos líderes do movimento Energia Sustentável para Todos, ressaltou que energia sustentável é questão de sobrevivência para pequenos países insulares.

“Da mesma maneira com que o clima ameaça a biodiversidade dos países, o custo da energia ameaça o futuro dessas populações. Gastamos mais na importação de petróleo que em educação e saúde”, disse.

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20\(http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/energia-sustentavel-para-todos-tem-investimento-de-us-50-bilhoes.html\)](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/energia-sustentavel-para-todos-tem-investimento-de-us-50-bilhoes.html)

21/06/2012

A Rio+20 que não queremos



Da esquerda para a direita: Ricardo Young, Pedro Telles (Vitae Civilis), Luis Flores (Consumers International), Svern Suzuki, Wael Hmaidan (Climate Action Network), Rubens Born (Vitae Civilis), Sharan Burrow (ITUC), Kumi Naidoo (Greenpeace) e Camilla Toulmin (IIED)

Fonte: <http://vitaecivilis.org/vc2012/images/stories/Imagens/Artigos/turma.JPG>

Ambientalistas, ativistas e cientistas protocolam carta aos chefes de Estado em que manifestam decepção com o resultado das negociações

Um grupo de indivíduos com atuação destacada no campo do desenvolvimento sustentável protocolou nesta quinta-feira (21), na cúpula de alto nível da Rio+20, uma carta de repúdio à versão atual da declaração “O Futuro que Queremos”. O texto, negociado por diplomatas na fase preparatória, deve ser aprovado pelos Chefes de Estado e de Governo sem maiores modificações.

Entre as personalidades que subscrevem a carta estão o cientista americano Thomas Lovejoy, que introduziu o conceito de “diversidade biológica” no mundo acadêmico, os ex-ministros brasileiros Marina Silva e José Goldemberg, o ambientalista Fabien Cousteau, o cacique Raoni Metuktire e a ativista canadense Severn Suzuki, conhecida pelo discurso na conferência Rio-92 quando tinha apenas 12 anos.

Para os signatários, a declaração atual é fraca, está “muito aquém da importância e da urgência dos temas abordados” e “não assegura resultados concretos”.

Veja o que disseram alguns representantes do grupo, em evento de divulgação no Riocentro, e, logo abaixo, a carta na íntegra com a lista atualizada de assinaturas até a noite de quinta-feira.

Kumi Naidoo, diretor-executivo do Greenpeace Internacional: “Infelizmente a Rio+20 está se tornando a ‘Riomenos20’. Claramente este documento carece de ambição, de visão e é uma demonstração da

inabilidade dos negociadores e governos de irem além das agendas nacionais e de seus próprios interesses”.

Sharan Burrow, secretária-geral da International Trade Union Confederation: “A falta de coragem dos chefes de Estado que chegaram aqui e concordaram com um texto fechado sobre o qual não discutiram uma linha é um choque para nós. Vir até aqui para não fazer nada é um enorme desperdício. Palavras não são suficientes. Um processo sem metas, datas e inclusão da sociedade é inadmissível”.

Severn Suzuki, ativista canadense: “Vinte anos atrás eu estive aqui neste mesmo lugar. Estive aqui porque acreditei que estaria falando com líderes que podiam mudar o mundo. Passei os últimos 20 anos trabalhando de boa fé. E agora volto ao Riocentro. Todo mundo sabe: nós falhamos no esforço de conseguir uma transformação sustentável. Mas podemos reconhecer que é um momento histórico. O que significa quando líderes mundiais se juntam e não podem trabalhar para o bem da humanidade? Membros da imprensa e da sociedade aqui presente: vamos devolver ao resto do mundo uma mensagem de que nós temos uma falha em nosso sistema de governança mundial. Não sou mais jovem, mas sou mãe como muitas de vocês e como vocês eu farei qualquer coisa para que meus filhos tenham o futuro que eles querem”.

Camilla Toulmin, economista e diretora do IIED: “É alarmante encontrarmos um documento sem metas, sem ação, sem datas. Nenhuma menção a um planeta que tem limites e que temos de encontrar maneiras de compartilhar esses recursos. Fico imaginando de que planeta esses negociadores vem. Eles parecem estar em outra realidade. Temos um grande desafio pela frente com cidades, água, energia. Mas todas essas discussões foram postergadas para outro momento”.

Luís Flores, Consumers International – “Este documento foi negociado por muito tempo, inclusive com reuniões de emergência em Nova York. E finalmente no dia 15 de junho só se tinha acordado um terço do texto. Passamos um ano para negociar um terço e dois dias para negociar o resto”.

Pedro Telles, do Vitae Civilis: “A juventude que está aqui continuará unida e agindo. Não vamos desistir. Não vamos perder a esperança. Vamos continuar juntos e esperamos que esses líderes e negociadores se juntem a nós por mudanças concretas”.

Wael Hmaidan, diretor da Climate Action Network: “Sabíamos antes de chegar qual era o estado da vontade política. Não tínhamos esperança para muito mais. Mas não esperávamos que tentassem vender lixo como sucesso. Vontade política nova é criada na rua. Vontade política nova é criada quando falamos com o coração. Eu venho da região árabe e uma coisa que a Primavera Árabe nos ensinou é que persistência faz a diferença. No Egito, o movimento tentou durante anos, quase desistiu, mas a persistência ganhou a revolução quando o ponto de ruptura foi atingido. Então vamos para casa usar nossa raiva, falar com o coração e atingir o povo”.

A Rio+20 que não queremos

O futuro que queremos não passa pelo documento que carrega este nome, resultante do processo de negociação da Rio+20.

O futuro que queremos tem compromisso e ação - e não só promessas. Tem a urgência necessária para reverter as crises social, ambiental e econômica e não postergação. Tem cooperação e sintonia com a sociedade e seus anseios - e não apenas as cômodas posições de governos.

Nada disso se encontra nos 283 parágrafos do documento oficial que deverá ser o legado desta conferência. O documento intitulado O Futuro que Queremos é fraco e está muito aquém do espírito e dos avanços conquistados nestes últimos 20 anos, desde a Rio-92. Está muito aquém, ainda, da importância e da urgência dos temas abordados, pois simplesmente lançar uma frágil e genérica agenda de futuras negociações não assegura resultados concretos.

A Rio+20 passará para a história como uma conferência da ONU que ofereceu à sociedade mundial um texto marcado por graves omissões que comprometem a preservação e a capacidade de recuperação socioambiental do planeta, bem como a garantia, às atuais e futuras gerações, de direitos humanos adquiridos.

Por tudo isso, registramos nossa profunda decepção com os chefes de Estado, pois foi sob suas ordens e orientações que trabalharam os negociadores - e esclarecemos que a sociedade civil não compactua nem subscreve esse documento

Signatários:

Ailton Krenak
Ashok Khosla
Bill McKibben
Brittany Trifold
Camilla Toulmin
Carlos Alberto Ricardo
Carlos Eduardo Young
Carlos Ritti
Christina Robertson
Daniela da Fonseca Reis
Davi Kopenawa Yanomami
Ester Agbarakwe
Fabian Cousteau
Fabio Feldmann
Giulianna Tarlao
Hamouda Soubhi
Ignacy Sachs
Jim Leape
João Paulo Capobianco
José Eli da Veiga
José Goldemberg
Juan Carlos Jintiach
Kelly Rigg
Kumi Naidoo
Luís Flores
Manuel Rodrigues Becerra
Marcelo Furtado
Mariana Moreau
Marina Silva
Mario Mantovani
Marvin Nala
Mathis Wackernagel
Megaron Txucarramãe
Michel Lambert
Mohamed El-Ashry
Nay Htun
Nitin Desai
Oded Grajew
Pedro Ivo Souza Batista
Pedro Telles
Peter May
Pierre Calame
Raoni Metuktire
Ricardo Abramovay
Ricardo Young
Roberto Klabin
Rubens Born
Sara Svensson
Sharan Burrow
Sergio Mindlin
Severn Suzuki
Sílvia Dias
Simon Ticehurst
Thomas Lovejoy
Vandana Shiva
Wael Hmaidan
William Rees
Yolanda Kakabadse

Fonte: [Vitae Civilis](http://vitaecivilis.org/vc2012/index.php/pt-BR/midia/noticias/285-a-rio-20-que-nao-queremos) (<http://vitaecivilis.org/vc2012/index.php/pt-BR/midia/noticias/285-a-rio-20-que-nao-queremos>)

21/06/2012

Rio+20: As nações ricas esquecem seus compromissos

por Martin Khor*

Genebra, Suíça, junho/2012 (IPS/South Centre) – Faltando poucos dias para o começo da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, no Rio de Janeiro, há inquietantes sinais de que os países desenvolvidos querem desconhecer os compromissos sobre ajuda às nações em desenvolvimento que assumiram na Cúpula da Terra de 1992.



Fonte: <http://envolverde.com.br/porta1/wp-content/uploads/2012/06/artigo1.jpg?9d7bd4>

Também existem temores de que a Rio+20 possa não reafirmar completamente os compromissos políticos formulados há duas décadas.

Durante a reunião preparatória da Conferência que terminou no dia 2, em Nova York, foram obtidos alguns progressos na elaboração da declaração da Rio+20.

Na ocasião, houve acordo em apenas 70 parágrafos de um total de 329, o que dá aos negociadores uma tarefa gigantesca para chegar a um consenso sobre o texto que deverá ser apresentado aos líderes políticos quando estiverem reunidos no Rio de Janeiro, entre 20 e 22 deste mês.

A Cúpula Rio+20 enfrentará os mesmos problemas derivados da divergência Norte-Sul surgidos nas recentes negociações na Organização Mundial do Comércio, na Convenção sobre Mudança Climática e na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

As diferenças são evidentes nas novas questões que a Rio+20 debaterá: o conceito de economia verde e, em relação ao desenvolvimento sustentável, como definir seus objetivos e o novo contexto institucional para as futuras atividades.

Porém, mais preocupante ainda é a tentativa dos países desenvolvidos de diluir os princípios acordados no Rio há 20 anos e de dar marcha à ré nos compromissos de ajuda às nações em desenvolvimento.

Está claro que a divisão Norte-Sul não é apenas sobre questões específicas, mas também a respeito de conceitos fundamentais da cooperação internacional, particularmente o princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas (RCPD) e os compromissos sobre transferência de tecnologia e assistência financeira.

As RCPD são um dos Princípios do Rio, adotados em 1992. Ali acordou-se que todos os países têm uma responsabilidade comum na proteção do meio ambiente, mas também responsabilidades diferenciadas, pois os países ricos deveriam desempenhar o papel de líderes na concretização de ações ambientais devido às suas maiores responsabilidades na crise ecológica e aos seus superiores recursos econômicos.

Este princípio básico, que os países em desenvolvimento consideram muito importante, está sob ataque. Nas negociações preparatórias, os Estados Unidos deixaram claro que não aceitam referência às RCPD.

Quase todos os países desenvolvidos argumentam que nenhum princípio do Rio deveria ser ressaltado na declaração e que seria suficiente uma referência geral ao conjunto de princípios do Rio.

Isso causa grande preocupação nos países em desenvolvimento reunidos no Grupo dos 77 (G-77) mais a China. Para eles é muito importante uma clara reafirmação do princípio RCPD, em particular, e dos princípios do Rio, em geral. De outro modo, a Rio+20 se afastaria do acordado na Cúpula da Terra original.

Também preocupa o abandono por parte dos países desenvolvidos dos acordos sobre transferência de tecnologia às nações em desenvolvimento. Na sessão dedicada a este tema, Estados Unidos, União Europeia, Canadá e Austrália se opuseram ao uso na declaração do título Desenvolvimento e Transferência de Tecnologia.

Estes países desenvolvidos querem substituir as palavras “transferência de tecnologia” por “transferência voluntária em termos e condições mutuamente acordados”.

Seria um retrocesso nos acordos das cúpulas de 1992, no Rio de Janeiro, e de 2002, em Johannesburgo, África do Sul, sobre transferência de tecnologia às nações em desenvolvimento “com concessões e em condições preferenciais” ou em “justas e mais favoráveis condições”.

Os principais países desenvolvidos também querem eliminar os parágrafos que exigem tratamento equilibrado em relação aos direitos de propriedade intelectual. Os copresidentes propuseram o exame do impacto das patentes no acesso à tecnologia por parte dos países em desenvolvimento, mas a proposta foi rejeitada por quase todos os desenvolvidos.

Na questão financeira, os países desenvolvidos resistem à renovação do tradicional compromisso de proporcionar fundos novos e adicionais. O documento preparatório também exorta os países desenvolvidos a fazerem esforços adicionais para alcançar a meta de conceder fundos para a assistência equivalentes a 0,7% de seu produto interno bruto, que foi incluído no plano de ação original do Rio. Contudo, Canadá e Estados Unidos querem eliminar essa meta com a qual, dizem, nunca concordaram.

A China e o G-77, que hoje tem 132 Estados-membros, propuseram que os países desenvolvidos concedam recursos adicionais aos já acordados, no valor de US\$ 30 bilhões anuais entre 2013 e 2017, e de US\$ 100 bilhões de 2018 em diante, e que seja criado um fundo para o desenvolvimento sustentável.

No entanto, a maioria das nações desenvolvidas foi contra essa proposta.

Ao serem reiniciadas as negociações no Rio, é de se esperar que haja uma mudança de posição das nações desenvolvidas nestas questões. Isto é necessário para permitir progressos rápidos em outros temas e garantir um resultado positivo da Rio+20. Envolverde/IPS

** Martin Khor é diretor-executivo do South Center, organização intergovernamental dos países em desenvolvimento, com sede em Genebra.*

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/rio20-as-nacoes-ricas-esquecem-seus-compromissos/)(<http://envolverde.com.br/noticias/rio20-as-nacoes-ricas-esquecem-seus-compromissos/>)

21/06/2012

Na África, os renováveis iluminam a escuridão

por Julio Godoy, da IPS

Rio de Janeiro, Brasil, 20/06/2012 (TerraViva) – Cúpulas gigantes como a Rio+20 podem facilmente degenerar em papo-furado e cenário para discursos inúteis.

No entanto, esses eventos também funcionam como vitrines de pequenos projetos que já melhoram a vida cotidiana das pessoas em algum lugar do nosso planeta azul. Este é o caso de vários projetos que usam fontes renováveis de energia no leste da África, que estão permitindo que as pessoas em pequenas comunidades substituam os insalubres lampiões de parafina, evitando acidentes e permitindo o abandono de métodos ineficientes e demorados para recarregar seus telefones celulares.

Capa81 Na África, os renováveis iluminam a escuridão



Lâmpadas movidas a energia solar para a África.

Foto: Cortesia da Cereso

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Capa81.jpg?9d7bd4>

Em Uganda e no Quênia, uma pessoa tem estado profundamente envolvida com essa questão – um engenheiro de sistemas brasileiro, que migrou para a África oriental há 15 anos, apenas para perceber que o que ele tinha aprendido em casa era inútil do outro lado do mundo. “Eu logo percebi que teria de adaptar o meu conhecimento para as condições locais, se eu quisesse ser útil ali, e o que as pessoas precisavam não era uma logística eficiente, mas energia renovável”, disse ao TerraViva Izael Pereira da Silva, vice-chanceler para assuntos acadêmicos da Universidade de Strathmore em Nairóbi, no Quênia.

Além de suas responsabilidades acadêmicas, Pereira da Silva é um agente de desenvolvimento criativo, que fez a introdução e expansão de fontes de energia renováveis na África oriental, o trabalho de sua vida. Agora, ele voltou ao seu país natal para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, e mostrar que a África não precisa ser o continente “escuro”. “Quando você voa sobre a África à noite, você não vê pontos de luz”, contou.

“Há alguns pontos brilhantes, na África do Sul. Mas na maior parte, o continente está às escuras. Isto pode ser alterado facilmente, com a geração de enormes quantidades de energia elétrica utilizando apenas fontes de energia renováveis, com emissões de carbono zero ou muito baixas”, destacou Pereira da Silva. Ele explicou que o Rio Congo sozinho tem a capacidade de gerar cerca de 150 mil gigawatts, usando várias pequenas centrais hidrelétricas, evitando assim as represas gigantes altamente ineficientes da terrível era Mobutu Sese-Seko. Tal capacidade seria suficiente para fornecer eletricidade para todo o continente.

“No entanto, os países africanos devem interligar e atualizar suas redes nacionais, para diversificar suas fontes de energia, usando a energia hidrelétrica, sol, vento e bioenergia”, opinou o engenheiro. “Dessa forma, o continente não seria dependente de uma fonte, para eliminar o risco de falhas em grande escala”, apontou. O engenheiro brasileiro disse que, “em 15 anos na África, eu quase nunca vi um dia inteiro sem sol. O continente deve usar essa fonte – a tecnologia de energia solar está madura, tanto na forma solar-térmica como fotovoltaica”.

Pereira da Silva mencionou o projeto Desertec, que visa a instalar grandes usinas térmicas a energia solar nos países do Magrebe e do norte da África, para atender todas as demandas de energia elétrica regionais, e ainda exportar uma parte substancial para a Europa. “Essas plantas também podem ser instaladas em toda a África. Parques de turbinas de vento também”, observou. Entretanto, antes de sonhar com um futuro brilhante para todo o continente africano, o brasileiro começou em pequena escala.

“As pessoas em Uganda e no Quênia usam lampiões de querosene e parafina para iluminar suas casas, quando poderiam usar lâmpadas movidas a energia solar”, sugeriu o engenheiro. Esses lampiões são de fato insalubres, ineficientes e extremamente caros. Segundo a Organização Mundial de Saúde, ocorrem mais de 300 mil mortes a cada ano por causa de queimaduras causadas por esses lampiões. Milhões morrem de câncer e outras doenças causadas pela fumaça emitida pelos lampiões. Além disso, as pessoas pobres gastam cerca de US\$ 17 bilhões em querosene e parafina a cada ano para iluminar suas casas com lampiões.

Para substituir os lampiões, nós distribuimos para algumas comunidades em Uganda pequenos painéis solares, de dois watts de capacidade. Eles são o suficiente para iluminar uma casa por cinco horas, e ainda têm capacidade suficiente para carregar um telefone celular”, explicou Pereira da Silva. Sem esses painéis solares, os usuários teriam de se deslocar até a próxima vila, conectar seus telefones celulares na rede elétrica local, e esperar horas até que os dispositivos fossem recarregados.

Pereira da Silva também ajudou a conceber fornos solares, para cozinhar. “Nós também distribuimos 500 mil lâmpadas econômicas, para poupar eletricidade e reduzir as falhas da rede. As lâmpadas custaram US\$ 1,6 milhão e permitiram uma economia de 30 gigawatts. Em 28 horas, o investimento foi pago pela economia de energia”, declarou. Para que esses projetos sejam bem-sucedidos, é necessário envolver as autoridades governamentais, o setor privado e entidades de pesquisa, tais como faculdades de engenharia, e as comunidades locais. “O tripé formado por Estado, empresas e universidades ajuda a iluminar a vida das pessoas comuns”, ressaltou. Envolverde/IPS

* Publicado originalmente no site [TerraViva](http://www.ips.org/TV/rio20/na-africa-os-renovaveis-iluminam-a-escuridao/)(<http://www.ips.org/TV/rio20/na-africa-os-renovaveis-iluminam-a-escuridao/>).

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/na-africa-os-renovaveis-iluminam-escuridao/)(<http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/na-africa-os-renovaveis-iluminam-escuridao/>)

21/06/2012

Indonésia quer impor o verde

por Kafil Yamin, da IPS



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/IPS24.jpg?9d7bd4>

Indonésia quer impor o verde **Jakarta, Indonésia, 21/06/2012** – O moderno estilo de vida dos estudantes é grande responsável pelas emissões de dióxido de carbono na Indonésia, alerta um estudo da Universidade Agrícola de Bogor (BAU), em Java Ocidental. “Em média, cada universitário joga fora dois sacos plásticos por dia, e há mais de três mil deles em nosso campus”, disse à IPS Popi Puspita Forestian, estudante da BAU.

Além dos sacos plásticos, os estudantes gastam muita energia elétrica com diversos aparelhos que consideram essenciais, como CD players e DVD players, videogames, televisores, telefones celulares, computadores e outros. “A maioria deles está consciente do custo para o meio ambiente de seu estilo de vida, mas não estão dispostos a ficar fora da moda”, afirmou Forestian. “Por isso decidimos trabalhar em como fazer para que as atividades verdes também estejam na moda”, destacou.

Outro estudo, este do Instituto for Essential Service Reform (IESR), com sede em Jakarta, confirmou que o estilo de vida moderno é o principal fator por trás das crescentes emissões de carbono, causadores da mudança climática. O IESR chegou à essa conclusão criando um sistema na internet (www.iesr.or.id/carboncalculator) que permite a qualquer pessoa calcular sua própria pegada de carbono por meio de informação atualizada de forma contínua.

“A classe média nas cidades da Indonésia são as principais contribuintes das emissões de gases-estufa, cerca de 50% do total, a maior parte gerada pelo uso de seus aparelhos eletrônicos”, explicou Henriette Imelda, pesquisadora do IESR. “O uso excessivo de artefatos eletrônicos impulsiona o consumo de eletricidade que, por sua vez, aumenta a emissão de dióxido de carbono (CO₂)”, indica o estudo.

Java Ocidental é a província mais industrializada da Indonésia e a maior emissora de carbono do país, liberando cerca de 12.500 gramas de CO₂ por habitante a cada dia. Banten, Java Central, Sumatra e Kalimantan não ficam atrás. Surpresa é a superpovoada e mal administrada Jakarta, com seus engarrafamentos diários, não estar entre as cinco cidades mais emissoras de carbono do país.

Java Ocidental é um importante centro de universidades e escolas, nas quais é maciço o uso de papel e onde as emissões de carbono são agravadas pelo uso de aparelhos eletrônicos, lâmpadas fluorescentes, televisores e secadores de cabelo, aponta o estudo do IESR. Na província há não menos do que 68 universidades, sendo 18 estatais, além de 130 escolas secundárias governamentais, milhares de instituições privadas e organizações não governamentais.

Cerca de 50% das emissões de carbono em Java Ocidental são geradas pelo uso de aparelhos eletrônicos, seguidos das lâmpadas incandescentes. O estudo propõe meios de iluminação eficientes e menos contaminantes. Além disso, a rápida expansão dos complexos habitacionais na província aumentou a demanda por eletricidade, o que representa maior pressão sobre a Corporação Nacional de Energia. Inclusive os sondaneses, o maior grupo étnico de Java Ocidental, também estão muito interessados em moda. “Eles seguem as tendências mundiais e compram os produtos mais modernos”, contou Imelda à IPS.

O IESR lançou uma campanha chamada Mulheres de Baixo Carbono, que consistiu no envio de voluntários para disseminar informações sobre as alterações climáticas e encorajar cada indivíduo a reduzir sua pegada

de carbono. “As mulheres podem fazer muito na luta global contra as mudanças climáticas, e podem começar a calcular quanto de carbono produzem”, observou Imelda. Na BAU, Popi e 50 alunos sistematicamente coletam sacos de lixo e outros resíduos no campus. A equipe também promove o uso de sacolas de pano recicláveis, distribuindo-as gratuitamente. “Este ano, vamos dar a cada aluno uma bolsa muito elegante”, comentou Popi.

Este país do sudeste asiático, que se comprometeu com a redução das suas emissões de carbono em 26% até 2020, usa cada grupo social ou comunidade que pode ajudar a alcançar esse objetivo. Em 2005, o Banco Mundial apontava que a Indonésia era terceiro maior emissor de CO₂, principalmente por causa do grande desmatamento em curso para a obter madeira ou abrir espaço para plantações, principalmente de palmeiras.

Segundo a organização Greenpeace, são liberadas grandes quantidades de gases-estufa com a destruição das turfas indonésias, que, acredita-se, armazenam 35 bilhões de toneladas de carbono. Embora a Indonésia não forneça informação anual sobre suas emissões, sabe-se que a queima de carvão para produzir eletricidade (principalmente para atender as demandas de investidores estrangeiros em indústrias “sujas”, como do aço, cimento e energia) disparou os níveis de contaminação.

Em setembro de 2011, este país anunciou um “plano de ação” para ajudar os ministérios e os governos locais a implantarem atividades baixas em carbono, algumas das quais são visíveis, como em Rajawati, um verde e exuberante bairro no sul de Jacarta. Ali, cada casa contribui com o cultivo de flores e árvores nutridas com dejetos orgânicos e biodegradáveis.

“Todo o verde que se vê aqui vem da conversão eficiente de dejetos caseiros”, afirmou Ninik Nuryanto, que preside a Associação de Mulheres de Rajawati. “Cada família cuida de separar o lixo, colocando todos os plásticos em um pote e todo o biodegradável em outro. No começo, o fertilizante feito com lixo orgânico era apenas uma forma de ajudar a cultivar flores em nossos jardins. Mas, quando a produção excedeu a demanda, começamos a vender”, relatou à IPS.

O dinheiro obtido com as vendas da Associação vai para um fundo destinado a financiar serviços públicos, como a pavimentação das ruas, reparo no sistema de esgoto e manutenção do parque comunitário. O principal objetivo, destacou Ninik, é envolver a comunidade em atividades verdes e conscientizá-la da importância de manter o equilíbrio com o carbono.

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/indonesia-quer-impor-o-verde/)(<http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/indonesia-quer-impor-o-verde/>)

21/06/2012

Após protesto, Dilma comenta retirada de 'direitos reprodutivos' da Rio+20

Grupo de mulheres mostrou cartazes à presidente durante evento no Rio. Dilma afirmou que 'é preciso recuar de argumentos para permitir outros'.

por Giovana Sanchez e Bernardo Tabak do G1, no Rio



Dilma participou de encontro com mulheres e foi alvo de protestos

Foto: Bernardo Tabak/G1

Fonte: http://s2.glbimg.com/JhOvmKony2BawdiW0ZUu-9ZfXmpEi2EW9Ut_oFYV6GRloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/21/dilma.jpg

A presidente Dilma Rousseff afirmou nesta quinta-feira (21) que "é preciso recuar de argumentos para permitir outros" ao comentar a retirada da expressão "[direitos reprodutivos](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/direitos-da-mulher-foram-moeda-de-troca-no-texto-da-rio20-diz-feminista.html)" do rascunho final da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

"Exercer o multilateralismo implica, necessariamente, em levar em consideração posições diversas. Diversas como? Diversas das minhas, ou da de cada um de nós", ressaltou a presidente.

"Se não temos todas as opiniões representadas, é por conta da multilateralidade, em que é preciso recuar de argumentos para permitir outros", afirmou Dilma.

A presidente, que já havia discursado no início do evento "O futuro que as mulheres querem", pediu a palavra novamente para responder a um grupo de feministas que protestava com cartazes a favor do direito e saúde reprodutivos, em protesto contra a exclusão da expressão.

O documento será apresentado aos chefes de Estado reunidos na conferência para assinatura nesta sexta-feira (22).

"O multilateralismo é muito importante como forma de relação entre povos, nações e governos. Até duas décadas, havia a prática do bilateralismo e das posições hegemônicas. Temos que dar os parabéns a Michelle Bachelet (ex-presidente do Chile e diretora da ONU Mulher) que conseguiu tirar um documento entre todos os países aqui representados", concluiu Dilma.

Segundo organizações não-governamentais, o termo foi retirado por pressão de países muito religiosos e [usado como moeda de troca](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/direitos-da-mulher-foram-moeda-de-troca-no-texto-da-rio20-diz-feminista.html) na barganha por outros aspectos do texto.



Michelle Bachelet (centro), comandou o evento da Cúpula das Mulheres Líderes ao lado de Dilma Rousseff (esquerda) e Laura Chinchilla (direita)

Foto: Alexandre Durão/G1

Fonte: http://s2.glbimg.com/E7IHq1RFqmTnDvH5OgVF-GniU-Mh37sM3CFGOp3wLvhloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/21/mulheres.jpg

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define "direitos reprodutivos" como o reconhecimento do direito básico de casais e indivíduos de decidir "o número, o espaçamento e o momento de ter filhos e de ter a informação e os meios necessários para fazê-lo".

O direito ao controle de natalidade e planejamento familiar e, conseqüentemente, a métodos contraceptivos, desagradam a países com forte influência da religião.

Dilma lança 'Chamado para ação'

Durante o evento, Dilma lançou um "chamado para ação" junto com outras líderes mundiais para alertar para a contribuição feminina na concretização dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Além de Dilma e Bachelet, o encontro contou com a participação da presidente da Costa Rica, Laura Chinchilla, e da Lituânia, Dalia Grybauskaitė, entre outras líderes.

A presidente brasileira reforçou a necessidade de abordar o tema no âmbito do novo paradigma ambiental, discutido na Conferência.

"A Rio+20 nos apresenta a possibilidade e o desafio de incorporar os direitos das mulheres como dimensão crucial e estrutural do processo de desenvolvimento sustentável. Sem isso não atingiremos os objetivos que nos trazem ao Rio de Janeiro", disse ela.

Dilma falou ainda sobre as conquistas brasileiras no tema, afirmou que, no programa Bolsa Família, 93% dos cartões de transferência de renda estão nas mãos de mulheres e enfatizou o papel cada vez mais masculino nas tarefas domésticas.

"A expansão [das mulheres] em quase todas as sociedades deve também ser acompanhada pelo correspondente engajamento dos homens nas tarefas domésticas e no cuidado de filhos e filhas e demais familiares. Um trabalho invisível, mas que precisa ser compartilhado e reconhecido."

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20\(http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/dilma-se-reune-com-lideres-mulheres-por-chamado-de-acao-na-rio20.html\)](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/dilma-se-reune-com-lideres-mulheres-por-chamado-de-acao-na-rio20.html)

21/06/2012

Ban Ki-moon destaca importância de parceria com governos locais para atingir o desenvolvim

O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, chamou a atenção para os líderes de todo o mundo caminharem cada vez mais juntos...

por Agência Brasil

RIO DE JANEIRO – O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, chamou a atenção nesta quinta-feira (21) a importância de os governos locais e os líderes de todo o mundo caminharem cada vez mais juntos na busca do desenvolvimento sustentável. Ele disse que, no mundo globalizado, há pouca diferença entre governos locais e governos nacionais e destacou as ações que vêm sendo empreendidas pelas prefeituras municipais para encontrar soluções para os problemas de transporte e de água, por exemplo.

Segundo Ban Ki-moon, foram feitos progressos em relação a ações sustentáveis no documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, que será firmado nesta sexta-feira (22) pelos países-membros da ONU. “Há avanços para o desenvolvimento sustentável”, disse.

O secretário-geral da ONU que o tema cidades sustentáveis também foi contemplado. Ele observou que a urbanização crescente é a raiz dos problemas enfrentados pelas cidades no que diz respeito às mudanças climáticas. Por isso, Ban Ki-moon pediu o comprometimento dos governos locais para superar esse desafio e garantir às populações um ambiente de vida mais decente. “O envolvimento dos prefeitos é importante para evitar a pobreza, para proteger o meio ambiente e reduzir os riscos [das emissões de gases poluentes].”

Ban Ki-moon analisou que o documento conclusivo da Rio+20 não será o final do caminho rumo ao desenvolvimento sustentável, mas o início do processo. Ele lamentou que a ONU não possa dar suporte financeiro aos governos locais para que efetivem ações de redução das emissões de gases de efeito estufa.

Ele informou que a ONU vai criar um fundo de tecnologias verdes, com recursos no valor de US\$ 100 milhões, para serem aplicados na viabilização de projetos para garantir o acesso de pessoas sem eletricidade nos países mais pobres à energia.

O presidente da instituição Governos Locais pela Sustentabilidade (Iclevi), David Cadman, declarou que “há um senso de urgência que nós [governos locais] não sentimos nos governos nacionais”. A expectativa, segundo ele, era que a Rio+20 compensasse o que não foi feito nos últimos 20 anos, no mundo, em relação às mudanças climáticas. “O documento final da Rio+20 inclui as cidades, mas não os governos nacionais como gostaríamos”, manifestou.

Para ele, os governos nacionais e internacionais têm de ajudar os governos locais na promoção do desenvolvimento sustentável. Cadman frisou a necessidade de parceria e ajuda dos governos nacionais e internacionais. “Não temos tempo a perder”.

Ainda com relação ao documento, o secretário-geral da ONU reiterou que o documento da conferência estabelece orientações concretas em 26 áreas principais, entre as quais cidades e urbanização. Segundo Ban Ki-moon, há ainda problemas como falta de água, de saneamento, de transporte, questões climáticas, desertificação, desmatamento, para os quais seria impossível qualquer esforço sem a participação ativa das cidades.

Ele anunciou que será criado um painel com pessoas de alto nível, que vai trabalhar essas questões também no nível político. Ele designou o presidente da Libéria e o primeiro-ministro da Inglaterra para liderar o painel, que discutirá as ações e objetivos do desenvolvimento sustentável. Na avaliação do secretário-geral da ONU, os líderes mundiais que participam da Rio+20 acabarão concordando com um fórum político inclusivo para debater o desenvolvimento sustentável, capaz de criar condições para um mundo mais próspero e de maior qualidade para todos, nos níveis econômico, social e ambiental.

Fonte: [DCI - Diário Comércio Indústria & Serviços > Notícias > Política](http://www.dci.com.br/ban-kimoon-destaca-importancia-de-parceria-com-governos-locais-para-atingir-o-desenvolvim-id299410.html)(<http://www.dci.com.br/ban-kimoon-destaca-importancia-de-parceria-com-governos-locais-para-atingir-o-desenvolvim-id299410.html>)

21/06/2012

Vice-premiê britânico: governos não dão conta da economia verde

O vice-primeiro-ministro do Reino Unido, Nick Clegg, afirmou em discurso na Rio+20 que os governos não vão conseguir sozinhos mudar o modelo econômico tradicional para um "verde", um dos objetivos da conferência. "Precisamos envolver as empresas, o governo não pode trabalhar sozinho. Por isso é tão importante que o Rio reconheça o papel das empresas."

Clegg discursou na noite desta quinta-feira, segundo dia do Segmento de Alto Nível da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. O vice-premiê afirma que a cúpula deve deixar claro quais são os objetivos de sustentabilidade e focá-los em energia e água. "Os governos precisam mostrar sua liderança."

O britânico afirma ainda que o crescimento sustentável é importante não apenas para a natureza, mas para melhorar os próprios padrões de vida da população. Clegg pediu ainda atenção aos países mais pobres, já que são eles que mais dependem dos recursos naturais.

Sobre a Rio+20

Vinte anos após a Eco92, o Rio de Janeiro volta a receber governantes e sociedade civil de diversos países para discutir planos e ações para o futuro do planeta. A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que ocorre até o dia 22 na cidade, deverá contribuir para a definição de uma agenda comum sobre o meio ambiente nas próximas décadas, com foco principal na economia verde e na erradicação da pobreza.

Depois do período em que representantes de mais de 100 países discutiram detalhes do documento final da Conferência, o evento ingressou quarta-feira na etapa definitiva e mais importante. Até amanhã, ocorre no Riocentro o Segmento de Alto Nível da Rio+20, com a presença de diversos chefes de Estado e de governo de países-membros das Nações Unidas.

Apesar dos esforços do secretário-geral da ONU Ban Ki-moon, vários líderes mundiais não vieram ao Brasil, como o presidente americano Barack Obama, a chanceler alemã Angela Merkel e o primeiro ministro britânico David Cameron. Além disso, houve impasse em relação ao texto do documento definitivo, que segue sofrendo críticas dos representantes mundiais. Ainda assim, o governo brasileiro aposta em uma agenda fortalecida após o encontro.

Fonte: [TERRA.COM > Notícias > Economia > Sustentabilidade > Rio+20\(http://invernia.terra.com.br/sustentabilidade/rio20/noticias/0,,OI5851857-EI20323,00-Vicepremie+britanico+governos+nao+dao+conta+da+economia+verde.html\)](http://invernia.terra.com.br/sustentabilidade/rio20/noticias/0,,OI5851857-EI20323,00-Vicepremie+britanico+governos+nao+dao+conta+da+economia+verde.html)

21/06/2012

Documento não atende a 'ambições', mas é o melhor possível, diz ministra

Izabella Teixeira discursou na plenária da Rio+20, no Rio de Janeiro. Para ela, é preciso 'questionar' pessimismo em torno da conferência.

por Nathalia Passarinho do G1, no Rio

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, afirmou na noite desta quinta-feira (21) que o documento final da Rio+20 não atende a todas as "ambições" do Brasil, mas representa o melhor acordo possível. Ela discursou no segundo dia do Segmento de Alto Nível da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável.



Fonte: <http://s02.video.glbimg.com/x240/2005953.jpg>

"O documento não atende a todas as ambições do Brasil, assim como não atende a todas as aspirações dos indivíduos nessa sala, mas tenham certeza de que é o comprometimento melhor que podemos chegar", disse.

Para a ministra, a Rio+20 "será lembrada como um marco na história das Nações Unidas", especialmente pelo pluralismo, participação da sociedade civil e o alto nível do diálogo.

A ministra afirmou que o caminho para o desenvolvimento sustentável deve seguir três eixos. "Precisamos escolher um caminho para prosseguirmos e o caminho tem que ser de crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental."

Segundo a ministra, o texto contém "comprometimentos concretos no caminho do desenvolvimento sustentável". "Esse arcabouço de consumo e proteção sustentável vai nos ajudar a proteger os recursos naturais e propiciará o desenvolvimento econômico", disse.

Izabella Teixeira defendeu o fortalecimento da articulação entre os países pela crescimento aliado à proteção ambiental e inclusão social. "Precisamos também decidir que queremos coordenação mais forte no nível internacional para o desenvolvimento sustentável."

Negociações

O penúltimo dia da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável transcorreu sem surpresas nas negociações. Os líderes não demonstraram intenção de mexer no rascunho da Rio+20.

"Não haverá anexos e o texto não será reaberto", assegurou o chefe de comunicação da Rio+20, Nikhil Chandavarkar. "O papel de forte liderança do Brasil resultou em um documento final em que a agenda de desenvolvimento sustentável pode solidamente construir uma visão e um legado positivo".

Até o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, que na quarta-feira (21) comentou que esperava que o documento final da Rio+20 fosse mais ambicioso, convocou a imprensa nesta quinta-feira para dizer que o texto já era sim "ambicioso", além de "amplo e prático".

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/documento-nao-atende-ambicoes-mas-e-o-melhor-possivel-diz-ministra.html)(<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/documento-nao-atende-ambicoes-mas-e-o-melhor-possivel-diz-ministra.html>)

21/06/2012

Países pequenos pedem na Rio+20 apoio financeiro para os mais pobres

Autoridades discursam na plenária da conferência no Rio de Janeiro. 'Ricos podem ficar um pouco menos ricos', diz ministro do Marrocos.

do G1 RJ

Representantes de diversos países pediram nesta quinta-feira (21), segundo dia de encontro de alto nível da Rio+20, maior apoio financeiro internacional ao desenvolvimento sustentável dos países mais pobres.

"Fazemos um apelo a esses que, ricos, podem ficar um pouco menos ricos, e apoiar as nações mais pobres que sofreram desastres naturais para alcançarem algum grau de desenvolvimento", disse o primeiro-ministro do Marrocos, Abdelilah Benkirane.

O primeiro-ministro do Catar, Hamad Bin Jassim Bin Jaber Al Thani, também defendeu mecanismos para garantir o progresso dos países não desenvolvidos.

"Os países mais pobres deveriam ser ajudados. Poderíamos conseguir uma fórmula mais ambiciosa. Temos basicamente alguns desafios, como a falta de compromisso com os assuntos que regulam as atividades financeiras", disse.

Para Frank Mogovick, ministro do Exterior da Eslovênia, a economia verde pode garantir o desenvolvimento a todos, mas é necessário um compromisso maior dos mais ricos.

"O documento geral da Rio+20 oferece uma oportunidade de reformação internacional, mas será que isso é suficiente?", questionou. "As gerações futuras não devem lembrar essa conferência apenas pelas suas intenções e sim pelas suas ações", disse.

Para o presidente da República Dominicana, Leonel Fernández, o compromisso final não parece estar à altura das necessidades exigidas. "Apoiando-se nesta crise recente, alguns países desenvolvidos justificam não conferir recursos para lidar com a crise ecológica, que coloca em risco a própria existência da espécie humana", afirmou.

Arturo Corrales, ministro de Relações Exteriores de Honduras, defendeu o estabelecimento de metas, destacando que "para os países em desenvolvimento, o custo é muito superior àqueles que já gozam desse estado de desenvolvimento".

O ministro do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável das Ilhas Maurício afirmou que os países pequenos e insulares só poderão estabelecer uma economia verde "com apoio técnico e financeiro".

"Fazemos um apelo às instituições financeiras internacionais para que lidem com essa questão o mais rápido possível", discursou.

Egito e Palestina

O ministro do meio ambiente do Egito defendeu que os compromissos da conferência sejam "práticos e realistas". "Precisamos fornecer ajuda financeira aos países em desenvolvimento e temos que ter objetivos claros", disse, destacando que o povo palestino tem todo o direito de gozar de recursos para o desenvolvimento sustentável com liberdade, apesar da ocupação.

O ministro de relações exteriores da Palestina afirmou que o alcance do desenvolvimento sustentável do povo palestino inicia-se com a sua liberdade, o fim da ocupação israelense e a independência do estado palestino. "É importante fornecer a parceria entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento para reduzir o peso da dívida externa e a promoção de quadros de maior integração", disse.

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20\(http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/paises-pequenos-pedem-na-rio20-apoio-financeiro-para-os-mais-pobres.html\)](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/paises-pequenos-pedem-na-rio20-apoio-financeiro-para-os-mais-pobres.html)

22/06/2012

Pegada humana supera os limites da Terra

por Thalif Deen, da IPS



Secretário-geral Ban Ki-moon bate o martelo para marcar a abertura oficial da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

Foto: UN Photo/Mark Garten

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/c59.jpg?9d7bd4>

Rio de Janeiro, Brasil, 20/06/2012 (Terra Viva) – O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, apresentou um cenário assustador para o futuro não muito distante a mais de cem líderes mundiais presentes na abertura da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, no Rio de Janeiro no dia 20.

Ele destacou três tendências perigosas: muita disputa política, graves problemas econômicos e ampliação das desigualdades sociais. Ban colocou a Rio +20 em um contexto sombrio ao observar que 20 anos atrás, durante a Cúpula da Terra de 1992, havia 5,5 bilhões de pessoas no mundo. “Agora, são mais de sete bilhões. E até 2030, precisaremos de 50% mais alimentos, 45% mais energia e 30% mais de água, apenas para continuar a viver como fazemos hoje”,

Sem sombra de dúvida, advertiu, “entramos numa nova era... Até mesmo uma nova época geológica, onde a atividade humana está alterando fundamentalmente a dinâmica da Terra”. Nossa presença global ultrapassou os limites do nosso planeta, ressaltou.

No dia 19, os delegados de 191 países aprovaram um plano para o desenvolvimento sustentável, intitulado O Futuro que Queremos, que deverá ser aprovado pelos líderes mundiais no dia 22. Contudo, a pergunta permanece: como é que este modelo será dotado de recursos e de uma estrutura institucional? Numa coletiva para a imprensa no início do dia, Ban admitiu que teria preferido um plano de ação mais ambicioso para o futuro. “Eu sei que alguns Estados-membros tinham esperança de ter um documento final mais ousado e ambicioso. Eu também espero que tenhamos um documento final mais ambicioso”, declarou.

“Mas vocês também devem entender que as negociações têm sido muito, muito difíceis, e muito lentas, por causa de todos os interesses e ideias conflitantes”, ponderou Ban, acrescentando que “alguns apresentaram (muitas) ações audaciosas e de grande alcance, enquanto alguns países também tinham os seus próprios pontos de vista e interesses. Então vocês devem entender que este é o resultado de um processo muito longo e delicado de negociação.”

Dirigindo-se aos líderes mundiais, Ban disse: “vamos acompanhar a Rio +20, com compromisso e ação. Agora é a hora de agir”. E enfatizou que “não vamos pedir aos nossos filhos e netos para convocar uma Rio+40 ou Rio+60. Agora é a hora de ficar acima de estreitos interesses nacionais, e olhar além dos

interesses deste ou daquele grupo. É hora de agir com uma visão mais ampla e de longo prazo. Aqui, na Rio +20, podemos assumir o controle do futuro que queremos”.

* Publicado originalmente no site [TerraViva](http://www.ips.org/TV/rio20/pegada-humana-supera-os-limites-da-terra/)(<http://www.ips.org/TV/rio20/pegada-humana-supera-os-limites-da-terra/>).

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/pegada-humana-supera-os-limites-da-terra/)(<http://envolverde.com.br/noticias/pegada-humana-supera-os-limites-da-terra/>)

22/06/2012

Rio+20 teve 2,6 vezes mais participantes que a Eco 92, diz ONU

Balanço das Nações Unidas mostra 45.381 credenciais emitidas. No Twitter, entrada '#Rio+20' apareceu mais de um bilhão de vezes.

do G1, no Rio

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável teve 2,6 vezes mais participantes do que sua precursora, a Eco 92, informou a ONU nesta sexta (22). No último dia da conferência, o presidente da Rio+20, Sha Zukang, disse em um comunicado que os Estados adotarão o documento final nesta tarde.



Fonte: <http://s01.video.glbimg.com/x240/2006812.jpg>

"Temos que ter orgulho do resultado. Líderes mundiais renovaram seus compromissos para o desenvolvimento sustentável. Eles assinaram uma estrutura quadrupla de ação que nos levará a frente", disse ele.

Até agora, 45.381 credenciais foram emitidas para o Riocentro, onde ocorre a Rio+20. Destas, 10.822 foram para as delegações, 9.856 para ONGs e 'grupos majoritários', 4.075 para a mídia, 1.781 para os diálogos e 4.363 para a segurança.

A interação virtual foi considerada "enorme" pela ONU: desde novembro do ano passado, as conversas online tiveram participação de 50 milhões de pessoas. Ainda segundo as Nações Unidas, no Twitter, a entrada '#Rio+20' apareceu mais de um bilhão de vezes em inglês, e no Facebook, mais de um milhão.

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20\(http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/rio20-teve-26-vezes-mais-participantes-que-eco-92-diz-onu.html\)](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/rio20-teve-26-vezes-mais-participantes-que-eco-92-diz-onu.html)

22/06/2012

Rio ganha Centro Internacional para Desenvolvimento Sustentável

por Marcus Vinicius Pinto, Direto do Rio de Janeiro

O Rio vai ficar com pelo menos um legado da Rio+20, que termina esta tarde: um centro internacional para discutir e estabelecer metas para o desenvolvimento sustentável do planeta através do Centro Rio+, criado pelo PNUD, programa da ONU para o desenvolvimento, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e com o apoio de mais de uma dezena de entidades. O Centro Rio+ vai funcionar em um prédio da Coppe, Instituto de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. "Vai ser um novo jeito de agir e atuar junto governo, sociedade e ciência", promete e ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

O centro nasce ainda sem saber quando começa a funcionar, ter um formato definido, um número de funcionários ou mesmo sem saber direito o que vai fazer, mas era um desejo antigo da cidade. Com um investimento inicial de cerca de US\$ 5 milhões (10% desse valor será doado pelo governo brasileiro através do Ministério do Meio Ambiente), o centro tem o intuito de ampliar os Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável, que reuniram durante a Rio+20 propostas da sociedade civil sobre 10 pontos distintos de desenvolvimento.

"Aqui será um ponto de conexão de conhecimento, de compartilhamento de ideias e tecnologia", disse Helen Clark, administradora do PNUMA, que disse que o Centro Rio+ surge para "fazer a sustentabilidade acontecer".

Izabella Teixeira afirmou que o primeiro passo do novo centro vai ser criar um conselho para definir os programas que vão ser levados adiante, de acordo com o que foi discutido durante os 10 dias de Rio+20.

O Centro Rio+ quer ser uma referência mundial de pesquisa e intercâmbio de ações efetivas para a sustentabilidade em todo o mundo e identificar ações que possam servir de exemplo para que se cumpram as metas discutidas pelos países no Rio. Com apoio de governos nacionais, locais, empresas, ONGs e universidades, o espaço pretende ser um lugar de inovação.

"A Coppe vai focar principalmente na tecnologia que possa trazer benefícios para as pessoas", explicou o professor Luiz Pinguelli Rosa, da UFRJ.

Questionada uma vez mais sobre os resultados práticos da Rio+20, Izabella Teixeira voltou a enumerar os pontos de avanço das discussões do fórum e destacou que o mais importante é que os países agora terão obrigação de implementar as medidas de sustentabilidade acordadas ao longo de todo o processo longo de negociação. "Vamos expor cada vez mais as contradições do mundo, depois da Rio+20, quando países em desenvolvimento assumem suas responsabilidades e os países ricos não fazem o mesmo", disse.

Sobre a Rio+20

Vinte anos após a Eco92, o Rio de Janeiro voltou a receber governantes e sociedade civil de diversos países para discutir planos e ações para o futuro do planeta. A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que termina hoje, deverá contribuir para a definição de uma agenda comum sobre o meio ambiente nas próximas décadas, com foco principal na economia verde e na erradicação da pobreza.

Depois do período em que representantes de mais de 100 países discutiram detalhes do documento final da Conferência, o evento ingressou quarta-feira na etapa definitiva e mais importante. Nesta sexta, o Segmento de Alto Nível faz sua última plenária e encerra a Rio+20 com a presença de diversos chefes de Estado e de governo de países-membros das Nações Unidas. Em um dos discursos mais esperados, a secretária de Estado americana, Hillary Clinton, defendeu os direitos reprodutivos das mulheres e uma economia de inclusão como garantia de prosperidade.

Apesar dos esforços do secretário-geral da ONU Ban Ki-moon, vários líderes mundiais não vieram ao Brasil, como o presidente americano Barack Obama, a chanceler alemã Angela Merkel e o primeiro ministro britânico David Cameron. Além disso, houve impasse em relação ao texto do documento definitivo, que segue sofrendo críticas dos representantes mundiais. Ainda assim, o governo brasileiro aposta em uma agenda fortalecida após o encontro.

Fonte: [TERRA.COM](#) > [Notícias](#) > [Sustentabilidade](#) > [Meio Ambiente](#) > [Rio+20](#)(<http://invertia.terra.com.br/sustentabilidade/rio20/noticias/0,,OI5853511-EI20323,00-Rio+abrigara+Centro+Mundial+de+Desenvolvimento+Sustentavel.html>)

22/06/2012

Texto fraco da Rio+20 faz mundo apostar nas pessoas e empresas

por PAULO PRADA E VALERIE VOLCOVICI - REUTERS

Os líderes mundiais encerram a cúpula de desenvolvimento da ONU Rio+20 nesta sexta-feira com pouco a mostrar além de um acordo considerado fraco, deixando muitos participantes convencidos de que indivíduos e empresas, e não governos, devem liderar esforços para salvar o meio ambiente.

Quase 100 chefes de Estado e de governo se reuniram nos últimos três dias em esforços para estabelecer metas de "desenvolvimento sustentável", uma iniciativa da ONU em torno do crescimento econômico, proteção ao meio ambiente e a inclusão social. Mas uma falta de consenso sobre essas metas levou a um acordo que mesmo alguns signatários acusam de faltar em ambição, compromisso, detalhes e metas mensuráveis.

Cúpulas globais sobre política ambiental cercadas de atenção ficaram aquém das expectativas desde pelo menos a reunião da ONU em 2009 em Copenhague, que terminou quase em caos. Por causa disso, muitos ecologistas, ativistas e líderes empresariais estão chegando à conclusão de que o progresso nas questões ambientais deve ser feito localmente com o setor privado, e sem a ajuda de acordos internacionais.

"Tornar nossas economias mais verdes vai ocorrer sem a bênção dos líderes mundiais", disse Lasse Gustavsson, diretor-executivo do WWF.

A secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton, que chegou na manhã de sexta-feira para um rápido anúncio sobre projetos na África apoiados pelos EUA e uma série de reuniões bilaterais com vários líderes mundiais, admitiu o mesmo.

"Governos sozinhos não podem resolver todos os problemas que enfrentamos, da mudança climática à pobreza persistente e à escassez crônica de energia", disse.

O mais preocupante para muitos críticos do evento é o fato de que os líderes chegaram ao Rio de Janeiro apenas para assinar um texto que seus diplomatas tinham discutido de antemão.

O texto, chamado "O Futuro que Queremos", deixou pouco espaço para imaginação ou audácia de presidentes e primeiros-ministros, segundo os críticos. ([Veja o rascunho do documento completo em inglês: http://www.uncsd2012.org/content/documents/774futurewewant_english.pdf](http://www.uncsd2012.org/content/documents/774futurewewant_english.pdf)).

"O mundo que queremos não será entregue por líderes sem coragem de vir aqui, sentar-se à mesa e negociar eles mesmos", disse Sharon Burrow, secretária-geral da Confederação Sindical Internacional, uma das muitas organização não-governamentais presentes no evento.

"Eles não assumiram nenhuma responsabilidade por impor ação, metas e um cronograma".

Na verdade, alguns chefes de Estado permaneceram distantes devido à recessão econômica mundial, aos problemas de endividamento da Europa e à violência contínua no Oriente Médio.

As ausências notáveis incluíram o presidente dos EUA, Barack Obama, a chanceler (primeira-ministra) alemã, Angela Merkel, e o primeiro-ministro britânico, David Cameron, que participaram de uma reunião do G20 no início desta semana no México.

OBJETIVOS DIFERENTES DA ECO-92

Não se esperava que a Rio+20 gerasse acordos fundamentais como os assinados na Cúpula da Terra de 1992, também no Rio de Janeiro, que incluíram um tratado sobre biodiversidade e acordos que levaram à criação do Protocolo de Kyoto sobre as emissões dos gases do efeito estufa.

Embora tenha atraído mais de 50.000 pessoas, muitos visitantes ficaram decepcionados ao descobrir que os líderes tinham feito poucos compromissos específicos sobre questões que variam da energia e segurança alimentar ao oceano.

Ao longo do evento de alto nível de três dias e das negociações com uma semana de duração antes, as ruas do centro do Rio e as que ficam em torno do Riocentro, que sediou a cúpula, ficaram repletas de

manifestações de ativistas, que variavam de tribos indígenas e ambientalistas a manifestantes contra a energia nuclear.

Em vez de forjar tratados legalmente vinculantes, o propósito da Rio+20 era iniciar um processo para definir um novo leque de princípios de desenvolvimento, segundo os organizadores. Mas este processo, como a maioria da diplomacia global, está repleto de conflitos de interesses e tensões entre países ricos e o mundo em desenvolvimento.

"O enredo é diferente do de 1992", disse o embaixador André Correa do Lago, um dos negociadores do Brasil na conferência e que liderou as conversas finais sobre a declaração. "Essa cúpula reconhece mais do que as outras que não há um padrão geral", acrescentou.

De fato, muitos líderes usaram o tempo no pódio durante o evento para registrar as necessidades acentuadamente diferentes com as quais lutam, principalmente em comparação com o mundo desenvolvido.

Enquanto Brasil, China e outras grandes nações emergentes falaram de sua necessidade de alcançar os países ricos, países como Bolívia, Irã e Cuba lançaram os tradicionais ataques contra o capitalismo e as definições convencionais de crescimento.

Um ponto de controvérsia é o que muitos países em desenvolvimento dizem ser a necessidade por um fundo global que os ajude a atingir as metas de desenvolvimento. Uma conversa inicial de um fundo de 30 bilhões de dólares para esse fim como um possível resultado da cúpula fracassou bem antes de os líderes chegarem. Uma proposta francesa de tributar transações financeiras para esse fim também fracassou.

Hillary, anunciando um empréstimo de 20 milhões de dólares dos EUA para projetos de energia limpa na África, disse que um mecanismo melhor é "a parceria entre governos, o setor privado e a sociedade civil".

Outros países, o Banco Mundial e muitos bancos de desenvolvimento regionais também usaram a cúpula como um fórum para exibir iniciativas similares. Na quinta-feira, por exemplo, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, disse que investidores privados prometeram mais de 50 bilhões de dólares para incentivar o uso de fontes de energia renováveis no mundo todo.

Muitos líderes empresariais na conferência disseram que estavam ansiosos para encontrar maneiras de contribuir mais. Richard Branson, o bilionário britânico, em uma entrevista na "Cúpula Verde Mundial", um dos muitos eventos paralelos, disse que havia "muito pouco em um documento como o que eles sugeriram para atingir metas reais. Isso deixa ao resto de nós a tarefa de encontrar maneiras de seguir adiante".

Reportagem adicional de Nina Chestney

Fonte: [ESTADÃO.COM.BR > Notícias](http://www.estadao.com.br/noticias/geral,texto-fraco-da-rio20-faz-mundo-apostar-nas-pessoas-e-empresas,890107,0.htm)(<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,texto-fraco-da-rio20-faz-mundo-apostar-nas-pessoas-e-empresas,890107,0.htm>)

22/06/2012

Izabella Teixeira lamenta superficialidade na inclusão de temas como oceanos e direitos reprodutivos da mulher na Rio+20

por Alana Gandra, Repórter da Agência Brasil

Rio de Janeiro – A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, lamentou hoje (22), em entrevista no Espaço Humanidade 2012, que questões como a dos direitos reprodutivos das mulheres, “em que o Brasil já avançou tremendamente”, e de oceanos, “embora aprovado o tratado”, não tenham avançado na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, que se encerra nesta sexta-feira, no Riocentro.

“Creio que, na questão da produção e do consumo, além da adoção do plano [para que os países atinjam a sustentabilidade nessas duas áreas], nós poderíamos ter deixado claro o que significa isso. O plano é excepcional, mas como é que nós vamos transformar com as obrigações dos países desenvolvidos?”, questionou Izabella.

Para a ministra, o Brasil lutou pelo que deveria ser incluído na Rio+20. Um dos destaques, segundo ela, foi o piso social, que assegura renda para as populações pobres com critérios ambientais, econômicos e sociais. “Nós temos ambições realizadas e vamos fazer mais”, prometeu.

No cômputo geral, o balanço é positivo, disse Izabella Teixeira. Ela avaliou a Rio+20 como um evento “extremamente importante” no conjunto de conferências da ONU e destacou o engajamento da sociedade civil, “como nunca se tem visto no mundo. Foram mais de 3 mil eventos acontecendo no Rio de Janeiro, no Brasil”.

Ela acrescentou ainda que os resultados da conferência são fruto da coletividade. “Porque é um resultado da ambição coletiva. Reunir 193 países para discutir suas prioridades e ambições e traduzir isso em um documento que possa sinalizar um novo caminho em relação a consumo sustentável, à mensuração de riqueza.”

A ministra também chamou a atenção para a decisão dos países de não limitar ao indicador do Produto Interno Bruto (PIB) a medição do desenvolvimento. “Nós vamos avançar com novos indicadores”. Em relação aos novos padrões de produção e consumo acordados, com a adoção de um plano de dez anos para mudar o comportamento das populações, Izabella enfatizou a necessidade de trabalhar o comportamento das crianças sobre consumo, para se alcançar um planeta sustentável.

Outros pontos abordados na avaliação da ministra como positivos foram o estabelecimento de objetivos do desenvolvimento sustentável, a criação de um fórum formado por pessoas de alto nível da ONU para avaliar e acompanhar a implementação desses objetivos, além da retirada progressiva dos subsídios do petróleo.

“São decisões e mais decisões que estão colocadas ali, mas muitas pessoas não sabem ler os documentos das Nações Unidas. Eu sinto isso. As pessoas não entendem as decisões. Tem mandatos, tem processos estabelecidos. Eu tenho a firme convicção que nós, governo brasileiro, estamos orgulhosos não só da conferência, mas do povo brasileiro que acolheu todos os povos”.

Presente em um dos momentos mais tensos da Rio+20, quando representantes da sociedade civil e ambientalistas protestaram durante apresentação sua sobre os avanços do combate ao desmatamento no Brasil, Izabella enfatizou que não houve nenhum problema durante os dias da conferência. “Todo mundo que quis ficar indignado se manifestou, todo mundo que ficou a favor se manifestou. Vamos juntos. Temos mais trabalho pela frente”, declarou. O momento de embate ocorreu ontem (21) quando a ministra mostrava os números do desmatamento, e a plateia protestou contra o Código Florestal e a construção da Usina de Belo Monte.

Também no Espaço Humanidade 2012, promovido pelas federações das indústrias dos estados do Rio de Janeiro (Firjan) e de São Paulo (Fiesp), no Forte de Copacabana, a ministra do Meio Ambiente recebeu a Carta das Crianças para a Terra. O documento é o resultado final do projeto +Criança na Rio+20, organizado pela Fundação Xuxa Meneghel, com apoio da HRT, empresa de exploração e produção de petróleo e gás natural do Brasil.

Acompanhe a cobertura multimídia(<http://www.rio20.ebc.com.br/>) da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) na Rio+20.

Edição: Lana Cristina

Fonte: [EBC - Empresa Brasileira de Comunicação > Notícias > Rio+20\(http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-06-22/izabella-teixeira-lamenta-superficialidade-na-inclusao-de-temas-como-oceanos-e-direitos-reprodutivos-\)](http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-06-22/izabella-teixeira-lamenta-superficialidade-na-inclusao-de-temas-como-oceanos-e-direitos-reprodutivos-)

22/06/2012

Cúpula dos Povos fala a Ban Ki Moon



Fonte: <http://vitaecivilis.org/vc2012/images/stories/Imagens/Artigos/cupula%20dos%20povos.png>

Principal espaço paralelo da sociedade civil na Rio+20 entra no documento ao secretário geral da ONU formalizando seu repúdio aos resultados da conferência

Nesta manhã, 22 de junho, o encontro do secretário geral da ONU, Ban Ki Moon, recebeu de 38 representantes dos diversos segmentos da sociedade civil mundial, uma cópia do documento “Declaração Final da Cúpula dos Povos: por Justiça Social e Ambiental, em Defesa dos Bens Comuns e Contra a Mercantilização da Vida”, que repudia os resultados alcançados nas negociações oficiais da Rio+20.

Durante o encontro, Iara Pietricovsky, do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), expressou o desencanto da Cúpula com o documento oficial. Nimmo Basse, da Friends of Earth Nigeria, sintetizou a frustração da sociedade declarando que a ONU age hoje como “nós, as corporações”, em lugar de “nós, os povos”. A secretária-geral da Central Sindical Internacional (CSI), Sharan Burrow, por sua vez, apontou que os direitos dos trabalhadores foram ignorados no documento final e destacou: “Precisamos de empregos decentes e verdes”.

Marcos Apurina, da COIAB-Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira disse a Ban Ki Moon que o mundo está sangrando e que índios e quilombolas precisam ter suas terras reconhecidas. Ele pediu a Ban Ki Moon a garantia de que os países respeitem e implementem a convenção 169 da OIT que assegura o direito das populações indígenas. E o representante da Via Campesina registrou a rejeição ao conceito de economia verde e ao mecanismo REDD, qualificados como “falsas soluções”, e conclamou o secretário a promover a revisão do documento resultante das negociações.

Ban Ki Moon parabenizou a Cúpula por ter escolhido uma agenda de temas e por pensar em campanhas após a Rio+20. Ele disse entender que a Cúpula usa uma linguagem distinta da linguagem dos negociadores do Rio+20, mas acredita que todos estão alinhados na aspiração por uma vida digna e prosperidade. E destacou como pontos fortes do documento O Futuro Que Queremos: a criação de um fórum de alto nível, o apoio político para buscar o acesso universal à energia e a meta de duplicar a eficiência energética até 2030.

Sobre mudanças climáticas, ele lembrou que há um fórum específico para tratar deste assunto. Sobre economia verde, o secretário geral da ONU afirmou que não se trata de uma nova ideologia, nem de uma visão única, mas sim de “uma ferramenta para o crescimento sustentável”.

Ban Ki Moon encerrou sua fala lembrando que em seu país de origem, a Coreia do Sul, meninos e meninas são educados para olhar para cima das nuvens – metáfora utilizada para simbolizar que ele compartilha da ambição de todos por avanços. E conclamou a sociedade civil a ajudar a definir como a economia verde

pode promover a proteção social, a descarbonização do planeta, o pleno emprego verde e o trabalho decente.

Em um ponto, tanto ele como as organizações que participaram desse encontro estão de acordo: a participação da sociedade civil é importante. Lisa Gunn, coordenadora executiva do IDEC descreveu assim o encontro: “foi um diálogo pautado pela crítica contundente à fraqueza do documento e também à forma como as negociações foram conduzidas: sem compromisso concreto por parte dos governos e dominadas pelas grandes corporações”.

Fonte: [Vitae Civilis](http://vitaecivilis.org/vc2012/index.php/pt-BR/midia/noticias/294-cupula-dos-povos-fala-a-ban-ki-moon)(<http://vitaecivilis.org/vc2012/index.php/pt-BR/midia/noticias/294-cupula-dos-povos-fala-a-ban-ki-moon>)

22/06/2012

O balanço da responsabilidade corporativa



Fonte: <http://vitaecivilis.org/vc2012/images/stories/Imagens/Artigos/primeira%20chamada.jpg>

Declaração oficial da Rio+20 não menciona responsabilização das empresas, maior ambição da sociedade civil especializada, mas mantém um vestígio de resultado sobre relatórios. Coalizão de países assume o compromisso de avançar no tema

Entre especialistas da sociedade civil atuantes na Rio+20, uma das maiores ambições no tema da responsabilidade socioambiental corporativa é conhecido como accountability. Mais do que transparência e abertura de informações, trata de garantir que empresas sejam responsáveis por reparar os danos socioambientais que provocam - especialmente, as multinacionais. Não existe a uma instância internacional adequada para receber denúncias de comunidades afetadas, tampouco um corte que se encarregue dos julgamentos.

Mas o processo negociador da Rio+20 já dava indícios de que não avançaria nessa grande lacuna, desde o princípio. “Nós queríamos uma abordagem mais ampla que tratasse de accountability e direitos humanos. Mas logo ficou claro que os governos têm um grande problema com criar obrigações para as empresas”, diz Jeanett Lingan, da organização Stakeholder Forum.

Prevaleceu o tema da prestação de contas, por meio dos relatórios de sustentabilidade, único ponto de responsabilidade social corporativa (RSC) que aparece na declaração final. “Passamos a tentar pelo menos a indicação de um processo que eventualmente tornasse obrigatória a prática dos relatórios, mas não foi possível”, lamenta Jeanette.

O parágrafo 47 da declaração O Futuro que Queremos (veja abaixo, na íntegra, em inglês) apenas “encoraja” empresas a integrarem informações sobre sustentabilidade aos seus relatórios. Encoraja também governos e partes interessadas, juntamente com o setor privado, a desenvolverem “modelos de melhores práticas”, com o apoio do sistema ONU. A menção ao envolvimento da ONU foi o único vestígio das maiores ambições que permaneceu no texto. Segundo Jeanette, fica a expectativa de que uma nova força tarefa dentro da organização venha a propor processos mais ousados futuramente.

Gustavo Ferroni, especialista em RSC do Vitae Civilis, é mais cético: “O texto não indica quais partes da ONU se encarregariam desse apoio. Se for apenas no âmbito do Pacto Global, o avanço é zero”. A iniciativa Pacto Global, lançada pela ONU no ano 2000, mantém o engajamento das empresas no nível voluntário e, segundo Ferroni, é bastante criticada pela superficialidade da prestação de contas que promove.

Embora importantes pelo pioneirismo, as iniciativas voluntárias não têm sido suficientes para aprimorar as práticas corporativas no mundo todo. Jeanette cita uma pesquisa divulgada recentemente pela agência Bloomberg, com base em 68 mil corporações. Apenas 25% delas produzem relatórios de sustentabilidade. Dessa fatia, menos de um quarto teve suas publicações bem avaliadas pela agência. “É por isso que precisávamos de um processo intergovernamental, que acelerasse a evolução corporativa”, explica.

Ferroni também critica o excerto “quando apropriado”, que consta do parágrafo 47. “Isso é problemático porque nós já temos um desnível muito grande na qualidade das informações sobre sustentabilidade. Há multinacionais cujas matrizes produzem relatórios excelentes, mas cujas subsidiárias deixam muito a desejar. O texto dá a entender que não é necessário incluir todas as operações das empresas no mesmo nível de reporting”.

Desdobramento

Apesar do resultado oficial decepcionante, a questão ganhou um encaminhamento paralelo inesperado na Rio+20. O governo da África do Sul, país onde a prática dos relatórios de sustentabilidade corporativa já é obrigatória por lei, aliou-se a Brasil, França e Dinamarca para lançar uma coalizão apelidada de “Amigos do artigo 47”. A ideia é que os países troquem experiências sobre modelos de regulamentação e ajudem a fortalecer as políticas necessárias em outros países.

Para Jeanette, é interessante que esses governos encontrem formas de harmonizar suas políticas de forma que mais e mais nações mantenham práticas comparáveis. Ela também recomenda que a coalizão abra espaço para participação da sociedade civil, mas, especialmente, das chamadas “partes interessadas” ou “stakeholders”. São os atores diretamente envolvidos ou afetados pelas operações das empresas e que podem dizer melhor do que ninguém quais informações são importantes e de que forma devem ser apresentadas.

Veja abaixo o parágrafo da declaração O Futuro que Queremos, que trata da de responsabilidade social corporativa:

“47 - We acknowledge the importance of corporate sustainability reporting and encourage companies, where appropriate, especially publicly listed and large companies, to consider integrating sustainability information into their reporting cycle. We encourage industry, interested governments as well as relevant stakeholders, with the support of the UN system, as appropriate, to develop models for best practice and facilitate action for the integration of sustainability reporting, taking into account the experiences of already existing frameworks, and paying particular attention to the needs of developing countries, including for capacity building.”

Fonte: [Vitaecivilis](http://vitaecivilis.org/vc2012/index.php/pt-BR/midia/noticias/292-o-balanco-da-responsabilidade-corporativa)(<http://vitaecivilis.org/vc2012/index.php/pt-BR/midia/noticias/292-o-balanco-da-responsabilidade-corporativa>)

22/06/2012

Refugiados por catástrofes climáticas

por Fabíola Ortiz, da IPS



Crianças refugiadas no leste da África.

Foto: Acnur

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/c48-300x199.jpg?9d7bd4>

Rio de Janeiro, Brasil, 21/06/2012 (TerraViva) – O êxodo de populações da Somália para o Quênia ou Etiópia de finais de 2010 e ao longo de 2011 aponta para a discussão de uma nova preocupação mundial: os refugiados climáticos que se veem obrigados a deslocar-se para países vizinhos após serem atingidos por extremos do clima.

Este deslocamento em massa em alguns países africanos, em especial do leste do continente, é ocasionado por longos períodos de seca somado aos conflitos armados que existem na região.

Este tema tem sido motivo de preocupação para o escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), que aproveitou a Conferência Rio+20 para lançar, nesta quinta-feira, dia 21 de junho, o relatório “Mudanças climáticas, vulnerabilidade e mobilidade humana”.

O estudo se baseia no relato de 150 refugiados do Leste da África e avalia as tendências globais para o deslocamento forçado e suas relações com mudanças climáticas e desastres naturais.

O relatório foi realizado pelo ACNUR em parceria com o Instituto para Meio Ambiente e Segurança Humana da Universidade das Nações Unidas com o apoio da London School of Economics e a Universidade de Bonn, na Alemanha.

Segundo o reitor da Universidade da ONU, Konrad Osterwalder, “o relatório dá destaque à importância para a necessidade de compreender as experiências reais de pessoas vulneráveis que sofrem com os estresses ambientais”.

O alto comissário para Refugiados, Antonio Guterres, reconheceu que o relatório vem a confirmar relatos de refugiados que sofrem com extremos climáticos há alguns anos.

“Os refugiados fazem de tudo para continuar vivendo em suas casas e em suas terras, mas quando as suas colheitas já não rendem, seus estoques de alimentos e cultivos já não garantem a subsistência, eles não tem outra alternativa que não se mudar”, afirmou Guterres.

Desde os anos 1950 que chove cada vez menos no leste da África. Crédito: Acnur

“Estou convencido que as mudanças no clima irão piorar ainda mais as crises de deslocamentos no mundo. É muito importante que o mundo ajude a reagir e a dar respostas a estes desafios”, anunciou em Guterres.

De acordo com o porta-voz do ACNUR no Brasil, Luiz Fernando Godinho, ainda não há uma definição técnica sobre o termo ‘refugiado climático’, mas admite que, de fato, cada vez mais pessoas se deslocam no mundo em decorrência de fenômenos associados ao clima. E à medida que avançam os impactos ambientais, o número de deslocados só tende a piorar.

“O ACNUR fez um apelo na Rio+20 para que estejamos atentos para a existência de refugiados que se deslocam por força de mudanças extremas do clima. Não há por parte da comunidade internacional um conjunto de medidas e convenções para dar garantias a essas pessoas que se movem por desastres naturais”, disse Godinho à IPS.

Existem no mundo 15 milhões de refugiados, dos quais 10 milhões estão sob o mandato das Nações Unidas. No entanto, não é possível saber quantos destes foram deslocados por força de catástrofes naturais.

Apenas a Somália, o terceiro maior país em número de refugiados tem hoje 1.1 milhão de refugiados, três vezes mais que em 2004. O país sofre com conflitos armados, mas também com crises associadas à seca e à fome.

* *Publicado originalmente no site [TerraViva](http://www.ips.org/TV/rio20/refugiados-por-catastrofes-climaticas/)(<http://www.ips.org/TV/rio20/refugiados-por-catastrofes-climaticas/>).*

Fonte: TerraViva/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/refugiados-por-catastrofes-climaticas/)(<http://envolverde.com.br/noticias/refugiados-por-catastrofes-climaticas/>)

22/06/2012

Megacidades enfrentam escolhas de vida ou morte

por Julio Godoy, da IPS



Barracos perto de cursos de água são uma visão comum em Manila.

Foto: Kara Santos/IPS

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/c67.jpg?9d7bd4>

Rio de Janeiro, Brasil, 20/06/2012 (TerraViva) – O clichê de que cúpulas gigantescas como a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, são “grandes demais para ter sucesso” também pode ser aplicado para as megalópoles dos nossos dias, tais como o Rio de Janeiro: elas são simplesmente grandes demais para se tornarem verdes e sustentáveis.

E ainda assim, este é precisamente o compromisso assumido pelos prefeitos das 59 maiores cidades do mundo, reunidas no chamado grupo C-40. Em um evento paralelo durante a Rio+20, os prefeitos do grupo C-40 lembraram que os maiores centros urbanos do mundo têm “o potencial de reduzir as suas emissões anuais de gases de efeito estufa em mais de um bilhão de toneladas até 2030”, uma quantidade equivalente às emissões anuais de México e Canadá juntos. Agora, os prefeitos querem reduzir as emissões em 45% até 2030.

Atenção para a palavra “potencial” – onipresente nestes dias de admissões humildes de bem conhecidos dados científicos sobre catástrofes concretas, e promessas vagas para enfrentar os problemas em algum momento no futuro. Na verdade, megalópoles em todo o mundo, do Rio de Janeiro à Cidade do México, de Tóquio a Xangai, têm um vasto potencial para reduzir sua poluição, porque elas são grandes poluidoras em primeiro lugar. Uma megalópole por si só constitui um desperdício sem sentido de energia, humana ou não.

Para mudar isso, as cidades precisam lançar uma revolução improvável e possivelmente pouco popular, que poderia afetar praticamente todos os aspectos da vida, dos transportes e a gestão de resíduos, até a geração e o consumo de eletricidade, o abastecimento de alimentos e a gestão populacional. Para uma tal revolução ter sucesso, as cidades deveriam parar de atrair populações rurais em busca de uma vida melhor nos grandes centros urbanos. Se a revolução fosse bem-sucedida, as megalópoles se tornariam capitais de países de contos de fadas, algo improvável de se tornar realidade em nossas vidas.

Vamos começar com o transporte. É sabido que a atividade de transporte é responsável por 13% de todos os gases de efeito estufa gerados pelo homem, e por 23% do dióxido de carbono (CO₂) do mundo, provenientes da combustão de combustíveis fósseis. A dependência do petróleo é de assustadores 95%, sendo o setor responsável por 60% do consumo total de petróleo. Para reduzir a sua quota de poluição, as cidades teriam de oferecer transporte público eficiente e, simultaneamente, desencorajar o uso de

automóveis particulares, aumentando substancialmente a tributação e os preços dos combustíveis, e limitando o acesso aos centros urbanos.

As cidades teriam de incentivar o uso de bicicletas, aumentar significativamente a eficiência de motores de combustão para reduzir os gases de escape e garantir a segurança para os usuários do transporte público, especialmente nos países em desenvolvimento. Hoje, o crime é um importante fator desestimulante para os cidadãos, particularmente as mulheres, usarem o transporte público.

Seria um eufemismo chamar esse conjunto de metas algo difícil de alcançar, caro, e muito provavelmente impopular. Mas isso é só o começo da lista de coisas a fazer para administrações e planejadores urbanos.

Embora o aquecimento não seja um problema grave nas cidades tropicais, ele o é em países com invernos frios. Nesses locais, otimizar o isolamento térmico dos edifícios é uma obrigação, e também é ter sistemas de condicionamento de ar mais eficientes durante os verões quentes. Isto requer enormes investimentos privados, que precisam do apoio de agências estatais de crédito, e cortes de impostos para torná-los atraentes para os cidadãos. Edifícios-modelo com emissões zero já existem em alguns países industrializados – mas eles são modelos, ainda estão muito longe de se tornarem o padrão da política habitacional.

Além disso, as cidades terão de depender cada vez mais em fontes renováveis – sol, vento, biomassa. Elas devem desencorajar resíduos, especialmente plástico, alumínio e outros compostos não degradáveis. Quando os resíduos são inevitáveis, eles devem ser reciclados. Cidades terão de usar fontes locais e regionais de alimentos para reduzir ainda mais as emissões dos transportes. E assim por diante ...

Como já mencionado, a cidade sustentável do futuro não apenas deveria desencorajar a migração vinda do campo, como também teria que incentivar o retorno para as áreas rurais para reduzir a sua própria população. Em outras palavras, a cidade sustentável do futuro teria que espelhar o país sustentável do futuro, que oferece oportunidades para populações em áreas rurais, cruzadas por mais por ferrovias do que por rodovias, o país verde e socialmente justo de nossos sonhos.

Esse país não está logo ali na esquina, e certamente não se tornará possível por meio dessas conferências gigantescas, como a Rio+20. Esse país, os cidadãos terão de construir por conta própria.

* Publicado originalmente no site [Terra Viva](http://envolverde.com.br/noticias/megacidades-enfrentam-escolhas-de-vida-ou-morte/www.ips.org/TV/rio20/megacidades-enfrentam-escolhas-de-vida-ou-morte/)([http://envolverde.com.br/noticias/megacidades-enfrentam-escolhas-de-vida-ou-morte/](http://envolverde.com.br/noticias/megacidades-enfrentam-escolhas-de-vida-ou-morte/www.ips.org/TV/rio20/megacidades-enfrentam-escolhas-de-vida-ou-morte/)).

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/megacidades-enfrentam-escolhas-de-vida-ou-morte/)(<http://envolverde.com.br/noticias/megacidades-enfrentam-escolhas-de-vida-ou-morte/>)

22/06/2012

Sociedade civil frustrada por “completo fracasso” da Rio+20

por Amantha Perera e Claudia Ciobanu, da IPS



“Há muito teatro para tentar demonstrar que o resultado tem êxito”, disse Naidoo.

Foto: Amantha Perera/IPS

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Chamada410.jpg?9d7bd4>

Rio de Janeiro, Brasil, 22/06/2012 – O resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, até agora é um fiasco para as organizações não governamentais, que rejeitaram o documento final negociado pelos governos. O diretor-geral do Greenpeace, Kumi Naidoo, qualificou de “completo fracasso” o resultado desse encontro, por sua falta de metas concretas e prazos.

A organização Greenpeace foi uma das mais duras críticas das negociações nos últimos meses sobre a declaração final da Conferência. “Há muitas voltas e muito teatro para tentar demonstrar que o resultado é positivo”, disse Naidoo, ontem, um dia antes do encerramento oficial da cúpula. “Há pontos de referência específicos? Há recursos específicos (comprometidos)?”, questionou. “A realidade é que é um completo fracasso nesse sentido”, ressaltou.

Naidoo afirmou que o fracasso da Conferência não deve ser atribuído plenamente ao Brasil, mas acrescentou que a nação organizadora deve aceitar parte da culpa por ter pressionado por um consenso sem importar sua consistência. “Muitos governos se queixaram da forte pressão que o Brasil exercia para obter um acordo a qualquer custo”, opinou, acrescentando que o resultado final é um documento com poucas ambições. Naidoo também criticou as nações ricas por defenderem apenas seus interesses.

Alguns funcionários da Organização das Nações Unidas (ONU) que acompanharam de perto o processo reconheceram que houve pressão sobre os negociadores. Um deles declarou ao TerraViva que muitos países concordavam que a declaração não oferecia soluções para as crises mais graves que a humanidade enfrenta, mas que não podiam dizer isso publicamente. Naidoo destacou que a declaração, por carecer de objetivos específicos, não freará os problemas crescentes da mudança climática, a perda de biodiversidade e o desmatamento.

“O mínimo aceitável são todas essas coisas fundamentais sobre o meio ambiente e o clima, que são problemas muito graves. Todos os sinais indicam que o tempo está se esgotando. No contexto de compromissos específicos com recursos apropriados, declaramos o resultado um fracasso épico”, enfatizou Naidoo. As ONGs presentes à Rio+20 se queixam de que foram consultadas sobre o documento final somente no último minuto, quando já não podiam incidir de maneira significativa sobre ele.

Ao falar na cerimônia de abertura do segmento oficial da Conferência, no dia 20, quando se supunha que os chefes de Estado e de governo deveriam rubricar o documento apresentado pelo Brasil, o representante de uma organização afirmou: “O texto perdeu completamente contato com a realidade, e as ONGs presentes no Rio não o aprovam”. Este representante (identificado pela imprensa brasileira como Waek Hamidan, do Climate Action Network Europe) insistiu em que o texto é um fracasso por não abordar temas cruciais como a eliminação de subsídios aos combustíveis fósseis e para a energia nuclear, nem estabelecer passos concretos para frear a deterioração dos mares internacionais.

O ativista também pediu que, se o texto permanecer como está agora, sejam eliminadas as menções à sociedade civil da introdução. As ONGs presentes no Rio de Janeiro expressaram profunda decepção pelo documento final, embora nem todas necessariamente estejam de acordo com a eliminação das menções à sociedade civil no documento.

Barbara Stocking, diretora-executiva da Oxfam, disse ao TerraViva que sua organização aprova a eliminação da referência à sociedade civil no texto. “Basicamente, a sociedade civil não está de acordo com essa série de declarações”, afirmou. “Os aspectos básicos estão, mas não há nada ali realmente pelo qual a sociedade civil tenha lutado. Não houve um adequado processo para envolver a sociedade civil”, acrescentou. “O diálogo só começou às vésperas da atual seção de alto nível, e não houve meios para poder incidir, pois o texto já estava fechado”, ressaltou.

Por sua vez, Sharon Burrow, secretária-geral da Confederação Sindical Internacional, teve uma postura diferente. “Apoio a ambição, mas meu desafio não é sermos eliminados do texto, mas esclarecer o que realmente significa codeterminação (participação nas decisões) para avançar”, esclareceu. “Nós, a sociedade civil, os sindicatos, representamos o povo assim como os políticos. Eles nos apresentaram um texto final pouco antes de começar a cúpula, e isso foi muito frustrante”, observou.

Segundo Naido, “não se trata de uma palavra em particular no texto, mas do fato de que, se falarmos seriamente em tomar decisões compartilhadas, devemos nos dizer como participaremos”.

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/sociedade-civil-frustrada-por-completo-fracasso-da-rio20/)(<http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/sociedade-civil-frustrada-por-completo-fracasso-da-rio20/>)

22/06/2012

Documento final da Rio+20 é oficialmente adotado por mais de 190 países



Presidente Dilma encerra as atividades da Rio+20

Foto: AFP

Fonte: <http://img1.ne10.uol.com.br/repositorio/noticia/2fb6c71792eb6fdc09b94ef8d21c4584.jpg>

O documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, foi aprovado nesta sexta-feira (22) sem alterações pelos chefes de Estado e Governo e oficialmente adotado por mais de 190 países. O texto havia sido finalizado na manhã de terça-feira (19), depois de seis dias de discussões entre os negociadores.

O documento traz compromissos como o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), a criação de um Fórum Político de Alto Nível Internacional e o desenvolvimento sustentável com erradicação da pobreza, entre outros.

Ao final da conferência, Bolívia e Equador fizeram ressalvas a alguns pontos do documento, como a redução dos subsídios aos combustíveis fósseis. Ambos disseram que não vão aceitar qualquer monitoramento externo a suas políticas energéticas internas. A Bolívia também disse rechaçar o conceito de economia verde que, para o governo, é o mesmo que mercantilizar a natureza.

A Santa Sé, que representa a Igreja Católica e o Estado do Vaticano, fez ressalvas à menção a métodos de planejamento familiar e ressaltou a família como indispensável ao desenvolvimento. Já a União Europeia e o Peru ressaltaram que queriam um documento mais ambicioso, mas consideraram o texto um avanço.

Fonte: Agência Brasil/NE10 > Notícias > Cotidiano (<http://ne10.uol.com.br/canal/cotidiano/rio20/noticia/2012/06/22/documento-final-da-rio20-e-oficialmente-adotado-por-mais-de-190-paises-350502.php>)

22/06/2012

Para grupos da Cúpula dos Povos, texto da Rio+20 'é um fracasso'

Eles dizem que Ban ki-moon respondeu questionamentos de forma genérica. Grupos da Cúpula dos Povos se reuniram em coletiva na Lapa.

por Renata Soares do G1 RJ

Coordenadores da Cúpula dos Povos, evento paralelo à Rio+20, se reuniram em uma coletiva na tarde desta sexta-feira (22), para fazer um balanço da conferência das Nações Unidas. Durante a coletiva, um dos integrantes do grupo, Dacir Frigo, enfatizou que o texto final é um fracasso e vai sofrer pequenas alterações.

"Desde o início das negociações, sabíamos que tínhamos que encarar de frente todas as questões. No entanto, tivemos falsas soluções e o texto foi um fracasso", disse.

Frigo ainda criticou a postura do secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon. "O secretário respondeu nossos questionamentos de forma genérica e pouco contundente. Estamos inconformados", concluiu.

Texto final da Cúpula dos Povos

O texto final da Cúpula dos Povos foi lido na tarde desta sexta-feira (22) pelos integrantes da Cúpula dos Povos Fátima Melo e Dacir Frigo, no Aterro do Flamengo, na Zona Sul do Rio de Janeiro.



Integrantes da Cúpula dos Povos, Fátima Melo e Dacir Frigo fazem leitura do texto

Foto: Rodrigo Gorosito/G1

Fonte: http://s2.glbimg.com/kBSOI04ZS15UB8AdVwzoPCPY064Em0f6gPqUoRVO5E5loz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/22/aterro2.jpg

O texto, com o título "Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental em Defesa dos Bens Comuns", contra a mercantilização da vida, denuncia o que chama de roteiro falido com falsas soluções.

"As alternativas estão em nossos povos, nossa história, nossos costumes, conhecimentos, práticas e sistemas produtivos, que devemos manter, revalorizar e ganhar escala como projeto contra-hegemônico e

transformador (...). A Rio+20 repete o falido roteiro de falsas soluções defendidas pelos mesmos atores que provocaram a crise global."

A leitura do texto foi aplaudida pela plateia e terminou com 14 quesitos ressaltados, como reconhecimento da democratização dos meios de comunicação, da garantia e conquista de direitos, entre outros.



Plateia durante a leitura do documento

Foto: Rodrigo Gorosito/G1

Fonte: http://s2.glbimg.com/pYkRx8oRCITbOqdcMJZ4qYCygduVrB1KsQHldoqg3JNloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/22/aterro1_1.jpg

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20\(http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/para-grupos-da-cupula-dos-povos-texto-da-rio20-e-um-fracasso.html\)](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/para-grupos-da-cupula-dos-povos-texto-da-rio20-e-um-fracasso.html)

22/06/2012

Dilma diz que documento final da Rio+20 é 'ponto de partida'

Presidente afirmou que Brasil teve que construir 'consenso possível'. Países ricos não quiseram avançar no financiamento de ações, disse.

por Nathalia Passarinho e Giovana Sanchez do G1, no Rio

A presidente Dilma Rousseff afirmou nesta sexta-feira (22), último dia da Rio+20, que o [documento final da conferência](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/onu-publica-texto-final-da-rio20.html) (<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/onu-publica-texto-final-da-rio20.html>), acordado por todas as delegações, é um "ponto de partida", a partir do qual cada país deverá avançar no sentido de alcançar o desenvolvimento sustentável. Segundo ela, uma discussão com 193 países participantes da conferência sobre proteção ambiental, erradicação da pobreza e crescimento sustentável só pode levar à "construção do consenso possível".



A presidente Dilma Rousseff, durante entrevista coletiva na Rio+20

Foto: Alexandre Durão/G1

Fonte: http://s2.glbimg.com/XemxEV3SM1RH0KrUHuoDeh-vXXZn13lg842G0V2znPploz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/22/dilma_2.jpg

"O Brasil ficou responsável por construir um consenso possível. O consenso possível é um ponto de partida e não de chegada. Isso não significa que a partir daí os países não possam ter suas próprias políticas", afirmou.

A presidente destacou que é preciso agora exigir que "a partir desse documento, as nações avancem". "O que não podemos conceber é que alguém fique aquém dessa posição", declarou.

Dilma ressaltou que a Rio+20 é uma conferência "multilateral" e que, portanto, precisa considerar as posições e o nível de comprometimento de todas as nações participantes.

Segundo ela, o documento final da Rio+20 não atende a todas as expectativas dos brasileiros porque o Brasil é comprometido com o desenvolvimento sustentável, mas atende às expectativas da Conferência, já

que é resultado de um acordo entre quase 200 países. De acordo com essas expectativas, de um diálogo multilateral, ela se disse "amplamente satisfeita".

"Nós não temos que como chegar a uma posição em comum sem levar em conta que os países têm estágios diferenciados de compromisso. O que acho que é importante é que, quando você tem um documento escrito, ninguém pode negar ou esquecer o que está escrito. A vantagem é, primeiro, que foi escrito por centenas de países e, segundo, que está escrito", disse.

A presidente lamentou o fato de não haver compromissos concretos de financiamento das ações voltadas ao desenvolvimento sustentável. Ela explicou que os países desenvolvidos não quiseram incluir a questão no texto final da conferência.

"Os países não quiseram assinar a questão do financiamento. Uma das formas é colocar isso na pauta. Os países desenvolvidos não querem que isto seja posto na pauta. Então, só dá para avançar daqui para frente. Para avançar mais vai, ter de ter a construção de um consenso", disse.

Sobre as críticas das ONGs e grupos da sociedade civil de não terem sido bem representados, Dilma disse que foi construído um espaço, por iniciativa do governo brasileiro, para escutá-los e que não daria para igualar o peso da voz de uma pessoa com a de uma nação.

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20\(http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/dilma-diz-que-documento-final-da-rio20-e-ponto-de-partida.html\)](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/dilma-diz-que-documento-final-da-rio20-e-ponto-de-partida.html)

22/06/2012

Hillary Clinton anuncia iniciativa para financiar energia limpa na África

Secretária de Estado dos EUA lançou projeto na Rio+20.
Financiamento de US\$ 20 milhões foi aprovado pelo Congresso americano.

do G1, no Rio

A secretária de Estado americana anunciou nesta sexta-feira (22) uma iniciativa para financiar e apoiar projetos de energia limpa na África. [Hillary Clinton](http://g1.globo.com/topico/hillary_clinton/) fez um breve discurso no Riocentro, onde ocorre a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, onde falou sobre a importância das parcerias, já que “os Estados não podem resolver tudo sozinhos.”

“Todos dizem que são a favor da energia limpa, mas chegou a hora de agir. A África é abençoada com recursos naturais abundantes, no entanto, apenas um em cada quatro domicílios africanos tem energia”, disse ela. Segundo a secretária, um financiamento de US\$20 milhões foi aprovado pelo Congresso americano para impulsionar projetos de energia limpa no continente.



Hillary Clinton durante o lançamento da iniciativa, na Rio+20

Foto: Alexandre Durão/G1

Fonte: http://s2.glbimg.com/gL1ah1m-O1MQ0Iq2rXtrMShX-pyXhB9s3speagiOg_ICIW4r4JOHluoEA2jBS9yDm/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/22/1foto_8.jpg

A proposta americana objetiva apoiar investidores ou desenvolvedores que precisam de um pequeno fundo para iniciar seus projetos, que serão focados na construção de locais geradores de energia renovável, em melhorias na eficiência energética e no desenvolvimento de instalações que apoiem o mercado de energia limpa.

Logo após o lançamento da iniciativa, [Hillary falou na plenária da cúpula de alto nível da Conferência, onde defendeu o direito de reprodução da mulher](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/e-um-tempo-para-sermos-pragmaticos-mas-otimistas-diz-hillary.html) (http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/e-um-tempo-para-sermos-pragmaticos-mas-otimistas-diz-hillary.html). O trecho que falava sobre a proteção desses direitos foi retirado do acordo da Rio+20, após oposição de alguns países e do Vaticano.

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/hillary-clinton-anuncia-iniciativa-para-financiar-energia-limpa-na-africa.html) (http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/hillary-clinton-anuncia-iniciativa-para-financiar-energia-limpa-na-africa.html)

22/06/2012

Rio+20 termina com um trilhão de reais em acordos

Embora documento tenha sido considerado fraco, ONU se esforça para mostrar conquistas da conferência por Maria Fernanda Ziegler, enviado ao Rio

No último dia da conferência, o que mais se ouvia falar era para que se olhasse o que está por vir após o documento da conferência das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável. O secretário geral da Rio+20 (<http://ultimosegundo.ig.com.br/rio20/>), Sha Zukang, disse que na conferência foram registrados 692 compromissos no valor total de 513 bilhões de dólares (um trilhão de reais).

Só o Banco para o Desenvolvimento Asiático anunciou 175 bilhões de dólares (360 bilhões de reais) em dez anos para tornar o sistema de transporte mais sustentável na Ásia, África e na América Latina. “Esperamos financiar todos os tipos de transporte”, disse Bindu N. Lohani, vice-presidente de sustentabilidade da instituição.

Sha Zukang afirmou ainda que foram registrados vários compromissos individuais. “A Onu facilitou o registro destes comprometimentos”, comemorou. [No fórum do Pacto Global](http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/2012-06-11/apenas-um-terco-das-empresas-de-fato-realizam-praticas-sustentaveis.html) (<http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/2012-06-11/apenas-um-terco-das-empresas-de-fato-realizam-praticas-sustentaveis.html>) foram anunciados mais de 200 compromissos empresariais.

Outros benefícios

O texto, inicialmente, muito criticado por não incluir um fundo de US\$ 30 bilhões anuais para financiar o Desenvolvimento Sustentável e não elevar o Programa da ONU para o Meio Ambiente (Pnuma) ao status de agência especializada acabou sendo elogiado pelo próprio dirigente do programa. “Vivemos num mundo com problema e estávamos indo para o lado errado”, disse Achim Steiner, secretário geral do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

“Pela primeira vez, viu-se países discutindo sobre fortalecer o Pnuma”, contentou Steiner. Atualmente 90% do dinheiro do Pnuma vem de doação. Steiner afirmou que o documento representa é o reflexo da situação mundial no momento, embora reafirme questões importantes e inclua novas. “Vinte anos depois ainda não podemos entregar o melhor que o desfecho da cúpula da terra”, disse, referindo-se à Eco92.

Antonio Freitas, da Fundação Getulio Vargas (FGV) disse que sustentabilidade vai entrar no currículo escolar brasileiro em todos os níveis. “Haverá testes sobre sustentabilidade das escolas básicas a universidades”, disse.

Izabella Teixeira também destacou que outro legado da Rio+20 além do [Centro Mundial de Desenvolvimento Sustentável](http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/2012-06-22/brasil-e-pnud-assinam-criacao-de-centro-mundial-para-o-desenvolvimento-sustentavel.html) (<http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/2012-06-22/brasil-e-pnud-assinam-criacao-de-centro-mundial-para-o-desenvolvimento-sustentavel.html>), anunciado hoje, é a obrigação de países, expressas no documento final, de efetuarem mudanças para novos padrões de consumo, os avanços para a inclusão do desenvolvimento sustentável em medidas como o PIB e também os avanços para um novo tratado da conservação marinha.

Compromissos dos países

A Alemanha anunciou que vai fechar todas as usinas nucleares até 2022 e aumentar em 80% as fontes de energia limpa. O Ministro do Meio Ambiente da Alemanha afirmou em discurso no plenário da Rio+20 [que o país reduzirá em 95% as emissões de dióxido de carbono até 2050](http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/2012-06-22/alemanha-promete-80-de-energia-limpa-ate-2050-e-propoe-metas-ambiciosas.html) (<http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/2012-06-22/alemanha-promete-80-de-energia-limpa-ate-2050-e-propoe-metas-ambiciosas.html>). A secretária de Estado americana Hillary Clinton prometeu doar 20 milhões de dólares (41 milhões de reais) para instalar energia verde na África. Já a China, um dos maiores emissores de carbono do planeta, prometeu o aporte de US\$ 6 milhões (cerca de R\$ 12 milhões) para um fundo de financiamento de programas de proteção do meio ambiente em países em desenvolvimento.

* Colaborou Anderson Dezan, iG Rio de Janeiro

Fonte: [iG > Último Segundo > Notícias Ciência > Meio Ambiente > Especial Rio+20](http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/2012-06-22/rio+20-termina-com-um-trilhao-de-reais-em-acordos.html) (<http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/2012-06-22/rio+20-termina-com-um-trilhao-de-reais-em-acordos.html>)

23/06/2012

Cúpula repete promessas e adia ações para 2015

por *CLAUDIO ANGELO, FERNANDO RODRIGUES, ENVIADOS ESPECIAIS AO RIO e DENISE MENCHEN DO RIO*

A Conferência das ONU sobre Desenvolvimento Sustentável terminou exatamente como começara: num tom melancólico e sem surpresas.

Num mundo vitimado pela crise econômica, os 114 líderes reunidos no Riocentro contentaram-se em repetir as promessas feitas em 1992 e adiar de novo ações que a ciência aponta como urgentes.

Aprovaram um documento de 53 páginas, "O Futuro que Queremos", que, diante da falta de perspectiva de consenso em temas como financiamento, acabou desidratado pelo país anfitrião.

Foi fechado três dias antes do encerramento e amplamente criticado em todo o período.

DATA MÁGICA

O texto fixa o ano de 2015 como nova data mágica da sustentabilidade global. É quando deverão entrar em vigor os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ideia lançada no Rio e que deverá ganhar definições de temas e metas a partir de 2013.

Os objetivos são o principal processo internacional lançado pela Rio+20, que também prometeu adotar um programa de dez anos para rever os padrões de produção e consumo da humanidade.

Outras decisões esperadas, como um mecanismo de financiamento ao desenvolvimento sustentável e um acordo sobre a proteção do alto-mar, ficaram para depois.

"Se você quer uma imagem, é como trocar as cadeiras de lugar no Titanic", disse Kumi Naidoo, diretor-executivo do Greenpeace, fazendo um balanço da reunião.

A presidente Dilma Rousseff, que encerrou a conferência ontem à noite, disse que a Rio+20 é "um ponto de partida e não ponto de chegada".

Para ela, o documento foi o possível, mas "é óbvio que não atende" à prática brasileira. "Não posso medir todos os países com a medida do Brasil. O multilateralismo se respeita. Pode querer diferente, mas se não deu, não pode criticar [o consenso]."

O secretário-geral da conferência, Sha Zukang, afirmou que parte do legado da Rio+20 são os compromissos voluntários firmados entre setor privado, governos e sociedade civil. Segundo ele, foram registrados 692 acordos, que irão direcionar R\$ 1,6 trilhões ao desenvolvimento sustentável nos próximos dez anos.

A maior parte dos recursos virá de oito bancos de desenvolvimento, que se comprometeram a destinar R\$ 350 bilhões a projetos sustentáveis de transporte na Ásia, na América Latina e na África.

O coordenador-executivo da Rio+20, Brice Lalonde, comparou este documento final com o da Eco-92.

"Embora não pareça tão espetacular como o de 92, o resultado hoje talvez seja mais sério, porque nem tudo que foi acordado em 92 foi implementado", disse.

Sha, porém, lançou uma nota de cautela, lembrando que os compromissos assumidos pelos países na cúpula de Copenhague, em 2009, não foram cumpridos até hoje.

O FUTURO QUE ELES QUISERAM

O que era esperado e o que a Rio+20 produziu na prática



Transição para a economia verde

ESPERADO Como financiar a transição para a economia verde e o acesso a tecnologias mais limpas

RESULTADO Economia verde aparece no texto final como um dos "instrumentos" para o desenvolvimento sustentável, mas sai da Rio+20 sem um conjunto rígido de regras



Status do PNUMA

ESPERADO Que o PNUMA (programa ambiental da ONU) se tornasse uma agência independente da ONU com contribuições de todos os países-membros

RESULTADO Países concordaram em "fortalecer" e promover "mudança de patamar" do Pnuma, mas não o transforma em agência



PIB

ESPERADO Que fosse lançado processo na ONU para desenvolver indicadores econômicos que complementassem ou substituíssem o PIB

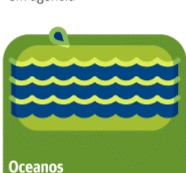
RESULTADO Assembleia-Geral da ONU pede que Comissão de Estatística das Nações Unidas estude indicadores de crescimento para "complementar" PIB



Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)

ESPERADO Que fossem definidas metas sociais e ambientais para substituir as atuais Metas do Milênio, que terminam em 2015

RESULTADO Assembleia Geral da ONU criar neste ano grupo de trabalho de 30 integrantes para propor metas de desenvolvimento sustentável em 2013



Oceanos

ESPERADO Que saísse da Rio+20 um acordo de implementação da Convenção da ONU sobre o direito do mar, de 1982, para proteger a biodiversidade em alto-mar

RESULTADO Texto apenas menciona "tomar uma decisão" até 2015 sobre criar ou não esse instrumento



Pobreza

ESPERADO Metas para erradicação da pobreza

RESULTADO Texto final menciona que é "essencial haver sistemas de proteção social para reduzir as desigualdades e a exclusão social", mas definição das metas deve vir com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ESSA FOI A MAIOR CONFERÊNCIA JÁ REALIZADA PELA ONU

45.381

pessoas participaram do evento

188 países

levaram suas delegações

9.856

membros de ONGs

US\$ 513

foram mobilizados para o desenvolvimento sustentável

22.jun ▶ No encerramento da Rio+20, Dilma diz que o texto final da Rio+20 é um ponto de partida. Fundo proposto de US\$ 30 bilhões para países ricos ajudarem os pobres ficou de fora

▶ Hillary Clinton anuncia a criação de um fundo de US\$ 20 milhões para energia limpa na África

▶ Índios entregam um documento à ONU com exigências sobre conservação da natureza

21.jun ▶ Dilma discursa no Fórum das Mulheres Líderes e é criticada por Gro Brundtland, ex-premiê da Noruega, por ter deixado direitos reprodutivos femininos de fora

▶ Ambientalistas e ONGs entregam para ONU o documento "A Rio+20 que não queremos" criticando os resultados da cúpula

20.jun ▶ Abertura oficial da conferência da ONU. Governo brasileiro fala em "avanços" e em "ambição". Ban Ki-moon, secretário-geral da ONU, diz que esperava um texto menos tímido

▶ Marcha dos Povos leva 50 mil pessoas ao centro do Rio

▶ Presidente da ONU Mulheres, Michele Bachelet, critica a retirada do termo "direitos reprodutivos" do texto

17.jun ▶ ONU lança o IRI (Índice de Riqueza Inclusiva), nova forma de medir riqueza que inclui, no cálculo do crescimento econômico dos países, recursos como áreas agrícolas, florestas, combustíveis fósseis e reservas minerais

▶ Brasil tira criação da Agência Ambiental na ONU do texto em negociação

18.jun ▶ Seguem as negociações. Vaticano pressiona para retirada de trechos sobre direito reprodutivo do texto a ser discutido na cúpula

19.jun ▶ A rede C-40, que reúne grandes cidades do mundo, anuncia a intenção de evitar 45% das emissões de gases de efeito estufa previstas para 2030

▶ Último dia de negociações. O documento final "O futuro que queremos" é concluído de maneira genérica e adia definições sobre financiamento e metas para 2014 e 2015. Desfecho desagradou mulheres, ambientalistas e movimentos sociais



16.jun ▶ Brasil tenta salvar a cúpula colocando a proteção de mares como prioridade

▶ Dez ONGs e o Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) lançam um documento sobre a agenda ambiental brasileira desde a Rio-92. Para eles, pior retrocesso é o novo Código Florestal em tramitação

15.jun ▶ Documento da cúpula, que já deveria estar concluído, só tem 28% de acordo. Negociações são adiadas até a véspera do início da conferência

14.jun ▶ Financiamento de países ricos a pobres para o desenvolvimento sustentável trava sob alegação da crise

▶ Exposição Humanidade no Forte de Copacabana, evento paralelo à Rio+20, atrai cerca de 10 mil pessoas por dia

13.jun ▶ Começam as negociações do documento a ser debatido pela cúpula. Presidente Dilma Rousseff pediu "compromisso" nas negociações

▶ G-77 (grupo de países pobres e emergentes) propõe a criação de um fundo de US\$ 30 bilhões para o clima

Imagem: Editoria de Arte/Folhapress

Fonte: <http://f.i.uol.com.br/folha/cotidiano/images/121741282.gif>

Fonte: BOL Notícias(<http://noticias.bol.uol.com.br/ciencia/2012/06/23/cupula-repete-promessas-e-adiacoes-para-2015.jhtm>)

25/06/2012

A economia verde é uma enganação, afirmam ativistas

por Thalif Den, da IPS

A economia verde é uma enganação, afirmam ativistas



“A omissão dos direitos reprodutivos é um passo atrás em relação a acordos anteriores”, declarou Gro Harlem Brundtland.

Foto: UN Photo/Mark Garten

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/IPS44.jpg?9d7bd4>

Rio de Janeiro, Brasil, 25/06/2012 (TerraViva) – A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, terminou com ganhadores e perdedores, mas principalmente com perdedores. A Organização das Nações Unidas (ONU) e o Brasil, junto com as grandes empresas, deram um giro positivo no resultado da Conferência, realizada 20 anos depois da Cúpula da Terra.

Seu resultado foi um novo documento histórico que mudará o mundo, segundo afirmaram. No entanto, a maioria dos representantes da sociedade civil e feministas expressaram sua desilusão e indignação pelo texto final, intitulado O Futuro que Queremos, aprovado no dia 22 pelos líderes mundiais. A comparação com a Agenda 21, aprovada em 1992, foi inevitável.

Anita Nayar, da organização Alternativas de Desenvolvimento com Mulheres para uma Nova Era (Dawn), com sede em Manila, disse à IPS que no acordo histórico adotado em 1992 houve cerca de 170 referências às questões de gênero em um capítulo inteiro sobre as mulheres. No documento O Futuro que Queremos há apenas umas 50, e estas foram atenuadas e usadas como elementos de negociação por parte dos Estados, ressaltou.

“Tampouco é um simples assunto de menções a temas de gênero, pois alguns Estados exibem claramente uma falta de vontade de acordar ações concretas e uma debilidade geral de compromissos

internacionalmente acordados sobre a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres”, acrescentou Nayar. Segundo a ativista, enquanto, em geral, os direitos humanos são afirmados no contexto da saúde sexual e reprodutiva, a omissão específica dos direitos reprodutivos é flagrante.

Igualmente crítica foi Gro Harlem Brundtland, ex-primeira-ministra da Noruega e presidente da comissão que leva seu nome e que há 25 anos centrou a atenção mundial no conceito de desenvolvimento sustentável. “A declaração da Rio+20 não faz o suficiente para colocar a humanidade em um caminho sustentável, décadas depois de se ter acordado que isto é essencial, tanto para as pessoas como para o planeta. Entendo a frustração causada pela Conferência”, disse em um comunicado.

Brundtland, que integra o grupo chamado The Elders (Os Anciãos), disse que “já não podemos presumir que nossas ações coletivas não gerarão pontos de inflexão, já que os umbrais ambientais foram violados, correndo o risco de danos irreversíveis, tanto para os ecossistemas como para as comunidades humanas. Estes são fatos, mas se perderam no documento final. Também é lamentável a omissão dos direitos reprodutivos, que é um passo atrás em relação a acordos anteriores. Entretanto, com este texto imperfeito temos que avançar. Não há alternativa”.

As reações de organizações da sociedade civil foram majoritariamente negativas. Anil Naidoo, do Conselho de Canadenses (a maior organização de cidadãos do Canadá) se manifestou contra o conceito de economia verde promovido na Rio+20. “Não havia visto tanta falta de cobertura verde desde o último Dia de São Patrício. O documento nem se aproxima do futuro que realmente queremos, e isso porque foi escrito considerando os interesses de uma minoria”, ressaltou.

Noelene Nabulivou, da Fiji Women’s Action for Change (Ação das Mulheres de Fiji pela Mudança), declarou à IPS que, “como ativista do Pacífico, vejo claramente os impactos catastróficos da mudança climática, a perda de biodiversidade e o aumento do nível do mar. A Rio+20 não faz justiça ao imediatismo e à severidade deste problema mundial”.

A uruguaia Nicole Bidegain, do Escritório de Gênero e Educação do Conselho Internacional para a Educação de Pessoas Adultas (Icae), afirmou que “a economia verde simplesmente reforça o atual modelo de desenvolvimento, baseado na produção e no consumo excessivos. São promovidos os mesmos mecanismos financeiros que causaram múltiplas crises desde 2008”, sem levar em conta os impactos negativos sobre os direitos e o sustento das mulheres.

Segundo Bidegain, o setor privado é priorizado sobre o público como fonte de financiamento. “Isto é irônico, já que o setor privado está envolvido na maximização do lucro de curto prazo, não nos investimentos de longo prazo necessários para a transição para um desenvolvimento sustentável, genuíno, centrado nas pessoas”, afirmou.

Monica Novillo, da boliviana Coordenadoria da Mulher, disse que veio “à Rio+20 com grandes expectativas de que os governos agregassem a histórica resolução sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos para jovens e adolescentes, adotada na 45ª Comissão de População e Desenvolvimento”. O Brasil teve um papel crucial na criação deste resultado, “por isso eu esperava que defendesse fortemente estes direitos fundamentais na Rio+20, contra uma minoria de governos conservadores”, afirmou. Embora na Rio+20 tenham sido reafirmadas as agendas do Cairo e de Pequim sobre população e mulheres, é hora de estes acordos serem plenamente implantados, enfatizou.

Gita Sen, da Dawn, lamentou que a cúpula praticamente tenha enterrado os direitos reprodutivos. “Neste documento fica muito claro que há uma contínua guerra contra os direitos humanos das mulheres, lançada pelo Vaticano junto com alguns governos muito conservadores”, afirmou à IPS.

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/a-economia-verde-e-uma-enganacao-afirmam-ativistas/)(<http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/a-economia-verde-e-uma-enganacao-afirmam-ativistas/>)

25/06/2012

Desenvolvimento sustentável marginaliza indígenas

por Thalif Deen, da IPS

Rio de Janeiro, Brasil, 25/06/2012 (TerraViva) – O ativista queniano pelos direitos aborígenes Peter Kitelo se dirigia à maior cúpula internacional sobre meio ambiente da década, no Rio de Janeiro, quando um aviso governamental chamou sua atenção. A publicidade convocava investidores internacionais a colocarem dinheiro no “desenvolvimento das florestas”. Kitelo viu nisso um perigo. O ativista, que participou da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, encerrada no dia 22, viu claramente a ameaça de outro ataque à subsistência das comunidades indígenas.

“O desenvolvimento sustentável não está realmente sustentando meu povo”, declarou Kitelo ao TerraViva no Rio de Janeiro. Acrescentou que as comunidades florestais, como a sua e de outras de países da África oriental, como Uganda e Tanzânia, são discriminadas pelos governos centrais e pelos políticos, que decidem sobre o futuro de suas terras nativas. “Estamos sendo marginalizados. Ninguém fala dos direitos de nossas comunidades”, denunciou.

Quando são traçados planos para o desenvolvimento das terras, são publicados anúncios em jornais e outros meios de comunicação, aos quais as tribos nativas dificilmente têm acesso. Só quando os planos alcançam sua fase final, os funcionários do governo realizam reuniões nas aldeias, mas isto é mais um esforço para cumprir os requisitos dos doadores, não uma genuína tentativa de dar participação às comunidades, disse Kitelo. “Então, antes de sabermos, nossa terra já não é nossa”, acrescentou.



Comunidade indígena na Rio+20

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/IPS34.jpg?9d7bd4>

Kitelo criticou o desenvolvimento florestal com fins turísticos, impulsionado como uma forma de preservar as florestas, mas que, na verdade, impede que seus habitantes sejam seus gerentes. “Todo o conceito de conservação de florestas impede a interação humana, e isso é o que meu povo fez por gerações”, afirmou.

A experiência do Quênia não é a única. Em todo o mundo as comunidades indígenas se queixam se serem marginalizadas no processo de tomada de decisões sobre sua própria terra. Laura George, da Associação de Povos Ameríndios da Guiana, contou ao TerraViva que, quando em seu país foram introduzidas novas leis sobre terras, em junho de 2009, os povos aborígenes não foram consultados. Funcionários governamentais que participaram da Rio+20 realizaram um encontro paralelo no qual asseguraram que as populações indígenas são consultadas. “Quando os informei de que não é assim, não ficaram muito contentes, mas é a verdade”, disse Laura ao TerraViva.

Este tipo de marginalização pode fazer comunidades indígenas perderem por completo seu tradicional estilo de vida. “Enquanto no encontro oficial da Rio+20 os delegados falavam sobre desenvolvimento sustentável, em meu país, o Peru, a pressão cresce dia a dia com políticas do governo nacional que buscam abrir os territórios florestais remotos a firmas multinacionais por meio de projetos de infraestrutura viária”, advertiu Roberto Guimarães Vásquez, líder do povo indígena Shipibo, na Amazônia peruana.

Ativistas afirmaram, inclusive, que na Rio+20 grupos indígenas sofreram discriminação, já que a logística do encontro os impedia de estarem juntos. “Um grupo ficava a 40 quilômetros de distância do outro. Como formar uma frente comum?”, disse Laura. De todo modo, conferências com a do Rio de Janeiro oferecem, pelo menos, vias para que os grupos indígenas transmitam suas preocupações a audiências mais amplas e influentes. Laura e Kitelo disseram ao TerraViva que, se os governos continuarem ignorando suas

preocupações, vão apelar a organizações internacionais. “Esse pode ser nosso último recurso”, afirmou Laura.

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/desenvolvimento-sustentavel-marginaliza-indigenas/)(<http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/desenvolvimento-sustentavel-marginaliza-indigenas/>)

25/06/2012

Multilateralismo nas questões ambientais é o maior prejudicado pelo resultado negativo da Rio +20, diz Marina Silva

por Fernanda B. Müller, do CarbonoBrasil

A ex-ministra do Meio Ambiente e ativista Marina Silva, que atualmente comanda o Instituto Marina Silva e faz parte do Instituto Democracia e Sustentabilidade, esteve nessa sexta-feira (22) no Riocentro durante o lançamento da [União Global pela Sustentabilidade \(UGS\)](http://www.institutocarbonobrasil.org.br/cobertura_de_eventos/noticia=730951) (http://www.institutocarbonobrasil.org.br/cobertura_de_eventos/noticia=730951) e aproveitou para deixar a sua mensagem sobre os resultados decepcionantes da Rio +20.



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Chamada311.jpg?9d7bd4>

Ela parabenizou a todos os membros da UGS, elogiando que são iniciativas como essa que a fazem continuar a ter esperança.

“Acabamos de fazer um grande encontro de países e infelizmente o resultado de tudo isso está muito distante das necessidades do nosso planeta.

Vejo que estamos diante de uma espécie de vácuo de governança em relação a quem quer ajudar a liderar a segurança do planeta e as saídas para a crise ambiental global. Sinto que foi entregue à sociedade a responsabilidade do esforço para mudar o que está acontecendo com o planeta”

O documento resultante da Rio +20, amplamente criticado por movimentos socioambientais, “tem objetivos genéricos para o desenvolvimento sustentável, sem mecanismos de financiamento e sem uma governança forte”, critica.

Marina ressalta que talvez a maior perda resultante desse encontro seja do princípio do multilateralismo para resolver o problema ambiental global.

“Até então se dizia que o esforço tinha que ser multilateral, com instrumentos que viabilizassem respostas para o grave problema do planeta mas com a ação de todos os países e agora com a ideia de objetivos genéricos para o desenvolvimento sustentável, cada um vai fazer de acordo com suas possibilidades sem comprometer suas velhas oportunidades. Então a sociedade tem uma responsabilidade muito grande”.

Para Marina, isto tudo significa o repasse para a sociedade da responsabilidade, como se os líderes estivessem dizendo: “decidimos que vamos mais uma vez adiar e que vocês empresas, academia, cidadãos de um modo geral, façam alguma coisa”.

“Na minha opinião, estamos na contramão de uma transição excessivamente demorada, por que o planeta não tem mais tempo para isso, já está em 50% no vermelho ou diante das possibilidade de fazer uma ruptura abrupta porque não se muda um modelo de desenvolvimento da noite para o dia”, lamentou.

Porém, Marina diz estar animada, acreditando ser possível fazer uma mutação possibilitadora no perfil econômico, social, cultural, “entendo a sustentabilidade não apenas como uma maneira de fazer mas como uma maneira de ser, como um ideal de vida”

Desta forma, se a sociedade absorver o porquê desta mutação, isso se refletirá nas empresas, nas escolas.

Otimista, apesar das frustrações com a política assumida pelo governo nos últimos anos, ela acredita profundamente que é possível promover esta mutação. Isto por que o que está acontecendo no mundo é um ativismo completamente diferente, explica, é um ativismo autoral.

“As pessoas estão aqui por que querem ser autoras e co-autoras desse mundo possível que nós escolhemos. A ideia das profecias de um novo tempo que acaba sendo destruído pelo próprio homem é um aviso que não é em vão, é porque se nós temos o poder de acabar com ele também temos o poder de preservá-lo”.

“A prerrogativa está conosco, então vamos fazer”, concluiu Marina, novamente arrancando muitos aplausos da plateia.

* *Publicado originalmente no site*
CarbonoBrasil(http://www.institutocarbonobrasil.org.br/cobertura_de_eventos/noticia=730958).

Fonte: CarbonoBrasil/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/multilateralismo-nas-questoes-ambientais-e-o-maior-prejudicado-pelo-resultado-negativo-da-rio-20-diz-marina-silva/)(<http://envolverde.com.br/noticias/multilateralismo-nas-questoes-ambientais-e-o-maior-prejudicado-pelo-resultado-negativo-da-rio-20-diz-marina-silva/>)

25/06/2012

Desafio da Fome Zero requer fim dos desperdícios

por Clarinha Glock, da IPS



Ban Ki-Moon: esforço para eliminar a fome.

Foto: Cortesia ONU

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Chamada411.jpg?9d7bd4>

Rio de Janeiro, Brasil, 22/06/2012 (TerraViva) – O desafio de aliviar a fome de cerca de 900 milhões de pessoas em todo mundo é uma das prioridades das Nações Unidas.

O secretário geral da ONU, Ban Ki-Moon, convidou os participantes da Rio+20 a enfrentarem conjuntamente os cinco objetivos do programa Fome Zero: propiciar 100% de acesso a alimentação adequada em todo o mundo, eliminar a desnutrição entre crianças com até dois anos, tornar sustentáveis todos os sistemas alimentares, aumentar em 100% a produtividade e renda dos pequenos produtores e eliminar a perda e o desperdício de alimentos.

Os chefes de Estado, empresários e representantes dos agricultores presentes no encontro promovido pela FAO, Biodiversidade Internacional, Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (IFAD, da sigla em inglês), Banco Mundial e Programa Mundial de Alimentos (WFP em inglês) no Riocentro repetiram uma palavra-chave: resiliência.

O presidente de Niger, Mahamadou Issoufou, salientou a necessidade de não apenas superar as crises, mas de aprender com os erros e prevenir, com políticas de agricultura adequadas e apoio logístico, que outras crises aconteçam.

Não basta receber doações, é preciso ensinar as pessoas o que fazer com elas, disse Issoufou. E citou o caso de mulheres que estão trabalhando em projetos de retenção para enfrentar os períodos entre a colheita e a seca. “Quando as mulheres têm renda, suas crianças comem”, observou.

O país desenvolve um projeto de segurança alimentar com o objetivo de aumentar a produção de cereais e restaurar os ativos produtivos. A primeira fase do projeto tratou de recuperar os bens de produção e criar bancos de alimentos. A segunda etapa pretende ampliar a produção local, com a reabilitação de algumas áreas. Sua estratégia foi o Plano 3N (Nigerians nourish Nigerians, ou nigerianos alimentam nigerianos).

Os participantes concordaram que o grande problema da fome não é tanto a falta de comida, como sua distribuição e a capacidade de armazenamento para evitar as perdas e os desperdícios, associando saúde e segurança nutricional com soberania alimentar.

Neste contexto, Esther Penunia, secretária geral da Associação dos Fazendeiros Asiáticos, lembrou que as organizações de agricultores familiares são os pilares da mudança social e do desenvolvimento sustentável. Apesar de serem responsáveis por grande parte da produção mundial, enfrentam a pobreza.

“É preciso que estejam organizados para exigir seu direito à água, à semente e à terra. Atuando de forma coletiva, eles têm mais poder de negociar com o mercado melhores preços e condições para continuarem produzindo”, resumiu.

José Graziano da Silva, diretor geral da FAO e um dos responsáveis pelo projeto Fome Zero implantado no Brasil em 2003 e 2004, disse que o programa da entidade não é novo, mas a meta ousada pressupõe assumir conjuntamente um compromisso político, mobilizando a sociedade.

* Publicado originalmente no site [Terra Viva](http://www.ips.org/TV/rio20/desafio-da-fome-zero-requer-fim-dos-desperdicios/)(<http://www.ips.org/TV/rio20/desafio-da-fome-zero-requer-fim-dos-desperdicios/>).

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/desafio-da-fome-zero-requer-fim-dos-desperdicios/)(<http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/desafio-da-fome-zero-requer-fim-dos-desperdicios/>)

25/06/2012

Angela Merkel ficou 'decepcionada' com a Rio+20

"Os resultados não estão à altura do que teria sido necessário", disse a chanceler durante entrevista coletiva em Berlim



Chanceler alemã Angela Merkel durante coletiva em Berlim

Foto: Fabrizio Bensch/Reuters

Fonte: <http://veja2.abril.com.br/assets/images/2012/5/79933/angela-merkel-alemanha-20120523-01-size-598.JPG?1337807070>

Angela Merkel não viu e não gostou. A chanceler alemã Angela Merkel manifestou nesta segunda-feira sua decepção com os resultados da Cúpula das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20(<http://veja.abril.com.br/tema/rio-20>), da qual se ausentou apesar das críticas em seu país. "Os resultados não estão à altura do que teria sido necessário", disse a chanceler durante entrevista coletiva em Berlim, dedicada a temas de respeito ao meio ambiente e da luta contra as desigualdades em escala global.

"Europa e Alemanha teriam desejado compromissos mais vinculantes", mas "não estamos sozinhos no mundo", lamentou Merkel. A chanceler prometeu que continuará "promovendo" uma institucionalização reforçada do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

Merkel foi muito criticada pela oposição e por várias ONGs na Alemanha pela decisão de não assistir à cúpula, marcada pela ausência de outros dirigentes, como o presidente americano Barack Obama. A cúpula terminou com uma série de promessas, mas sem compromissos vinculantes, nem planos de financiamento. (Com AFP)

Fonte: [VEJA.COM > Notícias > Internacional > Rio+20](http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/merkel-ausente-da-rio-20-se-diz-decepcionada-com-a-cupula)(<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/merkel-ausente-da-rio-20-se-diz-decepcionada-com-a-cupula>)

25/06/2012

Dilma está 'satisfeita e orgulhosa' com a Rio+20, diz Gilberto Carvalho

Para ministro, debates, manifestações e acordos são vitória para o Brasil. Documento diz que metas de desenvolvimento sustentável ficam para 2015.

por Priscilla Mendes Do G1, em Brasília

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, afirmou nesta segunda-feira (25) que a presidente Dilma está "muito satisfeita e orgulhosa" com a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

Em conversa com jornalistas nesta segunda-feira (25), ao participar de um evento no Palácio do Planalto, Carvalho elogiou o trabalho dos negociadores brasileiros e a elaboração de um documento final.

"É importante entender que é uma vitória que é ter um documento, é importante que todos saibam que um documento da ONU é de costura muito difícil, basta um país dos 192 presentes se negar a assinar, não haveria o documento, há que se valorizar muito esse trabalho da nossa diplomacia", afirmou.

Dilma reuniu nesta manhã ministros envolvidos na organização da conferência: Izabella Teixeira (Meio Ambiente), Tereza Campello (Desenvolvimento Social), Helena Chagas (Comunicação Social), Gilberto Carvalho e Gleisi Hoffmann (Casa Civil). Os ministros Antonio Patriota (Relações Exteriores) e Celso Amorim (Defesa) também participaram e, ao fim, trataram com a presidente da crise política no Paraguai.

'Festa democrática'

Na reunião, contou Gilberto Carvalho, a presidente disse estar satisfeita com a cúpula. "A presidente tá muito satisfeita, o governo trabalhou de maneira coesa, colaborativa, esse foi o tom da nossa avaliação, naturalmente com alguma falha aqui ou lá, mas o geral de maneira, foi uma festa democrática", disse.

Na última sexta-feira (23), os 188 países participantes da cúpula adotaram oficialmente o documento intitulado "O futuro que queremos" em sessão plenária.

Uma das expectativas era de que a conferência conseguisse determinar metas de desenvolvimento sustentável em diferentes áreas, mas isso não foi atingido. O documento aprovado apenas cita que eles devem ser criados para adoção a partir de 2015.

O ministro destacou o grande número de debates e disse que, ao contrário de outras conferências da ONU, a Rio+20 foi pacífica. "O [policial] militar não precisou tocar numa pessoa única", disse Carvalho.

"Seria muito pobre reduzir a Rio+20 apenas àquilo que é o documento final, que a meu juízo, já avança, mas o número de debates, manifestações, propostas, acordos, inclusive contratos econômicos, é para o Brasil sem dúvida uma enorme vitória que aos poucos vai ser reconhecida", declarou.

Durante discurso de encerramento da Rio+20, Dilma defendeu o documento final. "O documento que aprovamos hoje não retrocede em relação às conquistas de 92. Não retrocede em relação à Cúpula de Joanesburgo", disse a presidente. "Ao contrário, o documento avança e muito," completou.

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/dilma-esta-satisfeita-e-orgulhosa-com-rio20-diz-gilberto-carvalho.html)(<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/dilma-esta-satisfeita-e-orgulhosa-com-rio20-diz-gilberto-carvalho.html>)

25/06/2012

O papel das cidades para o desenvolvimento sustentável

por Maria Eduarda Carvalho, da Revista Fórum



Foto: Flickr/Percurso da Cultura

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/c106-300x200.jpg?9d7bd4>

Na Cúpula dos Povos, ativistas defenderam a participação da sociedade nas decisões do espaço urbano. “As pessoas precisam ser envolvidas”, defende Boaventura de Sousa Santos

O papel das cidades para o desenvolvimento sustentável também fez parte das temáticas debatidas na Cúpula dos Povos na Rio+20. “O futuro da sustentabilidade está nas cidades” afirmou Oded Grajew, da Rede Nossa São Paulo. O painel “Cidades sustentáveis, oportunidades para os empreendedores sociais”, no Fórum de Empreendedorismo Social na Nova Economia, reuniu cerca de 600 pessoas no Forte de Copacabana para debater o assunto.

Oded Grajew falou sobre o Programa Cidades Sustentáveis, criado por uma rede de organizações da sociedade civil, que oferece uma agenda de 12 eixos e indicadores de diferentes cidades. O programa traz ainda um plano de metas com as práticas que podem ser adotadas pelos governos para dar início a um novo modelo de gestão sustentável. “Procuramos introduzir uma mudança na lei orgânica dos municípios. Através da carta-compromisso, os prefeitos se comprometem a criar metas e prestar contas dos projetos criados para desenvolver as cidades de forma sustentável sob alguns princípios básicos como erradicar a pobreza, a miséria e a fome, diminuir a poluição, construir ciclovias, entre outros”, afirmou.

O evento contou com a exposição de exemplos de boas práticas, como a Rede da Maré, movimento que há 15 anos trabalha com eixos estruturantes na maior favela carioca. Segundo Eliana, a organização desenvolve ações que acrescentam qualidade de vida para os moradores. Ainda de acordo com ela, a realidade da comunidade, hoje, é bem diferente de quando a rede teve início. Porém, ainda está longe do que os moradores querem. “Nossa batalha hoje é criar formas para atrair a população”, disse.

Representando o movimento Nossa Zona Leste, Luís França também compartilhou propostas para um novo modelo de gestão das grandes cidades. Como ele explicou a zona leste tem mais habitantes que a maioria das cidades brasileiras, e, apesar de estar num dos estados mais ricos do Brasil, ainda sofre com problemas primários. Das mais de 200 metas que a prefeitura de São Paulo se comprometeu a cumprir, nas duas últimas gestões de Gilberto Kassab (PSD), até agora só 23 foram cumpridas e nenhuma delas se relaciona diretamente com as comunidades. “Essas metas foram criadas num gabinete, nós já levantamos mais de 300 e vamos apresentá-las aos candidatos deste ano.”

Os exemplos dos empreendimentos sociais não ficaram só no Brasil. O prefeito de Vitoria-Gasteiz, na Espanha, Javier Maroto, contou o que fez a cidade ganhar o título de Capital Verde Europeia 2012. “Chega de pensar em construir palácios erguidos pelos melhores arquitetos. Temos que fazer coisas diferentes, inovar, reformar, reaproveitar”, destacou.

Já Cláudia Bustamante, do Nueva Region Como Vamos, do Chile, ressaltou a importância da participação da sociedade nas decisões das cidades e defendeu um modelo de “Cidadania 2.0”. “As autoridades ainda nos veem como ameaça, não sabem trabalhar em conjunto com a sociedade”, disse.

Encerrando o painel, o sociólogo e professor português Boaventura de Sousa Santos destacou que “não há cidade sustentável sem desenvolvimento sustentável, e não há desenvolvimento sustentável com a obsessão do crescimento infinito e do consumo desenfreado”. “As cidades têm apresentado graus de desigualdades enormes e isso vem sendo revelado pelo trabalho da sociedade civil”, afirmou. “As pessoas precisam ser envolvidas, não há cidade sustentável, sem envolvimento sustentável.”

* *Publicado originalmente no site [Revista Fórum](http://www.revistaforum.com.br/conteudo/detalhe_noticia.php?codNoticia=9938/o-papel-das-cidades-para-o-desenvolvimento-sustentavel-)(http://www.revistaforum.com.br/conteudo/detalhe_noticia.php?codNoticia=9938/o-papel-das-cidades-para-o-desenvolvimento-sustentavel-).*

Fonte: Revista Fórum/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ambiente/rio20-ambiente/o-papel-das-cidades-para-o-desenvolvimento-sustentavel/)(<http://envolverde.com.br/ambiente/rio20-ambiente/o-papel-das-cidades-para-o-desenvolvimento-sustentavel/>)

25/06/2012

Ponto de chegada ou de partida?

por Washington Novaes*



Fonte: <http://envolverde.com.br/porta1/wp-content/uploads/2012/06/c98-300x169.jpg?9d7bd4>

Que se pode esperar como resultado da Rio+20, que frutos dará – feito um confronto entre o otimismo da diplomacia brasileira e a decepção, indignação mesmo de organizações da sociedade, que repudiam a declaração final?

O balanço não é simples, já que em convenções da ONU só se pode aprovar qualquer resolução por consenso; basta um voto contra para impedir a aprovação. Por isso, a diplomacia está contente com a aprovação da declaração geral, apenas de intenções, negociada antes da chegada dos chefes de Estado e de governo. Já os críticos entendem que se esvaziaram ou abandonaram os objetivos importantes: deixou-se para 2014 a tentativa de criar as metas do desenvolvimento sustentável; não se criou o fundo para proteger as águas oceânicas internacionais e principalmente sua biodiversidade (a discussão continuará no âmbito da ONU); não se transformou o Programa das Nações Unidas num órgão como a Organização Mundial do Comércio, com poderes para criar regras e impor sanções; também não se criou um fundo para ajudar os países mais necessitados a reduzir a pobreza e outros dramas sociais. E muitas outras queixas.

Iniciativa importante apresentada aqui foi a criação, pela Universidade da ONU e parceiros, de um Índice de Riqueza Inclusiva (IWR), que acrescentará aos atuais métodos de avaliação do desenvolvimento – crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e Índices de Desenvolvimento Humano, do PNUD -, indicadores para avaliar a situação dos recursos naturais, sua preservação ou perda. Os resultados podem ser muito fortes, como mostrou a Universidade da ONU: no período 1990/2008, o PIB da China cresceu 422%; mas descontada a perda de recursos naturais no mesmo período o crescimento cai para 37%. Também no caso brasileiro o resultado é contundente: o crescimento do PIB em 38% no mesmo período cai para 13% se descontadas as perdas de recursos naturais.

Consequências relevantes também deverá ter o reconhecimento pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, de que o atual modelo econômico no mundo “está falido” – conclusão na qual foi seguido por muitos chefes de Estado e de governo, inclusive de nações com forte presença no cenário internacional. Trata-se, portanto, de reconhecimento de uma crise do padrão civilizatório. Mas como substituí-lo? Que se proporá no lugar?

Resta desejar que o secretário-geral da ONU tenha razão em seu diagnóstico: “este não é um ponto de chegada; é um ponto de partida”. Ou seja, que as atuais crises econômica, financeira, social, ambiental abram caminho para um novo tempo.

* Washington Novaes é jornalista.

** Publicado originalmente no site do jornal [O Estado de São Paulo](http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,ponto-de-chegada-ou-de-partida--,890713,0.htm) (<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,ponto-de-chegada-ou-de-partida--,890713,0.htm>).

Fonte: O Estado de São Paulo > Artigo/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ambiente/artigo/ponto-de-chegada-ou-de-partida/)(<http://envolverde.com.br/ambiente/artigo/ponto-de-chegada-ou-de-partida/>)

25/06/2012

Rio+20: A economia fóssil na pauta

por Sérgio Abranches, do *Ecopolítica*



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/c68-300x228.jpg?9d7bd4>

De repente, a Rio+20, ontem (21 de junho) se tornou palco de celebração dos combustíveis fósseis e saiu definitivamente do tom. Autoridades brasileiras irritadas com as críticas ao vazio do documento aprovado na véspera da conferência, insistiam nos exemplos que o Brasil pode dar de sustentabilidade. Na verdade, toda a política de desenvolvimento brasileira é baseada em indústrias convencionais, subsídios a combustíveis fósseis, incentivos ao consumo de produtos que estimulam o uso desses combustíveis. Isso ficou claro, ontem (21 de junho).

Um experiente diplomata brasileiro me disse que a Rio+20 não podia ser uma reunião ambiental. Era importante que fosse sobre desenvolvimento sustentável, contemplando os três pilares – econômico, social e ambiental – porque era preciso fazer com que os ministros das finanças do mundo passassem a falar de desenvolvimento sustentável. Isso aconteceu ainda bem antes do início da Rio+20, numa conversa sobre as dificuldades do início das negociações em Nova York. Esse objetivo certamente não foi alcançado, pelo menos em relação ao ministro das finanças do Brasil, o titular da Fazenda, Guido Mantega. Em sua coletiva à imprensa, para relatar acordos bilaterais com a China, Mantega não apresentou um pacote de acordos pela sustentabilidade. Ao contrário, os dois pontos que ele escolheu para ressaltar, foram a produção de aviões executivos e investimentos na exploração de petróleo e gás.

Guido Mantega falou cinco vezes na importância da indústria do petróleo no Brasil e na China e que Petrobrás e PetroChina são as duas maiores investidoras do mundo em petróleo e gás. Comemorou uma joint-venture para produzir mais de 600 aviões executivos da Embraer. Uma celebração da economia marrom, da economia fóssil, em pleno Rio+20, a conferência para promover a economia verde.

O ministro Mantega furtou-se a comentar sobre o iminente aumento do preço da gasolina. Aumento que a presidente da Petrobrás, Graça Foster, anunciou como necessário desde que tomou posse em fevereiro. Perguntado duas vezes, disse desconhecer o assunto. Livrou-se com essa declaração difícil de acreditar de sair ainda mais do tom. O aumento sairá. Até aí, tudo bem. Está aí uma boa notícia para a economia verde.

Aumento do preço dos combustíveis fósseis é bom para a economia verde: estimula a adoção de fontes renováveis e limpas; incentiva o investimento em novas tecnologias que reduzam o consumo de combustíveis fósseis ou o eliminem; estimula da demanda pelo carro elétrico e pelo carro híbrido. Pena que o governo brasileiro tem política contrária aos elétricos e híbridos.

A nota em falso é que esse aumento será acompanhado do aumento do subsídio à gasolina. A CIDE, imposto que incide sobre combustíveis fósseis, será zerada. Com isso, ficará ainda mais difícil para os carros com motores flex rodarem a etanol. O subsídio tornará ainda mais difícil manter em pelo menos 30% a diferença a menor no preço do litro de álcool/etanol em relação ao litro da gasolina. Já não bastam a baixa produtividade de nossos canaviais, a competição entre o etanol e o açúcar, a falta de investimento na renovação dos canaviais, operando para derrubar nossa indústria de biocombustíveis.

O Brasil aumentará os subsídios aos combustíveis fósseis ao final da Rio+20, durante a qual se fez um grande esforço para que o fim desses subsídios fosse decidido. Esta seria uma das mais concretas decisões que se poderia ter tomado na Rio+20. Salvaria a falta de ambição e substância do texto. Mas tornou-se uma das frustrações centrais da reunião.

Outro que saiu do tom foi o presidente da Bolívia, Evo Morales, que comemorou ter quintuplicado a receita de petróleo com a estatização da indústria petrolífera boliviana. A América do Sul foi salva por Rafael Corrêa, presidente do Equador, que não é conhecido pela moderação de suas atitudes. Ele defendeu no plenário da Rio+20 a iniciativa de Yasuní-ITT pela qual o Equador se compromete a manter indefinidamente inexplorados 846 milhões de barris de petróleo das reservas amazônicas de Ishpingo, Tambococha e Tiputini (ITT), evitando a emissão de 407 milhões de toneladas de CO₂. Ele quer compensações por essa renúncia de receita petrolífera e tem toda razão. Difícil é explicar a renúncia fiscal do governo brasileiro que promove o uso e o desperdício de gasolina e diesel.

Meu comentário sobre o tema na CBN está [aqui](http://www.ecopolitica.com.br/2012/06/22/rio20-a-economia-fossil-na-pauta/)(<http://www.ecopolitica.com.br/2012/06/22/rio20-a-economia-fossil-na-pauta/>).

** Publicado originalmente no site [Ecopolítica](http://www.ecopolitica.com.br/2012/06/22/rio20-a-economia-fossil-na-pauta/)(<http://www.ecopolitica.com.br/2012/06/22/rio20-a-economia-fossil-na-pauta/>).*

Fonte: Ecopolítica/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ambiente/artigo/rio20-a-economia-fossil-na-pauta/)(<http://envolverde.com.br/ambiente/artigo/rio20-a-economia-fossil-na-pauta/>)

27/06/2012

Ministra do Meio Ambiente provoca empresários e pede estratégia para sustentabilidade

por Flávia Albuquerque, Repórter da Agência Brasil

São Paulo – A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, provocou empresários do setor do aço hoje (27), ao dizer que depois da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 20, o Brasil tem apenas três anos antes de 2015, ano marcado para a conclusão de diversas negociações na área ambiental e a discussão de questões imprescindíveis para a sustentabilidade do país.

"Temos três anos para discutir como nos engajaremos nesse processo enquanto país, economia, desafio social e ativos ambientais. Esse é o contexto político em que os governos e os senhores estarão envolvidos", falou dirigindo-se à plateia do Seminário Economia Verde: Desafios e Oportunidades, que integra a programação do 23º Congresso Brasileiro do Aço. O evento é uma promoção do Instituto Aço Brasil.

Izabella Teixeira pediu que os empresários sejam mais ambiciosos em sua visão estratégica sobre sustentabilidade e sobre o que estará em discussão nos próximos três anos. "As discussões de natureza política precisam ter um equilíbrio do ponto de vista econômico e social e do esforço de uma sociedade em querer avançar".

De acordo com a ministra, falar em redução de emissão de gás carbônico sem colocar em pauta a lógica do desenvolvimento que está em jogo para garantir a competitividade do país requer essa visão estratégica de todos. "O debate é se vamos dar competitividade para quem investe para ser mais sustentável ou taxar aqueles que vão ficar como estão?".

Para Izabella Teixeira se o país não assumir esse debate continuará falando "periféricamente" em sustentabilidade e biodiversidade e será refém de outros países, como a China, que já discute o tema com olhos para daqui a 30 anos, enquanto o Brasil pensa nos próximos dez anos.

"Não é só vocês [empresários] pedirem dinheiro, mas estabelecer uma discussão estratégica ou vamos continuar discutindo a estrutura deste país só ligada à licença ambiental? Se quiserem, continuamos debatendo dessa maneira e não se discute os pontos associados às opções de estrutura que estão sendo licenciadas".

A ministra enfatizou que essas questões precisam ser pensadas para se chegar a soluções duradouras e, não apenas, ter discursos – o que contribui pouco para as soluções encontradas.

Edição: Lana Cristina

Fonte: [EBC - Empresa Brasil de Comunicação > Notícias > Meio Ambiente](http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-06-27/ministra-do-meio-ambiente-provoca-empresarios-e-pede-estrategia-para-sustentabilidade)(<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-06-27/ministra-do-meio-ambiente-provoca-empresarios-e-pede-estrategia-para-sustentabilidade>)

27/06/2012

Oceanos ácidos serão pesquisados pela ONU em Mônaco

Anunciado pelas Nações Unidas na Rio+20, novo centro vai investigar fenômeno que ameaça produtividade dos mares

por GRAÇA MAGALHÃES-RUETHER



Mergulhador observa uma raia-manta

Foto: Latinstock

Fonte: http://oglobo.globo.com/in/5328872-4a8-ed9/FT500A/2012-487456332-2012011868499.jpg_20120118.jpg

BERLIM – Uma das maiores ameaças à vida marinha, a acidificação dos oceanos será alvo de um novo centro das Nações Unidas a ser instalado em Mônaco. O Centro de Coordenação Internacional da Acidificação dos Oceanos funcionará nos laboratórios ambientais da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) com o objetivo de promover a integração e comunicação das ações globais sobre o tema. O anúncio foi feito na semana passada, durante a Conferência da ONU para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). – Com o novo centro, teremos a chance de tirar mais proveito das pesquisas nacionais para poder enfrentar com mais eficiência o problema global da acidificação – afirma Daud bin Mohamad, vice-diretor de Pesquisa Nuclear da AIEA que vai chefiar o órgão.

Resultado do aumento da concentração de dióxido de carbono na atmosfera, a acidificação pode tornar muitas regiões dos oceanos desertos marinhos até 2050. Como consequência direta do aumento das emissões, no último século o pH (medida de acidez ou alcalinidade) médio dos oceanos baixou de 8,2 para 8,1. Embora a mudança pareça pequena, ela indica que a água do mar ficou 30% mais ácida no período. E como os oceanos absorvem até um terço do CO₂ lançado na atmosfera, a expectativa do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU é de que seu pH baixe em mais 0,3 nas próximas décadas, atingindo 7,8 até o fim deste século. Apesar disso, o problema foi durante muito tempo ignorado nas discussões sobre redução das emissões.

– Os mares são o maior e mais importante depósito de carbono do planeta – diz Nicolas Gruber, do Instituto de Biogeoquímica da Universidade de Zurique, que acaba de publicar na revista “Science” um estudo sobre os efeitos da acidificação dos oceanos no sistema ecológico global. – O CO₂ influencia a composição química dos oceanos. Ele se dissolve na água do mar, aumenta o seu grau de acidez e reduz o conteúdo de saturação de carbonato de cálcio, o que tem o efeito de diluir o calcário já existente. Levando em conta o

aumento contínuo das emissões nos últimos anos, as mudanças no sistema ecológico já são previsíveis. É difícil ser otimista.

Gruber analisou a acidificação do mar na Costa Oeste dos Estados Unidos, com projeções sobre mudanças até o ano de 2050. As previsões revelam que, mesmo com um cenário otimista, haverá uma redução do conteúdo de carbonato de cálcio das águas, o que tornará a vida para a flora e fauna marítimas mais adversa. Atualmente, os primeiros 200 metros de profundidade do oceano da região são saturados de carbonato, mas em 30 anos saturação igual será registrada apenas nos primeiros 60 metros sob a superfície, o que significa que a parte mais fértil em vida do oceano será mais afetada.

Com menos calcário na água, corais, moluscos, crustáceos e outros animais marinhos que desenvolvem conchas enfrentam problemas para se desenvolverem e podem até desaparecer. A maior acidez também afeta os manguezais, maiores produtores de matéria orgânica no mar, e o fitoplâncton, responsável por produzir cerca da metade do oxigênio que respiramos. Além disso, a alteração do pH dos oceanos se dará em um ritmo muito mais veloz do que outras já registradas, a maior dos últimos 55 milhões de anos, não dando tempo para a vida marinha se adaptar às novas condições e ameaçando uma das bases da cadeia alimentar da Terra.

– A velocidade da acidificação pode causar enorme desequilíbrio nos oceanos e, com isso, uma ameaça para a vida marinha – destaca Gruber.

O economista indiano Pavan Sukhdev, do Departamento de Mercados Globais do Deutsche Bank, fez recentemente uma avaliação das consequências da acidificação dos oceanos para a sociedade. No estudo, ele conclui que só os recifes de corais garantem a sobrevivência de 500 milhões de pessoas no mundo inteiro, com um valor econômico calculado em cerca de US\$ 170 bilhões. As previsões são de que até 60% dos recifes de corais, o habitat mais fértil dos oceanos, pois abrigam 25% de todos os animais marinhos, poderão desaparecer nos próximos 20 anos em consequência da acidificação.

– Nos próximos 30 a 40 anos, o crescimento dos corais será menor do que a sua erosão, quer dizer, haverá uma enorme redução dos recifes de corais – aponta o biólogo Ulf Riebesell, do Instituto de Ciências Marítimas de Kiel, que participou de duas recentes expedições do Greenpeace para estudar a acidificação no Oceano Ártico, um dos mais afetados pelo problema porque a água fria absorve com mais rapidez o CO₂.

Nas expedições do Greenpeace, que contaram com a participação de 12 institutos de pesquisa da Europa, os cientistas analisaram de perto os efeitos da acidificação em plantas e animais. Eles verificaram que, com um conteúdo cada vez menor de carbonato de cálcio na água, a concha dos moluscos e a carapaça dos crustáceos tornaram-se porosas.

Leia mais sobre esse assunto em <http://oglobo.globo.com/ciencia/oceanos-acidos-serao-pesquisados-pela-onu-em-monaco-5328873#ixzz1zBeYetl9>(<http://oglobo.globo.com/ciencia/oceanos-acidos-serao-pesquisados-pela-onu-em-monaco-5328873#ixzz1zBeYetl9>)

© 1996 - 2012. Todos direitos reservados a Infoglobo Comunicação e Participações S.A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem autorização.

Fonte: [O Globo - Ciência > Notícias](http://oglobo.globo.com/ciencia/oceanos-acidos-serao-pesquisados-pela-onu-em-monaco-5328873)(<http://oglobo.globo.com/ciencia/oceanos-acidos-serao-pesquisados-pela-onu-em-monaco-5328873>)

28/06/2012

Rio+20 foi um 'sucesso', diz secretário-geral da ONU

Ban Ki-Moon afirmou que acordo foi 'vitória para o multilateralismo'. Documento da conferência foi criticado por ONGs e delegações.

do G1, em São Paulo



Secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, durante a Rio+20

Foto: Alexandre Durão/G1

Fonte:

http://s2.glbimg.com/0QKOcPPLXGArua4TFn11gWN66XU7A_CkxhkrNgnCZylJDxePRYg_bf85DdCmHjB/s_glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/20/ban.jpg

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, disse nesta quinta-feira (28) que a Rio+20, conferência sobre desenvolvimento sustentável que acabou na última semana, foi um “sucesso”, segundo informações do site da organização.

“Permita-me ser claro. A Rio+20 foi um sucesso”, disse o secretário-geral. “No Rio, vimos a evolução de um movimento global inegável pela mudança”.

Ban Ki-Moon afirmou que o documento resultante da conferência, intitulado “O futuro que queremos”, é “uma importante vitória para o multilateralismo, após meses de difíceis negociações. Ele destacou ainda os mais de 700 compromissos voluntários assumidos por governos, empresas e sociedade civil durante a conferência que, segundo ele, deixa um legado concreto e duradouro”.

O propósito da Rio+20 era formular um plano para que a humanidade se desenvolvesse de modo a garantir vida digna a todas as pessoas, administrando os recursos naturais para que as gerações futuras não fossem prejudicadas.

Uma das expectativas era de que a reunião conseguisse determinar metas de desenvolvimento sustentável em diferentes áreas, mas isso não foi atingido. O documento apenas cita que eles devem ser criados para adoção a partir de 2015.

Trecho criticado

Em relação ao rascunho aprovado pelos diplomatas, o documento adotado em definitivo pelos líderes participantes da conferência, na sexta-feira (22), teve apenas mudanças de formatação, não de conteúdo. Foi mantido, inclusive, o trecho “com total participação da sociedade civil”, que ONGs haviam pedido para ser retirado porque consideram que foram excluídas do processo de construção do documento.

O documento prevê, entre outras medidas, a criação de um fórum político de alto nível para o desenvolvimento sustentável dentro das Nações Unidas, além de reafirmar um dos Princípios do Rio, criado em 1992, sobre as “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”.

Este princípio significa que os países ricos devem investir mais no desenvolvimento sustentável por terem degradado mais o meio ambiente durante séculos.

Outra medida aprovada é o fortalecimento do Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (Pnuma) e o estabelecimento de um mecanismo jurídico dentro da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Unclos, na sigla em inglês) que estabelece regras para conservação e uso sustentável dos oceanos.

Pobreza

O texto estabelece a erradicação da pobreza como o maior desafio global do planeta e recomenda que “o Sistema da ONU, em cooperação com doadores relevantes e organizações internacionais”, facilite a transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento.

Esse sistema atuaria para facilitar o encontro entre países interessados e potenciais parceiros, ceder ferramentas para a aplicação de políticas de desenvolvimento sustentável, fornecer bons exemplos de políticas nessas áreas e informar sobre metodologias para avaliar essas políticas.

Por atender restrições de países com visões muito diferentes, o texto da Rio+20 tem sido criticado por avançar pouco: não especifica quais são os objetivos de desenvolvimento sustentável que o mundo deve perseguir, nem quanto deve ser investido para alcançá-los, e muito menos quem coloca a mão no bolso para financiar ações de sustentabilidade. O que o documento propõe são planos para que esses objetivos sejam definidos num futuro próximo (veja abaixo um quadro com o que foi negociado).

Críticas

O texto da Rio+20 recebeu críticas das próprias delegações que participaram da conferência e de organizações não-governamentais. Os negociadores da União Europeia classificaram a redação de “pouco ambiciosa” e disseram que faltam “ações concretas” de implementação das ações voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Por sua vez, antes mesmo da ratificação pelos chefes de Estado, integrantes da sociedade civil assinaram uma carta endereçada aos governantes intitulada “A Rio+20 que não queremos”, na qual classificam o texto da conferência de “fraco”.

“O documento intitulado 'O futuro que queremos' é fraco e está muito aquém do espírito e dos avanços conquistados nestes últimos 20 anos, desde a Rio 92. Está muito aquém, ainda, da importância e da urgência dos temas abordados, pois simplesmente lançar uma frágil e genérica agenda de futuras negociações não assegura resultados concretos”, afirma o documento, assinado por mais de mil ambientalistas e representantes de organizações não-governamentais.

A carta diz ainda que a Rio+20 passará para a história como uma conferência das Nações Unidas que ofereceu à sociedade mundial um texto marcado por “graves omissões que comprometem a preservação e a capacidade de recuperação socioambiental do planeta, bem como a garantia, às atuais e futuras gerações, de direitos humanos adquiridos.”

O documento termina dizendo que a sociedade civil não ratifica o texto da Rio+20. “Por tudo isso, registramos nossa profunda decepção com os chefes de Estado, pois foi sob suas ordens e orientações que trabalharam os negociadores, e esclarecemos que a sociedade civil não compactua nem subscreve esse documento”, conclui a carta.

O que vinha sendo negociado	Como ficou o texto final
CBDR – sigla em inglês para Responsabilidades Comuns Mas Diferenciadas, princípio que norteia as negociações de desenvolvimento sustentável. O princípio oficializa que se espera dos países ricos maior empenho financeiro para implementação de ações, pelo fato de virem degradando o ambiente há mais tempo e de forma mais intensa.	Havia rumores de que os países ricos queriam tirar esse princípio do texto, mas ele permaneceu.
Fortalecimento do Pnuma – cogitava-se transformar o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente em uma instituição com status de agência da ONU, como é a FAO (de Alimentação).	O texto prevê fortalecimento do Pnuma, mas não especifica exatamente como. O assunto deve ser resolvido na Assembleia Geral da ONU em setembro.
Oceanos – Era uma das áreas em que se esperava mais avanço nas negociações, porque as águas internacionais carecem de regulamentação entre os países.	A negociação avançou e o texto adota um novo instrumento internacional sob a Convenção da ONU sobre os Direitos do Mar (Unclos), para uso sustentável da biodiversidade e conservação em alto mar.
Meios de Implementação – questão-chave para os países com menos recursos, significa na prática o dinheiro para ações de desenvolvimento sustentável.	Avançou pouco. O fundo de US\$ 30 bilhões não virou realidade. “A crise influenciou a Rio+20”, admitiu o embaixador brasileiro André Corrêa do Lago.

O que vinha sendo negociado	Como ficou o texto final
Os países pobres propuseram a criação de um fundo de US\$ 30 bilhões/ano a ser financiado pelos ricos.	
ODS – Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, metas a serem perseguidas pelos países para avançar ambiental, política e socialmente, eram uma das grandes cartadas para a Rio+20.	Os objetivos não foram definidos. Inicia-se apenas um processo para rascunhar quais devem ser as metas até 2013. Elas então devem ser definidas para entrarem em vigor em 2015, quando terminam os Objetivos do Milênio.

Fonte: [G1 > Natureza > Rio+20](http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/rio20-foi-um-sucesso-diz-secretario-geral-da-onu.html)(<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/rio20-foi-um-sucesso-diz-secretario-geral-da-onu.html>)

28/06/2012

Centro Rio+20 tem previsão de início das atividades em outubro

por Alana Gandra/ABr

O novo Centro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, Centro Rio+20, cuja criação foi anunciada no último dia 22 pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, deve começar a operar a partir de outubro próximo. A informação foi dada hoje (28), à Agência Brasil, por José Carlos Pinto, diretor adjunto de Tecnologia e Inovação do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ).

Resultado de parceria do governo brasileiro com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), entre outras instituições nacionais e estrangeiras, o Centro Rio+20 é um dos principais legados deixados no país pela Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, encerrada na última sexta-feira (22).

O Centro Rio+20 vai funcionar em instalações cedidas pela Coppe, no Instituto Global para Tecnologias Verdes e Emprego (Gigtech), inaugurado no dia 4 de junho, e que vai se dedicar a estudos sobre sustentabilidade e meio ambiente.

O objetivo do Centro Rio+20 é servir de referência para a discussão permanente de estudos sobre as questões ambientais e à sustentabilidade. Segundo José Carlos Pinto, a contribuição da Coppe no projeto se dará na parte tecnológica. “A Coppe tem várias ações que estão conectadas com transferência de tecnologia para as camadas mais pobres e carentes da população. E a gente pretende colocar essa estrutura e esse trabalho à disposição do Centro Rio+20”.

O centro terá um conselho executivo – integrado por três representantes do governo federal, dois representantes do governo fluminense, e pessoas ligadas à ONU – e um conselho deliberativo, do qual participarão as 24 instituições e entidades fundadoras.

Fonte: [Jornal da Cidade\(Bauru e Grande Região > Notícias > Nacional\(http://www.jcnet.com.br/Nacional/2012/06/centro-rio-20-tem-previsao-de-inicio-das-atividades-em-outubro.html\)](http://www.jcnet.com.br/Nacional/2012/06/centro-rio-20-tem-previsao-de-inicio-das-atividades-em-outubro.html)

28/06/2012

Cidades da Europa planejam ações contra impacto da mudança do clima

Preocupação com aquecimento global já mobiliza 22 municípios europeus. Cidades estabeleceram metas para reduzir emissões de gases poluentes.

da Reuters

Cidades da Europa planejam se adaptar à mudança climática conforme os riscos se tornam mais severos, mostrou nesta quinta-feira (28) um relatório da organização de medição de emissões Carbon Disclosure Project (CDP) e a empresa de consultoria Accenture.

Os municípios têm sido obrigados a planejar ações de defesa contra enchentes e escassez de recursos hídricos, além de garantir que novos edifícios forneçam resfriamento natural aos ocupantes e que os antigos prédios tenham eficiência energética.

O relatório pesquisou 22 cidades europeias, incluindo Amsterdã, Berlim, Istambul, Londres, Manchester, Moscou, Paris e Roma, sobre as suas emissões de gases e estratégias de mudança climática.

O resultado foi publicado menos de uma semana depois do término da Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que terminou sem definir metas claras para fomentar a economia verde no mundo e deixou muitas pessoas convencidas de que os governos locais e as empresas terão de liderar os esforços para melhorar o meio ambiente.

Em Londres, a Tower Bridge recebeu iluminação nova em preparação para o Jubileu de diamante da rainha e para os Jogos Olímpicos 2012.



Tower Bridge, cartão postal de Londres, na Inglaterra. Metrópole reduziu emissões de CO₂ em 3,6% em 2010, na comparação com 2008.

Foto: Sang Tan

Fonte: http://s2.glbimg.com/hKloVSeWkVGHZ8FbKblFv_IPxBfTzccx4dpo3mxMxWxloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/05/30/britain_tower_bridge_fran.jpg

Municípios em risco

A pesquisa descobriu que 17 das 22 cidades europeias estudadas, ou 77%, completaram ou quase completaram as avaliações de risco para entender como a mudança climática vai afetá-las. Dezoito delas disseram que enfrentam "riscos significativos" da mudança climática, e 54% delas enxergam esses riscos como "severos" ou "muito severos".

Devido aos impactos, as cidades têm buscado desenvolver planos adaptativos. Segundo o relatório, 14 das cidades pesquisadas já possuem um plano de adaptação em vigor, enquanto outras duas estão desenvolvendo projetos.

"As cidades europeias estão demonstrando liderança e a melhor prática na gestão da mudança climática em nível local", disse o chefe do programa de cidades do CDP, Conor Riffle.

"O relatório mostra que outras cidades podem se beneficiar implementando estratégias similares, como a medição anual e relato de emissões de gases do efeito estufa".

Emissões de gases

As emissões globais de dióxido de carbono (CO₂), um dos principais gases que provocam o aquecimento global do planeta, atingiram o recorde de alta no ano passado, de acordo com a Agência Internacional de Energia (AIE).

De acordo com o estudo divulgado nesta quinta, 86% das cidades europeias analisadas estabeleceram uma meta de redução das emissões. Baseado nos últimos números fornecidos por quatro cidades ao CDP, as emissões de Londres caíram 3,6%, para 43,4 milhões de toneladas de CO₂ equivalente em 2010 com relação a 2008, e as de Copenhague caíram 5,2%, para cerca de 2,5 milhões de toneladas em 2010 com relação a 2009.

As emissões de Berlim subiram 4,1%, para mais de 20,7 milhões de toneladas de emissões de CO₂ em 2008 com relação a 2007, e as de Roterdã cresceram 6% em 2010, para 29,6 milhões de toneladas com relação a 2009.

"O crescimento populacional, a atividade econômica, os padrões meteorológicos e outros fatores que estão fora do controle direto do governo da cidade podem dificultar, se não tornar impossível, mostrar reduções estáveis nas emissões", disse o relatório.

Fonte: [G1 > Natureza\(http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/06/cidades-da-europa-planejam-acoes-contra-impacto-da-mudanca-do-clima.html\)](http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/06/cidades-da-europa-planejam-acoes-contra-impacto-da-mudanca-do-clima.html)

29/06/2012

Centro Rio+20 tem previsão de início das atividades em outubro

por Alana Gandra, da Agência Brasil



Rio de Janeiro será sede de novo Centro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável.

Foto: Divulgação

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Capa21.jpg?9d7bd4>

Rio de Janeiro – O novo Centro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, Centro Rio+20, cuja criação foi anunciada no último dia 22 pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, deve começar a operar a partir de outubro próximo. A informação foi dada hoje (28), à Agência Brasil, por José Carlos Pinto, diretor adjunto de Tecnologia e Inovação do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ).

Resultado de parceria do governo brasileiro com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), entre outras instituições nacionais e estrangeiras, o Centro Rio+20 é um dos principais legados deixados no país pela Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, encerrada na última sexta-feira (22).

O Centro Rio+20 vai funcionar em instalações cedidas pela Coppe, no Instituto Global para Tecnologias Verdes e Emprego (Gigtech), inaugurado no dia 4 de junho, e que vai se dedicar a estudos sobre sustentabilidade e meio ambiente.

O objetivo do Centro Rio+20 é servir de referência para a discussão permanente de estudos sobre as questões ambientais e à sustentabilidade. Segundo José Carlos Pinto, a contribuição da Coppe no projeto se dará na parte tecnológica. “A Coppe tem várias ações que estão conectadas com transferência de tecnologia para as camadas mais pobres e carentes da população. E a gente pretende colocar essa estrutura e esse trabalho à disposição do Centro Rio+20”.

O centro terá um conselho executivo – integrado por três representantes do governo federal, dois representantes do governo fluminense, e pessoas ligadas à ONU – e um conselho deliberativo, do qual participarão as 24 instituições e entidades fundadoras.

* Edição: Lana Cristina

** Publicado originalmente no site da [Agência Brasil](http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-06-28/centro-rio20-tem-previsao-de-inicio-das-atividades-em-outubro)(<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-06-28/centro-rio20-tem-previsao-de-inicio-das-atividades-em-outubro>).

Fonte: Agência Brasil/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/centro-rio20-tem-previsao-de-inicio-das-atividades-em-outubro/)(<http://envolverde.com.br/noticias/centro-rio20-tem-previsao-de-inicio-das-atividades-em-outubro/>)

30/06/2012

Arun Gandhi defende mobilização social para alcançar metas da Rio+20

por Portal Terra

O ativista político pela paz, Arun Gandhi, disse neste sábado (30) que as deliberações da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, que ocorreu de 13 a 22 de junho no Rio de Janeiro, só vão ganhar força com a mobilização da sociedade. “Políticos, líderes mundiais, reúnem-se por dias, produzem discursos, documentos, mas nada muda. O mundo continua como está. Basicamente, precisamos que todos entendam que fazer desse mundo um [lugar] melhor é uma responsabilidade [não só] dos políticos, mas também de todos nós”, defendeu.

A avaliação do ativista tem como base a filosofia difundida pelo avô dele, o líder pacifista indiano Mahatma Gandhi, que defende a mudança a partir das pessoas e não dos governos. Gandhi pregou a paz e a desobediência civil como meio de revolução para alcançar a independência da Índia. Arun, sul-africano de 78 anos, participou hoje (30), em São Miguel Paulista, zona leste da capital, de uma roda de conversa com jovens e educadores paulistanos. Assim como seu avô, Arun atua em causas humanitárias, especialmente voltadas à educação.

Arun falou, ainda, sobre outros ensinamentos de seu avô por uma cultura pacifista. Ele defendeu, por exemplo, o recurso da penalidade, e não da punição, para reprimir atos criminosos. “Não digo com isso que não devemos ter prisões e que cada um deve fazer o que quiser, mas digo que as prisões podem ser lugares de aprendizagem e reforma daquelas pessoas. Quem cumpre penalidade é reformada e isso sim reduz a violência e gera mudanças.”

O ativista criticou também o consumo exacerbado nas sociedades atuais. “O consumismo é algo ruim. Estamos sempre querendo ter coisas novas e o mercado produz conforme nossas necessidades. Se decidimos que não vamos gastar nossas vidas e recursos somente comprando, seremos mais felizes. Mas se comprarmos cada vez mais caímos em uma armadilha, da qual é muito difícil sair”, avaliou.

Fonte: [Jornal do Brasil > Notícias > Ambiental](http://www.jb.com.br/ambiental/noticias/2012/06/30/arun-gandhi-defende-mobilizacao-social-para-alcancar-metas-da-rio20/)(<http://www.jb.com.br/ambiental/noticias/2012/06/30/arun-gandhi-defende-mobilizacao-social-para-alcancar-metas-da-rio20/>)

O que esperar

Por Danielle Denny



RIO+20
Conferência das
Nações Unidas
sobre
Desenvolvimento
Sustentável

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável é acima de tudo um evento diplomático. Portanto, as articulações políticas entre as delegações dos diversos países já estão ocorrendo há meses. Na verdade, desde 2010, o Itamaraty está preparando a Rio+20. E nenhuma ruptura está anunciada, pelo contrário, pretende-se um encontro de verificação dos compromissos assumidos até o momento em reuniões passadas. Não vai ser conclusiva, nem sediará assinatura de tratados decisivos como houve na Rio 92 (os quais foram negociados por anos antes daquela conferência). Para a iniciativa privada, as expectativas seguem a mesma toada.

O empresariado faz parte do grande grupo heterogêneo chamado sociedade civil e na Rio+20 se fará representar pelo BASD (Business Action for Sustainable Development), formado por três grandes grupos: ICC (International Chamber of Commerce), WBCSD (World Business Council for Sustainable Development) e UNGC (United Nations Global Compact). Cada um destes grupos congrega empresas individualmente e em conjunto, como as confederações de indústria, comércio e agricultura dos mais variados países.

Para Aron Belinky, da Vitae Civilis, a Rio+20 é uma "peça em dois atos". Durante os 15 dias, no Rio, será o momento para a sociedade civil, como um todo, expressar seus interesses e prioridades. Serão mais de 500 "side events" no Riocentro, mais de 90 na Arena da Barra, mais de 700 na Cúpula dos Povos. No segundo ato, de

implementação de políticas públicas, segundo ele, a sociedade civil precisará encontrar formas de agir e os canais de participação ainda precisam ser mais claros. "Precisará haver pressão sobre os representantes políticos para que sejam convertidas em ações as prioridades identificadas durante a conferência", afirma Belinky.

Para Marcelo Vianna, da ICC, o mais importante é o "day after da Rio+20", ou seja, o que vai ser feito posteriormente, em função de como os setores estarão organizados. Afinal, "ninguém é contra as ações sustentáveis. A discussão é sobre como elas devem ser implementadas, por isso o plano de trabalho para os dias seguintes é o mais importante".

A Rio+20 tem como temática a economia verde no contexto da erradicação de pobreza e do desenvolvimento sustentável. Esse conceito de economia verde foi cunhado pelo Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (PNUMA), que elaborou em novembro de 2011 um relatório extenso, com 631 páginas, sobre o tema (disponível online em inglês e em português na versão resumida).

Nesse contexto, o BASD identificou 10 condições sistêmicas, que necessitam ser providas para que se chegue à economia verde, conforme explica Olympio Barbanti Jr., especialista em sustentabilidade do Ministério do Meio Ambiente para o diálogo do setor privado na Rio+20. Além disso, apresentou 10 proposições de ações a serem tomadas. Veja o resumo no quadro na próxima página.

Condições para a Economia Verde

<p>Inovação Social Sensibilização (awareness) e compreensão – para que todos os setores adotem as prioridades da agenda de economia verde Educação e treinamento – que devem ser promovidos por agentes públicos, negócios e pela própria academia Emprego – promover oportunidades de trabalho formal e decente, mas não diferenciar "verde" de outras áreas da economia</p>	<p>Inovação Econômica Fortalecer economia de mercado e inserir as dimensões da economia verde nas práticas de negócios internacionais, e torna-las operacionais por meio de seu reconhecimento nos balanços das empresas Desenvolver indicadores, métricas, medidas de contabilidade e promover melhor geração e divulgação de relatórios</p>
<p>Inovação Ambiental Promoção de eficiência energética e de atividades econômicas com ganhos sociais e sem impactos ambientais Adotar enfoque de ciclo de vida em todas as atividades econômicas</p>	<p>Temas Transversais Desenvolver processos de tomada de decisão que integrem dimensões de políticas ambiental, sociais e econômicas Criar estruturas de governança nos níveis local, regional, nacional e global que possam facilitar a colaboração e a formação de parcerias inovadoras entre empresas, governo e sociedade civil Adotar enfoque de ciclo de vida em todas as atividades econômicas</p>

Ações Necessárias

<p>Acesso à Energia Deve-se investir em todas as fontes de geração; apoiar a iniciativa Energia Sustentável para Todos; expandir mercados e aumentar eficiência energética</p>	<p>Agricultura e Segurança Alimentar Intensificar a produção sustentável de alimentos; fazer da agricultura um fator conducente da redução de pobreza, por meio da ligação de pequenos produtores com cadeias</p>
<p>Ciência, Tecnologia e Inovação Promover um ambiente político e regulatório que incentive investimentos estáveis e que permita pesquisas de longo prazo, incluindo proteções adequadas para os direitos de propriedade intelectual, garantindo apoio para micro e pequenas empresas</p>	<p>Nexo entre Água, Alimentos e Energia Implementar uma abordagem integrada e inter-setorial para o planejamento e gestão da água, da energia e dos alimentos, e promover investigação, inovação, compartilhamento de conhecimento e acesso a tecnologias para se chegar à utilização eficaz e a uma distribuição equitativa desses recursos</p>
<p>Ecossistemas e da Biodiversidade Apoiar a iniciativa The Economics of Ecosystems and Biodiversity (TEEB); prover canais que possibilitem às empresas trabalhar mais estreitamente com os formuladores de políticas na concepção e implementação de políticas de biodiversidade e ecossistemas relacionados</p>	<p>Desenvolvimento Social, Direitos Humanos e o Papel das Empresas Atuar em consonância com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Direitos Humanos e Negócios. Pôr ênfase nos direitos dos mais vulneráveis, especialmente para assegurar a gestão eficaz da terra, água, biodiversidade e de outros recursos naturais</p>
<p>Urbanização Possibilitar o envolvimento dos negócios no início do processo de planejamento para a urbanização sustentável, o que requer abordar adequadamente as dimensões social, econômica e ecológica de sustentabilidade, priorizando ações ajustadas às circunstâncias locais e regionais</p>	<p>Recursos e Gestão de Materiais Investir na estratégia 3R (reduzir, reutilizar, reciclar)</p>
<p>Parcerias Transformacionais Governos devem apoiar o desenvolvimento de "parcerias de transformação", as quais têm o potencial de transformar as formas pelas quais percebemos as metas de desenvolvimento</p>	<p>Água para o Alívio da Pobreza Melhorar os dados atuais e a capacidade de monitoramento sobre água e saneamento, que são largamente subestimados. Deficiências neste campo geram perdas para os negócios. O problema é maior na agricultura, que deverá considerar a melhoria dos processos e práticas agrícolas de sequeiro. Será também necessário melhorar significativamente a produção de água</p>

Rio+20: sonho, realidade ou pesadelo



Por Antônio Carlos Lago

Parece que agora será mais difícil entender porque em 92 os problemas vistos como ambientais são conceituados hoje como ações não implementadas de desenvolvimento sustentável. Na prática, vem acontecendo muitas promessas, acordos, reuniões, decisões, deslocamentos para inúmeros eventos e debates em alguns segmentos, mas, de fato, pouca coisa de concreto vem ocupando espaços positivos na mídia.

Tenho acompanhado o processo e o que fica claro é a vontade dos organizadores de produzirem mais resultados do que as últimas conferências. O que se quer hoje é resgatar a mobilização da sociedade e da organização da Rio 92, que conseguiu uma forte reunião política e possibilitou a adoção de importantes acordos multilaterais na área ambiental e do desenvolvimento sustentável.

No entanto, alguns depoimentos de dirigentes tentam chamar a atenção do mundo para o que foi planejado, visando cumprir uma grande agenda ambiental no Brasil, com a organização da Rio+20. Para mim, é visível que o fato que está em jogo é a adoção de modelos de desenvolvimento e isto vem sendo discutidos nos últimos 20 anos e o resultados já conhecemos. O que nunca faltou foram ideias, proponentes, atores e governanças capazes de acabar com o engarrafamento de tantas propostas.

A ministra do Meio Ambiente Izabela Teixeira afirmou que "a Rio+20 não apresentará novos compromissos, mas será importante por permitir a criação de medidas que deem condições de se implementar o conceito de desenvolvimento sustentável".

Já o Subsecretário-Geral para Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas e Secretário-Geral da Rio+20, Sha Zukang, declarou que "agora é a hora para uma discussão profunda sobre como se pode melhorar o apoio ao crescimento verde e ao desenvolvimento sustentável".

Outra declaração que me chamou atenção foi a do Ministro das Relações Exteriores, Antônio de

Aguiar Patriota. Para ele, "a Conferência pode ser vista como um chamado à responsabilidade coletiva diante dos desafios impostos à comunidade internacional nas esferas ambiental, econômica e social". O ministro montou uma mega-estrutura para coordenar a organização da Rio+20 e espera progressos e resultados da reunião.

Estas declarações apontam resultados, preocupações e sinalizam para o mesmo gargalo das propostas surgidas nos últimos 20 anos. O sonho continua e o que espero é acordar numa outra realidade e não em mais um pesadelo como vem sendo avaliado por alguns segmentos do terceiro setor e pela própria mídia nacional e internacional, que vem cobrindo a real expectativa dos países que já confirmaram presença.

São avaliações que circulam pela falta de visibilidade, de credibilidade, da mobilização da sociedade e da efetiva participação do corpo técnico ambiental dos governos que nem sempre conseguem espaços para colocarem em prática os seus conhecimentos, visando garantir a qualidade de vida da sociedade e um meio ambiente mais justo e equilibrado.

As propostas que serão novamente debatidas e sugeridas durante os preparativos da Rio+20 tem seus objetivos e interesses e a principal finalidade é criar estrutura institucional e condições para implementar o desenvolvimento sustentável baseado no tripé da Conferência, que são as questões sociais, econômicas e ambientais. O sonho é conseguir este resultado de equilíbrio sem tropeçar nas decisões políticas de cada nação. A realidade é colocar em prática o que for acordado entre as lideranças. Se mais uma vez ficarmos apenas no discurso das promessas, o pesadelo vai continuar por mais 20 anos.

Só nos resta ter esperança e acreditar no esforço e mobilização da sociedade para pressionar cada vez mais os dirigentes e governantes e, assim, quem sabe, garantir decisões e resultados capazes de mudar a imagem de incertezas que a Conferência tem demonstrado.

20/06/2012

São Paulo apresenta metas para o desenvolvimento sustentável na RIO+20

Preservação da Mata Atlântica e redução de 20% na emissão de CO₂ estão entre as quarenta metas da Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável do Estado

Agência FAPESP – O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, apresentou nesta terça-feira (19/06), durante a Cúpula Mundial de Estados e Regiões da RIO+20, o documento "Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável do Estado", com 40 metas a serem cumpridas até 2020.

"Nesse esforço sub-regional, o primeiro compromisso de todos nós é combater a miséria. O outro é com saneamento básico. Chegaremos a 2014 com o interior de São Paulo com 300% – 100% de água tratada, 100% de esgoto coletado e 100% de esgoto tratado", disse Alckmin.

O governador também citou que a meta vale para o litoral até o ano de 2016 e para as regiões metropolitanas até 2020.

Além das metas de erradicar a extrema pobreza até 2014 – para pessoas com renda familiar per capita de até R\$ 70 por mês – e de universalização do saneamento, outras propostas são: aumentar a participação de 55% para 69% de energias renováveis no consumo final de energia em São Paulo (hidráulica, biomassa, biogás, biodiesel, etanol, solar, eólica e resíduos sólidos); atingir 20% do território paulista com cobertura vegetal; e reduzir 20% da emissão de dióxido de carbono, tendo por base o ano de 2005.

A preservação da Mata Atlântica também é prioridade. "Em São Paulo, tínhamos 5.600 famílias em Cubatão em área de risco e vamos transferir todas. Temos até financiamento do BID em um grande esforço de recuperação da Mata Atlântica, dando moradia segura e digna a essas famílias", disse Alckmin, referindo-se ao programa estadual "Recuperação Socioambiental da Serra do Mar", o maior projeto de reassentamento habitacional por questões ambientais do mundo, de acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A estratégia destaca o papel da FAPESP em diversas áreas. "No Estado de São Paulo concentram-se boa parte dos esforços de Pesquisa e Desenvolvimento do país, em temas relacionados ao desenvolvimento sustentável. A FAPESP criou e financia três amplos programas de pesquisa, que se alinham aos temas principais da Conferência e a Economia Verde: Bioenergia (BIOEN), Biodiversidade (BIOTA) e Mudanças Climáticas Globais (PFPMCG)", descreve o documento.

Mais informações: <http://saopaulo.sp.gov.br/rio20>.

Fonte: Agência FAPESP/Radar Rio+20 >
[Notícias \(http://www.radario20.org.br/index.php?r=site/view&id=241054\)](http://www.radario20.org.br/index.php?r=site/view&id=241054)

20/06/2012

Alckmin participa da abertura oficial da Rio+20

Governador de São Paulo salienta importância dos governos locais



Geraldo Alckmin participa da abertura oficial da Rio+20
Foto: José Luís da Conceição



Geraldo Alckmin participa da abertura oficial da Rio+20
Foto: José Luís da Conceição



Geraldo Alckmin participa da abertura oficial da Rio+20

Foto: José Luís da Conceição

Fonte: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220117#2>

AnteriorPosteriorNesta quarta, 20, o governador Geraldo Alckmin participou da abertura da Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. "É importante participar, pois é um esforço mundial, unindo governos e sociedade civil para garantir avanços e sustentabilidade. Os governos locais têm um papel muito importante", disse.

"Estamos avançando e melhorando, é inegável em todos os indicadores. Agora, é evidente que a conferência ficou prejudicada na medida em que ela é feita num momento de grave crise internacional, onde há um grande estresse na economia mundial. Então, é o momento mais difícil, e é por isso que os estados e os governos locais podem ser mais ambiciosos e avançar mais."

A participação do governo de São Paulo no evento foi intensa, com diversos anúncios, como: apresentação de metas para o desenvolvimento sustentável do Estado; criação de um parque ecológico em São Paulo; oficialização do Mosaico de Paranapiacaba (área de preservação da Mata Atlântica); e a assinatura de um contrato de financiamento de R\$ 1,472 bilhão com o BNDES para o prolongamento da Linha 2-Verde do Metrô e modernização das estações da Linha 8-Diamante da CPTM.

Fonte: [Portal do Governo de São Paulo](http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220117#2)(<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220117#2>)

20/06/2012

São Paulo cria 250 mil hectares de área protegida na Mata Atlântica

Durante a Rio+20, governador assinou os decretos que criam Mosaicos de Paranapiacaba e Parque e Estadual Nascentes do Paranapanema (PENAP)



Geraldo Alckmin e Bruno Covas

Foto: Pedro Calado

Fonte: <http://www.ambiente.sp.gov.br/uploads/noticias/galeria/tam2/20120620194144.jpg>



Bruno Covas durante entrevista sobre a criação do PENAP

Foto: Pedro Calado

Fonte: <http://www.ambiente.sp.gov.br/uploads/noticias/galeria/tam2/20120620194303.jpg>

“O Estado de São Paulo está doando à população uma grande área de Unidades de Conservação. É um presente para as futuras gerações”, declarou o secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo Bruno Covas, durante a assinatura dos decretos que instituíram o Mosaico de Paranapiacaba e Parque Estadual Nascentes do Paranapanema (PENAP), totalizando 250 mil hectares de área preservada na Mata Atlântica, um dos biomas mais importantes em biodiversidade e também um dos mais ameaçados. A assinatura foi realizada durante o Rio+20, no dia 19, no estande de São Paulo, no Parque dos Atletas.

Secretários estaduais, deputados e ambientalistas participaram do evento, que lotou o estande do Governo de São Paulo na tarde da terça-feira. Segundo o Governador Geraldo Alckmin, “a cobertura de vegetação de São Paulo em 1992, na época da primeira Conferência das Nações Unidas no Rio de Janeiro, era de 13,5%, e agora, 20 anos depois, o estado tem 17% de áreas verdes. O estado continua criando Unidades de Conservação, como o mosaico, para chegar à sua meta de 20% de cobertura vegetal em 2020, o que representa 400 milhões de árvores que vamos plantar”, afirma.

O contínuo de Paranapiacaba – um dos principais corredores de Mata Atlântica do Brasil – está associado a dezenas de cavernas de grande importância para a conservação da geobiodiversidade e possui seis unidades de conservação, somando aproximadamente 250 mil ha. de áreas protegidas.

O PENAP, com 22mil há., compõe o grande mosaico de preservação que vai proteger cerca de mil nascentes do Paranapanema, colaborando também para a melhoria da qualidade de água e biodiversidade da região. O Mosaico é formado pelos parques estaduais Turístico Alto Ribeira (PETAR), Intervalles, Carlos Botelho, Estação Ecológica Xituê, APA Serra do Mar e o novo Parque Estadual Nascentes do Paranapanema.

Parque Nascentes do Paranapanema

O Parque Estadual Nascentes do Paranapanema (PENAP), no município de Capão Bonito, tem 22 mil hectares de matas nativas. A proposta visa proteger mil nascentes que compõe as cabeceiras do Rio Paranapanema, um dos principais do estado, em termos de abastecimento de água e geração de energia. Visa, também, aumentar a proteção de espécies extremamente ameaçadas e endêmicas, como por exemplo, o cachorro do mato vinagre (*Speothosvenaticus*); a onça-pintada (*Panthera onca*); o mono-carvoeiro (*Brachyteles arachnoides*); o bagre-cego (*Pimelodellakronei*); e o veado bororo (*Mazama bororo*) – a espécie de cervídeo mais ameaçada do Brasil.

Além da preservação da vegetação nativa e das nascentes do rio, a criação do Parque Estadual tem o objetivo de desenvolver o turismo ecológico e cultural na região, valorizando as comunidades locais e gerando alternativas sustentáveis de emprego e renda. Com a implantação do Parque, aumenta significativamente o repasse de recursos de ICMS Ecológico para os municípios envolvidos, contribuindo assim para o desenvolvimento sócioeconômico.

Homenagens

Na mesma ocasião, o governador entregou a medalha “João Pedro Cardoso” a personalidades que contribuíram para a proteção do meio ambiente. Maurice Strong, coordenador e articulador da Conferência de Estocolmo em 1972, Rio 92, e conselheiro do secretário geral da Rio+20, Maritta Weser, que foi líder do Programa de Meio Ambiente do Banco Mundial que promoveu financiamentos para proteção da Mata Atlântica, Marina Silva, ex-ministra do meio ambiente e grande lutadora das causas ambientais em nível mundial, representada por Jane Vilas Boas, Leopoldo da Silva Neves, um dos mais antigos e dedicados funcionários da Estação Ecológica Itatins, e Paulo Nogueira Neto, ambientalista do estado de São Paulo.

“O professor Paulo Nogueira Neto não ganha prestígio ao receber a medalha, ele dá prestígio a medalha. Saber que a medalha foi para no peito do professor dá mais importância a ela”, declarou o secretário do Meio Ambiente, Bruno Covas, que abriu a cerimônia.

A medalha é uma homenagem da Secretaria do Meio Ambiente, do Governo do Estado de São Paulo e da população paulista às pessoas fizeram a história do movimento ambientalista.

João Pedro Cardoso, patrono da medalha, foi engenheiro agrônomo que plantou a primeira árvore no dia que, desde então, ficou instituído como dia da árvore.

Fonte: [SMA - Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo > Notícias](http://www.ambiente.sp.gov.br/verNoticia.php?id=1415)(<http://www.ambiente.sp.gov.br/verNoticia.php?id=1415>)

20/06/2012

Ações de São Paulo impressionam PNUMA

Reuniões foram realizadas pela rede ao longo do dia



Bruno Covas e Fred Ni

Foto: Pedro Calado

Fonte: <http://www.ambiente.sp.gov.br/uploads/noticias/galeria/tam2/20120620193406.jpg>



PNUMA se impressionou com as ações do estado de São Paulo

Foto: Pedro Calado

Fonte: <http://www.ambiente.sp.gov.br/uploads/noticias/galeria/tam2/20120620193454.jpg>

Durante o coquetel oferecido pela Rede de Governos Regionais (nrg4SD), na noite de segunda-feira, 18, o secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo Bruno Covas conversou com o presidente do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) Achim Steiner sobre o encontro. Presente nas reuniões realizadas pela rede ao longo do dia, o presidente Steiner confidenciou que ficou surpreso com as realizações e os números de São Paulo apresentados pelo secretário. "Fiquei realmente impressionado com o que São Paulo fez e vem fazendo. O estado é uma fonte de inspiração", ressaltou.

Frota Verde

Na mesma noite, Bruno Covas conversou também com Fred Ni, vice-presidente da BYD Motor INC (América do Sul), sobre o interesse da empresa em investir em ônibus movido a energia elétrica. São Paulo seria um dos estados que a empresa destaca e deseja iniciar conversações. Um novo encontro será marcado.

Fonte: [SMA - Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo > Notícias](http://www.ambiente.sp.gov.br/verNoticia.php?id=1414)(<http://www.ambiente.sp.gov.br/verNoticia.php?id=1414>)

20/06/2012

Alckmin assina com BNDES empréstimo de R\$ 1,47 bi para mobilidade urbana

Financiamento é para o prolongamento da Linha 2-Verde do Metrô e modernização das Estações da Linha 8 da CPTM

por José Luís da Conceição



Governador Geraldo Alckmin assina contrato de financiamento com o BNDES para investimentos em mobilidade urbana

Fonte: http://saopaulo.sp.gov.br/bancolmagens/albums/9503/_c45881.jpg

O governador Geraldo Alckmin assinou nesta quarta, 20, no Rio de Janeiro, um contrato de financiamento de R\$ 1,472 bilhão com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o prolongamento da Linha 2-Verde do Metrô e modernização das estações da Linha 8-Diamante da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM).



Financiamento de R\$ 1,47 bi é destinado ao prolongamento da Linha 2-Verde do Metrô e modernização das estações da Linha 8-Diamante da CPTM

Fonte: http://saopaulo.sp.gov.br/bancolmagens/albums/9503/_c45882.jpg

Os recursos serão investidos em obras que facilitarão o dia-a-dia da população da capital e da Região Metropolitana de São Paulo. "O BNDES tem sido um grande parceiro em São Paulo para o desenvolvimento do Estado e hoje foram assinados dois contratos importantíssimos, quase R\$ 1,5 bilhão", destacou o governador.

Do total do financiamento, R\$ 922 milhões serão destinados ao prolongamento da Linha 2-Verde do Metrô, referente ao sistema de monotrilho, que até 2016 vai ligar Vila Prudente e Cidade Tiradentes. Com 24,5 km de vias elevadas, o monotrilho terá 17 estações e 54 trens serão comprados para toda a linha, atendendo 550 mil passageiros por dia. A extensão total está orçada em R\$ 4,9 bilhões. Em 2013, será inaugurado o primeiro trecho, entre Vila Prudente e Oratório. Até 2014, o segundo trecho, entre Oratório e São Mateus, entra em funcionamento.

O Governo do Estado usará R\$ 550 milhões do empréstimo firmado com o BNDES na modernização das estações da Linha 8-Diamante, da CPTM, que faz a ligação entre a estação Júlio Prestes e Itapevi, passando ainda por Osasco, Carapicuíba, Barueri e Jandira em 41 km de extensão. Hoje, a linha atende 440 mil passageiros por dia útil. Além dos recursos provenientes do BNDES, o governo estadual investirá mais R\$ 94,3 milhões nas estações da Linha 8-Diamante. "As estações da CPTM serão praticamente reconstruídas, com acessibilidade, modernidade, conforto e segurança", disse Alckmin.

Fonte: [Portal do Governo do Estado > SP Notícias](http://saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220100&c=6) (<http://saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220100&c=6>)

19/06/2012

Fórum Paralelo discute deficiência e sustentabilidade na Rio+20

Evento idealizado pelo Governo do Estado chamou a atenção de integrantes da ONU

Durante a Rio+20 foi realizado o Fórum "Promovendo o Desenvolvimento Inclusivo para um Futuro Sustentável", proposto pelo Governo do Estado de São Paulo. O evento foi o único a tratar exclusivamente do tema deficiência e sustentabilidade.

O Comitê Nacional de Organização (CNO) criou uma Coordenação de Acessibilidade e Inclusão, formada por servidores do Itamaraty e consultores especialistas na área que resultou em uma conferência totalmente acessível, com arenas que disponibilizaram recursos de acessibilidade em seus auditórios; orientação acessível aos expositores e visitantes; material em braile; intérprete de Língua de Sinais - Brasileira e Internacional; pontos de informação com tablets acessíveis; e audiodescrição em três idiomas: inglês, espanhol e português, inédito em evento deste porte.

O Fórum já rendeu frutos positivos que podem ser explicitados na observação do diretor de logística das conferências da ONU, Magnus Olafsson: "a partir do projeto brasileiro de acessibilidade e de sua execução para a Rio+20, a ONU passará a adotar novos parâmetros de acessibilidade em suas conferências", afirmou.

Fonte: [Portal do Governo do Estado](http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220070&c=6&q=F%F3rum+Paralelo+discute+defici%EAncia+e+sustentabilidade+na+Rio+20) (<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220070&c=6&q=F%F3rum+Paralelo+discute+defici%EAncia+e+sustentabilidade+na+Rio+20>)

19/06/2012

SP apresenta metas para o desenvolvimento sustentável do Estado

Ações, que serão executadas até 2020, refletem o compromisso do Estado com o meio ambiente



O governador Geraldo Alckmin apresentou nesta terça, 19, durante a Cúpula Mundial de Estados e Regiões da Rio+ 20, um documento com 40 metas para o desenvolvimento sustentável

Foto: Gilberto Marques

Fonte:

<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220067&c=6&q=SP+apresenta+metas+para+o+d+esenvolvimento+sustent%E1vel+do+Estado#0>



O governador também citou que a meta vale para o litoral até o ano de 2016 e para as regiões metropolitanas até 2020

Foto: Gilberto Marques

Fonte:

<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220067&c=6&q=SP+apresenta+metas+para+o+d+esenvolvimento+sustent%E1vel+do+Estado#1>



Chegaremos a 2014 com o interior de São Paulo com 300% – 100% de água tratada, 100% de esgoto coletado e 100% de esgoto tratado

Foto: Gilberto Marques

Fonte:

<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220067&c=6&q=SP+apresenta+metas+para+o+d+esenvolvimento+sustent%E1vel+do+Estado#2>



Uma das propostas é aumentar a participação de 55% para 69% de energias renováveis no consumo final de energia do Estado

Foto: Gilberto Marques

Fonte:

<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220067&c=6&q=SP+apresenta+metas+para+o+d+esenvolvimento+sustent%E1vel+do+Estado#3>



Outras propostas são: atingir 20% do território paulista com cobertura vegetal; e reduzir 20% da emissão de dióxido de carbono, tendo por base o ano de 2005

Foto: Gilberto Marques

Fonte:

<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220067&c=6&q=SP+apresenta+metas+para+o+d+esenvolvimento+sustent%E1vel+do+Estado#4>



A preservação da Mata Atlântica também é prioridade

Foto: José Luís da Conceição

Fonte:

<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220067&c=6&q=SP+apresenta+metas+para+o+d+esenvolvimento+sustent%E1vel+do+Estado#5>

O governador Geraldo Alckmin apresentou nesta terça, 19, durante a Cúpula Mundial de Estados e Regiões da Rio+ 20 – evento com a participação de 20 governos regionais para discutir desenvolvimento sustentável –, o documento "Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável do Estado", com metas a serem cumpridas até 2020. "Nesse esforço sub-regional, o primeiro compromisso de todos nós é combater a miséria. O outro é com saneamento básico. Chegaremos a 2014 com o interior de São Paulo com 300% – 100% de água tratada, 100% de esgoto coletado e 100% de esgoto tratado", disse Alckmin. O governador também citou que a meta vale para o litoral até o ano de 2016 e para as regiões metropolitanas até 2020.

Além das metas de erradicar a extrema pobreza até 2014 – para pessoas com renda familiar per capita de até R\$ 70 por mês – e de universalização do saneamento, outras propostas são: aumentar a participação de 55% para 69% de energias renováveis no consumo final de energia do Estado (hidráulica, biomassa, biogás, biodiesel, etanol, solar, eólica e resíduos sólidos); atingir 20% do território paulista com cobertura vegetal; e reduzir 20% da emissão de dióxido de carbono, tendo por base o ano de 2005.

A preservação da Mata Atlântica também é prioridade. "Em São Paulo, tínhamos 5.600 famílias em Cubatão em área de risco e vamos transferir todas. Temos até financiamento do BID num grande esforço de recuperação da Mata Atlântica, dando moradia segura e digna a essas famílias", disse, referindo-se ao programa estadual "Recuperação Socioambiental da Serra do Mar", o maior projeto de reassentamento habitacional por questões ambientais do mundo, de acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O documento destaca também os importantes avanços obtidos pelo governo do Estado desde a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 (Rio-92). Na ocasião, Alckmin saudou, dentre outras personalidades, o primeiro ministro de Quebec, Jean Charet, cuja comitiva esteve em abril no Palácio dos Bandeirantes para assinar diversos acordos de cooperação, inclusive nas áreas de meio ambiente e tecnologias limpas.

Fonte: [Portal do Governo do Estado](http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220067&c=6&q=SP+apresenta+metas+para+o+desenvolvimento+sustentavel+do+Estado)(<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220067&c=6&q=SP+apresenta+metas+para+o+desenvolvimento+sustentavel+do+Estado>)

19/06/2012

Governador assina decreto para criar parque ecológico em SP

Parque, no município de Capão Bonito, terá 22 mil hectares de matas nativas

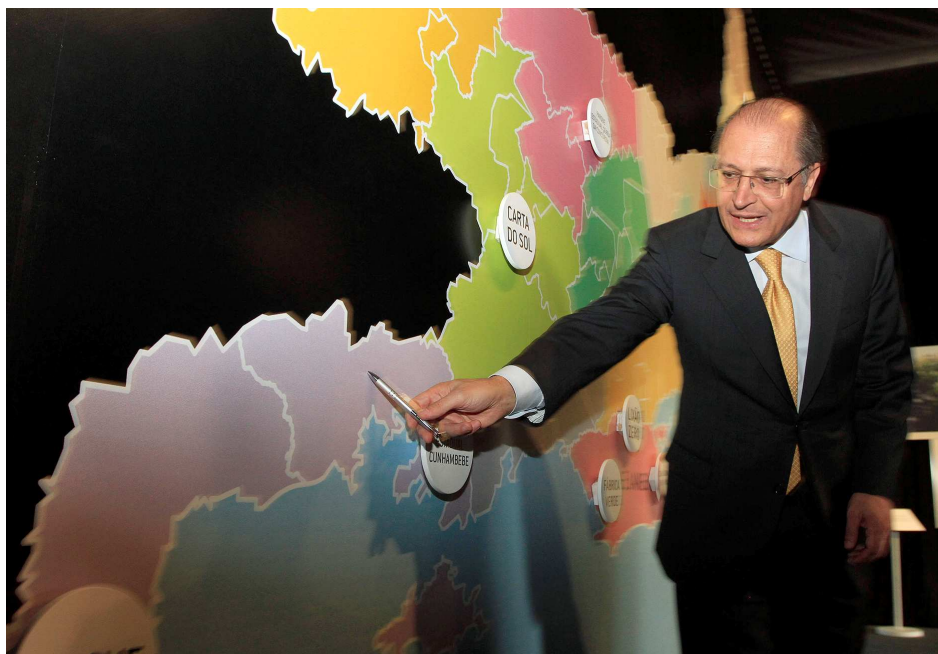


Governador assina decreto para criar parque ecológico em SP

Foto: Gilberto Marques

Fonte:

<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220079&c=6&q=Governador+assina+decreto+para+criar+parque+ecol%F3gico+em+SP#0>



Parque, no município de Capão Bonito, terá 22 mil hectares de matas nativas

Foto: Gilberto Marques

Fonte:

<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220079&c=6&q=Governador+assina+decreto+para+criar+parque+ecol%F3gico+em+SP#1>



Governador Geraldo Alckmin e Lu Alckmin na Rio+20

Foto: Gilberto Marques

Fonte:

<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220079&c=6&q=Governador+assina+decreto+para+criar+parque+ecol%F3gico+em+SP#2>



O governador ainda comparou o Estado de São Paulo da época da Eco 92, conferência internacional sobre meio ambiente que também aconteceu no Rio de Janeiro, com o cenário atual

Foto: Gilberto Marques

Fonte:

<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220079&c=6&q=Governador+assina+decreto+para+criar+parque+ecol%F3gico+em+SP#3>

AnteriorPosteriorO governador Geraldo Alckmin assinou nessa terça, 19, durante a Rio+20, um decreto para a criação do Parque Estadual Nascentes do Paranapanema (PENAP), no município de Capão Bonito, região sudoeste do Estado. "Esse parque, com mais de 22 mil hectares, é uma grande conquista para o meio ambiente", disse.

A proposta visa proteger as mil nascentes que compõem as cabeceiras do Rio Paranapanema, um dos principais rios do Estado em termos de abastecimento de água e geração de energia. Outro objetivo é aumentar a proteção a espécies ameaçadas de extinção, como o cachorro do mato vinagre, a onça-pintada, o mono-carvoeiro, o bagre-cego e o veado bororo - a espécie de cervídeo mais ameaçada do Brasil.

Além da preservação da vegetação nativa e das nascentes do rio, a criação do Parque Estadual desenvolverá o turismo ecológico e cultural na região, valorizando as comunidades locais e gerando alternativas sustentáveis de emprego e renda. Com a implantação do Parque, aumenta o repasse de recursos de ICMS Ecológico para os municípios envolvidos, contribuindo assim para o desenvolvimento sócio-econômico.

O governador ainda comparou o Estado de São Paulo da época da Eco 92, conferência internacional sobre meio ambiente que também aconteceu no Rio de Janeiro, com o cenário atual. "A cobertura vegetal, há 20 anos, era de 13,5%, e hoje nós temos 17,5% de cobertura vegetal. Nossa meta para 2020 é de 20% de cobertura vegetal. 2,5% a mais significam 400 milhões de árvores que vamos plantar no Estado de São Paulo."

Fonte: [Portal do Governo do Estado \(http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220079&c=6&q=Governador+assina+decreto+para+criar+parque+ecol%F3gico+em+SP#2\)](http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220079&c=6&q=Governador+assina+decreto+para+criar+parque+ecol%F3gico+em+SP#2)

19/06/2012

Geraldo Alckmin oficializa Mosaico de Paranapiacaba

Área de conservação da Mata Atlântica é um dos mais importantes biomas do planeta

Durante a Rio+20, o governador Geraldo Alckmin oficializou a criação do Mosaico de Paranapiacaba, um dos principais corredores de Mata Atlântica do Brasil. A região está associada a dezenas de cavernas de alta importância para a conservação da geobiodiversidade, num total de aproximadamente 250 mil hectares de áreas protegidas.

São seis áreas, incluindo o novo parque ecológico em Capão Bonito, que formam o Mosaico. Essas áreas são: Parque Turístico Alto Ribeira (PETAR), Intervalos, Carlos Botelho, Estação Ecológica Xituê e APA Serra do Mar.

A criação do Mosaico de Unidades de Conservação de Paranapiacaba facilitará a gestão dessas áreas de conservação da Mata Atlântica, um dos mais importantes biomas do planeta, além de contribuir para o desenvolvimento regional, com ações de incentivo ao turismo sustentável e outras atividades de conservação da natureza.

Fonte: [Portal do Governo do Estado de São Paulo](http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220088&c=6&q=Geraldo+Alckmin+oficializa+Mosaico+de+Paranapiacaba)(<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=220088&c=6&q=Geraldo+Alckmin+oficializa+Mosaico+de+Paranapiacaba>)

19/06/2012

Rio+20: estado de são paulo terá primeira produção de remanufatura da caterpillar na américa do sul

Com o emprego de tecnologia sustentável, a empresa ampliará o ciclo de vida útil de componentes de motores

A Investe São Paulo e a Caterpillar assinaram nesta terça-feira, 19 de junho, um protocolo de intenções para produção futura de peças remanufaturadas no Estado de São Paulo. O acordo foi firmado em evento durante a Rio+20, com a presença do governador Geraldo Alckmin.

É a Caterpillar mostrando seu compromisso no pós-consumo, economizando energia, água e outros recursos naturais. É um compromisso com o meio ambiente e com as pessoas, ressaltou Alckmin.

O novo processo industrial será dedicado à remanufatura de componentes de motores. Esta é uma das mais importantes contribuições da Caterpillar ao [desenvolvimento](http://www.bolsavalores.net/mercado-de-acoes/desenvolvimento/) (<http://www.bolsavalores.net/mercado-de-acoes/desenvolvimento/>) sustentável, pois estenderemos a vida útil dos recursos não renováveis, afirmou o presidente da Caterpillar Brasil e Country Manager, Luiz Carlos Calil. Esta será a primeira operação de remanufatura da Caterpillar na América do Sul, que contará com a tecnologia denominada CAT Reman. O processo Reman é muito importante para o meio ambiente, pois devolve aos componentes usados a sua condição original, estando plenamente alinhado às políticas governamentais para a destinação de resíduos sólidos e a responsabilidade pós-consumo.

Para o presidente da Investe SP, Luciano Almeida, a posição de São Paulo no mercado de economia verde do Brasil credencia o Estado como principal destino para esse tipo de investimento. A remanufatura ainda é uma tecnologia nova no Brasil. São Paulo sai na frente e se consolida na busca por atrair esse setor, disse. É muito bom estar aqui na Rio+20 e poder anunciar esse investimento. Isso sim é desenvolvimento sustentável, concluiu.

O Estado possui o maior mercado de economia verde do País e também o mais diversificado. São 141 mil empresas que atuam no setor, empregando mais de 1 milhão dos empregos verdes do Brasil.

O processo de remanufatura consiste em retornar um componente que está no final de sua vida útil para a mesma condição de novo, em um ambiente de remanufatura. Isto significa que o componente usado será desmontado, passará por um processo de limpeza, inspeção, recuperação, adição de peças novas originais, montagem e testes, mantendo especificações, qualidade, processos e garantia do fabricante original.

Os produtos remanufaturados reduzem os custos de operação no campo, ao mesmo tempo em que aumentam a sua disponibilidade para o trabalho de equipamentos. Além disso, o componente remanufaturado chega a custar 40% menos que o novo, proporcionando a mesma confiabilidade, qualidade, desempenho. A vantagem para o meio ambiente é a redução no processo de produção de até 99% de energia, 90% de água, 85% de matéria-prima e 99% menos lixo.

Liderança em economia verde

O Estado de São Paulo foi o primeiro do Brasil a incorporar o tema da economia verde em sua agenda política e empresarial. Criando leis vanguardistas, o Estado foi pioneiro na regulamentação de questões como resíduos sólidos (Lei Estadual nº 12.300/2006) e mudanças climáticas (Lei Estadual nº 13.798/2009). Ambas abrem oportunidades para a prospecção de novos negócios, uma vez que criam demandas específicas como, por exemplo, a necessidade de se investir em transporte sustentável.

Com o perfil de uma economia de baixo carbono, é o Estado com a matriz energética mais limpa do Brasil, com 55% de participação de fontes renováveis. São Paulo é também o maior produtor mundial e o maior produtor nacional de etanol de [cana-de-açúcar](http://www.bolsavalores.net/mercado-de-acoes/cana-de-acucar/) (<http://www.bolsavalores.net/mercado-de-acoes/cana-de-acucar/>), respondendo por 56% da produção do País.

Em 5 de junho de 2012, foi lançada a Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo 2020 (Decreto nº 58.107), que visa estabelecer uma agenda para o desenvolvimento sustentável estadual, apresentando metas setoriais que definirão a ação do Governo do Estado até 2020.

Sobre a Caterpillar Brasil

Sediada em Piracicaba (SP), a Caterpillar Brasil celebra 58 anos de presença e liderança absoluta de mercado em seus segmentos de atuação, além de acumular as certificações em Excelência Operacional Classe A, ISO 9001 e ISO 14001.

A linha nacional de produtos é composta de 40 diferentes modelos de máquinas, entre escavadeiras hidráulicas, compactadores, carregadeiras de rodas, motoniveladoras, retroescavadeiras e tratores de esteiras. Produz também grupos geradores nas faixas de 32 a 750 kVA de 1360 ekW a 2250 ekW, ferramentas e acessórios especiais para seus equipamentos.

A empresa conta com seis mil funcionários, sendo reconhecida pela gestão de pessoas, suas ações de responsabilidade social e respeito ao meio ambiente. Em outubro de 2011, inaugurou uma nova unidade industrial, em Campo Largo (PR). A empresa é a principal exportadora de seu setor e foi a 19ª do país no primeiro semestre de 2011.

Desde 2004, é classificada como uma das melhores empresas para trabalhar no Brasil e na América Latina pelas pesquisas do Great Place to Work e Guia Você S/A-Exame. A Caterpillar é hoje a única empresa a figurar entre as cinco melhores empresas para trabalhar no Brasil, por cinco anos consecutivos. Mais informações estão disponíveis em: www.caterpillar.com.br

Sobre a Caterpillar

Há mais de 80 anos, a Caterpillar Inc. tem possibilitado o progresso e incentivado mudanças positivas e sustentáveis em todos os continentes. Com um faturamento de US\$ 60,13 bilhões, a Caterpillar é líder em tecnologia e a maior fabricante mundial de equipamentos de construção e mineração, motores limpos a diesel e gás natural e turbinas industriais a gás. Mais informações estão disponíveis em: <http://www.cat.com/>.

Sobre a Investe São Paulo

A Investe São Paulo – Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade é a porta de entrada das empresas que pretendem se instalar no Estado, além de estimular a expansão de empreendimentos que já estão em São Paulo. A agência fornece, gratuitamente, informações estratégicas que ajudam os investidores a encontrar os melhores locais para os seus negócios e facilita o contato das empresas com órgãos públicos e privados.

A agência possui neste momento 62 projetos em carteira, que contabilizam um potencial de investimento de R\$ 17 bilhões, com capacidade de gerar cerca de 40 mil empregos diretos. O trabalho da Investe SP contribuiu, até o momento, para que 27 empresas invistam R\$ 11,4 bilhões na construção de suas fábricas no Estado, empregando mais de 22,4 mil trabalhadores. Toyota, Hyundai, Chery, Vale, Gerdau, AGC são algumas das empresas que foram assessoradas pela agência na realização de seus empreendimentos em solo paulista.

Fonte: [Investe SP](http://www.investe.sp.gov.br/)(<http://www.investe.sp.gov.br/>)/[bolsa valores](http://www.bolsavalores.net/2012/06/19/rio20-estado-de-sao-paulo-tera-primeira-producao-de-remanufatura-da-caterpillar-na-america-do-sul/) > [Notícias](http://www.bolsavalores.net/2012/06/19/rio20-estado-de-sao-paulo-tera-primeira-producao-de-remanufatura-da-caterpillar-na-america-do-sul/) > [Outros](http://www.bolsavalores.net/2012/06/19/rio20-estado-de-sao-paulo-tera-primeira-producao-de-remanufatura-da-caterpillar-na-america-do-sul/)(<http://www.bolsavalores.net/2012/06/19/rio20-estado-de-sao-paulo-tera-primeira-producao-de-remanufatura-da-caterpillar-na-america-do-sul/>)

06/06/2012

Governo de São Paulo lança pacote ambiental para apoiar economia verde

Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo 2020 estabelece metas pautadas na Rio 20



Governador Geraldo Alckmim divulga as metas da gestão ambiental para 2020

Foto: Pedro Calado/SMA/SP

Fonte: <http://myhabitat.me/wp-content/gallery/28366-878/governador-geraldo-alckmim.jpg>

A Semana do Meio Ambiente em São Paulo foi marcada pelo lançamento do pacote ambiental com uma série de ações focadas no desenvolvimento sustentável. A “Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo 2020” visa estabelecer metas setoriais para definir a ação do Governo do Estado até 2020. A Estratégia foi produzida no contexto da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio 20, a realizar-se na próxima semana no Rio de Janeiro, e foi pautada pelos principais temas desta Conferência: Economia Verde no contexto do Desenvolvimento Sustentável e Erradicação da Pobreza, e Governança.

As ações contemplam as áreas de resíduos sólidos, biodiversidade, gestão ambiental e Rio 20 para incentivar práticas sustentáveis. Algumas ações serão realizadas em parceria com a iniciativa privada.

"Estamos comemorando o Dia Mundial do Meio Ambiente por terra, mar e ar. São diversas iniciativas e muitas delas em parceria com a iniciativa privada. Um ganho para o meio ambiente e para todos nós. A obra-prima do estado é a felicidade das pessoas", destacou o governador Geraldo Alckmin, durante o anúncio das medidas no Palácio dos Bandeirantes, na capital paulista. O secretário estadual do meio ambiente, Bruno Covas, apresentou o pacote de ações ambientais com assinatura de termos de compromisso, protocolos e decretos que visam aprimorar a gestão ambiental e incentivar práticas sustentáveis. São projetos que reforçam políticas públicas para atender o compromisso público do estado com as metas de Aichi Nagoia, da Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC), Rio 20 e das políticas estadual e nacional de resíduos sólidos.

Resíduos sólidos: Neste seguimento foram assinados mais quatro Termos de Compromisso de responsabilidade pós-consumo com as empresas mais representativas dos setores de operadoras de telefonia celular (OI, TIM, Claro, Vivo e Nextel), de pneus (Goodyear, Pirelli, Michelin, Bridgestone e

Continental), de óleo lubrificante (SINDOCOM, SIMEPETRO, SINDILUB, SINDIREPA e Sindirrefino) e de óleos comestíveis (CARGILL). Os acordos atendem à Resolução SMA 38/2011, que diz que fabricantes e importadores de produtos e embalagens devem apresentar uma proposta de implantação de Programa de Responsabilidade Pós-consumo que indique um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outro ciclo produtivo, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

Plano de Apoio aos Municípios para gestão de Resíduos Sólidos: O Projeto de Apoio à Gestão Municipal de Resíduos Sólidos está atrelado ao Programa Estadual de Implementação de Projetos de Resíduos Sólidos e, através da Resolução SMA, terá suas ações definidas e detalhadas para a consecução dos seus objetivos. As estratégias usadas serão o encaminhamento de questionário sobre o índice de gestão de resíduos (IGR), que resultará no diagnóstico da situação atual, e capacitações dos gestores e técnicos dos municípios. O Projeto é da Coordenadoria de Planejamento Ambiental (CPLA) e contará com a participação da Cetesb e da Assessoria do Município Verde Azul.

O estado de São Paulo ganhará mais áreas verdes preservadas: novas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) e ampliação de Parques Estaduais. São elas:

Ampliação dos Parques Estaduais "Morro do Diabo" e "Rio do Peixe" com ITESP- Áreas da Fundação Instituto de Terras de São Paulo (ITESP) serão incorporadas às Unidades de Conservação. São 1.284 hectares para o Morro do Diabo e 1.230 da Mata Maturi para o Rio do Peixe. O objetivo é incrementar a proteção sobre remanescentes florestais que contemplam atributos naturais importantes, imprescindíveis para a preservação da biodiversidade regional.

Parceria ITESP para recuperação Ecológica de Áreas Protegidas em Assentamentos. O ITESP terá autorização para fazer o cadastramento de projetos para recuperação de áreas degradadas de reserva legal e de preservação permanente. Os projetos deverão ser executados às expensas dos interessados pelo período mínimo de dois anos e com o envolvimento dos assentados. Os interessados deverão contemplar em seu objeto social atividades relacionadas ao meio ambiente e dispor de profissionais habilitados para a implantação de projetos de recomposição florestal.

Reserva Votorantim – Memorando de Intenções com Grupo Votorantim – São 35 mil hectares de área de preservação na região do Vale do Ribeira, em São Paulo. A Reserva é contígua ao Parque Estadual do Jurupará, e, juntas formam um corredor ecológico entre o interior e o litoral, equivalente a 70 mil campos de futebol, contribuindo para a conservação da biodiversidade local. A gestão compartilhada da propriedade privada, que representa um dos mais relevantes remanescentes de Mata Atlântica, permitirá avanços em estudos científicos, educação ambiental, ecoturismo, preservação de espécies ameaçadas de extinção e desenvolvimento socioeconômico da região.

Ampliação do Jardim Botânico – Aquisição de área contígua espólio de Bumaruf – 6,5 ha de remanescente de Mata Atlântica nativa serão reintegrados à área de visitação do Jardim Botânico de São Paulo, colaborando com a preservação da flora, dos sítios históricos e afluentes formadores do histórico Riacho do Ipiranga.

Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN SESC Bertioga – Com área de 60 ha na zona urbana de Bertioga, é a primeira RPPN do SESC no Estado de São Paulo dentro dos domínios de Mata Atlântica com predominância de Floresta Alta de Restinga.

Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN Hércule Florence, Bertioga – Reconhecimento da RPPN Hércules Florence, com 244,5 ha localizada no município de Bertioga, limítrofe com o PESM e P.E. Restinga de Bertioga. A área representa 50% da Fazenda Acaraú, recoberta integralmente por vegetação natural de Restinga em bom estado de conservação.

Resolução referente ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) para Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) – Novo projeto de PSA para as RPPNs. Os proprietários das reservas particulares cumprem um importante ato voluntário de conversação do meio ambiente. R\$ 4,5 milhões do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição (Fecop) para atender até 42 unidades, com repasses entre R\$ 1,5 mil e R\$ 60 mil por ano. Promover a conservação, restaurar processos ecossistêmicos e estimular a criação de novas reservas particulares.

Resolução conjunta com a secretaria de Recursos Hídricos para transferência da administração do centro de recuperação de animais silvestres do Parque Ecológico do Tietê do DAEE para a Fundação Zoológico. Constituição de Unidade de Conservação na área da Reserva Estadual do Morro (Caucaia do Alto).

Assinatura da Resolução referente ao carvão vegetal – A resolução destina-se a coibir o comércio ilegal de carvão vegetal, oriundo de florestas de espécies nativas, dentro dos limites territoriais do estado de São Paulo, principalmente no setor alimentício.

Protocolo ambiental com o Setor Florestal – Assinatura de Protocolo de Intenções entre a Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), Associação Paulista de Produtores de Florestas Plantadas e Bracelpa (Associação Brasileira de Celulose e Papel para Certificação Agroambiental do Setor da Silvicultura). A área ocupada por plantio de florestas no Brasil é de 6.510.693 hectares, 18,5% dos quais localizados em São Paulo. As culturas de eucaliptos e pinos ocupam cerca de 4% da área do estado e contribuem com grande parcela no PIB e geração de emprego. O protocolo visa estabelecer práticas ambientais no setor, promovendo a proteção e restauração do entorno das nascentes e cursos de água. Utilização de técnicas de conservação de solo e de combate a incêndios florestais, redução da emissão dos gases de efeito estufa e adoção de práticas que contribuam para a manutenção da qualidade e quantidade dos recursos hídricos. Aos moldes do que já existe para o setor da agroindústria, terá uma adesão voluntária e, a partir dela, as empresas apresentarão um plano de ação e cronograma de melhoria continuada no atendimento de compromissos preestabelecidos relacionados principalmente a recuperação de áreas ciliares e nascentes e utilização de práticas sustentáveis na produção.

Gestão Ambiental: Resolução conjunta SMA/Secretaria da Fazenda, referente às políticas tributárias de incentivo à gestão ambiental – A resolução conjunta institui um grupo de trabalho que terá como objetivo estudar adequações na legislação do estado de São Paulo, que possibilitem a implementação integral das Políticas Estaduais Ambientais de incentivo à gestão ambiental, como a de Resíduos Sólidos e de Mudanças Climáticas, do Plano de Controle de Poluição Veicular (PCPV), e de outros programas específicos da Secretaria do Meio Ambiente, bem como analisar propostas de alteração no ICMS Ecológico.

Protocolo FIESP/Governo do Estado de São Paulo/SMA referente ao estudo sobre a redução da emissão de Gases de Efeito Estufa – O objetivo é trabalhar em união para reduzir as emissões de dióxido de carbono no estado. A cooperação busca oportunidades de rotas de redução das emissões de gases nos setores industriais de maior emissão, que segundo o 1º Inventário de Emissões de Gases Efeito Estufa do Estado de São Paulo, são: cimento, siderurgia, celulose e papel, química, alumínio, geração e transformação de energia.

A Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC) estabelece diretrizes e objetivos para o setor industrial e firma o ano de 2020 como data final para diminuir 20% das emissões de CO₂ do estado, tendo como base o ano de 2005.

Protocolo SMA/POLI – O objetivo é a análise conjunta de projetos de geração de energia por fontes renováveis e de eficiência energética, com a utilização do excedente na rede de distribuição elétrica através do conceito de redes inteligentes.

Anteprojeto de lei do Programa Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo – O Zoneamento Ecológico Econômico é um instrumento básico e referencial para o planejamento territorial ambiental e a gestão do processo de desenvolvimento, capaz de identificar a vocação, a potencialidade e a vulnerabilidade de um território, tornando-o base para o desenvolvimento sustentável. De acordo com o Anteprojeto de Lei, o ZEE será elaborado e implementado pelo Estado, com a participação dos Municípios, da comunidade científica e da sociedade civil organizada, de modo a orientar as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais.

Assinatura da DCUA – Declaração de Conformidade Urbanística e Ambiental do Núcleo Parque Rodrigo Barreto, localizado no município de Arujá, que possibilitará a regularização de 5.392 lotes, beneficiando uma população de mais de 20 mil pessoas.

Entrega de veículos para fiscalização ambiental – O Governo do Estado de São Paulo adquiriu com recursos próprios e do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), 130 viaturas para auxiliar na fiscalização e educação ambiental, das quais 120 são destinadas à Polícia Militar Ambiental, e 10 à Fundação Florestal. O investimento da parceria totaliza R\$ 14.035.787,00.

Rio 20: Protocolo com a BM&F BOVESPA – Assinatura de Protocolo de Intenções com a SMA para desenvolvimento de procedimentos para comercialização de cotas de reserva legal na Bolsa de Valores de São Paulo. Essa iniciativa permitirá a comercialização, através da Bolsa, de reserva legal excedente (desde que aprovadas pela CBRN), com a finalidade de atingir as cotas de reserva legal exigidas na lei ambiental. Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo 2020 – A “Estratégia para o

Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo 2020" visa estabelecer metas setoriais para definir a ação do Governo do Estado até 2020. A Estratégia foi produzida no contexto da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio 20, a realizar-se no Rio de Janeiro, em junho de 2012 e foi pautada pelos principais temas desta Conferência: Economia Verde no contexto do Desenvolvimento Sustentável e Erradicação da Pobreza, e Governança.

Fonte: [Myhabitat.me > Notícias\(http://myhabitat.me/sustentabilidade/878/governo-de-sao-paulo-lanca-pacote-ambiental-para-apoiar-economia-verde/\)](http://myhabitat.me/sustentabilidade/878/governo-de-sao-paulo-lanca-pacote-ambiental-para-apoiar-economia-verde/)

2012

Julho

01/07/2012

Ignacy Sachs: desenvolvimento sustentável só é possível com intervenção do Estado no mercado

por Redação, com ABr - de Brasília



Ignacy Sachs é pioneiro na discussão sobre um mundo mais sustentável

Fonte: <http://correiodobrasil.com.br/wp-content/uploads/2012/07/ignacy-sachs.jpg>

O desenvolvimento ambiental não pode ser dissociado das questões sociais e econômicas. Mas para haver uma relação de equilíbrio entre essas vertentes, é preciso intervenção do Estado para conter o mercado, que de forma geral não se preocupa com os custos sociais e ambientais. Essa visão é defendida há mais de 40 anos pelo economista Ignacy Sachs que, aos 85 anos de idade, é considerado o criador do termo desenvolvimento sustentável.

Ele participou das três grandes conferências das Nações Unidas sobre o meio ambiente: Estocolmo 72, Rio92 e Rio+20, quando falou sobre o tema. Ele fez um balanço das últimas décadas e avaliou os possíveis avanços na área. Fundador do Centro Internacional de Pesquisa sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento na Escola de Altos Estudos de Ciências Sociais de Paris, Ignacy Sachs se apresenta como ecossocioeconomista, pois entende que ecologia, sociologia e economia são conceitos integrados.

– Historicamente tivemos a economia política, depois simplificaram só para economia. Aí voltamos, nos últimos 40 anos, a uma visão bidimensional, de olhar a economia e a sociedade. Depois acrescentamos o segmento ambiental e formamos um tripé, passando a pensar em uma ecossocioeconomia – disse.

A partir desse conceito científico, foi desenvolvido o termo ecodesenvolvimento, que se popularizou principalmente a partir da Rio92 e que evoluiu para desenvolvimento sustentável, mais usado atualmente.

– É uma visão do desenvolvimento em que os objetivos são sempre os sociais, existe uma condicionalidade ambiental e, para que as coisas aconteçam, é preciso dar às propostas uma viabilidade econômica – afirmou.

Para ele, o conceito se justifica pela maneira holística de avaliar a realidade:

– Há duas maneiras de olhar o planeta. Uma consiste em considerar que o mundo é um bolo, que depois é cortado em visões unidimensionais: economia, sociologia e ecologia. Depois vêm aqueles que partem do conjunto e tentam pensar quais são as dimensões pertinentes para o problema.

Nascido na Polônia, em 1927, Ignacy Sachs veio para o Brasil aos 14 anos de idade, onde se formou em economia na Universidade Cândido Mendes no Rio de Janeiro. Em 1954, voltou à Polônia e depois foi para a Índia, onde cursou doutorado na Universidade de Nova Delhi. Mais tarde, sua ligação com o Brasil fez com que ele fundasse em 1985, na Escola de Altos Estudos de Ciências Sociais de Paris, o Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo.

Embora reconheça que até hoje nenhum país adotou plenamente o conceito de desenvolvimento sustentável, ele é otimista quanto à inclusão do termo nas políticas públicas atuais.

– Nesses 40 anos (desde Estocolmo 72) avançamos muito nessa ideia de abrir a cabeça dos que fazem a política sobre a necessidade de se contemplar conjuntamente essas três dimensões. É difícil hoje encontrar um dirigente que não reconheça a importância do social e do ambiental. A mensagem foi absorvida – acrescenta.

Porém, o economista reconhece que, se houve evolução na aceitação da teoria, faltaram avanços na prática. A devastação ambiental não parou desde as duas conferências das Nações Unidas sobre o meio ambiente. Pelo contrário, só aumentou.

– Os governos não decidem tudo. Na verdade vivemos em uma economia em que os empresários têm muito a dizer. Não vivemos em uma economia pública, mas sim em uma economia público-privada, na qual as decisões, os projetos, os investimentos não estão em uma só mão. Temos uma multiplicidade de atores que têm interesses distintos, muitas vezes conflitivos – destacou Sachs.

Fonte: [Correio do Brasil > Notícias](http://correiodobrasil.com.br/ignacy-sachs-desenvolvimento-sustentavel-so-e-possivel-com-intervencao-do-estado-no-mercado/479074/)(<http://correiodobrasil.com.br/ignacy-sachs-desenvolvimento-sustentavel-so-e-possivel-com-intervencao-do-estado-no-mercado/479074/>)

02/07/2012

Megacidades: escolhas de vida ou morte

por Julio Godoy, da IPS



Barracos perto de cursos de água são uma visão comum em Manila.

Foto: Kara Santos/IPS

Fonte: <http://envolverde.com.br/porta1/wp-content/uploads/2012/06/c67.jpg?9d7bd4>

Rio de Janeiro, Brasil, 20/06/2012 (TerraViva) – O clichê de que cúpulas gigantescas como a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, são “grandes demais para ter sucesso” também pode ser aplicado para as megalópoles dos nossos dias, tais como o Rio de Janeiro: elas são simplesmente grandes demais para se tornarem verdes e sustentáveis.

E ainda assim, este é precisamente o compromisso assumido pelos prefeitos das 59 maiores cidades do mundo, reunidas no chamado grupo C-40. Em um evento paralelo durante a Rio+20, os prefeitos do grupo C-40 lembraram que os maiores centros urbanos do mundo têm “o potencial de reduzir as suas emissões anuais de gases de efeito estufa em mais de um bilhão de toneladas até 2030”, uma quantidade equivalente às emissões anuais de México e Canadá juntos. Agora, os prefeitos querem reduzir as emissões em 45% até 2030.

Atenção para a palavra “potencial” – onipresente nestes dias de admissões humildes de bem conhecidos dados científicos sobre catástrofes concretas, e promessas vagas para enfrentar os problemas em algum momento no futuro. Na verdade, megalópoles em todo o mundo, do Rio de Janeiro à Cidade do México, de Tóquio a Xangai, têm um vasto potencial para reduzir sua poluição, porque elas são grandes poluidoras em primeiro lugar. Uma megalópole por si só constitui um desperdício sem sentido de energia, humana ou não.

Para mudar isso, as cidades precisam lançar uma revolução improvável e possivelmente pouco popular, que poderia afetar praticamente todos os aspectos da vida, dos transportes e a gestão de resíduos, até a geração e o consumo de eletricidade, o abastecimento de alimentos e a gestão populacional. Para uma tal revolução ter sucesso, as cidades deveriam parar de atrair populações rurais em busca de uma vida melhor nos grandes centros urbanos. Se a revolução fosse bem-sucedida, as megalópoles se tornariam capitais de países de contos de fadas, algo improvável de se tornar realidade em nossas vidas.

Vamos começar com o transporte. É sabido que a atividade de transporte é responsável por 13% de todos os gases de efeito estufa gerados pelo homem, e por 23% do dióxido de carbono (CO₂) do mundo, provenientes da combustão de combustíveis fósseis. A dependência do petróleo é de assustadores 95%, sendo o setor responsável por 60% do consumo total de petróleo. Para reduzir a sua quota de poluição, as cidades teriam de oferecer transporte público eficiente e, simultaneamente, desencorajar o uso de automóveis particulares, aumentando substancialmente a tributação e os preços dos combustíveis, e limitando o acesso aos centros urbanos.

As cidades teriam de incentivar o uso de bicicletas, aumentar significativamente a eficiência de motores de combustão para reduzir os gases de escape e garantir a segurança para os usuários do transporte público, especialmente nos países em desenvolvimento. Hoje, o crime é um importante fator desestimulante para os cidadãos, particularmente as mulheres, usarem o transporte público.

Seria um eufemismo chamar esse conjunto de metas algo difícil de alcançar, caro, e muito provavelmente impopular. Mas isso é só o começo da lista de coisas a fazer para administrações e planejadores urbanos.

Embora o aquecimento não seja um problema grave nas cidades tropicais, ele o é em países com invernos frios. Nesses locais, otimizar o isolamento térmico dos edifícios é uma obrigação, e também é ter sistemas de condicionamento de ar mais eficientes durante os verões quentes. Isto requer enormes investimentos privados, que precisam do apoio de agências estatais de crédito, e cortes de impostos para torná-los atraentes para os cidadãos. Edifícios-modelo com emissões zero já existem em alguns países industrializados – mas eles são modelos, ainda estão muito longe de se tornarem o padrão da política habitacional.

Além disso, as cidades terão de depender cada vez mais em fontes renováveis – sol, vento, biomassa. Elas devem desencorajar resíduos, especialmente plástico, alumínio e outros compostos não degradáveis. Quando os resíduos são inevitáveis, eles devem ser reciclados. Cidades terão de usar fontes locais e regionais de alimentos para reduzir ainda mais as emissões dos transportes. E assim por diante ...

Como já mencionado, a cidade sustentável do futuro não apenas deveria desencorajar a migração vinda do campo, como também teria que incentivar o retorno para as áreas rurais para reduzir a sua própria população. Em outras palavras, a cidade sustentável do futuro teria que espelhar o país sustentável do futuro, que oferece oportunidades para populações em áreas rurais, cruzadas por mais por ferrovias do que por rodovias, o país verde e socialmente justo de nossos sonhos.

Esse país não está logo ali na esquina, e certamente não se tornará possível por meio dessas conferências gigantescas, como a Rio+20. Esse país, os cidadãos terão de construir por conta própria.

** Julio Godoy é jornalista da IPS/ TerraViva.*

*** Conteúdo produzido pela Envolverde e publicado originalmente no suplemento Carta Verde, na revista Carta Capital.*

Fonte: [Agência Envolverde > Artigo\(http://envolverde.com.br/economia/artigo-economia/megacidades-enfrentam-escolhas-de-vida-ou-morte/\)](http://envolverde.com.br/economia/artigo-economia/megacidades-enfrentam-escolhas-de-vida-ou-morte/)

03/07/2012

O futuro que queremos?

por Dal Marcondes*

Organizações sociais contestam o documento final da Rio+20 e sua capacidade de mudar o cenário de degradação ambiental e acabar com a extrema pobreza.



Líderes posam para foto oficial da Rio+20.

Foto: Paulo Whitaker

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/07/t6.jpg?9d7bd4>

A Rio+20 terminou com ganhadores e perdedores, segundo alguns mais perdedores do que ganhadores. Pela ótica das Nações Unidas, das empresas que participaram de diversos eventos e do governo brasileiro a Rio+20 foi um sucesso. Para eles o documento “O Futuro que Queremos”, assinado por 188 países, é um feito histórico e que ajudará a mudar o mundo. Esse documento estava pronto antes dos Chefes de Estado chegarem ao Rio de Janeiro, antes das organizações sociais se reunirem nos “Diálogos para a Sustentabilidade”, convocados pelo governo brasileiro como uma inovação no processo decisório da ONU, e muito antes de qualquer manifestação da sociedade civil que se organizou a dezenas de quilômetros das salas do Riocentro, na Cúpula dos Povos, que espalhou cores e vida pelo Aterro do Flamengo.

Uma comparação entre esse novo documento e a “Agenda 21” aprovada em 1992 é inevitável, com grande vantagem para os 40 capítulos da velha agenda. “A omissão aos direitos reprodutivos é um retrocesso em relação a tudo o que a própria ONU já aprovou”, disse Gro Brundtland, que coordenou o relatório “Nosso Futuro Comum”, de 1986, quando primeiro se definiu o que seja sustentabilidade e estabeleceu o conceito de “solidariedade entre as gerações”.

Para Brundtland, a declaração final da Rio+20, com suas mais de 50 páginas e 283 itens, não é o suficiente para apontar a humanidade em uma trajetória de sustentabilidade. Ela alerta que os limites ambientais do planeta já foram ultrapassados e é preciso ações de maior efetividade. Este cenário se complica com a previsão de que a população mundial, que atualmente está em 7 bilhões de pessoas, deve chegar a 9 bilhões até 2050, um dado que coloca em xeque o atual modelo de produção e consumo adotado pela maior parte da economia global, que se apoia na aceleração do consumo para a produção de crescimento econômico. Para o diretor executivo do Fundo de Populações das Nações Unidas, o nigeriano Babatunde Osotimehin, o crescimento das demandas de consumo, principalmente nos países emergentes, reforça uma enorme pressão sobre os recursos naturais. “Planejar para as mudanças previstas no tamanho da população e tendências como o envelhecimento, migração e urbanização é uma condição indispensável para estratégias sustentáveis de desenvolvimento”, explica.

O documento “O futuro que queremos” reafirma quase tudo o que já foi decidido em conferências anteriores e pouco acrescenta em termos de futuro. Mas há detalhes positivos, como o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que não será uma nova “Agência” da ONU, mas ganha relevância ao ter o número de seus membros ampliados de pouco mais de 50 para todos os países signatários da ONU. E também a projetada criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis, que deverão ser definidos até 2014 e que devem substituir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que vigoram até 2015. Outro ponto que merece destaque é que o texto assinado pelos governos representa apenas um mínimo que se deve fazer e nada impede que governos, empresas, organizações e pessoas de ir muito além, como fizeram os prefeitos reunidos no evento paralelo C-40, que reuniu 59 prefeitos das cidades mais populosas do planeta. “Não podemos esperar as decisões dos governos nacionais”, frisou

Michael Bloomberg, prefeito de Nova York. Entre os compromissos assumidos está a redução de mais de um bilhão de toneladas em emissões de CO₂ até 2030, além de investimentos em transporte coletivo sustentável e de qualidade.

Do ponto de vista das empresas a participação na Rio+20 representou a assinatura de quase 700 acordos, que foram encaminhados ao embaixador Sha Zukang, secretário-geral da Rio+20, o que representa investimentos superiores a US\$ 500 bilhões. Outro ponto de destaque foi o acordo em que todas as instituições de ensino superior do Brasil se comprometem a incluir o tema sustentabilidade em seus currículos. As empresas também estiveram presentes em estandes montados no “Parque dos Atletas”, área próxima ao Riocentro, onde iniciativas de baixo carbono e de sustentabilidade foram apresentadas a milhares de visitantes. A forte participação das empresas evidenciou o que muitos militantes sociais anunciavam, que a Rio+20 foi uma oportunidade de reconstrução do capitalismo, agora tingido de verde. A ex-ministra Marina Silva disse que “a conferência foi capturada por interesses corporativos”.

A falta de financiamento para implementar um novo modelo econômico também chamou a atenção. Não foi aprovado no documento final um aporte de US\$ 30 bilhões para um fundo de ajuda à transição econômica dos países mais pobres. No entanto, na mesma semana, durante a reunião do G20, no México, foi aprovado um reforço de US\$ 456 bilhões para o Fundo Monetário Internacional (FMI), dos quais US\$ 75 bilhões oferecidos pelos emergentes do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), numa clara indicação de que a prioridade é “salvar os bancos”.

A Rio+20 não foi uma conferência para a tomada de grandes decisões, mas foi uma oportunidade para grandes diálogos. Foram mais de 3 mil eventos paralelos reunindo cientistas, especialistas, militantes de todos os setores e organizações sociais de todo o planeta. Cada qual com uma visão diferente dos resultados. Segundo parte dos mais de 4 mil jornalistas credenciados, é difícil dizer, sem um certo distanciamento no tempo, qual será o legado dessa conferência.

** Dal Marcondes é jornalista especializado em jornalismo econômico, diretor e editor responsável da Envolverde – Revista Digital e presidente do Instituto Envolverde.*

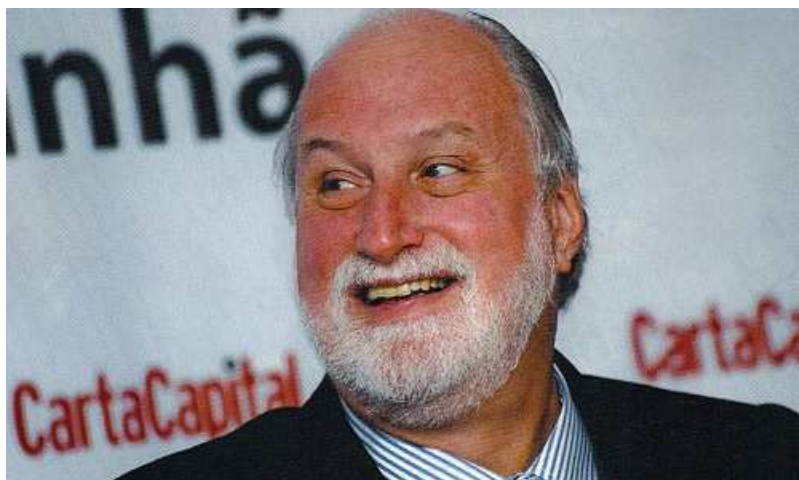
*** Conteúdo produzido pela Envolverde e publicado originalmente no suplemento Carta Verde, na revista Carta Capital.*

Fonte: [Agência Envolverde > Artigo\(http://envolverde.com.br/economia/artigo-economia/o-futuro-que-queremos/\)](http://envolverde.com.br/economia/artigo-economia/o-futuro-que-queremos/)

03/07/2012

Entre a utopia e o desalento

por Dal Marcondes*



Ricardo Young

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/07/Ricardo-Young1.jpg?9d7bd4>

A urgência das ações no campo da governança ambiental coloca em cheque a capacidade de consenso e pode, a longo prazo, colocar em risco a própria governança democrática dos países

As centenas de organizações não governamentais que participaram da atividade paralelas da Rio+20 exigiam nas praças e palanques que os governos assumissem compromissos de mudança, de transformação do modelo econômico. A crítica ao documento final, assinado por todos os 183 países representados no Rio de Janeiro denuncia uma redação insossa, incapaz de oferecer a liderança que almejavam os discursos. No entanto, é um documento que mostra uma clara capacidade de diálogo entre governos, aponta o empresário Ricardo Young, militante da sustentabilidade empresarial e com bom trânsito entre as organizações sociais. Para ele, o simples fato de haver um documento final construído a partir do diálogo diplomático entre os países é um sinal de avanço, porque abre portas para que a conversa continue. Com a experiência de quem frequenta com desenvoltura o Fórum Econômico de Davos e o Fórum Social Mundial, além de ser figura conhecida nas grandes conferências da ONU, como as COPs climáticas, Ricardo Young conversou com o editor Dal Marcondes sobre os resultados da Rio+20.

Carta Verde: Na Rio+20 tivemos milhares de ONGs, 183 delegações de países e um documento final construído em consenso, para isso teve que ser filtrado de todos os tipos de conflitos. O que essa conferência deixou como legado?

Ricardo Young: Precisamos entender o momento em que esta conferência aconteceu. Há muita comparação entre esta conferência e a Rio92, e existe uma grande diferença. Na Rio92 nós estávamos iniciando um novo ciclo da história recente do planeta, tinha acabado de cair o muro de Berlim e o bloco soviético tinha se dissolvido. Estávamos vivendo o início do processo de globalização. Havia um grande entusiasmo em relação à perspectiva de nova liderança global e, ao mesmo tempo, a possibilidade de se criar novas estruturas para o debate ambiental. 20 anos depois estamos vivendo em um mundo em crise, uma crise seríssima. Estamos vivendo a consciência dolorosa dos limites do planeta. Lá era um planeta a ser construído, aqui, são os limites do planeta que estamos descobrindo e a exaustão do sistema. Se considerado esses dois momentos, não havia possibilidade de a Rio+20 terminar de uma forma otimista, porque o momento não é de otimismo. Agora, se virmos o grau de consenso que obtivemos na Rio+20 através do documento que foi aceito por todos esses países, acho que podemos dizer que temos uma plataforma sólida para se construir projetos e planos estratégicos para o futuro.

Carta Verde: No dia seguinte da Rio+20 muita gente fala em falta de decisão dos Estados. Uma das maiores conquistas das últimas décadas foi uma certa disseminação das democracias. Querer decisões duras dos governos não seria pedir aos governos posições centralizadas?

Ricardo Young: Eu acho que faltam lideranças corajosas o suficiente para assumirem que o sistema capitalista tradicional se exauriu. Não existem lideranças no mundo, pelo menos constituídas como governos, que tenham coragem de assumir essa dolorosa verdade, até porque não se tem alternativa de consenso para essa realidade. Mas isso também é verdade para sociedade civil organizada. Uma das

coisas que nós pudemos ver na conferência é que o grau de contradições das grandes organizações mundiais na área de meio ambiente e sustentabilidade é muito grande, e o mesmo na academia. Quer dizer qual é o consenso? O consenso é de que nós estamos no limite de utilização dos recursos planetários e que a pobreza é inaceitável. Agora, se a economia verde é a melhor forma de sair desse impasse ou, se o próprio capitalismo precisa ser revisto e reinventado, ou, se um outro sistema mais igualitário deveria ser considerado, são todas questões que estão em aberto. Não temos lideranças que possam romper com status quo, mas também não temos um nível de contradições que impeça uma convergência de políticas públicas em escala planetária para se iniciar realmente a era da sustentabilidade.

Outro ponto que acho interessante se colocar aqui é que os grandes vitoriosos são os países que não querem que haja uma governança planetária, que não desejam o sistema multilateral como uma alternativa à decisão soberana dos países.

Carta Verde: Quem são estes países?

Ricardo Young: São fundamentalmente os Estados Unidos, a China e a Rússia. O Brasil não sabe exatamente que posição tomar, porque em nenhum momento referendou o sistema multilateral como um sistema com poder de tomar decisões com poder de legislação, mas também não negou.

Carta Verde: Nas ruas do Rio de Janeiro se ouviu palavras de ordem anticapitalistas e, algumas, colocando a economia verde como uma maquiagem para a economia neoliberal. A questão ambiental vai reacender a polarização esquerda-direita?

Ricardo Young: Essa é uma dessas situações muito especiais da história. Os instrumentos de análise que temos à disposição, seja na visão neoliberal do Consenso de Washington, seja na visão da esquerda do socialismo mais democrático, ou das ferramentas do materialismo histórico, nenhuma delas dá conta da complexidade do que estamos enfrentando. Porque não estamos só enfrentando um capitalismo com limites. Estamos enfrentando um capitalismo cujo processo de acumulação não pode deixar de fora parcelas enormes da população mundial. Então, deve ser um capitalismo inclusivo, o que é uma contenção em termos. É um capitalismo inclusivo com limites de acumulação. Por outro lado, o socialismo e o socialismo real não apresentou também nenhuma alternativa sustentável. O socialismo real não se propôs a colocar freios nos processos industriais e nem propôs formas, alternativas de desenvolvimento que fossem mais amigáveis ao meio ambiente. No máximo o socialismo real conseguiu mitigar a exclusão social. Eu acho que é uma saída muito fácil da esquerda chamar a economia verde de uma apropriação da direita da bandeira ambientalista. O documento da economia verde tem soluções inovadoras para a questão da desigualdade social e para a questão do meio ambiente. Infelizmente essas soluções passam por uma coordenação internacional. Nenhum país individualmente pode implantar uma economia verde de forma isolada.

Carta Verde: Por quê?

Ricardo Young: Porque depende de uma reordenação de mercados, de mudanças em cadeias produtivas e de novas legislações. Depende de processos de certificação e de uma mudança na equação tradicional de uso de energia e de produção de energia. Tem uma série de pressupostos da economia verde que exige um reordenamento da economia internacional. Não dá pra se responder o desafio da economia verde de uma forma ideológica. O que é irritante nas posições mais radicais de esquerda é que eles descartam um esforço feito por dezenas de países, economistas, ambientalistas... É muito fácil descartar os avanços que a economia verde representa, mas também não podemos acreditar que as soluções que as empresas estão trazendo se constituem, por si só, em economia verde. Empresas precisam projetar 20, 30 anos, dentro de um mínimo de razoabilidade, então estão se adaptando para um modelo que está em transformação, mas, nem por isso as empresas estão sendo realmente propositivas de um novo modelo econômico. A Rio+20 mostrou que muitos estão cegos neste tiroteio.

Carta Verde: Um dos poucos consensos em relação aos avanços da Rio+20 foi a reunião dos prefeitos das maiores cidades do mundo, que assumiram compromissos de emissão de carbono, ampliação da oferta de transporte público e uma série de políticas públicas urbanas em direção a uma sociedade mais sustentável. Como você vê esse esforço de um determinado setor do poder público, que não é o nacional, não é o supranacional, mas é o poder local?

Ricardo Young: Essa foi a grande boa notícia da Rio+20. Porque estamos começando a viver uma realidade, por mais paradoxal que seja, do ressurgimento das cidades-estados, porque uma parcela significativa da população mundial vive na cidade e as contradições agudas da falência do sistema e da escassez dos recursos ambientais estão se dando nos centros urbanos. É nas cidades onde a questão da escassez da água está mais aguda. O que está acontecendo com as cidades agora é que elas estão lidando com as consequências da insustentabilidade em alto grau, porque quando há catástrofes climáticas, eventos climáticos extremos, são as cidades que estão pagando na forma de inundações, desabamentos, soterramentos e assim por diante. Quando temos o colapso do sistema de transporte, são nas cidades que

as pessoas ficam paradas em congestionamentos intermináveis. Quando nós temos o colapso da emissão de gases poluentes, são nas cidades que as pessoas morrem por problemas respiratórios que sobrecarregam o sistema de saúde. Então, as cidades estão vivendo ao mesmo tempo uma grande concentração da população global e a exacerbação da insustentabilidade. Junto com isso elas estão conectadas planetariamente através de seus habitantes. Os cidadãos hoje estão conectados nas grandes cidades. Isso cria uma equação política que faz com que cidades tenham um comportamento de cidades-estados e, ao fazer isso, elas vão criando modelos que podem se replicar. Então, temos uma concentração de uma conjuntura sócio-política econômica típica desse início de século XXI num momento de alta sofisticação tecnológica e de uma opinião pública planetária que está interligada em redes. Essas condições muito especiais fazem com que as verdadeiras soluções para a questão da insustentabilidade venham a emergir das cidades, o que, aliás, já está acontecendo.

Carta Verde: Em 1992 o mundo, apesar da extrema sofisticação do século XX, não tinha o instrumental tecnológico do século XXI tem. Mais especificamente a internet e as redes sociais. Qual é o impacto que esse cenário tecnológico das redes sociais terá agora e nos próximos anos, a partir do que se discutiu na Rio+20?

Ricardo Young: As redes sociais têm um papel de disseminação de uma nova consciência e eu acho que há um salto de qualidade no ciclo de informação que elas propiciam. Elas tem um papel convocatório importante e não pode ser ignorado que as redes sociais ajudam as pessoas a terem informação menos contaminada por interesses ideológicos. Agora, em contrapartida, as redes sociais criam uma acomodação sem tamanho. As pessoas atuam na rede social e não atuam na vida real. Há uma ilusão da mobilização. As redes sociais dão a ilusão de que você está engajado em um processo, mas é no mundo real que esses processos efetivamente são transformadores. E no Brasil, pelo menos, as redes sociais não têm aumentado as mobilizações na rua. Na Rio+20. Para o que estava em pauta, tinha que ter 100 mil pessoas nas passeatas e só haviam 30 mil. Mesmo assim, cerca de metade estava lá convocadas por partidos políticos ou por movimentos sociais. A radicalização da participação democrática é absolutamente essencial para mudança que precisamos, e acho que tem sido um pouco minada pela intensidade das redes sociais. As pessoas estão usando as redes sociais para uma ação política que elas deveriam estar exercendo nas ruas.

Carta Verde: O que nós vamos discutir na Rio+30 e na Rio+40?

Ricardo Young: Espero que não estejamos discutindo a catástrofe. Um debate recorrente é se as mudanças climáticas são provocadas pelo homem ou não e o fato é que isso é irrelevante porque independentemente do aquecimento climático a pegada humana sobre o planeta está exaurindo os recursos naturais. Não é um problema de aquecimento global, nós estamos muito além do que nós podemos estar. Na verdade, meu maior medo é que a imobilidade das pessoas e a ausência de lideranças capazes de propor caminhos acabem fazendo com que diante de crises ambientais seríssimas nós tenhamos um recrudescimento dos estados, dos governos. E aí as pessoas simplesmente vão ser proibidas, hoje nós discutimos se devemos ter pedágio urbano, se devemos intensificar outras modalidades de transporte, discutimos o que temos de fazer para diminuir a energia fóssil etc. Podemos chegar em um mundo em que essas coisas serão mandatórias e os governos vão obrigar a população a cumprir restrições. Então a ausência da radicalização democrática hoje pode representar uma emergência do autoritarismo amanhã. E esse pode ser o quadro terrível daqui há 10, 20 anos. Onde, ao termos falhado em um série de coisas, os governos se unam de forma autoritária.

Carta Verde: A médio e longo prazo o imobilismo diante dos desafios ambientais representam um risco para a democracia?

Ricardo Young: Eu acho que representam. Porque diante de catástrofes climáticas os poderes constituídos, os governos, tem todo o poder.

** Dal Marcondes é jornalista especializado em jornalismo econômico, diretor e editor responsável da Envolverde Revista Digital e presidente do Instituto Envolverde.*

*** Conteúdo produzido pela Envolverde e publicado originalmente no suplemento Carta Verde, na revista Carta Capital.*

Fonte: [Agência Envolverde > Entrevista\(http://envolverde.com.br/economia/entrevista-economia/entrevista-e-o-desalento/\)](http://envolverde.com.br/economia/entrevista-economia/entrevista-e-o-desalento/)

04/07/2012

Insuficiências conceituais da Rio+20

por Leonardo Boff*



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/07/t12-300x170.jpg?9d7bd4>

Não corresponde à realidade dizer que a Rio+20 foi um sucesso. Pois não se chegou a nenhuma medida vinculante nem se criaram fundos para a erradicação da pobreza nem mecanismos para o controle do aquecimento global. Não se tomaram decisões para a efetivação do propósito da Conferência que era criar as condições para o “futuro que queremos”. É da lógica dos governos não admitirem fracassos. Mas nem por isso deixam de sê-lo. Dada a degradação geral de todos os serviços ecossistêmicos, não progredir significa regredir.

No fundo, afirma-se: se a crise se encontra no crescimento, então a solução se dá com mais crescimento ainda. Isso concretamente significa: mais uso dos bens e serviços da natureza o que acelera sua exaustão e mais pressão sobre os ecossistemas, já nos seus limites. Dados dos próprios organismos da ONU dão conta que desde a Rio 92 houve uma perda de 12% da biodiversidade, 3 milhões de metros quadrados de florestas foram desmatados, 40% mais gases de efeito estufa foram emitidos e cerca da metade das reservas de pesca mundiais foram exauridas.

O que espanta é que o documento final e o rascunho não mostram nenhum sentido de autocrítica. Não se perguntam por que chegamos à atual situação, nem percebem, claramente, o caráter sistêmico da crise. Aqui reside a fraqueza teórica e a insuficiência conceitual deste e, em geral, de outros documentos oficiais da ONU. Elenquemos alguns pontos críticos.

Os que decidem continuam dentro do velho software cultural e social que coloca o ser humano numa posição adâmica: sobre a natureza como o seu dominador e explorador, razão fundamental da atual crise ecológica. Não entendem o ser humano como parte da natureza e responsável pelo destino comum. Não incorporaram a visão da nova cosmologia que vê a Terra como viva e o ser humano como a porção consciente e inteligente da própria Terra com a missão de cuidar dela e garantir-lhe sustentabilidade. Ela é vista simplesmente como um reservatório de recursos, sem inteligência e propósito.

Acolheram a “grande transformação”(Polanyi) ao anular a ética, marginalizar a política e instaurar como único eixo estruturador de toda a sociedade a economia; de uma economia de mercado passou-se a uma sociedade de mercado, descolando a economia real da economia financeira especulativa, esta comandando aquela. Confundiram desenvolvimento com crescimento, aquele como o conjunto de valores e condições que permitem o desabrochar da existência humana e este como mera produção de bens a serem comercializados no mercado e consumidos.

Entendem a sustentabilidade como a maneira de garantir a continuidade e a reprodução do mesmo, das instituições, das empresas e de outras instâncias, sem mudar sua lógica interna e sem questionar os impactos que causam sobre todos os serviços ecossistêmicos. São reféns de uma concepção antropocêntrica, quer dizer: todos os demais seres somente ganham sentido na medida em que se ordenam ao ser humano, desconhecendo a comunidade de vida, também gerada, como nós, pela Mãe Terra. Mantém uma relação utilitarista com todos os seres, negando-lhes valor intrínseco e por isso como sujeitos de respeito e de direitos, especialmente o planeta Terra.

Por considerar tudo pela ótica do econômico que se rege pela competição e não pela cooperação, aboliram a ética e a dimensão espiritual na reflexão sobre o estilo de vida, de produção e de consumo das sociedades. Sem ética e espiritualidade, nos fizemos bárbaros, insensíveis à paixão de milhões de milhões

de famintos e miseráveis. Por isso impera radical individualismo, cada país buscando o seu bem particular por em cima do bem comum global, o que impede, nas Conferências da ONU, consensos e convergências na diversidade. E assim, hilariantes e alienados, rumamos ao encontro de um abismo, cavado por nossa falta de razão sensível, de sabedoria e de sentido transcendente da existência.

Com estas insuficiências conceituais, jamais sairemos bem das crises que nos assolam. Este era o clamor da Cúpula dos Povos que apresentava alternativas de esperança. Na pior das hipóteses, a Terra poderá continuar mas sem nós. Que Deus não o permita, porque é “o soberano amante da vida” como atestam as Escrituras judaico-cristãs.

** Leonardo Boff é teólogo e professor emérito de ética da UERJ.*

*** Publicado originalmente no site [Mercado Ético](http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/insuficiencias-conceituais-da-rio20/)(<http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/insuficiencias-conceituais-da-rio20/>).*

Fonte: Mercado Ético/[Envolverde](http://envolverde.com.br/sociedade/artigo-sociedade/insuficiencias-conceituais-da-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=04)(http://envolverde.com.br/sociedade/artigo-sociedade/insuficiencias-conceituais-da-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=04)

10/07/2012

O longo caminho até a 'economia verde'

por Washington Novaes*



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/07/c15-300x200.jpg?9d7bd4>

Não surpreende que na Rio+20 se tenha decidido deixar para 2014 a fixação de metas para o desenvolvimento sustentável, a vigorarem a partir de 2015 – de modo parecido com o que se fez na Convenção do Clima, deixando para 2015 a definição de compromissos de redução de emissões poluentes para cada país, mas a serem cumpridos só a partir de 2020. Como o tema inclui também a chamada “economia verde”, igualmente discutida no Rio de Janeiro, as definições são difíceis, envolvem a produção e os seus caminhos em cada país e no mundo. E aí o carro pega.

Quem leu na última segunda-feira o relato do correspondente do jornal O Estado de S. Paulo em Genebra, Jamil Chade, sobre as mudanças no panorama mundial, com os organismos econômicos questionando “a fronteira entre nações ricas e emergentes”, tem ideia da dificuldade das transformações propostas para cada país, considerados o seu nível de riqueza, tipos de exportação e importação, obrigações equivalentes. Quem é Primeiro Mundo hoje? E quem se inclui no campo da pobreza, entre as 194 nações, se um terço da humanidade ainda cozinha em fogões a lenha (Ladislau Dowbor, Eco 21, maio de 2012)? Se já se produzem no mundo 2 bilhões de toneladas anuais de grãos, suficientes para prover cada família de quatro pessoas com 800 gramas diários? Se o PIB mundial de US\$ 63 trilhões anuais, distribuído igualmente, desse a cada uma dessas famílias US\$ 5.400 mensais? Mas como vencer a resistência e mudar critérios para 737 grupos corporativos, 75% dos quais de intermediação financeira, que “controlam 80% do sistema corporativo mundial”?

A “economia verde”, disse o secretário-geral da reunião, Sha Zukang, não trata apenas de “baixo carbono”, tem de ser “discutida no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza”. Mas a Cúpula dos Povos não gostou: a proposta não criticava o capitalismo, as “suas formas de dominação”; seria apenas um “disfarce para mais negócios e exploração dos ecossistemas”, com a ajuda de “tecnologias transgênicas e da biologia sintética” (Agência Brasil, 14/5). Ao longo dos debates, muitas críticas se centraram nas políticas de países que subsidiam fertilizantes inorgânicos, combustíveis fósseis e energias insustentáveis; contribuem para a perda da biodiversidade, com subsídios a certas culturas; e para a redução de empregos no campo, com mecanização acelerada. As operações na agricultura – acentuou-se – contribuem, só elas (fora mudanças no uso da terra e desmatamentos), com 13% das emissões globais, fora as de óxido nitroso (58%) e de metano (47%).

Quem mudará ou quer mudar esse panorama, restaurar a fertilidade do solo com insumos naturais e nutrientes “sustentáveis”? Quem será capaz de “integrar lavoura, floresta e pecuária”? Reduzir insumos químicos e herbicidas? Implantar técnicas de manejo biológico? Reduzir desperdícios na área de alimentos (1,3 bilhão de toneladas anuais, segundo a ONU)? Transferir gratuitamente tecnologias para países mais carentes, de modo a poderem caminhar nessas direções? Determinar que compras governamentais (10% do PIB) tornem prioritários esses caminhos, inclusive na exportação? E como chegar a tudo sem impor penalidades ou barreiras comerciais?

Documentos da ONU (Boletim do Legislativo n.º 2/12, Senado Federal) chegam a dizer que a transformação resultará em “melhoria do bem-estar humano e da isonomia social”, e ainda com “significante redução de riscos ambientais e de escassez ecológica”. Por aí se chegaria ao “bem-estar intertemporal das futuras gerações”, à eliminação de “efeitos da degradação ambiental na oferta agregada”; também a um processo

que conduzirá a “uma nova estratégia” e aos financiamentos globais para a “economia verde”. Mas – frisam – não podem ser criadas “barreiras ambientais”. E será preciso reformar o “regime global do direito de propriedade”. Tudo se completará com incentivos para a “economia verde” no valor de 2% do PIB mundial, ou US\$ 1,3 trilhão por ano. Por esses caminhos se conseguirá – dizem os documentos – um ganho de 60% na eficiência energética (prédios, indústria, transporte). Entrará na economia o pagamento por serviços ambientais.

A simples enumeração dos objetivos e dos caminhos mostra o quanto é complexa, controversa, delicada a questão. Mesmo sem entrar em questões decorrentes dessas estratégias. Como, por exemplo, saber onde atuar e de quem cobrar os custos. Na exportação de commodities de países “em desenvolvimento” para países industrializados, por exemplo, quem paga: quem exporta ou quem consome? É discussão semelhante à que ainda não tem solução no âmbito da Convenção do Clima, quando se trata de saber se a redução de emissões cabe aos países que exportam produtos industriais que implicam essas emissões (como os chineses) ou aos países que os importam (como os Estados Unidos, a Alemanha e outros). É o mesmo caso da taxa sobre emissões de empresas aéreas ou de navegação marítima (5% das emissões totais): onde fazê-lo, nos países de origem das viagens ou de destino? E os países no meio do caminho?

E quando se pensa em cobrar por serviços naturais – como na agricultura, por exemplo? Há estudos que mostram um valor de trilhões de dólares anuais para serviços prestados gratuitamente pela natureza – fertilidade do solo, regulação do clima e do regime hidrológico, etc. Vão ser incluídos nos preços de exportação? E nos internos? Países em desenvolvimento (inclusive o Brasil) temem que questões como essa acabem resultando na imposição de barreiras comerciais. Ou em restrições à soberania no uso de recursos naturais.

A tese da “economia verde” é atraente. Mas seus caminhos estão povoados de obstáculos de natureza variada. Mesmo em 2014 não será fácil avançar. As realidades de um mundo diversificado – e em crise – continuarão muito fortes.

* *Washington Novaes é jornalista.*

** *Publicado originalmente no site do jornal [O Estado de São Paulo](http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,o-longo-caminho--ate-a-economia-verde-.896595,0.htm) (<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,o-longo-caminho--ate-a-economia-verde-.896595,0.htm>).*

Fonte: O Estado de São Paulo > Artigo/[Envolverde](http://envolverde.com.br/economia/artigo-economia/o-longo-caminho-ate-economia-verde/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=10)(http://envolverde.com.br/economia/artigo-economia/o-longo-caminho-ate-economia-verde/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=10)

18/07/2012

Rio+20 e a economia de 2020

por Dal Marcondes*



Amazônia

Foto: Galeria de Andre Deak/Flickr

Fonte: <http://envolverde.com.br/porta1/wp-content/uploads/2012/07/Amazônia2-300x193.jpg?9d7bd4>

Em 1973 um filme alertou para os riscos da degradação ambiental em 2020. *Soylent Green*, dirigido por Richard Fleisher e estrelado por Charlton Heston e Edward G. Robinson, mostrou uma megalópole com 40 milhões de pessoas em um mundo degradado e sem condições de produzir alimentos para todos. Oceanos mortos e fazendas protegidas como caixas fortes completam o cenário da trama policial para desvendar o assassinato de um alto executivo da empresa Soylent, que fabrica biscoitos com os quais as pessoas se alimentam. A trama se desenvolve ao redor do biscoito verde (*Soylent Green*), que dá título ao filme, mas que em português foi traduzido para “O Mundo de 2020”. Esse biscoito, de proteínas, deveria ser fabricado de algas marinhas, mas os oceanos estão morrendo e não tem mais capacidade de alimentar a humanidade...

O cenário é de fato catastrofista. Na época de seu lançamento, com 16 anos, comecei a pensar no que seria a mundo de 2020, principalmente porque o personagem de Edward G. Robinson, que morre no filme em uma cena memorável de eutanásia (e que de fato o ator morre duas semanas depois de terminar as filmagens), teria nascido no mesmo ano que eu, em 1956. Portanto, aquele poderia ser um olhar ao meu próprio futuro. Esse talvez tenha sido o principal incentivo para que me dedicasse, em minhas atividades profissionais, ao jornalismo econômico, às questões ambientais e ao desenvolvimento de um olhar sobre as possibilidades do futuro.

Quase 40 anos depois de ter assistido *Soylent Green* em uma sala de cinema na av. Paulista, em São Paulo, passei um mês no Rio de Janeiro assistindo a apresentações, diálogos, debates e todo tipo de atividades na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Por mais que se diga que essa conferência rendeu poucos frutos, ninguém em sã consciência pode negar a importância das mais de 3 mil reuniões da sociedade civil e da academia, além, é claro, das reuniões de governo, para a construção de uma base de consciência para as transformações na economia global nos próximos anos.

O Mundo de 2020 ainda não chegou e há instrumentos disponíveis para que nunca chegue. O cenário de degradação ambiental irreversível e de insensatez capaz de alimentar as massas com proteína humana é tão inaceitável sob o ponto de vista ético que governos, empresas e sociedade civil devem seguir dialogando em busca de soluções. A economia de 2020 deve ser capaz de alimentar cerca de 8 bilhões de pessoas em todo o planeta e estar preparada para abrigar mais um ou dois bilhões ainda neste século.

O Mundo pós Rio+20

Existe uma certa “ressaca” de discussões, investimentos e projetos ambientais e de sustentabilidade neste pós-Rio+20. Empresas, governos e sociedade civil pagaram alto para garantir suas presenças e suas vozes nos milhares de fóruns, salas e manifestações que sacudiram o rio de Janeiro. Os próprios cariocas, anfitriões do evento, olham em perspectiva com um certo ar blasé, como quem abriu as portas aos convidados, mas não participou da festa.

Por todo lado se fortalece a tendência do derrotismo de argumento fácil, de que nada aconteceu de importante, que nada se decidiu de relevante e de que tudo não passou de um gigantesco palco para um dramalhão protagonizado por toda a humanidade. Essas bobagens estão por trás de manchetes de jornais e revistas escritas por pessoas que não querem se dar ao trabalho de analisar os fatos.

Os fatos mostram avanços e perspectivas de continuidade nos trabalhos que não podem ser ignorados. As maiores cidades do mundo, reunidas no C40, se comprometeram a investir em uma economia de baixo carbono e em mobilidade mais sustentável para seus habitantes; Até 2014 o mundo terá uma outra métrica de desenvolvimento que deverá ser expressa nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que vão substituir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; empresas por todos os países estão buscando melhorar suas performances em sustentabilidade e as bolsas de valores, como a BM&FBovespa, estão cobrando de seus associados que façam relatórios de sustentabilidade; pela primeira vez os Oceanos estiveram no centro de uma conferência deste porte e a biodiversidade ganhou um destaque inédito nos debates sobre desenvolvimento.

No entanto, apregoar o fracasso e seguir fazendo como sempre é muito mais fácil.

No Brasil os debates sobre o modelo elétrico, a exploração e uso do pré-sal, a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e os modelos urbanos estão na pauta da mídia, das empresas, dos movimentos sociais e do governo.

A grande dilema para a transformação do modelo econômico não é porque faltam alternativas, mas sim porque a resiliência do atual modelo é muito forte. É mais fácil dizer e até mesmo acreditar que não há alternativa, do que arregaçar as mangas e trabalhar em diversos caminhos que estão aí propostos para empresas e governos.

A Economia da 2020

A Economia de 2020 não será fácil de se compreender e soluções únicas não servem mais a todos. O poder local deve ganhar não apenas força, mas competência para gerir questões relacionadas ao desenvolvimento local e à criação de cadeias de valor capazes de identificar e aproveitar potencialidades únicas.

Grandes empresas devem abandonar a atitude imperial diante de seus fornecedores, empregados e clientes e passarão a compreender seu papel enquanto gestoras de redes de relacionamento capazes de criar valor em todas as suas pontas através de modelos de negócios muito mais livres e transparentes.

O mundo do século XXI é tão diferente do modo de vida do século XX, como aquele foi de seu antecessor, o século XIX. Mas estas diferenças somente são percebidas em perspectiva. Por exemplo, um cidadão em 1912 pouca diferença veria entre seu modo de vida naquele momento e o que havia vinte anos antes, em 1892. Então vejamos: em 1912 a indústria do petróleo se firmou como uma das principais atividades econômicas do século XX, assim como a indústria automobilística, que lançou as bases de uma das mais impactantes transformações da economia mundial. O petróleo praticamente arrancou a humanidade de rincões da idade média e a lançou na era espacial. Em 1912 essa revolução não era perceptível no cotidiano das pessoas. Em 1892 qualquer um que pensasse em abandonar a criação de cavalos para charretes para investir em motores a combustão seria classificado como imprudente.

Entre 1992 e 2012 dois saltos tecnológicos foram dados pela humanidade, o primeiro no campo das comunicações, com a entrada em cena da internet, da telefonia celular e de suas ramificações por cabo, wireless e satélites. A segunda, acoplada à primeira, assim como os automóveis e o petróleo também se desenvolveram de forma simbiótica, é a indústria da informática, com seus computadores cada vez mais potentes e portáteis. Capacidade de computação, de armazenamento e de processamento de dados aliado à interconectividade universal são as sementes de uma economia mais inteligente no século XXI. Uma que ainda está em gestação.

A aqueles que acham que o tempo entre 2012 e 2020 é curto demais para grandes mudanças, vale lembrar que em 1912 o mundo vivia a chamada Belle Époque, com sua aristocracia boêmia e seus sonhos românticos. Em 1914 o mundo entrou na 1ª Guerra Mundial, que até 1918 deixou 19 milhões de mortos e um novo mapa geopolítico na Europa. As décadas seguintes foram absolutamente imprevisíveis sob o ponto de vista civilizatório, mas revolucionárias sob a ótica do desenvolvimento tecnológico.

A 1ª Guerra Mundial marcou o fim dos impérios do século XIX, como a Alemanha do Kaiser, o Império Austro-húngaro e o império Turco-Otomano. O Império Britânico ainda levou alguns anos definhando. A crise financeira deste início de século XXI pode estar marcando o início de uma nova geopolítica global, com o fim da hegemonia dos herdeiros da 2ª Guerra Mundial e o início de uma economia menos focada no lucro financeiro de bancos e mais alicerçada na produção de bens e serviços essenciais para oferecer qualidade de vida a 9 bilhões de pessoas. As atuais economias emergentes estão mais focadas na produção de commodities minerais e agrícolas e na oferta de produtos industrializados e serviços do que em uma roda viva financeira.

As tecnologias emergentes nesse início de século fazem apostar em uma economia baseada no valor do conhecimento, da ciência e no entretenimento, em detrimento à economia da especulação financeira do final do século XX.

Marcar o ano de 2020 no horizonte pode dar um excelente ponto de inflexão para um planejamento de onde queremos ir e, quando chegarmos lá, avaliarmos a trajetória e os resultados. Em uma comparação com os carros, os modelos de 1912 eram toscos, pouco mais do que carroças com motores, enquanto em 1920 havia veículos que superavam os 100 quilômetros por hora e já começavam a sofisticar em confortos.

Podemos não saber exatamente como será a economia de 2020, mas de uma coisa já se tem certeza, ela não pode imitar a arte em devastação ambiental, promiscuidade social e ignomínia econômica.(Envolverde)

** Dal Marcondes é jornalista, diretor da Envolverde, passou por diversas redações da grande mídia paulista, como Agência Estado, Gazeta Mercantil, Revistas Isto É e Exame. Desde 1998 dedica-se a cobertura de temas relacionados ao meio ambiente, educação, desenvolvimento sustentável e responsabilidade socioambiental empresarial.*

Fonte: [Agência Envolverde\(http://envolverde.com.br/envolverde-rio-20/rio20-e-a-economia-de-2020/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=18\)](http://envolverde.com.br/envolverde-rio-20/rio20-e-a-economia-de-2020/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=18)

25/07/2012

A Rio+20 foi um tremendo sucesso! Você sabia?

por Alan Dubner*



A Cúpula dos Povos levou 80 mil pessoas à Marcha dos Povos e mobilizou diariamente 30 mil pessoas durante a Rio + 20.

Foto: Divulgação

Fonte: http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/07/20120622_114458-300x225.jpg?9d7bd4

A nova economia veio para ficar, as relações de SER do ser humano vão conduzir esse processo e a sustentabilidade vai ser a referência para o desenvolvimento. Nenhum outro evento foi tão impactante, em todos esses sentidos, como a Rio+20. O presente e o futuro socioeconômico, principalmente do Brasil, estavam ali de corpo e alma. Quem tiver qualquer relação com o mercado de trabalho ou educação precisa, urgentemente, beber dessa fonte. Mas se a Rio+20 foi tudo isso por que a maioria das pessoas não está sabendo disso?

Rio de Janeiro, manhã do dia 23 de junho (sábado), um grande amigo me pergunta se vi a manchete do jornal O Globo, principal jornal do Rio. Naquele instante pensei no desafio que a editoria teria para escolher dentre as centenas de encontros maravilhosos do dia anterior ou um fechamento, com “chave de ouro” do maior e melhor evento sobre a humanidade dos últimos tempos e principalmente sobre o foco dos recursos humanos diante do desenvolvimento sustentável. Quando segurei a capa do jornal, entretanto, não consegui acreditar no que via: “Paraguai cassa presidente e pode ser expulso do Mercosul.” Aquilo não podia ser verdade! Fiquei com muita vergonha! Uma vergonha alheia, que dói! Como isso foi acontecer? Os responsáveis serão expulsos do jornal? Do Rio? Do Brasil? Ainda atônito, recebo o jornal do dia anterior, sexta 22, principal dia da Rio+20 e a manchete ... “Impeachment relâmpago pode cassar presidente do Paraguai”. Que mídia é essa? No dia seguinte voltei para casa e comecei a encontrar com pessoas que se surpreendiam quando lhes relatava alguns dos momentos extraordinários da Rio+20. Os comentários eram de que achavam que não tinha sido tão bom. Houve até alguns que chegaram a acreditar que foi um fracasso. Matrix? O episódio do jornal é bem simbólico para ilustrar o que está acontecendo. Não se deixe enganar: a Rio+20, como um todo, foi um tremendo sucesso.

O que lamentavelmente não funcionou, mas já amplamente esperado, foi a direção da ONU e do governo brasileiro. O importante é que isso não representou mais do que 1% do que foi a Rio+20. A ONU vem sendo protagonista de inúmeros fracassos e negligências aos direitos humanos que fundou essa instituição. Vexames como os casos recorrentes de abusos das tropas de ocupação nos países “necessitados” ilustram a atual ineficácia da ONU. O governo brasileiro vem, sistematicamente, tomando decisões contrárias à sustentabilidade. Da vergonha que passamos com o Código Florestal (essa mancha ficará para sempre na História) à redução das Áreas Protegidas e do entorno dessas Unidades de Conservação deixam claras suas intenções. Por isso não deveria haver expectativas de que se produziria algo de útil. O resultado foi um retrocesso que nos leva para os anos anteriores a 1987 onde se firmou os objetivos no relatório de Brundtland (nosso futuro comum). O ato simbólico desse disparate foi a nossa presidente adiar a data do evento de 5 para 20 de junho. Foi em 5 de junho de 1972 que se fez a primeira conferência da ONU (Estocolmo) e partir daí essa data se transformou no dia mundial do meio ambiente e data das próximas conferências. A Eco 92 foi nessa data, a Rio+10 (Johannesburgo) também e a Rio+20 deveria ter sido. A razão da mudança, aparentemente, foi por causa do aniversário da coroação da Rainha Elizabeth... pode?

Fica ou não fica clara a importância que o nosso governo deu a esse evento. Mesmo tentando desmobilizá-lo de todas as maneiras não conseguiu. A principal razão foi que os líderes: empresariais, economistas, da sociedade civil, do terceiro setor, educadores, cidadãos, artistas, das ONGs, ativistas e personalidades do mundo inteiro aderiram ao chamado da Nova Economia e fizeram centenas de encontros, palestras, workshops que resultaram no maior e melhor evento sobre Sociedade, Economia, Política, Negócios, Educação e Sustentabilidade do mundo. Esse foi o maior evento da ONU. O Rio de Janeiro ficou lotado de cidadãos do mundo todo e, pela primeira vez, não foi por causa do carnaval nem do futebol. Como é possível acreditar que... “não foi nada”?

Fábrica de conteúdo

Pessoalmente, nunca aprendi tanto em tão pouco tempo e terei ainda muitos meses pela frente para ver, ouvir, ler, conversar e absorver uma pequena parte do que foi a Rio+20. Para cada “preciosidade” que eu participava, havia pelo menos mais duas ou três que estava “perdendo”. Para participar de tudo que vivenciei naqueles dias, teria de viajar pelo mundo todo, por pelo menos uns dois anos. Só na Cúpula dos Povos, um dos principais espaços da Rio+20 havia centenas de palestras, encontros e workshops acontecendo simultaneamente. O Forte de Copacabana (Humanidade 2012) abrigou mais algumas dezenas de eventos e personalidades internacionais. Só o encontro dos prefeitos das Megacidades (C40) já gerou resultados imediatos (foi demais). O Parque dos Atletas reuniu outra centena de protagonistas mundiais com stands, palestras, mesas de trabalhos, workshops e encontros gerativos. A Arena da Barra participou com outras centenas de palestras, conversas, workshops e discussões. Foi uma verdadeira fábrica de conteúdo e inovações. Foi lá que acompanhei as discussões do Instituto Ethos, desdobramento da conferência na semana anterior. Imperdível para todos os empresários! O Instituto Ipê, entre muitas contribuições, apresentou o novo REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação) do Earth Institut (Columbia University)... foi sensacional! No Hotel Windsor Barra teve o mais incrível encontro de empresários “Corporate Sustainability Forum” que deixou claro que sustentabilidade não é só para os grandes, mas para toda cadeia produtiva. Ou seja, afeta todo e qualquer negócio. Surpreendeu pelo número de participantes. O Rio Centro teve mais de 50.000 inscritos! Aconteceram centenas de sessões, diálogos, palestras, mesas de trabalho e workshops. Estava todo Mundo lá! Aquele vexame gerado pelo encontro dos chefes de estado e as reuniões preparatórias tiveram pouca importância frente a todo resto que ocorreu no Rio de Janeiro. Além de tudo isso teve também centenas de eventos paralelos, como o do Rotary Club, realizados pela cidade toda.

Vi e ouvi pessoas absolutamente maravilhosas como Ignacy Sachs, Ricardo Young, Mario Mantovani, Aron Belinky, Oded Grajew, Don Melnick, Vandana Shiva, Marina Silva (<https://vimeo.com/44634884>), Neca Setubal, Valter Behr, Virgílio Viana, Leonardo Boff, Ricardo Carvalho, Jeffrey Sachs, Alexandra Reschke, Guilherme Leal, Eduardo Rombauer, Edgar Gouveia Junior e muitos, muitos outros!

Portanto, apesar da mídia, acredite que a Nova Economia veio para ficar, as relações de SER do ser humano vão conduzir esse processo e a sustentabilidade vai ser a referência para o desenvolvimento. Entender claramente esses três princípios é uma questão de sobrevivência para quem tem um papel no mercado de trabalho.

** Alan Dubner é conectado com mídias sociais, educação para sustentabilidade e pensamento sistêmico.*

Fonte: [Envolverde](http://envolverde.com.br/sociedade/artigo-sociedade/a-rio20-foi-um-tremendo-sucesso-voce-sabia/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=25)(http://envolverde.com.br/sociedade/artigo-sociedade/a-rio20-foi-um-tremendo-sucesso-voce-sabia/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=25)

25/07/2012

Greenpeace reúne um milhão de assinaturas pelo Ártico

por Redação CarbonoBrasil



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/07/campanha.jpg?9d7bd4>

Campanha global lançada durante a Rio+20 mobilizou protestos em 110 cidades e conseguiu o apoio de mais de um milhão de pessoas para tentar impedir a exploração de petróleo e a pesca predatória na região

Em junho, no dia do solstício, quando o sol não se apagou por 24 horas no Círculo Polar Ártico, o Greenpeace (<https://p3-admin.greenpeace.org/brasil/pt/>) começou uma corrida contra o tempo para transformar um dos mais frágeis ecossistemas do planeta em santuário global.

A exemplo do que ocorreu vinte anos atrás com a Antártida, declarada santuário justo quando a indústria da mineração avançava sobre seu território, a campanha do Greenpeace pretende mobilizar cidadãos de todo o mundo para que a ONU aprove uma resolução que torne o Ártico um território global.

As poucas esperanças de avanços durante a Rio+20, entretanto, fracassaram devido ao lobby dos Estados Unidos, Canadá e Rússia – as três nações que possuem territórios no Ártico.

Porém, a sociedade vem percebendo que não precisa esperar pelos governos para buscar as mudanças que deseja. Uma prova disso são os resultados da campanha, apresentados nesta segunda-feira (23).

Em um mês de mobilizações, foram realizados protestos em dezenove países, em 110 cidades diferentes, e reunidas um milhão de assinaturas pela criação de um santuário no Ártico para proteger o frágil ecossistema.

Na Holanda, o escritório da Shell foi bloqueado por ativistas que impediram a entrada dos funcionários enquanto o escritório do diretor-executivo Peter Voser era ocupado por Sylvia Borren, diretora-executiva do Greenpeace Holanda. Postos de combustível foram fechados na Alemanha e no Reino Unido e, em Houston, nos Estados Unidos, o Arctic Ready fez uma paródia das propagandas da Shell ironizando as justificativas que a empresa dá para explorar petróleo no Ártico.

Na internet, mais de um milhão de pessoas assinaram a petição que pede que a região seja protegida — a expectativa era de que esta meta só fosse atingida em 2013. Agora, o Greenpeace quer conseguir dois milhões de assinaturas até o começo do ano que vem.

Uma longa lista de personalidades também declararam apoio à campanha. Paul McCartney, Penélope Cruz, Robert Redford, Pedro Almodóvar, Thom Yorke, Emily Blunt, Baaba Maal, Javier Bardem, entre muitos outros terão seus nomes escritos em um pergaminho que em breve será enterrado no fundo do mar do Ártico, quatro quilômetros abaixo do gelo. Uma bandeira demarcará o local exato onde o pergaminho será colocado — um ato simbólico para declarar aquele um território global.

Paul McCartney inclusive escreveu a favor da campanha. Veja abaixo:

Help! O Ártico precisa de você

1968 foi um ano e tanto. As pessoas estavam nas ruas, a revolução pairava no ar, os Beatles lançaram o White Album e talvez uma das fotos mais importantes até hoje foi tirada pelo astronauta William Anders.

Era véspera de Natal e Anders e o comandante de sua missão, Frank Borman, eram os únicos seres humanos desde tempos primordiais a orbitarem a Lua. Pela pequena janela da nave Apollo 8 avistaram algo que ninguém tinha visto antes, algo tão familiar e ao mesmo tempo tão estranho, algo de tirar o fôlego por sua beleza e fragilidade.

“Meu Deus”, Borman gritou. “Olha aquilo ali, a Terra está surgindo. Uau, é incrível”.

“Você tem um filme colorido, Jim?”, Anders perguntou. “Me dê aquele rolo de filme colorido, rápido, por favor”. Por um minuto ou pouco mais, dois seres humanos em uma lata, a aproximadamente 400 mil quilômetros de casa, procuraram desesperadamente um rolo de Kodak para colocar em sua câmera. Então, Anders se apoiou na janela, tirou uma foto e capturou a imagem do nosso delicado planeta. O nascer da terra. Aquela imagem única teve um impacto tão grande na psique humana que ficou conhecida como o início do movimento ambientalista — mudando a forma como nós pensamos sobre nós mesmos.

Isso foi há mais de quarenta anos, um piscar de olhos na enorme vastidão do tempo, mas algo notável aconteceu desde então. Por pelo menos 800 mil anos, o oceano Ártico tem sido coberto por uma folha de gelo marinho do tamanho de um continente. Mas nas décadas posteriores à essa imagem, satélites têm medido o derretimento constante desta camada branca. Muito dela já desapareceu e parece que a geração dos meus filhos presenciará um mar aberto no Polo Norte. Talvez eu mesmo presencie esse momento.

Pense a respeito disso. Desde que a foto do nascimento da Terra foi tirada nós estivemos tão ocupados aumentando a temperatura do mundo que agora ele está radicalmente diferente do que ele era visto do espaço. Ao cavar a terra em busca de combustíveis fósseis e ao queimar as nossas antigas florestas, jogamos tanto carbono na atmosfera que, hoje, os astronautas enxergam um mundo completamente diferente. E tem algo que simplesmente me deixa perplexo.

Enquanto o gelo derrete, as grandes companhias de petróleo estão se mexendo em direção ao Polo Norte. Em vez de enxergar o derretimento do gelo como um grave alerta para a humanidade, eles estão de olho no petróleo inacessível que está embaixo do mar no topo do mundo. Elas estão explorando o desaparecimento do gelo para poder perfurar o solo e encontrar o mesmo combustível que, em primeiro lugar, causou o derretimento do gelo.

Combustíveis fósseis estão presentes em todos os cantos do nosso planeta, mas em algum momento em algum lugar nós vamos ter que dizer “Chega”. Eu acredito que este momento é agora e que este lugar é o Ártico.

É por isso que eu me juntei ao Greenpeace e à campanha para criar um santuário protegido legalmente ao redor do Polo Norte e proibir a extração de petróleo e a pesca industrial nas águas do Ártico. O meu nome estará entre os pelo menos dois milhões que o Greenpeace coletou e vai levar para o polo e plantar no fundo do mar, 4 km abaixo do gelo. Nós estamos chegando juntos para garantir a proteção do Ártico para toda a vida na Terra.

Em apenas um mês, mais de um milhão de pessoas já assinou em <http://www.savethearctic.org>, no entanto, se você não está entre eles ainda há chances de você garantir que seu nome seja colocado no fundo do oceano no topo do mundo junto com o meu nome. Assine a petição no site (<http://www.savethearctic.org/>) e divulgue, ajudando na criação do santuário que protegerá o Ártico.

* *Publicado originalmente no site*
CarbonoBrasil(<http://www.institutocarbonobrasil.org.br/noticias6/noticia=731260>).

Fonte: CarbonoBrasil/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/greenpeace-reune-um-milhao-de-assinaturas-pelo-artico/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=25)(http://envolverde.com.br/noticias/greenpeace-reune-um-milhao-de-assinaturas-pelo-artico/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=25)

30/07/2012

Conferências internacionais

por José Goldemberg*



José Goldemberg.

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/07/ok-jg.jpg?9d7bd4>

Conferências internacionais são convocadas quando se torna evidente que cada país, isoladamente, não consegue resolver um determinado problema. A vantagem de ações multilaterais, em que as nações atuam em conjunto, é que os países que relutam em cumprir os seus compromissos são coagidos a fazê-lo. Delas, em geral, resulta um Tratado, uma Convenção ou um Protocolo que, uma vez ratificado pelo Parlamento dos países participantes, se torna Lei nacional. Há muitos exemplos de conferências em que isso ocorreu, como, por exemplo, a Convenção do Clima, adotada no Rio de Janeiro em 1992, durante a Rio-92.

O problema, nesse caso, são as emissões de gases de efeito estufa, responsáveis pelo aquecimento da Terra, que nenhum país pode resolver sozinho. É preciso que todos – ou a maioria deles – cooperem para reduzir essas emissões. O Protocolo de Kyoto, em 1997, reforçou a Convenção sobre o Clima e teve sucesso relativo em reduzir as emissões globais. Ainda assim, ela é considerada uma Convenção “leve”, porque não existem nela sanções para os que não cumprem suas determinações.

Algumas vezes os Tratados ou as Convenções contêm sanções para os países que não cumpram o que consta deles, como, por exemplo, o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares. Países que violam ou são suspeitos de violar os seus dispositivos são objeto de sanções internacionais, como está ocorrendo no momento com o Irã. Esses são os Tratados considerados “duros”.

A convocação da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como Rio+20, foi decidida pela Assembleia Geral da ONU e não deveria ter apenas caráter celebratório de aniversário (dos 20 anos da Rio-92), e sim o de avaliar o que aconteceu nas últimas décadas e eventualmente tomar medidas adicionais às adotadas em 1992. Não foi planejada como uma Conferência para discutir somente mudanças climáticas, mas também desenvolvimento sustentável em geral, englobando dimensões sociais, econômicas e ambientais, apesar de ser evidente que uma deterioração séria das condições ambientais comprometeria irremediavelmente as demais dimensões.

Sucedeu que foi demonstrado claramente, por grande número de relatórios científicos preparados nos últimos anos, que se está verificando um agravamento da situação ambiental, em particular no que se refere ao aquecimento global e às mudanças do clima dele decorrentes. Isso ficou também claro no discurso de Maurice Strong, o carismático secretário-geral da Conferência do Rio em 1992, numa reunião realizada no plenário da Rio+20, na presença do Ministro das Relações Exteriores, do Senador Fernando Collor de Mello – que era o presidente da República em 1992 – e dos ministros e embaixadores que prepararam a Conferência e a tornaram um grande sucesso.

Maurice Strong transmitiu a visão dos cientistas a respeito da degradação do meio ambiente e a urgência em enfrentar os problemas atuais. Aplaudido de pé pelos delegados, expressou o seu ponto de vista de que essa urgência não estava refletida na agenda nem no comunicado final da conferência. Os próprios diálogos intergovernamentais organizados pelo Itamaraty na Rio+20 vão na mesma direção.

O Senador Fernando Collor não deixou de destacar a importância da presença dos chefes de Estado dos grandes países em 1992 – e o esforço que foi feito para que isso se concretizasse –, contrastando com a incapacidade da Rio+20 de definir até os objetivos do desenvolvimento sustentável.

A Rio+20 poderia ter dado um novo impulso às negociações sobre o tema do desenvolvimento sustentável, mas não foi o que aconteceu. Seus resultados desapontaram a todos, tornando até ridícula a atitude de alguns diplomatas brasileiros de apresentá-la como um “sucesso estupendo”.

O Comunicado Final da Conferência não foi mais do que um conjunto de exortações e de reiteração de generalidades que já haviam sido acordadas previamente, em outros Tratados ou Convenções. Nenhuma decisão substantiva consta dos 289 parágrafos (!) do Comunicado Final, tendo sido dele removidos todos os que faziam recomendações concretas sobre a erradicação da pobreza ou a redução do uso de combustíveis fósseis (petróleo, carvão mineral e gás natural) e o aumento do uso de fontes renováveis de energia.

O único resultado palpável da Rio+20 foi a mobilização da sociedade civil, o que, lamentavelmente, somente ocorreu no Brasil. Na cidade do Rio de Janeiro foram realizadas centenas de eventos paralelos à Conferência dos delegados governamentais, envolvendo prefeitos das 40 maiores cidades do mundo, – como Quebec, do Canadá, e São Paulo, do Brasil – governos de Estados de vários países, grandes empresas multinacionais, cientistas, federações de indústrias e inúmeras organizações não governamentais (ONGs). E muitos desses eventos acabaram resultando em resoluções concretas. Por exemplo, o setor privado demonstrou ter ideias claras de onde investir. Dos cerca de US\$ 500 bilhões comprometidos voluntariamente para ações na área do desenvolvimento sustentável, a grande maioria destina-se a investimentos em energias renováveis.

Parece claro, portanto, que o fracasso da Rio+20 como reunião de cúpula de governos foi substituído pelo sucesso de ações descentralizadas, de “baixo para cima”, e não de um acordo multilateral de países. A mudança do eixo é um indício do cansaço de se esperar soluções e propostas de nações que liderem o processo – entre as quais, o Brasil –, como ocorreu em 1992. É isso o que indica a ausência dos presidentes ou chefes de Estado dos principais países do mundo, como Estados Unidos, China, Inglaterra, Alemanha e outros.

Só o futuro dirá se esse caminho nos levará ao “futuro que queremos”.

** José Goldemberg é professor da Universidade de São Paulo e foi ministro do Meio Ambiente em 1992, durante a Rio-92.*

*** Publicado originalmente no site Eco 21 (<http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=2763>).*

Fonte: Eco 21/Envolverde > Artigo(http://envolverde.com.br/ambiente/artigo/conferencias-internacionais/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=30)

30/07/2012

O jeitinho brasileiro salvou a RIO+20

por Lúcia Chayb e René Capriles, da Eco 21



Escultura de areia
na praia de
Copacabana.

Foto: Maristela Crispim

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/07/Eco21.jpg?9d7bd4>

Já está circulando a revista ECO 21 de julho de 2012. Uma das principais publicações sobre meio ambiente e sustentabilidade no Brasil, a ECO 21 deste mês traz excelentes textos. Veja abaixo do editorial o índice da edição.

Editorial

O tripé da RIO+20 foi integrado por uma economista e política brasileira, por um experto diplomata sul-coreano especialista em relações internacionais e outro diplomata chinês experto em segurança, controle de armas e desarmamento: Dilma Rousseff, Ban Ki-moon e Sha Zukang, que foram os artífices do confuciano sucesso da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável optaram pelo caminho do meio para chegar ao questionado Documento Final.

A sabedoria asiática temperada com o jeitinho brasileiro deixou um legado que será lentamente assimilado tanto pelos governantes quanto pela sociedade civil. O legado é bastante volumoso: foi iniciado o processo para estabelecer os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que irão além dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e terão, entre outras metas, a erradicação da pobreza.

A questão de gênero e do empoderamento das mulheres ocupa um espaço significativo no documento assinado por mais de 100 Chefes de Estado e de Governo. A produção e o consumo sustentáveis serão motivo para implementar as opções de uma verdadeira Economia Verde. Além disso, a RIO+20 reconheceu – e aí merece destaque o trabalho de José Graziano, da FAO – o direito à alimentação e a segurança alimentar para todos, baseada numa agricultura sustentável.

As questões da água potável, do saneamento básico e das energias sustentáveis também fazem parte das recomendações do Documento Final. Outro fato de grande importância é que a ONU, pela primeira vez, decidiu agir na grave situação da conservação e do uso sustentável da biodiversidade marinha; para isso será convocada uma Conferência especial com a missão de elaborar uma Convenção sobre os Oceanos que tratará especialmente da poluição marinha, a sobrepesca e a acidificação dos mares. Finalmente, a RIO+20 deu ênfase à questão do desemprego, principalmente dos jovens, tema que está na pauta diária dos países que sofrem a crise econômica atual.

A RIO+20 esteve concentrada na busca de soluções para temas prementes que, sem nenhuma dúvida, foram tratados de forma paralela à RIO+20 pela Presidenta Dilma com o Primeiro Ministro da China, Wen Jibao. José Monserrat Filho nos lembra que o Brasil e a China adotaram uma “Parceria Estratégica Global” ultrapassando os assuntos bilaterais e incorporando as mais relevantes questões globais de política e economia.

Em 2007 o então Presidente Lula propôs na Assembleia Geral da ONU a convocação da RIO+20; paradoxalmente, ele não esteve presente na Conferência, tal como Barack Obama, Angela Merkel e David Cameron. Em resumo, a RIO+20 foi planejada pela filosofia asiática que domina a ONU, mas o futuro que queremos, saiu com um gingado típico do melhor jeitinho brasileiro.

Gaia Viverá

Índice

Dilma Rousseff – RIO+20 é o ponto de partida
Sha Zukang – O Espírito do Rio
Ban Ki-moon – A RIO+20 foi um marco essencial na nossa jornada
François Hollande – Não há só crise econômica, há também crise ecológica
Hillary Clinton – O Brasil prestou um grande serviço ao mundo na RIO+20
Flávio Miragaia Perri – No rescaldo da RIO+20
José Goldemberg – Conferências internacionais
José Graziano da Silva – Além da RIO+20: por um futuro sustentável
Malu Nunes – Meras intenções não bastam
José Eli da Veiga – Dilemas da rota aos ODS
Marina Grossi – Para dar escala às boas práticas em sustentabilidade
Pe. Josafá Carlos de Siqueira – A PUC-RIO na RIO+20
Álvaro Rodrigues dos Santos – As delícias da crítica fácil
Washington Novaes – O longo caminho até a Economia Verde
Charlene Porter – C40: as cidades estão na vanguarda da sustentabilidade
FASE – Cúpula dos Povos: caminhos abertos para seguir adiante
Jolúzia Batista – O fracasso da RIO+20 e a renovação da luta feminista
Nádia Pontes – Na RIO+20 Dilma pede mais poder para as mulheres
André Trigueiro – Todos somos céticos
José Monserrat Filho – Brasil-China: a vez da Parceria Estratégica Global
Michel de Pracontal – Energias eólica e solar superam a nuclear
Barbara Unmüßig – Entrevista com Pavan Sukhdev
Thais Corral – Alianças para enfrentar riscos climáticos na América Latina
Leonardo Boff – Insuficiências conceituais da Conferência RIO+20

* Para assinar [clique aqui](http://www.eco21.com.br/assinaturas/assinaturas.asp)(<http://www.eco21.com.br/assinaturas/assinaturas.asp>).

Fonte: Eco 21/Envolverde(http://envolverde.com.br/noticias/o-jeitinho-brasileiro-salvou-a-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=30)

31/07/2012

ONU solicita implementação do documento final da Rio+20

por Redação EcoD



“Agora o que importa é a implementação”, afirmou Al-Nasser.

Foto: Jean-Marc Ferré/UN

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/07/Jean.jpg?9d7bd4>

O presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, Nassir Abdulaziz Al-Nasser, solicitou que os países tenham como foco a implementação do documento final da Rio+20 (Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável), realizada em junho, no Rio de Janeiro. “Definimos o futuro que queremos [...] Agora o que importa é a implementação”, cobrou, ao referir-se ao nome do relatório produzido durante a cúpula.

“O Rio em 92 e Joanesburgo em 2002 colocaram o desenvolvimento sustentável na discussão, mas a Rio+20 definiu uma nova visão de desenvolvimento para o futuro, que será igualitário e inclusivo e levará em conta os limites do nosso planeta”, explicou Al-Nasser. “Um número de processos foi lançado no Rio e, para que sejam bem-sucedidos, é necessário cooperação de desenvolvimento, diante dos nossos desafios globais”.

Ao fim da cúpula, os países chegaram a um acordo voluntário, por meio de um documento, que atenta para uma ampla gama de ações, como iniciar o processo para estabelecer metas de desenvolvimento sustentável; o detalhamento de como a economia verde pode ser usada como uma ferramenta para alcançar o desenvolvimento sustentável; o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma); a promoção de medidas de avaliação da sustentabilidade corporativa; e o desenvolvimento de uma estratégia de financiamento do desenvolvimento sustentável.

O documento também aborda o aprimoramento da igualdade de gênero; reconhece a importância de compromissos voluntários de desenvolvimento sustentável; e ressalta a necessidade de engajar a sociedade civil e incorporar a ciência nas decisões políticas.

* Publicado originalmente no site [EcoD](http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2012/julho/onu-solicita-implementacao-do-documento-final-da)(<http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2012/julho/onu-solicita-implementacao-do-documento-final-da>).

Fonte: EcoD/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/onu-solicita-implementacao-do-documento-final-da-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=31)(http://envolverde.com.br/noticias/onu-solicita-implementacao-do-documento-final-da-rio20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=31)

2012

Agosto

01/08/2012

Tendências/Debates: Mudanças climáticas e governança global

Um resfriamento global, com mais invernos rigorosos e má distribuição de chuvas, é esperado nos próximos 20 anos, em vez do aquecimento global antropogênico (AGA) alardeado pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC).

O AGA é uma hipótese sem base científica sólida. As suas projeções do clima, feitas com modelos matemáticos, são meros exercícios acadêmicos, inúteis quanto ao planejamento do desenvolvimento global.

Seu pilar básico é a intensificação do efeito estufa pelas ações humanas emissoras de dióxido de carbono (CO₂) e metano (CH₄), por meio da queima de combustíveis fósseis e de florestas tropicais, das atividades agrícolas e da pecuária ruminante.

Porém, o efeito estufa jamais foi comprovado, nem sequer é mencionado nos textos de física. Ao contrário, há mais de cem anos o físico Robert W. Wood demonstrou que seu conceito é falso. As temperaturas já estiveram mais altas com concentrações de CO₂ inferiores às atuais. Por exemplo, entre 1925 e 1946 o Ártico, em particular, registrou aumento de 4°C com CO₂ inferior a 300 ppmv (partes por milhão em volume). Hoje, a concentração é de 390 ppmv.

Após a Segunda Guerra, quando as emissões aumentaram significativamente, a temperatura global diminuiu até a metade dos anos 1970.

Ou seja, é óbvio que o CO₂ não controla o clima global. Reduzir as emissões, a um custo enorme para a sociedade, não terá impacto no clima. Como mais de 80% da matriz energética global depende de combustíveis fósseis, reduzir emissões significa reduzir a geração de energia e condenar países subdesenvolvidos à pobreza eterna, aumentando as desigualdades sociais no planeta.

Essa foi, em essência, a mensagem central da carta aberta entregue à presidenta Dilma Rousseff antes da Rio+20 – assinada por 18 cientistas brasileiros, eu inclusive.

A trama do AGA não é novidade e seguiu a mesma receita da suposta destruição da camada de ozônio (O₃) pelos clorofluorcarbonos (CFC) nos anos 1970 e 1980.

Criaram a hipótese que moléculas de CFC, cinco a sete vezes mais pesadas que o ar, subiam a mais de 40 km de altitude, onde ocorre a formação de O₃. Cada átomo de cloro liberado destruiria milhares de moléculas de O₃, reduzindo a sua concentração e permitindo a maior entrada de radiação ultravioleta na Terra, o que aumentaria os casos de câncer de pele e eliminaria milhares de espécies de seres vivos.

Reuniões com cientistas, inclusive de países subdesenvolvidos, foram feitas para dar um caráter pseudocientífico ao problema inexistente, foi criado o Painel de Tendência de Ozônio no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e foi elaborado o Protocolo de Montreal (1987), assinado pelos países subdesenvolvidos sob ameaças de sanções econômicas. O Brasil também assinou, para ter sua dívida externa renovada.

Em 1995, os autores das equações químicas que alegadamente destruíam o O₃ receberam o Nobel de Química. Porém, em 2007 cientistas do Jet Propulsion Laboratory da NASA demonstraram que as suas equações não ocorrem nas condições da estratosfera antártica e que não são a causa da destruição do ozônio.

O AGA seguiu os mesmos passos, com reuniões científicas, a criação do IPCC, o Protocolo de Kyoto e o Nobel (da Paz?) para o IPCC e Al Gore.

Essas foram duas tentativas de se estabelecer uma governança global. Qual será o próximo passo? A Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas da Biodiversidade e Serviços (IPBES)?

Fonte: [Agência de Notícias de Floripa > Notícias](http://www.jornalfloripa.com.br/cienciaevida/index1.php?pg=verjornalfloripa&id=2429)(<http://www.jornalfloripa.com.br/cienciaevida/index1.php?pg=verjornalfloripa&id=2429>)

02/08/2012

Ban quer maior compromisso das nações ricas com os objetivos da Rio +20

por Camilo Malheiros Freire, da Rádio ONU



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/08/Ban.jpg?9d7bd4>

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, sugere um alinhamento da agenda de trabalho dos países do G-20 com o documento final da Conferência sobre o Desenvolvimento Sustentável. O anúncio formal será feito nesta terça-feira, na Assembleia Geral em Nova York. Para Ban, os dois encontros internacionais foram benéficos para o meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável.

O secretário-geral defende que a aproximação dos dois projetos é bem-vinda e deve beneficiar objetivos comuns dos participantes. Ele disse que sempre acreditou que a ONU e o G-20 “podem e devem trabalhar em apoio mútuo.” Ban Ki-moon afirmou ter pedido ao grupo das maiores economias desenvolvidas e em desenvolvimento, para tornar prioridade máxima a segurança alimentar, o que ajudaria o Desafio Fome Zero, lançado durante a Rio+20.

Por outro lado, o Secretário-Geral acredita que outras iniciativas conferência realizada no Rio de Janeiro, como o crescimento verde, são de interesse das nações do G-20. Em maio, Ban anunciou um painel de alto nível que será liderado pelos presidentes da Indonésia, Susilo Bambang, e da Libéria, Ellen Johnson Sirleaf, ao lado do primeiro-ministro da Grã-Bretanha, David Cameron.

* Publicado originalmente no site [EcoAgência](http://cascoobjetos.com.br/por-que-as-olimpiadas-2012-serao-as-mais-verdes/)(<http://cascoobjetos.com.br/por-que-as-olimpiadas-2012-serao-as-mais-verdes/>).

Fonte: EcoAgência/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/ban-quer-maior-compromisso-das-nacoes-ricas-com-os-objetivos-da-rio-20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=02)(http://envolverde.com.br/noticias/ban-quer-maior-compromisso-das-nacoes-ricas-com-os-objetivos-da-rio-20/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=02)

03/08/2012

Encontro discute resultados da Rio+20 e Cúpula dos Povos

por *Natasha Pitts*, da *Adital*



Fonte: <http://envolverde.com.br/porta/wp-content/uploads/2012/08/Rio+20.jpg?9d7bd4>

Durante toda essa quarta-feira (1ª), entidades socioambientais e movimentos sociais da Bahia (nordeste do Brasil) se reuniram no encontro ‘Rio +20, e Agora?’. A intenção foi discutir os resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, e da Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental, realizadas simultaneamente no mês de junho, no Rio de Janeiro. O encontro está acontecendo no Auditório do CREA, na cidade de Salvador.

Desde a manhã de quarta, pessoas que participaram dos eventos no Rio de Janeiro e as que se envolveram em ações locais debateram os resultados da Rio+20 e da Cúpula dos Povos, avaliando os desafios que terão daqui para frente, trocando experiências e pensando a agenda socioambiental baiana para os próximos anos.

Renato Cunha, do Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá), aponta que este evento pós Rio+20 e Cúpula dos Povos quer fortalecer uma agenda de lutas e campanhas com base no que foi decidido no Rio de Janeiro e acrescenta que o encontro está sendo uma “troca de conhecimento generalizada”.

“No primeiro momento as pessoas que foram ao Rio estão compartilhando as experiências, o resultado dos debates e os conhecimentos adquiridos com quem não foi. Outros que estiveram presentes em determinados eventos na Cúpula dos Povos estão dividindo as informações com quem participou de outros eventos no Rio de Janeiro. E assim este encontro está sendo uma troca de conhecimentos generalizada”, diz.

No primeiro momento do encontro os participantes se concentraram em três questionamentos: O que acharam dos eventos [Rio+20 e Cúpula dos Povos], o que trouxeram de lá e quais serão as iniciativas a serem desenvolvidas localmente?

Pela tarde, aconteceu a Assembleia dos Povos da Bahia, quando foi deliberado o rumo das lutas socioambientais na região. Renato adianta que algumas ações já estão definidas.

“Vamos fazer um mapeamento das injustiças e conflitos sociais no estado, vamos também nos concentrar na pauta antinuclear para combater o uso deste tipo de energia no Brasil todo, mas principalmente na Bahia e no Nordeste. Outra ação é a defesa dos territórios com base no respeito aos direitos humanos”, antecipa

assegurando que as organizações da Bahia estão empenhadas em dar seguimento às definições que saíram da Rio+20 e, sobretudo, da Cúpula dos Povos.

No final do Encontro, os membros das entidades socioambientais e movimentos sociais presentes vão divulgar a agenda de ações e campanhas na íntegra.

* *Publicado originalmente no site*
Adital(<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cat=7&cod=69294>).

Fonte: Adital/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/encontro-discute-resultados-da-rio20-e-cupula-dos-povos/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=03)(http://envolverde.com.br/noticias/encontro-discute-resultados-da-rio20-e-cupula-dos-povos/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=03)

03/08/2012

Brasileira é escolhida pela ONU para criar metas globais sustentáveis

Vanessa Petrelli, do Ipea, integrará grupo copresidido por premiê britânico. Rio+20 lançou bases dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

por Eduardo Carvalho do Globo Natureza, em São Paulo

O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, convocou a brasileira Vanessa Petrelli Corrêa, atual presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para fazer parte do Painel Consultivo que vai elaborar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), cujas bases foram lançadas na Rio+20.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável aconteceu de 13 a 22 de junho, no Rio de Janeiro, e reuniu mais de cem chefes de Estado no Riocentro, onde debateram como o mundo pode se desenvolver sem impactar o meio ambiente e, ao mesmo tempo, reduzindo a pobreza.

Vanessa será a única representante do país no grupo, que reúne ainda outros 25 membros da sociedade civil, do setor privado e de governos como China, EUA, França, Alemanha, Cuba, Índia e México. Serão copresidentes das discussões o premiê britânico, David Cameron, e os presidentes da Indonésia, Susilo Yudhyono, e da Libéria, Ellen Sirleaf.

O debate terá início no fim de setembro, durante a Assembleia Geral da ONU, realizada em Nova York.

Indefinição dos ODS foi motivo de frustração na conferência

Esperados como um dos principais trunfos da Rio+20, o que não aconteceu, os ODS seriam metas perseguidas pelos países para avançar ambiental, política e socialmente, reduzindo a disparidade entre nações ricas e pobres.

O documento "O futuro que queremos", gerado na conferência, determinou a abertura do processo de discussão para criar essas metas, cujo primeiro rascunho terá que ser apresentado até setembro de 2013. Os ODS devem ser definidos para entrarem em vigor em 2015, quando terminam os prazos dos Objetivos do Milênio.



A presidente do Ipea, Vanessa Petrelli, foi escolhida pela ONU para integrar painel que vai criar Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Foto: Ascom/Ipea

Fonte: http://s2.glbimg.com/S8Ea_5KG2bVsZwo01luJa7PF_mIVZiUsCc_4SMTB4ldloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/08/02/vanessa1.jpg

Segundo Vanessa Petrelli, a opinião brasileira será levada ao debate. “[A reunião de setembro] será o primeiro momento para levar nossas propostas. O Brasil terá um papel importante”, disse Vanessa.

Para ela, divergências que já foram registradas na conferência do Rio de Janeiro – países ricos “apertando o cinto” devido à crise e os pobres querendo mais dinheiro para crescer economicamente -- deverão surgir durante as reuniões do Painel Consultivo da ONU. “Mas é um momento de avançar nas propostas e de articular com outros grupos”, explica.

Medidas aprovadas na Rio+20

O documento produzido na Rio+20 prevê a criação de um fórum político de alto nível para o desenvolvimento sustentável dentro das Nações Unidas, além de reafirmar um dos Princípios do Rio, criado em 1992, sobre as “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”.

Este princípio significa que os países ricos devem investir mais no desenvolvimento sustentável por terem degradado mais o meio ambiente durante séculos.

Outra medida aprovada é o fortalecimento do Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (Pnuma) e o estabelecimento de um mecanismo jurídico dentro da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Unclos, na sigla em inglês) que estabelece regras para conservação e uso sustentável dos oceanos.

Pobreza

O texto estabelece a erradicação da pobreza como o maior desafio global do planeta e recomenda que “o Sistema da ONU, em cooperação com doadores relevantes e organizações internacionais”, facilite a transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento.

Esse sistema atuaria para facilitar o encontro entre países interessados e potenciais parceiros, ceder ferramentas para a aplicação de políticas de desenvolvimento sustentável, fornecer bons exemplos de políticas nessas áreas e informar sobre metodologias para avaliar essas políticas.



Presidentes e chefes de Estado reunidos no Riocentro para a foto oficial da Rio+20, Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, que aconteceu em junho no Rio de Janeiro.

Foto: globonews

Fonte: http://s2.glbimg.com/qw3JCc4C_4mjAclGdp8wPYGK349c9fuAc2mnKiRpkVloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/fo/g1/f/original/2012/06/21/foto_oficial_da_rio20.jpeg

Fonte: [G1 > Natureza](http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/08/brasileira-e-escolhida-pela-onu-para-criar-metas-globais-sustentaveis.html?utm_source=twitterfeed&utm_medium=twitter)(http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/08/brasileira-e-escolhida-pela-onu-para-criar-metas-globais-sustentaveis.html?utm_source=twitterfeed&utm_medium=twitter)

06/08/2012

Schwarzenegger cria instituto com foco em sustentabilidade

A iniciativa pretende debater medidas eficazes para que os líderes políticos possam fortalecer cinco áreas prioritárias do desenvolvimento sustentável

por Débora Spitzcovsky, do Planeta Sustentável(<http://planetasustentavel.abril.com.br/>)



Schwarzenegger disse que o instituto lhe dará a oportunidade de dividir a experiência que acumulou enquanto esteve à frente do governo da Califórnia

Foto: Getty Images

Fonte: http://exame2.abril.com.br/assets/pictures/21769/size_590_arnold-schwarzenegger.jpg?1294083043

São Paulo - O ex-governador da Califórnia e astro de Hollywood, [Arnold Schwarzenegger](http://exame.abril.com.br/topicos/Arnold-Schwarzenegger), anunciou a criação de um centro de estudos voltado às políticas nacionais e globais com foco na sustentabilidade: o Schwarzenegger Institute for State and Global Policy.

A iniciativa, que tem o apoio da Universidade do Sul da Califórnia, pretende debater medidas eficazes para que os líderes políticos possam fortalecer cinco áreas prioritárias do desenvolvimento sustentável: educação; energia e meio ambiente; política fiscal e econômica; saúde e bem-estar humano e reforma política.

Para tanto, o instituto contará com a participação de membros de alto nível para as discussões. Entre eles: Vicente Fox, ex-presidente do México; Rajendra Pachauri, presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC); George Shultz, economista e ex-secretário de Estado dos EUA e Henry Cisneros, ex-prefeito da cidade de San Antonio, no Texas, e ex-membro de gabinete do governo Clinton.

Em nota, Schwarzenegger disse que o instituto lhe dará a oportunidade de dividir a experiência que acumulou enquanto esteve à frente do governo da Califórnia - período em que ficou famoso pelas políticas dedicadas ao meio ambiente. Em 2006, por exemplo, o astro de Hollywood lutou pela aprovação da lei AB32, que prevê a redução de 25% das emissões de gases causadores do efeito estufa na Califórnia até o

ano de 2020 e, ainda, estabelece que, pelo menos, um terço da eletricidade do Estado deve ser gerada a partir de energias renováveis.

A criação do Schwarzenegger Institute for State and Global Policy demandará cerca de US\$ 20 milhões, que serão obtidos por meio de captação de recursos e doações. O próprio astro de Hollywood irá doar parte da quantia, mas o montante não foi divulgado.

Fonte: [EXAME.COM > Notícias > Meio Ambiente e Energia > Sustentabilidade\(http://exame.abril.com.br/meio-ambiente-e-energia/sustentabilidade/noticias/schwarzenegger-cria-instituto-com-foco-em-sustentabilidade?utm_source=twitterfeed&utm_medium=twitter\)](http://exame.abril.com.br/meio-ambiente-e-energia/sustentabilidade/noticias/schwarzenegger-cria-instituto-com-foco-em-sustentabilidade?utm_source=twitterfeed&utm_medium=twitter)

14/08/2012

Recife sedia reunião do Fundo Clima sobre desertificação

O combate à desertificação e a recuperação de áreas degradadas vão receber R\$ 12,6 milhões do governo federal. Os recursos se referem a acordos no âmbito do Fundo Nacional de Mudança Climática (Fundo Clima), do Ministério do Meio Ambiente.

O primeiro Encontro de Convenentes e Fiscais de Projeto do Fundo Clima, que começa nesta quarta-feira e vai até sexta-feira no Recife, tem o objetivo de debater as iniciativas aprovadas e promover a aproximação técnica e administrativa dos gestores. "Será uma oportunidade de nivelar o conhecimento entre todos e servirá também para a capacitação tanto dos executores quanto dos fiscais dos projetos", explica o gerente do Fundo Clima, Marcos Del Prette.

A maioria dos convênios será executada no semiárido e teve a verba aprovada em 2011, com o envolvimento de Estados, municípios, universidades e sociedade civil. Entre os projetos beneficiados pelos recursos do fundo, estão iniciativas para o desenvolvimento tecnológico, adaptação em erosão costeira, recuperação de áreas de mineração e combate à desertificação.

Fonte: [TERRA.COM](http://www.terra.com.br) > [Notícias](#) > [Economia](#) > [Sustentabilidade](#) > [Rio+20\(http://invernia.terra.com.br/sustentabilidade/noticias/0,,O16077780-EI10411,00-Recife+sedia+reuniao+do+Fundo+Clima+sobre+desertificacao.html\)](http://invernia.terra.com.br/sustentabilidade/noticias/0,,O16077780-EI10411,00-Recife+sedia+reuniao+do+Fundo+Clima+sobre+desertificacao.html)

24/08/2012

Cientistas fazem balanço dos resultados da RIO+20

por Fábio de Castro



Conferência produziu forte mobilização da comunidade científica, mas texto final gerou frustração por cortar temas importantes, de acordo com participantes de workshop conjunto BIOTA-BIOEN-Mudanças Climáticas: o futuro que não queremos

Foto: E.Cesar

Fonte: http://www.agencia.fapesp.br/fotos/2012/34/foto_dentro16082_1.jpg

Agência FAPESP – A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO+20) mobilizou a comunidade científica e foi palco de discussões que revelaram avanços sem precedentes no conhecimento sobre os limites do planeta – conceito indispensável para determinar uma agenda dedicada à sustentabilidade global.

No entanto, nada disso se refletiu no documento final da conferência, intitulado “O Futuro que queremos”, que teve até mesmo o termo “ciência” cortado do único tópico onde aparecia com destaque, de acordo com cientistas reunidos no dia 23 de agosto no [2º Workshop Conjunto BIOTA-BIOEN-Mudanças Climáticas: o futuro que não queremos – uma reflexão sobre a RIO+20](http://www.fapesp.br/7138)(<http://www.fapesp.br/7138>).

O evento, realizado na sede da FAPESP, reuniu pesquisadores envolvidos com os três grandes programas da FAPESP sobre temas relacionados ao meio ambiente – biodiversidade (BIOTA-FAPESP), bioenergia (BIOEN) e mudanças climáticas globais (PFPMCG) – com a finalidade de fazer uma avaliação crítica dos resultados da RIO+20, especialmente no que diz respeito às perspectivas de participação da comunidade científica nas discussões internacionais nos próximos anos.

De acordo com Carlos Alfredo Joly, coordenador do Programa BIOTA-FAPESP, a comunidade científica brasileira e internacional se mobilizou intensamente durante a RIO+20 e chegou à conferência preparada para fornecer subsídios capazes de influenciar a agenda de implementação do desenvolvimento sustentável.

“Nada disso se refletiu na declaração final. Chegou-se a um documento genérico, que não determina metas e prazos e não estabelece uma agenda de transição para uma economia mais verde ou uma sustentabilidade maior da economia”, disse Joly à Agência FAPESP.

A maior esperança dos cientistas para que a conferência tivesse um resultado concreto, de acordo com Joly, era que o texto final reconhecesse, já em sua introdução, o conceito de limites planetários, proposto em 2009 por Johan Rockström, da Universidade de Estocolmo. A expectativa, porém, foi frustrada.

“De 1992 até hoje, tivemos um grande avanço no conhecimento em relação aos limites planetários e o trabalho de Rockström já se tornou um clássico. Destacar isso no texto final poderia contribuir para uma mudança de paradigmas que definiria uma nova trajetória para o planeta. Mas isso não foi feito”, disse.

Rockström, do Stockholm Resilience Centre Planetary, participou do workshop por meio de videoconferência, e apresentou palestra sobre o tema “Planetary boundaries are valuable for policy”.

O fato do avanço do conhecimento científico não estar refletido no documento, entretanto, não deve ser usado como argumento para desestimular a comunidade científica que trabalha nessa área ambiental, segundo Joly.

“Para nós que trabalhamos com a biodiversidade, a prioridade agora volta a ser a discussão sobre o veto às mudanças no código florestal, uma questão que ainda está em aberto”, disse.

O tema da biodiversidade, segundo Joly, recebeu muito pouca atenção no documento final da RIO+20, embora seja uma das áreas em que os limites planetários de segurança já foram extrapolados.

“Praticamente todas as referências a uma agenda para a biodiversidade foram cortadas do texto. O documento zero, que foi o ponto de partida para a declaração, tinha seis parágrafos sobre a biodiversidade nos oceanos, com metas e agenda, por exemplo. No texto final são 19 parágrafos, mas nenhum deles estabelece metas ou agenda”, afirmou Joly.

Conteúdo vago

Paulo Artaxo, membro da coordenação do PFFMCG, destacou que as menções à questão das mudanças climáticas também foram quase nulas. “O texto final da RIO+20 tem 53 páginas, divididas em 283 tópicos. Desse total, apenas três tópicos mencionam a questão do clima. Para se ter uma ideia, há seis tópicos sobre igualdade de gênero e dez sobre lixo químico – que são temas importantes, mas não envolvem a mesma escala e urgência do problema do clima”, disse

Além da escassez, o conteúdo das menções à questão do clima é muito vago, segundo Artaxo. “O texto se limita a afirmar que as mudanças climáticas estão entre os maiores desafios do nosso tempo e que o tema gera preocupação, por exemplo”, disse.

Para o pesquisador, no entanto, seria ingenuidade acreditar que a conferência poderia trazer soluções imediatas para a questão da sustentabilidade global. A oportunidade perdida na conferência foi a de contribuir para acelerar as decisões necessárias.

“O problema é enorme e envolve todo o sistema de produção que roda a economia e a política de todo o nosso planeta. Uma questão desse porte não pode ser resolvida em uma única reunião, ou mesmo em uma década. O equacionamento vai demorar pelo menos mais 10 anos – o nosso problema é que não temos todo esse tempo”, disse.

Para Artaxo, a RIO+20 evidenciou que o mundo se ressentia da falta de governança para lidar com a questão do clima global. “Não temos entidades que possam implementar políticas globais com impacto importante na economia do planeta para enfrentar os desafios do clima. Se é difícil reduzir emissões de CO₂, poderíamos tentar reduzir as emissões de metano e ozônio, por exemplo. Mas isso exige um sistema de governança que a RIO+20 mostrou claramente não existir”, afirmou.

Fábio Feldman, do Fórum Paulista de Mudanças Climáticas, apontou que a falta de liderança pode ter comprometido os resultados da RIO+20. Segundo ele, a RIO92 (ou ECO-92), por exemplo, obteve mais sucesso porque na época o interlocutor brasileiro com os chefes de estado foi o físico José Goldemberg.

“Se perguntarmos aos diplomatas brasileiros, dirão que RIO+20 foi um grande sucesso, porque para eles o importante era chegar a um documento final, mesmo que inócuo. O fato do professor Goldemberg não ser um diplomata foi um fator importante para o sucesso da ECO-92”, afirmou.

Feldman afirmou que, apesar de tudo, fora da reunião de alto nível, a RIO+20 contou com iniciativas importantes, como a participação ativa do setor empresarial e a mobilização da comunidade científica para criar o programa Future of Earth.

Alice Abreu, coordenadora da Iniciativa RIO+20 do Conselho Internacional para a Ciência (ICSU, na sigla em inglês), fez um balanço das atividades do “Forum on Science, Technology and Innovation for Sustainable Development” – o principal evento científico realizado em paralelo à conferência.

“O evento teve mais de mil participantes, além de outros mil que acompanharam pela internet. Foram 11 sessões temáticas, onde 110 cientistas de 75 países discutiram temas centrais para o desenvolvimento sustentável. Houve ainda 24 eventos paralelos que congregaram cerca de 100 palestrantes. Tivemos duas sessões de política científica e a sessão de encerramento foi um diálogo de alto nível entre representantes da ciência e da política”, contou.

O fórum foi o palco do lançamento do Future Earth, uma iniciativa internacional de pesquisa interdisciplinar do sistema terrestre para a sustentabilidade global.

“O objetivo é prover, nos próximos dez anos, o conhecimento necessário para que as sociedades possam enfrentar os riscos das mudanças ambientais e desenvolver transições adequadas para uma sustentabilidade global”, disse.

Segundo Abreu, além da iniciativa concreta do programa Future Earth, o fórum contou com debates entre os cientistas, que geraram recomendações importantes para a agenda mundial da sustentabilidade global.

“Duas recomendações foram centrais: uma maior colaboração entre as ciências naturais e as ciências sociais – tema debatido em praticamente todas as sessões – e uma política científica mais integrada com outros atores, de forma a estabelecer um novo contrato entre ciência e sociedade”, afirmou.

Fonte: Agência FAPESP > Notícias > Especiais(<http://agencia.fapesp.br/16082>)

24/08/2012

Cidades agem para ampliar ações da Rio+20

Rede C40, que reúne 58 metrópoles do planeta, troca bons exemplos de gestão ambiental

por Bruno Deiro - O Estado de S.Paulo

Em balanço da Rio +20 realizado ontem em São Paulo, a frustração pela falta de ações práticas e a fragilidade do documento final assinado pelos países contrastaram com o otimismo do grupo de cidades que forma a Rede C40. Pouco mais de dois meses após o evento, especialistas do País e do exterior reforçaram as mesmas preocupações no encontro organizado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).



Evento mundial no Rio teve pouco efeito prático

Foto: Wilton Júnior/AE

Fonte: [http://www.estadao.com.br/fotos/indioRio20_WiltonJuniorAE288\(1\).jpg](http://www.estadao.com.br/fotos/indioRio20_WiltonJuniorAE288(1).jpg)

"Perguntavam para mim sobre o fracasso da Rio+20 antes mesmo de o evento acontecer. Mas é ingênuo achar que soluções complexas se resolvem em alguns eventos ou mesmo em uma década. O equacionamento das questões deve levar, pelo menos, mais dez anos", diz Paulo Artaxo, físico da USP e membro do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC).

Na opinião do pesquisador, o fato mais evidente foi a falta de governança por parte da ONU para implementar políticas globais. O evento no Rio, avalia Artaxo, não foi muito diferente de encontros anteriores realizados em cidades como Durban, na África do Sul, e Copenhague, na Dinamarca. "Em termos de visibilidade, as atuais ondas de calor nos EUA e na Europa têm muito mais impacto que qualquer evento como a Rio+20", afirma.

Intitulado O Futuro Que Nós Queremos, o documento final assinado por 193 países é considerado o produto dessa falta de acordo. "O documento não possui metas de eficiência energética ou de uso de energias renováveis. Além disso, contém termos como 'tecnologias de combustível fóssil mais limpas', algo discutível", diz Marcelo Moreira, pesquisador do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône).

Otimismo

O discurso do pesquisador Adalberto Maluf, diretor da C40 no País, foi um dos poucos que fugiram do tom pessimista. Elogiada durante a Rio+20, a iniciativa de prefeitos de 58 metrópoles ganhou visibilidade desde então e trabalha na ampliação do projeto. "Diversas entidades entraram em contato, mas damos prioridade à ideia de ser uma ação das cidades voltada para as próprias cidades. Por isso, queremos atingir cem cidades até 2025", afirma Maluf.

Ele explica que o foco da entidade está no lançamento de redes temáticas. Cidades que possuem bons exemplos em determinadas áreas ambientais terão um contato mais próximo com capitais que enfrentam dificuldades. São Paulo, segundo ele, é apresentada como modelo de legislação ambiciosa no setor, ainda que pouca coisa tenha sido colocada em prática. O principal desafio, por outro lado, é aprimorar a questão da mobilidade.

Além de São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba são as cidades brasileiras que participam do projeto. "Trabalhando de forma mais localizada, os prefeitos têm mostrado maior engajamento que os líderes mundiais. Nossa atenção agora está voltada para a Ásia, especialmente nas grandes metrópoles da China."

Fundada em 2005, a Rede C40 reúne atualmente 58 cidades que se comprometem a reduzir emissões de gases do efeito estufa e mitigar os riscos climáticos nas próximas décadas.

Fonte: [Estadão.com.br > Vida](http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,cidades-agem-para-ampliar-acoes-da-rio20-,920908,0.htm)(<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,cidades-agem-para-ampliar-acoes-da-rio20-,920908,0.htm>)

27/08/2012

Chega-se ao desenvolvimento sustentável de bicicleta

por Kalinga Seneviratne, da IPS



As bicicletas de bambu são exportadas para a Áustria.

Foto: Portia Crowe/IPS

Fonte: <http://envolverde.com.br/porta1/wp-content/uploads/2012/08/bicicleta.jpg?9d7bd4>

Kumasi, Gana, 27/08/2012 – A fabricação de quadros de bicicleta com bambu pode ser a chave para o desenvolvimento em Gana, país com crescente congestionamento de veículos. É o que afirma Bernice Dapaah, diretora-executiva da iniciativa Bicicletas de Bambu, que capacita jovens ganeses para construir, consertar e comercializar bicicletas feitas com esse material. “Estamos empoderando mulheres, crianças e jovens, e o projeto reduz as emissões de carbono e contribui para aliviar o trânsito, o que também serve para combater a mudança climática”, explicou à IPS.

Bicicletas de bambu têm apoio de Ibrahim Djan Nyampong, proprietário da empresa Africa Items Co. Ltd., em Acra, e os quadros são vendidos no exterior a US\$ 350 cada. Custa em torno de US\$ 200 fabricá-los, e Nyampong, também assessor técnico da iniciativa, paga aos jovens aprendizes por seu trabalho US\$ 30 extras para cada quadro. O empresário destacou algumas das vantagens dos quadros de bambu em relação aos de metal ou fibra de carbono. “Duram mais do que os quadros de metal. Uma bicicleta de bambu não quebra, é muito duradoura”, afirmou.

Nyampong acrescentou que um teste de controle de qualidade na Alemanha demonstrou que os quadros de bambu podem ser dez vezes mais leves do que os de metal e apresentam maior resistência ao peso. O bambu é fibroso, e assim resiste aos golpes. Amortece naturalmente as vibrações, por isso os quadros não necessitam de molas de aço nem de titânio. “O bambu também recebe tratamento contra rachaduras e cupim, assim é mais forte”, destacou.

O empresário contou que o bambu é submetido a um tratamento entre três e seis meses antes de ser destinado à fabricação de quadros. Depois, é coberto com laca para proteger da chuva e de outros tipos de danos. Isto os torna aptos para o mercado internacional, e a companhia austríaca BambooRide já começou a importá-los para vender na Europa. “Começamos a colaborar com Nyampong na produção de quadros porque são bons, mas tinha que seguir certos padrões europeus”, disse Matthias Schmidt, gerente de vendas da BambooRide. “É como uma sociedade, uma transferência de conhecimentos nos dois sentidos”, declarou à IPS.

Agora a companhia austríaca importa mais de dez quadros por mês, e Schmidt disse que trabalha para expandir a iniciativa. “Sua capacidade é limitada, e no caso de precisar mais quadros necessitaremos de outras fontes, portanto, estamos apoiando os esforços de Dapaah para melhorar o equipamento e a tecnologia”, ressaltou Schmidt. O uso do bambu em lugar de metal para quadros de bicicletas também tem vantagens para o meio ambiente. Segundo Dapaah, a disponibilidade do bambu como material local não só permite aos fabricantes evitar altos custos de importação como também ajuda a reduzir as emissões de carbono geradas pelo transporte dos insumos.

Além disso, o bambu é orgânico, reciclável e, ao contrário do metal, não exige altos níveis de energia durante a extração e a fabricação. “As bicicletas de bambu respeitam o meio ambiente, e também servem para lutar contra a mudança climática”, ressaltou Dapaah. Acrescentou que a iniciativa se compromete com a sustentabilidade ambiental trabalhando com produtores de bambu em comunidades rurais, criando novos cultivos e preservando os existentes. “Se cortamos um bambu, plantamos pelo menos mais três ou cinco”, afirmou.

Além disso, a fabricação de quadros de bicicleta promove uma alternativa de transporte em um país cada vez mais dependente de veículos com base em combustíveis fósseis. O diretor regional da Agência de Proteção Ambiental de Gana, Isaac Osei, destacou que isto é muito importante. “O tráfego no país está crescendo, e isto está associado com temas ambientais”, disse à IPS. Há 30 veículos motorizados para cada mil pessoas em Gana, e a Autoridade de Concessão de Licenças para Veículos e Condutores registra centenas a cada dia.

A informação sugere que a aquisição de veículos continuará crescendo, pois o país registra aumento sem precedentes de seu produto interno bruto por habitante, US\$ 402,3 em 2011, o maior da África ocidental. Osei alertou para os impactos do crescente uso de veículos que utilizam combustível fóssil, incluindo a emissão de dióxido de carbono e a contaminação com partículas de pó. “Creio que educar as pessoas para usar bicicletas em lugar desses veículos é bom para o país e para o mundo inteiro”, opinou. Além disso, ao capacitar e dar trabalho aos jovens, a iniciativa colabora com a redução do desemprego e, em consequência, da pobreza rural.

“Até agora capacitamos dez jovens. Podem fabricar bicicletas, mas ainda não de nível, por isso continuamos capacitando-os”, disse Nyampong. A iniciativa também ajudará os jovens a instalarem suas próprias oficinas e começarem a capacitar outros. Em 2009, a Bicicletas de Bambu ganhou o prêmio da Iniciativa Global Clinton, e em 2010 o prêmio da Iniciativa SEED, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Também atraiu a atenção internacional em junho, quando recebeu o Prêmio Mundial de Negócios e Desenvolvimento na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada no Rio de Janeiro.

Fonte: IPS/Envolverde(http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/chega-se-ao-desenvolvimento-sustentavel-de-bicicleta/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=25)

27/08/2012

Humanidade ultrapassa “orçamento natural” para 2012

por Jeremy Hance, do Mongabay



Foto: Rhett A. Butler.

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/08/recursos2.jpg?9d7bd4>

A quarta-feira, 22 de agosto, marcou o momento em que consumimos nossa cota em recursos naturais para este ano. A informação é da [Global Footprint Network](http://www.footprintnetwork.org/en/index.php/GFN/)(<http://www.footprintnetwork.org/en/index.php/GFN/>), que monitora o consumo global relacionado com a disponibilidade e sustentabilidade de recursos naturais. A organização acompanha dados diversos, como cardumes, florestas, produção agrícola, mineração e emissão de gases do efeito estufa.

Desde 1970, a humanidade vem consumindo recursos mais rapidamente do que os ecossistemas conseguem repor, levando a um déficit ecológico que cresce a cada ano.

“Vemos o endividamento das nações justamente por causa do aumento dos custos dos recursos naturais. Nossas economias estão confrontando a realidade de anos gastando mais do que poderíamos”, afirmou Mathis Wackernagel, presidente da Global Footprint Network.

“Se quisermos manter sociedades estáveis e vidas produtivas, precisamos parar de extrapolar o que a natureza é capaz de fornecer para manter nossa infraestrutura, economia e modo de vida.”

Atualmente estamos consumindo 150% da produção ecológica da Terra todos os anos. Algumas nações, é claro, consomem mais do que outras. Por exemplo, se todos consumissem como o norte-americano padrão, seriam necessárias cinco Terras para sermos sustentáveis.

“Agora é a hora de criar maneiras para garantir que nossas economias continuem a funcionar no futuro”, disse Wackernagel, relacionando a atual crise financeira com a grande crise ecológica que é amplamente ignorada. “Uma recuperação só vai acontecer com a redução sistemática de nossa demanda por recursos e serviços ecossistêmicos.”

Leia o original no Mongabay (inglês)(<http://news.mongabay.com/2012/0822-hance-ecological-overshoot.html#>)

* Traduzido por Fabiano Ávila.

** Publicado originalmente no site Mongabay e retirado do site CarbonoBrasil(<http://www.institutocarbonobrasil.org.br/noticias6/noticia=731584>).

Fonte: CarbonoBrasil/Envolverde(http://envolverde.com.br/noticias/humanidade-ultrapassa-orcamento-natural-para-2012/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=25)

27/08/2012

1ª reunião do Fundo Verde para o Clima



Fonte: <http://wp.clicrbs.com.br/otavioauler/files/2012/08/2011emissions-300x132.jpg>

Aconteceu, finalmente, a primeira reunião oficial do Fundo Verde para o Clima, um fundo das Nações Unidas destinado a mobilizar recursos para ajudar os países em desenvolvimento a atenuar o impacto do aquecimento global, entre os dias 23 e 25 passados, em Genebra, Suíça.

O GCF irá definir como fornecer aos países em desenvolvimento o acesso simplificado e melhorado ao financiamento das alterações climáticas, bem como proporcionar-lhes apoio para limitar ou reduzir suas emissões de gases de efeito estufa e se adaptar aos impactos da mudança climática.

O tal fundo, que nem sede tem ainda, sente a 'pouca importância' que lhe é dado por grandes países ao não ter, até hoje, completado os membros de suas 24 cadeiras. Ou seja, tudo ficou no discurso muito antes da Rio+20.

Fonte: Blog do Otávio Auler > Notícias(<http://wp.clicrbs.com.br/otavioauler/2012/08/27/1%C2%AA-reuniao-do-fundo-verde-para-o-clima/?topo=67,2,18,,67>)

28/08/2012

Nova aferição do PIB

Os indicadores do crescimento brasileiro deverão passar a considerar aspectos ambientais e sociais. Em audiência pública realizada na manhã desta terça-feira (28), no Senado, representantes do Legislativo e de universidades discutiram a criação do novo índice como forma de substituir a medição do Produto Interno Bruto (PIB). A iniciativa é um desdobramento das discussões da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

A mudança tem o objetivo de estimular o desenvolvimento sustentável e mudar os padrões de produção e consumo. “Existem diferentes indicadores de riquezas. O PIB é um dado representativo para os valores do século passado, e não para a sociedade complexa em que vivemos atualmente”, defendeu o professor Ladislau Dowbor, da PUC-SP, um dos participantes da sessão da Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Consequências

O índice de crescimento baseado em valores ambientais, no entanto, ainda precisa ser formulado. De acordo com o presidente da CMA, senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), representantes de órgãos técnicos e estatísticos serão consultados para definir a forma sobre como será realizado o cálculo. “O PIB mede a movimentação da economia e desconsidera as consequências”, disse. “Alguns desses fatores, porém, contribuem para a piora na qualidade de vida”.

Entre as conclusões da Rio +20, houve a identificação das limitações do PIB por representar a soma de bens e serviços finais produzidos por um país. Com a criação do índice, a intenção é incluir a valorização monetária do capital natural nos cálculos que servem como termômetro do crescimento das nações.

Fonte: Lucas Tolentino do MMA/[AmbienteBrasil](http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2012/08/29/86842-nova-afericao-do-pib.html)(<http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2012/08/29/86842-nova-afericao-do-pib.html>)

28/08/2012

Indústria com menos emissões

Acordo entre a CNI e os dois ministérios inaugura um novo modelo de gestão na área de meio ambiente, segundo o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

da Redação



Foto: Divulgação

Fonte: <http://www.brasilnoclima.org.br/imagem.kmf?img=18796512m.jpg&tipo=1&s=1>

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) fechou, na semana passada, parceria inédita com o governo federal para a implantação de um plano que visa reduzir as emissões de carbono do setor. O Acordo de Cooperação Técnica prevê a realização de estudos setoriais e a discussão de contrapartidas econômicas para as ações de mitigação. Com o documento, assinado na CNI pelo presidente da entidade, Robson Braga de Andrade, e pelos ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Fernando Pimentel, e de Meio Ambiente (MMA), Izabella Teixeira, a CNI vai apresentar as oportunidades e desafios da indústria para tornar viável o cumprimento de metas.

“A indústria está engajada no desafio da mudança climática, e esse cenário deve ter como pano de fundo a manutenção da competitividade do setor e atendimento das necessidades básicas da população”, destacou Andrade. Segundo ele, a meta definida no plano do governo federal, de redução de 5% das emissões em relação ao previsto para 2020, vai impactar de forma diferenciada os setores da indústria e, por isso, existe a necessidade de se realizar estudos e analisar cenários. “Precisamos verificar os custos, gerar novas tecnologias e observar, principalmente, as oportunidades de negócios que vão surgir para cada uma das áreas envolvidas”, disse o presidente da CNI.

Para Pimentel, o acordo entre a CNI e os dois ministérios inaugura um novo modelo de gestão na área de meio ambiente, em que governo e indústria vão trabalhar juntos para a construção de políticas efetivas. “As questões de meio ambiente viraram uma peça fundamental na agenda econômica do país. É importante deixar claro que a indústria brasileira está construindo sua competitividade em outro patamar e um dos pilares é a sustentabilidade”, afirmou o ministro do Desenvolvimento.

Contrapartida – Ciente de que o processo de adaptação das empresas para se tornarem menos poluentes requer investimentos, Izabella Teixeira, ressaltou ser fundamental que questões ambientais não sejam um entrave ao crescimento do país. “Queremos criar condições para um bom resultado em termos climáticos e também para geração de emprego e competitividade”, disse. Em relação a apoio para a indústria, a ministra do Meio Ambiente lembrou que o Fundo Clima, que vem do lucro de petróleo, deve chegar a R\$ 1 bilhão em 2014. Hoje, esse valor é de R\$ 560 milhões.

A parceria entre a CNI, MDIC e MMA tem vigência até o fim de 2015. Os três trabalharão juntos na implantação e ajustes necessários do Plano Indústria – Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas do Setor Industrial, cujas diretrizes foram elaboradas pelo governo federal. O Plano prevê a meta de 5% para sete setores da indústria – alumínio, cimento, papel e celulose, químico, cal, vidro e ferro-gusa (aço). Pelo acordo, a CNI será o interlocutor com o governo federal e já está prevista a realização de inventários de emissões e estudos sobre o impacto das mudanças necessárias.

Segundo a diretora de Relações Institucionais da CNI, Mônica Messenberg, o setor produtivo avançou muito em sustentabilidade nos últimos anos. “O empresário moderno já enxerga a sustentabilidade como um fator

fundamental para o futuro de sua empresa e está ciente de que qualquer adaptação requer investimentos. Precisamos discutir junto ao governo federal contrapartidas ao setor que viabilizem as mudanças sem que a indústria nacional perca competitividade”, destaca Mônica.

Comissão – Na cerimônia de assinatura do acordo, o ministro do Desenvolvimento anunciou a criação da Comissão Técnica do Plano Indústria, que contará com a participação da CNI e associações setoriais envolvidas no processo. Esta comissão será um fórum de debate e articulação para o cumprimento das metas.

O Plano Indústria é uma iniciativa do governo federal dentro da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e foi colocado em consulta pública até o último dia 15 de agosto. Além deste plano, que contempla sete setores da indústria, outros setores foram eleitos para cumprirem planos próprios, como energia e siderurgia. Está em elaboração também o de mineração.

Fonte: [Rio Climate Change > Notícias > Clipping > Ambiente e Energia - RS](http://www.brasilnoclima.org.br/noticia.kmf?cod=18796512&indice=0)(<http://www.brasilnoclima.org.br/noticia.kmf?cod=18796512&indice=0>)

29/08/2012

Prefeitos e especialistas discordam sobre viabilidade de cidades sustentáveis sem verba federal

por Tadeu Breda, da Rede Brasil Atual



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/08/cidade-sustentavel2.jpg?9d7bd4>

Prefeitos e especialistas em sustentabilidade discordaram na última quinta-feira (23) sobre a capacidade dos municípios brasileiros de construir cidades mais sustentáveis independentemente da liberação de verbas federais e estaduais. As discussões ocorreram durante o lançamento de uma publicação do Programa Cidades Sustentáveis com 100 metas mínimas para que os próximos prefeitos e vereadores incrementem a qualidade de vida nos municípios que irão administrar até 2016.

O documento sugere quais objetivos devem ser perseguidos (universalização do Saneamento básico, extinção do analfabetismo, ampliação de áreas verdes etc.) e estipula indicadores para que as políticas públicas sejam constantemente avaliadas em cada área do governo. Também cita algumas cidades do Brasil e do mundo que encontraram soluções criativas para os problemas que afetavam a rotina de seus cidadãos.

“Existe uma falsa premissa de que é preciso muito dinheiro para promover qualidade de vida”, defende o jornalista André Trigueiro, especialista em sustentabilidade. “Muitas decisões podem ter lugar no próprio município e prescindir do amparo das verbas federais.” Trigueiro lembra que algumas cidades têm conseguido bons resultados na área ambiental, por exemplo, firmando pactos com a sociedade civil e estimulando o engajamento da população em causas comuns, como o desmatamento.

Para reduzir a dependência das verbas de Brasília, pontua o jornalista, a área fiscal pode ser um ponto de partida interessante. “Com o chamado IPTU Verde é possível. É bom senso, e faz a diferença.” O IPTU Verde beneficiaria proprietários de imóveis elaborar regras de isenção do imposto predial para o cidadão que queira trabalhar a favor de metas e indicadores ecológicos”, ilustra. “Isso não requer grandes recursos. que, entre outras ações, reciclasse todo seu lixo, reduzisse Consumo de água ou plantasse árvores.

“Ao menos 14 estados que já adotaram o ICMS ecológico, que submete o repasse de recursos estaduais para o município a um critério de pontuação em destinação correta do lixo, proteção de mananciais e nascentes, saúde das Bacias Hidrográficas e áreas verdes”, complementa André Trigueiro. “Os municípios são ranqueados e os que estiverem em melhor colocação farão jus a um repasse mais calórico de recursos. Isso ajuda.”

Mas nem todos concordam. “As limitações financeiras existem e devem ser levadas em conta quando formos cobrar os prefeitos sobre o cumprimento das metas de sustentabilidade”, argumenta Emídio de Souza, que administra a cidade de Osasco, na Região Metropolitana de São Paulo, e é um dos coordenadores da Frente Nacional dos Prefeitos. “A adesão dos candidatos ao compromisso é importante, mas, depois das eleições, temos de ajudá-los a cumpri-lo.”

Emídio resgata a importância da articulação entre município, estado e união para a execução de políticas públicas. Até porque, lembra, a maioria das cidades brasileiras depende dos investimentos estaduais e

federais para tirar seus projetos do papel. “Há boas experiências pelo Brasil e pelo mundo, mas a falta de recursos próprios é real. Não é apenas uma questão de que o prefeito não faz porque não quer.”

O representante da Frente Nacional de Prefeitos explica que cidades encravadas em regiões metropolitanas enfrentam um desafio especial, uma vez que suas dinâmicas – e seus problemas – muitas vezes dependem da relação com outros municípios. Em algumas, o nível de urbanização é tamanho que já não existe zona rural, e a falta de espaço é crônica. “As cidades devem se reinventar dentro das condições que possuem. Por isso, a concertação entre as diferentes esferas de poder é tão importante.”

O presidente da Associação Brasileira de Municípios, Eduardo Tadeu, mandatário de Várzea Paulista (SP), pontuou ainda que, em alguns casos, os executivos também se veem travados pelo sistema político e eleitoral. “Temos de pensar numa reforma política, porque os prefeitos são eleitos dentro de um sistema rígido que pode engessá-los.”

No entanto, nada justifica determinadas posturas, como o apoio que muitos prefeitos prestaram aos ruralistas durante a votação do novo Código Florestal – é o que diz Vicente Andreu Guillo, presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), que representou a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, durante o lançamento das metas do Programa Cidades Sustentáveis. Guillo compreende que muitos municípios dependem da agricultura para sustentar suas economias e empregar suas populações, mas não está de acordo com prefeitos que decretaram todo território municipal como área urbana, mesmo sem sê-lo, apenas para escapar das determinações do novo código.

“Além de assinar o documento sobre sustentabilidade, gostaria que os prefeitos também se comprometessem com questões concretas e políticas”, pediu. “O Código Florestal tem uma grande repercussão e rebatimento na questão urbana – e a batalha ainda não está concluída.” O presidente da ANA destacou o caso de Maringá (PR), um município que vive da produção de grãos, mas onde uma articulação entre poder público e sociedade civil garantiu conquistas ambientais que superam os mínimos determinados pelas leis federais – e também pelo Código Florestal que está em discussão.

“Enquanto se debate no Congresso Nacional se a área de proteção dos fundos de vale passa de 30 para 15 metros no perímetro urbano, lá em Maringá passamos de 30 para 60 metros. Ninguém pode nos impedir de fazer isso”, lembrou o prefeito da cidade, Sílvio Barros. “Se há uma autoridade que pode ajudar na construção de um mundo sustentável, essa autoridade é o prefeito, mais do que os presidentes e os governadores. O prefeito tem mais autonomia e proximidade com a população para promover as mudanças.”

** Publicado originalmente no site da Rede Brasil Atual e retirado do site Mercado Ético(<http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/prefeitos-e-especialistas-discordam-sobre-viabilidade-de-cidades-sustentaveis-sem-verba-federal/>).*

Fonte: Mercado Ético/Envolverde(http://envolverde.com.br/noticias/prefeitos-e-especialistas-discordam-sobre-viabilidade-de-cidades-sustentaveis-sem-verba-federal/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=29)

29/08/2012

Arquitetos projetam bairro sustentável em Copenhague

por Redação do CicloVivo



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/08/bairro.jpg?9d7bd4>

O escritório dinamarquês de arquitetura Tredje Natur elaborou o projeto de um bairro verde, na capital Copenhague. A proposta consiste em criar uma estrutura adequada para suportar os efeitos das mudanças climáticas nos próximos anos.

A ideia dos arquitetos é mostrar como a cidade pode ser organizada de modo que seja possível gerenciar a água da chuva, aproveitar melhor o espaço e oferecer opções sustentáveis à comunidade local. O projeto seria aplicado a um bairro já existente, que passaria por um processo de recuperação.

Uma das consequências mais temidas nas mudanças climáticas é o aumento das precipitações. “O aumento das chuvas é um grande desafio para a nossa cidade. Mas, por enfrentar o desafio da forma correta, podemos proteger a cidade de aguaceiros e ao mesmo tempo trazer novos valores recreativos à cidade”, falou a secretária municipal de Tecnologia e Meio Ambiente, Ayfer Baykal.

É justamente isso que os arquitetos esperam fazer na área de 50 mil metros quadrados, desenvolver um novo espaço urbano. O bairro deve mesclar de maneira bastante equilibrada as áreas construídas e florestadas. Centenas de espécies de plantas garantirão o melhor controle do microclima, biodiversidade e também da gestão da água da chuva. Além disso, deixarão o local mais atrativo e agradável aos visitantes e moradores.

A água foi um dos temas mais trabalhados no projeto dinamarquês. O destaque deve-se ao fato de que grandes cidades constantemente sofrem com os efeitos das chuvas, que resultam em inundações e sobrecarga nos sistemas de esgoto e gestão das águas.

Para evitar estes problemas, as ciclovias servirão como canais de águas pluviais, o bairro contará com torres de água, telhados verdes, jardins urbanos e canais que levam a água para fora do bairro.

A região é densamente povoada, mas a intenção é transformá-la em uma vitrine para tecnologias de adaptação climática. “Nossos principais conceitos são movidos pela noção de que um projeto coerente e natural cria estratégias mais poderosas e soluções para o bairro como um todo, mas também compreendem uma sensibilidade para espaços individuais, lugares e pessoas que moram na área”, explicou Ole Schröder, sócio do Tredje Natur.

* Com informações do Archdaily.

** Publicado originalmente no site *CicloVivo* e retirado do site *Mercado Ético* (<http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/arquitetos-projetam-bairro-sustentavel-em-copenhague/>).

Fonte: Mercado Ético/Envolverde (http://envolverde.com.br/noticias/arquitetos-projetam-bairro-sustentavel-em-copenhague/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=29)

31/08/2012

Ciência é peça-chave para o desenvolvimento sustentável

por Karina Toledo



"É crucial ouvir a voz da ciência ao tratar de problemas mundiais, pois esse é o meio mais bem-sucedido de criação do conhecimento", disse Michael Clegg, presidente da Ianas, no 1º Encontro Preparatório para o Fórum Mundial de Ciência 2013

Foto: Eduardo Cesar/FAPESP

Fonte: http://www.agencia.fapesp.br/fotos/2012/35/foto_dentro16118_1.jpg

Agência FAPESP – Para que o desenvolvimento global seja possível, a ciência e os cientistas precisam atingir um grau maior de influência em todo o mundo, afirmou Michael Clegg, presidente da Rede Interamericana das Academias de Ciência (Ianas, na sigla em inglês), durante a abertura do 1º Encontro Preparatório para o Fórum Mundial de Ciência 2013, realizado na sede da FAPESP entre 29 e 31 de agosto.

A humanidade, afirmou Clegg, enfrentará grandes desafios no século 21, como mudanças climáticas, doenças emergentes, crescimento populacional e as consequentes dificuldades no abastecimento de alimentos, água e energia.

"É crucial ouvir a voz da ciência ao tratar de problemas mundiais, pois esse é o meio mais bem-sucedido de criação do conhecimento e lida exclusivamente com argumentos baseados em evidências", disse.

Embora muitos problemas sejam globais, de acordo com Clegg, a adoção de soluções deve ocorrer no âmbito nacional e, portanto, as academias de ciência locais cumprem um papel importante.

"São instituições livres de interferência política, com credibilidade para informar o público e os tomadores de decisão sobre problemas iminentes e potenciais soluções", avaliou.

Clegg propôs a adoção de uma agenda comum para as academias de ciência, que inclui itens como fornecer conselhos sobre ciência e tecnologia para os governantes, encorajar novos centros de excelência nas áreas de interesse das nações e promover a evolução dos programas educacionais.

Também estiveram presentes na cerimônia de abertura do encontro Marco Antonio Raupp, ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Jacob Palis, presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), e Helena Nader, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A FAPESP foi representada por Celso Lafer, presidente, José Arana Varela, diretor-presidente do Conselho Técnico-Administrativo, e Carlos Henrique de Brito Cruz, diretor científico.

O Fórum Mundial da Ciência 2013 ocorrerá no Rio de Janeiro, com organização da Academia de Ciências da Hungria, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o International Council for Science (ICSU), a Academy of Sciences for the Developing World (TWAS), a European Academies Science Advisory Council (EASAC), a American Association for the Advancement of Science (AAAS) e a ABC. O Fórum tem a missão de promover o debate entre comunidade científica e sociedade.

"A realização do Fórum Mundial da Ciência no Brasil em 2013 dará grande visibilidade à ciência brasileira. É um indício de que conquistamos legitimidade e uma forte presença internacional", disse Palis.

Nader destacou o trabalho de todas as academias de ciência da América Latina para que o fórum seja realizado fora da Hungria pela primeira vez. “Como esse evento é voltado a uma plateia mais restrita, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação resolveu organizar encontros preparatórios para fazer a discussão sobre a ciência reverberar pelo país”, disse.

Além de São Paulo, serão realizados ao longo do ano encontros em Belo Horizonte, Salvador, Recife, Manaus, Porto Alegre e Brasília. Ao fim do debate nacional, as proposições e principais conclusões sobre o papel da ciência no desenvolvimento global serão consolidadas em um documento que será divulgado antes da reunião internacional no Rio de Janeiro em novembro de 2013.

Evolução da ciência brasileira

Brito Cruz ressaltou a satisfação da FAPESP em dar início às discussões sobre o Fórum Mundial da Ciência no Brasil. “A escolha do país vem em reconhecimento de nossa evolução no que diz respeito à ciência e tecnologia, notável nos últimos anos. Uma das mudanças importantes tem sido o aumento do papel das empresas na atividade científica”, ressaltou.

O crescimento da produção brasileira no setor também foi destacado pelo ministro Raupp. Segundo ele, os gastos do país com pesquisa e desenvolvimento cresceram 85% nos últimos dez anos, embora ainda estejam aquém do ideal.

O número de grupos de pesquisa registrados no CNPq, disse o ministro, saltou de 12 mil em 2000 para mais de 27 mil em 2012 – aumento de 134%. O número de artigos publicados em revistas internacionais passou de 3,5 mil em 1990 (0,63% da produção científica mundial) para 32,1 mil em 2009 (2,69% da produção mundial).

De acordo com Raupp, a expectativa é que o Fórum Mundial contribua para acelerar a corrida do país em direção ao desenvolvimento sustentado. “O Brasil está rumando para a nova economia, cujos pré-requisitos são competitividade e sustentabilidade, que só se alcança com o uso intensivo do conhecimento científico e tecnológico.”

Fonte: [Agência FAPESP > Notícias > Especiais](http://agencia.fapesp.br/16118)(<http://agencia.fapesp.br/16118>)

2012

Setembro

01/09/2012

Combate à desertificação não é prioridade de governos, diz especialista

por Thais Leitão, Repórter da Agência Brasil



Fonte:

http://agenciabrasil.ebc.com.br/sites/_agenciabrasil/files/imagecache/300x225/gallery_assist/25/gallery_assist702418/prev/0845VC6230A.jpg

Brasília – Embora o combate à desertificação seja fundamental à implementação de uma agenda consistente para o desenvolvimento sustentável, o tema ainda não é visto como prioridade pelos governos mundialmente. A avaliação é do presidente do Comitê Científico da Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos de Secas (UNCCD), Antônio Rocha Magalhães.

Segundo ele, os impactos da seca são cada vez mais severos e a interferência humana, promovendo desmatamento e erosão, por exemplo, contribui para a piora do cenário. Magalhães argumenta que a prevenção e o combate à desertificação estão diretamente relacionados aos esforços para erradicação da pobreza.

“Cerca de 2 bilhões de pessoas vivem em áreas secas, sujeitas à desertificação, que representam 40% do território mundial. Essas áreas concentram 60% da pobreza mundial, por isso, quando se fala em erradicação de pobreza tem que se olhar em particular para essas regiões. Por serem mais pobres, com recursos naturais menos promissores e atividades agrícolas mais arriscadas por causa do déficit hídrico, elas não conseguem atrair apoio político forte”, afirmou.

Antônio Rocha Magalhães, que também é assessor do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), organização social supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, alertou que os recursos investidos para prevenir a desertificação são “muito menores” do que os prejuízos trazidos pelo problema.

Ele lembrou que, no ano que vem, o Brasil vai sediar a 2ª Conferência Científica da Convenção das Nações Unidas sobre Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos de Secas (UNCCD). Durante o encontro, que faz parte do calendário oficial das Nações Unidas, serão avaliados os impactos econômicos do combate à desertificação e da implementação de políticas de mitigação de efeitos de seca.

“O que já se sabe de antemão é que o custo de não se fazer nada é muito maior, porque os impactos futuros esperados, diante do aumento da pressão sobre essas regiões, devem impor prejuízos econômicos, sociais e ambientais muito maiores do que o que seria necessário para implementar políticas de prevenção”, enfatizou.

Entre as principais consequências da degradação dessas terras estão as perdas para o setor agrícola, com o comprometimento da produção de alimentos; a extinção de espécies nativas; o agravamento da desnutrição da população local; baixo nível educacional e a concentração de renda.

O presidente do Comitê Científico da UNCCD, destacou que no Brasil o processo de desertificação atinge várias regiões principalmente do Nordeste. Os chamados núcleos de desertificação, onde a situação de

degradação é mais crítica, são: Seridó, no Rio Grande do Norte, na divisa com a Paraíba; Irauçuba, no Ceará; Gilbués, no Piauí; e Cabrobó, em Pernambuco.

Magalhães ressaltou, no entanto, que o quadro mais grave mundialmente é observado na África. No continente, “a situação de pobreza é maior e é agravada pelas diferenças políticas e étnicas”, o que dificulta a implementação de uma agenda de desenvolvimento sustentável para a região.

Além disso, as projeções populacionais preveem manutenção do crescimento, enquanto no Brasil o ritmo [de crescimento populacional] já diminuiu e já se vislumbra uma estabilidade da população. Na África, ele continua explodindo, com taxas de até 4% ao ano em alguns países”, ressaltou.

Magalhães enfatizou que esse quadro “justifica os esforços do Brasil em estabelecer uma cooperação com a África”.

No dia 20 de junho deste ano, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, foi firmado um acordo tripartite para o combate à desertificação da África, formado por Brasil, França e um bloco de países do continente. Na oportunidade, foi lançado edital de seleção de projetos de pesquisa sobre o tema no valor de 1 milhão de euros (cerca de R\$ 2,6 milhões).

Edição: Talita Cavalcante

Fonte: [EBC > Notícias > Meio Ambiente](http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-09-01/combate-desertificacao-nao-e-prioridade-de-governos-diz-especialista)(<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-09-01/combate-desertificacao-nao-e-prioridade-de-governos-diz-especialista>)

01/09/2012

Manejo adequado e conscientização são armas para combater desertificação, que já atinge 15% do território brasileiro

por *Thais Leitão, Repórter da Agência Brasil*



Fonte:

http://agenciabrasil.ebc.com.br/sites/_agenciabrasil/files/imagecache/300x225/gallery_assist/25/gallery_assist702418/prev/0845VC6234A.jpg

Brasília – Com aproximadamente 1,3 milhão de quilômetros quadrados do seu território sob risco de se transformar em deserto, pensar o uso correto da terra é cada vez mais urgente ao Brasil. Dados do Instituto Nacional do Semiárido (Insa), órgão ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, mostram que a área suscetível chega a 15% do território nacional e envolve 1.488 municípios em nove estados da Região Semiárida do Nordeste brasileiro, do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.

De acordo com o coordenador da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), Naidison Batista, a conscientização dos agricultores sobre o manejo adequado da terra somada à difusão de tecnologias adaptadas ao Semiárido são elementos fundamentais para combater o processo de desertificação no país. Para isso, Batista defende o uso das técnicas agroecológicas no combate e prevenção à desertificação.

“O enfrentamento desse processo tem que ser feito por meio da prevenção e não remediando [o problema]. E nessa luta, a aplicação das práticas da agroecologia são fundamentais, porque elas preconizam o cuidado com a terra, a compreensão de que é preciso usufruir dela sem esgotá-la, sem objetivar apenas o lucro”, argumentou.

Ele acrescentou que a lógica do agronegócio, baseada na monocultura e no uso de agrotóxicos, contribui em grande parte para a degradação do solo, mas alertou que toda a humanidade é responsável por tentar conter esse processo.

“O homem do campo tem que entender que suas práticas têm impacto sobre a natureza, mas o homem da cidade também precisa saber que suas ações também têm consequências. É preciso não desperdiçar água em banhos demorados ou em lavagens prolongadas de carros, por exemplo, exaurir rios e mananciais, entre outros”, afirmou.

Segundo Naidison Batista, já existem muitas tecnologias sendo usadas no Semiárido e com resultados positivos. Uma delas, o Programa Um Milhão de Cisternas, implementado pela ASA, em parceria com o governo federal, agências de cooperação e empresas privadas, permite captar a água da chuva para consumo humano por meio de cisternas de placas de cimento. A infraestrutura, com capacidade para 16 bilhões de litros de água, já está presente nas casas de aproximadamente 600 mil famílias.

Menos conhecida e difundida é a saída encontrada pela pequena agricultora paraibana Angineide de Macedo, de 42 anos. Após acompanhar o processo de degradação de sua propriedade, de aproximadamente dois hectares, ela conheceu, com a ajuda de uma organização não governamental local, os benefícios do cultivo do nim indiano. A planta, que tem crescimento rápido e atinge uma altura de 8 metros em três anos, ajudou a reverter as consequências da desertificação no local e a salvar a plantação de ervas medicinais que, segundo a agricultora, estava bastante prejudicada.

“As plantas não resistiam muito, porque o sol castigava e elas morriam. Agora, com o nim, elas têm sombra e ficam protegidas do vento. As crianças também melhoraram, porque agora têm sombra para brincar e não ficam tão doentes com a poeira”, contou ela, que também planta em sua propriedade hortaliças e legumes.

Edição: Talita Cavalcante

Fonte: [EBC > Notícias > Meio Ambiente](http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-09-01/manejo-adequado-e-conscientizacao-sao-armas-para-combater-desertificacao-que-ja-atinge-15-do-territor)(<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-09-01/manejo-adequado-e-conscientizacao-sao-armas-para-combater-desertificacao-que-ja-atinge-15-do-territor>)

04/09/2012

Ciência é peça-chave para o desenvolvimento sustentável

por Karina Toledo, da Agência Fapesp



"É crucial ouvir a voz da ciência ao tratar de problemas mundiais, pois esse é o meio mais bem-sucedido de criação do conhecimento", disse Michael Clegg, presidente da Ianas, no 1º Encontro Preparatório para o Fórum Mundial de Ciência 2013.

Foto: Eduardo Cesar/FAPESP

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/09/ciencia.jpg?9d7bd4>

Agência Fapesp – Para que o desenvolvimento global seja possível, a ciência e os cientistas precisam atingir um grau maior de influência em todo o mundo, afirmou Michael Clegg, presidente da Rede Interamericana das Academias de Ciência (Ianas, na sigla em inglês), durante a abertura do 1º Encontro Preparatório para o Fórum Mundial de Ciência 2013, realizado na sede da Fapesp entre 29 e 31 de agosto. A humanidade, afirmou Clegg, enfrentará grandes desafios no século 21, como mudanças climáticas, doenças emergentes, crescimento populacional e as consequentes dificuldades no abastecimento de alimentos, água e energia.

"É crucial ouvir a voz da ciência ao tratar de problemas mundiais, pois esse é o meio mais bem-sucedido de criação do conhecimento e lida exclusivamente com argumentos baseados em evidências", disse.

Embora muitos problemas sejam globais, de acordo com Clegg, a adoção de soluções deve ocorrer no âmbito nacional e, portanto, as academias de ciência locais cumprem um papel importante.

"São instituições livres de interferência política, com credibilidade para informar o público e os tomadores de decisão sobre problemas iminentes e potenciais soluções", avaliou.

Clegg propôs a adoção de uma agenda comum para as academias de ciência, que inclui itens como fornecer conselhos sobre ciência e tecnologia para os governantes, encorajar novos centros de excelência nas áreas de interesse das nações e promover a evolução dos programas educacionais.

Também estiveram presentes na cerimônia de abertura do encontro Marco Antonio Raupp, ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Jacob Palis, presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), e Helena Nader, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A Fapesp foi representada por Celso Lafer, presidente, José Arana Varela, diretor-presidente do Conselho Técnico-Administrativo, e Carlos Henrique de Brito Cruz, diretor científico.

O Fórum Mundial da Ciência 2013 ocorrerá no Rio de Janeiro, com organização da Academia de Ciências da Hungria, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o International Council for Science (ICSU), a Academy of Sciences for the Developing World (TWAS), a European Academies Science Advisory Council (EASAC), a American Association for the Advancement of Science (AAAS) e a ABC. O Fórum tem a missão de promover o debate entre comunidade científica e sociedade.

"A realização do Fórum Mundial da Ciência no Brasil em 2013 dará grande visibilidade à ciência brasileira. É um indício de que conquistamos legitimidade e uma forte presença internacional", disse Palis.

Nader destacou o trabalho de todas as academias de ciência da América Latina para que o fórum seja realizado fora da Hungria pela primeira vez. “Como esse evento é voltado a uma plateia mais restrita, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação resolveu organizar encontros preparatórios para fazer a discussão sobre a ciência reverberar pelo país”, disse.

Além de São Paulo, serão realizados ao longo do ano encontros em Belo Horizonte, Salvador, Recife, Manaus, Porto Alegre e Brasília. Ao fim do debate nacional, as proposições e principais conclusões sobre o papel da ciência no desenvolvimento global serão consolidadas em um documento que será divulgado antes da reunião internacional no Rio de Janeiro em novembro de 2013.

Evolução da ciência brasileira

Brito Cruz ressaltou a satisfação da FAPESP em dar início às discussões sobre o Fórum Mundial da Ciência no Brasil. “A escolha do país vem em reconhecimento de nossa evolução no que diz respeito à ciência e tecnologia, notável nos últimos anos. Uma das mudanças importantes tem sido o aumento do papel das empresas na atividade científica”, ressaltou.

O crescimento da produção brasileira no setor também foi destacado pelo ministro Raupp. Segundo ele, os gastos do país com pesquisa e desenvolvimento cresceram 85% nos últimos dez anos, embora ainda estejam aquém do ideal.

O número de grupos de pesquisa registrados no CNPq, disse o ministro, saltou de 12 mil em 2000 para mais de 27 mil em 2012 – aumento de 134%. O número de artigos publicados em revistas internacionais passou de 3,5 mil em 1990 (0,63% da produção científica mundial) para 32,1 mil em 2009 (2,69% da produção mundial).

De acordo com Raupp, a expectativa é que o Fórum Mundial contribua para acelerar a corrida do país em direção ao desenvolvimento sustentado. “O Brasil está rumando para a nova economia, cujos pré-requisitos são competitividade e sustentabilidade, que só se alcança com o uso intensivo do conhecimento científico e tecnológico.”

** Publicado originalmente no site Agência Fapesp(<http://agencia.fapesp.br/16118>).*

Fonte: Agência Fapesp/Envolverde(http://envolverde.com.br/noticias/ciencia-e-peca-chave-para-o-desenvolvimento-sustentavel/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=04)

04/09/2012

As bases para uma política econômica alternativa

por Guillermo Almeyra*



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/09/e4.jpg?9d7bd4>

O fato de que seja impossível cortar com um só golpe a dependência em relação ao capital financeiro não significa que não haja outro remédio do que exportar soja, apelar à mineração depredadora, dedicar terras aptas a produzir alimentos para o cultivo de biocombustíveis para a poluente indústria automobilística. É possível, ao invés disso, adotar medidas que reduzam a dependência em relação a um pequeno grupo de grandes empresas que controlam a economia. O artigo é de Guillermo Almeyra.

Os governos chamados “progressistas” mantêm laços estreitos com o capital financeiro internacional e seguem adotando políticas neoliberais. Os Estados que eles tratam de dirigir estão em grande medida determinados e dirigidos pelas imposições do mercado mundial de mercadorias e capitais. Exportam, por exemplo, sobretudo petróleo, madeira, produtos minerais, soja e grãos alimentícios a preços fixados no exterior e por meio de grandes oligopólios transnacionais, mesclados, no melhor dos casos, com algumas empresas paraestatais mistas, como Petrobras ou YPF, já que a venezuelana PDVSA ou a mexicana Pemex são exceções e de modo nenhum a regra.

Além disso, em todos os Estados dependentes que realizam tentativas neodesenvolvimentistas, estejam ou não governados por “governos progressistas”, a terra sofre um processo de estrangeirização cada vez maior e a megamineração predadora destrói regiões inteiras e o modo de vida de seus habitantes, provocando grandes conflitos sociais. Deste modo, e em plena crise capitalista mundial que aumenta mais as tensões econômicas, a dependência se aprofunda ainda mais e o futuro segue sendo hipotecado ao capital financeiro internacional.

Obviamente, os governos não podem mudar com um golpe de mágica o caráter do Estado nem as estruturas econômicas. As mudanças são o resultado de um longo processo de transformações sociais impulsionado pela mobilização popular que, em parte, eles canalizam e orientam. Por conseguinte, é inevitável um período de transição marcado por reformas importantes, as quais, porém, não afetam senão em parte a continuidade das máculas, deformações e misérias impostas pelo entrelaçamento entre as estruturas oligárquicas de poder e as novas servidões instaladas e enraizadas pelo capital financeiro internacional.

A garantia de que esse processo de transição, inevitavelmente ziguezagueante, avance e não fique estagnado, é dada pelo impulso dos movimentos sociais que ajuda a modificar o aparato estatal a mudar as relações de forças sociais e, sobretudo, reside na independência dos mesmos frente a todas as forças capitalistas, incluindo o próprio Estado. O governo que tenta subordinar os movimentos sociais e retirar sua independência, converte suas direções em parte do aparato estatal e debilita assim sua própria base na luta por enterrar o passado e por adquirir maior independência frente o capital financeiro internacional e seus agentes.

Mas o fato de que seja impossível cortar com um só golpe a dependência em relação ao mercado mundial e ao capital financeiro não significa que não haja outro remédio do que exportar mais commodities, como a soja, apelar à mineração depredadora, dedicar terras aptas a produzir alimentos para o cultivo de biocombustíveis para a poluente indústria automobilística.

É possível, ao invés disso, adotar medidas que, ao mesmo tempo, reduzam a dependência em relação a um punhado de grandes empresas que controlam a economia e criem as condições para uma reestruturação do ambiente e do território segundo as necessidades nacionais (preservação do meio ambiente, criação de

trabalho qualificado, reordenamento do território e da utilização dos recursos que hoje são escravos do lucro empresarial e do mercado mundial).

Por exemplo, ao invés de pisotear os direitos indígenas, as autonomias e a Constituição impondo a construção do segundo braço da estrada do Tipnis em seu traçado atual, o governo boliviano poderia ter aberto esse caminho por outra região porque, ainda que essa obra fosse mais demorada, cara e difícil, teria preservado em troca sua credibilidade ante um setor importante das maiorias populares, teria demonstrado o rompimento com o decisionismo autoritário e o neodesenvolvimentismo, e teria evitado dividir o movimento campesino, fomentando o predomínio do interesse próprio sobre a construção coletiva de um novo Estado. A estrada assim construída teria cumprido com seu papel na circulação de mercadorias e na abertura da Bolívia ao comércio dos dois oceanos, mas teria reforçado um elemento potencialmente anticapitalista: a solidariedade dos diversos setores populares bolivianos, a autonomia, a construção de poderes democráticos locais.

A expropriação do setor financeiro é também uma medida reformista (que foi adotada por François Mitterrand), assim como o seria uma reforma agrária profunda que dê terra a milhões de camponeses no Brasil. Do mesmo modo, o monopólio estatal do comércio exterior, com o fim de utilizar para o desenvolvimento nacional parte dos lucros do mesmo e romper o poder dos poucos oligopólios que controlam as exportações – como fez o governo de Perón, que não era propriamente socialista, ao criar o Instituto Argentino Promotor do Intercâmbio (IAPI) – ou o controle da política cambial (aplicado pela Venezuela para evitar a exportação de capitais). Outras reformas possíveis seriam uma lei de proteção da água e dos bens comuns, assim como uma lei de fomento da agricultura familiar que, ao assentar os trabalhadores na terra, reduziria as migrações e, mediante a rotação de cultivos e sua diversificação e um uso racional da água, protegeria o ambiente, além de garantir o abastecimento alimentar nacional. Mas é evidente que este tipo de reformas não está destinado a preservar, mas sim a preparar a mudança do sistema e, portanto, o capital financeiro resiste a elas com unhas e dentes.

Obviamente, sua aplicação depende da relação de forças entre as classes que possa existir em cada país, do grau de consciência e de mobilização dos trabalhadores, da existência no seio dos governos “progressistas” – o que nem sempre é o caso – de um setor plebeu disposto a ser mais audacioso e a apoiar-se em um bloco sólido formado com os setores populares e de abrir uma via a um período turbulento de transição. O problema chave, portanto, consiste em formar esse bloco com um projeto de transição próprio e em forçar com o mesmo a separação, no magma atual dos governos “progressistas”, dos que realmente querem mudanças populares, mas se subordinam hoje aos burocratas conservadores e dos reacionários que consideram naturais as políticas do capital e sustentam que não alternativa possível a elas.

Os intelectuais que, em nome do realismo e para defender “o mal menor” aceitam sem reclamar as políticas neodesenvolvimentistas debilitam a saída popular e reforçam o grande capital. E os que, em troca, condenam justamente essas políticas, mas não oferecem outras, viáveis, teoricamente capitalistas, mas incompatíveis na realidade com o capital, são tão impotentes como os primeiros. Nem uns nem outros confiam que esse tipo de “reformas revolucionárias”, se impostas com o respaldo de uma mobilização popular, reduziriam grandemente o poder das classes dominantes e mudariam a relação de forças no país e na região.

As medidas mencionadas, mais outras, como por exemplo a unificação dos recursos de vários países para criar uma Universidade latino-americana que não forme técnicos e profissionais para o capital, mas sim os futuros defensores de um desenvolvimento científico e tecnológico anticapitalista, ou de um pólo tecnológico comum que não esteja subordinado aos interesses das empresas privadas e que estude e organize a preservação dos bens comuns e a utilização racional dos recursos, aumentariam, ao mesmo tempo, a produção e a produtividade assim o aprendizado popular de uma planificação local de recursos e necessidades para ampliar os espaços democráticos e culturais conquistados. Uma lei de controle dos trabalhadores sobre a contabilidade empresarial permitiria igualmente reduzir as suspensões e demissões e racionalizar a produção industrial, fornecendo as bases para uma reestruturação desde baixo do aparato produtivo.

A transição não pode ficar nas mãos de uns poucos iluminados. Ou ela é feita por seus beneficiários ou não será possível.

Tradução: Katarina Peixoto

* **Guillermo Almeyra** é membro do Conselho Editorial de SinPermiso.

** Publicado originalmente no site [Carta Maior](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20815) (http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20815).

Fonte: Carta Maior/Envolverde(http://envolverde.com.br/economia/artigo-economia/as-bases-para-uma-politica-economica-alternativa/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=04)

12/09/2012

Será que a Rio+20 não serviu para nada, mesmo?

*Por Ricardo Zibas**

Passados alguns meses da megaconferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável ocorrida no Rio, temos condições de avaliar com mais distanciamento (e menos “paixão”) as reais implicações do encontro. Poucas pessoas esperavam que a Rio+20 pudesse mudar o mundo. Entretanto, de uma forma modesta e inesperada, ela pode ter feito exatamente isso.

Entre os dias 20 e 22 de junho deste ano, mais de 45 mil pessoas, incluindo cerca de 100 chefes de Estado, com representantes de 180 países, se encontraram no Riocentro. Líderes da Austrália ao Zimbábwe, incluindo o primeiro-ministro chinês Wen Jiabao e o seu par francês, François Hollande, participaram, apesar de algumas ausências notáveis, como a da chanceler alemã Angela Merkel, do presidente norte-americano, Barack Obama, e do primeiro-ministro inglês, David Cameron.

O propósito do encontro era renovar o compromisso político com o desenvolvimento sustentável e endereçar os novos desafios para atingir esta meta, mas muitos acreditam que o evento falhou nesta questão. Enquanto que a primeira conferência (a Eco 92) produziu os tratados para as mudanças climáticas e para a biodiversidade, entendidos como marcos históricos, o encontro deste ano produziu um documento de 53 páginas, intitulado O futuro que queremos, o qual tem sido considerado fraco em ambição e confuso no conteúdo.

O impacto do documento pode ter sido diluído, entre outros fatores, pelo fato de a palavra “encorajar” aparecer 50 vezes no texto, mas a expressão “faremos”, apenas cinco. A palavra “apoiar” aparece 99 vezes, mas “devemos”, só em três ocasiões...

Parte da frustração pode ter sido causada pelo desejo dos organizadores de preservar o legado de 1992 e evitar um fracasso nos moldes do que aconteceu na convenção climática de Copenhagen, em 2009, de modo que o documento em seu formato final já deveria estar acordado antes que os líderes políticos chegassem. Assinar alguma coisa era visto como um resultado melhor do que não assinar nada. Isto deixou pouco espaço para ser negociado, produzindo algo no menor denominador comum, que não satisfaz praticamente ninguém.

Mas nem tudo pode ser considerado frustração, e seria um erro achar que nada de importante ocorreu na Rio+20. Aconteceram muitas ações. Elas apenas não vieram das negociações políticas e governamentais. As empresas – e alguns governos locais e regionais – assumiram este papel junto com a sociedade civil e as organizações não governamentais. Paralelamente ao que ocorria no Riocentro, acordos de US\$ 500 bilhões foram fechados nas áreas de energia renovável, mobilidade urbana, economia verde, redução de desastres naturais, desertificação, água, florestas e agricultura.

Em 1992 foram os governos que protagonizaram os acordos e empurraram as empresas para a ação. Vinte anos depois, este papel se inverteu. Desta forma, ainda que timidamente, podemos afirmar que a Rio+20 mudou o mundo, demonstrando que as empresas podem e irão abraçar as iniciativas do desenvolvimento sustentável com ou sem progresso político no nível internacional.

Por um longo período, as empresas afirmaram que os governos deveriam fornecer claramente uma perspectiva de longo prazo e um senso de direção a seguir. Elas pediram um assento na mesa de negociação e aguardaram uma resposta política, que não aconteceu, seja pelo estado em que se encontram as economias desenvolvidas, seja pela proximidade de eleições em que não se quer avançar por receio de desagradar a certos eleitores.

Muitas empresas reconheceram o impacto das megaforças da sustentabilidade em seus negócios, como a mudança climática, a escassez de água, a segurança alimentar e a urbanização massiva, e resolveram não aguardar uma decisão política. Em vez disso, estas empresas estão fazendo as próprias ações. Obviamente, nem todas as empresas já se convenceram disto. Ainda há muitas que entendem sustentabilidade como algum tipo de ação filantrópica desvirtuada de qualquer sentido do negócio. A questão é que as empresas líderes já estão agindo, e quem não fizer nada talvez não esteja mais por aqui em uma eventual Rio+40...

*Ricardo Zibas é gerente sênior da área de Mudanças Climáticas e Sustentabilidade da KPMG no Brasil.

Fonte: Jornal do Brasil (<http://www.jb.com.br/sociedade-aberta/noticias/2012/09/12/sera-que-a-rio20-nao-serviu-para-nada-mesmo/>)

12/09/2012

Conama analisa Rio+20



Izabella e Corrêa do Lago: PIB fora do cálculo

Foto: Paulo de Araújo/MMA

Fonte: http://www.mma.gov.br/media/k2/items/cache/5bb2e0920654a6ae16e9562b6234f022_S.jpg

Ministra fala sobre a importância de um novo indicador de desenvolvimento que, além de medir riquezas e custos, também trabalhe com as questões ambientais

por Rafaela Ribeiro Paulenir Constâncio

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada em junho, no Rio de Janeiro, por sugestão do Brasil, estabeleceu um processo para se definir um novo parâmetro de indicador de desenvolvimento que levará em conta as questões ambientais. “Tanto a contabilidade como os indicadores de desenvolvimento, o indicador maior que é o PIB [Produto Interno Bruto, a soma de riquezas produzidas por cada país], não traduzem, em termos de riqueza e de custos, aquilo que é apropriação das questões ambientais” afirmou a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, nesta quarta-feira (12/09) durante a 107ª Reunião do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). “Reconheceu-se a necessidade de se desenvolver uma nova métrica e foi instituído um processo para isso no âmbito da comissão de estatística da ONU, uma das decisões que poucas pessoas entenderam a envergadura”.

Participou do painel, além da ministra, o negociador chefe do Brasil, embaixador André Corrêa do Lago que fez questão de explicar que o impacto da Rio+20 “não é a Conferência em si, mas sim a agenda que ela estabelece para os próximos anos, estabelece prioridades para os próximos anos”. O embaixador fez questão de ressaltar a importância da sociedade civil nesse processo de transformação que as questões ambientais estão pedindo de forma cada vez mais urgente.

“Foi muito importante que o Brasil marcasse a relevância do papel da sociedade civil no plano da sustentabilidade, porque, no fundo, a sociedade civil pode ir mais rápido do que os governos, acrescentou Corrêa do Lago. “O que a Rio+20 fez foi abrir uma série de processos e redirecionar as ações. O documento da Rio+20 tem um impacto de mudança enorme. A continuidade disso vai depender de vontade política e da participação da sociedade civil.”

JARDIM BOTÂNICO

O reconhecimento do mais novo jardim botânico do País foi anunciado durante a reunião. É o quarto da região Centro-Oeste e fica na cidade goiana de Cavalcante, no entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. “É um marco que vai ajudar a frear a destruição do Cerrado”, afirmou o secretário de Meio Ambiente do município, Antonio Alencar.

O secretário Executivo do MMA, Francisco Gaettani, destacou a importância da inclusão do parque na Rede Nacional, formada por outros 47. “É uma boa notícia na semana do Cerrado”, disse. A articulação começou no início do ano, em meio a protestos na comunidade contra a retirada de palmeiras nativas. Em meados de agosto, o movimento pela transformação do parque ambiental municipal Lava-Pés em um jardim botânico começou a receber apoio dentro da própria rede. Bem próximo da cidade o local abriga espécies nativas e exóticas, com fitofisionomia marcada pelas beleza e diversidade de suas flores.

Mais de 60% da área do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros estão dentro do perímetro municipal, embora Cavalcante não tenha um portão de acesso à Unidade de Conservação, que é de proteção integral.

Alencar, que não tem acento no Conama, veio a Brasília a convite da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Goiás, membro do Conselho, para negociar a construção de infraestrutura necessária. Segundo ele, já existem recursos alocados para as obras, faltando apenas o aval do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, gestor do parque. “Será um avanço para o turismo sustentável do município e da região, a maior área ainda preservada do Cerrado”, avalia.

Fonte: [MMA > InfoMMA > Notícias](http://www.mma.gov.br/informma/item/8663-conama-analisa-rio-20)(<http://www.mma.gov.br/informma/item/8663-conama-analisa-rio-20>)

17/09/2012

TERRAMÉRICA – Empresas calculam sua dívida

por *Amantha Perera**



“Samsung Smart é indecente e miserável”, afirmam ativistas. Corporações sob rigoroso exame no congresso da UICN.

Foto: Amantha Perera/IPS

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/09/Am1.jpg?9d7bd4>

Desde a Revolução Industrial o mundo empresarial opera sem estimar economicamente os recursos naturais.

Jeju, Coreia do Sul, 17 de setembro de 2012 (Terramérica) – Grandes devoradoras de recursos naturais, as empresas começam a reconhecer que têm uma dívida em dólares com o planeta, e apontam o lápis para calculá-la. Em 2004, quando a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) realizou seu quarto congresso mundial, em Bangcoc, participaram apenas dois empresários importantes, recordou Peter Bakker, presidente do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD).

“Em 2008, em Barcelona, houve mais alguns. Desta vez, o que se via primeiro, ao entrar na sede do último congresso da UICN, era o pavilhão empresarial”, conta Bakker ao Terramérica. A notável presença dos negócios no Congresso Mundial da Natureza, que aconteceu entre os dias 6 e 15 deste mês em Jeju, ilha vulcânica da Coreia do Sul, é um indicador da responsabilidade que cabe ao empresariado na tarefa de salvar o meio ambiente e criar desenvolvimento sustentável.

Quando, em 1992, foi realizada a Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro, a grande novidade foi o WBCSD, que garantiu a presença do setor privado nas discussões ambientais. A ideia dominante na época postulava que os negócios eram os piores inimigos da natureza. Duas décadas mais tarde, esse pensamento evoluiu. Corporações como a gigante do cimento Holcim e firmas de porte médio como a elaboradora de chá Dilmah, do Sri Lanka, mostraram no Congresso seu rosto mais amigável com a natureza.

Porém, as boas intenções não bastam. Especialistas como Bakker afirmam que o setor tem que se atualizar e recalibrar suas operações. Grande parte da transformação consiste em considerar o impacto no entorno como elemento fundamental das decisões. Uma das principais mudanças é avaliar e atribuir um valor à pegada que cada empresa, grande ou pequena, deixa na natureza.

“Muitas companhias apresentaram um alto ciclo de aprendizagem”, afirmou Bakker. O dirigente do WBCSD alertou que, na medida em que as empresas levarem em conta essa pegada, é provável que tenham seus custos aumentados, especialmente se realizarem mudanças. “Um dos maiores desafios será analisar os efeitos sobre o capital natural. Como vamos avaliar isso?”, acrescentou. Não será fácil em um mundo onde recursos como a água costumam ter valor zero.

Pavan Sukhdev, autor do livro *Corporation 2020 – Transforming Businesses for Tomorrow's World* (Corporação 2020 – Transformação das Empresas para o Mundo de Amanhã), afirmou que, desde a Revolução Industrial, o mundo empresarial opera sem estimar economicamente os recursos naturais. É necessária uma reforma regulatória para que as normas contábeis reflitam os efeitos de cada empresa em seu entorno. “Os órgãos contábeis devem exigir das companhias que registrem esse impacto sobre o capital natural”, disse Sukhdev ao Terramérica.

Mesmo com grandes corporações, como o Walmart, realizando uma mudança semelhante, o efeito chega a uma porção limitada da população mundial, mas, se forem modificados os sistemas regulatórios, o efeito será visto em todas as partes, ressaltou Sukhdev. O autor tocou no ponto nevrálgico ao afirmar que o setor privado deve orientar-se para um modelo empresarial que não gere apenas lucro, mas ganhos humanos, sociais e naturais.

Um dos gigantes mundiais que asseguram estar nesse caminho é a Puma, companhia de calçados e roupas para esportes que está atualizando seus métodos contábeis para incluir “os custos naturais de fazer negócios”, declarou seu representante, Holly Dublin. A corporação contratou as consultorias PricewaterhouseCoopers e Trucost para desenvolverem a Conta de Ganhos e Perdas Ambientais, aplicada pela primeira vez em 2011. Em uma primeira fase, foram quantificadas as toneladas de gases causadores do efeito estufa emitidas e os metros cúbicos de água consumidos em seus negócios e operações em toda sua cadeia de fornecimento, e depois foi atribuído um valor monetário a estes itens.

Os primeiros resultados apresentaram a quantia de US\$ 185 milhões em efeitos causados nos ecossistemas e no meio ambiente durante 2010. O consumo de água e os gases-estufa geraram um impacto de quase US\$ 121 milhões. O restante, calculado em uma segunda instância, correspondeu a mudanças no uso do solo, pela produção de matérias-primas, contaminação do ar e produção de resíduos, quase todos na cadeia de fornecimento.

A Puma planeja adotar uma conta completa de perdas e ganhos ambientais e sociais na qual também calculará chuva ácida, fontes de névoa tóxica, compostos orgânicos voláteis, salários justos, geração de empregos e pagamentos de tributos. A partir de sua primeira estimativa de impactos, a empresa se comprometeu a que 100% de suas embalagens e seus invólucros sejam sustentáveis e a reduzir em 25% sua produção de carbono e seu consumo de energia e de água, até 2015.

Dublin afirmou que, desde a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em junho, a Puma se viu admirada pelo interesse de outras empresas neste sistema informatizado. Por isso acredita que, para todos disporem desse instrumento, seu “código deve ser aberto”. Entretanto, as repercussões destes esforços devem ser maiores e isso exige um ator principal, segundo Bakker: o setor empresarial de economias emergentes como Índia, China e Brasil. Com uma população de quase três bilhões de habitantes, esses gigantes devem adotar uma posição firme para não colocar em jogo o bem-estar natural em troca de um rápido desenvolvimento.

“Se não conseguirmos que estes países se desenvolvam de modo sustentável, não teremos esperanças”, destacou Bakker. Ele considera que as nações emergentes podem passar para uma via mais avançada de tecnologias verdes, com a telefonia móvel em lugar da fixa, ou fontes alternativas de energia, como o vento e o Sol, em lugar da contaminante geração térmica. “Se copiarem o consumismo do Ocidente estaremos perdidos”, enfatizou. E o WBCSD já calculou os danos desse consumismo.

Nos últimos 50 anos, se degradaram 60% dos serviços e bens que os ecossistemas naturais prestam, como água potável, fibras, alimentos, regulação do clima, controle das inundações e tratamento e purificação das águas, afirma um estudo divulgado em Jeju pelo WBCSD. O custo dessa degradação é descomunal: somente pelo desmatamento, perdemos anualmente entre US\$ 3 trilhões e US\$ 5 trilhões, diz o informe *Biodiversity and Ecosystem Services – Scaling Up Business Solutions* (Biodiversidade e Serviços de Ecossistemas – Incrementando as Soluções Empresariais). De fato, parece que a natureza tem um preço exorbitante.

* A autora é correspondente da IPS.

LINKS

[Talento a serviço de empresas sustentáveis](http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=port&idnews=2870)(<http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=port&idnews=2870>)

[Pequenas empresas sem horizonte verde](http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=port&idnews=1560)(<http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=port&idnews=1560>)

[O negócio verde](http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=port&idnews=787)(<http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=port&idnews=787>)

[Uma aposta no negócio limpo](http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=port&idnews=100)(<http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=port&idnews=100>)

[Consumismo e depredação colocam o planeta em risco](http://envolverde.com.br/noticias/consumismo-e-depredacao-colocam-o-planeta-em-risco)(<http://envolverde.com.br/noticias/consumismo-e-depredacao-colocam-o-planeta-em-risco>)

[ONU cobra responsabilidade de corporações](http://envolverde.com.br/porta/arquivo/?cod=76754)(<http://envolverde.com.br/porta/arquivo/?cod=76754>)

[Em busca do efeito dominó da responsabilidade corporativa, em espanhol](http://ipsnoticias.net/nota.asp?idnews=97604)(<http://ipsnoticias.net/nota.asp?idnews=97604>)

[Congresso Mundial da Natureza da UICN, em inglês, espanhol e francês](http://iucnworldconservationcongress.org/es/)(<http://iucnworldconservationcongress.org/es/>)

[União Internacional para a Conservação da Natureza, em inglês, espanhol e francês](http://www.iucn.org/es/)(<http://www.iucn.org/es/>)
[Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, em inglês](http://www.wbcsd.org/home.aspx)(<http://www.wbcsd.org/home.aspx>)
[Biodiversidade e Serviços de Ecossistemas – Incrementando as Soluções Empresariais, em inglês](http://www.wbcsd.org/Pages/EDocument/EDocumentDetails.aspx?ID=14923&NoSearchContextKey=true)(<http://www.wbcsd.org/Pages/EDocument/EDocumentDetails.aspx?ID=14923&NoSearchContextKey=true>)
[Holcim, em inglês](http://www.holcim.com/)(<http://www.holcim.com/>)
[Dilmah, em inglês](http://www.dilmahtea.com/)(<http://www.dilmahtea.com/>)
[Environmental Profit and Loss Account, pdf em inglês](http://about.puma.com/wp-content/themes/aboutPUMA_theme/media/pdf/2011/en/epl1116.pdf)(http://about.puma.com/wp-content/themes/aboutPUMA_theme/media/pdf/2011/en/epl1116.pdf)

Artigo produzido para o Terramérica, projeto de comunicação dos Programas das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e para o Desenvolvimento (Pnud), realizado pela Inter Press Service (IPS) e distribuído pela Agência Envolverde.

Fonte: Terramérica/[Envolverde](http://envolverde.com.br/terramerica/terramerica-empresas-calculam-sua-divida/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=17)(http://envolverde.com.br/terramerica/terramerica-empresas-calculam-sua-divida/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=17)

23/09/2012

Ao destacar Rio+20, Dilma deve cobrar compromissos para consolidar sustentabilidade

por Carolina Gonçalves e Renata Giraldi, Repórteres da Agência Brasil

Brasília – Ao mencionar, no discurso em Nova York, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, ocorrida em junho, no Rio de Janeiro, a presidenta Dilma Rousseff deve reiterar o apelo para que todos se comprometam de forma prática e objetiva com as metas fixadas há três meses. Dilma ressaltará, na Assembleia Geral da ONU, que é fundamental haver um esforço conjunto para garantir o desenvolvimento comum.

Durante a Rio+20, líderes e negociadores de mais de 190 países concordaram em fixar como prioridades o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), a criação de um Fórum Político de Alto Nível Internacional e o desenvolvimento sustentável com erradicação da pobreza.

O documento final foi considerado um avanço pelas autoridades brasileiras, mas recebeu críticas das organizações não governamentais que esperavam mais ousadia nas propostas.

Para o governo brasileiro, o desenvolvimento sustentável é a principal alternativa para melhorar a situação de vida da humanidade e do planeta. Na Rio+20, Dilma alertou que os países não podem retroceder em relação a esse modelo de desenvolvimento e que as economias devem ir além das propostas negociadas ao longo da conferência.

No seu discurso na 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas, Dilma deve retomar o tom de cobrança e exigir que os países desenvolvidas aprovem medidas mais ambiciosas de cooperação com o desenvolvimento sustentável.

O papel dos países em desenvolvimento nas negociações tem sido destacado pelo governo brasileiro. Nas últimas discussões referentes aos vários aspectos de desenvolvimento sustentável, os líderes dos países em desenvolvimento têm assumido compromissos considerados concretos pelos especialistas, como as propostas de mudanças de padrões de consumo e produção.

Ao final da Rio+20, as autoridades brasileiras e estrangeiras apresentaram uma série de metas voluntárias às decisões assumidas na declaração conjunta da conferência. A delegação anunciou o repasse de US\$ 6 milhões para o Pnuma e US\$ 10 milhões destinados ao enfrentamento das mudanças do clima nos países mais vulneráveis da África e pequenas ilhas.

Edição: Talita Cavalcante

Fonte: [EBC > Notícias > Internacional](http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-09-23/ao-destacar-rio20-dilma-deve-cobrar-compromissos-para-consolidar-sustentabilidade)(<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-09-23/ao-destacar-rio20-dilma-deve-cobrar-compromissos-para-consolidar-sustentabilidade>)

2012

Outubro

31/10/2012

Começa na ONU debate sobre novas metas de desenvolvimento

por Thalif Deen, da IPS



Uma mãe indígena e seu filho em Chihuahua, México. A ONU discute novas metas de desenvolvimento que também incluam seus direitos.

Foto: Mauricio Ramos/IPS

Fonte: <http://envolverde.com.br/porta1/wp-content/uploads/2012/10/ONU1.jpg?9d7bd4>

Nações Unidas, 31/10/2012 – Aproxima-se o vencimento do prazo para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), em 2015, e a Organização das Nações Unidas (ONU) se prepara para assumir outro plano de ação de longo prazo: as Metas de Desenvolvimento Sustentável (MDS). Mas já são notórias as diferenças de enfoque. Propostas em junho, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), as MDS são uma lista de intenções que sucederão os ODM, adotados pela Assembleia Geral da ONU em 2000.

A Assembleia Geral, de 193 membros, recebeu o mandato de designar um grupo de trabalho formado por cerca de 30 países, que terão a tarefa de articular a lista de novas metas. As recomendações feitas por esse grupo serão eventualmente integradas às conclusões de um painel de alto nível, encabeçado pelo presidente da Indonésia, Susilo Bambang Yudhoyono, e integrado também pela presidente da Libéria, Ellen Johnson Sirleaf, e pelo primeiro-ministro britânico, David Cameron.

O painel tem programada uma reunião em Londres para 1º de novembro, que será seguida por um diálogo com a sociedade civil no dia seguinte. Este último encontro será transmitido ao vivo pela internet no site www.worldwewant2015.org. Meena Raman, assessora legal da Rede do Terceiro Mundo e que participou da Rio+20, disse à IPS que qualquer nova agenda para depois de 2015 deve se basear em uma análise dos fatores que estão prejudicando ou ameaçando o desenvolvimento dos países do sul. “Apenas ter uma série de metas e objetivos, como foi o caso do enfoque inicial dos ODM, é claramente inadequado”, afirmou.

Os ODM são: combater a pobreza extrema e a fome; conseguir educação primária universal; promover a igualdade de gênero e potencializar as mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/aids, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental e fomentar uma aliança global para o desenvolvimento. Porém, a maioria das nações em desenvolvimento não alcançará vários, ou a maioria, destes objetivos até 2015.

Segundo Raman, alguns dos fatores que afetam o desenvolvimento do Sul são o sistema financeiro internacional, instável e especulativo, e o injusto regime comercial mundial. Também apontou a injustiça dos mecanismos para resolução de disputas entre investidores e o Estado, que permitem que empresas internacionais processem governos quando estes simplesmente estão protegendo interesses públicos.

Além disso, as leis sobre direitos de propriedade intelectual muitas vezes prejudicam a transferência de tecnologia e elevam os custos de artigos essenciais, acrescentou Raman. “Tudo isso agravado pela crise econômica mundial, que afeta as perspectivas de desenvolvimento”, destacou.

Consultado sobre se as MDS serão diferentes dos ODM por uma concentração maior no desenvolvimento sustentável, como seu nome implica, ou se manterão um amplo alcance, o diretor do World Resources Institute, Manish Bapna, respondeu à IPS que há dois enfoques a respeito. E afirmou que, definitivamente, ambos convergirão em um contexto que incorporará a sustentabilidade, sem perder a importância de reduzir a pobreza global e melhorar o bem-estar humano.

As propostas sobre a mesa são incrivelmente diversas, e incluem temas como biodiversidade, oceanos, cidades sustentáveis e mudanças nos padrões de consumo, bem como sugestões de metas parecidas com os ODM, focadas em pobreza, saúde, educação e gênero, explicou Bapna. Há muitos grupos da sociedade civil que pedem a inclusão de outros temas particulares, como paz, setor privado e direitos climáticos.

Para Bapna, “o desafio será estabelecer metas que sejam em menor número, mais concentradas e mais simples”. Por sua vez, Raman afirmou que “as MDS devem cobrir os três pilares (econômico, social e ambiental) de uma forma equilibrada, e não se concentrar em um só. É importante que haja um enfoque global na definição das metas, e não apenas estabelecer quais são, mas também como implementá-las”.

A ativista acrescentou que a elaboração das metas deveria estar guiada pelo documento final da Rio+20, e que qualquer defeito neste deveria ser corrigido no processo. “É necessário que a produção econômica nos países em desenvolvimento seja aprovada e não prejudicada por fatores globais como finanças, comércio injusto e os rígidos regimes de propriedade intelectual”, observou.

A renda e o emprego, complementados com boas políticas sociais, devem estar no centro das políticas de desenvolvimento, segundo Raman. “As metas e os objetivos não podem ser suficientes por si sós”, ressaltou. Por outro lado, destacou a importância da contribuição da sociedade civil, também recomendada pelo documento final da Rio+20. “Isto deve ser cumprido, e deverão existir esforços especiais para garantir a participação da sociedade civil de países em desenvolvimento”, ressaltou.

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/sociedade/comeca-na-onu-debate-sobre-novas-metas-de-desenvolvimento/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=31)(http://envolverde.com.br/sociedade/comeca-na-onu-debate-sobre-novas-metas-de-desenvolvimento/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=31)

2012

Novembro

06/11/2012

Evolução – e não apenas exaustão

por Washington Novaes*



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/11/e1.jpg?9d7bd4>

Por mais que se queira não se consegue fugir ao tema que o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, chamou durante a conferência Rio+20, em junho, de “exaustão do sistema econômico e social planetário” – 868 milhões de pessoas que passam fome todos os dias, 1,3 bilhão vivendo abaixo da linha da pobreza, população total de 7 bilhões avançada para 9 bilhões até meados do século, recursos naturais usados em ritmo superior à reposição, “crise de finitude de recursos”, impasse na produção de alimentos. Como produzir para mais 2 bilhões de pessoas no atual quadro?

Segundo a Rádio ONU, estudos do Banco Mundial dizem que, embora a pobreza venha diminuindo, 22% da população do mundo “em desenvolvimento” ainda vive com menos de US\$ 1,25 por dia (era 1,94 bilhão em 1981, baixou para 1,29 bilhão no fim da década passada; em 2015 ainda haverá 1 bilhão). Na África Subsaariana, uma em quatro pessoas na população de 856 milhões é subnutrida. Mesmo nos Estados Unidos 18,2% da população tem, segundo o Gallup, dificuldade para comprar alimentos (TV-Novosti, 28/9) – embora a própria Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) venha advertindo sobre o desperdício de 1,3 bilhão de toneladas anuais de alimentos no mundo, principalmente nos países mais ricos.

Um dos documentos mais contundentes, divulgado na semana passada em Nairóbi (Quênia) pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), diz que “os sustentáculos da segurança alimentar e da biodiversidade no mundo estão sendo minados”. É urgente, por isso, incluir na agricultura e no seu planejamento os serviços prestados pela natureza para avaliar a situação em cada lugar – da mesma forma que, na Rio+20, a Universidade da ONU propôs um novo indicador, em lugar do produto interno bruto (PIB); esse Índice de Riqueza Inclusiva, avaliando o crescimento da China entre 1990 e 2008, e incluindo a perda de recursos naturais, baixou a taxa de 422% para menos de 20%; no Brasil, o índice caiu de mais de 40% no mesmo período para 13%.

O documento do Pnuma avalia a situação nas áreas da sobrepesca, do uso insustentável da água, das práticas agrícolas que degradam o ambiente e propõe novos caminhos – como na estocagem de alimentos de pequenos produtores (para eliminar desperdícios), uso restrito de fertilizantes e pesticidas, redução da mecanização. Tudo é fundamental, diz o Pnuma, já que a agricultura provê 90% do consumo mundial de calorias e a pesca, os outros 10%. Mas, na primeira a competição pelo uso da água na irrigação, a perda da biodiversidade (com consequências na erosão e desertificação) e os desastres climáticos estão levando a situações insustentáveis. Na pesca, 55% dos estoques de espécies estão “plenamente explorados”, 32% “explorados em excesso”, 3% esgotados e 15% “moderadamente explorados”. Os habitats costeiros de espécies, recifes de corais e mangues já se reduziram quase à metade. E o aquecimento e acidificação da água são causas importantes. Também nas culturas em áreas continentais os problemas são graves.

As recomendações incluem ainda a eliminação dos subsídios à pesca (US\$ 25 bilhões a US\$ 30 bilhões anuais) e a criação de impostos pesados para a pesca irregular; na agricultura, várias práticas para a conservação do solo, da diversidade biológica, da microfauna associada à fertilidade nas culturas, a redução de fertilizantes que provocam a eutrofização, a proibição do desmatamento.

No Brasil, estudo do Ministério do Desenvolvimento Social e da Universidade Rural Federal do Rio de Janeiro tenta identificar as causas da alta dos preços dos alimentos para as camadas mais pobres da população, superior ao aumento inflacionário. E já aponta “o pico do preço do petróleo”, os baixos estoques, fatores climáticos e os sistemas de financiamento e de especulação financeira (já se mencionou neste espaço que há commodities agrícolas brasileiras que ao final de sua trajetória no “mercado futuro”, ao serem entregues concretamente ao consumo, já passaram por até 40 intermediários, cada um deles aumentando o preço). Diz ainda o estudo que, após a alta de preços, estes não retornam ao estágio anterior. Apesar de todos esses fatores, com o crescimento do salário mínimo e a ampliação dos programas de assistência às famílias de mais baixa renda no Brasil a situação nessa faixa melhorou. O Instituto Data Popular confirma que a classe E representava em 2001 cerca de 10% da população (17,3 milhões de pessoas) e em 2011 caíra para 3,6% (7 milhões).

De qualquer forma, é tudo tão preocupante que economistas da Unicamp lançaram (Carta Maior, 22/10) um Manifesto em Defesa da Civilização, no qual afirmam que vivemos um período de “profunda regressão social” nos “países ditos desenvolvidos”, com taxas muito altas de desemprego na Espanha e na Grécia. Por isso, pergunta: “Estamos vivendo crise que nega os princípios fundamentais da vida civilizada e democrática? E se isso for verdade, quanto tempo mais a humanidade suportará tamanha regressão?” Termina o texto dizendo que para não haver “uma reação inevitável, violenta e incontrollável” dos estratos mais prejudicados “é preciso colocar novamente em movimento as engrenagens da civilização”.

Talvez possa ajudar nos lembrarmos de Teilhard de Chardin (O Fenômeno Humano, Editions Du Seuil, 1955), quando diz que “avançamos, como que em meio às dores de um grande parto, que traz à memória a história de crises da humanidade” – a Guerra de Troia, a queda do Império Romano, a invasão dos bárbaros, a aventura das cruzadas, as grandes navegações, as grandes descobertas e invenções, a Revolução Russa, o existencialismo, o movimento hippie, a Teologia da Libertação. Estaríamos evoluindo “para um mais-ser, um ser mais pleno e definitivo; porque o Universo, o nosso Universo, não apenas está em evolução, mas é uma evolução”.

* **Washington Novaes** é jornalista.

** Publicado originalmente no site [O Estado de S. Paulo](http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,evolucao--e-nao--apenas-exaustao-,954539,0.htm) (<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,evolucao--e-nao--apenas-exaustao-,954539,0.htm>).

Fonte: O Estado de S. Paulo/[Envolverde](http://envolverde.com.br/economia/artigo-economia/evolucao-e-nao-apenas-exaustao/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=06) (http://envolverde.com.br/economia/artigo-economia/evolucao-e-nao-apenas-exaustao/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=06)

07/11/2012

Lições do Dr. Jorge Kayano, médico de cidades

por Fernando Rios*



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/11/s5.jpg?9d7bd4>

Para o médico sanitário Jorge Kayano, a cidade de São Paulo pede uma nova forma de gestão participativa.

O Dr. Jorge Kayano está longe de ser um doutor tradicional, desses de consultório e hospitais. Aliás, nem é chamado de doutor. Suas preocupações, evidentemente, incluem o ser humano; principalmente, o ser humano e seu espaço de sobrevivência, a cidade e suas múltiplas funções. Jorge Kayano é uma dessas raras personagens que se dedicam à humanidade e estudam maneiras de melhorar a vida das pessoas (não apenas por meio da saúde). Jorge Kayano vê o mundo através da cidade. E, na cidade, sua preocupação é contribuir para tornar os habitantes cidadãos críticos, atuantes e conscientes de seus direitos e deveres.

Nestes depoimentos, elaborados a partir de uma longa entrevista, Kayano se refere principalmente a São Paulo. Mas suas lições podem ser aplicadas a qualquer cidade, esteja ela em fase de crescimento ou já se constitua numa megalópole.

Jorge Kayano é médico sanitário formado pela Universidade de São Paulo, pesquisador do Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, atuando em duas linhas de investigação: Avaliação em Saúde e Políticas Públicas e Sistemas de Saúde.

É membro de uma das mais importantes instituições brasileiras de pesquisa sobre a cidade, o Pólis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, uma organização não-governamental sediada na capital paulista, onde foi Presidente e Diretor.

Também é membro do CEDEST – Centro de Estudo das Desigualdades Socioterritoriais, de São Paulo.

Tem atuado num variado leque de temas: equidade em saúde, participação, condições de vida, gestão municipal, indicadores sociais, controle social do orçamento público, direitos da criança e do adolescente.

Participou de várias pesquisas e consultorias para governos municipais e instituições como a Fundação Abrinq (Programa Prefeito Amigo da Criança), o Conselho Municipal de Saúde de São Paulo e a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Para Jorge Kayano, uma cidade onde vivem mais de onze milhões de habitantes, tem uma prefeitura com 27 secretarias, que criou 31 subprefeituras, onze conselhos municipais e nove coordenadorias ligadas à Secretaria Municipal de Participação e Parceria certamente tem muitos problemas de administração.

É principalmente sobre a administração de uma megalópole que Jorge Kayano discorre.

Conselho das Subprefeituras

São Paulo não implantou um Conselho que, inclusive, foi criado por lei: o conselho de representantes da comunidade junto às subprefeituras. Sempre houve muita resistência a isso. Quando as subprefeituras foram criadas, ao mesmo tempo, deveriam ter sido implantados os conselhos de representantes da comunidade. Como se fossem conselhos dos moradores de uma região da cidade. Eles teriam melhores referenciais para contribuir para propor melhoras para a administração municipal.

Esses conselhos nunca foram implantados porque, acredito, os vereadores tinham medo de que eles se constituíssem em instâncias controladoras das ações da Câmara. Eles acreditavam que os conselhos de representantes junto à prefeitura eram embriões de possíveis cidadãos mais cientes, conscientes e participativos, que poderiam querer tirar o espaço de representação da cidade que, eles julgavam, cabia aos vereadores.

Número de Subprefeituras

Com a ampliação do número de subprefeitos, de certa forma, houve uma regressão para uma situação em que eles praticamente voltaram a ser os antigos administradores regionais, que eram praticamente prestadores de serviços: limpeza, jardinagem.

Isso vai de encontro à concepção original das subprefeituras que era a descentralização do poder. Elas deveriam ser providas de recursos financeiros e promover a administração local.

Uma cidade de doze milhões de habitantes requer uma estrutura muito mais descentralizada. Isso não vingou exatamente porque, na prática, o próprio prefeito faz questão de esvaziar o poder das subprefeituras, porque ele não tem interesse em diminuir seu próprio poder.

Defendemos a existência de algum mecanismo de consulta popular para que, potencialmente, possamos chegar a algo próximo da eleição do subprefeito. Não uma eleição direta, mas que se propusesse uma lista triplíce de cidadãos de determinada região, comprometidos com os problemas locais, e o prefeito faria sua escolha. Ele estaria contemplando alguma expectativa da comunidade escolhendo nomes que responderiam melhor pela realidade local.

Os vereadores acabaram criando 31 subprefeituras mais para atender necessidades particulares, quando a proposta original era de 10. Esse número não atendia aos interesses de influência local dos vereadores. Eles negociaram que a condição para aprovar a lei era contemplar os vereadores e suas influências locais, e pulverizar a administração municipal. E ficou assim: alguns vereadores têm seus territórios, nos quais mandam, e indicam os subprefeitos.

Proposta para Subprefeituras

A realidade específica da cidade de São Paulo exige um planejamento muito diferenciado em termos de participação, por exemplo.

Deve-se levar em consideração inclusive o fato de o cidadão paulistão correr o risco de se sentir diminuído diante da grandeza da cidade. Isso poderia ser contrabalançado se se incrementasse esse conceito de administrações locais mais próximas do cidadão.

Seria uma forma de o cidadão se identificar mais e melhor tanto com a cidade quanto a sua região. Acredito que mudaria até mesmo sua identificação com o poder público. Hoje, o cidadão fica meio perdido, na medida em que temos uma série de instâncias decisórias: o prefeito, as secretarias, os conselhos municipais e as subprefeituras. Ele termina não sabendo a quem recorrer e se distancia da administração municipal.

Essa é uma das questões colocadas como desafio para ampliar a participação dos cidadãos na cidade de São Paulo.

Conselhos

Em tese, os conselhos municipais deveriam facilitar a articulação do poder executivo com as políticas públicas locais. Vou usar como exemplo a área de Saúde: se houvesse conselhos ligados às subprefeituras, dada a proximidade junto ao poder local, seria muito mais fácil os profissionais dos estabelecimentos de saúde terem mais participação na difusão de ações de prevenção a doenças nas famílias e nas escolas.

Hoje, como tudo está centralizado nas secretarias municipais, com os conselhos instalados nas próprias secretarias. Com isso, a administração acaba se tornando muito mais setorializada, centralizada, do que territorializada, descentralizada.

Descentralização e Integração de Áreas

A ideia de subprefeitura tem a ver com o conceito de diversidade de territórios com suas especificidades. Nenhum território tem necessidades particulares, isto é, precisa apenas de saúde, transportes ou assistência social. Pode ser que um setor seja mais demandado, mas cada território precisa administrar o conjunto das necessidades do cidadão: saneamento, meio ambiente, esporte, finanças etc. etc.

E esse conjunto ganha mais possibilidades de coordenação e articulação se ele estiver dialogando com a realidade local, específica de cada uma das áreas da cidade.

A adequação à realidade local é que deveria comandar o processo de descentralização. Mas não é isso que acontece.

Gestão Participativa: Planos

Numa cidade como São Paulo, a concepção de gestão participativa só tem viabilidade se se utilizar o conjunto dos instrumentos de forma adequada. Então: é preciso ter um Plano Diretor de longo prazo que contemple diretrizes e linhas principais de ação, com participação mais ampla da sociedade discutindo as linhas gerais.

E com uma Câmara Municipal com capacidade de dialogar com o Poder Executivo no detalhamento do Plano Diretor, visando o cumprimento das suas linhas gerais que atendam aos desejos e expectativas dos cidadãos.

Não é necessário, a cada momento, a cada minuto, fazer consultas à população. Para temas importantes de longo prazo, devem existir mecanismos de discussão ampla com a sociedade.

Para o cotidiano, há outro instrumento: o Plano Plurianual. É um planejamento de médio prazo, porque é criado para quatro anos. Ele deve ser coerente com as diretrizes gerais previstas no Plano Diretor e prever investimentos que extrapolem o prazo de um ano apenas. Esse é o instrumento de planejamento da cidade por excelência. O Plano Plurianual tanto deve ser coerente com o Plano Diretor quanto refletir as prioridades e promessas que o Prefeito fez quando era candidato.

E o recheio do Plano Plurianual pode e deve ser feito de forma participativa.

Gestão Participativa: Segurança

Para realizar qualquer mudança na fragmentada e inoperante gestão participativa da cidade de São Paulo, o Prefeito precisará ter uma imensa capacidade de negociação.

As subprefeituras da cidade de São Paulo foram substancialmente esvaziadas de poder. Parece que a maioria dessas subprefeituras está sendo administrada por coronéis da reserva da Polícia Militar. Houve uma espécie de redução da idéia de subprefeitura para um conceito de área de articulação dos conselhos de defesa, de segurança, os chamados CONSEGS.

O gestor, no caso, o subprefeito, tem uma formação de policial militar. Uma das áreas de preocupação dos habitantes é segurança – ninguém nega que o tema seja importante. Contudo, o que se está fazendo é, de certa forma, utilizar um instrumento de gestão na subprefeitura que privilegia os lojistas, os clubes de lojistas, dirigindo a administração regional para os estabelecimentos comerciais.

Isso, aparentemente, está associando a uma política do governo estadual que abriu a possibilidade da chamada ação complementar do policial militar nos seus horários de folga, para dar plantões e realizar serviços particulares de segurança, para aumentar seus rendimentos, já que o estado não tem condições de fazê-lo. Isso significa a legalização de uma segunda jornada de trabalho do policial militar. Neste caso, muito mais a serviço do subprefeito.

Existe um argumento que afirma que, com isso, o prefeito Gilberto Kassab teria deslocado o poder e a influência dos vereadores na designação dos subprefeitos. Em tese, contudo, isso não muda muito a relação política regional porque não impede que o subprefeito se entenda com o vereador da área.

** Fernando Rios é jornalista, publicitário, antropólogo, consultor em comunicação organizacional integrada, poeta e artista plástico.*

Fonte: O Auto/Envolverde(http://envolverde.com.br/sociedade/artigo-sociedade/licoes-do-dr-jorge-kayano-medico-de-cidades/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=07)

07/11/2012

Países assinam acordo para assegurar participação das pessoas e informação nas questões ambientais

por Aline Leal, Repórter da Agência Brasil

Brasília – Os representantes dos países signatários da aplicação do Princípio 10 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento aprovaram hoje (7), em reunião na sede da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), um roteiro para a implementação do acordo em nível regional.

O Princípio 10 da declaração aprovada em 1992 na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco92, que ocorreu no Rio de Janeiro, fala da participação dos cidadãos nas questões ambientais e da facilitação e estímulo à participação por meio do acesso deles à informações sobre o meio ambiente.

O princípio determina que as nações devem facilitar a conscientização e a participação popular, colocando as informações à disposição de todos. Determina também que será proporcionado o acesso efetivo a mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que se refere à compensação e reparação de danos.

No texto aprovado hoje, os representantes declaram que informação é a base de todas as sociedades democráticas e que é imprescindível incorporar a informação ambiental ao domínio público. Eles também reconheceram que é necessário promover a participação de todos os setores da sociedade no desenvolvimento dos temas que constituem a agenda ambiental regional.

Os países signatários destacaram que os principais objetivos do documento devem ser alcançar uma visão comum sobre a importância e os benefícios dos direitos de acesso do Princípio 10 e reconhecer as condições particulares de cada país. O avanço do plano de ação será discutido no primeiro quadrimestre de 2013 e prevê a realização de encontros sobre pontos específicos ao menos uma vez por ano.

Foi acordada a elaboração de um informe sobre a situação dos direitos de acesso do Princípio 10 nos países signatários, assim como de outro documento que reúna práticas neste sentido, tanto em nível nacional como internacional.

Edição: Fábio Massali

Fonte: [EBC > Notícias > Meio Ambiente](http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-11-07/paises-assinam-acordo-para-assegurar-participacao-das-pessoas-e-informacao-nas-questoes-ambientais)(<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-11-07/paises-assinam-acordo-para-assegurar-participacao-das-pessoas-e-informacao-nas-questoes-ambientais>)

08/11/2012

Futuro Sustentável é uma questão de escolha

por Redação do Akatu



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/11/sustentavel.jpg?9d7bd4>

Especialista em economia criativa propõe uso mais racional e reaproveitamento de produtos como alternativa para mudar modelo de consumo predominante

Em evento realizado pelo [Núcleo de Estudos do Futuro \(NEF\)](http://nef.org.br/) da PUC/SP no último dia 31/10 que reuniu cerca de 60 participantes, Lala Deheinzelin, especialista mundial em economia criativa, destacou a necessidade de se modificar a lógica de produção e consumo que temos hoje para alcançar um futuro mais sustentável. Lala afirma que hoje carecemos de processos inteligentes para tornar o que já temos mais sustentável.

Um dos caminhos propostos pela especialista é o melhor uso ou reaproveitamento dos produtos e infraestrutura disponíveis. Por exemplo, no caso do transporte, nenhuma inovação será suficiente se o modelo não for modificado para priorizar a locomoção em vez da propriedade do automóvel. “Não precisamos ter um carro, precisamos usar um carro”, apontou. Já o problema habitacional das grandes cidades pode ser resolvido por meio de um melhor uso dos imóveis vazios, que nem sempre precisa estar atrelado à sua posse. “Não são as coisas que faltam. A questão não é mudar o produto, mas o processo”, analisou.

Até mesmo o tempo se encaixa na filosofia apontada por Lala, que entende o recurso como sendo “não-renovável” e de vital importância para a sustentabilidade no futuro. “Gastamos 1 trilhão de horas por ano assistindo à televisão no mundo e 100 milhões de horas somente em comerciais em um país como os EUA”, ilustrou. Para Lala, para trilhar um caminho de transformação para uma vida de mais bem-estar e com mais qualidade seria necessário repensar essa dinâmica, o que possibilitaria o uso do excedente de horas para atividades como o exercício da cidadania e a participação política, por exemplo.

Otimista, Lala concluiu afirmando que a sustentabilidade será inerente ao futuro: “Iremos viver a abolição do insustentável”. Ideias como cidades inteligentes, com sistemas de caronas e compras coletivas, aproveitamento da infraestrutura já existente nos espaços construídos e a popularização do uso de papel virtual serão realidade em alguns anos.

* Publicado originalmente no site [Akatu](http://www.akatu.org.br/Temas/Sustentabilidade/Posts/Futuro-Sustentavel-e-uma-questao-de-escolha).

Fonte: Akatu/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/futuro-sustentavel-e-uma-questao-de-escolha/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=08)

09/11/2012

Desenvolvimento sem pobreza

por LUCIENE DE ASSIS



As ONGs e a ministra: Rio+20 em pauta

Foto: Paulo de Araújo/MMA

Fonte: http://www.mma.gov.br/media/k2/items/cache/6377d81da4401ed5b26088768704a622_XL.jpg

Ministra recebe representantes de ONGs e discute legado da Rio+20

Não se pode alcançar desenvolvimento econômico e sustentabilidade sem, antes, erradicar a pobreza no Brasil e no mundo. Foi o que disse a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, aos representantes de organizações não governamentais recebidos em audiência para falar sobre o que se espera do Brasil depois da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), na tarde desta sexta-feira (09/11).

Estiveram no encontro o diretor-executivo do Greenpeace Internacional, Kumi Naidoo; o diretor-executivo do Greenpeace no Brasil, Marcelo Furtado; o diretor-executivo da Change, Paul Hilder; a ativista indiana do Movimento de Exclusão Digital, Aruna Ray; o diretor de Programas de Apelo Global para Ação Contra a Pobreza, Rajiv Joshi; e a coordenadora de Políticas Públicas do Greenpeace no Brasil, Renata Camargo.

Eles estão participando da 15ª Conferência Internacional Anticorrupção, que acontece no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, e vieram conversar com a ministra Izabella Teixeira sobre o que essas ONGs esperam do Brasil após a Rio +20.

Fonte: [MMA > Notícias > InfoMMA > Desenvolvimento Sustentável](http://www.mma.gov.br/informma/item/8828-desenvolvimento-sem-pobreza)(<http://www.mma.gov.br/informma/item/8828-desenvolvimento-sem-pobreza>)

26/11/2012

Começa no Qatar a conferência climática COP 18

Continuidade do Protocolo de Kyoto terá destaque na reunião em Doha. Negociadores brasileiros explicam dificuldades do processo.

do Globo Natureza, em São Paulo

Representantes de cerca de 190 países estão reunidos em Doha, no Qatar, a partir desta segunda-feira (26), para uma nova rodada de negociações na Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 18). O objetivo é tentar avançar em acordos que reduzam as emissões de gases causadores de efeito estufa, e impedir que a temperatura do planeta se eleve em mais de 2°C até o fim deste século.

A sessão de abertura teve início às 10h da manhã no horário local (5h de Brasília). A cerimônia foi apresentada pelo presidente eleito da COP 18, Abdullah bin Hamad Al-Attiyah, que é primeiro ministro do Qatar. Ele foi acompanhado pela ministra sul-africana Maite Nkoana-Mashabane, que presidiu a última reunião (COP 17), e pela chefe do Secretariado de Mudança Climática da ONU, a costarriquenha Christiana Figueres.

"Uma resposta mais rápida à mudança climática é necessária e possível", afirmou Figueres em seu discurso de abertura.



COP 18 começou inicialmente na manhã desta segunda (26)

Foto: Karim Jaafar/Al-Watan Doha/AFP

Fonte: http://s2.glbimg.com/O2PlxA9r6xbK4dYaGKtEELAEOWq75mcluHUYd9fqHxRloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/fo/g1/f/original/2012/11/26/doha1.jpg

Na última conferência desse tipo, na África do Sul, em 2011 houve o avanço de que todos os países – mesmos os em desenvolvimento – se comprometeram a participar de um novo acordo pelo qual empreenderão esforços para restringir suas emissões. A conferência de Doha será a oportunidade de finalizar negociações secundárias iniciadas em 2007, em Bali, para que o novo processo seja iniciado efetivamente, além da renovação do Protocolo de Kyoto, único acordo já ativo pelo qual parte dos países ricos se compromete a reduzir seus gases estufa, mas que está expirando.

Alertas se multiplicaram nos últimos dias: o Banco Mundial advertiu para os risco de um aquecimento de 4°C até 2060 e "a cascata de tragédias" que devem atingir os países pobres. A quantidade de gases do efeito estufa na **atmosfera atingiu um novo pico em 2011** (<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/11/volume-de-gases-estufa-na-atmosfera-bate-novo-recorde-diz-orgao-da-onu.html>), e a ONU alertou que os esforços da comunidade internacional para conter o aquecimento global **estão longe de serem suficientes** (<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/11/onu-diz-que-emissao-de-gases-pode-ultrapassar-limite-para-2020.html>).

Em entrevista ao **G1**, o negociador-chefe da delegação brasileira em Doha, o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, e a representante do país nas discussões da cúpula sobre uso da terra e florestas, a pesquisadora Thelma Krug, concordaram que a cúpula do Qatar terá a prioridade de definir a continuidade do Protocolo de Kyoto. Eles afirmam que também há a necessidade de os governos apurarem importantes arestas para que se inicie o processo de negociação do novo acordo global, mais abrangente que o Protocolo de Kyoto.

"A crise do clima não pode esperar. Temos que agir o mais rápido possível para limitar o aumento da temperatura em 2°C até o fim do século. Isso requer uma ação urgente", disse Figueiredo.

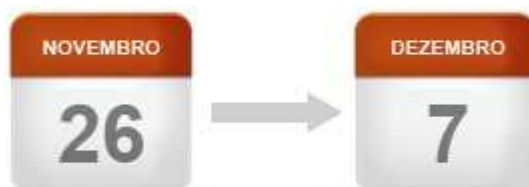
COP 18

Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas

Onde



Quando



Quem

Representantes de mais de 190 países

Desafios

- Definir os termos de um novo período do Protocolo de Kyoto, único acordo climático de cumprimento obrigatório
- Acertar detalhes que permitam estruturar um acordo global de redução de emissão de gases-estufa, que deverá ser assinado em 2015

G1.com.br

Fonte: http://s2.glbimg.com/csF06Q893y9nCKBVvxXnK2003Kwko5W624lfKlIBq7ZlOz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/11/23/cop18_ficha.jpg

O novo tratado (ou protocolo) está previsto para ser assinado em 2015 e entrar em vigor a partir de 2020 – tempo de espera considerado longo por nações vulneráveis para assumir compromissos mais firmes. “É importante que se fechem [acordos] para que possamos começar uma nova negociação, caso contrário, não haverá clima de confiança que leve a uma nova discussão”, disse Figueiredo.

Kyoto 2.0

O Protocolo de Kyoto, por sua vez, foi criado em 1997, e obriga as nações desenvolvidas a reduzir suas emissões em 5,2%, entre 2008 e 2012, em relação aos níveis de 1990.

O tratado não inclui os Estados Unidos, um dos principais poluidores, e não obriga ações imediatas de países em desenvolvimento, como China, Índia e Brasil.

Segundo os negociadores brasileiros, o segundo período, tratado pelos diplomatas como “Kyotinho” ou “Kyoto 2” passará a vigorar a partir de janeiro de 2013. No entanto, as regras criadas em 1997 serão alteradas. “Falta apenas bater o martelo e definir a duração desse segundo período de cumprimento. Os europeus defendem que ele deve ir até 2020, para coincidir com o começo do novo acordo ou protocolo, que começará a ser negociado a partir de janeiro de 2013”, explicou Figueiredo.

Ainda não foi divulgado se as taxas de redução de emissões permanecerão as mesmas. O embaixador acredita que as metas serão aprofundadas em relação ao primeiro período. “Os países europeus se comprometeram a reduzir 20% das emissões até 2020. Isso é uma meta mais profunda em relação ao primeiro período”, explica Figueiredo.

Ainda, segundo ele, o Brasil apoia a continuidade de Kyoto, “porque são regras adotadas multilateralmente e que obrigam, portanto, a uma uniformidade”.

Quanto ao mercado de créditos de carbono, ele afirma que as regras não serão alteradas. As normas de Kyoto permitem a venda de créditos de empresas de países em desenvolvimento para empresas de países desenvolvidos. Investimentos em tecnologias limpas geram tais créditos, que são revertidos em renda para as organizações empresariais. “É apenas uma questão de aprovar um trabalho que já está feito”, disse Figueiredo.



Local onde ocorre a partir desta segunda a COP 18, em Doha, no Qatar

Foto: Osama Faisal/AP

Fonte: http://s2.glbimg.com/MKRG_hjJl6pRXJ7UYmPmLX-S34hqkAa2Pyo-nwzx0Phloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/11/23/doha.jpg

Disputa Norte-Sul

É preocupante, do ponto de vista dos negociadores, a briga de responsabilidades entre o bloco de países desenvolvidos e o das nações em desenvolvimento, que continua intensa e foi agravada pela recessão econômica.

Enquanto nações europeias e os Estados Unidos cobram mais atitudes contra desmatamento e implantação de tecnologias limpas de países “menos ricos” e emergentes, nações em ascensão, como o Brasil, exigem atitudes mais práticas rápidas dos ricos que, historicamente, mais poluíram o planeta. Essa disputa “trava” todos os anos as discussões climáticas e, segundo Thelma Krug, ainda é considerada um tema “pesado”.

“Não há muito espaço para discutir [o tema]. A dificuldade é não comprometer o crescimento dos países em desenvolvimento. O que cada um vai fazer tem que ficar bem claro, só que a questão das ‘responsabilidades comuns, porém diferenciadas’ ainda é um tema pesado da agenda”, disse a negociadora.

Esse princípio, criado na Rio 92 e reforçado na Rio+20, Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável realizada em junho, no Brasil, oficializa que se espera dos países ricos maior empenho financeiro para implementação de ações, pelo fato de virem degradando o ambiente há mais tempo.

Fonte: [G1 > Natureza](http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/11/comeca-no-qatar-conferencia-climatica-cop-18.html)(<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/11/comeca-no-qatar-conferencia-climatica-cop-18.html>)

2012

Dezembro

03/12/2012

Relatório final da Rio+20 podia ser impresso em papel higiênico, dispara chefe da Eco-92

por Redação do EcoD



Strong acredita que os governantes estavam preocupados com suas crises internas.

Foto: UN Photo/Maria Elisa Franco

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/12/Strong.jpg?9d7bd4>

O secretário-geral da Eco-92, o canadense Maurice Strong, afirmou que o relatório final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) gerou resultados tão decepcionantes e fracos que os mesmos poderiam ter sido impressos “em papel higiênico”. A crítica foi direcionada aos governantes presentes no Rio de Janeiro. Já a sociedade civil organizada foi elogiada.

“A parte oficial dos governos [na Rio+20] foi muito fraca, decepcionante. Por outro lado, a sociedade civil foi muito útil, com cerca de 50 mil pessoas presentes. Mas, para deixar as coisas claras, eu acho que o relatório final podia até ser impresso em papel higiênico”, frisou em entrevista após palestra no Conselho Empresarial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Associação Comercial do Rio de Janeiro, na quinta-feira, 29 de novembro.

Strong analisou que, além de estarem preocupados com suas crises internas, os governantes voltaram atrás em pontos que já haviam sido definidos em reuniões preparatórias. “Infelizmente, em alguns momentos, a Rio+20 não esteve nem perto de ser discutida da maneira como ocorreu em 1992”.

O canadense, que pretende se esforçar para que Brasil e China realizem parcerias sustentáveis, parabenizou os brasileiros pelos esforços contra as mudanças climáticas e citou o Rio de Janeiro como uma capital mundial do meio ambiente e da sustentabilidade.

O secretário-geral da Eco-92 pensa em instalar, na capital fluminense, a sede da Earth Council Alliance, organização criada por ele, que busca pressionar os governos a respeito de questões climáticas.

* Publicado originalmente no site [EcoD](http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2012/novembro/chefe-da-eco-92-defende-que-resultado-da-rio-20?tag=economia-e-politica)(<http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2012/novembro/chefe-da-eco-92-defende-que-resultado-da-rio-20?tag=economia-e-politica>).

Fonte: EcoD/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/relatorio-final-da-rio20-podia-ser-impresso-em-papel-higienico-dispara-chefe-da-eco-92/)(<http://envolverde.com.br/noticias/relatorio-final-da-rio20-podia-ser-impresso-em-papel-higienico-dispara-chefe-da-eco-92/>)

05/12/2012

Desafios das mudanças para a sustentabilidade

por Vilmar Berna, da Revista do Meio Ambiente



Capa da Revista do Meio Ambiente

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/12/revista.jpg?9d7bd4>

Já está disponível a Revista do Meio Ambiente de novembro de 2012. O periódico é distribuído gratuitamente pela Rede Brasileira de Informação Ambiental (REBIA), organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, dedicada à democratização da informação ambiental com a proposta de colaborar na formação e mobilização da cidadania ambiental e planetária. Veja abaixo o editorial e o índice da edição.

Editorial

Existem limites para o papel da informação e da educação nas mudanças. Alguns resistem a mudar, e não necessariamente por falta de informação, formação ou por maldade, mas por que mudar é difícil mesmo.

Algumas mudanças a sociedade aprova e recomenda, outras não, o que torna a mudança não menos necessária, apenas mais desafiadora.

Por exemplo, a sociedade condena o hábito de fumar. Estabelece zonas de exclusão para fumantes e não fumantes, proibiu a propaganda de cigarro e obriga os fabricantes a veicularem imagens e textos dramáticos nos maços de cigarro. Ainda assim, não foi suficiente para convencer cerca de 20 por cento da sociedade a largarem o vício.

Por outro lado, a Sociedade estimula o consumismo, por todos os canais, de todas as maneiras, e a propaganda não respeita sequer as crianças mais jovens que ainda não sabem discernir direito o certo do errado, catequizando-os ao consumo desde cedo, ensinando que presentes materiais é uma forma de medir o tamanho do afeto e uma tentativa de suprir ausências de quem se ama.

Ao contrário de ser proibido, quanto mais se consome, mais a sociedade reconhece como bom, desejável, importante consumir. Não que exista nada de errado em consumir. É o que fazemos do berço ao túmulo. O problema está no exagero, na tentativa de se obter felicidade e respeito social através do consumo de bens materiais, na desigualdade que chega ao ponto de dividir as pessoas em classes pelo seu poder de consumo. Quem pode consumir e acumular mais, fica no topo da pirâmide social, quem não pode, fica na base. No meio, ficam os que lutam para não descer e almejam o andar de cima. Assim, a luta não é exatamente para acabar com a pirâmide, mas para que todos tenham os mesmos direitos de chegarem ao topo, ainda que do ponto de vista das utopias.

O resultado é um verdadeiro saque aos recursos naturais, destruição maciça de ecossistemas e poluições de todo tipo, a ponto deste nosso estilo de vida estar ameaçando o próprio futuro da humanidade. E numa hipótese de todos ao mesmo padrão de consumo dos que estão no topo da pirâmide, não haveria recursos naturais necessários para todos. Então, é falsa a idéia dos países divididos em primeiro, segundo e terceiro lugar, como se houvesse uma corrida pelo desenvolvimento, pois não há possibilidades físicas do Planeta sustentar a todos que chegarem ao mesmo padrão dos chamados países de primeiro mundo. Ou se redistribui melhor a riqueza, ou se admite que a desigualdade faz parte de uma estratégia perversa de uns se apossarem de mais recursos do que os outros.

A nova escravidão moderna chama-se consumismo. E, esta, nem precisa de correntes e chicotes, pois não nos aprisiona de fora para dentro, mas captura nossos sonhos, desejos, utopias, e os transforma em bens de consumo, obrigando-nos a dedicar o melhor de nosso tempo, liberdade e criatividade ao trabalho. Temos pressa para produzir demais numa ponta e consumir demais na outra e falta tempo até para comer direito. Comemos cada vez mais depressa e alimentos de má qualidade, o resultado são as epidemias de obesidade, diabetes, hipertensão, ansiedade, depressão. E assim como entupimos nossas artérias de gordura, entupimos as ruas e avenidas de nossas cidades de automóveis, e com freqüência vivemos sem mobilidade no trânsito.

Ao contrário das campanhas contra o fumo, no consumismo, a campanha é por mais consumo e não menos. Nas embalagens dos produtos que consumimos não vem impresso imagens que mostrem o quanto de nossa saúde, da mobilidade de nossas cidades e de meio ambiente teve de ser sacrificado. Não mostram as montanhas de lixo e a poluição que deixamos para trás com nosso estilo de vida e de consumo. Não mostram as injustiças sociais que acompanham as injustiças ambientais. Entretanto, sabemos disso e, ainda assim, como fazem os fumantes, preferimos ignorar os avisos. Somos uma sociedade viciada e dependente do consumismo e não queremos nos libertar. Ou queremos?

Índice

Capa: Testando os Limites da Sustentabilidade

SUB-MANCHETES

OMS alerta que inundações e secas no Brasil, geradas por mudanças climáticas, causam uma série de doenças

Contas mostram viabilidade da economia verde, diz Stelzer, da ONU

Carta de Rio Branco – 35º Congresso dos Jornalistas

Redução de emissões de gases por desmatamento poderá ser recompensada

* Para acessar a versão digital da revista [clique aqui](http://www.portaldomeioambiente.org.br/index.php)(<http://www.portaldomeioambiente.org.br/index.php>).

Fonte: Revista do Meio Ambiente/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/desafios-das-mudancas-para-a-sustentabilidade/)(<http://envolverde.com.br/noticias/desafios-das-mudancas-para-a-sustentabilidade/>)

07/12/2012

Programa Cidades Sustentáveis será adotado por 191 prefeitos eleitos em outubro

por Flávia Albuquerque, da Agência Brasil



O prefeito eleito em São Paulo, Fernando Haddad, faz parte do grupo das autoridades que assinaram o compromisso.

Foto: Ze Carlos Barretta/Flickr

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/12/n6.jpg?9d7bd4>

São Paulo – Dos candidatos vitoriosos às prefeituras do país nas últimas eleições, 191 devem adicionar às suas plataformas de governo as metas estabelecidas no Programa Cidades Sustentáveis, proposto pela Rede Nossa São Paulo, de acordo com balanço divulgado na quarta-feira (5) pela organização não governamental na capital paulista.

O programa foi lançado em agosto e apresentado para adesão a todos os candidatos às prefeituras do país, oferecendo metas nas áreas econômica, social, ambiental, cultural e de governança. O objetivo é colocar a sustentabilidade na agenda dos partidos políticos e candidatos para que os eleitos incorporem as metas propostas aos seus programas de governo. No total, 555 candidatos aderiram à iniciativa.

Quando analisadas as regiões, o Sudeste teve 79 dos signatários eleitos, seguida pelo Sul com 48, Nordeste com 28, Centro-Oeste com 25 e o Norte com 11. Das 191 cidades com prefeitos comprometidos com as metas, 137 têm menos de 200 mil habitantes. De todas as capitais brasileiras, os candidatos a prefeituras de 20 capitais assinaram o compromisso.

Mesmo depois das eleições, a Rede Nossa São Paulo continua incentivando os prefeitos eleitos que não assinaram o compromisso a aderirem. A lista dos prefeitos eleitos que são signatários da carta compromisso do Programa Cidades Sustentáveis pode ser consultada na internet.

O programa é composto por 100 indicadores, em 12 eixos, utilizados para o diagnóstico da sustentabilidade em áreas urbanas, mostrando metas e sugestões baseadas em exemplos internacionais que deram certo e que podem ser implementados no país. Ao assinar o compromisso, os candidatos aceitam também prestar contas do andamento do processo.

De acordo com o coordenador-geral da Rede Nossa São Paulo, Oded Grajew, o programa dá aos prefeitos todas as ferramentas para implementação do projeto. “O candidato que assina tem que fazer um diagnóstico da cidade em 90 dias e estabelecer metas do que ele pretende até o final da gestão, reportando periodicamente sobre o andamento”.

Grajew explicou que a Rede Nossa São Paulo está elaborando um curso, que deve começar a ser ministrado em fevereiro, para capacitar prefeitos e gestores da administração pública municipal a traduzir o compromisso em ações.

Ele disse ainda que a expectativa é que o prefeito eleito Fernando Haddad dê andamento a projetos iniciados na gestão anterior, além de começar a implantar novas políticas públicas que atinjam as metas propostas pela entidade. “Ele está bem consciente dos compromissos que assinou. E também de como elaborar um plano de metas factível, porque usou um plano de metas negativo como exemplo e aprendizado”, explicou Grajew.

“O novo prefeito vai precisar de competência, vontade política e engajamento da sociedade. São Paulo é uma cidade rica e tem essa relação favorável com o governo federal. Está com a faca e o queijo na mão”, completou.

* Edição: Davi Oliveira

** Publicado originalmente no site [Agência Brasil](http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-12-05/programa-cidades-sustentaveis-sera-adotado-por-191-prefeitos-eleitos-em-outubro)(<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-12-05/programa-cidades-sustentaveis-sera-adotado-por-191-prefeitos-eleitos-em-outubro>).

Fonte: Agência Brasil/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/programa-cidades-sustentaveis-sera-adotado-por-191-prefeitos-eleitos-em-outubro/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=07)(http://envolverde.com.br/noticias/programa-cidades-sustentaveis-sera-adotado-por-191-prefeitos-eleitos-em-outubro/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=07)

17/12/2012

Negociadores brasileiros da Rio+20 definirão agenda com prioridades do país

Na próxima terça-feira (18) eles definirão uma proposta comum sobre os compromissos firmados na conferência e que precisam ser implementados...

da Agência Brasil



Negociadores brasileiros da Rio+20 definirão agenda com prioridades do país.

Foto: Valter Campanato/Abr

Fonte: <http://www.dci.com.br/imagens/fotos/2012/3/rio+20-onu-conferencia-ministros-w872014114945-f3.jpg>

BRASÍLIA – Seis meses depois da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, os principais negociadores do governo, da iniciativa privada e da sociedade civil, voltarão a se reunir. Na próxima terça-feira (18), em Brasília, a partir das 16h, eles definirão uma proposta comum sobre os compromissos firmados na conferência e que precisam ser implementados. A ideia é fechar uma espécie de agenda consensual sobre as prioridades para o Brasil.

Para os negociadores do governo, a erradicação da pobreza é o item que deve ser destacado, não só no Brasil, mas na agenda global no quadro dos objetivos do desenvolvimento sustentável. O embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, subsecretário-geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores e coordenador-geral da Rio+20, disse à Agência Brasil que a reunião será fundamental para definir os rumos que serão tomados no país.

“É um olhar para a frente e começar uma reflexão interna que envolve governo, sociedade civil e empresários. Não é uma avaliação, pois faremos uma reflexão sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável”, disse o embaixador. “Vamos ouvir e consultar as propostas de cada setor [para preparar uma posição comum].”

De 13 a 22 de junho, as atenções se voltaram para a capital fluminense durante a Rio+20. Para o embaixador, a principal conquista da conferência foi aliar o desenvolvimento econômico a prioridades sociais e ambientais, incluindo questões como a erradicação da pobreza. “Trouxemos para a centralidade o tema do desenvolvimento sustentável com sinergia entre [o setor] econômico, social e ambiental”, ressaltou o diplomata.

Segundo o embaixador, há 20 anos havia um consenso sobre a proposta, mas a prática não consolidava as disposições. “A prática estava menos sólida. Hoje todos sabem que não é possível desenvolver separadamente um desses pilares. Um afeta o outro de maneira decisiva. O Brasil tem sido exemplar”, destacou Figueiredo Machado.

A reunião de amanhã deve ter a participação de mais de 50 pessoas de vários segmentos da sociedade e do governo. O grupo ficará sob a coordenação dos ministros Antonio Patriota (das Relações Exteriores) e Izabella Teixeira (do Meio Ambiente). A ideia é que, durante cerca de duas horas, os negociadores apresentem suas sugestões para pôr em prática uma proposta.

O material será encaminhado para uma comissão que se dedicará, a partir de janeiro, a elaborar uma proposta consolidada que englobará as sugestões em nome do Brasil. Em seguida, o documento deve ser submetido à discussão nas Nações Unidas com representantes de outros países, que também apresentarão suas propostas.

Fonte: [DCI - Diário Comércio, Indústria & Serviços > Rio+20\(http://www.dci.com.br/politica/negociadores-brasileiros-da-rio+20-definirao-agenda-com-prioridades-do-pais-id324467.html\)](http://www.dci.com.br/politica/negociadores-brasileiros-da-rio+20-definirao-agenda-com-prioridades-do-pais-id324467.html)

17/12/2012

Fórum avalia produção sustentável de alimento e combustíveis

Começa hoje, em São Paulo, e vai até o dia 19, o *Belmont Forum International: Call Scoping Workshop on Food security and land use change*. Durante o evento, os especialistas vão abordar questões que vão dos impactos dos sistemas de produção no meio ambiente à produção sustentável de alimentos e combustíveis.

O encontro, organizado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) em parceria com o Centro de Energia Nuclear na Agricultura da USP e o Belmont Forum, é aberto apenas aos pesquisadores convidados e tem como objetivo definir as prioridades de pesquisa para a segunda chamada Belmont Forum de propostas de estudo.

O Belmont Forum é uma organização criada pelas principais agências financiadoras de pesquisa sobre mudanças ambientais do mundo. O grupo se formou em 2009 durante uma conferência realizada pela National Science Foundation, dos Estados Unidos, e o Natural Environment Research Council (Nerc), do Reino Unido, na cidade norte-americana de Belmont.

O fórum visa influenciar os rumos da colaboração internacional em estudos sobre mudanças globais por meio de chamadas conjuntas de pesquisas. Como membro do Belmont Forum, a Fapesp participa da iniciativa.

Entre os cientistas de países signatários do Belmont Forum que participarão do workshop estão Thomas Rosswall, do Research Program on Climate Change, Agriculture and Food Security, da Dinamarca; John Ingrand, do Global Environmental Change and Food Systems, do Reino Unido; e Margaret Gill e Isabelle Albouy, do The European Joint Programming Initiative on Agriculture, Food Security and Climate Change, que abordarão os impactos das mudanças climáticas na produção de alimentos e a interação entre sistemas de alimentos e meio ambiente.

Entre os participantes brasileiros estão Reynaldo Luiz Victoria, coordenador do Programa Fapesp de Pesquisa sobre Mudanças Climáticas Globais (PFPMCG), André Nassar, do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icne), e Carlos Joly, professor da Unicamp e coordenador do programa Biota-Fapesp.

"Desenvolvimento sustentável é um desafio para o mundo e um tema com muitas oportunidades para o Brasil. Com três programas sobre biodiversidade, bioenergia e mudanças climáticas globais, a Fapesp está institucionalmente posicionada para participar ativamente, abrindo oportunidades para os pesquisadores no Estado de São Paulo", diz diretor-científico da Fapesp e vice-presidente do fórum, Carlos Henrique de Brito Cruz.

Fonte: [TERRA.COM > Notícias > Ciência > Sustentabilidade > Negócios Sustentáveis](http://noticias.terra.com.br/ciencia/sustentabilidade/negocios-sustentaveis/forum-avalia-producao-sustentavel-de-alimento-e-combustiveis,b00853ab94aab310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html)(<http://noticias.terra.com.br/ciencia/sustentabilidade/negocios-sustentaveis/forum-avalia-producao-sustentavel-de-alimento-e-combustiveis,b00853ab94aab310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>)

18/12/2012

Governo e sociedade civil definem metas de desenvolvimento sustentável

por Carolina Gonçalves e Renata Giraldi, da Agência Brasil



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/12/desenvolvimento.jpg?9d7bd4>

Brasília – Negociadores do Brasil, de vários segmentos da sociedade, que participaram da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, começam a definir hoje (18), em Brasília, as prioridades do país no âmbito das metas a serem adotadas globalmente. As metas devem ser implementadas a partir de 2015, mas antes têm de ser submetidas a discussões nas Nações Unidas.

A partir de 2015, todas as economias do planeta terão que seguir compromissos e ações estabelecidos no quadro dos objetivos do desenvolvimento sustentável – acordo firmado durante a conferência., em junho, no Rio de Janeiro.

No Brasil, o debate que começou entre representantes do governo, que definiram como prioridade a erradicação da pobreza no mundo, será ampliado com a inclusão de sugestões da sociedade civil e do setor privado. Um grupo de mais de 50 pessoas se prepara para definir hoje à tarde o que deve ser proposto na agenda global.

“Vamos consultar quais são as ideias de diferentes segmentos e o que entendemos como objetivos do desenvolvimento sustentável”, disse o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, subsecretário-geral do Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores e coordenador-geral da Rio+20.

Figueiredo destacou que diferentemente do documento que estabelece os Objetivos do Milênio, no qual há metas para os países em desenvolvimento direcionadas principalmente ao combate à pobreza e à miséria, os compromissos do desenvolvimento sustentável “não se traduzem, necessariamente, em metas nacionais”.

“São objetivos para o mundo inteiro, tendo como filosofia o que o planeta e a humanidade necessitam como um todo”, ressaltou o diplomata. As metas serão globais. Se os países signatários das Nações Unidas definirem, por exemplo, que é preciso aumentar a eficiência energética global em 20%, cada país terá cotas específicas para que a soma de todos os esforços atinja a meta estipulada.

“As metas serão globais e vão valer para os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos, em diferentes níveis de exigência. Mas, em muitos casos, o esforço maior será dos países desenvolvidos”, disse Figueiredo. Seria o caso, por exemplo, de um compromisso em busca de energias mais limpas.

Como o Brasil já tem mais de 80% da matriz de energia elétrica formados por fontes alternativas, a exigência maior recairia sobre economias que ainda utilizam, majoritariamente, fontes consideradas “sujas e não sustentáveis”.

As propostas que serão apresentadas pelos representantes da sociedade civil e por empresários e consolidadas com as sugestões do governo brasileiro serão entregues a uma comissão de 30 integrantes,

que começa a se reunir em janeiro para alinhar as sugestões gerais do Brasil. O documento acordado deve ser submetido à discussão nas Nações Unidas, juntamente com as propostas de outros países.

* Edição: Graça Adjuto.

** Publicado originalmente no site [Agência Brasil](http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-12-18/governo-e-sociedade-civil-definem-metas-de-desenvolvimento-sustentavel)(<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-12-18/governo-e-sociedade-civil-definem-metas-de-desenvolvimento-sustentavel>).

Fonte: Agência Brasil/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/governo-e-sociedade-civil-definem-metas-de-desenvolvimento-sustentavel/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=18)(http://envolverde.com.br/noticias/governo-e-sociedade-civil-definem-metas-de-desenvolvimento-sustentavel/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=18)

18/12/2012

Rio+20: conquistas e desafios

por LUCIENE DE ASSIS



Izabella: Brasil tem recebido sinalizações políticas importantes da agenda sustentável

Foto: Paulo de Araújo/MMA

Fonte: http://www.mma.gov.br/media/k2/items/cache/ba231a9d7a097e15e7ab4db2571494af_XL.jpg

Os resultados e os processos em curso, no Brasil e na esfera internacional, relacionados à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20, foram tema de reunião no Ministério das Relações Exteriores na tarde desta terça-feira (18). Na ocasião foi lançado o “Relatório Rio +20 – O modelo brasileiro”, e os “Cadernos de sustentabilidade da Rio +20”. O material apresenta os acordos construídos na Rio +20 como resultado do consenso do coletivo, como destacou a ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira, “e não da ambição individual”. Para o Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, a Rio +20 “é considerada um marco histórico, pois foi a maior, a mais participativa e inclusiva conferência de alto nível da história das Nações Unidas”. A Conferência, realizada de 13 a 22 de junho último no Rio de Janeiro, contou com a participação de 105 representantes de chefes de Estado e de governo, e 487 ministros de Estado de diferentes pastas.

O sucesso da Conferência teve reflexo nos últimos seis meses “o Brasil tem recebido uma sinalização política importante, em todas as agendas internacionais, assegurando as responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, afirmou Izabella Teixeira. Para a ministra, entre os desdobramentos do que ficou estabelecido na Conferência do Rio de Janeiro, merece destaque a agenda política, local e internacional, com o estabelecimento de nove novos processos, objetos de trabalho entre países e, internamente, com a sociedade civil, o setor empresarial e a academia. Segundo a Ministra, é preciso destacar que a promoção do desenvolvimento sustentável “constitui obrigações para os países desenvolvidos e para aqueles em desenvolvimento”.

Entre os avanços estão a negociação em direção a um novo instrumento internacional sobre a conservação e o uso sustentável da biodiversidade marinha em áreas que vão além da jurisdição nacional. Trata-se, segundo a ministra, de um processo de fortalecimento do multilateralismo, atualmente reconhecido nos fóruns internacionais sobre desenvolvimento sustentável, como ocorreu na Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade, realizada em outubro na cidade indiana de Hyderabad, e na 18ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP18), realizada em Doha, no Catar, no início deste mês de dezembro.

Fonte: [MMA > Notícias > InfoMMA > Rio+20](http://www.mma.gov.br/informma/item/8937-rio-20-conquistas-e-desafios)(<http://www.mma.gov.br/informma/item/8937-rio-20-conquistas-e-desafios>)

18/12/2012

Mais empresas da bolsa fazem relatórios de sustentabilidade

Mais de 57% das companhias listadas na BM&FBOVESPA participam da iniciativa *Relate ou Explique*, que exige a publicação de seus relatórios de sustentabilidade

por Débora Spitzcovsky, do *Planeta Sustentável*(<http://planetasustentavel.abril.com.br/>)



BM&FBovespa: ideia é facilitar o acesso dos stakeholders – sobretudo dos investidores e analistas – às práticas de sustentabilidade das empresas listadas na BM&FBOVESPA

Foto: Germano Lüders/EXAME.com

Fonte:

http://exame1.abril.com.br/assets/images/2010/10/16900/size_590_BM_F_Bovespa_nova.jpg?1287758530

São Paulo – A porcentagem de empresas listadas na **BM&FBOVESPA**(<http://exame.abril.com.br/topicos/bm-fbovespa>) que aderiram ao *Relate ou Explique* cresceu de 45,31% para 57,95% em, apenas, cinco meses. Lançada neste ano de 2012 em função da Rio+20, a iniciativa cobra das companhias a publicação de seus relatórios de sustentabilidade ou, então, uma explicação de por que ainda não produzem o documento.

A ideia é facilitar o acesso dos stakeholders – sobretudo dos investidores e analistas – às práticas de sustentabilidade das empresas listadas na BM&FBOVESPA, dando maior transparência ao mercado e incentivando cada vez mais companhias a aderirem à prática.

Por enquanto, tem funcionado: o número de empresas participantes do *Relate ou Explique* aumentou de 203, em maio – quando a iniciativa foi lançada –, para 253, em outubro. Atualmente, cerca de 435 empresas estão listadas na BM&FBOVESPA.

Para facilitar a consulta dos stakeholders às informações, a organização disponibiliza em seu site uma tabela que revela, em ordem alfabética:

- os links dos relatórios de sustentabilidade das empresas que já produzem o documento;
- as explicações das companhias que ainda não aderiram à prática e

- o nome das empresas que se recusaram a dar qualquer explicação a respeito do assunto.

Fonte: [EXAME.COM > Notícias > Meio Ambiente e Energia > Sustentabilidade](http://exame.abril.com.br/meio-ambiente-e-energia/sustentabilidade/noticias/mais-empresas-da-bolsa-fazem-relatorios-de-sustentabilidade)(<http://exame.abril.com.br/meio-ambiente-e-energia/sustentabilidade/noticias/mais-empresas-da-bolsa-fazem-relatorios-de-sustentabilidade>)

30/12/2012

Rio+20 é marco para agenda mundial e críticas são naturais, diz embaixador



Subsecretário-geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia, Luiz Alberto Figueiredo Machado, em entrevista coletiva

Foto: Reprodução/ABr

Fonte: http://www.jornalagora.com.br/uploads/galeria_fotos/23847_zoom.jpg

Desde a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, em junho no Rio de Janeiro, o Brasil passou a ocupar um papel de destaque no cenário internacional na busca pela associação da inclusão social com os avanços econômicos e a preservação ambiental. A avaliação foi feita à **Agência Brasil** pelo embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, subsecretário-geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores e coordenador-geral da Rio+20.

“A Rio+20 é o marco de toda a nova agenda na Organização das Nações Unidas (ONU)”, destacou Figueiredo, que disse ter reagido com “naturalidade” às críticas de parte da sociedade civil sobre aspectos do documento final da conferência. “Cada um está fazendo o seu papel e o papel da sociedade civil é criticar e buscar o avanço. O nosso papel é tentar avançar”, ressaltou. A seguir, os principais trechos da entrevista do embaixador à **Agência Brasil**.

Agência Brasil (ABr) – Seis meses depois da Rio+20, o que o senhor diz que não pôde ser feito pelas mais distintas razões e que resultados imediatos podem ser apontados?

Luiz Alberto Figueiredo Machado - Eu não vejo como algo que foi impedido. Vejo como uma construção. A Rio+20 marca uma construção e um início de processo novo. Recupera-se tudo o que foi feito em 1992, reafirma-se a validade não só teórica, mas em todos os processos que foram lançados depois e são lançados novos processos. A atualização de uma série de coisas dá concretude a certos fundamentos de 1992 que, até então, não estavam tão costurados como deveriam.

ABr – Por exemplo, o que estava negociado, mas não saía do papel?

Figueiredo - Por exemplo, a centralidade do tema do desenvolvimento sustentável com sinergia entre o econômico, o social e o ambiental. Todo mundo tinha acordado isso em 1992, mas a prática, desde então, estava um pouco menos sólida. Hoje sabe-se que não se pode cuidar do social, do econômico e do ambiental separadamente, porque uma coisa afeta a outra de maneira decisiva.

ABr – O Brasil, que coordenou a Rio+20, consegue dar exemplos para o mundo?

Figueiredo - Acho que o governo brasileiro tem sido exemplar no sentido de buscar sempre a sinergia dessas três dimensões do desenvolvimento sustentável. Temos vários exemplos. Posso citar o Programa Minha Casa, Minha Vida [que se destina a conceder facilidades aos trabalhadores com renda até R\$ 5 mil para a compra da casa própria], que tem usado painéis solares para a geração de energia das habitações. Isso mostra sinergia clara entre preocupação social, econômica e ambiental. O Brasil é um dos raros países que apresentou progressos muito claros e equilibrados nas três dimensões.

ABr – Nas numerosas reuniões multilaterais das quais o senhor participa, qual é o peso desse papel do Brasil nas negociações?

Figueiredo - É fundamental, pois [há uma compreensão de que] existe todo um país e uma população que se comporta de certa maneira e tem como objetivo comum o desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento, sim. Essa conferência [a Rio+20] foi sobre um modelo de desenvolvimento que informará

as decisões do mundo inteiro que esperamos daqui para frente. Os problemas que vimos hoje em dia, muito graves, como as mudanças de clima, só se resolvem pelo desenvolvimento sustentável. Enquanto houver padrões insustentáveis de desenvolvimento, vamos ter dificuldades nas áreas de clima, perda de biodiversidade no mundo inteiro.

ABr – Durante a Rio+20, as negociações iam até de madrugada, várias vezes foram anunciados adiamentos. O que foi mais tenso?

Figueiredo - A tensão de uma negociação desse tipo é normal. [Uma negociação] multilateral tem dia e hora para terminar. Você está sempre de olho no relógio e isso leva as negociações a um alto grau de objetividade. Temos que resolver isto até tal hora e por isso se vira a noite. Tínhamos estabelecido um prazo para concluirmos as negociações do documento antes da chegada dos chefes de Estado porque não seria adequado atrapalhar a cúpula, que tinha sua agenda própria, com a continuação das negociações. Havia a pressão do relógio, que era uma pressão normal.

ABr – Houve quem levantasse dúvidas sobre a conclusão do documento final.

Figueiredo - Muitos achavam que seria impossível concluir em dois dias o que não tinha sido possível fazer no trabalho preparatório. Quando, no Rio de Janeiro, encerrou-se o comitê preparatório, 70% do texto ainda estavam em aberto, não acordados. Quando o Brasil recebeu a incumbência de concluir as negociações, tínhamos pouco tempo para fechar o texto. Com muito esforço, foi possível chegar a um bom termo nas negociações.

ABr – Integrantes da sociedade civil criticaram bastante o resultado final da Rio+20. Como o senhor reage?

Figueiredo - Reajo com naturalidade porque faz parte da função da sociedade civil buscar sempre o melhor resultado, buscar sempre estimular os governos a conseguir mais. Daí vêm as críticas, a insatisfação. Encaro isso com naturalidade. Cada um está fazendo o seu papel e o papel da sociedade civil é criticar e buscar o avanço. O nosso papel é tentar avançar.

ABr – O senhor vislumbra dias de maior evolução ou mais tensão no ar?

Figueiredo - A Rio+20 é o marco de toda a nova agenda na ONU [Organização das Nações Unidas]. O secretário-geral [da ONU, Ban Ki-moon] tem dito isso, que é a retomada da agenda de desenvolvimento nas Nações Unidas, agora sob o prisma da sustentabilidade econômica, social e ambiental. Essa integração é algo que dará frutos sim, não só em termos dos trabalhos da ONU e do dia a dia da ONU, mas principalmente dos países.

ABr – O senhor acredita que as metas e os objetivos definidos na Rio+20 levarão à realização de uma sociedade sustentável como se imagina?

Figueiredo – A integração e a sinergia [nos campos econômico, social e ambiental] leva a um resultado sustentável e sustentado ao longo do tempo, que se manterá e que efetivamente vai gerar um progresso harmônico. Esse é um sonho, acho que de todos, de que os países cresçam economicamente, cada vez mais, aperfeiçoando a inclusão social e [buscando] a erradicação da pobreza e que, ao mesmo tempo, protejam o meio ambiente. Essas três orientações irmanadas são o futuro do desenvolvimento.

ABr – A partir de 2013 o senhor assume como o representante do Brasil nas Nações Unidas, é muito diferente o trabalho na ONU?

Figueiredo - O trabalho nas Nações Unidas é muito desafiador e muito rico. Não é muito diferente do exercício multilateral de uma conferência, como a Rio+20, que é uma conferência das Nações Unidas e, portanto, é um trabalho de diplomacia multilateral típico. O trabalho na ONU é desse tipo, mas é muito mais vasto porque a agenda cobre toda uma gama de interesses dos países, vai desde o interesse dos países e dos seres humanos.

ABr – É um mundo sendo discutido ali por representantes de mais de 190 países.

Figueiredo - Na ONU, cada representação busca não só a defesa dos interesses do seu país, mas também avançar como comunidade internacional, um todo, aperfeiçoando práticas e avançando em áreas, como a busca pela paz e a segurança internacional, pelos direitos humanos, pelo desenvolvimento, pela erradicação da pobreza e por toda uma vasta gama de agendas que se complementam e que são a agenda da humanidade.

Fonte: [Agência Brasil](http://agenciabrasil.etc.com.br/galeria/2012-09-19/subsecretario-geral-de-meio-ambiente-do-mre-fala-sobre-reuniao-de-ministros-do-basico-sobre-mudanca-do?foto=AgenciaBrasil190912_MCA0615)(http://agenciabrasil.etc.com.br/galeria/2012-09-19/subsecretario-geral-de-meio-ambiente-do-mre-fala-sobre-reuniao-de-ministros-do-basico-sobre-mudanca-do?foto=AgenciaBrasil190912_MCA0615)/[Agora](http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=6&n=37887) - [O Jornal do Sul](http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=6&n=37887) > [Notícias](http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=6&n=37887) > [Meio Ambiente](http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=6&n=37887)(<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=6&n=37887>)

2013

2013

Janeiro

07/01/2013

Dobradinha questão ambiental e desenvolvimento sustentável da Rio+20 se repetirá na ONU

por Renata Giraldi e Carolina Gonçalves, da Agência Brasil



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/01/desenvolvimento.jpg?9d7bd4>

Brasília – A relevância da questão ambiental e do desenvolvimento sustentável para o Brasil pesou na escolha da presidenta Dilma Rousseff ao indicar Luiz Alberto Figueiredo Machado, de 57 anos, e André Aranha Corrêa do Lago, de 52 anos, como os novos representantes brasileiros na Organização das Nações Unidas (ONU). Eles substituem Maria Luiza Viotti e Regina Dunlop.

Figueiredo e Corrêa do Lago se destacaram nas últimas décadas nas negociações ambientais e de energia, mas foi na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, em junho no Rio de Janeiro, que ambos demonstraram habilidade, paciência e espírito conciliador ao promover o consenso de países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Trabalhando em parceria, os dois embaixadores se dividiram em várias frentes de atuação durante a conferência. Ambos buscaram soluções para os impasses, com diálogo e equilíbrio. Os desafios eram adequar as cobranças dos países em desenvolvimento, que queriam mais empenho financeiro e a fixação de metas dos mais desenvolvidos.

As nações desenvolvidas, por sua vez, resistiam em assumir compromissos principalmente financeiros, alegando os efeitos da crise econômica internacional. Figueiredo e Corrêa do Lago coordenaram as reuniões técnicas em busca de consenso e acabaram obtendo o aval dos participantes para elaborar a declaração comum.

O documento conjunto divulgado ao final da Rio+20 englobou posições de mais de 190 nações. Para a delegação brasileira, o texto é um avanço, embora as organizações não governamentais digam que faltou ousadia.

Na Rio+20, Figueiredo e Corrêa do Lago conseguiram multiplicar as horas do dia participando das principais mesas de discussões, concedendo entrevistas coletivas e ainda apaziguando as divergências. Bem-humorados, eles respondiam às perguntas embaraçosas sem provocar mal-estar ou incômodo.

Na ONU, ambos terão vários desafios a enfrentar. Principal órgão internacional de negociações multilaterais, a ONU também obriga que os representantes das delegações firmem acordos bilaterais e específicos. Assuntos como paz, segurança e meio ambiente são apenas alguns dos vários que estão em debate constantemente no órgão.

A sede em Nova York engloba a presidência, a secretaria-geral do órgão e o Conselho de Segurança. Porém, ainda há espaços de discussão e definições em Viena (Áustria), Genebra (Suíça), Nairóbi (Quênia) e Haia (Países Baixos).

A diplomacia brasileira costuma ser elogiada por se caracterizar pela construção de consensos, pelo fim das polarizações e pela manutenção constante de diálogos e acordos. Nos últimos anos, as questões relativas à defesa de direitos humanos ganharam mais força para a delegação brasileira, que ressalta a importância de preservação, manutenção e defesa desses princípios.

* Edição: Tereza Barbosa.

*** Publicado originalmente no site [Agência Brasil](http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-12-30/dobradinha-questao-ambiental-e-desenvolvimento-sustentavel-da-rio20-se-repetira-na-onu)(<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-12-30/dobradinha-questao-ambiental-e-desenvolvimento-sustentavel-da-rio20-se-repetira-na-onu>).*

Fonte: Agência Brasil/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/dobradinha-questao-ambiental-e-desenvolvimento-sustentavel-da-rio20-se-repetira-na-onu/)(<http://envolverde.com.br/noticias/dobradinha-questao-ambiental-e-desenvolvimento-sustentavel-da-rio20-se-repetira-na-onu/>)

11/01/2013

Termina dia 17 consulta pública para o "IPCC" brasileiro

Termina no dia 17 o processo de consulta pública ao *Volume 3: Mitigação das Mudanças Climáticas*, trabalho que integra o Primeiro Relatório de Avaliação Nacional (RAN1) do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas.

De acordo com a Secretaria Executiva do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, o Volume 3 foi feito pela comunidade brasileira que trabalha na área de ciência do clima, seguindo os moldes dos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), e procura evidenciar as diferentes contribuições naturais e humanas sobre o aquecimento global.

O Volume 3 está para consulta pública acompanhado por uma planilha para comentários, por meio da qual especialistas e interessados no setor podem enviar sugestões, correções e observações, que contribuirão para a transparência e a qualidade da versão final do documento. Para mais informações: www.pbmc.coppe.ufrj.br

por *DiárioNet*

Fonte: [TERRA.COM](http://www.terra.com.br) > [Notícias](#) > [Sustentabilidade](#) > [Rio+20\(http://invernia.terra.com.br/sustentabilidade/noticias/0,,O16436592-E110411,00-Termina+dia+consulta+publica+para+o+IPCC+brasileiro.html\)](http://invernia.terra.com.br/sustentabilidade/noticias/0,,O16436592-E110411,00-Termina+dia+consulta+publica+para+o+IPCC+brasileiro.html)

14/01/2013

TERRAMÉRICA – Consumo colaborativo e sustentabilidade

por Fabíola Ortiz*



O consumo colaborativo pode ajudar a aliviar o trânsito e, por consequência, o meio ambiente em cidades como São Paulo.

Foto: Photostock/IPS

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/01/am21.jpg?9d7bd4>

Definido pela revista Time como uma das dez ideias capazes de mudar o mundo, o consumo colaborativo se impõe, seja como troca, aluguel ou venda, como uma nova ferramenta de desenvolvimento.

Rio de Janeiro, Brasil, 14 de janeiro (Terramérica) – Ainda conhecido por poucos no Brasil, o consumo colaborativo surge no mercado de bens e serviços das grandes cidades como uma forma de atuar com mais consciência em um momento em que o mundo debate formas de se reinventar para enfrentar a severa crise econômica e ambiental. A expressão foi cunhada no começo da década passada nos Estados Unidos para identificar uma alternativa que surgia ao modelo de consumo excessivo e desenfreado que caracteriza a sociedade desse país desde a década de 1980.

Trata-se de um mecanismo para compartilhar ou permutar aparelhos eletrônicos, livros, roupas, calçados, instrumentos, móveis e, inclusive, bicicletas e até automóveis, os quais podem ser alugados por um período curto. Esta prática de consumo se soma à atual demanda de ações sustentáveis com a tecnologia. Quanto mais avançarem os novos meios, mais fácil será realizar buscas na internet e escolher serviços, afirmam seus defensores. A revista *Time* definiu, em 2011, o consumo colaborativo como uma das dez ideias capazes de mudar o mundo.

A nova tendência está entrando timidamente no mercado brasileiro. Em 2011 foram criados os primeiros portais na internet de consumo colaborativo, tendo como iniciativas pioneiras o BuscaLá e o DescolaAí. “Este modo de consumo é uma forma extremamente consciente e importante para o futuro do planeta, e pode ser trabalhado de diversas maneiras, como troca, aluguel ou venda de qualquer produto”, explicou Leilson Duarte, um dos três sócios do BuscaLá.

Nas plataformas de trocas o interessado procura pelos produtos que necessita e informa o que pode dar em troca. A partir do momento em que uma oferta e uma demanda se identificam e se complementam, o sistema coloca os dois usuários em contato. “Permutar um produto que não se usa mais por outro que se precisa é uma forma de deixar de consumir produtos novos, evitando, assim, a produção de outras peças, o que também evita o acúmulo de lixo”, explicou Duarte em entrevista ao Terramérica.

Duarte, que estudou as novas tendências na Europa e nos Estados Unidos antes de desenvolvê-las no Brasil, contou que o objetivo do BuscaLá é promover o acesso a um produto e não a sua posse. “O importante não é ter uma câmera fotográfica, mas poder fazer fotos; não se precisa ser dono de uma furadeira, mas ter uma à mão quando necessário”, afirmou.

“O BuscaLá tem como aliadas de grande destaque as redes sociais, principalmente o Facebook e o Twitter, que alcançam um crescimento surpreendente a cada mês”, ressaltou Duarte. Esta plataforma recebe 150 mil visitas mensais e oferece mais de 40 mil produtos, que são oferecidos pelos próprios usuários registrados. “Nossa expectativa é que seja o maior site de consumo colaborativo do Brasil. Além de fazer

bem ao bolso de todos que o compartilham, é uma forma de preservar os ecossistemas e evitar o gasto desnecessário e desenfreado que vivemos atualmente”, enfatizou.

Por sua vez, o DescolaAí é um site que oferece objetos de aluguel, como livros, discos, vídeos e jogos. Para cada transação são cobrados R\$ 2 de cada usuário. Com este portal, “você ganha dinheiro e ainda ajuda o planeta, evitando que os outros produtos sejam fabricados mediante a extração de novos recursos naturais”, anuncia o site, cujo *slogan* é a sustentabilidade do mercado.

O consumo colaborativo serve de inspiração para jovens empresários em busca de novos modelos de negócios simples e acessíveis, sem exigir elevados investimentos nem grandes conhecimentos administrativos. É o caso do empresário Felipe Barroso, de 34 anos, que em seu momento se mudou de Curitiba para São Paulo, a fim de investir em um modelo de negócio criativo que se afastasse das fórmulas convencionais. Desta forma, criou em 2009 a empresa Zazcar, que aplica o sistema de *carsharing*, expressão inglesa que significa compartilhar automóveis.

“Encontrei-me na internet com este modelo de negócios que implica compartilhar automóveis. O mais interessante é que promove a redução da quantidade de veículos nas ruas”, destacou Barroso à IPS. Sua empresa, com sede em São Paulo, decidiu apostar em um sistema simples de aluguel de automóveis 24 horas por dia, sete dias por semana, por um breve período. Após três anos de funcionamento, passou de apenas dezz veículos e 74 clientes registrados para 60 carros e quase dois mil clientes.

Na última década, 1,2 milhão de novos automóveis ocuparam as ruas paulistanas, cujos engarrafamentos de vários quilômetros chegam a paralisar a cidade nos horários de pico, segundo o Departamento Estadual de Trânsito.

“Os clientes se registram pelo próprio site, ou por telefone, e obtêm um cartão e podem acertar o horário e o dia que necessitam pelo mínimo de uma hora e o máximo de sete dias. A empresa se encarrega da manutenção e do combustível”, explicou Barroso. Em agosto de 2012, um estudo feito pela Zazcar concluiu que, para cada automóvel da empresa, seis eram retirados das ruas. “Cerca de 25% de nossos clientes venderam pelo menos um de seus carros”, contou Barroso.

O sistema de *carsharing* é a prova de que há espaço e potencial para o crescimento deste modelo de consumo colaborativo. Barroso afirmou que o faturamento anual da empresa aumentou 180%. “Os usuários aderem cada vez mais ao sistema. No começo houve uma certa resistência dos consumidores, mas o “boca a boca” motivou muita gente. A receptividade foi unânime”, destacou.

Este sistema favorece muitos motoristas que percorrem até 12 mil quilômetros por ano e são a maioria dos proprietários de automóveis. Segundo Barroso, é possível economizar entre R\$ 500 e R\$ 800 por ano. “Este modelo está começando, e tem potencial para crescer, mas ainda falta evoluir mais no consumo colaborativo a partir dos bens dos próprios usuários. Tende a evoluir a partir das novas tecnologias, que permitem à pessoa se conectar com outras de uma maneira simples. Assim, se facilita a busca, as compras e os serviços”, ressaltou. Envolverde/Terramérica

** A autora é correspondente da IPS.*

Artigo produzido para o Terramérica, projeto de comunicação apoiado pelo Banco Mundial Latin America and Caribbean, realizado pela Inter Press Service (IPS) e distribuído pela Agência Envolverde.

Fonte: Terramérica/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ambiente/terramerica-consumo-colaborativo-e-sustentabilidade/)(<http://envolverde.com.br/ambiente/terramerica-consumo-colaborativo-e-sustentabilidade/>)

14/01/2013

Ministério vai finalizar neste ano mecanismo de Redd+

O Ministério do Meio Ambiente deve finalizar neste ano a estratégia nacional do mecanismo de Redução de Emissão por Desmatamento e Degradação (Redd+), afirma o secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, Carlos Klink. Outra prioridade deve ser o monitoramento dos biomas brasileiros. Um dos focos dessa política será avaliar o potencial da floresta amazônica como mecanismo de combate às mudanças climáticas.

Segundo Klink, o Redd+ vai ajudar na implantação de projetos voltados para a conservação florestal como forma de reduzir as emissões de gases de efeito estufa. O Redd+ representa um mecanismo de redução compensada das emissões de carbono na atmosfera. O conceito engloba as reduções por desmatamento e degradação e inclui a tarefa da conservação florestal, do manejo sustentável e do aumento dos estoques de carbono. A redução aparece, portanto, como um meio de diminuir os efeitos das mudanças climáticas.

"O plano já está bem desenhado e, em breve, será levado adiante", afirma Klink. Neste ano, devem passar a valer, ainda, os Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima de indústria, da mineração, de saúde e de transporte.

Para serem colocadas em prática, as ações de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas terão de estar em harmonia com a realidade de cada área do País. De acordo com Klink, existem, hoje, 18 legislações estaduais que tratam do assunto.

Quanto à Amazônia, a expectativa é que, neste ano, o governo federal passe a monitorar, também, o cerrado, nos moldes do trabalho desenvolvido na Floresta Amazônica. Os bons resultados do ano passado no combate ao desmatamento da Amazônia impulsionaram, ainda, o papel do Brasil no cenário mundial.

Fonte: DiárioNet

Fonte: [TERRA.COM](http://www.terra.com.br) > [Notícias](#) > [Sustentabilidade](#) > [Rio+20\(http://inveria.terra.com.br/sustentabilidade/noticias/0,,O16442094-E110411,00-Ministerio+vai+finalizar+neste+ano+mecanismo+de+Redd.html\)](http://inveria.terra.com.br/sustentabilidade/noticias/0,,O16442094-E110411,00-Ministerio+vai+finalizar+neste+ano+mecanismo+de+Redd.html)

23/01/2013

ONU determina grupo que vai criar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

por Redação do EcoD



A escolha do grupo foi feita durante a Assembleia Geral.

Foto: UN Photo/Eskinder Debebe

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/01/ONU.jpg?9d7bd4>

A Assembleia Geral da ONU estabeleceu na terça-feira, 22 de janeiro, um grupo de trabalho para criar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – uma série de metas para reduzir a pobreza, promover o avanço social e proteger o meio ambiente.

A criação deste grupo é um resultado direto do compromisso assumido pelos governos na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada em junho de 2012, no Rio de Janeiro.

Durante a conferência, os governos concordaram em estabelecer um conjunto de metas para ajudar na implementação do desenvolvimento sustentável, e como base serão usados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), cujo prazo de implementação acaba em 2015.

Os ODS deverão orientar os países na obtenção de resultados específicos dentro de um período de tempo a ser determinado, como, por exemplo, no acesso universal a energia sustentável e água limpa para todos. O documento final da Rio+20, intitulado O Futuro que Queremos, também estabelece que os ODS sejam integrados à agenda de desenvolvimento das Nações Unidas pós-2015.

O grupo de trabalho de 30 membros é composto por países de todas as regiões do mundo, e vai preparar um relatório sobre os ODS para que a Assembleia Geral da ONU possa discuti-lo em sua 68ª sessão, que terá início em setembro.

* Publicado originalmente no site [EcoD](http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2013/janeiro/onu-determina-grupo-que-vai-criar-os-objetivos-de?tag=economia-e-politica)(<http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2013/janeiro/onu-determina-grupo-que-vai-criar-os-objetivos-de?tag=economia-e-politica>).

Fonte: EcoD/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/onu-determina-grupo-que-vai-criar-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/)(<http://envolverde.com.br/noticias/onu-determina-grupo-que-vai-criar-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>)

2013

Fevereiro

05/02/2013

Lei é lei em qualquer área, ou tem área onde lei é sugestão?

por Dal Marcondes, da Envolverde



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/02/e1.jpg?9d7bd4>

Desde que comecei a cobrir as áreas de meio ambiente e sustentabilidade tenho notado uma certa divergência entre a obrigatoriedade de se cumprir a lei em diversas áreas do cotidiano. Enquanto a maior parte da sociedade clama por mais rigor nas leis criminais, que deveriam aumentar a sensação de segurança dos cidadãos, em outras áreas o cumprimento da lei é visto por muitos como um entrave e não como uma garantia dos direitos desses mesmos cidadãos. Cumpre dizer desde já que não sou advogado e nem de longe um especialista em leis, apenas um jornalista que escreve sobre muitas coisas, em especial sobre sustentabilidade há pelo menos 15 anos. Antes disso escrevia mais sobre economia e finanças.

Os debates sobre a necessidade de se cumprir leis na área ambiental são sempre acalorados e muitas vezes tratados de forma maniqueísta. São comuns opiniões que colocam as questões da legislação ambiental como sendo um entrave à produção, principalmente de alimentos ou de bioenergia. E vejam, não estou aqui tratando de militância, mas de leis debatidas e aprovadas pelos parlamentos em seus diversos níveis. Em um artigo recente procurei destacar que a produção de arroz nas áreas de alagados do arquipélago do Marajó precisa estar amparada na Constituição do Estado do Pará, que determina que aquela região é uma APA – Área de Preservação Ambiental e uma das mais importantes área de alagados do Brasil, responsável pela reprodução de inúmeras espécies de peixes e crustáceos.

Não era um artigo nem a favor e nem contra a produção agrícola na região, mas sim um texto que levanta a inexistência de marcos legais que apoiem essa produção, principalmente por omissão do poder público. No entanto, como o texto foi escrito por um suposto ambientalista (eu recuso esse rótulo, sou apenas um jornalista), as reações foram inúmeras apontando genericamente “os ambientalistas” como entraves à produção de alimentos. O debate deveria ser focado no cumprimento de uma lei que prevê o estabelecimento da APA do Marajó e a regulamentação de atividades econômicas de impacto, pois sem isso há um risco de outros direitos da sociedade serem atropelados.

As leis ambientais brasileiras são apontadas internacionalmente como bastante avançadas em diversas áreas. Destaque seja feito para o capítulo de meio ambiente da Constituição de 1988, mas a legislação ambiental brasileira é muito anterior a isso. A Política Nacional de Meio Ambiente, Lei nº 6.938/81, por exemplo, foi promulgada em 1981, ainda durante o regime militar e, certamente, sem a influência de militantes ambientais. O País goza de uma excelente reputação nessa área, assim como na área de monitoramento do cumprimento dessas leis, assumindo, inclusive, posições de liderança em debates estruturantes, como as Conferências de Biodiversidade e de Clima organizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU). As duas mais importantes conferências sobre desenvolvimento sustentável do sistema ONU foram realizadas no Brasil, a Rio92 e a Rio+20, em uma demonstração do destaque que os temas têm no País.

No entanto, as leis ambientais são tratadas como leis de segunda categoria quando o suposto “interesse econômico” aflora. Não importa que normalmente leis ambientais sejam defesas de interesses de longo

prazo da sociedade e da própria economia, e os “interesses econômicos” costumam ser de curtíssimo prazo e normalmente de grupos e não da sociedade em geral. Os números divulgados pelo IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – mostram que o número de acidentes ambientais no Brasil vem crescendo em progressão geométrica na última década, saindo de 116 em 2006 para 751 em 2010, um dado que certamente reforça a necessidade de cumprimento da legislação ambiental em toda a sua amplitude no Brasil.

Nos últimos anos o Brasil avançou promulgando diversas leis que terão um forte impacto na estruturação da economia e dos direitos sociais nos próximos anos, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que trata da gestão de lixo em todo o País, o Plano Nacional de Saneamento Básico, com benefícios claros à saúde e ao meio ambiente, e a inovadora Política Nacional de Mudanças Climáticas, que serve como modelo não apenas para Estados e municípios, como está sendo estudada por diversos países. É importante que essas legislações e outras não citadas sejam estruturantes para as atividades econômicas e para a ação dos poderes públicos, pois delas surgirá uma economia mais adequada aos desafios oferecidos pelo futuro, onde cada vez mais pessoas dependerão dos recursos naturais e de sua capacidade de prestar serviços ambientais ao Brasil e ao planeta.

Há de se lembrar também que, normalmente, os prejuízos de acidentes ambientais são públicos, costumam impactar toda a sociedade, enquanto os lucros de atividades que desrespeitam as leis ambientais são privados.

** Dal Marcondes é jornalista, diretor da Envolverde, passou por diversas redações da grande mídia paulista, como Agência Estado, Gazeta Mercantil, revistas IstoÉ e Exame. Desde 1998 dedica-se à cobertura de temas relacionados ao meio ambiente, educação, desenvolvimento sustentável e responsabilidade socioambiental empresarial.*

Fonte: [Agência Envolverde](http://envolverde.com.br/economia/lei-e-lei-em-qualquer-area-ou-tem-area-onde-lei-e-sugestao/)(<http://envolverde.com.br/economia/lei-e-lei-em-qualquer-area-ou-tem-area-onde-lei-e-sugestao/>)

18/02/2013

“Sem empresas sustentáveis não haverá trabalho decente”, adverte diretora da OIT

por Redação do EcoD



No Brasil, 2,9 milhões de postos de trabalho foram registrados em 2010 em áreas dedicadas à redução dos danos ambientais.

Foto: bkusler

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/02/solar1.jpg>

Um relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançado na sexta-feira, 15 de fevereiro, afirma que em países com diferentes níveis de desenvolvimento a transição para uma economia mais verde e sustentável criou milhões de postos de trabalho.

Nos Estados Unidos, por exemplo, o emprego em bens e serviços ambientais foi de 3,1 milhões em 2010. No Brasil, 2,9 milhões de postos de trabalho foram registrados em áreas dedicadas à redução dos danos ambientais, no mesmo período.

Os números em diversos países mostram que o argumento de que a transição para uma economia mais verde impactará negativamente o nível de emprego tem sido geralmente exagerado. “De fato, são os países em desenvolvimento que podem se beneficiar da criação de empregos em áreas de tecnologias limpas e energias renováveis”, destaca o estudo intitulado [O desafio da promoção de empresas sustentáveis na América Latina e no Caribe: Uma análise regional comparativa](http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/empresasustent%C3%A1veis_984.pdf) (http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/empresasustent%C3%A1veis_984.pdf).

Países como México e Brasil lideram a adoção de medidas para lidar com as questões ambientais, especialmente em estratégias nacionais de crescimento com baixo carbono, indica o documento.

Um estudo do Banco Mundial no Brasil citado pela publicação da OIT afirma que a redução, até 2030, das emissões de carbono em mais de um terço é compatível com o crescimento do PIB [Produto Interno Bruto] e da economia.

O levantamento afirma que “o país tem grande oportunidade de mitigar e reduzir suas emissões de carbono em setores como agricultura, energia, transporte e gestão de resíduos, sem afetar negativamente o crescimento econômico”.

Empresas sustentáveis

A OIT recomendou aos países da região que enfrentem os “problemas endêmicos” que inibem o desenvolvimento das empresas sustentáveis, como os relacionados com a alta informalidade e baixa produtividade, no âmbito dos esforços que são realizados para gerar mais e melhores empregos.

“Sem empresas sustentáveis não haverá trabalho decente e sem trabalho decente não haverá empresa sustentável”, advertiu a diretora da OIT para a América Latina e o Caribe, Elizabeth Tinoco, ao participar da apresentação do relatório na sede da União Industrial Argentina (UIA).

O relatório afirma que o setor privado gera cerca de 200 milhões de empregos na América Latina e no Caribe, o equivalente a 79% do total de postos de trabalho disponíveis, por meio de 59 milhões de unidades produtivas, ainda que a grande maioria delas (cerca de 48 milhões) sejam empreendimentos unipessoais.

Existem 11 milhões de negócios ou empresas de diversos tamanhos que contratam trabalhadores na região, das quais 2,5 milhões têm mais de 6 trabalhadores, acrescenta o documento.

Degradação ambiental

O documento da OIT alerta que a América do Sul foi uma das regiões com a maior perda líquida de florestas entre os anos 2000 e 2010, com 4 milhões de hectares perdidos a cada ano, de acordo com dados compilados pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

“Este fato é extremamente grave, dada a importância das florestas para a conservação dos ecossistemas e da biodiversidade, e também por sua grande contribuição para o PIB de países como Brasil, México, Guiana, Paraguai, Bolívia e Chile. A exploração insustentável, portanto, representa não apenas graves riscos ecológicos, mas também econômicos”, aponta o documento.

O relatório lembra, no entanto, que várias políticas têm sido implementadas para reduzir o impacto ambiental do setor privado. “Alguns países fizeram progressos rumo à criação de incentivos para a produção limpa, gestão sustentável dos recursos naturais e investimentos em energia renovável, embora sejam experiências muitas vezes ainda incipientes.”

O documento aponta no entanto alguns exemplos relevantes sobre os incentivos para a gestão de resíduos sólidos. Na Colômbia, recicladores tradicionais recicladores foram reconhecidos como empreendedores. O documento cita ainda a recente Lei de Saneamento Básico no Brasil, que regula a coleta, tratamento e destino final dos resíduos.

- [Conheça o estudo na íntegra em espanhol \(em PDF\)](http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/empresasustent%C3%A1veis_984.pdf) (http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/empresasustent%C3%A1veis_984.pdf)

* Publicado originalmente no site [EcoD](http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2013/fevereiro/sem-empresas-sustentaveis-nao-havera-trabalho?tag=empresa-sustentavel) (<http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2013/fevereiro/sem-empresas-sustentaveis-nao-havera-trabalho?tag=empresa-sustentavel>).

Fonte: EcoD/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/sem-empresas-sustentaveis-nao-havera-trabalho-decente-adverte-diretora-da-oit/) (<http://envolverde.com.br/noticias/sem-empresas-sustentaveis-nao-havera-trabalho-decente-adverte-diretora-da-oit/>)

18/02/2013

ONU diz que derretimento do Ártico tem efeitos globais diretos

Publicação anual da ONU aponta a redução das geleiras como o problema ambiental mais preocupante de 2012

por Ivana Ebel



O derretimento recorde do Ártico preocupa os ambientalistas

Foto: Reuters

Fonte: <http://p2.trrsf.com.br/image/fget/cf/407/305/images.terra.com/2012/12/14/46melhores.JPG>

A região ártica atingiu seu ponto recorde de degelo em setembro de 2012: a cobertura congelada ocupou uma área 18% menor do que em 2007, ano em que havia sido registrada a menor superfície até então. Os 3,4 milhões de quilômetros quadrados representam uma marca 50% inferior que a média das décadas de 1980 e 1990. A situação é apontada com um dos problemas ambientais mais preocupantes pelo décimo relatório anual do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), publicado nesta segunda-feira.

O documento trata de outras questões ambientais emergentes, como o crescimento das populações urbanas e a caça de animais selvagens na África. O relatório alerta ainda para a necessidade de uma pesquisa ampla sobre os danos causados pela contaminação química em todo o mundo. “O relatório anual é uma revisão dos principais eventos e desenvolvimentos do ano relacionados ao meio ambiente, mas também é uma forma de apontar as questões emergentes. Também oferecemos uma atualização em importantes indicadores”, explica a coordenadora do documento, Tessa Goverse.

A questão do Ártico é tratada sob uma perspectiva global e ilustra de forma visível os efeitos do aquecimento global. Tessa cita o aumento dos níveis dos oceanos em três milímetros todos os anos como uma relação direta das perdas nas calotas polares. Além disso, a incidência de fenômenos climáticos mais severos tende a aumentar.

O derretimento das geleiras cria uma reação em cadeia, como explica o relatório. As camadas congeladas funcionam como espelhos e refletem cerca de 85% da radiação solar. Com menos área congelada, mais calor é absorvido: as superfícies de águas escuras refletem apenas 10% da radiação e absorvem o restante do calor.

Além disso, as geleiras armazenam grandes quantidades de metano e seu derretimento libera o gás na atmosfera, contribuindo para o efeito estufa. Embora o documento aponte que a região ártica apresente um aquecimento duas vezes superior à média global, a redução na emissão de gases do efeito estufa tem uma relação direta com o problema.

Químicos

O relatório faz ainda uma chamada para combater a poluição química. Dados indicam que o uso de químicos tem se deslocado de países industrializados para nações em processo de desenvolvimento ou países com economia em transição. Entre os efeitos diretos da contaminação por esses agentes estão doenças infecciosas, câncer, doenças cardiovasculares, respiratórias, de pele, neurológicas, disfunções reprodutivas e do sistema imunológico, diz o estudo.

Além do uso direto de químicos, resíduos eletrônicos representam um problema crescente. Embora possam ser em sua maioria reciclados, equipamentos velhos podem liberar substâncias contaminantes altamente nocivas se não receberem o cuidado adequado.

“O ambiente ainda está sob uma pressão muito grande quanto ao uso dos recursos naturais, a degradação de ecossistemas”, avalia Tessa. No entanto, ela aponta sinais positivos e diz que o relatório é um instrumento. “Usamos os dados e evidências científicas que temos sobre o que está acontecendo e quais são os riscos e tentamos preencher as lacunas em diferentes níveis - países, indústria, pesquisa - e apontar os melhores mecanismos para a tomada de decisões que possam possibilitar a solução de problemas ambientais”, explica.

Exemplos positivos

Apesar dos dados alarmantes, o documento apresenta avanços e faz um retrospecto de 2012, com destaque para a conferência Rio+20. “Foi o maior evento para verificar os progressos”, avalia Tessa. Para ela, um exemplo positivo a ser citado é o avanço na proteção da camada de ozônio. Os 25 anos da celebração dos primeiros acordos internacionais nesse sentido são lembrados na abertura do relatório. “Leva tempo, mas é possível”, acredita a coordenadora.

Na sua opinião, existe um esforço consolidado em torno de algumas questões. “Cerca de 90% de todos os países do mundo assinaram algum ou alguns dos maiores tratados internacionais de proteção ambiental”, aponta. Para ela, é preciso o apoio de todos os agentes envolvidos e de todo o mundo para que se possa construir um futuro sustentável.

Fonte: Deutsche Welle/[TERRA.COM > Notícias > Ciência](http://noticias.terra.com.br/ciencia/onu-diz-que-derretimento-do-artigo-tem-efeitos-globais-diretos,9d25601a1b4ec310VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html)(<http://noticias.terra.com.br/ciencia/onu-diz-que-derretimento-do-artigo-tem-efeitos-globais-diretos,9d25601a1b4ec310VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html>)

19/02/2013

Primeira sessão universal do Conselho Administrativo do Pnuma reforça o movimento rumo ao futuro sustentável

por Redação do CarbonoBrasil



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/02/futuro.jpg>

Livro sobre os 40 anos da organização será lançado durante o encontro.

Centenas de representantes de governos, cientistas, entidades civis e empresários estão reunidos desde ontem, 18 de fevereiro, na sede do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), em Nairobi, no Quênia. Eles farão parte da história ao participar das primeiras sessões universais do Conselho Administrativo do Pnuma e do Fórum Global de Ministros do Meio Ambiente. Sob o tema “Rio+20: dos resultados à implementação”, o encontro acontece até sexta-feira, 22 de fevereiro.

Além de ratificar o fortalecimento do Pnuma, a sessão do Conselho Administrativo tratará de diversas questões urgentes, como produção e consumo sustentáveis para agenda de desenvolvimento pós-2015; novas formas de financiamento contra resíduos e poluentes químicos; e a implementação prática das decisões da Rio+20.

Ao longo da semana, o Pnuma lançará relatórios que abordam tópicos emergenciais como o degelo acelerado no Ártico, as últimas análises sobre as consequências para o sistema hormonal da exposição a compostos químicos perigosos e um panorama sobre o acesso a energia elétrica em diversos países.

Também será anunciada uma nova iniciativa, liderada pelo Pnuma, focada no intercâmbio de tecnologias e expertise para países em desenvolvimento no combate às mudanças climáticas.

Fortalecimento do Pnuma

Durante a Rio+20, chefes de estado decidiram reforçar a atuação do Pnuma, na primeira reforma institucional do Programa da ONU para o Meio Ambiente desde sua fundação, em 1972. A decisão foi ratificada por resolução da 67ª sessão da Assembleia Geral da organização, no ano passado, e implementa o compromisso assumido por líderes mundiais de fortalecer o trabalho do Pnuma contra os desafios ambientais.

“O Pnuma, e sua longa parceria com governos, agências da ONU e comunidade científica, entre outros, está entrando em uma nova fase para melhor atender às necessidades de uma população global crescente sem extrapolar os limites do planeta”, afirma o Subsecretário da ONU e Diretor Executivo do Pnuma, Achim Steiner.

“O tema central do Conselho Administrativo, ‘Rio+20: dos resultados à implementação’, ressalta que é chegada a hora de amplificar e acelerar os diversos tratados e políticas colocados em prática com sucesso nos últimos 40 anos. A partir deste encontro, e como consequência das mudanças implementadas nos últimos anos, o Pnuma poderá maximizar seu potencial de atuação para criar as bases um século XXI sustentável”, completa Steiner.

40 anos de Pnuma

Para marcar seu 40º aniversário, o Pnuma lançará na terça-feira, 19 de fevereiro, o livro UNEP – The First 40 Years (Pnuma, os Primeiros 40 Anos), de autoria do conservacionista Stanley P. Johnson. A obra mostra

a evolução desde a fundação do Pnuma na Conferência de Estocolmo, em 1972, até sua posição atual no centro do movimento ambiental.

“O Pnuma tem uma longa trajetória, desde quando era um pequeno secretariado ocupando uma sala sobre um supermercado em Nairobi até a instituição global dos dias de hoje. Johnson mostra essa evolução em detalhes, ao mesmo tempo em que conta a história fascinante da percepção dos problemas ambientais enfrentados pelo mundo e os esforços somados contra eles”, analisa Achim Steiner.

O livro cobre diversos pontos da atuação da organização, incluindo as estratégias iniciais para limpar mares poluídos, as ações para proteção da camada de ozônio, a prevenção do despejo de dejetos tóxico, a proteção à biodiversidade e às espécies em extinção e a atual promoção da Economia Verde.

O leitor poderá testemunhar os bastidores do trabalho do Pnuma em negociações complexas, que resultaram em tratados de referência como o Plano de Ação para o Mediterrâneo e o subsequente Programa para Mares Regionais; a Convenção sobre a Conservação de Espécies Selvagens Migratórias, de 1983; o Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Empobrecem a Camada de Ozônio, de 1987; a Convenção sobre Diversidade Biológica; e a Convenção da Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito.

Com base em entrevistas com personagens chaves de cada época, como o ex-ministro das relações exteriores do Quênia, Njoroge Mungai, o livro também detalha a construção do acordo diplomático que resultou na primeira entidade da ONU a ter sua sede em um país em desenvolvimento.

“O Quênia tem se mantido como um hóspede caloroso. Atualmente pouco se questiona a decisão de abrigar a sede em um país em desenvolvimento, mas a narrativa reforça como a decisão foi radical para época e o papel determinante dos diplomatas quenianos”, afirma o Porta-Voz e Diretor de Comunicação do Pnuma, Nick Nuttall.

* Com informações do Pnuma.

** Publicado originalmente no site [CarbonoBrasil](http://www.institutocarbonobrasil.org.br/noticias6/noticia=733171)(<http://www.institutocarbonobrasil.org.br/noticias6/noticia=733171>).

Fonte: CarbonoBrasil/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/primeira-sessao-universal-do-conselho-administrativo-do-pnuma-reforca-o-movimento-rumo-ao-futuro-sustentavel/)(<http://envolverde.com.br/noticias/primeira-sessao-universal-do-conselho-administrativo-do-pnuma-reforca-o-movimento-rumo-ao-futuro-sustentavel/>)

19/02/2013

Países reunidos no Quênia discutem rumos de órgão ambiental da ONU

Relatório do Pnuma lançado em evento aponta preocupação com o Ártico. Degelo pode causar corrida por exploração de petróleo, diz órgão da ONU.

do Globo Natureza, em São Paulo

Ministros do meio ambiente e representantes de cerca de 150 países estão reunidos em Nairóbi, capital do Quênia, na África, para debater os rumos e o fortalecimento do programa da ONU para questões ambientais, o Pnuma, em uma conferência que prossegue até sexta-feira (22).

O encontro dá prosseguimento à decisão tomada na **Rio+20**(<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/rio20-termina-sem-definir-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel.html>), a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio em junho de 2012, de dar maior peso ao Pnuma. Na segunda-feira (18), foi lançado em Nairóbi um relatório que indicou preocupação com o derretimento do gelo do Ártico e seus efeitos. O degelo bateu recorde em 2012, **informou o G1 em setembro**(<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/09/artico-tem-maior-degelo-ja-registrado-afirma-instituicao-dos-eua.html>).



Gelo fino cobre o Oceano Ártico, em região próxima ao Estreito da Dinamarca

Foto: Nasa/Divulgação

Fonte: http://s2.glbimg.com/q3fBE04t9SFdNVF34EVDIObNk4wxs8U0KlcyV9nGj9loz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/08/27/degelo3.jpg

"O que estamos vendo é que o derretimento está causando uma corrida por fontes de combustíveis fósseis que originalmente alimentaram o degelo", afirmou Achim Steiner, subsecretário-geral da ONU e diretor-executivo do Pnuma, apontando que o Ártico está gradativamente sendo inserido em um "círculo vicioso".

A corrida pela exploração destas reservas de petróleo no Ártico tem consequências que devem ser pesadas com cuidado pelos países em todo o mundo, dados os impactos globais e problemas ambientais que podem acarretar, disse Steiner às agências internacionais.



Formação de icebergs em região do Oceano Ártico

Foto: Divulgação/Universidade de Washington

Fonte: http://s2.glbimg.com/jLSouDlxZ-YiuMaEviEBK7gLfywIXdPvlujl-Dgi1G1Ioz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/fo/g1/f/original/2012/12/20/artico2.jpg

Segundo o Serviço Geológico dos EUA (USGS, na sigla em inglês), cerca de 30% do gás natural inexplorado no mundo está no Ártico, em regiões que podem ser expostas e ter o acesso facilitado com o degelo. Mais de 70% do óleo inexplorado no Ártico está em áreas como o norte do Alasca e na porção oriental da Groenlândia, aponta a ONU.

"Conforme o gelo retrocede, facilitando o acesso e o transporte, espera-se que o Ártico cumpra um papel importante na busca por minerais e fontes de energia pelo mundo", afirma o Pnuma, em nota. A preocupação com o aquecimento do Ártico e com a exploração que este fenômeno pode acarretar tem sido "debatida já há algum tempo, mas isso [o debate] não se transformou em ações imediatas", ressaltou Steiner.

Para esta terça-feira (19), a previsão é discutir metas de desenvolvimento sustentável para o período após 2015, projetos ambientais bem-sucedidos na Ásia e outras iniciativas globais.

Na quarta-feira (20), serão debatidas medidas globais pelo consumo e produção sustentável, além de haver o lançamento de um atlas com dados ambientais dos países árabes, e discussões em um fórum de preservação de elefantes no Quênia.

Fonte: [G1 Natureza \(http://g1.globo.com/natureza/noticia/2013/02/paises-reunidos-no-quenia-discutem-rumos-de-orgao-ambiental-da-onu.html\)](http://g1.globo.com/natureza/noticia/2013/02/paises-reunidos-no-quenia-discutem-rumos-de-orgao-ambiental-da-onu.html)

20/02/2013

Governos de países em desenvolvimento terão recursos para desenvolver economia verde

por Carolina Gonçalves, da Agência Brasil



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/02/economiaverde.jpg>

Brasília – Nos próximos dois anos, os governos de sete países em desenvolvimento vão receber orientações e recursos para desenvolver estratégias de economia verde em seus territórios. A parceria firmada por quatro agências das Nações Unidas em Nairobi, no Quênia, foi anunciada durante a sessão universal do Conselho Administrativo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) que está ocorrendo no Continente Africano desde o último dia 18.

Pela primeira vez, as quatro principais agências internacionais das Nações Unidas ligadas ao meio ambiente, ao trabalho, ao desenvolvimento industrial e à pesquisa vão trabalhar juntas para garantir a implementação de políticas sustentáveis como as de tecnologias limpas e de erradicação da pobreza. Os países ainda não foram selecionados, mas a expectativa é que sejam definidos nos próximos meses e sirvam como projeto experimental.

A partir dessa experiência, os representantes do Pnuma, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido) e do Instituto das Nações Unidas para Formação e Pesquisa (Unitar) vão ampliar o apoio para mais 23 países. A implementação das estratégias deve ocorrer até 2020 nas 30 economias.

A proposta é que a Parceria para Ação pela Economia Verde (Page, na sigla em inglês) estimule os investimentos em ativos econômicos verdes, incluindo tecnologias limpas, o uso eficiente de recursos, a conservação de ecossistemas, a formação de mão de obra qualificada para empregos verdes e a boa governança nesses territórios. A expectativa é que com a medida sejam criados novos empregos e áreas de atuação dentro de uma nova configuração de desenvolvimento.

Pelos dados apresentados pela OIT, metade da força de trabalho global – cerca de 1,5 bilhão de pessoas – pode ser favorecida em uma transição para a economia verde. Países como Barbados, o México, Nepal e a África do Sul foram citados pelos representantes da organização por terem estruturado iniciativas verdes em seus territórios. Os governos da Alemanha, do Quênia e da Coreia do Sul conseguiram, segundo a OIT, fazer “mudanças radicais” em suas políticas energéticas, favorecendo fontes renováveis.

Os representantes da Unido destacaram ainda, durante a reunião, que o desenvolvimento de indústrias limpas e o apoio para que esses negócios se tornem mais eficientes é um dos focos da medida conjunta.

A proposta está entre os pontos acordados no documento final da Rio+20 – O Futuro Que Queremos. Assinado por líderes de mais de 190 países em junho do ano passado, no Rio de Janeiro, o texto destaca a economia verde como um dos motores do desenvolvimento sustentável, da erradicação da pobreza e uma responsabilidade da comunidade internacional.

* Edição: Graça Adjuto.

*** Publicado originalmente no site [Agência Brasil](http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-02-20/governos-de-paises-em-desenvolvimento-terao-recursos-para-desenvolver-economia-verde)(<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-02-20/governos-de-paises-em-desenvolvimento-terao-recursos-para-desenvolver-economia-verde>).*

Fonte: Agência Brasil/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/governos-de-paises-em-desenvolvimento-terao-recursos-para-desenvolver-economia-verde/)(<http://envolverde.com.br/noticias/governos-de-paises-em-desenvolvimento-terao-recursos-para-desenvolver-economia-verde/>)

20/02/2013

Países em desenvolvimento terão recursos para economia verde

A parceria foi firmada por quatro agências da ONU; os países beneficiados ainda não foram definidos por Carolina Gonçalves, da Agência Brasil(<http://agenciabrasil.ebc.com.br/>)



Prédios e casas verdes: pelos dados apresentados pela OIT, metade da força de trabalho global pode ser favorecida em uma transição para a economia verde

Foto: Divulgação/Imovelweb

Fonte: http://exame0.abril.com.br/assets/images/2011/11/43089/size_590_imoveis-arte.jpg?1320428850

Brasília - Nos próximos dois anos, os governos de sete países em desenvolvimento vão receber orientações e recursos para desenvolver estratégias de [economia verde](http://exame.abril.com.br/topicos/economia-verde) em seus territórios.

A parceria firmada por quatro agências das Nações Unidas em Nairobi, no Quênia, foi anunciada durante a sessão universal do Conselho Administrativo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) que está ocorrendo no Continente Africano desde o último dia 18.

Pela primeira vez, as quatro principais agências internacionais das Nações Unidas ligadas ao meio ambiente, ao trabalho, ao desenvolvimento industrial e à pesquisa vão trabalhar juntas para garantir a implementação de políticas sustentáveis como as de tecnologias limpas e de erradicação da pobreza.

Os países ainda não foram selecionados, mas a expectativa é que sejam definidos nos próximos meses e sirvam como projeto experimental.

A partir dessa experiência, os representantes do Pnuma, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido) e do Instituto das Nações Unidas para Formação e Pesquisa (Unitar) vão ampliar o apoio para mais 23 países. A implementação das estratégias deve ocorrer até 2020 nas 30 economias.

A proposta é que a Parceria para Ação pela Economia Verde (Page, na sigla em inglês) estimule os investimentos em ativos econômicos verdes, incluindo tecnologias limpas, o uso eficiente de recursos, a conservação de ecossistemas, a formação de mão de obra qualificada para empregos verdes e a boa governança nesses territórios.

A expectativa é que com a medida sejam criados novos empregos e áreas de atuação dentro de uma nova configuração de desenvolvimento.

Pelos dados apresentados pela OIT, metade da força de trabalho global – cerca de 1,5 bilhão de pessoas – pode ser favorecida em uma transição para a economia verde. Países como Barbados, o México, Nepal e a África do Sul foram citados pelos representantes da organização por terem estruturado iniciativas verdes em seus territórios.

Os governos da Alemanha, do Quênia e da Coreia do Sul conseguiram, segundo a OIT, fazer "mudanças radicais" em suas políticas energéticas, favorecendo fontes renováveis.

Os representantes da Unido destacaram ainda, durante a reunião, que o desenvolvimento de indústrias limpas e o apoio para que esses negócios se tornem mais eficientes é um dos focos da medida conjunta.

A proposta está entre os pontos acordados no documento final da Rio+20 – O Futuro Que Queremos. Assinado por líderes de mais de 190 países em junho do ano passado, no Rio de Janeiro, o texto destaca a economia verde como um dos motores do desenvolvimento sustentável, da erradicação da pobreza e uma responsabilidade da comunidade internacional.

Fonte: [EXAME.COM > Notícias > Meio Ambiente e Energia](http://exame.abril.com.br/meio-ambiente-e-energia/noticias/paises-em-desenvolvimento-terao-recursos-para-economia-verde)(<http://exame.abril.com.br/meio-ambiente-e-energia/noticias/paises-em-desenvolvimento-terao-recursos-para-economia-verde>)

25/02/2013

ONU constrói nova agenda de desenvolvimento

por Mathieu Vaas, da IPS



Saraswathi Menon.

Foto: Cortesia ONU Mulheres

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/02/Saraswathi.jpg>

Nações Unidas, 25/02/2013 – Conforme se aproxima o prazo para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), em 2015, as diferentes agências da Organização das Nações Unidas (ONU) discutem uma nova agenda para os anos seguintes. Para elaborar a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, a ONU Mulheres e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) receberam a missão de liderar consultas sobre o tema da desigualdade, referente tanto a assuntos de gênero quanto socioeconômicos.

As discussões acontecem por meio de propostas escritas, debates pela internet e mediante um grupo assessor especialmente criado. A IPS conversou com a diretora da Divisão de Políticas da ONU Mulheres, Saraswathi Menon, sobre a Agenda de Desenvolvimento e sobre quais possibilidades pode oferecer para reduzir as desigualdades no mundo.

IPS: Qual a diferença entre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio?

Saraswathi Menon: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio tiveram êxito na forma como capturaram a imaginação das pessoas em todo o mundo. Vimos organizações de mulheres, a sociedade civil, a mídia e acadêmicos usando os ODM para avaliar o desempenho de seus líderes e da comunidade internacional, e em muitos casos forçando-os a prestar contas. Os governos também rapidamente integraram os ODM às suas políticas e prioridades. Qualquer nova agenda deve, portanto, responder ao que governos e povos viram como fortalezas e fraquezas no contexto anterior. Em cada país as crescentes desigualdades e os impactos das diferentes crises – alimentar, de combustíveis, econômica e de emprego – são grandes preocupações, bem como a violência contra as mulheres que ocorre em todos os países, em todos os setores sociais, nas famílias e em espaços públicos. As vidas frágeis de pessoas em situações de conflito ou em países vulneráveis aos desastres naturais ou à mudança climática também são motivo de

preocupação. Estes são alguns dos temas que não foram encarados pelos ODM e devem ser tratados em algum novo contexto. Como já vimos qual foi o desempenho dos Objetivos, com um progresso desigual em muitos casos, o pior de todos em matéria de mortalidade materna, se deve prestar muita atenção não apenas na forma como são elaboradas as metas mas também como podem ser traduzidas em ações públicas para fazer uma diferença na vida das pessoas. O novo contexto será diferente, responderá às aspirações das pessoas e levará em conta as lições aprendidas pelos governos e por seus sócios. Além disso, terá de enfrentar os desafios que se agravaram ou surgiram desde a adoção da Declaração do Milênio.

IPS: A ONU Mulheres recebeu o encargo, junto com o Unicef, de liderar as consultas sobre desigualdade. Como se pretende alcançar mulheres e jovens?

SM: A consulta terminou recentemente, e teve amplo alcance, inclusivo e aberto. Grande parte do debate aconteceu mediante discussões pela internet sobre dez temas, desde deficiências até povos indígenas. Cada discussão foi moderada de forma conjunta por uma agência das Nações Unidas e uma organização da sociedade civil. Também fizemos um chamado para a apresentação de propostas escritas e recebemos cerca de 200. Por meio das mídias sociais e escolhendo temas com ressonância entre o público, geramos um enorme interesse. A maioria dos que participaram das discussões era membro da sociedade civil e de países em desenvolvimento. A maioria dos comentários se relacionava com desigualdade de gênero e empoderamento das mulheres. Assim, temos confiança de que recebemos um amplo espectro de opiniões, e jovens e mulheres participaram ativamente, já que suas preocupações estavam especificamente incluídas.

IPS: Alguns países da Assembleia Geral da ONU se negam a discutir os direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros (LGBT). Estes direitos serão incluídos na agenda Pós-2015?

SM: Sem nossa consulta sobre desigualdades, uma das discussões pela internet foi especificamente sobre a população LGBT. Ali surgiram recomendações fundamentais para erradicar todo tipo de leis e políticas discriminatórias, adotar uma completa legislação e conseguir compromissos contra a discriminação na agenda Pós-2015. Também foi recomendada a criação de um mecanismo de direitos humanos na ONU, para supervisionar e relatar a violência e a discriminação contra a população LGBT. Assim, as aspirações estão claras. Naturalmente, o contexto final Pós-2015 será determinado por negociações entre os governos. Mas expressar aspirações é algo importante, e esperamos que isso influencie o resultado.

IPS: Os jovens LGBT correm especiais riscos de ficar sem lar, cair nas drogas, contrair aids e sofrer outros problemas. Como estes temas serão abordados?

SM: As discussões em torno do contexto Pós-2015 se focam em pobreza, urbanização, saúde e HIV/aids em todas suas dimensões. A vulnerabilidade de grupos específicos e a discriminação comum que sofrem se aplica muito à população LGBT. Nas consultas descobrimos que quando diferentes formas de desigualdade se cruzam, elas se reforçam entre si e criam formas únicas de exclusão. Também recomendamos que as diferentes desigualdades não sejam abordadas de forma parcial, mas global.

IPS: Como este tipo de consultas internacionais ajuda a mudar a realidade no terreno?

SM: Fixar padrões e metas não serve apenas como inspiração, mas também constitui um chamado à prestação de contas. As metas são, em geral, uma aspiração, e por trás delas há um reconhecimento de que, se houver mudança de mentalidade, se as políticas melhoram, e se potencializar a população, pode haver uma transformação. É por isso que consideramos tão importante que a próxima rodada de metas e objetivos não se concentre apenas em porcentagens, como os ODM, mas que também atendam as desigualdades, para que o êxito seja medido na melhoria de vida de todos e não de uns poucos. As consultas nos mostraram que a desigualdade afeta não só os mais pobres e mais carentes, mas também as comunidades, as sociedades e a economia como um todo. Portanto, as consultas internacionais são importantes para expressar o que o mundo prioriza, o que as pessoas podem usar para fazer com que seus líderes prestem contas e levar todos, mulheres, homens e crianças, a um mundo melhor.

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ambiente/a-onu-constroi-nova-agenda-de-desenvolvimento/)(<http://envolverde.com.br/ambiente/a-onu-constroi-nova-agenda-de-desenvolvimento/>)

26/02/2013

ONU pede a países que incluam garantia de acesso a água na agenda de desenvolvimento

"Fundamentalmente, entre estes serviços essenciais, deve-se mirar o direito para qualquer pessoa a ter igualdade de acesso a água, saneamento e higiene. Uma atenção especial deve ser dada às mulheres e meninas, que são desproporcionalmente afetadas pela falta desses serviços", acrescentou a declaração da Organização das Nações Unidas.



Acesso água ainda é uma realidade difícil para milhões de pessoas em todo o mundo

Foto: [Albert Gonzalez](#)

[Farran/UM\(http://www.unmultimedia.org/photo/detail.jsp?app=1&lang=en&id=471/471215&key=156&query=water&sf=http://www.unmultimedia.org/photo/detail.jsp?app=1&lang=en&id=471/471215&key=156&query=water&sf=\)](http://www.unmultimedia.org/photo/detail.jsp?app=1&lang=en&id=471/471215&key=156&query=water&sf=http://www.unmultimedia.org/photo/detail.jsp?app=1&lang=en&id=471/471215&key=156&query=water&sf=)

Fonte: <http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2013/fevereiro/onu-pede-a-paises-que-incluam-garantia-de-acesso-a/images/agua-t.jpg>

A ONU e seus parceiros apelaram na quinta-feira, 21 de fevereiro, à comunidade internacional para priorizar a garantia do acesso a água e saneamento para as populações vulneráveis na agenda de desenvolvimento "pós-2015", enfatizando que isso ajudaria no combate à desigualdade e na promoção dos direitos humanos e sustentabilidade.

"A agenda de desenvolvimento futuro deve visar ao enfrentamento do mais persistente de todos os desafios: desigualdades no acesso a serviços essenciais para realizar os direitos das pessoas", registrou o comunicado conjunto do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef); da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres); da relatora especial da ONU para água e saneamento, Catarina de Albuquerque; da Finlândia e da organização Water Aid.

O grupo afirmou que os países devem aproveitar as lições aprendidas com o trabalho em prol das metas antipobreza.

"Fundamentalmente, entre estes serviços essenciais, deve-se mirar o direito para qualquer pessoa a ter igualdade de acesso a água, saneamento e higiene. Uma atenção especial deve ser dada às mulheres e meninas, que são desproporcionalmente afetadas pela falta desses serviços", acrescentou a declaração.

O grupo afirmou que os países devem aproveitar as lições aprendidas com o trabalho em prol das metas antipobreza conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que devem ser cumpridos até 2015.

"Às vésperas das consultas sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015, acreditamos que o mundo deve alcançar e desenvolver os ODM, mas deve também criar metas ainda mais ambiciosas. Os objetivos devem criar incentivos para a mudança – uma mudança que vai atingir toda mulher, homem, menino e menina", diz o documento.

[EcoDesenvolvimento.org](http://www.ecodesenvolvimento.org) - Tudo Sobre Sustentabilidade em um só Lugar(<http://www.ecodesenvolvimento.org.br/>).

Fonte: [iBahia > Notícias > Sustentabilidade](http://www.ibahia.com/detalhe/noticia/onu-pede-a-paises-que-incluam-garantia-de-acesso-a-agua-na-agenda-de-desenvolvimento/?cHash=5fe34f87d7208aa1e184293fe983c014)(<http://www.ibahia.com/detalhe/noticia/onu-pede-a-paises-que-incluam-garantia-de-acesso-a-agua-na-agenda-de-desenvolvimento/?cHash=5fe34f87d7208aa1e184293fe983c014>)

27/02/2013

Grandes metrópoles mundiais apostam na sustentabilidade dos jardins verticais

por Redação do EcoD



Torres gêmeas verdes: o Bosco Verticale une sustentabilidade e paisagismo.

Foto: Divulgação

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/02/jardinsverticais.jpg>

O que Buenos Aires, capital da Argentina, e Milão, um dos principais centros urbanos da Itália, têm em comum? À primeira vista, pode ser difícil encontrar as semelhanças entre essas duas metrópoles, mas basta uma olhada mais atenta nos edifícios dessas cidades para verificar que elas apostam na mesma tendência: o verde.

Enquanto Milão entra em contagem regressiva para ser a sede do maior jardim vertical do mundo, o Bosco Verticale, os gestores de Buenos Aires, para estimular ainda mais o verde predial, aprovaram uma redução de impostos para os edifícios que possuem jardins no telhado.

Los Hermanos

A redução para edifícios com telhados verdes de até 20% da ALB (o que equivale ao nosso IPTU) vai ao encontro do fortalecimento de uma tradição da cidade. Além dos edifícios que já contam com o terraço verde, como a escola municipal French y Beruti, Buenos Aires já é uma metrópole conhecida por seus parques, datados desde o século 19, e pela preservação de áreas verdes entre os prédios.

A cidade ainda possui um programa como o ProHuerta, que estimula a criação de hortas nos terraços em diversos estabelecimentos desde 1990. Mas, ainda assim, o governo não está satisfeito.

A implantação dos jardins nos telhados já está prevista em seis escolas em construção e no Teatro San Martín, que será reformado aos 50 anos.

O próximo passo prometido pelo governo portenho é exigir que os novos edifícios já sejam erguidos com os jardins no telhado. “Quanto maior o número de construções, maior a necessidade (de áreas verdes) para vivermos melhor”, afirmou à BBC, o secretário de Desenvolvimento Urbano da capital argentina, Daniel Chain.

Alta floresta

Uma das cidades europeias com alto índice de poluição, Milão vê os jardins verticais como promessa para melhorar a qualidade do ar, além de ser uma tendência paisagística. Sede do maior jardim vertical do mundo atual, segundo os próprios organizadores, os 1.263 metros de fachada do shopping Il Fiordaliso, os arquitetos italianos planejam algo ainda maior: o Bosco Verticale, algo como as torres gêmeas verdes.



Foto: Divulgação

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/02/jardins.jpg>

Trata-se de uma grande “floresta”, plantada na fachada de dois arranha-céus com 367 metros de altura. Além de solução paisagística, a vegetação ajuda a capturar o CO₂ e a poeira no ar, reduzindo assim a necessidade de aquecer e resfriar mecanicamente os apartamentos.

As duas torres juntas têm a capacidade de armazenar 480 árvores de grande porte e médio porte, 250 de pequeno porte, além de 5 mil arbustos – o que equivale a 2,5 hectares de floresta. A vegetação abrigará um novo “ecossistema urbano”, capaz de suportar a presença de pássaros e insetos.

O empreendimento deve ficar pronto até o final do ano.

Bem que esse tipo de ideia poderia ser mais difundida no Brasil, não é mesmo?

* Publicado originalmente no site [EcoD](http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2013/fevereiro/cidades-apostam-na-sustentabilidade-dos-jardins?tag=cidades-sustentaveis)(<http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2013/fevereiro/cidades-apostam-na-sustentabilidade-dos-jardins?tag=cidades-sustentaveis>).

Fonte: EcoD/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/grandes-metropoles-mundiais-apostam-na-sustentabilidade-dos-jardins-verticais/)(<http://envolverde.com.br/noticias/grandes-metropoles-mundiais-apostam-na-sustentabilidade-dos-jardins-verticais/>)

27/02/2013

Gisele Bündchen estrela campanha de energia sustentável da ONU

por Edgard Júnior, da Rádio ONU, em Nova York



A brasileira Gisele Bündchen estrela vídeo da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre energia sustentável ao lado de Al Gore (esq), ex-vice dos Estados Unidos, e Kandeh Yumkella (centro), diretor-geral da Unido

Foto: Reprodução

Fonte: http://imguol.com/2013/02/27/27fev2013---a-modelo-brasileira-gisele-bundchen-estrela-campanha-da-onu-organizacao-das-nacoes-unidas-sobre-energia-sustentavel-ao-lado-de-al-gore-a-esquerda-ex-vice-presidente-dos-estados-unidos-e-1361975894551_615x300.jpg

A modelo brasileira Gisele Bündchen e o ex-vice-presidente dos Estados Unidos Al Gore decidiram prestar apoio público à iniciativa da ONU (Organização das Nações Unidas), Energia Sustentável para Todos. O projeto lançado por Ban Ki-moon, secretário-geral da ONU, tem três objetivos para melhorar o setor energético até 2030.

O primeiro é fornecer acesso universal aos modernos serviços de energia. O programa visa ainda não só dobrar a eficiência energética, mas também dobrar a fatia do uso de energia renovável no mundo inteiro.

O vídeo de serviço público, que conta também com a presença do diretor-geral da Unido (organização da ONU para o Desenvolvimento Industrial), Kandeh Yumkella, pode ser visto pela internet e na TV CNN Internacional.

Gisele, que também é Embaixadora da Boa Vontade do Pnuma (Programa da ONU para o Meio Ambiente), e Al Gore alertam na campanha que o Estado norte-americano de Nova York gasta, sozinho, mais eletricidade do que toda a África subsaariana.



Artistas que lutam pelo meio ambientes

A modelo Gisele Bündchen participa de diversas campanhas em prol do meio ambiente. Ela é embaixadora da Boa Vontade do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. A top model decidiu criar um tipo de produto de beleza que ela poderia usar sem se preocupar em prejudicar o meio ambiente

Foto: AP

Fonte: <http://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/album/2012/06/06/rio20-artistas.htm#fotoNav=5>

Transformação do planeta

Eles dizem ainda que quase 1,5 bilhão de pessoas no mundo não têm acesso à eletricidade e que aproximadamente 3 bilhões inalam gases tóxicos quando cozinham. Especialistas dizem que esses gases podem ser fatais.

No vídeo, o grupo enfatiza que a energia pode transformar economias, vidas, continentes e até mesmo o planeta. Segundo eles, a energia pode impulsionar o desenvolvimento, o avanço das mulheres, o progresso e o crescimento.

A Assembleia Geral da ONU declarou o período de 2014-2024 como a "Década para a Energia Sustentável para Todos". [Na conferência Rio+20](http://noticias.uol.com.br/eventos/rio-20/index.htm) (<http://noticias.uol.com.br/eventos/rio-20/index.htm>), realizada no ano passado, a Iniciativa recebeu promessa de US\$ 50 bilhões para avançar com seus objetivos.

Fonte: [UOL Notícias > Meio Ambiente](http://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2013/02/27/gisele-bundchen-estrela-campanha-de-energia-sustentavel-da-onu.htm) (<http://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2013/02/27/gisele-bundchen-estrela-campanha-de-energia-sustentavel-da-onu.htm>)

28/02/2013

Campanha Hora do Planeta 2013 lança desafio “Eu vou se você for”

por Redação do EcoD



O ato simboliza a preocupação ambiental.

Foto: Reprodução

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/02/campanha1.jpg>

A quinta edição da campanha [Hora do Planeta 2013](http://www.wwf.pt/o_que_fazemos/hora_do_planeta/hora_do_planeta_201322222/) (http://www.wwf.pt/o_que_fazemos/hora_do_planeta/hora_do_planeta_201322222/), promovida pela organização não governamental WWF, já tem dia e hora marcados. No dia 23 de março as luzes deverão ser apagadas entre 20h30 e 21h30, como um ato simbólico de preocupação ambiental. Em 2012, cerca de sete mil cidades, de 152 países, aderiram à Hora do Planeta. Em Portugal, por exemplo, mais de 80 localidades participaram da iniciativa.

Em 2013, a ação lançada na quarta-feira, 27 de fevereiro, vem acompanhada do desafio [I will if you will](http://www.wwf.org.br/participe/horadoplaneta/queroparticipar/) (<http://www.wwf.org.br/participe/horadoplaneta/queroparticipar/>) (Eu vou se você for), que pretende agir como uma plataforma para “indivíduos e organizações se tornarem fontes de inspiração para suas próprias comunidades por meio do compartilhamento de ações direcionadas a salvar o planeta”, afirmou o portal da iniciativa.

“Prometa que vai: nadar com um tubarão branco...ou ficar 24h sem usar luz elétrica...ou que vai saltar de para-quedas...”. O convite realizado pela WWF é destinado aos cidadãos que têm interesse em desafiar outros em prol do planeta Terra. As pessoas que quiserem participar do movimento devem gravar um vídeo prometendo fazer algo inesperado em troca de alguma ação sustentável que amigos, familiares, colegas e até mesmo desconhecidos possam colocar em prática, postar no Youtube e compartilhar com o órgão, fazendo o [cadastro no site](http://www.wwf.org.br/participe/horadoplaneta/queroparticipar/) (<http://www.wwf.org.br/participe/horadoplaneta/queroparticipar/>).

No Brasil, Belo Horizonte foi a primeira capital a aderir a campanha. O governo do Distrito Federal também vai assinar o termo de adesão.

* Publicado originalmente no site [EcoD](http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2013/fevereiro/campanha-hora-do-planeta-2013-lanca-desafio-eu-vou?tag=eventos-sustentaveis7) (<http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2013/fevereiro/campanha-hora-do-planeta-2013-lanca-desafio-eu-vou?tag=eventos-sustentaveis7>).

Fonte: EcoD/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/campanha-hora-do-planeta-2013-lanca-desafio-eu-vou-se-voce-for/) (<http://envolverde.com.br/noticias/campanha-hora-do-planeta-2013-lanca-desafio-eu-vou-se-voce-for/>)

28/02/2013

Arquitetos e urbanistas discutem políticas para as cidades do país

por Akemi Nitahara, da Agência Brasil



O objetivo do ciclo de debates é discutir a política urbana e as cidades do Brasil.

Foto: Diculgação/Internet

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/02/Paulista1.jpg>

Rio de Janeiro – Começou ontem (27) no Rio de Janeiro um ciclo de debates que pretende repensar as cidades do país. Ao todo, serão feitos sete seminários de Política Urbana Quitandinha+50 (Q+50), que comemoram os 50 anos do Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana, que ocorreu em 1963 no Hotel Quitandinha, em Petrópolis, na região serrana fluminense.

Até sexta-feira (1º), o tema Arquitetura, Cidade, MetrÓpole – Democratizar Cidades Sustentáveis será debatido na sede do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), no Flamengo, zona sul do Rio. De acordo com a vice-presidente do IAB, Fabiana Izaga, o objetivo do ciclo de debates é discutir a política urbana e as cidades do Brasil.

Na mesa de abertura, O Espaço da Democracia, foram debatidos os serviços públicos que precisam ser oferecidos nas cidades. Para o físico Luis Alberto Oliveira, do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, as cidades, que surgiram entre dez mil e 12 mil anos atrás, são o maior invento da história do homem, à medida que levaram a novos inventos. Mas, segundo ele, as condições propícias para o surgimento delas acabou e que, portanto, é necessário encontrar novas soluções.

“Não viveremos mais, nem nós nem nossos descendentes, esta continuidade estável e moderada do clima. Estamos entrando em um período de turbulência climática que, ao longo do presente século, ira se acentuar de modo significativo, se consolidando em alguns cenários possíveis. Esses cenários vão de razoavelmente desagradáveis a profundamente desastrosos”, disse.

Além das mudanças climáticas, Oliveira cita também o envelhecimento e a urbanização da população. “A faixa etária que mais prospera no mundo hoje são os centenários. O Brasil, em 2060, vai ter um terço de idosos. O Brasil vai ser Copacabana [bairro carioca com grande densidade de idosos]. Hoje, mais de 50% da humanidade vivem em cidades com mais de 50 mil habitantes. Então, a humanidade é mais urbana do que em qualquer outro momento. E a perspectiva é que em 2060 você tenha em torno de 80% dessa população ampliada vivendo nas cidade. Portanto, cidade não é problema, a cidade tem que ser a solução”.

Convidado para fazer a conferência de abertura do seminário, o arquiteto italiano Bernardo Secchi apresentou alguns dos projetos dos quais participou, como a discussão sobre o futuro da Grande Paris, de Bruxelas e também Moscou. “A questão urbana pode ser resumida nesses três pilares: ambientais, de mobilidade e de desigualdades sociais. E eles estão entrelaçados, há que se ter um pacote completo para resolver todos esses problemas”, declarou.

Apesar de Secchi não ter estudos sobre o Brasil, a vice-presidente do IAB, Fabiana Izaga, diz que esses temas também fazem parte da realidade brasileira. “Eu acho que são temas que a gente pode ter como principais para as cidades brasileiras: desigualdade social, e aí tem toda a questão da habitação, onde as pessoas moram; a mobilidade, o transporte público, a questão do carro, de tirar os carros das ruas, dar uma maior oferta de transporte público para as pessoas se movimentarem; e a questão ambiental, ou seja, como

“você equilibra crescimento com a proteção ao meio ambiente, como você tem esse enfoque mais ecológico sobre a própria cidade”.

Em abril, o ciclo continua no Rio Grande do Sul, com o seminário Moradia Brasileira. Em maio, São Paulo recebe os debates sobre a gestão das cidades.

* Edição: Aécio Amado.

** Publicado originalmente no site [Agência Brasil](http://agenciabrasil.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-02-27/arquitetos-e-urbanistas-discutem-politicas-para-cidades-do-pais) (<http://agenciabrasil.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-02-27/arquitetos-e-urbanistas-discutem-politicas-para-cidades-do-pais>).

Fonte: Agência Brasil/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/arquitetos-e-urbanistas-discutem-politicas-para-as-cidades-do-pais/) (<http://envolverde.com.br/noticias/arquitetos-e-urbanistas-discutem-politicas-para-as-cidades-do-pais/>)

2013

Março

06/03/2013

São Paulo pode abrigar exposição universal de cultura e desenvolvimento sustentável

por Gabriel Felix, do CicloVivo



Se for aprovada, a EXPO 2020 ocorrerá em pavilhões instalados em Pirituba, zona noroeste da capital paulista.

Foto: Divulgação

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/03/expo2020.jpg>

Na última terça-feira (5), São Paulo lançou sua candidatura para a EXPO 2020, evento que promete antecipar tendências de sustentabilidade para o mundo inteiro. Com importantes projetos de desenvolvimento, a exposição universal vai abordar a diversidade, priorizando a cultura local e os negócios verdes.

Se for aprovada, a EXPO 2020 ocorrerá em pavilhões instalados em Pirituba, zona noroeste da capital paulista. Segundo os idealizadores do projeto, a construção da estrutura vai levar em conta as características geográficas do local, mantendo a vegetação e o relevo intactos. Com o evento, a mobilidade urbana na região passará por melhorias.

Além de reunir pessoas do mundo inteiro, a EXPO 2020 vai deixar um grande legado para a metrópole. “Acreditamos que o Brasil tem capacidade de crescer de forma sustentável”, afirma Gastão Dias Vieira, ministro do turismo. De acordo com Vieira, a candidatura para a exposição é responsável por novos programas de transporte, habitação e desenvolvimento socioeconômico. No entanto, ainda não foram anunciadas as práticas de gestão de resíduos e nem as metas de redução de carbono para a EXPO 2020.

“Mesmo que São Paulo não abrigue o evento, toda a estrutura da cidade já foi repensada e nenhum investimento será perdido”, garantiu o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, durante a candidatura do município. A exposição é realizada desde 1851 e gera investimentos superiores aos de eventos esportivos, como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos.

Para Mauricio Macri, prefeito da Argentina, o acontecimento deverá exercer grande influência fora do país e poderá ser modelo de desenvolvimento sustentável para a América do Sul. “A EXPO 2020 terá importância não só para o Brasil, mas também para toda a América Latina. Temos um brilhante futuro pela frente”, afirmou o prefeito portenho.

Ao longo dos anos, a EXPO trouxe como legado importantes construções e invenções nos países em que foi realizada. O telefone, o elevador, a máquina de escrever e até a Torre Eiffel apareceram ao mundo em edições anteriores da EXPO.

* Publicado originalmente no site [CicloVivo](http://ciclovivo.com.br/noticia/sao-paulo-pode-abrigar-exposicao-universal-de-cultura-e-desenvolvimento-sustentavel/)(<http://ciclovivo.com.br/noticia/sao-paulo-pode-abrigar-exposicao-universal-de-cultura-e-desenvolvimento-sustentavel/>).

Fonte: CicloVivo/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/sao-paulo-pode-abrigar-exposicao-universal-de-cultura-e-desenvolvimento-sustentavel/)(<http://envolverde.com.br/noticias/sao-paulo-pode-abrigar-exposicao-universal-de-cultura-e-desenvolvimento-sustentavel/>)

14/03/2013

Relatório da ONU prevê 'catástrofe ambiental' no mundo em 2050

Pobreza extrema deve ser motivada também por degradação do planeta. Estima-se que mais de 3 bilhões vivam na miséria nos próximos 37 anos.

do Globo Natureza, em São Paulo

Apesar dos investimentos de vários países em energias renováveis e sustentabilidade, o mundo pode viver uma "catástrofe ambiental" em 2050, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano 2013, apresentado nesta quinta-feira (14) pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Ao fim dos próximos 37 anos, são estimadas mais de 3 bilhões de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza, das quais pelo menos 155 milhões estariam na América Latina e no Caribe. E essa condição demográfica e social seria motivada também pela degradação do meio ambiente e pela redução dos meios de subsistência, como a agricultura e o acesso à água potável.



Amazônia dá sinais de degradação por causa das mudanças climáticas

Foto: Divulgação/NASA/JPL-Caltech

Fonte: http://s2.glbimg.com/3Wf7wZZ71_tNv15ECcfWp5cnaLgQRtLpSOwMyOw_ASdZVW_s6DOJbrdrIV-k5yb/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2013/01/18/720071main_forest-20130117-43_946-710.jpg

De acordo com a previsão de desastre apresentada pelo relatório, cerca de 2,7 bilhões de pessoas a mais viveriam em extrema pobreza em 2050 como consequência do problema ambiental. Desse total, 1,9 bilhão seria composto por indivíduos que entraram na miséria, e os outros 800 milhões seriam aqueles impedidos de sair dessa situação por causa das calamidades do meio ambiente.

No cenário mais grave, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) global diminuiria 15% em 2050, chegando a uma redução de 22% no Sul da Ásia (Índia, Paquistão, Sri Lanka, Nepal, Bangladesh, Butão e Maldivas) e de 24% na África Subsaariana (todos os países ao sul do Deserto do Saara).



Chinesa pedala com máscara para se proteger da forte poluição em Pequim

Foto: China Daily/Reuters

Fonte: http://s2.glbimg.com/OWPgSBX-llzpb04Xt3pAQUfdlTVlr2eSTJ_mJO2UewNloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2013/01/29/china2.jpg

Mudanças climáticas e pressões

As mudanças climáticas e as pressões sobre os recursos naturais e ecossistemas têm aumentado muito, independentemente do estágio de desenvolvimento dos países, segundo o relatório. E o texto também destaca que, a menos que sejam tomadas medidas urgentes, o progresso do desenvolvimento humano no futuro estará ameaçado.

O Pnud aponta, ainda, que os protestos em massa contra a poluição ambiental têm crescido em todo o mundo. Por exemplo, manifestantes em Xangai, na China, lutaram por um duto de águas residuais (provenientes de banhos, cozinhas e uso doméstico em geral) prometido, enquanto na Malásia moradores de um bairro se opuseram à instalação de uma refinaria de metais de terras raras – 17 metais conhecidos como "ouro do século 21", por serem raros, valiosos e de grande utilidade.

O relatório reforça também que as principais vítimas do desmatamento, das mudanças climáticas, dos desastres naturais e da poluição da água e do ar são os países e as comunidades pobres. E, para o Pnud, viver em um ambiente limpo e seguro deve ser um direito, não um privilégio. Além disso, sustentabilidade e igualdade entre os povos estão intimamente ligadas.

Desastres naturais em alta

Além disso, de acordo com o texto divulgado nesta quinta-feira, os desastres naturais estão se intensificando em todo o mundo, tanto em frequência quanto em intensidade, causando grandes danos econômicos e perdas humanas.

Apenas em 2011, terremotos seguidos de tsunamis e deslizamentos de terra causaram mais de 20 mil mortes e prejuízos aos EUA, somando US\$ 365 bilhões (R\$ 730 bilhões) e 1 milhão de pessoas sem casas.

O impacto mais severo foi para os pequenos países insulares em desenvolvimento, alguns dos quais sofreram perdas de até 8% do PIB. Em 1988, Santa Lúcia – localizado nas Pequenas Antilhas, no Caribe – perdeu quase

quatro vezes seu Produto Interno Bruto (PIB) por causa do furacão Gilbert, enquanto Granada – outro país caribenho – perdeu duas vezes o PIB em decorrência do furacão Iván, em 2004.

Desafios mundiais

O relatório do Pnud ressalta, ainda, que os governos precisam estabelecer acordos multilaterais e formular políticas públicas para melhorar o equilíbrio das condições de vida, permitir a livre expressão e participação das pessoas, administrar as mudanças demográficas e fazer frente às pressões ambientais.

Um dos grandes desafios para o mundo, segundo o texto, é reduzir as emissões de gases que provocam o efeito estufa. Apesar de os lançamentos de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera parecerem aumentar com o desenvolvimento humano, essa relação é muito fraca, destaca o Pnud. Isso porque, em todos os níveis de IDH, alguns países equivalentes têm uma maior emissão de CO₂ que outros.

Além disso, pode haver diferenças grandes entre as províncias ou estados de um mesmo país, como é o caso da China. Esses resultados, de acordo com o relatório, reforçam o argumento de que o progresso humano não demanda um aumento no uso de CO₂, e que políticas ambientais melhores poderiam acompanhar esse desenvolvimento.

Segundo o Pnud, alguns países já têm se aproximado desse nível de desenvolvimento, sem exercer uma pressão insustentável sobre os recursos ecológicos do planeta. Mas responder globalmente a esse desafio exige que todas as nações adaptem suas trajetórias.

Os países desenvolvidos, por exemplo, precisam reduzir a chamada "pegada ambiental", ou seja, quanto cada habitante polui o planeta (como se fosse um PIB do meio ambiente). Já as nações em desenvolvimento devem aumentar o IDH, mas sem elevar essa pegada. Na visão do Pnud, tecnologias limpas e inovadoras podem desempenhar um papel importante nesse processo.

Mas, para reduzir a quantidade necessária de emissões de gases de efeito estufa, os países dos hemisférios Norte e Sul têm que chegar a um acordo justo e aceitável para todos, como compartilhar as responsabilidades, informa o relatório.

Acordos e investimentos

Na Rio+20, Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro em junho de 2012, foi negociado entre os governos da região da Ásia e do Pacífico um acordo para proteção do maior recife de corais do mundo, o chamado Triângulo de Coral, que se estende desde a Malásia e a Indonésia até as Ilhas Salomão. A área é responsável por fornecer o sustento para mais de 100 milhões de pessoas.

Além disso, alguns países estão trabalhando juntos na bacia do Rio Congo para combater o comércio ilegal de madeira e preservar o segundo maior território florestal do mundo. Bancos regionais de desenvolvimento também apresentaram uma iniciativa que conta com US\$ 175 bilhões (R\$ 350 bilhões) para promover o transporte público e ciclovias em algumas das principais cidades do mundo.

Outra parceria envolve a China e o Reino Unido, que vão testar tecnologias avançadas de combustão de carvão. Já os EUA e a Índia firmaram um acordo para o desenvolvimento de energia nuclear na Índia.

Alguns países também estão desenvolvendo e compartilhando novas tecnologias verdes. A China, o quarto maior produtor de energia eólica do mundo em 2008, é também a maior fabricante global de painéis solares e turbinas para geração de energia pelo vento. E, na Índia, os investimentos em energia solar aumentaram 62% em 2011, chegando a US\$ 12 bilhões (R\$ 24 bilhões) – os maiores do planeta. Já o Brasil elevou seus investimentos tecnológicos para energias renováveis em 8%, chegando a US\$ 7 milhões (R\$ 14 milhões).

Promessas

Até 2020, a China também prometeu cortar suas emissões de dióxido de carbono por unidade de PIB em 40% a 45%. E, em 2010, a Índia anunciou reduções voluntárias de 20% a 25%. Além disso, no ano passado, políticos coreanos aprovaram um programa para reduzir as emissões de fábricas e usinas de energia.

Na Rio+20, Moçambique anunciou ainda uma nova rota de economia verde. E o México promulgou recentemente uma lei para reduzir as emissões de CO₂ e apostar em energias renováveis.

No Fórum de Bens de Consumo da Rio+20, as empresas Unilever, Coca-Cola e Wal-Mart – classificadas entre as 20 melhores multinacionais do mundo – também prometeram eliminar o desmatamento de suas cadeias de abastecimento.

Além disso, a Microsoft prometeu que em 2012 se tornaria nula em emissões de carbono. E a companhia Femsas, que engarrafa bebidas – como a Coca-Cola – na América Latina, manifestou que obteria 85% de suas necessidades energéticas no México a partir de recursos renováveis.

Mas, apesar de muitas iniciativas promissoras, ainda existe ainda uma grande diferença entre as reduções de emissões necessárias e essas modestas promessas, destaca o Pnud.

Fonte: [G1 > Natureza](http://g1.globo.com/natureza/noticia/2013/03/relatorio-da-onu-preve-catastrofe-ambiental-no-mundo-em-2050.html)(<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2013/03/relatorio-da-onu-preve-catastrofe-ambiental-no-mundo-em-2050.html>)

14/03/2013

Relatório da Onu fala sobre 'catástrofe ambiental' em 2050

da Redação SRZD



Fonte: http://imgs-srzd.s3.amazonaws.com/srzd/upload/p/o/pobreza_brasil_1_w580325.jpg

Com o "famoso" buraco na camada de ozônio os países investiram em energias renováveis e em sustentabilidade, mas o mundo pode viver uma "catástrofe ambiental" em 2050, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano 2013, apresentado pela ONU.

Até 2050 são estimadas que mais de 3 bilhões de pessoas vivam em situação de extrema pobreza, das quais 155 milhões estariam na América Latina e no Caribe. Essa condição demográfica e social aconteceria por causa da degradação do meio ambiente e pela redução dos meios de subsistência, como a agricultura e água potável.

Ainda de acordo como relatório, cerca de 2,7 bilhões de pessoas a mais viveriam em extrema pobreza por consequência do problema ambiental. Sendo que 1,9 bilhão seria composto por indivíduos que entraram na miséria e os outros 800 milhões seriam formados por aqueles impedidos de sair dessa situação por causa das calamidades do meio ambiente.

As mudanças climáticas e a escassez dos recursos naturais têm aumentado muito, independentemente do estágio de desenvolvimento dos países, de acordo com o relatório. Outro ponto destacado é que o progresso de desenvolvimento humano no futuro estará ameaçado caso não sejam tomadas medidas urgentes.

De acordo com o texto divulgado pela Onu, os desastres naturais estão se intensificando em todo o mundo (em 2011, terremotos seguidos de tsunamis e deslizamentos de terra causaram mais de 20 mil mortes e prejuízos aos EUA, somando US\$ 365 bilhões e 1 milhão de pessoas sem casas), tanto em frequência quanto em intensidade, causando grandes danos econômicos e perdas humanas.



Fonte: <http://imgs-srzd.s3.amazonaws.com/srzd/upload/a/m/amazonia580395.jpg>

A Onu ressalta que os governos precisam formular políticas públicas para melhorar as condições de vida, permitindo a livre expressão e participação das pessoas, além de administrar as mudanças demográficas e fazer frente às pressões ambientais.

A China prometeu cortar as suas emissões de dióxido de carbono por unidade de PIB em 40% a 45% até 2020. E a Índia anunciou reduções voluntárias de 20% a 25%. Muitas iniciativas estão surgindo no mundo, mas ainda existe uma grande diferença entre as reduções de emissões necessárias e essas promessas de mudança.

Fonte: [SRZD](#) > [Notícias](#) > [Ciências\(http://www.sidneyrezende.com/noticia/203411+relatorio+da+onu+fala+sobre+castastrofe+ambiental+em+2050\)](http://www.sidneyrezende.com/noticia/203411+relatorio+da+onu+fala+sobre+castastrofe+ambiental+em+2050)

18/03/2013

Entidades buscam comprovar sustentabilidade de produtos

por André Trigueiro*



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/03/etiqueta.jpg>

Existem hoje, no Brasil, pelo menos 30 selos confiáveis para identificar se um produto é sustentável, mas existem muitos outros que são apenas propaganda enganosa.

Você já reparou na quantidade de selos verdes que aparecem estampados nas embalagens de diversos produtos espalhados por aí? São marcas que se dizem ecológicas, sustentáveis, preocupadas com o meio ambiente. A pergunta é: dá para confiar?

Uma pesquisa recente da Associação de Defesa dos Direitos dos Consumidores, a Proteste, revelou várias irregularidades no uso de selos verdes. “A palha de aço, por exemplo, dizia que não contém bactérias, tem ali um apelo “eco”, mas nós sabemos que isso não é verdade. Existe bactéria. Alguns produtos se dizem orgânicos. Quando a Proteste foi analisar, tem componentes químicos. Os xampus também se diziam ecológicos. Na verdade eles têm parabenos, que é uma substância química encontrada nesse tipo de produto”, diz Maria Inês Dolci, coordenadora da Proteste.

Para piorar a situação, em alguns casos, os produtos com selo verde podem custar mais que o dobro da versão original sem nenhuma vantagem para o meio ambiente. Para a Associação Brasileira de Normas Técnicas, falta credibilidade à maioria absoluta dos selos verdes. “Eu diria que, no mundo, uma média de uns 500 selos verdes dentro os quais você poderia comparar, em 100 você poderia realmente ter uma confiança”, afirma Guy Ladvocat, gerente de Certificação de Sistemas da ABNT.

A ABNT lançou o próprio selo em 2008. Para obter a certificação, o fabricante é obrigado a seguir até 30 exigências, que variam de acordo com o produto ou serviço. O custo da certificação varia de R\$ 15 mil a R\$ 150 mil. Ao todo, 235 produtos e três serviços já receberam o selo da ABNT.

Até o bondinho do Pão de Açúcar entrou na onda do selo verde. Reduziu o consumo de água e energia, intensificou a coleta seletiva de recicláveis e realizou vários outros ajustes para se tornar o primeira atração turística certificada ambientalmente do Brasil.

Se a propaganda é a alma do negócio, quem anuncia produtos sustentáveis que não merecem ser chamados assim tem culpa no cartório. Desde 2011, esses anunciantes estão na mira do Conar, o Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária. “Para dar veracidade, para dar credibilidade, e mais, responsabilidade de fato socioambiental das empresas, marcas e produtos em sua comunicação”, diz Edney Narchi, vice-presidente executivo do Conar.

Em um ano e meio, foram analisadas 30 campanhas publicitárias suspeitas. Nove foram obrigadas a fazer ajustes, e duas foram suspensas. “A grande maioria das falhas foi na omissão das informações. Alegava-se uma vantagem sem fazer com que o consumidor pudesse comprovar a veracidade daquilo”, afirma Narchi.

Apesar do avanço da consciência ecológica, o Brasil continua sem uma lei que regule a certificação ambiental. Enquanto a lei não vem, não há outro jeito de se proteger senão buscar informações sobre o tal selo verde.

“Principalmente qual foi a instituição que concedeu esse selo porque, sendo uma instituição que você conhece, que você sabe que tem reconhecimento nacional e internacional, vai ter uma certeza muito maior de que aquele trabalho foi feito de acordo com as boas práticas da rotulagem ambiental, que é o mais importante para você saber”, diz Ladvoat.

** **André Trigueiro** é jornalista com pós-graduação em Gestão Ambiental pela Coppe-UFRJ onde hoje leciona a disciplina geopolítica ambiental, professor e criador do curso de Jornalismo Ambiental da PUC-RJ, autor do livro Mundo Sustentável – Abrindo Espaço na Mídia para um Planeta em Transformação, coordenador editorial e um dos autores dos livros Meio Ambiente no Século XXI, e Espiritismo e Ecologia, lançado na Bienal Internacional do Livro, no Rio de Janeiro, pela Editora FEB, em 2009. É apresentador do Jornal das Dez e editor chefe do programa Cidades e Soluções, da Globo News. É também comentarista da Rádio CBN e colaborador voluntário da Rádio Rio de Janeiro.*

*** Publicado originalmente no site [Mundo Sustentável](http://www.mundosustentavel.com.br/2013/03/entidades-buscam-comprovar-sustentabilidade-de-produtos/)(<http://www.mundosustentavel.com.br/2013/03/entidades-buscam-comprovar-sustentabilidade-de-produtos/>).*

Fonte: Mundo Sustentável/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ambiente/entidades-buscam-comprovar-sustentabilidade-de-produtos/)(<http://envolverde.com.br/ambiente/entidades-buscam-comprovar-sustentabilidade-de-produtos/>)

18/03/2013

Longe de um consenso

Após acompanhar 20 anos de impasses entre governos, especialista em diplomacia propõe novas estratégias para se chegar a acordos internacionais que tratam das mudanças climáticas.

por: Célio Yano, *Ciência Hoje/ PR*



Madeira extraída ilegalmente da Amazônia. Experiência do Brasil em redução de desmatamento pode servir de incentivo para que outros países adotem políticas sérias voltadas ao meio ambiente, diz cientista político.

Foto: Wilson Dias/Agência Brasil

Fonte: http://cienciahoje.uol.com.br/noticias/2013/03/longe-de-um-consenso/image_preview

Desde 1992 a Organização das Nações Unidas (ONU) busca um acordo entre seus países membros com o objetivo de atenuar a influência humana em mudanças no clima global. Mas uma das principais medidas, a redução na emissão de carbono, esbarra em consequências negativas às economias locais. Mais de 20 anos depois, as negociações ainda não resultaram em tratados consensuais.

Para o cientista político [David G. Victor](http://irps.ucsd.edu/faculty/faculty-directory/david-victor.htm) (<http://irps.ucsd.edu/faculty/faculty-directory/david-victor.htm>), diretor do Laboratório de Legislação Internacional e Regulação da Universidade da Califórnia, em San Diego (EUA), está na hora de buscar outras vias para se chegar a acordos climáticos eficazes. A principal estratégia seria estabelecer pactos mais flexíveis entre grupos menores de países.

Embora se mostre pouco otimista, Victor considera que há modelos que poderiam ser seguidos nas discussões sobre o clima, como o da formação do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio e da Organização Mundial do Comércio. “Até que fossem concretizados, esses processos levaram 50 anos”, afirma. “As negociações sobre o clima deverão exigir um tempo semelhante antes de chegarmos a soluções sérias”, completa.

Autor do livro [Global warming gridlock: creating more effective strategies for protecting the planet](http://www.cambridge.org/us/knowledge/isbn/item5860010/?site_locale=en_US) (http://www.cambridge.org/us/knowledge/isbn/item5860010/?site_locale=en_US), o cientista político esteve no Brasil na semana passada para participar de um ciclo de conferências sobre os desafios da globalidade, promovido pela Universidade de São Paulo. Em entrevista à *CH On-line*, Victor falou do seu ponto de vista sobre a questão.



David G. Victor

Foto: Divulgação/UC San Diego

Fonte: http://cienciahoje.uol.com.br/noticias/2013/03/imagens/longedoconsenso02.jpg/image_mini

Após mais de 20 anos de negociações internacionais sobre tratados que visam mitigar o problema das mudanças climáticas, o senhor acha que houve mais avanços ou retrocessos?

O resultado líquido é zero. Houve alguns progressos – por exemplo, a criação de marcos legais e de sistemas de rastreamento de emissões de carbono –, mas também grandes retrocessos, principalmente na confiança que as pessoas têm de que a diplomacia fará muita coisa.

Por que há tanta dificuldade para se estabelecer um consenso global em torno de tratados climáticos? Há outras razões que não puramente econômicas?

O problema central é que mudança climática é um tema difícil de lidar. Exige que países com interesses muito diferentes cooperem durante períodos muito longos e que estejam dispostos a adotar regulamentos que serão onerosos no futuro, com a promessa de benefícios incertos. Poucas sociedades estão dispostas a firmar acordos desse tipo. O maior problema, no entanto, é que o mundo conseguiu tornar essa questão ainda mais difícil ao adotar estratégias erradas. Por exemplo, quase todas as negociações envolvem grande número de participantes da ONU. Ao tentar criar um acordo sobre um tema complexo envolvendo muitos países membros, as negociações se tornam ainda mais espinhosas. Seria melhor trabalhar com grupos menores e com acordos mais flexíveis, em vez de propor tratados juridicamente vinculativos, que têm se mostrado muito rígidos.

Que estratégia o senhor propõe para conseguir sucesso nessas negociações? Como ela pode ser melhor do que o que tem sido feito até agora?

A primeira estratégia seria tirar as negociações do âmbito da ONU e levá-las a grupos menores

A primeira delas seria tirar as negociações do âmbito da ONU e levá-las a grupos menores. Já há uma experiência no [Fórum das Maiores Economias sobre Energia e Clima](http://www.majoreconomiesforum.org/) (<http://www.majoreconomiesforum.org/>), mas infelizmente os governos não têm dado a esse processo a importância que realmente tem. Outra estratégia seria trabalhar em aspectos do problema do clima em que há maiores chances de progressos tangíveis – como na emissão de fuligem, e não apenas no controle do dióxido de carbono.

Que papel tem o Brasil como um dos maiores emissores de carbono e, ao mesmo tempo, uma das mais importantes economias emergentes?

O Brasil é um ator fundamental, pois é o país com a maior experiência em lidar com o desmatamento. Desde 2004, reduziu o ritmo de perda de florestas em cinco vezes – nenhum outro país chegou perto disso. Portanto, pode ensinar o resto do mundo como conseguiu fazer isso e tornar condicionais os compromissos futuros de cortar emissões sob a condição de outros governos adotarem políticas sérias em seus países. Isso criaria um incentivo maior para outros países agirem.

Há exemplos de negociações internacionais em outras áreas que possam ser adotadas como referência nas discussões sobre tratados climáticos?

Um dos problemas da diplomacia do clima é que usamos negociações ambientais como modelo; modelos melhores são encontrados no campo econômico

Um dos problemas da diplomacia do clima é que usamos negociações ambientais como modelo – por exemplo, negociações sobre a proteção à camada de ozônio. Modelos melhores são encontrados no campo econômico, notadamente o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio e a Organização Mundial do Comércio. Esses processos levaram 50 anos para se estabelecer. As negociações sobre o clima deverão exigir um tempo semelhante antes de chegarmos a soluções sérias.

Internamente, o que os países poderiam fazer para cumprir os acordos? O uso de fontes de energia alternativas é a principal decisão a se tomar?

Cada país deve adotar um expediente distinto. No Brasil, a estratégia é incentivar o uso de fontes de energia renovável (hidrelétricas e etanol, por exemplo) e reduzir o desmatamento. Na China, a estratégia deve ser melhorar a eficiência na geração de energia e migrar, quando for possível, para combustíveis que não sejam tão poluentes quanto o [carvão mineral](http://cienciahoje.uol.com.br/revista-ch/2013/301/carvao-mineral-um-mal-necessario) (maior fonte de energia na China). Nos Estados Unidos, a estratégia vai envolver mais o uso de gás natural e de energias renováveis. Não há exatamente uma decisão principal para todos os países, e a chave para o sucesso com a diplomacia será adotar políticas flexíveis para acomodar essa variedade de alternativas.

O senhor acredita que essa questão será resolvida um dia?

Sim, mas levará bastante tempo ainda. As mudanças necessárias são muitas e muito complexas. O que é praticamente certo é que ao longo do caminho nos veremos diante da ocorrência de mudanças climáticas globais.

Fonte: [Instituto Ciência Hoje > Notícias](http://cienciahoje.uol.com.br/noticias/2013/03/longe-de-um-consenso)(<http://cienciahoje.uol.com.br/noticias/2013/03/longe-de-um-consenso>)

21/03/2013

Cientistas apresentam proposta para objetivos globais sustentáveis

*Pesquisadores querem combinar preservação e combate à pobreza.
Acordo firmado na Rio+20 prevê metas voltadas para uma 'economia verde'.*

do G1, em São Paulo

Artigo publicado nesta quarta-feira (20) pela revista "Nature" apresenta uma proposta com seis Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) que deveriam ser cumpridas por todos os países para melhorar, até 2030, a vida da humanidade, preservar os recursos naturais e assegurar uma economia com menos impacto ambiental.

A pesquisa, elaborada por um grupo de dez pesquisadores de várias partes do mundo, atende ao chamado da Organização das Nações Unidas ([ONU](http://g1.globo.com/topico/onu/)) feito em 2012, durante a Rio+20, conferência que debateu o desenvolvimento sustentável.

No encontro, que ocorreu no Rio de Janeiro, ficou acordado que os países participantes fixariam metas (os ODSs) que integrassem formas de combater a degradação dos recursos naturais do planeta, ações contra a pobreza e em favor da igualdade social.

Elas entrariam em vigor a partir de 2015, assumindo o vácuo deixado pelos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), que expiram nesta data e abordam temas como a erradicação da pobreza e da fome, o acesso ao ensino universal e a redução da mortalidade infantil.

No entanto, a discussão para a criação dos ODSs terá início apenas em setembro, durante a Assembleia Geral da ONU, que acontece em Nova York, nos Estados Unidos. Um grupo de trabalho com 30 membros, incluindo a ministra do Meio Ambiente do Brasil, Izabella Teixeira, vai preparar um relatório apresentando uma prévia dos objetivos.



Segundo metas propostas por cientistas, subsídios voltados para a exploração do petróleo, que incentivam a agricultura insustentável e a sobrepesca devem ser eliminados até 2020

Foto: Lenine Martins/Secom-MT

Fonte: http://s2.glbimg.com/B53ceQh01Zt8t8boRso_qTLdK-y4i-7Uer3aAOCwyPdloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/fo/g1/f/original/2013/01/26/soja_620x4652_lenine_martins_secom-rt.jpg

Meio ambiente não privilegiado

Segundo o artigo da "Nature", as metas existentes privilegiam mais o combate à pobreza no mundo em vez de abordar com o "mesmo peso" as condições ambientais do planeta. A junção dessas duas preocupações, segundo os estudiosos, "permitiria ao ser humano um desenvolvimento mais próspero".

Para desenvolver os seis ODSs, os pesquisadores levaram em conta estudos científicos feitos até 2009 e que analisaram os sistemas terrestres e como eles são impactados pela mudança climática, a taxa de perda da biodiversidade e a emissão de gases como nitrogênio e ozônio. Também foram analisados fenômenos como a acidificação dos oceanos, a mudança no uso da terra e o uso da água doce no planeta.

A partir desses dados, foi elaborada uma lista de seis Objetivos do Desenvolvimento Sustentável que deveriam ser seguidos e cumpridos até 2030.

Conheça a proposta:

1 – Vida próspera e formas de assegurar a subsistência humana.

Fim da pobreza e melhora do bem-estar através de acesso à educação, emprego, saúde e informação. Redução da desigualdade social enquanto se trabalha em direção ao consumo e produção sustentáveis. Segundo os pesquisadores, deveriam ser instituídas regras dentro da Organização Mundial de Saúde (OMS) para a manutenção do ar limpo, assegurar as taxas limites de emissões de ozônio e de componentes químicos ou materiais tóxicos. Além disso, deveriam ser criadas práticas para extração de minerais e metais com foco na reciclagem destes materiais.

2 – Segurança alimentar sustentável. Fim da fome e alcance a longo prazo da segurança na produção de alimentos, com distribuição e consumo sustentáveis.

Para os estudiosos, deve-se prorrogar a meta de combate à fome criada nos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, adicionando limites para o uso do nitrogênio e do fósforo na agricultura (evitando que sejam enviados para a atmosfera e para o oceano). Além disso, deve-se aumentar a eficiência no setor em 20% até 2020.

3 – Segurança sustentável da água. Acesso universal à água potável e saneamento básico; garantia de eficiência maior na gestão dos recursos hidrominerais.

Os cientistas afirmam que é preciso limitar a retirada de água das bacias hidrográficas em não mais que 80% do fluxo médio anual dos rios.

4 – Energia limpa universal. Aumentar o acesso universal à energia limpa, minimizando a poluição e o impacto à saúde, além de reduzir o impacto do aquecimento global.

Este objetivo contribui com acordos já feitos entre países que integram as Nações Unidas, que contemplam a implantação de energia sustentável para todos, igualdade de gêneros e acesso à saúde. Além disso, assegura em 50% a chance da temperatura global não subir mais que 2° C nos próximos anos e reduziria entre 3% e 5% ao ano a emissão de gases-estufa até 2030 (totalizando uma queda de até 80% até 2050).

5 – Ecossistemas produtivos e saudáveis. Assegurar os serviços ecossistêmicos e da biodiversidade com uma melhor gestão, restauro e conservação do meio ambiente.

A proposta reforça o cumprimento das Metas de Aichi, dentro da Convenção da ONU para a Biodiversidade, que fixa a redução do ritmo de perda dos ecossistemas e prevê a manutenção de, pelo menos, 70% das espécies presentes em qualquer ambiente.

6 – Governança para sociedades sustentáveis. Transformar e adaptar instituições e políticas públicas para aplicar as outras cinco metas já apresentadas.

Com este objetivo, seriam eliminados até 2020 subsídios que dão suporte à exploração do petróleo, à agricultura insustentável e à sobrepesca.



Foto oficial dos chefes de Estado presentes na Rio+20, que aconteceu no Rio de Janeiro em 2012

Foto: Reprodução/ Globonews

Fonte: http://s2.glbimg.com/qw3Jc4C_4mjAclGdp8wPYGK349c9fuAc2mnKiRrpkVloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2012/06/21/foto_oficial_da_rio20.jpeg

Fonte: G1 > Natureza (<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2013/03/cientistas-apresentam-proposta-para-objetivos-globais-sustentaveis.html>)

26/03/2013

A economia verde pode ser uma resposta à crise financeira global que enfrentamos?

por Fabio Abdala*



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/03/ec31.jpg>

A economia verde foi amplamente discutida ao longo de 2012 por ocasião da Rio+20 (Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável). Considerando a estimativa de se atingir a população mundial de 9 bilhões de pessoas, em 2050, e que elas devam viver bem, dentro dos limites do planeta, a sustentabilidade indica modelos de negócios baseados em produtos e serviços “verdes” que atendam demandas socioambientais nas cidades, no lazer, entretenimento, esportes, transportes, urbanização, energia e tantas outras dimensões das nossas vidas.

Desde já as empresas podem ofertar a produção ecoeficiente, gerar energias renováveis, reciclar materiais, inovar para mobilidade, construir com sustentabilidade e responsabilidade social outros meios de geração de “lucro admirado”. Considerando apenas a geração de emprego, o PNUMA (Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente) relatou que, até 2008, mais de 2,3 milhões de pessoas foram empregados no setor de baixo carbono em apenas seis países-líderes em empregos verdes (China, Dinamarca, Alemanha, Índia, Espanha e EUA).

Em particular na cadeia de valor do alumínio há soluções efetivas de economia verde, seja pelas características de suas aplicações e alta reciclagem, seja na eficiência energética e no re-uso de resíduos. No campo das aplicações, por exemplo em mobilidade, está demonstrado que o uso do alumínio nos transportes reduz o peso de aviões, carros e caminhões, e aumenta a eficiência de 6% a 10% no uso de combustível, reduzindo emissões. A reciclagem é outro forte atributo do alumínio aplicado em garrafas, carros, materiais de construções, eletrônicos etc., pois se estima que 75% de todo o alumínio produzido nos últimos 120 anos está em uso. Além disso, a reciclagem usa 95% menos energia e produz 95% menos gases que a produção de alumínio primário.

No Brasil, a Alcoa, que este ano completa 125 anos de história como precursora do processo industrial de fabricação do alumínio, tem experimentado casos muito consistentes de ecoeficiência na produção, aliando economicidade com redução de pegada ecológica. Em Poços de Caldas, MG, a fábrica substituiu o óleo combustível por gás natural na geração de energia na refinaria de alumina. Isto permitiu reduzir em 36% a emissão direta de gás carbônico (CO₂) em 2011 em comparação com 2005, que é nossa linha de base, e zerou emissões de dióxido de enxofre (SO₂). Vale dizer que o gasoduto de 110 Km, em parceria com a GASMIG (Companhia de Gás de Minas Gerais), catalisou outros projetos regionais de acesso ao gás.

Em São Luis (MA) a Aumar transformou resíduos da refinaria (cinzas leves) em insumo para fabricação de cimento, em parceria com outra empresa deste setor e universidades. Como resultados, além de gerar faturamento e reduzir custos de transportes e de áreas de armazenamento de resíduos, reduziram-se: 45 mil toneladas de cinzas da fábrica, emissões de particulados nas áreas internas, emissão de CO₂ no transporte interno. Para o cliente foram reduzidas 45 mil toneladas no consumo de argila, portanto com ganho em biodiversidade, e suas emissões de CO₂. Para as universidades se gerou formação diferenciada para estudantes e pesquisadores.

Enfim, a economia verde entendida como uma ferramenta de ecoeficiência e inclusão social, aliando prosperidade ao bem viver e à ética, pode gerar respostas efetivas à crise financeira. Obviamente há muitos desafios a superar, mas, igualmente inúmeras oportunidades.

* **Fabio Abdala** é Gerente de Sustentabilidade da Alcoa América Latina & Caribe.

Fonte: [Envolverde\(http://envolverde.com.br/economia/a-economia-verde-pode-ser-uma-resposta-a-crise-financeira-global-que-enfrentamos/\)](http://envolverde.com.br/economia/a-economia-verde-pode-ser-uma-resposta-a-crise-financeira-global-que-enfrentamos/)

26/03/2013

Afinal, empresa sustentável dá lucro?

por Jorge Abrahão*



Fonte: <http://envolverde.com.br/porta1/wp-content/uploads/2013/03/ec21.jpg>

Esta é a pergunta do bilhão. A resposta, convincente, pode impulsionar o novo modelo de desenvolvimento para o século 21.

Uma pergunta sempre aparece nos debates sobre negócios e sustentabilidade: empresa sustentável dá lucro?

Uma das muitas entidades a pesquisar o tema, a Universidade de Harvard, nos EUA, não tem dúvidas sobre a resposta: sim, as empresas sustentáveis dão lucro e ainda ganham da sociedade a “licença para lucrar”.

Como a universidade chegou a essa conclusão? Pesquisando o desempenho das maiores empresas globais listadas em bolsas de valores, entre 1992 e 2010, e comparando com o número de políticas de sustentabilidade adotadas por elas nesse intervalo.

Na verificação dessas listas, a universidade enumerou vinte e sete políticas de sustentabilidade mais adotadas pelas empresas, nas áreas de meio ambiente (ex: eficiência energética, redução de emissão, destinação de resíduos sólidos), social (ex: promoção da diversidade na empresa e na comunidade, respeito aos direitos humanos, promoção da agenda do trabalho decente) e governança (ex: transparência nas informações, código de ética).

Harvard dividiu essas empresas em dois grupos: as empresas de alta sustentabilidade, que adotam mais de 10 políticas de sustentabilidade que começaram o processo ainda nos anos 1990; e as empresas de baixa sustentabilidade, que possuem menos de 4 políticas de sustentabilidade e estão nesse processo desde os anos 2000.

Para verificar a performance das empresas, Harvard estudou o setor, o porte e a estrutura de capital de cada uma delas. Completou essa análise com os dados obtidos pela leitura de balanços anuais e de informações nos sites institucionais, bem como com entrevistas de 200 executivos, para confirmar o histórico do processo de gestão sustentável das empresas.

Agregando todas essas informações, o resultado obtido foi o seguinte:

- As empresas de alta sustentabilidade apresentaram melhores taxas de retorno, num período de 18 anos. O patrimônio delas valorizou 30% a mais do que aquele das empresas de baixa sustentabilidade; a rentabilidade líquida desse primeiro grupo cresceu o dobro da rentabilidade do grupo de baixa sustentabilidade.
- Analisando a evolução do valor das empresas, ano a ano, também é possível verificar que, mesmo em momentos de queda nas bolsas, a desvalorização das empresas de alta sustentabilidade foi significativamente menor que a das empresas de baixa sustentabilidade.

Por que as empresas de alta sustentabilidade tiveram esse desempenho?

A Universidade de Harvard também encontrou resposta a essa pergunta: as empresas de alta sustentabilidade apresentam desempenho superior porque possuem uma governança distinta, como foco no diálogo estruturado com as partes interessadas, metas sustentáveis sob a responsabilidade expressa da Diretoria e maior parte do investimento direcionado para o longo prazo e para suprir as necessidades e demandas dos públicos de interesse da empresa. Outras características da gestão dessas empresas são: sistema de compensação da liderança atrelado tanto a desempenho financeiro quanto a cumprimento de metas sustentáveis; tomada de decisões leva em conta dados financeiros e de mercado, bem como informações relativas às partes interessadas.

Vale ressaltar que as empresas de alta sustentabilidade adotaram a gestão sustentável voluntariamente e antes das demais, lançando tendências de mercado. Portanto, não há mais motivo para duvidar dos benefícios da sustentabilidade para os negócios. É hora de pôr mãos à obra!

* **Jorge Abrahão** é presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

Fonte: O autor/[Envolverde](http://envolverde.com.br/economia/afinal-empresa-sustentavel-da-lucro/)(<http://envolverde.com.br/economia/afinal-empresa-sustentavel-da-lucro/>)

27/03/2013

Livro relata práticas de agricultura sustentável no Brasil

por Débora Spitzcovsky - [Planeta Sustentável](http://planetasustentavel.abril.com.br/)(<http://planetasustentavel.abril.com.br/>)



Foto: Divulgação

Fonte: http://planetasustentavel.abril.com.br/imagem/livro-gestao-sustentavel-agricultura_abre-novo.jpg

O **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)** lançou, em Brasília, a primeira edição do livro **Gestão Sustentável na Agricultura**. A obra reúne iniciativas de sucesso, implantadas pelo **agronegócio brasileiro**, a fim de esverdear as práticas do setor, bastante expressivo para a economia do país.

Os projetos selecionados são descritos, com detalhes, nas 100 páginas da publicação, em português e, também, em inglês. A ideia é que o livro sirva de **referência** para outras organizações do setor - *brasileiras e internacionais* - que estejam dispostas a trabalhar em prol do **desenvolvimento sustentável da agricultura**.

O Mapa, que ainda pretende lançar outras edições da obra, com novas experiências bem-sucedidas de **gestão agrícola sustentável**, distribuirá cinco mil exemplares da publicação para empresas, embaixadas, cooperativas, sindicatos, institutos de ensino e pesquisa e organismos internacionais, além das Superintendências Federais de Agricultura dos Estados brasileiros.

Os interessados em adquirir o livro podem solicitá-lo por **e-mail**(<mailto:age@agricultura.gov.br>) ao Ministério. Em breve, a versão online da obra será disponibilizada no **site do Mapa**(<http://www.agricultura.gov.br/>).

Fonte: [Planeta Sustentável > Notícias > Exemplos no Agronegócio](http://planetasustentavel.abril.com.br/noticias/livro-praticas-bem-sucedidas-agricultura-sustentavel-brasil-737200.shtml)(<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticias/livro-praticas-bem-sucedidas-agricultura-sustentavel-brasil-737200.shtml>)

2013

Abril

01/04/2012

Exposição na Alemanha traz 'casa aquário' que gera biomassa

Morada de 4 andares tem paredes com água para criação de microalgas, usadas para produção de biogás.

da BBC

A casa número 17 de Inseipark em Hamburgo chama a atenção de quem passa pelo local por se assemelhar a um aquário.

As paredes, formadas por placas com água e bolhas, fazem parte de um inovador conceito de casa autossustentável: a casa que gera sua própria biomassa.

As paredes da casa funcionam como fazendas de criação de algas. Ao todo 129 placas com água nas paredes externas sudeste e sudoeste da casa aproveitam a exposição à luz do sol e recebem continuamente nutrientes líquidos e CO₂ para que as microalgas possam se desenvolver.

Quando atingem um certo tamanho, elas são retiradas e repassadas para uma usina de biogás, fora do prédio, onde serão fermentadas para a criação de gás biológico. As algas são capazes de produzir até cinco vezes mais energia por hectare do que plantas terrestres.

Além disso, os raios de sol aquecem a água contida nas placas, como em uma unidade solar térmica convencional. Este calor pode ser usado imediatamente na casa, ou acumulado em um conjunto de tubulações e reservatórios, localizados a 80 metros de profundidade. Desta maneira, é possível armazenar o calor de forma mais eficiente e aproveitar uma outra forma de energia, a geotérmica.

Chamada de BIQ, a 'casa aquário', de quatro andares custou 3,4 milhões de euros (R\$ 8,8 milhões) e é uma boa síntese deste tipo de inovação. Construída por uma parceria entre a construtora Otto Wulff e a Strategic Science Consult Hamburg (SSC), o prédio faz uso das energias solar, geotérmica e de biomassa. Os construtores estimam que o edifício seja capaz de gerar 42 KWh por ano.



Casa usa mesmo processo das plantas para captar energia

Foto: BBC

Fonte: http://s2.glbimg.com/1IBn5qNVp-AFEdrYHh69uKKX_I3N5IF3LNsy_Er4YDRloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2013/04/01/biomassa3_1.jpg

Protótipo

A casa em Hamburgo está em um quarteirão com vários protótipos e faz parte da IBA, International Bauausstellung, uma exposição internacional de construções modernas, que fica em cartaz até novembro deste ano.

O prefeito de Hamburgo, Olaf Scholz, disse à BBC Brasil que o quarteirão foi desenvolvido "com as mais modernas e futurísticas tecnologias que podemos utilizar para moradias, com materiais inovadores e tipos de energia renováveis".

Martin Kerner da SSC participou da pesquisa que envolveu universidades e empresas alemães dentro do projeto TERM (na tradução livre, Tecnologias para o desenvolvimento do recurso Microalga) e garantiu que se trata da primeira construção deste tipo.

"Espero que nós sejamos bem-sucedidos e que esta tecnologia contribua para gerar cada vez mais uma biomassa valiosa e de maneira eficiente dentro das cidades", declarou.

Prédio que muda de cor

Uma outra curiosidade é que a fachada composta por aquários muda de tonalidade de acordo com a quantidade de microalgas que fazem a fotossíntese. "A produção de energia renovável no BIQ não é uma central de energia que opera escondida no centro da construção, em segredo, mas é um elemento visível do design e uma parte explícita do conceito arquitetônico", conta o gerente comercial da IBA, Uli Hellweg.

As placas de água também tem uma função importante de controlar a entrada de luminosidade nos 15 apartamentos, que tem tamanhos variados, de 50 a 120 m². O grande problema da tecnologia é que sem sol, não se gera energia, mas além dos painéis, o edifício conta ainda com uma rede de tubulações e reservatórios que chegam até os 80 metros de profundidade para aproveitar a energia geotérmica.

O diretor da construtora Stefan Wulff conta que o processo de construção não foi fácil. "Construir uma bio-fachada foi um grande desafio e muitas vezes foi necessário uma visão ampla e muita paciência", comentou.

Quarteirão do futuro

Logo ao lado da BIQ está uma casa que tem um telhado de tecido, que gira de forma acompanhar o sol e maximiza, assim, a captação de luminosidade nas placas capazes de usar a energia solar.

Cada prédio vizinho tem uma ideia inovadora, mesmo que ela parece antiga. A madeira, por exemplo, foi um dos destaques deste projeto, sendo usada em vários edifícios, principalmente por ser um isolante térmico mais eficaz do que o concreto ou o metal usado geralmente em fachadas.

No prédio chamado de "cubo de madeira", as paredes externas são formadas por um sanduíche feito de várias camadas de madeira e montados sem nenhum tipo de prego. Ao invés disto, pinos, também vegetais, foram usados para fixar a estrutura, que assim se tornou completamente reciclável.



Placas com água e microalgas recebem continuamente nutrientes líquidos e CO₂

Foto: BBC

Fonte: http://s2.glbimg.com/FCPqMzBBwHeQI_9m0_XuOvJR3Ct04ez3eT3zLIFnStloz-HdGixxa_8qOZvMp3w/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2013/04/01/biomassa1.jpg

Fonte: [G1 > Ciência e Saúde\(http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2013/04/exposicao-na-alemanha-traz-casa-aquario-que-gera-biomassa.html\)](http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2013/04/exposicao-na-alemanha-traz-casa-aquario-que-gera-biomassa.html)

04/04/2012

Lançado jogo para estimular gerenciamento sustentável

por Jéssica Lipinski, do CarbonoBrasil



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/04/n31.jpg>

Nova ferramenta cria um cenário em que cidades reais abandonadas devem ser recuperadas de forma sustentável; jogo visa também ajudar a aprimorar estratégias de sustentabilidade corporativa.

Atualmente, estima-se que existam no mundo cerca de seis mil cidades abandonadas, seja por motivos econômicos, sociais ou naturais. Muitas vezes, essas cidades, apesar de não terem mais condições de oferecer serviços para habitantes, continuam a ser um fardo para os cofres públicos, exigindo certos investimentos que não dão retorno.

E se pudéssemos de alguma forma recuperar essas cidades e torná-las novamente habitáveis, e ainda por cima de modo sustentável? Pois é essa a proposta da simulação 'Cidades Sustentáveis – O Jogo da Socioeficiência', criada pela Fundação Espaço ECO (FEE), organização sem fins lucrativos instituída pela BASF.

O jogo é uma ferramenta com propósito educativo que tem como objetivo fazer com que os participantes entendam, de forma prática, conceitos como sustentabilidade e socioeficiência, refletindo sobre a relação entre estes e suas atitudes do dia a dia.

A simulação, que tem cerca de duas horas de duração, funciona da seguinte maneira: os até seis jogadores formam uma equipe ao redor do tabuleiro que trabalhará para recuperar uma das cidades escolhidas – Hashima (Japão), Balestrino (Itália) e São João Marcos (Brasil) – através de diversas etapas.

A primeira etapa é, através das informações fornecidas, avaliar quais foram as principais causas do abandono da cidade. Se os participantes souberem analisar bem a situação, passam para a segunda fase, na qual são apresentadas diversas opções para recuperar a cidade e torná-la novamente habitável.

Se souberem eleger bem as melhores alternativas para recuperar a cidade, os jogadores passam para o próximo nível, que é decidir como cada opção dessa será melhor aplicada na cidade.

Nessa etapa, vale examinar como cada alternativa pode ser colocada em prática de forma mais socioeficiente: em Hashima, no Japão, por exemplo, cujo abandono foi causado principalmente pelo declínio na exploração de carvão, principal atividade econômica desenvolvida na ilha, uma boa opção é apostar na pluralidade de atividades econômicas, como turismo e pesca, evitando que a habitação da cidade se torne inviável caso uma das atividades econômicas sofra algum tipo de crise.

Se essa fase for concluída com sucesso, os participantes passam para a próxima, que depende um pouco da sorte; é hora de verificar como se desenvolveram as alternativas elencadas por eles.

Caso haja necessidade ou desejo de mudanças, os jogadores podem fazer alterações no tipo de atividades econômicas, geração de energia e opções de abastecimento de água e saneamento básico que escolheram, correndo o risco de melhorar ou piorar a situação.

Ao final, são calculados quantos pontos, de 0 a 100, os participantes fizeram no desenvolvimento socioeficiente da cidade. Quanto maior o índice de socioeficiência, maior será a longevidade da cidade.

O jogo foi criado a partir da necessidade de se traduzir o conceito de socioeficiência para diversos públicos, principalmente o corporativo. Além disso, a FEE acredita que é uma ferramenta que permitirá às empresas aprimorarem a visão de seus modelos de gestão, identificando os impactos da sustentabilidade em seu negócio.

Para Fernando Feitoza, gerente de Educação para a Sustentabilidade da FEE, um aspecto importante do jogo é que ele propõe um pensamento crítico sobre os três pilares da sustentabilidade: a conservação de recursos naturais, os aspectos sociais e o papel econômico. Segundo ele, quando se fala em sustentabilidade, ainda costuma-se associar apenas a conservação dos recursos naturais ao termo.

“Com o jogo, queremos que os participantes reflitam sobre seu cotidiano e como suas decisões podem ser mais conscientes, gerando um aprendizado concreto dessa experiência. Isso pode ser aplicado tanto no ambiente de negócio para aprimorar o processo decisório, como também no dia a dia, por meio da busca por produtos mais sustentáveis, por exemplo”, comentou Feitoza.

Nesta semana, o jogo estará em demonstração para o público empresarial e para a imprensa nas capitais da região Sul (Florianópolis, Curitiba e Porto Alegre). De acordo com os desenvolvedores, primeiramente a ferramenta está sendo disponibilizada apenas conforme a demanda das empresas, pois a fundação ainda não tem condições de aplicá-la em grande escala.

Interessados podem entrar em contato com a FEE [pelo site da entidade](http://www.espacoeco.org/)(<http://www.espacoeco.org/>).

* *Publicado originalmente no site*
[CarbonoBrasil](http://www.institutocarbonobrasil.org.br/noticias5/noticia=733594)(<http://www.institutocarbonobrasil.org.br/noticias5/noticia=733594>).

Fonte: CarbonoBrasil/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/lancado-jogo-para-estimular-gerenciamento-sustentavel/)(<http://envolverde.com.br/noticias/lancado-jogo-para-estimular-gerenciamento-sustentavel/>)

08/04/2012

Virar o jogo contra as mudanças climáticas

por Ricardo Abramovay*



Alto Sertão I, maior complexo de energia eólica da América Latina.

Foto: Divulgação

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/04/AltoSertao.jpeg>

As sociedades contemporâneas têm hoje a possibilidade real de vitória na luta contra o horizonte catastrófico representado pelas mudanças climáticas.

Essa visão otimista apoia-se em dois conjuntos de circunstâncias, chamados por [Paul Gilding](http://paulgilding.com/) (o celebrado autor de *The Great Disruption*) de pontos de virada, ou “tipping points”. A expressão refere-se ao acúmulo de fatores que, a partir de certo patamar, revoluciona, de maneira quase sempre irreversível, a dinâmica de um determinado sistema.

Economistas e sociólogos usam-na para explicar alterações bruscas de comportamentos coletivos. E é exatamente disso que se trata quando está em questão a mutação de uma ordem social apoiada em combustíveis fósseis para uma organização em que energias renováveis tenham o papel preponderante.

Primeiro ponto de virada: o uso de combustíveis fósseis durante a última década colocou a espécie humana numa situação de alto risco. A continuar no ritmo atual, o aumento de temperatura previsto para 2060 é de 4°C. E, como diz o recente [relatório do Banco Mundial](http://climatechange.worldbank.org/sites/default/files/Turn_Down_the_heat_Why_a_4_degree_centrigrade_warmer_world_must_be_avoided.pdf) que contém essa previsão, não há qualquer sinal de que a humanidade esteja preparada para adaptar-se a tal mudança na temperatura global média. Se esse limite for atingido, prossegue o relatório, será difícil evitar a perspectiva de 6°C de elevação da temperatura no início do próximo século, com o aumento no nível do mar entre 50 centímetros e um metro.

Mas, se é assim, onde está o ponto de virada?

Ele se encontra no fato de que as mudanças climáticas estão deixando de ser uma preocupação fundamentalmente ecológica ou ambiental e passam a ser um fator decisivo do próprio cálculo dos mais importantes atores econômicos globais.

Essa mudança de percepção se traduz na ideia de fósseis não passíveis de serem queimados, ou, na excelente expressão em inglês, “unburnable carbon”. Um relatório recente do HSBC mostra que, se o carbono contido no carvão, no petróleo e no gás detido pelas maiores petrolíferas europeias (BP, Shell, Statoil, ENI e Total) não for queimado, isso fará com que elas percam entre 40% e 60% de sua previsão de receita.

O cálculo se apoia num artigo publicado na [“Nature” em 2009](http://www.nature.com/nature/journal/v458/n7242/full/nature08017.html): se a humanidade optar por uma chance de 50% de não elevar a temperatura global média além de dois graus, as emissões de gases de efeito estufa entre 2000 e 2050 (o que os especialistas chamam de orçamento carbono) não poderão ultrapassar 1.440 gigatoneladas.

O conceito de orçamento carbono é fundamental: ele não aponta para o limite na disponibilidade de combustíveis fósseis e sim para o ponto além do qual queimar carbono ameaça a atmosfera e, portanto, as condições que permitem a reprodução da própria vida. Não se trata apenas de saber qual a riqueza existente e sim qual a possibilidade de que esta riqueza seja usada sem destruir os fundamentos da convivência social.

Pois bem, das 1.440 gigatoneladas de CO₂ que poderiam ser queimadas até 2050 (para manter o limite de dois graus na elevação da temperatura), já foram usadas, desde 2000, nada menos que 400 GT CO₂. Ou seja, mais de um quarto do orçamento carbono para cinco décadas foi usado em pouco mais de dez anos. Resta então algo em torno de 1.000 GT CO₂, para que o limite de dois graus seja respeitado. Como as reservas conhecidas de combustíveis fósseis são de 2.860 GT CO₂, isso significa que somente cerca de um terço dessa riqueza potencial pode transformar-se em utilidade real (e ganho econômico).

O resultado é obviamente devastador para as empresas cuja estratégia consiste fundamentalmente em explorar combustíveis fósseis. Ou então será devastador para a espécie humana. Mas, insiste Gilding, há indícios de que se forma uma coalizão social voltada a evitar o pior cenário. Esta coalizão não envolve apenas ativistas, mas também segmentos crescentes do meio empresarial, da comunidade científica e das administrações públicas.

E aí reside o segundo ponto de virada. O avanço nas energias renováveis está superando as mais otimistas expectativas. Nos Estados Unidos, nos últimos cinco anos, o preço do kW produzido por painéis solares caiu de US\$ 5 para US\$ 0,50. Em 14 Estados norte-americanos, a energia solar já é mais barata que a [convencional](http://www.triplepundit.com/2013/03/solar-power-pure-economics/)(<http://www.triplepundit.com/2013/03/solar-power-pure-economics/>).

Um relatório recente do gigante financeiro [UBS](http://qualenergia.it/sites/default/files/articolo-doc/UBS.pdf)(<http://qualenergia.it/sites/default/files/articolo-doc/UBS.pdf>) mostra que os domicílios europeus já reduzem suas contas de eletricidade por meio da instalação de painéis solares, cujos custos de produção caíram drasticamente nos últimos anos.

Um dos países em que a energia solar melhor funciona é a pouco ensolarada Alemanha. O relatório prevê que a autoprodução de energia com base em painéis solares deve chegar, em 2020, a 14% na Alemanha, 18% na Espanha e 17% na Itália. Desde a Revolução Industrial, a eficiência na oferta de energia ligou-se sempre à concentração e ao poder de firmas gigantescas.

A virada está não só na perspectiva de redução dos fósseis, mas no avanço de formas descentralizadas e conectadas em rede de produção de energia.

Quais as consequências deste cenário para o Brasil?

É verdade que o país avançou de maneira expressiva na produção de energia eólica, embora o mesmo não possa ser dito da solar. O problema é que, quando se comparam os investimentos e o esforço de inovação em fósseis com o empenho em fortalecer a matriz energética renovável, fica claro que a opção brasileira atual é por fortalecer, na prática, a coalizão social, que, em termos globais, prospera com o avanço dos combustíveis fósseis.

O risco é duplo: por um lado, perda de valor das atividades petrolíferas, que hoje consomem parcela decisiva dos investimentos nacionais. Por outro, e mais grave, o Brasil continuará na retaguarda da inovação do que há de mais significativo em termos de energia renovável.

São questões que vão muito além da briga pela divisão dos royalties do petróleo.

* **Ricardo Abramovay** é professor titular da FEA e do IRI-USP, pesquisador do CNPq e da Fapesp, e autor de *Muito Além da Economia Verde*, lançado na Rio+20 pela Editora Planeta Sustentável.

** Publicado originalmente no site [Prêmio Empreendedor Social/Folha de S.Paulo](http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/colunas/1258144-virar-o-jogo-contra-as-mudancas-climaticas.shtml)(<http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/colunas/1258144-virar-o-jogo-contra-as-mudancas-climaticas.shtml>).

Fonte: Prêmio Empreendedor Social/Folha de S.Paulo/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ambiente/virar-o-jogo-contra-as-mudancas-climaticas/)(<http://envolverde.com.br/ambiente/virar-o-jogo-contra-as-mudancas-climaticas/>)

08/04/2012

A política nacional de resíduos sólidos

por Reinaldo Canto*



Foto: Wilson Dias/Abr

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/04/lixo2.jpg>

Prefeitos de todo o Brasil, fiquem atentos ao que prevê a Lei Nacional de Resíduos Sólidos.

Até agosto de 2014 os cerca de 2.810 municípios brasileiros, mais da metade do país, que não tratam adequadamente os seus resíduos terão obrigatoriamente de mudar essa triste realidade de consequências nefastas por meio de contaminação do solo, da água, além de contribuir com a disseminação de doenças. Enfim, prejuízos diversos à qualidade de vida das pessoas e ao meio ambiente.

Estudo do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – divulgado pelo Estadão (edição de 27 de março) constatou a existência de 2.906 lixões ainda em funcionamento Brasil afora. O problema mais grave foi encontrado em pequenos municípios nordestinos, mas de modo geral afeta todas as regiões do país.

Sem dúvida, é preciso uma ação enérgica dos administradores públicos e também muito dinheiro, pois segundo a Confederação Nacional dos Municípios, serão necessários investimentos de ao menos 70 bilhões de reais para dar conta da tarefa de transformar lixões em aterros sanitários (locais adequados para o correto descarte de resíduos). Mas trabalhar com a máxima de “deixar como está para ver como fica”, talvez não seja o melhor caminho a ser trilhado pelos prefeitos.

Ministério Público na cola

E o que está ruim pode ficar ainda pior para os gestores públicos que dão de ombros para o problema. A Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público anunciou que dará prioridade ao tema e irá orientar seus promotores a vistoriar o cumprimento da lei nas cidades em que atuam. (Estadão, 27/03)

É bom lembrar que a ameaça pode servir como alerta, mas nada diferente do que já prevê a lei. As prefeituras que simplesmente não acabarem com seus lixões e não implantarem a coleta seletiva (outro grande desafio para as cidades brasileiras), nos prazos determinados pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, estarão sujeitas a processos por improbidade administrativa.

E antes que os do contra afirmem terem os prefeitos outras prioridades, basta dizer que nas cidades de porte médio, a gestão do lixo, ou melhor, a gestão dos resíduos, representa o terceiro item de despesas do município. E, nas pequenas, as que possuem menos de 50 mil habitantes, é o primeiro item de gastos no orçamento, segundo informou Samyra Crespo, secretária da Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

Plano de Gestão de Resíduos

A lei também previa a entrega, por todos os municípios do país, de seus planos de gestão de resíduos, em agosto de 2012. Segundo o Ministério do Meio Ambiente havia registrado na época, por volta de 560 municípios, ou 10% do total das cidades brasileiras, concluíram e entregaram esses planos. Os municípios que perderam o prazo não terão direito a receber recursos federais e renovar novos contratos com a esfera federal para o setor. Mesmo aqueles municípios que entregaram seus planos no prazo tiveram, em diversos casos, a devolução do projeto por falta de consistência.

A baixa adesão das cidades pode parecer simples descaso, mas conforme pesquisa da Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe) com cerca de 400 municípios, o problema se deve muito à falta de pessoal qualificado para atender aos requisitos previstos na lei. Afinal, para quem achava que para cuidar do lixo bastava um terreno grande para o seu envio e descarte, a lei veio para colocar ordem e mudar um cenário cada vez mais criminoso e urgente. O lançamento indiscriminado de materiais perigosos e contaminantes sem cuidado ou tratamento compromete o futuro e a saúde das pessoas, entre os seus principais e nefastos resultados.

O problema dos lixões nas cidades brasileiras é apenas um exemplo de inúmeras situações de insustentabilidade que sempre foram tratadas como questões secundárias ou mesmo sem importância.

É preciso que se entenda de uma vez por todas, que a discussão sobre sustentabilidade há muito tempo deixou a seara puramente ambiental e até mesmo romântica em relação à preservação da natureza.

Sustentabilidade hoje deve ser debatida não como uma alternativa possível ou não de ser implementada, mas apenas o como podem e devem ser introduzidos seus conceitos em todas as instâncias da vida, seja ela pública ou privada.

Gestão de resíduos, mobilidade urbana, saúde pública, preservação ambiental, consumismo são alguns entre tantos temas que dependem de ações concretas para a construção de um futuro mais justo, equilibrado e sustentável. A demora em agir, como no caso descrito nessas linhas, resultarão em punições para alguns e, o que é pior, grande sofrimento para os mais necessitados. Como sempre a famosa corda vai arrebentar do lado mais fraco.

** **Reinaldo Canto** é jornalista especializado em Sustentabilidade e Consumo Consciente e pós-graduado em Inteligência Empresarial e Gestão do Conhecimento. Passou pelas principais emissoras de televisão e rádio do País. Foi diretor de comunicação do Greenpeace Brasil, coordenador de comunicação do Instituto Akatu pelo Consumo Consciente e colaborador do Instituto Ethos. Atualmente é colaborador e parceiro da Envolverde, professor em Gestão Ambiental na FAPPES e palestrante e consultor na área ambiental.*

*** Publicado originalmente no site [Carta Capital](http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-politica-nacional-de-residuos-solidos/?autor=599)(<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-politica-nacional-de-residuos-solidos/?autor=599>).*

Fonte: Carta Capital/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ambiente/a-politica-nacional-de-residuos-solidos/)(<http://envolverde.com.br/ambiente/a-politica-nacional-de-residuos-solidos/>)

08/04/2012

As florestas no centro das grandes estratégias

por Washington Novaes*



Foto: <http://www.papodeestudante.com/>

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/04/florestaamazonica.jpg>

É impressionante como boa parte da sociedade e dos meios empresariais – no Brasil e fora daqui – continua a entender que temas como conservação de florestas, biodiversidade e mudanças climáticas nascem da fantasia de “ambientalistas” desocupados e extravagantes. Não levam em conta, na sua visão crítica dos “ambientalistas”, os impactos negativos da predação dos ecossistemas, principalmente na área da produção econômica – ainda que sejam cada vez mais frequentes os estudos que alertam para essas consequências.

Quem estiver nessa posição deve prestar atenção às palavras do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, diplomata competente e experimentado, capaz de coordenar a convivência de quase 200 nações, com autoridade sobre departamentos e órgãos científicos, conferências e acordos internacionais. Nas recentes comemorações do Dia Internacional da Água, Ban Ki-moon fez um apelo em favor da redução do desmatamento e da perda de florestas no mundo, pois elas cobrem um terço da superfície do planeta e influem decisivamente em serviços vitais para a sobrevivência humana – fluxos de água, regulação do clima, fertilidade do solo etc. (e esses serviços prestados gratuitamente pela natureza, já foi comentado neste espaço, valeriam três vezes mais que todo o produto bruto mundial se tivessem de ser substituídos por ações e tecnologias humanas).

Segundo o secretário-geral da ONU, 2 bilhões de pessoas dependem de florestas para sua subsistência e sua renda e 750 milhões nelas vivem; ali nasce mais de metade das águas do planeta; nelas está grande parte da diversidade de ecossistemas e metade das espécies terrestres de animais e plantas. Mas além da exploração comercial em busca de madeiras, da derrubada para implantar culturas e pastagens, as florestas sofrem porque 3 bilhões de pessoas ainda usam madeira como combustível. Pelas mesmas razões, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) tomou idêntica posição, lembrando ainda que a perda de florestas afeta a segurança alimentar, principalmente das populações mais pobres, já prejudicadas pelo desperdício de mais de 1 bilhão de toneladas anuais de alimentos.

Deveríamos prestar muita atenção a essas palavras, já que o Brasil tem cerca de 500 milhões de hectares de áreas florestais – embora os “verdes” não venham conseguindo discutir na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados a redução, com o projeto do novo Código Florestal, de 58% nas áreas de floresta desmatadas a serem recuperadas, conforme pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (Estado, 21/3). Só no Cerrado a expansão das culturas de soja se traduz em 40 mil hectares desmatados ilegalmente (Estado, 13/3). A área a ser recomposta com vegetação cairá de 50 mil para 21 mil hectares em Mato Grosso, no Pará, em Minas Gerais e na Bahia. Não por acaso, a Comissão de Meio Ambiente é presidida pelo maior plantador de soja em Mato Grosso. E o Brasil ainda não ratificou – o governo agora promete para 2014 – as novas exigências da Convenção da Biodiversidade, aprovadas em 2010 em Nagoya, que estabelecem a conservação em 17% das áreas terrestres e 10% das áreas oceânicas.

Também não é casual a revelação de um estudo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul mostrando (Agência Fapesp, 26/3) que o Bioma Pampa – que em certas áreas tem maior diversidade vegetal do que a floresta – já está com 35% de sua superfície ocupada por florestas plantadas de eucaliptos e pinus. Como não é acaso que o desmatamento ilegal na Amazônia, entre agosto de 2012 e fevereiro último, tenha sido de 1.351 quilômetros quadrados, 91% mais que em igual período anterior (Estado, 13/3), segundo o instituto

Imazon – mesmo que nesse período 72% da área estivesse encoberta por nuvens e não pudesse ser avaliada com precisão. De acordo com esse instituto, entre 2001 e 2010 a degradação subsequente das áreas florestais atingiu 30% da área desmatada.

Estudo da Academia de Ciências dos EUA, que analisou 292 áreas protegidas no Brasil, mostrou há pouco, mais uma vez, que entre todos os modelos de proteção florestal as áreas indígenas e os parques nacionais são os mais eficazes, melhores que os chamados projetos de “exploração sustentável”. Ainda assim, o Serviço Florestal Brasileiro acaba de homologar a concessão de mais duas áreas florestais públicas para esse tipo de “exploração sustentável” por empresas (o autor destas linhas conhece diretamente algumas dessas áreas; numa delas, considerada “exemplar”, a empresa foi multada depois pelo Ibama por retirar sete vezes mais madeira do que estava autorizada). Mas alimenta esperanças o acordo da Associação Brasileira de Supermercados de não trabalhar com carnes provenientes de áreas desmatadas.

A agropecuária deveria prestar muita atenção a todas as informações dessa área, uma vez que o desmatamento tem relação direta com mudanças do clima. Um estudo da Global Change Biology mostrou há pouco que na França cresce de ano para ano o impacto do aumento da temperatura sobre o milho, e que ele se vai multiplicar. Na Bahia (Estado, 17/3) a seca de 2012 levou à perda de R\$ 1 bilhão na safra de grãos. E um estudo do governo norte-americano demonstrou que o clima mais quente já tem reduzido nas últimas seis décadas em 10% a capacidade dos trabalhadores de resistirem a temperaturas mais altas – e isso pode dobrar até 2050. Não é por acaso, assim, que mudanças climáticas tenham entrado até na estratégia dos órgãos que planejam a segurança dos EUA. A China já vai introduzir uma taxa sobre o carbono emitido por empresas do país. Os EUA já a discutem no Congresso.

Curiosamente, é o Fundo Monetário Internacional (FMI) que aponta uma das raízes do problema: um dos fatores mais fortes na geração de poluentes e de mudanças do clima está nos subsídios que quase todos os países concedem ao consumo de petróleo e seus derivados.

** Washington Novaes é jornalista.*

*** Publicado originalmente no site [O Estado de S. Paulo](http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,as-florestas-no-centro-das-grandes-estrategias,1017239,0.htm)(<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,as-florestas-no-centro-das-grandes-estrategias,1017239,0.htm>).*

Fonte: O Estado de S. Paulo/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ambiente/as-florestas-no-centro-das-grandes-estrategias/)(<http://envolverde.com.br/ambiente/as-florestas-no-centro-das-grandes-estrategias/>)

09/04/2012

Em busca do zero sustentável

por Martin Studte e Isabel Santos*



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/04/n83.jpg>

As discussões sobre o aquecimento global que balançaram o mundo nos últimos anos colocaram em evidência o impacto causado pelas indústrias no meio ambiente. Procurando dar resposta a uma cobrança da sociedade e dos governos, elas passaram a assumir metas cada vez mais ambiciosas, sendo que algumas delas se lançaram ao desafio de zerar emissão de poluentes, utilização de materiais tóxicos, geração de resíduos e até mesmo o uso de matéria-prima. O zero passou a ser almejado, mas será que é possível alcançá-lo? Ou seria isso apenas uma estratégia de marketing? Afinal, é inegável a dificuldade de tais objetivos e há um grande apelo da meta zero – que é ambiciosa, simples de entender e bastante atraente.

Para avaliar a questão é preciso primeiramente entender qual é o prazo em que se encaixa uma meta deste tipo. Isso porque hoje, com a abordagem predominante End-Of-Pipe (que prega a redução do impacto ambiental das atividades realizadas sem modificar o processo de produção), é impossível alcançar o zero. Para isso, se fazem necessárias metas de longo prazo que, no caso, vão além dos dez anos comumente estabelecidos pelas empresas. É preciso uma janela de tempo de mais de uma geração humana, algo por volta de 20, 30 ou 40 anos, alcançando, portanto, até meados de 2050.

No mundo atual, na prática de definição de metas corporativas há uma contraposição em relação às empresas com metas agressivas de crescimento e economias em desenvolvimento. Nesse sentido, por exemplo, há diferenças fundamentais na definição de metas aqui no Brasil, onde as expectativas da maioria das empresas, assim como do País como um todo, visa pleno desenvolvimento econômico.

Isso tem implicações na definição de linhas de base e também de metas, pois a produção em expansão aumenta, quase inevitavelmente, a pegada ecológica em termos totais. Assim, algumas das empresas brasileiras que tem metas sólidas definidas (por exemplo, a divisão brasileira da Tetra Pak) se comprometem em manter o total das emissões constantes, o que, em alguns casos, já é consideravelmente uma meta ambiciosa. Por outro lado, na Europa há um cenário de crescimento no máximo moderado ou estagnando, favorecendo redução de emissões.

Tais metas, todavia, não se encaixam na abordagem de longo prazo (intergeracional), porque, em teoria, precisariam contar, além de tecnologias End-Of-Pipe, com as inovações disruptivas, que são aquelas que permitem mudanças nos parâmetros de processos industriais mais complexos ou aproveitamento de materiais que hoje são considerados resíduos.

Apesar dessas dificuldades, o World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), uma iniciativa das lideranças das maiores empresas mundiais, considera em um estudo sobre o futuro intitulado Vision 2050 que até 2020 estaremos na década da eficiência e, até 2050, a economia se focará consistentemente em fechar seus ciclos, assim chegando ao zero. Nessa visão otimista o WBCSD está bem próximo do que pensam algumas das consultorias e Think Tanks mundiais de ponta.

Entretanto, o caminho até lá não será nada fácil. O maior argumento contra o zero é certamente a relação de custo-benefício. Além disso, uma meta zero pode trazer trade-offs, isso é, quando a eliminação de um problema cria outro (exemplo: uso de água zerado, mas com custo energético explodindo). Há ainda o fato de a gestão ambiental das empresas ser ainda muito ineficiente – o que é uma triste realidade, que fica perceptível na hora de se levantar a base de dados básicos para modelar as projeções. Há também o receio em se deixar apenas nas mãos das empresas toda a agenda ambiental, sem ao menos pautar o assunto via acordo político ou legislação definida pelo poder público.

Dúvidas à parte, e chegando à conclusão de que faz sim sentido colocar uma meta como a do zero – desde que se levado em consideração o tempo necessário para implantá-la –, podemos afirmar que esse modismo representa um momento em que o setor privado está tomando a liderança no desenvolvimento sustentável? Isso porque as metas, com exceção das referentes ao uso de materiais tóxicos, estão muito mais ambiciosas do que pede a legislação ambiental dos países em que as empresas atuam. Mas é preciso ficar atento, afinal, metas corporativas nada mais são do que objetivos voluntários e é preciso que haja regulamentação de fato. Os reais resultados dessas iniciativas? Somente a próxima geração poderá dizer.

* **Martin Studte e Isabel Santos** são consultores da unidade de negócio de sustentabilidade da Keyassociados.

Fonte: Os autores/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/em-busca-do-zero-sustentavel/)(<http://envolverde.com.br/noticias/em-busca-do-zero-sustentavel/>)

09/04/2012

Na abertura do Fórum sobre Florestas, ONU pede proteção de fontes vitais

por Eleutério Guevane, da Rádio ONU



Florestas ajudam a regular carbono na atmosfera

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/04/n54.jpg>

10ª sessão da reunião começou nesta segunda-feira, em Istambul, na Turquia; mais de 1,6 bilhão de pessoas no mundo dependem das florestas, incluindo comunidades indígenas.

O subsecretário-geral da ONU para Assuntos Econômicos e Sociais afirmou que os serviços fornecidos pelas florestas continuam sendo subestimados, desvalorizados e super explorados.

Wu Hongbo fez a declaração nesta segunda-feira, durante a abertura do 10º Fórum sobre as Florestas, em Istambul, na Turquia. O representante da ONU lembrou que o desmatamento continua ocorrendo, para que a terra seja usada para agricultura ou outros fins, sem que haja planejamento. Segundo ele, as consequências são ambientais, sociais e econômicas.

Impactos

De acordo com Wu Hongbo, há provas de que tais impactos dificilmente ficam dentro das fronteiras nacionais, notando que frequentemente, as consequências são além-fronteiras.

O subsecretário-geral pediu mais esforços, a nível regional e global, a favor das florestas.

Segundo as Nações Unidas, 1,6 bilhão de pessoas, incluindo milhares de comunidades indígenas, dependem das florestas como meio de subsistência. As florestas também são fonte de água limpa e ajudam a regular a quantidade de carbono na atmosfera. Mais de 3 bilhões dependem da madeira para cozinhar e se aquecerem.

Sustentabilidade

O Fórum sobre Florestas foi estabelecido no ano 2000, como plataforma de desenvolvimento de políticas e de cooperação internacional. O objetivo é promover a sustentabilidade das matas, além de reforçar o compromisso político em torno dos recursos.

A reunião na Turquia ocorre até 19 de abril, com o tema “Florestas para o Desenvolvimento Econômico”.

A estimativa é de que mais de 13 milhões de hectares de florestas são perdidos por ano, uma área equivalente ao tamanho da Inglaterra.

* Publicado originalmente no site [Rádio ONU](http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2013/04/na-abertura-do-forum-sobre-florestas-onu-pede-protecao-de-fontes-vitais/)(<http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2013/04/na-abertura-do-forum-sobre-florestas-onu-pede-protecao-de-fontes-vitais/>).

Fonte: Rádio ONU/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/na-abertura-do-forum-sobre-florestas-onu-pede-protecao-de-fontes-vitais/)(<http://envolverde.com.br/noticias/na-abertura-do-forum-sobre-florestas-onu-pede-protecao-de-fontes-vitais/>)

09/04/2012

Dispositivo transforma oxigênio em purificador de água, ar e alimentos

por Redação CicloVivo



O ozônio é eficaz no combate à contaminação do solo e ainda purifica a água, o ar e os alimentos.

Foto: Guadalupe Cervilla/Flickr

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/04/n34.jpg>

Um engenheiro de São Paulo criou um dispositivo capaz de filtrar as impurezas do ar, da água, dos alimentos e até eliminar a contaminação do solo. O equipamento possui um mecanismo que transforma oxigênio em ozônio, propriedade sustentável que serve como alternativa para vários produtos de limpeza.

O equipamento foi desenvolvido em 2005 por Samy Menasce, da empresa Brasil Ozônio. De lá para cá, foram realizados estudos e investimentos para aperfeiçoar o gerador de ozônio, que já foi instalado em 2,5 mil estabelecimentos e residências, no Brasil, na Argentina e no Peru.

Para o inventor, o dispositivo é uma revolução para a limpeza sustentável. “A nossa matéria-prima é o ar, o nosso resíduo é o oxigênio e o nosso consumo de energia é equivalente a algumas lâmpadas. Dessa forma, a gente consegue resolver problemas antes quase sem solução”, contou Menasce ao G1.

O gerador desenvolvido pelo paulistano também vem sendo usado para amenizar problemas ambientais, principalmente na zona rural. Isso porque o ozônio é eficaz no combate à contaminação do solo e elimina odores de fertilizantes. Além disso, o gás é eficiente no tratamento de piscinas. “O ozônio é cem vezes mais potente que o cloro e age 3,2 mil vezes mais rápido, ou seja, além de ser mais potente, ele age muito mais rapidamente”, diz o engenheiro. Ao contrário do cloro, o ozônio ainda tem a vantagem de não causar irritações nas vias respiratórias dos usuários das piscinas.

O Aquário de São Paulo é um dos estabelecimentos mais famosos em que o dispositivo foi instalado. Lá, o gerador traz benefícios tanto para os animais, como para os funcionários e visitantes do local. “Ele melhora em todos os aspectos – seja visual, clínico, ou o funcionamento do sistema biológico do aquário. O que a gente monta dentro do aquário é como se fosse um microecossistema, em que o ozônio vem como uma ferramenta para esse microecossistema funcionar bem”, afirma Ricardo Cardoso, diretor técnico do Aquário de São Paulo.

Na sede da microempresa, no Butantã, todos os geradores são testados. Em um reservatório, a ação do gás pode ser comprovada rapidamente: ao longo do teste, um pacote de suco artificial foi despejado na água, e, em poucos segundos, o ozônio entra em contato com o pó e desintegra os componentes químicos, deixando a água totalmente limpa. Com informações do G1.

* Publicado originalmente no site [CicloVivo](http://ciclovivo.com.br/noticia/dispositivo-transforma-oxigenio-em-purificador-de-agua-ar-e-alimentos/)(<http://ciclovivo.com.br/noticia/dispositivo-transforma-oxigenio-em-purificador-de-agua-ar-e-alimentos/>).

Fonte: CicloVivo/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/dispositivo-transforma-oxigenio-em-purificador-de-agua-ar-e-alimentos/)(<http://envolverde.com.br/noticias/dispositivo-transforma-oxigenio-em-purificador-de-agua-ar-e-alimentos/>)

10/04/2012

Incentivos para a gestão ambiental

Seminário discute o uso de instrumentos econômicos para alterar o comportamento de degradação e estimular a conservação ambiental no país

por Tinna Oliveira



Debate abrange ferramentas para políticas ambientais

Foto: Martim Garcia/MMA

Fonte: http://www.mma.gov.br/media/k2/items/cache/318a893f13f5573daf0e70cc6261182f_XL.jpg

Como os instrumentos econômicos utilizados nas políticas públicas ambientais estão permitindo que os serviços ambientais sejam utilizados de maneira eficiente? Como tais ferramentas conseguem mudar comportamento em prol da utilização sustentável do meio ambiente? Esses e outros questionamentos norteiam o seminário Instrumentos Econômicos nas Políticas Ambientais, iniciado nesta quarta-feira (10), em Brasília.

O debate é promovido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e do Departamento de Produção e Consumo Sustentável (DPCS). Com parceria do Banco Mundial e da Universidade de Brasília (UnB), reúne especialistas da área acadêmica e do setor público para o intercâmbio de experiências sobre o tema.

Durante a abertura, o coordenador-geral do PNMA, Renato Rosenberg, explicou que o encontro faz parte de um planejamento maior que inclui a revisão do diagnóstico dos instrumentos econômicos nas diferentes esferas do Executivo, além de avaliação sobre a possibilidade de reprodução dessas ações. “É uma tendência mundial a utilização de instrumentos econômicos na política ambiental. Eles conseguem, muitas vezes, minimizar conflitos”, avaliou Rosenberg.

Na ocasião, a vice-reitora da UnB, Sônia Nair Bão, reforçou a importância desse encontro, com parceiros fundamentais vindos da academia e de diferentes setores econômicos da sociedade e do governo, para o desencadeamento de políticas públicas no setor. Ela destacou, ainda, que o Brasil além de estar em um momento de desenvolvimento econômico de grande visibilidade, também é um “excelente protagonista na questão ambiental”.

ESPAÇO DE DIÁLOGO

O professor Jorge Madeira Nogueira, da Universidade de Brasília, abriu o debate explicando que o instrumento econômico de política ambiental tem como objetivo alterar um comportamento considerado de degradação ou estimular um comportamento considerado favorável à conservação ambiental. Para isso, são utilizados “incentivos”, tanto positivos, quanto negativos, que são usados para complementar uma gestão ambiental mais eficaz.

O debate continua amanhã (11), no hotel Mercure, em Brasília. Ainda serão tratados os temas incentivos fiscais e creditícios, Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), compensações ambientais, fundos financeiros de meio ambiente e instrumentos econômicos na gestão de Unidades de Conservação.

Fonte: [MMA > InfoMMA > Notícias](http://www.mma.gov.br/informma/item/9236-incentivos-para-a-gest%C3%A3o-ambiental)(<http://www.mma.gov.br/informma/item/9236-incentivos-para-a-gest%C3%A3o-ambiental>)

10/04/2012

Há menos lixo em aterros e mais a ser transformado em adubo e biogás

por [Ricardo Garcia](http://www.publico.pt/autor/ricardo-garcia) (<http://www.publico.pt/autor/ricardo-garcia>)



Paulo Lemos diz que ainda "há progressos a fazer"

Fonte: <http://imagens.publico.pt/imagens.aspx/99292?tp=EI&db=IMAGES>

Produção de lixo caiu 7,5% em 2012. Plano estratégico para os resíduos pronto em Junho.

Portugal está próximo de ter mais lixo reciclado, incinerado ou transformado em adubo e biogás, do que depositado em aterros sanitários. A percentagem de resíduos sólidos urbanos encaminhada para aterro no território continental caiu de 58% em 2011 para 54% em 2012, segundo um balanço que será apresentado hoje pelo Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território no 7.º Fórum Nacional de Resíduos, em Lisboa.

A deposição em aterro é normalmente considerada a solução menos recomendada nas políticas de gestão de lixo urbano. Até à década de 1990, abrangia quase a totalidade dos resíduos produzidos em Portugal, mas tem vindo progressivamente a ser abandonada, em favor da reciclagem, incineração e valorização orgânica.

A valorização orgânica foi a que mais evoluiu no ano passado, com a entrada em funcionamento de novas centrais de compostagem, que transformam lixo em adubo, ou de digestão anaeróbia, que produzem biogás. Em 2011, respondiam por 9% do lixo tratado. Agora são 15%.

A subida é importante, dado que Portugal estava até agora com um atraso de cinco anos em relação às metas europeias para o desvio dos resíduos biodegradáveis dos aterros. Em 2011, cerca de 1,7 milhões de toneladas de lixo orgânico ainda iam para aterros, valor admissível somente até 2006. Em 2009, o limite era de 1,1 milhões e em 2016 será de 790 mil.

O peso da incineração e da reciclagem caiu no cômputo geral - de 20% para 18% no primeiro caso, e de 14% para 13% no segundo.

No total, a produção total de resíduos urbanos no continente sofreu uma queda de 7,5% em 2012. Já em 2011, tinha reduzido em 6%.

A reciclagem está a cair a um nível mais elevado. No sector das embalagens, houve uma redução de 9%, segundo dados da Sociedade Ponto Verde (SPV) - que gere este fluxo de resíduos, em nome da indústria.

"Há progressos a fazer", reconhece o secretário de Estado do Ambiente e Ordenamento do Território, Paulo Lemos. Nas novas licenças para os fluxos especiais de resíduos - como o das embalagens, pilhas ou óleos - haverá novas obrigações a cumprir. O objectivo, diz Paulo Lemos, é melhorar o acompanhamento dos resultados.

Já há duas novas licenças em negociação - com a Sociedade Ponto Verde e com uma segunda empresa para os resíduos de embalagem, que o sector da distribuição quer criar em alternativa à SPV. A decisão final deverá ser tomada dentro de um mês.

Em curso está ainda a elaboração do terceiro Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU III), uma peça-chave não só para a gestão do lixo em geral como para a privatização da Empresa Geral de Fomento (EGF), a *sub-holding* estatal da área dos resíduos.

A privatização dificilmente avançará sem regras do jogo claras no PERSU III, sobretudo metas que tenham de ser cumpridas. "Vamos ainda avaliar se devemos ter metas nacionais ou metas para cada sistema de gestão de resíduos", afirma Paulo Lemos.

O PERSU III, diz o secretário de Estado, deverá estar pronto em Junho. O Governo tinha anunciado o lançamento da privatização ainda no primeiro semestre deste ano.

O plano estratégico terá três grandes objectivos: cumprir as metas europeias para os resíduos, garantir que os sistemas de gestão são sustentáveis e compatibilizar os investimentos necessários com os financiamentos do próximo Quadro Comunitário de Apoio.

Fonte: [P > Notícias\(http://www.publico.pt/portugal/jornal/ha-menos-lixo-em-aterros-e-mais-a-ser-transformado-em-adubo-e-biogas-26356484\)](http://www.publico.pt/portugal/jornal/ha-menos-lixo-em-aterros-e-mais-a-ser-transformado-em-adubo-e-biogas-26356484)

11/04/2012

Personalidades emitem apelo global em favor da proteção dos oceanos

Comunicado foi apresentado em conferência realizada nesta 5ª na França. Eles cobram iniciativas urgentes, esboçadas inicialmente durante a Rio+20.

da France Presse

Um grupo de personalidades, incluindo o filho do comandante Jacques-Yves Cousteau e o príncipe Albert de Mônaco emitiram nesta quinta-feira (11), em Paris, um apelo a favor da proteção dos habitats do alto-mar, prejudicados pelo saque de recursos e pela poluição generalizada.

Esta ação tenta voltar a mobilizar a comunidade internacional, que, na conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada em junho de 2012, se comprometeu em cuidar urgentemente das zonas marinhas situadas fora das águas territoriais, que significam 64% dos oceanos, embora não tenha alcançado compromissos vinculantes, o que provocou a decepção das ONGs.

"Há 68 anos, meu pai me lançou ao mar e nestes 68 anos vi a deterioração dos oceanos", declarou Jean-Michel Cousteau, filho do comandante Cousteau e signatário do apelo, apresentado em uma conferência organizada no Conselho Econômico Social e Ambiental francês (CESE).

Os habitats de alto-mar são "o núcleo da sobrevivência da humanidade, nos alimentam, nos fornecem a metade de nosso oxigênio, equilibram nosso clima e sequestram a maior parte de nossas emissões de gases de efeito estufa", afirma o comunicado. "Mas hoje as zonas de alto-mar se converteram, em parte, em um local sem lei, vítima do saque dos recursos até em suas maiores profundezas, da poluição generalizada (...) do tráfico".

Proteção dos mares

Os signatários pedem que as negociações previstas para começar em 2014, no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas, permitam "a criação de um instrumento internacional de proteção da biodiversidade em alto-mar".

As negociações devem abordar "a preservação dos ecossistemas" e "o acesso e a distribuição dos benefícios vinculados à exploração dos recursos genéticos marinhos".

A ministra francesa de Ecologia, Delphine Batho, declarou que a França, que possui o segundo maior domínio marítimo mundial, quer que este instrumento seja adotado "no fim de 2013 durante a próxima Assembleia Geral" da ONU.

A proteção dos oceanos se tornou uma das principais bandeiras da ONU. Havia uma grande expectativa para que a proteção dos oceanos recebesse uma atenção especial na Rio+20.

O texto final da conferência reconhece a importância do tema, mas não estabelece novas regras de proteção e também não define o que fazer em relação às águas internacionais. Metade de toda a água salgada do mundo não está sujeita a nenhuma lei ou controle.

Fonte: [G1 > Natureza](http://g1.globo.com/natureza/noticia/2013/04/personalidades-emitem-apelo-global-em-favor-da-protecao-dos-oceanos.html)(<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2013/04/personalidades-emitem-apelo-global-em-favor-da-protecao-dos-oceanos.html>)

11/04/2012

GE prevê crescimento de até 25% nas vendas de motores na América Latina

Aumento se deve ao interesse de indústrias e comércios na autoprodução de energia elétrica

da REUTERS

A General Electric espera um crescimento de 20% a 25% nas vendas de motores no mercado da América Latina em 2013, em meio ao crescente interesse de indústrias e comércios na autoprodução de energia elétrica.

O setor elétrico passa por um momento de altos preços de energia no mercado de curto prazo, diante do forte acionamento de termelétricas, e empresas também buscam maior confiabilidade no fornecimento de eletricidade para evitar interrupções no atendimento pelas distribuidoras de energia.

A GE forneceu três motores a gás natural, no total de 12 megawatts (MW), para a unidade de engarrafamento da Coca-Cola Andina Brasil no Rio de Janeiro, que começam a operar em agosto, em contrato de US\$ 4,5 milhões.

O fornecimento para a planta, que será autossustentável em energia elétrica, foi fechado no ano passado, quando as vendas de motores da GE na América Latina caíram 8% ante 2011, afetadas principalmente pela demanda na Argentina. Já no Brasil, houve crescimento de 5 vezes em relação a 2011, principalmente devido a projetos de biogás e cogeração.



Foto: Getty Images

Fonte: <http://i0.statig.com.br/bancodeimagens/0z/36/vi/0z36vin726r9tewyyu7w5tjz.jpg>

De acordo com a GE, o Brasil é a grande alavanca do crescimento na região da América Latina "Nesse ano, temos uma perspectiva maior para demanda por motores a biogás", disse o diretor-executivo da divisão de motores a gás da GE Power & Water para a América Latina, Rodrigo Portes.

A viabilidade de projetos a gás natural estava sendo vista com cautela pelos consumidores interessados na autoprodução de energia no início deste ano. Altos preços do combustível e preocupações com indisponibilidade influenciavam a decisão, no momento em que o governo anunciava redução nas tarifas de energia dos consumidores de energia.

Atualmente, o principal mercado para motores da GE na América Latina é a Argentina, onde há demanda principalmente por equipamentos que utilizam gás associado ao petróleo, o chamado flare gas.

"Mas a grande alavanca do crescimento da região é o Brasil, principalmente com as fontes de biogás e cogeração", disse Portes.

Na cogeração, há a geração de energia elétrica e de outros produtos. No caso da unidade de engarrafamento da Coca-Cola no Rio de Janeiro, os motores irão fornecer energia e aquecimento para a fábrica, produção de água fria, dióxido de carbono (CO₂), nitrogênio e auxílio nas operações de engarrafamento. Os motores começam a operar em agosto, quando iniciam a produção de CO₂, e em dezembro começa a geração de energia elétrica.

"Temos problema de falta de energia muito grande, com frequência principalmente na época de chuva, que faz a nossa operação perder muito...Precisamos ter confiabilidade", disse o gerente industrial da Coca-Cola Andina Brasil e responsável pelo projeto de cogeração na fábrica, Nilson Alegre.

A Coca-Cola Andina firmou contrato com a Light Esco, empresa de serviços de conservação de energia do grupo Light, para a construção da planta de cogeração. A Light Esco investirá R\$ 85 milhões na implantação da central de cogeração e será responsável pela instalação, operação e manutenção da central durante 15 anos. Depois do final do contrato, a planta poderá pertencer à Coca-Cola Andina Brasil.

"Os clientes, hoje em dia, querem soluções que lhes dê conforto do ponto de vista econômico e na garantia do suprimento energético", disse o superintendente executivo da Light Esco, Marco Antonio Donatelli, ao mencionar que o fornecimento de energia é garantido com a planta local, evitando quedas por interrupções na rede da distribuidora.

O projeto marca a entrada da Light Esco no segmento da cogeração de energia para o mercado industrial.

No contrato com a Coca-Cola Andina Brasil, a Light Esco garante o fornecimento de energia e dos outros produtos, à fábrica, de até 9,6 MW. O excedente pode ser vendido pela Light. Se a fábrica consumir abaixo do valor firmado em contrato, poderá vender o excedente da energia, segundo Alegre.

Fonte: [iG > Notícias > Economia > Empresas](http://economia.ig.com.br/empresas/2013-04-11/ge-preve-crescimento-de-ate-25-nas-vendas-de-motores-na-america-latina.html)(<http://economia.ig.com.br/empresas/2013-04-11/ge-preve-crescimento-de-ate-25-nas-vendas-de-motores-na-america-latina.html>)

12/04/2012

Italiano projeta bike de madeira capaz de gerar energia

por Redação CicloVivo



A BKR é uma mountain bike que possui muitas características inovadoras e sustentáveis, que acabam por garantir conforto e praticidade aos ciclistas.

Foto: Divulgação

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/04/n79.jpg>

O designer italiano Pietro Russomanno desenvolveu uma bicicleta feita em madeira. A BKR é uma mountain bike que possui muitas características inovadoras e sustentáveis, que acabam por garantir conforto e praticidade aos ciclistas.

O quadro da bicicleta desenhada por Russomanno é feito em madeira compensada. Um dos diferenciais é que ele não é totalmente fixo. O quadro é formado por duas placas de madeira, fixadas por grandes parafusos, revestidos por juntas de borracha. Este sistema de vedação, mesclado à madeira, ajuda a reduzir as vibrações e impactos sofridos pela bicicleta.

Outra facilidade aplicada pelo designer em seu projeto é o “Saddle Easy”, um sistema muito prático de ajuste de selim. Com ele, o ciclista precisa apenas apertar um botão para modificar a altura do banco.

O aro e os raios da BKR também são feitos em madeira, mas isso não quer dizer que ela não seja altamente tecnológica. Para elevar o conforto dos ciclistas, ela foi equipada com molas de suspensão dianteira e freio a disco.

Para completar, Russomanno instalou um dínamo na roda da frente, que transforma as pedaladas em energia elétrica, podendo ser utilizada para diversos fins, entre eles manter uma lanterna em funcionamento ou recarregar um celular ou GPS.

* Publicado originalmente no site [CicloVivo](http://ciclovivo.com.br/noticia/italiano-projeta-bike-de-madeira-capaz-de-gerar-energia)(<http://ciclovivo.com.br/noticia/italiano-projeta-bike-de-madeira-capaz-de-gerar-energia>).

Fonte: CicloVivo/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/italiano-projeta-bike-de-madeira-capaz-de-gerar-energia/)(<http://envolverde.com.br/noticias/italiano-projeta-bike-de-madeira-capaz-de-gerar-energia/>)

12/04/2012

UE vota dividida sobre aumento do preço do CO₂

por AFP

BRUXELAS, 12 Abr 2013 (AFP) – Seis países da União Europeia (UE) pediram nesta sexta-feira aos deputados europeus que votem na terça-feira que vem uma medida destinada a aumentar o preço da tonelada de dióxido de carbono (CO₂) e assim salvar "oito anos de luta contra o aquecimento global".

A mobilização dos ministros de Meio Ambiente francês, alemão, britânico, sueco, dinamarquês e italiano foi uma resposta à palavra de ordem lançada pelo grupo do Partido Popular Europeu (PPE, direita), a primeira força do Parlamento Europeu, para votar contra esta medida.

A comissária europeia de Ação pelo Clima, Connie Hedegaard, propôs bloquear 900 milhões de toneladas de CO₂ das 8,5 bilhões que seriam leiloadas durante o período 2013-2020 para fazer subir seu preço, que caiu para menos de 5 euros a tonelada.

Os deputados europeus terão que se pronunciar sobre esta medida durante votação prevista para a próxima terça-feira.

"Estamos decididos a rejeitar esta proposta e este voto é importante", anunciou a eurodeputada finlandesa do PPE Eija Ritta Korhola. Este grupo decidiu apresentar uma emenda para rejeitar a proposta. O PPE, que representa um terço dos 754 deputados do Parlamento Europeu, conta com o apoio de outros grupos.

O ministro polonês do Meio Ambiente, Marcin Korolec, contrário ao aumento do preço do CO₂, comemorou o "senso comum" do PPE em mensagem publicada em sua conta no microblog Twitter.

Neste caso "serão perdidos oito anos de ações contra o aquecimento climático", lamentam os seis ministros em carta aberta. "Precisamos de um gesto eficaz sobre os preços se não quisermos pôr em risco nossos objetivos de longo prazo", insistem.

Principal instrumento para alcançar os compromissos climáticos europeus, o mercado de cotas de emissão de CO₂ (ETS) está em crise. O preço da tonelada de carvão caiu para 4,80 euros contra os 10 euros de um ano atrás.

Hedegaard já advertiu contra a instauração de medidas nacionais nos Estados-membros, cuja consequência seriam distorções de competitividade.

Um repúdio do Parlamento Europeu à proposta seria a pena de morte às ambições europeias no campo da luta contra o aquecimento, já que privaria a UE de uma importante fonte de financiamento para investimentos em energias renováveis, admitiu uma fonte europeia.

A UE estabeleceu três objetivos para 2020: reduzir suas emissões de gases de efeito estufa, entre eles o CO₂, em 20% com relação aos níveis de 1990, elevar em 20% as energias renováveis e economizar 20% em seu consumo de energia. Além disso, deveria aumentar seu esforço de redução para 40% em 2030 e para 60% em 2040.

csg/jlb/abk/msv/eg/mvv

Fonte: [UOL Notícias > Ciência > Meio Ambiente > Rio+20](http://noticias.uol.com.br/ciencia/ultimas-noticias/afp/2013/04/12/ue-vota-dividida-sobre-aumento-do-preco-do-co2.htm)(<http://noticias.uol.com.br/ciencia/ultimas-noticias/afp/2013/04/12/ue-vota-dividida-sobre-aumento-do-preco-do-co2.htm>)

12/04/2012

Brasil quer reforçar apelo econômico de áreas secas para combater a desertificação

Soluções sustentáveis e lucrativas para as regiões mais secas do planeta estão na pauta da Convenção da ONU para o Combate à Desertificação. O incentivo financeiro é visto como reforço para frear o avanço do deserto.

A desertificação é um desafio para o desenvolvimento sustentável. O fenômeno atinge 168 países, incluindo o Brasil. Seus efeitos causam não somente danos ambientais, mas também econômicos: a degradação do solo custa de 3 a 5% do Produto Interno Bruto (PIB) global da agricultura. Todos os anos, o custo do assoreamento de reservatórios de águas chega aos 18,5 milhões de dólares.

O tema está na lista de prioridades das Nações Unidas. A Convenção para o Combate à Desertificação (UNCCD, na sigla em inglês) convocou cientistas, representantes de governo e de organizações da sociedade civil para mais uma conferência, que segue até a próxima sexta-feira (19/04) em Bonn, na Alemanha.

A pauta procura ainda um apelo econômico. Os 195 países integrantes da convenção buscam incentivos para colocar em prática modos de uso da terra que gerem renda. Aumentar a resiliência em regiões áridas, semiáridas e subúmidas secas também é ponto central do encontro. Esse é um tema que interessa especialmente ao Brasil.

Enquanto isso, no Brasil...

O Nordeste brasileiro enfrenta uma das maiores secas dos últimos 60 anos. Dados da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (FAEB) indicam prejuízos na produção leiteira de 1,5 milhão de litros/dia no estado. A estiagem compromete também 55% da produção de café, 90% da de cebola e 50% da de milho.

A Articulação Semiárido Brasileiro tenta chamar a atenção do governo e para a situação da estiagem para as urgências dos moradores, onde vivem 22 milhões de pessoas. A terra é caracterizada por prolongado período seco, irregularidade de chuvas, semiaridez do clima e alta taxa de evapotranspiração – ou seja, pode virar um deserto se as condições se agravarem.

Em todo o Brasil, a área suscetível à desertificação abrange 16 % do território nacional e incorpora 11 estados – Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. A região também concentra 85% da pobreza do país.

Uma alternativa econômica lucrativa é fundamental para barrar a degradação nesses estados que, em muitos casos, é provocada por práticas agrícolas inadequadas. "O Brasil vem promovendo esforços para ter de fato uma política de uso sustentável do recurso que seja adequada à realidade socioambiental da região atingida", explica à DW Brasil o diretor do Departamento de Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente, Francisco Campello, que está na conferência.

Para Campello, esses ambientes possuem um potencial muito grande e ainda pouco utilizado. "Nessa região, há grandes oportunidades para a produção de energia renovável, seja de biomassa florestal, energia eólica ou solar. Há também um grande potencial porque ali vivem as espécies, seja vegetal ou animal, que estão mais adaptadas em termos de rusticidade para um processo de mudanças climáticas", explica o diretor.

O encontro em Bonn indica uma mudança na forma como o mundo olha para essas regiões mais secas. De repente, elas parecem mais atraentes, impulsionadas pelo debate sobre sustentabilidade e degradação. "Saiu um pouco da linha de negativismo, para uma linha de potencialidade. Isso é muito importante para acabar com esse processo", conta Campello. Essa mudança de foco é uma das experiências que o diretor pretende levar para o Brasil.

Resultados no combate à desertificação

Na próxima semana, os participantes irão apresentar os resultados da estratégia decenal no combate à desertificação para o período de 2008-2018, desenvolvida pela UNCCD em 2007. "Vai ser interessante para avaliar o nível de prioridade que temos. Ver se ele está a altura dos esforços feitos em outros locais ou se, quem sabe, possamos ser referência para outros países", analisa Campello.

Segundo ele, o governo brasileiro vem desenvolvendo ações de fomento financeiro, de comunicação e de capacitação, que fazem parte das três principais diretrizes da diretriz da UNCCD. "O tratamento dado para implementar a convenção no Brasil é discreto em termo de políticas públicas, mas ele é estruturante e está sendo efetivo, pois é local", explica o diretor.

Nesse contexto foi criada uma comissão nacional com representantes dos governos e da sociedade civil dos estados afetados. Além disso, há uma linha de crédito a partir do Fundo Clima – composto por recursos da participação dos lucros da produção de petróleo – que permite aos estados recursos para seus programas estaduais de desertificação e possibilita ao produtor o trabalho com práticas sustentáveis.

O governo federal quer ainda financiar mais pesquisas sobre os processos de desertificação, coordenadas pelo Instituto Nacional do Semiárido. "Queremos parar o processo de degradação e salvar esse patrimônio natural, através das práticas de uso sustentável", completa Campello.

Fonte: Deutsche Welle/[TERRA.COM > Notícias > Ciência](http://noticias.terra.com.br/ciencia/brasil-quer-reforçar-apelo-economico-de-areas-secas-para-combater-a-desertificacao,a228f62483efd310VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html)(<http://noticias.terra.com.br/ciencia/brasil-quer-reforçar-apelo-economico-de-areas-secas-para-combater-a-desertificacao,a228f62483efd310VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html>)

12/04/2012

Cientistas alertam para desequilíbrio de nitrogênio na América Latina

Impacto humano no ciclo do elemento pode prejudicar ambiente. Brasileiros apontam soluções, mas indicam deficiência em monitoramento.

por Eduardo Carvalho, do G1, em São Paulo

Estudo publicado nesta quinta-feira (11) na revista "Science" e que reúne pesquisadores do Brasil, Bolívia, Argentina, Venezuela e México defende a adoção de soluções sustentáveis para reduzir o impacto humano no ciclo do nitrogênio na atmosfera, no solo e nos rios da América Latina.

Mesmo sem apresentarem dados que mostrem as quantidades desse elemento que são lançadas no ar ou nos corpos d'água, os cientistas alertam para o "desafio do nitrogênio" na agricultura, no desenvolvimento das grandes cidades e na preservação da biodiversidade latino-americana.

O artigo cita que o nitrogênio, associado ao oxigênio, torna-se um poderoso causador do efeito estufa, o óxido nitroso (N₂O). Liberado por emissões industriais, queimadas e desmatamento de florestas tropicais, além de fertilizantes utilizados de forma acentuada na agricultura, o elemento também prejudica rios quando há lançamento de esgoto sem tratamento.

Supercontinente da biodiversidade

Segundo Luiz Antônio Martinelli, professor titular do Centro de Energia Nuclear na Agricultura da Universidade de São Paulo (USP), há uma "cruzada" na América Latina para tentar reduzir os níveis de nitrogênio na atividade agrícola, uma das principais fontes de riqueza da região, principalmente para o Brasil.

"A América do Sul é conhecida como o supercontinente na questão da biodiversidade. O desafio é produzir e preservar ao mesmo tempo (...) sabendo que, concomitantemente, temos uma urbanização desenfreada, com falta de saneamento básico, e desmatamento em excesso, que lança muito nitrogênio na atmosfera", disse.

O nitrogênio presente na atmosfera, resultado da queima de combustíveis fósseis, também prejudica florestas tropicais, até então isoladas deste problema

Ele afirma que os pesquisadores querem chamar a atenção para a agricultura sustentável, que visa a produção com menos impacto. "Temos áreas suficientes para plantar na América Latina (150 mil km², segundo o estudo), o que permite parar o desmatamento", explica.

Martinelli disse ainda que o nitrogênio presente em fertilizantes pode deixar de ser um colaborador da agricultura e passar a ser vilão se for aplicado de forma excessiva e ineficiente.

Fertilizantes com nitrogênio ajudam no desenvolvimento da lavoura, mas em grandes quantidades impactam negativamente o solo e geram emissões para a atmosfera. Fixado no solo, ele altera o ecossistema e, em longo prazo, aumenta a quantidade de óxido nitroso na atmosfera.

"Podemos usar mais nitrogênio nas nossas lavouras, assim como já acontece nos Estados Unidos e na Europa. Mas a aplicação deve ocorrer na hora certa e na medida certa. Por exemplo, consegue-se uma boa produtividade com a cana de açúcar sem a aplicação excessiva de fertilizantes com nitrogênio. O produtor tem que conhecer as melhores técnicas possíveis para aplicá-las na lavoura".



Imagem feita por astronauta que está na Estação Espacial Internacional mostra focos de queimada na Amazônia nas margens do Rio Xingu, no Mato Grosso. Nitrogênio orgânico, liberado durante incêndio, pode reagir com o oxigênio e formar gás de efeito estufa □

Foto: Nasa

Fonte: <http://s2.glbimg.com/Cm9XS45e-Dx7lwFP8Wu6YTLGDvs=/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2011/10/13/queimadas.jpg>

Desmatamento e queimadas

Segundo Karla Longo, pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a maioria do nitrogênio presente na atmosfera vem de emissões industriais. Uma parcela considerável também é proveniente do desmatamento e queima de florestas tropicais, como a Amazônia.

Essas emissões ainda não são quantificadas devido à ausência de um monitoramento que englobe todos os países da América Latina. Contudo, é de conhecimento dos pesquisadores que o gás resultante da queima das florestas é transportado pela fumaça para regiões distantes, como a Bacia do Rio Prata, que abrange cinco países e pode acarretar na degradação do solo, mudança na composição das espécies de plantas ou na eutrofização de corpos d'água, que é a formação excessiva de algas e a redução dos níveis de oxigênio, com a consequente morte de seres vivos que ali vivem (como os peixes).

“Existem algumas estimativas [de quanto de nitrogênio é gerado], mas o grau de incerteza é muito alto. O nitrogênio orgânico (resultado das queimadas) não é computado nesses dados, mas pode ser danoso, causando processos como a eutrofização. A motivação [deste estudo] é apresentar o problema e também promover um esforço bastante grande para implementar uma rede de monitoramento contínuo”, explica a pesquisadora.

Saneamento: um desafio atual

O estudo aponta também que o ambiente aquático da América Latina corre risco de contaminação devido ao nitrogênio resultante da falta de saneamento básico nos países.

Lançar esgoto natural em rios permite que dejetos provoquem a eutrofização. Segundo Martinelli, apenas 14% do esgoto produzido na AL é tratado. No Brasil, o tratamento de esgoto alcança 37,8%, segundo dados do Ministério das Cidades.



Esgoto a céu aberto em Piracicaba, no interior de São Paulo. Ausência de saneamento básico afeta rios da América Latina

Foto: Reprodução EPTV

Fonte: http://s2.glbimg.com/oYkuP-ZSwTUKlrYu_f-wmRnaTZY=/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2013/02/06/1-esgoto.jpg

Fonte: [G1 > Natureza](http://g1.globo.com/natureza/noticia/2013/04/cientistas-alertam-para-desequilibrio-de-nitrogenio-na-america-latina.html)(<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2013/04/cientistas-alertam-para-desequilibrio-de-nitrogenio-na-america-latina.html>)

15/04/2012

Pegada ecológica ajuda a registrar e controlar impacto do consumo

por André Trigueiro*



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/04/pegada.jpg>

Índice revela que área deve existir apenas para suprir estilo de vida. Pessoas consomem 50% mais recursos naturais que deveriam.

Todos nós deixamos rastros, pegadas, que marcam a nossa passagem pelo planeta. Agora imagine um jeito de calcular os impactos causados por todas essas pegadas: o tipo de alimentação que você come, o meio de transporte que você usa, a quantidade de bens que você possui, toda a energia elétrica consumida.

Tudo isso pode ser medido e transformado em pegada ecológica. A pegada revela que área do planeta deve existir apenas para suprir seu estilo de vida. E aí? Você sabe qual é a sua pegada ecológica?

A ferramenta foi criada há vinte anos por pesquisadores americanos. Trata-se de um questionário sobre os hábitos de vida e de consumo. Ao final, o cálculo das respostas mostra quantos planetas são necessários para sustentar uma pessoa.

A ideia deu tão certo que eles fundaram uma organização, a Global Footprint Network, especializada em medir a pegada ecológica de pessoas, empresas, cidades, países, e até da humanidade inteira.

Pelas contas da organização, a população do mundo consome 50% mais de recursos naturais do que o planeta é capaz de repor. Mas de quem é a culpa? “A gente está falando realmente de políticas públicas, ou seja, não dar toda a responsabilidade somente ao consumidor. Essas responsabilidades de agirmos de maneira sustentável cabem tanto ao governo quanto ao setor privado e ao consumidor”, diz Michael Becker, superintendente de conservação da WWF.

Qatar, Kuwait e Emirados Árabes são os países que lideram o ranking da pegada ecológica mundial. O Brasil é o número 53 do ranking. Se todos no mundo vivessem como a média dos brasileiros, um planeta só não seria suficiente. Precisaríamos de uma área 60% maior.

Em uma situação muito comum em supermercados, mercearias e hortifrutis no Brasil, há duas formas pelo menos de dispor os produtos nas prateleiras: a granel, o consumidor escolhe livremente, e os chamados produtos selecionados, em bandejinhas de isopor, com plástico.

“Os dois são tomates, mas a diferença é que, no segundo caso, ainda é necessário energia e outros recursos para produzir a bandejinha, o plástico e o armazenamento correto dele. A pegada ecológica desse produto específico, que tem mais embalagens, é muito maior do que o de um produto a granel”, diz o consultor do Ecosystemas, Fabrício Campos.

O mesmo acontece com o produto congelado. “A energia necessária para se resfriar esse alimento é um volume enorme de energia que se gasta nesse processo. Portanto, a pegada ecológica de um produto congelado é, sem dúvida, muito maior”, afirma Campos.

Convidamos artistas que fazem a diferença em favor do meio ambiente para fazer o teste da pegada. Christiane Torloni se tornou uma militante em favor das florestas. Marcos Palmeira já viveu com índios e cultiva orgânicos. Veja o resultado no [vídeo](http://g1.globo.com/jornal-da-globo/videos/t/edicoes/v/pegada-ecologica-ajuda-a-registrar-e-controlar-impacto-do-consumo/2486924/)(<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/videos/t/edicoes/v/pegada-ecologica-ajuda-a-registrar-e-controlar-impacto-do-consumo/2486924/>).

Se produzir pegadas é inevitável, reduzir o impacto causado por elas é mais do que possível.

Para isso, só uma coisa é necessária: atitude.

** **André Trigueiro** é jornalista com pós-graduação em Gestão Ambiental pela Coppe-UFRJ onde hoje leciona a disciplina geopolítica ambiental, professor e criador do curso de Jornalismo Ambiental da PUC-RJ, autor do livro Mundo Sustentável – Abrindo Espaço na Mídia para um Planeta em Transformação, coordenador editorial e um dos autores dos livros Meio Ambiente no Século XXI, e Espiritismo e Ecologia, lançado na Bienal Internacional do Livro, no Rio de Janeiro, pela Editora FEB, em 2009. É apresentador do Jornal das Dez e editor chefe do programa Cidades e Soluções, da Globo News. É também comentarista da Rádio CBN e colaborador voluntário da Rádio Rio de Janeiro.*

*** Publicado originalmente no site [Mundo Sustentável](http://www.mundosustentavel.com.br/2013/03/pegada-ecologica-ajuda-a-registrar-e-controlar-impacto-do-consumo/)(<http://www.mundosustentavel.com.br/2013/03/pegada-ecologica-ajuda-a-registrar-e-controlar-impacto-do-consumo/>).*

Fonte: Mundo Sustentável/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ambiente/pegada-ecologica-ajuda-a-registrar-e-controlar-impacto-do-consumo/)(<http://envolverde.com.br/ambiente/pegada-ecologica-ajuda-a-registrar-e-controlar-impacto-do-consumo/>)

15/04/2012

Artigo: Choque de culturas, por José Goldemberg

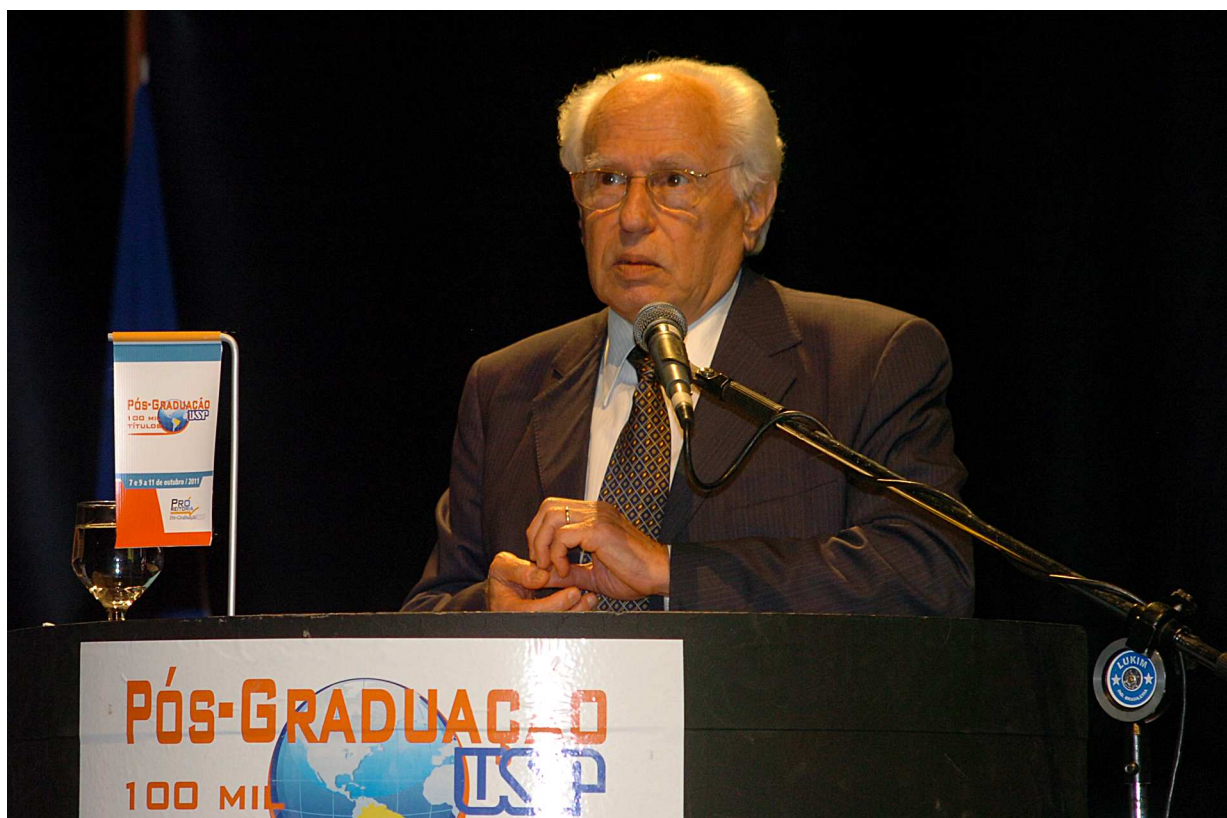


Foto: José Goldemberg

Fonte: <http://www.imagens.usp.br/wp-content/uploads/Jos%C3%A9-Goldemberg-304-11-cbr-103.jpeg>

A segunda metade do século 20 foi marcada por um forte conflito entre duas culturas: a humanista e a científica. Esse conflito foi desencadeado por uma conferência do químico e novelista C. P. Snow na Universidade de Cambridge, em 1959, em que expandiu a sua visão dos problemas formulados por um artigo publicado em 1956 num influente jornal inglês.

O que Snow fez foi chamar a atenção de seus colegas para o fato de haver na Inglaterra na ocasião (e no mundo?) duas culturas que não se comunicavam: as humanidades (em especial Latim e Grego), de grande prestígio, que eram a base da educação da aristocracia inglesa, e as atividades científicas e tecnológicas - decisivas para levar a Inglaterra à vitória na 2.ª Guerra Mundial -, que eram menosprezadas. Em contraste, segundo Snow, os alemães e americanos preparavam seus cidadãos para as ciências, permitindo que eles competissem melhor na era dos grandes avanços científicos do século 20.

Snow argumentou que os cientistas eram considerados iletrados (analfabetos?) pelos humanistas, porque não liam Shakespeare, apesar de não ter nenhuma ideia do que é a Segunda Lei da Termodinâmica ou a Lei da Gravidade, que para os cientistas é a própria definição de analfabetismo científico. Na época um importante crítico literário atacou Snow como agente de relações públicas do estabelecimento científico inglês.

Alguns anos depois Snow amenizou suas críticas, mas o debate sobre o fosso entre as "duas culturas" marcou profundamente a segunda metade do século. Logo após, contudo, surgiu um novo e mais sério choque de culturas: desenvolvimentistas x ecologistas.

Para os desenvolvimentistas, o que interessa é melhorar as condições de vida da população, que só o crescimento econômico pode proporcionar. Este é o mundo do presente, dos investimentos e negócios, com sua ética própria de "retorno dos investimentos", cotação do dólar, exportações, construção de estradas e até corrupção, sem muita preocupação com o futuro. Essa visão casa bem com eleições frequentes, a cada quatro anos, e até com as promessas demagógicas necessárias para ser eleito.

Em contraste a visão dos ecologistas é a do longo prazo e de preocupações não só com a presente geração, mas com as gerações futuras. Essa visão ganhou grande impulso após os anos 1970, depois da Conferência de Estocolmo em 1972 que alertou os governos para as consequências do tipo de desenvolvimento predatório que caracterizou o século 20, baseado no consumo de combustíveis fósseis e no consumismo desenfreado. O que ela fez foi soar um sinal de alarme de que não poderíamos continuar num caminho que levaria ao esgotamento dos recursos naturais ou a níveis de poluição insustentáveis.

A crise do petróleo em 1973 - que foi erroneamente interpretada como o esgotamento das reservas, e não como manobra política dos países exportadores - só agravou essa visão pessimista do desenvolvimento. Como consequência, levou à adoção de dois princípios:

O do "poluidor pagador", que estabelece que o poluidor é responsável pela poluição que causa e deve pagar pelas consequências e medidas preventivas para evitá-la;

e o "princípio da precaução", que estabelece que não devem ser adotadas novas tecnologias sem uma avaliação das consequências que sua adoção pode acarretar.

Em maior ou menor grau, esses princípios foram adotados pela maioria dos países e estão incorporados na sua legislação. Mais ainda, grandes burocracias governamentais, como Ministérios de Meio Ambiente, foram criadas para fiscalizar sua aplicação.

No caso do Brasil, por exemplo, a Constituição, no artigo 225, estabelece que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações". Os adeptos extremados da visão desenvolvimentista argumentam que a visão dos ecologistas não é realista e impede na prática o desenvolvimento. Os mais moderados, contudo, reconhecem que um mundo em que a meta é o desenvolvimento a "qualquer custo" já passou e que as consequências predatórias desse tipo de desenvolvimento têm custos muito elevados.

O conflito dessas duas culturas lembra muito o debate provocado por Snow, só que agora o que está em jogo não são críticas literárias ou conflitos entre intelectuais, mas ações de governo, como construção de estradas, hidrelétricas, reatores nucleares, exploração de petróleo, mineração e desmatamento da Amazônia. Não há uma solução única para esses problemas: uma defesa extremada da preservação ambiental pode levar à parálise e até à perpetuação do subdesenvolvimento e da miséria. Já um desenvolvimento predatório pode levar a prejuízos sérios para as gerações futuras e até para a atual, como já se pode ver na poluição das grandes cidades, que ameaça a saúde.

O que se impõe é estabelecer uma ponte entre as duas culturas. Não se trata de fazer média ou uma conciliação em áreas em que ela não é possível, mas uma atitude realista que leve a um desenvolvimento sustentável que beneficie o conjunto da população, e não grupos de interesses e lobistas.

Diversas instituições internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), têm preparado relatórios detalhados mostrando que não há uma contradição fundamental entre desenvolvimento e proteção ambiental e que uma "economia verde" não só é possível, como também faz sentido econômico.

Dentro do nosso país, inúmeros cientistas têm tentado mostrar, em casos específicos, como estimular o desenvolvimento sem danos irreversíveis à natureza, que levem ao esgotamento dos recursos naturais.

O conflito entre as "duas culturas" não é insolúvel.

José Goldemberg é presidente do Conselho de Sustentabilidade da FecomercioSP.

Artigo publicado no jornal O Estado de S.Paulo em 15/03/2013, pág. A02.

Fonte: [FECOMERCIOSP](http://www.fecomercio.com.br/?option=com_eventos&view=interna&Itemid=21&id=6342) > [Notícias](#) >
[Artigos](http://www.fecomercio.com.br/?option=com_eventos&view=interna&Itemid=21&id=6342)(http://www.fecomercio.com.br/?option=com_eventos&view=interna&Itemid=21&id=6342)

15/04/2012

Bruno Covas: Política ambiental em risco

O Estado de São Paulo possui desde 2009 uma importante lei ambiental. Além de estabelecer uma meta de redução de emissões de dióxido de carbono, a Política Estadual de Mudanças Climáticas prevê instrumentos como o zoneamento ecológico econômico, a avaliação ambiental estratégica, os planos para transportes sustentáveis e ações para a adaptação aos eventos climáticos extremos.

Muitos dos encargos estaduais e municipais são conexos às mudanças climáticas: saúde pública, mobilidade urbana, defesa civil e proteção do ambiente. O governo do Estado tem feito grandes esforços para cumprir a lei, investindo pesadamente no metrô e fomentando a bioenergia, entre outras medidas.

Contudo, não devemos trabalhar sozinhos. O governo federal pode e deve agir. Enquanto nossas crônicas deficiências se perpetuam por subsídios a combustíveis fósseis e ao rodoviarismo ineficiente, sem que se enxergue o quadro mais amplo, muitos se rendem aos apelos sedutores dos programas assistencialistas.

Isso é reflexo do centralismo fiscal, que causa dependência financeira em relação à União. Esta já arrecada 70% dos tributos do país e vem retirando receita dos demais entes da Federação.

Recentemente, um duro golpe foi aplicado na política ambiental nacional: durante a tramitação no Congresso Nacional do projeto de lei nº 2.565/2011 e da medida provisória nº 592/2012, foram retirados os artigos que garantiriam recursos do petróleo para o Fundo Clima, com perdas da ordem de R\$ 250 milhões a R\$ 700 milhões por ano.

O fundo mal havia iniciado suas atividades em 2011, com recursos não reembolsáveis operados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e os reembolsáveis operados pelo BNDES. Ele recebia até 60% da participação especial que cabia ao MMA por conta da Lei do Petróleo.

Um novo projeto de lei (nº 2.565/2011) aprovado pelo Congresso reformulou a distribuição dos ganhos, colocando as questões climáticas em disputa com várias outras áreas, em uma lista indefinida que cobre de tudo. O Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas encaminhou uma moção à presidente, visando reestabelecer tais recursos ao fundo.

Sem recursos, fica difícil criar de fato um mercado nacional de carbono, não só com a oferta de créditos (florestais inclusive) mas também com fomento à demanda por esses créditos como estratégia de inovação e competitividade da economia.

Isso faz parte de uma estratégia ampla nacional, que envolveria uma série de medidas. Em primeiro lugar, o governo federal deveria desenvolver o Registro Público de Emissões dentro do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (Sinima), previsto há 30 anos pela Política Nacional do Meio Ambiente e que até agora não saiu do papel.

Em segundo lugar, a União deveria harmonizar as leis climáticas do país, propondo metas convergentes para os entes da Federação que sejam mensuráveis, reportáveis, verificáveis, absolutas (sem truques numéricos baseados em cenários futuros incertos) e setoriais (por melhores tecnologias). Compatíveis com o desenvolvimento do país, essas metas estimulariam a competitividade e a inovação, com base na eficiência e no desenvolvimento das fontes renováveis de energia.

Leis harmônicas devem conter efetivos mecanismos de proteção de nossos biomas. Devem prover meios de incorporar externalidades e cobenefícios -como as melhorias da mobilidade e da qualidade do ar- por meio de combustíveis mais limpos, melhores tecnologias e enfoques sistêmicos urbanos.

BRUNO COVAS, 33, é secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo

PARTICIPAÇÃO

Para colaborar, basta enviar e-mail para debates@uol.com.br.

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

Fonte: [Folha de S. Paulo > Notícias > Opinião](http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/1262585-bruno-covas-politica-ambiental-em-risco.shtml)(<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/1262585-bruno-covas-politica-ambiental-em-risco.shtml>)

16/04/2012

Agricultura haitiana sob risco permanente

por Patricia Grogg, da IPS, enviada especial



A erosão dos solos no Haiti é evidente por todos os lados.

Foto: Patricia Grogg/IPS

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/04/n410.jpg>

Porto Príncipe, Haiti, 16/04/2013 – No Haiti, ao contrário de muitos outros países, um aguaceiro comum pode causar inundações devastadoras devido à falta de mecanismos naturais de contenção e absorção das chuvas. Este e outros eventos meteorológicos cada vez mais frequentes impõem desafios à segurança alimentar do país.

Estes riscos de origem natural, pelos quais a mudança climática tem grande responsabilidade, figuram entre os desafios maiores no desenvolvimento de uma agricultura sustentável, admitiu Philippe Mathieu, ex-ministro da Agricultura e atual assessor do Programa Mundial de Alimentos (PMA) da Organização das Nações Unidas (ONU).

O especialista considera necessário se antecipar e ajudar os camponeses a disporem de variedades mais resistentes e sistemas de produção resistentes à mudança climática, bem como para enfrentar problemas como secas e tempestades tropicais. “Também devemos trabalhar com a comunidade, capacitá-la para prevenir os problemas”, disse à IPS.

Wilson Sanon, educador popular e funcionário da Plataforma Haitiana para a Defesa de um Desenvolvimento Alternativo, coincidiu com Mathieu neste ponto. “Para se adaptar à uma mudança climática, que pode agravar os problemas do setor agrícola, é necessário formar os produtores em boas práticas agroecológicas e realizar intercâmbios de experiências em níveis local, regional e internacional”, indicou à IPS.

Entretanto, Sanon também considera que seu país exige formação de técnicos, reforma agrária, acesso a créditos em condições favoráveis e capacitação para os camponeses, centros de conservação e transporte de grãos e de outros produtos, mercado seguro e aumento de 30% a 35% nas tarifas aduaneiras para proteger a produção nacional da invasão de importados a preço baixo.

“É preciso fortalecer as capacidades dos camponeses. É uma mescla: nas grandes áreas fiscais pode-se fazer agricultura intensiva, enquanto se incentiva os produtores de pequena escala a serem mais eficientes, combinando cultivos para consumo próprio e para vender ou exportar”, segundo Mathieu.

Um informe da Oxfam América indica que o setor agrícola do Haiti retrocedeu 4% entre 2000 e 2010 devido à erosão do solo, aos investimentos insuficientes em matéria de irrigação e de insumos agrícolas, e pelo impacto crescente das mudanças climáticas. O corte indiscriminado de árvores realizado nos últimos 50 anos é causador direto da degradação de aproximadamente dois terços das terras cultiváveis. Não há floresta nem raízes nas montanhas, e quando chove a terra desliza. O governo espera elevar de 2% para 5% a massa florestal nos próximos três anos.

Para enfrentar o desafio de desenvolver o setor agrícola em condições tão adversas, Mathieu considerou que o “mais importante” é levar adiante programas que incluam a preocupação ambiental, incluída a reconstrução dos solos e a atenção com a produtividade. “Não se produz o suficiente para o consumo do país”, alertou Mathieu. Segundo seus dados, 55% dos alimentos consumidos pela população local são importados, uma direta consequência da política de abertura de fronteiras e liberalização do mercado aplicada desde 1983 pelo então ditador Jean-Claude Duvalier (1971-1986).

Vigente até hoje, essa política neoliberal se traduziu em uma queda na produção nacional e na renda da agricultura, segundo várias fontes ouvidas pela IPS. Para elevar a produção, Mathieu recomendou cultivos favoráveis para a época de menor perigo de tempestades e furacões, de junho a novembro, e a introdução de variantes de sementes e tecnologias nas pequenas propriedades que ajudem a mitigar os riscos, como irrigação por gotejamento e cultivo no inverno, entre outras.

Em sua opinião, os maiores esforços devem se focar em produzir mais em todas as cadeias, começar com aquelas em que se aprecia um “certo nível de competitividade”, como, por exemplo, com tubérculos como mandioca e batata-doce, e depois integrar a produção em um sistema que ajude a proteger o meio ambiente, “principalmente” os sistemas agroflorestais.

“Pelo meu ponto de vista, o primeiro a se fazer é aumentar o rendimento e, ao mesmo tempo, desenvolver uma agricultura que proteja o entorno. Assegurado isso, um desafio maior aponta para dar valor agregado aos produtos, cujo benefício deve chegar aos camponeses”, apontou Mathieu, resumidamente.

O especialista diz que estão em marcha alguns esforços nesse sentido, com experiências que caminham bem, mas alerta que é preciso integrá-las em uma política estatal clara, que não existe. “O Ministério da Agricultura tem documentos sobre política agrícola, embora no terreno não haja nada concreto”, destacou.

Mathieu também observou que é necessário aumentar na população a percepção do perigo que significa a mudança climática para um país extremamente vulnerável a eventos meteorológicos extremos e elevados níveis de pobreza. “As pessoas estão mal preparadas para enfrentar desastres que podem ser maiores no futuro”, alertou. Nesse sentido, considerou que a educação ambiental deve estar focada para a mudança climática e os desafios que impõe.

“Quando as pessoas devem enfrentar tantos desafios para sobreviverem diariamente, é difícil falar-lhes de desafios que terão que enfrentar dentro de 50 anos, como o aumento do nível do mar. Alertar e se antecipar ao que virá cabe, então, à parte organizada da sociedade e também ao Estado”, ressaltou Mathieu.

Fonte: IPS/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/agricultura-haitiana-sob-risco-permanente/)(<http://envolverde.com.br/noticias/agricultura-haitiana-sob-risco-permanente/>)

16/04/2012

Produtos inspirados pela natureza dobram a cada ano no mercado

por Karina Toledo, da Agência Fapesp



Em evento realizado pela FAPESP e Natura, a bióloga norte-americana Janine Benyus falou sobre como a biomimética pode ajudar a superar desafios globais e tornar empresas e cidades mais sustentáveis

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/04/n39.jpg>

Agência Fapesp – A planta de lótus (*Nelumbo nucifera*) virou símbolo de pureza espiritual por sua capacidade de se manter impecavelmente limpa apesar do ambiente lamacento em que vive. Tal façanha pode ser explicada pela presença de nanocristais de cera na superfície de suas folhas capazes de repelir a água de maneira muito eficaz. As gotas que ali caem assumem uma forma quase perfeitamente esférica, deslizam com facilidade e levam consigo a sujeira e os microrganismos.

Tal fenômeno, batizado pelos cientistas de “efeito lótus”, serviu de inspiração para o desenvolvimento de tintas, vidros e tecidos autolimpantes, que dispensam o uso de detergentes, além de equipamentos eletrônicos à prova d’água.

Já a superfície única da pele do tubarão de galápagos (*Carcharhinus galapagensis*), repleta de minúsculas protuberâncias que funcionam como um repelente natural de bactérias, inspirou o desenvolvimento de biofilmes para revestir camas hospitalares, entre outras aplicações.

Esses e outros exemplos de tecnologias inspiradas pela natureza foram apresentados pela bióloga norte-americana Janine Benyus durante o Simpósio Internacional Biomimética & Ecodesign, realizado pela Fapesp e pela Natura no dia 11 de abril.

Benyus é pioneira em um campo de pesquisa emergente, a biomimética, que propõe aos cientistas usar a biodiversidade não como fonte de matéria-prima para a indústria, mas como fonte de ideias para o design e o desenvolvimento de produtos e de sistemas.

“O número de produtos inspirados pela natureza dobra a cada ano no mercado e o número de publicações científicas na área duplica a cada dois ou três anos. É um campo do conhecimento que cresce muito rapidamente”, contou Benyus.

Durante a palestra, a bióloga mostrou de que forma a biomimética pode ajudar a superar desafios globais, como garantir o acesso à água potável, à alimentação e à energia, além de reduzir as emissões de carbono. Entre os casos citados, está um dispositivo capaz de capturar a umidade do ar e usá-la para irrigar plantações de forma dez vezes mais eficiente que as redes coletoras de neblina tradicionais.

O autor original da ideia é o besouro da Namíbia (*Stenocara gracilipes*), morador de áreas desérticas que, durante a madrugada, coleta o sereno com a ajuda de microcanais na superfície de seu corpo feitos de materiais hidrofóbicos (como as folhas de lótus) e hidrofílicos (que, ao contrário, atraem a água). As microgotículas fluem pelos microcanais do dorso e unem-se para formar gotas grandes, que chegam até a boca do animal.

“Existem duas formas de fazer biomimética. Uma delas é partir de um desafio de design e buscar um modelo biológico capaz de realizar aquela função que você precisa. A outra é observar um fenômeno interessante do mundo natural e procurar aplicações para ele”, afirmou Benyus.

O princípio não serve apenas para o desenvolvimento de produtos. Pode inspirar, por exemplo, o planejamento de cidades sustentáveis, que funcionem como um ecossistema natural. “Ecossistemas naturais, como as florestas tropicais, são generosos. Limpam o ar, limpam a água, fertilizam o solo. Produzem serviços que beneficiam também outros habitats. É isso que as cidades deveriam fazer”, opinou.

Construir pontes

Antes de trabalhar como consultora de empresas interessadas em encontrar soluções para criar produtos sustentáveis, Benyus era escritora de livros de história natural.

“Como bióloga, eu via muitos pesquisadores estudando como as folhas fazem fotossíntese e como os ecossistemas trabalham tão bem em conjunto. Por outro lado, havia um interesse crescente das empresas por soluções mais sustentáveis. Mas os designers não enxergavam as pesquisas produzidas pelos biólogos. Era preciso construir uma ponte entre eles”, contou em entrevista à Agência Fapesp.

Há 15 anos, Benyus publicou o livro *Biomimicry: Innovation Inspired by Nature*, no qual reuniu diversas pesquisas sobre o tema e introduziu o termo “Biomimética”. Desde então, além de prestar consultoria empresarial, a americana oferece um serviço sem fins lucrativos para instituições acadêmicas e cursos de especialização para biólogos, químicos, engenheiros, arquitetos e demais cientistas interessados em se aprofundar no tema. Todos os serviços estão reunidos no Instituto Biomimicry 3.8.

Benyus também mantém o portal *Ask Nature*, que reúne um enorme banco de dados taxonômicos e permite aos pesquisadores interessados em biomimética realizar gratuitamente buscas de estratégias do mundo natural para lidar com um determinado desafio.

“Tudo que os organismos naturais fazem para saciar suas necessidades – comer, respirar, acasalar – contribui de alguma forma para a fertilidade do habitat em que vivem. Os dejetos dos animais adubam o solo, o dióxido de carbono que expiram é usado pelas plantas na fotossíntese. A vida criou um sistema generoso e essa é a razão pela qual esse material genético existe há 10 mil gerações. A única forma de garantir o futuro de nossos filhos, netos e bisnetos é cuidar do lugar em que vão viver. Tem de aprender a ser generoso. É o que a vida faz”, defendeu.

Design sustentável

Ainda durante o Simpósio Internacional Biomimética & Ecodesign, Tim McAlloone, professor do Departamento de Engenharia Mecânica da Danmarks Tekniske Universitet, na Dinamarca, falou sobre outra estratégia que permite às empresas criarem processos e produtos ambientalmente adequados: o *ecodesign*.

“Design para o ambiente é um conceito que permeia todas as fases do ciclo de vida de um produto, desde a escolha do material, do processo de manufatura e dos meios de transporte, até a distribuição e o descarte”, explicou.

Como exemplo, citou uma cadeira de escritório desenvolvida pela empresa americana Steelcase. Com um número menor de peças e materiais diferenciados, foi possível reduzir 15% o peso de transporte e o volume, além de tornar o processo de reciclagem mais fácil e de aumentar a durabilidade.

Além de apresentar aos cientistas critérios-chave para o design sustentável, McAlloone falou sobre meios para implantar essa forma de planejamento nas organizações e divulgou um guia gratuito para o desenvolvimento de produtos disponível para download no site: www.kp.mek.dtu.dk/Forskning/omraader/ecodesign/guide.aspx.

Parceria

Na abertura do simpósio, o diretor de Ciência e Tecnologia da Natura, Vitor Fernandes, afirmou que o objetivo do evento era unir dois temas considerados pela empresa “bastante complementares”. “Queremos discutir com a comunidade científica de que forma isso pode ser aprofundado, expandido e gerar valor para a sociedade, as empresas e a ciência”, disse.

O diretor científico da Fapesp, Carlos Henrique de Brito Cruz, ressaltou que a parceria com a Natura faz parte dos esforços da Fapesp para promover a interação entre pesquisadores de instituições acadêmicas paulistas e aqueles que atuam em empresas.

“No Estado de São Paulo existe um grau de interação entre empresa e universidade comparável ao de qualquer lugar do mundo onde há boas pesquisas e boa ciência”, disse Brito Cruz.

Segundo dados da National Science Foundation, em 2010, aproximadamente 6% do dinheiro investido em pesquisa nas universidades norte-americanas veio de empresas. “Na Europa esse percentual varia entre 3% e 10%. Em universidades paulistas, como USP, Unesp e Unicamp, está entre 5% e 10%. São percentuais comparáveis em termos de volume de recursos e de quantidade de projetos”, disse Brito Cruz.

Mas, para que a parceria dê certo, ponderou o diretor científico da Fapesp, é preciso que a empresa tenha sua própria atividade de pesquisa. “Assim conseguirá perceber onde precisa de ajuda e montar uma pauta de pesquisa. A colaboração com a universidade não substitui a pesquisa interna da empresa”, destacou.

* Publicado originalmente no site [Agência Fapesp](http://agencia.fapesp.br/17133)(<http://agencia.fapesp.br/17133>).

Fonte: Agência Fapesp/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/produtos-inspirados-pela-natureza-dobram-a-cada-ano-no-mercado/)(<http://envolverde.com.br/noticias/produtos-inspirados-pela-natureza-dobram-a-cada-ano-no-mercado/>)

16/04/2012

Impactos negativos ao meio ambiente custam US\$ 4,7 trilhões por ano

por Leda Letra, da Rádio ONU



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/04/n19.jpg>

A iniciativa Economia dos Ecossistemas e Biodiversidade, Teeb, calcula que os 100 principais fatores de impacto negativo ao meio ambiente custam, por ano, US\$ 4,7 trilhões, ou mais de R\$ 9 trilhões, para a economia mundial.

O relatório da Teeb, parceira do Programa da ONU para o Meio Ambiente, Pnuma, foi lançado nesta segunda-feira em Nova Déli. Segundo o estudo, os custos são gerados pela emissão de gases de efeito estufa, uso da água e da terra, poluição do ar, da terra e da água e desperdício.

Agricultura e Pesca

Foram analisados os setores de agricultura, pesca, florestas, mineração, exploração de gás e de petróleo e também a produção de cimento, aço, papel, celulose e petroquímicos.

A queima de carvão para geração de energia no leste da Ásia gera um gasto de US\$ 453 bilhões por ano, segundo o estudo. O valor é estimado em cima dos impactos causados pela emissão de gases de efeito estufa e os custos para a saúde por causa da poluição.

Gado e Arroz

A criação de gado na América do Sul causa o segundo pior impacto ambiental, de US\$ 354 bilhões todos os anos. No topo da lista estão ainda a produção de trigo e arroz na Ásia e a fabricação de ferro, aço e cimento.

A iniciativa Teeb lembra que a demanda do consumo deverá crescer nos próximos anos, com o aumento da classe média, especialmente em países emergentes. Por outro lado, é cada vez maior a escassez de recursos e a degradação dos ecossistemas.

Economia Verde

O relatório identifica riscos financeiros causados por externalidades ambientais, como mudança climática, poluição, e uso da terra. É sugerido ao setor de negócios e a investidores que levem em conta o impacto financeiro ambiental na hora de tomar decisões.

O estudo avaliou 500 setores de negócios. Para o diretor-executivo do Pnuma, Achim Steiner, os números do relatório ressaltam "a urgência em se fazer a transição para a economia verde, no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza".

* Publicado originalmente no site Rádio ONU e retirado do site [CarbonoBrasil](http://www.institutocarbonobrasil.org.br/noticias6/noticia=733727)(<http://www.institutocarbonobrasil.org.br/noticias6/noticia=733727>).

Fonte: CarbonoBrasil/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/impactos-negativos-ao-meio-ambiente-custam-us-47-trilhoes-por-ano/)(<http://envolverde.com.br/noticias/impactos-negativos-ao-meio-ambiente-custam-us-47-trilhoes-por-ano/>)

16/04/2012

Comunidade isolada do Pará é abastecida por energia solar

por Redação CicloVivo



O fornecimento de eletricidade na Reserva Extrativista Verde Para Sempre será feito por meio de painéis fotovoltaicos instalados na região.

Foto: Leonardo F.Freitas/Flickr

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/04/n211.jpg>

A Reserva Extrativista Verde Para Sempre, localizada no município de Porto de Moz, no Pará, será abastecida com energia solar a partir dos próximos meses. A iniciativa sustentável faz parte de um programa de desenvolvimento do Governo Federal, e os painéis fotovoltaicos deverão abastecer as mais de 1.400 residências construídas na comunidade isolada.

O fornecimento de eletricidade na Reserva Extrativista Verde Para Sempre será feito por meio de painéis fotovoltaicos e depende do primeiro leilão para contratação de energia elétrica para o suprimento de regiões afastadas, realizado pelas Centrais Elétricas do Pará (Celpa), no dia sete de maio.

A inclusão da energia limpa na comunidade faz parte do Programa Luz Para Todos, do Governo Federal, que provém o acesso à eletricidade em regiões carentes. A reserva receberá investimentos previstos em R\$ 23,6 milhões, necessários para cobrir os custos de operação, manutenção e ampliação da rede elétrica no local.

Os gastos do Programa Luz para Todos são compartilhados pelo Governo Federal, pelas autoridades estaduais e pelas distribuidoras de energia elétrica – empresas que fornecem eletricidade diretamente ao consumidor final. No Pará, onde está localizada a Reserva Extrativista Verde Para Sempre, o programa já beneficiou 334.442 famílias, com aplicação de R\$ 2 bilhões.

A localidade atendida pelo programa de acesso à energia elétrica é uma das maiores unidades de conservação da Amazônia. Criada em 2004, a reserva ocupa uma área de, aproximadamente, 1,3 milhão de hectares, e os moradores espalham-se em residências ao longo de igarapés, várzeas e rios afluentes do Xingu e do Amazonas.

** Com informações da Agência Brasil.*

*** Publicado originalmente no site [CicloVivo](http://ciclovivo.com.br/noticia/comunidade-isolada-do-para-e-abastecida-por-energia-solar/)(<http://ciclovivo.com.br/noticia/comunidade-isolada-do-para-e-abastecida-por-energia-solar/>).*

Fonte: CicloVivo/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/comunidade-isolada-do-para-e-abastecida-por-energia-solar/)(<http://envolverde.com.br/noticias/comunidade-isolada-do-para-e-abastecida-por-energia-solar/>)

16/04/2012

“A Economia Verde é imediatista”

por Camila Nobrega, do Canal Ibase



Foto: Divulgação/Internet

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/04/economiaverde1.jpg>

Durante mais de um século, multiplicaram-se teorias econômicas que não levavam em conta a natureza em cálculo algum. Atualmente, porém, só cresce o número de economistas que começam a olhar para a economia não como um sistema isolado, mas como parte de um todo, submetida às leis da natureza e aos impactos que causa nos homens. São os chamados economistas ecológicos, que propõem uma visão mais ampla do sistema. Entre as principais referências do tema no país está o economista e professor da Universidade de São Paulo (USP) José Eli da Veiga, autor de 21 livros, que assina a abertura do livro “O Decrescimento – entropia, ecologia, economia”, lançado mês passado pela editora Senac. É primeira tradução em português da obra do matemático e economista romeno Georgescu-Roegen, cujo pensamento foi renegado por décadas entre os círculos da área e, agora, está sendo retomado. Nesta entrevista, José Eli fala não apenas da teoria de Georgescu, como do crescimento da Economia Ecológica em si, em oposição à Economia Verde.

Qual o significado da chegada da obra de Georgescu-Roegen ao Brasil?

Muitos jovens ainda hoje saem das faculdades de Economia do país sem ter lido a obra dele. Na década de 1970, Roegen publicou livros e artigos importantes que não foram reconhecidos pela academia. A incorporação da Lei da Entropia (2ª lei da termodinâmica, cuja essência é a degradação da energia em sistemas isolados) na economia, proposta pela primeira vez por ele, não foi bem aceita e Georgescu foi posto de lado. Nos últimos tempos, ele tem sido revisto, mas no Brasil só havia obras circulando em francês, o que dificultava o acesso de alunos. Consegui, finalmente, que este autor fosse publicado em português. Ele foi um gênio, precisa ser mais lido.

Embora ele mesmo nunca tenha usado essa denominação, Roegen foi uma das principais inspirações para o movimento da Economia Ecológica. Como o pensador via a questão do limite da natureza para o crescimento da economia?

Não se trata exatamente de limites, como alguns economistas falam hoje. O foco dele era outro. Georgescu teve, ainda nos anos 1960, um estalo sobre a Lei da Entropia. Ele jogou luz sobre o fato de que os economistas lidavam com a produção econômica como algo independente, isolado. Os recursos naturais eram vistos como infinitos, e por isso não entravam na conta. Só que este romeno percebeu a relação de interdependência entre ambos. A Lei da Entropia não pode simplesmente ser descartada, porque ela age sobre a economia.

Ou seja, ele percebeu que existe uma perda de energia associada aos processos econômicos, certo? E há energia dissipada que nunca se recupera...

Sim, o foco dele não é sobre o esgotamento de recursos. Ele é anterior à discussão sobre mudanças climáticas, que está em voga hoje. Georgescu se debruçou sobre o fato de que os recursos naturais têm uma energia que se dissipa, à medida que são usados pela economia. No início da carreira, ele tinha o foco de estudo voltado para o consumo. Depois, percebeu que precisava se dedicar à questão da produção. E concluiu que, uma vez utilizados para a produção de algo, os recursos terão uma parte de energia que nunca mais será utilizada. É uma parte que se perde no processo. Mas os cálculos de produção na economia não levam isso em conta. Tomemos como exemplo as energias fósseis. Para Georgescu, o limite

do crescimento se daria ao passo que a utilização delas reduziria a quantidade de energia inicial do processo.

Mas o pensamento dele ainda não chegou à esfera prática da economia. Em conferências internacionais sobre o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, como a Rio+20, Conferência da ONU realizada ano passado, esta abordagem não passou nem perto das salas de conferência...

Eu não esperava mesmo que um encontro como a Rio+20 discutisse esse tipo de assunto. Ocorre que os prazos dessa discussão proposta por Georgescu talvez sejam séculos. Não sabemos quando vai acontecer, mas a perda gradual desses recursos naturais vai levar a um ponto máximo. Na Rio+20, discutem-se soluções mais imediatas. A transição de que se fala nessas salas de conferência é outra, que as Nações Unidas chamaram de Economia Verde. Já Georgescu foi um dos pais da Economia Ecológica, que defende uma outra transição, não apenas tecnológica. Ele acredita também que, em algum momento, haverá decrescimento. A economia, segundo ele, não poderá se manter apenas estável.



José Eli da Veiga, economista ecológico e professor da USP.

Foto: Kenji Honda

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/04/Jose.jpg>

E, dentro da Economia Verde, as propostas são de adequações mais simples. Não há uma grande mudança de paradigma econômico, certo?

É outro foco. Na discussão atual, existe uma crença de que vai haver descolamento entre crescimento do PIB (Produto Interno Bruto, a medida de riqueza mais utilizada como parâmetro de comparação no mundo) e os impactos ambientais. A ideia é que o avanço tecnológico vai permitir a manutenção do crescimento econômico. Ou seja, a tese da Economia Verde é que, em determinado momento, o PIB poderá continuar aumentando e os impactos vão diminuindo. Para isso, economistas desta corrente apresentam dados sobre queda de emissões de carbono por unidade de produção. Na prática, significa que para cada unidade produzida, a quantidade de carbono usada diminuiu. Mas isso só serve em termos relativos. Quando pegamos o conjunto total, como a produção aumenta, a quantidade absoluta também cresce.

O impacto na atmosfera, portanto, continua aumentando e muito. O único argumento novo que deve ser analisado ainda é em relação à Inglaterra. Estudos recentes mostram que o país está conseguindo manter o PIB em crescimento, reduzindo as emissões.

Mas, nesse caso, estamos falando de um país com um desenvolvimento mais avançado, e com condições de apostar em inovações tecnológicas. No entanto, se as nações mais pobres dependerem de tecnologias que não podem bancar, sem que haja transferência, como elas farão?

Aí está o problema. Será que a humanidade resolverá os novos desafios tratando o problema com as mesmas receitas antigas. Nesse caso, não se atacam os sintomas. A Inglaterra é um caso de economia madura, e parece que o mesmo processo pode estar acontecendo também na Holanda. Mas o cenário encontrado lá não é o mesmo de países pobres. Será possível apostar nesse modelo, e que todos os países alcançariam uma maturidade que os permitiria crescer, reduzindo, por meios tecnológicos, os impactos ambientais?

Ainda assim, este pensamento não leva em conta os impactos sociais associados ao crescimento econômico desenfreado. Estas questões fazem parte da Economia Ecológica?

Sim, a economia não pode ser vista como um sistema isolado nem das questões ambientais, nem sociais. Estamos falando sempre de uma mesma coisa. No caso da Inglaterra, por exemplo, estamos falando de uma economia madura em vários sentidos. É uma sociedade cujo acesso a serviços é outro, onde há um parâmetros de educação, saúde mais elevados e compartilhados pela população. Não é a economia em si, isoladamente, que levará nações a reduzirem impactos socioeconômicos significativos.

** Publicado originalmente no site [Canal Ibase](http://www.canalibase.org.br/a-economia-verde-propoe-uma-transicao-mais-imediatista/)(<http://www.canalibase.org.br/a-economia-verde-propoe-uma-transicao-mais-imediatista/>).*

Fonte: Canal Ibase/[Envolverde](http://envolverde.com.br/economia/a-economia-verde-e-imediatista/)(<http://envolverde.com.br/economia/a-economia-verde-e-imediatista/>)

16/04/2012

A chave de 2013: o investimento

por João Sicsú*



Foto: Ernesto Rodrigues/Estadão Conteúdo

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/04/investimentos.jpg>

O crescimento econômico de qualidade necessita ser impulsionado pelo investimento. Por exemplo, o investimento público em transportes pode melhorar a qualidade de vida da população. Mais: quando um empresário investe em máquinas e equipamentos que aumentam a produtividade do seu negócio, isto é, quando há uma diminuição de custos, então poderá haver redução de preços e poderá haver aumento de salários dos seus empregados. Além disso, o aumento da produtividade aumentará a capacidade do empresário de realizar novos investimentos. Portanto, os ganhos advindos da redução de custos podem ser divididos entre trabalhadores, consumidores e empresários.

O aumento do investimento qualifica o crescimento econômico porque pavimenta a trajetória que possibilitará a continuidade do próprio crescimento da economia. Em outras palavras, o investimento numa hidroelétrica possibilitará a geração de mais energia que, por sua vez, possibilitará a instalação de novas fábricas consumidoras de energia. Logo, o investimento não somente impulsiona o crescimento de hoje, ele também abre a possibilidade para que haja mais crescimento com novos investimentos no futuro. Esta possibilidade de haver maior crescimento de forma contínua é chamada de PIB potencial – que é quanto uma economia pode crescer sem esbarrar em gargalos.

Durante a gestão econômica do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), os investimentos públicos e privados eram baixos. As causas do fraco investimento eram variadas. Primeiro, investimentos do governo não combinavam com a visão de Estado mínimo: investimento público era sinônimo de intervencionismo. Segundo, faltavam recursos orçamentários: devido à falta de crescimento as contas públicas apresentavam resultados desastrosos. Terceiro, como não havia expectativas de crescimento mais robusto da economia, os empresários preferiam participar da especulação financeira a construir novas fábricas.



Figura: SCN/IBGE

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/04/grafico1.jpg>

Houve a retomada dos investimentos na gestão do presidente Lula. As barreiras ideológicas, orçamentárias e as expectativas negativas foram superadas. O lançamento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), em 2007, é o marco da virada ideológica. Foi naquele momento que o governo explicitou à sociedade que é dever do Estado organizar grandes projetos e realizar investimentos vultosos. O governo e as estatais federais passaram a investir. E a economia, que já tinha dado o primeiro salto entre 2004-2006, passou a crescer em média 4,6% ao ano até 2010. Com mais crescimento, houve aumento da arrecadação e folga orçamentária para a realização de gastos públicos com novos investimentos. E com expectativas positivas sobre a economia, os empresários voltaram a investir no mundo real.



Figura: SCN/IBGE

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/04/grafico2.jpg>

baixo crescimento de 2011 e 2012 adormeceu as expectativas empresariais. De 2007 a 2010, o investimento crescia duas a três vezes o crescimento de toda a economia. Em 2011, devido à desaceleração da economia provocada pelo governo, o investimento cresceu apenas 4,7%. Cabe lembrar que, em 2010, havia crescido 21,3%. Em 2012, o cenário de desaceleração foi contaminado pelo pessimismo espalhado pela crise econômica européia e o investimento teve um desempenho negativo de 4%.

A reversão do quadro de expectativas empresariais estabelecido em 2011 e 2012 dependerá da realização dos investimentos públicos planejados e de liderança política. A realização do investimento público estimula o investimento privado porque estabelece condições de redução de custos empresariais e porque reduz incertezas de demanda futura. Já a liderança política oferece garantias aos empresários de continuidade dos investimentos públicos e do baixo desemprego.

Caso, em 2013, não haja a reversão do quadro de modesto crescimento com baixo investimento, poderá ser decretada a morte do modelo da Era Lula estabelecido no seu segundo mandato. Serão três anos com ruptura, de 2011 a 2013: o Brasil terá ingressado em outra trajetória. Na Era Lula, o investimento público foi elevado de 2,6% do PIB para mais que 4%, o que é significativo porque o Estado brasileiro tinha sido praticamente desmontado. A trajetória de recuperação do investimento público é uma necessidade da economia brasileira. E infelizmente para os pessimistas de plantão, há fortes indicadores de que houve uma recuperação consistente dos investimentos (público e privado) no primeiro trimestre de 2013.

Por último, não é verdade que a Era Lula foi caracterizada por um modelo de estímulo exclusivo ao consumo. Foi também. E foi exatamente o crescimento do consumo associado ao aumento do investimento público, sustentado pela liderança política do presidente, que estabeleceram um modelo de crescimento com qualidade econômica (elevado investimento) e inclusão social.

* **João Sicsú** é professor-doutor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

** Publicado originalmente no site [Carta Capital](http://www.cartacapital.com.br/economia/a-chave-de-2013-o-investimento/)(<http://www.cartacapital.com.br/economia/a-chave-de-2013-o-investimento/>).

Fonte: Carta Capital/[Envolverde](http://envolverde.com.br/economia/a-chave-de-2013-o-investimento/)(<http://envolverde.com.br/economia/a-chave-de-2013-o-investimento/>)

16/04/2012

Prêmio à sustentabilidade



Foto: Xico Graziano*

Fonte: <http://www.revive.com.br/media/upload/tinyMCE/Xico%20Graziano.jpg>

Agricultura sustentável – esse tema motivou uma reunião, recentemente realizada em Berlim, na Alemanha, interessada em descobrir os caminhos futuros do campo. Parecer unânime: é preciso unificar a agenda da produção com a da preservação. Nada se concluiu, porém, sobre os custos dessa equação. Quem pagará a conta?

No gelo atípico deste início da primavera europeia, participaram do encontro cerca de 90 pessoas, oriundas de vários países. Durante dois dias especialistas em certificação, pesquisadores universitários, operadores de mercado, ambientalistas, agricultores e diretores de empresas, de diversos ramos da agroindústria e do comércio de alimentos, trocaram suas figurinhas carimbadas. Todos sacramentaram os conceitos básicos da sustentabilidade.

Ressaltar o óbvio, às vezes, é necessário. Por mais que alguns políticos, ou organizações civis, queiram assenhorear-se da problemática ecológica, tomando como seu privilégio decifrá-la, formou-se certo consenso na sociedade mundial em favor da sustentabilidade. Sente-se, com maior ou menor idealismo, que a pegada ecológica sobre os recursos naturais periga romper os limites do planeta. Vislumbram-se, em decorrência, modificações na produção material, no consumo e no comportamento da civilização humana. Ninguém defende a destruição ambiental.

Existe também boa concordância quanto à necessidade de mensurar a sustentabilidade. No início do movimento ambientalista, gritar era fundamental para fazer avançar a consciência sobre os problemas ecológicos. Predominavam os discursos inflamados. Agora, mais que falar, é preciso fazer. E a ação prática somente poderá ter seus resultados aquilatados por meio da metodologia científica. Medir para manejar.

Inúmeros protocolos se definem, mundo afora, estabelecendo critérios, mais ou menos rígidos e abrangentes, para verificar a sustentabilidade. Muitos deles, seus prós e contras, foram discutidos nessa reunião em Berlim. A empresa alemã Basf, promotora do evento, apresentou seu método, chamado AgBalance, pelo qual quantifica, com 69 indicadores distribuídos em 16 categorias, o "balanço energético" de uma empresa rural, incluindo todos os elos da cadeia produtiva. Muito interessante.

O enfoque do measure and management domina a agenda mundial da sustentabilidade. Presente na Alemanha, o representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) enfatizou a importância das "métricas" ao falar sobre o Global Livestock Environmental (GLE), patrocinado pelo órgão da ONU. Susanne Stalder, por sua vez, seguiu na mesma linha com o Response Inducing Sustainability Evaluation (Rise), um protocolo seguido por 1.350 produtores rurais, localizados em 37 países. Caminho sem volta.

Comandado pela Stanford University (Califórnia), com a participação das importantes entidades ambientalistas WWF e TNC, o Natural Capital Project (NatCap) detalhou seu sistema integrado de avaliação de serviços ambientais. Grandes redes de varejo, como a norte-americana Walmart, e as multinacionais de alimentos Nestlé e PepsiCo deixaram clara a força da mudança que chega pelo lado dos consumidores. Rigorosos critérios, como os do Sustainability Consortium, começam a impor-se aos fornecedores de matérias-primas, especialmente alimentos.

Fica claro que os requisitos da produção sustentável exercem, progressivamente, forte pressão sobre os agricultores. E aqui reside a grande questão. A modificação tecnológica nas práticas agrícolas, tornando-as mais amigáveis da natureza, nem sempre operam a favor da rentabilidade dos negócios rurais. Os processos sustentáveis geram, muitas vezes, custos que comprometem a sobrevivência econômica do produtor rural. São os trade-offs.

Esse viés, o da economia, normalmente tem sido minimizado nas discussões sobre o desenvolvimento sustentável. Carrega-se no ecologicamente correto, destaca-se o socialmente justo, mas se esquece do economicamente viável, deformando o famoso tripé da sustentabilidade. Por isso os agricultores começam, eles também, a definir seus protocolos de conduta. Richard Wilkins, presidente da poderosa American Soybean Association (ASA), que representa 275 mil produtores norte-americanos, com 30 milhões de hectares de cultivo, deixou claro em Berlim que eles não aceitam os ditames que lhes querem impor. Articulada com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), a ASA está definindo um protocolo próprio, no qual o requisito da produção sustentável mantenha, e não roube, a terra herdada dos antepassados.

No Brasil, ninguém melhor que a Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso (Aprosoja) se dedica ao tema. Sua proposta Soja Plus segue a linha da produção sustentável, com respeito às leis trabalhistas e ao Código Florestal. Presente em Berlim, seu representante questionou: estariam os mercados consumidores, na Europa ou alhures, dispostos a pagar um "prêmio" à sustentabilidade? Não, responderam.

Sinuca de bico. Todos defendem o desenvolvimento sustentável, mas cada qual o define, e o mensura, conforme lhe convém. Nesse jogo de interesses, estoura a corrente produtiva no elo mais fraco: os agricultores. Assim não dá. Na busca da sustentabilidade, as empresas, os consumidores ou os governos, em nome da sociedade, precisam auxiliar, e não sufocar os produtores rurais. Há uma agravante: as regras da sustentabilidade precisam levar em conta as dificuldades inerentes aos agricultores familiares dos países em desenvolvimento. Não funcionará na Ásia, nem na África ou no Brasil um protocolo refinado, elaborado pela elite dos países ricos.

Desenvolvimento sustentável exige parcerias, não se enfia na goela do agricultor. Senão, azeda a comida.

* **Xico Graziano** é agrônomo e foi secretário de Agricultura e do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. E-mail: xicograziano@terra.com.br

do O Estado de São Paulo - SP - Xico Graziano **

Fonte: [AGÊNCIA INTELLOG > Notícias > Artigos / Entrevistas](http://www.intellog.com.br/site/default.asp?TroncoID=907492&SecaoID=508074&SubsecaoID=627271&Template=../artigosnoticias/user_exibir.asp&ID=287306&Titulo=Pr%EAmio%20%E0%20sustentabilidade)(http://www.intellog.com.br/site/default.asp?TroncoID=907492&SecaoID=508074&SubsecaoID=627271&Template=../artigosnoticias/user_exibir.asp&ID=287306&Titulo=Pr%EAmio%20%E0%20sustentabilidade)

16/04/2012

Produtos inspirados pela natureza dobram a cada ano no mercado

por Agência FAPESP

A planta de lótus (*Nelumbo nucifera*) virou símbolo de pureza espiritual por sua capacidade de se manter impecavelmente limpa apesar do ambiente lamacento em que vive. Tal façanha pode ser explicada pela presença de nanocristais de cera na superfície de suas folhas capazes de repelir a água de maneira muito eficaz. As gotas que ali caem assumem uma forma quase perfeitamente esférica, deslizam com facilidade e levam consigo a sujeira e os microrganismos.

Tal fenômeno, batizado pelos cientistas de “efeito lótus”, serviu de inspiração para o desenvolvimento de tintas, vidros e tecidos autolimpantes, que dispensam o uso de detergentes, além de equipamentos eletrônicos à prova d’água.

Já a superfície única da pele do tubarão de galápagos (*Carcharhinus galapagensis*), repleta de minúsculas protuberâncias que funcionam como um repelente natural de bactérias, inspirou o desenvolvimento de biofilmes para revestir camas hospitalares, entre outras aplicações.

Esses e outros exemplos de tecnologias inspiradas pela natureza foram apresentados pela bióloga norte-americana Janine Benyus durante o Simpósio Internacional Biomimética & Ecodesign, realizado pela FAPESP e pela Natura no dia 11 de abril.

Benyus é pioneira em um campo de pesquisa emergente, a biomimética, que propõe aos cientistas usar a biodiversidade não como fonte de matéria-prima para a indústria, mas como fonte de ideias para o design e o desenvolvimento de produtos e de sistemas.

“O número de produtos inspirados pela natureza dobra a cada ano no mercado e o número de publicações científicas na área duplica a cada dois ou três anos. É um campo do conhecimento que cresce muito rapidamente”, contou Benyus.

Durante a palestra, a bióloga mostrou de que forma a biomimética pode ajudar a superar desafios globais, como garantir o acesso à água potável, à alimentação e à energia, além de reduzir as emissões de carbono. Entre os casos citados, está um dispositivo capaz de capturar a umidade do ar e usá-la para irrigar plantações de forma dez vezes mais eficiente que as redes coletoras de neblina tradicionais.

O autor original da ideia é o besouro da Namíbia (*Stenocara gracilipes*), morador de áreas desérticas que, durante a madrugada, coleta o sereno com a ajuda de microcanais na superfície de seu corpo feitos de materiais hidrofóbicos (como as folhas de lótus) e hidrofílicos (que, ao contrário, atraem a água). As microgotículas fluem pelos microcanais do dorso e unem-se para formar gotas grandes, que chegam até a boca do animal.

“Existem duas formas de fazer biomimética. Uma delas é partir de um desafio de design e buscar um modelo biológico capaz de realizar aquela função que você precisa. A outra é observar um fenômeno interessante do mundo natural e procurar aplicações para ele”, afirmou Benyus.

O princípio não serve apenas para o desenvolvimento de produtos. Pode inspirar, por exemplo, o planejamento de cidades sustentáveis, que funcionem como um ecossistema natural. “Ecossistemas naturais, como as florestas tropicais, são generosos. Limpam o ar, limpam a água, fertilizam o solo. Produzem serviços que beneficiam também outros habitats. É isso que as cidades deveriam fazer”, opinou.

Construir pontes

Antes de trabalhar como consultora de empresas interessadas em encontrar soluções para criar produtos sustentáveis, Benyus era escritora de livros de história natural.

“Como bióloga, eu via muitos pesquisadores estudando como as folhas fazem fotossíntese e como os ecossistemas trabalham tão bem em conjunto. Por outro lado, havia um interesse crescente das empresas por soluções mais sustentáveis. Mas os designers não enxergavam as pesquisas produzidas pelos biólogos. Era preciso construir uma ponte entre eles”, contou em entrevista à Agência FAPESP.

Há 15 anos, Benyus publicou o livro *Biomimicry: Innovation Inspired by Nature*, no qual reuniu diversas pesquisas sobre o tema e introduziu o termo “Biomimética”. Desde então, além de prestar consultoria

empresarial, a americana oferece um serviço sem fins lucrativos para instituições acadêmicas e cursos de especialização para biólogos, químicos, engenheiros, arquitetos e demais cientistas interessados em se aprofundar no tema. Todos os serviços estão reunidos no [Instituto Biomimicry 3.8](http://biomimicry.net/)(<http://biomimicry.net/>).

Benyus também mantém o portal [Ask Nature](http://www.asknature.org/)(<http://www.asknature.org/>), que reúne um enorme banco de dados taxonômicos e permite aos pesquisadores interessados em biomimética realizar gratuitamente buscas de estratégias do mundo natural para lidar com um determinado desafio.

“Tudo que os organismos naturais fazem para saciar suas necessidades – comer, respirar, acasalar – contribui de alguma forma para a fertilidade do habitat em que vivem. Os dejetos dos animais adubam o solo, o dióxido de carbono que expiram é usado pelas plantas na fotossíntese. A vida criou um sistema generoso e essa é a razão pela qual esse material genético existe há 10 mil gerações. A única forma de garantir o futuro de nossos filhos, netos e bisnetos é cuidar do lugar em que vão viver. Tem de aprender a ser generoso. É o que a vida faz”, defendeu.

Design sustentável

Ainda durante o Simpósio Internacional Biomimética & Ecodesign, Tim McAlloone, professor do Departamento de Engenharia Mecânica da Danmarks Tekniske Universitet, na Dinamarca, falou sobre outra estratégia que permite às empresas criarem processos e produtos ambientalmente adequados: o ecodesign.

“Design para o ambiente é um conceito que permeia todas as fases do ciclo de vida de um produto, desde a escolha do material, do processo de manufatura e dos meios de transporte, até a distribuição e o descarte”, explicou.

Como exemplo, citou uma cadeira de escritório desenvolvida pela empresa americana Steelcase. Com um número menor de peças e materiais diferenciados, foi possível reduzir 15% o peso de transporte e o volume, além de tornar o processo de reciclagem mais fácil e de aumentar a durabilidade.

Além de apresentar aos cientistas critérios-chave para o design sustentável, McAlloone falou sobre meios para implantar essa forma de planejamento nas organizações e divulgou um guia gratuito para o desenvolvimento de produtos disponível para download no site: www.kp.mek.dtu.dk/Forskning/omraader/ecodesign/guide.aspx.

Parceria

Na abertura do simpósio, o diretor de Ciência e Tecnologia da Natura, Vitor Fernandes, afirmou que o objetivo do evento era unir dois temas considerados pela empresa “bastante complementares”. “Queremos discutir com a comunidade científica de que forma isso pode ser aprofundado, expandido e gerar valor para a sociedade, as empresas e a ciência”, disse.

O diretor científico da FAPESP, Carlos Henrique de Brito Cruz, ressaltou que a parceria com a Natura faz parte dos esforços da FAPESP para promover a interação entre pesquisadores de instituições acadêmicas paulistas e aqueles que atuam em empresas.

“No Estado de São Paulo existe um grau de interação entre empresa e universidade comparável ao de qualquer lugar do mundo onde há boas pesquisas e boa ciência”, disse Brito Cruz.

Segundo dados da National Science Foundation, em 2010, aproximadamente 6% do dinheiro investido em pesquisa nas universidades norte-americanas veio de empresas. “Na Europa esse percentual varia entre 3% e 10%. Em universidades paulistas, como USP, Unesp e Unicamp, está entre 5% e 10%. São percentuais comparáveis em termos de volume de recursos e de quantidade de projetos”, disse Brito Cruz.

Mas, para que a parceria dê certo, ponderou o diretor científico da FAPESP, é preciso que a empresa tenha sua própria atividade de pesquisa. “Assim conseguirá perceber onde precisa de ajuda e montar uma pauta de pesquisa. A colaboração com a universidade não substitui a pesquisa interna da empresa”, destacou.

Fonte: [Instituto Carbono Brasil > Notícias > Desenvolvimento Sustentável > Negócios](http://www.institutocarbonobrasil.org.br/?id=733726)(<http://www.institutocarbonobrasil.org.br/?id=733726>)

16/04/2012

Pegada ecológica ajuda a registrar e controlar impacto do consumo

por André Trigueiro*

Todos nós deixamos rastros, pegadas, que marcam a nossa passagem pelo planeta. Agora imagine um jeito de calcular os impactos causados por todas essas pegadas: o tipo de alimentação que você come, o meio de transporte que você usa, a quantidade de bens que você possui, toda a energia elétrica consumida.

Tudo isso pode ser medido e transformado em pegada ecológica. A pegada revela que área do planeta deve existir apenas para suprir seu estilo de vida. E aí? Você sabe qual é a sua pegada ecológica?

A ferramenta foi criada há vinte anos por pesquisadores americanos. Trata-se de um questionário sobre os hábitos de vida e de consumo. Ao final, o cálculo das respostas mostra quantos planetas são necessários para sustentar uma pessoa.

A ideia deu tão certo que eles fundaram uma organização, a Global Footprint Network, especializada em medir a pegada ecológica de pessoas, empresas, cidades, países, e até da humanidade inteira.

Pelas contas da organização, a população do mundo consome 50% mais de recursos naturais do que o planeta é capaz de repor. Mas de quem é a culpa? "A gente está falando realmente de políticas públicas, ou seja, não dar toda a responsabilidade somente ao consumidor. Essas responsabilidades de agirmos de maneira sustentável cabem tanto ao governo quanto ao setor privado e ao consumidor", diz Michael Becker, superintendente de conservação da WWF.

Qatar, Kuwait e Emirados Árabes são os países que lideram o ranking da pegada ecológica mundial. O Brasil é o número 53 do ranking. Se todos no mundo vivessem como a média dos brasileiros, um planeta só não seria suficiente. Precisaríamos de uma área 60% maior.

Em uma situação muito comum em supermercados, mercearias e hortifrutis no Brasil, há duas formas pelo menos de dispor os produtos nas prateleiras: a granel, o consumidor escolhe livremente, e os chamados produtos selecionados, em bandejinhas de isopor, com plástico.

"Os dois são tomates, mas a diferença é que, no segundo caso, ainda é necessário energia e outros recursos para produzir a bandejinha, o plástico e o armazenamento correto dele. A pegada ecológica desse produto específico, que tem mais embalagens, é muito maior do que o de um produto a granel", diz o consultor do Ecosystemas, Fabrício Campos.

O mesmo acontece com o produto congelado. "A energia necessária para se resfriar esse alimento é um volume enorme de energia que se gasta nesse processo. Portanto, a pegada ecológica de um produto congelado é, sem dúvida, muito maior", afirma Campos.

Convidamos artistas que fazem a diferença em favor do meio ambiente para fazer o teste da pegada. Christiane Torloni se tornou uma militante em favor das florestas. Marcos Palmeira já viveu com índios e cultiva orgânicos. Veja o resultado no vídeo.

Se produzir pegadas é inevitável, reduzir o impacto causado por elas é mais do que possível.

Para isso, só uma coisa é necessária: atitude.

** André Trigueiro é jornalista com pós-graduação em Gestão Ambiental pela Coppe-UFRJ onde hoje leciona a disciplina geopolítica ambiental, professor e criador do curso de Jornalismo Ambiental da PUC-RJ, autor do livro Mundo Sustentável – Abrindo Espaço na Mídia para um Planeta em Transformação, coordenador editorial e um dos autores dos livros Meio Ambiente no Século XXI, e Espiritismo e Ecologia, lançado na Bienal Internacional do Livro, no Rio de Janeiro, pela Editora FEB, em 2009. É apresentador do Jornal das Dez e editor chefe do programa Cidades e Soluções, da Globo News. É também comentarista da Rádio CBN e colaborador voluntário da Rádio Rio de Janeiro.*

Fonte: [Instituto Carbono Brasil](http://www.institutocarbonobrasil.org.br/?id=733728) > [Notícias](#) > [Opinião](#) >
[Artigo\(http://www.institutocarbonobrasil.org.br/?id=733728\)](http://www.institutocarbonobrasil.org.br/?id=733728)

17/04/2012

Curitiba quer tornar obrigatória a implantação de telhados verdes em edifícios

por Redação do EcoD



A vegetação usada na cobertura deve ser, preferencialmente, nativa e exigir pouca quantidade de água.

Foto: Divulgação/Câmara Municipal de Curitiba

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/04/telhadosverdes.jpg>

Em 2010 Curitiba foi eleita a metrópole mais verde da América Latina, segundo um estudo sobre meio ambiente apresentado pela empresa alemã Siemens e a unidade de estudos da revista britânica *The Economist*. Mas, pelo visto, a cidade quer mais. Além de pioneira em novas formas de pensar o transporte público e a qualidade de vida, a capital do Paraná almeja agora ter todos os seus edifícios compostos por telhados verdes. Isso pode acontecer, graças a um novo Projeto de Lei (PL) que prevê esta medida como condição necessária para a aprovação dos empreendimentos.

Inspirada em um PL que já existe em São Paulo, a medida pretende reduzir a poluição do ar, as ilhas de calor e facilitar a drenagem da água da chuva, ajudando a evitar inundações. Ela trará ainda conforto térmico e isolamento acústico aos moradores e utilizadores dos prédios.

O projeto determina que os empreendimentos residenciais ou comerciais que possuam mais de três unidades agrupadas verticalmente devem prever a construção de um telhado verde na sua cobertura. Ele define ainda que a vegetação usada na cobertura deve ser, preferencialmente, nativa e exigir pouca quantidade de água, para que não sirva de habitat a mosquitos como o *Aedes aegypti*, transmissor da dengue.

O projeto de lei apresentado pelo vereador Galdino à Câmara Municipal, já foi aprovado pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação e agora está sendo analisada da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Para que se torne lei, o projeto precisa ainda ser votado no plenário da Câmara Municipal de Curitiba e sancionado pelo prefeito da cidade.

- [Clique aqui e acompanhe a tramitação do PL](http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/system/LogonForm.do) (<http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/system/LogonForm.do>)

* Publicado originalmente no site [EcoD](http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2013/abril/telhados-verdes-podem-se-tornar-obrigatorios-em?tag=arquitetura-e-construcao) (<http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2013/abril/telhados-verdes-podem-se-tornar-obrigatorios-em?tag=arquitetura-e-construcao>).

Fonte: EcoD/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/curitiba-quer-tornar-obrigatoria-a-implantacao-de-telhados-verdes-em-edificios/) (<http://envolverde.com.br/noticias/curitiba-quer-tornar-obrigatoria-a-implantacao-de-telhados-verdes-em-edificios/>)

17/04/2012

Relatório sobre mudanças climáticas pede inclusão de tema nas contas nacionais

por Daniela Chiaretti, de São Paulo

O primeiro relatório nacional sobre mudanças climáticas, um diagnóstico sobre as vulnerabilidades do país, as bases científicas da mudança do clima e as estratégias de mitigação, será lançado dia 9 de setembro. O relatório envolveu mais de 300 cientistas e foi elaborado pelo Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC). Irá sugerir, por exemplo, que o tema seja incluído nas contas nacionais e em cada projeto do país, que alguns procedimentos agrícolas sejam revistos e que seja intensificada a pesquisa para identificar o quanto o Brasil sofrerá com o fenômeno - há falta de dados e muitas lacunas.

O PBMC é um organismo científico nacional criado pelos Ministérios da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente em 2009. Ele se espelha no Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), o famoso braço científico das Nações Unidas que a cada cinco anos divulga um relatório sobre as mudanças climáticas, os impactos globais e o que pode ser feito. O PBMC é uma espécie de IPCC brasileiro. Este primeiro relatório brasileiro, batizado de (RAN1), teve uma prévia ontem, em reunião técnica na sede da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb).

"Devemos debater uma nova fase de cálculo das contas nacionais, incorporando os passivos ambientais", resumiu a pesquisadora Mercedes Bustamante, do ministério, citando uma das recomendações do capítulo sobre mitigação. "É preciso internalizar na contabilidade nacional a questão ambiental, essa é uma tendência de outros países também", disse. Outra sugestão será intensificar o consumo mais sustentável. "Consumir é uma opção individual e pode ter impacto. É preciso ver se há excesso de proteína na dieta ou escolher produtos certificados."

A mudança do clima, com regime de chuvas variáveis, pode assorear reservatórios e ameaçar a segurança energética, disse o pesquisador da Embrapa Eduardo Assad, ao apresentar o capítulo sobre impactos, vulnerabilidades e adaptação. "O país tem que diversificar a matriz, não ficar só no hídrico e fóssil."

Ele lembrou que as atividades agrícolas já têm perdas anuais de R\$ 5 bilhões provocadas pelas chuvas intensas e secas. Culturas como café e laranja já sentem esses efeitos. A diminuição no número de noites frias na região Sudeste afeta a produção de milho e de algodão. "Vamos ter que repensar procedimentos agrícolas", disse o pesquisador.

Fonte: [Valor Econômico, 17/04/2013, Brasil, p. A3](http://www.valor.com.br/brasil/3089724/relatorio-sobre-mudancas-climaticas-pede-inclusao-de-tema-nas-contas-nacionais)(<http://www.valor.com.br/brasil/3089724/relatorio-sobre-mudancas-climaticas-pede-inclusao-de-tema-nas-contas-nacionais>)/[Povos Indígenas no Brasil > Notícias](http://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=126144)(<http://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=126144>)

17/04/2012

Proposta global de relatório integrado para empresas é lançada na BM&FBOVESPA

Documento está disponível para avaliações e sugestões até 15 de julho no portal do International Integrated Reporting Council (IIRC)

O International Integrated Reporting Council (IIRC), organização que promove a integração entre as informações financeiras, de sustentabilidade e de governança em relatórios corporativos, apresentou na BM&FBOVESPA e em mais nove países, uma proposta global de estrutura conceitual de relatório integrado para empresas, no dia 16/04/2013. O documento ficará disponível para leitura e sugestões (em inglês), durante 90 dias, no [portal](http://www.theiirc.org/consultationdraft2013/) do IIRC. Em breve, a versão em português será publicada no portal do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Segundo a proposta apresentada pelo IIRC, os princípios fundamentais para a elaboração do relatório integrado devem ser: foco na estratégia e orientação para o futuro; conectividade das informações; capacidade de resposta aos stakeholders; materialidade e concisão; coerência e comparabilidade. A proposta prevê que as empresas incluam em seus relatos, além do capital financeiro, informações sobre os capitais intelectual, manufaturado, humano, social e de relacionamento, e natural.

Após a audiência pública, as sugestões e críticas recebidas até 15/07 pelo IIRC serão analisadas ao longo do segundo semestre deste ano e, em dezembro, o Conselho da entidade se reunirá para debater e finalizar a versão "1.0" do documento para uso pelo mercado em 2014. O objetivo do relatório integrado é atender uma demanda cada vez maior dos investidores, que desejam transparência em relação a estas informações integradas e facilidade de acesso a elas, para que possam utilizá-las em suas decisões de investimento.



Da esquerda para direita: Marco Geovanne da Silva, diretor de Participações da PREVI; Vânia Borgerth, do BNDES; Roberto Pedote, vice-presidente de Finanças e diretor de Relações com Investidores da Natura; Sandra Guerra, presidente do Conselho do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa; Nelson Carvalho, professor da Universidade de São Paulo; e Edemir Pinto, diretor presidente da BM&FBOVESPA

Fonte: <http://www.bmfbovespa.com.br/novo-valor/pt-br/img/img-campainha-IIRC.jpg>

O evento foi aberto pelo diretor presidente da BM&FBOVESPA, Edemir Pinto e contou com a participação de cerca de 150 pessoas. Participaram das apresentações os quatro membros do IIRC no Brasil: o professor da Universidade de São Paulo, Nelson Carvalho; a presidente do Conselho do IBGC, Sandra Guerra; o vice-presidente de Finanças e também diretor de Relações com Investidores da Natura, Roberto Pedote; e o diretor de Participações da PREVI, Marco Geovanne da Silva; além de Vânia Borgerth, do BNDES, que coordena a comissão brasileira de acompanhamento. O evento contou ainda com depoimento de representantes de empresas brasileiras que participam do projeto piloto: AES BRASIL, BNDES, Natura, Petrobrás e Via Gutenberg Consultoria. Durante o evento, os membros do IIRC destacaram a importância de mais empresas participarem do projeto piloto.

O documento foi lançado hoje também em mais nove países: África do Sul, Alemanha, Austrália, Canadá, China, Estados Unidos, Índia, Japão e Reino Unido.

Assista ao evento na íntegra

International Integrated Reporting Council (IIRC) – parte 1
http://www.tvbmfbovespa.com.br/Embed/4d5463314f413d3d/0?KeepThis=true&TB_iframe=true&height=296&width=458

International Integrated Reporting Council (IIRC) – parte 2
http://www.tvbmfbovespa.com.br/Embed/4d5463314f513d3d/0?KeepThis=true&TB_iframe=true&height=296&width=458

Fonte: [BM&FBOVESPA > Notícias](http://www.bmfbovespa.com.br/novo-valor/pt-br/noticias/2013/IIRC-Proposta-global-20130417.asp?titulo=IIRC)(<http://www.bmfbovespa.com.br/novo-valor/pt-br/noticias/2013/IIRC-Proposta-global-20130417.asp?titulo=IIRC>)

17/04/2012

Gilberto Carvalho quer conferência para discutir desenvolvimento sustentável no Brasil

por Agência Brasil

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, disse que levará à presidenta Dilma Rousseff a proposta de uma conferência nacional específica para discutir o projeto de desenvolvimento sustentável para o Brasil. A proposta, de representantes da sociedade civil, foi feita durante o seminário Diálogo Social: Agenda Pós-2015 e Seguimento à Rio+20, hoje (16) no Palácio do Planalto.

“A conferência pode trazer contribuições para que o Brasil consiga de fato seguir um processo capaz de distribuir renda e, sobretudo, [desenvolver] a questão ambiental”, disse o ministro. “A sociedade reclamou aqui da falta de participação, seja no plano [da Organização] das Nações Unidas, seja aqui dentro do país, no sentido de dar uma contribuição efetiva para o modelo de desenvolvimento econômico, social e ambiental”, disse.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, que também participou do evento, disse que a sociedade brasileira está “maciçamente mobilizada”. Segundo ela, o Brasil tem conquistado bons resultados rumo ao desenvolvimento sustentável, mas precisa atingir outro patamar.

“Nós somos um país que tem resultados excepcionais nos últimos dez anos em relação à erradicação da pobreza, à redução de emissões de gases, ao desmatamento na Amazônia, avanços na questão de consumo sustentável, mas nós precisamos ser mais agressivos em soluções permanentes para o país, um Brasil que eu sempre falo tem vários brasis em um mesmo Brasil”, disse a ministra.

Fonte: [Instituto Carbono Brasil > Notícias > Desenvolvimento Sustentável > Cidades](http://www.institutocarbonobrasil.org.br/?id=733750)(<http://www.institutocarbonobrasil.org.br/?id=733750>)

17/04/2012

Paraná inclui Planos Municipais de Mata Atlântica em suas políticas públicas

por SOS Mata Atlântica/Agência de Notícias do Paraná



Fonte: <http://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2013/04/Plano-de-Mata-Atlantica-Parana1-614x409.jpg>

O Paraná será o primeiro estado do país a incluir a elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica em sua política pública. A iniciativa, inédita no Brasil, será uma parceria entre a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a Fundação SOS Mata Atlântica e a Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma).

O secretário estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Luiz Eduardo Cheida, esteve na noite da segunda-feira (08) com o diretor de políticas públicas da Fundação SOS Mata Atlântica, Mario Mantovani, para formalizar a parceria.

A Fundação SOS Mata Atlântica – juntamente com a Secretaria do Meio Ambiente – irá capacitar os técnicos e profissionais de todas as cidades do Paraná para que os municípios possam elaborar e implementar seus planos, assumindo a competência da gestão ambiental local.

De acordo com Mario Mantovani, a inclusão dos Planos Municipais da Mata Atlântica na política estadual do meio ambiente do Paraná representa um momento ímpar e demonstra uma visão diferenciada do Governo em relação à questão ambiental.

“A Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente foi criada no Paraná pelo então governador José Richa, ainda antes da Constituição. Esta atitude representou uma virada na história do meio ambiente no Brasil, com a inclusão dos governos estaduais e a criação de uma articulação nacional, modelo para o mundo”, relatou Mario. “Então era natural esta aproximação da SOS Mata Atlântica com o Paraná”, completou Mario.

O que é

No Paraná, todos os 399 municípios estão inseridos na área do bioma Mata Atlântica. A Lei da Mata Atlântica (11.428/2006) possibilita aos municípios inseridos no bioma atuarem proativamente para sua proteção e recuperação. Os Planos Municipais da Mata Atlântica deverão apontar ações prioritárias para conservação de áreas de mata atlântica, com base em um mapeamento dos remanescentes do município.

“O plano também contribuirá para o inventário florestal do Paraná, que começa a ser desenvolvido para gerar informações detalhadas sobre as florestas paranaenses”, informou o secretário do Meio Ambiente, Luiz Eduardo Cheida.

Além disso, os planos de Mata Atlântica, segundo Cheida, poderão fornecer informações para elaboração dos planos diretores municipais, planos municipais de bacias hidrográficas, de saneamento e de resíduos sólidos, contribuindo com o Programa Paraná Sem Lixões.

Outro benefício para os municípios, segundo Cheida, está relacionado à Lei Complementar 140, que prevê a descentralização de atividades, que hoje competem aos órgãos ambientais estaduais, para os municípios.

“A metodologia de trabalho da SOS Mata Atlântica é simples e valoriza os técnicos locais na elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica, que também deverão ser aprovados pelos Conselhos Municipais do Meio Ambiente”, conta Cheida.

Segundo o secretário, após a conclusão dos planos, a próxima etapa será garantir que as medidas compensatórias possam ir direto para os municípios. “É um instrumento que estaremos colocando nas mãos da sociedade, tornando o processo eficaz e constitucional”, finaliza Cheida.

Cenário

Mario Mantovani, da Fundação SOS Mata Atlântica, acredita que esta é a possibilidade para o Paraná reverter um quadro histórico de degradação de um dos biomas mais ameaçados do país. Ele lembra que, por duas vezes consecutivas, o Paraná apareceu com os maiores índices de desmatamento do país.

“Vamos dar subsídio, orientação e acompanhamento para que o Paraná possa mudar o histórico de Estado que um dia desmatou para o de Estado que recuperou a Mata Atlântica. Esta iniciativa tornará o Paraná referência para os 17 estados que possuem Mata Atlântica, bioma mais ameaçado do planeta”, resumiu Mantovani.

Ele informou que, até o momento, todas as iniciativas de Planos da Mata Atlântica são dos municípios. “A partir de agora, os Planos Municipais passam a ser uma política pública do Estado, onde toda a sociedade ganhará. Isso é inédito”, comemorou Mantovani.

Benefícios

O coordenador de Biodiversidade e Florestas da Secretaria do Meio Ambiente, Paulo de Tarso Lara Pires, disse que os planos de Mata Atlântica também irão auxiliar no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

“É importante que este levantamento seja realizado de forma executiva pelos municípios, que são a célula principal no Sistema Nacional do Meio Ambiente. Já o Estado, deve ser o gestor e o tutor das políticas ambientais e, a União, o grande fiscal destas ações”, informou Paulo de Tarso.

O Cadastro Ambiental Rural é a “carteira de identidade” do imóvel rural e o pré-requisito, de acordo com o novo Código Florestal para obtenção de licenciamentos e autorizações ambientais para quaisquer atividades econômicas, agropecuárias ou florestais.

Saiba mais: confira a [entrevista](http://bandnewsfmcuritiba.com/2013/04/09/municipios-precisam-se-adequar-a-lei-federal-de-protecao-ao-meio-ambiente/) do Mario Mantovani para a Band News FM Curitiba.

Imagem: Luiz Eduardo Cheida e Mario Mantovani. SOS Mata Atlântica.

Fonte: [Instituto Carbono Brasil > Notícias > Desenvolvimento Sustentável > Cidades](http://www.institutocarbonobrasil.org.br/?id=733746)

18/04/2012

A corrida das renováveis

por Marina Yamaoka, do Greenpeace



Fonte: <http://envolverde.com.br/porta1/wp-content/uploads/2013/04/n87.jpg>

Em menos de uma década, as energias renováveis se consolidaram no mercado mundial e deixaram de ser consideradas energias do futuro para serem energias do presente. Em 2012, o setor das energias renováveis recebeu cinco vezes mais investimentos do que em 2004, provando que estas conseguiram conquistar seu espaço nas matrizes energéticas, mesmo que lentamente em muitos casos.

O [relatório publicado pela PEW, \(leia a versão em inglês\)](http://www.pewenvironment.org/uploadedFiles/clen-G20-report-2012-FINAL.pdf) aponta que apesar da queda de 11% nos investimentos, o setor atingiu o recorde de novos 88 GW instalados no mundo, resistindo à retirada de incentivos e iniciativas prioritárias por parte dos governos. Outra novidade é a transição geográfica e tecnológica: as energias renováveis estão se movendo da Europa e dos EUA para focarem nas economias emergentes e, além disso, há uma forte transição da energia eólica para a solar.

O Brasil segue como um dos protagonistas das energias renováveis, ocupando o 8o lugar de capacidade instalada entre os países do G20. Outro relatório que traz um panorama positivo para o Brasil é o do Conselho Global de Energia Eólica (GWEC).

Mais gigawatts no ar

O Conselho Global de Energia Eólica (GWEC) publicou hoje (leia a versão em inglês) os dados atualizados de energia eólica referentes ao ano de 2012. Embora a crise econômica traga incertezas sobre os principais mercados da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), a fonte continuou crescendo graças à manutenção de fortes mercados na China, Índia e Brasil. A publicação ainda destaca o surgimento de outros países na América Latina, África e no resto da Ásia com potencial para liderar o crescimento da fonte eólica no mundo.

A China, o maior mercado do mundo, pretende aumentar 18 GW de instalações em 2013, pouco mais do que a capacidade instalada da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Enquanto isso, o mercado latino-americano continuou sendo liderado pelo Brasil que acrescentou 1 GW de energia eólica à sua matriz e 15 mil novos empregos verdes serem criados para atender a indústria eólica no país.

Este cenário ainda tende a melhorar para o Brasil. Estima-se que, em 2013, o Brasil alcançará a marca de 5 GW de energia eólica, tornando-se o 10o maior mercado no mundo. O relatório aponta o país como um dos mercados mais promissores, podendo ultrapassar 2 GW de instalações anuais, mas para isso precisa de condições estáveis de incentivos, financiamento e regras de contratação, para garantir a sustentabilidade da indústria.

“A energia eólica pode ser intermitente, mas a maior ameaça ao crescimento estável da indústria é a imprevisibilidade dos políticos responsáveis por estabelecer marcos para o setor da energia”, afirmou Steve Sawyer, secretário-geral do Conselho.

Ricardo Baitelo, coordenador da Campanha de Clima e Energia do Greenpeace, complementa que “é necessário que as garantias de regras constantes e isonômicas entre fontes renováveis sejam mantidas nos leilões de energia, para que não apenas mantenhamos a evolução da energia eólica, mas também abramos espaço para a energia solar e recuperemos o desenvolvimento de usinas de cogeração a biomassa e PCHs, que contribuirão para a segurança energética do país nos próximos anos.”

* Publicado originalmente no site [Greenpeace](http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Blog/a-corrída-das-renovveis/blog/44804/)(<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Blog/a-corrída-das-renovveis/blog/44804/>).

Fonte: Greenpeace/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/a-corrída-das-renovaveis/)(<http://envolverde.com.br/noticias/a-corrída-das-renovaveis/>)

18/04/2012

Pnuma e ONU-Habitat pedem mais investimentos em cidades sustentáveis

por Leda Letra, da Rádio ONU



Foto: Prefeitura de Curitiba/Jaelson Lucas

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/04/n411.jpg>

Novo relatório calcula que três quartos dos recursos naturais do mundo já são consumidos em zonas urbanas; Curitiba é elogiada por iniciativas públicas de reciclagem.

Um relatório lançado nesta quarta-feira por duas agências das Nações Unidas sugere que investir em infraestruturas sustentáveis pode diminuir a degradação ambiental, reduzir a pobreza e a emissão de gases que causam o efeito estufa.

O estudo foi produzido pelo Painel de Recurso Internacional, que faz parte do Programa da ONU para o Meio Ambiente, Pnuma. O Programa da ONU para Assentamentos Humanos, ONU-Habitat, também participou do lançamento, em Nairóbi, no Quênia.

Crescimento

Cerca de três quartos dos recursos naturais do mundo são consumidos em cidades. A estimativa é que 70% da população global estará vivendo em áreas urbanas até 2050.

Curitiba, no Paraná, foi um dos 30 casos analisados. A cidade é elogiada no relatório por iniciativas públicas de reciclagem e manejo do lixo. Com o programa "Câmbio Verde", cada 4 kg de materiais recicláveis podem ser trocados por 1 kg de alimentos.

O estudo nota que os benefícios atingem tanto comunidades mais pobres, que têm acesso a uma dieta mais equilibrada, quanto agricultores locais, que têm uma demanda mais estável da produção.

Economia

É dado destaque ainda para uma iniciativa da Austrália, que instalou medidas para eficiência de energia em prédios públicos. Com isso, o país reduziu em 40% suas emissões de carbono.

A Cidade do Cabo, na África do Sul, é citada por ações em projetos de habitação de baixa renda, com o uso de energia eficiente e sistema solar para a água aquecida. Com as mudanças, houve economia de 6,5 mil toneladas de carbono por ano, queda de 75% nas doenças respiratórias, menor custo de água quente para famílias pobres e criação de "empregos verdes".

De acordo com o relatório, o custo global estimado em uma transição para cidades sustentáveis é de US\$ 40 trilhões, entre 2000 e 2030.

Inovação

O cálculo é feito com base nos gastos para a construção de novas estruturas, principalmente em países em desenvolvimento e reformas de prédios e casas em países desenvolvidos.

O diretor-executivo do Pnuma, Achim Steiner, ressaltou que “existem oportunidades únicas para que as cidades liderem ações de economia verde, por meio de uma maior produção de recursos e da inovação.”

Arquitetos e Engenheiros

Na opinião de Steiner, falta uma “visão holística sobre o futuro dos centros urbanos”. Já o diretor do ONU-Habitat, Joan Clos, lembrou que “cidades antigas terão de substituir infraestruturas ineficientes” e é preciso questionar que tipo de cidades do futuro estão sendo planejadas por arquitetos e engenheiros.

O estudo faz diversas recomendações a governos e planejadores urbanos, incluindo maior investimento em infraestruturas que estimulem a baixa emissão de carbono.

* *Publicado originalmente no site [Rádio ONU](http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2013/04/pnuma-e-onu-habitat-pedem-mais-investimentos-em-cidades-sustentaveis/)(<http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2013/04/pnuma-e-onu-habitat-pedem-mais-investimentos-em-cidades-sustentaveis/>).*

Fonte: Rádio ONU/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/pnuma-e-onu-habitat-pedem-mais-investimentos-em-cidades-sustentaveis/)(<http://envolverde.com.br/noticias/pnuma-e-onu-habitat-pedem-mais-investimentos-em-cidades-sustentaveis/>)

18/04/2012

Gilberto Carvalho quer conferência para discutir desenvolvimento sustentável no Brasil

por Danilo Macedo, da Agência Brasil



Gilberto Carvalho.

Foto: desabafopais.blogspot.com.br

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/04/gilberto-carvalho.jpg>

Brasília – O ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, disse que levará à presidenta Dilma Rousseff a proposta de uma conferência nacional específica para discutir o projeto de desenvolvimento sustentável para o Brasil. A proposta, de representantes da sociedade civil, foi feita durante o seminário Diálogo Social: Agenda Pós-2015 e Seguimento à Rio+20, no Palácio do Planalto.

“A conferência pode trazer contribuições para que o Brasil consiga de fato seguir um processo capaz de distribuir renda e, sobretudo, [desenvolver] a questão ambiental”, disse o ministro. “A sociedade reclamou aqui da falta de participação, seja no plano [da Organização] das Nações Unidas, seja aqui dentro do país, no sentido de dar uma contribuição efetiva para o modelo de desenvolvimento econômico, social e ambiental”, disse.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, que também participou do evento, disse que a sociedade brasileira está “maciçamente mobilizada”. Segundo ela, o Brasil tem conquistado bons resultados rumo ao desenvolvimento sustentável, mas precisa atingir outro patamar.

“Nós somos um país que tem resultados excepcionais nos últimos dez anos em relação à erradicação da pobreza, à redução de emissões de gases, ao desmatamento na Amazônia, avanços na questão de consumo sustentável, mas nós precisamos ser mais agressivos em soluções permanentes para o país, um Brasil que eu sempre falo tem vários brasis em um mesmo Brasil”, disse a ministra.

* Edição: Fábio Massali.

** Publicado originalmente no site [Agência Brasil](http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-04-16/gilberto-carvalho-quer-conferencia-para-discutir-desenvolvimento-sustentavel-no-brasil) (<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-04-16/gilberto-carvalho-quer-conferencia-para-discutir-desenvolvimento-sustentavel-no-brasil>).

Fonte: Agência Brasil/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/gilberto-carvalho-quer-conferencia-para-discutir-desenvolvimento-sustentavel-no-brasil/) (<http://envolverde.com.br/noticias/gilberto-carvalho-quer-conferencia-para-discutir-desenvolvimento-sustentavel-no-brasil/>)

18/04/2012

Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis será baseada nos resultados da Rio+20

por CicloVivo

A 7ª Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis será realizada entre os dias 17 e 19 de abril, no Centro Internacional de Conferências de Genebra, na Suíça. O evento, que é considerado pelos líderes globais como o maior na área de desenvolvimento sustentável para as cidades, será baseado nas conclusões do ESCT Dunkerque 2010 (conferência realizada em Copenhague) e na Rio+20.

Com o título Uma economia verde e socialmente responsável: um solução em tempos de crise, a conferência vai reunir mais de mil líderes locais para buscar alternativas novas e criativas para driblar a crise financeira global.

- **[Conheça o documento inicial do evento, em inglês \(PDF\)](http://www.sustainablegeneva2013.org/wp-content/uploads/2012/08/FINAL_INVITATION_GENEVA_2013.pdf)**(http://www.sustainablegeneva2013.org/wp-content/uploads/2012/08/FINAL_INVITATION_GENEVA_2013.pdf)

Fonte: [Instituto Carbono Brasil > Notícias > Desenvolvimento Sustentável > Cidades](http://www.institutocarbonobrasil.org.br/?id=733763)(<http://www.institutocarbonobrasil.org.br/?id=733763>)

18/04/2012

Planejamento urbano deve considerar infraestrutura verde

por Agência USP

A incorporação da infraestrutura verde – rede de espaços naturais ou construídos que desempenham serviços ambientais – ao planejamento urbano pode trazer uma série de benefícios a cidades como São Paulo, entre eles controle de alagamentos, criação de áreas de lazer para a população e melhoramento microclimático das regiões metropolitanas.

Para alcançar esses benefícios, o urbanista Renier Marcos Rotermond, desenvolveu uma proposta de planejamento da Floresta Urbana – conjunto de árvores e vegetação presentes no ambiente urbano – para a bacia do córrego Judas / Maria Joaquina, na região de Santo Amaro, zona sul de São Paulo. As ideias partiram do mestrado intitulado; Análise e planejamento da Floresta Urbana enquanto elemento da Infraestrutura Verde: estudo aplicado à Bacia do Córrego Judas / Maria Joaquina, São Paulo, desenvolvido na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP.

“O trabalho procurou analisar a vegetação e seu papel na área da bacia do córrego Judas, e como a cobertura de árvores poderia ajudar no melhoramento ambiental dessa bacia”, diz o pesquisador. O planejamento foi antecedido pela análise da cobertura arbórea e outros elementos da bacia a partir da observação de imagens de satélite e análise em campo. O espaço foi dividido em setores, de acordo com o uso e ocupação do solo – residencial, misto de residências e comércio, área industrial, etc. “A análise se deu para determinar como se relacionavam esses espaços e, a partir disso, determinar políticas de manejo dessa cobertura arbórea em cada um desses setores”, conta.

Também foi realizada uma análise pontual do sistema viário da região, “para verificar sua relação com a cobertura arbórea, se existe espaço para mais arborização nessas vias, se esse aspecto pode ser melhorado e como pode se relacionar melhor com as funções da vida urbana – mobilidade de carros, pessoas e demais usos da via pública”, detalha Rotermond.

Para o urbanista, o grande desafio para que planos de infraestrutura verde sejam colocados em prática é a incorporação do conceito pelo poder público, ao planejamento urbano, unindo-a aos demais aspectos da urbanização, como a construção de vias públicas. “É preciso permear todas as áreas com a arborização. É claro que não se conseguirá fazer isso da mesma maneira, mas as áreas verdes e a arborização tem uma função muito importante, fazem parte efetivamente da infraestrutura da cidade. Sem elas, tem-se prejuízos ambientais imensos”.

Fonte: [Instituto Carbono Brasil > Notícias > Desenvolvimento Sustentável > Cidades](http://www.institutocarbonobrasil.org.br/?id=733761)(<http://www.institutocarbonobrasil.org.br/?id=733761>)

19/04/2012

Planejamento urbano deve considerar infraestrutura verde

por Bruna Romão, da Agência USP



Fonte: <http://envolverde.com.br/porta1/wp-content/uploads/2013/04/n213.jpg>

A incorporação da infraestrutura verde — rede de espaços naturais ou construídos que desempenham serviços ambientais — ao planejamento urbano pode trazer uma série de benefícios a cidades como São Paulo, entre eles controle de alagamentos, criação de áreas de lazer para a população e melhoramento microclimático das regiões metropolitanas. Com esses objetivos, o urbanista Renier Marcos Rotermond desenvolveu uma proposta de planejamento da Floresta Urbana — conjunto de árvores e vegetação presentes no ambiente urbano — para a bacia do córrego Judas / Maria Joaquina, na região de Santo Amaro, zona sul de São Paulo. O mestrado *Análise e planejamento da Floresta Urbana enquanto elemento da Infraestrutura Verde: estudo aplicado à Bacia do Córrego Judas / Maria Joaquina*, São Paulo foi desenvolvido na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP.

“O trabalho procurou analisar a vegetação e seu papel na área da bacia do córrego Judas, e como a cobertura de árvores poderia ajudar no melhoramento ambiental dessa bacia”, diz o pesquisador. O planejamento foi antecedido pela análise da cobertura arbórea e outros elementos da bacia a partir da observação de imagens de satélite e análise em campo. O espaço foi dividido em setores, de acordo com o uso e ocupação do solo — residencial, misto de residências e comércio, área industrial, etc. “A análise se deu para determinar como se relacionavam esses espaços e, a partir disso, determinar políticas de manejo dessa cobertura arbórea em cada um desses setores”, conta.

Também foi realizada uma análise pontual do sistema viário da região, “para verificar sua relação com a cobertura arbórea, se existe espaço para mais arborização nessas vias, se esse aspecto pode ser melhorado e como pode se relacionar melhor com as funções da vida urbana — mobilidade de carros, pessoas e demais usos da via pública”, detalha Rotermond.

Bacia do córrego Judas

Embora a região conte com uma cobertura arbórea próxima a 30%, o que, segundo o pesquisador é algo encontrado em poucos pontos da cidade, quando se analisa separadamente cada setor, percebe-se que a distribuição dessa vegetação é desigual. O urbanista esclarece: “Há uma área de parques, que contribui com uma cobertura muito grande. As zonas exclusivamente residenciais, com residências de alto padrão, também têm uma vegetação arbórea bastante desenvolvida. Mas o setor industrial e a zona mista (comércio e residências) não possuem”.

Por esse motivo, cada setor foi trabalhado de maneira diferenciada no planejamento da infraestrutura verde. “Naqueles que têm uma cobertura arbórea bastante desenvolvida, o trabalho é principalmente de conservação. Ao passo que nos setores onde se tem uma cobertura menor, como o industrial, que está se transformando, o objetivo é fazer com que ela possa se desenvolver melhor”, diz Rotermond. O plano também mostrou ser possível melhorar a arborização mesmo em vias bastante estreitas, onde aparentemente não há possibilidade de plantio. “Há a possibilidade de se ter mais árvores e com melhor qualidade, associadas inclusive a outras questões ambientais, como a drenagem”, completa.

A drenagem foi, além do aumento das áreas verdes, um aspecto de grande importância para o trabalho. Entre as propostas está, inclusive, a descanalização de alguns trechos do córrego, o que possibilitaria a

criação de novas áreas verdes para lazer da população, além de contribuir para minimizar problemas de enchentes e promover a melhora da qualidade da água do rio. O planejamento também inclui a interligação das áreas verdes dentro da bacia possibilitando não apenas o deslocamento dos habitantes entre elas, mas a preservação da biodiversidade local.

Para o urbanista, no entanto, o grande desafio para que planos de infraestrutura verde sejam colocados em prática é a incorporação do conceito pelo poder público, ao planejamento urbano, unindo-a aos demais aspectos da urbanização, como a construção de vias públicas. “É preciso permear todas as áreas com a arborização. É claro que não se conseguirá fazer isso da mesma maneira, mas as áreas verdes e a arborização tem uma função muito importante, fazem parte efetivamente da infraestrutura da cidade. Sem elas, tem-se prejuízos ambientais imensos”.

* Publicado originalmente no site *Agência USP* (<http://www.usp.br/agen/?p=134842>).

Fonte: Agência USP/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/planejamento-urbano-deve-considerar-infraestrutura-verde/) (<http://envolverde.com.br/noticias/planejamento-urbano-deve-considerar-infraestrutura-verde/>)

19/04/2012

Países da América Latina aprovam plano de ação sobre assuntos ambientais

por Leda Letra, da Rádio ONU



Alicia Bárcena em Guadalajara.

Foto: Governo do México

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/04/n69.jpg>

Brasil entre as nações que assinaram o documento em Guadalajara, no México; segundo a Cepal, acordo é fruto dos resultados da Rio+20.

Um grupo de países da América Latina e do Caribe aprovou um plano de ação para um sistema de direitos de acesso à informação, participação e justiça em assuntos sobre o meio ambiente.

O acordo foi firmado nesta quarta-feira, em Guadalajara, no México, por 14 nações, incluindo Brasil, Chile, Perú e Uruguai.

Segundo a Comissão Econômica para América Latina e Caribe, Cepal, a iniciativa envolve também a promoção do desenvolvimento sustentável da região.

Transparência

A ideia é estabelecer, até 2014, uma série de ações, como potencializar os avanços da região sobre direitos de acesso à informação; promover a participação da sociedade civil; incentivar a cooperação entre países e promover intercâmbio de boas práticas.

Para a chefe da Cepal, Alicia Bárcena, a implementação do acordo busca “transparência e acesso à informação para uma maior igualdade social e democracia”.

Rio+20

Bárcena destacou ainda que a “participação dos cidadãos na tomada de decisões sobre assuntos ambientais ajuda a prevenir conflitos que são muitas vezes irreversíveis”.

Segundo a Cepal, o plano de ação assinado em Guadalajara é fruto da declaração firmada durante a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20.

* Publicado originalmente no site [Rádio ONU](http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2013/04/paises-da-america-latina-aprovam-plano-de-acao-sobre-assuntos-ambientais/) (Rádio ONU (<http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2013/04/paises-da-america-latina-aprovam-plano-de-acao-sobre-assuntos-ambientais/>)).

Fonte: Rádio ONU/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/paises-da-america-latina-aprovam-plano-de-acao-sobre-assuntos-ambientais/) (<http://envolverde.com.br/noticias/paises-da-america-latina-aprovam-plano-de-acao-sobre-assuntos-ambientais/>)

19/04/2012

Crescimento sustentável requer investimentos em políticas de proteção social

por Redação do EcoD



O documento diz que a busca de um crescimento que leve em conta a preservação do meio ambiente é fundamental.

Foto: ONU

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/04/n311.jpg>

As economias da Ásia e do Pacífico vão ter um crescimento moderado em 2013, após forte desaceleração no ano passado causada por fatores externos. (Relatório social da ONU)

O progresso econômico da região da Ásia e do Pacífico tem sido marcado pelo aprofundamento das desigualdades de renda e esgotamento dos recursos naturais. O Relatório Econômico e Social da Ásia e do Pacífico 2013: Perspectivas de políticas macroeconômicas para o desenvolvimento inclusivo e sustentável chama atenção para a necessidade de correções nas políticas macroeconômicas para a área.

O relatório 2013 foi apresentado na quinta-feira, 18 de abril, durante o seminário Ásia e o Brasil: Perspectivas para o Crescimento Inclusivo, em Brasília. O evento foi organizado pelo Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O documento argumenta que, em meio à situação de incerteza mundial, é fundamental buscar um crescimento que leve em conta políticas redistributivas e a preservação do meio ambiente. É estimado que a incerteza política na zona do euro e nos Estados Unidos desde o início da crise mundial pode ter reduzido o PIB regional em 3% — uma perda de 870 bilhões de dólares.

“Enquanto a região da Ásia-Pacífico tem resistido à crise financeira melhor do que em muitas outras partes do mundo, há uma necessidade urgente de adaptar as políticas macroeconômicas para enfrentar os desafios do desenvolvimento sustentável e ajudar os mais pobres e mais vulneráveis”, afirmou o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon.

As recomendações desta edição do relatório procuram ajudar esses países a avançar economicamente, socialmente e ambientalmente, alegando que tais medidas podem orientar a região em direção a um caminho de crescimento mais inclusivo e sustentável.

“Esses esforços podem ajudar a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Um maior progresso vai alimentar a confiança e mobilizar apoio para uma agenda de desenvolvimento ambiciosa pós-2015”, acrescentou Jorge Chediek, representante do Pnud no Brasil.

Tendências

O relatório adverte que “um crescimento muito menor em comparação aos últimos anos poderia se tornar um novo padrão para várias economias na região se as tendências econômicas permanecerem”. O que

poderia causar uma perda no produto estimada em aproximadamente 1,3 trilhão de dólares até final de 2017.

Problemas estruturais de longo prazo, como a crescente desigualdade e a escassez de energia e infraestrutura estão contribuindo para a desaceleração regional. O documento aponta que uma “solução estrutural para impulsionar o crescimento interno pode viabilizar o processo do desenvolvimento mais inclusivo e sustentável”.

O investimento em proteção social poderá ser autofinanciado por alguns países caso eles invistam entre 5 e 8% do PIB, embora países menos desenvolvidos e geograficamente desfavorecidos, além de pequenos estados insulares em desenvolvimento, terão que contar com apoio externo. Estes investimentos não trazem risco para a estabilidade macroeconômica.

* *Leia o relatório na íntegra, em inglês PDF*(<http://www.ipc-undp.org/pressroom/files/ipc827.pdf>)

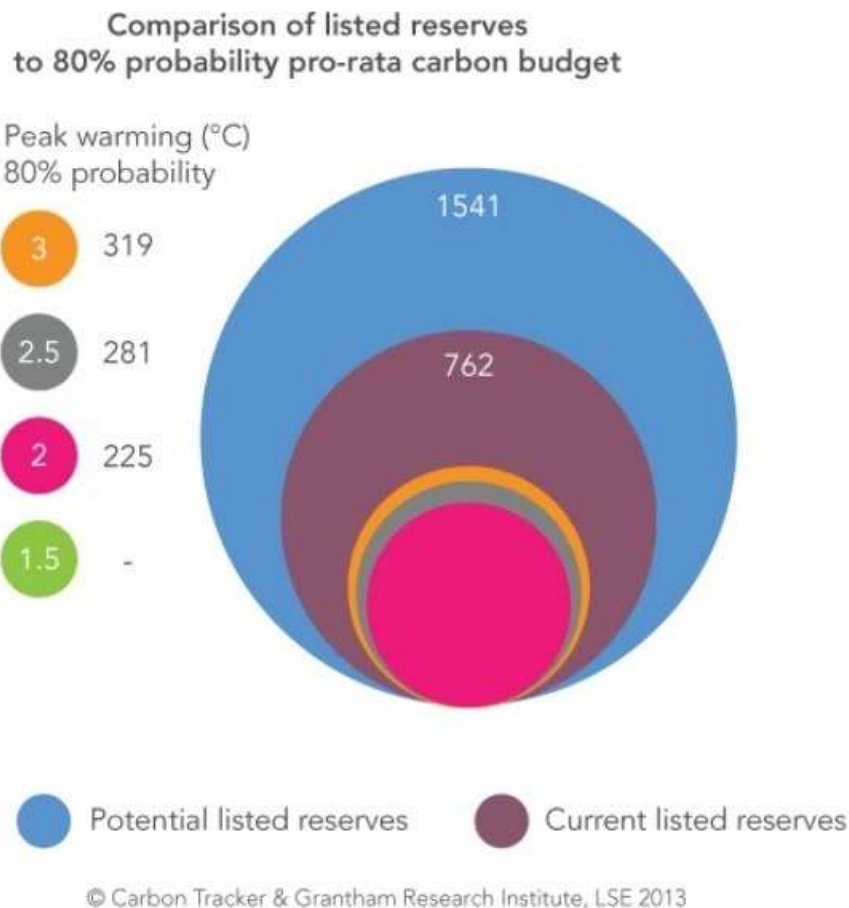
** *Publicado originalmente no site EcoD*(<http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2013/abril/crescimento-sustentavel-requer-investimentos-em?tag=economia-e-politica>).

Fonte: EcoD/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/crescimento-sustentavel-requer-investimentos-em-politicas-de-protecao-social/)(<http://envolverde.com.br/noticias/crescimento-sustentavel-requer-investimentos-em-politicas-de-protecao-social/>)

19/04/2012

Próxima crise econômica pode ser causada por "bolha de carbono"

Relatório aponta que as reservas de combustíveis fósseis estariam supervalorizadas, já que muitos desses recursos não poderão ser explorados se forem respeitados os acordos climáticos internacionais



Fonte: http://www.institutocarbonobrasil.org.br/arquivos_web/geral/bolhacarbonosemlegenda.jpg

Pesquisadores da iniciativa Carbon Tracker e do Instituto de Pesquisas Grantham divulgaram nesta semana um [relatório](http://www.carbontracker.org/wp-content/uploads/downloads/2013/04/Unburnable-Carbon-2-Web-Version.pdf) (<http://www.carbontracker.org/wp-content/uploads/downloads/2013/04/Unburnable-Carbon-2-Web-Version.pdf>) explicando como entre 60% e 80% das reservas de carvão, petróleo e gás natural apresentadas pelas grandes companhias do setor na verdade nunca poderão ser aproveitados por causa de tratados climáticos internacionais. Assim, o valor dessas empresas estaria supervalorizado, representando uma 'bolha' financeira que pode vir a estourar, causando uma nova crise econômica mundial. O documento recebeu o apoio de diversas entidades, como o HSBC, Standard and Poor's e a Agência Internacional de Energia (AIE).

"Investidores inteligentes já podem ver que apostar em companhias que são extremamente dependentes das reservas de combustíveis fósseis está se tornando bastante arriscado. Nosso relatório levanta sérias questões sobre a capacidade do sistema financeiro de agir sobre o risco de longo prazo dessa indústria, já que a única medida utilizada para avaliar os riscos trata-se da comparação dentro do mesmo setor", afirma o ex-diretor de economia do Banco Mundial, Nicholas Stern, um dos autores do relatório e atualmente professor da London School of Economics.

O relatório afirma que cerca de 25% das reservas mundiais de combustíveis fósseis está listada em bolsas, um total de 762GtCO₂. Para se manter o aquecimento global abaixo dos 2°C, como pedem tratados climáticos internacionais já em vigor, o máximo que pode ser queimado, de acordo com os pesquisadores, seria algo entre 125GtCO₂ e 225GtCO₂ (veja imagem). Mesmo se fossem utilizadas novas tecnologias, como a captura e armazenamento de carbono (CCS), apenas mais 125GtCO₂ estariam liberados para o uso.

Segundo James Leaton, diretor de projetos da Carbon Tracker, a grande ameaça está na visão de curto prazo que predomina nos mercados. “Analistas afirmam que você deve seguir no trem até o momento em que ele começa a cair do desfiladeiro. Cada um deles acredita que é inteligente o bastante para abandonar o trem antes que seja tarde, mas pode ser que todos acabem querendo sair pela porta ao mesmo tempo. É isso que estoura uma bolha e provoca a quebra dos mercados.”

Stern salienta ainda que ao invés de estarem se prevenindo desse tipo de situação, as companhias estão investindo mais e mais nos combustíveis fósseis. “As 200 maiores empresas do setor gastaram US\$ 674 bilhões em 2012 para encontrar e explorar novas reservas, uma quantia equivalente a 1% do PIB mundial. Todo esse dinheiro pode estar sendo gasto em atividades que não poderão ser realizadas.”

O documento destaca que o risco tem crescido a cada ano e que os investidores, empresas e governos não estão se dando conta do impacto que a mudança para uma economia de baixo carbono terá sobre o mercado financeiro.

Os pesquisadores apresentam uma série de recomendações para evitar a crise da bolha do carbono.

Ministros de Finanças deveriam iniciar um processo internacional para incorporar as mudanças climáticas no gerenciamento de riscos dos mercados. Além disso, agentes reguladores deveriam obrigar as companhias a deixarem informações transparentes e acessíveis sobre emissões de gases do efeito estufa relacionadas às suas atividades.

Para os investidores, o relatório aconselha um maior engajamento na cobrança das responsabilidades climáticas das empresas. Analistas e agências de avaliação deveriam apresentar com maior detalhe e levar mais em conta os riscos climáticos presentes nos negócios.

“Investidores institucionais são atualmente incentivados a buscar os melhores resultados no mercado, em vez de buscarem entender os valores e os riscos envolvidos. Mais indicadores financeiros deveriam ser postos em prática para facilitar o acesso às informações sobre os riscos climáticos”, declarou Leaton.

Esse não é o primeiro estudo a levantar a preocupação com a “bolha de carbono”. Em fevereiro, a [Smith School of Enterprise and the Environment](http://www.smithschool.ox.ac.uk/research-centres/climate-and-development-2/) (http://www.smithschool.ox.ac.uk/research-centres/climate-and-development-2/), da Universidade de Oxford, lançou um programa para avaliar o tema.

“Os investidores continuam a empregar centenas de bilhões em setores poluidores e insustentáveis. Em muitos casos esses investimentos não valerão o que os investidores esperam”, afirmou Hon John Gummer, presidente do comitê de Mudanças Climáticas da Smith School.

O programa deve durar quatro anos e pretende detalhar o risco potencial dos investimentos em setores com alta concentração de dióxido de carbono, como carvão, petróleo e aço.

Fonte: [Instituto Carbono Brasil > Notícias > Desenvolvimento Sustentável > Negócios](http://www.institutocarbonobrasil.org.br/?id=733778)(http://www.institutocarbonobrasil.org.br/?id=733778)

19/04/2012

Curso vai orientar construtoras que buscam madeira legal

do WWF-Brasil

O WWF-Brasil, em conjunto com o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo, o SindusCon-SP, e a Rede Amigos da Amazônia, promove na próxima semana, em São Paulo (SP), o curso Aquisição Sustentável de Madeira na Construção Civil. O evento ocorre dia 24, na sede do SindusCon-SP, em Santa Cecília, no centro da capital paulista.

Esta é a segunda turma da capacitação, que tem como objetivo orientar construtoras, incorporadoras, projetistas e profissionais liberais no cumprimento da legislação ambiental em relação à compra deste produto. Outro objetivo do curso é criar mecanismos que evitem a compra de madeira de origem ilegal; e gradativamente substituir a madeira ilegal pela madeira certificada.

O curso é desenvolvido em módulos. Neste primeiro momento, serão mostrados aos participantes o conceito do que é madeira legal, como identificá-la, quais categorias ambientais de madeira existem hoje, como fazer um processo de certificação, e qual é a situação deste mercado no Brasil. Também serão dadas orientações de como elaborar um plano de ação para que a empresa seja capaz de fazer, corretamente, a aquisição de madeira.

Os próximos módulos estão marcados para os meses de junho, agosto e outubro e vão abordar, entre outros assuntos, o papel do governo na cadeia produtiva da madeira; o Documento de Origem Florestal (DOF), que atesta a origem do recurso; e as diretrizes ambientais do Estado de São Paulo, que buscam coibir a entrada de madeira ilegal naquele mercado.

A capacitação é aberta ao público, que pode obter mais informações sobre o assunto na Central de Relacionamento do SindusCon-SP, por meio do telefone (11) 3334-5600 ou pelo e-mail sindusconsp@sindusconsp.com.br.

Apoio e suporte

De acordo com o analista ambiental do WWF-Brasil Ricardo Russo, a ideia é iniciar o trabalho pelas empresas compradoras de madeira, de modo que elas possam, posteriormente, “pressionar” seus fornecedores a adotar o recurso com origem legal.

“De modo geral, hoje o setor da construção civil compra madeira ilegal ou de origem duvidosa. Nosso intuito é fazer com que as empresas substituam essa madeira por um recurso de origem legal e certificada. Por isso, vamos montar juntos com as empresas um plano de ação para cinco anos e nós, do WWF-Brasil, vamos dar todo o apoio e suporte para que essa substituição ocorra”, disse o especialista.

Mercado importante

A coordenadora técnica do Comitê de Meio Ambiente do SindusCon-SP, Lilian Sarrouf, afirmou que o Estado de São Paulo, hoje, é tido como o maior consumidor de madeira do País. Por isso a importância de discutir o tema neste mercado. Além disso, contou a especialista, existe um movimento muito forte, na Secretaria de Estado de Meio Ambiente de São Paulo, de fiscalização e combate à madeira ilegal.

“Como o SindusCon-SP tem como princípio o combate à informalidade e à ilegalidade, entendemos que ações nesse sentido, de buscar a madeira legalizada, devam ser abraçadas e impulsionadas”, explicou.

Lilian disse também que o curso é o desdobramento de ações que tiveram início no Sinduscon-SP em 2003, e que, em 2010 e 2011, deram origem à primeira turma do Aquisição Sustentável de Madeira na Construção Civil. “Queremos abrir caminhos para que as empresas construtoras possam ter acesso à informação e metodologias adequadas, que lhes permitam comprar madeira certificada”, declarou.

Projeto e parcerias

O curso Aquisição Sustentável de Madeira na Construção Civil faz parte de um projeto mais amplo desenvolvido pelo WWF-Brasil, em parceria com a Rede Amigos da Amazônia e a Comunidade Europeia.

Este projeto é intitulado Governança Florestal e Comércio Sustentável da Madeira Amazônica e tem como objetivo contribuir para que o manejo florestal e o comércio da madeira ocorram de forma sustentável até o ano de 2020.

Para isso, o projeto busca implementar, juntos aos órgãos públicos responsáveis, políticas e procedimentos que regulem a produção e comércio de madeira, tentando, com isso, auxiliar na conservação da floresta amazônica.

Serviço

Curso: Aquisição de Madeira Sustentável

Quando?: 24 de abril de 2013

Onde?: Na sede do Sinduscon-SP, na rua Veridiana, 55, Santa Cecília, São Paulo

Inscrição: R\$ 780 para associados e estudantes; R\$ 860 para organizações parceiras; e R\$ 1.380 para não associados do SindusCon-SP. Os pagamentos podem ser feitos por meio de boleto bancário ou cartão de crédito, com possibilidade de parcelamento

Mais informações: (11) 3334-5600 ou sindusconsp@sindusconsp.com.br

Baixe o [guia sobre o uso sustentável da madeira na Construção Civil](http://d3nehc6y19qzo4.cloudfront.net/downloads/uso_sustentavel_da_madeira_na_construcao_civil.pdf)(http://d3nehc6y19qzo4.cloudfront.net/downloads/uso_sustentavel_da_madeira_na_construcao_civil.pdf)

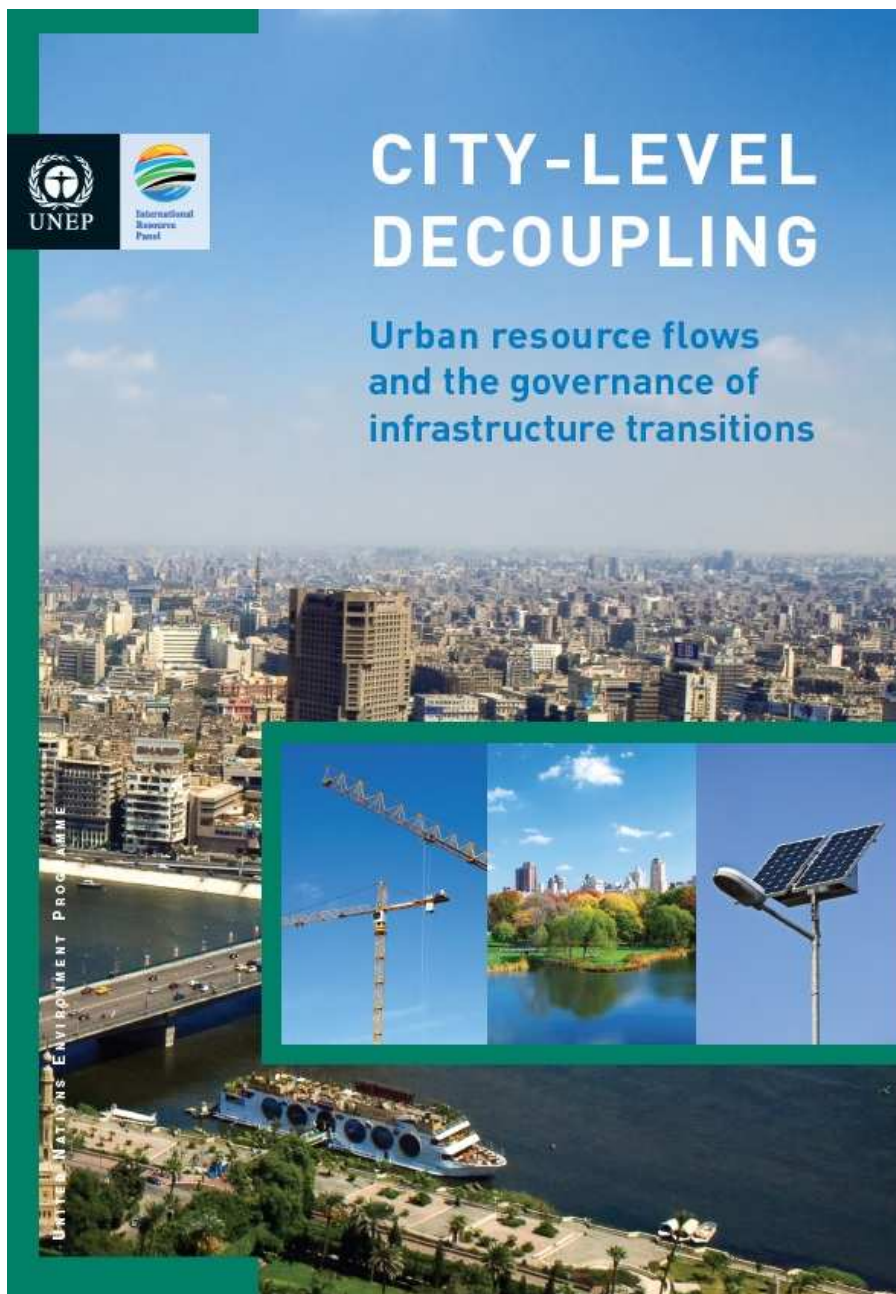
Fonte: [Instituto Carbono Brasil > Notícias > Desenvolvimento Sustentável > Negócios](http://www.institutocarbonobrasil.org.br/?id=733776)(<http://www.institutocarbonobrasil.org.br/?id=733776>)

19/04/2012

Cidades sustentáveis são essenciais para eficiência de recursos

por Instituto CarbonoBrasil

Transformar a infraestrutura urbana, tornando-a mais limpa, eficiente e sustentável, pode estimular o crescimento econômico verde e ajudar a erradicar a pobreza, diz relatório da ONU apresentado nesta quinta-feira



Fonte: http://www.unep.org/resourcepanel/portals/24102/pdfs/Cities-Full_Report.pdf

Fonte da Imagem: http://www.institutocarbonobrasil.org.br/arquivos_web/geral/capacidades.jpg

Atualmente, cerca de 75% dos recursos naturais do mundo são consumidos em áreas urbanas, e a proporção da população global que vive em cidades deve subir para 70% até 2050. Além disso, essas regiões são responsáveis por grande parte da degradação e poluição gerada no planeta, tornando sua relação com os recursos e ecossistemas nada sustentável.

Para mudar essa situação, um documento publicado pelas Nações Unidas nesta quinta-feira em Nairóbi, no Quênia, afirma que é necessário investir em infraestruturas sustentáveis e tecnologias eficientes em

recursos nas cidades, a fim de incentivar um crescimento econômico com menor degradação ambiental, redução da pobreza, cortes nas emissões de gases do efeito estufa e melhoria do bem-estar.

O relatório, intitulado '[City-Level Decoupling: Urban Resource Flows and the Governance of Infrastructure Transitions](http://www.unep.org/resourcepanel/Publications/City-LevelDecoupling/tabid/106135/Default.aspx)' (algo como Dissociação em nível urbano: fluxos de recursos urbanos e a governança de transições de infraestrutura), declara que, para atingir a sustentabilidade para todos, é necessário dissociar as taxas de crescimento econômico das cidades do consumo insustentável dos recursos naturais finitos, que até agora caracteriza a maior parte do desenvolvimento urbano ocorrido.

“Até agora, a tendência para a urbanização tem sido acompanhada pela crescente pressão sobre o meio ambiente e o aumento dos números da pobreza urbana”, colocou Achim Steiner, diretor executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), no lançamento do estudo.

Segundo o texto, para ocorrer essa transformação deve haver mais esforço por parte de governantes, empresas e sociedade, pois à medida que o preço dos recursos naturais continua a aumentar, fica cada vez mais difícil manter um padrão de desenvolvimento sustentável. Caso isso não aconteça, poderá haver sérias implicações econômicas e ambientais para as futuras gerações.

Isso porque, de acordo com a pesquisa, muito da infraestrutura que será futuramente necessária nas cidades, incluindo 60% das edificações exigidas para atingir as necessidades da população urbana mundial até 2050, ainda precisam ser construídas.

Para chegar a essas exigências, as cidades precisariam de um investimento calculado em US\$ 40 trilhões entre 2000 e 2030 para a criação de novas infraestruturas urbanas – principalmente nos países em desenvolvimento – e para a adaptação das instalações existentes.

“Cidades mais antigas podem ter que adaptar e substituir infraestruturas ineficientes com as quais estiveram presas por décadas para atingir essa dissociação, mas cidades mais novas e em crescimento têm a vantagem da flexibilidade. Elas podem ‘acertar’ de primeira”, explicou Joan Clos, diretora executiva do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-Habitat).

Mas ao mesmo tempo em que o relatório aponta os atuais e potenciais problemas desse desenvolvimento urbano insustentável, reconhece que essa situação oferece grandes oportunidades de canalizar fundos para infraestruturas mais sustentáveis que reduzam as emissões de carbono, melhorem a produtividade de recursos e criem novas estratégias de desenvolvimento urbano.

Felizmente, há cidades que já estão aproveitando essas oportunidades, como é o caso de Lagos, na Nigéria. A cidade introduziu o sistema Veículo leve sobre pneus (Bus Rapid Transit – BRT) para resolver problemas crônicos de congestionamento e poluição.

O sistema, apoiado pelo Banco Mundial e investidores privados, contribuiu para uma queda de 13% nas emissões de carbono do transporte urbano, e a rota de cerca de 25% dos passageiros que utilizam o serviço foi reduzida em até 50%.

Outro exemplo é a área central de Singapura, que está implementando um plano para reduzir o consumo nacional de água em cerca de 10% até 2030. Tecnologias avançadas são usadas para tratar as águas residuais e os esgotos, que se tornam seguros para beber e podem ser reutilizados pela indústria.

As águas residuais tratadas podem chegar a 30% das necessidades hídricas de Singapura até 2030, e investimentos em usinas de dessalinização, consertos em vazamentos de tubulações e outros esforços podem ajudar o país a atingir sua meta de 10%.

O documento também mostra casos aqui no Brasil, como o do programa Lixo que não é Lixo, de Curitiba. O projeto incentiva a separação de resíduos em recicláveis e não recicláveis através, por exemplo, da troca de lixo reciclável por passagens de ônibus ou por produtos alimentícios para comunidades carentes.

A iniciativa estendeu o tempo de vida dos aterros sanitários da cidade, evitando o despejo de 2.400 m³ de resíduos recicláveis a cada dia, o que representa cerca de 25% da produção diária de lixo. Outro exemplo brasileiro é a cidade do Rio de Janeiro, que tem investido em reflorestamento para restabelecer os aquíferos necessários para o abastecimento hídrico da cidade.

Por fim, o estudo faz algumas recomendações para que o desenvolvimento de infraestruturas mais sustentáveis seja potencializado: investimentos governamentais na criação de estratégias sustentáveis ,

infraestruturas de baixo carbono e desenvolvimento urbano eficiente em recursos; investimento em pesquisas sobre o uso de recursos; especificação de metas para uso eficiente de recursos; estímulo a atividades , tecnologias, bens e serviços de baixo carbono, eficientes e verdes; e envolvimento do setor privado em investimento e compartilhamento de experiências.

“Existem oportunidades únicas para as cidades liderarem a ecologização da economia global através do aumento da produtividade e inovação de recursos, enquanto atingem grandes economias financeiras e enfrentam desafios ambientais. Embora muitas cidades estejam aproveitando essas oportunidades, uma visão holística para os centros urbanos do futuro ainda está faltando”, concluiu Steiner.

“Quando olhamos para os crescentes gastos em infraestrutura urbana pelo mundo, precisamos nos perguntar: que tipo de cidades do futuro estão previstas pelos projetistas e construtores dessas novas infraestruturas? Essas infraestruturas estão preparando cidades [...] para futuros mais justos e eficientes em recursos? Ou estão apenas fixando concreto [...] com um modo de planejamento urbano do século XIX que precisará ser desmantelado daqui a 10 ou 20 anos?”, questionou Mark Swilling, um dos coautores da pesquisa.

Leia também: [MMA orienta sobre obras sustentáveis](http://www.institutocarbonobrasil.org.br/noticias5/noticia=733770) (<http://www.institutocarbonobrasil.org.br/noticias5/noticia=733770>)

Fonte: [Instituto Carbono Brasil > Notícias > Desenvolvimento Sustentável > Cidades](http://www.institutocarbonobrasil.org.br/?id=733777) (<http://www.institutocarbonobrasil.org.br/?id=733777>)

19/04/2012

MMA orienta sobre obras sustentáveis

por Ascom/MMA

Proposta é difundir práticas de construções e reformas que gerem economia e durabilidade dentro dos novos conceitos de habitação



Fonte: <http://www.mma.gov.br/publicacoes/responsabilidade-socioambiental/category/90-producao-e-consumo-sustentaveis>

Para quem está pensando em construir ou reformar, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) disponibiliza uma cartilha que traz orientações sobre como fazer moradias sustentáveis que gerem economia e durabilidade. O objetivo é difundir práticas de obras sustentáveis aos consumidores, permitindo a otimização dos recursos financeiros e naturais investidos.

A publicação "Construções e Reformas Particulares Sustentáveis" faz parte da série Cadernos de Consumo Sustentável, do MMA. A BASF, empresa de químicos para construção, colaborou na elaboração deste volume. Essa parceria permitirá a distribuição de 100 mil exemplares em todo o país.

De forma bem didática, a publicação traz um mapa que mostra, em cada cômodo da casa, quais são as opções para execução de uma obra dentro dos conceitos de sustentabilidade. Além disso, o caderno aponta quais são as melhores disposições dos ambientes em uma residência para garantir o grau adequado de insolação e ventilação natural de cada lugar.

A publicação aponta o desafio que a sociedade moderna enfrenta: introduzir na área urbana um novo conceito de habitação e construção, que ofereça mais qualidade de vida aos habitantes das grandes cidades com menor impacto ao meio ambiente. Uma das alternativas para alcançar esse objetivo é praticar o consumo sustentável, usando com mais eficiência os recursos e os materiais necessários para a construção ou reforma e diminuindo, assim, o desperdício.

Também é importante desenvolver projetos que utilizem a iluminação e a ventilação naturais e outras vantagens que o meio ambiente provê. A sustentabilidade está diretamente ligada aos “3 Rs”: reduzir, reutilizar e reciclar. Essas ações podem estar presentes em uma obra sustentável.

Melhor opção

De acordo com dados da cartilha, uma casa ou prédio sustentável gera uma economia de aproximadamente 30% em sua manutenção, gasta menos água e energia elétrica e tem uma vida útil e acessibilidade muito maiores. O uso de material reciclado em lugar de produtos novos também poderá trazer economia.

Outro aspecto positivo é que, atualmente, as moradias sustentáveis estão em alta no mercado imobiliário. Esses imóveis são, em média, de 10% a 30% mais valorizados. Reformas que tornem imóveis antigos mais eficientes também se beneficiam dessa valorização extra.

Dicas sustentáveis

As dicas da publicação para tornar a obra sustentável vão desde o projeto até o descarte dos resíduos sólidos. Durante a elaboração do projeto, por exemplo, se possível preserve as espécies nativas existentes no terreno, pois elas garantem a estabilidade do solo e refrescam o ambiente. Outra dica é optar pela iluminação natural. Além de proporcionar economia de energia, é muito mais agradável do que a iluminação artificial. A cartilha sugere, ainda, utilizar coberturas verdes, dependendo do clima da região em que a casa está localizada. Esse tipo de cobertura proporciona melhoria do conforto térmico e ajuda na retenção de águas pluviais.

Quando for escolher os materiais de construção, a indicação é evitar o uso de materiais prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. A pintura da casa, por exemplo, pode ser feita com tintas à base de água, pois elas proporcionam isolamento, proteção contra corrosão, resistência à ação da maresia e evitam bactérias, fungos e algas em regiões úmidas. Ao usar madeira, a dica é priorizar o uso da certificada, que garante que o produto foi extraído de forma correta e é proveniente de florestas com manejo adequado.

Segundo o caderno, nas áreas externas, a proposta é valorizar os elementos naturais no tratamento paisagístico e o uso de espécies nativas. Também é indicado utilizar reciclados da construção e pavimentação permeável. Prefira o piso externo intertravado, feito de material prensado e que possui vida útil longa e baixo custo de manutenção.

Como economizar

Para economizar energia, a sugestão é a utilização de iluminação de longa vida e baixo custo. Outra solução que ajuda a economizar energia elétrica é a instalação de um “dimmer”, dispositivo que regula a intensidade luminosa, e de sensores de presença nos ambientes. Na hora de equipar a residência, é importante ficar atento ao comprar os eletrodomésticos. A dica é verificar a etiqueta PROCEL (Selo Procel Eletrobras de Economia de Energia), que indica o consumo energético dos aparelhos, e optar por aqueles mais eficientes.

Já para economizar água, reaproveite a água da chuva. Construa cisternas para armazenagem e utilize a água para regar jardins, lavagem de pátios, etc. Utilize também dispositivos economizadores de água: torneiras, bacias sanitárias e chuveiros com tecnologias que proporcionam a diminuição do consumo de água.

Lixo no lugar certo

A publicação também orienta sobre o descarte correto dos resíduos sólidos, que neste caso, são compostos em sua maioria por sobras das obras. Durante a reforma ou construção, já separe espaços, na residência, para separação adequada de resíduos. Ao contratar a caçamba para entulhos, procure saber se a empresa descarta os resíduos corretamente.

Certifique-se que a obra esteja de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, do MMA, que prevê a destinação correta do lixo, incentivando a reciclagem e a sustentabilidade. A publicação reforça que a estimativa é que mais de 50% dos resíduos sólidos gerados pelo conjunto de atividades da sociedade sejam provenientes da construção.

[Confira aqui a cartilha completa](http://www.mma.gov.br/publicacoes/responsabilidade-socioambiental/category/90-producao-e-consumo-sustentaveis)(<http://www.mma.gov.br/publicacoes/responsabilidade-socioambiental/category/90-producao-e-consumo-sustentaveis>)

Fonte: [Instituto Carbono Brasil > Notícias > Desenvolvimento Sustentável > Cidades](http://www.institutocarbonobrasil.org.br/?id=733770)(<http://www.institutocarbonobrasil.org.br/?id=733770>)

22/04/2012

Cerca de 13 milhões de hectares de florestas são destruídos por ano

por Redação do EcoD



Investir na gestão florestal e nas atividades de reflorestamento poderia contribuir significativamente na transição para uma economia verde.

Foto: Dirlei Dionísio

Fonte: <http://envolverde.com.br/porta1/wp-content/uploads/2013/04/n413.jpg>

Mais de um bilhão de pessoas no mundo dependem de florestas para abrigo, trabalho, alimentos, água, medicina e segurança. As florestas também absorvem o carbono, estabilizam o clima, regulam os ciclos de água e fornecem habitats para a biodiversidade.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), investir em uma floresta saudável não é só vital para o bem-estar humano e ambiental, mas também crucial na transição para uma economia verde. O alerta foi feito devido a um dado alarmante: a mata está sendo destruída em um ritmo acelerado – são cerca de 13 milhões de hectares por ano. Para a organização, investir na gestão florestal e nas atividades de reflorestamento poderia contribuir significativamente na transição para uma economia verde – de baixa produção de carbono, com eficiência de recursos e socialmente inclusiva.

“Uma economia verde é aquela no qual o aumento da renda e de empregos é impulsionado por investimentos públicos e privados que reduzem as emissões de carbono e da poluição, aumentam a eficiência energética e dos recursos e impedem a perda da biodiversidade e dos ecossistemas”, conceitua o Pnuma.

Valor

O programa colaborativo das Nações Unidas sobre Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (em inglês, Redd+) busca criar um valor financeiro para o carbono armazenado nas florestas, oferecendo incentivos para os países em desenvolvimento para reduzir as emissões e investir em tecnologias de baixa emissão de carbono para o desenvolvimento sustentável.

“O objetivo é incentivar os países em desenvolvimento a reduzir o desmatamento de modo que as florestas possam capturar mais carbono, suavizando as mudanças climáticas, para ajudar na adaptação desses países às mudanças climáticas e fazer uma contribuição para as suas economias nacionais”, afirmou o chefe do escritório do Pnuma que lida com as florestas e as mudanças climáticas, Tim Christophersen, durante o Fórum das Nações Unidas sobre Florestas (UNFF10), em Istambul, Turquia, finalizado o dia 19 de abril.

* Publicado originalmente no site [EcoD](http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2013/abril/cerca-de-13-milhoes-de-hectares-de-florestas-sao?tag=biodiversidade)(<http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2013/abril/cerca-de-13-milhoes-de-hectares-de-florestas-sao?tag=biodiversidade>).

Fonte: EcoD/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/cerca-de-13-milhoes-de-hectares-de-florestas-sao-destruidos-por-ano/)(<http://envolverde.com.br/noticias/cerca-de-13-milhoes-de-hectares-de-florestas-sao-destruidos-por-ano/>)

22/04/2012

Algumas no cravo, outras na ferradura

por Reinaldo Canto*



Foto: Agência Brasil

Fonte: <http://envolverde.com.br/porta/wp-content/uploads/2013/04/carros.jpg>

Os anúncios publicados em jornais e revistas exibem essas máquinas maravilhosas e redentoras. A cada duas ou três páginas desses magazines de consumo instantâneo lá estão elas a mostrar seus *designs* modernos e suas cores vibrantes. Já na televisão, os automóveis assumem ares de verdadeiros deuses a transformar a paisagem e são capazes de elevar seu proprietário ao Olimpo da plena realização dos desejos.

Infelizmente repletos de fantasias, os veículos de transporte individual nos são apresentados como pertencentes ao topo da cadeia alimentar do consumo e do status social. Ser possuidor de um carro, portanto, é um sinal inequívoco de sucesso. Nada mais, nada menos do que o ápice da existência humana.

Esse desserviço diário e cotidiano da publicidade, aliado aos interesses econômicos de curto prazo causam nas cabeças de nossos governantes, uma confusão mental esquizofrênica. Afinal, incentivar a instalação de novas montadoras de automóveis, aumentar a produção e, portanto os números absolutos de veículos circulando em nossas cidades, só pode fazer parte de algum plano de cientista maluco desses que a gente se acostumou a ver em filmes que elaboram peripécias mil para acabar com o mundo.

Não é preciso ser especialista no assunto para atestar a falta total de bom senso ao incentivar um tipo de consumo que está nos levando a uma completa imobilidade em nossos centros urbanos, sejam eles grandes ou pequenos. A redução no IPI dos automóveis promovida pelo Governo Federal e as desonerações fiscais promovidas por Prefeituras para trazer essas fábricas para suas cidades, são dois dos principais exemplos de medidas de caráter puramente econômico de curto prazo, com efeitos nefastos para a vida das pessoas.

O falso dilema da gestão pública

Diante desse cenário assistimos as tentativas de acomodação para situações que, neste momento, ocupam posições totalmente opostas: transporte individual e mobilidade urbana, simplesmente não falam a mesma língua.

Um exemplo recente noticiado pelo jornal Estado de São Paulo constatou, que um complexo viário em Osasco na Grande São Paulo construído pelo Governo do Estado tinha o objetivo de desafogar o trânsito em direção à capital. A obra custou R\$ 233 milhões aos cofres públicos (5 viadutos, 14 kms de marginais e 6 kms de faixas adicionais) e a conclusão, o tráfego ainda piorou, pois a média diária na circulação aumentou de pouco mais de 21 mil veículos para 28 mil. Resultado final prático: dinheiro público desperdiçado e incentivo ao uso do automóvel.

Plano de metas e votos futuros

Realizar as mudanças necessárias e não ceder às críticas da minoria privilegiada é um enorme e necessário desafio. Afinal, estudos já apontaram que 28% da população na cidade de São Paulo fazem uso

de carros para sua locomoção, enquanto 30% andam à pé e quase 40% se utilizam de transporte público (ônibus e metrô).

O prefeito paulistano, Fernando Haddad, anunciou com pompa algumas de suas ações de mobilidade para a capital paulista. Entre elas, a construção de 150 kms de corredores de ônibus e com espaços, nesses mesmos corredores, para ciclovias, além de, em alguns casos, a perda de espaço para os carros em locais onde serão implantadas as novas faixas exclusivas. Hoje em dia, 3,2 milhões de pessoas fazem uso diário dos corredores de ônibus em São Paulo

A Prefeitura acredita que o incentivo ao transporte público tornado mais rápido nesses corredores exclusivos irá desestimular o uso do automóvel particular. Ônibus mais velozes, redução da poluição (os novos serão movidos a biocombustível) e ... possíveis protestos!!

Será preciso tempo para saber se a redução no espaço ocupado pelos automóveis e as queixas surgidas de setores poderosos e cidadãos conservadores, zelosos por seus privilégios, não irão convencer o prefeito Haddad do absurdo de uma proposta que democratize a mobilidade paulistana.

A região dormitório e a renovação das promessas

Qualquer decisão tomada em grandes metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro ou Belo Horizonte para tentar melhorar o transporte acabam por mexer fortemente com a vida de muitas pessoas. Nenhuma mudança será implantada com suavidade e ampla aceitação em cidades historicamente mal planejadas, pois quase sempre essas ações são remendos para solucionar questões e áreas pontuais e não aquelas que consigam atingir soluções mais amplas.

Exemplo disso é a Zona Leste de São Paulo, região que se adensou dramaticamente e hoje conta com mais de 4 milhões de habitantes (se fosse uma cidade estaria entre as maiores do Brasil). Uma região tipicamente dormitório, na qual uma fatia enorme desse enorme contingente populacional se desloca diariamente para as outras regiões da cidade, pois próximo de suas casas, simplesmente, não existem empregos. Por mais que se melhore o transporte, não será possível atender de maneira eficiente, segura e confortável o direito de ir e vir de todas essas pessoas.

Nossos prefeitos já entenderam, no papel é claro, que o segredo está em evitar que uma boa parte da população da Zona Leste precise sair da região. É preciso levar o emprego para perto de casa. Uma lei de incentivo para a instalação de empresas foi aprovada em 2004 (gestão Marta Suplicy), mas outras administrações passaram e até agora não surtiu muito efeito. O atual prefeito Fernando Haddad prometeu ampliar os benefícios com isenções fiscais de 20 anos para empresas que atuem em áreas como informática, telemarketing e telecentro. Será que agora vai?

Cidades mais sustentáveis e com mais qualidade de vida

Os prefeitos, das milhares de cidades brasileiras que assumiram novos mandatos no começo do ano, têm o grande desafio de reverter o quadro de deterioração das condições de mobilidade pública generalizada em todo o país.

Será preciso, talvez, uma boa interlocução com o Governo Federal que, ao tentar resolver os problemas econômicos de curto prazo incentivando a compra de automóveis, joga no colo dos prefeitos, verdadeiras bombas para serem administradas. Uma simples e nefasta transferência de problema.

As cidades não merecem ser desfiguradas para atender essa demanda insana. Definitivamente é preciso entender que o transporte individual nunca será solução, mas apenas o agravamento dos problemas de locomoção das pessoas.

Em primeiro lugar é preciso entender que a cidade pertence às pessoas e não aos carros. Trabalhar, portanto, pela melhoria e ampliação do transporte público, criação de ciclovias, recuperação de calçadas e adotar medidas que contribuam para a redução dos deslocamentos são algumas das medidas possíveis e prioritárias de qualquer gestão municipal seja ela de uma metrópole como de uma pequena cidade.

** **Reinaldo Canto** é jornalista especializado em Sustentabilidade e Consumo Consciente e pós-graduado em Inteligência Empresarial e Gestão do Conhecimento. Passou pelas principais emissoras de televisão e rádio do País. Foi diretor de comunicação do Greenpeace Brasil, coordenador de comunicação do Instituto Akatu pelo Consumo Consciente e colaborador do Instituto Ethos. Atualmente é colaborador e parceiro da Envolverde, professor em Gestão Ambiental na FAPPES e palestrante e consultor na área ambiental.*

*** Publicado originalmente no site [Carta Capital](http://www.cartacapital.com.br/sociedade/alguas-no-cravo-outras-na-ferradura/?autor=599)(<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/alguas-no-cravo-outras-na-ferradura/?autor=599>).*

Fonte: Carta Capital/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ambiente/algumas-no-cravo-outras-na-ferradura/)(<http://envolverde.com.br/ambiente/algumas-no-cravo-outras-na-ferradura/>)

22/04/2012

Os objetivos do planeta e as fantasias políticas

por Washington Novaes*



Estamos a menos de mil dias do final de 2015.

Foto: Divulgação/ Internet

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/04/relogio.jpg>

Com vários pronunciamentos, dirigentes da ONU assinalaram no início deste mês que já estamos a menos de mil dias do final de 2015, prazo para que se cumpram os chamados Objetivos do Milênio, dos quais ainda estamos bastante distantes – basta lembrar, como alguns deles fizeram e foi mencionado aqui na semana passada, que neste mundo de 7 bilhões de habitantes, embora 6 bilhões possuam telefones celulares, 2,5 bilhões não têm em suas casas instalações sanitárias adequadas e mais de 1 bilhão defecam ao ar livre. Não significa que não tenha havido progressos expressivos também: desde 1990 caíram pela metade os índices de extrema pobreza, assim como diminuíram a mortalidade infantil e materna; aumentou em 2 bilhões o número de pessoas com acesso a água potável; atingiram-se recordes nas matrículas escolares, tanto de meninos como de meninas. Mas ainda há muito a fazer, já que 40% da humanidade vive com menos de US\$ 2,00 (R\$ 4,00 por dia) e são graves muitos dos problemas de saúde.

No Brasil também há muito a fazer. Ainda temos 13,8 milhões de famílias vivendo com a renda mensal de R\$ 70 por pessoa (US\$ 1,25 por dia), inferior ao nível mínimo estabelecido pela ONU (Estado, 1.º/4). Pior ainda, o governo ainda não consegue localizar 700 mil famílias que nem a Bolsa-Família recebem. E mesmo esta não é suficiente sequer para comprar a dieta mínima proposta pelo Guia Alimentar para a População Brasileira (Ministério da Saúde), que custaria R\$ 3,43 por dia, ou R\$ 103,10 mensais (Folha de S.Paulo, 10/3). Também há progressos claros em vários setores (Estado, 24/2): entre 2000 e 2010, o analfabetismo de pessoas com mais de 15 anos de idade caiu no País de 13,6% para 9,6%; a mortalidade infantil, de 21,3 crianças por 10 mil nascidas vivas para 13,8. Mas avançou-se pouco no saneamento básico, de 61,9% das residências para 65,1%. E menos ainda na questão da concentração da renda, já que a parcela mais rica, 1%, detém 17% da renda.

Também na área da saúde continuam fortes as advertências da ONU, seja para a morte de crianças por doenças transmitidas pela água, seja para as mortes provocadas pelo fumo. E com novos avisos, pedindo atenção principalmente para um novo tipo de vírus transmitido por aves confinadas. Na China, onde entre 2003 e 2011 foram abatidos 400 milhões de aves, a preocupação é muito forte. A malária continua no centro das atenções. Assim como, no Brasil, a dengue, já em níveis inéditos.

Provavelmente a preocupação dos dirigentes da ONU terá aumentado nas últimas semanas, principalmente com a notícia de que o Canadá se está retirando da convenção sobre a desertificação – tema agudo, já que a cada ano aumentam em algumas dezenas de milhares de quilômetros as áreas desertas no mundo e comprometem os esforços para reduzir a fome. No próprio Canadá não se esconde o temor de que esse “mau passo” seja apenas o que antecede a retirada do país da Convenção do Clima, seguido de outros países. O Canadá já se afastou do Protocolo de Kyoto e agora quer avançar na exploração de petróleo em areias betuminosas, construir oleoduto para as retiradas da região ártica.

E isso tudo pode ser um péssimo exemplo, na hora em que o secretário-geral do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), Rajendra Pachauri, afirma em Calcutá (Índia, 6/4) que a elevação do nível dos oceanos “ameaça a sobrevivência de cidades como Xangai (23 milhões de pessoas), Daca, a capital de Bangladesh (12,8 milhões, às margens do Rio Buriganga e de seu delta, no oceano) e Calcutá, na Índia (mais de 5 milhões de habitantes). Segundo Pachauri, a elevação, até o final deste século, pode significar alguns metros.

As palavras de Pachauri encontram eco nas de Nicholas Stern, ex-economista-chefe do Banco Mundial e hoje consultor do governo britânico, figura respeitada. Stern acha que seus temores expressados há sete anos foram ultrapassados. Agora pensa que o aumento da temperatura terrestre tem 50% de possibilidades de subir 5 graus Celsius até o fim do século – quando o IPCC adverte que um aumento acima de 2 graus em meados do século terá consequências muito graves.

Uma terceira voz nessa direção é de Jim Yong King, do Banco Mundial, segundo quem (2/4) “o clima ameaça a economia mundial, o desenvolvimento e o combate à pobreza”. A seu ver, uma das estratégias mais eficazes na direção contrária seria suprimir US\$ 1,9 trilhão por ano de subsídios para o consumo de petróleo e carvão. Suas palavras são acompanhadas pelo Institute for Environment and Development (4/4), para o qual a questão climática pode agravar a fome no mundo – com a população em alta, preços tendendo a ser mais maiores e as safras, mais incertas.

São muitas vozes. O governo da Austrália alerta sua população para a insustentabilidade que avança em certas regiões do país. Um órgão conceituado como a National Oceanic and Atmospheric Administration, dos EUA, prognostica aumento muito forte de chuvas e nevascas no país até o fim do século, com consequências graves em muitas áreas, inclusive da produção agrícola (latimes, 5/4). Já o jornal The New York Times chama a atenção (4/4) para estudo da Universidade de Ohio em que os cientistas demonstram que os gelos dos Andes peruanos, que levaram 1.600 anos para se formar, derreteram em 25 anos.

Como levar políticos e administradores a pôr os interesses planetários acima de suas preocupações miúdas? Há quem esteja pensando que o jeito é torcer para que avance e se dissemine estudo de pesquisadores japoneses (Estado, 5/4) segundo o qual é possível “identificar as imagens que passam pela cabeça de uma pessoa adormecida”. Sabendo o que se passa na cabeça dos políticos, talvez eles tenham medo e então se possam mudar os rumos. Utopias, mas não custa sonhá-las exatamente a partir de sonhos.

** Washington Novaes é jornalista.*

*** Publicado originalmente no site [O Estado de S. Paulo](http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,os-objetivos-do-planeta-e-as-fantasias-politicas,1022858,0.htm) (<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,os-objetivos-do-planeta-e-as-fantasias-politicas,1022858,0.htm>).*

Fonte: O Estado de S. Paulo/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ambiente/os-objetivos-do-planeta-e-as-fantasias-politicas/) (<http://envolverde.com.br/ambiente/os-objetivos-do-planeta-e-as-fantasias-politicas/>)

22/04/2012

Dia da Terra 2013: "estamos solapando nosso lar", diz Ban Kim-moon



No Dia da Terra, selecionamos algumas das imagens mais impressionantes do nosso planeta. O guia turístico Roch Hart registrou uma tempestade elétrica em Albuquerque, no Estado americano do Novo México. A fotografia é resultado de uma exposição de 11 minutos

Foto: The Grosby Group

Fonte: <http://p2.trrsf.com.br/image/fget/cf/619/464/images.terra.com/2013/04/22/dia-terra-tempestade-raios-grosby.jpg>

O secretário-geral da ONU, Ban Kim-moon, advertiu nesta segunda-feira, o Dia Internacional da Terra, que o planeta está "em perigo" devido à mudança climática e à exploração "insustentável" dos recursos. "Temos que enfrentar a dura realidade que nosso planeta está em perigo. A mudança climática é um problema real e crescente", afirmou Ban durante a abertura de um encontro sobre como alcançar a harmonia com a natureza.

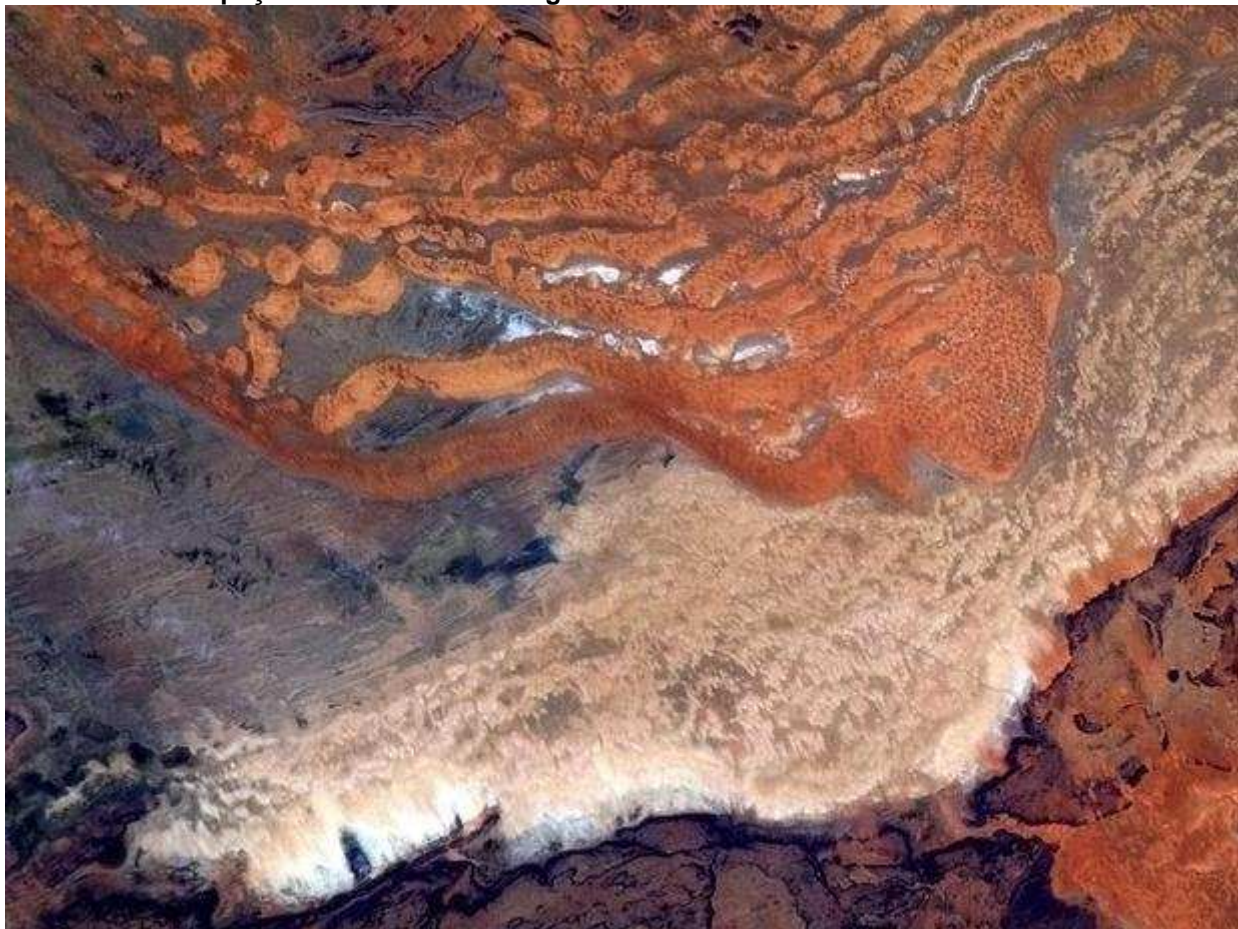
Assim, o principal responsável da ONU denunciou que o ecossistema está sendo danificado "pela exploração insustentável dos recursos naturais frequentemente impulsionados pela cobiça". Neste aspecto, Ban também advertiu que cada vez mais a natureza perde em diversidade, assim como as práticas de pesca comerciais e imprudentes estão ameaçando os peixes.

Em palavras do secretário-geral da ONU, "estamos solapando nosso único lar e nossa sobrevivência e, por isso, temos que passar a "honrar" à Terra". Na celebração do Dia Internacional da Terra, que foi iniciada nos EUA nos anos 70 e que a ONU adotou em 2009 após um pedido da Bolívia, Ban também pediu responsabilidade coletiva para promover a harmonia com a natureza.

Segundo Ban, a prioridade geral das Nações Unidas é o desenvolvimento sustentável, já que é "o desafio mais importante que nosso mundo enfrenta". Embora ainda haja muito a se fazer, Ban também destacou que cada vez mais pessoas e governos reconhecem este problema e destacou o trabalho de países latino-americanos, como a Bolívia e o Equador, que incluíram os direitos da natureza em suas constituições.

Por outro lado, o secretário-geral da ONU mostrou suas condolências aos afetados pelo terremoto que sacudiu a província chinesa de Sichuan neste último sábado e causou pelo menos 152 mortos e mais de 5,5 mil feridos. "Embora os desastres naturais sejam um problema grave e crescente, este dia comemorativo serve para lembrar que a Terra sustenta toda a vida", acrescentou Ban, quem assegurou que a ONU proporcionará ajuda e apoio aos afetados pelo terremoto.

A Terra vista do espaço: astronauta homenageia Dia da Terra



"Olhando pela janela da ISS (Estação Espacial Internacional, na sigla em inglês), todo dia é Dia da Terra", escreveu o astronauta Chris Hadfield nesta segunda-feira, 22 de abril, quando é comemorado o Dia Internacional da Terra.

Foto: Chris Hadfield/Twitter/Reprodução

Fonte: <http://p2.trrsf.com.br/image/fget/cf/619/464/images.terra.com/2013/04/22/dia-da-terra-iss-rep.jpg>

EFE - Agencia EFE - Todos os direitos reservados. Está proibido todo tipo de reprodução sem autorização escrita da Agencia EFE S/A

Fonte: [TERRA.COM > Notícias > Ciência > Sustentabilidade](http://noticias.terra.com.br/ciencia/sustentabilidade/no-dia-internacional-da-terra-ban-adverte-que-planeta-corre-perigo,6b9c540b9813e310VqnCLD200000ec6eb0aRCRD.html)(<http://noticias.terra.com.br/ciencia/sustentabilidade/no-dia-internacional-da-terra-ban-adverte-que-planeta-corre-perigo,6b9c540b9813e310VqnCLD200000ec6eb0aRCRD.html>)

22/04/2012

Forbes lista Ometto, da Cosan, entre bilionários mais 'verdes' do mundo

Publicação estima o patrimônio líquido de Ometto em US\$ 2,5 bilhões. Revista cita bilionários do setor de 'energia limpa'.

do G1, em São Paulo



Rubens Ometto

Foto: Darlan Alvarenga/G1

Fonte:

http://s2.glbimg.com/j2T1k8t_HgLnPu0RHgX6HMFYbU=s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2013/04/22/cosan330.jpg

Lista divulgada pela revista Forbes aponta o empresário brasileiro Rubens Ometto, presidente do Conselho de Administração da Cosan, entre os 10 bilionários mais “verdes” do mundo em 2013. Na lista, a revista cita bilionários do setor de “energia limpa”.

De acordo com a publicação, Ometto segue como o único bilionário que produz etanol no mundo. “A Cosan é um dos maiores produtores e processadores de cana-de-açúcar e um dos maiores produtores de etanol do mundo”, diz.

A revista estima o patrimônio líquido de Ometto em US\$ 2,5 bilhões (levando em conta dos valores das ações de 18 de abril) – sendo que sua participação nas contas da Cosan representa aproximadamente US\$ 1,7 bilhão.

Está também na lista o empreendedor americano Elon Musk, co-fundador e CEO da fabricante de automóveis elétricos Tesla, detentor de cerca de 25% da empresa (no valor de cerca de US\$ 1,4 bilhão).

Musk também preside e detém uma participação de 27% no valor de cerca de US\$ 400 milhões na SolarCity, que instala, vende e aluga sistemas solares para os clientes residenciais e comerciais, diz a Forbes. Seu terceiro negócio é a SpaceX, empresa vôo espacial privado, cita.

Entre outros empresários, a revista também cita Aloys Wobben, da Alemanha, que tem toda a sua fortuna, estimada em US\$ 3 bilhões, da fabricante de turbinas eólicas Enercon, fundada em 1984.

“A Enercon tem crescido para se tornar a quinta maior fabricante de turbinas eólicas do mundo e conquistou 60% do mercado alemão. Wobben, 61 anos, anunciou em outubro de 2012 que estava se aposentando da empresa por motivos de saúde”, cita a revista.

Veja a lista da Forbes	
Elon Musk	Empreendedor americano, CEO da fabricante de automóveis elétricos Tesla
Aloys Wobben	Empresário alemão, da fabricante de turbinas eólicas Enercon
Rubens Ometto	Brasileiro, presidente do Conselho de Administração da Cosan
Christy Walton	Americana, herdeira do Walmart, possui fatia na First Solar
Zhu Gongshan	Chinês, presidente da GCL-Poly Energy Holdings
Ted Turner	Americano, fundador da CNN, é o segundo maior proprietário de terras privadas nos EUA
Louis Bacon	Americano, fundador da Moore Capital Management
Vinod Khosla	Americano, fundador da Khosla Ventures
John Doerr	Americano, sócio da Kleiner Perkins Caufield & Byers
Richard Branson	Britânico, fundador do grupo Virgin

Fonte: Forbes

Fonte: [G1 > Economia & Negócios](http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2013/04/forbes-lista-ometto-da-cosan-entre-bilionarios-mais-verdes-do-mundo.html)(<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2013/04/forbes-lista-ometto-da-cosan-entre-bilionarios-mais-verdes-do-mundo.html>)

22/04/2012

Algumas no cravo, outras na ferradura

por Reinaldo Canto*

Os anúncios publicados em jornais e revistas exibem essas máquinas maravilhosas e redentoras. A cada duas ou três páginas desses magazines de consumo instantâneo lá estão elas a mostrar seus designs modernos e suas cores vibrantes. Já na televisão, os automóveis assumem ares de verdadeiros deuses a transformar a paisagem e são capazes de elevar seu proprietário ao Olimpo da plena realização dos desejos.



Fonte: http://www.institutocarbonobrasil.org.br/image-thumb/290/noticias/0.681191001366629786_traffic_jam.jpg

Infelizmente repletos de fantasias, os veículos de transporte individual nos são apresentados como pertencentes ao topo da cadeia alimentar do consumo e do status social. Ser possuidor de um carro, portanto, é um sinal inequívoco de sucesso. Nada mais, nada menos do que o ápice da existência humana.

Esse desserviço diário e cotidiano da publicidade, aliado aos interesses econômicos de curto prazo causam nas cabeças de nossos governantes, uma confusão mental esquizofrênica. Afinal, incentivar a instalação de novas montadoras de automóveis, aumentar a produção e, portanto os números absolutos de veículos circulando em nossas cidades, só pode fazer parte de algum plano de cientista maluco desses que a gente se acostumou a ver em filmes que elaboram peripécias mil para acabar com o mundo.

Não é preciso ser especialista no assunto para atestar a falta total de bom senso ao incentivar um tipo de consumo que está nos levando a uma completa imobilidade em nossos centros urbanos, sejam eles grandes ou pequenos. A redução no IPI dos automóveis promovida pelo Governo Federal e as desonerações fiscais promovidas por Prefeituras para trazer essas fábricas para suas cidades, são dois dos principais exemplos de medidas de caráter puramente econômico de curto prazo, com efeitos nefastos para a vida das pessoas.

O falso dilema da gestão pública

Diante desse cenário assistimos as tentativas de acomodação para situações que, neste momento, ocupam posições totalmente opostas: transporte individual e mobilidade urbana, simplesmente não falam a mesma língua.

Um exemplo recente noticiado pelo jornal Estado de São Paulo constatou, que um complexo viário em Osasco na Grande São Paulo construído pelo Governo do Estado tinha o objetivo de desafogar o trânsito em direção à capital. A obra custou R\$ 233 milhões aos cofres públicos (5 viadutos, 14 kms de marginais e 6 kms de faixas adicionais) e a conclusão, o tráfego ainda piorou, pois a média diária na circulação aumentou de pouco mais de 21 mil veículos para 28 mil. Resultado final prático: dinheiro público desperdiçado e incentivo ao uso do automóvel.

Plano de metas e votos futuros

Realizar as mudanças necessárias e não ceder às críticas da minoria privilegiada é um enorme e necessário desafio. Afinal, estudos já apontaram que 28% da população na cidade de São Paulo fazem uso de carros para sua locomoção, enquanto 30% andam à pé e quase 40% se utilizam de transporte público (ônibus e metrô).

O prefeito paulistano, Fernando Haddad, anunciou com pompa algumas de suas ações de mobilidade para a capital paulista. Entre elas, a construção de 150 kms de corredores de ônibus e com espaços, nesses mesmos corredores, para ciclovias, além de, em alguns casos, a perda de espaço para os carros em locais onde serão implantadas as novas faixas exclusivas. Hoje em dia, 3,2 milhões de pessoas fazem uso diário dos corredores de ônibus em São Paulo

A Prefeitura acredita que o incentivo ao transporte público tornado mais rápido nesses corredores exclusivos irá desestimular o uso do automóvel particular. Ônibus mais velozes, redução da poluição (os novos serão movidos a biocombustível) e... possíveis protestos!!

Será preciso tempo para saber se a redução no espaço ocupado pelos automóveis e as queixas surgidas de setores poderosos e cidadãos conservadores, zelosos por seus privilégios, não irão convencer o prefeito Haddad do absurdo de uma proposta que democratize a mobilidade paulistana.

A região dormitório e a renovação das promessas

Qualquer decisão tomada em grandes metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro ou Belo Horizonte para tentar melhorar o transporte acabam por mexer fortemente com a vida de muitas pessoas. Nenhuma mudança será implantada com suavidade e ampla aceitação em cidades historicamente mal planejadas, pois quase sempre essas ações são remendos para solucionar questões e áreas pontuais e não aquelas que consigam atingir soluções mais amplas.

Exemplo disso é a Zona Leste de São Paulo, região que se adensou dramaticamente e hoje conta com mais de 4 milhões de habitantes (se fosse uma cidade estaria entre as maiores do Brasil). Uma região tipicamente dormitório, na qual uma fatia enorme desse enorme contingente populacional se desloca diariamente para as outras regiões da cidade, pois próximo de suas casas, simplesmente, não existem empregos. Por mais que se melhore o transporte, não será possível atender de maneira eficiente, segura e confortável o direito de ir e vir de todas essas pessoas.

Nossos prefeitos já entenderam, no papel é claro, que o segredo está em evitar que uma boa parte da população da Zona Leste precise sair da região. É preciso levar o emprego para perto de casa. Uma lei de incentivo para a instalação de empresas foi aprovada em 2004 (gestão Marta Suplicy), mas outras administrações passaram e até agora não surtiu muito efeito. O atual prefeito Fernando Haddad prometeu ampliar os benefícios com isenções fiscais de 20 anos para empresas que atuem em áreas como informática, telemarketing e telecentro. Será que agora vai?

Cidades mais sustentáveis e com mais qualidade de vida

Os prefeitos, das milhares de cidades brasileiras que assumiram novos mandatos no começo do ano, têm o grande desafio de reverter o quadro de deterioração das condições de mobilidade pública generalizada em todo o país.

Será preciso, talvez, uma boa interlocução com o Governo Federal que, ao tentar resolver os problemas econômicos de curto prazo incentivando a compra de automóveis, joga no colo dos prefeitos, verdadeiras bombas para serem administradas. Uma simples e nefasta transferência de problema.

As cidades não merecem ser desfiguradas para atender essa demanda insana. Definitivamente é preciso entender que o transporte individual nunca será solução, mas apenas o agravamento dos problemas de locomoção das pessoas.

Em primeiro lugar é preciso entender que a cidade pertence às pessoas e não aos carros. Trabalhar, portanto, pela melhoria e ampliação do transporte público, criação de ciclovias, recuperação de calçadas e adotar medidas que contribuam para a redução dos deslocamentos são algumas das medidas possíveis e prioritárias de qualquer gestão municipal seja ela de uma metrópole como de uma pequena cidade.

**Jornalista especializado em Sustentabilidade e Consumo Consciente e pós-graduado em Inteligência Empresarial e Gestão do Conhecimento. Passou pelas principais emissoras de televisão e rádio do País. Foi diretor de comunicação do Greenpeace Brasil, coordenador de comunicação do Instituto Akatu pelo Consumo Consciente e colaborador do Instituto Ethos. Atualmente é colaborador e parceiro da Envolverde, professor em Gestão Ambiental na FAPPES e palestrante e consultor na área ambiental.*

Fonte: [Instituto Carbono Brasil](http://www.institutocarbonobrasil.org.br/?id=733787) > [Notícias](#) > [Opinião](#) >
[Artigo\(http://www.institutocarbonobrasil.org.br/?id=733787\)](http://www.institutocarbonobrasil.org.br/?id=733787)

23/04/2012

Embrapa, passado e futuro

por Maurício Lopes e Eliseu Alves

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) nasceu como resposta do governo federal a crises de abastecimento de alimentos na metade das décadas de 1960 e 1970, da necessidade de aumentar e diversificar as exportações e de reduzir os preços dos alimentos, que pressionavam salários urbanos. Essas ações foram fundamentais para a política de industrialização brasileira vigente na época.

Políticas anteriores, como investimentos em armazenamento, extensão e crédito rural, não aumentaram a produção agrícola no ritmo da demanda. O ministro da Agricultura na ocasião, Luiz Fernando Cirne Lima, determinou então à Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural a criação de um grupo para estudar por que a agricultura não respondia aos estímulos do governo com o incremento da produtividade. O professor José Pastore, da Universidade de São Paulo (USP) e integrante da equipe do então ministro Antônio Delfim Netto, da Fazenda, liderou a equipe formada, em sua maioria, por recém-egressos dos cursos de doutorado no exterior nas áreas de ciências sociais.

O grupo concluiu pela necessidade de criação de uma instituição de pesquisa agropecuária de âmbito nacional, com flexibilidade para gerir pessoal e orçamento, baseada em pesquisadores de experiência e competência internacionais. A forma jurídica proposta foi de empresa pública de direito privado. Em dezembro de 1972, a Lei n.º 5.851 criou a Embrapa e sua inauguração ocorreu em 26 de abril de 1973, há 40 anos.

A Embrapa organizou-se em centros nacionais especializados e desenvolveu amplo programa de formação de pesquisadores. Trouxe os agricultores para dentro de suas unidades e criou vínculos com a pesquisa do mundo todo. No período de 40 anos, tem-se fundamentado nos mesmos princípios: centrada nos problemas dos agricultores, da agricultura, das exportações e da alimentação do povo brasileiro; com presença nacional, ela investe na qualidade e competência de seus servidores e está presente nos países desenvolvidos por intermédio de laboratórios especializados (Labex), e coopera com países em desenvolvimento das Américas, na África e na Ásia.

A Embrapa, com seus 47 centros de pesquisa, está presente em todas as regiões do Brasil, de norte a sul. Seus 2.427 cientistas, dos quais 1.789 com doutorado e 242 com pós-doutorado, realizam pesquisas nos principais produtos (por exemplo, grãos, pecuária, frutas e hortaliças), em temas estratégicos (por exemplo, biotecnologia, nanotecnologia, agroindústria) e para os principais ecossistemas brasileiros (Semiárido, Amazônia, Cerrados, Pantanal).

Dentre as tecnologias e soluções desenvolvidas pela empresa e suas instituições parceiras, destacam-se: 1) Inovações para a inserção dos Cerrados ao sistema produtivo, hoje representando mais da metade da produção de grãos e significativa participação na produção de carne bovina; 2) a fixação biológica de nitrogênio em soja, representando uma economia em insumos para os agricultores da ordem de US\$ 8 bilhões anuais, além dos benefícios ambientais; 3) o desenvolvimento de variedades de culturas, particularmente para regiões tropicais; 4) a disseminação de pastagens melhoradas para a pecuária de leite e de corte; e 5) desenvolvimento e aprovação do feijão transgênico, livre do mosaico dourado.

Desde a criação da Embrapa até hoje, a agricultura brasileira deu enorme salto. Do lado da demanda, o mercado interno cresceu em consequência do aumento da população, da renda *per capita* e dos programas de transferência de renda do governo; o aumento populacional e a elevação da renda *per capita* em âmbito mundial também explicam o espetacular crescimento das exportações de produtos do agronegócio.

Mas o fator unificador que explica o sucesso do agronegócio é a tecnologia. Estudos econométricos da Embrapa, com dados do Censo Agropecuário de 2006, mostraram o domínio da tecnologia em explicar a variação da produção. Naquele ano, a tecnologia explicou 68,1%, o trabalho, 22,3% e a terra, tão somente 9,6% do incremento da produção. A área explorada expandiu-se muito pouco. Isso tem enorme implicação para as políticas de proteção do meio ambiente.

As exportações do agronegócio têm respondido por 40% da totalidade do saldo na balança comercial brasileira. Assim, a tecnologia ajudou o Brasil a abastecer o seu povo a preços estáveis e garantiu elevado saldo da balança comercial. Em 2012 o saldo do agronegócio valeu US\$ 79,4 bilhões.

Quanto ao futuro, o desenvolvimento da agricultura e do agronegócio dependerá, cada vez mais, do uso da ciência e tecnologia, desenvolvida no País ou incorporada do exterior. Estamos no limiar de nova revolução tecnológica em ciências agrárias e afins, destacando-se o potencial da biotecnologia moderna, da nanotecnologia, da bioquímica e de sistemas de informação. Com tecnologias mais eficientes garantiremos o suprimento interno e exportações de alimentos, fibras, agroenergia e produtos florestais, em escala crescente.

Nos próximos anos, a pesquisa agropecuária fortalecerá a incorporação de mais de 3 milhões de pequenos produtores ao mercado, ajudando a aumentar sua renda e seu bem-estar, por meio da tecnologia; o desenvolvimento de produtos numa proposta de prevenção de doenças via alimentação mais saudável; a geração de tecnologias mais apropriadas à agricultura nas Regiões Norte e Nordeste, cujas rendas médias estão bem abaixo das médias nacionais; a ampliação de conhecimentos e tecnologias amigáveis ao meio ambiente; o desenvolvimento de máquinas, equipamentos e sistemas de produção para poupar mão de obra nas atividades agrícolas, cada vez mais escassa e cara.

Desafios não faltam.

*** RESPECTIVAMENTE, PRESIDENTE E FUNDADOR DA EMBRAPA**

Fonte: [O Estado de S. Paulo > Notícias > Opinião](http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,embrapa-passado-e-futuro-,1024284,0.htm)(<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,embrapa-passado-e-futuro-,1024284,0.htm>)

23/04/2012

Seca e queima do carvão ampliam desertificação da Mauritânia

por Maarouf Ould Daa, em Nouakchott



Abril - As secas cíclicas e o alto consumo de carvão de lenha, que dizima as florestas do país, são os principais responsáveis pelo processo "irrefreável" de desertificação da Mauritânia, que fica ao sudoeste do deserto do Saara, na África. De acordo com relatório do Ministério do Meio Ambiente do país, o território perdeu, entre 2005 e 2010, 5.000 hectares de floresta nativa e 10 mil hectares de zonas reflorestadas anualmente

Foto: Patrick Hertzog/AFP

A Mauritânia, um dos países mais áridos da África, sofre um irrefreável processo de desertificação causado não só pelas secas cíclicas, mas pelo alto consumo de carvão de lenha que dizima, aos poucos, as florestas do país.

O vice-ministro de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Mohammed Yeslem Ould Lemine, divulgou recentemente um relatório alarmante que aponta seu país como um dos mais afetados pela desertificação no Sahel, região que já está naturalmente propensa ao implacável avanço das areias.

De acordo com os dados, a Mauritânia consome três vezes mais madeira do que é capaz de gerar. O Ministério do Meio Ambiente ressaltou que esse estudo - o mais detalhado apresentado até o momento - mostrou que entre 2005 e 2010 o país perdeu, anualmente, 5.000 hectares de floresta nativa e 10 mil de zonas reflorestadas.

Ainda números do Ministério, 70% das famílias na Mauritânia utilizam madeira ou carvão vegetal em vez de gás butano para cozinhar - e se aquecer no inverno. Isso representa um grande risco para o país pouco arborizado: dos 103 milhões de hectares do território, apenas três milhões são ocupados por árvores, que estão localizados no Sul do país.

Além disso, é preciso acrescentar a atividade dos fornos tradicionais e das casas públicas de banho (hamams), que também costumam usar a madeira como combustível.

Situada no extremo Sudoeste do Saara, a Mauritânia sofreu, em meados da década de 1960, com uma série de secas que durou anos e que praticamente acabou com a vegetação do país. Desde então, os vendavais de areia se tornaram crônicos.

O fenômeno prejudicou a agricultura de sequeiro, que depende da água da chuva, e limitou a atividade à estreita faixa fértil próxima ao rio Senegal, que delimita a fronteira sul do país.

Em paralelo, os povos nômades, que viviam de acordo com o ritmo das chuvas e dos lagos, que se formavam fugazmente no deserto, foram desaparecendo para dar lugar à sedentarização e à urbanização.

Mas as reclamações por causa do avanço da areia têm a ver com a invasão das estradas e das vias que ligam as cidades e são o polo de toda atividade econômica.

Para o presidente de uma ONG ambientalista, Miaga Abdusalam, o avanço da areia não surpreende se os danos causados à flora no país forem levados em conta: começando pelo pastoreio (que consome a pouca vegetação que cresce com as raras chuvas) e terminando com os incêndios, que arrasam 30 mil hectares por ano.

A perda de massa florestal e de vegetação em geral, e o conseqüente avanço da areia, constituem também uma ameaça concreta para as cidades, principalmente as do interior, que não conseguem impedir que as dunas as invadam por meio do plantio de palmeiras ou pela construção de muros que se mostram insuficientes.

Pelo menos 20 projetos de reflorestamento, conhecidos como "cinturões verdes", foram criados, sobretudo em torno de Nouakchott e da chamada "estrada da esperança" (1.100 quilômetros) que atravessa o país de Norte a Sul, próxima à costa atlântica.

No total, 68 mil hectares foram semeados com os mais diversos métodos, que incluíram a utilização de aviões para lançar sementes às vésperas da estação de chuvas.

Em paralelo, 48 mil hectares de "florestas classificadas" estão protegidos por lei e seu uso é altamente regulado e vigiado, como se fosse uma espécie de tesouro nacional.

Mesmo assim, o resto das áreas arborizadas do país - apesar da existência de uma regulamentação teórica de exploração - são vistas por uma grande parte da população como um grande estoque de madeira.

Fonte: [UOL Notícias > Meio Ambiente\(http://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2013/04/23/seca-e-queima-do-carvao-ampliam-desertificacao-da-mauritania.htm\)](http://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2013/04/23/seca-e-queima-do-carvao-ampliam-desertificacao-da-mauritania.htm)

23/04/2012

Perspectivas para a Caatinga

por LUCIENE DE ASSIS



Evento abordará biodiversidade da Caatinga

Foto: Arquivo/MMA

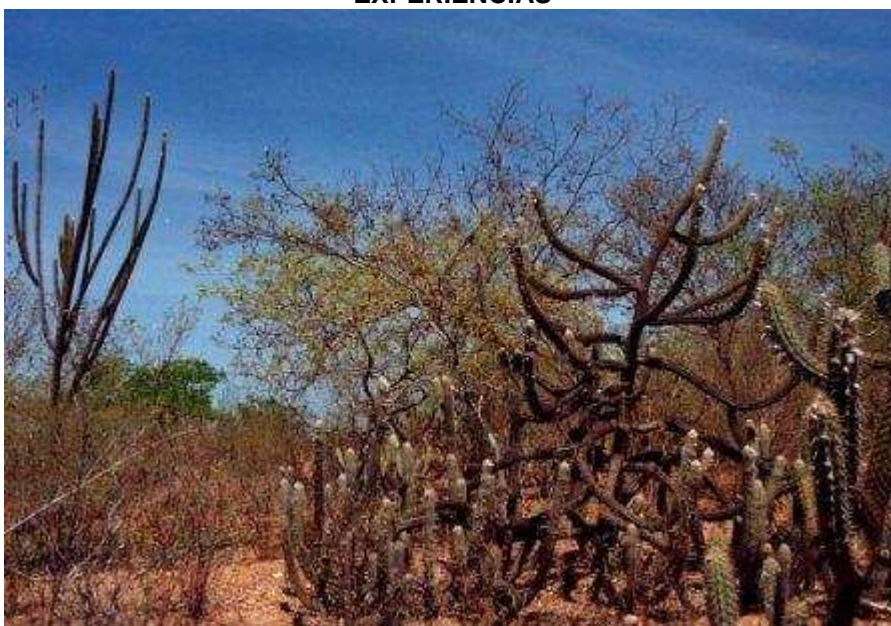
Fonte: http://www.mma.gov.br/media/k2/items/cache/d02aaef09e792865a0da754839050d8_XL.jpg

Seminário apresentará as experiências bem sucedidas de uso sustentável no bioma que abrange parte do Nordeste e do norte de Minas Gerais

É possível alcançar a sustentabilidade e ainda gerar renda a partir do uso sustentável da biodiversidade da Caatinga, apesar dos problemas gerados pelos processos de desertificação, secas e mudanças climáticas. Esses são alguns dos temas da pauta do “Seminário sobre estratégias de divulgação e implementação de experiências bem sucedidas de uso sustentável da biodiversidade da Caatinga”, previsto para os dias 25 e 26 de abril, em Brasília, no auditório do Ministério do Meio Ambiente (MMA), na 505 Norte, em comemoração ao dia da Caatinga, celebrado no domingo, 28 de abril.

Especialistas em uso sustentável da Caatinga para diversos fins, como pecuária, produtos madeireiros e não madeireiros, criação de abelhas nativas, dentre outros, participam do evento apresentando suas experiências. Representantes de assentamentos e de comunidades produtoras vão mostrar que é possível a convivência do homem com o bioma, extraindo dele suas potencialidades sem destruí-lo.

EXPERIÊNCIAS



Fonte: http://www.mma.gov.br/images/noticias_fotos/2013/abril2013/Capa4.jpg

Na abertura do Seminário estarão presentes, entre outros estudiosos do assunto, o chefe de Gabinete da Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF/MMA), Fernando Tatagiba; o diretor do Departamento de Combate à Desertificação do MMA, Francisco Campello; e o gerente substituto de Conservação da Biodiversidade da SBF, João Arthur Seyffarth. Na sexta-feira, o secretário da SBF/MMA, Roberto Brandão

Cavalcanti, abre os debates com o tema “As estratégias para a conservação e uso sustentável dos biomas brasileiros”.

O objetivo do seminário é contribuir para uma estratégia de divulgação dessas experiências e para a construção de políticas públicas que promovam sua adoção ou adaptação em larga escala, por meio dos relatos e das discussões do evento, a partir dos relatos e das discussões do geradas durante o evento.

Na manhã da quinta-feira, 25/4, a Câmara dos Deputados realiza audiência pública destinada a debater a utilização do bioma, em comemoração ao dia da Caatinga, considerado um bioma genuinamente brasileiro, abrangendo parte do Nordeste e do norte de Minas Gerais. O secretário da SBF, Roberto Cavalcanti, e o diretor do Departamento de Desertificação do MMA, Francisco Campello, participam da reunião como representantes da ministra Izabella Teixeira.

Fonte: [MMA > InfoMMA > Notícias](http://www.mma.gov.br/informma/item/9270-perspectivas-para-a-caatinga)(<http://www.mma.gov.br/informma/item/9270-perspectivas-para-a-caatinga>)

23/04/2012

Incentivo às embalagens sustentáveis

por TINNA OLIVEIRA



Professor Antônio Andrade fala sobre embalagens flexíveis

Foto: Paulo de Araújo/MMA

Fonte: http://www.mma.gov.br/media/k2/items/cache/b9bc9332f999f34496ab5defa45e1606_XL.jpg

MMA firma compromisso com o Instituto de Embalagens para o desenvolvimento do setor, com foco na produção e consumo ambientalmente corretos

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) firmou compromisso com o Instituto de Embalagens para o desenvolvimento sustentável do setor e promoção do consumo consciente, do descarte responsável e da educação e conscientização da população. A iniciativa faz parte do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) e foi celebrada na modalidade “iniciativa voluntária”, que são ações empreendidas pelo setor privado ou por organizações da sociedade civil sem o concurso de recursos governamentais.

“Essa iniciativa está relacionada aos temas de educação para o consumo sustentável e aumento da reciclagem de resíduos sólidos, que são prioritários para a execução do Plano”, destaca a diretora do Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis do MMA, Ana Maria Neto. “Por isso, consideramos que a construção dessa agenda em comum é uma ação relevante e estratégica para promover ações que resultem na redução dos impactos ambientais gerados na produção, uso e pós-consumo da indústria de embalagem”, completa.

A diretora afirma, ainda, que essa iniciativa setorial servirá de estímulo e engajamento para toda a indústria de produção de embalagens pelo desenvolvimento sustentável, o que contribuirá para o alcance das metas do PPCS.

AÇÕES PREVISTAS

O Instituto de Embalagens ficará responsável por elaborar o conteúdo do primeiro Caderno de Produção Sustentável sobre Embalagens, ecodesign e descarte de resíduos. Além disso, oferecerá capacitação técnica aos servidores do MMA e parceiros para alinhar conceitos de sustentabilidade aos do mercado de embalagens. Outra ação é a elaboração de um filme sobre a importância do ecodesign das embalagens e da correta escolha de materiais.

A primeira dessas ações já está em andamento. Até quinta-feira (25), acontece o curso “Embalagens de A a V – do Aço ao Vidro”, no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em Brasília. Participam da capacitação técnica os servidores do MMA, das companhias aéreas, SENAI, SEBRAE e Confederação Nacional da Indústria (CNI).

São apresentadas informações sobre as propriedades de materiais de embalagens necessárias para colaborar na construção de projetos mais sustentáveis. Os professores do instituto falam de mercado, design, materiais, processos e sustentabilidade das embalagens.

DESCARTE SELETIVO

Outra iniciativa do MMA com o setor foi o pacto setorial assinado em 2011 com a Associação Brasileira de Embalagem (ABRE). O pacto tem como meta a inclusão da simbologia técnica do descarte seletivo em mil produtos/embalagens por ano e a inclusão da simbologia técnica de identificação de materiais em 300 produtos/embalagens.

Com isso, é possível propagar em todos os domicílios e estabelecimentos brasileiros a prática do descarte seletivo através das embalagens em geral, além de facilitar o trabalho das cooperativas e catadores ao identificar os tipos de materiais.

RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA

As iniciativas também estão atreladas à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que estabelece o princípio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, com definição de atribuições dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, consumidores e responsáveis pelos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos.

A proposta é minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, assim como reduzir os impactos causados à saúde e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos.

SOLUÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

Iniciativas como estas estão inseridas no Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), lançado pelo MMA em novembro de 2011. O objetivo é promover políticas, programas e ações que envolvam a produção e o consumo sustentáveis no país, com a proposta de ampliar soluções para problemas socioambientais, articulada com as políticas nacionais visando à erradicação da miséria, a redução de emissões de gases de efeito estufa e ao desenvolvimento sustentável.

O Plano também está de acordo com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, sobretudo com as diretrizes do Processo de Marrakesh, que foi criado para dar aplicabilidade ao conceito de Produção e Consumo Sustentáveis. Sua principal contribuição está em promover mudanças verificáveis nos padrões de produção e consumo.

Fonte: [MMA > InfoMMA > Notícias\(http://www.mma.gov.br/informma/item/9269-incentivo-%C3%A0s-embalagens-sustent%C3%A1veis\)](http://www.mma.gov.br/informma/item/9269-incentivo-%C3%A0s-embalagens-sustent%C3%A1veis)

23/04/2012

Gestão municipal em debate

por SOPHIA GEBRIM



Evento reúne ministros de Estado

Foto: Martim Garcia/MMA

Fonte: http://www.mma.gov.br/media/k2/items/cache/57f80a6fd374f2ceb4f660a3cbdd7d2e_XL.jpg

Elaboração dos planos locais de resíduos sólidos está entre os temas que o MMA discutirá no encontro que começa hoje em Brasília

Aperfeiçoar a gestão municipal sustentável e promover a troca de experiências regionais é o objetivo do II Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável - Desafios dos novos governantes locais, que começa na noite desta terça-feira (23) e segue até a próxima quinta-feira (25), no Centro de Convenções Brasil 21, em Brasília. O evento é promovido pela Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) com o apoio do Sebrae Nacional e do Governo Federal, em parceria com a Associação Brasileira de Municípios (ABM) e a Confederação Nacional de Municípios (CNM).

O II Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável é um dos principais encontros sobre sustentabilidade e desenvolvimento local do país. Nesta edição, discutirá alternativas para aumento da qualidade de vida da população brasileira e contribuirá, ainda, para a construção de uma agenda pública com prioridade para o desenvolvimento socioeconômico, ambiental e sustentável. Como parte das atividades, também serão apresentadas alternativas tecnológicas e boas práticas de gestão local premiadas.

DEBATES E OFICINAS

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) participa do encontro com oficinas, salas temáticas e um estande na Praça das Boas Práticas. Na sala temática Porto Seguro 3 serão discutidos os desafios da gestão dos resíduos sólidos urbanos. Nesta quarta (24), das 9h às 12h30, representantes da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do MMA participam do debate sobre a importância do Plano de Resíduos sólidos e da construção de planos municipais.

Das 14h30 às 18h, está programada uma oficina sobre Planos Municipais de Resíduos Sólidos e Saneamento Básico. Já na quinta-feira (25), o debate será sobre o fim dos lixões até agosto de 2014, com ênfase nas necessidades e dificuldades, também com a presença de líderes do Ministério do Meio Ambiente.

Na Sala Mundo Novo 1, as discussões serão sobre os desafios socioambientais. Na quarta (24), das 9 às 11h, será sobre competências dos municípios na gestão ambiental com a presença do presidente do Ibama e do coordenador do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Das 11h às 12h30, a discussão será sobre o município e a educação ambiental, com participação de representantes do Departamento de Educação Ambiental do MMA. No período da tarde, de 14 às 16h, o tema infraestrutura urbana na gestão das águas contará com a presença do secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do MMA. Já na quinta (25), representantes do MMA participam de debate sobre qualidade do ar nas cidades.

No estande do Ministério do Meio Ambiente montado na Praça das Boas Práticas, será apresentado o Prêmio Boas Práticas em Gestão Ambiental Urbana, o Prêmio A3P (Agenda Ambiental na Gestão Pública), o Prêmio ANA (Agência Nacional de Águas) e boas práticas em educação ambiental na agricultura familiar.

Fonte: [MMA > InfoMMA > Notícias](http://www.mma.gov.br/informma/item/9271-gest%C3%A3o-municipal-em-debate)(<http://www.mma.gov.br/informma/item/9271-gest%C3%A3o-municipal-em-debate>)

23/04/2012

Catar constrói sua primeira casa com consumo quase zero de energia



Fonte: http://www.institutocarbonobrasil.org.br/arquivos_web/geral/Passivhaus-development-in-Qatar.jpg

Você já pensou em morar em uma casa com todos os confortos da vida moderna e que ainda assim consumisse cerca de 50% menos energia do que uma residência comum? Essa alternativa já está virando realidade em alguns locais do mundo como a Alemanha e nas nações escandinavas, e agora chegou a vez do Catar.

O país lançou nesta segunda-feira (22), em Doha, a primeira habitação com consumo quase zero de energia. Apesar de oferecer todas as facilidades de uma moradia comum, a ela consome menos de 50% da energia e da água de uma casa regular.

A residência, que tem 225 metros quadrados, começou a ser construída em agosto de 2012, e após oito meses de construção, ficou pronta, tendo custado cerca de 16% a mais do que uma habitação convencional.

Para gerar essa economia energética e hídrica, a residência apresenta várias tecnologias 'verdes', como placas fotovoltaicas que convertem a luz solar em eletricidade, sistemas de irrigação alternativos, reciclagem de águas cinzas (residuais), e o uso sustentável de espécies de árvores e plantas locais para o paisagismo.

Segundo os desenvolvedores do projeto, atualmente há cerca de 25 mil residências desse tipo no mundo, comumente chamadas de Passivhaus - termo alemão para 'casa passiva' -, principalmente em países escandinavos e na Alemanha, onde o projeto foi originalmente concebido. Entretanto, no caso da moradia catariana, diferentemente de suas similares em países frios, o desafio foi conseguir resfriar a casa com um consumo muito baixo de energia.

Para analisar se há de fato uma redução no consumo de água e energia em relação a residências convencionais, foi construída uma habitação exatamente igual ao lado da Passivhaus, que, no entanto, não oferece as tecnologias de redução de consumo desta.

Os testes serão conduzidos durante um ano e meio, nos primeiros seis meses com as moradias desocupadas. Nos últimos 12 meses, elas serão ocupadas por duas famílias de tamanhos similares, com pelo menos um filho. As famílias devem se mudar para as residências no segundo semestre de 2013.

“Estamos medindo e monitorando todos os subsistemas de todas as casas para que possamos testar o desempenho quando estiverem desocupadas por seis meses e mais tarde com ocupantes por um ano”, colocou Alex Amato, do [Conselho de Construção Verde do Catar \(QGBC\)](http://www.qatargbc.org/home) (<http://www.qatargbc.org/home>).

“Esse é um dia histórico para a indústria da construção do Catar. Com a abertura do primeiro Caso de Estudo Passivhaus do Catar, abrimos caminho para um futuro mais sustentável para as gerações vindouras”, explicou Issa al-Mohannadi, presidente do QGBC e da Autoridade Turística do Catar (QTA).

“Ao testar as soluções de eficiência energética, apoiamos a mudança do Catar de uma economia de carbono para uma economia baseada no conhecimento em sintonia com a Visão Nacional do Catar de 2030”, concluiu al-Mohannadi.

Crédito Imagem: Conselho de Construção Verde do Catar (QGBC)

Fonte: [Instituto Carbono Brasil > Notícias > Desenvolvimento Sustentável > Negócios](http://www.institutocarbonobrasil.org.br/?id=733816) (<http://www.institutocarbonobrasil.org.br/?id=733816>)

23/04/2012

PNRS é tema de Roda de Diálogo para empresas associadas ao Ethos

por Instituto Ethos

No dia 30 de abril de 2013, das 14h00 às 16h30, o Instituto Ethos promove em sua sede a Roda de Diálogo “As Empresas e a Política Nacional de Resíduos Sólidos”, evento exclusivo para empresas associadas.

É uma excelente oportunidade para conversar sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), os desafios e oportunidades que essa legislação traz e as inovações na gestão, além de conhecer as experiências de empresas que já estão em processo de adequação à nova lei.

Os especialistas convidados para a construção desse diálogo são: Mateus Mendonça, Consultor em Inovação e Sustentabilidade e diretor de Programas de Coleta Seletiva e Tecnologias de Reciclagem da Giral Viveiro de Projetos, Daniela Damiani, coordenadora de projetos da Área de Políticas Públicas do Instituto Ethos, e Juliana Seidel, especialista-sênior de Desenvolvimento Ambiental da Tetra Pack.

As empresas que vão participar do evento podem enviar antecipadamente suas dúvidas em relação à PNRS e informar o que gostariam que fosse debatido no encontro. As perguntas e sugestões devem ser enviadas para o e-mail: gcampos@ethos.org.br, até o dia 26 de abril de 2013.

Serviço

O quê: Roda de Diálogo “As Empresas e a Política Nacional de Resíduos Sólidos”;

Quando: 30 de abril de 2013;

Horário: Das 14h00 às 16h30;

Local: Sede do Instituto Ethos;

Endereço: Rua Dr. Fernandes Coelho, 85, 10º andar – Pinheiros, São Paulo (SP), próximo ao Metrô Faria Lima;

Inscrições: Para confirmar a participação de sua empresa, [clique aqui](http://www.ethos.org.br/sistemas/eventos/conf_evento_simples.asp?id=502) (http://www.ethos.org.br/sistemas/eventos/conf_evento_simples.asp?id=502).

As inscrições são limitadas e exclusivas para as empresas associadas ao Ethos.

Fonte: [Instituto Carbono Brasil > Notícias > Desenvolvimento Sustentável > Cidades](http://www.institutocarbonobrasil.org.br/?id=733812) (<http://www.institutocarbonobrasil.org.br/?id=733812>)

23/04/2012

Os objetivos do planeta e as fantasias políticas

por Washington Novaes, Fonte: *Envolverde*

Com vários pronunciamentos, dirigentes da ONU assinalaram no início deste mês que já estamos a menos de mil dias do final de 2015, prazo para que se cumpram os chamados Objetivos do Milênio, dos quais ainda estamos bastante distantes – basta lembrar, como alguns deles fizeram e foi mencionado aqui na semana passada, que neste mundo de 7 bilhões de habitantes, embora 6 bilhões possuam telefones celulares, 2,5 bilhões não têm em suas casas instalações sanitárias adequadas e mais de 1 bilhão defecam ao ar livre. Não significa que não tenha havido progressos expressivos também: desde 1990 caíram pela metade os índices de extrema pobreza, assim como diminuíram a mortalidade infantil e materna; aumentou em 2 bilhões o número de pessoas com acesso a água potável; atingiram-se recordes nas matrículas escolares, tanto de meninos como de meninas. Mas ainda há muito a fazer, já que 40% da humanidade vive com menos de US\$ 2,00 (R\$ 4,00 por dia) e são graves muitos dos problemas de saúde.

No Brasil também há muito a fazer. Ainda temos 13,8 milhões de famílias vivendo com a renda mensal de R\$ 70 por pessoa (US\$ 1,25 por dia), inferior ao nível mínimo estabelecido pela ONU (Estado, 1.º/4). Pior ainda, o governo ainda não consegue localizar 700 mil famílias que nem a Bolsa-Família recebem. E mesmo esta não é suficiente sequer para comprar a dieta mínima proposta pelo Guia Alimentar para a População Brasileira (Ministério da Saúde), que custaria R\$ 3,43 por dia, ou R\$ 103,10 mensais (Folha de S.Paulo, 10/3). Também há progressos claros em vários setores (Estado, 24/2): entre 2000 e 2010, o analfabetismo de pessoas com mais de 15 anos de idade caiu no País de 13,6% para 9,6%; a mortalidade infantil, de 21,3 crianças por 10 mil nascidas vivas para 13,8. Mas avançou-se pouco no saneamento básico, de 61,9% das residências para 65,1%. E menos ainda na questão da concentração da renda, já que a parcela mais rica, 1%, detém 17% da renda.

Também na área da saúde continuam fortes as advertências da ONU, seja para a morte de crianças por doenças transmitidas pela água, seja para as mortes provocadas pelo fumo. E com novos avisos, pedindo atenção principalmente para um novo tipo de vírus transmitido por aves confinadas. Na China, onde entre 2003 e 2011 foram abatidos 400 milhões de aves, a preocupação é muito forte. A malária continua no centro das atenções. Assim como, no Brasil, a dengue, já em níveis inéditos.

Provavelmente a preocupação dos dirigentes da ONU terá aumentado nas últimas semanas, principalmente com a notícia de que o Canadá se está retirando da convenção sobre a desertificação – tema agudo, já que a cada ano aumentam em algumas dezenas de milhares de quilômetros as áreas desertas no mundo e comprometem os esforços para reduzir a fome. No próprio Canadá não se esconde o temor de que esse “mau passo” seja apenas o que antecede a retirada do país da Convenção do Clima, seguido de outros países. O Canadá já se afastou do Protocolo de Kyoto e agora quer avançar na exploração de petróleo em areias betuminosas, construir oleoduto para as retiradas da região ártica.

E isso tudo pode ser um péssimo exemplo, na hora em que o secretário-geral do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), Rajendra Pachauri, afirma em Calcutá (Ians, 6/4) que a elevação do nível dos oceanos “ameaça a sobrevivência de cidades como Xangai (23 milhões de pessoas), Daca, a capital de Bangladesh (12,8 milhões, às margens do Rio Buriganga e de seu delta, no oceano) e Calcutá, na Índia (mais de 5 milhões de habitantes). Segundo Pachauri, a elevação, até o final deste século, pode significar alguns metros.

As palavras de Pachauri encontram eco nas de Nicholas Stern, ex-economista-chefe do Banco Mundial e hoje consultor do governo britânico, figura respeitada. Stern acha que seus temores expressados há sete anos foram ultrapassados. Agora pensa que o aumento da temperatura terrestre tem 50% de possibilidades de subir 5 graus Celsius até o fim do século – quando o IPCC adverte que um aumento acima de 2 graus em meados do século terá consequências muito graves.

Uma terceira voz nessa direção é de Jim Yong King, do Banco Mundial, segundo quem (2/4) “o clima ameaça a economia mundial, o desenvolvimento e o combate à pobreza”. A seu ver, uma das estratégias mais eficazes na direção contrária seria suprimir US\$ 1,9 trilhão por ano de subsídios para o consumo de petróleo e carvão. Suas palavras são acompanhadas pelo Institute for Environment and Development (4/4), para o qual a questão climática pode agravar a fome no mundo – com a população em alta, preços tendendo a ser mais maiores e as safras, mais incertas.

São muitas vozes. O governo da Austrália alerta sua população para a insustentabilidade que avança em certas regiões do país. Um órgão conceituado como a National Oceanic and Atmospheric Administration, dos EUA, prognostica aumento muito forte de chuvas e nevascas no país até o fim do século, com consequências graves em muitas áreas, inclusive da produção agrícola (latimes, 5/4). Já o jornal The New York Times chama a atenção (4/4) para estudo da Universidade de Ohio em que os cientistas demonstram que os gelos dos Andes peruanos, que levaram 1.600 anos para se formar, derreteram em 25 anos.

Como levar políticos e administradores a pôr os interesses planetários acima de suas preocupações miúdas? Há quem esteja pensando que o jeito é torcer para que avance e se dissemine estudo de pesquisadores japoneses (Estado, 5/4) segundo o qual é possível "identificar as imagens que passam pela cabeça de uma pessoa adormecida". Sabendo o que se passa na cabeça dos políticos, talvez eles tenham medo e então se possam mudar os rumos. Utopias, mas não custa sonhá-las exatamente a partir de sonhos.

* *Washington Novaes é jornalista.*

Fonte: [Instituto](#) [Carbono](#) [Brasil](#) > [Notícias](#) > [Opinião](#) >
[Artigo\(http://www.institutocarbonobrasil.org.br/?id=733809\)](http://www.institutocarbonobrasil.org.br/?id=733809)

24/04/2012

Ban Ki-moon envia carta a prefeitos do Brasil sobre sustentabilidade

por Leda Letra, da Rádio ONU



Ban destaca importância de ciclovias.

Foto: ONU/JC McIlwaine

Fonte: <http://envolverde.com.br/porta1/wp-content/uploads/2013/04/n314.jpg>

Ban Ki-moon quer mais ação para o desenvolvimento de cidades sustentáveis; ele lembra que compromisso foi firmado na conferência Rio+20.

O Secretário-Geral da ONU enviou, nesta terça-feira, uma mensagem à Associação Nacional de Prefeitos do Brasil. Ban Ki-moon apela à renovação do compromisso para o desenvolvimento de cidades sustentáveis.

Ban lembra a necessidade de garantir melhor qualidade de vida para o número crescente de pessoas que habitam em áreas urbanas. O Secretário-Geral destaca que como acordado na conferência Rio+20, “governos locais têm um papel fundamental no caminho ao desenvolvimento urbano sustentável e justo.”

Visão

A mensagem de Ban foi divulgada pelo diretor do Centro de Informação das Nações Unidas no Brasil, Unic-Rio, Giancarlo Summa. O chefe da ONU diz que precisa do “dinamismo” dos prefeitos em “acelerar o trabalho para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio até 2015”.

Ele ressalta a importância da visão dos líderes municipais sobre as ameaças da mudança climática e diz que a “voz dos prefeitos precisa ser ouvida”, enquanto a organização define a agenda de desenvolvimento pós-2015.

Transporte Público

Os desafios para que as cidades sejam sustentáveis também foram destacados por Ban Ki-moon em mensagem para um fórum sobre o tema na Ásia, que tem o apoio da ONU.

Na reunião de dois dias em Bali, na Indonésia, são discutidas a promoção de faixas exclusivas para bicicletas; integração total dos meios de transporte público e espaço de alta qualidade para a movimentação de pedestres.

Para Ban, “tanto em zonas rurais e urbanas, o melhor uso da terra e do sistema de transporte faz uma grande diferença, ao facilitar o acesso a trabalhos, bens e serviços”, além de “melhorar a segurança das vias e reduzir os acidentes de trânsito.”

* Publicado originalmente no site [Rádio ONU](http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2013/04/secretario-geral-envia-carta-a-prefeitos-do-brasil-sobre-sustentabilidade/)(<http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2013/04/secretario-geral-envia-carta-a-prefeitos-do-brasil-sobre-sustentabilidade/>).

Fonte: Rádio ONU/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/secretario-geral-envia-carta-a-prefeitos-do-brasil-sobre-sustentabilidade/)(<http://envolverde.com.br/noticias/secretario-geral-envia-carta-a-prefeitos-do-brasil-sobre-sustentabilidade/>)

24/04/2012

Em defesa das iniciativas científicas sustentáveis

por Washington Castilhos, do Rio de Janeiro



Pesquisador da Embrapa ressalta que a sustentabilidade global envolve muito mais do que o controle da emissão de dióxido de carbono

Foto: Wikimedia

Fonte: http://www.agencia.fapesp.br/fotos/2013/17/foto_dentro17175_4.jpg

Agência FAPESP – O cenário de sustentabilidade global não está limitado ao controle da produção de dióxido de carbono, de acordo com o engenheiro agrônomo Elíbio Rech, pesquisador do Laboratório de Biologia Sintética da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia (Cenargen).

“A equação da sustentabilidade é composta de diversos componentes, como saúde humana, educação, segurança alimentar, ambiental e ecológica e valor de mercado. É particularmente importante que as tecnologias modernas, incluindo os transgênicos, sejam cada vez mais utilizados para atingir a intensificação sustentável da produção de alimentos”, disse Rech, que também é professor da pós-graduação em Biologia Molecular da Universidade de Brasília (UnB), durante a 7ª Conferência e Assembleia Geral da Rede Global de Academias de Ciências (IAP).

De acordo com o engenheiro agrônomo, exemplos no Brasil de iniciativas científicas sustentáveis não faltam: na área de bioenergia e de óleos, por exemplo, a Embrapa Cenargen está fazendo a chamada engenharia metabólica.

“Nós mudamos a rota metabólica dentro da soja para aumentar a quantidade de ácido oleico – o bom óleo – e reduzir o ácido palmítico, o que é interessante para a área de bioenergia de combustíveis. O óleo da soja usado como combustível, composto por aproximadamente 25% de ácido oleico e 13% de palmítico, apresenta menor desempenho e dano ao motor por oxidar mais rapidamente e ter um ponto de congelamento alto. A soja que desenvolvemos tem 95% de oleico e 4% de palmítico, o que faz com que ela não oxide e não congele facilmente, melhorando o desempenho do motor”, exemplificou Rech.

Para uso no consumo humano, o alto nível de ácido oleico na soja possibilita expandir o tempo de saturação do óleo durante o processo de frituras.

A Embrapa desenvolveu também uma série de moléculas transgênicas recombinantes, como a insulina transgênica e o hormônio do crescimento, contou Rech.

Em parceria com os Institutos Nacionais de Saúde (NIH), dos Estados Unidos, a empresa brasileira desenvolveu linhagens de soja produtoras de sementes contendo a molécula cianovirina, de ação microbicida, que os cientistas pretendem usar para a fabricação de um gel vaginal anti-HIV [*leia mais na revista [Pesquisa FAPESP](http://revistapesquisa.fapesp.br/2013/04/12/remedio-na-planta/)* (<http://revistapesquisa.fapesp.br/2013/04/12/remedio-na-planta/>)].

Segundo Rech, o maior problema ainda é o preço dessas tecnologias. “Essas moléculas já estão disponíveis, mas ainda são muito caras. O tratamento com o hormônio do crescimento humano, por

exemplo, custa cerca de R\$ 4 mil por mês. Temos evidências de que, usando plantas para gerar a matéria-prima, conseguiremos reduzir o custo desses medicamentos, o que terá uma implicação social importante, uma vez que assim aumentaremos o acesso da população a eles”, afirmou.

Organizada pela Academia Brasileira de Ciências, a 7ª Conferência e Assembleia da IAP, que teve como tema "Ciência para a Erradicação da Pobreza e o Desenvolvimento Sustentável", reuniu no início do ano mais de 130 cientistas de diversos países no Rio de Janeiro.

Fonte: [Agência FAPESP > Notícias > Especiais](http://agencia.fapesp.br/17175)(<http://agencia.fapesp.br/17175>)

24/04/2012

Fundo define prioridades

por SOPHIA GEBRIM



Governo brasileiro sugere projetos ao GEF

Foto: Martim Garcia/MMA

Fonte: http://www.mma.gov.br/media/k2/items/cache/8c8620bb2df195c117f585f50d7f9c43_XL.jpg

Parceiro do Brasil no financiamento de projetos consulta gestores do MMA para preparar agenda ambiental a ser apoiada no quadriênio 2014-2018

O Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Fund – GEF, sigla em inglês) está consultando diversos setores da sociedade brasileira para definição de prioridades no período de 2014 a 2018. Representantes do Fundo, que é um dos principais parceiros do Brasil no financiamento de projetos de fomento ao meio ambiente, reuniram-se com gestores do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e de outros ministérios, nesta quarta-feira (24), na sede do MMA, em Brasília, para receber demandas e discutir a agenda ambiental para os próximos anos.

“Essa foi uma reunião de consulta a diversos setores do governo brasileiro para ajudar a preparar o próximo ciclo de projetos a serem financiados pelo GEF”, destacou o chefe de Recursos Naturais do Grupo, Gustavo da Fonseca. Ele explica que a organização reconstitui o Fundo a cada quatro anos, com a definição das propostas a serem financiadas no quadriênio seguinte. O início desse novo ciclo será em 2014. “Seguindo esse calendário, no momento estamos consultando os principais governos que são clientes do GEF, como Brasil, África do Sul, México e outros grandes países que têm importância no cenário global na questão de meio ambiente, sobre quais seriam as grandes ações estruturadoras e transformadoras na área ambiental”.

METAS GLOBAIS

De acordo com o secretário-executivo da Convenção sobre Diversidade Biológica, Bráulio Dias, na COP 10, que aconteceu em 2010 no Japão, os 193 países membros da convenção aprovaram a agenda de biodiversidade para a próxima década, com o novo plano estratégico com metas globais a serem atingidas até 2020. “São metas ambiciosas para ampliar os esforços de conservação, recuperação de áreas degradadas, reduzir desmatamento e degradação de meio ambiente, ampliar o consumo sustentável e melhorar o nível de vida da população com base no uso da biodiversidade”. Segundo ele, o GEF, principal parceiro financeiro da Convenção, é imprescindível para alcançar essas metas.

Bráulio adiciona, ainda, que parte importante dessa agenda é promover a melhor inserção dos temas da biodiversidade nas agendas de desenvolvimento, para o engajamento de todos os setores, de modo que essa não seja uma agenda somente ambiental, mas também da agricultura, pesca, floresta, energia, entre outros. “Esses são os grandes desafios, e como o GEF é o nosso instrumento financeiro, eles têm o papel chave de mobilizar os recursos para apoiar os países na implementação de seus compromissos políticos para atingir metas globais de biodiversidade”.

GEF NO BRASIL

O Fundo Global para o Meio Ambiente foi criado em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como ECO-92. O Fundo é um gerenciador de ativos alternativos globais com aproximadamente US\$ 1 bilhão em ativos sob gestão, sendo uma das principais empresas de investimento do mundo dedicada aos setores de recursos naturais de energia e

meio ambiente. No Brasil, financia importantes projetos de redução ao desmatamento, uso sustentável do solo e conservação do meio ambiente.

“Estamos vivendo um momento diferente, atuando como líderes nas negociações mundiais sobre biodiversidade e mudanças climáticas, o que requer uma nova postura brasileira diante às questões ambientais”, destacou o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Francisco Gaetani. Para ele, as iniciativas do GEF são de extrema importância para apoiar estratégias e metas de biodiversidade. O Brasil, junto com outros países, participa do processo de consulta. Espera-se que, em breve, sejam definidas novas prioridades nacionais de biodiversidade, que serão apoiadas pelo GEF.

Fonte: [MMA > InfoMMA > Notícias](http://www.mma.gov.br/informma/item/9277-fundo-define-prioridades)(<http://www.mma.gov.br/informma/item/9277-fundo-define-prioridades>)

24/04/2012

Ritmo de consumo na Ásia pode se tornar insustentável, diz ONU

por Leda Letra, da Rádio ONU em Nova York

A região da Ásia e Pacífico ultrapassou o resto do mundo no consumo de matérias-primas e irá continuar líder no setor, indica um relatório lançado nesta quarta-feira pelo Programa da ONU para o Meio Ambiente, Pnuma. Mas de acordo com a agência, o ritmo atual pode se tornar insustentável para o continente.

O balanço do comércio na região mostra que o índice atual de exploração de recursos já não é suficiente para o ritmo de crescimento da economia e mudanças no estilo de vida da população.

Combustíveis Fósseis

Entre 1970 e 2008, o consumo de minerais para construção, como areia, barro e granito, aumentou 13,4 vezes na Ásia e Pacífico. No mesmo período, o consumo de metais foi 8,6 vezes maior; o de combustíveis fósseis, 5,4 vezes e o da biomassa cresceu 2,7 vezes.

O consumo doméstico de materiais aumentou de 6,2 bilhões de toneladas para 37,5 bilhões de toneladas nos últimos 40 anos. Em 2008, a China foi responsável por 60% desse consumo regional e a Índia, por 14%.

O Pnuma destaca que o volume atual de consumo já está tendo um impacto negativo no meio ambiente. Segundo o relatório **a intensidade de matérias-primas para a região é igual a três vezes o total do consumo do resto do mundo.**

Industrialização

Por conta da forte demanda doméstica, a China é tida como o principal importador de matéria-prima, em particular do petróleo. O relatório afirma que países populosos como China e Índia estão saindo da economia agrária em transição para a economia industrializada.

A Ásia e Pacífico também está deixando de ser uma economia baseada em biomassas para ter como base os minérios. O aumento da população é tido como o fator menos importante para o crescimento das extrações ambientais.

A Austrália é cada vez mais um país fornecedor de materiais de energia para a região. A Indonésia é tida como grande exportador de matérias-primas, em particular de combustíveis fósseis. O documento do Pnuma traz também dados do Japão, Malásia, Paquistão e outros países.

A agência recomenda o estabelecimento de uma base de dados global com informações de todos as nações sobre o uso de matérias-primas e vigilância dos governos asiáticos em relação às políticas para o setor.

Fonte: [UOL Notícias > Meio Ambiente](http://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2013/04/24/ritmo-de-consumo-na-asia-pode-se-tornar-insustentavel-diz-onu.htm?cmpid=ctw-meio-ambiente-news)(<http://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2013/04/24/ritmo-de-consumo-na-asia-pode-se-tornar-insustentavel-diz-onu.htm?cmpid=ctw-meio-ambiente-news>)

25/04/2012

Desafios da gestão dos resíduos sólidos é tema de oficina no MMA

por Luciene de Assis, do MMA



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/04/n717.jpg>

Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirmam que, em todo o Brasil, apenas 1.540 grandes municípios dispõem de aterros sanitários. Das 5.564 cidades brasileiras, apenas 5% (578) possuem um sistema de coleta de resíduos sólidos.

Os números confirmam pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), realizada em 2010, segundo a qual o país joga no lixo mais de R\$ 8 bilhões, anualmente, por falta de um sistema de reciclagem do lixo sólido. As informações foram apresentadas, na tarde desta quarta-feira (24), aos participantes do II Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, que acontece em Brasília até quinta-feira (25).

A oficina “Planos municipais de resíduos sólidos e saneamento básico” nasceu da reivindicação dos administradores presentes ao Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas, realizado em Brasília em janeiro passado, explicou a analista ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Mariana Alvarenga. Segundo ela, a elaboração de um plano de resíduos sólidos aliado ao de saneamento básico “faz parte dos grandes desafios da gestão ambiental, pois a falta de planejamento gera incompatibilidades e dificuldades na execução de iniciativas dessa natureza”.

Força na união

Para o analista ambiental do Departamento de Ambiente Urbano do MMA, Lúcio Proença Costa, os desafios para os municípios incluem desenvolver e aplicar políticas que institucionalizem aterros sanitários, organizem e profissionalizem os catadores em cooperativas e associações. O objetivo é promover a classificação e o aproveitamento adequado dos resíduos, tendo por base a Política Nacional de Resíduos Sólidos conduzida pelo MMA.

No caso dos municípios com menos de 50 mil habitantes, o ideal, sugeriu Lúcio Proença, é organizar a formação de consórcios intermunicipais ou regionais, o que dará a eles a prioridade no repasse dos recursos públicos com essa destinação. O analista do MMA lembrou, inclusive, que o município interessado em investir na construção de aterros sanitários e promover o saneamento básico precisa elaborar e apresentar um plano nesse sentido, contendo, basicamente, diagnóstico e prognóstico, objetivos, programas, ações, indicadores, metas, custos, cobranças, responsabilidades e especificações.

“Depois de receber os recursos, a prefeitura fica responsável por instalar e dar manutenção à infraestrutura dos aterros sanitários, fechar os lixões, recuperar as áreas degradadas, e buscar parcerias para capacitar os catadores e beneficiar o material reciclável”, lembrou Lúcio Proença.

* Publicado originalmente no site [Ministério do Meio Ambiente](http://www.mma.gov.br/informma/item/9276-manejo-de-res%C3%ADduos)(<http://www.mma.gov.br/informma/item/9276-manejo-de-res%C3%ADduos>).

Fonte: MMA/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/desafios-da-gestao-dos-residuos-solidos-e-tema-de-oficina-no-mma/)(<http://envolverde.com.br/noticias/desafios-da-gestao-dos-residuos-solidos-e-tema-de-oficina-no-mma/>)

25/04/2012

São Paulo ganhará 4 megacentrais de reciclagem

por Redação CicloVivo



Cada megacentral têm capacidade para reciclar os resíduos diários de 300 mil habitantes.

Foto: Agência de Notícias do Acre/Flickr

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/04/n217.jpg>

A prefeitura de São Paulo vai construir quatro megacentrais de reciclagem na capital paulista até 2016. As duas primeiras deverão ficar prontas em julho do ano que vem, e a previsão é de que cada unidade possa processar 250 toneladas de lixo por dia, quantidade superior ao material reciclado nas 20 pequenas unidades já espalhadas pela cidade.

Cada megacentral do projeto anunciado pela prefeitura têm capacidade para reciclar os resíduos diários de 300 mil habitantes, o equivalente a um município de médio porte. As duas primeiras unidades serão construídas em Santo Amaro, zona sul, e no Bom Retiro, região central.

Quando instaladas, as quatro centrais deverão reciclar 10% do total do lixo produzido na capital paulista, atingindo a meta proposta pelo prefeito, Fernando Haddad (PT). Atualmente, São Paulo recicla apenas 1,8% dos resíduos produzidos. Daqui a três anos, serão entregues as outras duas megaestações, em São Mateus, zona leste, e na Vila Guilherme, zona norte da cidade.

Embora os resíduos produzidos em São Paulo tenham urgência para serem tratados de forma sustentável, a criação das grandes estações não agradou muito aos ambientalistas. De acordo com Sabetai Calderoni, presidente do Instituto Brasil Ambiente e consultor da ONU para gestão de resíduos sólidos, estes centros poderão causar prejuízos.

“A iniciativa é muito boa, mas o ideal é descentralizar o tratamento do lixo para evitar o custo de deslocamentos pela cidade”, explica Calderoni, preocupado com as emissões de carbono durante o transporte do lixo para os pontos estratégicos. “O mais indicado é ter pequenas centrais. Por seu tamanho, São Paulo poderia ter centenas delas”, afirma o consultor da ONU, em declaração ao Estadão.

De acordo com Simão Pedro, secretário de Serviços da gestão do atual prefeito, cada megacentral vai custar R\$ 6 milhões, e, todos os meses, poderá gerar despesas de manutenção que deverão chegar a R\$ 300 mil. No entanto, a secretaria de Serviços acredita que o lucro das vendas de material reciclado atinja R\$ 2 milhões por mês, quantia que será distribuída entre as partes envolvidas. “Esse valor deve ser dividido para todo o sistema de coleta, não só para a cooperativa que operar a central”, afirma Pedro.

* Com informações do Estadão.

** Publicado originalmente no site [CicloVivo](http://ciclovivo.com.br/noticia/sao-paulo-ganhara-4-megacentrais-de-reciclagem)(<http://ciclovivo.com.br/noticia/sao-paulo-ganhara-4-megacentrais-de-reciclagem>).

Fonte: CicloVivo/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/sao-paulo-ganhara-4-megacentrais-de-reciclagem/)(<http://envolverde.com.br/noticias/sao-paulo-ganhara-4-megacentrais-de-reciclagem/>)

25/04/2012

Estado do Rio vai facilitar licenciamento ambiental para silvicultura

por Nielmar de Oliveira, Repórter da Agência Brasil

Rio de Janeiro – O secretário de estado do Ambiente, Carlos Minc, informou hoje (25) que o governo do Rio de Janeiro vai baixar um decreto regulamentando projeto de lei já aprovado pela Assembleia Legislativa e que facilitará a concessão de licenças ambientais para os silvicultores que plantarem até 50 hectares de árvores para fins comerciais em suas propriedades. O decreto, que já está nas mãos do governador Sérgio Cabral, foi resultado de um trabalho conjunto das secretarias do Ambiente, da Agricultura e do Desenvolvimento Econômico.

A informação foi dada na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) durante o seminário Setor Madeireiro: o Consumo no Estado e os Principais Desafios. O encontro reuniu representantes dos setores produtivos privados e autoridades do estado que discutiram alternativas para a produção sustentável de madeira no estado, que hoje importa de outras unidades da federação 89% do produto consumido pelas indústrias fluminenses.

“A melhor forma de proteger as florestas nativas é plantando árvores para o desenvolvimento econômico. Se a madeira não é plantada, as pessoas vão desmatar. Esse novo decreto cria a categoria do distrito florestal. Em vez de cada um, individualmente, fazer seu EIA-Rima [Estudo de Impacto Ambiental-Relatório de Impacto Ambiental], o grupo faz apenas um pedido. Esperamos que esse decreto represente um grande estímulo, e que possamos vencer esse grande gargalo da silvicultura”, disse Minc.

Minc aproveitou o encontro para anunciar também que os municípios já podem emitir licenças ambientais para empreendimentos agropecuários. Durante o encontro foi consenso entre os participantes a necessidade de dar maior agilidade e clareza aos critérios para licenciamento ambiental – um dos principais gargalos enfrentados pelo setor.

Atualmente, o estado do Rio é um dos principais consumidores de produtos de base florestal do país. Só em 2012, o consumo fluminense de madeira foi 3,6 milhões de metros cúbicos. Desse volume, 28,9% correspondem ao seu uso como fonte de energia, e 23% são empregados na construção civil, segundo a pesquisa da Firjan.

Para minimizar o problema, a entidade recomenda o plantio de florestas, nos próximos cinco anos, em 15% dos 685 mil hectares de pastagens naturais ou degradadas, o que permitiria a geração de 48 mil empregos por ano e atrairia a implantação de indústrias competitivas de processamento de madeira, como as que produzem painéis de fibra de média densidade. Tudo sem prejuízos para a agricultura e a pecuária.

A federação entende, ainda, que o desenvolvimento da indústria de base florestal no Rio melhorará a competitividade das empresas que dependem do insumo e criará novas atividades produtivas no interior do estado, reduzindo as pressões migratórias para a cidade do Rio de Janeiro. Essas novas atividades contribuirão também para o esforço de exportações do país e para aumentar a arrecadação de impostos.

O presidente da Firjan, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira disse que o Rio produz apenas 11% da madeira que consome. “Isso mostra o tamanho do mercado esperando para ser conquistado e o quanto poderemos gerar em receita, renda e tributos para nosso estado, caso esse potencial seja devidamente explorado. Aqui na federação acreditamos que é possível aumentar em mais de cinco vezes a área destinada à produção de madeira em apenas cinco anos”.

Edição: Fábio Massali

*Todo o conteúdo deste site está publicado sob a Licença Creative Commons Atribuição 3.0 Brasil. Para reproduzir as matérias é necessário apenas dar crédito à **Agência Brasil***

Fonte: [EBC > Notícias > Meio Ambiente](http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-04-25/estado-do-rio-vai-facilitar-licenciamento-ambiental-para-silvicultura)(<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-04-25/estado-do-rio-vai-facilitar-licenciamento-ambiental-para-silvicultura>)

25/04/2012

Rio adere à rede de sustentabilidade criada por Schwarzenegger

Ex-governador da Califórnia participou de evento na Fundação Dom Cabral nesta quinta-feira



Em evento realizado na Fundação Cabral o ex-governador da Califórnia apresentou "Estudo para Iluminação Pública na cidade do Rio de Janeiro."

Foto: Daniel Ramalho/Direto do Rio de Janeiro

Fonte: <http://p2.trrsf.com.br/image/fget/cf/619/464/images.terra.com/2013/04/25/arnold5.jpg>

O governo do Estado do Rio de Janeiro assinou nesta quinta-feira o termo de adesão à Rede de Regiões para a Ação Climática (Regions for Climate Action - R20), fundada pelo ex-governador da Califórnia Arnold Schwarzenegger. O ator participou do evento na sede recém-inaugurada da Fundação Dom Cabral, no Leblon. Ao aderir à rede, o Rio se une a outros governos regionais, empresas privadas e organizações sem fins lucrativos para desenvolver e implementar projetos focados no desenvolvimento sustentável, através de incentivo à economia de baixo carbono e do combate às mudanças climáticas.

Entre as iniciativas da R20 estão a identificação das melhores tecnologias e políticas públicas e a facilitação de financiamento dos projetos de baixo carbono, além do compartilhamento de boas práticas em programas e projetos climáticos.

Schwarzenegger apresentou o "Estudo de Iluminação Pública da Cidade do Rio de Janeiro", com tecnologia LED, criado por sua ONG em parceria com a Rio Luz e Secretaria de Conservação.

Ele ainda entregou um plano de ação para implantar lâmpadas de LED em todo o sistema de iluminação pública da cidade. As lâmpadas permitiriam diminuir em 50% o consumo energético e pode representar uma economia de US\$ 30 milhões anuais, segundo dados do estudo.

O ator ressaltou que a sustentabilidade é o seu novo foco, como foi o fisiculturismo e a política. Disse também que os cidadãos devem agir e não somente esperar a ação dos governos. "Qualquer cidade do mundo, autoridades regionais, empresários e o setor acadêmico, todos podem tomar iniciativa, não

necessitam esperar que o Governo Federal ou a ONU atuem", afirmou o ator e político durante a assinatura dos convênios, que aconteceu na sede da Fundação Dom Cabral no Rio de Janeiro.

Participaram do evento o presidente da Eletrobrás, José da Costa Carvalho Neto, e o diretor-geral da Unido (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial), Kandeh Yumkella, o secretário estadual do Meio Ambiente, Carlos Minc, o secretário municipal de Conservação Pública, Marcus Belchior, o secretário de Meio Ambiente de São Bernardo, Frank Aguiar, além de prefeitos e representantes de empresas do ramo de sustentabilidade.

Com informações da EFE

Fonte: [TERRA.COM > Notícias > Ciência > Sustentabilidade > Meio Ambiente](http://noticias.terra.com.br/ciencia/sustentabilidade/meio-ambiente/rio-adere-a-rede-de-sustentabilidade-criada-por-schwarzenegger.4f07ed510914e310VgnVCM500009ccceb0aRCRD.html)(<http://noticias.terra.com.br/ciencia/sustentabilidade/meio-ambiente/rio-adere-a-rede-de-sustentabilidade-criada-por-schwarzenegger.4f07ed510914e310VgnVCM500009ccceb0aRCRD.html>)

25/04/2012

Rio e Acre assinam acordo para agilizar mercado de carbono no País

O acordo assinado com o BNDES deve abrir caminho para o estabelecimento de um mercado de carbono no Brasil

por Alana Gandra

Sob o "guarda-chuva" do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os estados do Acre e do Rio de Janeiro assinaram nesta quinta-feira, na sede do banco, um acordo de cooperação técnica com o objetivo de alavancar o desenvolvimento de um mercado de ativos ambientais no Brasil. Segundo o BNDES, o acordo abre caminho para o estabelecimento de um mercado de carbono no Brasil.

O presidente do banco, Luciano Coutinho, disse que, caso seja necessário, a instituição poderá mobilizar seus recursos técnicos em apoio às iniciativas dos dois Estados. "Se necessário for contratar especialistas, nós temos mecanismos para isso. As três partes têm". Coutinho destacou que o acordo firmado pretende a colaboração técnica e não financeira. "Não é um acordo de investimentos que demandam recursos expressivos".

A estruturação de uma rede de conhecimento bilateral, a troca de experiências e a capacitação para apoiar empresas a medir e reduzir suas emissões de gases de efeito estufa são algumas das possibilidades que se abrem com o acordo. Segundo o BNDES, o acordo está aberto à adesão de outros órgãos e entes da administração pública direta e indireta.

O secretário estadual do Ambiente do Rio de Janeiro, Carlos Minc, representando o governo fluminense, disse que o Estado, apesar de ter instaladas algumas indústrias poluidoras, como as dos setores de petróleo e siderurgia, conseguiu reduzir o desmatamento da Mata Atlântica a quase 0% e está conseguindo ser o Estado "que mais rápido acabou com os lixões". O Rio de Janeiro foi um dos primeiros a criar uma bolsa para venda de ativos ambientais no mercado futuro, conhecida como Bolsa Verde (BVRio).

Minc disse que as economias dos dois Estados têm uma complementação. "Eu vejo que esse protocolo, além da cooperação técnica, científica, da troca de experiências, tem vários aspectos práticos, imediatos. Um deles é a integração dos nossos futuros mercados de carbono", disse.

O secretário disse que o Rio de Janeiro está estabelecendo percentuais de redução de gás carbônico para as empresas na renovação das licenças ambientais, além de outras medidas ambientais. Ele mostrou confiança que, uma vez formalizado o decreto do mercado de carbono brasileiro, o Acre será um grande parceiro.

"Uma parte que seja das nossas emissões [do estado do Rio] pode ser compensada mantendo a floresta em pé, sobretudo com atividades sustentáveis, algumas das quais financiadas pelo Fundo Amazônia, ligadas ao extrativismo sustentável, e várias outras. É uma linha complementar".

O governador do Acre, Tião Viana, concordou que o mercado de carbono talvez seja o novo ativo econômico do século 21. Ele destacou que tanto o Acre como o Rio de Janeiro já aprovaram suas legislações ambientais, comprometendo-se a reduzir suas emissões.

"O Acre recebeu o primeiro reconhecimento por essa economia de carbono, que tem na não emissão do banco alemão KFW, que nos doou 11 milhões de euros só pelas políticas sustentáveis estabelecidas no Acre. Então, já começou a ocorrer a materialização do que é o reconhecimento do ativo ambiental amazônico na não emissão, na não desmatamento, na não queimada e na busca de soluções sustentáveis para a sua economia". O Acre tem 88% do seu território preservados.

Fonte: Agência Brasil/[TERRA.COM > Notícias > Ciência > Sustentabilidade > Meio Ambiente](http://noticias.terra.com.br/ciencia/sustentabilidade/meio-ambiente/rio-e-acre-assinam-acordo-para-agilizar-mercado-de-carbono-no-pais,e9efe7da1fc8d310VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html)(<http://noticias.terra.com.br/ciencia/sustentabilidade/meio-ambiente/rio-e-acre-assinam-acordo-para-agilizar-mercado-de-carbono-no-pais,e9efe7da1fc8d310VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html>)

25/04/2012

Estudo aponta que bagaço da cana pode ajudar a purificar água poluída

*Procedimento pode ser utilizado em indústrias que têm água contaminada.
Descoberta foi feita em Santos e está sendo patenteada por pesquisadores.*

por Mariane Rossi, do G1 Santos



Engenheiros que fizeram o estudo e a água com o corante e após o procedimento

Foto: Mariane Rossi/G1

Fonte:

http://s2.glbimg.com/DBZldqlrkefrkkCOru3DtkvVmE=s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2013/04/24/bagaco_1_1.jpg

Um engenheiro ambiental descobriu que o resíduo do bagaço da cana de açúcar pode retirar corantes de águas contaminadas, resultantes de processos industriais. A descoberta partiu de um estudo de Mestrado de Ecologia na Universidade Santa Cecília, em [Santos](http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/cidade/santos.html) (<http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/cidade/santos.html>), e está em processo de patente.

Durante uma visita em uma usina de cana de açúcar, o consultor ambiental Antônio Iris Mazza observou uma montanha de bagaço de cana. Ao lado, uma parte de resíduos que eram jogados em aterros sanitários, como se fossem lixo. A partir dessa observação, ele quis encontrar uma forma de utilizar aquele material. "Pensei em como produzir uma cinza para alguma coisa útil. Por isso resolvi trazer o material para o laboratório", explica Mazza.

Nas primeiras experiências, ele tentou utilizar a chamada 'cinza' do bagaço da cana de açúcar para retirar carga orgânica do esgoto. Os primeiros testes foram positivos mas, depois, o procedimento apresentou resultados que não eram constantes e, por isso, não obteve sucesso. Mazza estudou mais um pouco o material e começou a fazer testes com água contaminadas com corantes, resultante de processos químicos. "Quando a água tem corante ela altera o processo de fotossíntese e, assim, todo o ambiente marítimo é afetado", afirma. Por isso, segundo o engenheiro ambiental, a água contaminada com corante deve passar por vários processos antes de ser descartada.

Depois de aproximadamente 600 testes e uma pesquisa que durou quase sete meses, ele conseguiu comprovar que o pó do bagaço da cana retira até 80% do corante da água contaminada. Um procedimento foi utilizado em três tipos de corantes (amarelo, vermelho e azul) e deu o mesmo resultado positivo. Com isso, uma solução retirada da natureza, que seria descartada, é usada a favor do meio ambiente.



Resíduo do bagaço da cana de açúcar retira corante da água

Foto: Mariane Rossi/G1

Fonte:

http://s2.glbimg.com/Eimj_s35YA28aKT1yfjB1R8uh7w=/300x225/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2013/04/23/foto2.jpg

O resíduo do bagaço da cana é misturado com a água e são feitas 100 rotações por minuto em um recipiente. Após isso, o líquido passa por uma peneira e por uma centrífuga. Por último, a água passa por uma medição para avaliar quanto foi retirado do corante. “Esse procedimento com o resíduo pode ser usado para a retirada de cor, metais, carga orgânica, efluentes industriais e todo o processo que usa o carvão ativado”, explica o engenheiro. Apenas duas gramas de resíduo são suficientes para retirar o corante de um litro de água contaminada. A medição pode ser usada em qualquer proporção.

Sendo assim, o resíduo da cana pode ser substituído pelo carvão ativado, utilizado para esse procedimento de retirada dos resíduos, mas que gera um custo muito alto para a maioria das empresas. “O corante é usado em tudo, como, por exemplo, para fazer uma camiseta colorida. Mas não pode jogar isso no meio”, explica o orientador da pesquisa de Mestrado de Mazza, o professor doutor Sílvio José Valadão Vicente. Segundo ele, a descoberta da ação desse resíduo aconteceu por acaso, assim como tantas outras invenções no mundo, e é mais uma conquista a favor da sustentabilidade. “A sustentabilidade deixou de ser a expressão da moda e passou a ser uma necessidade”, afirmou o doutor.

Pesquisas mais minuciosas poderão comprovar se o resíduo pode transformar água não potável em água para reuso. A boa notícia é que, segundo eles, isso já é um palpite quase certo. “A pesquisa deu indicadores de que pode ser usado o resíduo. Mas os testes ainda precisam ser feitos”, afirma o engenheiro.

Após apresentar a descoberta para o mundo acadêmico, Mazza está em processo de patentear o tratamento com o RBC (resíduo do bagaço da cana). Como consultor ambiental, ele continua fazendo testes e observando resíduos nas indústrias para que, no futuro, cada vez mais se use a matéria prima natural para resolver problemas industriais a baixo custo. “Esse material vem da natureza. Existe um ganho financeiro e não destrói árvores, como se faz com o carvão. Eu criei mais um produto que veio da cana de açúcar”, finaliza Mazza.

Fonte: [G1 > Santos e Região](http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2013/04/estudo-aponta-que-bagaco-da-cana-pode-ajudar-purificar-agua-poluida.html)(<http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2013/04/estudo-aponta-que-bagaco-da-cana-pode-ajudar-purificar-agua-poluida.html>)

26/04/2012

Queima do lixo a galope, apesar da lógica e da lei

por Washington Novaes *

Vai e volta sem chegar a consenso a discussão sobre o destino do lixo, dos resíduos sólidos e orgânicos, tantos são os interesses envolvidos. Neste momento, o centro do debate está em torno da decisão ou intenção de alguns municípios paulistas, principalmente da Região Metropolitana de São Paulo – Mogi das Cruzes, Barueri, São Bernardo do Campo –, de partir para projetos de incineração de resíduos.

Barueri, por exemplo, que hoje leva seu lixo para 30 quilômetros de distância, vai aplicar R\$ 160 milhões na instalação de uma usina que incinerará, a uma temperatura de 800 graus, 90% dos resíduos, a um custo de R\$ 44,6 milhões anuais (Folha de S.Paulo, 6/4). Mogi das Cruzes e outros cinco municípios terão um projeto conjunto para incinerar 500 toneladas diárias. O Conselho do Instituto Pólis, por exemplo, já condenou o projeto, não só por causa dos riscos da incineração (emissão de dioxinas e furanos, cancerígenos, dependendo da temperatura), como pelos prejuízos para as cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

O tema foi um dos discutidos em recente reunião promovida pelo Instituto Ethos, na qual empresas eram convidadas a assinar uma carta de compromisso sobre "gestão sustentável de resíduos sólidos". Nesta, a intenção é seguir as prioridades da Política Nacional de Resíduos Sólidos, aprovada pelo Congresso Nacional - não gerar resíduos, reduzi-los, reutilizá-los, reciclá-los, dar prioridade na política a cooperativas de catadores. Infelizmente, o Senado, na última hora, suprimiu o dispositivo que colocava a incineração como alternativa a ser considerada apenas se as outras não fossem viáveis. E mandou o texto para a sanção presidencial - o que ocorreu ainda na gestão Lula.

É um problema brasileiro grave, pois estão sendo geradas mais de 230 mil toneladas diárias de lixo domiciliar e comercial (fora entulhos e outros tipos de resíduos), mais de 1,2 quilo por pessoa/dia, das quais 62 milhões de toneladas anuais de resíduos sólidos; 89% desse volume é coletado e mais de 40% vai para 3.369 lixões, segundo o IBGE. Agora, o Movimento Nacional dos Catadores protesta "veementemente" contra a intenção de Porto Alegre, onde a prefeitura avalia dez projetos para uma central de tratamento de resíduos, que terá como uma das possibilidades a incineração de 1,8 mil toneladas diárias, hoje levadas diariamente em 20 caminhões para um aterro a 120 quilômetros de distância. A cidade paranaense de Maringá também ameaçou tomar esse caminho, mas a oposição foi mais forte.

Apesar da oposição, a tendência à incineração cresce, pois as principais cidades brasileiras - São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Brasília, Porto Alegre, Curitiba - estão com seus aterros esgotados. E a coleta e o transporte de resíduos custa às prefeituras entre R\$ 30 e R\$ 120 por tonelada - o que significa alguns bilhões de reais por ano. Pode ser até mais, se chegarmos à situação de Nova York (EUA), que passou a levar seu lixo em caminhões para mais de 500 quilômetros de distância, ou de Toronto (Canadá), com um comboio ferroviário levando todos os dias mais de 3 mil toneladas para mais de mil quilômetros de distância.

A reciclagem no Brasil, em usinas, é quase ridícula: menos de 2% do lixo. E nossa situação só não é mais grave graças ao trabalho heroico de 1 milhão de catadores que levam os resíduos sólidos para empresas que os reciclam - mais de 90% das latas de alumínio, mais de 40% do papel, do papelão e do vidro, em torno de 50% do PET. Mas a situação pode piorar se for aprovado (a decisão está pendente na Justiça) que bebidas alcoólicas e refrigerantes poderão ser envasados em PET.

A legislação aprovada pelo Congresso estabelece que os lixões terão de ser desativados até o fim do ano que vem. E que todos os municípios deverão promover a coleta seletiva e a reciclagem. Só que o prazo para a apresentação de projetos que poderão receber recursos públicos já se esgotou e menos de 10% deles o fizeram. Também a logística reversa - com o retorno de resíduos às empresas geradoras - é teoricamente obrigatória (só os sacos plásticos, no mundo, são 1 milhão por segundo, 500 bilhões por ano). Uma boa alternativa foi aberta pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), ao permitir consórcios intermunicipais em aterros para até 20 toneladas diárias - o que abrange 80% dos municípios com até 30 mil habitantes.

Quando se retorna à proposta de incineração, não se pode esquecer estudo da Unesp de Sorocaba que mostrou o desperdício de recursos que esse caminho (e outros) envolve, ao analisar o conteúdo das 135 toneladas diárias de resíduos levadas ao aterro da cidade de Indaiatuba: 91% deles eram reaproveitáveis

ou poderiam ser compostados (transformados em fertilizantes) e/ou reciclados. E ainda economizando espaços no aterro.

Mas a pressão em favor da incineração é muito forte. Praticamente todas as grandes empreiteiras têm hoje empresas nessa área (e na coleta do lixo em todo o País), com influência muito forte nas políticas públicas, pois são as maiores contribuintes para campanhas eleitorais. Recife já adotou esse caminho, Brasília vai para o mesmo rumo, o Rio poderá segui-lo. E é um caminho praticamente irreversível, como mostram vários países europeus: apesar da oposição que enfrentam, será preciso produzir lixo até a eternidade para movimentar as usinas (que geram energia), a preços altíssimos.

É mais um desses temas em que grande parte da sociedade se mostra indignada com a falta de soluções. Mas até aqui se mostrou também contrária à solução que se tem mostrado mais eficaz em muitos lugares no mundo: criar uma taxa para todos os geradores de lixo, proporcional ao volume que produzam, com a receita financiando as boas soluções. A Alemanha, por exemplo, em alguns anos reduziu em até 15% seu lixo domiciliar e comercial.

*** Washington Novaes é jornalista. E-mail: wrlnovaes@uol.com.br.**

Fonte: [O Estado de S. Paulo > Notícias > Opinião](http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,queima-do-lixo-a-galope-apesar-da-logica-e-da-lei,1025644,0.htm)(<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,queima-do-lixo-a-galope-apesar-da-logica-e-da-lei,1025644,0.htm>)

26/04/2012

Fim dos lixões pode levar a problema social, alertam políticos e ambientalista

por Vladimir Platonow, da Agência Brasil



Fonte: <http://envolverde.com.br/porta1/wp-content/uploads/2013/04/n417.jpg>

Rio de Janeiro – O fim dos lixões em todo o país, previsto para ocorrer a partir de agosto de 2014, representará um ganho ambiental mas poderá gerar um passivo social. A Lei 12.305/10, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, obriga os municípios a depositarem o lixo em aterros sanitários controlados, o que significa um melhor ordenamento dos resíduos, que deixarão de poluir o meio ambiente, mas ao mesmo tempo representa o fim do trabalho para milhares de catadores.

No estado do Rio de Janeiro, o fechamento do Aterro Sanitário de Jardim Gramacho, na Baixada Fluminense, em junho do ano passado, às vésperas da Rio+20 (Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável), provocou uma melhora significativa na qualidade de vida da região, mas deixou milhares de famílias sem a fonte de renda diária. Apesar de ter recebido uma indenização de R\$ 14 mil, a maioria dos trabalhadores gastou o dinheiro sem que isso tenha garantido uma nova forma de trabalho. Em todo o estado, a estimativa é que pelo menos 40 mil pessoas vivam diretamente da reciclagem.

O tema foi discutido durante a instalação da Comissão Especial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), criada para investigar a erradicação dos lixões fluminenses. Para o ambientalista Sergio Ricardo, é preciso respeitar o que diz a lei, quando obriga a criação de serviços de coleta seletiva, a fim de absorver os catadores.

“A lei nacional do resíduo sólido está sendo desrespeitada. Estão desativando os lixões, mas mantendo um processo de exclusão com os catadores de material reciclável. Eles não estão sendo indenizados, com exceção de Gramacho, e neste momento estão sem trabalho e sem renda”, disse o ambientalista.

A vice-presidenta da comissão, deputada Aspásia Camargo (PV), destacou a necessidade de se conciliar os ganhos ambientais com o aproveitamento da mão de obra dos catadores. “O problema não é apenas erradicar os lixões, mas também fazer com que o novo modelo de tratamento de lixo seja o melhor possível tecnologicamente e humanamente, aproveitando as pessoas. Esta comissão especial está concentrada nos bolsões de pobreza que estão sofrendo muito com a transição da política de erradicação dos lixões”, declarou.

A presidência da comissão coube à deputada Janira Rocha (PSOL), que defende a inclusão dos catadores por meio de cooperativas. “Na prática, quando a gente vai fiscalizar o que está ocorrendo, os catadores não estão incluídos. Muitos dos recursos que deveriam chegar a eles pelas prefeituras simplesmente somem. O objetivo é fiscalizar o processo de implantação da lei de resíduos sólidos”, disse Janira.

Um dos principais problemas sociais no estado é no entorno do antigo lixão de Itaoca, no município de São Gonçalo, na região metropolitana. Depois que o local foi fechado, em fevereiro do ano passado, 786 famílias perderam o seu sustento, segundo denunciou o ex-catador Adeir Albino da Silva. “A situação é a pior possível. Muitas pessoas estão doentes, perderam a força para trabalhar, mas não se aposentaram. É

uma verdadeira calamidade pública. Tiraram o lixão e não nos falaram nada. Não temos mais o lixo para reciclar. A situação é de abandono e de caos total. Estamos na mais pura miséria”, denunciou.

A ex-catadora Sílvia Maria, que de uma hora para outra perdeu a sua fonte de de dinheiro, defende que haja pelo menos uma indenização. “A gente está correndo atrás de uma indenização que pelo menos possa dar para um carrinho de pipoca ou de hambúrguer. Eu não tenho como pagar o INSS para me aposentar. De onde eu vou tirar esse dinheiro, se não tem como?”, indagou Sílvia Maria, que sobrevive com cerca de R\$ 70 que recebe do Programa Bolsa Família, além de doações de roupas e comida entregues por vizinhos e igrejas.

* Edição: Aécio Amado

** Publicado originalmente no site [Agência Brasil](http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-04-24/fim-dos-lixoes-pode-levar-problema-social-alertam-politicos-e-ambientalista)(<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-04-24/fim-dos-lixoes-pode-levar-problema-social-alertam-politicos-e-ambientalista>).

Fonte: Agência Brasil/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/fim-dos-lixoes-pode-levar-a-problema-social-alertam-politicos-e-ambientalista)(<http://envolverde.com.br/noticias/fim-dos-lixoes-pode-levar-a-problema-social-alertam-politicos-e-ambientalista>)

26/04/2012

Protagonismo da agenda ambiental

por Lucas Tolentino



Ministra Izabella cobra envolvimento da sociedade no debate ambiental

Foto: Martim Garcia/MMA

Fonte: http://www.mma.gov.br/media/k2/items/cache/7aaacfe9cf7786a58c6d8545e6811c94_XL.jpg

Rio+20 projeta o Brasil na posição de destaque no cenário mundial. Governo quer manter liderança e enfrentar desafios do desenvolvimento sustentável

Manter a liderança brasileira na agenda ambiental internacional é o foco do governo federal. Na manhã desta sexta-feira (26), a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, afirmou que é necessário enfrentar os desafios com foco no desenvolvimento sustentável. A declaração foi dada no Senado Federal, durante o Colóquio Internacional sobre a Rio+20 e Biodiversidade: avaliando “O Futuro que Queremos”.

O desempenho do Brasil ao sediar, em junho de 2012, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) projetou o país em uma posição de destaque no cenário mundial. “Houve uma mudança na agenda internacional e o Brasil tem um papel de protagonismo nesse processo”, observou Izabella. “A questão ambiental não é mais tratada de forma isolada.”

A ministra ressaltou, no entanto, que as diferenças sociais do país têm de ser levadas em consideração e exigem ações específicas. “As soluções para a Amazônia não são as mesmas para o Sul do Brasil”, destacou. Izabella cobrou, ainda, o envolvimento de todos os segmentos da sociedade. “Não dá mais para ter uma posição reativa, e sim proativa diante do problema.”

DIFUSÃO

A Rio+20 teve, segundo os participantes do colóquio, papel fundamental na promoção e difusão da sustentabilidade. “Só agora, depois da Conferência, o conceito de desenvolvimento sustentável penetrou em todos os segmentos da sociedade”, avaliou o subsecretário-geral de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Luiz Alberto Figueiredo.

A diretora-geral da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), Julia Marton-Lefèvre, afirmou que o Brasil é campeão nos esforços pela biodiversidade em nível mundial e destacou a importância das ações sustentáveis. “É preciso entender que a natureza não é um limitador para o desenvolvimento”, afirmou.

No entanto, o secretário executivo da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) da Organização das Nações Unidas, Bráulio Dias, alertou que o tema ainda precisa ser trabalhado. “Em alguns casos, me preocupa o fato de ainda prevalecerem os debates setoriais, como na área de energia”, afirmou. “Após a Rio+20, nós temos agora a oportunidade de inserir o meio ambiente no centro dos processos de desenvolvimento.”

Confira fotos no [flickr](http://www.flickr.com/photos/mmeioambiente)(<http://www.flickr.com/photos/mmeioambiente>)

Fonte: [MMA > InfoMMA > Notícias](#)(<http://www.mma.gov.br/informma/item/9284-protagonismo-da-agenda-ambiental>)

28/04/2012

Caatinga pode ser mais eficaz na absorção de gás carbônico

Pesquisadores do Ministério da Ciência e Tecnologia querem comprovar tese

por Agência Brasil(<http://www.agenciabrasil.ebc.com.br/>)

A vegetação da caatinga pode ser proporcionalmente mais eficiente do que as florestas úmidas para absorver o gás carbônico presente na atmosfera, em um processo natural, conhecido como sequestro de carbono. É o que pesquisadores do Instituto Nacional do Semiárido, ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, querem provar.



A Caatinga pode ser mais eficiente que as florestas úmidas para absorver CO₂

Fonte: <http://www.jb.com.br/media/fotos/2013/04/28/627w/a-caatinga-pode-ser-mais-eficiente-que-as-florestas-umidas-para-absorver.jpg>

Para isso, iniciaram um estudo por meio do qual foram instaladas duas estações micrometeorológicas em Campina Grande, na Paraíba, para monitorar o dióxido de carbono absorvido pelas plantas da região.

Segundo o físico Bergson Bezerra, pesquisador do Insa, o grupo pretende, com os resultados, conscientizar os governos e, principalmente, a população que vive no Semiárido sobre a importância de se preservar a vegetação nativa como forma de mitigar os impactos das alterações no clima da região.

“Construiu-se um preconceito em relação à caatinga, sustentado na ideia de que ela representa um ambiente hostil e inóspito. As pessoas sempre acreditaram que ela não servia para nada, que era melhor retirar toda a caatinga e substituí-la por [vegetações] frutíferas, por exemplo”, disse. “Queremos provar cientificamente que isso não tem fundamentação”, completou.

O pesquisador defende que se o produtor rural recuperar essas áreas com espécies nativas estará contribuindo não apenas para a “preservação do patrimônio do Semiárido”, mas também para o combate às alterações climáticas, por meio da absorção eficiente do carbono na atmosfera.

“Estudos revelam que as florestas tropicais têm alta capacidade de sequestrar carbono [da atmosfera], mas elas também apresentam altos níveis de emissão, que ocorre, por exemplo, com a queda de folhas. Já a caatinga, não sequestra tanto, mas emite quase nada e queremos investigar esse grau de eficiência, que acreditamos ser maior no caso da caatinga”, disse.

Bergson Bezerra enfatizou que os três primeiros meses de observação, já trouxeram “resultados auspiciosos”. “Será um estudo de longo prazo, com conclusão prevista para 2015. Mas essa observação preliminar já nos permitiu constatar que mesmo no período seco, quando a planta fica totalmente sem folha e com estresse hídrico, ainda há sequestro de carbono, ou seja, ela ainda cumpre seu papel ambiental.”

Ele ressaltou que com a chegada da estação chuvosa, nos meses de maio e junho, os pesquisadores acreditam que a atividade fotossintética será acentuada, com sequestro de carbono ainda mais intenso.

A caatinga é um bioma exclusivamente brasileiro e um dos mais alterados pelas atividades humanas. Trata-se de um tipo de vegetação que tem fauna e flora com grande diversidade de espécies e cobre a maior parte da área com clima Semiárido, principalmente da Região Nordeste. Ela é apontada pelos pesquisadores como um dos biomas mais vulneráveis às mudanças climáticas associadas aos efeitos de aquecimento global e pela exploração pelo homem de forma desordenada e insustentável.

Fonte: [Jornal do Brasil > Notícias > Ciência e Tecnologia](http://www.jb.com.br/ciencia-e-tecnologia/noticias/2013/04/28/caatinga-pode-ser-mais-eficaz-na-absorcao-de-gas-carbonico/)(<http://www.jb.com.br/ciencia-e-tecnologia/noticias/2013/04/28/caatinga-pode-ser-mais-eficaz-na-absorcao-de-gas-carbonico/>)

29/04/2012

Gestão marinha e costeira

por Sophia Gebrim



Ações no litoral serão fortalecidas

Foto: Divulgação/MTur

Fonte: http://www.mma.gov.br/media/k2/items/cache/2805bde62a0a0f45bedc460522516203_XL.jpg

Portarias publicadas nesta segunda-feira criam grupo para fortalecer o uso compartilhado da costa brasileira e o comitê executivo do SMC-Brasil

Duas portarias publicadas nesta segunda-feira (29), no Diário Oficial da União (DOU), fortalecem a gestão marinha e costeira no Brasil. O objetivo dos documentos, publicados no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), da qual o Ministério do Meio Ambiente (MMA) faz parte, é fortalecer os espaços de discussão da agenda no país, com a participação de diversos ministérios ligados a temas como turismo, aquicultura, infraestrutura e meio ambiente.

A [Portaria nº 222](http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=29/04/2013&jornal=1&pagina=8&totalArquivos=112) (<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=29/04/2013&jornal=1&pagina=8&totalArquivos=112>) cria o grupo de trabalho sobre Uso Compartilhado do Ambiente Marinho e detalha a sua composição. “A necessidade de planejamento do uso do mar e costa brasileira, compatibilizando a pesca, navegação, turismo, entre outros, é a prioridade desse grupo interministerial”, explica a responsável pela Gerência Costeira da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Leila Swerts.

Ela acrescenta, ainda, a diversidade do uso compartilhado da costa, com vários interesses e necessidades de ocupar o mesmo espaço. “São áreas protegidas ambientalmente, ou específicas para pesca ou turismo, enfim, uma infinidade de atividades na mesma região que precisam ser organizadas e compatibilizadas”, ressalta Leila Swerts. Dessa forma, o grupo, composto por representantes de 14 ministérios, além da Presidência da República, irá discutir e propor iniciativas de uso compartilhado do território marinho.

SISTEMA DE MODELAGEM

Já a [Portaria nº 223](http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=9&data=29/04/2013) (<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=9&data=29/04/2013>) cria o Comitê Executivo do Sistema de Modelagem Costeira do Brasil (SMC-Brasil) e detalha a sua composição. “Nesse caso, como o sistema já vem sendo discutido amplamente, a portaria, composta por um conjunto de ministérios, irá assumir a responsabilidade pela disseminação do SMC no Brasil”, destaca a representante do Ministério do Meio Ambiente. De acordo com Leila Swerts, o grupo estruturará a agenda, com diretrizes e planos de apoio.

O Sistema de Modelagem Costeira do Brasil (SMC-Brasil), ferramenta customizada para apoio à gestão da costa brasileira, é coordenado pelo MMA e pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU). “O sistema é uma importante iniciativa para instrumentalização da gestão integrada da costa brasileira, cuja ferramenta a ser disponibilizada a sociedade, composta pelo modelo numérico e pela base de dados, permitirá a construção de cenários sobre a dinâmica da linha de praia produzindo informações importantes para planejamento e qualificação da tomada de decisão nesse espaço”, finaliza Leila Swerts.

Fonte: [MMA > InfoMMA > Notícias](http://www.mma.gov.br/informma/item/9290-gest%C3%A3o-marinha-e-costeira) (<http://www.mma.gov.br/informma/item/9290-gest%C3%A3o-marinha-e-costeira>)

30/04/2012

Casa com fachada de algas produz energia, calor e biogás



Fonte: <http://ecotelhado.blog.br/wp-content/uploads/2013/04/algas.jpg>

Casa da feira internacional da construção em Hamburgo tem fachada de aquários contendo algas para esquentar a água do prédio. Extratos são usados por fabricantes de cosméticos e a indústria farmacêutica.

Algas microscópicas, que podem fornecer material reciclável e combustível, enfeitam as paredes exteriores daquele que talvez seja o projeto mais original da exposição internacional da construção em Hamburgo (IBA, em alemão), aberta em março deste ano e prevista para terminar em novembro. A feira propõe um conceito inovador de arquitetura sustentável que, além de economizar, também produz energia.

A fachada da casa de algas tem 129 estruturas de vidro. Elas funcionam como aquários. Lá dentro, os microrganismos misturados na água alimentam um reator. As algas, microscópicas, sobrevivem com nutrientes na água e também sustentadas pelas emissões de um aquecedor a gás, instalado no térreo do prédio de cinco andares, que fornece dióxido de carbono (CO₂) para a fotossíntese.

Além disso, as algas precisam de luz solar, que não falta num ambiente tão aberto. Mas o diretor da construtora SSC, Martin Kerner, que ajudou a desenvolver a casa de algas, afirma que os microrganismos não toleram tanta claridade porque costumam viver numa espécie de semi-sombra debaixo d'água. "Elas não podem com a luz direta do sol".

Por isso existe um sistema responsável por bombear a água em círculos para garantir que as plantas fiquem expostas à radiação solar direta por pouco tempo. Do contrário, as chamadas "microalgas" morreriam devido ao calor excessivo. Todo o processo é um espetáculo para quem observa a fachada. De vez em quando dá até para ouvir as bolhas de ar.

Extratos de algas têm várias utilidades

No térreo do edifício, Kerner controla uma caldeira de metal que filtra as algas continuamente e delas extrai material reciclável. Entre os produtos fornecidos pelas algas, Kerner destaca um óleo, vendido especialmente para a indústria farmacêutica e de cosméticos. Um quilo de extratos de algas como esse chega a valer 60 euros. Os produtos das algas servem também como ingrediente de suplementos alimentares e ração animal. Até as sobras podem gerar biogás.

Mas os vidros da fachada não são apenas reatores para as algas. Também funcionam como uma espécie de aquecedor solar. O sol aquece a água do aquário. A energia gerada esquentar a água do prédio. No futuro, o objetivo de Kerner é que a casa não produza só biomassa de algas e calor, mas também eletricidade a partir de fontes neutra.

Apesar de toda a expectativa, Kerner diz que a obra é uma demonstração e não está pronta para o mercado. “Nos próximos anos queremos saber quanto de calor e biomassa o nosso sistema produziu e como essa biomassa pode ser usada”. A estimativa é de uma produção de 1,5 toneladas por ano de biomassa de algas, mas ainda não é certo se a casa vai produzir essa quantidade.

Uma coisa, no entanto, está clara: para um construtor comum, um empreendimento desse tipo “seria muito caro”, diz Martin Kerner. “Nossa fachada em Hamburgo tem uma área de reator de 200 metros quadrados e este é, provavelmente, o tamanho mínimo para um começo”. Segundo ele, o mais rentável seria ter áreas maiores., porque sempre é necessário ter um sistema completo de administração e de coleta dos extratos de algas, segundo Kerner. “São investimentos que só valem a pena a partir de um tamanho mínimo das construções”, como hotéis de luxo e arranha-céus comerciais.

Fonte: Deutsche Welle/[TERRA.COM > Notícias > Ciência](http://noticias.terra.com.br/ciencia/casa-com-fachada-de-algas-produz-energia-calor-e-biogas,75c52ccbd315e310VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html)(<http://noticias.terra.com.br/ciencia/casa-com-fachada-de-algas-produz-energia-calor-e-biogas,75c52ccbd315e310VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html>)